ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional
Em circulação desde 1º de outubro de 1862

SEÇÃO 1

Ano CLV Nº 188

Brasília - DF, sexta-feira, 28 de setembro de 2018

Sumário

PÁGINA
Atos do Poder Legislativo 1
Atos do Poder Executivo 1
Presidência da República 2
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 16
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações 21
Ministério da Cultura 25
Ministério da Defesa 29
Ministério da Educação 30
Ministério da Fazenda 35
Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços 80
Ministério da Integração Nacional 80
Ministério da Justiça 81
Ministério da Saúde 82
Ministério da Segurança Pública 103
Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União 106
Ministério das Cidades 107
Ministério de Minas e Energia 108
Ministério do Desenvolvimento Social 117
Ministério do Esporte 121
Ministério do Meio Ambiente 124
Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão 125
Ministério do Trabalho 143
Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil 151
Tribunal de Contas da União 154
Poder Legislativo 195
Poder Judiciário 196
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais 228

Total de páginas desta edição: 235

Atos do Poder Legislativo

LEI Nº 13.720, DE 27 DE SETEMBRO DE 2018

Autoriza o Poder Executivo a doar 25 (vinte e cinco) Viaturas Blindadas de Combate - Carros de Combate (VBCCC) M41 para a República Oriental do Uruguai.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo, por meio do Ministério da Defesa, autorizado a doar 25 (vinte e cinco) Viaturas Blindadas de Combate - Carros de Combate (VBCCC) M41 do Exército Brasileiro ao Governo da República Oriental do Uruguai.

Art. 2º A doação de que trata esta Lei será lavrada em termo pelo Comando do Exército Brasileiro e ficará condicionada à autorização prévia do Governo dos Estados Unidos da América para a transferência do Certificado de Usuário Final.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei serão custeadas pelas dotações orçamentárias do Ministério da Defesa.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 27 de setembro de 2018; 197º da Independência e 130º da República.

MICHEL TEMER
Joaquim Silva e Luna
Grace Maria Fernandes Mendonça

Atos do Poder Executivo

DECRETO Nº 9.512, DE 27 DE SETEMBRO DE 2018

Extingue órgãos colegiados relativos à Copa do Mundo FIFA 2014 e aos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, e revoga os Decretos que dispõem sobre o assunto.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso VI, alínea "a", da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam extintos os seguintes órgãos colegiados:

I - Comitê Gestor da Copa do Mundo FIFA 2014 - CGCOPA e o Grupo Executivo da Copa do Mundo FIFA 2014 - GECOPA; e

II - Comitê Gestor dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 - CGOLIMPÍADAS e o Grupo Executivo dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 - GEOLIMPÍADAS.

Art. 2º Ficam revogados:

I - o Decreto de 14 de janeiro de 2010, que institui o Comitê Gestor para definir, aprovar e supervisionar as ações previstas no Plano Estratégico das Ações do Governo Brasileiro para a realização da Copa do Mundo FIFA 2014;

II - o Decreto de 7 de abril de 2010, que altera o art. 2º do Decreto de 14 de janeiro de 2010, que institui o Comitê Gestor para definir, aprovar e supervisionar as ações previstas no Plano Estratégico das Ações do Governo Brasileiro para a realização da Copa do Mundo FIFA 2014;

III - o Decreto de 6 de setembro de 2010, que altera o art. 2º do Decreto de 14 de janeiro de 2010, que institui o Comitê Gestor para definir, aprovar e supervisionar as ações previstas no Plano Estratégico das Ações do Governo Brasileiro para a realização da Copa do Mundo FIFA 2014;

IV - o Decreto de 26 de julho de 2011, que altera o Decreto de 14 de janeiro de 2010, que institui o Comitê Gestor para definir, aprovar e supervisionar as ações previstas no Plano Estratégico das Ações do Governo Brasileiro para a realização da Copa do Mundo FIFA 2014; e

V - o Decreto de 13 de setembro de 2012, que institui o Comitê Gestor dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 27 de setembro de 2018; 197º da Independência e 130º da República.

MICHEL TEMER
Leandro Cruz Fróes da Silva

DECRETO Nº 9.513, DE 27 DE SETEMBRO DE 2018

Altera o Decreto nº 27.048, de 12 de agosto de 1949, que aprova o regulamento da Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949, que dispõe sobre o repouso semanal remunerado e o pagamento de salário nos feriados civis e religiosos.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 10, parágrafo único, da Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949,

D E C R E T A :

Art. 1º O Anexo ao Decreto nº 27.048, de 12 de agosto de 1949, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"RELAÇÃO A QUE SE REFERE O ARTIGO 7º

I - INDÚSTRIA

.....

26) processamento de hortaliças, legumes e frutas.

II - COMÉRCIO

....." (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 27 de setembro de 2018; 197º da Independência e 130º da República.

MICHEL TEMER
Caio Luiz de Almeida Vieira de Mello

DECRETO Nº 9.514, DE 27 DE SETEMBRO DE 2018

Altera a Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI, aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 29 de dezembro de 2016.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, caput, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 4º, caput, incisos I e II, do Decreto-Lei nº 1.199, de 27 de dezembro de 1971,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica incluída a Nota Complementar NC (21-2) no Capítulo 21 da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI, aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 29 de dezembro de 2016, com a seguinte redação:

"NC (21-2) Fica fixada, temporariamente, nos períodos e percentuais abaixo indicados, a alíquota relativa ao produto classificado no código 2106.90.10 Ex 01:

ALÍQUOTA (%)	
De 1º de janeiro de 2019 até 30 de junho de 2019	De 1º de julho de 2019 até 31 de dezembro de 2019
12	8

" (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 27 de setembro de 2018; 197º da Independência e 130º da República.

MICHEL TEMER
Eduardo Refinetti Guardia

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800001

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Presidência da República

DESPACHOS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nº 536, de 26 de setembro de 2018. Encaminhamento ao Supremo Tribunal Federal de informações para instruir o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5.994.

Nº 537, de 27 de setembro de 2018. Restituição ao Congresso Nacional de autógrafos do projeto de lei que, sancionado, se transforma na Lei nº 13.720, de 27 de setembro de 2018.

Nº 538, de 27 de setembro de 2018. Encaminhamento ao Supremo Tribunal Federal de informações para instruir o Mandado de Injunção nº 6.986.

Nº 539, de 27 de setembro de 2018. Encaminhamento ao Congresso Nacional do relatório de avaliação do cumprimento da meta de superávit primário. (2º Quadrimestre de 2018)

Nº 540, de 27 de setembro de 2018. Encaminhamento ao Congresso Nacional do relatório de Gestão Fiscal referente ao 2º Quadrimestre de 2018.

Nº 541, de 27 de setembro de 2018. Encaminhamento ao Tribunal de Contas da União do relatório de Gestão Fiscal referente ao 2º Quadrimestre de 2018.

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Exposição de Motivos Interministerial nº 126, de 27 de setembro de 2018 (em conjunto com o Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União). Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo federal, referente ao período de maio a agosto de 2018. Aprovo. Em 27 de setembro de 2018.

Anexo 1 - Demonstrativo de Despesa com Pessoal

UNIÃO - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2017 A AGOSTO/2018

RGF - Anexo 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ milhares

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses) LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
	SET/17	OUT/17	NOV/17	DEZ/17	JAN/18	FEV/18	MAR/18	ABR/18	MAI/18	JUN/18	JUL/18	AGO/18	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	18.448.270	18.324.253	27.666.723	21.684.041	19.078.462	18.776.708	22.647.540	19.027.072	19.225.700	25.461.318	19.344.052	20.106.016	249.790.156	544.249
Pessoal Ativo	9.984.436	9.990.552	15.269.032	13.115.271	10.403.638	10.086.205	11.539.233	10.199.576	10.460.398	12.439.327	10.457.650	11.193.835	135.139.153	408.724
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	8.681.458	8.493.326	12.731.949	11.461.094	9.154.229	8.627.555	10.132.442	8.790.529	9.003.180	11.114.921	8.919.765	9.861.040	116.971.488	298.075
Obrigações Patronais	1.302.704	1.496.967	2.536.608	1.652.678	1.249.204	1.458.381	1.406.609	1.408.820	1.457.067	1.324.175	1.537.626	1.332.394	18.163.233	110.649
Benefícios Previdenciários	274	259	476	1.499	204	268	182	227	152	231	258	400	4.432	0
Pessoal Inativo e Pensionistas	8.413.121	8.318.583	12.371.215	8.522.991	8.674.698	8.683.924	11.084.870	8.808.251	8.732.217	12.974.862	8.858.569	8.876.231	114.319.533	63.738
Aposentadorias, Reserva e Reformas	5.290.026	5.240.805	7.745.018	5.380.058	5.474.565	5.487.586	7.491.824	5.590.817	5.531.006	8.179.987	5.630.331	5.626.672	72.668.695	14.559
Pensões	3.123.071	3.077.753	4.626.172	3.142.909	3.200.108	3.196.312	3.593.021	3.217.409	3.201.186	4.794.851	3.228.213	3.249.534	41.650.541	49.179
Outros Benefícios Previdenciários	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	297	0
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	50.713	15.118	26.476	45.779	126	6.580	23.437	19.245	33.085	47.128	27.833	35.950	331.470	71.786
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	2.527.637	2.414.078	3.869.643	2.905.432	2.829.466	3.330.141	6.631.120	913.632	1.839.073	1.443.852	2.236.890	3.461.351	34.402.316	116.674
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	39.813	36.649	32.895	27.813	25.440	59.262	207.144	97.331	38.182	36.316	37.561	50.687	689.092	1.092
Decorrentes de Decisão Judicial	414.669	221.781	285.351	252.681	111.964	158.501	3.798.272	222.439	439.282	205.496	338.790	1.186.288	7.635.514	42.362
Despesas de Exercícios Anteriores	29.288	28.370	28.372	562.128	77.174	31.889	45.465	24.782	15.790	42.158	63.784	38.026	987.227	25.326
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	2.043.867	2.127.278	3.523.025	2.062.811	2.614.888	3.080.488	2.580.239	569.080	1.345.819	1.159.882	1.796.755	2.186.350	25.090.483	47.895
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	15.920.633	15.910.175	23.797.080	18.778.609	16.248.996	15.446.568	16.016.420	18.113.440	17.386.627	24.017.466	17.107.162	16.644.664	215.387.841	427.574

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	770.352.095	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	215.815.415	-
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (V / IV) * 100		28,015%
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 37,9%*	291.963.444	37,900%
LIMITE PRUDENCIAL (VII) (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 36,01%	277.403.789	36,010%
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - 34,11%	262.767.100	34,110%

FONTE: SIAFI- STN/COCONT/GEMF

* O limite máximo do Poder Executivo é de 40,9%, destacando-se 3% para as despesas com pessoal do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, do Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios, do ex-Território de Roraima, do ex-Território do Amapá e do Distrito Federal. A repartição do limite destacado está prevista no Decreto nº 3.917/2001. O Demonstrativo da despesa com pessoal do Ministério Público e da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios é divulgado pelos respectivos órgãos.

Notas:

a) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas.

b) A partir de 2008 o elemento de despesa 94 - Indenizações Trabalhistas foi incluído na metodologia de cálculo de Pessoal Inativo e Pensionistas e de Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados.

c) A partir do 2º Quadrimestre de 2008, a fonte de recursos 23 - "Contribuição para o Custeio de Pensões Militares" foi incluída na metodologia de cálculo de Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados, de modo que as despesas custeadas por essa fonte de recursos também passaram a ser excluídas do cálculo do limite das despesas de pessoal, conforme Nota Técnica nº 1611 GSCON/SFC/CGU/PR, de 29 de agosto de 2008.

d) Os valores totais apresentados neste demonstrativo podem eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos.

e) Os valores apresentados incluem as despesas da Defensoria Pública da União, órgão autônomo para o qual não foi ainda estabelecido Limite de Despesa com Pessoal.

MANSUETO FACUNDO DE ALMEIDA JR.
Secretário do Tesouro Nacional

ANTÔNIO CARLOS BEZERRA LEONEL
Secretário Federal de Controle Interno

MICHEL MIGUEL ELIAS TEMER LULIA
Presidente da República

ELISEU LEMOS PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil

PEDRO ANTONIO BERTONE ATAÍDE
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
IMPRENSA NACIONAL

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
SEÇÃO 1
Publicação de atos normativos
SEÇÃO 2
Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal
SEÇÃO 3
Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais

A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados para a comercialização de assinaturas impressas e eletrônicas
http://www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00
Fone: (61) 3441-9450

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

HELDER KLEIST OLIVEIRA
Coordenador de Editoração e Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800002

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

UNIÃO - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
RECURSOS DA UNIÃO PARA AMAPÁ
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2017 A AGOSTO/2018

RGF - Anexo 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ milhares

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	SET/17	OUT/17	NOV/17	DEZ/17	JAN/18	FEV/18	MAR/18	ABR/18	MAI/18	JUN/18	JUL/18	AGO/18	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	46.057	46.213	69.721	47.074	36.610	38.677	35.130	36.675	36.523	54.746	37.114	37.088	521.627	0
Pessoal Ativo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Obrigações Patronais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Benefícios Previdenciários	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Pessoal Inativo e Pensionistas	46.057	46.213	69.721	47.074	36.610	38.677	35.130	36.675	36.523	54.746	37.114	37.088	521.627	0
Aposentadorias, Reserva e Reformas	33.704	33.582	51.056	34.101	23.785	26.123	22.400	23.808	23.504	35.900	24.466	24.077	356.506	0
Pensões	12.353	12.631	18.665	12.974	12.825	12.554	12.702	12.867	12.952	18.845	12.648	13.011	165.027	0
Outros Benefícios Previdenciários	0	0	0	0	0	0	28	0	66	0	0	0	94	0
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	528	530	533	525	373	116	93	327	392	66	231	35.547	39.261	0
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0	0	0	0	0	0	0	0	66	0	0	0	66	0
Decorrentes de Decisão Judicial	266	268	271	272	111	116	93	66	66	66	231	36	1.861	0
Despesas de Exercícios Anteriores	262	262	262	253	261	0	0	262	260	0	0	0	1.822	0
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	35.511	35.511	0
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	45.530	45.683	69.188	46.550	36.237	38.561	35.036	36.347	36.130	54.680	36.883	1.541	482.367	0

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	770.352.095	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	482.367	-
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (V / IV) * 100		0,063%
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 0,273% (Decreto nº 3.917/2001)[1]	2.103.061	0,273%
LIMITE PRUDENCIAL (VII) (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 0,259%	1.995.212	0,259%
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - 0,246%	1.895.066	0,246%

FONTE: SIAFI - STN/COORDINF

[1] O Decreto nº 6.334, de 28 de dezembro de 2007, deu nova redação aos incisos do art. 2º do Decreto nº 3.917, de 13 de setembro de 2001.

MANSUETO FACUNDO DE ALMEIDA JR.
Secretário do Tesouro Nacional

ANTÔNIO CARLOS BEZERRA LEONEL
Secretário Federal de Controle Interno

UNIÃO - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
RECURSOS DA UNIÃO PARA RORAIMA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2017 A AGOSTO/2018

RGF - Anexo 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ milhares

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	SET/17	OUT/17	NOV/17	DEZ/17	JAN/18	FEV/18	MAR/18	ABR/18	MAI/18	JUN/18	JUL/18	AGO/18	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	29.512	28.987	45.000	33.367	23.535	23.633	23.147	24.070	24.134	36.756	24.247	24.559	340.948	0
Pessoal Ativo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Obrigações Patronais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Benefícios Previdenciários	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Pessoal Inativo e Pensionistas	29.512	28.987	45.000	33.367	23.535	23.633	23.147	24.070	24.134	36.756	24.247	24.559	340.948	0
Aposentadorias, Reserva e Reformas	22.724	22.352	34.806	25.869	16.530	16.575	15.951	16.747	16.827	25.782	16.898	17.303	248.364	0
Pensões	6.788	6.635	10.194	7.499	7.005	7.058	7.196	7.223	7.263	10.974	7.137	7.256	92.228	0
Outros Benefícios Previdenciários	0	0	0	0	0	0	0	100	44	0	212	0	356	0
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	23.043	19	44.901	29.868	17	16	85	127	77	189	6.029	23.203	127.572	0
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0	0	0	0	0	0	0	100	41	0	212	0	353	0
Decorrentes de Decisão Judicial	5	14	9	0	15	16	16	16	16	16	16	5	142	0
Despesas de Exercícios Anteriores	1	5	0	2.654	2	0	69	12	20	173	0	0	2.937	0
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	23.036	0	44.892	27.213	0	0	0	0	0	0	5.801	23.197	124.140	0
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	6.470	28.968	99	3.500	23.518	23.617	23.062	23.942	24.057	36.567	18.219	1.356	213.376	0

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	770.352.095	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	213.376	-
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (V / IV) * 100		0,028%
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 0,160% (Decreto nº 3.917/2001)[1]	1.232.563	0,160%
LIMITE PRUDENCIAL (VII) (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 0,152%	1.170.935	0,152%
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - 0,144%	1.109.307	0,144%

FONTE: SIAFI - STN/COORDINF

[1] O Decreto nº 6.334, de 28 de dezembro de 2007, deu nova redação aos incisos do art. 2º do Decreto nº 3.917, de 13 de setembro de 2001.

MANSUETO FACUNDO DE ALMEIDA JR.
Secretário do Tesouro Nacional

ANTÔNIO CARLOS BEZERRA LEONEL
Secretário Federal de Controle Interno

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 0 1 20180 280000

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

UNIÃO - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
RECURSOS DA UNIÃO PARA DISTRITO FEDERAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2017 A AGOSTO/2018

RGF - Anexo 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ milhares

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
	SET/17	OUT/17	NOV/17	DEZ/17	JAN/18	FEV/18	MAR/18	ABR/18	MAI/18	JUN/18	JUL/18	AGO/18	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.233.229	832.383	1.049.476	387.501	1.590.332	920.364	916.623	727.641	928.700	1.056.540	915.960	929.785	11.488.534	1.332
Pessoal Ativo	694.065	515.975	584.313	284.174	875.634	532.703	464.974	421.635	526.577	582.994	521.706	522.932	6.527.681	0
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	680.750	502.734	559.062	280.884	852.179	519.688	464.999	395.383	513.712	569.983	508.729	509.986	6.358.089	0
Obrigações Patronais	13.314	13.241	25.252	3.289	23.455	13.015	-25	26.252	12.865	13.010	12.977	12.946	169.592	0
Benefícios Previdenciários	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Pessoal Inativo e Pensionistas	539.164	316.408	465.163	103.327	714.699	387.661	451.649	306.007	402.122	473.547	394.254	406.853	4.960.854	1.332
Aposentadorias, Reserva e Reformas	496.265	273.800	402.927	80.206	651.836	345.307	407.843	262.176	358.092	410.147	350.288	362.248	4.401.136	0
Pensões	42.899	42.608	62.236	23.121	62.862	42.354	43.806	43.831	44.030	63.400	43.966	44.605	559.718	1.332
Outros Benefícios Previdenciários	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	55.073	16.980	10.472	3.174	971.227	41.828	55.695	53.102	66.086	53.130	52.640	62.222	1.441.629	1.332
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	15.103	9.018	9.762	4.457	836	10.961	15.788	10.094	12.463	3.980	6.659	13.522	112.643	0
Decorrentes de Decisão Judicial	74	74	74	3	74	74	510	74	519	74	74	74	1.699	0
Despesas de Exercícios Anteriores	0	0	186	0	912.733	77	96	1.010	1	2	1.352	1.124	916.583	0
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	39.896	7.888	449	-1.286	57.583	30.716	39.300	41.924	53.102	49.074	44.555	47.502	410.704	1.332
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	1.178.156	815.403	1.039.005	384.327	619.105	878.536	860.928	674.540	862.614	1.003.410	863.320	867.562	10.046.905	0

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	770.352.095	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	10.046.905	-
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (V / IV) * 100		1,304%
LIMITE MÁXIMO (VII) (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 2,200% (Decreto nº 3.917/2001)	16.947.746	2,200%
LIMITE PRUDENCIAL (VII) (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 2,090%	16.100.359	2,090%
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - 1,98%	15.252.971	1,980%

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF
[1] O Decreto nº 6.334, de 28 de dezembro de 2007, deu nova redação aos incisos do art. 2º do Decreto nº 3.917, de 13 de setembro de 2001.

MANSUETO FACUNDO DE ALMEIDA JR.
Secretário do Tesouro Nacional

ANTÔNIO CARLOS BEZERRA LEONEL
Secretário Federal de Controle Interno

Anexo 2 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida

UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2018

RGF - Anexo 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b") R$ milhares

ESPECIFICAÇÃO	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2018	
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	5.377.513.925	5.461.391.644	5.380.567.500
Dívida Mobiliária	5.228.301.369	5.410.049.340	5.542.111.472
Operações de Equalização Cambial - Relacionamento TN/ BCB (Lei nº 11.803/08)	87.381.326	-4.202.866	-212.944.895
Dívida Contratual	53.969.444	46.777.221	43.912.079
Precatórios posteriores a 5.5.2000 (inclusive)	232.275	3.367.029	1.953.036
Outras Dívidas	7.629.510	5.400.919	5.535.807
DEDUÇÕES (II) *	2.332.078.740	2.382.126.976	2.354.975.357
Ativo Disponível	1.043.663.743	1.049.541.625	1.071.182.805
Haveres Financeiros	1.315.171.892	1.367.859.859	1.324.876.818
(-) Restos a Pagar Processados[1]	-26.756.895	-35.274.508	-41.084.266
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA - DCL (III) = (I - II)	3.045.435.184	3.079.264.668	3.025.592.143
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	727.254.324	743.632.072	770.352.095
% da DC sobre a RCL (I / RCL)	739,43%	734,42%	698,46%
% da DCL sobre a RCL (III / RCL)	418,76%	414,08%	392,75%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - <%>[2]	-	-	-

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF
Nota: Em atendimento aos Acórdãos nº 435/2009-TCU-1ª Câmara e 5403/2009-TCU-1ª Câmara, a partir do 1º Quadrimestre de 2010, o demonstrativo passou a ser apurado a partir dos dados do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi)
[1] O valor evidenciado nesta linha inclui o total de Restos a Pagar inscritos como Processados que aguardam pagamento e o total de Restos a Pagar inscritos com Não-Processados que foram posteriormente liquidados e aguardam, de igual maneira, pagamento. Além disso, por representarem potenciais inscrições de Restos a Pagar em 31 de dezembro, estão somados, também, os valores das despesas liquidadas no exercício financeiro atual que não foram pagas até o 2º Quadrimestre de 2018.
[2] Limite em regulamentação. O Poder Executivo encaminhou proposta de limite de endividamento da União para regulamentação pelo Senado Federal.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 051520180 2800004

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DETALHAMENTO DO DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2018

RGF - Anexo 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b") R$ milhares

ESPECIFICAÇÃO	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2018	
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	5.377.513.925	5.461.391.644	5.380.567.500
Dívida Mobiliária	5.228.301.369	5.410.049.340	5.542.111.472
Dívida Mobiliária do TN Interna (em mercado)	3.438.687.783	3.530.558.444	3.640.117.643
(-) Aplicações em Títulos Públicos	-2.170.991	-2.281.274	-2.337.545
Dívida Mobiliária do TN Interna (em carteira BCB)	1.671.151.537	1.753.084.968	1.756.747.348
Dívida Securitizada	8.896.978	7.560.786	6.761.440
Dívida Mobiliária Externa	111.736.062	121.126.417	140.822.586
Operações de Equalização Cambial - Relacionamento TN/ BCB (Lei nº 11.803/08)	87.381.326	-4.202.866	-212.944.895
Dívida Contratual	53.969.444	46.777.221	43.912.079
Dívida Contratual de PPP	0	0	0
Demais Dívidas Contratuais	53.969.444	46.777.221	43.912.079
Precatórios posteriores a 5.5.2000 (inclusive)	232.275	3.367.029	1.953.036
Dívida Assumida pela União (Lei nº 8.727/93)	4.415.709	2.928.347	3.080.594
Passivos reconhecidos com insuficiência de créditos / recursos	3.213.801	2.472.573	2.455.213
DEDUÇÕES (II)	2.332.078.740	2.382.126.976	2.354.975.357
Ativo Disponível	1.043.663.743	1.049.541.625	1.071.182.805
Depósitos do TN no BCB	1.041.295.806	1.046.740.001	1.068.285.894
Depósitos à Vista	2.367.937	2.801.625	2.896.911
Arrecadação a Recolher	0	0	0
Haveres Financeiros	1.315.171.892	1.367.859.859	1.324.876.818
Aplicações Financeiras	302.512.104	337.116.504	373.767.927
Disponibilidades do FAT	255.598.891	292.515.774	298.998.312
Aplicações de Fundos Diversos Junto ao Setor Privado *	46.913.213	44.600.730	74.769.614
Recursos da Reserva Monetária	0	0	0
Renegociação de Dívidas de Entes da Federação	520.278.748	562.262.710	573.666.915
Dívida Renegociada Estados e Municípios (Lei nº 9.496/97 e MP nº 2.185/01)	542.498.962	547.423.932	555.252.947
Créditos da Lei nº 8.727/93	9.735.316	9.490.882	9.198.161
Dívida Externa Renegociada (Aviso MF nº 30 e outros)	5.118.271	5.141.224	5.779.018
Demais Dívidas Renegociadas	21.300.944	23.759.572	26.450.614
Ajustes para Perdas	-58.374.745	-23.552.900	-23.013.824
Demais Ativos Financeiros	492.381.040	468.480.644	377.441.976
Haveres Externos (Garantias)	0	0	0
Outros Créditos Bancários	500.513.830	476.613.435	385.574.767
Ajustes para Perdas	-8.132.790	-8.132.790	-8.132.790
(-) Restos a Pagar Processados[1]	-26.756.895	-35.274.508	-41.084.266
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	3.045.435.184	3.079.264.668	3.025.592.143
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	727.254.324	743.632.072	770.352.095
% da DC sobre a RCL (I/RCL)	739,43%	734,42%	698,46%
% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	418,76%	414,08%	392,75%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - <%>[2]	-	-	-

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF

MANSUETO FACUNDO DE ALMEIDA JR.
Secretário do Tesouro Nacional

ANTÔNIO CARLOS BEZERRA LEONEL
Secretário Federal de Controle Interno

Anexo 3 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores

UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2018

RGF - Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º) R$ milhares

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2018	
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre
AOS ESTADOS (I)	175.951.616	182.528.346	206.472.608
Em Operações de Crédito Externas	91.240.653	95.966.850	113.360.190
Em Operações de Crédito Internas	84.710.963	86.561.496	93.112.418
AOS MUNICÍPIOS (II)	14.968.304	15.474.980	17.457.107
Em Operações de Crédito Externas	11.053.340	11.671.140	13.757.603
Em Operações de Crédito Internas	3.914.965	3.803.840	3.699.504
ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III)	42.429.013	40.518.307	43.818.948
Em Operações de Crédito Externas	19.555.114	19.934.986	23.976.618
Em Operações de Crédito Internas	22.873.898	20.583.321	19.842.329
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)	67.665.880	46.023.151	22.862.328
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)	301.014.813	284.544.784	290.610.991
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)	727.254.324	743.632.072	770.352.095
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	41,39%	38,26%	37,72%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 60%	436.352.594	446.179.243	462.211.257
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - (0,9 x 60%)	392.717.335	401.561.319	415.990.131

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2018	
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre
DOS ESTADOS (VII)	175.951.616	182.528.346	206.472.608
Em Garantia às operações de Crédito Externas	91.240.653	95.966.850	113.360.190
Em Garantia às operações de Crédito Internas	84.710.963	86.561.496	93.112.418
DOS MUNICÍPIOS (VIII)	14.968.304	15.474.980	17.457.107
Em Garantia às operações de Crédito Externas	11.053.340	11.671.140	13.757.603
Em Garantia às operações de Crédito Internas	3.914.965	3.803.840	3.699.504
DAS ENTIDADES CONTROLADAS (IX)	30.270.053	16.239.731	16.922.529
Em Garantia às operações de Crédito Externas	7.396.155	7.614.923	8.644.923
Em Garantia às operações de Crédito Internas	22.873.898	8.624.808	8.277.606
EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (X)	24.204.223	0	0
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XI) = (VII + VIII + IX + X)	245.394.195	214.243.057	240.852.244

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF e CODIV

MANSUETO FACUNDO DE ALMEIDA JR.
Secretário do Tesouro Nacional

ANTÔNIO CARLOS BEZERRA LEONEL
Secretário Federal de Controle Interno

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 0 1 20180 280000

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Anexo 4 - Demonstrativo das Operações de Crédito

UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2018

RGF - Anexo 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c") R$ milhares

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	
	No 2º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre (a)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	274.380.745	686.959.334
Mobiliária	273.747.074	686.069.803
Interna	273.747.074	681.122.573
Refinanciamento	163.109.143	435.269.102
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0	0
Outras Internas - Orçamentárias	109.196.275	243.283.142
Outras Internas - Extraorçamentárias	1.441.656	2.570.329
Aporte Bacen Lei nº 11.803/2008	689.286	1.592.191
Aporte em Empresas	0	0
Trocas e Demais Operações Internas	752.370	978.139
Externa	0	4.947.230
Refinanciamento	0	2.111.397
Outras Operações Mobiliárias Externas	0	2.835.832
Contratual	633.671	889.531
Interna	0	0
Abertura de Crédito	0	0
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0	0
Outras Operações Contratuais Internas	0	0
Externa	633.671	889.531
Abertura de Crédito - Orçamentárias	633.671	889.531
Abertura de Crédito - Extraorçamentárias	0	0
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0	0
Outras Operações Contratuais Externas	0	0

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL	770.352.095	–
OPERAÇÕES VEDADAS (II)	–	–
OUTRAS OPERAÇÕES DEDUZIDAS DO LIMITE (III)	598.972.907	77,75%
Amortização/Refinanciamento do Principal de Dívidas[1]	597.380.717	77,55%
Cancelamento de títulos aceitos em leilões de trocas	0	0,00%
Aporte Bacen Lei 11.803/2008[1]	1.592.191	0,21%
Concessão de Garantias[2]	0	0,00%
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia) + (II) – (III)[3]	87.986.427	11,42%
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS[4]	462.211.257	60,00%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	–	–
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA	–	–

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF e STN/CODIV/GEOFI

[1] Dedução conforme art. 7º, §2º, I da Resolução do Senado Federal nº 48, de 21 de dezembro de 2007, alterada pela Resolução do Senado Federal nº 41, de 8 de dezembro de 2009.

efetuadas no período de referência do relatório, apurado a partir da variação, no período, dos saldos de Garantias Concedidas, demonstrados no Anexo 3 do Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal. Quando houver redução no valor total de concessão de garantias de um quadrimestre para o outro, essa linha virá zerada, uma vez que não existe concessão negativa de garantias. Além disso, tendo em vista que ainda não é possível separar as concessões de garantia da União com a de outras entidades detalhadas no Anexo 3, consideramos mais prudente deixar a linha zerada. O valor total da variação da concessão total de garantias foi de R$ 30,4 bilhões, o que pode ser calculado pela variação simples do saldo de garantias concedidas no Anexo 3 deste RGF.

[3] No caso de as deduções superarem as operações de crédito realizadas no período, o valor considerado para fins de apuração do limite é zero.

[4] Limite estabelecido pela Resolução do Senado Federal nº 48, de 21 de dezembro de 2007, válido para cada exercício. Os valores divulgados para o 1º e 2º quadrimestres não devem ser considerados como referência para projeção da evolução anual do indicador, tendo em vista as sazonalidades das receitas e despesas orçamentárias, em especial as relacionadas à gestão da Dívida Pública Federal.

MANSUETO FACUNDO DE ALMEIDA JR.
Secretário do Tesouro Nacional

ANTÔNIO CARLOS BEZERRA LEONEL
Secretário Federal de Controle Interno

Anexo 6 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

UNIÃO - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2018

RGF - Anexo 6 (LRF, art. 48) R$ milhares

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR	
Receita Corrente Líquida	770.352.095	
DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
PODER EXECUTIVO		
Despesa Total com Pessoal - DTP	215.815.415	28,02%
Limite Máximo (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 37,9%	291.963.444	37,90%
Limite Prudencial (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 36,01%	277.403.789	36,01%
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - 34,11%	262.767.100	34,11%
DESPESAS DA UNIÃO COM O AMAPÁ		
Despesa Total com Pessoal - DTP	482.367	0,06%
Limite Máximo (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 0,273% (Decreto nº 3.917/2001)[1]	2.103.061	0,27%
Limite Prudencial (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 0,259%	1.995.212	0,26%
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - 0,246%	1.895.066	0,25%
DESPESAS DA UNIÃO COM RORAIMA		
Despesa Total com Pessoal - DTP	213.376	0,03%
Limite Máximo (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 0,160% (Decreto nº 3.917/2001)[1]	1.232.563	0,16%
Limite Prudencial (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 0,152%	1.170.935	0,15%
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - 0,144%	1.109.307	0,14%
DESPESAS DA UNIÃO COM O DISTRITO FEDERAL		
Despesa Total com Pessoal - DTP	10.046.905	1,30%
Limite Máximo (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 2,200% (Decreto nº 3.917/2001)[1]	16.947.746	2,20%
Limite Prudencial (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 2,090%	16.100.359	2,09%
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - 1,980%	15.252.971	1,98%
DÍVIDA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	3.025.592.143	392,75%
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	-	-
GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias de Valores	290.610.991	37,72%
Limite Definido pela Resolução do Senado Federal 48/2007 - 60%	462.211.257	60,00%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas (Exceto Amortização / Refinanciamento e demais deduções)	87.986.427	11,42%
Limite Definido pela Resolução do Senado Federal 48/2007 para Operações de Crédito Externas e Internas - 60%	462.211.257	60,00%
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	–	–
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	–	–

Fonte: SIAFI - STN/CCONT/GEINF

MANSUETO FACUNDO DE ALMEIDA JR.
Secretário do Tesouro Nacional

ANTÔNIO CARLOS BEZERRA LEONEL
Secretário Federal de Controle Interno

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 0 1 2018092800006

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO DOS DEMONSTRATIVOS QUE COMPÕEM O RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
PODER EXECUTIVO DO GOVERNO FEDERAL
2º QUADRIMESTRE DE 2018

PORTARIA Nº 495, DE 06 DE JUNHO DE 2017, DA STN, QUE APROVOU A 8ª EDIÇÃO DO MANUAL DE DEMONSTRATIVOS FISCAIS

Nota: Os valores totais apresentados nos demonstrativos deste Relatório poderão eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos.

1) DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL - ANEXO 1 - LRF, ART.55, INCISO I, ALÍNEA "A"

1º passo - Obtenção da Despesa Bruta com Pessoal:

a) Obtêm-se os valores das despesas de pessoal, no Tesouro Gerencial, consultando as contas de despesa executada, nas contas contábeis 62213.03.00 - Crédito Empenhado Liquidado a Pagar, 62213.04.00 - Crédito Empenhado Liquidado Pago, 62213.05.00 - Crédito a Liquidar Inscrito em RPNP, 62213.06.00 - Crédito em Liquidação Inscrito em RPNP e 62213.07.00 - Crédito Liquidado a Pagar Inscrito em RPP, na gestão Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, grupo de despesa 1 - Pessoal e Encargos Sociais, e grupo de despesa 3 - Outras Despesas Correntes (para fins de apuração de Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização, pelo elemento de despesa 34 - Outras Despesas de Pessoal - Terceirizado), Poder do Órgão da Unidade Orçamentária Executivo, movimento líquido mensal dos últimos doze meses, e, em atendimento ao Acórdão nº 894/2012 - TCU - Plenário, excluindo-se os valores associados a auxílio creche ou assistência pré-escolar, bem como os "benefícios não previdenciários previstos no Plano de Seguridade Social do Servidor, atualmente representados pelo auxílio-natalidade, auxílio-funeral e assistência saúde", e incluindo-se as despesas "relativas ao auxílio-invalidez e aos benefícios previdenciários, inclusive salário-família e auxílio-reclusão", todas identificadas no nível de subitem.

b) Elabora-se a informação segregando as despesas de Pessoal em: Ativos, Inativos e Pensionistas e Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização.

- Para os valores do Pessoal Ativo, usa-se o Grupo de Despesas 1 - Pessoal e Encargos Sociais, excluindo-se os elementos de despesa 01 - Aposentadorias e Reformas, 03 - Pensões e 34 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização, bem como os elementos 05 - Outros Benefícios Previdenciários do Servidor ou do Militar, 08 - Outros Benefícios Assistenciais do Servidor e do Militar, 09 - Salário Família, 17 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Militar, 91 - Sentenças Judiciais, 92 - Despesas de Exercícios Anteriores e 94 - Indenizações e Restituições Trabalhistas, filtrado com as Naturezas de Despesa Detalhadas que contêm termos que indicam inativos, aposentados ou pensionistas de qualquer forma. As exceções a essa regra são encontradas nas Obrigações Patronais, que além dos elementos 07 e 13, são compostas pelo elemento 92 - Despesas de Exercícios Anteriores com detalhamento de Subitem 07 e 13, e os Demais Benefícios Previdenciários do Pessoal Ativo, cujos valores estão no elemento 05 - Outros Benefícios Previdenciários, com detalhamento de Subitem 01, 03, 04, 09 e 99, e no elemento 92 - Despesas de Exercícios Anteriores, com detalhamento de Subitem 05.

- Para identificar os Inativos e Pensionistas, usa-se o Grupo de Despesa 1 - Pessoal e Encargos Sociais, com os filtros de elemento de despesa 01 - Aposentadorias e Reformas e 03 - Pensões, além dos elementos 05 - Outros Benefícios Previdenciários do Servidor ou do Militar nos subitens 05, 06, 07 e 08; elemento 17 - Outras Despesas Variáveis no subitem 02; elemento 91 - Sentenças Judiciais nos subitens 09, 10, 12, 13, 15, 16, 18, 19, 23, 24, 28, 29, 30, 31, 36 e 37; elemento 92 - Despesas de Exercícios Anteriores nos subitens 01, 03, 20 e 21; elemento 94 - Indenizações Trabalhistas nos subitens 03, 06 e 14.

- Para obter os valores de Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização, usam-se os Grupos de Despesa 1 - Pessoal e Encargos Sociais, e 3 - Outras Despesas Correntes, filtrando especificamente o elemento de despesas 34 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (art. 18, § 1º).

c) Excetuam-se os seguintes parâmetros relacionados aos gastos dos ex-Territórios:

Unidade Orçamentária	73113 - Recursos sob Supervisão do MPG
Plano Orçamentário	0003 (Roraima) e 0004 (Amapá)
Função Governo	09 - Previdência Social
Subfunção Governo	272 - Previdência do Regime Estatutário
Programa Governo	0089 - Previdência de Inativos e Pensionistas da União

d) Excetuam-se, também, os valores das Unidades Orçamentárias 34101 a 34106, do Ministério Público da União, 59101 - Conselho Nacional do Ministério Público e 73901 - Fundo Constitucional do Distrito Federal - FCDF.

e) Para obter os valores do elemento 91 - Sentenças Judiciais, também são excetuados os valores dos Órgãos das Unidades Orçamentárias do Poder Legislativo e do Poder Judiciário.

2º passo - Obtenção das Despesas Não Computadas:

Obtêm-se os valores das despesas não computadas nas despesas de pessoal, no Tesouro Gerencial, consultando as contas de despesa executada, conforme critério definido no 1º passo, porém filtrando-se especificamente os elementos de despesa a seguir:

a) Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária: Grupo de Despesa 1 - Pessoal e Encargos Sociais com filtro de elemento de despesa 94 - Indenizações Trabalhistas (art. 19, § 1º, inciso I), exceto as custeadas com as fontes de recursos 23 - Contribuição para o Custeio das Pensões Militares, 56 - Contribuição para o Plano de Seguridade do Servidor e 69 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor, filtradas com as Naturezas de Despesa Detalhadas que contêm termos que indicam inativos, aposentados ou pensionistas de qualquer forma (art. 19, § 1º, inciso IV);

b) Decorrentes de Decisão Judicial: Grupo de Despesa 1 - Pessoal e Encargos Sociais com filtro de elemento de despesa 91 - Sentenças Judiciais, exceto as custeadas com as fontes de recursos 23 - Contribuição para o Custeio das Pensões Militares, 56 - Contribuição para o Plano de Seguridade do Servidor e 69 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor, filtradas com as Naturezas de Despesa Detalhadas que contêm termos que indicam inativos, aposentados ou pensionistas de qualquer forma (art. 19, § 1º, inciso IV);

c) Despesas de Exercícios Anteriores: Grupo de Despesa 1 - Pessoal e Encargos Sociais com filtro de elemento de despesa 92 - Despesas de Exercícios Anteriores, exceto as custeadas com as fontes de recursos 23 - Contribuição para o Custeio das Pensões Militares, 56 - Contribuição para o Plano de Seguridade do Servidor e 69 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor, filtradas com as Naturezas de Despesa Detalhadas que contêm termos que indicam inativos, aposentados ou pensionistas de qualquer forma (art. 19, § 1º, inciso IV);

d) Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados: Grupo de Despesa 1 - Pessoal e Encargos Sociais realizados nas fontes de recursos 23 - Contribuição para o Custeio das Pensões Militares, 56 - Contribuição para o Plano de Seguridade do Servidor e 69 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor, com filtro de elemento de despesa 01 - Aposentadorias e Reformas e 03 - Pensões, mais os elementos de despesa 05 - Outros Benefícios Previdenciários, 08 - Outros Benefícios Assistenciais, 09 - Salário-Família, 17 - Outras Despesas Variáveis, 91 - Sentenças Judiciais, 92 - Despesas de Exercícios Anteriores e 94 - Indenizações Trabalhistas, filtradas com as Naturezas de Despesa Detalhadas que contêm termos que indicam inativos, aposentados ou pensionistas de qualquer forma (art. 19, § 1º, inciso VI).

DESPESAS DEFINIDAS NOS INCISOS XIII E XIV DO ARTIGO 21 DA CF/88 E NO ARTIGO 31 DA EC Nº 19/98

3º passo - Identificação da Despesa Bruta com Pessoal do GDF:

a) Obtêm-se os valores das despesas de pessoal, no Tesouro Gerencial, consultando as contas de despesa executada, nas contas contábeis 62213.03.00 - Crédito Empenhado Liquidado a Pagar, 62213.04.00 - Crédito Empenhado Liquidado Pago, 62213.05.00 - Crédito a Liquidar Inscrito em RPNP, 62213.06.00 - Crédito em Liquidação Inscrito em RPNP e 62213.07.00 - Crédito Liquidado a Pagar Inscrito em RPP, na gestão Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, grupo de despesa 1 - Pessoal e Encargos Sociais, Poder do Órgão da Unidade Orçamentária Executivo, e grupo de despesa 3 - Outras Despesas Correntes (para fins de apuração de Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização), movimento líquido mensal, último mês do quadrimestre e os onze meses anteriores, unidade orçamentária 73901 - Fundo Constitucional do Distrito Federal - FCDF; e, em atendimento ao Acórdão nº 894/2012 - TCU - Plenário, excluindo-se os valores associados a auxílio creche ou assistência pré-escolar, bem como os "benefícios não previdenciários previstos no Plano de Seguridade Social do Servidor, atualmente representados pelo auxílio-natalidade, auxílio-funeral e assistência saúde", e incluindo-se as despesas "relativas ao auxílio-invalidez e aos benefícios previdenciários, inclusive salário-família e auxílio-reclusão", todas identificadas no nível de subitem.

b) Elabora-se a informação segregando as despesas de Pessoal em: Ativos, Inativos e Pensionistas e Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização.

- Para os valores do Pessoal Ativo, usa-se o Grupo de Despesas 1 - Pessoal e Encargos Sociais, excluindo-se os elementos de despesa 01 - Aposentadorias e Reformas, 03 - Pensões e 34 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização, bem como os elementos 05 - Outros Benefícios Previdenciários do Servidor ou do Militar, 08 - Outros Benefícios Assistenciais do Servidor e do Militar, 09 - Salário Família, 17 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Militar, 91 - Sentenças Judiciais, 92 - Despesas de Exercícios Anteriores e 94 - Indenizações e Restituições Trabalhistas, filtrado com as Naturezas de Despesa Detalhadas que contêm termos que indicam inativos, aposentados ou pensionistas de qualquer forma. As exceções a essa regra são encontradas nas Obrigações Patronais, que além dos elementos 07 e 13, são compostas pelo elemento 92 - Despesas de Exercícios Anteriores com detalhamento de Subitem 07 e 13, e os Demais Benefícios Previdenciários do Pessoal Ativo, cujos valores estão no elemento 05 - Outros Benefícios Previdenciários, com detalhamento de Subitem 01, 03, 04, 09 e 99, e no elemento 92 - Despesas de Exercícios Anteriores, com detalhamento de Subitem 05.

- Para identificar os Inativos e Pensionistas, usa-se o Grupo de Despesa 1 - Pessoal e Encargos Sociais, com os filtros de elemento de despesa 01 - Aposentadorias e Reformas e 03 - Pensões, além dos elementos 05 - Outros Benefícios Previdenciários do Servidor ou do Militar nos subitens 05, 06, 07 e 08; elemento 17 - Outras Despesas Variáveis no subitem 02; elemento 91 - Sentenças Judiciais nos subitens 09, 10, 12, 13, 15, 16, 18, 19, 23, 24, 28, 29, 30, 31, 36 e 37; elemento 92 - Despesas de Exercícios Anteriores nos subitens 01, 03, 20 e 21; elemento 94 - Indenizações Trabalhistas nos subitens 03 e 14.

- Para obter os valores de Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização, usam-se os Grupos de Despesa 1 - Pessoal e Encargos Sociais, e 3 - Outras Despesas Correntes, filtrando especificamente o elemento de despesas 34 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (art. 18, § 1º).

4º passo - Identificação da Despesa Bruta com Pessoal do Amapá e de Roraima:

a) Obtêm-se os valores das despesas de pessoal, no Tesouro Gerencial, consultando as contas de despesa executada, nas contas contábeis 62213.03.00 - Crédito Empenhado Liquidado a Pagar, 62213.04.00 - Crédito Empenhado Liquidado Pago, 62213.05.00 - Crédito a Liquidar Inscrito em RPNP, 62213.06.00 - Crédito em Liquidação Inscrito em RPNP e 62213.07.00 - Crédito Liquidado a Pagar Inscrito em RPP, dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, grupo de despesa 1 - Pessoal e Encargos Sociais, e grupo de despesa 3 - Outras Despesas Correntes (para fins de apuração de Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização), Poder do Órgão da Unidade Orçamentária Executivo, movimento líquido mensal, último mês do quadrimestre e os onze meses anteriores, nos Localizadores de Gasto relacionados abaixo; e, em atendimento ao Acórdão nº 894/2012 - TCU - Plenário, excluindo-se os valores associados a auxílio creche ou assistência pré-escolar, bem como os "benefícios não previdenciários previstos no Plano de Seguridade Social do Servidor, atualmente representados pelo auxílio-natalidade, auxílio-funeral e assistência saúde", e incluindo-se as despesas "relativas ao auxílio-invalidez e aos benefícios previdenciários, inclusive salário-família e auxílio-reclusão", todas identificadas no nível de subitem.

Unidade Orçamentária	73113 - Recursos sob Supervisão do MPG
Plano Orçamentário	0003 (Roraima) e 0004 (Amapá)
Função Governo	09 - Previdência Social
Subfunção Governo	272 - Previdência do Regime Estatutário
Programa Governo	0089 - Previdência de Inativos e Pensionistas da União

b) Elabora-se a informação segregando as despesas de Pessoal em: Ativos, Inativos e Pensionistas e Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização.

- Para os valores do Pessoal Ativo, usa-se o Grupo de Despesas 1 - Pessoal e Encargos Sociais, excluindo-se os elementos de despesa 01 - Aposentadorias e Reformas, 03 - Pensões e 34 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização, bem como os elementos 05 - Outros Benefícios Previdenciários do Servidor ou do Militar, 08 - Outros Benefícios Assistenciais do Servidor e do Militar, 09 - Salário Família, 17 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Militar, 91 - Sentenças Judiciais, 92 - Despesas de Exercícios Anteriores e 94 - Indenizações e Restituições Trabalhistas, filtrado

com as Naturezas de Despesa Detalhadas que contêm termos que indicam inativos, aposentados ou pensionistas de qualquer forma. As exceções a essa regra são encontradas nas Obrigações Patronais, que além dos elementos 07 e 13, são compostas pelo elemento 92 - Despesas de Exercícios Anteriores com detalhamento de Subitem 07 e 13, e os Demais Benefícios Previdenciários do Pessoal Ativo, cujos valores estão no elemento 05 - Outros Benefícios Previdenciários, com detalhamento de Subitem 01, 03, 04, 09 e 99, e no elemento 92 - Despesas de Exercícios Anteriores, com detalhamento de Subitem 05.

- Para identificar os Inativos e Pensionistas, usa-se o Grupo de Despesa 1 - Pessoal e Encargos Sociais, com os filtros de elemento de despesa 01 - Aposentadorias e Reformas e 03 - Pensões, além dos elementos 05 - Outros Benefícios Previdenciários do Servidor ou do Militar nos subitens 05, 06, 07 e 08; elemento 17 - Outras Despesas Variáveis no subitem 02; elemento 91 - Sentenças Judiciais nos subitens 09, 10, 12, 13, 15, 16, 18, 19, 23, 24, 28, 29, 30, 31, 36 e 37; elemento 92 - Despesas de Exercícios Anteriores nos subitens 01, 03, 20 e 21; elemento 94 - Indenizações Trabalhistas nos subitens 03 e 14.

- Para obter os valores de Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização, usam-se os Grupos de Despesa 1 - Pessoal e Encargos Sociais, e 3 - Outras Despesas Correntes, filtrando especificamente o elemento de despesas 34 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (art. 18, § 1º).

5º passo - Obtenção das Despesas Não Computadas do GDF, Amapá e Roraima:

Obtêm-se os valores das despesas não computadas na despesa com pessoal, no Tesouro Gerencial, consultando as contas de despesa executada, conforme critérios definidos nos 3º e 4º passos, porém filtrando-se os parâmetros constantes do 2º passo.

2) DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA - ANEXO 2 - LRF ART. 55, INCISO I, ALÍNEA "B"

Amplitude: Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

Definição dos itens integrantes da dívida consolidada:

DÍVIDA CONSOLIDADA		
Dívida Mobiliária		
Dívida Mobiliária do TN Interna (em mercado)	+89991.39.01	Dívida Mobiliária Interna Mercado - Curto Prazo
	+89991.39.02	Dívida Mobiliária Interna Mercado - Longo Prazo
	+89991.39.03	Dívida Mobiliária Externa - Curto Prazo
	+89991.39.04	Dívida Mobiliária Externa - Curto Prazo
	+89991.39.05	Dívida Mobiliária Agrária - TDA/Curto Prazo
	+89991.39.06	Dívida Mobiliária Agrária - TDA/Curto Prazo
	Critérios	
	Apenas os saldos identificados em nível de conta corrente relacionados a títulos em mercado, e excetuando-se as operações intra-orçamentárias.	
(-) Aplicações em Títulos Públicos	+11111.50.XX	Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata
	-11111.50.05	Poupança
	-11111.50.11	Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata - Recursos CTU
	- 11111.50.12	Resgate de Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata - Recursos CTU
	Critérios	
	Apenas os saldos referentes aos TIPOS DE ADMINISTRAÇÃO "3", "4", "5", "6" e "8" (Administração Indireta)	
	Exceto saldos do órgão 25901 - "Fundo de Compensação e Variações Salariais (FCVS)"	
Dívida Mobiliária do TN Interna (em carteira BCB)	+89991.39.01	Dívida Mobiliária Interna Mercado - Curto Prazo
	+89991.39.02	Dívida Mobiliária Interna Mercado - Longo Prazo
	+89991.39.07	Dívida Mobiliária Interna BACEN - Curto Prazo
	+89991.39.08	Dívida Mobiliária Interna BACEN - Longo Prazo
	Critérios	
	Apenas os saldos identificados em nível de conta corrente relacionados a títulos em carteira BCB	
Dívida Securitizada	+89991.39.01	Dívida Mobiliária Interna Mercado - Curto Prazo
	+89991.39.02	Dívida Mobiliária Interna Mercado - Longo Prazo
	+89991.39.03	Dívida Mobiliária Externa - Curto Prazo
	+89991.39.04	Dívida Mobiliária Externa - Curto Prazo
	+89991.39.05	Dívida Mobiliária Agrária - TDA/Curto Prazo
	+89991.39.06	Dívida Mobiliária Agrária - TDA/Curto Prazo
	Critérios	
	Apenas os saldos identificados em nível de conta corrente relacionados a títulos referentes à dívida securitizada	
	+21211.02.02	Títulos da Dívida Agrária (TDA)
	+22211.01.02	Títulos da Dívida Agrária (TDA)
Dívida Mobiliária Externa	+89991.39.03	Dívida Mobiliária Externa - Curto Prazo
	+89991.39.04	Dívida Mobiliária Externa - Curto Prazo
Operações de Equalização Cambial - Relacionamento TN/ BCB (Lei nº 11.803/08)		
	+21891.29.01	Resultado Negativo do BACEN - Balanço Apurado
	+21891.29.02	Custos das Operações Cambiais e Reservas
	+21894.29.02	Resultado Negativo do BACEN - Custo das Reservas
	+21895.29.02	Resultado Negativo do BACEN - Custo das Reservas
	-11381.30.01	Resultado Negativo do BACEN - Balanço Apurado
	-11381.30.02	Resultado Negativo do BACEN - Custo das Reservas
Dívida Contratual		
Dívida Contratual de PPP	-	-
Demais Dívidas Contratuais	+21221.03.00	Empréstimos Externos - Em Contrato
	+21211.03.01	Crédito Securitizado
	+21211.03.03	Contratos de Empréstimos Internos
	+21211.07.00	Empréstimos Recebidos Antecipadamente
	+21214.03.01	Crédito Securitizado - Inter OFSS - Estados
	+21214.03.03	Contratos de Empréstimos Internos - Inter Estados
	+21215.03.01	Crédito Securitizado - Inter OFSS - Municípios
	+21215.03.03	Contratos de Empréstimos Internos - Inter Municípios
	+21251.01.03	Juros Pro-Rata Sobre Empréstimos Internos Contraídos
	+21221.06.01	Débitos de Operações Especiais
	+21231.02.01	Financiamento dos Ativos Permanentes
	+21231.02.02	Financiamento para Construção de Imóveis Habitacionais
	+21241.02.01	Financiamento dos Ativos Permanentes
	+21254.01.03	Juros Pro-Rata Sobre Empréstimos Internos Contraídos - Inter Estados
	+21255.01.03	Juros Pró-Rata sobre Empréstimos Internos - Inter Municípios
	+22221.02.00	Empréstimos Externos - Em Contratos
	+22211.02.00	Empréstimos Internos - Em Contratos
	+21731.03.01	Instituições Financeiras
	+21731.06.02	Instituições Não Financeiras
	+21771.01.01	Instituições Financeiras
	+21735.04.02	Instituições Não Financeiras
	+22231.01.01	Financiamentos do Ativo Permanente
	+22231.01.02	Financiamentos para Construção de Imóveis
	+21231.01.02	Financiamentos Internos

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800008

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

	+22241.01.01	Financiamentos do Ativo Permanente
	+22731.04.01	Instituições Financeiras
	+22731.03.01	Instituições Financeiras
	+22771.01.01	Instituições Financeiras

Apenas os saldos que contenham ISF do Lançamento "P". Para conta contábil 22731.04.01, é excluída a Unidade Gestora 170512 - Coordenação-Geral de Haveres Financeiros (COAFI)

Precatórios posteriores a 05/05/2000 (inclusive)

	+63110.00.00	RP Não Processados a Liquidar
	+63130.00.00	RPNP Liquidados a Pagar
	+63151.00.00	RPNP a Liquidar Bloqueados por Decreto
	+63152.00.00	RPNP a Liquidar em Liquidação Bloqueado
	+63120.00.00	RPNP a Liquidar em Liquidação
	+63210.00.00	RP Processados a Pagar
	+52211.01.01	Originário do OGU
	+52211.02.01	Antecipação - LDO
	+52211.02.09	Anulação da Antecipação - LDO
	+52212.01.01	Originário do OGU
	+52212.01.03	Originário do OGU - Suplementação Automática
	+52212.02.01	Créditos Especiais Abertos
	+52212.02.02	Créditos Especiais Reabertos
	+52212.02.03	Créditos Especiais Reabertos - Suplementação
	+52212.03.01	Créditos Extraordinários Abertos
	+52212.03.02	Créditos Extraordinários Reabertos
	+52212.03.03	Créditos Extraordinários Reabertos - Suplementação
	+52219.01.00	Alteração do Quadro de Detalhamento das Despesas
	+52219.03.00	Dotação Transferida
	+52219.04.00	Cancelamento de Dotações
	+52219.01.01	Acréscimo
	+52219.01.09	Redução
	+52219.02.01	Acréscimo
	+52219.02.09	Redução
	+52219.03.01	Acréscimo
	+52219.03.09	Redução
	-62213.03.00	Crédito Empenhado Liquidado e Pago

Critérios

Apenas os saldos da ação 0005 - "Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas".

Dívida Assumida pela União (Lei nº 8.727/93)

	+21891.26.00	Entidades Credoras - Federais
	+22891.16.00	Obrigações Junto a Entidades Federais
	+22731.04.01	Instituições Financeiras

Critérios

Apenas os saldos da Unidade Gestora 170512 - Coordenação-Geral de Haveres Financeiros (COAFI) e ISF do Lançamento "P"

Passivos Reconhecidos por Insuficiência de Créditos/Recursos

	21311.04.00	Contas a Pagar Credores Nacionais
	21314.04.00	Contas a Pagar Credores Nacionais - Inter Estados
	21315.04.00	Contas a Pagar Credores Nacionais - Inter Municípios
	21121.01.00	Benefícios Previdenciários
	21141.98.00	Outros Encargos Sociais
	21144.98.00	Outros Encargos Sociais - Inter Estados
	21145.98.00	Outros Encargos Sociais - Inter Municípios
	21111.01.01	Salários, Remunerações e Benefícios
	22311.01.00	Fornecedores Nacionais
	21411.99.00	Outros Tributos e Contribuições

Critérios

Apenas ISF do Lançamento "P"

DEDUÇÕES

Ativo Disponível

Depósitos do TN no BCB	+11111.02.XX	Conta Única - Subconta do Tesouro Nacional
	+11111.03.XX	Conta Única - Subconta Fundo do RGPS
	+11111.04.XX	Conta Única - Subconta Dívida Pública
Depósitos à Vista	+11111.19.00	Bancos Conta Movimento - Demais Contas
	+11121.02.00	Bancos Conta Movimento - Bancos Oficiais no Exterior
	+11121.03.00	Bancos Conta Movimento - Bancos Locais no Exterior
	+11121.50.00	Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata - Moeda Estrangeira
	+11121.52.00	Aplicações em Depósitos Realizáveis de Curtíssimo Prazo

Critérios

Exceto saldos do órgão 25901 - "Fundo de Compensação e Variações Salariais (FCVS)" e da Unidade Gestora 380916 - "Coordenação-Geral de Recursos do FAT/MTE".

Arrecadação a Recolher — Os valores correspondem às conciliações das entradas na conta única no dia útil posterior ao encerramento do quadrimestre, separados em: Arrecadacao IN-SRF 80/89, Outros e Pendencia a Identificar.

Haveres Financeiros

Aplicações Financeiras

Disponibilidades do FAT	+11121.XX.XX	Caixa e Equivalentes em Moedas Estrangeiras
	+11111.19.XX	Bancos Conta Movimento - Demais Contas
	+11241.01.XX	Empréstimos Concedidos a Receber
	+11351.07.XX	Depósitos Especiais
	+11351.11.XX	Depósitos Especiais no FAT no Banco do Brasil
	+11351.12.XX	Depósitos Especiais no FAT no Banco do Nordeste
	+11351.13.XX	Depósitos Especiais no FAT no BNDES
	+11351.14.XX	Depósitos Especiais no FAT na Caixa Econômica
	+11351.15.XX	Depósitos Especiais no FAT na FINEP

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800009

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

	+11351.16.XX	Depósitos Especiais no FAT no Banco da Amazônia
	+11354.07.XX	Depósitos Especiais - Estados
	+11355.07.XX	Depósitos Especiais - Municípios
	+12111.03.XX	Empréstimos e Financiamentos Concedidos
	+1211403.XX	Empréstimos e Financiamentos Concedidos - Estados
	+1211503.XX	Empréstimos e Financiamentos Concedidos - Municípios
	Critérios	
	Apenas saldos contábeis da Unidade Gestora 380916 - "Coordenação-Geral de Recursos do FAT/MTE".	
Aplicações de Fundos Diversos Junto ao Setor Privado	+23XXX.XX.XX	Patrimônio Líquido
	+11121.51.00	Aplicações Financeiras - Fechamento de Câmbio
	-11111.02.XX	Conta Única - Subconta do Tesouro Nacional
	-11111.03.XX	Conta Única - Subconta Fundo do RGPS
	-11111.04.XX	Conta Única - Subconta Dívida Pública
	-11121.02.00	Bancos Conta Movimento - Bancos Oficiais Exterior
	-11121.03.00	Bancos Conta Movimento - Bancos Locais Exterior
	-11121.50.00	Aplicação Financeira Liquidez Imediata - Moeda Estrangeira
	-11121.52.00	Aplicação em Depósitos Realizáveis - Curtíssimo Prazo
	-11111.19.XX	Bancos Conta Movimento - Demais Contas (para todas as UGs com exceção da 380916)
	-122XX.XX.XX	Investimentos
	-123XX.XX.XX	Imobilizado
	-124XX.XX.XX	Intangível
	-125XX.XX.XX	Diferido
	- Disp. do FAT	Se exclui a Disponibilidade do FAT das contas 23XXX.XX.XX para se chegar às Aplicações de Fundos Diversos Junto ao Setor Privado.
	Critérios	
	Apenas saldos contábeis referentes ao Tipo de Administração 07 - "Fundos"	
	+11121.51.00	Aplicações Financeiras - Fechamento de Câmbio
Recursos da Reserva Monetária	Sem informação no Siafi.	

Renegociação de Dívidas de Entes da Federação

Dívida Renegociada Estados e Municípios (Lei nº 9.496/97 e MP nº 2.185/01)	+11241.01.00	Empréstimos Concedidos a Receber
	+11241.04.01	Encargos sobre Empréstimos Concedidos a Receber - Exceto FAT
	+11241.06.00	Resíduo de Empréstimos Concedidos
	+11244.01.00	Empréstimos Concedidos a Receber - Inter Estados
	+11244.04.01	Encargos sobre Empréstimos Concedidos a Receber - Inter Estados
	+11244.06.00	Resíduo de Empréstimos Concedidos - Inter Estados
	+11245.01.00	Empréstimos Concedidos a Receber - Inter Municípios
	+11245.04.01	Encargos sobre Empréstimos Concedidos a Receber - Inter Municípios
	+11245.06.00	Resíduo de Empréstimos Concedidos - Inter Municípios
	+12111.03.01	Empréstimos Concedidos a Receber
	+12111.03.18	Resíduo de Empréstimos Concedidos
	+12114.03.01	Empréstimos Concedidos a Receber - Estados
	+12114.03.18	Resíduo de Empréstimos Concedidos - Estados
	+12115.03.01	Empréstimos Concedidos a Receber - Municípios
	+12115.03.18	Resíduo de Empréstimos Concedidos - Municípios
	+12121.98.18	Créditos Sub-Rogados
	+12124.98.18	Créditos Sub-Rogados - Estados
	+11381.42.00	Créditos Sub-Rogados
	+11384.42.00	Créditos Sub-Rogados - Estados
	Critérios	
	Apenas os saldos contábeis da Unidade Gestora 170512 - "Coordenação-Geral de Haveres Financeiros (COAFI)".	
	Apenas os saldos identificados em nível de conta corrente relacionados à Lei nº 9.496/1997 e à MP nº 2.185/2001.	
Créditos da Lei nº 8.727/93	+11241.01.00	Empréstimos Concedidos a Receber
	+11241.04.01	Encargos sobre Empréstimos Concedidos a Receber - Exceto FAT
	+11241.06.00	Resíduo de Empréstimos Concedidos
	+11244.01.00	Empréstimos Concedidos a Receber - Inter Estados
	+11244.04.00	Encargos sobre Empréstimos Concedidos a Receber - Inter Estados
	+11244.06.00	Resíduo de Empréstimos Concedidos - Inter Estados
	+11245.01.00	Empréstimos Concedidos a Receber - Inter Municípios
	+11245.04.01	Encargos sobre Empréstimos Concedidos a Receber - Inter Municípios
	+11245.06.00	Resíduo de Empréstimos Concedidos - Inter Municípios
	+12111.03.01	Empréstimos Concedidos a Receber
	+12111.03.18	Resíduo de Empréstimos Concedidos
	+12114.03.01	Empréstimos Concedidos a Receber - Estados
	+12114.03.18	Resíduo de Empréstimos Concedidos - Estados
	+12115.03.01	Empréstimos Concedidos a Receber - Municípios
	+12115.03.18	Resíduo de Empréstimos Concedidos - Municípios
	+12121.98.18	Créditos Sub-Rogados
	+12124.98.18	Créditos Sub-Rogados - Estados
	+11381.42.00	Créditos Sub-Rogados
	+11384.42.00	Créditos Sub-Rogados - Estados
	Critérios	
	Apenas os saldos contábeis da Unidade Gestora 170512 - "Coordenação-Geral de Haveres Financeiros (COAFI)".	
	Apenas os saldos identificados em nível de conta corrente relacionados à Lei nº 8.727/1993.	

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800010

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Dívida Externa Renegociada (Aviso MF nº 30 e outros)	+11241.01.00	Empréstimos Concedidos a Receber
	+11241.04.01	Encargos sobre Empréstimos Concedidos a Receber - Exceto FAT
	+11241.06.00	Resíduo de Empréstimos Concedidos
	+11244.01.00	Empréstimos Concedidos a Receber - Inter Estados
	+11244.04.00	Encargos sobre Empréstimos Concedidos a Receber - Inter Estados
	+11244.06.00	Resíduo de Empréstimos Concedidos - Inter Estados
	+11245.01.00	Empréstimos Concedidos a Receber - Inter Municípios
	+11245.04.01	Encargos sobre Empréstimos Concedidos a Receber - Inter Municípios
	+11245.06.00	Resíduo de Empréstimos Concedidos - Inter Municípios
	+12111.03.01	Empréstimos Concedidos a Receber
	+12111.03.18	Resíduo de Empréstimos Concedidos
	+12114.03.01	Empréstimos Concedidos a Receber - Estados
	+12114.03.18	Resíduo de Empréstimos Concedidos - Estados
	+12115.03.01	Empréstimos Concedidos a Receber - Municípios
	+12115.03.18	Resíduo de Empréstimos Concedidos - Municípios
	+12121.98.18	Créditos Sub-Rogados
	+12124.98.18	Créditos Sub-Rogados - Estados
	+11381.42.00	Créditos Sub-Rogados
	+11384.42.00	Créditos Sub-Rogados - Estados
	Critérios	
	Apenas os saldos contábeis da Unidade Gestora 170512 - "Coordenação-Geral de Haveres Financeiros (COAFI)".	
	Apenas os saldos identificados em nível de conta corrente relacionados à Dívida Externa Renegociada (Aviso MF nº 30 e outros).	
Demais Dívidas Renegociadas	+11241.01.00	Empréstimos Concedidos a Receber
	+11241.04.01	Encargos sobre Empréstimos Concedidos a Receber - Exceto FAT
	+11241.06.00	Resíduo de Empréstimos Concedidos
	+11244.01.00	Empréstimos Concedidos a Receber - Inter Estados
	+11244.04.00	Encargos sobre Empréstimos Concedidos a Receber - Inter Estados
	+11244.06.00	Resíduo de Empréstimos Concedidos - Inter Estados
	+11245.01.00	Empréstimos Concedidos a Receber - Inter Municípios
	+11245.04.01	Encargos sobre Empréstimos Concedidos a Receber - Inter Municípios
	+11245.06.00	Resíduo de Empréstimos Concedidos - Inter Municípios
	+12111.03.01	Empréstimos Concedidos a Receber
	+12111.03.18	Resíduo de Empréstimos Concedidos
	+12114.03.01	Empréstimos Concedidos a Receber - Estados
	+12114.03.18	Resíduo de Empréstimos Concedidos - Estados
	+12115.03.01	Empréstimos Concedidos a Receber - Municípios
	+12115.03.18	Resíduo de Empréstimos Concedidos - Municípios
	+12121.98.18	Créditos Sub-Rogados
	+12124.98.18	Créditos Sub-Rogados - Estados
	+11381.42.00	Créditos Sub-Rogados
	+11384.42.00	Créditos Sub-Rogados - Estados
	Critérios	
	Apenas os saldos contábeis da Unidade Gestora 170512 - "Coordenação-Geral de Haveres Financeiros (COAFI)".	
	Demais valores não identificados em nível de conta corrente como relacionados às outras rubricas.	
Ajustes para Perdas	+12111.99.02	Ajuste para Perda de Crédito com Liquidação Duvidosa
	+12114.99.04	Ajuste para Perdas de Empréstimos/Financiamentos Concedidos
	+12115.99.04	Ajuste para Perdas de Empréstimos/Financiamentos Concedidos
	+11294.04.01	Perda Estimada em Empréstimos Concedidos
	+11295.04.01	Perda Estimada em Empréstimos Concedidos
	+12111.99.04	Ajuste para Perdas de Empréstimos/Financiamentos Concedidos
	Critérios	
	Apenas os saldos contábeis da Unidade Gestora 170512 - "Coordenação-Geral de Haveres Financeiros (COAFI)".	
	Demais valores não identificados em nível de conta corrente como relacionados às outras rubricas.	
Demais Ativos Financeiros		
Haveres Externos (Garantias)	Sem informação.	
Outros Créditos Bancários	+11241.01.00	Empréstimos Concedidos a Receber
	+11241.03.01	Créditos de Operações Especiais a Receber
	+11244.03.01	Créditos de Operações Especiais a Receber - Inter Estados
	+11245.03.01	Créditos de Operações Especiais a Receber - Inter Municípios
	+11241.03.03	Operações Especiais Securitizadas
	+11244.03.03	Operações Especiais Securitizadas - Inter Estados
	+11245.03.03	Operações Especiais Securitizadas - Inter Municípios
	+12111.03.01	Empréstimos Concedidos a Receber
	+12111.03.08	Financiamentos Concedidos a Receber - Exceto FAT
	+12111.03.14	Créditos de Operações Especiais a Receber
	+12114.03.01	Empréstimos Concedidos a Receber - Estados
	+12114.03.08	Financiamentos Concedidos a Receber - Exceto FAT - Estados
	+12115.03.01	Empréstimos Concedidos a Receber - Municípios
	+12115.03.08	Financiamentos Concedidos a Receber - Exceto FAT - Municípios
	Critérios	
	Apenas os saldos contábeis das Unidades Gestoras 170705 - "Coordenação-Geral de Fundos e Operações Fiscais (COFIS)" e 170526 - "COFIS - Projeto Bird"	
Ajustes para Perdas (Outros Créditos Bancários)	+11291.04.01	Perda Estimada em Créditos Concedidos
	+12111.99.04	Ajuste de Perdas de Empréstimos e Financiamentos Concedidos
	Critérios	
	Apenas os saldos contábeis das Unidades Gestoras 170705 - "Coordenação-Geral de Fundos e Operações Fiscais (COFIS)" e 170526 - "COFIS - Projeto Bird"	
(-) Restos a Pagar Processados		
	+62292.01.03	Empenhos Liquidados a Pagar
	+63130.00.00	RPNP Liquidados a Pagar
	+63210.00.00	RP Processados a Pagar
	+62292.01.07	Empenhos Liquidados a Pagar Inscritos em RPP
	Critérios	
	Excetuam-se os valores da Ação *0005 - "Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas" para evitar dupla contagem pois já constam na linha "*Precatórios posteriores a 05/05/2000 (inclusive)".	
	+62292.01.02	Empenhos em Liquidação
	+62292.01.06	Empenhos em Liquidação Inscritos em RPNP
	+63120.00.00	RP Não Processados a Liquidar em Liquidação
	Critérios	
	Excetuam-se os valores da Unidade Gestora 170600 - Coordenação-Geral de Controle da Dívida Pública	

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800011

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

3) DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES - ANEXO 3 - LRF, ART. 55, INCISO I, ALÍNEA "C" E ART. 40, § 1º. A metodologia utilizada é baseada na definida pela Coordenação-Geral de Controle da Dívida Pública (CODIV), conforme a Nota Técnica nº 5/2018/GECOD/COSCD/CODIV/SUDIP/STN/MF-DF, de 21 de setembro de 2018, transcrita a seguir. No entanto, os valores do demonstrativo diferem do encaminhado pela CODIV neste e no último quadrimestre. Parte da diferença está sendo explicada nesta seção; a outra se refere às garantias e contragarantias concedidas por meio de fundos e programas, que não estão contempladas na referida Nota Técnica. Os valores do demonstrativo refletem os valores contidos no SIAFI para toda a União no fechamento do mês de agosto de 2018.

"1. A presente nota trata do Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores, parte integrante do Relatório de Gestão Fiscal, previsto na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a ser emitido ao final de cada quadrimestre.

2. Com vistas à publicação do Relatório de Gestão Fiscal referente ao 2º quadrimestre de 2018, encontra-se, no Anexo I, o Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores, em operações de crédito de entes subnacionais, com garantia da União. O quadro, que consolida as informações atinentes a garantias e contragarantias registradas no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI, foi elaborado de acordo com as definições e a metodologia descritas no Manual de Demonstrativos Fiscais, 8ª edição, aprovado pela Portaria STN nº 495, de 2017.

3. Além do Manual de Demonstrativos Fiscais, foram seguidas as determinações contidas no art. 4º, inciso II, da Instrução Normativa nº 59, aprovada pelo TCU em 12/08/2009. Nesse sentido, conforme segue abaixo, são apresentados, nos anexos a esta Nota, a relação de novos contratos garantidos pela União em operações de crédito externo e o total honrado pela União em parcelas inadimplidas por entes subnacionais no âmbito de operações de crédito externas e internas garantidas, ocorridas no período de 01/01/2018 a 31/08/2018.

4. Os registros contábeis correspondentes às garantias concedidas pela União estão identificados no SIAFI, na gestão "Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social", por meio dos seguintes grupos de contas contábeis:

- 8.1.2.1.1.01.04 para garantias concedidas em operações de crédito internas; e

- 8.1.2.1.1.02.04 para garantias concedidas em operações de crédito externas.

5. Por usa vez, a contabilização correspondente às contragarantias recebidas pela União está registrada na gestão "Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social", de acordo com os seguintes grupos de contas contábeis:

- 8.1.1.1.1.03.04 para contragarantias recebidas referentes a operações de crédito internas; e

- 8.1.1.1.1.04.04 para contragarantias recebidas referentes a operações de crédito externas.

6. Seguindo o disposto no Manual de Demonstrativos Fiscais, a partir de 2018, os saldos de garantias e contragarantias em operações de crédito passaram a ser registrados seguindo classificação por tipo de mutuário (estados, municípios, estatais federais e entidades controladas) e tipo de dívida (externa ou interna). As contas de controle no SIAFI foram ajustadas de modo a atender a nova classificação, sem prejuízo dos valores apurados no fechamento do exercício anterior.

7. As taxas de câmbio utilizadas para apuração de valores em reais do saldo garantido pela União em operações de crédito em moeda estrangeira foram as de 31/8/2018 (PTAX de venda do fechamento).

8. Ao final do 2º quadrimestre de 2018, o saldo da dívida garantida em operações de crédito alcançou R$ 270,38 bilhões. A dívida garantida em operações de crédito externas responde por R$ 153,10 bilhões, equivalente a 56,6% do total. A dívida garantida em operações de crédito internas representa R$ 117,28 bilhões, 43,4% do total.

9. Em comparação com o quadrimestre anterior, o saldo devedor das garantias em operações de crédito (Interna e Externa) apresentou uma elevação no valor aproximado de R$ 30,86 bilhões (12,9%), conforme apresentado no Anexo I desta Nota.

10. Na apuração do saldo garantido em operações de crédito internas, verificou-se elevação de R$ 5,64 bilhões (5,1%), em relação ao último quadrimestre. O saldo das garantias em operações de crédito externas, por sua vez, sofreu incremento de R$ 25,2 bilhões (19,7%) durante o 2º quadrimestre de 2018.

11. A diferença entre os saldos de garantias concedidas e de contragarantias recebidas pela União se deve a ocorrências de dispensa de contragarantia previstos nos normativos vigentes. É o caso das operações de empresas públicas, cujo capital pertence integralmente à União, conforme prevê o art. 40, parágrafo primeiro, da Lei de Responsabilidade Fiscal, ou de operações realizadas anteriormente à Resolução nº 96/1989 do Senado Federal, que tornou obrigatória a vinculação de contragarantias a partir de sua edição.

12. Assim, para a apuração do saldo de contragarantias referentes a operações de crédito garantidas pela União, deduziu-se do saldo garantido original o saldo referente àquelas operações de crédito enquadradas nos casos de dispensa de contragarantias elencados acima.

13. Neste quadrimestre, foi identificada incorreção no valor de contragarantias recebidas de estatais federais em operações de crédito internas, referente ao 3ºquadrimestre de 2017, divulgado no RGF do 1º quadrimestre de 2018. O valor divulgado anteriormente não levou em consideração as operações de crédito internas de estatais federais que possuem dispensa de contragarantia. Após a correção, o saldo de contragarantias em operações de crédito internas de estatais federais passou de R$ 22.496,13 milhões a R$ 9.330,89 milhões, fazendo com que o saldo total de contragarantias em operações de crédito fosse reduzido de R$ 221.189,97 milhões a R$ 208.024,73 milhões, na posição de 31/12/2017.

14. A Instrução Normativa nº 59 do TCU, aprovada em 12/8/2009, determina a divulgação de todas as operações de crédito externo, com garantia da União, contratadas ao longo do período de referência do Relatório de Gestão Fiscal. As operações de crédito externas, garantidas pela União, contratadas ao longo de 2018 são elencadas no Anexo III. No mesmo anexo, são listados os casos de dispensa de contragarantias em operações de crédito interna.

15. Conforme estabelecido no art. 4º, inciso II, alínea b, da Instrução Normativa nº 59 do TCU, aprovada em 12/8/2009, informamos que, no período de referência deste Relatório de Gestão Fiscal, a União realizou pagamentos referentes a honras de garantias concedidas em operações de crédito externas e internas, cujos montantes estão relacionados no anexo IV desta Nota.

16. Os relatórios e informações considerados nesta Nota e nos demonstrativos anexos referem-se aos valores e saldos devedores apurados em 31/08/2018. Os valores apresentados no demonstrativo para as Garantias e as Contragarantias, Externas e Internas, diferem dos respectivos saldos apresentados no SIAFI, no balancete de agosto de 2018, em virtude de a atualização dos saldos de alguns contratos garantidos terem ocorrido em data posterior ao fechamento do mês em questão. Essa diferença é eliminada no SIAFI através da atualização dos saldos contábeis efetuada por meio da emissão da Nota de Sistema 2018NS001533, com reflexo contábil a partir 01/09/2018.

17. Feitas tais considerações, sugerimos o encaminhamento da presente Nota e anexos para providências da Coordenação-Geral de Contabilidade - CCONT.

ANEXO I

RGF - ANEXO 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º) R$ Milhares

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE <EXERCÍCIO>		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
AOS ESTADOS (I)	175.951.615,83	183.340.988,34	208.189.788,79	-
Em Operações de Crédito Externas	91.240.652,98	96.192.069,29	114.536.108,70	
Em Operações de Crédito Internas	84.710.962,85	87.148.919,05	93.653.680,09	
AOS MUNICÍPIOS (II)	14.968.304,38	15.482.435,21	17.751.829,79	-
Em Operações de Crédito Externas	11.053.339,80	11.670.935,80	13.967.357,44	
Em Operações de Crédito Internas	3.914.964,58	3.811.499,41	3.784.472,35	
ÀS ESTATAIS FEDERAIS (III)	36.446.724,12	34.401.248,14	36.604.352,78	-
Em Operações de Crédito Externas	13.950.589,65	14.048.722,18	17.071.464,07	
Em Operações de Crédito Internas	22.496.134,47	20.352.525,96	19.532.888,71	
ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (IV)	5.982.288,45	6.298.986,09	7.837.525,17	-
Em Operações de Crédito Externas	5.604.524,81	5.971.499,27	7.528.034,03	
Em Operações de Crédito Internas	377.763,64	327.486,82	309.491,15	
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS A OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (I + II + III + IV)	233.348.932,78	239.523.657,78	270.383.496,53	-

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE <EXERCÍCIO>		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DOS ESTADOS (VI)	175.951.615,83	183.340.988,34	208.189.788,79	-
Em Garantia às operações de Crédito Externas	91.240.652,98	96.192.069,29	114.536.108,70	

Em Garantia às operações de Crédito Internas	84.710.962,85	87.148.919,05	93.653.680,09	
DOS MUNICÍPIOS (VII)	14.968.304,38	15.482.435,21	17.751.829,79	-
Em Garantia às operações de Crédito Externas	11.053.339,80	11.670.935,80	13.967.357,44	
Em Garantia às operações de Crédito Internas	3.914.964,58	3.811.499,41	3.784.472,35	
DAS ESTATAIS FEDERAIS (VIII)	11.122.520,64	10.044.934,02	9.707.933,82	-
Em Garantia às operações de Crédito Externas	1.791.629,78	1.728.659,08	1.739.768,58	
Em Garantia às operações de Crédito Internas	9.330.890,86	8.316.274,94	7.968.165,24	
DAS ENTIDADES CONTROLADAS (IX)	5.982.288,45	6.298.986,09	7.837.525,17	-
Em Garantia às operações de Crédito Externas	5.604.524,81	5.971.499,27	7.528.034,03	
Em Garantia às operações de Crédito Internas	377.763,64	327.486,82	309.491,15	
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (X) = (VI + VII + VIII + IX)	208.024.729,30	215.167.343,66	243.487.077,57	-

UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2018

LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º - Anexo II

DISPENSA DE CONTRAGARANTIA DE CONTRATOS EXTERNOS	Data de assinatura	Data de Encerramento	Moeda de Origem	Valor Contratado Moeda de Origem	SD Exercício Anterior (R$)	1º Quadrimestre (R$)	2º Quadrimestre (R$)	3º Quadrimestre (R$)
Externa					**12.158.959.858,01**	**12.320.063.104,20**	**15.331.695.488,17**	
CONTRATOS SOB A VIGÊNCIA DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (LRF) - LC Nº 101, DE 04.05.2000					**11.626.355.882,32**	**11.879.252.005,04**	**14.867.880.769,28**	
Obrigação de vincular contragarantias com dispensa para entidades do próprio Ente								
BID1374	09/05/2002	09/05/2022	USD	900.000.000,00	837.337.500,00	881.153.437,50	930.442.500,00	
BID3866	10/11/2017	15/10/2042	USD	750.000.000,00	1.654.000.000,00	1.740.550.000,00	3.101.475.000,00	
BID1608	23/09/2005	23/09/2025	USD	1.000.000.000,00	1.654.000.000,00	1.631.765.625,00	1.938.421.875,00	
BID1860	19/10/2007	19/10/2029	USD	1.000.000.000,00	2.067.500.000,00	2.066.903.125,00	2.455.334.375,00	
BID2023/OC-BR	19/03/2009	19/03/2029	USD	1.000.000.000,00	2.377.625.000,00	2.393.256.250,00	2.843.018.750,00	
BID2236/OC-BR	13/12/2010	13/12/2030	USD	1.000.000.000,00	2.687.750.000,00	2.828.393.750,00	3.230.703.125,00	
BIRD7964-BR	05/12/2011	15/04/2034	USD	50.000.000,00	55.283.773,87	58.162.156,00	69.092.517,80	
JBIC 042889 - BNDES - MCPIII	12/07/2002	14/03/2020	JPY	45.000.000.000,00	156.759.037,10	135.845.261,62	157.610.912,30	
NIB PIL-3497/404242	09/11/2005	15/11/2020	USD	60.000.000,00	56.708.571,35	59.675.999,92	59.075.714,18	
NIB PIL-4857/413383	13/10/2010	14/12/2020	USD	60.000.000,00	79.392.000,00	83.546.400,00	82.706.000,00	
CONTRATOS SOB A VIGÊNCIA DA RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL Nº 96, DE 15.12.1989					**532.603.975,69**	**440.811.099,16**	**463.814.718,89**	
Obrigação de vincular contragarantias, mas com possibilidade de dispensa caso a caso e entendimento jurídico de não aplicabilidade a empresas estatais								
BID841	12/12/1994	12/12/2019	USD	400.000.000,00	191.466.475,69	201.485.474,16	179.512.843,89	
BID1125	14/03/1999	14/03/2019	USD	1.100.000.000,00	341.137.500,00	239.325.625,00	284.301.875,00	
Interna					**13.165.243.606,65**	**12.036.251.020,67**	**11.564.723.471,92**	
CONTRATOS SOB A VIGÊNCIA DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (LRF) - LC Nº 101, DE 04.05.2000					**13.165.243.606,65**	**12.036.251.020,67**	**11.564.723.471,92**	
Obrigação de vincular contragarantias com dispensa para entidades do próprio Ente								
BNDES - 2010578	14/04/2010	15/04/2030	BRL	5.916.460.013,00	3.450.454.648,39	3.420.836.608,57	3.258.504.288,94	
BNDES - 2010589	30/11/2010	17/04/2034	BRL	3.468.868.873,04	2.903.321.723,54	2.843.111.836,28	2.789.141.367,46	
BNDES - 2011655	07/04/2011	15/07/2021	BRL	1.000.000.000,00	421.410.087,38	381.920.737,40	343.394.389,58	
BNDES - 2011712	06/12/2011	17/01/2022	BRL	2.000.000.000,00	1.093.854.082,25	879.995.020,88	788.582.301,73	
BNDES - 2013911	01/10/2013	15/01/2024	BRL	3.000.000.000,00	3.100.839.815,37	2.322.656.884,75	2.192.127.660,06	
BNDES - 2014016	16/12/2014	15/01/2026	BRL	2.000.057.050,30	2.195.363.249,72	2.187.729.932,79	2.192.973.464,15	
TOTAL INTERNA E EXTERNA					**25.324.203.464,66**	**24.356.314.124,87**	**26.896.418.960,09**	

UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2018
CONTRATAÇÃO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS COM GARANTIA DA UNIÃO

Contratação de Operações de Crédito Externas - Anexo III Fonte: PGFN-COF

ANO	CONTRATO	CREDOR	MUTUÁRIO	DATA DE ASSINATURA	MOEDA DE ORIGEM	VALOR	DESCRIÇÃO
2018	CFA010352 - CFA010356	CAF	Município de Fortaleza - CE	04/06/2018	USD	83.250.000,00	Programa Fortaleza - Cidade com Futuro
2018	BID4302/OC-BR	BID	Município de Salvador - BA	26/06/2018	USD	67.500.000,00	Novo Mané Dendê
2018	BIRD8818-BR	BIRD	Município de Salvador - BA	11/07/2018	USD	125.000.000,00	Projeto Salvador Social
2018	BID3708/OC-BR	BID	Município de Santo André - SP	16/07/2018	USD	25.000.000,00	Programa de Mobilidade Urbana Sustentável de Santo André
2018	BID4358/OC-BR	BID	FINEP	01/08/2018	USD	600.000.000,00	Programa Inovar como Indutora do Crescimento Brasileiro em Setores Estratégicos

UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2018
HONRAS DE AVAL

Garantias Honradas - Anexo IV R$ milhões

Mutuário	2016	2017	2018/1Qdm	Mai/2018	Jun/2018	Jul/2018	Ago/2018	2018
Administração Estadual	**2.361,86**	**4.031,34**	**757,42**	**591,93**	**534,16**	**602,43**	**328,13**	**2.814,06**
Estado do Rio de Janeiro	2.227,32	3.989,45	743,51	586,47	531,44	124,13	189,46	2.175,01
Estado de Mato Grosso	107,13	-	-	-	-	-	-	-
Estado de Roraima	27,42	41,89	13,91	5,46	2,72	5,53	2,79	30,41
Estado de Minas Gerais	-	-	-	-	-	417,27	135,88	553,15
Estado de Piauí	-	-	-	-	-	55,49	-	55,49
Administração Municipal	**15,81**	**28,49**	**8,75**	**2,18**	**-**	**-**	**-**	**10,94**
Pref. Natal - RN	10,92	28,49	8,75	2,18	-	-	-	10,94
Pref. Chapecó-SC	2,27	-	-	-	-	-	-	-
Pref. Cachoeirinha -RS	1,45	-	-	-	-	-	-	-
Pref. Belford Roxo-RJ	1,17	-	-	-	-	-	-	-
Total Geral	**2.377,67**	**4.059,83**	**766,17**	**594,11**	**534,16**	**602,43**	**328,13**	**2.825,00**

".

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800013

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

4) DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO - ANEXO 4 - LRF, ART. 55, INCISO I ALÍNEA "D" E INCISO III ALÍNEA "C"

a) Operações de Crédito - é a soma das Operações Mobiliárias e Contratuais:

b) Operações de Crédito Mobiliárias - é a soma das Operações com Títulos Internas e Externas:

- Operações Internas - é a soma do Refinanciamento, da Assunção e Reconhecimento de Dívidas, de Outras Operações Orçamentárias e de Outras Extra-Orçamentárias:

Refinanciamento: Contas Contábeis 62120.00.00 - RECEITA REALIZADA, 62131.00.00 - RESTITUIÇÕES, 62132.00.00 - RETIFICAÇÕES, 62133.00.00 - COMPENSAÇÕES, 62134.00.00 - INCENTIVOS FISCAIS e 62139.00.00 - OUTRAS DEDUÇÕES DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA com filtro de Natureza de Receitas 21110021 - TIT.RESP.TN-REFIN.DIV.PUB.FED.MERC.INT.-PRINC, 21110022 - TIT.RESP.TN-REF.DIV.PUB.FED.MERC.INT.-MUL.JUR, 81110021 - TIT.RESP.TN-REFIN.DIV.PUB.FED.MERC.INT.-PRINC e 81110022 - TIT.RESP.TN-REF.DIV.PUB.FED.MERC.INT.-MUL.JUR.

Assunção e Reconhecimento de Dívidas: Contas Contábeis 89611.03.09 - EMISSÃO INTERNA POR ASSUNÇÃO DE DÍVIDAS - CP e 89611.03.10 - EMISSÃO INTERNA POR ASSUNÇÃO DE DÍVIDAS - LP.

Outras Operações Orçamentárias: Contas Contábeis 62120.00.00 - RECEITA REALIZADA, 62131.00.00 - RESTITUIÇÕES, 62132.00.00 - RETIFICAÇÕES, 62133.00.00 - COMPENSAÇÕES, 62134.00.00 - INCENTIVOS FISCAIS e 62139.00.00 - OUTRAS DEDUÇÕES DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA com filtro de Naturezas de Receita 21110031 - TITULOS DA DIVIDA AGRARIA-TDA-PRINCIPAL e 21110011 - TITULOS DE RESPONS.TES.NAC.-MERC.INT.-PRINC.

Outras Operações Extra-Orçamentárias:

Aportes ao BACEN: Contas Contábeis 89611.03.03 - EMISSÃO INTERNA POR APORTE AO BACEN - CP e 89611.03.04 - EMISSÃO INTERNA POR APORTE AO BACEN - LP.

Aportes em Empresas: Contas Contábeis 89611.03.11 - EMISSÃO INTERNA POR APORTE EM EMPRESAS - CP e 89611.03.12 - EMISSÃO INTERNA POR APORTE EM EMPRESAS - LP.

Demais Extra-Orçamentárias: Contas Contábeis 89611.03.01 - EMISSÃO DE TÍTULOS DE CURTO PRAZO - MERCADO, 89611.03.02 - EMISSÃO DE TÍTULOS DE LONGO PRAZO - MERCADO, 89611.03.05 - EMISSÃO DE TÍTULOS DE CURTO PRAZO - TDA e 89611.03.06 - EMISSÃO DE TÍTULOS DE LONGO PRAZO - TDA.

- Operações Externas - é a soma dos Refinanciamentos e Outras Operações Externas:

Refinanciamento: Contas Contábeis 62120.00.00 - RECEITA REALIZADA, 62131.00.00 - RESTITUIÇÕES, 62132.00.00 - RETIFICAÇÕES, 62133.00.00 - COMPENSAÇÕES, 62134.00.00 - INCENTIVOS FISCAIS e 62139.00.00 - OUTRAS DEDUÇÕES DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA com filtro de Natureza de Receita 21210021 - TIT.RESP.TN-REFIN.DIV.PUB.FED.MERC.EXT.-PRINC e 21210021 - TIT.RESP.TN-REF.DIV.PUB.FED.MERC.EXT.-MUL.JUR.

Outras Operações Externas: Contas Contábeis 62120.00.00 - RECEITA REALIZADA, 62131.00.00 - RESTITUIÇÕES, 62132.00.00 - RETIFICAÇÕES, 62133.00.00 - COMPENSAÇÕES, 62134.00.00 - INCENTIVOS FISCAIS e 62139.00.00 - OUTRAS DEDUÇÕES DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA com filtro de Natureza de Receita 21210011 - TITULOS DE RESPONS.TES.NAC.-MERC.EXT.-PRINC e 21210012 - TITULOS DE RESPONS.TES.NAC.-MERC.EXT.-MUL.JUR, somadas com as Contas Contábeis 89611.03.07 - EMISSÃO DE TÍTULOS DE CURTO PRAZO - EXTERNO e 89611.03.08 - EMISSÃO DE TÍTULOS DE LONGO PRAZO - EXTERNO.

c) Operações de Crédito Contratuais - é a soma das Operações Contratadas Internas e Externas:

- Operações Internas - é a soma das Aberturas de Crédito e de Outras Operações Internas:

Abertura de Crédito: Contas Contábeis 62120.00.00 - RECEITA REALIZADA, 62131.00.00 - RESTITUIÇÕES, 62132.00.00 - RETIFICAÇÕES, 62133.00.00 - COMPENSAÇÕES, 62134.00.00 - INCENTIVOS FISCAIS e 62139.00.00 - OUTRAS DEDUÇÕES DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA com filtro de Natureza de Receita 21120011 - OP.CREDITO CONTRATUAIS-MERCADO INTERNO-PRINC e 21120012 - OP.CREDITO CONTRATUAIS-MERC.INTERNO-MUL.JUR.

Outras Operações Internas: Conta Contábil 21211.03.98 - OUTROS CONTRATOS - EMPRÉSTIMOS INTERNOS.

- Operações Externas - é a soma das Abertura de Créditos Orçamentários e Extra-Orçamentários e de Outras Operações Contratuais Externas:

Abertura de Crédito - Orçamentários: Contas Contábeis Contas Contábeis 62120.00.00 - RECEITA REALIZADA, 62131.00.00 - RESTITUIÇÕES, 62132.00.00 - RETIFICAÇÕES, 62133.00.00 - COMPENSAÇÕES, 62134.00.00 - INCENTIVOS FISCAIS e 62139.00.00 - OUTRAS DEDUÇÕES DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA com filtro de Natureza de Receita 21220011 - OP.DE CREDITO CONTRATUAIS-MERC.EXTERNO-PRINC e 21220012 - OP.CREDITO CONTRATUAIS-MERC.EXTERNO-MUL.JUR.

Abertura de Crédito - Extra-Orçamentários: Contas Contábeis 62120.00.00 - RECEITA REALIZADA, 62131.00.00 - RESTITUIÇÕES, 62132.00.00 - RETIFICAÇÕES, 62133.00.00 - COMPENSAÇÕES, 62134.00.00 - INCENTIVOS FISCAIS e 62139.00.00 - OUTRAS DEDUÇÕES DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA com filtro de Naturezas de Receita 21190011 - OUTRAS OPER.DE CREDITO-MERCADO INTERNO-PRINC. e 21290011 - OUTRAS OP.DE CREDITO-MERCADO EXTERNO-PRINC.

d) Receita Corrente Líquida - RCL: extraída do Anexo 3 do Relatório Resumido de Execução Orçamentária.

e) Amortização/Refinanciamento do Principal das Dívidas: Contas Contábeis 62213.03.00 - CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR, 62213.04.00 - CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO PAGO, 62213.06.00 - CREDITO EM LIQUIDACAO INSCRITO EM RPNP, 62213.07.00 - CRÉDITO LIQUIDADO A PAGAR INSCRITO EM RPP e 62213.05.00 - CRÉDITO A LIQUIDAR INSCRITO EM RPNP, com filtro de Grupo de Despesa 6 - AMORTIZAÇÃO/REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA.

f) Concessão de Garantias: retirada do Anexo 3 deste RGF, sendo que se a concessão de garantias líquida de um quadrimestre para o outro for negativa, essa linha virá zerada, uma vez que não se fala de concessão negativa de garantias. Entretanto, a fonte de informação usada não permite discriminar se tais valores são de operações realizadas exclusivamente da União, de modo que como a diferença não afeta o limite, optou-se por manter essa célula zerada.

5) DEMONSTRATIVO DOS LIMITES - ANEXO 6 - LRF, ART. 48

As informações são obtidas dos Anexos 1 a 4.

CASA CIVIL

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

PORTARIA Nº 1.601, DE 27 DE SETEMBRO DE 2018

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 21, da Estrutura Regimental deste Instituto, aprovada pelo Decreto nº 8.955, de 11 de janeiro de 2017, publicado no Diário Oficial do dia 12 de janeiro de 2017, combinado com o art. 107, inciso VII, do Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Portaria/INCRA/P/Nº 338, de 09 de março de 2018, publicada no Diário Oficial da União do dia 13 seguinte, e

Considerando que a instrução e a análise do processo nº 54150.000087/2017-87 estão de acordo com os requisitos exigidos pela Lei nº 5.709, de 7 de outubro de 1971, regulamentada pelo Decreto 74.965, de 26 de novembro de 1974, para obtenção de autorização pelo INCRA para aquisição ou arrendamento de imóvel rural;

Considerando as manifestações da Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária - SR(04)F, da Procuradoria Regional da SR(04), da Divisão de Fiscalização e de Controle de Aquisições por Estrangeiros - DFC-2 e da Procuradoria Federal Especializada - PFE favoráveis à proposta de aquisição do imóvel rural denominado "Fazenda Bom Jesus";

Considerando que área total do Município de Pirenópolis/GO, conforme dados oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística - IBGE, é de 2.205,010 (dois mil, duzentos e cinco vírgula zero dez) Km², ou seja, 220.501,00 (duzentos e vinte mil, quinhentos e um hectares) hectares e a área adquirida ou arrendada por estrangeiros neste Município é de 1.045,5599 (um mil quarenta e cinco hectares, cinquenta e cinco ares e noventa e nove centiares) hectares, sendo de nacionalidade: a) uruguaia de 36,1548 ha (trinta e seis hectares, quinze ares e quarenta e oito centiares); b) espanhola de 21,7800 ha (vinte e um hectares, setenta e oito ares); c) argentina de 128,4536 ha (cento e vinte oito hectares, quarenta e cinco ares e trinta e seis centiares); d) italiana de 579,8320 ha (quinhentos e setenta e nove hectares, oitenta e três ares e vinte centiares); e) paraguaia de 26,8000 ha (vinte e seis hectares e oitenta ares); f) suíça de 50,0300 ha (cinquenta hectares e três ares); g) norte-americana de 15,3670 ha (quinze hectares, trinta e seis ares e setenta centirares); h) inglesa de 31,7425 ha (trinta e um hectares, setenta e quatro ares e vinte e cinco centiares); i) portuguesa de 155,4000 ha (cento e cinquenta e cinco hectares e quarenta ares);

Considerando que a área requerida pela interessada é de 70,2045 (setenta hectares, vinte ares e quarenta e cinco centirares) hectares, equivalente a 7,02 Módulos de Exploração Indefinida, não ultrapassando, assim, o limite de 50 (cinquenta) MEI, em área contínua ou descontínua, de que trata o art. 3º da Lei nº 5.709, de 7 de outubro de 1971, e o art. 7º do Decreto nº. 74.965, de 26 de novembro de 1974, bem como não suplantando os percentuais máximos de vinte e cinco por cento (25%) da superfície do Município onde se localiza o imóvel como sendo de propriedade ou de posse por arrendamento por estrangeiros e de dez por cento (10%) dessa superfície por estrangeiros de uma mesma nacionalidade (art. 12, § 1º, da Lei nº 5.709/1971 e art. 5º, § 1º do Decreto nº. 74.965/1974);

Considerando que a área do imóvel rural objeto da solicitação é constituída da matrícula e registros nº R.2/5.688, R.3/5.688, R.4/5.688, R.5/5.688 e R.6/5.688, Livro 2-AE, de 03.09.1997, do Cartório de Registro de Imóveis e Tabelionato 1º de Notas de Pirenópolis/GO, situado no Município de Pirenópolis, Estado de Goiás, encontra-se em conformidade com os requisitos legais para aquisição ou arrendamento por estrangeiro; resolve:

Art. 1º AUTORIZAR, ad referendum do Conselho Diretor, com base na Lei nº 5.709, de 1971, regulamentada pelo Decreto n° 74.965, de 1974, a Senhora MARIA TERESA MIRALLES NOBELL, de nacionalidade espanhola, portadora da Cédula de Identidade de Estrangeiro - RNE, na classificação Permanente, nº V038676-7, válida até 27/07/2016, (valida conforme art. 1º da Lei nº 9.505/97 que altera o inciso I do parágrafo único do art. 2º do Decreto-lei nº 2.236, de 23 de janeiro de 1985), expedida pelo CGPI/DIREX/DPF, em 04/11/1987, CPF nº. 731.043.614-87, divorciada, residente e domiciliada à Fazenda Bom Jesus, número 87, Zona Rural, município de Pirenópolis/GO, CEP nº 72980-000, a adquirir o imóvel rural denominado "Fazenda Bom Jesus", com área de 70,2045 (setenta hectares, vinte ares e quarenta e cinco centiares) hectares, localizado no Município de Pirenóplis/GO e cadastrado no Sistema Nacional e Cadastro Rural - SNCR sob o código nº. 000.019.706.884-1. A área do referido imóvel rural equivale a 7,02 Módulos de Exploração Indefinida;

Art. 2º A autorização terá prazo de validade de 30 (trinta) dias para que a interessada providencie a lavratura da escritura pública e de mais 15 (quinze) dias para que ele efetue o registro do imóvel rural na circunscrição imobiliária competente, conforme Parágrafo Único, do art. 10 do Decreto nº 74.965/1974.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LEONARDO GÓES SILVA

INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

RETIFICAÇÃO

Processo nº 00100.007735/2018-73

Interessado: AR RFB FUNCIONÁRIOS

No despacho publicado no Diário Oficial da União, em 26/09/2018, por erro material.

Onde se lê: "DEFIRO o pedido de alteração de nome de PAGR da AR RFB FUNCIONÁRIOS, ..."

Leia-se: "INDEFIRO o pedido de alteração de nome de PAGR da AR RFB FUNCIONÁRIOS, ..."

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800014

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SECRETARIA-GERAL

SECRETARIA ESPECIAL DA AQUICULTURA E DA PESCA

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 2, DE 27 DE SETEMBRO DE 2018

Dispõe sobre a análise de risco de importação de organismos aquáticos e seus derivados.

O SECRETÁRIO DA SECRETARIA ESPECIAL DA AQUICULTURA E DA PESCA DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017, e no Decreto nº 9.330, de 5 de abril de 2018,

Considerando o alto índice de aparecimento de novas enfermidades em crustáceos, peixes e moluscos no mundo e que, no território nacional, ainda não existem relatos dessas enfermidades na fauna selvagem e cultivada de organismos aquáticos; e

Considerando a necessidade de proteção quanto ao risco de introdução, no território nacional, de doenças e agentes infecciosos causadores de enfermidades que possam impactar de forma negativa a condição sanitária de organismos aquáticos, a fauna brasileira de organismos aquáticos e a sustentabilidade das cadeias produtivas, resolve:

Art. 1º Esta Instrução Normativa disciplina a Análise de Risco de Importação - ARI de organismos aquáticos e seus derivados no território nacional.

Art. 2º Para fins do disposto nesta Instrução Normativa, considera-se:

I - organismo aquático - crustáceos (camarões e artêmias cultivados e não cultivados, entre outros), répteis hidróbios, anfíbios, equinodermos, moluscos e peixes de cultivo ou pesca extrativa, em qualquer etapa do seu ciclo biológico, incluídos os produtos frescos, resfriados, congelados, secos e cozidos, de qualquer procedência e os subprodutos, seus materiais de multiplicação e seus órgãos, tecidos e células, cuja finalidade seja o consumo humano, a alimentação animal, a reprodução animal, a ornamentação, a aquariofilia, a pesquisa científica e o diagnóstico laboratorial; e

II - Análise de Risco de Importação - ARI - método básico empregado para a definição de requisitos sanitários que condicionam a autorização das importações de organismos aquáticos e para o estabelecimento dos procedimentos de gestão de risco que assegurem o nível adequado de proteção para os potenciais perigos identificados.

Art. 3º A ARI é classificada como:

I - qualitativa - avaliação inicial de caráter descritivo com vistas à identificação de situações:

a) que demandem um estudo aprofundado; ou

b) em que o risco percebido não justifique o tempo e esforço necessários à realização de uma análise mais profunda ou na hipótese de não existirem informações suficientes para a quantificação dos parâmetros.

II - quantitativa - avaliação de caráter numérico, com escalas quantitativas, que atribui uma base sólida para subsidiar a tomada de decisões, incluída a consideração da incerteza na quantificação dos parâmetros.

Art. 4º As importações e as entradas de organismos aquáticos e seus derivados no território nacional ficam condicionadas à realização de ARI nas seguintes hipóteses:

I - se solicitação de importação for realizada pela primeira vez;

II - se os organismos aquáticos e seus derivados forem provenientes de uma nova origem;

III - se ocorrer nova situação sanitária do país, zona ou compartimento exportador; e

IV - se houver nova informação epidemiológica sobre doença ou agente infeccioso em relação aos organismos aquáticos e seus derivados.

Art. 5º Na elaboração da ARI serão considerados:

I - os conceitos e as referências harmonizados em âmbito internacional e aprovados em acordos internacionais firmados pela República Federativa do Brasil;

II - as recomendações da Organização Mundial de Sanidade Animal;

III - o acordo sobre a Aplicação de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias da Organização Mundial de Comércio;

IV - a informação do país exportador junto à OIE sobre as suas condições sanitárias relacionadas com enfermidades de animais aquáticos de notificação obrigatória ou de alto risco epidemiológico, observada a condição sanitária igual ou superior à do Brasil, de modo que a importação ou a entrada de organismos aquáticos e seus derivados em território nacional não possa causar prejuízos à fauna aquática e à sustentabilidade da cadeia produtiva;

V - os procedimentos descritos no guia de procedimentos para ARI, a ser estabelecido em ato da Secretaria Especial da Aquicultura e da Pesca da Secretaria-Geral da Presidência da República; e

VI - outros critérios cientificamente embasados que permitam o estabelecimento de metodologias complementares às exigências internacionais, incluídos os pareceres de laboratórios de referência nacional e internacional.

Art. 6º Compete à Coordenação-Geral de Análise de Risco, do Departamento de Registro, Monitoramento e Controle da Aquicultura e da Pesca da Secretaria Especial da Aquicultura e da Pesca da Secretaria-Geral da Presidência da República, a condução dos processos de ARI e o subsídio à elaboração das normas de procedimentos operacionais complementares a esta Instrução Normativa.

§ 1º A Coordenação-Geral de Análise de Risco, do Departamento de Registro, Monitoramento e Controle da Aquicultura e da Pesca da Secretaria Especial da Aquicultura e da Pesca da Secretaria-Geral da Presidência da República conduzirá a elaboração de ARI para organismos aquáticos e seus derivados:

I - a serem importados pela primeira vez, procedentes de países cujas informações de condições sanitárias dos organismos aquáticos sejam passíveis de verificação pela referida Coordenação-Geral; e

II - procedentes de países que adotam exigências em matéria de sanidade aquícola superiores ou equivalentes às previstas na legislação brasileira.

§ 2º A importação de reprodutores de organismos aquáticos, ainda que certificados como livres de patógenos específicos, ficará condicionada à realização de ARI pela Secretaria Especial da Aquicultura e da Pesca da Secretaria-Geral da Presidência da República.

§ 3º A Secretaria Especial da Aquicultura e da Pesca da Secretaria-Geral da Presidência da República poderá solicitar a colaboração de técnicos em sanidade animal, vinculados ou não a universidades ou centros de pesquisa, no diagnóstico laboratorial de enfermidades e na produção de organismos aquáticos, para elaboração da ARI.

Art. 7º Nas hipóteses a que se refere o art. 4º, a solicitação de importação de organismos aquáticos será encaminhada à Secretaria Especial da Aquicultura e da Pesca da Secretaria-Geral da Presidência da República, a quem caberá:

I - emitir comunicado ao país exportador sobre a obrigatoriedade ou não da necessidade de realização de ARI, para determinar o risco sanitário da entrada dos produtos do país em território nacional;

II - informar os requisitos sanitários mínimos a serem cumpridos pelo país exportador; e

III - informar os potenciais perigos à cadeia produtiva ou aos organismos aquáticos a serem importados por meio de Nota Técnica, a qual será e encaminhada ao país exportador.

Art. 8º Fica estabelecida a competência da Coordenação-Geral de Análise de Risco, do Departamento de Registro, Monitoramento e Controle da Aquicultura e da Pesca da Secretaria Especial da Aquicultura e da Pesca da Secretaria-Geral da Presidência da República para, a qualquer tempo, subsidiar a Secretaria-Geral da Presidência da República na regulamentação ou na revisão dos requisitos sanitários para importação de organismos aquáticos que julgar de risco sanitário para o consumo humano, para a cadeia produtiva ou para a fauna aquática do país.

Parágrafo único. Na hipótese de ocorrência de emergência sanitária em país exportador, como medida de precaução, caberá à Secretaria-Geral da Presidência da República a suspensão da autorização de importação de organismos aquáticos que julgar de risco sanitário para a cadeia produtiva e para a fauna aquática do país.

Art. 9º Caberá à Coordenação-Geral de Análise de Risco, do Departamento de Registro, Monitoramento e Controle da Aquicultura e da Pesca da Secretaria Especial da Aquicultura e da Pesca da Secretaria-Geral da Presidência da República publicizar os procedimentos e atualizar a lista informativa dos processos de ARI no sítio eletrônico da Secretaria Especial da Aquicultura e da Pesca da Secretaria-Geral da Presidência da República.

Art. 10. A ARI obedecerá às seguintes etapas, independentemente de sua classificação:

I - identificação de perigos relacionados com a importação solicitada, considerados:

a) as informações científicas disponíveis;

b) os processos e os métodos de produção pertinentes;

c) os métodos para testes, amostragem e inspeção pertinentes;

d) a prevalência de doenças;

e) a existência de país, zona ou compartimento livre de doenças; e

f) os procedimentos de quarentena;

II - estimativa dos riscos, por meio de avaliação da difusão e da exposição associadas aos perigos identificados, e a magnitude de suas consequências, sendo responsabilidade da Secretaria Especial da Aquicultura e da Pesca da Secretaria-Geral da Presidência da República, solicitar:

a) informações adicionais às autoridades sanitárias do país de origem;

b) colaboração de especialistas nacionais e internacionais;

c) informações às associações de produtores e às indústrias; ou

d) consulta pública;

III - gestão dos riscos associados aos perigos identificados e definição de medidas mitigadoras; e

IV - elaboração de relatório final, com consequente comunicação do risco e divulgação dos resultados.

Art. 11. Os resultados da ARI serão divulgados no sítio eletrônico da Secretaria Especial da Aquicultura e da Pesca da Secretaria-Geral da Presidência da República e comunicados ao país exportador.

Art. 12. Fica revogada a Instrução Normativa nº 14, de 9 de dezembro de 2010, do extinto Ministério da Pesca e Aquicultura.

Art. 13. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

DAYVSON FRANKLIN DE SOUZA

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

PORTARIA Nº 293, DE 27 DE SETEMBRO DE 2018

Dispõe sobre o assessoramento jurídico prestado pelos órgãos da Advocacia-Geral da União nos processos e atos administrativos de que trata a Lei nº 13.334, de 13 de setembro de 2016.

A ADVOGADA-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e VIII do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993,

Considerando que o inciso II do art. 3º da Lei nº 13.334, de 13 de setembro de 2016, determina aos órgãos, entidades e autoridades a observância da legalidade, qualidade, eficiência e transparência da atuação estatal; e

Considerando que cabe à Advocacia-Geral da União o assessoramento jurídico dos Ministérios envolvidos com a execução do Programa de Parcerias de Investimentos - PPI; resolve:

Art. 1º Será prioritária a análise jurídica de processos e atos administrativos relativos a empreendimentos qualificados, por decreto, como integrantes do Programa de Parcerias de Investimentos - PPI.

Art. 2º Os órgãos de assessoramento jurídico poderão realizar manifestação jurídica conjunta quando o ato ou processo administrativo exija a análise de mais de um órgão ou ente federal.

Art. 3º As Consultorias Jurídicas junto aos Ministérios e as Procuradorias Federais junto a entes com competência para atuar na análise de empreendimento abrangido pela Lei nº 13.334, de 2016, deverão identificar e informar aos órgãos assessorados oportunidades de uniformização de competências e procedimentos no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos - PPI e do Programa Nacional de Desestatização - PND, previsto pela Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997.

Art. 4º Os órgãos jurídicos deverão, sempre que possível:

I - elaborar pareceres referenciais, conforme previsto na Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014;

II - elaborar minutas de pareceres parametrizados; e

III - elaborar, em conjunto com a administração, minuta padrão de editais, contratos e atos administrativos.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GRACE MARIA FERNANDES MENDONÇA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800015

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 294, DE 27 DE SETEMBRO DE 2018

A ADVOGADA-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e XVIII do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e tendo em vista as disposições contidas no Decreto nº 7.689, de 2 de março de 2012, e no Decreto nº 9.276, de 2 de fevereiro de 2018, resolve:

Art. 1º Fixar os limites de movimentação e empenho, detalhados por Unidade Gestora Executora e Unidade Administrativa Responsável, na forma do Anexo desta Portaria, em observância aos limites estabelecidos no Anexo I do Decreto nº 9.276, de 2018.

Art. 2º A liberação dos limites de pagamentos ocorrerá mensalmente, de acordo com a liquidação das despesas no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - Siafi, respeitando-se a cota liberada pela Secretaria do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda, estabelecidos no Anexo II do Decreto nº 9.276, de 2018, e suas alterações.

Art. 3º Os Ordenadores de Despesas e os Responsáveis por Unidade Administrativa, com intuito de evitar o reconhecimento, no exercício de 2019, de despesas de exercícios anteriores (ND: 33.90.92), deverão proceder ao levantamento das obrigações contratadas, bem como dos compromissos com outros órgãos decorrentes de Termos de Execução Descentralizada ou de rateio de despesas, e providenciar o correspondente registro da nota de empenho e descentralização orçamentária.

Art. 4º Ficam convalidados os limites fixados e demais disposições estabelecidas na Portaria nº 123/SGA, de 7 de fevereiro de 2018, publicada no Suplemento do Boletim de serviço nº 06, de 7 de fevereiro de 2018.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GRACE MARIA FERNANDES MENDONÇA

ANEXO

UG Executora			Grupo Despesa	LIMITE 2018
110060	COORD. GERAL DE ORÇ. FIN. E ANÁLISE CONTÁBIL	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	12.738.228,33
		4	INVESTIMENTOS	1.338.125,09
		Total		
110062	DIRETORIA DE GESTAO DE PESSOAS E DES. INSTITUCIONAL	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	12.404.626,21
		4	INVESTIMENTOS	0,00
		Total		
110096	SUPERINTENDENCIA ADMINISTRACAO EM PERNAMBUCO	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	69.720.330,36
		4	INVESTIMENTOS	921.297,20
		Total		
110097	SUPERINTENDENCIA ADMINISTRACAO NO RIO G. SUL	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	41.727.026,03
		4	INVESTIMENTOS	350.000,00
		Total		
110099	SUPERINTENDENCIA ADMINISTRACAO EM SAO PAULO	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	62.411.050,08
		4	INVESTIMENTOS	111.424,48
		Total		
110102	SUPERINTENDENCIA ADMINISTRACAO RIO DE JANEIRO	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	44.545.617,99
		4	INVESTIMENTOS	54.109,00
		Total		
110592	UNIDADE DE ATENDIMENTO EM MINAS GERAIS	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	28.171.540,46
		4	INVESTIMENTOS	230.000,00
		Total		
110161	SUPERINTENDENCIA DE ADM. NO DISTRITO FEDERAL	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	101.091.380,33
		4	INVESTIMENTOS	1.018.316,00
		Total		
110621	DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	50.914.576,27
		4	INVESTIMENTOS	11.000.000,00
		Total		
110156	ESCOLA DA ADVOCACIA-GERAL DA UNIAO	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.774.031,45
		4	INVESTIMENTOS	77.000,00
		Total		
110581	DIVISÃO DE DIÁRIAS E PASSAGENS	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.751.851,49
		4	INVESTIMENTOS	0,00
		Total		
		3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	434.250.259,00
		4	INVESTIMENTOS	15.100.272,00
		TOTAL		449.350.351,00

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 1.506, DE 11 DE SETEMBRO DE 2018

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 1°, inciso III, alínea "d", do Regimento Interno da Secretaria-Executiva, e tendo em vista o disposto no art. 5º, do Decreto n° 5.480, de 30 de junho de 2005, e na Instrução Normativa n° 2, de 30 de maio de 2017, do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União, e o que consta no Processo SEI n° 21000.020638/2018-74, resolve:

Art. 1º Regulamentar o Termo de Ajustamento de Conduta - TAC, nos casos de infração disciplinar de menor potencial ofensivo praticada por servidor, no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA.

Art. 2º O Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) é o instrumento por meio do qual o servidor público assume a responsabilidade pela irregularidade a que deu causa, comprometendo-se a ajustar sua conduta em observância aos deveres e proibições previstas na legislação vigente.

§ 1° Para os fins deste normativo considera-se infração disciplinar de menor potencial ofensivo a inobservância aos deveres funcionais previstos no art. 116 da Lei nº 8.112/90, ou outros de natureza similar previstos em lei, regulamento ou norma interna, bem como a transgressão das proibições constantes dos incisos I a VIII e XIX, do art. 117 da Lei n° 8.112/90, observadas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para o serviço público, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes funcionais.

§ 2° Não serão consideradas infrações disciplinares de menor potencial ofensivo, os seguintes casos:

I - condutas relacionadas a licitações, execução de contratos administrativos ou transferências voluntárias;

II - circunstâncias que justifiquem a imposição de sanção superior à de advertência, de acordo com o que prevê os arts. 128, 129 e 130 da Lei n° 8.112/90;

III - existência de prejuízo ao erário;

IV - extravios ou danos a bem público, nos casos em que caiba a solução por meio de Termo Circunstanciado Administrativo;

V - fatos que estiverem sendo apurados por meio de inquérito policial, inquérito civil, ação penal ou ação civil;

VI - fatos acerca dos quais haja condenação perante o Tribunal de Contas da União - TCU.

§ 3° Para fins de reconhecimento de prejuízo ao erário, disposto no inciso III, não se consideram àqueles cujos valores seja igual ou inferior ao limite estabelecido no art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, desde que promovido o ressarcimento pelo agente responsável.

Art. 3º As autoridades com competência regimental para instauração de processo administrativo disciplinar no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento poderão celebrar o Termo de Ajustamento de Conduta - TAC, observadas as condições definidas na Instrução Normativa n° 2, de 30 de maio de 2017, do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União.

§ 1º Para a celebração do TAC deverá ser utilizado formulário padrão definido pela Corregedoria-Geral do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, constante no anexo I desta Portaria.

§ 2º O TAC deverá ser registrado no Sistema CGU-PAD no campo "processo a instaurar" e sua inclusão será de inteira responsabilidade da unidade da autoridade celebrante.

Art. 4º A proposta para celebração de TAC poderá ser feita de ofício ou a pedido do interessado, cabendo às Autoridades apontadas no Art. 3º aferir o atendimento dos requisitos legais para sua concessão.

Parágrafo único. Em sindicâncias e processos disciplinares em curso, presentes os requisitos prescritos nesta norma, e antes do indiciamento, a respectiva comissão poderá propor à autoridade competente o ajustamento de conduta como medida alternativa à continuidade da apuração e eventual aplicação de penalidade.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800016

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 5º O TAC celebrado será submetido à Corregedoria-Geral do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para homologação.

Parágrafo único. O TAC celebrado pelo Corregedor-Geral do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento será homologado pelo Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Art. 6º É facultado à autoridade celebrante, no ato da celebração do TAC, inserir outras obrigações, distintas daquelas constantes no Art. 2º, a serem cumpridas pelo servidor, as quais deverão ser homologadas pelo Corregedor-Geral.

Art. 7º O TAC homologado será encaminhado para a Coordenação-Geral de Administração de Pessoas para registro nos assentamentos funcionais do servidor e após o decurso de 2 (dois) anos, contados a partir do efetivo cumprimento das obrigações impostas, terá seu registro cancelado.

Parágrafo único. Realizado o registro, a chefia imediata do servidor será cientificada do TAC para acompanhamento das condições firmadas.

Art. 8º Não poderá ser firmado novo TAC com o servidor que, nos últimos 2 (dois) anos, tenha gozado do benefício estabelecido por este normativo ou possua registro válido de penalidade disciplinar em seus assentamentos funcionais.

Parágrafo único. O prazo previsto no caput inicia-se da data do efetivo cumprimento das obrigações impostas no Termo de Ajustamento de Conduta, devidamente homologado pela autoridade competente.

Art. 9º O TAC não homologado e declarado nulo, por ter sido firmado sem os requisitos previstos na legislação, será remetido ao Corregedor-Geral do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, para análise quanto ao cabimento de instauração de processo disciplinar para apuração da irregularidade objeto do acordo e da atuação da autoridade que concedeu irregularmente o benefício, salvo hipótese do parágrafo único do art. 5°, quando as medidas serão avaliadas pelo próprio Ministro de Estado.

Art. 10. Decorrido o prazo previsto no TAC, a chefia imediata do servidor comunicará à Corregedoria-Geral do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento sobre o efetivo cumprimento das condições.

Art. 11. Eventuais dúvidas sobre a aplicação do TAC deverão ser submetidas à apreciação da Corregedoria-Geral do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Art. 12. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EUMAR ROBERTO NOVACKI

ANEXO

TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

IN CGU Nº 02/2017

PORTARIA MAPA Nº

PROCESSO RELACIONADO	NUP nº (Caso os fatos denunciados/apurados não estejam no mesmo processo em que será celebrado o TAC)
1 - IDENTIFICAÇÃO DO SERVIDOR COMPROMISSÁRIO	
NOME:	
SIAPE:	UNIDADE DE EXERCÍCIO:
TELEFONE:	E-MAIL:
2 - AUTORIDADE CELEBRANTE	
NOME:	
CARGO:	
3 - AUTORIDADE HOMOLOGADORA	
NOME:	
CARGO:	

4 - PROPOSTA DE TAC					
OFÍCIO			A PEDIDO		
5 - FUNDAMENTOS DE FATO E DIREITO					

Sugestão de texto:

Considerando o baixo potencial ofensivo das irregularidades objeto do presente processo, uma vez que... (descrever as irregularidades).

Considerando não haver indícios de crime contra a Administração Pública ou improbidade administrativa; de circunstância prevista no art. 128 da Lei nº 8.112, de 1990, que justifique a majoração da penalidade de advertência ou similar; e de conduta infracional que tenha acarretado prejuízo ao erário superior ao previsto no Art. 24, II, da Lei 8.666/93.

Considerando que o Termo de Ajustamento de Conduta tem por objetivo garantir a eficiência e racionalidade indispensáveis na atuação das corregedorias em toda a Administração Federal, e em obediência aos princípios da eficiência, da economicidade e do interesse público por meio da racionalização dos procedimentos administrativos.

A autoridade instauradora firma o presente compromisso, por meio do qual o servidor interessado assume a responsabilidade pela irregularidade a que deu causa e compromete-se a ajustar sua conduta e a observar os deveres e proibições previstos na legislação vigente.

6 - DISPOSITIVO LEGAL VIOLADO	
Mencionar o dispositivo legal (artigo e inciso - arts. 116 e/ou 117 da Lei nº 8.112/90)	Outras observações: Mencionar mais detalhes sobre a irregularidade cometida, caso necessário.
7 - DECLARAÇÃO DE ASSUNÇÃO DE RESPONSABILIDADE	
Sugestão de texto:	
O compromissário assume a responsabilidade pela irregularidade a que deu causa, descrita no item 5, e compromete-se a ajustar sua conduta e a observar os deveres e proibições previstos na legislação vigente, nos termos do presente Termo de Ajustamento de Conduta.	
8 - COMPROMISSO	

Sugestão de texto:

O compromissário declara reconhecer a inadequação da sua conduta e compromete-se a observar e a cumprir o elenco de deveres e proibições a que está sujeito enquanto servidor público, notadamente os previstos na Lei nº 8.112/90, bem como no Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal (Decreto n° 1.171/94) e no Código de Conduta Profissional do Servidor da CGU.

O compromissário assume o dever de doravante, em situação similar, agir dentro das cautelas e formalidades exigidas pela disciplina e pela ética e, em caso de dúvida, buscar a devida orientação.

O compromissário compromete-se, ainda, a (descrever as obrigações impostas ao servidor a serem cumpridas ao longo do prazo estabelecido e as formas como deve fazê-lo), mediante apresentação de documentação comprobatória (se for o caso).

9 - EXISTÊNCIA DE PREJUÍZO AO ERÁRIO (Art. 24, II, da Lei 8.666/93, quando não caracterizar extravio ou dano a bem público em que seja cabível apuração por Termo Circunstanciado Administrativo - TCA)					
SIM			NÃO		
VALOR DO RESSARCIMENTO:					
10 - PRAZO DE CUMPRIMENTO					
Colocar o prazo, limitado a 2 anos.					
11 - FORMA DE FISCALIZAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES					
Será realizada pela chefia imediata do servidor, ora exercida pelo Sr. ..... [nome, cargo, matrícula e lotação do chefe imediato do servidor], a quem será encaminhada cópia deste Termo... (ajustar conforme o caso concreto).					
12 - DECLARAÇÃO SOBRE ATENDIMENTO ÀS VEDAÇÕES					

O compromissário declara, ainda:

i) Não ter, nos últimos dois anos, gozado do benefício estabelecido na IN CGU nº 2/2017;

ii) Não possuir registro válido de penalidade disciplinar em seus assentamentos funcionais;

iii) Estar ciente que, declarado o cumprimento do TAC, não será instaurado procedimento disciplinar pelos mesmos fatos objeto do ajuste, e que o seu descumprimento poderá ser objeto de consideração no exame de novas

ocorrências no bojo de processo disciplinar que eventualmente venha a ser instaurado.
LOCAL E DATA
Brasília, DF, _____ de _____ de 20___.
ASSINATURA DO COMPROMISSÁRIO
ASSINATURA DA AUTORIDADE CELEBRANTE
ASSINATURA DA AUTORIDADE HOMOLOGATÓRIA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800017

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DO MATO GROSSO
DIVISÃO DE DEFESA AGROPECUÁRIA

PORTARIA Nº 3.282, DE 20 DE SETEMBRO DE 2018

A Superintendente Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Mato Grosso - Substituta, no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno das SFAs, aprovado pela Portaria N. º 428, de 14 de junho de 2010 e, considerando o que consta no Decreto - Lei N.º 818, de 05 de setembro de 1969, na Instrução Normativa nº 22, de 20 de Junho de 2013, e nos processos 21024.002366/2008-81, 21024.001496/2014-44, 21024.000968/2002-16, 21024.007527/2017-13, 21024.012983/2017-85, 21024.000437/2015-30, 21024.009073/2017-15, resolve:

Art. 1º Habilitar a Médica Veterinária ANA KARLA CASTELO BRANCO DE AGUIAR, inscrito no CRMV-MT sob nº 2518, para fornecer Guia de Trânsito Animal (GTA) para fins de trânsito intra e interestadual de aves e ovos férteis, observando as normas e dispositivos sanitários legais em vigor.

Art. 2º Revogar a Portaria nº 182, de 03/11/2014, publicada no Diário Oficial nº 217 de 10/11/2014- seção 1, pág.19, da médica veterinária GRAZIELA BORGES DOS SANTOS ZACHINI, inscrito no CRMV-MT sob nº 3855.

Art. 3º Habilitar o Médico Veterinário MAX GIOVANNI DE ANDRADE, inscrito no CRMV-MT sob nº 1389, para fornecer Guia de Trânsito Animal (GTA) para fins de trânsito intra e interestadual de aves e ovos férteis, observando as normas e dispositivos sanitários legais em vigor.

Art. 4º Revogar o Art. 4º da Portaria nº 1862/17, de 10/08/2017, publicada no Diário Oficial nº 168 de 31/08/2017- seção 1, da médica veterinária PATRÍCIA SILVA PALTANIN, inscrito no CRMV-MT sob nº 4672.

Art. 5º Revogar o Art. 1º da Portaria nº 2847/17, de 24/11/2017, publicada no Diário Oficial nº 230 de 01/12/2017- seção 1, da médica veterinária PRISCILLA BUIATTI RODRIGUES, inscrito no CRMV-MT sob nº 4372.

Art. 6º Revogar a Portaria nº 76, de 27/04/2015, publicada no Diário Oficial nº 84 de 06/05/2015, do médico veterinário TIAGO AUAD DA FONSECA REIS, inscrito no CRMV-MT sob nº 3707.

Art. 7º Revogar o Art.11º da Portaria nº 1862/2017, de 10/08/2017, publicada no Diário Oficial nº 168 de 31/08/2017, da médica veterinária JÉSSICA GIURIATTI, inscrita no CRMV-MT sob nº 5367.

Art. 8º Habilitar a Médica Veterinária JÉSSICA GIURIATTI, inscrita no CRMV-MT sob nº 5367, para fornecer Guia de Trânsito Animal (GTA) para fins de trânsito intra e interestadual de aves e ovos férteis, observando as normas e dispositivos sanitários legais em vigor.

GISELE FATIMA NUNES RONDON
Substituta

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DO PARANÁ

PORTARIA Nº 3.347, DE 26 DE SETEMBRO DE 2018

O Chefe do Serviço de Fiscalização de Insumos e Sanidade Vegetal da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Paraná, no uso das atribuições do Regimento Interno da Secretaria Executiva (SE/MAPA), aprovado através da Portaria Ministerial nº 561, de 11 de abril de 2018, publicada no DOU no dia 13 de abril de 2018, e da Portaria SE/MAPA nº 1.006 de 11 de maio de 2017, publicada no DOU no dia 15 de maio de 2017, tendo em vista o disposto no art. 2º do Anexo I da Instrução Normativa nº 66, de 27 de novembro de 2006, no art. 3º da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, e no Decreto nº 4.074, de 04 de janeiro de 2002, e o que consta no Processo nº 21034.009049/2017-67, resolve:

Art. 1° Renovar o credenciamento da empresa MANN & CIA LTDA. - ME, CNPJ: 00.093.600/0004-94, sob o número BR PR 655, localizada no Loteamento Lote 01, S/N (sala 02), Bairro do Distrito Industrial III, Sengés/PR, para, na qualidade de empresa prestadora de serviços de tratamentos fitossanitários com fins quarentenários no trânsito internacional de vegetais e suas partes, executar tratamentos nas modalidades de:

Tratamento Térmico (HT).

Secagem em Estufa (KD)

Art. 2° O credenciamento de que trata esta Portaria terá validade por 05 (cinco) anos, podendo ser renovado por igual período, mantido o mesmo número de credenciamento inicial, devendo a empresa requerer a renovação por meio da apresentação de requerimento encaminhado ao Serviço de Sanidade Vegetal do Paraná em até 120 (cento e vinte) dias antes do vencimento do mesmo.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CEZAR AUGUSTO PIAN

SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

PORTARIA Nº 103, DE 20 DE SETEMBRO DE 2018

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA, SUBSTITUTO, DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe confere os arts. 18 e 53, do Anexo I, do Decreto nº 8.852, de 20 de setembro de 2016, no inciso III, do Art. 219, da Portaria MAPA nº 562, de 11 de abril de 2018, tendo em vista o disposto no Decreto nº 6.871, de 4 de junho de 2009, que regulamenta a Lei nº 8.918, de 14 de julho de 1994; e o que consta do Processo SEI nº 21000.052620/2017-51, resolve:

Art. 1º Submeter à consulta pública, pelo prazo de 75 (setenta e cinco) dias, o Projeto de Instrução Normativa que visa estabelecer em todo território nacional o PADRÃO DE IDENTIDADE E QUALIDADE DE KOMBUCHA.

Parágrafo único. O Projeto de Instrução Normativa (Anexo II) e o Formulário para Envio de Sugestões e Comentários (Anexo I) encontram-se disponíveis na página eletrônica do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento: www.agricultura.gov.br, link legislação, sub-menu: "Portarias em Consulta Pública".

Art. 2º As sugestões advindas da consulta pública de que trata o art. 1° desta Portaria, uma vez tecnicamente fundamentadas, deverão observar o modelo constante do Anexo I desta Portaria e serem encaminhadas para o endereço eletrônico: kombucha.drvb@agricultura.gov.br ou por escrito ao seguinte endereço: Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal, Coordenação-Geral de Vinhos e Bebidas, Setor de Administração Federal Sul, Anexo do MAPA, Ala B, Sala 333, Brasília/DF, CEP 70.043-900.

Art. 3º Findo o prazo estabelecido no caput do art. 1º desta Portaria, a Coordenação-Geral de Vinhos e Bebidas - CGVB/DIPOV/SDA, avaliará as sugestões recebidas e procederá às adequações pertinentes para posterior publicação no Diário Oficial da União.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE CAETANO JUNIOR

ANEXO I

Formulário para Envio de Sugestões e Comentários com justificativa tecnicamente embasada para a sugestão apresentada:

Nome Completo (pessoa física ou jurídica responsável pela sugestão):			
Endereço (pessoa física ou jurídica responsável pela sugestão):			
Cidade:			UF:
Telefone: ( )	Fax: ( )	E-mail:	
Segmento de atuação:			
Texto publicado na Consulta Pública:		Sugestão de inclusão, exclusão ou nova redação para o texto publicado na Consulta Pública (destacado ao lado):	
Justificativa tecnicamente embasada para a sugestão apresentada:			
Texto publicado na Consulta Pública:		Sugestão de inclusão, exclusão ou nova redação para o texto publicado na Consulta Pública (destacado ao lado):	
Justificativa tecnicamente embasada para a sugestão apresentada:			

ANEXO II

PROJETO DE INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº , DE DE DE 2018.

O MINISTRO DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, tendo em vista o disposto no Decreto nº 6.871, de 4 de junho de 2009, que regulamenta a Lei nº 8.918, de 14 de julho de 1994, e o que consta no Processo nº 21000.052620/2017-51, resolve:

Art. 1° Estabelecer em todo território nacional o PADRÃO DE IDENTIDADE E QUALIDADE DE KOMBUCHA.

Art. 2° O produto citado no artigo anterior deverá atender aos parâmetros descritos nesta Instrução Normativa.

Parágrafo único. As normas estabelecidas nesta Instrução Normativa aplicam-se somente ao kombucha submetida a processos industriais e destinados para o consumo humano como bebida.

Art 3° Kombucha é uma bebida gaseificada, não-pasteurizada, obtida através da respiração aeróbica e fermentação anaeróbica de um mosto composto de infusão de origem vegetal e açúcares por um consórcio de bactérias e leveduras simbióticas microbiologicamente ativas, resultando em uma bebida ácida e doce, com pH entre 2,5 e 3,5 e acidez titulável mínima de 6,0 % de acidez volátil mínima, expresso em % de equivalentes grama de ácido acético, podendo ser adicionada de suco, polpa de fruta, extrato vegetal, especiaria, mel, aroma natural e de outros aditivos permitido em legislação específica da ANVISA.

Art. 4° O Kombucha é classificado como bebida alcoólica quando seu teor alcoólico for maior que 0,5% v/v (meio por cento volume por volume), e menor que 1,5% v/v (um e meio por cento volume por volume).

Art. 5° O Kombucha deve ser produzido a partir de:

I - água potável, conforme estabelecido em legislação específica da ANVISA;

II - espécies vegetais para infusão em água, autorizadas em legislação específica da ANVISA;

III - açúcares, mono e dissacarídeos, conforme legislação específica da ANVISA; e

IV - consórcio ativo de bactérias e leveduras (scoby) adequadas para fermentação alcoólica e acética, desde que garantida a sua inocuidade a saúde humana.

Art. 6° O Kombucha pode ser adicionado de:

I - aditivos alimentares e coadjuvantes de tecnologia autorizadas em legislação específica da ANVISA; e

II - suco, polpa de fruta, extrato vegetal, especiaria, mel, aroma natural.

Art. 7° A bebida deve ser denominada de kombucha de (seguido do nome da espécie vegetal utilizada na infusão), com (seguido do ingrediente adicionado após a fermentação) suco, polpa, especiarias, extrato vegetal, mel, aroma, ou a combinação destes termos, de acordo com a composição final do produto.

Art. 8° O kombucha que contiver vitaminas e minerais naturalmente produzidos no processo de fabricação e atenderem ao valor mínimo destes nutrientes, estabelecido em legislação específica da ANVISA, podem utilizar as expressões "Fonte natural de (nome da vitamina ou mineral)" e "Naturalmente rico em (nome da vitamina ou mineral)" em sua rotulagem.

Art. 9° É vedado o uso de alegações funcionais e de saúde não autorizadas pela legislação específica da ANVISA.

Art. 10 Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

BLAIRO MAGGI

DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO DE INSUMOS AGRÍCOLAS
COORDENAÇÃO-GERAL DE AGROTÓXICOS E AFINS

ATO Nº 78, DE 25 DE SETEMBRO DE 2018

Resumo dos pedidos de registro, atendendo os dispositivos legais do artigo 14 do Decreto n. 4074, de 04 de janeiro de 2002, que regulamenta a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989.

01. Motivo da solicitação: Registro (31/10/2017)
Requerente: Adama Brasil S.A.
Marca comercial: AMICARBAZONA TÉCNICO ADAMA
Nome comum: Amicarbazona
Nome químico: 4-amino-N-tert-butyl-4,5-dihydro-3-isopropyl-5-oxo-1H-1,2,4-triazole-1- carboxamide
Classe de uso: Herbicida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.046888/2017-53
02. Motivo da solicitação: Registro : 13/08/2018)
Requerente: CroPchem Ltda.
Marca comercial: LAMBDA-CIALOTRINA TÉCNICO CROPCHEM II
Nome comum: Lambda-cyhalothrin
Nome químico: reaction product comprising equal quantities of (S)-alfa-cyano-3-phenoxybenzyl (Z)-(1R,3R)-3-(2-chloro-3,3,3-trifluoropropenyl)-2,2-dimethylcyclopropanecarboxylate and (R)-alfa-cyano-3-phenoxybenzyl (Z)-(1S,3S)-3-(2-chloro-3,3,3-trifluoropropenyl)-2,2-dimethylcyclopropanecarboxylate
Classe de uso: Inseticida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.030408/2018-13
03. Motivo da solicitação: Registro (14/08/2018)
Requerente: AllierBrasil Agro Ltda.
Marca comercial: HALOXIFOPE-P-METÍCILO TÉCNICO SOGP
Nome comum: P-Methyl
Nome químico: methyl(R)-2-[4-(3-chloro-5-trifluoromethyl-2-pyridynyloxy)phenoxy]propanoate
Classe de uso: Herbicida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.030464/2018-58
04. Motivo da solicitação: Registro (15/08/2018)
Requerente: Ferbru Participações S.A.

Marca comercial: CLETHODIM TÉCNICO FB
Nome comum: Cletodim
Nome químico: (RS)-2-[(E)-1-[(E)-3-chloroallyloxyimino]propyl)-5-(2-(ethylthio)propyl]-3-hydroxycyclohex-2-enone
Classe de uso: Herbicida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.030763/2018-92
05. Motivo da solicitação: Registro (17/08/2018)
Requerente: Tradecorp do Brasil Comércio de Insumos Agrícolas Ltda.
Marca comercial: PROTIOCONAZOL TRADECORP TÉCNICO
Nome comum: Protioconazol
Nome químico: (RS)-2-[2-(1-chlorocyclopropyl)-3-(2-chlorophenyl)-2-hydroxypropyl]-2,4-dihydro1,2,4-triazole-3-thione
Classe de uso: Fungicida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.031316/2018-51
06. Motivo da solicitação: Registro (17/08/2018)
Requerente: HY-Green Produtos Agrícolas Ltda.
Marca comercial: S-METOLACHLOR TÉCNICO HY-GREEN
Nome comum: mixture of 80-100% 2-chloro-6-ethyl-N-[(1S)-2-methoxy-1-methylethyl]acet-otoluidide and 20-0% 2-chloro-6-ethyl-N-[(1R)-2-methoxy-1-methylethyl]acet-o-toluidide
Classe de uso: Herbicida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.031363/2018-02
07. Motivo da solicitação: Registro (20/08/2018)
Requerente: Nortox S.A.
Marca comercial: MANCOZEB TÉCNICO NORTOX III
Nome comum: Mancozeb
Nome químico: manganese ethylenebis(dithiocarbamate) (polymeric) complex with zinc salt
Classe de uso: Fungicida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.031561/2018-68
08. Motivo da solicitação: Registro (20/08/2018)
Requerente: Adama Brasil S.A.
Marca comercial: DICAMBA TÉCNICO ADAMA BR
Nome comum: Dicamba
Nome químico: 3,6-dichloro-o-anisic acid; CAS: 3,6-dichloro-2-methoxybenzoic acid
Classe de uso: Herbicida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.031474/2018-19
09. Motivo da solicitação: Registro (20/08/2018)
Requerente: CropChem Ltda.
Marca comercial: DICAMBA TÉCNICO CROPCHEM I
Nome comum: Dicamba
Nome químico: 3,6-dichloro-o-anisic acid; CAS: 3,6-dichloro-2-methoxybenzoic acid
Classe de uso: Herbicida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.031597/2018-41
10. Motivo da solicitação: Registro (20/08/2018)
Requerente: CropChem Ltda.
Marca comercial: DICAMBA TÉCNICO CROPCHEM II
Nome comum: Dicamba
Nome químico: 3,6-dichloro-o-anisic acid; CAS: 3,6-dichloro-2-methoxybenzoic acid
Classe de uso: Herbicida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.031596/2018-05
11. Motivo da solicitação: Registro (20/08/2018)
Requerente: Nortox S.A.
Marca comercial: ETIPROLE TÉCNICO NORTOX
Nome comum: Etiprole
Nome químico: 5-amino-1-(2,6-dichloro-alfa,alfa,alfa-trifluoro-p-tolyl)-4-ethylsulfinylpyrazole-3- carbonitrile
Classe de uso: Inseticida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.031559/2018-99
12. Motivo da solicitação: Registro (21/08/2018)
Requerente: Adama Brasil S.A.
Marca comercial: AZOXISTROBINA TÉCNICO ADA BR
Nome comum: Azoxistrobina
Nome químico: methyl (E)-2-{2-[6-(2-cyanophenoxy)pyrimidin-4-yloxy]phenyl}-3-methoxyacrylate
Classe de uso: Fungicida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.031727/2018-46
13. Motivo da solicitação: Registro (21/08/2018)
Requerente: Alta- América Latina Tecnologia Agrícola Ltda.
Marca comercial: ISOXAFLUTOL TÉCNICO ALTA
Nome comum: Isoxaflutol
Nome químico: 5-cyclopropyl-1,2-oxazol-4-yl alfa,alfa,alfa-trifluoro-2-mesyl-p-tolyl ketone
Classe de uso: Herbicida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico.
Processo nº: 21000.031740/2018-03
14. Motivo da solicitação: Registro (22/08/2018)
Requerente: UPL do Brasil Industria e Comércio de Insumos Agropecuários S.A.
Marca comercial: CLORANTRANILIPROLE TÉCNICO UPL
Nome comum: Clorantraniliprole
Nome químico: 3-bromo-4-chloro-1-(3-chloro-2-pyridyl)-2-methyl-6-(methylcarbamoyl)pyrazole5-carboxanilide
Classe de uso: Inseticida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.031991/2018-80
15. Motivo da solicitação: Registro (28/08/2018)
Requerente: Dow AgroSciences Industrial Ltda.
Marca comercial: PICLORAM ÁCIDO TÉCNICO L
Nome comum: Picloram
Nome químico: 4-amino-3,5,6-trichloropyridine-2-carboxylic acid
Classe de uso: Herbicida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.032862/2018-17
16. Motivo da solicitação: Registro (28/08/2018)
Requerente: Ouro Fino Química Ltda.
Marca comercial: DICAMBA TÉCNICO OURO FINO
Nome comum: Dicamba
Nome químico: 3,6-dichloro-o-anisic acid; CAS: 3,6-dichloro-2-methoxybenzoic acid
Classe de uso: Herbicida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.032893/2018-60
17. Motivo da solicitação: Registro (29/08/2018)
Requerente: Tecnomyl Brasil Distribuidora de Produtos Agrícolas Ltda.
Marca Comercial: DIQUAT TÉCNICO TECNOMYL
Nome comum: Diquate
Nome químico: 9,10-dihydro-8a,10a-diazoniaphenanthrene ou 6,7-dihydrodipyrido[1,2-a:2',1'- c]pyrazine-5,8-di-ium ou 1,1'-ethylene-2,2'-bipyridyldiylium
Classe de uso: Herbicida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.033215/2018-14
18. Motivo da solicitação: Registro (29/08/2018)
Requerente: Tecnomyl Brasil Distribuidora de Produtos Agrícolas Ltda.
Marca comercial: PICLORAM TÉCNICO TECNOMYL
Nome comum: Picloram
Nome químico: 4-amino-3,5,6-trichloropyridine-2-carboxylic acid
Classe de uso: Herbicida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.033217/2018-11
19. Motivo da solicitação: Registro (29/08/2018)
Requerente: Nortox S.A.
Marca comercial: BENZOATO DE EMAMECTINA TÉCNICO NORTOX
Nome comum: Benzoato de Emamectina
Nome químico: Mixture containing 90% of (10E,14E,16E)-(1R,4S,5S,6S,6R,8R,12S,13S,20R,21R,24S)-6-[(S)-secbutyl]-21,24-dihydroxy-5,11,13,22-tetramethyl-2-oxo-3,7,19-trioxatetracyclo[15.6.1.14,8.020,24]pentacosa10,14,16,22-tetraene-6-spiro-2-(5,6-dihydro-2H-pyran)-12-yl 2,6-dideoxy-3-O-methyl-4-O-(2,4,6-trideoxy-3-O-methyl4-methylamino-alfa-L-lyxo-hexopyranosyl)-alfa-L-arabino-hexopyranoside benzoate and 10% of (10E,14E,16E)- (1R,4S,5S,6S,6R,8R,12S,13S,20R,21R,24S)-21,24-dihydroxy-6-isopropyl-5,11,13,22-tetramethyl-2-oxo-3,7,19-trioxatetracyclo[15.6.1.14,8.020,24]pentacosa-10,14,16,22-tetraene-6-spiro-2-(5,6-dihydro-2H-pyran)-12-yl 2,6- dideoxy-3-O-methyl-4-O-(2,4,6-trideoxy-3-O-methyl-4-methylamino-alfa-L-lyxo-hexopyranosyl)-alfa-L-arabinohexopyranoside benzoate
Classe de uso: Inseticida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.033100/2018-20
20. Motivo da solicitação: Registro (30/08/2018)
Requerente: Tecnomyl Brasil Distribuidora de Produtos Agrícolas Ltda.
Marca comercial: TRIFLOXISTROBINA TÉCNICO TECNOMYL
Nome comum: Trifloxistrobina
Nome químico: methyl(E)-methoxyimino-{(E)-alfa-[1-(alfa,alfa,alfa-trifluoro-m-tolyl)ethylideneaminooxy]-otolyl}acetate
Classe de uso: Fungicida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.033417/2018-66
21. Motivo da solicitação: Registro: 30/08/2018)
Requerente: Tide do Brasil Ltda.
Marca comercial: PACLOBUTRAZOL TECNICO TIDE
Nome comum: Paclobutrazol
Nome químico: (2RS,3RS)-1-(4-chlorophenyl)-4,4-dimethyl-2-(1H-1,2,4-triazol-1-yl)pentan-3-ol
Classe de uso: Regulador de crescimento
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.033416/2018-11
22. Motivo da solicitação: Registro: 31/08/2018)
Requerente: Tecnomyl Brasil Distribuidora de Produtos Agrícolas Ltda.
Marca comercial: PIRIPROXIFEM TÉCNICO TECNOMYL
Nome comum: Piriproxifem
Nome químico: 4-phenoxyphenyl (RS)-2-(2-pyridyloxy)propyl ether
Classe de uso: Inseticida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.033595/2018-97
23. Motivo da solicitação: Registro (31/08/2018)
Requerente: Yonon Biociências e Defensivos Agrícolas Ltda.
Marca comercial: PROTHIOCONAZOLE TÉCNICO PT
Nome comum: Protioconazol
Nome químico: (RS)-2-[2-(1-chlorocyclopropyl)-3-(2-chlorophenyl)-2-hydroxypropyl]-2,4-dihydro1,2,4-triazole-3-thione
Classe de uso: Fungicida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.033599/2018-75
24. Motivo da solicitação: Registro (31/08/2018)
Requerente: Nortox S.A.
Marca comercial: PICOXISTROBIN TÉCNICO NORTOX II
Nome comum: Picoxistrobina
Nome químico: methyl (E)-3-methoxy-2-{2-[6-(trifluoromethyl)-2-pyridyloxymethyl]phenyl}acrylate
Classe de uso: Fungicida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.033573/2018-27
25. Motivo da solicitação: Registro (31/08/2018)
Requerente: Ferbru Participações S.A.
Marca comercial: DICLOSULAM TÉCNICO FB
Nome comum: Diclosulam
Nome químico: N-(2,6-dichlorophenyl)-5-ethoxy-7-fluoro [1,2,4]triazolo[1,5-c]pyrimidine-2- sulfonamide
Classe de uso: Herbicida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.033510/2018-71
26. Motivo da solicitação: Registro (31/08/2018)
Requerente: Adama Brasil S.A.
Marca comercial: FIPRONIL TÉCNICO ADA
Nome comum: Fipronil
Nome químico: (RS)-5-amino-1-(2,6-dichloro-alfa,alfa,alfa-trifluoro-p-tolyl)-4-trifluoro methylsulfinylpyrazole-3-carbonitrile
Classe de uso: Inseticida, Formicida e cupinicida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.0033522/2018-03
27. Motivo da solicitação: Registro (31/08/2018)
Requerente: CCAB Agro S.A.
Marca comercial: THIDIAZURON TÉCNICO CCAB
Nome comum: Tidiazurom
Nome químico: 1-phenyl-3-(1,2,3-thiadiazol-5-yl)urea
Classe de uso: Herbicida e regulador de crescimento
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.033519/2018-81
28. Motivo da solicitação: Registro (03/09/2018)
Requerente: Ouro Fino Química Ltda.
Marca comercial: TRICLOPIR TÉCNICO OF
Nome comum: Triclopir
Nome químico: 3,5,6-trichloro-2-pyridyloxyacetic acid
Classe de uso: Herbicida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.033672/2018-17
29. Motivo da solicitação: Registro (03/09/2018)
Requerente: UPL do Brasil Industria e Comércio de Insumos Agropecuários S.A.
Marca comercial: FLUDIOXONIL TÉCNICO UPL
Nome comum: Fludioxonil
Nome químico: 4-(2,2-difluoro-1,3-benzodioxol-4-yl)pyrrole-3-carbonitrile
Classe de uso: Fungicida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.03390082018-41
30. Motivo da solicitação: Registro (03/09/2018)
Requerente: Tradecorp do Brasil Comércio de Insumos Agrícolas Ltda.
Marca comercial: CLORPIRIFÓS TRADECORP TÉCNICO II
Nome comum: Clorpirifós
Nome químico: O,O-diethyl O-3,5,6-trichloro-2-pyridylphosphorothioate
Classe de uso: Inseticida, formicida e acaricida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.033927/2018-33
31. Motivo da solicitação: Registro (03/09/2018)
Requerente: Nufarm Indústria Química e Farmacêutica S.A.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800019

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Marca comercial: FLUAZINAM TÉCNICO NUFARM BR
Nome comum: Fluazinam
Nome químico: 3-chloro-N-(3-chloro-5-trifluoromethyl-2-pyridyl)-alfa,alfa,alfa-trifluoro-2,6-dinitro-ptoluidine
Classe de uso: Fungicida e acaricida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.033839/2018-31
32. Motivo da solicitação: Registro (05/09/2018)
Requerente: Monsanto do Brasil Ltda.
Marca comercial: ROUNDUP MEA PREMIX
Nome comum: Glifosato
Nome químico: N-(phosphonomethyl)glycine
Classe de uso: Herbicida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico.
Processo nº: 21000.034323/2018-12
33. Motivo da solicitação: Registro (10/09/2018)
Requerente: Nortox S.A.
Marca comercial: DIMETOMORFE TÉCNICO NORTOX
Nome comum: Dimetomorfe
Nome químico: (EZ)-4-[3-(4-chlorophenyl)-3-(3,4-dimethoxyphenyl)acryloyl]morpholine
Classe de uso: Fungicida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.035107/2018-86
34. Motivo da solicitação: Registro (10/09/2018)
Requerente: BRA Defensivos Agrícolas Ltda.
Marca comercial: LAMBDA-CIALOTRINA TECNICO GC-BRA,
Nome comum: Lambda-Cialotrina
Nome químico: Reaction product comprising equal quantities of (R)-a-cyano-3-phenoxybenzyl (1 S,3S)-3-[(Z)- 2-chloro-3,3,3-trifluoropropenyl]-2,2-dimethylcyclopropanecarboxylate and (S)-a-cyano-3- 11 phenoxybenzyl (1 R,3R)-3-[(Z)-2-chloro-3,3,3-trifluoropropenyl]-2,2- !I dimethylcyclopropanecarboxylate
Classe de uso: Inseticida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.035099/2018-78
35. Motivo da solicitação: Registro (11/09/2018)
Requerente: PROREGISTROS Registros de Produtos Ltda.
Marca comercial: PROTIOCONAZOL TÉCNICO ZS
Nome comum: Protioconazol
Nome químico: (RS)-2-[2-(1-chlorocyclopropyl)-3-(2-chlorophenyl)-2-hydroxypropyl]-2,4-dihydro1,2,4-triazole-3-thione
Classe de uso: Fungicida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.035383/2018-44
36. Motivo da solicitação: Registro (11/09/2018)
Requerente: PROREGISTROS Registros de Produtos Ltda.
Marca comercial: BENTAZONE TÉCNICO ZS
Nome comum: Bentazona
Nome químico: 3-isopropyl-1H-2,1,3-benzothiadiazin-4(3H)-one 2,2-dioxide
Classe de uso: Herbicida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.035378/2018-31
37. Motivo da solicitação: Registro (13/09/2018)
Requerente: BIORISK-Assessoria e Comércio de Produtos Agrícolas Ltda.
Marca comercial: METRIBUZIM TÉCNICO MEGA
Nome comum: Metribuzim
Nome químico: 4-amino-6-tert-butyl-4,5-dihydro-3-methylthio-1,2,4-triazin-5-one
Classe de uso: Herbicida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.036035/2018-94
38. Motivo da solicitação: Registro (13/09/2018)
Requerente: Helm do Brasil Mercantil Ltda.
Marca comercial: FENPROMIMORFE F TÉCNICO HELM
Nome comum: Fenpropimorfe
Nome químico: (RS)-cis-4-[3-(4-tert-butylphenyl)-2-methylpropyl] -2,6-dimethylmorpholine
Classe de uso: Fungicida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.035824/2018-16
39. Motivo da solicitação: Registro (14/09/2018)
Requerente: Adama Brasil S.A.
Marca comercial: S-METOLACLORO TÉCNICO ADA
Nome comum: S-Metolacloro
Nome químico: mixture of 80-100% 2-chloro-6-ethyl-N-[(1S)-2-methoxy-1-methylethyl]acet-otoluidide and 20-0% 2-chloro-6-ethyl-N-[(1R)-2-methoxy-1-methylethyl]acet-o-toluidide
Classe de uso: Herbicida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.036113/2018-51
40. Motivo da solicitação: Registro (17/09/2018)
Requerente: HY-GREEN Produtos Agrícolas Ltda.
Marca comercial: ACETAMIPRID TÉCNICO HY-GREEN
Nome comum: Acetamiprido
Nome químico: (E)-N1-[(6-chloro-3-pyridyl)methyl]-N2-cyano-N1-methylacetamidine
Classe de uso: Inseticida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.036532/2018-92
41. Motivo da solicitação: Registro (19/09/2018)
Requerente: Nortox S.A.
Marca comercial: CIPROCONAZOLE TÉCNICO NORTOX II
Nome comum: Ciproconazol
Nome químico: (2RS,3RS;2RS,3SR)-2-(4-chlorophenyl)-3-cyclopropyl-1-(1H-1,2,4-triazol-1- yl)butan-2-ol
Classe de uso: Fungicida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.036979/2018-61
42. Motivo da solicitação: Registro (21/09/2018)
Requerente: Rotam do Brasil Agroquímica e Produtos Agrícolas Ltda.
Marca comercial: FLUMIOXAZIN TÉCNICO ROTAM
Nome comum: Flumioxazin
Nome químico: N-(7-fluoro-3,4-dihydro-3-oxo-4-prop-2-ynyl-2H-1,4-benzoxazin-6-yl)cyclohex-1- ene-1,2-dicarboxamide
Classe de uso: Herbicida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.037409/2018-99
43. Motivo da solicitação: Registro (21/09/2018)
Requerente: Norotx S.A.
Marca comercial: PROTIOCONAZOLE TÉCNICO NORTOX V
Nome comum: Protioconazol
Nome químico: (RS)-2-[2-(1-chlorocyclopropyl)-3-(2-chlorophenyl)-2-hydroxypropyl]-2,4-dihydro1,2,4-triazole-3-thione
Classe de uso: Fungicida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.037453/2018-07

JOSÉ CORIOLANO LEITE DE LACERDA
Coordenador-Geral
Substituto



Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 3.195-SEI, DE 5 DE JULHO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53650.000784/1999 e nº 53000.016596/2013-59, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 07 de agosto de 2013, a autorização outorgada à Fundação Iguatu para o Desenvolvimento e Assistência Social (FIDA), para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Iguatu/CE.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 3.218-SEI, DE 5 DE JULHO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei no 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53650.001485/1999 e nº 53900.043270/2015-12, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 18 de agosto de 2014, a autorização outorgada à SOCIEDADE BENEFICENTE FRANCISCA ALVES DE ALMEIDA, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade do Município de Acopiara/CE.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 3.885-SEI, DE 2 DE AGOSTO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei no 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53830.002553/1998 e nº 53900.013241/2015-26, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 07 de abril de 2015, a autorização outorgada à Associação Comunitária Cultural e de Promoção Social Ludwilg Zankl, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Bariri / SP.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 3.886-SEI, DE 2 DE AGOSTO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei no 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53740.000895/1999 e nº 53900.014648/2014-90, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 24 de agosto de 2014, a autorização outorgada à Associação Comunitária de Desenvolvimento Ecológico e Cultural de Dois Vizinhos, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade do Município de Dois Vizinhos/PR.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 3.887-SEI, DE 2 DE AGOSTO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei no 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53820.000585/1998 e nº 53900.024997/2014-10, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 17 de novembro de 2014, a autorização outorgada à Associação Comunitária Betel FM, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade do Município de São Francisco do Sul/SC.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 3.889-SEI, DE 2 DE AGOSTO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei no 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53820.000930/1998 e nº 53900.037331/2014-21, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 18 de novembro de 2014, a autorização outorgada à Associação Rádio Comunitária Pinhalzinho FM, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade do Município de Pinhalzinho/SC.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 3.891-SEI, DE 2 DE AGOSTO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei no 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53820.000922/1998 e nº 53900.041939/2015-31, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 26 de dezembro de 2015, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL SANTA CRUZ DE CANOINHAS, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade do Município de Canoinhas/SC.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 3.893-SEI, DE 2 DE AGOSTO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei no 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53700.001299/1998-58 e nº 53900.034082/2015-01, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 11 de abril de 2015, a autorização outorgada à Associação Comunitária Educativa Rádio Tropical FM, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade do Município de Angélica/MS.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 3.895-SEI, DE 2 DE AGOSTO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei no 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53760.000538/1998 e nº 53000.007913/2014-27, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 9 de outubro de 2013 a autorização outorgada à Fundação Cidadania, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade do Município de José de Freitas/PI.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 3.900-SEI, DE 2 DE AGOSTO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei no 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53840.000390/1998 e nº 53900.022527/2014-11, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 11 de novembro de 2014, a autorização outorgada à Associação Comunitária Imaculada Conceição, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade do Município de Propriá/SE.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 7.228/2017/SEI, DE 16 DE JANEIRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei no 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53900.017145/2015-57 e nº 53900.017145/2015-57, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 24 de junho de 2015, a autorização outorgada à Associação da Rádio Comunitária do Bairro Santo Antonio FM, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Cachoeiro de Itapemirim / ES.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 812-SEI, DE 5 DE JULHO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei no 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.004846/1998 e nº 53900.026232/2014-14, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 19 de novembro de 2014, a autorização outorgada à Associação Comunitária de Radiodifusão de Samambaia, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Brasília (Samambaia) / DF.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 815-SEI, DE 5 DE JULHO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei no 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53720.000344/1999 e nº 53900.017091/2015-20, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 23 de junho de 2015, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO CULTURAL DOS AMIGOS E AMIGAS DE NOVA ESPERANÇA DO PIRIÁ - ACANEP, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Nova Esperança do Piriá / PA.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

CONSELHO DIRETOR

RESOLUÇÃO Nº 698, DE 27 DE SETEMBRO DE 2018

Institui o Comitê de Prestadoras de Pequeno Porte de Serviços de Telecomunicações junto à Anatel e aprova seu Regimento Interno.

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 22 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, e pelo art. 35 do Regulamento da Agência Nacional de Telecomunicações, aprovado pelo Decreto nº 2.338, de 7 de outubro de 1997,

CONSIDERANDO o item 18 da Agenda Regulatória para o biênio 2017-2018, aprovada pela Portaria nº 1, de 2 de janeiro de 2018;

CONSIDERANDO os comentários recebidos decorrentes da Consulta Pública nº 32, de 23 de novembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União do dia 24 de novembro de 2017;

CONSIDERANDO deliberação tomada por meio do Circuito Deliberativo nº 176, de 27 de setembro de 2018;

CONSIDERANDO o constante dos autos do Processo nº 53500.006606/2016-50, resolve:

Art. 1º Instituir o Comitê de Prestadoras de Pequeno Porte de Serviços de Telecomunicações junto à Anatel - CPPP, com a finalidade de sugerir aprimoramentos à regulamentação a elas aplicável, consolidar as demandas do setor e propor medidas de estímulo à prestação do serviço.

Art. 2º Aprovar o Regimento Interno do CPPP, na forma do Anexo a esta Resolução.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JUAREZ MARTINHO QUADROS DO NASCIMENTO
Presidente do Conselho

ANEXO

REGIMENTO INTERNO DO COMITÊ DE PRESTADORAS DE PEQUENO PORTE DE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES JUNTO À ANATEL - CPPP

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Este Regimento dispõe sobre o funcionamento do Comitê de Prestadoras de Pequeno Porte de Serviços de Telecomunicações junto à Anatel - CPPP.

CAPÍTULO II
DOS OBJETIVOS E COMPETÊNCIAS

Art. 2º O Comitê das Prestadoras de Pequeno Porte, de caráter permanente, tem como finalidade assessorar e subsidiar o Conselho Diretor da Anatel e tem como objetivos:

I - propor aprimoramentos da regulamentação;

II - consolidar as demandas do setor representado por seus membros; e,

III - elaborar estudos e propor medidas de estímulo à prestação de serviços pelas prestadoras de pequeno porte.

Art. 3º Ao CPPP compete:

I - acompanhar o surgimento de novas tecnologias para avaliar seu impacto nos aspectos de convergência, competição e expansão de redes na prestação dos serviços de telecomunicações no País;

II - propor ações de capacitação em matérias relacionadas direta ou indiretamente à prestação dos serviços de telecomunicações por Prestadoras de Pequeno Porte; e,

III - manifestar-se sobre propostas de atos normativos relacionados ao fomento das atividades das prestadoras de pequeno porte, e outros casos que entender pertinente.

Art. 4º Os estudos e proposições do CPPP deverão ter como elemento norteador o fomento a um ambiente atrativo, competitivo, seguro e estável para as Prestadoras de Pequeno Porte, respeitados os direitos dos consumidores.

CAPÍTULO III
DA COMPOSIÇÃO

Art. 5º O CPPP será composto pelos seguintes membros efetivos:

I - um Conselheiro do Conselho Diretor da Anatel, que o presidirá;

II - o Superintendente de Planejamento e Regulamentação;

III - o Superintendente de Outorga e Recursos à Prestação;

IV - o Superintendente de Competição;

V - o Superintendente de Relações com Consumidores;

VI - o Superintendente de Controle de Obrigações;

VII - um representante do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações; e,

VIII - 5 (cinco) representantes de entidades de classe de prestadoras de pequeno porte de serviços de telecomunicações distintas.

§ 1º Designar-se-ão substitutos aos membros de que tratam os incisos I a VII deste artigo.

§ 2º Todos os membros efetivos terão direito a voto, salvo o representante mencionado no inciso I deste artigo.

Art. 6º Podem ser indicados para exercer a função de representante de entidades de classe de prestadoras de pequeno porte pessoas idôneas e de reputação ilibada, que atendam ainda aos seguintes requisitos:

I - atuação comprovada no setor há pelo menos 3 (três) anos;

II - ser escolhido por órgão deliberativo da entidade;

III - participação relevante em projetos no setor; e,

IV - outros que vierem a ser definidos no Edital convocatório de que trata o art. 8º deste Regimento.

Art. 7º Podem indicar representantes as entidades de classe de prestadores de pequeno porte que atendam, cumulativamente, aos seguintes critérios:

I - estar em funcionamento há pelo menos 2 (dois) anos; e,

II - outros que vierem a ser definidos no Edital convocatório de que trata o art. 8º deste Regimento.

Art. 8º A indicação e a escolha dos representantes de entidades de classe de prestadoras de pequeno porte de serviços de telecomunicações obedecerão as seguintes regras:

I - o Presidente do Comitê fará publicar Edital convocatório na página de internet da Anatel, convidando as entidades a apresentar representantes efetivos e respectivos substitutos, no prazo que vier a fixar;

II - as indicações, limitadas ao máximo de 3 (três) por entidade, devem ser acompanhadas de todos os documentos que comprovem a habilitação do indicado e da entidade, definidos nos arts. 6º e 7º deste Regimento;

III - o Presidente do Comitê inabilitará as indicações em desacordo com os termos deste Regimento Interno, bem como dos que vierem a ser estabelecidos no Edital convocatório, e remeterá à apreciação do Conselho Diretor a lista dos habilitados; e,

IV - o Conselho Diretor escolherá 5 (cinco) indicações, sendo no máximo 1 (uma) por entidade, para mandato de 2 (dois) anos, salvo no caso previsto no art. 23 deste Regimento, permitida uma recondução.

§ 1º Haverá efetivação dos membros substitutos nos casos de renúncia, falecimento ou após duas faltas sem justificativa do respectivo membro efetivo.

§ 2º Os membros substitutos terão direito à participação e voz em todas as reuniões do Comitê, cabendo-lhes o voto somente nos casos de ausência do respectivo membro efetivo.

CAPÍTULO IV
DO FUNCIONAMENTO

Art. 9º O Comitê de Prestadoras de Pequeno Porte de Serviços de Telecomunicações é vinculado ao Conselho Diretor e disporá de infraestrutura adequada a seu funcionamento.

Art. 10. O Comitê de Prestadoras de Pequeno Porte de Serviços de Telecomunicações reunir-se-á trimestralmente e, em caráter extraordinário, quando necessário.

Art. 11. As reuniões ordinárias e extraordinárias serão realizadas em Brasília-DF, podendo o Presidente do Comitê, motivadamente, determinar a realização de reuniões em outros locais.

Parágrafo único. As despesas para participação serão arcadas pela entidade, órgão ou Ministério representado pelo membro do Comitê.

Art. 12. As reuniões do Comitê de Prestadoras de Pequeno Porte de Serviços de Telecomunicações serão instaladas com pelo menos 3 (três) membros constantes do art. 5º, inciso VIII, deste Regimento, observado o seguinte trâmite:

I - leitura e aprovação da ata da última reunião;

II - apresentação, discussão e, quando for o caso, votação das matérias constantes da pauta; e,

III - apresentação, discussão e, quando for o caso, votação de outras matérias de atribuição do Comitê, não relacionadas com a pauta da reunião.

§ 1º A ordem de trabalho prevista neste artigo pode ser alterada pelo Presidente para exame de matéria urgente ou para a qual se solicite preferência.

§ 2º A inclusão de matéria na pauta da reunião, conforme previsão constante do inciso II do caput deste artigo, deverá ser aprovada pelo CPPP por maioria dos membros efetivos presentes.

§ 3º As matérias sujeitas a eventual deliberação do Comitê serão previamente discutidas e relatadas por um dos membros, designado pelo Presidente como relator, que deverá apresentar material por escrito no prazo assinalado pelo Presidente, prorrogável uma única vez, mediante justificativa fundamentada.

§ 4º Se o relator designado não cumprir o prazo fixado, o Presidente poderá designar novo relator.

§ 5º Apresentado o material correspondente pelo relator designado, ele será distribuído aos demais membros com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis da realização da reunião em que devam ser apreciados.

§ 6º O relator da matéria, para análise das contribuições sugeridas pelos demais membros durante a discussão, poderá requerer ao Presidente do Comitê prazo para reformulação do material apresentado, somente após o qual, quando for o caso, será iniciada a votação da matéria.

§ 7º Havendo discordância com o teor do material apresentado, qualquer membro poderá apresentar opinião por escrito em separado, fundamentando sua divergência, para publicação em ata.

§ 8º As deliberações serão tomadas por maioria dos membros efetivos presentes.

§ 9º As contribuições apresentadas e deliberadas pelo Comitê, quando cabível, servirão de subsídio para a elaboração de propostas de ações e recomendações para encaminhamento ao Conselheiro designado relator da matéria perante o Conselho Diretor ou, no caso de matéria de cunho geral ou ainda não sorteada dentre os Conselheiros, ao Presidente do Conselho Diretor, com cópia aos demais Conselheiros em qualquer das hipóteses.

§ 10. Mediante solicitação e aprovação pelo Presidente, as reuniões poderão contar com recursos que permitam a participação remota de seus membros.

Art. 13. As reuniões poderão contar com a presença de convidados para apresentação e discussão de temas específicos.

Parágrafo único. Os convites serão realizados pelo Presidente do Comitê, a seu critério.

Art. 14. As atas das reuniões do Comitê serão publicadas no sítio da Agência na internet.

Art. 15. Para o cumprimento de suas funções, o Presidente do Comitê poderá solicitar das Superintendências da Anatel o apoio eventual de técnicos para a realização de atividades específicas.

Art. 16. O Comitê de Prestadoras de Pequeno Porte de Serviços de Telecomunicações terá, no sítio da Anatel na internet, espaço próprio para divulgação de sua organização e atividades ao público em geral.

Parágrafo único. O Comitê ainda contará com correio eletrônico próprio para contato entre os representantes do Comitê, o qual poderá ser eventualmente liberado para outros usuários, a critério do Conselheiro Presidente do Comitê.

CAPÍTULO V
DO PRESIDENTE

Art. 17. São atribuições do Presidente do Comitê de Prestadoras de Pequeno Porte de Serviços de Telecomunicações:

I - convocar as reuniões;

II - convidar demais representantes da Anatel em função da pauta da reunião;

III - convidar outros participantes que contribuam para a condução dos trabalhos;

IV - dirigir os trabalhos, presidindo as reuniões, propondo as matérias a serem apreciadas e participando das decisões a elas relativas; e,

V - encaminhar, quando necessário, estudos e recomendações para apreciação do Conselho Diretor da Anatel e áreas técnicas da Anatel.

CAPÍTULO VI
DOS MEMBROS

Art. 18. São atribuições dos membros do Comitê de Prestadoras de Pequeno Porte de Serviços de Telecomunicações:

I - participar das reuniões do Comitê, apreciando as matérias em pauta;

II - preparar e fornecer as matérias de sua responsabilidade nos prazos estipulados pelo Comitê; e,

III - exercer outras atribuições que lhes forem conferidas por decisão do Comitê.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800022

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAPÍTULO VII
DO SECRETÁRIO

Art. 19. O Secretário do Comitê será escolhido pelo Presidente dentre seus membros representantes da Anatel e terá as seguintes atribuições:

I - organizar a pauta das reuniões, de acordo com as matérias a serem tratadas;

II - dar conhecimento aos membros efetivos das matérias constantes da pauta de cada reunião, com antecedência mínima de 7 (sete) dias úteis, a qual deverá constar no portal da Anatel para conhecimento da sociedade;

III - secretariar os trabalhos, redigir as atas de reunião e providenciar sua distribuição;

IV - providenciar as informações solicitadas no âmbito do Comitê;

V - manter os membros efetivos e participantes permanentes do Comitê informados sobre a situação das diretrizes adotadas no âmbito do Comitê; e,

VI - administrar o correio eletrônico e o Portal do Comitê de Prestadoras de Pequeno Porte de Serviços de Telecomunicações no sítio da Anatel, executando as atividades necessárias ao seu pleno funcionamento.

CAPÍTULO VIII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 20. São atividades de responsabilidade do Gabinete do Conselheiro Presidente do Comitê:

I - compilar dados e realizar pesquisas para subsidiar os trabalhos do Comitê;

II - formatar as propostas definidas pelo Comitê para encaminhamento ao Conselho Diretor pelo Presidente do Comitê;

III - auxiliar na preparação dos relatórios de progresso das atividades do Comitê;

IV - assessorar o Presidente do Comitê no planejamento e realização de reuniões, palestras, seminários, workshops e outros eventos definidos pelo Comitê; e,

V - assessorar o Presidente do Comitê no planejamento e execução das atividades do Comitê.

Art. 21. A participação dos membros do Comitê de Prestadoras de Pequeno Porte de Serviços de Telecomunicações não será remunerada.

Art. 22. O Comitê poderá contar com comissões temáticas, permanentes ou temporárias, com atribuições e composição especificas.

Parágrafo único. A criação de comissões temáticas dar-se-á por ato do Presidente do Comitê.

Art. 23. Na primeira convocação, os mandatos dos membros do Comitê constantes do art. 5º, inciso VIII, deste Regimento serão de 1 (um) ano para dois membros e de 2 (dois) anos para os outros três membros, a serem estabelecidos na Portaria de designação.

§ 1º A data em que for expedida a Portaria de designação dos primeiros membros do Comitê será considerada como o termo inicial de todos os mandatos, devendo ser observada, a partir de então, para a renovação dos membros.

§ 2º O termo inicial fixado de acordo com o parágrafo anterior prevalecerá para cômputo da duração dos mandatos, mesmo que as designações subsequentes venham a ocorrer em data diferente.

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DE GOIÁS, MATO GROSSO, MATO GROSSO DO SUL E TOCANTINS

ATO Nº 7.146, DE 20 DE SETEMBRO DE 2018

Processo nº 53542.007529/2018-21. Expede autorização a DHONIVALL FRANCISCO DE OLIVEIRA, CPF nº 517.842.891-91, para explorar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

PAULO AURELIO PEREIRA DA SILVA
Gerente

ATO Nº 7.144, DE 20 DE SETEMBRO DE 2018

Processo nº 53542.002209/2018-84. Expede autorização a SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO SESC, CNPJ nº 33.469.164/0027-50, para explorar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

PAULO AURELIO PEREIRA DA SILVA
Gerente

ATO Nº 7.172, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018

Processo nº 53542.002320/2018-71. Expede autorização a ITAFOS ARRAIAS MINERACAO E FERTILIZANTES S.A, CNPJ nº 05.919.578/0001-60, para explorar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

PAULO AURELIO PEREIRA DA SILVA
Gerente

ATO Nº 7.209, DE 24 DE SETEMBRO DE 2018

Processo nº 53542.007567/2018-83. Expede autorização a TRUNK SEGURANCA EIRELI, CNPJ nº 26.722.100/0001-15, para explorar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

PAULO AURELIO PEREIRA DA SILVA
Gerente

ATO Nº 7.208, DE 24 DE SETEMBRO DE 2018

Processo nº 53542.007502/2018-38. Expede autorização a NEURO ANTONIO CORADINI, CPF nº 244.576.710-53, para explorar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

PAULO AURELIO PEREIRA DA SILVA
Gerente

ATO Nº 7..253, DE 25 DE SETEMBRO DE 2018

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) SAMA S.A - MINERACOES ASSOCIADAS, CNPJ nº 15.104.599/0001-80, associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

PAULO AURELIO PEREIRA DA SILVA
Gerente

ATO Nº 7.270, DE 26 DE SETEMBRO DE 2018

Processo nº 53542.001898/2018-18. Expede autorização a MUNICIPIO DE PIRES DO RIO, CNPJ nº 01.181.585/0001-56, para explorar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

PAULO AURELIO PEREIRA DA SILVA
Gerente

ATO Nº 7..275, DE 26 DE SETEMBRO DE 2018

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) a(ao) SEBASTIAO MENDES FILHO, CPF nº 262.809.651-04 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

PAULO AURELIO PEREIRA DA SILVA
Gerente

ATO Nº 7..283, DE 26 DE SETEMBRO DE 2018

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) a(ao) MANOEL BENEDITO ROSA FILHO, CPF nº 229.783.051-34, associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

PAULO AURELIO PEREIRA DA SILVA
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO

ATO Nº 6.810, DE 5 DE SETEMBRO DE 2018

Processo nº 53500.027144/2018-76. Outorga autorização de uso de radiofrequência(s) à AT TELECOM EIRELI - EPP, CNPJ/MF nº 27.134.115/0001-25, associada à Autorização para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATO Nº 6.842, DE 6 DE SETEMBRO DE 2018

Processo nº 53500.041386/2018-72. Outorga autorização de uso de radiofrequência(s) à L. KAMIDE - SCM - ME, CNPJ/MF nº 22.059.204/0001-30, associada à Autorização para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATO Nº 6.854, DE 7 DE SETEMBRO DE 2018

Processo nº 53500.018881/2013-73. Outorga autorização de uso de radiofrequência(s) à BD FIBRA TELECOM LTDA - EPP, CNPJ/MF nº 16.824.029/0001-28, associada à autorização para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATOS DE 13 DE SETEMBRO DE 2018

Nº 6.952 Processo nº 53524.004142/2018-31. Outorga autorização de uso de radiofrequência(s) à TELEMAR NORTE LESTE S.A., CNPJ/MF nº 33.000.118/0016-55, associada à Autorização para explorar o Serviço Telefônico Fixo Comutado.

Nº 6.976 Processo nº 53524.004145/2018-74. Outorga autorização de uso de radiofrequência(s) à TELEMAR NORTE LESTE S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, CNPJ/MF nº 33.000.118/0007-64, associada à Autorização para explorar o Serviço Telefônico Fixo Comutado.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATOS DE 16 DE SETEMBRO DE 2018

Nº 7.015 Processo nº 53500.022683/2016-57. declara extinta, por renúncia, a partir de 06/09/2018, a autorização outorgada à FÁBIO M. LIMA, CNPJ/MF nº 24.474.388/0001-20, por intermédio do Ato n° 3918, de 28/09/2016, publicado no DOU de 10/10/2016, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 7.016 Processo nº 53500.040747/2018-63. Outorga autorização de uso de radiofrequência(s) à TELEFÔNICA BRASIL S.A., CNPJ/MF nº 02.558.157/0001-62, associada à Autorização para explorar o Serviço Móvel Pessoal.

Nº 7.017 Processo nº 53542.004984/2018-74. Outorga autorização de uso de radiofrequência(s) à NEW MASTER TURBO NET LTDA - ME, CNPJ/MF nº 11.611.711/0001-19, associada à autorização para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATOS DE 17 DE SETEMBRO DE 2018

Nº 7.029 Processo nº 53500.040622/2018-33. Outorga autorização de uso de radiofrequência(s) à TELEFÔNICA BRASIL S.A., CNPJ/MF nº 02.558.157/0001-62, associada à Autorização para explorar o Serviço Móvel Pessoal.

Nº 7.038 Processo nº 53500.040611/2018-53. Outorga autorização de uso de radiofrequência(s) à TELEFÔNICA BRASIL S.A., CNPJ/MF nº 02.558.157/0001-62, associada à Autorização para explorar o Serviço Móvel Pessoal.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

RETIFICAÇÃO

No Ato n° 9724, de 21 de junho de 2017, cujo extrato foi publicado no Diário Oficial da União do dia 28 de junho de 2017, Seção 1, Página 12, retifica-se conforme abaixo:

Onde se lê: "Fixar em R$ 16.320,71 (dezesseis mil, trezentos e vinte reais e setenta e um centavos)"

Leia-se: "Fixar em R$ 1.632,07 (um mil, seiscentos e trinta e dois reais e sete centavos)"

RETIFICAÇÃO

No Ato nº 9725, de 21 de junho de 2017, publicado no DOU de 28 de junho de 2017, Seção 1, página 12, retifica-se o que segue:

Onde se lê: "Art. 2º Fixar em R$ 1.399,27 (um mil, trezentos e noventa e nove reais e vinte e sete centavos), o preço público pelo direito de uso da radiofrequência ..."

Leia-se: "Art. 2º Fixar em R$ 139,93 (cento e trinta e nove reais e noventa e três centavos), o preço público pelo direito de uso da radiofrequência ... "

RETIFICAÇÃO

No Ato nº 10058, de 03 de julho de 2017, publicado no DOU de 05/07/2017, Seção 1, página 05, retifica-se o que segue:

Onde se lê: "Fixar em R$ 16.453,67 (dezesseis mil, quatrocentos e cinquenta e três reais e sessenta e sete centavos"

Leia-se: "Fixar em R$ 1.645,37 (hum mil, seiscentos e quarenta e cinco reais e trinta e sete centavos"

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800023

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR

DIRETORIA DE GESTÃO INSTITUCIONAL

PORTARIA Nº 104, DE 27 DE SETEMBRO DE 2018

A DIRETORA DE GESTÃO INSTITUCIONAL DA COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR (CNEN), no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Portaria da CASA CIVIL nº 543, publicada no Diário Oficial da União nº 101, de 28 de maio de 2018, página 1, Seção 2, tendo em vista o disposto no art.12 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, no Decreto nº 7.689, de 02 de março de 2012, alterado pelo Decreto nº 9.189, de 1º de novembro de 2017, e a competência delegada pelo Senhor Ministro de Estado de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações por meio do inciso II, do art.1º, da Portaria MCTIC nº 106, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

Art. 1º Subdelegar competência, para autorizar a celebração de novos contratos administrativos ou a prorrogação dos contratos em vigor relativos às atividades de custeio com valores iguais ou inferiores a R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), ao Diretor do Instituto de Engenharia Nuclear - IEN, ao Diretor do Instituto de Radioproteção e Dosimetria - IRD, ao Coordenador do Laboratório de Poços de Caldas - LAPOC, ao Diretor do Centro de Desenvolvimento da Tecnologia Nuclear - CDTN, ao Diretor do Centro Regional de Ciências Nucleares do Nordeste - CRCN/NE, ao Coordenador do Centro Regional de Ciências Nucleares do Centro-Oeste - CRCN/CO, e ao Superintendente do Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares - IPEN, vedando a subdelegação;

Art. 2º Subdelegar competência, para autorizar a celebração de novos contratos administrativos ou a prorrogação dos contratos em vigor relativos às atividades de custeio com valores iguais ou inferiores a R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), ao Coordenador-Geral de Administração e Logística da CNEN;

Art. 3º Para os fins do artigo 1º desta Portaria será considerado o valor apurado ao final do procedimento de contratação ou, no caso de prorrogação, o valor constante no termo aditivo.

Art. 4º Na hipótese de o Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão alterar ou atualizar, a qualquer tempo, o valor estabelecido no parágrafo 3º, do art. 2º, do Decreto nº 7.689, de 02 de março de 2012, alterado pelo Decreto nº 9.189, de 1º de novembro de 2017, a subdelegação de competência de que trata o caput do art. 1º desta Portaria fica automaticamente sujeita aos novos valores que forem estabelecidos.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

ELIZABETH RODRIGUES CUNHA

SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, COMUNITÁRIA E DE FISCALIZAÇÃO

COORDENAÇÃO-GERAL DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

PORTARIA Nº 4.463-SEI, DE 5 DE SETEMBRO DE 2018

A COORDENADORA-GERAL DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA, SUBSTITUTA, DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, COMUNITÁRIA E DE FISCALIZAÇÃO, DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 76,parágrafo 6°, inciso VI, do Regimento Interno do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, aprovado pela Portaria nº 1729, de 31 de março de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 04 de abril de 2017 e considerando o Processo Administrativo nº 01250.051995/2018-25, resolve:

Art. 1o Autorizar a Associação Cultural e Artística de Barcelos, a transferir o local de instalação do sistema irradiante da Avenida Maxina, n° 22 - Centro para a Rua Dorval Porto, s/n° - Nossa Senhora de Nazaré, na localidade de Barcelos / AM. A entidade foi autorizada pela Portaria de Autorização n° 742/2000 publicada no Diário Oficial da União em 26 de dezembro de 2000, a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária. O referido ato de autorização foi deliberado pelo Congresso Nacional, conforme Decreto Legislativo nº 286/2003, publicado no Diário Oficial da União em 27 de junho de 2003, conforme consta nos autos do Processo de Autorização n° 53630.000152/1999.

Parágrafo único. O sistema irradiante da estação transmissora da entidade, em razão do disposto no caput, localizar-se-á nas coordenadas geográficas com latitude em 00°58'24"S e longitude 62°55'15"W.

Art. 2o Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VILMA DE FÁTIMA ALVARENGA FANIS

DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL

PORTARIA Nº 4.510-SEI, DE 3 DE SETEMBRO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE PÓS-OUTORGA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX do § 4º do art. 77 da Portaria n.º 1.729, de 31 de março de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 04 de abril de 2017, e tendo em vista o que consta do Processo nº 01250.043046/2018-71, invocando as razões presentes da Nota Técnica nº 18783/2018/SEI-MCTIC, resolve:

Art. 1º Homologar, nos termos da Portaria nº 366, de 14 de agosto de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 15 de agosto de 2012, a operação efetuada pela Prefeitura Municipal de Dois Córregos, executante do serviço de retransmissão de televisão, em caráter secundário, no município de Dois Córregos, estado de São Paulo, utilizando o canal 22 d (vinte e dois digital), consistente na alteração da geradora cedente da sua programação, que passará a ser a FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II, concessionária do serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Aracaju, estado de Sergipe.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALTAIR DE SANTANA PEREIRA

RETIFICAÇÃO

No Despacho n° 1.702 - SEI, de 24 de setembro de 2018, publicado no Diário Oficial da União de 26 de setembro de 2018, seção 1, página 32, onde se lê: Minas Gerais, leia-se: Goiás.

COORDENAÇÃO-GERAL DE OUTORGAS

DESPACHO Nº 1.525-SEI, DE 31 DE AGOSTO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 3º, inciso II, da Portaria nº 1.729, de 31 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União em 04 de abril de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.061855/2017-84, resolve:

Aprovar o local de instalação da estação digital e a utilização dos equipamentos da FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, no município de ARARAQUARA, estado de SÃO PAULO, utilizando o canal digital nº 27 (vinte e sete), a partir do desligamento do sinal analógico na localidade, nos termos da Nota Técnica nº 18745/2018/SEI-MCTIC.

ALEXANDRE MIRANDA FREIRE
DE OLIVEIRA BARROS

DESPACHO Nº 1.530-SEI, DE 31 DE AGOSTO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 3º, inciso II, da Portaria nº 1.729, de 31 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União em 04 de abril de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.061856/2017-29, resolve:

Aprovar o local de instalação da estação digital e a utilização dos equipamentos da FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, no município de ASSIS, estado de São Paulo, utilizando o canal digital nº 22 (vinte e dois), a partir do desligamento do sinal analógico na localidade, nos termos da Nota Técnica nº 18864/2018/SEI-MCTIC.

ALEXANDRE MIRANDA FREIRE
DE OLIVEIRA BARROS

DESPACHO Nº 1.554-SEI, DE 31 DE AGOSTO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 3º, inciso II, da Portaria nº 1.729, de 31 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União em 04 de abril de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.061854/2017-30, resolve:

Aprovar o local de instalação da estação digital e a utilização dos equipamentos da FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, no município de ANDRADINA, estado de SÃO PAULO, utilizando o canal digital nº 27 (vinte e sete), a partir do desligamento do sinal analógico na localidade, nos termos da Nota Técnica nº 19040/2018/SEI-MCTIC.

ALEXANDRE MIRANDA FREIRE
DE OLIVEIRA BARROS

COORDENAÇÃO-GERAL DE TELEVISÃO DIGITAL

DESPACHO Nº 1.221-SEI, DE 6 DE SETEMBRO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE TELEVISÃO DIGITAL, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, Art. 77, § 5º, Inciso II, da Portaria nº 1.729, de 31 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União em 04 de abril de 2017, e considerando o que consta no processo nº 01250.029634/2018-01, resolve:

Aprovar o local de instalação da estação digital e a utilização dos equipamentos da CDIN - CANAL DIGITAL INTERNACIONAL DE NOTÍCIAS LTDA, concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, no município de PIRACICABA/SP, utilizando o canal digital 34 (trinta e quatro), nos termos da Nota Técnica nº 14709/2018/SEI-MCTIC.

WILLIAM IVO KOSHEVNIKOFF ZAMBELLI

COORDENAÇÃO-GERAL PÓS DE OUTORGAS

DESPACHO Nº 1.677-SEI, DE 18 DE SETEMBRO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE PÓS-OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 4º, inciso III, da Portaria n.° 1.729, de 31 de março de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.053661/2018-96, resolve:

Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, da R.B. - RÁDIO E TELEVISÃO LTDA., permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Rio Bananal-ES, utilizando o canal n.º 264 (duzentos e sessenta e quatro), classe C, nos termos da Nota Técnica n.º 20970/2018/SEI-MCTIC.

ALTAIR DE SANTANA PEREIRA

DESPACHO Nº 1.710-SEI, DE 25 DE SETEMBRO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE PÓS-OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 4º, inciso III, da Portaria n.° 1.729, de 31 de março de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.081180/2017-90, resolve:

Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, da RADIO VERA LTDA., permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Vera-MT, utilizando o canal n.º 215 (duzentos e quinze), classe C, nos termos da Nota Técnica n.º 21481/2018/SEI-MCTIC.

ALTAIR DE SANTANA PEREIRA

SECRETARIA DE POLÍTICAS DIGITAIS

RESOLUÇÃO Nº 51, DE 3 DE SETEMBRO DE 2018

Altera a redação da Resolução CATI nº 1, de 7 de dezembro de 2015.

O COMITÊ DA ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - CATI, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto no inciso X, art. 31 do Decreto no 5.906, de 26 de setembro de 2006, resolve:

Art. 1º Alterar o art. 1º da Resolução CATI nº 1, de 7 de dezembro de 2015, que passa a vigorar com a seguinte redação:

" Art. 1º Estabelecer as seguintes linhas temáticas prioritárias objetivando apoiar a pesquisa e o desenvolvimento de tecnologias, de dispositivos, de aplicações e de soluções, para o setor de TIC no Brasil:

I - Internet das coisas;

II - Segurança e defesa cibernética;

III - Microeletrônica, materiais, dispositivos, equipamentos e sistemas avançados;

IV - Redes e computação de alto desempenho (HPC); integração, processamento e análise de grandes volumes de dados (Big Data) e computação em nuvem.;

V - Manufatura avançada (indústria 4.0), com ênfase em pesquisa e desenvolvimento em sensores, inteligência artificial, impressão 3D e robótica;

VI - Pesquisa, desenvolvimento e inovação com foco em componentes microeletrônicos, bens, sistemas, tecnologias imersivas e plataformas de TIC para aplicações em Saúde, Educação, Energia, Mobilidade, Cidades Inteligentes e Agronegócios; e

VII - Tecnologias móveis avançadas."

Art.2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

THIAGO CAMARGO LOPES

RESOLUÇÃO Nº 52, DE 3 DE SETEMBRO DE 2018

Estabelece Regimento Interno do Comitê da Área de Tecnologia da Informação - CATI.

O COMITÊ DA ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - CATI, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto no inciso IX, art. 31 do Decreto no 5.906, de 26 de setembro de 2006, resolve:

Estabelecer seu Regimento Interno.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800024

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Comitê da Área de Tecnologia da Informação - Regimento Interno

Art. 1º Este Regimento regula o funcionamento do Comitê da Área de Tecnologia da Informação - CATI, criado conforme arts. 21 e 22, do Decreto nº 3.800, de 20 de abril de 2001 e alterado pelo Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.

Da composição do CATI

Art. 2º O Comitê, órgão colegiado constituído por membros nomeados pelo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, tem sua composição estabelecida no Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.

§ 1º Os membros do Comitê terão suplentes, cujas atuações são consideradas de natureza relevante e não remunerada.

§ 2º A Secretaria de Políticas Digitais (SEPOD), por meio do Departamento de Ciência, Tecnologia e Inovação Digital (DECTI) exercerá a função de Secretaria-Executiva do CATI.

Da competência do CATI

Art. 3º São competências precípuas do Comitê:

I - definir os critérios, credenciar e descredenciar as instituições de ensino e pesquisa e as incubadoras, para os fins previstos na Lei nº 8.248, de 1991 e no Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, e alterações;

II - aprovar a consolidação dos relatórios demonstrativos de que trata o art. 33 do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, e alterações, resguardadas as informações sigilosas das empresas;

III - propor o Plano Plurianual de Investimentos dos recursos destinados ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT/CT-INFO, previstos no art. 11 da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, alterado pelo art. 2º da Lei nº 10.176, de 11 de janeiro de 2001.

IV - propor as normas e diretrizes para apresentação e julgamento dos projetos de pesquisa e desenvolvimento a serem submetidos ao FNDCT;

V - assessorar, sempre que demandado, a Secretaria-Executiva do FNDCT na análise dos projetos a serem apoiados em conformidade com o § 2º, do art. 11, da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, alterado pelo art. 2º da Lei nº 10.176, de 11 de janeiro de 2001;

VI - avaliar os resultados dos programas desenvolvidos, inclusive aqueles desenvolvidos com recursos do FNDCT/CT-INFO e Linhas Temáticas Prioritárias;

VII - estabelecer critérios de controle para que as despesas operacionais de implementação, manutenção, acompanhamento, avaliação e divulgação de resultados relativas às atividades de pesquisa e desenvolvimento previstas no Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, incidentes sobre o FNDCT, não ultrapassem o montante correspondente a cinco por cento dos recursos arrecadados anualmente;

VIII - assessorar o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações no Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Setor de Tecnologias da Informação, propondo as linhas de investimentos e de fomento dos recursos financeiros destinados àquele Programa, conforme o disposto nos arts. 10, 35 e 37 no Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006; e

IX - estabelecer programas e projetos de interesse nacional, bem como sua vigência, na área de informática, os quais serão considerados prioritários no aporte de recursos.

Das atribuições do Coordenador do Comitê

Art. 4º O coordenador do CATI, que exercerá a função de presidente, tem as seguintes atribuições, sem prejuízo de outras que lhe conferirem a Lei:

I - assegurar a eficácia e o bom desempenho do CATI;

II - assegurar a eficácia do sistema de acompanhamento e avaliação, por parte do CATI, da Secretaria-Executiva e, individualmente, das atividades desenvolvidas pelos membros de cada um destes órgãos;

III - compatibilizar as atividades do CATI com as políticas de governo na área de informática e das demais partes interessadas;

IV - organizar e coordenar, com a colaboração da Secretaria Executiva do CATI, a pauta das reuniões, ouvidos os outros membros;

V - assegurar que os membros do CATI recebam informações completas e tempestivas sobre os itens constantes da pauta das reuniões; e

VI - presidir as reuniões do CATI.

Parágrafo único - O coordenador do CATI poderá delegar as funções de Secretário Executivo ao seu suplente.

Da substituição do Presidente

Art. 5º Na ausência ou impedimento temporário do presidente do CATI, suas funções serão exercidas interinamente por seu suplente.

§ 1º Em caso de ausência do Presidente e de seu suplente em reunião do Comitê, esta será presidida pelo membro que for eleito para esse fim na própria reunião.

§ 2º Na hipótese de ausência ou impedimento temporário de qualquer membro do Comitê, este deverá funcionar com os demais, desde que respeitado o número mínimo de seis membros.

Das atribuições dos Membros do Comitê

Art. 6º É dever de todo representante, além daqueles previstos em Lei, e dos que a regulamentação aplicável e este Regimento Interno lhe impuserem:

I - comparecer às reuniões do Comitê previamente preparado, com o exame dos documentos postos à disposição e delas participar ativa e diligentemente;

II - manter sigilo sobre toda e qualquer informação do CATI a que tiver acesso em razão do exercício do cargo, bem como exigir o mesmo tratamento sigiloso dos profissionais que lhe prestem assessoria, utilizando-a somente para o exercício de suas funções de conselheiro, sob pena de responder pelo ato que contribuir para sua indevida divulgação;

III - declarar, previamente à deliberação, que, por qualquer motivo, tem interesse particular ou conflitante com o Comitê quanto à determinada matéria submetida à sua apreciação, abstendo-se de sua discussão e voto; e

IV - zelar pela adoção das boas práticas de governança pelo Comitê e por sua Secretaria-Executiva.

Parágrafo único. A ausência num mesmo exercício, não justificada, dos representantes (titular ou suplente) a reuniões do Comitê por duas vezes consecutivas, implicará na solicitação de indicação de substitutos, observado o disposto no art. 3o, 4º e 5º.

Das atribuições da Secretaria-Executiva do CATI

Art. 7º A Secretaria Executiva terá as atribuições abaixo:

I - assessorar o Presidente nos assuntos de competência do CATI;

II - organizar e distribuir a pauta, por meio eletrônico, dos assuntos a serem tratados aos membros do CATI;

III - providenciar a convocação para as reuniões do CATI, dando conhecimento aos membros - e eventuais participantes - do local, data, horário e ordem do dia;

IV - secretariar as reuniões, elaborar as respectivas atas e outros documentos e coletar as assinaturas de todos os membros que dela participaram, além de consignar o comparecimento de eventuais convidados;

V - arquivar as atas e deliberações tomadas pelo CATI nos órgãos competentes e providenciar sua publicação no site do MCTIC na seção correspondente às ações do CATI e órgão de imprensa oficial, se for o caso;

VI - submeter ao CATI, por meio eletrônico, os processos e procedimentos para o credenciamento e descredenciamento de instituições de ensino e pesquisa, centros ou institutos de pesquisa e desenvolvimento ou incubadoras, para os fins previstos na Lei nº 8.248, de 1991 e suas alterações;

VII - implementar os processos, procedimentos e resoluções definidos pelo CATI;

VIII - publicar no Diário Oficial da União os atos de credenciamento e descredenciamento de que trata o inciso I do art. 3º do Regimento Interno; e

IX - exercer as demais funções previstas neste Regimento Interno.

Do Credenciamento de instituições

Art. 8º Nos credenciamentos de instituições referentes ao inciso I, do art. 3º deste Regimento, deverão ser observados os seguintes procedimentos:

I - Os pleitos de credenciamento de instituições deverão ser protocolizados no MCTIC/CATI e a Secretaria Executiva do Comitê deverá conduzir a análise, elaboração de parecer técnico e laudo de inspeção (quando for o caso) e poderá submeter à deliberação do Comitê por meio eletrônico.

II - Os membros do Comitê poderão solicitar cópia eletrônica aos processos protocolados a qualquer momento.

III - Para análise dos processos recebidos poderá a Secretaria Executiva subsidiar-se do trabalho de consultores ou Comitês ad hoc.

Art. 9º O Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações prestará ao Comitê todo o apoio técnico administrativo e financeiro necessário ao exercício das atividades de sua competência.

Art. 10º Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação deste Regimento Interno serão resolvidos pelo Presidente.

Das Normas de Funcionamento do Comitê da Área de Tecnologia da Informação (CATI)
Reuniões do CATI

Art. 11º O Comitê terá, no mínimo, duas reuniões ordinárias por ano fiscal, de preferência semestrais, podendo ser convocadas reuniões extraordinárias a qualquer tempo, por decisão do seu Presidente.

§ 1º A convocação para as reuniões dar-se-á com antecedência mínima de dez dias úteis e será feita por meio eletrônico (e-mail), sendo as pautas correspondentes distribuídas com antecedência aos membros.

§ 2º As reuniões do Comitê serão instaladas com quórum mínimo de metade mais um de seus membros e terão direito a voto os membros titulares ou seus suplentes, em seus impedimentos, e terão direito a voz os membros titulares e seus suplentes, e aqueles convidados pelo Comitê, por sugestão de pelo menos 1/3 (um terço) dos membros.

§ 3º As reuniões do Comitê serão registradas, de forma resumida, em memória de reunião, admitindo-se as declarações de voto em separado, no prazo máximo de cinco dias.

Local

Art. 12º As reuniões do Comitê, sejam ordinárias ou extraordinárias, serão, preferencialmente, realizadas na sede do Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC.

Instalação, convocação e representação

Art. 13º As reuniões do CATI, ordinárias e extraordinárias, somente se instalarão, com a presença da maioria dos membros em exercício.

§ 1º Cada membro titular em exercício terá direito a 01 (um) voto, seja pessoalmente ou representado por seu suplente.

§ 2º Fica facultada a participação dos membros do CATI em reunião por telefone, videoconferência ou outro meio que possa assegurar sua participação efetiva e a autenticidade do seu voto.

§ 3º O membro do CATI, nesta hipótese, será considerado presente à reunião e seu voto válido, para todos os efeitos legais, e incorporado à ata da referida reunião.

§ 4º As reuniões de que trata o caput deste artigo poderão ser realizadas de forma remota, com a participação de todos os membros conforme previsto no § 2º.

Presença de terceiros

Art. 14º O presidente do CATI, poderá convidar participantes externos para prestar esclarecimentos ou informações sobre matéria em apreciação, participando da reunião apenas do momento específico em que a matéria será tratada.Discussão, deliberação e atas

Art. 15º Encerradas as discussões, o presidente passará a colher o voto de cada membro.

Art. 16º As deliberações serão tomadas:

§ 1º Em geral, por maioria absoluta do Comitê.

§ 2º Caso se refira ao estabelecimento ou alteração de critérios de credenciamento ou descredenciamento de instituições, assim como alterações nesse regimento interno, serão tomadas sempre por 2/3 (dois terços) dos membros do Comitê.

§ 3º Nos casos de relevância e urgência, devidamente justificada, o Presidente poderá deliberar ad referendum do Comitê, dando ciência ao CATI do seu ato.

§ 4º Em caso de empate, o presidente do CATI deverá exercer o voto de qualidade.

§ 5º As deliberações poderão ser realizadas por meio eletrônico, a critério do Presidente ou do Secretário Executivo do CATI, com exceção de propostas de alteração do Regimento Interno.

Art. 17º As deliberações do CATI, quando for o caso, deverão ser publicadas no DOU, por meio de extrato das Resoluções do Comitê.

§ 1º As atas serão redigidas com clareza e objetividade, registrando todas as decisões tomadas, incluindo observações específicas de membros, desde que formalmente solicitadas.

§ 2º Em caso de deliberações ou debates que tenham sido objeto de conflito entre membros do Comitê, a questão poderá ser destacada pelo Presidente, indicando a posição e os membros divergentes.

§ 3º Após a realização de cada reunião do CATI, a ata da reunião correspondente será elaborada e enviada para os membros para sua aprovação por meio eletrônico e divulgada no portal eletrônico do MCTIC.

§ 4º As Resoluções do Comitê serão assinadas pelo Presidente ou pelo Secretário Executivo do CATI.

Da Comunicação entre o CATI e a Secretaria-Executiva

Art. 18º A fim de facilitar e ordenar a comunicação entre os membros do CATI e a Secretaria-Executiva, as dúvidas e solicitações de informações dos membros do CATI deverão ser enviadas ao presidente com cópia à Secretaria-Executiva do CATI.

Das Disposições Gerais

Art. 19º Este Regimento Interno entra em vigor na data da sua publicação.

THIAGO CAMARGO LOPES

Ministério da Cultura

AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA
DIRETORIA COLEGIADA

RESOLUÇÃO Nº 83, DE 11 DE SETEMBRO DE 2018

Altera a Resolução de Diretoria Colegiada nº 59.

A DIRETORIA COLEGIADA DA AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA - ANCINE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos II, IV e V do artigo 6º do Anexo I do Decreto nº 8.283, de 3 de julho de 2014, e conforme decidido na 699ª Reunião de Diretoria Colegiada, de 11 de setembro de 2018, resolve:

Art. 1º. Alterar a Resolução de Diretoria Colegiada nº 59, nos termos deste ato normativo.

Art. 2º. O artigo 25 passa a vigorar como segue:

"Art. 25 .....

.....

II. coordenar as atividades de relacionamento externo, utilizando-se das ferramentas de comunicação disponíveis, inclusive do portal da ANCINE na Internet e das páginas oficiais da Agência em redes sociais, e outras ações de comunicação com o mercado;

III. propor e executar programas e atividades de relações públicas, publicidade, marketing, e relacionamento com a imprensa, com o público externo e o mercado regulado, estes últimos através da Central de Atendimento;

IV. organizar a comunicação interna aos servidores de fatos, informações e assuntos estratégicos da Agência, ressalvadas as atribuições da Gerência de Recursos Humanos;

V. zelar pela uniformização da imagem institucional e da identidade visual relativos à Agência e seus produtos, assessorando na elaboração de materiais gráficos, de materiais de comunicação digital e analisando solicitações de apoio institucional encaminhadas por agentes externos;

.....

VII. distribuir internamente as notícias divulgadas pela imprensa em geral no escopo das atividades da ANCINE, mantendo arquivo das mesmas digitalmente;

VIII. gerenciar as atividades relativas à prestação de serviços de publicidade como planejamento, conceituação e veiculação das campanhas publicitárias da Agência; e

....." (NR)

Art. 3º. Esta Resolução de Diretoria Colegiada entra em vigor na data de sua publicação.

CHRISTIAN DE CASTRO
Diretor-Presidente

SUPERINTENDÊNCIA DE FOMENTO

DESPACHO DECISÓRIO Nº 2.871-E, DE 27 DE SETEMBRO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE FOMENTO da ANCINE, no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria n° 262-E, publicada em D.O.U. em 30/08/2017 e alterada pela Portaria nº 344-E, publicada em D.O.U. em 16/11/2017; e em cumprimento ao disposto na Lei n o 8.685, de 20 de julho de 1993, na Medida Provisória nº 2.228-1, de 06 de setembro de 2001, no Decreto nº 4.456, de 04 de novembro de 2002, e considerando o inciso II do art. 31 da Resolução de Diretoria Colegiada nº 59 da ANCINE, decide:

Art. 1º Autorizar a alteração de agência bancária e publicar as contas de captação dos projetos audiovisuais relacionados abaixo, para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos nos termos dos artigos indicados.

17-0570 MANU.
Processo: 01416.025603/2017-51
Proponente: CISMA PRODUÇÕES CINEMATOGRÁFICAS EVENTOS E TEATRO LTDA.
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 05.919.250/0001-43
Valor total aprovado: R$ 3.500.000,00
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.205.000,00
Banco: 001 - agência: 6998-1 conta corrente: 8595-2
Prazo de captação: até 31/12/2019.

17-0571 CARMEN.
Processo: 01416.025615/2017-86
Proponente: CISMA PRODUÇÕES CINEMATOGRÁFICAS EVENTOS E TEATRO LTDA.
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 05.919.250/0001-43
Valor total aprovado: R$ 2.500.000,00
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 700.000,00
Banco: 001 - agência: 6998-1 conta corrente: 8597-9
Prazo de captação: até 31/12/2019.

Art. 2º Aprovar os projetos audiovisuais e suas análises complementares, para o qual as proponentes ficam autorizadas a captar recursos nos termos das leis indicadas, cujo prazo de captação se encerra em 31/12/2018.

18-0727 ECOLOUCOS - UMA COMÉDIA INSUSTENTÁVEL.
Processo: 01416.007699/2018-57
Proponente: 34 FILMES LTDA.
Cidade/UF: Brasília / DF
CNPJ: 04.852.671/0001-31
Valor total aprovado: R$ 3.450.500,00
Valor aprovado no Art. 1º da Lei nº. 8.685/93: R$ 50.000,00
Banco: 001 - agência: 1419-2 conta corrente: 28176-X
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 350.000,00
Banco: 001 - agência: 1419-2 conta corrente: 28180-8
Valor aprovado no Art. 3º da Lei nº. 8.685/93: R$ 100.000,00
Banco: 001 - agência: 1419-2 conta corrente: 28177-8
Valor aprovado no Art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 300.000,00
Banco: 001 - agência: 1419-2 conta corrente: 28181-6
Valor aprovado no Art. 39, inciso X, MP nº 2.228-1/01: R$ 100.000,00
Banco: 001 - agência: 1419-2 conta corrente: 28178-6
Valor aprovado no Art. 41, MP nº 2.228-1/01: R$ 270.000,00
Banco: 001 - agência: 1419-2 conta corrente: 28179-4

18-0744 MINHA FAMA DE MAU - DISTRIBUIÇÃO.
Processo: 01416.010642/2018-35
Proponente: FREESPIRIT DISTRIBUIDORA DE FILMES LTDA.
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 07.616.202/0001-01
Valor total aprovado: R$ 2.000.000,00
Valor aprovado no Art. 41, MP nº 2.228-1/01: R$ 1.000.000,00
Banco: 001 - agência: 1253-X conta corrente: 41114-0

18-0745 TUDO POR UM POP STAR - DISTRIBUIÇÃO.
Processo: 01416.010634/2018-99
Proponente: FREESPIRIT DISTRIBUIDORA DE FILMES LTDA.
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 07.616.202/0001-01
Valor total aprovado: R$ 2.000.850,00
Valor aprovado no Art. 41, MP nº 2.228-1/01: R$ 1.000.000,00
Banco: 001 - agência: 1253-X conta corrente: 41115-9

Art. 3º Aprovar os projetos audiovisuais e suas análises complementares, para o qual as proponentes ficam autorizadas a captar recursos nos termos das leis indicadas, cujo prazo de captação se encerra em 31/12/2019.

18-0697 BIOMIMÉTICA - DESENHADO PELA NATUREZA.
Processo: 01416.009783/2018-13
Proponente: AIUÊ PRODUTORA E EDITORA LTDA ME.
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 09.225.539/0001-13 Valor total aprovado: R$ 429.563,57
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 408.078,25
Banco: 001 - agência: 3560-2 conta corrente: 27361-9

18-0726 TRANSAMAZÔNICA UTOPIAS NA SELVA.
Processo: 01416.009308/2018-39
Proponente: FLORESTA VÍDEO GRÁFICA E EDITORA LTDA.
Cidade/UF: Tucuruí / PA
CNPJ: 05.209.603/0001-11
Valor total aprovado: R$ 700.000,00
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 245.000,00
Banco: 001 - agência: 1161-4 conta corrente: 59651-5

Art. 4º Aprovar a análise complementar dos projetos audiovisuais, para o qual as proponentes ficam autorizadas a captar recursos nos termos dos artigos indicados.

15-0297 HERMANOTEU NA TERRA DE GODAH.
Processo: 01580.032628/2015-48
Proponente: CASÉ FILMES LTDA.
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 09.558.964/0001-24
Valor total aprovado: de R$ 12.427.500,00 para R$ 8.356.670,00
Valor aprovado no Art. 1º da Lei nº. 8.685/93: de R$ 2.000.000,00 para R$ 1.000.000,00
Banco: 001 - agência: 1253-X conta corrente: 39094-1
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 2.000.000,00 para R$ 1.500.000,00
Banco: 001 - agência: 1253-X conta corrente: 39096-8
Valor aprovado no Art. 3º da Lei nº. 8.685/93: de R$ 1.555.757,51 para R$ 1.642.018,02
Banco: 001 - agência: 1253-X conta corrente: 39095-X
Valor aprovado no Art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.144.242,49
Banco: 001 - agência: 1253-X conta corrente: 39097-6
Prazo de captação: até 31/12/2018.

18-0310 SHOW DA LUNA! 5ª TEMPORADA.
Processo: 01416.005325/2018-05
Proponente: PG PRODUÇÕES DE CINEMA VÍDEO E TV LTDA.
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 01.161.933/0001-23
Valor total aprovado: R$ 4.846.391,00
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 3.104.071,45 para R$ 3.118.201,45
Banco: 001 - agência: 6998-1 conta corrente: 8410-7
Valor aprovado no Art. 39, inciso X, MP nº 2.228-1/01: de R$ 1.500.000,00 para R$ 1.485.870,00
Banco: 001 - agência: 6998-1 conta corrente: 8408-5
Prazo de captação: até 31/12/2019.

18-0352 LUANA É DE LUA.
Processo: 01416.006491/2018-11
Proponente: POPCON PRODUÇÕES LTDA.
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 09.281.789/0001-70
Valor total aprovado: de R$ 3.157.984,75 para R$ 3.054.782,44
Valor aprovado no Art. 3º da Lei nº. 8.685/93: de R$ 2.100.000,00 para R$ 2.902.043,32
Banco: 001 - agência: 0722-6 conta corrente: 54348-9
Valor aprovado no Art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 900.000,00 para R$ R$ 0,00
Prazo de captação: até 31/12/2021.

18-0363 JUJU BOOT CAMP.
Processo: 01416.006636/2018-83
Proponente: LIGHTHOUSE PRODUÇÕES CINEMATOGRÁFICAS LTDA.
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 11.280.934/0001-40
Valor total aprovado: de R$ 3.158.176,07 para R$ 3.158.176,08
Valor aprovado no Art. 3º da Lei nº. 8.685/93: de R$ 900.000,00 para R$ 1.205.345,71
Banco: 001 - agência: 1812-0 conta corrente: 54309-8
Valor aprovado no Art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 2.100.000,00 para R$ 1.794.654,29
Banco: 001 - agência: 1812-0 conta corrente: 54310-1
Prazo de captação: até 31/12/2021.

18-0048 OS HERDEIROS DE VARGAS.
Processo: 01416.000042/2018-69
Proponente: TOCA DE REIS PROJETOS EM COMUNICAÇÃO E CULTURA LTDA EPP.
Cidade/UF: Lauro de Freitas / BA
CNPJ: 05.913.319/0001-21
Valor total aprovado: de R$ 953.090,88 para R$ 876.113,87
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 300.000,00 para R$ 229.840,67
Banco: 001 - agência: 525-8 conta corrente: 34565-2
Prazo de captação: até 31/12/2019.

15-0281 MEDIDA PROVISÓRIA.
Processo: 01580.036581/2015-91
Proponente: LEREBY PRODUÇÕES LTDA.
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 02.605.295/0001-55
Valor total aprovado: de R$ R$ 7.755.203,75 para R$ 7.473.598,57
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 1.565.269,91 para R$ 1.299.918,65
Banco: 001- agência: 1572-5 conta corrente: 22889-3
Valor aprovado no Art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 2.800.000,00
Banco: 001- agência: 1572-5 conta corrente: 23432-X
Prazo de captação: até 31/12/2018.

15-0430 EIKE - TUDO OU NADA.
Processo: 01580.055002/2015-18
Proponente: MORENA FILMES EIRELI ME.
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 42.473.256/0001-66
Valor total aprovado: de R$ 14.515.033,90 para R$ 11.912.654,00
Valor aprovado no Art. 1º da Lei nº. 8.685/93: de R$ 3.000.000,00 para R$ 0,00
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 1.000.000,00 para R$ 0,00
Valor aprovado no Art. 3º da Lei nº. 8.685/93: de R$ 3.000.000,00 para R$ 900.000,00
Banco: 001 - agência: 3441-X conta corrente: 17813-6
Prazo de captação: até 31/12/2018.

18-0216 ICO BIT ZIP - 1ª TEMPORADA.
Processo: 01416.002542/2018-35
Proponente: COPA STUDIO PRODUTORA AUDIOVISUAL LTDA.
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 09.551.826/0001-13
Valor total aprovado: de R$ 5.263.157,90 para 5.500.000,00
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 0,00 para R$ 288.157,89
Banco: 001 - agência: 0183-X conta corrente: 32298-7
Valor aprovado no Art. 39, inciso X, MP nº 2.228-1/01: de R$ 3.000.000,00 para R$ 2.936.842,11
Banco: 001 - agência: 0183-X conta corrente: 39176-X
Prazo de captação: até 31/12/2019.
Art. 5º Este Despacho Decisório entra em vigor na data de sua publicação.

MARCIAL RENATO DE CAMPOS

COORDENAÇÃO DE ACOMPANHAMENTO DE PROJETOS

DESPACHO DECISÓRIO Nº 2.873-E, DE 27 DE SETEMBRO DE 2018

O COORDENADOR DE ACOMPANHAMENTO DE PROJETOS da ANCINE, no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria n° 01-E, publicada em D.O.U. em 21/02/2018; e em cumprimento ao disposto na Lei n o 8.685, de 20 de julho de 1993, na Medida Provisória nº 2.228-1, de 06 de setembro de 2001, no Decreto nº 4.456, de 04 de novembro de 2002, e considerando o inciso II do art. 31 da Resolução de Diretoria Colegiada nº 59 da ANCINE, decide:

Art. 1º Prorrogar o prazo de captação de recursos dos projetos audiovisuais abaixo relacionados, mantidos os mecanismos já aprovados para cada projeto. Prazo de captação até 31/12/2018.

12-0464 PORNOCHANCHADA CENSURA LIVRE.
Processo: 01580.030389/2012-49
Proponente: BÁRBARAS PRODUÇÕES LTDA.
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 72.066.574/0001-73
14-0269 MARGINAL ALADO.
Processo: 01580.043012/2014-11
Proponente: BRAVURA CINEMATOGRÁFICA LTDA.
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 19.069.618/0001-36
14-0347 O SENTIDO DA VIDA.
Processo: 01580.030132/2014-59
Proponente: O2 CINEMA LTDA.
Cidade/UF: Cotia / SP
CNPJ: 02.525.725/0001-29

11-0417 MAIS AMOR.
Processo: 01580.036988/2011-95
Proponente: CATALISADORA AUDIOVISUAL ME LTDA.
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 05.306.875/0001-30
14-0352 BUZZU NA ESCOLA INTERGALÁCTICA.
Processo: 01580.055243/2014-78
Proponente: START DESENHOS ANIMADOS LTDA.
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 60.915.899/0001-02

Art. 2º Este Despacho Decisório entra em vigor na data de sua publicação

MARCOS FELIPE TEIXEIRA DELFINO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800026

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

COORDENAÇÃO DE GESTÃO FINANCEIRA

DESPACHO DECISÓRIO Nº 32-E, DE 27 DE SETEMBRO DE 2018

A COORDENADORA DE GESTÃO FINANCEIRA SUBSTITUTA da ANCINE, no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria n° 01-E, publicada em D.O.U. em 21/02/2018; e em cumprimento ao disposto na Lei n o 8.685, de 20 de julho de 1993, na Medida Provisória nº 2.228-1, de 06 de setembro de 2001, no Decreto nº 4.456, de 04 de novembro de 2002, e considerando o inciso II do art. 31 da Resolução de Diretoria Colegiada nº 59 da ANCINE, decide:

Art. 1º Aprovar o remanejamento das fontes de recursos dos projetos audiovisuais relacionados abaixo, para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos nos termos dos artigos indicados.

17-0422 EU SOU A MARROM.
Processo: 01416.023285/2017-94
Proponente: DOCUMENTA PRODUCOES EIRELI ME.
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 00.360.459/0001-04
Valor total aprovado: R$ 610.093,00
Valor aprovado no Art. 1º da Lei nº. 8.685/93: de R$ 0,00 para R$ 100.000,00
Banco: 001 - agência: 3441-X conta corrente: 19016-0
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 200.000,00 para R$ 0,00
Valor aprovado no Art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 200.000,00
Banco: 001 - agência: 3441-X conta corrente: 18731-3
Prazo de captação: até 31/12/2019.

18-0350 O BARULHO DA NOITE.
Processo: 01416.003325/2018-62
Proponente: D G MAZARON EIRELI.
Cidade/UF: Palmas / TO
CNPJ: 18.130.655/0001-40
Valor total aprovado: R$ 3.301.100,00
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 0,00 para R$ 1.000.000,00
Banco: 001 - agência: 3962-4 conta corrente: 42855-8
Valor aprovado no Art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 136.045,00
Banco: 001 - agência: 3962-4 conta corrente: 42193-6
Prazo de captação: até 31/12/2019.

13-0537 QUEM SAMBA, SAMBA.
Processo: 01580.043767/2013-35
Proponente: O2 CINEMA LTDA.
Cidade/UF: Cotia / SP
CNPJ: 02.525.725/0001-29
Valor total aprovado: R$ 10.285.835,35
Valor aprovado no Art. 1º da Lei nº. 8.685/93: de R$ 1.773.918,58 para R$ 1.473.918,58
Banco: 001 - agência: 4328-1 conta corrente: 2816-9
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 930.833,34
Banco: 001 - agência: 4328-1 conta corrente: 2818-5
Valor aprovado no Art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 3.000.000,00
Banco: 001 - agência: 4328-1 conta corrente: 2819-3
Prazo de captação: até 31/12/2018.

Art. 2º Aprovar o remanejamento das fontes de recursos e realizar a revisão orçamentária do projeto audiovisual relacionado abaixo, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos nos termos dos artigos indicados.

14-0214 1999 - A CONQUISTA DA AMÉRICA.
Processo: 01580.029211/2014-17
Proponente: CANAL AZUL CONSULTORIA AUDIOVISUAL EIRELI.
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 04.350.398/0001-47
Valor total aprovado: de R$ 1.774.160,00 para R$ 1.769.690,50
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 1.685.452,00 para R$ 955.315,97
Banco: 001 - agência: 1504-0 conta corrente: 16341-4
Prazo de captação: até 31/12/2018.

Art. 2º Este Despacho Decisório entra em vigor na data de sua publicação.

SILVIANE DE SOUZA VIEIRA

SECRETARIA DA ECONOMIA CRIATIVA

DEPARTAMENTO DE LIVRO, LEITURA, LITERATURA E BIBLIOTECAS

PORTARIA Nº 4, DE 27 DE SETEMBRO DE 2018

O DIRETOR DE LIVRO, LEITURA, LITERATURA E BIBLIOTECAS DA SECRETARIA DE ECONOMIA CRIATIVA DO MINISTÉRIO DA CULTURA, no uso das atribuições conferidas pela Portaria n. 589, de 02 de outubro de 2017, considerando o disposto no Decreto n. 9.411, de 18 de junho de 2018, na Portaria MinC n. 29, de 21 de maio de 2009, torna público o resultado preliminar do Edital de Bibliotecas Digitais 2018.

POSIÇÃO	PROPONENTE	PRONAC	MUNICÍPIO	UF	NOTA	SITUAÇÃO
1ª	Município de Cedro	18-3548	Cedro	CE	24,50	Classificado
2º	Município de Gravataí	18-3567	Gravataí	RS	24,25	Classificado
3º	Município de São Benedito	18-3564	São Benedito	CE	24,00	Classificado
4º	Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais	18-3549	Belo Horizonte	MG	24,00	Classificado
5º	Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal	18-3568	Brasília	DF	23,50	Classificado
6º	Secretaria de Estado de Cultura de Mato Grosso	18-3556	Cuiabá	MT	23,50	Classificado
7º	Município de São Leopoldo	18-3566	São Leopoldo	RS	23,50	Classificado
8º	Município de Iguatu	18-3563	Iguatu	CE	23,00	Classificado
9º	Fundação Cultural Alfredo Ferreira Lage	18-3569	Juiz de Fora	MG	22,50	Classificado
10º	Município de Itapetininga	18-3546	Itapetininga	SP	22,25	Classificado
11º	Prefeitura Municipal de Gramado	18-3543	Gramado	RS	21,00	Classificado
12º	Prefeitura Municipal de Bom Despacho	18-3545	Bom Despacho	MG	20,50	Classificado
13º	Fundação Casa das Artes de Bento Goncalves	18-3565	Bento Gonçalves	RS	20,25	Classificado
14º	Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul	18-3551	São Caetano do Sul	SP	19,75	Classificado
15º	Município de Pentecoste	18-3570	Pentecoste	CE	19,50	Classificado
16º	Prefeitura Municipal de Itanhaém	18-3555	Itanhaém	SP	18,75	Classificado
17º	Município de São Carlos	18-3553	São Carlos	SP	18,00	Classificado
18º	Fundação Cultural do Estado do Pará	18-3544	Belém	PA	17,50	Classificado
19º	Município de Campo Bom	18-3550	Campo Bom	RS	16,75	Classificado

GUILHERME RELVAS D'OLIVEIRA

SECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA Nº 628, DE 27 DE SETEMBRO DE 2018

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Aprovar o(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
183694 - 2º Festival de Teatro de Nova Lima
WESTER ANASTACIO DE SOUZA
CNPJ/CPF: 092.816.136-62
Processo: 01400017106201830
Cidade: Nova Lima - MG;
Valor Aprovado: R$ 94.944,95
Prazo de Captação: 28/09/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: A proposta do festival é realizar apresentações de peças de teatro. O Festival é um Projeto relevante para a cidade, pois aproxima as artes cenicas da vida do cidão comum, contribuindo para sua mudança social, por meio de acesso a cultura

183696 - A Radio Nacional O musical Circulação BH-SP
WESLEY SOARES FIGUEIREDO 00674425600
CNPJ/CPF: 30.941.683/0001-42
Processo: 01400017108201829
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 653.941,12
Prazo de Captação: 28/09/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O projeto consiste em realizar 2 apresentações do espetáculo Rádio Nacional na cidade de Belo Horizonte (MG), em teatro com capacidade de 600 lugares; e 12 apresentações na cidade de São Paulo (SP), em teatro de 600 lugares.

183684 - ABARÉ EMCENA
Orlando Moreno Junior - ME
CNPJ/CPF: 10.929.066/0001-14
Processo: 01400017095201898
Cidade: Itanhaém - SP;
Valor Aprovado: R$ 1.685.000,00
Prazo de Captação: 28/09/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O ABARÉ EMCENA é uma mostra teatral , de carácter inteiramente gratuito e de acesso irrestrito, com previsão de execução em espaços públicos e abertos, dotado de toda estrutura técnica de difusão para contemplar grandes públicos em diversas regiões do país, e tem como principal produto, o segmento das artes cênicas representado exclusivamente pelo repertório da Companhia Abaré Teatro, e como produto secundário, palestra de capacitação em projetos culturais financiados pelas leis de incentivo fiscal.

183693 - CARCAÇAS
Gaya Produções Teatrais e Artísticas Ltda ME
CNPJ/CPF: 01.905.745/0001-62
Processo: 01400017105201895
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 1.151.473,01
Prazo de Captação: 28/09/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O projeto "Carcaças" consiste na produção e temporada de texto livremente inspirado em três textos currtos do dramaturgo americano Tennessee Williams, importante e significativo expoente da dramaturgia de sua época.

183689 - Círculo Arte Social - II
VELLONI PRODUCOES ARTISTICAS - EIRELI
CNPJ/CPF: 03.162.410/0001-27
Processo: 01400017100201862
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 1.527.777,50
Prazo de Captação: 28/09/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O projeto "Círculo Arte Social - II" tem como objetivo principal a expansão desta ação cultural que pretende continuar contribuindo para a formação de artistas que objetivam desenvolver ações e projetos culturais em diversas regiões do País, destinados ao público formado por pessoas com pouco acesso às artes.

183698 - Criação do Núcleo de Ópera da UEMG e montagem das óperas Suor Angelica de Puccini Bodas de Fígaro de W. A. Mozart.
VIRTUOSI PRODUCOES ARTISTICAS LTDA - EPP
CNPJ/CPF: 16.849.214/0001-77
Processo: 01400017114201886
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 581.791,44
Prazo de Captação: 28/09/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Criação do Núcleo de Ópera da UEMG e montagem das óperas Suor Angelica de Puccini Bodas de Fígaro de W. A. Mozart.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800027

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

183713 - Espetáculo Vida Sempre - A Cultura Roda nas Estradas - VII Edição
INSTITUTO ELISABETHA RANDON
CNPJ/CPF: 05.768.706/0001-11
Processo: 01400017197201811
Cidade: Caxias do Sul - RS;
Valor Aprovado: R$ 341.892,68
Prazo de Captação: 28/09/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Realizar apresentações cênicas em diversos estados brasileiros, notadamente em Escolas, Feiras, Encontros e Eventos com grande circulação de pessoas, com acesso gratuito, dando continuidade às apresentações de três esquetes cênicas, montagens realizadas na VI Edição deste Projeto, PRONAC 17.7407, com linguagens próprias para públicos específicos, crianças, jovens e adultos, textos e interpretações cênicas que transmitem a mensagem do espetáculo, "Segurança no Transito", de forma clara e acessível a faixa etária de cada público, promovendo a VII Edição do Projeto "Espetáculo Vida Sempre! - A Cultura Roda nas Estradas". O projeto pretende atingir prioritariamente crianças da Rede Pública de Ensino, jovens de todas as classes sociais e no caso do público adulto o foco será prioritariamente os motoristas. Nesta edição o projeto criará um material gráfico informativo e ilustrado, com informações e imagens que remetem a mensagem dos textos, material que o público levará para casa.

183688 - Festival Internacional Denise Stoklos de Solo Performance (FIDS) - 2ª Edição
Piatã Stoklos Kignel
CNPJ/CPF: 16.875.391/0001-28
Processo: 01400017099201876
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 1.540.417,07
Prazo de Captação: 28/09/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Segunda edição do FIDS, um Festival de Solo Performance que ocorrerá anualmente na cidade de Irati, no Estado do Paraná. Com curadoria de Denise Stoklos (que é natural de Irati), o FIDS pretende trazer ao público trabalhos e vivências elaborados a partir da expressão da solo performance e promover atividades formativas alinhadas a esta temática. A programação do evento, que terá 6 dias de duração, contempla espetáculos teatrais de artistas locais, nacionais e internacionais além de atividades de formação artística e cultural, com oficinas nacionais e internacionais e ainda seminários, com participação de palestrantes convidados (entre nacionais e internacionais). Será realizado em paralelo, junto aos estabelecimentos culturais e comerciais locais o "Paralelo FIDS", uma ação independente porém em sintonia com o FIDS, em que a cidade receberá e oferecerá programação própria de teatro, música e poesia.

183709 - Mateada Cultural em Dilermando de Aguiar
MARCOS VINICIUS CAYE LARA 01913437060
CNPJ/CPF: 17.505.689/0001-09
Processo: 01400017175201843
Cidade: Santa Maria - RS;
Valor Aprovado: R$ 43.090,30
Prazo de Captação: 28/09/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Realizar uma mostra artíststica chamada de "mateada cultural" em praça pública na cidade de Dilermando de Aguiar e montar um espetáculo de dança tradicionalista gaúcha e teatro com os alunos da rede pública de ensino da cidade. A mateada contará com a apresentação do espetáculo montado nas oficinas de teatro e dança gaúcha da cidade. Para além dos grupos artísticos locais haverá apresentação da peça de rua "Kiriku - a lenda do menino guerreiro" e um show musical gaúcho de encerramento.

183697 - Olé! É Sempre Tempo de Música!
POLOBH PROMOCOES EIRELLI EPP
CNPJ/CPF: 07.128.230/0001-80
Processo: 01400017110201806
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 4.305.958,58
Prazo de Captação: 28/09/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O projeto OLÉ! É SEMPRE TEMPO DE MÚSICA, visa oferecer uma oportunidade de entretenimento, cultura, diversão e socialização para o público idoso (Homens e mulheres com idade média de 65 anos) promovendo o lazer e inclusão social através de um espetáculo cênico-musical. Para tal, será formada uma big band, que itinerará por 05 capitais, e em cada edição contará com a participação de um ou mais convidados (cantores) e o suporte de textos e vídeos que, juntos, vão apresentar a história da música ao longo dos anos, passando pela época do rádio, anos 60, 70, 80 aos dias atuais, e resgatar a memória musical do público prioritário desta ação. As apresentações do Espetáculo Cênico-musical acontecerão em espaços públicos (praças, parques, praias, outros), de fácil acesso, inteiramente gratuito.

183690 - RESGATANDO CARNAVAL DE RUA -2019
JLPP PRODUCOES E EVENTOS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 14.908.615/0001-25
Processo: 01400017101201815
Cidade: Porto Alegre - RS;
Valor Aprovado: R$ 2.122.217,50
Prazo de Captação: 28/09/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O Projeto Resgatando Carnaval de rua 2019 consiste na realização do desfile de carnaval de rua em cinco Municipios do Estado do Rio Grande do Sul, como forma de resgatar esta cultura popular e suastradições , despertando aspectos culturais que influenciaram na formação das organizações carnavalescas deste Estado

183680 - Um Malandro Em Minha Vida
VSR Produções Artísticas e Culturais Ltda
CNPJ/CPF: 30.548.559/0001-11
Processo: 01400017090201865
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 202.188,60
Prazo de Captação: 28/09/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Um Malandro Em Minha Vida é uma peça teatral de montagem inédita, direcionada ao público adulto e juvenil, a partir de 16 anos. A proposta terá composições musicais escritas pela autora Alegra Te Vittone, que também assina o texto do espetáculo. O projeto tem a proposta de trabalhar a linguagem poética através do diálogo entre os personagens, e também fomentar a produção de novos autores no cenário da dramaturgia. Realizaremos apresentações pelos mais diversos Teatros e Arenas Culturais.

183719 - Vidas que Dançam
CLAUDIA DILETA TONIAL NOVAES
CNPJ/CPF: 748.275.299-49
Processo: 01400017205201811
Cidade: Umuarama - PR;
Valor Aprovado: R$ 301.703,44
Prazo de Captação: 28/09/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O presente projeto trata-se da realização de atividades formativas, através de aulas de dança e montagem conjunta de um espetáculo.

183701 - VIVA CAYMMI
MONTENEGRO E RAMAN PRODUÇÕES LTDA
CNPJ/CPF: 53.576.054/0001-66
Processo: 01400017117201810
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 989.330,13
Prazo de Captação: 28/09/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Em 2018 completam dez anos que um dos mais importantes compositores e cantores brasileiros nos deixou. Seu nome é Dorival Caymmi. Em sua homenagem, o ator e produtor Nilson Raman conta a história da vida deste artista em parceria com seu filho Danilo Caymmi, em um espetáculo dramático-musical desenvolvido com uma narrativa no modelo "storytelling".
ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)

183692 - CIRCUITO CULTURAL TODAS AS ARTES PARA TODAS AS PARTES - IV
INSTITUTO JOSE GONZAGA VIEIRA
CNPJ/CPF: 06.885.165/0001-74
Processo: 01400017103201804
Cidade: Londrina - PR;
Valor Aprovado: R$ 285.994,55
Prazo de Captação: 28/09/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Proporcionar a continuidade do Projeto "Circuito Cultural Todas as Artes para Todas as Partes", que tem como proposta central a itinerância de espetáculos nos segmentos de Artes Cênicas, Música Instrumental, Exposição de Artes Visuais e Contação de Histórias, contemplando um público dediversas faixas etárias, em municípios de Londrina e região.

183678 - Clave de Sol
WELLINGTON RONQUI - ME
CNPJ/CPF: 10.551.126/0001-08
Processo: 01400017036201810
Cidade: Campinas - SP;
Valor Aprovado: R$ 722.186,88
Prazo de Captação: 28/09/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: "Clave de Sol" é um projeto de iniciação musical para crianças de diversas partes do Brasil através do estudo da flauta-doce. Serão realizadas oficinas de longa duração e ao final de cada turma haverá uma apresentação com todos os alunos para pais, familiares e comunidades abrangidas. Além disso para formação de platéia organizaremos um debate sobre arte e educação.

183695 - Comgás Transforma 2a edição
MAROLO PRODUCOES CULTURAIS E ARTISTICAS LTDA. - ME
CNPJ/CPF: 08.360.491/0001-93
Processo: 01400017107201884
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 2.667.466,31
Prazo de Captação: 28/09/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Festival com programação cultural gratuita, contendo shows de música instrumental e encontro/palestras.

183686 - FestNatal Araxá - Ano X
FUNDAÇÃO CULTURAL ACIA
CNPJ/CPF: 10.548.421/0001-05
Processo: 01400017097201887
Cidade: Araxá - MG;
Valor Aprovado: R$ 1.793.631,57
Prazo de Captação: 28/09/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Através de eventos artísticos e culturais, pretende-se realizar, na época natalina, a 10ª edição do FestNatal Araxá. Nesse haverá apresentações de música instrumental como produto principal e apresentações de artes cênicas como produto secundário, sendo este: esquetes, performances teatrais, de circo e de dança. As apresentações acontecerão no Espaço FestNatal e em vários outros pontos da cidade. Além disso, também será realizado o Festival de Novos Talentos, no qual os classificados serão convidados a participar da programação artística principal do FestNatal de 2019. Todos os eventos serão gratuitos.

183714 - KAHAL CORO INFANTO JUVENIL
NEURONIOS INFORMATICA LTDA - ME
CNPJ/CPF: 04.555.507/0001-62
Processo: 01400017198201858
Cidade: Cascavel - PR;
Valor Aprovado: R$ 95.574,00
Prazo de Captação: 28/09/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Este projeto destina-se na manutenção de um coral infanto juvenil e a aquisição de um piano para execussão do mesmo . Diante da realidade atual, vimos a necessidade de oferecer a população algo que seja eficaz na vida de crianças e jovens que agreguem valores para formação cognitiva e carater dos mesmos. Queremos com este, ofertar condições de estudos na área da música para este público. O projeto consiste em formação de músicos natos que através de estudos e pesquisa tenham condições de oferecer a população em geral, apresentações de nível cultural alto cada vez mais acessíveis a um número cada vez maior de apreciadores da boa música.

183683 - Naquele Tempo - 3ª Edição - A história musicada do choro instrumental
TOQUE DE LINHA PRODUCOES ARTISTICAS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 05.163.499/0001-71
Processo: 01400017093201807
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 167.144,42
Prazo de Captação: 28/09/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O Projeto NAQUELE TEMPO - 3ª Edição fará palestras, oficinas de música e apresentações musicais, além de fornecer aulas de música gratuitas para os alunos de maior destaque nas oficinas. As palestras contarão a história da música brasileira e, em especial, do choro. As oficinas terão foco nos instrumentos utilizados no choro. Tanto palestras quanto oficinas serão direcionadas a alunos da rede pública de ensino. Os shows completos de choro instrumental, por músicos profissionais, terão a participação de atores, que encenarão passagens da vida do Pixinguinha. As aulas de música terão maior foco nos alunos de harmonia musical e de canto coral.

183718 - OFICINA MUSICAL INSTRUMENTAL ALPHA SETE
DANIEL WARLEY MOREIRA DA SILVA
CNPJ/CPF: 141.276.266-90
Processo: 01400017203201822
Cidade: Conselheiro Lafaiete - MG;
Valor Aprovado: R$ 151.825,20
Prazo de Captação: 28/09/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O projeto OFICINA INSTRUMENTAL ALPHA SETE tem como foco principal a realização de oficina musical de instrumentação e controle de mesa de som. O objetivo é capacitar jovens estudantes, com aprendizado em tocar instrumentos e técnicas para operacionalização de som e montagem de banda.

183691 - PENSANDO EM CINEMA - FERNANDO BRAVO
FLOR DE MANACA PRODUCOES CULTURAIS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 16.860.998/0001-34
Processo: 01400017102201851
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 1.040.454,14
Prazo de Captação: 28/09/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Este projeto pretende realizar concertos para gravação de CD e DVD com a obra instrumental e erudita de Fernando Bravo. Os concertos serão com orquestra sinfônica, gerando conteúdo para ser disponibilizado em várias plataformas digitais. Direção e produção musical de Mario Adnet.

183717 - PLANO ANUAL AMIGOS DO GURI 2019
Associação Amigos do Projeto Guri
CNPJ/CPF: 01.891.025/0001-95
Processo: 01400017201201833
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 6.505.746,32
Prazo de Captação: 28/09/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Trata-se do Plano Anual 2019 da Associaçao, que realizará atividades relacionadas ao ensino musical, envolvendo cursos, bolsas, intercâmbio e apresentações musicais.

183681 - Projeto SOU Arte
Centro de Convivencia Arte & Vida
CNPJ/CPF: 07.754.511/0001-48
Processo: 01400017091201818
Cidade: Arapongas - PR;
Valor Aprovado: R$ 597.631,25
Prazo de Captação: 28/09/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O SOU Arte visa desenvolver crianças, adolescentes e jovens, por meio de oficinas, o ensino prioritário da MÚSICA INSTRUMENTAL (sopro, percurssão e cordas), e de outras artes, como: a DANÇA (ballet clássico, ginástica rítmica e contemporaneo), as ARTES INTEGRADAS, as ARTES CIRCENSE (circo social), as ARTES CÊNICAS (teatro), mantendo a Orquestra e realizando mostras, abertas ao público, gratuitamente.

183715 - Tour Douglas Hahn - concertos sacros
GUILHERME AUGUSTO HEINEMANN GASSENFERTH
CNPJ/CPF: 29.886.669/0001-04
Processo: 01400017199201801
Cidade: Joinville - SC;
Valor Aprovado: R$ 321.095,78

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800028

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Prazo de Captação: 28/09/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Realização de concertos líricos de música sacra em quinze igrejas tombadas de Santa Catarina.
ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º)

183682 - 1º EXPOSIÇÃO ARTE PELET IDEIAS SUSTENTÁVEIS
LEDIANA DJANIRA DA SILVA RAMOS 97876690068
CNPJ/CPF: 28.899.118/0001-12
Processo: 01400017092201854
Cidade: Santa Cruz do Sul - RS;
Valor Aprovado: R$ 197.572,92
Prazo de Captação: 28/09/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Este projeto cultural consiste em realizar à exposição de artes visuais intitulada "mini relâmpagos" produzidas por ZANETTE, G. P. apartir da reutilização de materiais. Serão produzidas obras de arte com materiais reciclados ao todo. Contribuir para inovar, inspirar e conduzir o visitante à reflexão da arte de reutilizar, proporcionando ótimos momentos de prazer e aprendizagem. Valorização da expressão artística e a difusão da cultura com exposições das obras produzidas.

183699 - História, tradição e memória da cultura gaúcha em São Lourenço do Oeste
INSTITUTO CULTURAL DE SÃO LOURENÇO
CNPJ/CPF: 08.806.043/0001-70
Processo: 01400017115201821
Cidade: São Lourenço do Oeste - SC;
Valor Aprovado: R$ 405.973,45
Prazo de Captação: 28/09/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Nosso projeto tem como objeto principal, realizar pesquisa com grupos e/ou pessoas que conhecem e acompanharam a origem, a história e a preservação das tradições gaúchas no município de São Lourenço do Oeste. A intenção é registrar, preservar e difundir essa tradição cultural, por meio criação e elaboração dos produtos e ações da proposta. O projeto prevê também a produção de exposição de arte, mostra cultural de lançamento do projeto, cartilha, oficinas educativo-culturais e uma Festa Popular, como culminância da iniciativa.

183687 - LUIZ ZERBINI CAMPO EXPANDIDO
IMAGO ESCRITORIO DE ARTE LTDA - ME
CNPJ/CPF: 31.983.232/0001-30
Processo: 01400017098201821
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 720.037,20
Prazo de Captação: 28/09/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Realizar exposição do artista plástico Luiz Zerbini com trabalhos inéditos no Oi Futuro Flamengo no Rio de Janeiro. Com curadoria de Alberto Saraiva, reunirá instalações imersivas, ocupando todas as galerias do espaço cultural a fachada e suas áreas de circulação. Prevê a publicação de catálogo da mostra.
ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)

183716 - Arquitetura rural na Serra da Mantiqueira
ROMANO GUERRA EDITORA LTDA - EPP
CNPJ/CPF: 03.744.145/0001-95
Processo: 01400017200201899
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 136.000,00
Prazo de Captação: 28/09/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Reedição de livro com valor artístico e documental que abrange diferentes áreas da cultura- patrimônio histórico material e imaterial, arquitetura, antropologia e fotografia. De autoria do arquiteto Marcelo Carvalho Ferraz, o livro reúne cuma centena de fotografias e textos originais de Antônio Candido, Lina Bo Bardi, Agostinho da Silva e Darcy Ribeiro, além do próprio autor. Publicado originalmente, por ocasião da exposição Caipiras, Capiaus: Pau-a-pique (Sesc Pompeia, curadoria de Lina Bo Bardi, 1992), ganhou segunda edição em 1996 e encontra-se hoje totalmente esgotado.

183720 - Livro José Zanine Caldas
EO EDITORA LTDA ME
CNPJ/CPF: 10.401.967/0001-39
Processo: 01400017206201866
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 574.258,52
Prazo de Captação: 28/09/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Livro José Zanine Caldas de valor artístico sobre a obra deste arquiteto e designer que é um dos mais representativos do período moderno no Brasil, com especial dedicação a um diálogo com elementos da cultura brasileira. O projeto tem organização de Zanini de Zanine e pesquisa e autoria da professora titular da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, Maria Cecilia Loschiavo dos Santos, do crítico Lauro Cavalcanti e da pesquisadora Amanda Carvalho.

183721 - MARGARET MEE - Obras, Esboços e Diários
ROBERTO F. PADILLA EIRELI - ME
CNPJ/CPF: 31.559.693/0001-80
Processo: 01400017207201819
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 1.124.028,00
Prazo de Captação: 28/09/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Realizar, pesquisa, catalogação e registro da Obra e da Trajetória da artista Margaret Mee para a edição de uma publicação, contendo Obras, Esboços e Diários. O resultado será disponibilizado em sítio na Internet.
ÁREA: 9 MUSEUS E MEMÓRIA (Artigo 18 , § 1º)

183700 - Campos Interpostos - Um panorama das coleções de arte MAM Rio
IMAGO ESCRITORIO DE ARTE LTDA - ME
CNPJ/CPF: 31.983.232/0001-30
Processo: 01400017116201875
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 5.187.574,05
Prazo de Captação: 28/09/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Realizar exposição de artes visuais reunindo obras de vários artistas, pertencentes ao acervo do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro nos Centros Culturais do Banco do Brasil localizados nas cidades de São Paulo e Belo Horizonte.

183722 - MASP 2019 (Plano Anual)
Museu de Arte de São PAulo Assis Chateaubriand - MASP
CNPJ/CPF: 60.664.745/0001-87
Processo: 01400017212201813
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 28.788.912,19
Prazo de Captação: 28/09/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O Plano Anual apresentado visa o custeio das despesas necessárias à manutenção dos objetivos estatutários do MASP, contemplando ações que contribuam para facilitar a todos o livre acesso às fontes de cultura, promovendo a difusão e a valorização das expressões culturais, e a continuidade do trabalho de preservação dos bens de um acervo com reconhecido valor cultural. Isto se dará por meio de a devida manutenção dos espaços do museu propiciando o ambiente adequado para a conservação e exposição de suas obras, da realização de exposições e atividades relacionadas e da disponibilização de espaços para pesquisas sobre o museu e o acervo.

ANEXO II

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 26)
183711 - Amazon Mix
Companhia Paraense de Performance
CNPJ/CPF: 01.591.980/0001-07
Processo: 01400017194201870
Cidade: Ananindeua - PA;
Valor Aprovado: R$ 148.962,13
Prazo de Captação: 28/09/2018 à 08/12/2018
Resumo do Projeto: O Amazon Mix é uma mostra de música, que representa o melhor da produção musical do Estado do Pará. Os shows do projeto ocorrerão em três dias consecutivos, de quinta-feira à sábado, nas dependências da Universidade Federal do Pará - UFPA, em Belém, no mês de dezembro de 2018. O evento já ocorreu por quatro anos consecutivos (2014 a 2017) na Universidade Federal do Pará - UFPA, parceira institucional do empreendimento, e segue para sua quinta edição em 2018, com perspectiva de crescimento e de uma programação musical maior, envolvendo grandes nomes da música local. Além dos shows, o projeto também promoverá workshops, oficinas e palestras. Essas atividades paralelas serão oferecidas gratuitamente para a comunidade da capital paraense, e também para os grupos e artistas participantes. O projeto tem como objetivos o enriquecimento cultural da população através do acesso à uma programação musical qualificada, a formação de plateia para a boa música paraense, o resgate e a manutenção da música tradicional do Pará, a democratização do acesso da população à eventos genuinamente brasileiros e a geração de trabalho, renda e visibilidade para bandas, artistas e profissionais da música paraense.

183710 - CD e DVD Cesar Santoro ao vivo
KATIA ALESSANDRA LUCIANO
CNPJ/CPF: 902.943.789-87
Processo: 01400017193201825
Cidade: Brusque - SC;
Valor Aprovado: R$ 440.495,00
Prazo de Captação: 28/09/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Pretendemos com a execuçao do projeto realizar a edição e replicação de um CD e um DVD do musico CESAR SANTORO.

183712 - Celso Fonseca - Turning Point
SOLANGE ROCCO
CNPJ/CPF: 063.993.108-14
Processo: 01400017195201814
Cidade: Santo André - SP;
Valor Aprovado: R$ 183.235,35
Prazo de Captação: 28/09/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Trata-se da circulação do novo trabalho de um artista renomado desde a Bossa Nova, muito conhecido no exterior, lançado em maio de 2018: Turning Point.
ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 26)

183677 - O Negócio da Moda
IVAN JASPER
CNPJ/CPF: 712.596.199-15
Processo: 01400017032201831
Cidade: Brusque - SC;
Valor Aprovado: R$ 459.887,50
Prazo de Captação: 28/09/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Este projeto prevê a 5ª edição do evento "O Negócio da Moda", realizado anualmente desde 2015, na cidade de Camboriú, Santa Catarina, com duração de 03 dias. O evento engloba desfiles com roupas de marcas locais, oficinas, palestras, apresentações artísticas de dança e música instrumental, debates com grandes personalidades da moda brasileira, propiciando gratuitamente um ambiente fértil de negócios entre o público e expositores e fomentando toda a cadeia produtiva do design de moda em Santa Catarina.

PORTARIA Nº 629, DE 27 DE SETEMBRO DE 2018

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Aprovar a redução de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual (is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

ANEXO

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
178553 - II ENCONTRO DE ARTE TRADICIONAL
L C DRUZIAN CONSULTORIA
CNPJ/CPF: 15.237.091/0001-50
Cidade: Montenegro - RS;
Valor Reduzido: R$ 17.000,00
Valor total atual: R$ 656.929,30
ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
180462 - PROJETO GERAÇÃO DE TALENTOS FASE 7
Bairro da Juventude dos Padres Rogacionista
CNPJ/CPF: 83.652.198/0001-15
Cidade: Criciúma - SC;
Valor Reduzido: R$ 291.801,12
Valor total atual: R$ 887.778,08

SECRETARIA DE DIFUSÃO E INFRAESTRUTURA CULTURAL

PORTARIA Nº 1, DE 27 DE SETEMBRO DE 2018

O SECRETÁRIO DE DIFUSÃO E INFRAESTRUTURA CULTURAL, SUBSTITUTO, DO MINISTÉRIO DA CULTURA, no uso de suas atribuições legais previstas no art. 21 do Anexo I do Decreto nº 9.411, de 18 de junho de 2018, publicado no Diário Oficial da União de 19 de junho de 2018, resolve:

Art. 1º. Tornar pública as Diretrizes Programáticas que regulamentam os procedimentos operacionais necessários à implementação de ações e atividades no âmbito do contrato de prestação de serviço nº 10/2018, firmado entre a União, representada por este Ministério da Cultura, e a Caixa Econômica Federal, disponível no sítio eletrônico www.cultura.gov.br.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO EDY NAKAMURA

Ministério da Defesa

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA N° 3.551/GM-MD, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA, de acordo com o disposto no Inciso II do art. 17, do Decreto nº 7.822, de 5 de outubro de 2012, e na qualidade de Presidente Efetivo do Conselho da Ordem do Mérito Aeronáutico, e considerando o que consta no Processo nº 67000.008727/2018-43,resolve:

PROMOVER

I - no Corpo de Graduados Especiais da Ordem do Mérito Aeronáutico, as seguintes personalidades brasileiras:

a) ao grau de COMENDADOR

Secretário Nacional de Transportes Terrestre e Aquaviário LUIZ FELIPE CARDOSO DE CARVALHO;

Juiz (TJM-SP) PAULO ADIB CASSEB;

Juiz (AMB) JAYME MARTINS DE OLIVEIRA NETO;

Professor Doutor ANTONIO JORGE RAMALHO DA ROCHA;

Professor Doutor LUÍS ANTÔNIO BITENCOURT EMÍLIO; e

Empresário FRANCISCO ANTONIO SOELTL.

b) ao grau de OFICIAL

Superintendente da Receita Federal JOSÉ OLESKOVICZ;

Advogado ANTÔNIO CARLOS DUARTE MOREIRA; e

Senhora MARIA CÉLIA BARBOSA REIS DA SILVA.

JOAQUIM SILVA E LUNA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800029

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA N° 3.552/GM-MD, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA, de acordo com o disposto no Inciso II do art. 17, do Decreto nº 7.822, de 5 de outubro de 2012, e na qualidade de Presidente Efetivo do Conselho da Ordem do Mérito Aeronáutico, e considerando o que consta no Processo nº 67000.008727/2018-43, resolve:

ADMITIR

I - no Corpo de Graduados Especiais da Ordem do Mérito Aeronáutico, os seguintes militares e personalidades brasileiras:

a) no grau de COMENDADOR

Consultor-Geral da União MARCELO AUGUSTO CARMO DE VASCONCELLOS;

Procurador-Geral da União SÉRGIO EDUARDO DE FREITAS TAPETY;

Secretário-Executivo (SG/PR) PABLO ANTÔNIO FERNANDO TATIM DOS SANTOS;

Secretário-Executivo (MDH) ENGELS AUGUSTO MUNIZ;

Secretário do Tesouro Nacional MANSUETO FACUNDO DE ALMEIDA JUNIOR;

Ministra de Segunda Classe MARIA ELISA RABELLO MAIA;

Ministro de Segunda Classe PHILIP FOX-DRUMMOND GOUGH;

Ministro de Segunda Classe RICARDO GUERRA DE ARAÚJO;

Desembargador Federal (Presidente TRF1) CARLOS EDUARDO MAUL MOREIRA ALVES;

Secretário Especial de Assuntos Estratégicos (SG/PR) HUSSEIN ALI KALOUT;

Chefe de Gabinete (PRES/STF) SERGIO BRAUNE SOLON DE PONTES;

Chefe de Gabinete (SG/MD) OSWALDO GOMES DOS REIS JUNIOR;

Procuradora-Regional da Fazenda Nacional (PRFN1) ADRIANA GOMES DE PAULA ROCHA;

Reitora (UNIFRA) IRANÍ RUPOLO;

Desembargador (TJDFT) JOSAPHÁ FRANCISCO DOS SANTOS;

Chefe de Gabinete (VPRES/TCU) RICARDO GABAN FERNANDEZ;

Senhor LUIZ CARLOS TRABUCO CAPPI;

Empresário PAULO SÉRGIO KAKINOFF;

Chefe de Gabinete (BNDES) CLEITON DOS SANTOS ARAÚJO;

Subchefe de Articulação (SAM/CCPR) NATÁLIA MARCASSA DE SOUZA;

Conselheiro (CNMP) SILVIO ROBERTO OLIVEIRA DE AMORIM JUNIOR;

Secretário Adjunto (CC/PR) ERICK BILL VIDIGAL;

Consultor Legislativo JOANISVAL BRITO GONÇALVES; e

Advogado MURILLO DE ARAGÃO.

b) no grau de OFICIAL

Desembargador Federal (TRF2) ALCIDES MARTINS RIBEIRO FILHO;

Subchefe de Análise (SAG/CCPR) MARCELO PACHECO DOS GUARANYS;

Coordenadora do Núcleo de Assuntos Militares (CGU) MARIA VITÓRIA BARROS E SILVA SARAIVA;

Coordenadora (AGU) TAIS TEODORO RODRIGUES;

Conselheiro HÉLIO FRANCHINI NETO;

Conselheiro JOSÉ WILSON MOREIRA;

Vice-Consultora Jurídica-Adjunta (COMAER) NATÁLIA DE SOUZA MANIÇOBA;

Coronel PM (SP) MARCELO VIEIRA SALLES;

Coronel BM (DF) WILLIAM AUGUSTO FERREIRA BOMFIM;

Coronel BM (MG) CLÁUDIO ROBERTO DE SOUZA;

Coronel PM (SP) FLÁVIA DE PAULA SANTOS;

Coronel PM (DF) MARCOS ANTÔNIO NUNES DE OLIVEIRA;

Diretor-Geral (DETRAN-DF) SILVAIN BARBOSA FONSECA FILHO;

Diretor Presidente (NOVACAP) JULIO CESAR MENEGOTTO;

Doutor (EMBRAPA) EVARISTO EDUARDO DE MIRANDA;

Juíza Federal (TRF1) DAYSE STARLING MOTTA;

Juiz-Auditor Titular FERNANDO PESSÔA DA SILVEIRA MELLO;

Juiz Instrutor (STF) WALTER GODOY DOS SANTOS JÚNIOR;

Procurador Regional da União (PRU1) RAPHAEL RAMOS MONTEIRO DE SOUZA;

Procurador de Justiça Militar RICARDO DE BRITO ALBUQUERQUE PONTES FREITAS;

Diretora-Adjunta (DIEST/IPEA) FLÁVIA DE HOLANDA SCHMIDT SQUEFF;

Assessor Especial (CC/PR) RENATO RODRIGUES VIEIRA;

Assessor Especial (TCU) CESAR AUGUSTO PINTO DA SILVEIRA;

Assessor Jurídico (STM) JÂNIO ROBÉRIO DINIZ LEITE;

Professor Doutor FÁBIO ZAMBITTE IBRAHIM;

Senhor COSME LOCKWOOD GOMM (Post Mortem);

Senhor OSCAR LENNOX MCMACKING (Post Mortem);

Médico RICARDO TAVARES MENDES;

Professor CARLOS HENRIQUE COSTA RIBEIRO;

Professor GUILHERME AUGUSTO SPIEGEL GUALAZZI;

Senhora ANA BEATRIZ DE SOUZA GOMES BRANDÃO;

Senhor ALBERTO FERREIRA DA COSTA;

Senhor CESAR AUGUSTO OLSEN;

Senhora DEIZE MARY CAVALCANTE;

Senhor MARCELO CESAR LYRA PORTO; e

Senhor ODAIR LELIS GONCALEZ.

c) no grau de CAVALEIRO

Prefeito (Parnamirim/RN) ROSANO TAVEIRA DA CUNHA;

Superintendente-Adjunto (RFB) ONÁSSIS SIMÕES DA LUZ;

Tenente-Coronel Bombeiro R/1 RICARDO VASCONCELLOS BRUNO;

Advogada FLÁVIA CRUZ LAMAS;

Advogado GUILHERME DE ALBUQUERQUE SANTOS;

Médica SUZETE GOMES DE ALMEIDA;

Médico SÉRGIO KANDELMAN;

Engenheiro ANASTÁCIO KATSANOS;

Engenheiro JOÃO LUIZ RAMALHO DE CASTRO;

Engenheiro LUIZ AUGUSTO DE TEIVE E ARGOLLO DA ROCHA;

Engenheiro RODRIGO BOTELHO MACHADO;

Engenheiro SEBASTIÃO DO NASCIMENTO NETO;

Senhor ANTHONY JAMES GILBERT;

Senhora CARLA MATHEUS MOREIRA VIEIRA;

Senhor CLAUDIO BESCHIZZA IANELLI;

Senhor CLÉCIO DE OLIVEIRA GODEIRO;

Senhor DIRAIR RODRIGUES DE MENEZES;

Senhora ELIANA SOUZA BRAGA;

Senhora ERMELINA MARIA SANCHES;

Senhor JOSÉ DOMINGOS CORRÊA MARTINS;

Senhora LIGIA MARIA FERREIRA VOGEL;

Senhora MARIA GORETTI DANTAS;

Senhora MARTA MARIA DE FREITAS OLIVEIRA;

Senhora MEIRILENE COSTA BESERRA;

Senhora ROSANGELA LOPES SARAIVA; e

Senhora ROSMARY CORRÊA.

II - no Corpo de Graduados Especiais da Ordem do Mérito Aeronáutico, as seguintes personalidades estrangeiras:

a) no grau de COMENDADOR

Presidente (EANA) AGUSTÍN RODRÍGUEZ GRELLET, Argentina.

b) no grau de OFICIAL

Senhor RICCARDO ORNAGHI, Itália;

JOAQUIM SILVA E LUNA

COMANDO DA AERONÁUTICA

GABINETE DO COMANDANTE

RETIFICAÇÕES

No inciso LXI do art. 3º da Portaria nº 1168/GC3, de 7 de agosto de 2018, publicada no Diário Oficial da União nº 152, de 8 de agosto de 2018, Seção 1, página 25, onde se lê: "LXI - SAC/MTPA - Secretaria de Aviação Civil do Ministério dos Transportes Portos e Aviação Civil. (NR)", leia-se: "LXI - SAC/MTPA - Secretaria Nacional de Aviação Civil do Ministério dos Transportes Portos e Aviação Civil. (NR)".

No § 3º do art. 117 da Portaria nº 1168/GC3, de 7 de agosto de 2018, publicada no Diário Oficial da União nº 152, de 8 de agosto de 2018, Seção 1, página 25, onde se lê: "Uma vez ratificado o interesse público, o processo será encaminhado à Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República (SAC/MTPA), para manifestação acerca do objeto proposto, à luz do que dispõe a Política Nacional de Aviação Civil (PNAC) e, após, retornará ao COMAER para a emissão de portaria de autorização do objeto, caso julgue pertinente. (NR)", leia-se: "Uma vez ratificado o interesse público, o processo será encaminhado à Secretaria Nacional de Aviação Civil do Ministério dos Transportes Portos e Aviação Civil (SAC/MTPA), para manifestação acerca do objeto proposto, à luz do que dispõe a Política Nacional de Aviação Civil (PNAC) e, após, retornará ao COMAER para a emissão de portaria de autorização do objeto, caso julgue pertinente. (NR)".

COMANDO DA MARINHA

ESTADO-MAIOR DA ARMADA

DESPACHO Nº 33/EMA, DE 27 DE SETEMBRO DE 2018

Processo nº: 61074.007267/2018-96
Interessado: Embaixada do Reino Unido no Brasil.
Objetivo: Alteração do período da visita do Oceanographic Research Vessel RRS "DISCOVERY", pertencente à Marinha do Reino Unido, ao porto de Santos-SP, de 20 a 27 de setembro para 5 a 19 de outubro; e de 18 a 23 de outubro para 5 a 11 de novembro de 2018. Este Despacho Decisório altera o DESPACHO DECISÓRIO Nº 29/2018, deste Estado-Maior.
Amparo legal: art. 4º, caput e parágrafo único, da Lei Complementar nº 90/1997, com redação dada pela Lei Complementar nº 149/2015; c/c art. 1º da Portaria Normativa nº 1.130/MD, de 20 de maio de 2015; Portaria nº 439/MB, de 1º de outubro de 2015; e Portaria nº 137/2018, deste Estado-Maior.

Vice-Almirante MARCOS SILVA RODRIGUES
Vice-Chefe

DIRETORIA-GERAL DE NAVEGAÇÃO

DIRETORIA DE PORTOS E COSTAS

PORTARIA Nº 306/DPC, DE 26 DE SETEMBRO DE 2018

Dispensa da obrigatoriedade do Serviço de Praticagem.

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 156/MB, do Comandante da Marinha, de 3 de junho de 2004, e de acordo com o contido no art. 4º da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997 (Lei de Segurança do Tráfego Aquaviário em Águas sob Jurisdição Nacional - LESTA), resolve:

Art. 1º Dispensar da obrigatoriedade do Serviço de Praticagem a embarcação empregada na navegação de apoio marítimo, abaixo listada, comandada pelo Capitão de Longo Curso JORGE LUIZ DE ARAUJO DIAS (CIR: 381P2001232417) e pelo Capitão de Cabotagem MARCOS ANTONIO DO NASCIMENTO GONCALVES (CIR: 021P2001146268), com arqueação bruta (AB) acima de 3.000 e menor ou igual a 5.000, que atende ao preconizado no inciso 5, da alínea c, do item 0404 das Normas da Autoridade Marítima para o Serviço da Praticagem - NORMAM-12/DPC (1ª Revisão):

NOME DA EMBARCAÇÃO	NÚMERO DE INSCRIÇÃO	LOCAL DE INSCRIÇÃO	PORTOS DE OPERAÇÃO AUTORIZADOS
CBO CHIARA	381051519-1	Capitania dos Portos do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro, Niterói, Sepetiba, Ilha Guaíba, Ilha Grande (TEBIG), Angra dos Reis e Forno (RJ)

Art. 2º A dispensa da obrigatoriedade do Serviço de Praticagem está limitada aos portos e terminais mencionados, devendo ser respeitadas as restrições operacionais e características dos respectivos portos e terminais.

Art. 3º O comandante da embarcação dispensada deverá observar a alínea d, do item 0404, da NORMAM-12/DPC (1ª Revisão), comunicando obrigatoriamente à Estação de Praticagem e/ou ao Serviço de Tráfego de Embarcação (VTS) a sua movimentação dentro da Zona de Praticagem.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação em DOU.

Art. 5º Fica revogada a Portaria nº 249, datada de 24 de julho de 2018, publicada no DOU de 25 de julho de 2018.

ROBERTO GONDIM CARNEIRO DA CUNHA
Vice-Almirante

PORTARIA Nº 320/DPC, DE 28 DE SETEMBRO DE 2018

Concede o "Distintivo de Comodoro".

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 156/MB, de 3 de junho de 2004, e de acordo com o estabelecido no artigo 7.6 das Normas da Autoridade Marítima para o Uso de Uniformes da Marinha Mercante Nacional (NORMAM-21/DPC), resolve:

Art. 1º Conceder o "Distintivo de Comodoro" ao Capitão de Longo Curso PAULO CEZAR SOUZA DI RENNA, como reconhecimento pelos relevantes serviços prestados à Marinha Mercante Brasileira.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na presente data.

ROBERTO GONDIM CARNEIRO DA CUNHA
Vice-Almirante

Ministério da Educação

GABINETE DO MINISTRO

DESPACHO DE 27 DE SETEMBRO DE 2018

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação, Substituto, HOMOLOGA o Parecer CNE/CES nº 285/2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, que conheceu do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, reformando a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, expressa na Portaria nº 345, de 17 de agosto de 2011, para autorizar o funcionamento do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos, tecnológico, na modalidade a distância, a ser oferecido pelo Centro Universitário Carlos Drummond de Andrade - UniDrummond, com sede na Rua Prof. Pedreira de Freitas, nº 415, bairro Tatuapé, no município de São Paulo, no estado de São Paulo, mantido pela Escola de Educação Superior São Jorge, com sede no mesmo município e estado, com quinhentas vagas totais anuais, conforme consta do Processo nº 00732.001324/2018-38 (Registro e-MEC nº 200813258).

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800030

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DESPACHO DE 27 DE SETEMBRO DE 2018

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação, Substituto, HOMOLOGA o Parecer CNE/CES nº 402/2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, que conheceu do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, reformando a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, expressa na Portaria nº 346/2011, para autorizar o funcionamento do curso superior de tecnologia em Marketing, na modalidade a distância, a ser oferecido pelo Centro Universitário Carlos Drummond de Andrade - UniDrummond, com sede na Rua Professor Pedreira de Freitas, nº 415, bairro Tatuapé, no município São Paulo, no estado de São Paulo, mantido pela Escola de Educação Superior São Jorge, com sede no mesmo município e estado, com quinhentas vagas totais anuais, conforme consta do Processo nº 00732.001595/2018-93 (registro e-MEC 200802572).

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

PORTARIA Nº 991, DE 27 DE SETEMBRO DE 2018

Dispõe sobre competências e atribuições relacionadas às ações emergenciais de preservação e restauração do patrimônio e do acervo do Museu Nacional.

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, Substituto, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, e considerando o art. 22, § 2º, da Medida Provisória nº 850, de 10 de setembro de 2018, resolve:

Art. 1º Esta Portaria estabelece as competências e atribuições do Ministério da Educação e da Universidade Federal do Rio de Janeiro nas ações emergenciais de preservação e restauração do patrimônio e do acervo do Museu Nacional.

Parágrafo único. Para fins desta Portaria, entende-se por ações emergenciais aquelas destinadas ao atendimento de situações específicas, com comprovado risco de agravamento do dano já causado ao patrimônio, circunstância que fundamenta, inclusive, a dispensa de licitação, nos termos do art. 24, inciso IV, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Art. 2º Caberá ao Ministério da Educação, por intermédio da Secretaria-Executiva:

I - coordenar e articular o trabalho com os órgãos e as entidades públicos e privados interessados em atuar, direta ou indiretamente, nas ações de preservação e restauração do patrimônio e do acervo do Museu Nacional;

II - contratar diretamente ou prestar apoio técnico e financeiro às ações emergenciais relativas à preservação e restauração do patrimônio e do acervo do Museu Nacional, por intermédio da Universidade Federal do Rio de Janeiro;

III - monitorar o planejamento e a execução das ações emergenciais; e

IV - coordenar os contatos e as ações internacionais, bilaterais ou multilaterais, relacionadas à reconstrução e recomposição de acervo do Museu Nacional, procedendo aos encaminhamentos necessários ao Ministério das Relações Exteriores, ao Ministério da Cultura e aos demais órgãos competentes do Brasil, conforme o caso.

Parágrafo único. A Assessoria Internacional do Ministério da Educação disciplinará os procedimentos específicos para o cumprimento do inciso IV.

Art. 3º Caberá à Universidade Federal do Rio de Janeiro:

I - supervisionar, no âmbito local, o trabalho dos órgãos e das entidades envolvidos na preservação e restauração do patrimônio e do acervo do Museu Nacional;

II - elaborar o planejamento técnico-financeiro para a execução das ações emergenciais previstas nesta Portaria, atendidas as diretrizes do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional;

III - realizar a gestão técnico-financeira prevista no inciso anterior;

IV - decidir, em conjunto com a direção do Museu Nacional e demais órgãos, pelo resgate e pela curadoria do acervo que se encontra no edifício acidentado;

V - decidir, em conjunto com a direção do Museu Nacional, sobre as bases conceituais relativas ao novo acervo a ser reconstruído, bem como sobre o acervo doado ou adquirido para a recomposição do Museu Nacional; e

VI - estabelecer, em conjunto com o Ministério da Educação, parcerias com o Ministério da Cultura e suas autarquias, com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura e com os demais órgãos ou entidades que possam contribuir para o bom andamento do planejamento, da execução ou da supervisão das ações emergenciais de preservação e restauração do patrimônio e do acervo do Museu Nacional.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

RETIFICAÇÃO

A Portaria nº 943, de 13 de setembro de 2018, publicada no DOU de 14-9-2018, Seção 1, página 11, passa a vigorar conforme segue, permanecendo inalteradas as demais disposições:

No Art. 2º, onde se lê:

"...Fica recredenciado o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC), com sede Rua 14 de Julho, nº 150...".

Leia-se:

"...Fica recredenciado o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC), para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância, com sede à Rua 14 de Julho, nº 150...".

FUNDAÇÃO COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR

PORTARIA Nº 219, DE 27 DE SETEMBRO DE 2018

Institui e regulamenta o Programa de Fomento à Formação de Professores da Educação Básica (ProF Licenciatura).

O PRESIDENTE DA COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR - CAPES, no uso das atribuições que lhe confere o Estatuto aprovado pelo Decreto nº 8.977, de 30 de janeiro de 2017, e

Considerando a missão da Capes de induzir e fomentar a formação inicial de profissionais do magistério para a educação básica;

Considerando a meta 15 do Plano Nacional de Educação e suas estratégias;

Considerando a necessidade de articulação entre a formação inicial de professores e as demandas da educação básica;

Considerando os objetivos da Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica, especialmente no que tange à promoção da formação prática nos cursos de licenciatura;e

Considerando o disposto nos autos do processo nº 23038.011899/2018-00, resolve:

Art. 1º Instituir o Programa de Fomento à Formação de Professores da Educação Básica (ProF Licenciatura) com o objetivo de fomentar, nas Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras, a formação de professores para a educação básica e a melhoria da qualidade da formação nos cursos de licenciatura.

CAPÍTULO I

DO PROGRAMA

Art. 2º O Programa de Fomento à Formação de Professores da Educação Básica apoiará a realização das atividades dos projetos aprovados pelo Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid) e pelo Programa de Residência Pedagógica da Capes.

Art. 3º O fomento da Capes consiste na concessão de recursos de custeio às instituições, a serem destinados às atividades estabelecidas no projeto institucional que envolvam os licenciandos participantes do projeto e o acompanhamento das suas atividades, nas escolas, pelos coordenadores, docentes orientadores, supervisores e preceptores.

Parágrafo único. O custeio deve priorizar as atividades que promovam a integração entre a IES e as escolas.

CAPÍTULO II

DOS REQUISITOS DE PARTICIPAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES

Art. 4º São requisitos para a participação das IES:

I - ser instituição pública ou privada sem fins lucrativos;

II - possuir projeto vigente no Pibid ou no Programa de Residência Pedagógica, ambos da Capes;

III - possuir, pelo menos, dois núcleos do projeto Pibid ou do projeto Residência Pedagógica, com cotas de bolsa devidamente implementadas pela Capes;

IV - dispor de estrutura física e de pessoal adequado para a gestão e execução dos recursos repassados;

V - não estar em situação de inadimplência junto à Capes ou à Administração Pública Federal, objeto de registro no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados do Setor Público Federal (CADIN) ou no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI);

VI - atender ao disposto no parágrafo 5º do artigo 8º.

CAPÍTULO III

DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 5º São atribuições da Capes:

I - estabelecer as normas e diretrizes do Programa;

II - definir, divulgar e transferir os recursos destinados às instituições, com base nos valores de referência estabelecidos para repasse;

III - acompanhar, fiscalizar e avaliar, sistematicamente, a execução do objeto, informando à instituição executora, quando detectadas, ocorrências de eventuais desvios, com a solicitação de que implemente, tempestivamente, as medidas saneadoras que se impõem fazer;

IV - orientar, supervisionar e cooperar com a implantação e execução das ações do projeto.

Art. 6º São atribuições das IES:

I - indicar a unidade responsável pela estrutura física e de pessoal, comprometendo-se a mantê-la até a o encerramento do projeto Pibid ou Residência Pedagógica;

II - responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações estipuladas no Convênio, Termo de Execução Descentralizada ou Termo de Auxílio Financeiro a Projeto Educacional ou de Pesquisa (AUXPE);

III - acompanhar e fiscalizar os projetos, por meio da Pró-Reitoria de Graduação ou de unidade equivalente responsável pelos cursos de licenciatura da IES participantes dos programa;

IV - encaminhar à Capes os documentos necessários para adesão e implementação do Programa, conforme modelos disponibilizados e a legislação vigente;

V - divulgar internamente todos os comunicados enviados pela Capes a respeito do Programa;

VI - efetuar, de acordo com a legislação vigente, a prestação de contas do projeto e enviar os relatórios de cumprimento de objeto para acompanhamento, conforme modelos disponibilizados pela Capes.

CAPÍTULO IV

DAS NORMAS OPERACIONAIS

Art. 7º O valor de referência para o repasse de recursos financeiros para os projetos será fixado em função da disponibilidade orçamentária da Capes e da quantidade de cotas de bolsa de iniciação à docência ou de residente implementadas no momento do repasse dos recursos.

Art. 8º Para o repasse de recursos serão utilizados um dos seguintes instrumentos, firmados por projeto, de acordo com respectiva legislação vigente:

I - Termo de Convênio;

II - Termo de Colaboração;

III - Termo de Execução Descentralizada;

IV - Termo de Apoio Financeiro a Projeto Educacional ou de Pesquisa (AUXPE), instrumento específico regulamentado pela Capes, na Portaria Capes nº 59, de 14 de maio de 2013.

§ 1º Nos casos dos instrumentos indicados nos incisos I, II e III, o termo será firmado entre a Capes e a IES participante do Pibid ou do Residência Pedagógica.

§ 2º Quando utilizado o AUXPE, este será firmado entre a Capes e o coordenador institucional do projeto, que será o responsável pelo recebimento, execução e prestação de contas do recurso, com anuência do dirigente máximo da instituição beneficiada, que responderá solidariamente pelos atos do coordenador.

§ 3º Quando utilizado o AUXPE, o limite máximo de concessão por coordenador institucional é de R$ 100.000,00 (cem mil reais).

§ 4º O responsável pelo recebimento do recurso via AUXPE não poderá apresentar em situação de inadimplência junto à Capes ou à Administração Pública Federal, objeto de registro no CADIN ou no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).

§ 5º Para recebimento de recurso via AUXPE, não poderá constar entre os quadros da instituição beneficiada docente em situação de inadimplência de prestação de contas em programas da Diretoria de Formação de Professores de Educação Básica (DEB), da Capes, salvo se comprovado que agiu para sanar o fato.

§ 6º Em caso de o responsável pelo AUXPE desligar-se do projeto, antes do fim da vigência, deverá informar imediatamente à Capes e concluir a prestação de contas, sendo que:

I - quando a prestação de contas ensejar a devolução de recurso dentro do mesmo exercício financeiro que foi recebido, a Capes poderá repassar o valor devolvido ao novo coordenador institucional do projeto, via assinatura de novo AUXPE;

II - quando a prestação de contas ensejar a devolução de recurso em exercício financeiro posterior àquele que foi recebido, a Capes não poderá repassar o valor devolvido ao novo coordenador do projeto.

§ 7º O dirigente máximo da instituição beneficiada e o responsável pelo recebimento do recurso, em caso de AUXPE, firmarão termo de compromisso, conforme anexo III desta portaria, no qual atestam seguir as normas estabelecidas nesta portaria, dentre outras dispostas no termo.

Art. 9º As instituições participantes do programa deverão submeter Plano de Aplicação de Recursos de Custeio, que integrará o Plano de Trabalho do Pibid ou do Residência Pedagógica, com a indicação dos elementos e itens de despesa que serão financiados, de acordo com o Anexo I desta portaria, via documento ou sistema a ser disponibilizado pela Capes.

Art. 10 Para o desenvolvimento do projeto, conforme artigo 3º, poderão ser custeadas despesas correntes nos seguintes elementos de despesa:

I - material de consumo;

II - serviços de terceiros - pessoa jurídica;

III - passagens e despesas com locomoção (terrestres, fluviais e aéreas).

Parágrafo único. Os itens de despesa de cada elemento do caput estão elencados no Anexo I desta portaria.

CAPÍTULO V

DAS VEDAÇÕES

Art. 11 É vedado:

I - o pagamento de serviços de pessoa física de qualquer natureza, inclusive pró-labore, consultoria e remuneração para ministrar cursos, seminários e aulas;

II - o pagamento de diárias ou de auxílio diário;

III - a contratação de serviços de pessoa jurídica para cobrir despesas que caracterizem contratos acima de 3 (três) meses;

IV - o custeio de atividades não previstas no Plano de Trabalho do Pibid ou do Programa de Residência Pedagógica;

V - o uso exclusivo dos recursos recebidos com passagens e despesas com locomoção;

VI - o financiamento das atividades, a aquisição dos materiais e a contratação dos serviços elencados no Anexo II desta portaria;

VII - o custeio de despesas de capital.

Parágrafo único. Em caso de aplicação de recurso em itens vedados ou em desacordo com o Plano de Trabalho aprovado, as despesas poderão ser glosadas e o valor deverá ser ressarcido à Administração Pública pela IES ou, quando utilizado o AUXPE, pelo coordenador.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800031

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAPÍTULO VI
DA VIGÊNCIA
Art. 12 O instrumento firmado para repasse do recurso, conforme art. 8º, terá a mesma vigência do projeto do Pibid ou do Residência Pedagógica.
Art. 13 A vigência do instrumento poderá ser alterada, nos seguintes casos:
I - prorrogação do projeto Pibid ou Residência Pedagógica;
II - execução total do recurso e cumprimento do objeto, situação na qual o encerramento será antecipado;
III - desligamento do coordenador institucional do projeto, quando utilizado o AUXPE, situação na qual o encerramento será antecipado.
CAPÍTULO VII
DA PRESTAÇÃO DE CONTAS
Art. 14 Quando o repasse do recurso for realizado via AUXPE, o coordenador institucional do projeto deverá realizar a prestação de contas financeira de forma concomitante com a execução dos recursos, no Sistema de Prestação de Contas da Capes (SIPREC), em consonância com a legislação vigente.
Parágrafo único. A Capes poderá, a qualquer momento, exigir informações ou documentos adicionais para verificação da correta aplicação dos recursos do programa.
Art. 15 Visando ao cumprimento do disposto no Art. 70, Parágrafo Único, da Constituição Federal, e ao disposto na Portaria Interministerial CGU/MF/MP 507/2011, o convenente deverá apresentar prestação de contas final até 60 (sessenta) dias após o encerramento da vigência do instrumento pactuado.
Parágrafo único. Caso a prestação de contas final não seja apresentada ou aprovada, a Capes poderá proceder à inscrição do convenente no CADIN, bem como tomar as medidas previstas na legislação.
Art. 16 Ao final da vigência do instrumento de repasse o coordenador institucional deverá apresentar relatório de cumprimento do objeto e relacionar as despesas com as atividades do projeto, por meio de documento ou sistema a ser disponibilizado pela Capes.
CAPÍTULO VIII
DISPOSIÇÕES FINAIS
Art. 17 Serão publicados, na página eletrônica da Capes, os recursos repassados por projeto, separados por elemento de despesa, com a indicação do instrumento de repasse e da IES e, quando for o caso, o nome do responsável pelo recebimento do recurso.
Art. 18 Os casos omissos serão analisados pela Capes.
Art. 19 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ABILIO A. BAETA NEVES

ANEXO I

ITENS DE DESPESA FINANCIÁVEIS PELO PROGRAMA
Art. 1º Conforme art. 10 da Portaria Capes 219, de 27 de setembro de 2018, os seguintes itens de despesa são financiáveis pelo programa:
I - Material de Consumo:
a) bandeiras, flâmulas e insígnias para atividades pedagógicas nas escolas;
b) combustível para carro oficial da Instituição de Ensino Superior em deslocamentos para acompanhamento do projeto;
c) material químico, biológico, farmacológico, laboratorial, hospitalar e de limpeza para uso em atividades experimentais nas escolas;
d) material educativo, esportivo e de sinalização para atividades educativas nas escolas;
e) material de acondicionamento e embalagem para atividades educativas nas escolas;
f) material de expediente e de processamento de dados;
g) material elétrico, eletrônico e ferramentas para atividades pedagógicas nas escolas;
h) medalhas e troféus de baixo custo para atividades nas escolas (gincanas, olimpíadas e afins);
i) sementes, mudas de plantas e insumos para plantio em atividades nas escolas;
j) tecidos e aviamentos para atividades pedagógicas nas escolas.
II - Serviços de terceiros - Pessoa Jurídica:
a) serviços gráficos de impressão e reprodução de materiais didáticos e pedagógicos, exceto livros, para desenvolvimento das atividades nas escolas;
b) aquisição de ingressos para atividades culturais envolvendo licenciados (museus, cinema, concerto, feiras, exposições e afins);
III - Passagens e despesas com locomoção:
a) passagens para discentes bolsistas do projeto para deslocamentos entre campi da IES;
b) passagens para coordenadores e docentes orientadores bolsistas para acompanhamento das atividades e visita às escolas do projeto;
c) passagens para supervisores e preceptores bolsistas para acompanhamento das atividades dos licenciandos.

ANEXO II

ATIVIDADES, ITENS E SERVIÇOS NÃO FINANCIÁVEIS PELO PROGRAMA
Art. 1º Não são financiáveis as seguintes atividades:
I - avaliação do projeto;
II - divulgação do projeto;
III - grupos de estudo;
IV - palestras, cursos, oficinas e atividades afins;
V - participação ou apresentação de trabalho em eventos;
VI - publicação de livros em qualquer meio;
VII - seleção de participantes;
VIII - realização de eventos.
Art. 2º Não são financiáveis a aquisição de materiais de consumo e passagens e a contratação de serviços de pessoa jurídica indicados a seguir:
I - auxílio transporte;
II - alimentação (coffee-break, lanches, coquetéis, almoços, jantares etc);
III - assinatura de periódicos e pagamento de anuidades;
IV - brindes, ornamentação, espetáculos e placas comemorativas;
V - confecção e aquisição de camisetas e outros materiais personalizados (agendas, bonés, chaveiros, bótons, pastas, canetas, jalecos, blocos, mochilas, sacolas etc);
VI - consultorias, assistências técnicas e monitorias;
VII - direitos autorais;
VIII - hospedagem;
IX - locação de espaços, máquinas, equipamentos e veículos;
X - manutenção de software, máquinas e equipamentos;
XI - obras civis, reformas e afins;
XII - passagens internacionais;
XIII - passagens para não-bolsistas do projeto;
XIV - revisão, impressão, tradução e publicação de livros e revistas;
XV - serviços de confecção de página eletrônica, ambiente moodle, redes sociais, blogs e afins;
XVI - serviços de editoração e design gráfico;
XVII - serviços de processamento de dados e de tecnologia da informação;
XVIII - serviços de áudio, vídeo e foto;
XIX - serviços administrativos e de rotina (limpeza, telefone, água, energia, internet, correios, secretaria, recepção e afins);
XX - táxi e demais transportes remunerados privados de passageiros.

ANEXO III

TERMO DE COMPROMISSO
Programa de Fomento à Formação de Professores da Educação Básica (ProF Licenciatura)
Termo de Compromisso para Concessão de Auxílio Financeiro a Projeto Educacional ou de Pesquisa (AUXPE)
A nomenclatura a seguir será utilizada no presente instrumento:
Coordenador Institucional:
(Nome), (nacionalidade), (profissão), residente e domiciliado em (endereço residencial), inscrito (a) no RG _____ e no CPF _____.
Instituição de Ensino Superior (IES):
(Nome), situado(a) no endereço (endereço da IES), inscrito(a) no CNPJ_____; representado neste termo por (nome dirigente máximo da instituição), (cargo), de nacionalidade_____, inscrito(a) no RG_____e no CPF _____.
Capes:
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, situada no Setor Bancário Norte, quadra 2, bloco L, lote 6, Brasília, DF, inscrita no CNPJ sob o nº 00889834/0001-08, representada pela Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica.
Por meio deste instrumento, o coordenador institucional e a IES firmam, perante a Capes, termo de compromisso para transferência de recursos de custeio, repassados pela Capes ao coordenador institucional, via Auxílio Financeiro a Projeto Educacional ou de Pesquisa (AUXPE), com anuência da IES, para apoio à execução das atividades do plano de trabalho do _____ (Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência ou do Programa de Residência Pedagógica), conforme a Portaria Capes nº 219, de 27 de setembro de 2018, e a Portaria Capes nº 59, de 14 de maio de 2013, e as seguintes cláusulas:
Cláusula primeira - da ciência às normas
O coordenador institucional e a IES declaram ter ciência dos dispostos na Portaria Capes nº 219 de 27 de setembro de 2018, e a Portaria Capes nº 59, de 14 de maio de 2013, subordinando-se às normas aplicáveis à concessão e, assumindo, em caráter irrevogável e irretratável, os compromissos e obrigações.
Cláusula segunda - das obrigações do coordenador institucional
O coordenador institucional compromete-se a:
I - providenciar os documentos necessários, nos prazos definidos para o recebimento do recurso via AUXPE;
II - realizar a prestação de contas, ao final da vigência do projeto, de acordo com as normas estabelecidas nos capítulos VI e VII da Portaria Capes nº 219 de 27 de setembro de 2018, e na Portaria Capes nº 59, de 14 de maio de 2013;
III - atender prontamente a quaisquer esclarecimentos e orientações da Capes quanto à execução ou prestação de contas do recurso recebido;
IV - utilizar o recurso recebido somente com as atividades previstas no plano de trabalho do Programa_____ (Pibid ou Residência Pedagógica) e de acordo com os itens de despesa financiáveis pelo programa, conforme Anexo I, da Portaria Capes nº 219, de 27 de setembro de 2018;
V - não utilizar o recurso com as atividades, itens de despesa e serviços elencados no art. 11 e no Anexo II da Portaria Capes nº 219, de 27 de setembro de 2018;
VI - ressarcir à Administração Pública em caso de aplicação do recurso em itens vedados ou em desacordo com o Plano de Trabalho;
VII - entrar em contato, por escrito, com a equipe técnica do Programa na Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica da Capes, sempre que necessário, para solicitar orientações e sanar dúvidas quanto à execução do recurso recebido pelo programa;
VIII - em caso de desligamento do projeto Pibid ou Residência Pedagógica antes do fim da vigência, informar à Capes, de forma imediata, e proceder com a devida prestação de contas.
Cláusula terceira - das obrigações da IES
A IES compromete-se a:
I - manter o atendimento aos requisitos definidos no art. 4º da Portaria Capes 219 de 27 de setembro de 2018 durante a execução do programa;
II - manter a unidade responsável pela estrutura física e de pessoal de apoio ao programa, indicada na cláusula quarta deste termo, até o encerramento do projeto_____ (Pibid ou Residência Pedagógica);
III - responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações estipuladas no AUXPE, conforme a Portaria Capes nº 219, de 27 de setembro de 2018, e a Portaria Capes nº 59, de 14 de maio de 2013;
IV - acompanhar e fiscalizar os projetos, por meio da Pró-Reitoria de Graduação ou de unidade equivalente responsável pelos cursos de licenciatura da IES participantes dos programas;
V - divulgar internamente todos os comunicados enviados pela Capes a respeito do Programa;
VI - responder solidariamente ao coordenador institucional, sobre quaisquer esclarecimentos e orientações da Capes quanto à execução ou prestação de contas do recurso recebido;
VII - entrar em contato com a Capes, sempre que necessário, para solicitar orientações e sanar dúvidas quanto à execução do recurso recebido pelo programa;
VII - tomar as devidas providências no caso de recebimento de denúncias quanto à má execução do recurso recebido pelo Programa;
VIII - responsabilizar-se, junto ao coordenador institucional, pela correta execução do recurso recebido, dentro do permitido pela Portaria Capes nº 219, de 27 de setembro de 2018, e a Portaria Capes nº 59, de 14 de maio de 2013;
IX - prestar informações sobre o projeto sempre que solicitado pela Capes.
Cláusula quarta - da unidade responsável pela estrutura física e de pessoal
A unidade (nome unidade), sediada em (endereço unidade), com número de telefone_____ e e-mail _____ fica responsável pelo suporte físico e de pessoal ao Programa de Fomento à Formação de Professores da Educação Básica da Capes (ProF Licenciatura).
(local), (data)

_____
Assinatura do Coordenador Institucional

_____
Assinatura da IES

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DE PORTO ALEGRE

PORTARIA Nº 494, DE 27 DE SETEMBRO DE 2018

A Vice-Reitora da Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre, no uso de suas atribuições, conferidas pela Portaria n° 238 de 22/03/2013, publicada no DOU de 23/03/2013, resolve:
Prorrogar, por 01 (um) ano, a contar da publicação da homologação, a validade do Concurso Público para Professor Adjunto A, na área de Ciência da Computação, homologado pela Portaria nº 731, publicada no DOU de 04/10/2017.

JENIFER SAFFI

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO

PORTARIA NORMATIVA N° 4, DE 26 DE SETEMBRO DE 2018

O Reitor da Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF, no uso das suas atribuições conferidas pelo Decreto de 28 de março de 2016, publicado no Diário Oficial da União n° 59, de 29 de março de 2016, e tendo em vista o Memorando n° 096/2018-GR, resolve:
CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
Art. 1º A presente Portaria Normativa estabelece as normas para o funcionamento e a tramitação de demandas do Sistema de Informações ao Cidadão no âmbito da administração Universidade Federal do Vale do São Francisco (REDE SIC-Univasf), nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.
Art. 2º Designar a Chefia de Gabinete da Univasf como coordenador das atividades do serviço de informação ao cidadão (SIC), mencionadas no art. 9º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.
Art. 3º Fica instituída, no âmbito da Univasf, a Rede de Serviços de Informações ao Cidadão - Rede SIC Univasf com a finalidade de implementar o disposto na Lei no 12.527, de 18 de novembro de 2011.
Art. 4º A Rede SIC- Univasf é constituída por todos os órgãos e entidades que integram a estrutura organizacional, localizada em todos os campi da Univasf.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800032

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAPÍTULO II
DAS COMPETÊNCIAS

Art. 5º Compete ao SIC do campus Sede, do campus Ciências Agrárias e do campus Juazeiro, em sistema de rodízio semestral:

I - gerenciar os pedidos de informação por meio do sistema e-SIC e encaminhar aos setores competentes através de e-mail.

II - atender e orientar o cidadão quanto ao acesso a informações;

III - fornecer diretamente ao cidadão resposta ao pedido de acesso às informações relativas às unidades da Univasf, observado o disposto no art. 11 da Lei nº 12.527, de 2011;

IV- registrar e protocolizar os requerimentos no e-SIC;

V - informar sobre a tramitação de requerimentos;

VI- receber recurso contra a negativa de acesso às informações ou ao pedido de desclassificação relativo às unidades da Univasf, encaminhando à autoridade competente para sua apreciação;

VII - submeter, semestralmente, a partir da publicação desta Portaria, à autoridade de monitoramento da Lei de Acesso à Informação, relatório sobre os pedidos de acesso a informações.

Art. 6º O relatório de que trata o inciso VI do art. 5º deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

I - estatísticas sobre os pedidos recebidos, deferidos e indeferidos, e prazos de atendimento discriminados por unidade;

II - indicação de casos de descumprimento da Lei no 12.527, de 2011, especialmente omissões e atrasos reiterados na resposta aos pedidos de acesso a informações;

III - justificativas para eventuais atrasos ou omissões praticados pelas respectivas unidades no atendimento dos pedidos; e

IV - pedidos frequentemente formulados, a fim de que sejam publicados, juntamente com as respectivas respostas.

Art. 7º Compete aos SIC de todos os campi:

I - Atendimento, recepção, cadastro, protocolo e encaminhamento de solicitações dos discentes conforme orientação da Secretaria de Registro e Controle Acadêmico;

II - atender a demandas específicas da atividade de registro acadêmico, como matrícula de calouros, organização e acompanhamento de processos diversos, desbloqueio de usuários nos sistemas e demais atividades de grau semelhante que venham a ser necessárias;

III - atender e orientar o público quanto ao acesso às informações;

IV - registrar e protocolizar os requerimentos no e-SIC;

V - informar sobre a tramitação de requerimentos;

VI - verificar a disponibilidade imediata da informação, de modo a conceder ao requerente o acesso no momento da solicitação da informação;

VII - enviar as respostas recebidas aos requerentes;

VIII - orientar os requerentes sobre as possibilidades de recurso em casos de negativa ou ausência de resposta; e

IX - informar ao requerente quando houver pedido de dilação de prazo para a resposta.

§1º A informação com disponibilidade imediata é aquela publicada no site da Univasf.

§2º Caso não seja possível a disponibilização imediata da informação, o SIC deverá cadastrar os requerimentos no e-SIC e por meio de e-mail institucional encaminhar aos setores competentes, informando o prazo para resposta;

Art. 8º Compete ao SIC da Educação a Distância (SIC-EAD):

I - Atendimento, recepção, cadastro, protocolo e encaminhamento de solicitações dos discentes conforme orientação da Secretaria de Registro e Controle Acadêmico, especificamente para os discentes da Secretaria de Educação a Distância;

II - atender a demandas específicas da atividade de registro acadêmico, como matrícula de calouros, organização e acompanhamento de processos diversos, desbloqueio de usuários nos sistemas e demais atividades de grau semelhante que venham a ser necessárias, especificamente para os discentes da Secretaria de Educação a Distância;

III - atender e orientar o público quanto ao acesso às informações, especificamente para os discentes da Secretaria de Educação a Distância;

IV - informar sobre a tramitação de requerimentos, especificamente para os discentes da Secretaria de Educação a Distância;

V - verificar a disponibilidade imediata da informação, de modo a conceder ao requerente o acesso no momento da solicitação da informação, especificamente para os discentes da Secretaria de Educação a Distância;

VI - enviar as respostas recebidas aos requerentes, especificamente para os discentes da Secretaria de Educação a Distância;

VII - orientar os requerentes sobre as possibilidades de recurso em casos de negativa ou ausência de resposta, especificamente para os discentes da Secretaria de Educação a Distância; e

VIII - informar ao requerente quando houver pedido de dilação de prazo para a resposta, especificamente para os discentes da Secretaria de Educação a Distância.

§1º O SIC-EAD é vinculado à estrutura organizacional Secretaria de Educação a Distância.

§2º É vedado ao SIC-EAD gerenciar os pedidos de informação por meio do sistema e-SIC.

Art. 9º Para o cumprimento das determinações desta Portaria entende-se como requerimentos:

I - pedidos de acesso a informações;

II - recursos a indeferimento de pedido de acesso a informações;

III - pedidos de desclassificação e reclassificação de informações; e

IV - reclamações contra omissões no regular processamento dos requerimentos elencados nos incisos I a III deste artigo.

CAPITULO III
DOS REQUERIMENTOS DE ACESSO À INFORMAÇÃO
SEÇÃO I
DOS PROCEDIMENTOS INTERNOS

Art. 10 Todos os requerimentos relativos à Lei nº 12.527, de 2011 recebidos na Rede SIC deverão ser registrados no e-SIC, pelos servidores cadastrados neste sistema.

§1º Efetuado o registro do pedido de acesso à informação no e-SIC, deverá ser informado ao requerente, por meio do canal de comunicação indicado, o número de protocolo (NUP) para acompanhamento e o prazo para a resposta.

§2º O prazo para resposta do pedido de acesso à informação se inicia a partir da data de seu cadastramento no e-SIC.

§3º Caso a data do recebimento ocorra em dia não útil, contar-se-á o prazo a partir do primeiro dia útil subsequente.

SEÇÃO II
DA TRAMITAÇÃO DE DEMANDAS E DOS PRAZOS

Art. 11. Na tramitação de pedido de informação via SIC-Univasf deverá ser observada a seguinte rotina:

I - o pedido de informação recebido pelo sistema e-SIC será analisado pelo SIC respectivo que registrar a demanda no sistema para as devidas providências;

II - verificado que o pedido não é de competência da Univasf, a Rede SIC poderá sugerir ao requerente o encaminhamento ao possível órgão ou entidade competente;

III - admitido o requerimento, a Rede SIC verificará se a informação está disponível, hipótese em que será imediatamente prestada; - quando a informação solicitada não estiver prontamente disponível, ou depender de análise e manifestação dos setores da Univasf responsáveis pela sua produção e/ou custódia, submetendo a demanda a estes;

IV - O SIC responsável pelo gerenciamento do e-SIC, quando do recebimento da demanda, fará a triagem do assunto e encaminhará a matéria ao setor da Univasf responsável pela produção e/ou custódia da informação requisitada, no prazo preferencial de dois dias úteis por meio de e-mail institucional do SIC para o setor e/ou gestor responsável;

V - Caso o pedido de acesso a informações seja relativo a mais de uma área organizacional, o SIC poderá desmembrá-lo, encaminhando-o aos dirigentes competentes.

VI - o setor da Univasf responsável pela produção e/ou custódia da informação requisitada, após verificar o grau de sigilo da informação, encaminhará a resposta ao SIC, no prazo de até quinze dias;

VII - o SIC verificará se a informação prestada pelo órgão competente atende à solicitação formulada pelo cidadão;

VIII - em caso de esclarecimentos adicionais, ajustes ou complemento de informação o SIC fará retornar a demanda ao setor competente da Univasf, para fins de adequação, no prazo preferencial de dois dias;

IX - o SIC, de posse da resposta recebida, encaminhará a informação ao cidadão;

X - independente dos prazos internos para o atendimento da demanda, a resposta deverá ser encaminhada ao cidadão no prazo máximo de vinte dias, contados a partir do cadastramento do pedido no sistema, salvo necessidade de prorrogação de mais dez dias;

XI - O pedido de prorrogação deve ser encaminhado ao SIC por e-mail, com devida justificativa, no prazo de até quinze dias do seu recebimento pelo setor responsável pela produção e/ou custódia da informação requisitada, sob pena de não prorrogação.

Art. 12. As respostas aos pedidos de acesso de informação deverão ser claras e objetivas, contendo, ainda, se for o caso:

I - data, local e modo para se realizar a consulta, efetuar a reprodução ou obter a certidão, quando se tratar de informação de circulação restrita ou documento histórico;

II - indicação das razões de fato ou de direito da recusa, total ou parcial, do acesso pretendido;

III - quando a Univasf não possuir a informação, a indicação, se for do seu conhecimento, do órgão ou da entidade que a detém; ou

IV - informação justificada quando necessária a dilação do prazo de entrega da informação.

Art. 13. Nas hipóteses em que for solicitada a entrega pessoal da resposta ao requerimento, estando o SIC de posse da informação, deverá um de seus servidores entrar em contato, preferencialmente por e-mail com o solicitante para agendar data e hora para a disponibilização ou acordar o meio de envio da informação.

Parágrafo único. Não comparecendo o requerente na data pré-agendada, o servidor do SIC deverá concluir a solicitação no e-SIC e arquivar o requerimento, com registro da motivação do arquivamento.

Art. 14. Caso seja solicitada cópia impressa, as taxas de reprodução devem ser pagas nos termos estabelecidos por ato normativo da Univasf.

Parágrafo único. Para o envio de cópia eletrônica não serão exigidas taxas, caso o envio seja feito por e-mail, mas poderá ser requisitado do solicitante a mídia necessária, caso seja solicitada a entrega da informação eletrônica em outro meio que não seja por e-mail.

Art. 15. Quando se tratar de acesso à informação contida em documento cuja manipulação possa prejudicar a integridade do documento, deverá ser oferecida cópia com certificação de que esta confere com o original.

Parágrafo único. Na impossibilidade de obtenção de cópias, o interessado poderá solicitar que, a suas expensas e sob supervisão de servidor público, a reprodução seja feita por outro meio que não ponha em risco a conservação do documento original.

SEÇÃO III
DOS RECURSOS

Art. 16. No caso de indeferimento de acesso às informações ou do não fornecimento das razões da negativa do acesso, o requerente poderá interpor recurso contra a decisão no prazo de 10 (dez) dias a contar da ciência da decisão, à autoridade hierarquicamente superior à que exarou a decisão impugnada.

§1º As autoridades hierarquicamente superiores aos responsáveis pelas situações indicadas no caput deste artigo serão os titulares das Pró-Reitorias, Secretarias, Coordenadores de Colegiados, os diretores e coordenadores das Pró-Reitorias e Secretarias, os quais serão indicados no documento de resposta fornecido ao requerente.

§2º Recebido o recurso, o SIC deverá desarquivar o processo correspondente a resposta, adicionar o recurso ao processo eletrônico e tramitá-lo à autoridade indicada, que terá prazo de três dias do recebimento para devolver a resposta ao SIC.

Art. 17. Desprovido o recurso de que trata o art. 16, poderá o requerente apresentar recurso no prazo de dez dias, contado da ciência da decisão, à autoridade máxima da instituição entidade, que deverá se manifestar em cinco dias contados do recebimento do recurso.

Art. 18. No caso de omissão de resposta, o requerente poderá interpor reclamação no prazo de 10 (dez) dias a contar do trigésimo dia da apresentação do pedido de acesso à informação; dirigido à Autoridade de Monitoramento da Univasf.

Art. 19. Desprovidos o recurso ou a reclamação de que tratam os arts. 16, 17 e 18 desta portaria, ou não atendidos no prazo estipulado para resposta, o requerente poderá interpor recurso, no prazo de 10 (dez) dias a contar da ciência da resposta ou do transcurso de prazo, dirigido à Controladoria-Geral da União.

Art. 20. No caso de indeferimento de pedido de desclassificação ou reclassificação de informação pela Autoridade Classificadora, poderá o requerente interpor recurso contra a decisão no prazo de 10 (dez) dias a contar da sua ciência, ao Ministro de Estado da Educação.

CAPITULO IV
DAS DISPOSICÕES FINAIS

Art. 21. Os servidores da Univasf deverão verificar os e-mails institucionais diariamente, a fim de atender às solicitações do SIC, cumprindo os prazos estabelecidos nesta portaria.

Art. 22. Constituem, nos termos do arts. 32 a 34 da Lei nº 12.527, de 2011, condutas ilícitas passíveis de responsabilização, dentre outras:

I - recusar-se a fornecer informação requerida nos termos desta Lei;

II - retardar deliberadamente o seu fornecimento; e

III - fornecê-la intencionalmente de forma incorreta, incompleta ou imprecisa.

Art. 23. Os casos omissos serão resolvidos pela Chefia de Gabinete após prévia manifestação do respectivo SIC.

Art. 24. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se a Portaria Normativa nº 001, de 29 de maio de 2012, e a Portaria normativa n.º 003, de 27 de agosto de 2018.

TELIO NOBRE LEITE
Vice-Reitor
No exercício do Cargo de Reitor

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE

PORTARIA Nº 2.926, DE 26 DE SETEMBRO DE 2018

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, em conformidade com o Decreto Ministerial de 09 de julho de 2014, publicado no DOU de 10 de julho de 2014 e Resolução nº 32/2014/CS/IFS, resolve:

Art. 1º Remanejar o código FG-01 da Assessoria Pedagógica - ASPED para o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas - NAPNE, Campus Socorro.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

AILTON RIBEIRO DE OLIVEIRA

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

PORTARIA Nº 80, DE 24 DE SETEMBRO DE 2018

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, e considerando os termos do Parecer CNE/CES nº 282/2002; considerando ainda a decisão emitida na 2ª Sessão Extraordinária de 2017 do Conselho Universitário da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), a Resolução nº 09/2018-CONSUNI, a Nota Técnica nº 293/2018/CGLNES/GAB/SESU e o Processo nº 23123.008898/2017-20, resolve:

Art. 1º Fica aprovado o estatuto da UFPE, mantida pela União, com sede no município de Recife, Estado de Pernambuco.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO MONTEIRO VIEIRA BRAGA BARONE

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800033

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

PORTARIA N° 654, DE 26 DE SETEMBRO DE 2018

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 9.005, de 14 de março de 2017, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas n° 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, republicadas em 03 de setembro de 2018, e considerando o disposto nos processos e-MEC listados na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Ficam autorizados os cursos superiores de graduação constantes da tabela do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições de Educação Superior citadas, nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235/2017.

Parágrafo único. As autorizações a que se refere esta Portaria são válidas exclusivamente para os cursos ministrados nos endereços citados na tabela constante do Anexo desta Portaria.

Art. 2º As instituições citadas na tabela constante do Anexo desta Portaria deverão protocolar pedido de reconhecimento dos respectivos cursos, nos termos do disposto no art. 46, do Decreto nº 9.235/2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SILVIO JOSÉ CECCHI

ANEXO (Autorização de Cursos)

N.° de ordem	Registro e-MEC n°	Curso	N° vagas totais anuais	IES (Código)	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1	201502683	SERVIÇO SOCIAL (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	FACULDADE IBIAPABA (18814)	FACULDADE DE EDUCACAO E CULTURA DA SERRA DA IBIAPABA LTDA (CNPJ: 18992935000167)	RUA VEREADOR MANOEL FROTA, 363, PLANALTO, TIANGUÁ/CE

PORTARIA N° 655, DE 26 DE SETEMBRO DE 2018

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 9.005, de 14 de março de 2017, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas MEC n° 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, e suas alterações, bem como a Instrução Normativa SERES nº 1, de 17 de setembro de 2018, e considerando o disposto nos processos e-MEC listados na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Ficam autorizados os cursos superiores de graduação constantes da tabela do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições de Educação Superior citadas, nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235/2017.

Parágrafo único. As autorizações a que se refere esta Portaria são válidas exclusivamente para os cursos ministrados nos endereços citados na tabela constante do Anexo desta Portaria.

Art. 2º As instituições citadas na tabela constante do Anexo desta Portaria deverão protocolar pedido de reconhecimento dos respectivos cursos, nos termos do disposto no art. 46, do Decreto nº 9.235/2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SILVIO JOSÉ CECCHI

ANEXO (Autorização de Cursos)

N.° de ordem	Registro e-MEC n°	Curso	N° vagas totais anuais	IES (Código)	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1	201702775	DIREITO (Bacharelado)	150 (cento e cinquenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO ALVES FARIA (1493)	CENTRO EDUCACIONAL ALVES FARIA LTDA. (CNPJ: 02850990000182)	AVENIDA MUTIRÃO, 2600, QUADRA 78 LOTES 18/19, SETOR BUENO, GOIÂNIA/GO
2	201702487	FISIOTERAPIA (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE AGES DE JACOBINA (19408)	VIDAM EMPREENDIMENTOS EDUCACIONAIS LTDA - EPP (CNPJ: 18867222000171)	AVENIDA CENTENÁRIO, 300 B, NAZARÉ, JACOBINA/BA
3	201809455	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (Bacharelado)	50 (cinquenta)	FACULDADE CATÓLICA RAINHA DA PAZ DE ARAPUTANGA (1375)	FUNDACAO ARCO IRIS DE ARAPUTANGA (CNPJ: 37500808000148)	AV. 23 DE MAIO, 02, CENTRO, ARAPUTANGA/MT
4	201701029	EDUCAÇÃO FÍSICA (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE CESUMAR DE LONDRINA (17632)	CESUMAR - CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE MARINGA LTDA (CNPJ: 79265617000199)	AVENIDA SANTA MÔNICA, 450, - ATÉ 701/702, FRANCA, LONDRINA/PR
5	201808849	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE DE TECNOLOGIA E CIÊNCIAS DE VITÓRIA DA CONQUISTA (1364)	INSTITUTO MANTENEDOR DE ENSINO SUPERIOR DA BAHIA LTDA - ME (CNPJ: 04670333000189)	RUA UBALDINO FIGUERA, 200, EXPOSIÇÃO, VITÓRIA DA CONQUISTA/BA
6	201702471	DIREITO (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE DE VIÇOSA (1721)	ASSOCIACAO VICOSENSE DE ENSINO E PESQUISA LTDA - AVEP - VICOSA - EPP (CNPJ: 03372571000145)	RUA GOMES BARBOSA, 870, CENTRO, VIÇOSA/MG
7	201608500	ENFERMAGEM (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	FACULDADE DO ESPÍRITO SANTO (1970)	INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR DO ESPIRITO SANTO - IESES (CNPJ: 02213188000181)	RODOVIA GUMERCINO MOURA NUNES, 2/232, NOSSA SENHORA DE FÁTIMA, CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM/ES
8	201808035	BIOMEDICINA (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE ESTÁCIO DE SÁ DE CAMPO GRANDE (862)	SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR ESTACIO DE SA LTDA (CNPJ: 34075739000184)	RUA VENÂNCIO BORGES DO NASCIMENTO, 377, JARDIM TV MORENA, CAMPO GRANDE/MS
9	201808042	EDUCAÇÃO FÍSICA (Licenciatura)	100 (cem)	FACULDADE ESTÁCIO DE SÁ DE CAMPO GRANDE (862)	SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR ESTACIO DE SA LTDA (CNPJ: 34075739000184)	RUA VENÂNCIO BORGES DO NASCIMENTO, 377, JARDIM TV MORENA, CAMPO GRANDE/MS
10	201808033	ESTÉTICA E COSMÉTICA (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE ESTÁCIO DE SÁ DE CAMPO GRANDE (862)	SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR ESTACIO DE SA LTDA (CNPJ: 34075739000184)	RUA VENÂNCIO BORGES DO NASCIMENTO, 377, JARDIM TV MORENA, CAMPO GRANDE/MS
11	201703126	DIREITO (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	FACULDADE ESTÁCIO EUROPANAMERICANA DE HUMANIDADES E TECNOLOGIAS - ESTÁCIO EUROPAN (1457)	IREP SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR, MEDIO E FUNDAMENTAL LTDA. (CNPJ: 02608755000107)	RUA HOWARD ARCHIBALD ACHESON JUNIOR, 393, JARDIM DA GLÓRIA - GRANJA VIANA, COTIA/SP
12	201703498	DIREITO (Bacharelado)	150 (cento e cinquenta)	FACULDADE GAMA E SOUZA (1141)	ASSOCIACAO DE CULTURA E EDUCACAO SANTA TERESA (CNPJ: 68701929000181)	AVENIDA FERNANDO MATTOS, 48, BARRA DA TIJUCA, RIO DE JANEIRO/RJ
13	201709240	PEDAGOGIA (Licenciatura)	300 (trezentas)	FACULDADE LABORO (13897)	LABORO - CENTRO DE CONSULTORIA QUALIFICAO E POS-GRADUACAO LTDA - EPP (CNPJ: 02517198000100)	AVENIDA MARECHAL CASTELO BRANCO, 605, SALAS 400 E ANEXOS, SÃO FRANCISCO, SÃO LUÍS/MA
14	201809350	ENGENHARIA AMBIENTAL E SANITÁRIA (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE LEONARDO DA VINCI - SANTA CATARINA (16914)	SOCIEDADE EDUCACIONAL LEONARDO DA VINCI S/S LTDA (CNPJ: 01894432000156)	RUA BLUMENAU, 4664, ARAPONGINHA, TIMBÓ/SC
15	201700748	DIREITO (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE NORTE CAPIXABA DE SAO MATEUS (10685)	EMPRESA NORTE CAPIXABA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSAO LTDA - ME (CNPJ: 08289984000184)	RODOVIA OTHOVARINO DUARTE SANTOS, S/N, RESIDENCIAL PARK WASHINGTON, SÃO MATEUS/ES
16	201609116	ENGENHARIA CIVIL (Bacharelado)	160 (cento e sessenta)	FACULDADES INTEGRADAS DE SERGIPE (14622)	ASSOCIACAO DE APOIO A EDUCACAO CIENCIA E TECNOLOGIA DO ESTADO DE SERGIPE - APEC-SE - EPP (CNPJ: 10896955000122)	RUA LARGO DO GLICERINO CERQUEIRA, 387, CENTRO, TOBIAS BARRETO/SE
17	201702983	BIOMEDICINA (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE UNA DE POUSO ALEGRE (19865)	SOCIEDADE EDUCACIONAL DE SANTA CATARINA (CNPJ: 84684182000157)	RUA JOÃO BASÍLIO, 420, CENTRO, POUSO ALEGRE/MG

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800034

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

18	201703015	FISIOTERAPIA (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE UNA DE POUSO ALEGRE (19865)	SOCIEDADE EDUCACIONAL DE SANTA CATARINA (CNPJ: 84684182000157)	RUA JOÃO BASÍLIO, 420, CENTRO, POUSO ALEGRE/MG
19	201703226	ODONTOLOGIA (Bacharelado)	240 (duzentas e quarenta)	FACULDADE UNINABUCO MACEIÓ (19331)	SER EDUCACIONAL S.A. (CNPJ: 04986320000113)	AVENIDA MACEIÓ, 1074, TABULEIRO DO MARTINS, MACEIÓ/AL
20	201609063	PSICOLOGIA (Bacharelado)	70 (setenta)	UNIVERSIDADE DE RIBEIRÃO PRETO (208)	ASSOCIACAO DE ENSINO DE RIBEIRAO PRETO (CNPJ: 55983670000167)	AVENIDA DOM PEDRO I, 3300, ENSEADA, GUARUJÁ/SP
21	201709203	DIREITO (Bacharelado)	240 (duzentas e quarenta)	UNIVERSIDADE UNIVERSUS VERITAS GUARULHOS (481)	SOCIEDADE PAULISTA DE ENSINO E PESQUISA S/S LTDA (CNPJ: 04302037000125)	ESTRADA ÁGUA CHATA, 3380, ÁGUA CHATA, GUARULHOS/SP

PORTARIA Nº 656, DE 27 DE SETEMBRO DE 2018

Dispõe sobre o arquivamento do processo administrativo em desfavor da Universidade Luterana do Brasil - ULBRA (cód.449), mantida pela Associação Educacional Luterana do Brasil - AELBRA (cód.: 314). Processo administrativo de supervisão nº 23000.008499/2009-45.

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 9.005, de 14/03/2017, tendo em vista o Decreto nº 9.235, de 15/12/2017, e a Portaria MEC nº 315 de 04/04/2018, adotando os fundamentos expressos na Nota Técnica nº 89/2018/CGSO-TÉCNICOS/DISUP/SERES determina:

Art. 1º - Seja arquivado o processo de supervisão haja vista o cumprimento do art. 52 da Lei nº 9.394/1996.

Art. 2º - Seja a IES notificada acerca da presente deliberação.

SILVIO JOSÉ CECCHI

Ministério da Fazenda

GABINETE DO MINISTRO

RETIFICAÇÃO

No Despacho do Ministro de 26 de setembro de 2018, publicado no Diário Oficial da União de 27 de setembro de 2018, Seção 1, página 21, referente ao processo nº 17944.107310/2018-34, onde se lê: "JORGE ANTÔNIO DEHER RACHID", leia-se: "EDUARDO REFINETTI GUARDIA".

RETIFICAÇÃO

No Despacho do Ministro publicado no Diário Oficial da União de 27 de setembro de 2018, Seção 1, página 20, referente ao processo nº 17944.107326/2018-47, onde se lê: "DESPACHO/2018", leia-se: "DESPACHO DE 26 DE SETEMBRO DE 2018.".

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

EXTRATO DA SESSÃO DE JULGAMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR CVM Nº RJ2016/8335

Acusado: Washington Ferreira Braga
Ementa: Não submissão ao Programa de Revisão Externa de Qualidade Pelos Pares - Descumprimento de normas contábeis estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e pelo Instituto Brasileiro de Contadores. Multa.
Decisão: Vistos, relatados e discutidos os autos, o Colegiado da Comissão de Valores Mobiliários, com base na prova dos autos e na legislação aplicável, por unanimidade de votos, decidiu aplicar ao acusado Washington Ferreira Braga a penalidade de multa pecuniária de R$10.000,00, por não ter se submetido ao Programa de Revisão Externa de Qualidade, em infração ao art. 33 da Instrução CVM nº 308/99, regulamentada pela NBC PA 11, aprovada pela Resolução CFC nº 1323/2011.

O acusado punido terá um prazo de 30 dias, a contar do recebimento de comunicação da CVM, para interpor recurso ao Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional, nos termos do art. 34, c/c o art. 29, ambos da Lei nº 13.506/17.

Ausente o acusado, sem representante constituído.

Presente o Procurador-federal Leonardo Montanholi, representante da Procuradoria Federal Especializada da CVM.

Participaram da Sessão de Julgamento os Diretores Pablo Renteria, Relator, Gustavo Machado Gonzalez, Henrique Balduino Machado Moreira e o Presidente da CVM, Marcelo Barbosa, que presidiu a Sessão.

Ausente o Diretor Gustavo Borba.

Rio de Janeiro, 24 de julho de 2018.
PABLO RENTERIA
Diretor-Relator

MARCELO BARBOSA
Presidente da Sessão de Julgamento

EXTRATO DA SESSÃO DE JULGAMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR CVM Nº RJ2017/490

Acusado: Carlos de Castro Zamponi
Ementa: Não elaboração de demonstrações financeiras - não envio à CVM de informações periódicas obrigatórias - não convocação de Assembleia Geral Ordinária. Multas.
Decisão: Vistos, relatados e discutidos os autos, o Colegiado da Comissão de Valores Mobiliários, com base na prova dos autos e na legislação aplicável, com fundamento no art. 11 da Lei nº 6.385/76, por unanimidade de votos, decidiu:

1. Aplicar ao acusado Carlos de Castro Zamponi:

1.1. Na qualidade de diretor-financeiro e de relações com investidores da Utilium Participações S.A.:

1.1.1. A penalidade de multa pecuniária de R$40.000,00, por não ter feito elaborar as demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31.12.2015, em infração ao art. 176 da Lei nº 6.404/76, c/c o art. 25, §2º, da Instrução CVM nº 480/09;

1.1.2. A penalidade de multa pecuniária de R$30.000,00, por não ter providenciado a entrega dos 2º e 3º ITRs de 2015 e dos ITRs de 2016, em infração ao art. 21, V, da Instrução CVM nº 480/09.

1.2. Na qualidade de membro do conselho de administração, a penalidade de multa pecuniária de R$40.000,00, por não ter convocado a assembleia geral ordinária relativa ao exercício social findo em 31.12.2015, em infração ao art. 132, c/c o 142, IV, da Lei nº 6.404/76.

O acusado punido terá um prazo de 30 dias, a contar do recebimento de comunicação da CVM, para interpor recurso ao Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional, nos termos do art. 34, c/c o art. 29, ambos da Lei nº 13.506/2917.

Ausente o acusado, sem representante constituído.

Presente o Procurador-federal Leonardo Montanholi, representante da Procuradoria Federal Especializada da CVM.

Participaram da Sessão de Julgamento os Diretores Pablo Renteria, Relator, Gustavo Machado Gonzalez, Henrique Balduino Machado Moreira e o Presidente da CVM, Marcelo Barbosa, que presidiu a Sessão.

Ausente o Diretor Gustavo Borba.

Rio de Janeiro, 24 de julho de 2018.
PABLO RENTERIA
Diretor-Relator

MARCELO BARBOSA
Presidente da Sessão de Julgamento

SUPERINTENDÊNCIA DE RELAÇÕES COM EMPRESAS

DESPACHO DE 26 DE SETEMBRO DE 2018

PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR CVM Nº RJ2018/4059
(SEI 19957.005866/2018-73)
OI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
Objeto: Apurar eventual responsabilidade de Petro Rio S.A. e Societé Mondiale Des Energies FIA, na qualidade de acionistas da Oi S.A., e Bridge Administradora de Recursos Ltda., na qualidade de administradora e gestora do Societé Mondiale Des Energies FIA, por infração ao disposto no art. 12 da Instrução CVM nº 358/02, por não divulgarem que ambos acionistas atuavam sob o mesmo interesse.
Assunto: Pedido de Unificação de Prazo para Apresentação de Defesas.

Acusados	Advogados
Bridge Administradora de Recursos Ltda.	Não constituiu advogado
Petro Rio S.A.	Maria Isabel do Prado Bocater OAB/ RJ 28.559
Societe Mondiale Fundo des Energies Fia	Heber Leal Marinho Wedmann OAB/ RJ 169.770

Trata-se de pedido de unificação do prazo para apresentação de Defesas, formulado por Petro Rio S.A., acusada nos autos do processo em epígrafe.

Defiro o pedido e fixo nova data para apresentação de defesas em 26/10/2018, para todos os acusados no processo.

FERNANDO SOARES VIEIRA
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

SUPERINTENDÊNCIA DE NORMAS CONTÁBEIS E DE AUDITORIA

ATO DECLARATÓRIO Nº 16.619, DE 25 DE SETEMBRO DE 2018

O Superintendente de Normas Contábeis e de Auditoria da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada através da Deliberação CVM Nº 176, de 03 de fevereiro de 1995, e tendo em vista o disposto no artigo 39 da Instrução CVM Nº 308, de 14 de maio de 1999, declara CANCELADO na Comissão de Valores Mobiliários, para os efeitos do exercício da atividade de auditoria independente no âmbito do mercado de valores mobiliários, a partir de 18/09/2018, por solicitação do próprio, o registro do Auditor Independente a seguir referido:

Auditor Independente - Pessoa Jurídica
AASS AUDITORIA E ASSESSORIA S/S
CNPJ: 09.513.228/0001-50

ATO DECLARATÓRIO Nº 16.620, DE 25 DE SETEMBRO DE 2018

O Superintendente de Normas Contábeis e de Auditoria da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada através da Deliberação CVM Nº 176, de 03 de fevereiro de 1995, e tendo em vista o disposto no artigo 39 da Instrução CVM Nº 308, de 14 de maio de 1999, declara CANCELADO na Comissão de Valores Mobiliários, para os efeitos do exercício da atividade de auditoria independente no âmbito do mercado de valores mobiliários, a partir de 21/09/2018, por solicitação do próprio, o registro do Auditor Independente a seguir referido:

Auditor Independente - Pessoa Jurídica
MARPE AUDITORES ASSOCIADOS
CNPJ: 07.996.655/0001-00

JOSÉ CARLOS BEZERRA DA SILVA

ATO DECLARATÓRIO Nº 16.621, DE 26 DE SETEMBRO DE 2018

O Superintendente de Normas Contábeis e de Auditoria da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada através da Deliberação CVM Nº 176, de 03 de fevereiro de 1995, e tendo em vista o disposto no parágrafo único do artigo 12 das Normas contidas na Instrução CVM Nº 308, de 14 de maio de 1999, declara REGISTRADO na Comissão de Valores Mobiliários, a partir de 22/03/2018, com a nova denominação social e autorizado a exercer a atividade de auditoria independente no âmbito do mercado de valores mobiliários, de acordo com as Leis Nºs 6385/76 e 6404/76, o Auditor Independente a seguir referido:

Auditor Independente - Pessoa Jurídica
Nova Denominação Social
VGA AUDITORES INDEPENDENTES
CNPJ: 83.280.859/0001-29
Anterior Denominação Social
VGA AUDITORES INDEPENDENTES - EPP
CNPJ: 83.280.859/0001-29

JOSÉ CARLOS BEZERRA DA SILVA

SUPERINTENDÊNCIA DE RELAÇÕES COM O MERCADO E INTERMEDIÁRIOS

DESPACHO DE 26 DE SETEMBRO DE 2018

PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR CVM Nº RJ2018/4165
19957.006019/2018-26
HEITOR VIOTTI DEZAN
Objeto: Apurar a responsabilidade de HEITOR VIOTTI DEZAN pela infração ao inciso I da Instrução CVM n° 8/79.
Assunto: Pedido de Prorrogação de Prazo para apresentação de Defesa.

Acusados	Advogados
Heitor Viotti Dezan	Gloria Maria Cunha de Macedo Soares Porchat OAB/SP 88.325-B

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800035

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Trata-se de pedido de prorrogação de prazo para apresentação de defesa, formulado por Heitor Viotti Dezan, único acusado nos autos do processo em epígrafe.

Defiro o pedido e fixo nova data para apresentação de defesa em 30/10/2018.

FRANCISCO JOSÉ BASTOS SANTOS
Superintendente

COORDENAÇÃO DE CONTROLE DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS SANCIONADORES

PAUTA DE JULGAMENTO

PAUTA DE JULGAMENTOS, ABERTOS AO PÚBLICO, DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS SANCIONADORES - CVM.

I - Marcação de Sessão de Julgamento: nos termos do disposto nos artigos 27 a 36 e artigo 40, todos da Deliberação CVM nº 538, de 05.03.2008, comunicamos que será realizada a seguinte Sessão de Julgamento de Processo Administrativo Sancionador na data, horário e local abaixo mencionados.

Ficam desde já convocados os acusados e os seus representantes, ou advogados, devidamente constituídos os autos, para, querendo, comparecer à Sessão de Julgamento do Processo Administrativo Sancionador e oferecer sustentação oral de suas defesas.

Eventuais alterações na presente pauta serão objeto de publicação no Diário Oficial da União.

PAS CVM nº RJ2017/4412 - ÓRION Complex Hotel.

Data: 30.10.2018 - terça-feira

Horário: 15h00min

Relator: Diretor Pablo Renteria

Local: Rua Sete de Setembro, 111 - 34º andar - Centro - Rio de Janeiro - RJ.

Objeto do processo: apurar uma suposta oferta pública irregular de contratos hoteleiros de investimento coletivo, em infração ao disposto no art. 19 da Lei nº 6.385/76 e no art. 2º da Instrução CVM nº 400/03, bem como ao inciso I do §5º do art. 19 da Lei nº 6.385/76 e ao art. 4º da Instrução CVM nº 400/03.

Acusados	Advogados
Atlântica Hotels International Brasil Ltda.	Sabrina Paiva Beltrame - OAB/SP nº 332.318
Christer Raul Holtze	Alexandre Zanotta OAB/SP nº186.121
Luiz Carlos Rosano	Alexandre Zanotta OAB/SP nº186.121
Rafael Guaspari Neto	Alexandre Zanotta OAB/SP nº186.121

Rio de Janeiro, 27 de setembro de 2018.
JOSÉ PAULO DIUANA DE CASTRO
Chefe

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS

1ª SEÇÃO

4ª CÂMARA

ATA DE JULGAMENTO

Ata de julgamento dos recursos das sessões ordinárias da 1ª Turma Ordinária da 4ª Câmara da 1ª Seção

A integra das decisões proferidas - acórdãos e resoluções - serão publicadas no sitio do CARF em https://carf.fazenda.gov.br , podendo ser pesquisadas pelo número do acórdão ou da resolução, pelo número do processo ou pelo nome do contribuinte.

Os processos administrativos poderão ser acompanhados pelo sitio do CARF https://carf.fazenda.gov.br mediante cadastramento no sistema PUSH.

18 DE SETEMBRO DE 2018 A 20 DE SETEMBRO DE 2018

Aos dezoito dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezoito, às nove horas, Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os membros da 1ª Turma Ordinária da 4ª Câmara da 1ª Seção, estando presentes os conselheiros Abel Nunes de Oliveira Neto, Lívia de Carli Germano, Cláudio de Andrade de Camerano, Luciana Yoshihara Arcângelo Zanin, Ângelo Abrantes Nunes (Suplente convocado), Daniel Ribeiro Silva, Letícia Domingues Costa Braga e Luiz Augusto de Souza Gonçalves (Presidente), a fim de ser realizada a presente Sessão Ordinária.

Processo: 17883.720016/2015-31 - VILAREJO DE MACAÉ MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. - Acórdão: 1401-002.880

Processo: 10835.720460/2016-64 - DA VINCI CONFECÇÕES LTDA. - ME - Acórdão: 1401-002.881

Processo: 10932.720105/2015-14 - PERFIBRAS INDUSTRIA E COMERCIO DE ALUMÍNIO E METAIS LTDA. - Acórdão: 1401-002.882

Processo: 16682.720206/2017-14 - IPIRANGA PRODUTOS DE PETRÓLEO S/A. - Acórdão: 1401-002.883

LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONÇALVES
Presidente da Turma

Aos dezoito dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezoito, às quatorze horas, Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os membros da 1ª Turma Ordinária da 4ª Câmara da 1ª Seção, estando presentes os conselheiros Abel Nunes de Oliveira Neto, Lívia de Carli Germano, Cláudio de Andrade de Camerano, Luciana Yoshihara Arcângelo Zanin, Ângelo Abrantes Nunes (Suplente convocado), Daniel Ribeiro Silva, Letícia Domingues Costa Braga e Luiz Augusto de Souza Gonçalves (Presidente), a fim de ser realizada a presente Sessão Ordinária.

Processo: 10580.728178/2016-64 - COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA COELBA - Acórdão: 1401-002.884

Processo: 19515.720919/2015-36 - FASTPAR HOLDING S.A. - Acórdão: 1401-002.885

Processo: 10830.010605/2007-74 - CERVEJARIAS REUNIDAS SKOL CARACU S A - Acórdão: 1401-002.886

Processo: 13227.720402/2015-14 - COMPANHIA SIDERÚRGICA DO PARA COSIPAR - Acórdão: 1401-002.887

Processo: 16561.720193/2012-45 - DU PONT DO BRASIL S A - Retirado de pauta.

Processo: 16004.720364/2016-85 - MPE MONTAGENS E PROJETOS ESPECIAIS S/A - Acórdão: 1401-002.888

Processo: 10540.721363/2015-13 - FRIGORÍFICO MODELO LTDA. - Acórdão: 1401-002.890

Processo: 13807.001306/98-81 - YADOYA INDUSTRIA E COMERCIO S A - Acórdão: 1401-002.889

Processo: 10425.002317/2008-17 - ENGARRAFAMENTO COROA LTDA. - Acórdão: 1401-002.891

Processo: 19515.002396/2009-02 - POTTENCIAL SERVIÇOS FINANCEIROS LTDA. - Acórdão: 1401-002.892

Processo: 10803.720237/2013-41 - RITA CÁSSIA BRANDÃO VILELA - Acórdão: 1401-002.893

LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONÇALVES
Presidente da Turma

Aos dezenove dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezoito, às nove horas, Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os membros da 1ª Turma Ordinária da 4ª Câmara da 1ª Seção, estando presentes os conselheiros Abel Nunes de Oliveira Neto, Lívia de Carli Germano, Cláudio de Andrade de Camerano, Luciana Yoshihara Arcângelo Zanin, Ângelo Abrantes Nunes (Suplente convocado), Daniel Ribeiro Silva, Letícia Domingues Costa Braga, Luiz Augusto de Souza Gonçalves (Presidente) e Eduardo Morgado Rodrigues (Suplente convocado para eventuais substituições), a fim de ser realizada a presente Sessão Ordinária.

Processo: 11444.000422/2008-48 - VIEIRA & SOUZA INFORMÁTICA LTDA. - Acórdão: 1401-002.894

Processo: 15374.000151/2009-33 - JOSE ALEXANDER GONÇALVES ALMEIDA - Acórdão: 1401-002.895

Processo: 15868.720125/2011-98 - BRACOL HOLDING LTDA. - Acórdão: 1401-002.896

Processo: 16682.723001/2015-29 - VALE S.A. - Pedido de vista.

Processo: 10825.722770/2015-51 - DOFAR DISTRIBUIDORA DE RAÇÕES E FARELOS LTDA. - Acórdão: 1401-002.897

LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONÇALVES
Presidente da Turma

Aos dezenove dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezoito, às quatorze horas, Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os membros da 1ª Turma Ordinária da 4ª Câmara da 1ª Seção, estando presentes os conselheiros Abel Nunes de Oliveira Neto, Lívia de Carli Germano, Cláudio de Andrade de Camerano, Luciana Yoshihara Arcângelo Zanin, Ângelo Abrantes Nunes (Suplente convocado), Daniel Ribeiro Silva, Letícia Domingues Costa Braga e Luiz Augusto de Souza Gonçalves (Presidente), a fim de ser realizada a presente Sessão Ordinária.

Processo: 10140.002800/2003-75 - TIBIRICA COMERCIAL LTDA. - Acórdão: 1401-002.898

Processo: 16151.720094/2017-08 - COMERCIAL ZENA MOVEIS - SOCIEDADE LIMITADA - Retirado de pauta.

Processo: 10283.011324/99-48 - ELÉTRICA PORAQUE LTDA. - EPP - Acórdão: 1401-002.899

Processo: 16004.720074/2013-99 - COMERCIAL ZENA MOVEIS - SOCIEDADE LIMITADA - Retirado de pauta.

Processo: 10283.720176/2013-39 - FOXCONN DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE ELETRÔNICOS LTDA. - Acórdão: 1401-002.900

Processo: 10283.723448/2016-03 - SONY PLÁSTICOS DA AMAZÔNIA LTDA. - Retirado de pauta.

Processo: 10283.724968/2015-44 - SEMP AMAZONAS S.A. - Acórdão: 1401-002.901

Processo: 19515.720679/2015-70 - CYRELA BRAZIL REALTY S.A. EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES - Resolução: 1401-000.593

Processo: 19396.720004/2016-13 - NATIONAL OILWELL VARCO DO BRASIL LTDA. - Acórdão: 1401-002.902

Processo: 16327.001351/2010-75 - CIA ITAU DE CAPITALIZAÇÃO - Acórdão: 1401-002.903

LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONÇALVES
Presidente da Turma

Aos vinte dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezoito, às nove horas, Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os membros da 1ª Turma Ordinária da 4ª Câmara da 1ª Seção, estando presentes os conselheiros Abel Nunes de Oliveira Neto, Lívia de Carli Germano, Cláudio de Andrade de Camerano, Luciana Yoshihara Arcângelo Zanin, Ângelo Abrantes Nunes (Suplente convocado), Daniel Ribeiro Silva, Letícia Domingues Costa Braga e Luiz Augusto de Souza Gonçalves (Presidente), a fim de ser realizada a presente Sessão Ordinária.

Processo: 16327.720238/2013-35 - ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A. - Acórdão: 1401-002.904

Processo: 10880.904190/2008-97 - INBEV HOLDING BRASIL S.A. - Acórdão: 1401-002.905

Processo: 10880.908057/2008-18 - INBEV HOLDING BRASIL S.A. - Acórdão: 1401-002.906

Processo: 10880.911227/2008-33 - INBEV HOLDING BRASIL S.A. - Acórdão: 1401-002.907

Processo: 10880.911228/2008-88 - INBEV HOLDING BRASIL S.A. - Acórdão: 1401-002.908

Processo: 10880.911229/2008-22 - INBEV HOLDING BRASIL S.A. - Acórdão: 1401-002.909

Processo: 10880.911230/2008-57 - INBEV HOLDING BRASIL S.A. - Acórdão: 1401-002.910

Processo: 10880.916914/2008-45 - INBEV HOLDING BRASIL S.A. - Acórdão: 1401-002.911

Processo: 10880.916915/2008-90 - INBEV HOLDING BRASIL S.A. - Acórdão: 1401-002.912

Processo: 10880.916916/2008-34 - INBEV HOLDING BRASIL S.A. - Acórdão: 1401-002.913

Processo: 13819.001036/2001-27 - VOLKSWAGEN DO BRASIL INDUSTRIA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES LTDA. - Acórdão: 1401-002.914

Processo: 10880.936641/2010-70 - ITAUSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S/A. - Acórdão: 1401-002.915

Processo: 11610.002132/2003-65 - EDITORA FTD S A - Resolução: 1401-000.594

Processo: 13851.900928/2009-63 - LET'S RENT A CAR LTDA. - Acórdão: 1401-002.916

Processo: 13851.900893/2009-62 - LET'S RENT A CAR LTDA. - Acórdão: 1401-002.917

Processo: 13851.900905/2009-59 - LET'S RENT A CAR LTDA. - Acórdão: 1401-002.918

Processo: 13851.900906/2009-01 - LET'S RENT A CAR LTDA. - Acórdão: 1401-002.919

Processo: 13851.900914/2009-40 - LET'S RENT A CAR LTDA. - Acórdão: 1401-002.920

Processo: 13851.900915/2009-94 - LET'S RENT A CAR LTDA. - Acórdão: 1401-002.921

Processo: 13851.900916/2009-39 - LET'S RENT A CAR LTDA. - Acórdão: 1401-002.922

Processo: 13851.900917/2009-83 - LET'S RENT A CAR LTDA. - Acórdão: 1401-002.923

Processo: 13851.900920/2009-05 - LET'S RENT A CAR LTDA. - Acórdão: 1401-002.924

Processo: 13851.900927/2009-19 - LET'S RENT A CAR LTDA. - Acórdão: 1401-002.925

Processo: 13851.900929/2009-16 - LET'S RENT A CAR LTDA. - Acórdão: 1401-002.926

Processo: 13851.901235/2009-98 - LET'S RENT A CAR LTDA. - Acórdão: 1401-002.927

Processo: 13851.901238/2009-21 - LET'S RENT A CAR LTDA. - Acórdão: 1401-002.928

Processo: 13851.901242/2009-90 - LET'S RENT A CAR LTDA. - Acórdão: 1401-002.929

Processo: 13851.901246/2009-78 - LET'S RENT A CAR LTDA. - Acórdão: 1401-002.930

Processo: 13851.901247/2009-12 - LET'S RENT A CAR LTDA. - Acórdão: 1401-002.931

LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONÇALVES
Presidente da Turma

Aos vinte dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezoito, às quatorze horas, Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os membros da 1ª Turma Ordinária da 4ª Câmara da 1ª Seção, estando presentes os conselheiros Abel Nunes de Oliveira Neto, Lívia de Carli Germano, Cláudio de Andrade de Camerano, Luciana Yoshihara Arcângelo Zanin, Ângelo Abrantes Nunes (Suplente convocado), Daniel Ribeiro Silva, Letícia Domingues Costa Braga e Luiz Augusto de Souza Gonçalves (Presidente), a fim de ser realizada a presente Sessão Ordinária..

Processo: 10480.902672/2013-82 - ARMAZÉM CORAL LTDA. - Acórdão: 1401-002.932

Processo: 10480.902667/2013-70 - ARMAZÉM CORAL LTDA. - Acórdão: 1401-002.933

Processo: 10480.902668/2013-14 - ARMAZÉM CORAL LTDA. - Acórdão: 1401-002.934

Processo: 10480.902669/2013-69 - ARMAZÉM CORAL LTDA. - Acórdão: 1401-002.935

Processo: 10480.902670/2013-93 - ARMAZÉM CORAL LTDA. - Acórdão: 1401-002.936

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800036

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Processo: 10480.902671/2013-38 - ARMAZÉM CORAL LTDA. - Acórdão: 1401-002.937
Processo: 10480.902673/2013-27 - ARMAZÉM CORAL LTDA. - Acórdão: 1401-002.938
Processo: 10480.902674/2013-71 - ARMAZÉM CORAL LTDA. - Acórdão: 1401-002.939
Processo: 10480.902675/2013-16 - ARMAZÉM CORAL LTDA. - Acórdão: 1401-002.940
Processo: 10480.902676/2013-61 - ARMAZÉM CORAL LTDA. - Acórdão: 1401-002.941
Processo: 10480.910488/2012-25 - ARMAZÉM CORAL LTDA. - Retirado de pauta.
Processo: 10480.910499/2012-13 - ARMAZÉM CORAL LTDA. - Retirado de pauta.
Processo: 10480.910509/2012-11 - ARMAZÉM CORAL LTDA. - Retirado de pauta.
Processo: 10480.910544/2012-21 - ARMAZÉM CORAL LTDA. - Retirado de pauta.
Processo: 16327.002055/00-76 - SANTANDER BRASIL PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S/A. - Acórdão: 1401-002.942
Processo: 11610.001436/2003-13 - TELEFÔNICA BRASIL S.A. - Pedido de vista.
Processo: 16408.000979/2006-77 - EMILIO B GOMES E FILHOS S/ A INDÚSTRIA, COMÉRCIO E EXPORTAÇÃO DE MADEIRAS - Acórdão: 1401-002.943
Processo: 10580.011328/2005-44 - GRAFTECH BRASIL LTDA. - Acórdão: 1401-002.944

LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONÇALVES
Presidente da Turma

3ª SEÇÃO

1ª TURMA EXTRAORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTO

Pauta de julgamento dos recursos das Sessões não presenciais virtuais a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas.

OBSERVAÇÕES:

1 - Solicitação de sustentação oral está condicionada a requerimento prévio em até 5 (cinco) dias da publicação da pauta.

2 - É facultativo o envio de memoriais, através de formulário eletrônico disponibilizado no sítio do CARF, em até 5 (cinco) dias da publicação da pauta.

3 - Não serão admitidos pedidos, pelas partes, de alteração da ordem de julgamento ou de retirada de processos em pauta de sessão não presencial virtual. (Redação dada pela Portaria MF nº 329, de 2017).

DIA 16 DE OUTUBRO DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): FRANCISCO MARTINS LEITE CAVALCANTE

1 - Processo nº: 10675.720022/2015-03 - Recorrente: TAUAN DE OLIVEIRA NAVES 06728034617 e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

2 - Processo nº: 13982.000900/2004-24 - Recorrente: OESTE AVES AGRO INDUSTRIAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

3 - Processo nº: 19515.001077/2005-48 - Recorrente: KIGRAF COMUNICACAO IMPRESSA LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

4 - Processo nº: 13987.000057/2003-55 - Recorrente: BRASAO OESTE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

5 - Processo nº: 12893.000238/2007-91 - Recorrente: CITROSUCO S/A AGROINDUSTRIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

6 - Processo nº: 10283.900785/2006-41 - Recorrente: MAGAMA INDUSTRIAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

7 - Processo nº: 10283.900786/2006-95 - Recorrente: MAGAMA INDUSTRIAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

8 - Processo nº: 10805.720612/2007-95 - Recorrente: NET SIGN COMUNICACAO VISUAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

9 - Processo nº: 10805.720613/2007-30 - Recorrente: NET SIGN COMUNICACAO VISUAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

10 - Processo nº: 10805.720614/2007-84 - Recorrente: NET SIGN COMUNICACAO VISUAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

11 - Processo nº: 10805.720615/2007-29 - Recorrente: NET SIGN COMUNICACAO VISUAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 16 DE OUTUBRO DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): ORLANDO RUTIGLIANI BERRI

12 - Processo nº: 10120.720083/2006-48 - Recorrente: COMING INDUSTRIA E COMERCIO DE COUROS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

13 - Processo nº: 10580.908727/2012-59 - Recorrente: LM TRANSPORTES INTERESTADUAIS SERVICOS E COMERCIO S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

14 - Processo nº: 10580.908730/2012-72 - Recorrente: LM TRANSPORTES INTERESTADUAIS SERVICOS E COMERCIO S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

15 - Processo nº: 10580.908736/2012-40 - Recorrente: LM TRANSPORTES INTERESTADUAIS SERVICOS E COMERCIO S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

16 - Processo nº: 10580.908737/2012-94 - Recorrente: LM TRANSPORTES INTERESTADUAIS SERVICOS E COMERCIO S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

17 - Processo nº: 10580.908742/2012-05 - Recorrente: LM TRANSPORTES INTERESTADUAIS SERVICOS E COMERCIO S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

18 - Processo nº: 10665.904208/2012-81 - Recorrente: SIDERURGICA UNIAO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

19 - Processo nº: 10665.904640/2012-72 - Recorrente: SIDERURGICA UNIAO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

20 - Processo nº: 10680.916954/2012-20 - Recorrente: DEVEX TECNOLOGIA E SISTEMAS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

21 - Processo nº: 10680.916955/2012-74 - Recorrente: DEVEX TECNOLOGIA E SISTEMAS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 17 DE OUTUBRO DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): ORLANDO RUTIGLIANI BERRI

22 - Processo nº: 10680.916956/2012-19 - Recorrente: DEVEX TECNOLOGIA E SISTEMAS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

23 - Processo nº: 10680.916957/2012-63 - Recorrente: DEVEX TECNOLOGIA E SISTEMAS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

24 - Processo nº: 10680.916958/2012-16 - Recorrente: DEVEX TECNOLOGIA E SISTEMAS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

25 - Processo nº: 10880.973124/2012-43 - Recorrente: CONSTRURBAN LOGISTICA AMBIENTAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

26 - Processo nº: 10880.973125/2012-98 - Recorrente: CONSTRURBAN LOGISTICA AMBIENTAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

27 - Processo nº: 10880.973126/2012-32 - Recorrente: CONSTRURBAN LOGISTICA AMBIENTAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

28 - Processo nº: 10935.902851/2012-43 - Recorrente: COODETEC - COOPERATIVA CENTRAL DE PESQUISA AGRICOLA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

29 - Processo nº: 10935.902853/2012-32 - Recorrente: COODETEC - COOPERATIVA CENTRAL DE PESQUISA AGRICOLA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

30 - Processo nº: 10935.902854/2012-87 - Recorrente: COODETEC - COOPERATIVA CENTRAL DE PESQUISA AGRICOLA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

31 - Processo nº: 15374.949183/2009-39 - Recorrente: BWU COMERCIO E ENTRETENIMENTO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

32 - Processo nº: 15374.953752/2009-41 - Recorrente: BWU COMERCIO E ENTRETENIMENTO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

33 - Processo nº: 15374.953753/2009-95 - Recorrente: BWU COMERCIO E ENTRETENIMENTO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 17 DE OUTUBRO DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): RENATO VIEIRA DE AVILA

34 - Processo nº: 11891.000210/2008-92 - Recorrente: SERMIG SERV. RADIOLOGIA E ULTRA-SONOGRAFIA DE MINAS GERAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

35 - Processo nº: 15224.000117/2008-00 - Recorrente: SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE - SUSAM e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

36 - Processo nº: 11516.001204/2009-11 - Recorrente: PLASSON DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

37 - Processo nº: 11516.001208/2009-07 - Recorrente: PLASSON DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

38 - Processo nº: 11516.001200/2009-32 - Recorrente: PLASSON DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

39 - Processo nº: 10850.907114/2009-71 - Embargante: CONSELHEIRO CARF e Interessados :ANTONIO PRUDENCIO DRIGO E CIA LTDA e FAZENDA NACIONAL.

40 - Processo nº: 10768.907293/2006-33 - Recorrente: RADIO GLOBO SOCIEDADE ANONIMA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

41 - Processo nº: 10768.907295/2006-22 - Recorrente: RADIO GLOBO SOCIEDADE ANONIMA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

42 - Processo nº: 10768.907294/2006-88 - Recorrente: RADIO GLOBO SOCIEDADE ANONIMA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 18 DE OUTUBRO DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): RENATO VIEIRA DE AVILA

43 - Processo nº: 10909.000983/2005-27 - Recorrente: DETROIT BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

44 - Processo nº: 10909.003980/2005-45 - Recorrente: DETROIT BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

45 - Processo nº: 10909.000982/2005-82 - Recorrente: DETROIT BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

46 - Processo nº: 10909.003979/2005-11 - Recorrente: DETROIT BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

47 - Processo nº: 10909.003981/2005-90 - Recorrente: DETROIT BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

48 - Processo nº: 10940.001036/2005-67 - Recorrente: NORSKE SKOG PISA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

49 - Processo nº: 10940.002319/2005-26 - Recorrente: NORSKE SKOG PISA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

50 - Processo nº: 11020.001947/2004-58 - Recorrente: RAM DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

51 - Processo nº: 11080.005047/2004-75 - Recorrente: BRASLUMBER INDUSTRIA DE MOLDURAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

52 - Processo nº: 11080.004763/2002-73 - Recorrente: PONTES DISTRIBUIDORA MAQ E EQUIPAMENTOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 18 DE OUTUBRO DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): RENATO VIEIRA DE AVILA

53 - Processo nº: 13656.000354/2005-12 - Recorrente: CACIQUE ARTEFATOS DE COURO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

54 - Processo nº: 19515.002294/2004-74 - Recorrente: SOTENCO EQUIPAMENTOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

55 - Processo nº: 13973.000066/2005-67 - Recorrente: SASSE ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

56 - Processo nº: 13973.000359/2004-63 - Recorrente: SASSE ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

57 - Processo nº: 13973.000001/2005-11 - Recorrente: SASSE ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

58 - Processo nº: 18471.000687/2004-34 - Recorrente: COOPMULTSERV-COOP DE TRABALHO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

59 - Processo nº: 19515.001060/2004-18 - Recorrente: BOSCH TELECOM e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

60 - Processo nº: 19515.003069/2004-55 - Recorrente: BONUS IND E COM DE CONFECCOES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

61 - Processo nº: 16349.000291/2007-10 - Recorrente: TINTO HOLDING LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

62 - Processo nº: 13799.720010/2018-13 - Recorrente: JAIRO VICENTE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

WESLEI JOSE RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

ORLANDO RUTIGLIANI BERRI
Presidente da 1ª Turma Extraordinária da 3ª Seção

2ª TURMA EXTRAORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTO

Pauta de julgamento dos recursos das Sessões não presenciais virtuais a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas.

OBSERVAÇÕES:

1 - Solicitação de sustentação oral está condicionada a requerimento prévio em até 5 (cinco) dias da publicação da pauta.

2 - É facultativo o envio de memoriais, através de formulário eletrônico disponibilizado no sítio do CARF, em até 5 (cinco) dias da publicação da pauta.

3 - Não serão admitidos pedidos, pelas partes, de alteração da ordem de julgamento ou de retirada de processos em pauta de sessão não presencial virtual. (Redação dada pela Portaria MF nº 329, de 2017).

DIA 16 DE OUTUBRO DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): CARLOS ALBERTO DA SILVA ESTEVES

1 - Processo nº: 10909.722172/2016-33 - Recorrente: APL SOLUCOES DE LOGISTICA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

2 - Processo nº: 11992.000143/2007-97 - Recorrente: BHS COMERCIO DE MERCADORIAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

3 - Processo nº: 11992.000142/2007-42 - Recorrente: CAMPOS E PINHO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

4 - Processo nº: 12466.000336/2009-21 - Recorrente: FLAMINGO LINE DO BRASIL AGENCIAMENTO DE CARGA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

5 - Processo nº: 11128.005045/2008-16 - Recorrente: FOURSHIPS AGENCIA MARITIMA LTDA. - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

6 - Processo nº: 19647.007552/2006-75 - Recorrente: GRAFICA A UNICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

7 - Processo nº: 19647.007553/2006-10 - Recorrente: GRAFICA A UNICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

8 - Processo nº: 10820.001534/2002-23 - Recorrente: JOSE CARLOS FILETO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800037

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

9 - Processo nº: 12709.000436/2004-42 - Recorrente: TNORTE TRANSPORTADORA DE VEICULOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 16 DE OUTUBRO DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): MARIA EDUARDA ALENCAR CAMARA SIMOES

10 - Processo nº: 12466.001056/2009-30 - Recorrente: EXPEDITORS INTERNATIONAL DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

11 - Processo nº: 11128.721203/2015-16 - Recorrente: EXPEDITORS INTERNATIONAL DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

12 - Processo nº: 11128.721114/2017-23 - Recorrente: EXPEDITORS INTERNATIONAL DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

13 - Processo nº: 10245.000713/2007-39 - Recorrente: EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUARIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

14 - Processo nº: 10509.000219/2008-15 - Recorrente: EMPRESA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUARIA - INFRAERO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

15 - Processo nº: 10240.002183/2007-11 - Recorrente: EMPRESA BRAS DE INFRA AEROP E OUTROS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

16 - Processo nº: 10521.000862/2009-53 - Recorrente: BRASMARINE SERVICOS PORTUARIOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 17 DE OUTUBRO DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): MARIA EDUARDA ALENCAR CAMARA SIMOES

17 - Processo nº: 10909.005094/2008-07 - Recorrente: DMF LOGISTICS DO BRASIL LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

18 - Processo nº: 10909.722083/2016-97 - Recorrente: SANCHES & SANCHES TRANSPORTES E LOGISTICA EIRELI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

19 - Processo nº: 11128.003542/2008-80 - Recorrente: UNIAO CARGO LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

20 - Processo nº: 11050.001775/2009-70 - Recorrente: AMRG AGENCIA MARITIMA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): ALAN TAVORA NEM

21 - Processo nº: 10580.911461/2009-26 - Recorrente: SERRANA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

22 - Processo nº: 10580.911459/2009-57 - Recorrente: SERRANA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

23 - Processo nº: 10580.911462/2009-71 - Recorrente: SERRANA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 17 DE OUTUBRO DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): ALAN TAVORA NEM

24 - Processo nº: 10580.914403/2009-54 - Recorrente: SERRANA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

25 - Processo nº: 10580.911463/2009-15 - Recorrente: SERRANA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

26 - Processo nº: 10580.914402/2009-18 - Recorrente: SERRANA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

27 - Processo nº: 10880.678579/2009-52 - Recorrente: MERCADOLIVRE.COM ATIVIDADES DE INTERNET LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

28 - Processo nº: 10880.678580/2009-87 - Recorrente: MERCADOLIVRE.COM ATIVIDADES DE INTERNET LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

29 - Processo nº: 10880.678578/2009-16 - Recorrente: MERCADOLIVRE.COM ATIVIDADES DE INTERNET LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

30 - Processo nº: 10882.901254/2016-98 - Recorrente: ALTAIR CONFECCOES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

31 - Processo nº: 10882.901256/2016-87 - Recorrente: ALTAIR CONFECCOES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

32 - Processo nº: 10882.901255/2016-32 - Recorrente: ALTAIR CONFECCOES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 18 DE OUTUBRO DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): LARISSA NUNES GIRARD

33 - Processo nº: 10660.720757/2009-40 - Recorrente: G. A. PEDRAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

34 - Processo nº: 10660.720758/2009-94 - Recorrente: G. A. PEDRAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

35 - Processo nº: 10660.720759/2009-39 - Recorrente: G. A. PEDRAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

36 - Processo nº: 10660.720760/2009-63 - Recorrente: G. A. PEDRAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

37 - Processo nº: 10660.720761/2009-16 - Recorrente: G. A. PEDRAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

38 - Processo nº: 10830.720359/2008-43 - Recorrente: PROJETA MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA - E e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

39 - Processo nº: 10920.901405/2006-32 - Recorrente: MALHARIA PRINCESA SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 18 DE OUTUBRO DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): LARISSA NUNES GIRARD

40 - Processo nº: 13971.913405/2009-11 - Recorrente: SCHELLER INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

41 - Processo nº: 13971.913406/2009-65 - Recorrente: SCHELLER INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

42 - Processo nº: 13971.913407/2009-18 - Recorrente: SCHELLER INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

43 - Processo nº: 13971.913408/2009-54 - Recorrente: SCHELLER INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

44 - Processo nº: 13971.900942/2010-34 - Recorrente: SCHELLER INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

45 - Processo nº: 13971.913403/2009-21 - Recorrente: SCHELLER INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

46 - Processo nº: 13971.913404/2009-76 - Recorrente: SCHELLER INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

WESLEI JOSÉ RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

LARISSA NUNES GIRARD
Presidente da 2ª Turma Extraordinária da 3ª Seção

CONSELHO DE RECURSOS DO SISTEMA NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS, DE PREVIDÊNCIA PRIVADA ABERTA E DE CAPITALIZAÇÃO

RETIFICAÇÃO

Na publicação da Pauta de Julgamento da 254ª Sessão do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização, publicada no DOU no dia 27/09/2018, Seção 1, páginas 26 e 27.

Onde se lê:

1. Recurso 3.848 - Processo 15414.005053/2005-45. Recorrente: Mapfre Vera Cruz Vida e Previdência S.A. Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: André Leal Faoro. Advogado: Antonio Fernando Siqueira Rodrigues OAB/SP 45.091.

Leia-se:

1. Recurso 3.848 - Processo 15414.005053/2005-45 - Pedido de Esclarecimento. Embargante: Mapfre Vera Cruz Vida e Previdência S.A. Embargado: Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização. Relator: André Leal Faoro. Advogado: Antonio Fernando Siqueira Rodrigues OAB/SP 45.091.

SECRETARIA DE PREVIDÊNCIA

PORTARIA Nº 36, DE 27 DE SETEMBRO DE 2018

O SECRETÁRIO DE PREVIDÊNCIA DO MINISTÉRIO DA FAZENDA, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pelo art. 1º, inciso I, da Portaria nº 38 de 29 de janeiro de 2018 do Ministério da Fazenda e tendo em vista no disposto no § 2º do art. 25 da Portaria nº 6.209 do Ministério da Previdência Social, de 16 de dezembro de 1999, resolve:

Art. 1º Estabelecer que, para o mês de setembro de 2018, o valor médio da renda mensal do total de benefícios pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS é de R$ 1.229,92 (um mil e duzentos e vinte e nove reais e noventa e dois centavos).

Art. 2º O INSS e a Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência - DATAPREV adotarão as providências necessárias ao cumprimento do disposto nesta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO ABI-RAMIA CAETANO

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.834, DE 26 DE SETEMBRO DE 2018

Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.598, de 9 de dezembro de 2015, que dispõe sobre o Programa Brasileiro de Operador Econômico Autorizado.

O SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 327 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, e tendo em vista o disposto nos arts. 578, 579 e 595 do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, no art. 22 do Anexo da Diretriz do Mercosul/CCM nº 32, de 2008, internalizada pelo Decreto nº 6.870, de 4 de junho de 2009, e em observância aos princípios da Estrutura Normativa SAFE da Organização Mundial de Aduanas (OMA), resolve:

Art.1º A Instrução Normativa RFB nº 1.598, de 9 de dezembro de 2015, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 4º .....

.....

§ 2º Os intervenientes a que se referem os incisos I e II do caput poderão ser certificados como OEA se atuarem preponderantemente por conta própria, assim considerada a empresa que realize no mínimo 90% (noventa por cento) de suas operações por conta própria, tendo em vista o valor destas e a quantidade de declarações de despacho aduaneiro nos últimos 24 (vinte e quatro) meses.

....." (NR)

"Art. 9º .....

.....

II - a utilização da marca do Programa Brasileiro de OEA, em conformidade com o manual aprovado pela Portaria RFB nº 947, de 3 de julho de 2018;

....." (NR)

"Art. 15. .....

.....

V - gerenciamento de riscos aduaneiros, implantado de acordo com os princípios e orientações estabelecidos pela ISO 31.000.

....." (NR)

Art. 2º O Anexo II da Instrução Normativa RFB nº 1.598, de 2015, fica substituído pelo Anexo Único desta Instrução Normativa.

Art. 3º Ficam revogados os seguintes dispositivos da Instrução Normativa RFB nº 1.598, de 9 de dezembro de 2015:

I - o inciso VII do caput e o inciso III do § 1º do art. 4º;

II - o inciso VIII do art. 14; e

III - o art. 37.

Art. 4º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JORGE ANTONIO DEHER RACHID

ANEXO ÚNICO

OBJETIVOS E REQUISITOS DOS CRITÉRIOS

(Anexo II da Instrução Normativa RFB nº 1.598, de 9 de dezembro de 2015)

Sumário

1.CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE....8
1.1 Histórico de cumprimento da legislação aduaneira....8
1.1.1 Objetivos....8
1.1.2 Requisitos....8
1.1.2.1 Histórico de cumprimento da legislação aduaneira.8
Requisito a....8
1.2 Gestão da informação....8
1.2.1 Objetivos....8
1.2.2 Requisitos....8
1.2.2.1 Registros das operações....8
Requisito a....8
Requisito b....8
1.2.2.2 Segurança da informação....8
Requisito a....8
Requisito b....8
Requisito c....8
Requisito d....8
Requisito e....8
Requisito f....8
1.2.2.3 Qualidade documental....9
Requisito a....9
Requisito b....9
Requisito c....9
1.2.2.4 Informações declaradas....9
Requisito a....9

1.3 Solvência financeira....9
1.3.1 Objetivos....9
1.3.2 Requisitos....9
1.3.2.1 Falência, recuperação judicial / extrajudicial ou medida cautelar fiscal....9
Requisito a....9
1.3.2.2 Situação financeira sólida....9
Requisito a....9
1.4 Política de recursos humanos....9
1.4.1 Objetivos....9
1.4.2 Requisitos....9
1.4.2.1 Identificação de cargos sensíveis....9
Requisito a....9
1.4.2.2 Seleção de pessoal para cargos sensíveis....9
Requisito a....9
Requisito b....9
Requisito c....9
1.4.2.3 Acompanhamento de ocupantes de cargos sensíveis....10
Requisito a....10
1.4.2.4 Desligamento de pessoal....10
Requisito a....10
Requisito b....10
Requisito c....10
Requisito d....10
Requisito e....10
1.5 Gerenciamento de riscos aduaneiros....10
1.5.1 Objetivos....10
1.5.2 Requisitos....10
1.5.2.1 Gerenciamento de riscos....10
Requisito a....10
2. CRITÉRIOS DE SEGURANÇA....10
2.1 Segurança da carga....10
2.1.1 Objetivos....10
2.1.2 Requisitos....10
2.1.2.1 Inspeção das unidades de carga e veículos....10
Requisito a....10
Requisito b....10
Requisito c....10
2.1.2.2 Emprego de dispositivos de segurança....11
Requisito a....11
Requisito b....11
Requisito c....11
Requisito d....11
2.1.2.3 Verificação da integridade da unidade de carga....11
Requisito a....11
Requisito b....11
2.1.2.4 Transporte da carga....11
Requisito a....11
Requisito b....11
Requisito c....11
2.1.2.5 Armazenamento de unidades de carga....11
Requisito a....11
Requisito b....11
Requisito c....11
2.2 Controle de acesso físico....11
2.2.1 Objetivos....11
2.2.2 Requisitos....11
2.2.2.1 Controle de acesso de pessoas....11
Requisito a....11
Requisito b....11
Requisito c....12
2.2.2.2 Identificação visual de pessoas....12
Requisito a....12
Requisito b....12
2.2.2.3 Detecção e remoção de pessoas não autorizadas....12
Requisito a....12
Requisito b....12
2.2.2.4 Controle de acesso de veículos....12
Requisito a....12
Requisito b....12
2.2.2.5 Controle de chaves e dispositivos de acesso....12
Requisito a....12
Requisito b....12
Requisito c....12
2.3 Treinamento e conscientização de ameaças....12
2.3.1 Objetivos....12
2.3.2 Requisitos....12
2.3.2.1 Conscientização de ameaças e identificação de vulnerabilidades....12
Requisito a....12
Requisito b....12
2.3.2.2 Treinamento em segurança da cadeia logística....12
Requisito a....12
Requisito b....12
2.3.2.3 Incentivo à participação em treinamentos....12
Requisito a....12
2.4 Segurança física das instalações....13
2.4.1 Objetivos....13
2.4.2 Requisitos....13
2.4.2.1 Segurança perimetral e estruturas de separação....13
Requisito a....13
Requisito b....13
Requisito c....13
2.4.2.2 Monitoramento das instalações....13
Requisito a....13
2.4.2.3 Estacionamentos internos....13
Requisito a....13
2.4.2.4 Iluminação das instalações....13
Requisito a....13
2.4.2.5 Estrutura das instalações e dispositivos de travamento....13
Requisito a....13
Requisito b....13
Requisito c....13
2.5 Gestão de parceiros comerciais....14
2.5.1 Objetivos....14
2.5.2 Requisitos....14
2.5.2.1 Seleção de parceiros comerciais....14
Requisito a....14
Requisito b....14
Requisito c....14
Requisito d....14
2.5.2.2 Monitoramento de parceiros comerciais....14
Requisito a....14
Requisito b....14
Requisito c....14
2.5.2.3 Gestão das cadeias logísticas....14
Requisito a....14
3. CRITÉRIOS DE CONFORMIDADE....14
3.1 Descrição das mercadorias....14
3.1.1 Objetivos....14
3.1.2 Requisitos....14
3.1.2.1 Descrição das mercadorias nas declarações aduaneiras....14
Requisito a....14
Requisito b....14
3.2. Classificação fiscal das mercadorias....15
3.2.1 Objetivos....15
3.2.2 Requisitos....15
3.2.2.1 Classificação fiscal das mercadorias nas declarações aduaneiras....15
Requisito a....15
Requisito b....15
Requisito c....15
3.3 Operações indiretas....15
3.3.1 Objetivos....15
3.3.2 Requisitos....15
3.3.2.1 Operações no mercado interno....15
Requisito a....15
Requisito b....15
Requisito c....15
Requisito d....15
3.3.2.2 Importações por encomenda ou por conta e ordem....15
Requisito a....15
Requisito.b....15
3.3.2.3 Exportações por conta e ordem....15
Requisito a....15
Requisito b....15
3.4 Base de cálculo dos tributos....16
3.4.1 Objetivos....16
3.4.2 Requisitos....16
3.4.2.1 Base de cálculo dos tributos....16
Requisito a....16
Requisito b....16
3.5 Origem de mercadorias....16
3.5.1 Objetivos....16
3.5.2 Requisitos....16
3.5.2.1 Regras de origem....16
Requisito a....16
Requisito b....16
3.5.2.2 Certificados de origem....16
Requisito a....16
Requisito b....16
Requisito c....16
Requisito d....16
3.6 Imunidades, benefícios fiscais e suspensões....16
3.6.1 Objetivos....16
3.6.2 Requisitos....16
3.6.2.1 Imunidades, benefícios fiscais e suspensões....16
Requisito a....16
Requisito b....16
3.7 Qualificação profissional....17
3.7.1 Objetivos....17
3.7.2 Requisitos....17
3.7.2.1 Qualificação profissional....17
Requisito a....17
Requisito b....17
3.8 Controle cambial....17
3.8.1 Objetivos....17
3.8.2 Requisitos....17
3.8.2.1 Controle cambial....17
Requisito a....17
Requisito b....17

1 CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE

1.1 Histórico de cumprimento da legislação aduaneira

1.1.1 Objetivos

Evitar reincidência de infração à legislação aduaneira.

1.1.2 Requisitos

1.1.2.1 Histórico de cumprimento da legislação aduaneira

Requisito a. Devem ser adotadas medidas destinadas a prevenir a recorrência de infrações graves ou reiteradas à legislação aduaneira cometidas nos últimos 3 (três) anos.

1.2 Gestão da informação

1.2.1 Objetivos

Assegurar disponibilidade e exatidão de registros comerciais relacionados com as operações de comércio exterior.

Assegurar exatidão de informações de interesse aduaneiro declaradas.

1.2.2 Requisitos

1.2.2.1 Registros das operações

Requisito a. Devem ser mantidos registros que permitam auditoria de todas as operações de comércio exterior.

Requisito b. Os registros devem ser tempestivos, legíveis, completos e confiáveis.

1.2.2.2 Segurança da informação

Requisito a. As informações relacionadas com as operações de comércio exterior devem ser protegidas contra acesso não autorizado.

Requisito b. Autorizações de acesso a informações devem ser concedidas para cada funcionário individualmente.

Requisito c. A autenticação de acesso a informações deve ocorrer por meio de senha, com política de renovação definida.

Requisito d. Deve existir política de segurança da informação, de conhecimento por parte de toda a organização.

Requisito e. Medidas devem ser adotadas a fim de identificar violações à política de segurança da informação da organização.

Requisito f. Devem ser previstas medidas disciplinares aplicáveis aos casos de violação à política de segurança da informação da organização.

Requisito g. As informações relacionadas com as operações de comércio exterior devem ser armazenadas de forma que possibilite sua restauração.

1.2.2.3 Qualidade documental

Requisito a. Deve existir procedimento formal (escrito), de aplicação obrigatória, para assegurar que as informações de interesse aduaneiro nos documentos sejam legíveis, completas, e confiáveis para identificar as operações a que se referem.

Requisito b. O procedimento deve assegurar que as informações constantes nos documentos correspondam às mercadorias recepcionadas e/ou expedidas.

Requisito c. O procedimento deve assegurar que discrepâncias entre mercadorias e correspondentes documentos tenham suas causas apuradas e sejam devidamente tratadas, incluindo comunicação às autoridades competentes, quando for o caso.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800039

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.2.2.4 Informações declaradas

Requisito a. Deve existir procedimento formal (escrito), de aplicação obrigatória, para assegurar que informações de interesse aduaneiro sejam tempestivamente declaradas e correspondam às constantes nos documentos que as amparam.

1.3 Solvência financeira

1.3.1 Objetivos

Manter e aperfeiçoar todos os controles ligados aos critérios do Programa OEA.

1.3.2 Requisitos

1.3.2.1 Falência, recuperação judicial / extrajudicial ou medida cautelar fiscal

Requisito a. Nada constar em nome do operador, como réu, requerido ou interessado, nos últimos 3 (três) anos, em distribuições de pedidos de falência, concordatas, recuperações judiciais e extrajudiciais, tampouco em processos de medidas cautelares fiscais.

1.3.2.2 Situação financeira sólida

Requisito a. Deve dispor de capacidade financeira suficiente para cumprir com compromissos necessários para atendimento das exigências do Programa OEA.

1.4 Política de recursos humanos

1.4.1 Objetivos

Evitar admissão ou manutenção de pessoal que represente ameaça à cadeia logística ou à conformidade aduaneira.

1.4.2 Requisitos

1.4.2.1 Identificação de cargos sensíveis

Requisito a. A descrição de cada cargo da organização deve indicar se o cargo é sensível no tocante à segurança da cadeia logística ou à conformidade das obrigações tributárias e aduaneiras.

1.4.2.2 Seleção de pessoal para cargos sensíveis

Requisito a. Deve existir procedimento formal (escrito), de aplicação obrigatória, para seleção de pessoal.

Requisito b. O procedimento deve estabelecer que informações fornecidas - tais como referências profissionais ou pessoais - sejam validadas antes da contratação.

Requisito c. O procedimento deve contemplar, previamente à seleção, análise de histórico - para candidatos com experiência profissional - dentro dos limites legais.

1.4.2.3 Acompanhamento de ocupantes de cargos sensíveis

Requisito a. Deve existir procedimento formal (escrito), de aplicação obrigatória, de acompanhamento de ocupantes de cargos sensíveis, visando a inibir condutas indesejadas.

1.4.2.4 Desligamento de pessoal

Requisito a. Deve existir procedimento formal (escrito), de aplicação obrigatória, de desligamento de pessoal.

Requisito b. O procedimento deve estabelecer que a área competente seja notificada do desligamento para que proceda à respectiva revogação de acesso às instalações físicas do operador.

Requisito c. O procedimento deve estabelecer que a área competente seja notificada do desligamento para que proceda à respectiva revogação de acesso lógico ao ambiente informatizado do operador.

Requisito d. O procedimento deve estabelecer que a área competente seja notificada do desligamento para que proceda à respectiva revogação de representações porventura existentes, evitando assim que pessoal desligado represente o operador perante a Aduana.

Requisito e. O procedimento deve estabelecer a devolução de quaisquer utensílios e vestuário porventura em posse da pessoa ora desligada.

1.5 Gerenciamento de riscos aduaneiros

1.5.1 Objetivos

Identificar, analisar, avaliar, priorizar, tratar e monitorar eventos capazes de afetar os objetivos relacionados com os critérios do Programa OEA.

1.5.2 Requisitos

1.5.2.1 Gerenciamento de riscos

Requisito a. Deve existir processo de gerenciamento de riscos que estabeleça ações destinadas a identificar, analisar, avaliar, priorizar, tratar e monitorar eventos com potencial impacto negativo no cumprimento de requisitos dos critérios compreendidos na respectiva modalidade de certificação.

2. CRITÉRIOS DE SEGURANÇA

2.1 Segurança da carga

2.1.1 Objetivos

Evitar utilização de unidade de carga ou compartimento de carga adulterados.

Evitar violação de unidades de carga e de veículos de carga.

2.1.2 Requisitos

2.1.2.1 Inspeção das unidades de carga e veículos

Requisito a. Deve existir procedimento formal (escrito), de aplicação obrigatória, para inspeção prévia de unidades de carga e veículos.

Requisito b. Contêineres devem ser submetidos a inspeções de sete pontos.

Requisito c. Veículos de carga devem ser submetidos a inspeções de dezessete pontos.

2.1.2.2 Emprego de dispositivos de segurança

Requisito a. Deve existir procedimento formal (escrito), de aplicação obrigatória, para utilização de lacres de alta segurança e demais dispositivos de segurança (sinetes, cintas e/ou marcações).

Requisito b. O procedimento deve indicar as normas que os dispositivos empregados devem atender (como ISO 17712 ou superior).

Requisito c. O procedimento deve conter regras de aquisição, guarda, distribuição e afixação dos lacres de alta segurança e dos demais dispositivos.

Requisito d. Sempre que aplicável, devem ser utilizados lacres de alta segurança, que atendam ou excedam a norma ISO 17712, em todas as unidades de cargas.

2.1.2.3 Verificação da integridade da unidade de carga

Requisito a. Deve existir procedimento formal (escrito), de aplicação obrigatória, para verificação da integridade da unidade de carga ao longo da cadeia logística.

Requisito b. O procedimento deve estabelecer que suspeitas de violações de integridade dos lacres ou da unidade de carga sejam reportadas e tratadas internamente e, quando for o caso, comunicadas às autoridades competentes.

2.1.2.4 Transporte da carga

Requisito a. Deve existir procedimento formal (escrito), de aplicação obrigatória, que disponha sobre controle do transporte da carga ao longo da cadeia logística.

Requisito b. As rotas utilizadas para transporte da carga devem ser previamente conhecidas.

Requisito c. O procedimento deve conter regras de parada do veículo transportador da carga.

2.1.2.5 Armazenamento de unidades de carga

Requisito a. Deve existir procedimento formal (escrito), de aplicação obrigatória, que discipline o armazenamento de unidades de carga.

Requisito b. O local indicado para armazenamento das unidades de carga deve inibir a manipulação indesejada e estar submetido a controle de acesso.

Requisito c. O procedimento deve conter regras de tratamento de ocorrências relacionadas com acesso não autorizado a unidades de carga, incluindo reportá-las à área competente.

2.2 Controle de acesso físico

2.2.1 Objetivos

Evitar acesso não autorizado a áreas ou setores do estabelecimento.

2.2.2 Requisitos

2.2.2.1 Controle de acesso de pessoas

Requisito a. Deve existir procedimento formal (escrito), de aplicação obrigatória, para controle de acesso de pessoas às instalações do operador.

Requisito b. O procedimento deve disciplinar o acesso às áreas ou setores internos, estabelecendo que se dê conforme funções desempenhadas.

Requisito c. O controle de acesso deve ser baseado em documento pessoal com foto.

2.2.2.2 Identificação visual de pessoas

Requisito a. Deve existir procedimento formal (escrito), de aplicação obrigatória, estabelecendo os meios de identificação visual de pessoas - como crachás, uniformes, credenciais etc.

Requisito b. O procedimento deve conter regras de entrega e de devolução dos meios de identificação.

2.2.2.3 Detecção e remoção de pessoas não autorizadas

Requisito a. Deve existir procedimento formal (escrito), de aplicação obrigatória, para detecção de pessoas não autorizadas ou não identificadas.

Requisito b. O procedimento deve conter regras de abordagem e ações cabíveis.

2.2.2.4 Controle de acesso de veículos

Requisito a. Deve existir procedimento formal (escrito), de aplicação obrigatória, para controle de acesso de veículos às instalações do operador.

Requisito b. Todos os pontos de acesso devem ser monitorados.

2.2.2.5 Controle de chaves e dispositivos de acesso

Requisito a. Deve existir procedimento formal (escrito), de aplicação obrigatória, para controle de chaves e dispositivos de acesso.

Requisito b. O procedimento deve estabelecer controle de entrega e de devolução de chaves e dispositivos de acesso.

Requisito c. Registros de entrega e devolução devem ser preservados em histórico por tempo determinado.

2.3 Treinamento e conscientização de ameaças

2.3.1 Objetivos

Sensibilizar os funcionários acerca da segurança da cadeia logística.

2.3.2 Requisitos

2.3.2.1 Conscientização de ameaças e identificação de vulnerabilidades

Requisito a. Deve existir programa permanente de conscientização de ameaças à cadeia logística, visando à prevenção, à identificação e à ação.

Requisito b. Todos os funcionários devem ser conscientizados.

2.3.2.2 Treinamento em segurança da cadeia logística

Requisito a. Treinamento específico deve ser oferecido para capacitar os funcionários a manter a integridade da carga, reconhecer conspirações internas e assegurar o controle de acesso.

Requisito b. Responsáveis pela área de comércio exterior devem estar constantemente atualizados sobre a legislação que dispõe sobre o Programa OEA.

2.3.2.3 Incentivo à participação em treinamentos

Requisito a. Na medida possível, funcionários devem ser incentivados a participar de programas de conscientização de ameaças e de treinamentos em segurança da cadeia logística.

2.4 Segurança física das instalações

2.4.1 Objetivos

Evitar acesso não autorizado a áreas ou setores do estabelecimento.

2.4.2 Requisitos

2.4.2.1 Segurança perimetral e estruturas de separação

Requisito a. O perímetro do estabelecimento deve ser delimitado por barreiras físicas.

Requisito b. Áreas de manuseio e de armazenamento de carga, mercadorias e equipamentos utilizados na cadeia logística internacional devem ser segregadas do restante, por meio de barreiras físicas (naturais, muros, portões, cercas, paredes etc.).

Requisito c. Deve existir procedimento formal (escrito), de aplicação obrigatória, para inspeção periódica das barreiras físicas.

2.4.2.2 Monitoramento das instalações

Requisito a. As instalações devem ser monitoradas, visando a inibir e coibir acessos não autorizados às áreas de manuseio e de armazenamento de carga ou mercadorias.

2.4.2.3 Estacionamentos internos

Requisito a. Estacionamentos de veículos não devem ser próximos às áreas de manuseio e de armazenamento de carga. Se imprescindível, procedimento formal (escrito), de aplicação obrigatória, deve disciplinar seu funcionamento.

2.4.2.4 Iluminação das instalações

Requisito a. Deve haver iluminação adequada do estabelecimento, especialmente nas áreas de:

manuseio de carga ou mercadorias;

armazenamento de carga ou mercadorias;

recepção;

expedição;

estacionamentos;

pontos de acesso; e

perímetro.

2.4.2.5 Estrutura das instalações e dispositivos de travamento

Requisito a. A estrutura das instalações deve resistir a tentativas de acesso não autorizado.

Requisito b. Todas as portas e janelas, bem como demais aberturas, devem contar com dispositivos de travamento.

Requisito c. Deve existir procedimento formal (escrito), de aplicação obrigatória, para inspeção periódica da estrutura das instalações e dos dispositivos de travamento.

2.5 Gestão de parceiros comerciais

2.5.1 Objetivos

Evitar parcerias que comprometam a segurança da cadeia logística internacional.

2.5.2 Requisitos

2.5.2.1 Seleção de parceiros comerciais

Requisito a. Deve existir procedimento formal (escrito), de aplicação obrigatória, para seleção de parceiros comerciais.

Requisito b. O procedimento deve contemplar, previamente à seleção, análise de riscos relacionados com a segurança da cadeia logística.

Requisito c. O procedimento deve priorizar contratação de parceiros comerciais certificados como OEA no Brasil e, complementarmente, certificados em segurança por entidades públicas ou privadas, comprovados por meio de documentação idônea.

Requisito d. O procedimento deve estabelecer que parceiros comerciais não certificados como OEA demonstrem atendimento aos níveis de segurança, conformidade e confiabilidade exigidos pelo Programa OEA, de acordo com sua função na cadeia logística.

2.5.2.2 Monitoramento de parceiros comerciais

Requisito a. Deve existir procedimento formal (escrito), de aplicação obrigatória, para monitoramento periódico de parceiros comerciais.

Requisito b. O procedimento deve induzir parceiros comerciais a adotar processos e procedimentos que assegurem a integridade da cadeia logística e o cumprimento da legislação aduaneira.

Requisito c. O procedimento deve assegurar a revogação de representações porventura existentes, evitando assim que ex-parceiros representem o operador perante a Aduana.

2.5.2.3 Gestão das cadeias logísticas

Requisito a. Deve existir processo de gestão de riscos das cadeias logísticas internacionais em que atua o operador, com revisão anual ou em período anterior, caso necessário.

3. CRITÉRIOS DE CONFORMIDADE

3.1 Descrição das mercadorias

3.1.1 Objetivos

Assegurar correta identificação das mercadorias descritas nas declarações aduaneiras.

3.1.2 Requisitos

3.1.2.1 Descrição das mercadorias nas declarações aduaneiras

Requisito a. Deve existir procedimento formal (escrito), de aplicação obrigatória, para descrição das mercadorias nas declarações aduaneiras.

Requisito b. Deve existir controle formal e periódico sobre o procedimento, o qual assegure que as mercadorias sejam descritas com todas as informações necessárias a sua identificação comercial e classificação fiscal, incluindo seu enquadramento nos desdobramentos da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM).

3.2. Classificação fiscal das mercadorias

3.2.1 Objetivos

Assegurar registro de declarações aduaneiras com mercadorias corretamente enquadradas na NCM.

3.2.2 Requisitos

3.2.2.1 Classificação fiscal das mercadorias nas declarações aduaneiras

Requisito a. Deve existir procedimento formal (escrito), de aplicação obrigatória, para classificação fiscal das mercadorias nas declarações aduaneiras.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 051520180 2800040

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Requisito b. Deve existir controle formal e periódico sobre o procedimento, o qual assegure que as mercadorias sejam enquadradas no código NCM correto.

Requisito c. Referido controle deve assegurar o correto tratamento tributário e administrativo decorrente da classificação fiscal.

3.3 Operações indiretas

3.3.1 Objetivos

Assegurar correta identificação do sujeito passivo, real vendedor, comprador ou responsável pela operação de comércio exterior nas declarações aduaneiras.

3.3.2 Requisitos

3.3.2.1 Operações no mercado interno

Requisito a. Deve existir procedimento formal (escrito), de aplicação obrigatória, para aquisição de mercadorias de origem estrangeira no mercado interno.

Requisito b. Deve existir controle formal e periódico sobre o procedimento, o qual assegure que a aquisição de mercadorias de origem estrangeira no mercado interno não configure, na realidade, importação por encomenda ou por conta e ordem.

Requisito c. Deve existir procedimento formal (escrito), de aplicação obrigatória, para venda, no mercado interno, de mercadorias importadas.

Requisito d. Deve existir controle formal e periódico sobre o procedimento, o qual assegure que a venda, no mercado interno, de mercadorias importadas, não configure importação por encomenda ou por conta e ordem.

3.3.2.2 Importações por encomenda ou por conta e ordem

Requisito a. Deve existir procedimento formal (escrito), de aplicação obrigatória, para operações de importação por encomenda ou por conta e ordem.

Requisito b. Deve existir controle formal e periódico sobre o procedimento, o qual assegure o cumprimento da legislação aplicável em operações de importação por encomenda ou por conta e ordem, conforme a atuação.

3.3.2.3 Exportações por conta e ordem

Requisito a. Deve existir procedimento formal (escrito), de aplicação obrigatória, para operações de exportação por conta e ordem.

Requisito b. Deve existir controle formal e periódico sobre o procedimento, o qual assegure o cumprimento da legislação aplicável em operações de exportação por conta e ordem.

3.4 Base de cálculo dos tributos

3.4.1 Objetivos

declarar corretamente a base de cálculo dos tributos.

3.4.2 Requisitos

3.4.2.1 Base de cálculo dos tributos

Requisito a. Deve existir procedimento formal (escrito), de aplicação obrigatória, para determinação da base de cálculo dos tributos informada nas declarações aduaneiras.

Requisito b. Deve existir controle formal e periódico sobre o procedimento, o qual assegure a correta determinação da base de cálculo dos tributos informada nas declarações aduaneiras.

3.5 Origem de mercadorias

3.5.1 Objetivos

Solicitar tratamento tarifário preferencial ou não preferencial em conformidade com a legislação aplicável.

3.5.2 Requisitos

3.5.2.1 Regras de origem

Requisito a. Deve existir procedimento formal (escrito), de aplicação obrigatória, para assegurar a correta aplicação de tratamentos tarifários preferenciais e medidas de defesa comercial vigentes, em conformidade com a legislação aplicável.

Requisito b. Deve existir controle formal e periódico sobre o referido procedimento.

3.5.2.2 Certificados de origem

Requisito a. Deve existir procedimento formal (escrito), de aplicação obrigatória, para assegurar a correta utilização de certificados de origem de mercadorias importadas, em conformidade com a legislação aplicável.

Requisito b. Deve existir controle formal e periódico sobre o referido procedimento.

Requisito c. Deve existir procedimento formal (escrito), de aplicação obrigatória, para certificação de origem, de mercadorias a exportar, em conformidade com a legislação aplicável.

Requisito d. Deve existir controle formal e periódico sobre o referido procedimento.

3.6 Imunidades, benefícios fiscais e suspensões

3.6.1 Objetivos

Assegurar que imunidades, benefícios fiscais e suspensões sejam corretamente solicitados, usufruídos e extintos.

3.6.2 Requisitos

3.6.2.1 Imunidades, benefícios fiscais e suspensões

Requisito a. Devem existir procedimentos formais (escritos), de aplicação obrigatória, para a assegurar fruição regular de imunidades, benefícios fiscais e suspensões.

Requisito b. Devem existir controles formais e periódicos sobre os procedimentos, os quais assegurem que imunidades, benefícios fiscais e suspensões sejam requeridos, usufruídos e extintos em conformidade com a legislação aplicável.

3.7 Qualificação profissional

3.7.1 Objetivos

Assegurar correta elaboração e execução das atividades relacionadas com o cumprimento da legislação aduaneira.

3.7.2 Requisitos

3.7.2.1 Qualificação profissional

Requisito a. Deve existir política de qualificação de pessoal ligado a atividades relacionadas com o cumprimento da legislação aduaneira.

Requisito b. Deve existir controle formal e periódico que assegure a observância da política de qualificação de pessoal ligado a atividades relacionadas com o cumprimento da legislação aduaneira.

3.8 Controle cambial

3.8.1 Objetivos

Assegurar o controle cambial das operações de comércio exterior.

3.8.2 Requisitos

3.8.2.1 Controle cambial

Requisito a. Deve existir procedimento formal (escrito), de aplicação obrigatória, para recebimento das exportações e pagamento das importações.

Requisito b. Deve existir controle formal e periódico sobre o procedimento, o qual assegure o controle cambial das operações de comércio exterior.

SUBSECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO
COORDENAÇÃO-GERAL DE FISCALIZAÇÃO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 65, DE 26 DE SETEMBRO DE 2018

Dispõe sobre o leiaute da EFD-Reinf - Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais.

O COORDENADOR-GERAL DE FISCALIZAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II do art. 334 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, declara:

Art. 1º Fica aprovada a versão 1.4 dos leiautes dos arquivos que compõem a Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais - EFD-Reinf, que será exigida para os eventos ocorridos a partir da competência de outubro de 2018.

Parágrafo único. O leiaute aprovado está disponível na Internet, no endereço eletrônico http://sped.rfb.gov.br/pasta/show/2133.

Art. 2º A escrituração de que trata o art. 1º é composta pelos eventos decorrentes das obrigações tributárias, cujos arquivos deverão ser transmitidos por meio eletrônico pelos contribuintes obrigados a adotar a EFD REINF, nos prazos estipulados em ato específico.

Art. 3º Fica revogado o Ato declaratório Executivo Cofis nº 64, de 06 de setembro de 2018.

Art. 4º Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

FLÁVIO VILELA CAMPOS

SUBSECRETARIA DE TRIBUTAÇÃO E CONTENCIOSO
COORDENAÇÃO-GERAL DE TRIBUTAÇÃO

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 133, DE 17 DE SETEMBRO DE 2018

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP

EMENTA: SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO E MONTAGEM DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS UTILIZADOS NA PRODUÇÃO DE BENS DESTINADOS À VENDA. CRÉDITOS.

Na apuração não cumulativa da Contribuição para o PIS/Pasep, o custo relacionado aos bens classificados no ativo imobilizado possui restrições que abrangem tanto o cálculo do crédito sobre os encargos de depreciação e amortização, a que se refere o art. 3º, VI, da Lei nº 10.637, de 2002, como o cálculo do desconto imediato do crédito, em conformidade com a Lei nº 11.744, de 2008, art. 1º, inciso XII, e § 1º.

As orientações constantes da NBC (Norma Brasileira de Contabilidade) TG 27 relativas aos valores que podem ser agregados ao custo do ativo imobilizado devem ser interpretadas em consonância com as restrições encartadas na legislação da Contribuição para o PIS/Pasep, no que concerne à apuração de créditos pela sistemática da não cumulatividade.

O custo de aquisição do ativo imobilizado, passível de utilização na apuração de créditos pela sistemática da não cumulatividade, inclui o preço de aquisição e os custos atribuíveis de forma direta à colocação do ativo no local e condição necessárias ao seu funcionamento, tais como os custos de instalação e montagem, desde que pagos à pessoa jurídica e ressalvados os demais casos vedados pela legislação aplicável.

SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS UTILIZADOS NA PRODUÇÃO DE BENS DESTINADOS À VENDA. CRÉDITOS.

As despesas referentes à aquisição de serviços (i) adquiridos de pessoas jurídicas e (ii) vinculados à manutenção de máquinas e equipamentos utilizados na produção de bens destinados à venda, e que resultem em aumento da vida útil das máquinas e equipamentos em questão superior a um ano, podem ser incluídas na apropriação de créditos da Contribuição para o PIS/Pasep na modalidade 'depreciação e amortização de máquinas e equipamentos' realizada com base na Lei nº 11.774, de 2008, art. 1º, caput e § 1º, desde que atendidas as exigências da legislação de regência.

SOLUÇÃO DE CONSULTA PARCIALMENTE VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 16, DE 24 DE OUTUBRO DE 2013 (DOU de 6/11/2013).

Dispositivos Legais Decreto-Lei nº 9.295, de 1946, art. 6º, "f"; Lei nº 10.833, arts. 3º e 15; Lei nº 11.774, de 2008, art. 1º; e NBC TG 27.

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS

EMENTA: SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO E MONTAGEM DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS UTILIZADOS NA PRODUÇÃO DE BENS DESTINADOS À VENDA. CRÉDITOS.

Na apuração não cumulativa da Cofins, o custo relacionado aos bens classificados no ativo imobilizado possui restrições que abrangem tanto o cálculo do crédito sobre os encargos de depreciação e amortização, a que se refere o art. 3º, VI, da Lei nº 10.833, de 2003, como o cálculo do desconto imediato do crédito, em conformidade com a Lei nº 11.744, de 2008, art. 1º, inciso XII, e § 1º.

As orientações constantes da NBC (Norma Brasileira de Contabilidade) TG 27 relativas aos valores que podem ser agregados ao custo do ativo imobilizado devem ser interpretadas em consonância com as restrições encartadas na legislação da Cofins, no que concerne à apuração de créditos pela sistemática da não cumulatividade.

O custo de aquisição do ativo imobilizado, passível de utilização na apuração de créditos pela sistemática da não cumulatividade, inclui o preço de aquisição e os custos atribuíveis de forma direta à colocação do ativo no local e condição necessárias ao seu funcionamento, tais como os custos de instalação e montagem, desde que pagos à pessoa jurídica e ressalvados os demais casos vedados pela legislação aplicável.

SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS UTILIZADOS NA PRODUÇÃO DE BENS DESTINADOS À VENDA. CRÉDITOS.

As despesas referentes à aquisição de serviços (i) adquiridos de pessoas jurídicas e (ii) vinculados à manutenção de máquinas e equipamentos utilizados na produção de bens destinados à venda, e que resultem em aumento da vida útil das máquinas e equipamentos em questão superior a um ano, podem ser incluídas na apropriação de créditos da Cofins na modalidade 'depreciação e amortização de máquinas e equipamentos' realizada com base na Lei nº 11.774, de 2008, art. 1º, caput e § 1º, desde que atendidas as exigências da legislação de regência.

SOLUÇÃO DE CONSULTA PARCIALMENTE VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 16, DE 24 DE OUTUBRO DE 2013 (DOU de 6/11/2013).

Dispositivos Legais Decreto-Lei nº 9.295, de 1946, art. 6º, "f"; Lei nº 10.833, arts. 3º e 15; Lei nº 11.774, de 2008, art. 1º; e NBC TG 27.

ASSUNTO: PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL

EMENTA: CONSULTA. AUSÊNCIA DA IDENTIFICAÇÃO DE DISPOSITIVO A SER INTERPRETADO. INEFICÁCIA.

É ineficaz, não produzindo efeitos, a consulta que não indicar o dispositivo da legislação que pudesse ensejar dúvida sobre sua interpretação ou aplicação.

Dispositivos Legais: IN RFB nº 1.396, de 2013, art. 18, II.

FERNANDO MOMBELLI
Coordenador-Geral

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 157, DE 26 DE SETEMBRO DE 2018

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS

EMENTA: REGIME CUMULATIVO. BASE DE CÁLCULO. INDENIZAÇÃO. RESCISÃO DE CONTRATO.

No regime de apuração cumulativa, a Cofins não incide sobre as importâncias recebidas a título de indenização por rescisão de contrato, por pessoa jurídica cujo objetivo social é representação comercial por conta de terceiros, tendo em vista que esses valores não compõem a receita bruta de que trata o art. 12 do Decreto-Lei nº1.598, de 26 de dezembro de 1977.

Dispositivos Legais: Decreto-Lei nº 1.598, de 1977, art. 12; Lei nº 9.430, de 1996, art. 70; Lei nº 9.718, de 1998, arts. 2º e 3º; Lei nº 10.833, de 2003, art. 10; Lei nº 12.973, de 2014; IN RFB nº 1.515, de 2014, arts. 3º, 30 e 122; Decreto nº 3.000, de 1999.

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP

EMENTA: REGIME CUMULATIVO. BASE DE CÁLCULO. INDENIZAÇÃO. RESCISÃO DE CONTRATO.

No regime de apuração cumulativa, a Contribuição para o PIS/Pasep não incide sobre as importâncias recebidas a título de indenização por rescisão de contrato, por pessoa jurídica cujo objetivo social é representação comercial por conta de terceiros, tendo em vista que esses valores não compõem a receita bruta de que trata o art. 12 do Decreto-Lei nº1.598, de 26 de dezembro de 1977.

Dispositivos Legais: Decreto-Lei nº 1.598, de 1977, art. 12; Lei nº 9.430, de 1996, art. 70; Lei nº 9.718, de 1998, arts. 2º e 3º; Lei nº 10.637, de 2002, art. 8º; Lei nº 12.973, de 2014; IN RFB nº 1.515, de 2014, arts. 3º, 30 e 122; Decreto nº 3.000, de 1999.

FERNANDO MOMBELLI
Coordenador-Geral

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800041

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 158, DE 26 DE SETEMBRO DE 2018

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP

EMENTA: ALÍQUOTA ZERO. REDUÇÃO DE ALÍQUOTA. PAPEL IMUNE. JORNAIS. PERIÓDICOS.

O prazo de aplicação da alíquota zero da Contribuição para o PIS/Pasep incidente sobre a receita bruta decorrente da venda, no mercado interno, de papéis destinados à impressão de jornais e periódicos, prevista no art. 28, incisos I e II, da Lei nº 10.865, de 2004, encerrou em 30 de abril de 2016.

O benefício fiscal de redução da alíquota da Contribuição para o PIS/Pasep previsto no art. 2º, §2º, da Lei nº 10.637, de 2002, aplica-se ao papel imune destinado tão somente à impressão de periódicos, não se aplicando ao papel imune destinado à impressão de jornais.

Dispositivos Legais: Lei no 10.865, de 2004, art. 28, I e II; Lei nº 12.649, 2012, art. 3º; Decreto no 6.482, de 7 de maio de 2009, com as alterações promovidas pelo Decreto no 7.293, de 6 de setembro de 2010; ; Lei nº 12.715, de 2012, art. 18; Lei nº 10.637, de 2002, art. 2º, §2º; Decreto nº 7.660, de 2011; Decreto nº 8.950, de 2016.

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS

EMENTA: ALÍQUOTA ZERO. REDUÇÃO DE ALÍQUOTA. PAPEL IMUNE. JORNAIS. PERIÓDICOS.

O prazo de aplicação da alíquota zero da Cofins incidente sobre a receita bruta decorrente da venda, no mercado interno, de papéis destinados à impressão de jornais e periódicos, prevista no art. 28, incisos I e II, da Lei nº 10.865, de 2004, encerrou em 30 de abril de 2016.

O benefício fiscal de redução da alíquota da Cofins previsto no art. 2º da Lei nº 10.833, de 2003, aplica-se ao papel imune destinado tão somente à impressão de periódicos, não se aplicando ao papel imune destinado à impressão de jornais.

Dispositivos Legais: Lei no 10.865, de 2004, art. 28, incisos I e II; Lei nº 12.649, de 2012, art. 3º; Decreto no 6.482, de 7 de maio de 2009, com as alterações promovidas pelo Decreto no 7.293, de 6 de setembro de 2010; Lei nº 12.715, de 2012, art. 18; Lei nº 10.833, de 2003, art. 2º, §2º; Decreto nº 7.660, de 2011; Decreto nº 8.950, de 2016.

FERNANDO MOMBELLI
Coordenador-Geral

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 159, DE 26 DE SETEMBRO DE 2018

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS - IPI

EMENTA: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EMBALAGEM. SUSPENSÃO DO IPI. IMPOSSIBILIDADE. ESTABELECIMENTO QUE ELABORA EXCLUSIVAMENTE PRODUTOS NÃO TRIBUTADOS.

O acondicionamento de produtos por meio da colocação de embalagens de apresentação se enquadra no conceito de elaboração para fins da suspensão prevista no art. 29 da Lei nº 10.637, de 2002. Todavia, o estabelecimento que elabora exclusivamente produtos não tributados pelo IPI (NT) não é considerado estabelecimento industrial, motivo pelo qual ele não pode adquirir matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem com a suspensão do imposto de que trata o citado artigo.

Dispositivos Legais: Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, art. 29, caput e § 2º; Decreto nº 7.212, de 15 de junho de 2010, Regulamento do IPI (RIPI), arts. 4º, inciso IV, e 8º.

FERNANDO MOMBELLI
Coordenador-Geral

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 163, DE 26 DE SETEMBRO DE 2018

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA JURÍDICA - IRPJ

EMENTA: LUCRO PRESUMIDO. PERCENTUAL DE PRESUNÇÃO. SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM. CONSTRUÇÃO CIVIL

No serviço de terraplanagem, os instrumentos de trabalho utilizados e os materiais consumidos não se incorporam à obra. De conseguinte, aplica-se o percentual de 32% na apuração da base de cálculo do IRPJ no regime de tributação do lucro presumido.

Dispositivos Legais: Lei nº 9.249, de 1995, art. 15, § 1º, III, "a" e § 2º; Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 2012, art. 2º, § 7º, II e § 9º e art. 38, II.

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO - CSLL

EMENTA: RESULTADO PRESUMIDO. PERCENTUAL DE PRESUNÇÃO. SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM. CONSTRUÇÃO CIVIL.

No serviço de terraplanagem os instrumentos de trabalho utilizados e os materiais consumidos não se incorporam à obra. De conseguinte, aplica-se o percentual de 32% na apuração da base de cálculo da CSLL no regime de tributação do lucro presumido.

Dispositivos Legais: Lei nº 9.249, de 1995, art. 15, § 1º, III, "a" e § 2º e art. 20; Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 2012, art. 2º, § 7º, II e § 9º e art. 38, II.

FERNANDO MOMBELLI
Coordenador-Geral

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 167, DE 26 DE SETEMBRO DE 2018

ASSUNTO: SIMPLES NACIONAL

EMENTA: CONTRIBUIÇÃO PARA O FGTS.

O recolhimento de tributos na forma do Simples Nacional não exclui a incidência da Contribuição para o FGTS instituída pelo art. 1º da Lei Complementar nº 110, de 2001.

Dispositivos Legais: Lei Complementar nº 110, de 2001, arts. 1º a 3º; Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 13.

FERNANDO MOMBELLI
Coordenador-Geral

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 174, DE 27 DE SETEMBRO DE 2018

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA JURÍDICA - IRPJ

EMENTA DEPRECIAÇÃO. TAXA CONTÁBIL INFERIOR À TAXA FISCAL. EXCLUSÃO DO LUCRO LÍQUIDO. POSSIBILIDADE.

Se o contribuinte utilizar na contabilidade taxa de depreciação inferior àquela prevista na legislação tributária, a diferença poderá ser excluída do lucro líquido na apuração do lucro real, com registro na Parte B do e-Lalur, inclusive a parcela da depreciação dos bens aplicados na produção, no momento em que a depreciação foi contabilmente registrada, mesmo quando tenha como contrapartida lançamento em conta de estoques. A partir do período de apuração em que o montante acumulado das quotas de depreciação apurado com base na legislação fiscal atingir o custo de aquisição do bem depreciado, o valor da depreciação registrado na escrituração comercial deverá ser adicionado ao lucro líquido para efeito de determinação do lucro real com a respectiva baixa na parte B do e-Lalur.

Dispositivos Legais: Lei nº 4.506, de 1964, art. 57, §§ 15 e 16, IN RFB nº 1.700, de 2017, arts. 121 e 124, §§ 4º e 5º e Anexo II, item 27, CPC 27 item 49 e CPC 16 item 34.

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO - CSLL

EMENTA: DEPRECIAÇÃO. TAXA CONTÁBIL INFERIOR À TAXA FISCAL. EXCLUSÃO DO LUCRO LÍQUIDO. POSSIBILIDADE.

Se o contribuinte utilizar na contabilidade taxa de depreciação inferior àquela prevista na legislação tributária, a diferença poderá ser excluída do lucro líquido na apuração do resultado ajustado, com registro na Parte B do e-Lacs, inclusive a parcela da depreciação dos bens aplicados na produção, no momento em que a depreciação foi contabilmente registrada, mesmo quando tenha como contrapartida lançamento em conta de estoques. A partir do período de apuração em que o montante acumulado das quotas de depreciação apurado com base na legislação fiscal atingir o custo de aquisição do bem depreciado, o valor da depreciação registrado na escrituração comercial deverá ser adicionado ao lucro líquido para efeito de determinação do resultado ajustado com a respectiva baixa na parte B do e-Lacs.

Dispositivos Legais: Lei nº 4.506, de 1964, art. 57, §§ 15 e 16, IN RFB nº 1.700, de 2017, arts. 121 e 124, §§ 4º e 5º e Anexo II, item 27, CPC 27 item 49 e CPC 16 item 34.

FERNANDO MOMBELLI
Coordenador-Geral

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 175, DE 27 DE SETEMBRO DE 2018

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA JURÍDICA - IRPJ

EMENTA: ASSOCIAÇÃO SEM FINS LUCRATIVOS. DESMEMBRAMENTO DE TERRENO. VENDA DE IMÓVEIS. ATIVIDADE INCOMPATIVEL COM A NATUREZA SEM FINS LUCRATIVOS.

Perde o direito à isenção tributária a associação sem fins lucrativos que exerça atos de natureza econômico-financeira, incompatível com a natureza não lucrativa da entidade, em concorrência com outras organizações que não gozam desse favor fiscal.

Dispositivos Legais: Lei nº 9.532, de 1997, art. 12, § 2º, "a" a "e", e § 3º, e arts. 13 a 15; Parecer Normativo CST nº 162, de 1974.

ASSUNTO: NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO

EMENTA: INEFICÁCIA. PROCEDIMENTOS.

É ineficaz a consulta que descreva fato genérico ou que não identifique o dispositivo da legislação tributária cuja aplicação haja dúvida.

Dispositivos Legais: Instrução Normativa nº 1.396, de 2013, art. 18, II.

FERNANDO MOMBELLI
Coordenador-Geral

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 125, DE 11 DE SETEMBRO DE 2018

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF

EMENTA: RENDIMENTOS DE JUROS AUFERIDOS POR AGÊNCIA PERTENCENTE EXCLUSIVAMENTE AO GOVERNO DO CANADÁ. CONVENÇÃO DESTINADA A EVITAR A DUPLA TRIBUTAÇÃO EM MATÉRIA DE IMPOSTO SOBRE A RENDA BRASIL-CANADÁ.

Estão isentos do imposto de renda no Brasil os juros pagos a qualquer agência de propriedade exclusiva do Governo do Canadá.

DEMAIS RENDIMENTOS DE INVESTIMENTOS NO BRASIL AUFERIDOS POR AGÊNCIA PERTENCENTE EXCLUSIVAMENTE AO GOVERNO DO CANADÁ. DESCABIDA ISENÇÃO COM BASE EM TRATAMENTO RECÍPROCO ENTRE BRASIL E CANADÁ.

Quanto aos rendimentos dos demais investimentos no Brasil, ainda que exista a isenção de imposto de renda no Brasil decorrente de tratamento recíproco do Governo do Canadá, prevista no art.688 do Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999 - Regulamento do Imposto de Renda, ela não se estende às Agências de propriedade do Governo do Canadá, por interpretação literal.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA PARCIALMENTE À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 443, DE 18 DE SETEMBRO DE 2017.

JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO AUFERIDOS POR AGÊNCIA PERTENCENTE EXCLUSIVAMENTE AO GOVERNO DO CANADÁ. CONVENÇÃO DESTINADA A EVITAR A DUPLA TRIBUTAÇÃO EM MATÉRIA DE IMPOSTO SOBRE A RENDA BRASIL-CANADÁ.

Estão isentos do imposto de renda no Brasil os juros sobre capital próprio (JCP) pagos a qualquer agência de propriedade exclusiva do Governo do Canadá.

Dispositivos Legais: Decreto nº 92.318, de 23 de janeiro de 1986, Artigo XI, parágrafo 3; Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1996, o Código Tributário Nacional, arts. 98 e 111; IN RFB nº 11, de 21 de fevereiro de 1986, art. 29; IN RFB nº 1700, de 14 de março de 2017, art. 76; Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, art. 9º.

FERNANDO MOMBELLI
Coordenador-Geral

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 132, DE 17 DE SETEMBRO DE 2018

ASSUNTO: REGIMES ADUANEIROS

EMENTA: ADMISSÃO TEMPORÁRIA PARA APERFEIÇOAMENTO ATIVO. CAFÉ CRU EM GRÃO. CAFÉ SOLÚVEL. INDUSTRIALIZAÇÃO POR TRANSFORMAÇÃO.

Não se aplica o regime aduaneiro de Admissão Temporária para Aperfeiçoamento Ativo na obtenção de café solúvel a partir do café cru em grão importado, porque tal procedimento caracteriza-se como processo de industrialização por transformação.

Dispositivos Legais: Decreto n.º 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, arts. 353 e 380; Decreto n.º 7.212, de 2010, Art. 4.º, inciso I; e IN RFB n.º 1.600, de 2015, Art. 78, parágrafo único, inciso I.

FERNANDO MOMBELLI
Coordenador-Geral

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 137, DE 19 DE SETEMBRO DE 2018

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA JURÍDICA - IRPJ

EMENTA: LUCRO PRESUMIDO. OPÇÃO. ASSESSORIA CREDITÍCIA. OUTROS SERVIÇOS DE CONSULTORIA EM GESTÃO EMPRESARIAL.

É permitida a opção pela apuração do IRPJ com base no lucro presumido pela pessoa jurídica de direito privado que preste serviços de assessoria creditícia, mercadológica, gestão de crédito, seleção de riscos, administração de contas a pagar e a receber, desde que não efetue aquisição de direitos creditórios, tampouco explore as atividades de securitização de créditos imobiliários, financeiros e do agronegócio, e não incida nas demais hipóteses de obrigatoriedade de tributação com base no lucro real.

LUCRO PRESUMIDO. PERCENTUAL DE PRESUNÇÃO. ASSESSORIA CREDITÍCIA. OUTROS SERVIÇOS DE CONSULTORIA EM GESTÃO EMPRESARIAL.

A pessoa jurídica de direito privado, optante do regime de tributação pelo lucro presumido, que preste serviços de assessoria creditícia, mercadológica, gestão de crédito, seleção de riscos, administração de contas a pagar e a receber, está sujeita ao percentual de 32% (trinta e dois por cento), para apuração do lucro presumido a ser tributado pelo IRPJ, mesmo que seu faturamento bruto anual não ultrapasse R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), por não se enquadrar na regra prevista no art. 40 da Lei nº 9.250, de 1995, com a disciplina dada pelo § 7º do art. 33 da IN RFB nº 1.700, de 2017.

Dispositivos Legais: Lei nº 9.249, de 1995, art. 15. Lei nº 9.250, de 1995, art. 40. Lei nº 9.718, de 1998, art. 14. IN RFB nº 1.700, de 2017, art. 33, § 7º, e art. 59.

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO - CSLL

EMENTA: PAGAMENTOS EFETUADOS POR FUNDOS DE INVESTIMENTO CONSTITUÍDOS NA FORMA DE CONDOMÍNIO. REMUNERAÇÃO PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA EM GESTÃO EMPRESARIAL. NÃO RETENÇÃO.

Não estão sujeitos à retenção da CSLL, prevista no art. 30 da Lei nº 10.833, de 2003, os pagamentos efetuados por fundos de investimento constituídos na forma de condomínio a pessoas jurídicas de direito privado pela prestação de serviços de assessoria creditícia, mercadológica, gestão de crédito, seleção de riscos, administração de contas a pagar e a receber.

SOLUÇÃO DE CONSULTA PARCIALMENTE VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 9, DE 7 DE JANEIRO DE 2014.

Dispositivos Legais: Lei nº 9.249, de 1995, art. 15. Lei nº 9.250, de 1995, art. 40. Lei nº 9.718, de 1998, art. 14. Lei nº 10.833, de 2003, art. 30.

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800042

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

EMENTA: PAGAMENTOS EFETUADOS POR FUNDOS DE INVESTIMENTO CONSTITUÍDOS NA FORMA DE CONDOMÍNIO. REMUNERAÇÃO PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA EM GESTÃO EMPRESARIAL. NÃO RETENÇÃO.

Não estão sujeitos à retenção da Cofins, prevista no art. 30 da Lei nº 10.833, de 2003, os pagamentos efetuados por fundos de investimento constituídos na forma de condomínio a pessoas jurídicas de direito privado pela prestação de serviços de assessoria creditícia, mercadológica, gestão de crédito, seleção de riscos, administração de contas a pagar e a receber.

SOLUÇÃO DE CONSULTA PARCIALMENTE VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 9, DE 7 DE JANEIRO DE 2014.

Dispositivos Legais: Lei nº 10.833, de 2003, art. 30.

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP

EMENTA: PAGAMENTOS EFETUADOS POR FUNDOS DE INVESTIMENTO CONSTITUÍDOS NA FORMA DE CONDOMÍNIO. REMUNERAÇÃO PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA EM GESTÃO EMPRESARIAL. NÃO RETENÇÃO.

Não estão sujeitos à retenção da Contribuição para o PIS/Pasep, prevista no art. 30 da Lei nº 10.833, de 2003, os pagamentos efetuados por fundos de investimento constituídos na forma de condomínio a pessoas jurídicas de direito privado pela prestação de serviços de assessoria creditícia, mercadológica, gestão de crédito, seleção de riscos, administração de contas a pagar e a receber.

SOLUÇÃO DE CONSULTA PARCIALMENTE VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 9, DE 7 DE JANEIRO DE 2014.

Dispositivos Legais: Lei nº 10.833, de 2003, art. 30.

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF

EMENTA: PAGAMENTOS EFETUADOS POR FUNDOS DE INVESTIMENTO CONSTITUÍDOS NA FORMA DE CONDOMÍNIO. REMUNERAÇÃO PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA EM GESTÃO EMPRESARIAL. NÃO RETENÇÃO.

Não estão sujeitas à retenção do IRRF de que trata o art. 29 da Lei nº 10.833, de 2003, as importâncias pagas ou creditadas por fundos de investimento constituídos na forma de condomínio a pessoas jurídicas de direito privado pela prestação de serviços de assessoria creditícia, mercadológica, gestão de crédito, seleção de riscos, administração de contas a pagar e a receber.

SOLUÇÃO DE CONSULTA PARCIALMENTE VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 9, DE 7 DE JANEIRO DE 2014.

Dispositivos Legais: Lei nº 10.833, de 2003, art. 29.

ASSUNTO: NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO

EMENTA: PROCESSO DE CONSULTA. INEFICÁCIA PARCIAL.

É ineficaz a consulta que trate de fato definido em disposição literal de lei e disciplinado em ato normativo publicado na Imprensa Oficial antes da consulta.

Dispositivos Legais: Decreto nº 70.235, de 1972, arts. 46 a 58. Instrução Normativa RFB nº 1.396, de 2013, art. 18, VII e IX.

FERNANDO MOMBELLI
Coordenador-Geral

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 155, DE 26 DE SETEMBRO DE 2018

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA JURÍDICA - IRPJ

EMENTA: IMPOSTO PAGO NO EXTERIOR. COMPENSAÇÃO. COMPROVANTES.

Para efeito de compensação do imposto de renda incidente no exterior, sobre os lucros, rendimentos e ganhos de capital computados no lucro real, o documento comprobatório é o que comprova o recolhimento ou arrecadação do imposto de renda pago no exterior. Esse documento deverá ser reconhecido pelo órgão arrecadador do país em que houve o recolhimento e pelo Consulado da Embaixada Brasileira.

Nos casos em que a legislação do país de origem do lucro imponha a retenção do imposto na fonte, a comprovação do imposto retido far-se-á por meio de documento oficial do órgão arrecadador ou da fonte pagadora.

O reconhecimento desse comprovante de recolhimento pelo órgão arrecadador do país de origem do lucro e pelo Consulado da Embaixada Brasileira fica dispensado se o contribuinte interessado comprovar que a legislação do país de origem do lucro, rendimento ou ganho de capital, prevê que a comprovação da incidência do imposto de renda que tenha sido pago dá-se por meio desse documento de recolhimento ou arrecadação.

Dispositivos Legais: Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, art. 26, § 2º; Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, art. 16, § 2º, II; Lei 12.973, de 13 de maio de 2014, art. 87, § 9º; Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999 (RIR/1999), art. 395.

ASSUNTO: NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO

EMENTA: DOCUMENTOS EXPEDIDOS NA ARGENTINA. APLICÁVEL REGRAS DO ACORDO SOBRE SIMPLIFICAÇÃO DE LEGALIZAÇÕES DE DOCUMENTOS PÚBLICOS.

No caso de documentos oficiais expedidos na Argentina, aplica-se, no que couber, o disposto no Acordo, por troca de notas, sobre Simplificação de Legalizações em Documentos Públicos, de 16 de outubro de 2003, publicado no Diário Oficial da União em 23 de abril de 2004.

DOCUMENTOS EXPEDIDOS POR PAÍSES SIGNATÁRIOS DA CONVENÇÃO SOBRE A ELIMINAÇÃO DA EXIGÊNCIA DE DOCUMENTOS PÚBLICOS ESTRANGEIROS. APOSTILA.

O reconhecimento do documento que comprova o recolhimento ou arrecadação do imposto de renda pago no exterior pelo Consulado da Embaixada Brasileira pode ser substituído pela apostila, de que tratam os Artigos 3º a 6º da Convenção sobre a Eliminação da Exigência de Legalização de Documentos Públicos Estrangeiros, promulgada pelo Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, no âmbito dos países signatários

Dispositivos Legais: Acordo, por troca de notas, sobre Simplificação de Legalizações em Documentos Públicos, de 16 de outubro de 2003, publicado no Diário Oficial da União (DOU) em 23 de abril de 2004; Decreto n° 8.660, de 29 de janeiro de 2016, arts. 3º a 6º; Instrução Normativa nº 1.520, de 4 de dezembro de 2014, art. 25, § 5º-A.

FERNANDO MOMBELLI
Coordenador-Geral

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 140, DE 19 DE SETEMBRO DE 2018

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A IMPORTAÇÃO - II

EMENTA: TEMPLO. IMUNIDADE DE IMPOSTOS. IMPORTAÇÃO.

A importação de "equipamentos de filmagem", promovida por organização religiosa (templo), para gravação de seus cultos, cursos, reuniões e palestras sobre religião para disponibilização gratuita pela internet e em DVD distribuídos gratuitamente na comunidade, não se sujeita à incidência do "II", tendo em vista a imunidade de impostos, preconizada no art. 150, inciso VI, alínea "b", da CF 1988.

O enquadramento de bens importados como relacionados aos fins essenciais da entidade religiosa, consoante estabelece o § 4º do art. 150 da CF 1988, deverá pautar-se em análise objetiva em cada caso concreto, levando-se em consideração as finalidades da instituição conforme previstas em seus atos constitutivos, a qualidade e quantidade dos bens importados, assim como outros critérios que fundamentem a relação com os objetivos inerentes à própria natureza do ente.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 109, DE 22 DE ABRIL DE 2014.

Dispositivos Legais: CF 1988, art. 150, VI, "b" e § 4º; Pareceres PGFN/CAT nº 1.483, de 2001, e nº 2.137, de 2010; Parecer Cosit nº 18, de 2002.

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS - IPI

EMENTA TEMPLO. IMUNIDADE DE IMPOSTOS. IMPORTAÇÃO.

A importação de "equipamentos de filmagem", promovida por organização religiosa (templo), para gravação de seus cultos, cursos, reuniões e palestras sobre religião para disponibilização gratuita pela internet e em DVD distribuídos gratuitamente na comunidade, não se sujeita à incidência do "IPI vinculado à Importação", tendo em vista a imunidade de impostos, preconizada no art. 150, inciso VI, alínea "b", da CF 1988.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 109, DE 22 DE ABRIL DE 2014.

Dispositivos Legais: CF 1988, art. 150, VI, "b" e § 4º; Pareceres PGFN/CAT nº 1.483, de 2001, e nº 2.137, de 2010; Parecer Cosit nº 18, de 2002.

ASSUNTO: NORMAS DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

EMENTA: BAGAGEM. PESSOA JURÍDICA. REGIME COMUM DE IMPORTAÇÃO.

A pessoa física viajante pode trazer do exterior bens destinados a pessoa jurídica por ela determinada, estabelecida no País, desde que tais bens não tenham destinação comercial ou industrial, sendo permitido, nesse caso, destiná-los somente para uso ou consumo próprio da pessoa jurídica que deverá promover o respectivo despacho aduaneiro, aplicando-se o regime comum de importação.

O viajante deve informar à autoridade aduaneira, antes do início de qualquer procedimento fiscal, que transporta bens destinados a determinada pessoa jurídica, estabelecida no País, a qual deverá efetuar o despacho aduaneiro dos bens para uso ou consumo próprio (da pessoa jurídica) no regime comum de importação com observância da legislação pertinente.

Dispositivos Legais: Decreto nº 6.759, de 2009, arts. 155, 156, 161, 165 e 168; IN RFB nº 1.059, de 2010, arts. 1º, 3º, 3ºA, 4º, 6º, 7º e 44; Solução de Consulta Interna nº 17, de 2013.

ASSUNTO: NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO

EMENTA: Reputa-se ineficaz a consulta que não trate de dúvida de interpretação à legislação tributária no âmbito da RFB. Não produz efeitos a consulta formulada quando o fato estiver definido ou declarado em disposição literal de lei.

Dispositivos Legais: IN RFB nº 1.396, de 2013, ementa e art. 18, inciso IX.

FERNANDO MOMBELLI
Coordenador-Geral

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 151, DE 26 DE SETEMBRO DE 2018

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA JURÍDICA - IRPJ

EMENTA: LUCRO DA EXPLORAÇÃO. CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS. JUROS ASSOCIADOS A EMPRÉSTIMOS.

Os valores dos encargos financeiros lançados na conta de ativo intangível pela concessionária de serviços públicos que capta recursos de terceiros para o custeio de obras objeto de contrato de concessão não deverão compor o ajuste do lucro da exploração por não integrarem a despesa financeira que trata o inciso I do art. 19 do Decreto-Lei nº 1.598, de 1977. A opção da concessionária de excluir os valores dos encargos financeiros quando incorridos, na apuração do lucro real, não interfere na apuração do lucro da exploração.

Dispositivos Legais: Decreto-Lei nº 1.598, de 1977, arts. 17 e 19; IN RFB nº 1.700, de 2017, art. 145; Pronunciamento Técnico CPC 20 (Custos de Empréstimos) e na Interpretação Técnica ICPC 01 (Contratos de Concessão).

FERNANDO MOMBELLI
Coordenador-Geral

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 153, DE 26 DE SETEMBRO DE 2018

ASSUNTO: REGIMES ADUANEIROS

EMENTA: ADMISSÃO TEMPORÁRIA. VEÍCULOS DE CORRIDA USADOS. UTILIZAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. POSSIBILIDADE.

Podem ser submetidos ao regime de admissão temporária para utilização econômica os veículos de corrida usados, observado o tratamento administrativo das importações para bens usados estabelecido na legislação específica, para os quais tenha sido deferida a respectiva licença de importação e que venham a ser importados para prestação de serviços no País, considerando que os referidos bens, na presente hipótese, não se enquadram na condição de bens de consumo.

Dispositivos Legais: Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, artigos 353, 373 e 373-A; Portaria Secex nº 23, de 14 de julho de 2011, arts. 13 a 15, 42, inciso VII, e 57; Instrução Normativa RFB nº 1.600, de 2015, arts. 56 e seguintes; Instrução Normativa RFB nº 1.393, de 16 de setembro de 2013.

FERNANDO MOMBELLI
Coordenador-Geral

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 154, DE 26 DE SETEMBRO DE 2018

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS

EMENTA: REGIME NÃO CUMULATIVO. FABRICANTE DE CHARUTOS. VENDA PARA LOJA FRANCA. ISENÇÃO. MOEDA DE PAGAMENTO. CRÉDITO.

Relativamente à operação de venda, no mercado interno, de charutos classificados no código 2402.10.00 da NCM, efetuada por fabricante, destinada a loja franca de que trata a Portaria MF nº 112, de 2008, com o fim específico de comercialização nos termos do art. 15 do Decreto-Lei nº 1.455, de 1976:

a) a receita decorrente da operação é isenta da Cofins não cumulativa, por força do art. 15, § 3º, do Decreto-Lei nº 1.455, de 1976;

b) o pagamento da operação pode ser realizado em moeda nacional sem prejuízo da isenção;

c) o vendedor pode manter o crédito da Cofins vinculado à aludida operação e descontá-lo conforme a legislação pertinente.

Dispositivos Legais: Lei nº 5.172, de 1966 (Código Tributário Nacional), art. 111, II; Decreto-Lei nº 1.455, de 1976, art. 15; Lei nº 11.033, de 2004, art. 17; Decreto nº 6.759, de 2009 (Regulamento Aduaneiro), arts. 476 a 479; Portaria MF nº 112, de 2008; Instrução Normativa RFB nº 863, de 2008.

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP

EMENTA: REGIME NÃO CUMULATIVO. FABRICANTE DE CHARUTOS. VENDA PARA LOJA FRANCA. ISENÇÃO. MOEDA DE PAGAMENTO. CRÉDITO.

Relativamente à operação de venda, no mercado interno, de charutos classificados no código 2402.10.00 da NCM, efetuada por fabricante, destinada a loja franca de que trata a Portaria MF nº 112, de 2008, com o fim específico de comercialização nos termos do art. 15 do Decreto-Lei nº 1.455, de 1976:

a) a receita decorrente da operação é isenta da Contribuição para o PIS/Pasep não cumulativa, por força do art. 15, § 3º, do Decreto-Lei nº 1.455, de 1976;

b) o pagamento da operação pode ser realizado em moeda nacional sem prejuízo da isenção;

c) o vendedor pode manter o crédito da Contribuição para o PIS/Pasep vinculado à aludida operação e descontá-lo conforme a legislação pertinente.

Dispositivos Legais: Lei nº 5.172, de 1966 (Código Tributário Nacional), art. 111, II; Decreto-Lei nº 1.455, de 1976, art. 15; Lei nº 11.033, de 2004, art. 17; Decreto nº 6.759, de 2009 (Regulamento Aduaneiro), arts. 476 a 479; Portaria MF nº 112, de 2008; Instrução Normativa RFB nº 863, de 2008.

ASSUNTO: PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL

EMENTA: CONSULTA. INEFICÁCIA PARCIAL.

Não produz efeitos a parte da consulta que, na espécie, não identifica o dispositivo da legislação sobre cuja aplicação haja dúvida, e que tem por objetivo a prestação de assessoria jurídica ou contábil-fiscal pela Receita Federal do Brasil.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800043

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Dispositivos Legais: Decreto nº 70.235, de 1972, arts. 46, caput, e 52, I; Instrução Normativa RFB nº 1.396, de 2013, arts. 3º, § 2º, IV, e 18, I, II e XIV.

FERNANDO MOMBELLI
Coordenador-Geral

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 160, DE 26 DE SETEMBRO DE 2018

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA JURÍDICA - IRPJ

EMENTA: LUCRO REAL. DEDUÇÃO. DOAÇÃO AOS FUNDOS DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. PERÍODO DE APURAÇÃO.

A pessoa jurídica incorporadora tributada pelo lucro real anual pode deduzir as doações efetuadas aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente, em dois períodos distintos: por ocasião do evento de incorporação sobre o imposto sobre a renda devido calculado na data desse evento; e por ocasião do encerramento do exercício social sobre o imposto sobre a renda devido referente ao período compreendido entre o evento de incorporação e o encerramento do exercício social.

Dispositivos Legais: Lei nº 9.249, de 1995, arts. 21 e 35, Lei nº 9.959, de 2000, art. 5º, Lei nº 9.430, de 1996, art. 1º, IN RFB nº 1.700, de 2017, arts. 31 e 239 e IN SRF nº 267, de 2002, art. 11.

FERNANDO MOMBELLI
Coordenador-Geral

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 161, DE 26 DE SETEMBRO DE 2018

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP

EMENTA As reduções a zero das alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep-Importação e da Contribuição para o PIS/Pasep promovidas pelo inciso XXXVI do § 12 do art. 8º e pelo inciso XXXIV do art. 28 da Lei nº 10.865, de 2004, não se aplicam, respectivamente, às operações de importação e de venda no mercado interno de smartphones e tablets nos quais a adaptação para utilização por pessoas com necessidades especiais auditivas e visuais se resuma à instalação de aplicativo que permite a comunicação com equipamentos externos (periféricos) próprios para utilização por tais pessoas.

Dispositivos Legais: Lei nº 10.865, de 2004, com alterações, arts. 8º, § 12, XXXVI, e 28, XXXIV.

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS

EMENTA: As reduções a zero das alíquotas da Cofins-Importação e da Cofins promovidas pelo inciso XXXVI do § 12 do art. 8º e pelo inciso XXXIV do art. 28 da Lei nº 10.865, de 2004, não se aplicam, respectivamente, às operações de importação e de venda no mercado interno de smartphones e tablets nos quais a adaptação para utilização por pessoas com necessidades especiais auditivas e visuais se resuma à instalação de aplicativo que permite a comunicação com equipamentos externos (periféricos) próprios para utilização por tais pessoas.

Dispositivos Legais: Lei nº 10.865, de 2004, com alterações, arts. 8º, § 12, XXXVI, e 28, XXXIV.

FERNANDO MOMBELLI
Coordenador-Geral

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 165, DE 26 DE SETEMBRO DE 2018

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS

EMENTA: INCIDÊNCIA NÃO CUMULATIVA. ALÍQUOTA ZERO. VARIAÇÃO MONETÁRIA. RECEITA FINANCEIRA

As variações monetárias ativas dos direitos de crédito e das obrigações da pessoa jurídica em função de taxa de câmbio ou de índices ou coeficientes aplicáveis por disposição legal ou contratual são consideradas, para efeitos da incidência da Cofins, como receitas financeiras.

A alíquota zero da Cofins, prevista no art. 1º, § 3º, inciso II, do Decreto nº 8.426, de 2015, alcança as receitas financeiras decorrentes de variações monetárias, em função da taxa de câmbio, de obrigações contraídas pela pessoa jurídica.

Dispositivos Legais: Lei nº 10.833, de 2003, art. 1º; Decreto nº 8.426, de 2015, art. 1º; Decreto nº 3.000, de 1999, art. 375; Instrução Normativa SRF nº 247, de 2002, art. 13.

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP

EMENTA: INCIDÊNCIA NÃO CUMULATIVA. ALÍQUOTA ZERO. VARIAÇÃO MONETÁRIA. RECEITA FINANCEIRA

As variações monetárias ativas dos direitos de crédito e das obrigações da pessoa jurídica em função de taxa de câmbio ou de índices ou coeficientes aplicáveis por disposição legal ou contratual são consideradas, para efeitos da incidência da Contribuição para o PIS/Pasep, como receitas financeiras.

A alíquota zero da Contribuição para o PIS/Pasep, prevista no art. 1º, § 3º, inciso II, do Decreto nº 8.426, de 2015, alcança as receitas financeiras decorrentes de variações monetárias, em função da taxa de câmbio, de obrigações contraídas pela pessoa jurídica.

Dispositivos Legais: Lei nº 10.637, de 2002, art. 1º; Decreto nº 8.426, de 2015, art. 1º; Decreto nº 3.000, de 1999, art. 375; Instrução Normativa SRF nº 247, de 2002, art. 13.

ASSUNTO: NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO

EMENTA: PROCESSO DE CONSULTA. INEFICÁCIA PARCIAL.

É ineficaz a consulta que: a) não indica dispositivos legais ensejadores da dúvida nem apresenta a descrição detalhada do seu objeto, não contendo os elementos necessários à sua solução; e b) tem por objetivo a prestação de assessoria jurídica ou contábil-fiscal pela RFB.

Dispositivos Legais: Instrução Normativa RFB nº 1.396, de 2013, art. 18, II e XIV.

FERNANDO MOMBELLI
Coordenador-Geral

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 166, DE 26 DE SETEMBRO DE 2018

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF

EMENTA: REMESSAS PARA O EXTERIOR. CONTRAPRESTAÇÕES PELO AFRETAMENTO DE EMBARCAÇÕES ESTRANGEIRAS. ALÍQUOTA ZERO.

Os rendimentos pagos, creditados, entregues, empregados ou remetidos, por fonte situada no País, a pessoa jurídica residente ou domiciliada no exterior, a título de contraprestação por fretes, afretamentos, aluguéis ou arrendamentos de embarcações estrangeiras marítimas ou fluviais, feitos por empresas e aprovados pelas autoridades competentes, estão sujeitos à incidência do Imposto de Renda na Fonte (IRRF) à alíquota zero, desde que a beneficiária dos rendimentos não seja residente ou domiciliada em jurisdição relacionada em ato da Secretaria da Receita Federal do Brasil entre os países ou dependências com tributação favorecida.

REMESSAS REALIZADAS POR EMPRESA NACIONAL, CONTRATANTE DA AFRETADORA DA EMBARCAÇÃO. MANUTENÇÃO DO BENEFÍCIO.

O benefício da alíquota zero do IRRF, por ocasião das remessas ao exterior pelo afretamento de embarcação estrangeira, fica mantido mesmo na hipótese em que tais remessas sejam realizadas por uma terceira empresa nacional, contratante da afretadora da embarcação, e não diretamente por esta, observados todos os requisitos legais para fruição do benefício.

Dispositivos Legais: Lei nº 5.172, 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), arts. 121 a 123; Decreto-Lei nº 5.844, de 23 de setembro de 1943, arts. 97 e 100; Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, arts. 24 e 24-B; Lei nº 9.481, de 13 de agosto de 1997, art. 1º, inciso I; Lei nº 9.779, de 19 de janeiro de 1999, art. 8º; Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999, Regulamento do Imposto de Renda - RIR/1999, arts. 682, inciso I, 685, 691, inciso I, e § 1º, 717 e 722; Instrução Normativa RFB nº 1.455, de 6 de março de 2014, arts. 1º e 2º; Instrução Normativa RFB nº 1.037, de 4 de junho de 2010, art. 1º.

FERNANDO MOMBELLI
Coordenador-Geral

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 172, DE 27 DE SETEMBRO DE 2018

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF

EMENTA: PAGAMENTOS EFETUADOS POR ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL A AGÊNCIAS DE VIAGEM. PASSAGENS AÉREAS. COMPANHIAS AÉREAS DOMICILIADAS NO EXTERIOR. PRESTAÇÃO DIRETA NO BRASIL. RETENÇÃO NA FONTE PELA REMESSA AO EXTERIOR. RECIPROCIDADE.

Os pagamentos realizados a companhias aéreas domiciliadas no exterior que prestam os serviços diretamente no Brasil não sofrerão qualquer retenção decorrente da aplicação do art. 64 da Lei nº 9.430, de 1996. As remessas deverão ser tributadas à alíquota de 15% ou, no caso em que o beneficiário do rendimento esteja situado em país com tributação favorecida, à alíquota de 25%.

O imposto sobre a renda retido na fonte não será exigido na hipótese em que o pagamento seja efetuado a companhias aéreas domiciliadas em países que não tributam, em decorrência da legislação interna ou de acordos internacionais, os rendimentos auferidos por empresas brasileiras que exercem o mesmo tipo de atividade.

PAGAMENTOS EFETUADOS POR ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL A AGÊNCIAS DE VIAGEM. PASSAGENS AÉREAS. COMPANHIAS AÉREAS DOMICILIADAS NO EXTERIOR. PRESTAÇÃO POR FILIAIS, SUCURSAIS, AGÊNCIAS OU REPRESENTAÇÕES NO BRASIL. RETENÇÃO NA FONTE. RECIPROCIDADE.

As companhias aéreas estrangeiras que prestam os serviços por intermédio de filiais, sucursais, agências ou representações no Brasil, estarão sujeitas a retenção prevista no art. 64 da Lei nº 9.430, de 1996. Contudo, estarão isentas do Imposto sobre a Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido se, no país de sua nacionalidade, as companhias brasileiras de igual objetivo gozarem da mesma prerrogativa.

Dispositivos Legais: Decreto-Lei nº 5.844, de 1943, art. 30; Lei nº 9.430, de 1996, arts. 24, 64 e 85; Lei nº 13.202, de 2015, art. 11; e Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 2012, arts. 12 e 35.

FERNANDO MOMBELLI
Coordenador-Geral

COORDENAÇÃO DE TRIBUTAÇÃO INTERNACIONAL

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 99.011, DE 26 DE SETEMBRO DE 2018

ASSUNTO: OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS

EMENTA: SISCOSERV. MULTA. INFORMAÇÃO INEXATA, INCOMPLETA OU OMISSA.

Na hipótese de cumprimento de obrigação acessória referente ao Siscoserv com informações inexatas, incompletas ou omitidas, o sujeito passivo sujeita-se à multa de 3% (três por cento), não inferior a R$ 100,00 (cem reais), do valor das transações comerciais ou das operações financeiras, próprias da pessoa jurídica ou de terceiros em relação aos quais seja responsável tributário. A multa incide sobre o valor de cada operação cujas informações sujeitas a registro no Siscoserv se revelem inexatas ou incompletas ou sejam omitidas. Caso a informação inexata ou incompleta ou omitida esteja vinculada a mais de uma operação, ainda que tenha sido fornecida uma única vez, aplica-se a multa sobre o valor do conjunto de operações a que se refira.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULT COSIT Nº 67, DE 14 DE JUNHO DE 2018.

SISCOSERV. MULTA. APRESENTAÇÃO EXTEMPORÂNEA.

Na hipótese de o Registro de Aquisição de Serviços, Intangíveis e Outras Operações que Produzam Variações no Patrimônio (RAS), de o Registro de Pagamento (RP), de o Registro de Venda de Serviços, Intangíveis e Outras Operações que Produzam Variações no Patrimônio (RVS) ou de o Registro de Faturamento (RF) serem efetivados fora dos prazos previstos no art. 3º , incisos I e II, e §§ 3º e 4º, da Instrução Normativa RFB nº 1.277, de 2012, aplicam-se ao sujeito passivo as multas estabelecidas no art. 4º, inciso I, dessa Instrução Normativa, as quais serão devidas a cada mês-calendário ou fração de atraso na apresentação de cada um dos referidos registros.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULT COSIT Nº 150, DE 24 DE SETEMBRO DE 2018.

Dispositivos Legais: Medida Provisória nº 2.158-35, 24 de agosto de 2001, art. 57; Instrução Normativa RFB nº 1.277, de 28 de junho de 2012, arts. 1º, 3º e 4º; Portarias Conjuntas RFB/SCS nº 219, de 19 de fevereiro de 2016, e nº 768, de 13 de maio de 2016.

CLÁUDIA LÚCIA PIMENTEL MARTINS DA SILVA
Coordenadora

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 1ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ANÁPOLIS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 37, DE 27 DE SETEMBRO DE 2018

Baixa, de ofício, a inscrição no CNPJ sob o nº 06.163.609/0001-68.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ANÁPOLIS - GO, no uso das atribuições previstas no artigo 340, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, publicada no DOU de 11 de outubro de 2017, e tendo em vista o disposto no art. 33, § 1º, da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016 e, considerando o que consta do processo administrativo nº 13116.000352/2008-75, declara:

Art. 1º - Baixada, de ofício, no Cadastro Nacional de Pessoa jurídica a inscrição 06.163.609/0001-68 da empresa I. F. CAMPOS FORTEFERRO LTDA, em razão de ter sido cancelada no órgão de registro, com data de 05/01/2016, de acordo com o art. 29, inciso IV, da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Art. 2º - Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

HIROSHIMI NAKAO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM DOURADOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 3, DE 27 DE SETEMBRO DE 2018

Concede registro especial para a atividade desenvolvida de GRÁFICA a impressor de livros, jornais e periódicos, que recebe papel de terceiros ou o adquire com imunidade tributária.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso das atribuições previstas no artigo 5º, da Instrução Normativa RFB n° 1817, de 20 de julho de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 24 de julho de 2018, nos termos do disposto no artigo 150, inciso VI, alínea "d", da Constituição Federal, regulamentado pela lei 11.945, de 4 de junho de 2009 e pela Instrução Normativa RFB nº 1817, de 20 de julho de 2018, e considerando tudo o mais que consta no processo administrativo 13161.722406/2018-83, declara:

Art. 1° Inscrita no Registro Especial instituído pelo artigo 1° da lei 11.945, de 4 de junho de 2009, sob o número GP-01402/00009, para a atividade de Gráfica: impressor de livros, jornais e periódicos, que recebe papel de terceiros ou o adquire com imunidade tributária (GP), a empresa Che Fronteira Notícias EIRELI - CNPJ 23.893.095/0001-15 - com domicílio na Avenida Marechal Floriano Peixoto, 2930, Centro, Ponta Porã-MS, CEP 79904-586.

Art. 2° Este Ato declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ FELIPE MANVAILER

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800044

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 3ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO LUÍS

INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE SÃO LUÍS

PORTARIA N° 4, DE 25 DE SETEMBRO DE 2018

Estabelece rotinas operacionais para a descarga direta e o despacho aduaneiro de importação de mercadoria a granel transportada em veículo procedente do exterior.

O INSPETOR-CHEFE DA INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DO PORTO DE SÃO LUÍS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 274 e 337 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, publicada no DOU de 11 de outubro de 2017, e considerando a Instruções Normativas SRF nº 611, de 18 de janeiro de 2006; RFB nº 1.282, de 16 de julho de 2012; e RFB nº 1.800, de 22 de março de 2018, resolve:

Art. 1°.As rotinas operacionais para a descarga direta e o despacho aduaneiro de importação de mercadoria transportada a granel, realizadas na jurisdição da Inspetoria da Receita Federal do Brasil do Porto de São Luís (MA), serão processados de acordo com esta Portaria.

Parágrafo único. As rotinas estabelecidas nesta Portaria não dispensam a observância das demais disposições contidas na legislação de regência sobre descarga direta e despacho aduaneiro de importação.

Disposições Preliminares

Art. 2°. A mercadoria importada a granel poderá ser descarregada do veículo procedente do exterior diretamente para pátios, tanques, silos ou depósitos de armazenamento, alfandegados ou não, ou para outros veículos, sob controle aduaneiro.

Da Comunicação de Descarga Direta de Granéis para Outro Veículo ou Armazenamento em Recinto Não Alfandegado

Art. 3°. A descarga direta de mercadoria importada a granel para locais ou recintos alfandegados está automaticamente autorizada, independentemente de qualquer formalidade específica, devendo os intervenientes cumprir as normas gerais relativas à chegada do veículo transportador, à operação de descarga e ao armazenamento da mercadoria, bem como indicar qual método será utilizado na mensuração da quantidade de mercadoria descarregada, nos moldes estabelecidos no Capítulo VII da Instrução Normativa RFB nº 1800, de 2018.

Art. 4º. A descarga direta de mercadoria importada a granel para outros veículos ou armazenamento em recinto não alfandegado, deverá ser comunicada com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis à data de descarga ao setor do despacho aduaneiro, através de dossiê digital, por meio da Solicitação de Dossiê Digital de Atendimento - SODEA, e será instruída com:

I - manifestação dos respectivos permissionários ou concessionários, atestando a incapacidade de recepção da mercadoria no porto alfandegado de descarga, para armazenagem do correspondente tipo de carga a granel;

II - Termo De Fiel Depositário e Comunicação de Descarga Direta de Granéis, conforme modelo constante do Anexo I desta Portaria, assumindo a condição de fiel depositário das mercadorias e comprometendo-se a não utilizá-la até a protocolização da comunicação de que trata o art. 7º ou até seu desembaraço, na hipótese do § 5º do mesmo artigo;

III - indicação, no campo específico do Anexo II, de qual método será utilizado na apuração da quantidade da mercadoria e se a quantificação será realizada por perito credenciado pela Receita Federal do Brasil, no caso de opção pela mensuração. nos moldes estabelecidos no Capítulo VII da Instrução Normativa RFB nº 1.800, de 2018;

IV - anuência ou manifestação da autoridade competente, no caso de mercadoria sujeita a controle de outro órgão.

§ 1º Em caso de combustíveis líquidos ou gasosos, o prazo previsto no caput será de 1 (um) dia útil.

§ 2º O Termo a que se refere o inciso III deverá estar acompanhado de cópia de procuração em que conste cláusula expressa específica que outorgue poderes ao signatário para firmá-lo.

§ 3º O Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil responsável pelo despacho aduaneiro poderá solicitar laudo de órgão ou entidade da administração pública ou entidade privada ou laudo de perito credenciado alternativamente à opção indicada no inciso IV, devendo, para tanto, informar ao importador com antecedência mínima de 1 (um) dia útil, sendo reduzida para 12 (doze) horas nos casos previstos no § 1º.

§ 4º A anuência ou manifestação prevista no inciso V deste artigo poderá ser apresentada a qualquer momento antes do início da descarga no caso de mercadoria sujeita a controle de outro órgão que, nos termos da legislação específica, só possa ser expedida após a sua chegada no Porto, devendo o Anexo I e demais documentos ser entregues nos prazos previstos no caput e § 1º deste artigo.

Da Autorização Automática de Descarga Direta

Art. 5°. A descarga direta de granel para outros veículos ou armazenamento em recinto não alfandegado fica automaticamente autorizada mediante o encaminhamento, via dossiê digital, do Anexo I, acompanhado dos documentos especificados no art. 4º, nos prazos lá estipulados.

§1° Autorizada a descarga direta para recinto não alfandegado e informada a atracação do navio no Siscomex Carga, o responsável pelo recinto alfandegado de descarga deverá informar, de forma imediata, no Sistema Integrado do Comércio Exterior - Siscomex, o número identificador da carga (NIC), nos termos do artigo 5º, parágrafo 2º da IN SRF nº 680, de 2 de outubro de 2006.

§2° Sempre que julgar necessário, a equipe de despacho aduaneiro da RFB poderá acompanhar a operação de descarga e/ou solicitar a retirada de amostras.

§3° Registrado o NIC na forma do parágrafo terceiro, o importador deverá proceder à retificação da declaração de Importação para registrar a chegada do navio.

Da Mensuração da Quantidade de Mercadoria Descarregada

Art. 6°. A mensuração da quantidade de mercadoria descarregada será regida nos moldes previstos pela IN/RFB n.º 1.800, de 2018 e o disposto no artigo 11 desta Portaria.

Da Entrega das Mercadorias Submetidas à Operação de Descarga Direta

Art. 7°. A entrega das mercadorias objeto de descarga direta e seu uso pelo importador, antes do desembaraço aduaneiro, estarão automaticamente autorizados após a protocolização da Comunicação de Término dos Trabalhos de Apuração das Quantidades de Mercadorias a Granel - Anexo II devidamente preenchido.

§ 1º Salvo na hipótese do § 2° deste artigo, o Anexo II deve se referir ao término total dos trabalhos de apuração das quantidades de mercadorias, independentemente da quantidade de mercadoria consignada a cada importador, vedada a emissão e protocolização de comunicação referente a conclusões parciais.

§ 2º Tratando-se de derivados de petróleo, a mensuração das quantidades a descarregar far-se-á obrigatoriamente a bordo da embarcação e, dadas as especificações de seu transporte e estocagem, o Anexo II referir-se-á à conclusão da medição inicial de arqueação.

§ 3º A Comunicação de que trata este artigo será entregue ao importador pelo técnico responsável pela quantificação em duas vias, as quais terão as seguintes destinações:

I- a primeira deverá ser anexada pelo importador ao dossiê digital referido no artigo 4º, caso em que ocorrerá a baixa automática do termo de fiel depositário e compromisso de que trata o inciso III do artigo 4º;

II- a segunda será entregue pelo importador ao depositário.

§ 4º Após a protocolização do Anexo II, a equipe de despacho aduaneiro da RFB registrará a entrega antecipada da mercadoria no Siscomex Importação.

§ 5º Quando a mercadoria não for objeto de mensuração por técnico credenciado pela RFB, a entrega da mercadoria e sua utilização pelo importador apenas ocorrerão após o registro do desembaraço da respectiva declaração de Importação no Siscomex, não se aplicando o disposto do caput deste artigo.

§ 6º. Observado o disposto no § 5º deste artigo, a juntada do Anexo II ao dossiê digital, na forma do inciso I do § 3º, caracteriza a protocolização prevista no caput deste artigo, autorizando a entrega das mercadorias objeto de descarga direta e seu uso pelo importador antes do desembaraço aduaneiro.

Da Retirada de Amostras

Art. 8º. A retirada de amostras de mercadoria importada a granel para análise laboratorial, para sua perfeita identificação, quando julgada necessária, será realizada pela fiscalização aduaneira ou por perito credenciado por esta Alfândega, e seguirá o disposto na IN RFB nº 1.063, de 10 de agosto de 2010.

Parágrafo único. A retirada das amostras deverá ser informada na Comunicação de Retirada de Amostra - Anexo III desta Portaria, devendo ser comunicada tanto ao depositário da mercadoria quanto à equipe de despacho aduaneiro da RFB, por meio do dossiê previsto no art. 4º.

Da Entrega dos Documentos Originais de Instrução do Despacho de Importação

Art. 9º Os documentos instrutivos do despacho de importação, juntamente ao laudo emitido pelo perito credenciado, serão disponibilizados à RFB na forma de arquivos digitais, por meio da funcionalidade "Anexação de Documentos Digitalizados" do Portal Único de Comércio Exterior, e autenticados via certificado digital, no prazo de até:

I- vinte dias, contados do término da descarga de mercadoria; e

II- cinquenta dias, em se tratando de importação de petróleo e seus derivados, e de gás natural e seus derivados.

Parágrafo único - O desembaraço aduaneiro no Siscomex fica condicionado ao cumprimento do disposto no caput.

Do Descumprimento dos Prazos

Art. 10º. O descumprimento dos prazos previstos na IN RFB n.º 1.282, de 2012, ou nesta Portaria, implicará na vedação ao importador de uso da autorização automática para efetuar descarga direta.

§ 1º A vedação referida no caput aplica-se, também, no caso de descumprimento das demais formalidades instituídas pela IN RFB n.º 1.282, de 2012, ou por esta Portaria.

§ 2º A vedação referida no caput e no § 1º terá validade a partir da ciência da notificação sobre o descumprimento que lhe deu origem.

§ 3º No caso de descumprimento de prazo, tem-se como regularizada a situação somente após o importador comprovar comunicação tempestiva de descarga futura à que deu origem à vedação.

§ 4º Compete ao Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil lotado na IRF SLS reconhecer o restabelecimento da autorização automática de que trata este artigo.

Da designação de Peritos

Art. 11. A designação de perito para proceder à mensuração de mercadorias transportadas a granel, bem como emissão de laudo de identificação de mercadoria, quando for o caso, dar-se-á de forma automática e deverá seguir o sistema de rodízio estabelecido pela SAANA da IRF Porto de São Luís.

Das Disposições Finais

Art. 12. Os casos omissos, respeitadas as competências de cada Seção, serão solucionados pelo chefe da SAANA da Inspetoria da Receita Federal do Brasil no Porto de São Luís.

Art. 13. Esta Portaria entra em vigor 30 (trinta) dias após sua publicação.

Art. 14. Fica revogada a Portaria ALF/SLS nº 49/2013.

ELMAR FERNANDES NASCIMENTO

ANEXO I

Receita Federal	RECEITA FEDERAL DO BRASIL Superintendência Regional da Receita Federal – 3ª Região Fiscal Inspetoria da Receita Federal do Brasil do Porto de São Luís - MA Av. Portugueses, S/N – Itaqui – São Luís - MA

TERMO DE FIEL DEPOSITÁRIO E COMUNICAÇÃO DE DESCARGA DIRETA DE GRANEIS

01 – IMPORTADOR

Nome	CNPJ/CPF
Endereço	Telefones de contato

02 – IDENTIFICAÇÃO DA MERCADORIA

Declaração de importação	B/L (*Bill of Lading*)	Conhecimento Eletrônico
Descrição das Mercadorias		
Quantidade		

03 – LOCAL DO DEPÓSITO DA MERCADORIA

Nome do proprietário do local do depósito	CNPJ
Endereço completo	Telefones de contato

04 – TERMO, COMPROMISSO E DECLARAÇÃO

O Importador acima identificado (campo 01), por seu representante legal abaixo identificado (campo 05), pelo presente TERMO:

a) **ASSUME**, perante a Fazenda Nacional, a condição de Fiel Depositário das mercadorias identificadas no campo 02 deste Termo, as quais ficarão depositadas no endereço constante do campo 03, responsabilizando-se, na forma e sob as penas da lei, pela boa guarda das referidas mercadorias e comprometendo-se a apresentá-las à RFB, se solicitado, e a não utilizá-las de forma alguma, antes da pesagem por balança rodoviária ou ferroviária, nos termos do art. 23, da IN RFB 1.800 de 21 de março de 2018, ou da apresentação da Comunicação do Término dos Trabalhos de Apuração das Quantidades de Mercadorias Existentes a Bordo de navio transportador ou no Local de Armazenagem –CTTA e, quando for o caso, da Comunicação de Término de Retirada de Amostras –CTRA, de que trata o art. 3º da IN RFB nº 1.282, de 16 de julho de 2012, no caso de mercadoria objeto de mensuração, medição ou desembaraço, quando esta não for objeto de mensuração por técnico credenciado pela RFB, nem de medição por servidor.

b) **COMUNICA** a operação de Descarga Direta das mercadorias acima descritas, com base no art. 2º da Instrução Normativa -IN RFB nº 1.282, de 16 de julho de 2012.

c) DECLARA estar ciente de que o descumprimento dos prazos ou formalidades dispostos na Portaria IRF/SLS nº 4/2018 e na IN RFB nº 1.282, de 2012, implicará na vedação à autorização de descarga automática nas importações subsequentes do importador, conforme art. 8º da referida IN, até que seja formalmente reconhecido pelo titular da unidade da RFB o restabelecimento da referida autorização.

05 – REPRESENTANTE LEGAL DO IMPORTADOR

Nome		CPF
Local e data	Nº de Inscrição (Se Despachante)	Assinatura

Modelo aprovado pela Portaria IRF/SLS nº 4, de 25 de setembro de 2018.

ANEXO II

RECEITA FEDERAL DO BRASIL
Superintendência Regional da Receita Federal – 3ª Região Fiscal
Inspetoria da Receita Federal do Brasil do Porto de São Luís - MA
Av. Portugueses, S/N – Itaqui – São Luís - MA

COMUNICAÇÃO DE TÉRMINO DOS TRABALHOS DE APURAÇÃO DAS QUANTIDADES DE MERCADORIAS A GRANEL

01 – IDENTIFICAÇÃO DO TÉCNICO RESPONSÁVEL OU PERITO

Nome	CNPJ/CPF

02 – DADOS DA MERCADORIA

B/L - DI
Importador
Produto

03 – IDENTIFICAÇÃO DA OPERAÇÃO

Navio	Terminal
Veículos para Transbordo (se for o caso)	

04 – DADOS DA QUANTIFICAÇÃO

Forma de Quantificação:
- ☐ Mensuração
- ☐ Pesagem (Balança)
- ☐ Medição Direta

Data e Horário do Início da Quantificação:	Data e Horário do Término da Quantificação Total
____ / ____/ 20 ____ ____ h _____ min.	____ / ____/ 20 ____ ____ h _____ min.
Assinatura do Técnico Responsável ou Perito	

05 – CIÊNCIA DO CONTRIBUINTE

Nome			CPF
Cargo	Data	Hora	Assinatura

06 – PARA USO DA RFB

Recebi a presente COMUNICAÇÃO, nesta data.	Campo para Observações da SAANA
Data/Carimbo/Assinatura do Auditor-Fiscal ou Analista-Tributário	

A presente Comunicação foi emitida em duas e sua destinação será de acordo com o que dispõe o §3º do art. 7º da Portaria IRF/SLS nº 4/2018.

Modelo aprovado pela Portaria IRF/SLS nº 4, de 25 de setembro de 2018.

ANEXO III

RECEITA FEDERAL DO BRASIL
Superintendência Regional da Receita Federal – 3ª Região Fiscal
Inspetoria da Receita Federal do Brasil do Porto de São Luís - MA
Av. Portugueses, S/N – Itaqui – São Luís - MA

COMUNICAÇÃO DE RETIRADA DE AMOSTRA

01 – IDENTIFICAÇÃO DA AMOSTRA

Declaração de Importação	B/L *(Bill of Lading)*
Importador	CNPJ
Fabricante/Produtor (Nome)	País de Origem
Exportador (Nome)	País de Aquisição
Dados da mercadoria (conforme consta na DI)	
NCM declarada	Recinto/Local amostragem

02 – DECLARAÇÃO

Certificamos que a amostragem da mercadoria acima identificada foi realizada nesta data, e declaramos para todos os fins que o procedimento realizado atendeu ao disposto nos artigos 3º e 10º da Instrução Normativa RFB nº 1.060, de 10 de agosto de 2010.

Foram coletadas 03 amostras de cada produto, os quais tiveram a seguinte destinação:

Amostra 1 – Perito (análise laboratorial)

Amostra 2 – Importador (contraprova)

Amostra 3 – Inspetoria da RFB do Porto de São Luís - MA (contraprova)

Por ocasião da retirada das amostras, o Representante Legal do importador:

☐ apresentou, antes do ato da coleta, a FISQ/MSDS e a literatura técnica do produto amostrado com vistas à instrução dos procedimentos realizados, os quais foram lidos e compreendidos pelo técnico amostrador

☐ NÃO apresentou, antes do ato da coleta, a FISQ/MSDS e a literatura técnica do produto amostrado, assumindo todo e qualquer ônus decorrente dessa omissão.

O Representante Legal ainda:

☐ declinou da formulação de quesitos previstos no § 4º do art. 3º da IN/RFB nº 1.063/2010

☐ formulou os anexos para serem respondidos junto com o Pedido de Exame Laboratorial

Ocorrências no ato da coleta *(OBS.:citar qualquer ocorrência relevante, quanto ao local ou mercadoria. Nada havendo a relatar, anotar NADA CONSTA)*

Identificação do Técnico Responsável ou Perito (Nome)	CNPJ/CPF
Data e Assinatura do Técnico Responsável ou Perito	

03 – CIÊNCIA DA RFB E DO CONTRIBUINTE

Recebi a presente COMUNICAÇÃO, nesta data.	**Recebi** a presente COMUNICAÇÃO, nesta data.
Data/Carimbo/Assinatura do Auditor-Fiscal ou Analista-Tributário	Data/Carimbo/Assinatura do Importador/Representante Legal

A presente Comunicação foi emitida em duas vias e sua destinação será de acordo com o que dispõe o parágrafo único do art. 8º da Portaria IRF/SLS nº 4/2018.

Modelo aprovado pela Portaria IRF/SLS nº 4, de 25 de setembro de 2018.

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 6ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 77, DE 26 DE SETEMBRO DE 2018

Concede habilitação definitiva ao Programa Mais Leite Saudável.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 302, inciso VII, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 17 de maio de 2012 e tendo em vista o disposto no artigo 9º-A da Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004, Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015 e Instrução Normativa RFB nº 1.590, de 05 de novembro de 2015, e considerando o que consta no dossiê de atendimento nº 10100.010588/1217-63, declara:

Art. 1º - Habilitada, em definitivo, ao Programa Mais Leite Saudável, a empresa LATICINIOS ITA INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 38.532.537/0001-75.

Art. 2º - O presente Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

WASHINGTON TORRES

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM GOVERNADOR VALADARES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 21, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018

Habilita pessoa jurídica ao Programa Mais Leite Saudável, instituído pelo Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM GOVERNADOR VALADARES-MG, em observância ao disposto no art. 16 da Instrução Normativa RFB nº 1.590, de 5 de novembro de 2015, tendo em vista o disposto no Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015, e considerando o que consta do e-dossiê nº 10100.001322/0318-10, declara:

Art. 1º - Habilitada a pessoa jurídica abaixo identificada no Programa Mais Leite Saudável instituído pelo Decreto nº 8.533/2015.

Nome Empresarial: COOPERATIVA DOS PRODUTORES RURAIS DE ITAMBACURI LTDA
CNPJ: 21.164.231/0001-00
Edital de Aprovação de Projeto emitido pela Secretaria de Mobilidade Social, do Produtor Rural e Cooperativismo, subordinada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, publicado no DOU Nº 24, de 2 de fevereiro de 2018, seção 3, pág. 7.
Período de vigência do Projeto: 30/08/2017 a 30/07/2018.

Art. 2º - Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

WELINGTON OLIVEIRA SOARES

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM UBERLÂNDIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 96, DE 27 DE SETEMBRO DE 2018

Habilita pessoa jurídica ao Programa Mais Leite Saudável instituído pelo Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015.

O DELEGADO-ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM UBERLÂNDIA-MG, no uso das atribuições que lhe confere os incisos II e III do art. 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 340, de 9 de outubro de 2017, e no art. 16 da Instrução Normativa RFB nº 1.590, de 5 de novembro de 2015, tendo em vista o disposto no Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015, na Instrução Normativa RFB nº 1.590, de 5 de novembro de 2015, e o que consta do e-dossiê nº 10100.009780/0918-83, declara:

Art. 1º Habilitada definitivamente a pessoa jurídica abaixo identificada no Programa Mais Leite Saudável instituído pelo Decreto nº 8.533/2015.

Nome Empresarial: QUATRELATI ALIMENTOS LTDA.
CNPJ: 11.391.594/0001-25
Edital de aprovação do Projeto de investimento constante dos autos do Processo nº 21028.007040/2018-81, emitido pela Secretaria de Mobilidade Social, do Produtor Rural e do Cooperativismo, subordinada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, publicado no DOU nº 170, de 3 de setembro de 2018, seção 3, pág. 8.
Período de execução do Projeto: 01/07/2018 a 30/06/2021.

Art. 2º Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

LUIZ CLÁUDIO MARTINS HENRIQUES

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800046

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 7ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE COMÉRCIO EXTERIOR NO RIO DE JANEIRO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 142, DE 10 DE SETEMBRO DE 2018

Autoriza a cessão de uso de mercadorias importadas.

O DELEGADO ADJUNTO DA DELEGACIA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE COMÉRCIO EXTERIOR - DECEX, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 340, III, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430/2017, publicada no D.O.U. de 11 de outubro de 2017, seção I, página 22, e considerando o disposto no art. 124, parágrafo único, inciso I, do Regulamento Aduaneiro, aprovado pelo Decreto nº 6.759, de 6 de fevereiro de 2009, e o que consta no processo administrativo nº 10715.722380/2018-71, resolve:

Art. 1º - Autorizar a cessão de uso dos bens constantes da DI nº 18/1711319-6, com a isenção de tributos prevista na Lei nº 8.010/1990, da FUNDAÇÃO UNIVERSITÁRIA JOSÉ BONIFÁCIO - FUJB, CNPJ: 42.429.480/0001-50 para a UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - UFRJ, CNPJ: 33.663.683/0001-16.

Art. 2º - Este ato declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

RUY AFONSO LOPES SALDANHA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 8ª REGIÃO FISCAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 43, DE 26 DE SETEMBRO DE 2018

Alfandega até 07 de março de 2022 os Silos que menciona.

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 8ª REGIÃO FISCAL, no uso de suas atribuições regimentais e da competência estabelecida pelo art. 26 da Portaria RFB nº 3.518, de 30 de setembro de 2011, nos termos e condições dessa mesma Portaria e à vista do que consta no processo nº 11128.721963/2018-68, declara:

Art. 1º. Ficam alfandegados a título permanente e em caráter precário, até 07 de março de 2022, os silos de nºs 01 a 05, instalados na estrutura denominada "ZORTEA", os silos nºs 01 a 10 e 12 a 21 e os entre-silos nºs 23 a 27, instalados na estrutura denominada "MEGASILOS", todos implantados na área contígua à zona primária do Porto de Santos, situada na Praça Guilherme Aralhe, 20 - bairro Estuário - município de Santos/SP, coordenadas geográficas: latitude -23.960086 e longitude -46.307596, administrados por BUNGE ALIMENTOS S/A, CNPJ/MF nº 84.046.101/0582-72, os quais estão interligados ao cais do porto por meio de esteira transportadora de, aproximadamente, 1.770 m², instalada em caráter permanente na Área de Servidão de Passagem instituída pelo Contrato DP/27.2000, celebrado entre a CODESP e o interessado em 05 de julho de 2000, e seus Instrumentos de Retificação, Ratificação e Aditamento, e que se destinam à armazenagem e movimentação de trigo e outros cereais, a granel, próprios e de terceiros, em operações de importação. Este alfandegamento abrange a citada esteira transportadora de interligação conforme o disposto no §2º do art. 4º da retro referida Portaria.

Art. 2º. Os silos ora alfandegados estão sob a jurisdição da Alfândega do Porto de Santos que baixará as rotinas operacionais que se fizerem necessárias ao controle fiscal.

Art. 3º. Cumpre ao interessado ressarcir ao Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização - FUNDAF, instituído pelo Decreto-Lei nº 1.437/75, em conformidade com o art. 22 do Decreto-Lei nº 1.455, de 07 de abril de 1976.

Art. 4º. Fica atribuído ao Terminal em questão o código 8.93.22.15-0.

Art. 5º. Sem prejuízo de eventuais penalidades cabíveis, este alfandegamento poderá ser suspenso ou cancelado por aplicação de sanção administrativa, bem como poderá ser extinto a pedido do interessado, podendo ainda a RFB revê-lo a qualquer momento para a sua eventual adequação às normas.

Art. 6º. Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, em substituição ao Ato declaratório Executivo SRRF08 nº 36, de 29 de setembro de 2014, o qual fica revogado sem interrupção de sua força normativa.

JOSÉ GUILHERME ANTUNES DE VASCONCELOS

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO SEBASTIÃO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 6, DE 27 DE SETEMBRO DE 2018

Habilitação para utilizar procedimentos simplificados para embarque e despacho aduaneiro de exportação de petróleo.

O INSPETOR-CHEFE DA INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO SEBASTIÃO/SP, no uso da atribuição regimental para gerir processos de trabalho relacionados ao Controle Aduaneiro conferida pelo art. 337 e Anexo XXII da Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 11 de outubro de 2017, considerando o disposto no inciso I do art. 27 do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, publicado no DOU de 17 de setembro de 2009, no art. 4º da Instrução Normativa RFB nº 1.381, de 31 de julho de 2013, publicada no DOU de 1º de agosto de 2013, e, tendo em vista o que consta no processo administrativo nº 10821.720563/2017-64, declara:

Art. 1º Fica a empresa PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. PETROBRAS inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) sob nº 33.000.167/0001-01, com estabelecimento sede na Avenida República do Chile, nº 65, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20031-170, por intermédio dos estabelecimentos comerciais exportadores relacionados no art. 2º, HABILITADA a utilizar os procedimentos simplificados para embarque e despacho aduaneiro de exportação de petróleo das origens relacionadas no art. 3º, mediante transbordo na área marítima abaixo descrita (inciso II, art. 7º da IN RFB nº 1.381, de 2013):

- Píer 1 do Terminal de São Sebastião (também conhecido como Píer 1 do Terminal Aquaviário de São Sebastião Almirante Barroso - Tebar ou berço PP1-VLCC/SUEZMAX do Terminal de São Sebastião), localizado na Av. Guarda-Mor Lobo Viana, 1111, Porto Grande, São Sebastião/SP, administrado pela Petrobras Transportes S.A. - Transpetro, CNPJ nº 02.709.449/0040-65, e parte integrante do cais de atracação e acostagem alfandegado pelo Ato declaratório Executivo SRRF 08 nº 81, de 11 de setembro de 2002, publicado no DOU de 13 de setembro de 2002.

Art. 2º A presente habilitação aplica-se somente aos seguintes estabelecimentos comerciais:

CNPJ	Endereço
33.000.167/0004-54	Av. Nossa Senhora da Penha, 1688, Edivit, Barro Vermelho, Vitória/ES, CEP 29.057-550
33.000.167/0088-62	Rod. Washington Luiz BR 040, s/n, km 113,7, Campos Elíseos, Duque de Caxias/RJ, CEP 25.070-235
33.000.167/0094-00	Ilha D´Água s/n, Ribeira, Rio de Janeiro/RJ, CEP 21.930-970
33.000.167/0183-10	Av. Elias Agostinho, 665, Parte, Modal Marítimo, Centro, Macaé/RJ, CEP 27.913-350
33.000.167/0603-50	R. Albert Schweitzer, 197, Alemoa, Santos/SP, CEP 11.095-520
33.000.167/0661-29	Av. Guarda Mor Lobo Viana, 1111, Porto Grande, São Sebastião/SP, CEP 11.600-000
33.000.167/0792-98	Ilha Redonda, s/n, Baía da Guanabara, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.531-540
33.000.167/0895-01	Av. Conselheiro Nébias, 159 e 175, Paquetá, Santos/SP, CEP 11.015-001
33.000.167/1055-58	Rod. Amaral Peixoto, 11000, Imboassica, Macaé/RJ, CEP 27.973-030
33.000.167/1072-59	Rod. BR 101, s/n, km 81, Píer, Jacuacanga, Angra dos Reis/RJ, CEP 23.900-000

Art. 3º A presente habilitação aplica-se somente ao petróleo com origem nas seguintes unidades de produção e/ou estocagem:

Unidades de produção		Localização geográfica		Campo/bloco
		Latitude S	Longitude W	
FPSO:				
BRASIL		21º 55' 57"	039º 49' 06"	Roncador
CAPIXABA		20º 00' 06"	039º 33' 31"	Cachalote/BC-60
CIDADE DE ANCHIETA		21º 20' 16"	040º 03' 27"	Baleia Azul/BC-60
CIDADE DE ANGRA DOS REIS		25º 32' 39"	042º 50' 23"	Lula/BM-S-11
CIDADE DE CARAGUATATUBA		25º 31' 07"	043º 27' 60"	Lapa/BM-S-09
CIDADE DE ILHABELA		25º 40' 22"	043º 12' 22"	Sapinhoá/BM-S-09
CIDADE DE ITAGUAÍ		25º 08' 28"	042º 56' 39"	Iracema Norte/BM-S-11
CIDADE DE MANGARATIBA		25º 12' 14"	042º 52' 42"	Cernambi/BM-S-11
CIDADE DE MARICÁ		25º 26' 55"	042º 45' 11"	Lula/BM-S-11
CIDADE DE PARATY		25º 23' 45"	042º 45' 38"	Lula/BM-S-11
CIDADE DE SÃO PAULO		25º 47' 57"	043º 15' 46"	Sapinhoá/BM-S-09
CIDADE DE SAQUAREMA		25º 29' 29"	042º 46' 53"	Lula Central/BM-S-11
FLUMINENSE		22º 38' 00"	040º 25' 00"	Bijupirá
FRADE		21º 53' 00"	039º 51' 30"	Frade
P-32		22º 20' 49"	040º 14' 30"	Marlim
P-33		22º 22' 13"	040º 01' 36"	Marlim
P-35		22º 26' 07"	040º 04' 10"	Marlim
P-37		22º 29' 00"	040º 05' 50"	Marlim
P-47		22º 20' 29"	040º 11' 41"	Marlim
P-50		22º 05' 04"	039º 49' 45"	Albacora Leste
P-54		21º 58' 02"	039º 49' 35"	Roncador
P-57		21º 15' 06"	040º 02' 26"	Jubarte/BC-60
P-58		21º 12' 54"	039º 59' 50"	Cachalote/BC-60
P-62		21º 56' 23"	039º 47' 07"	Roncador
P-63		23º 30' 50"	041º 03' 52"	Papa Terra/BC-20
P-66		25º 36' 10"	042º 49' 14"	Lula/BM-S-11
P-67		25º 19' 47,53"	042º 41' 33,56"	Lula/BM-S-11
P-69		25º 39' 29"	042º 51' 34"	Lula/BM-S-11
P-74		24º 38' 58,743"	042º 30" 51,976"	Búzios
P-75		24º 47' 20"	042º 30' 35"	Búzios
P-76		24º 41' 20"	042º 30' 21"	Búzios
P-77		24º 38' 11"	042º 24' 43"	Búzios
PIONEIRO DE LIBRA		24º 39' 29"	042º 13' 55"	Libra P1
PLATAFORMAS:	P-52	21º 54' 18"	039º 44' 14"	Roncador
PLATAFORMA	PCE-1	22º 42' 23"	040º 41' 40"	Enchova
PLATAFORMA	PGP-1	22º 22' 22"	040º 25' 07"	Garoupa
Unidades de estocagem		Latitude S	Longitude W	Campos
FSO:	CIDADE DE MACAÉ	22º 09' 21"	040º 08' 53"	Roncador, Marlim Leste, Marlim Sul e Moréia
	P-38	22º 33' 27"	040º 07' 20"	Marlim Sul

Art. 4º A habilitação para utilizar os referidos procedimentos simplificados tem caráter precário e pode ser revogada a qualquer tempo no interesse da Administração Tributária, bem como suspensa ou cancelada, nos casos de descumprimento de requisitos ou condições estabelecidos na IN RFB n.º 1.381, de 2013.

Art. 5º Fica revogado o Ato declaratório Executivo n.º 7, de 7 de dezembro de 2017, publicado no DOU de 11 de dezembro de 2017.

Art. 6º Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

GETÚLIO RODRIGUES DA COSTA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800047

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DE BRASIL DE FISCALIZAÇÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR

EQUIPE DE GESTÃO DE OPERADORES ECONÔMICOS AUTORIZADOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 111, DE 27 DE SETEMBRO DE 2018

Certifica como Operador Econômico Autorizado a empresa que especifica.

O CHEFE DA EQUIPE DE GESTÃO DE OPERADORES ECONÔMICOS AUTORIZADOS DA DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE FISCALIZAÇÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR - DELEX, instituída por meio da Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, no uso da atribuição que lhe confere o art. 18 da Instrução Normativa RFB nº 1598, de 9 de dezembro de 2015, e tendo em vista o que consta do Dôssie nº 10120.006768/1116-69,, resolve:

Art. 1º. Certificar como Operador Econômico Autorizado, em caráter precário, com prazo de validade indeterminado, na modalidade OEA-SEGURANÇA, IMPORTADOR/EXPORTADOR, a empresa OCEANAIR LINHAS AEREAS S/A, inscrita no CNPJ sob o nº 02.575.829/0001-48.

Art. 2º. Esta certificação é extensiva a todos os estabelecimentos da empresa supracitada.

Art. 3º. Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

DANILO PIZOL INVERNIZZI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 112, DE 27 DE SETEMBRO DE 2018

Certifica como Operador Econômico Autorizado a empresa que especifica.

O CHEFE DA EQUIPE DE GESTÃO DE OPERADORES ECONÔMICOS AUTORIZADOS DA DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE FISCALIZAÇÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR - DELEX, instituída por meio da Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, no uso da atribuição que lhe confere o art. 18 da Instrução Normativa RFB nº 1598, de 9 de dezembro de 2015, e tendo em vista o que consta no Requerimento nº 4 do Sistema OEA, módulo do Portal Único do Siscomex,, resolve:

Art. 1º. Certificar como Operador Econômico Autorizado, em caráter precário, com prazo de validade indeterminado, na modalidade OEA-CONFORMIDADE NÍVEL 2, IMPORTADOR/EXPORTADOR, a empresa KOMATSU DO BRASIL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 44.410.199/0001-00.

Art. 2º. Esta certificação é extensiva a todos os estabelecimentos da empresa supracitada.

Art. 3º. Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

DANILO PIZOL INVERNIZZI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 113, DE 27 DE SETEMBRO DE 2018

Certifica como Operador Econômico Autorizado a empresa que especifica.

O CHEFE DA EQUIPE DE GESTÃO DE OPERADORES ECONÔMICOS AUTORIZADOS DA DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE FISCALIZAÇÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR - DELEX, instituída por meio da Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, no uso da atribuição que lhe confere o art. 18 da Instrução Normativa RFB nº 1598, de 9 de dezembro de 2015, e tendo em vista o que consta do Dôssie nº 10120.005063/0616-94, resolve:

Art. 1º. Certificar como Operador Econômico Autorizado, em caráter precário, com prazo de validade indeterminado, na modalidade OEA-SEGURANÇA, AGENTE DE CARGA, a empresa PGL PRIME AGENCIAMENTO DE CARGA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 09.312.421/0001-22.

Art. 2º. Esta certificação é extensiva a todos os estabelecimentos da empresa supracitada.

Art. 3º. Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

DANILO PIZOL INVERNIZZI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 114, DE 27 DE SETEMBRO DE 2018

Certifica como Operador Econômico Autorizado a empresa que especifica.

O CHEFE DA EQUIPE DE GESTÃO DE OPERADORES ECONÔMICOS AUTORIZADOS DA DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE FISCALIZAÇÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR - DELEX, instituída por meio da Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, no uso da atribuição que lhe confere o art. 18 da Instrução Normativa RFB nº 1598, de 9 de dezembro de 2015, e tendo em vista o que consta no Requerimento nº 1560 do Sistema OEA, módulo do Portal Único do Siscomex, resolve:

Art. 1º. Certificar como Operador Econômico Autorizado, em caráter precário, com prazo de validade indeterminado, na modalidade OEA-SEGURANÇA, AGENTE DE CARGA, a empresa PGL BRASIL LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 04.503.292/0001-36.

Art. 2º. Esta certificação é extensiva a todos os estabelecimentos da empresa supracitada.

Art. 3º. Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

DANILO PIZOL INVERNIZZI

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 9ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CASCAVEL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 32, DE 27 DE SETEMBRO DE 2018

Exclui pessoa jurídica do Parcelamento Especial (Paes), de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CASCAVEL - PR, abaixo identificado, tendo em vista o disposto nos arts. 1º e 7º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, no art. 12 da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, nos arts. 9º a 17 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3, de 25 de agosto de 2004, e na Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 4, de 20 de setembro de 2004, declara:

Art. 1º Fica excluída do Parcelamento Especial (Paes) de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, de acordo com seu art. 7º, a pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob nº 75.134.650/0001-29, tendo em vista que foi constatada a ocorrência de três meses consecutivos ou seis alternados sem recolhimento das parcelas do Paes ou que este tenha sido efetuado em valor inferior ao fixado nos incisos II e III do § 3º, incisos I e II do § 4º e § 6º do art. 1º da Lei nº 10.684, de 2003.

Art. 2º O detalhamento do motivo da exclusão poderá ser obtido na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) na Internet, no endereço <www.receita.fazenda.gov.br>, com a utilização da Senha Paes.

Art. 3º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 dias, contado da data de publicação deste ADE, apresentar recurso administrativo dirigido ao Delegado da Receita Federal do Brasil em Cascavel - PR, no endereço: Rua Rio Grande do Sul, 1289, Centro, Cep 85.801-901, Cascavel - PR.

Art. 4º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 3º, a exclusão do Paes será definitiva.

Art. 5º Este ADE entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO SERGIO CORDEIRO BINI

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 130, DE 26 DE SETEMBRO DE 2018

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 270 combinado com os incisos II e III do artigo 340, todos esses da Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, publicada no DOU de 11 de outubro de 2017, e considerando o disposto no artigo 51 da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, publicada no DOU de 27 de dezembro de 2013, e no artigo 336 do Decreto nº 7.212, de 15 de junho de 2010, publicado no DOU de 16 de junho de 2010, e, ainda, considerando o pedido, formulado nos autos do processo 11516.724870/2017-31, do contribuinte COLUMBIA TRADING S/A, estabelecida na Rod. Antônio Heil, nº 1001, sala 303, Bairro Itaipava, Itajaí/SC, CNPJ nº 46.548.574/0005-23, portador do Registro Especial de Importador de Bebidas Alcoólicas de nº 09201/054, declara:

Art. 1º - Autorizado o fornecimento de 15.180 (quinze mil, cento e oitenta) selos de controle Código 9829-14, Tipo UÍSQUE, Cor AMARELO, para produto estrangeiro a ser selado no exterior, relativos a Proforma Invoice 0007183227, para o produto e quantidade abaixo indicados:

Unidades	Caixas	Marca comercial	Características do produto
15.180	1.265	Jack Daniel´s	Uísque americano, 40% GL, idade até 8 anos, em caixas de 12 garrafas de 1000 ml.

Art. 2º - Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no DOU.

SAULO FIGUEIREDO PEREIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 131, DE 26 DE SETEMBRO DE 2018

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 270 combinado com os incisos II e III do artigo 340, todos esses da Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, publicada no DOU de 11 de outubro de 2017, e considerando o disposto no artigo 51 da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, publicada no DOU de 27 de dezembro de 2013, e no artigo 336 do Decreto nº 7.212, de 15 de junho de 2010, publicado no DOU de 16 de junho de 2010, e, ainda, considerando o pedido, formulado nos autos do processo 11516.724870/2017-31, do contribuinte COLUMBIA TRADING S/A, estabelecida na Rod. Antônio Heil, nº 1001, sala 303, Bairro Itaipava, Itajaí/SC, CNPJ nº 46.548.574/0005-23, portador do Registro Especial de Importador de Bebidas Alcoólicas de nº 09201/054, declara:

Art. 1º - Autorizado o fornecimento de 15.180 (quinze mil, cento e oitenta) selos de controle Código 9829-14, Tipo UÍSQUE, Cor AMARELO, para produto estrangeiro a ser selado no exterior, relativos a Proforma Invoice 0007183228, para o produto e quantidade abaixo indicados:

Unidades	Caixas	Marca comercial	Características do produto
15.180	1.265	Jack Daniel´s	Uísque americano, 40% GL, idade até 8 anos, em caixas de 12 garrafas de 1000 ml.

Art. 2º - Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no DOU.

SAULO FIGUEIREDO PEREIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 132, DE 26 DE SETEMBRO DE 2018

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 270 combinado com os incisos II e III do artigo 340, todos esses da Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, publicada no DOU de 11 de outubro de 2017, e considerando o disposto no artigo 51 da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, publicada no DOU de 27 de dezembro de 2013, e no artigo 336 do Decreto nº 7.212, de 15 de junho de 2010, publicado no DOU de 16 de junho de 2010, e, ainda, considerando o pedido, formulado nos autos do processo 11516.724870/2017-31, do contribuinte COLUMBIA TRADING S/A, estabelecida na Rod. Antônio Heil, nº 1001, sala 303, Bairro Itaipava, Itajaí/SC, CNPJ nº 46.548.574/0005-23, portador do Registro Especial de Importador de Bebidas Alcoólicas de nº 09201/054, declara:

Art. 1º - Autorizado o fornecimento de 15.180 (quinze mil, cento e oitenta) selos de controle Código 9829-14, Tipo UÍSQUE, Cor AMARELO, para produto estrangeiro a ser selado no exterior, relativos a Proforma Invoice 0007183229, para o produto e quantidade abaixo indicados:

Unidades	Caixas	Marca comercial	Características do produto
15.180	1.265	Jack Daniel´s	Uísque americano, 40% GL, idade até 8 anos, em caixas de 12 garrafas de 1000 ml.

Art. 2º - Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no DOU.

SAULO FIGUEIREDO PEREIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 133, DE 26 DE SETEMBRO DE 2018

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 270 combinado com os incisos II e III do artigo 340, todos esses da Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, publicada no DOU de 11 de outubro de 2017, e considerando o disposto no artigo 51 da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, publicada no DOU de 27 de dezembro de 2013, e no artigo 336 do Decreto nº 7.212, de 15 de junho de 2010, publicado no DOU de 16 de junho de 2010, e, ainda, considerando o pedido, formulado nos autos do processo 11516.724870/2017-31, do contribuinte COLUMBIA TRADING S/A, estabelecida na Rod. Antônio Heil, nº 1001, sala 303, Bairro Itaipava, Itajaí/SC, CNPJ nº 46.548.574/0005-23, portador do Registro Especial de Importador de Bebidas Alcoólicas de nº 09201/054, declara:

Art. 1º - Autorizado o fornecimento de 15.180 (quinze mil, cento e oitenta) selos de controle Código 9829-14, Tipo UÍSQUE, Cor AMARELO, para produto estrangeiro a ser selado no exterior, relativos a Proforma Invoice 0007183230, para o produto e quantidade abaixo indicados:

Unidades	Caixas	Marca comercial	Características do produto
15.180	1.265	Jack Daniel´s	Uísque americano, 40% GL, idade até 8 anos, em caixas de 12 garrafas de 1000 ml.

Art. 2º - Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no DOU.

SAULO FIGUEIREDO PEREIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 134, DE 26 DE SETEMBRO DE 2018

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 270 combinado com os incisos II e III do artigo 340, todos esses da Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, publicada no DOU de 11 de outubro de 2017, e considerando o disposto no artigo 51 da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, publicada no DOU de 27 de dezembro de 2013, e no artigo 336 do Decreto nº 7.212, de 15 de junho de 2010, publicado no DOU de 16 de junho de 2010, e, ainda, considerando o pedido, formulado nos autos do processo 11516.724870/2017-31, do contribuinte COLUMBIA TRADING S/A, estabelecida na Rod. Antônio Heil, nº 1001, sala 303, Bairro Itaipava, Itajaí/SC, CNPJ nº 46.548.574/0005-23, portador do Registro Especial de Importador de Bebidas Alcoólicas de nº 09201/054, declara:

Art. 1º - Autorizado o fornecimento de 15.180 (quinze mil, cento e oitenta) selos de controle Código 9829-14, Tipo UISQUE, Cor AMARELO, para produto estrangeiro a ser selado no exterior, relativos a Proforma Invoice 0007183231, para o produto e quantidade abaixo indicados:

Unidades	Caixas	Marca comercial	Características do produto
15.180	1.265	Jack Daniel´s	Uísque americano, 40% GL, idade até 8 anos, em caixas de 12 garrafas de 1000 ml.

Art. 2º - Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no DOU.

SAULO FIGUEIREDO PEREIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 135, DE 26 DE SETEMBRO DE 2018

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 270 combinado com os incisos II e III do artigo 340, todos esses da Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, publicada no DOU de 11 de outubro de 2017, e considerando o disposto no artigo 51 da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, publicada no DOU de 27 de dezembro de 2013, e no artigo 336 do Decreto nº 7.212, de 15 de junho de 2010, publicado no DOU de 16 de junho de 2010, e, ainda, considerando o pedido, formulado nos autos do processo 11516.724870/2017-31, do contribuinte COLUMBIA TRADING S/A, estabelecida na Rod. Antônio Heil, nº 1001, sala 303, Bairro Itaipava, Itajaí/SC, CNPJ nº 46.548.574/0005-23, portador do Registro Especial de Importador de Bebidas Alcoólicas de nº 09201/054, declara:

Art. 1º - Autorizado o fornecimento de 15.180 (quinze mil, cento e oitenta) selos de controle Código 9829-14, Tipo UISQUE, Cor AMARELO, para produto estrangeiro a ser selado no exterior, relativos a Proforma Invoice 0007183232, para o produto e quantidade abaixo indicados:

Unidades	Caixas	Marca comercial	Características do produto
15.180	1.265	Jack Daniel´s	Uísque americano, 40% GL, idade até 8 anos, em caixas de 12 garrafas de 1000 ml.

Art. 2º - Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no DOU.

SAULO FIGUEIREDO PEREIRA

SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 136, DE 27 DE SETEMBRO DE 2018

Exclui pessoas jurídicas do Parcelamento Especial (Paes), de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

A CHEFE DO SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos arts. 1º e 7º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, no art. 12 da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, nos arts. 9º a 17 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3, de 25 de agosto de 2004, na Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 4, de 20 de setembro de 2004, e no artigo 243, inciso II, do Regimento Interno da RFB, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17/05/2012, declara:

Art. 1º Ficam excluídas do Parcelamento Especial (Paes) de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, de acordo com seu art. 7º, as pessoas jurídicas relacionadas no Anexo Único a este Ato declaratório Executivo (ADE), tendo em vista que foi constatada a ocorrência de três meses consecutivos ou seis alternados sem recolhimento das parcelas do Paes ou que este tenha sido efetuado em valor inferior ao fixado nos incisos II e III do § 3º, incisos I e II do § 4º e § 6º do art. 1º da Lei nº 10.684, de 2003.

Art. 2º O detalhamento do motivo da exclusão poderá ser obtido na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) na Internet, no endereço <www.receita.fazenda.gov.br>, com a utilização da Senha Paes.

Art. 3º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 dias, contado da data de publicação deste ADE, apresentar recurso administrativo dirigido ao Delegado da Receita Federal do Brasil em Florianópolis, de acordo com o § 1º do artigo 14 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 03, de 2004, na Rua Claudino Bento dos Santos, 11 - Centro - Florianópolis - SC.

Art. 4º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 3º, a exclusão do Paes será definitiva.

Art. 5º Este ADE entra em vigor na data de sua publicação.

REGINA SAVI DE FIGUEIREDO

ANEXO ÚNICO

Relação das pessoas excluídas do Parcelamento Especial (Paes).

Três parcelas consecutivas ou seis alternadas sem recolhimento ou com recolhimento inferior ao fixado nos incisos II e III do § 3º, incisos I e II do § 4º e § 6º do art. 1º da Lei nº 10.684, de 2003.

CNPJ das pessoas jurídicas excluídas:

79.676.367/0001-80
80.690.399/0001-19
79.491.007/0001-03
80.941.024/0001-84
83.101.717/0001-57
02.067.259/0001-85
75.411.728/0001-05
01.054.970/0001-32
83.873.752/0001-94
83.540.658/0001-13
76.312.750/0001-60
80.484.728/0001-75
75.417.675/0001-30
82.150.012/0001-67
02.422.010/0001-40
79.295.267/0001-03
79.309.449/0001-96
83.872.796/0001-08
85.405.678/0001-07
76.599.091/0001-95

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MARINGÁ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 22, DE 25 DE SETEMBRO DE 2018

declara excluída do Registro Especial para operação com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos a pessoa jurídica que menciona

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MARINGÁ-PR no uso das atribuições que lhe confere o inciso III, do art. 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no art. 2º da Lei Nº 11.945, de 4 de junho de 2009, bem como o art. 7º da Instrução Normativa RFB nº 976, de 7 de dezembro de 2009, e o que consta no Processo Administrativo nº 10950.726078/2018-18, declara:

Art. 1º - EXCLUÍDO de ofício os REGISTROS ESPECIAIS DE PAPEL IMUNE Nº GP-09105/00004 (ADE 0048/2010 - processo 10950.000206/2002-24) da pessoa jurídica APOLO INDUSTRIA GRÁFICA LTDA, CNPJ nº 82.526.401/0001-44, em razão do disposto no artigo 07, incisos III e IV, da Instrução Normativa RFB nº 976/2009.

Art. 2º - A exclusão tem efeitos a partir da entrada em vigor deste ADE, com impedimento de concessão de novo Registro Especial para Papel Imune pelo prazo de 5 (cinco) anos-calendário seguintes, consoante o disposto no artigo 07, parágrafo 4º, da Instrução Normativa RFB nº 976/2009.

Art. 3º - A fim de assegurar o contraditório e a ampla defesa,é facultado à pessoa jurídica, por meio de seu representante legal ou procurador, dentro do prazo de 10 (dez) dias contados da data da ciência deste Ato, apresentar esclarecimentos e provas cabíveis, bem como regularizar a sua situação fiscal em relação à exclusão, nos termos artigo 07, parágrafo 1º, da Instrução Normativa RFB nº 976/2009, exceto para o caso do inciso V.

Parágrafo Único. Não havendo manifestação de inconformidade no prazo mencionado no caput deste artigo a exclusão tornar-se-á definitiva.

Art.4º Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

OSMAR FABRE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 23, DE 25 DE SETEMBRO DE 2018

declara excluída do Registro Especial para operação com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos a pessoa jurídica que menciona

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MARINGÁ-PR no uso das atribuições que lhe confere o inciso III, do art. 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no art. 2º da Lei Nº 11.945, de 4 de junho de 2009, bem como o art. 7º da Instrução Normativa RFB nº 976, de 7 de dezembro de 2009, e o que consta no Processo Administrativo nº 10950.726079/2018-54, declara:

Art. 1º - EXCLUÍDO de ofício os REGISTROS ESPECIAIS DE PAPEL IMUNE Nº GP-09105/00032 (ADE 0089/2010 - processo 10950.004940/2010-72) da pessoa jurídica APOLO SERVIÇOS GRÁFICOS LTDA, CNPJ nº 12.339.563/0001-98, em razão do disposto no artigo 07, incisos III e IV, da Instrução Normativa RFB nº 976/2009.

Art. 2º - A exclusão tem efeitos a partir da entrada em vigor deste ADE, com impedimento de concessão de novo Registro Especial para Papel Imune pelo prazo de 5 (cinco) anos-calendário seguintes, consoante o disposto no artigo 07, parágrafo 4º, da Instrução Normativa RFB nº 976/2009.

Art. 3º - A fim de assegurar o contraditório e a ampla defesa,é facultado à pessoa jurídica, por meio de seu representante legal ou procurador, dentro do prazo de 10 (dez) dias contados da data da ciência deste Ato, apresentar esclarecimentos e provas cabíveis, bem como regularizar a sua situação fiscal em relação à exclusão, nos termos artigo 07, parágrafo 1º, da Instrução Normativa RFB nº 976/2009, exceto para o caso do inciso V.

Parágrafo Único. Não havendo manifestação de inconformidade no prazo mencionado no caput deste artigo a exclusão tornar-se-á definitiva.

Art.4º Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

OSMAR FABRE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 24, DE 25 DE SETEMBRO DE 2018

declara excluída do Registro Especial para operação com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos a pessoa jurídica que menciona

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MARINGÁ-PR no uso das atribuições que lhe confere o inciso III, do art. 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no art. 2º da Lei Nº 11.945, de 4 de junho de 2009, bem como o art. 7º da Instrução Normativa RFB nº 976, de 7 de dezembro de 2009, e o que consta no Processo Administrativo nº 10950.726080/2018-89, declara:

Art. 1º - EXCLUÍDO de ofício os REGISTROS ESPECIAIS DE PAPEL IMUNE Nº IP-09105/00005 (ADE 0093/2010), FP-09105/00001 (ADE 0092/2010) e DP-09105/00004 (ADE 0094/2010) do processo 13951.000320/2010-42 da pessoa jurídica AUTO ADESIVOS PARANÁ S.A. , CNPJ nº 03.514.129/0001-06, em razão do disposto no artigo 07, incisos III , da Instrução Normativa RFB nº 976/2009.

Art. 2º - A exclusão tem efeitos a partir da entrada em vigor deste ADE, com impedimento de concessão de novo Registro Especial para Papel Imune pelo prazo de 5 (cinco) anos-calendário seguintes, consoante o disposto no artigo 07, parágrafo 4º, da Instrução Normativa RFB nº 976/2009.

Art. 3º - A fim de assegurar o contraditório e a ampla defesa,é facultado à pessoa jurídica, por meio de seu representante legal ou procurador, dentro do prazo de 10 (dez) dias contados da data da ciência deste Ato, apresentar esclarecimentos e provas cabíveis, bem como regularizar a sua situação fiscal em relação à exclusão, nos termos artigo 07, parágrafo 1º, da Instrução Normativa RFB nº 976/2009, exceto para o caso do inciso V.

Parágrafo Único. Não havendo manifestação de inconformidade no prazo mencionado no caput deste artigo a exclusão tornar-se-á definitiva.

Art.4º Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

OSMAR FABRE

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800049

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 25, DE 25 DE SETEMBRO DE 2018

declara excluída do Registro Especial para operação com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos a pessoa jurídica que menciona

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MARINGÁ-PR no uso das atribuições que lhe confere o inciso III, do art. 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no art. 2º da Lei Nº 11.945, de 4 de junho de 2009, bem como o art. 7º da Instrução Normativa RFB nº 976, de 7 de dezembro de 2009, e o que consta no Processo Administrativo nº 10950.726081/2018-23, declara:

Art. 1º - EXCLUÍDO de ofício os REGISTROS ESPECIAIS DE PAPEL IMUNE Nº GP-09105/00042 (ADE 0016/2013 - processo 10950.721112/2013-45) da pessoa jurídica BSG GRAFICA E EDITORA LTDA, CNPJ nº 10.744.521/0001-07 em razão do disposto no artigo 07, inciso IV, da Instrução Normativa RFB nº 976/2009.

Art. 2º - A exclusão tem efeitos a partir da entrada em vigor deste ADE, com impedimento de concessão de novo Registro Especial para Papel Imune pelo prazo de 5 (cinco) anos-calendário seguintes, consoante o disposto no artigo 07, parágrafo 4º, da Instrução Normativa RFB nº 976/2009.

Art. 3º - A fim de assegurar o contraditório e a ampla defesa,é facultado à pessoa jurídica, por meio de seu representante legal ou procurador, dentro do prazo de 10 (dez) dias contados da data da ciência deste Ato, apresentar esclarecimentos e provas cabíveis, bem como regularizar a sua situação fiscal em relação à exclusão, nos termos artigo 07, parágrafo 1º, da Instrução Normativa RFB nº 976/2009, exceto para o caso do inciso V.

Parágrafo Único. Não havendo manifestação de inconformidade no prazo mencionado no caput deste artigo a exclusão tornar-se-á definitiva.

Art.4º Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

OSMAR FABRE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 26, DE 25 DE SETEMBRO DE 2018

declara excluída do Registro Especial para operação com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos a pessoa jurídica que menciona

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MARINGÁ-PR no uso das atribuições que lhe confere o inciso III, do art. 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no art. 2º da Lei Nº 11.945, de 4 de junho de 2009, bem como o art. 7º da Instrução Normativa RFB nº 976, de 7 de dezembro de 2009, e o que consta no Processo Administrativo nº 10950.726082/2018-78, declara:

Art. 1º - EXCLUÍDO de ofício os REGISTROS ESPECIAIS DE PAPEL IMUNE Nº IP-09105/00004 (ADE 0040/2010) e DP-09105/00003 (ADE 0041/2010) do processo 10950.001017/2007-83 da pessoa jurídica C. A. C. COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA, CNPJ nº 02.282.485/0001-89, em razão do disposto no artigo 07, incisos III e IV, da Instrução Normativa RFB nº 976/2009.

Art. 2º - A exclusão tem efeitos a partir da entrada em vigor deste ADE, com impedimento de concessão de novo Registro Especial para Papel Imune pelo prazo de 5 (cinco) anos-calendário seguintes, consoante o disposto no artigo 07, parágrafo 4º, da Instrução Normativa RFB nº 976/2009.

Art. 3º - A fim de assegurar o contraditório e a ampla defesa,é facultado à pessoa jurídica, por meio de seu representante legal ou procurador, dentro do prazo de 10 (dez) dias contados da data da ciência deste Ato, apresentar esclarecimentos e provas cabíveis, bem como regularizar a sua situação fiscal em relação à exclusão, nos termos artigo 07, parágrafo 1º, da Instrução Normativa RFB nº 976/2009, exceto para o caso do inciso V.

Parágrafo Único. Não havendo manifestação de inconformidade no prazo mencionado no caput deste artigo a exclusão tornar-se-á definitiva.

Art.4º Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

OSMAR FABRE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 27, DE 25 DE SETEMBRO DE 2018

declara excluída do Registro Especial para operação com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos a pessoa jurídica que menciona

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MARINGÁ-PR no uso das atribuições que lhe confere o inciso III, do art. 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no art. 2º da Lei Nº 11.945, de 4 de junho de 2009, bem como o art. 7º da Instrução Normativa RFB nº 976, de 7 de dezembro de 2009, e o que consta no Processo Administrativo nº 10950.726083/2018-12, declara:

Art. 1º - EXCLUÍDO de ofício os REGISTROS ESPECIAIS DE PAPEL IMUNE Nº GP-09105/00008 (ADE 0042/2010 - processo 10950.001716/2002-19) da pessoa jurídica COOPERGRAF ARTES GRÁFICAS LTDA, CNPJ nº 95.366.449/0001-84 em razão do disposto no artigo 07, incisos III e IV, da Instrução Normativa RFB nº 976/2009.

Art. 2º - A exclusão tem efeitos a partir da entrada em vigor deste ADE, com impedimento de concessão de novo Registro Especial para Papel Imune pelo prazo de 5 (cinco) anos-calendário seguintes, consoante o disposto no artigo 07, parágrafo 4º, da Instrução Normativa RFB nº 976/2009.

Art. 3º - A fim de assegurar o contraditório e a ampla defesa,é facultado à pessoa jurídica, por meio de seu representante legal ou procurador, dentro do prazo de 10 (dez) dias contados da data da ciência deste Ato, apresentar esclarecimentos e provas cabíveis, bem como regularizar a sua situação fiscal em relação à exclusão, nos termos artigo 07, parágrafo 1º, da Instrução Normativa RFB nº 976/2009, exceto para o caso do inciso V.

Parágrafo Único. Não havendo manifestação de inconformidade no prazo mencionado no caput deste artigo a exclusão tornar-se-á definitiva.

Art.4º Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

OSMAR FABRE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 28, DE 25 DE SETEMBRO DE 2018

declara excluída do Registro Especial para operação com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos a pessoa jurídica que menciona

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MARINGÁ-PR no uso das atribuições que lhe confere o inciso III, do art. 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no art. 2º da Lei Nº 11.945, de 4 de junho de 2009, bem como o art. 7º da Instrução Normativa RFB nº 976, de 7 de dezembro de 2009, e o que consta no Processo Administrativo nº 10950.726084/2018-67, declara:

Art. 1º - EXCLUÍDO de ofício os REGISTROS ESPECIAIS DE PAPEL IMUNE Nº GP-09105/00034 (ADE 0046/2011 - processo 13956.000360/2010-44) da pessoa jurídica DELAI & CARACANHA LTDA, CNPJ nº 12.659.365/0001-01, em razão do disposto no artigo 07, inciso IV, da Instrução Normativa RFB nº 976/2009.

Art. 2º - A exclusão tem efeitos a partir da entrada em vigor deste ADE, com impedimento de concessão de novo Registro Especial para Papel Imune pelo prazo de 5 (cinco) anos-calendário seguintes, consoante o disposto no artigo 07, parágrafo 4º, da Instrução Normativa RFB nº 976/2009.

Art. 3º - A fim de assegurar o contraditório e a ampla defesa,é facultado à pessoa jurídica, por meio de seu representante legal ou procurador, dentro do prazo de 10 (dez) dias contados da data da ciência deste Ato, apresentar esclarecimentos e provas cabíveis, bem como regularizar a sua situação fiscal em relação à exclusão, nos termos artigo 07, parágrafo 1º, da Instrução Normativa RFB nº 976/2009, exceto para o caso do inciso V.

Parágrafo Único. Não havendo manifestação de inconformidade no prazo mencionado no caput deste artigo a exclusão tornar-se-á definitiva.

Art.4º Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

OSMAR FABRE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 29, DE 25 DE SETEMBRO DE 2018

declara excluída do Registro Especial para operação com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos a pessoa jurídica que menciona

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MARINGÁ-PR no uso das atribuições que lhe confere o inciso III, do art. 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no art. 2º da Lei Nº 11.945, de 4 de junho de 2009, bem como o art. 7º da Instrução Normativa RFB nº 976, de 7 de dezembro de 2009, e o que consta no Processo Administrativo nº 10950.726085/2018-10, declara:

Art. 1º - EXCLUÍDO de ofício os REGISTROS ESPECIAIS DE PAPEL IMUNE Nº GP-09105/00022 (ADE 0056/2010 - processo 13956.000386/2003-63) da pessoa jurídica DELAI & MENDES LTDA, CNPJ nº 05.663.526/0001-75, em razão do disposto no artigo 07, inciso IV, da Instrução Normativa RFB nº 976/2009.

Art. 2º - A exclusão tem efeitos a partir da entrada em vigor deste ADE, com impedimento de concessão de novo Registro Especial para Papel Imune pelo prazo de 5 (cinco) anos-calendário seguintes, consoante o disposto no artigo 07, parágrafo 4º, da Instrução Normativa RFB nº 976/2009.

Art. 3º - A fim de assegurar o contraditório e a ampla defesa,é facultado à pessoa jurídica, por meio de seu representante legal ou procurador, dentro do prazo de 10 (dez) dias contados da data da ciência deste Ato, apresentar esclarecimentos e provas cabíveis, bem como regularizar a sua situação fiscal em relação à exclusão, nos termos artigo 07, parágrafo 1º, da Instrução Normativa RFB nº 976/2009, exceto para o caso do inciso V.

Parágrafo Único. Não havendo manifestação de inconformidade no prazo mencionado no caput deste artigo a exclusão tornar-se-á definitiva.

Art.4º Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

OSMAR FABRE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 30, DE 25 DE SETEMBRO DE 2018

declara excluída do Registro Especial para operação com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos a pessoa jurídica que menciona

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MARINGÁ-PR no uso das atribuições que lhe confere o inciso III, do art. 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no art. 2º da Lei Nº 11.945, de 4 de junho de 2009, bem como o art. 7º da Instrução Normativa RFB nº 976, de 7 de dezembro de 2009, e o que consta no Processo Administrativo nº 10950.726086/2018-56, declara:

Art. 1º - EXCLUÍDO de ofício os REGISTROS ESPECIAIS DE PAPEL IMUNE Nº GP-09105/00046 (ADE 0065/2013 - processo 10950.727663/2013-12) da pessoa jurídica EDERGRAF GRAFICA E EDITORA EIRELI, CNPJ nº 10.780.913/0001-21, em razão do disposto no artigo 07, inciso III, da Instrução Normativa RFB nº 976/2009.

Art. 2º - A exclusão tem efeitos a partir da entrada em vigor deste ADE, com impedimento de concessão de novo Registro Especial para Papel Imune pelo prazo de 5 (cinco) anos-calendário seguintes, consoante o disposto no artigo 07, parágrafo 4º, da Instrução Normativa RFB nº 976/2009.

Art. 3º - A fim de assegurar o contraditório e a ampla defesa,é facultado à pessoa jurídica, por meio de seu representante legal ou procurador, dentro do prazo de 10 (dez) dias contados da data da ciência deste Ato, apresentar esclarecimentos e provas cabíveis, bem como regularizar a sua situação fiscal em relação à exclusão, nos termos artigo 07, parágrafo 1º, da Instrução Normativa RFB nº 976/2009, exceto para o caso do inciso V.

Parágrafo Único. Não havendo manifestação de inconformidade no prazo mencionado no caput deste artigo a exclusão tornar-se-á definitiva.

Art.4º Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

OSMAR FABRE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 31, DE 25 DE SETEMBRO DE 2018

declara excluída do Registro Especial para operação com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos a pessoa jurídica que menciona

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MARINGÁ-PR no uso das atribuições que lhe confere o inciso III, do art. 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no art. 2º da Lei Nº 11.945, de 4 de junho de 2009, bem como o art. 7º da Instrução Normativa RFB nº 976, de 7 de dezembro de 2009, e o que consta no Processo Administrativo nº 10950.726087/2018-09, declara:

Art. 1º - EXCLUÍDO de ofício os REGISTROS ESPECIAIS DE PAPEL IMUNE Nº UP-09105/00019 (ADE 0045/2010 - processo 10950.003059/2008-30) da pessoa jurídica EDERSON LUCIANO BERTONI GRÁFICA E EDITORA, CNPJ nº 01.579.849/0001-24, em razão do disposto no artigo 07, inciso IV, da Instrução Normativa RFB nº 976/2009.

Art. 2º - A exclusão tem efeitos a partir da entrada em vigor deste ADE, com impedimento de concessão de novo Registro Especial para Papel Imune pelo prazo de 5 (cinco) anos-calendário seguintes, consoante o disposto no artigo 07, parágrafo 4º, da Instrução Normativa RFB nº 976/2009.

Art. 3º - A fim de assegurar o contraditório e a ampla defesa,é facultado à pessoa jurídica, por meio de seu representante legal ou procurador, dentro do prazo de 10 (dez) dias contados da data da ciência deste Ato, apresentar esclarecimentos e provas cabíveis, bem como regularizar a sua situação fiscal em relação à exclusão, nos termos artigo 07, parágrafo 1º, da Instrução Normativa RFB nº 976/2009, exceto para o caso do inciso V.

Parágrafo Único. Não havendo manifestação de inconformidade no prazo mencionado no caput deste artigo a exclusão tornar-se-á definitiva.

Art.4º Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

OSMAR FABRE

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800050

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 32, DE 25 DE SETEMBRO DE 2018

declara excluída do Registro Especial para operação com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos a pessoa jurídica que menciona

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MARINGÁ-PR no uso das atribuições que lhe confere o inciso III, do art. 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no art. 2º da Lei Nº 11.945, de 4 de junho de 2009, bem como o art. 7º da Instrução Normativa RFB nº 976, de 7 de dezembro de 2009, e o que consta no Processo Administrativo nº 10950.726107/2018-33, declara:

Art. 1º - EXCLUÍDO de ofício os REGISTROS ESPECIAIS DE PAPEL IMUNE Nº GP-09105/00050 (ADE 0027/2015 - processo 13955.720076/2015-11) da pessoa jurídica EDITORA GRAFICA PARANAVAI LTDA, CNPJ nº 76.977.701/0001-47, em razão do disposto no artigo 07, inciso IV, da Instrução Normativa RFB nº 976/2009.

Art. 2º - A exclusão tem efeitos a partir da entrada em vigor deste ADE, com impedimento de concessão de novo Registro Especial para Papel Imune pelo prazo de 5 (cinco) anos-calendário seguintes, consoante o disposto no artigo 07, parágrafo 4º, da Instrução Normativa RFB nº 976/2009.

Art. 3º - A fim de assegurar o contraditório e a ampla defesa,é facultado à pessoa jurídica, por meio de seu representante legal ou procurador, dentro do prazo de 10 (dez) dias contados da data da ciência deste Ato, apresentar esclarecimentos e provas cabíveis, bem como regularizar a sua situação fiscal em relação à exclusão, nos termos artigo 07, parágrafo 1º, da Instrução Normativa RFB nº 976/2009, exceto para o caso do inciso V.

Parágrafo Único. Não havendo manifestação de inconformidade no prazo mencionado no caput deste artigo a exclusão tornar-se-á definitiva.

Art.4º Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

OSMAR FABRE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 33, DE 25 DE SETEMBRO DE 2018

declara excluída do Registro Especial para operação com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos a pessoa jurídica que menciona

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MARINGÁ-PR no uso das atribuições que lhe confere o inciso III, do art. 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no art. 2º da Lei Nº 11.945, de 4 de junho de 2009, bem como o art. 7º da Instrução Normativa RFB nº 976, de 7 de dezembro de 2009, e o que consta no Processo Administrativo nº 10950.726088/2018-45, declara:

Art. 1º - EXCLUÍDO de ofício os REGISTROS ESPECIAIS DE PAPEL IMUNE Nº GP-09105/00048 (ADE 0017/2014 - processo 10950.721100/2014-00) da pessoa jurídica EDITORA TRIBUNA DO OESTE LTDA, CNPJ nº 76.381.714/0001-59, em razão do disposto no artigo 07, inciso IV, da Instrução Normativa RFB nº 976/2009.

Art. 2º - A exclusão tem efeitos a partir da entrada em vigor deste ADE, com impedimento de concessão de novo Registro Especial para Papel Imune pelo prazo de 5 (cinco) anos-calendário seguintes, consoante o disposto no artigo 07, parágrafo 4º, da Instrução Normativa RFB nº 976/2009.

Art. 3º - A fim de assegurar o contraditório e a ampla defesa,é facultado à pessoa jurídica, por meio de seu representante legal ou procurador, dentro do prazo de 10 (dez) dias contados da data da ciência deste Ato, apresentar esclarecimentos e provas cabíveis, bem como regularizar a sua situação fiscal em relação à exclusão, nos termos artigo 07, parágrafo 1º, da Instrução Normativa RFB nº 976/2009, exceto para o caso do inciso V.

Parágrafo Único. Não havendo manifestação de inconformidade no prazo mencionado no caput deste artigo a exclusão tornar-se-á definitiva.

Art.4º Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

OSMAR FABRE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 34, DE 25 DE SETEMBRO DE 2018

declara excluída do Registro Especial para operação com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos a pessoa jurídica que menciona

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MARINGÁ-PR no uso das atribuições que lhe confere o inciso III, do art. 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no art. 2º da Lei Nº 11.945, de 4 de junho de 2009, bem como o art. 7º da Instrução Normativa RFB nº 976, de 7 de dezembro de 2009, e o que consta no Processo Administrativo nº 10950.726105/2018-44, declara:

Art. 1º - EXCLUÍDO de ofício os REGISTROS ESPECIAIS DE PAPEL IMUNE Nº GP-09105/00051 (ADE 0028/2015 - processo 10950.721566/2015-88) da pessoa jurídica EDITORA VANGUARDA LTDA, CNPJ nº 10.418.375/0001-20, em razão do disposto no artigo 07, inciso IV, da Instrução Normativa RFB nº 976/2009.

Art. 2º - A exclusão tem efeitos a partir da entrada em vigor deste ADE, com impedimento de concessão de novo Registro Especial para Papel Imune pelo prazo de 5 (cinco) anos-calendário seguintes, consoante o disposto no artigo 07, parágrafo 4º, da Instrução Normativa RFB nº 976/2009.

Art. 3º - A fim de assegurar o contraditório e a ampla defesa,é facultado à pessoa jurídica, por meio de seu representante legal ou procurador, dentro do prazo de 10 (dez) dias contados da data da ciência deste Ato, apresentar esclarecimentos e provas cabíveis, bem como regularizar a sua situação fiscal em relação à exclusão, nos termos artigo 07, parágrafo 1º, da Instrução Normativa RFB nº 976/2009, exceto para o caso do inciso V.

Parágrafo Único. Não havendo manifestação de inconformidade no prazo mencionado no caput deste artigo a exclusão tornar-se-á definitiva.

Art.4º Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

OSMAR FABRE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 35, DE 25 DE SETEMBRO DE 2018

declara excluída do Registro Especial para operação com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos a pessoa jurídica que menciona

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MARINGÁ-PR no uso das atribuições que lhe confere o inciso III, do art. 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no art. 2º da Lei Nº 11.945, de 4 de junho de 2009, bem como o art. 7º da Instrução Normativa RFB nº 976, de 7 de dezembro de 2009, e o que consta no Processo Administrativo nº 10950.726089/2018-90, declara:

Art. 1º - EXCLUÍDO de ofício os REGISTROS ESPECIAIS DE PAPEL IMUNE Nº UP-09105/00009 (ADE 0036/2010 - processo 13952.000030/2002-89) da pessoa jurídica EMPRESA JORNALISTICA B2 LTDA, CNPJ nº 04.874.898/0001-88, em razão do disposto no artigo 07, inciso IV, da Instrução Normativa RFB nº 976/2009.

Art. 2º - A exclusão tem efeitos a partir da entrada em vigor deste ADE, com impedimento de concessão de novo Registro Especial para Papel Imune pelo prazo de 5 (cinco) anos-calendário seguintes, consoante o disposto no artigo 07, parágrafo 4º, da Instrução Normativa RFB nº 976/2009.

Art. 3º - A fim de assegurar o contraditório e a ampla defesa,é facultado à pessoa jurídica, por meio de seu representante legal ou procurador, dentro do prazo de 10 (dez) dias contados da data da ciência deste Ato, apresentar esclarecimentos e provas cabíveis, bem como regularizar a sua situação fiscal em relação à exclusão, nos termos artigo 07, parágrafo 1º, da Instrução Normativa RFB nº 976/2009, exceto para o caso do inciso V.

Parágrafo Único. Não havendo manifestação de inconformidade no prazo mencionado no caput deste artigo a exclusão tornar-se-á definitiva.

Art.4º Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

OSMAR FABRE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 36, DE 25 DE SETEMBRO DE 2018

declara excluída do Registro Especial para operação com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos a pessoa jurídica que menciona

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MARINGÁ-PR no uso das atribuições que lhe confere o inciso III, do art. 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no art. 2º da Lei Nº 11.945, de 4 de junho de 2009, bem como o art. 7º da Instrução Normativa RFB nº 976, de 7 de dezembro de 2009, e o que consta no Processo Administrativo nº 10950.726090/2018-14, declara:

Art. 1º - EXCLUÍDO de ofício os REGISTROS ESPECIAIS DE PAPEL IMUNE Nº GP-09105/00030 (ADE 0062/2010 - processo 10950.001952/2010-45) da pessoa jurídica F. V. N. DA SILVA MARINGÁ, CNPJ nº 10.753.117/0001-08, em razão do disposto no artigo 07, incisos II, III e IV, da Instrução Normativa RFB nº 976/2009.

Art. 2º - A exclusão tem efeitos a partir da entrada em vigor deste ADE, com impedimento de concessão de novo Registro Especial para Papel Imune pelo prazo de 5 (cinco) anos-calendário seguintes, consoante o disposto no artigo 07, parágrafo 4º, da Instrução Normativa RFB nº 976/2009.

Art. 3º - A fim de assegurar o contraditório e a ampla defesa,é facultado à pessoa jurídica, por meio de seu representante legal ou procurador, dentro do prazo de 10 (dez) dias contados da data da ciência deste Ato, apresentar esclarecimentos e provas cabíveis, bem como regularizar a sua situação fiscal em relação à exclusão, nos termos artigo 07, parágrafo 1º, da Instrução Normativa RFB nº 976/2009, exceto para o caso do inciso V.

Parágrafo Único. Não havendo manifestação de inconformidade no prazo mencionado no caput deste artigo a exclusão tornar-se-á definitiva.

Art.4º Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

OSMAR FABRE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 37, DE 25 DE SETEMBRO DE 2018

declara excluída do Registro Especial para operação com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos a pessoa jurídica que menciona

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MARINGÁ-PR no uso das atribuições que lhe confere o inciso III, do art. 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no art. 2º da Lei Nº 11.945, de 4 de junho de 2009, bem como o art. 7º da Instrução Normativa RFB nº 976, de 7 de dezembro de 2009, e o que consta no Processo Administrativo nº 10950.726108/2018-88, declara:

Art. 1º - EXCLUÍDO de ofício os REGISTROS ESPECIAIS DE PAPEL IMUNE Nº UP-09105/00023 (ADE 0001/2017 - processo 10950.720431/2017-67) da pessoa jurídica J MALUCELLI EDITORA LTDA, CNPJ nº 24.592.299/0001-89, em razão do disposto no artigo 07, inciso IV, da Instrução Normativa RFB nº 976/2009.

Art. 2º - A exclusão tem efeitos a partir da entrada em vigor deste ADE, com impedimento de concessão de novo Registro Especial para Papel Imune pelo prazo de 5 (cinco) anos-calendário seguintes, consoante o disposto no artigo 07, parágrafo 4º, da Instrução Normativa RFB nº 976/2009.

Art. 3º - A fim de assegurar o contraditório e a ampla defesa,é facultado à pessoa jurídica, por meio de seu representante legal ou procurador, dentro do prazo de 10 (dez) dias contados da data da ciência deste Ato, apresentar esclarecimentos e provas cabíveis, bem como regularizar a sua situação fiscal em relação à exclusão, nos termos artigo 07, parágrafo 1º, da Instrução Normativa RFB nº 976/2009, exceto para o caso do inciso V.

Parágrafo Único. Não havendo manifestação de inconformidade no prazo mencionado no caput deste artigo a exclusão tornar-se-á definitiva.

Art.4º Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

OSMAR FABRE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 38, DE 25 DE SETEMBRO DE 2018

declara excluída do Registro Especial para operação com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos a pessoa jurídica que menciona

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MARINGÁ-PR no uso das atribuições que lhe confere o inciso III, do art. 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no art. 2º da Lei Nº 11.945, de 4 de junho de 2009, bem como o art. 7º da Instrução Normativa RFB nº 976, de 7 de dezembro de 2009, e o que consta no Processo Administrativo nº 10950.726091/2018-69, declara:

Art. 1º - EXCLUÍDO de ofício os REGISTROS ESPECIAIS DE PAPEL IMUNE Nº GP-09105/00028 (ADE 0060/2010 - processo 10950.001884/2010-14) da pessoa jurídica J. C. PONTILLO LTDA, CNPJ nº 09.007.297/0001-91 em razão do disposto no artigo 07, incisos II e IV, da Instrução Normativa RFB nº 976/2009.

Art. 2º - A exclusão tem efeitos a partir da entrada em vigor deste ADE, com impedimento de concessão de novo Registro Especial para Papel Imune pelo prazo de 5 (cinco) anos-calendário seguintes, consoante o disposto no artigo 07, parágrafo 4º, da Instrução Normativa RFB nº 976/2009.

Art. 3º - A fim de assegurar o contraditório e a ampla defesa,é facultado à pessoa jurídica, por meio de seu representante legal ou procurador, dentro do prazo de 10 (dez) dias contados da data da ciência deste Ato, apresentar esclarecimentos e provas cabíveis, bem como regularizar a sua situação fiscal em relação à exclusão, nos termos artigo 07, parágrafo 1º, da Instrução Normativa RFB nº 976/2009, exceto para o caso do inciso V.

Parágrafo Único. Não havendo manifestação de inconformidade no prazo mencionado no caput deste artigo a exclusão tornar-se-á definitiva.

Art.4º Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

OSMAR FABRE

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800051

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 39, DE 25 DE SETEMBRO DE 2018

declara excluída do Registro Especial para operação com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos a pessoa jurídica que menciona

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MARINGÁ-PR no uso das atribuições que lhe confere o inciso III, do art. 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no art. 2º da Lei Nº 11.945, de 4 de junho de 2009, bem como o art. 7º da Instrução Normativa RFB nº 976, de 7 de dezembro de 2009, e o que consta no Processo Administrativo nº 10950.726092/2018-11, declara:

Art. 1º - EXCLUÍDO de ofício os REGISTROS ESPECIAIS DE PAPEL IMUNE Nº GP-09105/00016 (ADE 0033/2010 - processo 13951.000062/2002-94) da pessoa jurídica J COSTA SANTOS, CNPJ nº 72.504.780/0001-18, em razão do disposto no artigo 07, inciso IV, da Instrução Normativa RFB nº 976/2009.

Art. 2º - A exclusão tem efeitos a partir da entrada em vigor deste ADE, com impedimento de concessão de novo Registro Especial para Papel Imune pelo prazo de 5 (cinco) anos-calendário seguintes, consoante o disposto no artigo 07, parágrafo 4º, da Instrução Normativa RFB nº 976/2009.

Art. 3º - A fim de assegurar o contraditório e a ampla defesa,é facultado à pessoa jurídica, por meio de seu representante legal ou procurador, dentro do prazo de 10 (dez) dias contados da data da ciência deste Ato, apresentar esclarecimentos e provas cabíveis, bem como regularizar a sua situação fiscal em relação à exclusão, nos termos artigo 07, parágrafo 1º, da Instrução Normativa RFB nº 976/2009, exceto para o caso do inciso V.

Parágrafo Único. Não havendo manifestação de inconformidade no prazo mencionado no caput deste artigo a exclusão tornar-se-á definitiva.

Art.4º Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

OSMAR FABRE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 40, DE 25 DE SETEMBRO DE 2018

declara excluída do Registro Especial para operação com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos a pessoa jurídica que menciona

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MARINGÁ-PR no uso das atribuições que lhe confere o inciso III, do art. 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no art. 2º da Lei Nº 11.945, de 4 de junho de 2009, bem como o art. 7º da Instrução Normativa RFB nº 976, de 7 de dezembro de 2009, e o que consta no Processo Administrativo nº 10950.726093/2018-58, declara:

Art. 1º - EXCLUÍDO de ofício os REGISTROS ESPECIAIS DE PAPEL IMUNE Nº GP-09105/00026 (ADE 0035/2010 - processo 10950.003947/2005-18) da pessoa jurídica KS GRAFICA E EDITORA - EIRELI, CNPJ nº 78.738.663/0001-03, em razão do disposto no artigo 07, incisos III e IV, da Instrução Normativa RFB nº 976/2009.

Art. 2º - A exclusão tem efeitos a partir da entrada em vigor deste ADE, com impedimento de concessão de novo Registro Especial para Papel Imune pelo prazo de 5 (cinco) anos-calendário seguintes, consoante o disposto no artigo 07, parágrafo 4º, da Instrução Normativa RFB nº 976/2009.

Art. 3º - A fim de assegurar o contraditório e a ampla defesa,é facultado à pessoa jurídica, por meio de seu representante legal ou procurador, dentro do prazo de 10 (dez) dias contados da data da ciência deste Ato, apresentar esclarecimentos e provas cabíveis, bem como regularizar a sua situação fiscal em relação à exclusão, nos termos artigo 07, parágrafo 1º, da Instrução Normativa RFB nº 976/2009, exceto para o caso do inciso V.

Parágrafo Único. Não havendo manifestação de inconformidade no prazo mencionado no caput deste artigo a exclusão tornar-se-á definitiva.

Art.4º Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

OSMAR FABRE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 41, DE 25 DE SETEMBRO DE 2018

declara excluída do Registro Especial para operação com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos a pessoa jurídica que menciona

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MARINGÁ-PR no uso das atribuições que lhe confere o inciso III, do art. 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no art. 2º da Lei Nº 11.945, de 4 de junho de 2009, bem como o art. 7º da Instrução Normativa RFB nº 976, de 7 de dezembro de 2009, e o que consta no Processo Administrativo nº 10950.726094/2018-01, declara:

Art. 1º - EXCLUÍDO de ofício os REGISTROS ESPECIAIS DE PAPEL IMUNE Nº UP-09105/00021 (ADE 0067/2010 - processo 13951.000340/2009-80) da pessoa jurídica L.C. DE SOUZA EMPRESA DE COMUNICAÇÃO, CNPJ nº 03.106.856/0001-34, em razão do disposto no artigo 07, inciso IV, da Instrução Normativa RFB nº 976/2009.

Art. 2º - A exclusão tem efeitos a partir da entrada em vigor deste ADE, com impedimento de concessão de novo Registro Especial para Papel Imune pelo prazo de 5 (cinco) anos-calendário seguintes, consoante o disposto no artigo 07, parágrafo 4º, da Instrução Normativa RFB nº 976/2009.

Art. 3º - A fim de assegurar o contraditório e a ampla defesa,é facultado à pessoa jurídica, por meio de seu representante legal ou procurador, dentro do prazo de 10 (dez) dias contados da data da ciência deste Ato, apresentar esclarecimentos e provas cabíveis, bem como regularizar a sua situação fiscal em relação à exclusão, nos termos artigo 07, parágrafo 1º, da Instrução Normativa RFB nº 976/2009, exceto para o caso do inciso V.

Parágrafo Único. Não havendo manifestação de inconformidade no prazo mencionado no caput deste artigo a exclusão tornar-se-á definitiva.

Art.4º Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

OSMAR FABRE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 42, DE 25 DE SETEMBRO DE 2018

declara excluída do Registro Especial para operação com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos a pessoa jurídica que menciona

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MARINGÁ-PR no uso das atribuições que lhe confere o inciso III, do art. 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no art. 2º da Lei Nº 11.945, de 4 de junho de 2009, bem como o art. 7º da Instrução Normativa RFB nº 976, de 7 de dezembro de 2009, e o que consta no Processo Administrativo nº 10950.726095/2018-47, declara:

Art. 1º - EXCLUÍDO de ofício os REGISTROS ESPECIAIS DE PAPEL IMUNE Nº DP-09105/00005 (ADE 0006/2012 - processo 10950.724714/2011-92) da pessoa jurídica LIDER PAPEIS E PRODUTOS GRÁFICOS LTDA, CNPJ nº 07.195.748/0001-36, em razão do disposto no artigo 07, incisos III e IV, da Instrução Normativa RFB nº 976/2009.

Art. 2º - A exclusão tem efeitos a partir da entrada em vigor deste ADE, com impedimento de concessão de novo Registro Especial para Papel Imune pelo prazo de 5 (cinco) anos-calendário seguintes, consoante o disposto no artigo 07, parágrafo 4º, da Instrução Normativa RFB nº 976/2009.

Art. 3º - A fim de assegurar o contraditório e a ampla defesa,é facultado à pessoa jurídica, por meio de seu representante legal ou procurador, dentro do prazo de 10 (dez) dias contados da data da ciência deste Ato, apresentar esclarecimentos e provas cabíveis, bem como regularizar a sua situação fiscal em relação à exclusão, nos termos artigo 07, parágrafo 1º, da Instrução Normativa RFB nº 976/2009, exceto para o caso do inciso V.

Parágrafo Único. Não havendo manifestação de inconformidade no prazo mencionado no caput deste artigo a exclusão tornar-se-á definitiva.

Art.4º Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

OSMAR FABRE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 43, DE 25 DE SETEMBRO DE 2018

declara excluída do Registro Especial para operação com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos a pessoa jurídica que menciona

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MARINGÁ-PR no uso das atribuições que lhe confere o inciso III, do art. 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no art. 2º da Lei Nº 11.945, de 4 de junho de 2009, bem como o art. 7º da Instrução Normativa RFB nº 976, de 7 de dezembro de 2009, e o que consta no Processo Administrativo nº 10950.726096/2018-91, declara:

Art. 1º - EXCLUÍDO de ofício os REGISTROS ESPECIAIS DE PAPEL IMUNE Nº GP-09105/00044 (ADE 0020/2013 - processo 10950.722630/2013-86) da pessoa jurídica MAGNA EDITORA GRÁFICA EIRELI, CNPJ nº 81.747.776/0001-71, em razão do disposto no artigo 07, inciso IV, da Instrução Normativa RFB nº 976/2009.

Art. 2º - A exclusão tem efeitos a partir da entrada em vigor deste ADE, com impedimento de concessão de novo Registro Especial para Papel Imune pelo prazo de 5 (cinco) anos-calendário seguintes, consoante o disposto no artigo 07, parágrafo 4º, da Instrução Normativa RFB nº 976/2009.

Art. 3º - A fim de assegurar o contraditório e a ampla defesa,é facultado à pessoa jurídica, por meio de seu representante legal ou procurador, dentro do prazo de 10 (dez) dias contados da data da ciência deste Ato, apresentar esclarecimentos e provas cabíveis, bem como regularizar a sua situação fiscal em relação à exclusão, nos termos artigo 07, parágrafo 1º, da Instrução Normativa RFB nº 976/2009, exceto para o caso do inciso V.

Parágrafo Único. Não havendo manifestação de inconformidade no prazo mencionado no caput deste artigo a exclusão tornar-se-á definitiva.

Art.4º Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

OSMAR FABRE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 44, DE 25 DE SETEMBRO DE 2018

declara excluída do Registro Especial para operação com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos a pessoa jurídica que menciona

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MARINGÁ-PR no uso das atribuições que lhe confere o inciso III, do art. 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no art. 2º da Lei Nº 11.945, de 4 de junho de 2009, bem como o art. 7º da Instrução Normativa RFB nº 976, de 7 de dezembro de 2009, e o que consta no Processo Administrativo nº 10950.726097/2018-36, declara:

Art. 1º - EXCLUÍDO de ofício os REGISTROS ESPECIAIS DE PAPEL IMUNE Nº GP-09105/00035 (ADE 0047/2011 - processo 10950.720114/2011-55) da pessoa jurídica MARANATA COM DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS GRÁFICO LTDA, CNPJ nº 02.153.173/0001-75, em razão do disposto no artigo 07, incisos III , da Instrução Normativa RFB nº 976/2009.

Art. 2º - A exclusão tem efeitos a partir da entrada em vigor deste ADE, com impedimento de concessão de novo Registro Especial para Papel Imune pelo prazo de 5 (cinco) anos-calendário seguintes, consoante o disposto no artigo 07, parágrafo 4º, da Instrução Normativa RFB nº 976/2009.

Art. 3º - A fim de assegurar o contraditório e a ampla defesa,é facultado à pessoa jurídica, por meio de seu representante legal ou procurador, dentro do prazo de 10 (dez) dias contados da data da ciência deste Ato, apresentar esclarecimentos e provas cabíveis, bem como regularizar a sua situação fiscal em relação à exclusão, nos termos artigo 07, parágrafo 1º, da Instrução Normativa RFB nº 976/2009, exceto para o caso do inciso V.

Parágrafo Único. Não havendo manifestação de inconformidade no prazo mencionado no caput deste artigo a exclusão tornar-se-á definitiva.

Art.4º Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

OSMAR FABRE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 45, DE 25 DE SETEMBRO DE 2018

declara excluída do Registro Especial para operação com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos a pessoa jurídica que menciona

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MARINGÁ-PR no uso das atribuições que lhe confere o inciso III, do art. 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no art. 2º da Lei Nº 11.945, de 4 de junho de 2009, bem como o art. 7º da Instrução Normativa RFB nº 976, de 7 de dezembro de 2009, e o que consta no Processo Administrativo nº 10950.726098/2018-81, declara:

Art. 1º - EXCLUÍDO de ofício os REGISTROS ESPECIAIS DE PAPEL IMUNE Nº GP-09105/00027 (ADE 0051/2010 - processo 10950.000613/2008-27) da pessoa jurídica MASSON GRÁFICA E EDITORA LTDA, CNPJ nº 07.875.944/0001-51 em razão do disposto no artigo 07, inciso IV, da Instrução Normativa RFB nº 976/2009.

Art. 2º - A exclusão tem efeitos a partir da entrada em vigor deste ADE, com impedimento de concessão de novo Registro Especial para Papel Imune pelo prazo de 5 (cinco) anos-calendário seguintes, consoante o disposto no artigo 07, parágrafo 4º, da Instrução Normativa RFB nº 976/2009.

Art. 3º - A fim de assegurar o contraditório e a ampla defesa,é facultado à pessoa jurídica, por meio de seu representante legal ou procurador, dentro do prazo de 10 (dez) dias contados da data da ciência deste Ato, apresentar esclarecimentos e provas cabíveis, bem como regularizar a sua situação fiscal em relação à exclusão, nos termos artigo 07, parágrafo 1º, da Instrução Normativa RFB nº 976/2009, exceto para o caso do inciso V.

Parágrafo Único. Não havendo manifestação de inconformidade no prazo mencionado no caput deste artigo a exclusão tornar-se-á definitiva.

Art.4º Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

OSMAR FABRE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 46, DE 25 DE SETEMBRO DE 2018

declara excluída do Registro Especial para operação com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos a pessoa jurídica que menciona

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MARINGÁ-PR no uso das atribuições que lhe confere o inciso III, do art. 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no art. 2º da Lei Nº 11.945, de 4 de junho de 2009, bem como o art. 7º da Instrução Normativa RFB nº 976, de 7 de dezembro de 2009, e o que consta no Processo Administrativo nº 10950.726099/2018-25, declara:

Art. 1º - EXCLUÍDO de ofício os REGISTROS ESPECIAIS DE PAPEL IMUNE Nº GP-09105/00040 (ADE 0012/2013 - processo 13951.720368/2012-32) da pessoa jurídica MGP COMUNICAÇÕES - EIRELI, CNPJ nº 10.846.416/0001-89, em razão do disposto no artigo 07, inciso IV, da Instrução Normativa RFB nº 976/2009.

Art. 2º - A exclusão tem efeitos a partir da entrada em vigor deste ADE, com impedimento de concessão de novo Registro Especial para Papel Imune pelo prazo de 5 (cinco) anos-calendário seguintes, consoante o disposto no artigo 07, parágrafo 4º, da Instrução Normativa RFB nº 976/2009.

Art. 3º - A fim de assegurar o contraditório e a ampla defesa,é facultado à pessoa jurídica, por meio de seu representante legal ou procurador, dentro do prazo de 10 (dez) dias contados da data da ciência deste Ato, apresentar esclarecimentos e provas cabíveis, bem como regularizar a sua situação fiscal em relação à exclusão, nos termos artigo 07, parágrafo 1º, da Instrução Normativa RFB nº 976/2009, exceto para o caso do inciso V.

Parágrafo Único. Não havendo manifestação de inconformidade no prazo mencionado no caput deste artigo a exclusão tornar-se-á definitiva.

Art.4º Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

OSMAR FABRE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 47, DE 25 DE SETEMBRO DE 2018

declara excluída do Registro Especial para operação com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos a pessoa jurídica que menciona

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MARINGÁ-PR no uso das atribuições que lhe confere o inciso III, do art. 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no art. 2º da Lei Nº 11.945, de 4 de junho de 2009, bem como o art. 7º da Instrução Normativa RFB nº 976, de 7 de dezembro de 2009, e o que consta no Processo Administrativo nº 10950.726100/2018-11, declara:

Art. 1º - EXCLUÍDO de ofício os REGISTROS ESPECIAIS DE PAPEL IMUNE Nº GP-09105/00002 (ADE 0052/2010 - processo 10950.000133/2002-71) da pessoa jurídica NORA RIBEIRO & CIA LTDA, CNPJ nº 82.204.884/0001-60, em razão do disposto no artigo 07, incisos III e IV, da Instrução Normativa RFB nº 976/2009.

Art. 2º - A exclusão tem efeitos a partir da entrada em vigor deste ADE, com impedimento de concessão de novo Registro Especial para Papel Imune pelo prazo de 5 (cinco) anos-calendário seguintes, consoante o disposto no artigo 07, parágrafo 4º, da Instrução Normativa RFB nº 976/2009.

Art. 3º - A fim de assegurar o contraditório e a ampla defesa,é facultado à pessoa jurídica, por meio de seu representante legal ou procurador, dentro do prazo de 10 (dez) dias contados da data da ciência deste Ato, apresentar esclarecimentos e provas cabíveis, bem como regularizar a sua situação fiscal em relação à exclusão, nos termos artigo 07, parágrafo 1º, da Instrução Normativa RFB nº 976/2009, exceto para o caso do inciso V.

Parágrafo Único. Não havendo manifestação de inconformidade no prazo mencionado no caput deste artigo a exclusão tornar-se-á definitiva.

Art.4º Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

OSMAR FABRE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 48, DE 25 DE SETEMBRO DE 2018

declara excluída do Registro Especial para operação com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos a pessoa jurídica que menciona

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MARINGÁ-PR no uso das atribuições que lhe confere o inciso III, do art. 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no art. 2º da Lei Nº 11.945, de 4 de junho de 2009, bem como o art. 7º da Instrução Normativa RFB nº 976, de 7 de dezembro de 2009, e o que consta no Processo Administrativo nº 10950.726101/2018-66, declara:

Art. 1º - EXCLUÍDO de ofício os REGISTROS ESPECIAIS DE PAPEL IMUNE Nº IP-09105/00002 (ADE 0053/2010) e DP-09105/00001 (ADE 0054/2010) do processo 10950.003290/2004-08 da pessoa jurídica PREGRAPHI IMPORTAÇÃO, COMERCIO E CONSULTORIA LTDA, CNPJ nº 82.592.924/0001-99, em razão do disposto no artigo 07, incisos III , da Instrução Normativa RFB nº 976/2009.

Art. 2º - A exclusão tem efeitos a partir da entrada em vigor deste ADE, com impedimento de concessão de novo Registro Especial para Papel Imune pelo prazo de 5 (cinco) anos-calendário seguintes, consoante o disposto no artigo 07, parágrafo 4º, da Instrução Normativa RFB nº 976/2009.

Art. 3º - A fim de assegurar o contraditório e a ampla defesa,é facultado à pessoa jurídica, por meio de seu representante legal ou procurador, dentro do prazo de 10 (dez) dias contados da data da ciência deste Ato, apresentar esclarecimentos e provas cabíveis, bem como regularizar a sua situação fiscal em relação à exclusão, nos termos artigo 07, parágrafo 1º, da Instrução Normativa RFB nº 976/2009, exceto para o caso do inciso V.

Parágrafo Único. Não havendo manifestação de inconformidade no prazo mencionado no caput deste artigo a exclusão tornar-se-á definitiva.

Art.4º Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

OSMAR FABRE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 49, DE 25 DE SETEMBRO DE 2018

declara excluída do Registro Especial para operação com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos a pessoa jurídica que menciona

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MARINGÁ-PR no uso das atribuições que lhe confere o inciso III, do art. 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no art. 2º da Lei Nº 11.945, de 4 de junho de 2009, bem como o art. 7º da Instrução Normativa RFB nº 976, de 7 de dezembro de 2009, e o que consta no Processo Administrativo nº 10950.726102/2018-19, declara:

Art. 1º - EXCLUÍDO de ofício os REGISTROS ESPECIAIS DE PAPEL IMUNE Nº GP-09105/00041 (ADE 0015/2013 - processo 10950.720764/2013-62) da pessoa jurídica PRINT MAIS GRAFICA E EDITORA LTDA, CNPJ nº 03.590.207/0001-51, em razão do disposto no artigo 07, inciso IV, da Instrução Normativa RFB nº 976/2009.

Art. 2º - A exclusão tem efeitos a partir da entrada em vigor deste ADE, com impedimento de concessão de novo Registro Especial para Papel Imune pelo prazo de 5 (cinco) anos-calendário seguintes, consoante o disposto no artigo 07, parágrafo 4º, da Instrução Normativa RFB nº 976/2009.

Art. 3º - A fim de assegurar o contraditório e a ampla defesa,é facultado à pessoa jurídica, por meio de seu representante legal ou procurador, dentro do prazo de 10 (dez) dias contados da data da ciência deste Ato, apresentar esclarecimentos e provas cabíveis, bem como regularizar a sua situação fiscal em relação à exclusão, nos termos artigo 07, parágrafo 1º, da Instrução Normativa RFB nº 976/2009, exceto para o caso do inciso V.

Parágrafo Único. Não havendo manifestação de inconformidade no prazo mencionado no caput deste artigo a exclusão tornar-se-á definitiva.

Art.4º Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

OSMAR FABRE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 50, DE 25 DE SETEMBRO DE 2018

declara excluída do Registro Especial para operação com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos a pessoa jurídica que menciona

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MARINGÁ-PR no uso das atribuições que lhe confere o inciso III, do art. 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no art. 2º da Lei Nº 11.945, de 4 de junho de 2009, bem como o art. 7º da Instrução Normativa RFB nº 976, de 7 de dezembro de 2009, e o que consta no Processo Administrativo nº 10950.726103/2018-55, declara:

Art. 1º - EXCLUÍDO de ofício os REGISTROS ESPECIAIS DE PAPEL IMUNE Nº GP-09105/00033 (ADE 0090/2010) do processo 10950.005041/2010-97 e UP-09105/00003 (ADE 0049/2010) do processo 10950.004148/2001-27 da pessoa jurídica REGENTE ADMINISTRAÇÃO DE BENS PRÓPRIOS LTDA, CNPJ nº 79.147.047/0001-32, em razão do disposto no artigo 07, inciso III, da Instrução Normativa RFB nº 976/2009.

Art. 2º - A exclusão tem efeitos a partir da entrada em vigor deste ADE, com impedimento de concessão de novo Registro Especial para Papel Imune pelo prazo de 5 (cinco) anos-calendário seguintes, consoante o disposto no artigo 07, parágrafo 4º, da Instrução Normativa RFB nº 976/2009.

Art. 3º - A fim de assegurar o contraditório e a ampla defesa,é facultado à pessoa jurídica, por meio de seu representante legal ou procurador, dentro do prazo de 10 (dez) dias contados da data da ciência deste Ato, apresentar esclarecimentos e provas cabíveis, bem como regularizar a sua situação fiscal em relação à exclusão, nos termos artigo 07, parágrafo 1º, da Instrução Normativa RFB nº 976/2009, exceto para o caso do inciso V.

Parágrafo Único. Não havendo manifestação de inconformidade no prazo mencionado no caput deste artigo a exclusão tornar-se-á definitiva.

Art.4º Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

OSMAR FABRE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 51, DE 25 DE SETEMBRO DE 2018

declara excluída do Registro Especial para operação com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos a pessoa jurídica que menciona

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MARINGÁ-PR no uso das atribuições que lhe confere o inciso III, do art. 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no art. 2º da Lei Nº 11.945, de 4 de junho de 2009, bem como o art. 7º da Instrução Normativa RFB nº 976, de 7 de dezembro de 2009, e o que consta no Processo Administrativo nº 10950.726104/2018-08, declara:

Art. 1º - EXCLUÍDO de ofício os REGISTROS ESPECIAIS DE PAPEL IMUNE Nº GP-09105/00036 (ADE 0048/2011 - processo 10950.721191/2011-22) da pessoa jurídica SEGGRAF IMPRESSOS DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 04.553.637/0001-66, em razão do disposto no artigo 07, incisos III e IV, da Instrução Normativa RFB nº 976/2009.

Art. 2º - A exclusão tem efeitos a partir da entrada em vigor deste ADE, com impedimento de concessão de novo Registro Especial para Papel Imune pelo prazo de 5 (cinco) anos-calendário seguintes, consoante o disposto no artigo 07, parágrafo 4º, da Instrução Normativa RFB nº 976/2009.

Art. 3º - A fim de assegurar o contraditório e a ampla defesa,é facultado à pessoa jurídica, por meio de seu representante legal ou procurador, dentro do prazo de 10 (dez) dias contados da data da ciência deste Ato, apresentar esclarecimentos e provas cabíveis, bem como regularizar a sua situação fiscal em relação à exclusão, nos termos artigo 07, parágrafo 1º, da Instrução Normativa RFB nº 976/2009, exceto para o caso do inciso V.

Parágrafo Único. Não havendo manifestação de inconformidade no prazo mencionado no caput deste artigo a exclusão tornar-se-á definitiva.

Art.4º Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

OSMAR FABRE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 52, DE 26 DE SETEMBRO DE 2018

declara inapta a inscrição no CNPJ da pessoa jurídica NEXT IMPORTADORA LTDA

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MARINGÁ-PR, no uso de atribuições conferidas pelo artigo 340, inciso VIII, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, e o estabelecido nos §§2º e 3º do art. 42 e no inciso II do caput do art. 40 da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 05 de maio de 2016, resolve:

declarar inapta a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o nº 23.237.022/0001-75, da pessoa jurídica NEXT IMPORTADORA LTDA., em decorrência dos fatos descritos no processo administrativo nº 10950.726177/2018-91, e de seu enquadramento no disposto nos incisos I e II do artigo 42 da IN RFB nº 1.634, de 2016, tornando ineficazes em favor de terceiros os documentos emitidos pela pessoa jurídica a partir da publicação do presente Ato declaratório Executivo (ADE), além dos demais efeitos previstos nos artigos 46 e 47 da IN RFB nº 1.634, de 2016, e sanções previstas na legislação.

OSMAR FABRE

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 10ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTA CRUZ DO SUL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 27, DE 27 DE SETEMBRO DE 2018

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTA CRUZ DO SUL/RS, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI do art. 283 da Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016, no seu Art. 29 inciso IV, Art. 33 § 1º, e o que consta no Processo 13005.722315/2018-41 declara:

I - A Baixa de Ofício da empresa DREHER ADMINISTRADORA PREDIAL LTDA, CNPJ 95.446.712/0001-45, tendo em vista que a mesma está com o seu registro cancelado na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul.

II - Este Ato declaratório produzirá efeitos a partir de 06/01/2004.

LEOMAR PADILHA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800053

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

PORTARIA Nº 667, DE 27 DE SETEMBRO DE 2018

O SECRETÁRIO DO TESOURO NACIONAL, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria nº 579, de 27 de dezembro de 2017, do MF, e

Considerando o disposto no § 3º do art. 165 da Constituição Federal;

Considerando o estabelecido nos arts. 2º, 52 e 53 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000;

Considerando o disposto no inciso I do art. 6º do Decreto nº 6.976, de 7 de outubro de 2009, e no inciso I do art. 17 da Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001, que conferem à Secretaria do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda, a condição de órgão central do Sistema de Contabilidade Federal;

Considerando as competências do órgão central do Sistema de Contabilidade Federal, estabelecidas no art. 7º do Decreto nº 6.976, de 7 de outubro de 2009, complementadas pelo disposto no inciso I do art. 24 do Decreto nº 825, de 28 de maio de 1993, e no inciso XXV do art. 32 do Anexo I do Decreto nº 9.003, de 13 de março de 2017, resolve:

Art. 1º Divulgar o Relatório Resumido da Execução Orçamentária do Governo Federal, de acordo com a Portaria nº 495, de 06 de junho de 2017, da STN, relativo ao mês de agosto de 2018, outros demonstrativos da execução orçamentária e respectivas notas explicativas.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MANSUETO FACUNDO DE ALMEIDA JÚNIOR

I - RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
GOVERNO FEDERAL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2018

NOTAS EXPLICATIVAS

1. Os demonstrativos, anexos 1 a 8 e 14, apresentados nesta publicação, foram aprovados pela Portaria nº 495, de 06 de junho de 2017, da STN. Os outros demonstrativos da execução orçamentária são divulgados conforme o inciso I do art. 24 do Decreto nº 825, de 28 de maio de 1993, e também o compromisso do Tesouro Nacional de dar continuidade à transparência das contas públicas aos órgãos de controle e à sociedade.

2. Os Balanços e os demonstrativos da execução orçamentária referem-se, exclusivamente, aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, no âmbito da Administração Pública Federal.

3. Consideram-se Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social o conjunto de dotações estabelecidas para as unidades orçamentárias pela Lei nº 13.587, de 02 de janeiro de 2018 - Lei Orçamentária Anual, acrescidas dos créditos adicionais abertos até o período de referência deste relatório. Esta composição está estruturada em:

3.1. Órgãos da Administração Direta, compreendendo inclusive os valores relativos às despesas de transferências para entidades não contempladas nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social;

3.2. Fundos Especiais;

3.3. Entidades da Administração Indireta, tais como:

3.3.1. Fundações;

3.3.2. Autarquias;

3.3.3. Empresas Públicas dependentes; e

3.3.4. Sociedades de Economia Mista dependentes.

4. Considera-se como execução orçamentária da despesa a ocorrência do estágio da liquidação, efetivado ou não o seu respectivo pagamento. No encerramento do exercício, as despesas inscritas em restos a pagar não processados (empenhadas, mas não liquidadas) também são consideradas.

5. Nos Anexos 1, 2 e 7 são destacadas as operações intra-orçamentárias, às quais se referem o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 7ª edição, Parte I - Procedimentos Contábeis Orçamentários, aprovado pela Portaria Conjunta STN/SOF nº 2, de 22 de dezembro de 2016. No Anexo 3, as operações intra-orçamentárias são excluídas conforme o § 3º do art. 2º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

6. A Tabela 1-B - Demonstrativo das Receitas Desvinculadas por Força de Dispositivo Constitucional apresenta a desvinculação de receitas da União - DRU aplicada aos recursos da Seguridade Social. Nos termos da Emenda Constitucional nº 93, de 8 de setembro de 2016, são desvinculados de órgão, fundo ou despesa, até 31 de dezembro de 2023, trinta por cento da receita da União proveniente das contribuições sociais, sem prejuízo do pagamento das despesas do Regime Geral da Previdência Social, às contribuições de intervenção no domínio econômico e às taxas, já instituídas ou que vierem a ser criadas até a referida data.

7. Os valores totais apresentados nos demonstrativos deste Relatório poderão eventualmente divergir do somatório das partes, em função de arredondamentos.

8. Estas informações, bem como a metodologia de cada demonstrativo, estão disponíveis na Internet no seguinte endereço: http://www.tesouro.fazenda.gov.br/web/stn/-/demonstrativos-fiscais.

RREO - Anexo 1 (LRF, art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ milhares

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS No Mês (b)	% (b/a)	Até o Mês (c)	% (c/a)	SALDO A REALIZAR (a-c)
RECEITAS (Exceto Intra-Orçamentárias) (I)	2.330.104.180	2.330.104.180	242.973.187	10,43	1.485.131.350	63,74	844.972.831
RECEITAS CORRENTES	1.513.302.790	1.513.302.790	117.236.922	7,75	1.009.151.052	66,69	504.151.739
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	491.075.630	491.075.630	32.037.460	6,52	338.695.500	68,97	152.380.130
Impostos	482.710.958	482.710.958	31.575.975	6,54	332.317.842	68,84	150.393.116
Taxas	8.364.672	8.364.672	461.485	5,52	6.377.658	76,25	1.987.014
RECEITA DE CONTRIBUICOES	843.378.330	843.378.330	68.940.086	8,17	543.818.210	64,48	299.560.120
Contribuições Sociais	826.899.563	826.899.563	67.723.231	8,19	532.679.640	64,42	294.219.923
Contribuições Econômicas	16.478.767	16.478.767	1.216.855	7,38	11.138.569	67,59	5.340.197
RECEITA PATRIMONIAL	89.318.622	89.318.622	11.835.647	13,25	71.372.492	79,91	17.946.129
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	2.087.756	2.087.756	139.461	6,68	1.428.239	68,41	659.517
Valores Mobiliários	21.998.275	21.998.275	1.646.809	7,49	19.333.648	87,89	2.664.627
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	5.516.155	5.516.155	73.155	1,33	2.346.278	42,53	3.169.877
Exploração de Recursos Naturais	57.067.869	57.067.869	9.760.573	17,10	46.475.701	81,44	10.592.168
Exploração do Patrimônio Intangível	5	5	1	19,33	10	210,74	-5
Cessão de Direitos	2.642.434	2.642.434	214.754	8,13	1.767.841	66,90	874.593
Demais Receitas Patrimoniais	6.128	6.128	895	14,60	20.776	339,02	-14.648
RECEITA AGROPECUARIA	23.453	23.453	1.942	8,28	11.965	51,02	11.488
RECEITA INDUSTRIAL	955.685	955.685	181.548	19,00	826.471	86,48	129.214
RECEITA DE SERVICOS	40.633.068	40.633.068	2.338.196	5,75	32.586.644	80,20	8.046.423
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	3.603.856	3.603.856	271.879	7,54	2.393.491	66,41	1.210.365
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	3.253.763	3.253.763	294.765	9,06	2.463.406	75,71	790.356
Serviços e Atividades referentes à Saúde	1.844.800	1.844.800	166.645	9,03	1.257.783	68,18	587.017
Serviços e Atividades Financeiras	31.899.619	31.899.619	1.602.211	5,02	26.454.068	82,93	5.445.551
Outros Serviços	31.030	31.030	2.696	8,69	17.896	57,67	13.134
TRANSFERENCIAS CORRENTES	1.092.821	1.092.821	92.999	8,51	815.871	74,66	276.950
Transferências da União e de suas Entidades	668.566	668.566	57.208	8,56	539.053	80,63	129.513
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	103.708	103.708	5.761	5,55	26.880	25,92	76.829
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	60.673	60.673	1.210	1,99	16.887	27,83	43.787
Transferências de Instituições Privadas	227.899	227.899	28.752	12,62	231.031	101,37	-3.132
Transferências do Exterior	28.339	28.339	0	0,00	471	1,66	27.869
Transferências de Pessoas Físicas	3.634	3.634	68	1,87	1.550	42,66	2.084
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	2	2	0	6,45	1	24,36	2
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	46.825.181	46.825.181	1.809.235	3,86	21.024.044	44,90	25.801.137
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	5.965.410	5.965.410	633.907	10,63	4.378.547	73,40	1.586.863
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	6.555.701	6.555.701	644.185	9,83	7.124.313	108,67	-568.612
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	529.359	529.359	67.810	12,81	1.940.451	366,57	-1.411.092
Demais Receitas Correntes	33.774.712	33.774.712	463.333	1,37	7.580.733	22,44	26.193.979
RECEITAS CORRENTES A CLASSIFICAR	0	0	-192	-	-146	-	146
RECEITAS DE CAPITAL	816.801.390	816.801.390	125.736.265	15,39	475.980.298	58,27	340.821.092
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	498.900.746	498.900.746	45.967.348	9,21	249.429.272	50,00	249.471.473
Operações de Crédito Internas	490.716.105	490.716.105	45.514.550	9,28	245.703.909	50,07	245.012.196
Operações de Crédito Externas	8.184.640	8.184.640	452.798	5,53	3.725.363	45,52	4.459.277
ALIENACAO DE BENS	3.079.293	3.079.293	24.073	0,78	5.300.081	172,12	-2.220.788
Alienação de Bens Móveis	1.443.036	1.443.036	11.420	0,79	1.189.883	82,46	253.153
Alienação de Bens Imóveis	116.452	116.452	12.653	10,87	81.108	69,65	35.344
Alienação de Bens Intangíveis	1.519.804	1.519.804	0	0,00	4.029.090	265,11	-2.509.286
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	156.719.246	156.719.246	72.594.634	46,32	150.921.695	96,30	5.797.550
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	181.548	181.548	0	0,00	16.273	8,96	165.275

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800054

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Transferências da União e de suas Entidades	21.557	21.557	0	0,00	4.007	18,59	17.550
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	41.426	41.426	0	0,00	0	0,00	41.426
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	33.723	33.723	0	0,00	30	0,09	33.693
Transferências de Instituições Privadas	84.842	84.842	0	0,00	0	0,00	84.842
Transferências do Exterior	0	0	0	-	10.734	-	-10.734
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	157.920.558	157.920.558	7.150.210	4,53	70.312.976	44,52	87.607.581
Resultado do Banco Central	46.520.000	46.520.000	0	0,00	14.955.813	32,15	31.564.187
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	92.832.641	92.832.641	7.150.210	7,70	55.357.164	59,63	37.475.478
Resgate de Títulos do Tesouro	1.044	1.044	0	0,00	0	0,00	1.044
Demais receitas de Capital	18.566.872	18.566.872	0	0,00	0	0,00	18.566.872

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF

GOVERNO FEDERAL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2018

RREO - Anexo 1 (LRF, art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ milhares

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a-c)
			No Mês (b)	% (b/a)	Até o Mês (c)	% (c/a)	
RECEITAS (Intra-Orçamentárias) (II)	36.818.024	36.818.024	2.418.347	6,57	22.161.283	60,19	14.656.740
RECEITAS CORRENTES	36.818.024	36.818.024	2.418.347	6,57	22.161.283	60,19	14.656.740
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	933	933	224	24,00	1.624	174,10	-691
Impostos	188	188	81	42,90	714	380,25	-526
Taxas	745	745	143	19,24	910	122,16	-165
RECEITA DE CONTRIBUICOES	25.079.768	25.079.768	1.465.674	5,84	12.278.092	48,96	12.801.677
Contribuições Sociais	25.079.742	25.079.742	1.465.673	5,84	12.278.073	48,96	12.801.669
Contribuições Econômicas	26	26	0	1,85	19	72,94	7
RECEITA PATRIMONIAL	1.765	1.765	261	14,81	3.389	191,94	-1.623
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	1.765	1.765	261	14,78	2.008	113,75	-243
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0	0	0	-	73	-	-73
RECEITA INDUSTRIAL	156.189	156.189	20.357	13,03	108.164	69,25	48.025
RECEITA DE SERVICOS	31.815	31.815	3.338	10,49	16.440	51,67	15.375
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	20.464	20.464	2.612	12,76	13.868	67,77	6.595
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0	0	0	-	0	-	0
Serviços e Atividades referentes à Saúde	10.980	10.980	726	6,62	2.573	23,43	8.407
Serviços e Atividades Financeiras	0	0	0	-	0	-	0
Outros Serviços	372	372	0	0,00	-1	-0,22	373
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	11.547.553	11.547.553	928.494	8,04	9.753.575	84,46	1.793.978
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	0	0	52	-	-2.545	-	2.545
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	638	638	8.018	1.256,13	67.115	10.514,03	-66.476
Demais Receitas Correntes	11.546.914	11.546.914	920.424	7,97	9.689.005	83,91	1.857.909
RECEITAS DE CAPITAL	0	0	0	-	0	-	0
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	2.366.922.204	2.366.922.204	245.391.534	10,37	1.507.292.633	63,68	859.629.571
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	1.139.498.879	1.139.498.879	48.211.900	4,23	434.959.733	38,17	704.539.146
Operações de Crédito Internas	1.134.915.531	1.134.915.531	48.211.900	4,25	432.848.335	38,14	702.067.195
Mobiliária	1.134.915.531	1.134.915.531	48.211.900	4,25	432.848.335	38,14	702.067.195
Operações de Crédito Externas	4.583.348	4.583.348	0	0,00	2.111.397	46,07	2.471.950
Mobiliária	4.583.348	4.583.348	0	0,00	2.111.397	46,07	2.471.950
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	3.506.421.083	3.506.421.083	293.603.434	8,37	1.942.252.366	55,39	1.564.168.717
AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA (VI)		5.429.985					
DÉFICIT (VII)	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (VIII) = (V + VI + VII)	3.506.421.083	3.511.851.068	293.603.434	8,36	1.942.252.366	55,31	1.569.598.702
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	5.429.985	-	-	-	-	-
Créditos adicionais abertos com Superávit Financeiro		1.347.994					
Créditos adicionais abertos com Excesso de Arrecadação		4.419.407					
Créditos cancelados líquidos		-337.416					

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF

GOVERNO FEDERAL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2018

RREO - Anexo 1 (LRF, art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ milhares

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e - f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e - h)	DESPESAS PAGAS Até o Mês (j)
			No Mês	Até o Mês (f)		No Mês	Até o Mês (h)		
DESPESAS (Exceto Intra-Orçamentárias) (IX)	2.419.892.125	2.425.542.141	64.964.812	2.076.685.796	348.856.345	238.269.563	1.521.792.769	903.749.372	1.487.875.254
DESPESAS CORRENTES	1.848.912.263	1.914.390.606	48.378.056	1.658.674.633	255.715.973	164.828.751	1.192.567.730	721.822.876	1.159.426.797
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	295.086.576	300.705.999	9.755.462	251.720.001	48.985.998	23.245.446	190.369.953	110.336.046	189.075.298
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	316.241.344	366.261.170	823.964	349.807.494	16.453.675	20.756.545	220.202.697	146.058.473	220.202.697
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.237.584.343	1.247.423.438	37.798.630	1.057.147.138	190.276.300	120.826.760	781.995.080	465.428.358	750.148.801

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800055

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Transferência a Estados, DF e Municípios	334.395.523	340.130.613	11.092.298	311.024.143	29.106.470	29.485.598	222.864.528	117.266.086	222.839.111
Benefícios Previdenciários	596.268.400	592.372.706	15.766.815	502.743.540	89.629.166	65.470.722	386.261.263	206.111.443	358.224.829
Demais Despesas Correntes	306.920.420	314.920.119	10.939.517	243.379.455	71.540.664	25.870.439	172.869.289	142.050.830	169.084.862
DESPESAS DE CAPITAL	545.099.057	491.827.873	16.586.756	418.011.163	73.816.710	73.440.812	329.225.040	162.602.834	328.448.456
INVESTIMENTOS	43.982.523	42.721.728	2.530.496	27.271.140	15.450.588	1.709.221	7.294.004	35.427.724	6.829.117
INVERSÕES FINANCEIRAS	80.609.758	78.559.370	885.743	60.101.449	18.457.920	5.697.631	37.565.930	40.993.439	37.254.234
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	420.506.776	370.546.776	13.170.516	330.638.574	39.908.202	66.033.960	284.365.106	86.181.670	284.365.106
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	25.880.805	19.323.662	0	0	19.323.662	0	0	19.323.662	0
DESPESAS (Intra-Orçamentárias) (X)	42.949.805	42.729.774	552.830	36.191.311	6.538.463	2.785.936	23.966.751	18.763.022	23.834.853
DESPESAS CORRENTES	41.088.526	40.868.500	551.862	34.502.289	6.366.211	2.750.797	23.752.626	17.115.874	23.622.072
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	27.690.524	27.474.912	407.027	21.724.914	5.749.998	1.662.976	14.088.322	13.386.590	13.962.256
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0	0	0	0	0			0	0
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	13.398.002	13.393.588	144.835	12.777.374	616.213	1.087.822	9.664.304	3.729.284	9.659.816
Demais Despesas Correntes	13.398.002	13.393.588	144.835	12.777.374	616.213	1.087.822	9.664.304	3.729.284	9.659.816
DESPESAS DE CAPITAL	1.861.279	1.861.274	968	1.689.023	172.251	35.139	214.126	1.647.148	212.781
INVESTIMENTOS	50.562	50.557	918	50.050	507	1.672	10.078	40.479	8.738
INVERSÕES FINANCEIRAS	1.810.717	1.810.717	50	1.638.973	171.744	33.467	204.048	1.606.670	204.042
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0	0	0	0	0	0	0	0	0
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XI) = (IX + X)	2.462.841.930	2.468.271.915	65.517.641	2.112.877.107	355.394.808	241.055.499	1.545.759.521	922.512.395	1.511.710.106
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANCIAMENTO (XII)	1.042.079.152	1.042.079.152	661.636	684.541.277	357.537.875	35.894.559	313.015.611	729.063.541	313.015.611
Amortização da Dívida Interna	1.006.229.360	1.006.229.360	612.592	681.843.775	324.385.585	35.838.985	310.912.558	695.316.802	310.912.558
Dívida Mobiliária	984.777.098	984.777.098	500.000	679.560.303	305.216.794	35.726.393	308.650.176	676.126.922	308.650.176
Outras Dívidas	21.452.263	21.452.263	112.592	2.283.472	19.168.791	112.592	2.262.383	19.189.880	2.262.383
Amortização da Dívida Externa	35.849.792	35.849.792	49.045	2.697.502	33.152.291	55.574	2.103.053	33.746.739	2.103.053
Dívida Mobiliária	32.102.344	32.102.344	0	975.000	31.127.344	0	474.312	31.628.033	474.312
Outras Dívidas	3.747.448	3.747.448	49.045	1.722.502	2.024.946	55.574	1.628.741	2.118.707	1.628.741
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XIII) = (XI + XII)	3.504.921.083	3.510.351.068	66.179.278	2.797.418.384	712.932.683	276.950.058	1.858.775.132	1.651.575.936	1.824.725.717
SUPERÁVIT (XIV)	-	-	-	-	-	-	83.477.234	-	-
TOTAL (XV) = (XIII + XIV)	3.504.921.083	3.510.351.068	66.179.278	2.797.418.384	712.932.683	276.950.058	1.942.252.366	1.651.575.936	1.824.725.717
RESERVA DO RPPS			-	-		-	-		-

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas.

HERIBERTO HENRIQUE VILELA DO NASCIMENTO
Coordenador-Geral de Contabilidade da União
Contador - CRC-DF 019.051/O

GOVERNO FEDERAL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2018

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") R$ milhares

FUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS No Mês	DESPESAS EMPENHADAS Até o Mês (b)	DESPESAS EMPENHADAS % (b/total b)	SALDO c = (a - b)	DESPESAS LIQUIDADAS No Mês	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Mês (d)	DESPESAS LIQUIDADAS % (d/total d)	SALDO (e) = (a - d)
LEGISLATIVA	8.181.952	7.992.034	-48.496	7.344.248	0,35	647.786	555.250	4.579.521	0,30	3.412.513
JUDICIARIA	38.052.613	38.052.531	732.895	31.446.822	1,49	6.605.709	2.678.530	21.701.492	1,40	16.351.039
ESSENCIAL A JUSTICA	7.568.216	7.552.946	312.008	5.911.679	0,28	1.641.267	558.526	4.494.895	0,29	3.058.051
ADMINISTRACAO	31.586.093	32.454.963	1.552.177	23.239.295	1,10	9.215.668	2.209.880	18.108.312	1,17	14.346.651
DEFESA NACIONAL	73.528.847	73.542.627	2.529.883	64.728.713	3,06	8.813.914	5.635.191	42.463.282	2,75	31.079.344
SEGURANCA PUBLICA	10.435.175	12.356.453	548.399	8.260.396	0,39	4.096.057	696.163	5.665.735	0,37	6.690.718
RELACOES EXTERIORES	2.761.200	2.891.050	386.375	2.336.143	0,11	554.907	397.354	2.019.163	0,13	871.887
ASSISTENCIA SOCIAL	86.971.236	86.942.643	6.056.526	74.116.331	3,51	12.826.312	7.490.999	57.955.539	3,75	28.987.104
PREVIDENCIA SOCIAL	689.469.293	689.414.366	18.912.934	583.392.839	27,61	106.021.527	73.079.235	446.417.394	28,88	242.996.972
SAUDE	121.631.825	121.792.391	8.750.986	85.792.885	4,06	35.999.506	9.284.189	68.671.302	4,44	53.121.089
TRABALHO	81.376.158	76.615.766	-3.302.090	68.266.878	3,23	8.348.888	6.696.581	47.200.163	3,05	29.415.602
EDUCACAO	111.291.596	113.917.209	2.981.964	92.716.568	4,39	21.200.641	7.559.576	61.557.038	3,98	52.360.171
CULTURA	2.024.900	2.068.437	56.750	1.811.868	0,09	256.569	107.761	560.312	0,04	1.508.124
DIREITOS DA CIDADANIA	1.714.614	1.632.482	16.820	746.880	0,04	885.602	58.812	402.445	0,03	1.230.037
URBANISMO	5.501.300	5.295.902	289.286	3.796.278	0,18	1.499.623	154.724	935.808	0,06	4.360.094
HABITACAO	63.031	53.031	618	9.130	0,00	43.901	591	3.575	0,00	49.456
SANEAMENTO	964.262	931.562	5.520	919.551	0,04	12.012	25.512	216.959	0,01	714.604
GESTAO AMBIENTAL	5.399.401	4.703.620	305.050	3.183.213	0,15	1.520.407	254.960	1.620.565	0,10	3.083.056
CIENCIA E TECNOLOGIA	7.823.673	7.576.902	540.998	5.265.088	0,25	2.311.814	656.590	3.357.443	0,22	4.219.459
AGRICULTURA	29.131.984	28.161.696	-125.294	20.701.322	0,98	7.460.374	3.555.795	10.490.773	0,68	17.670.923
ORGANIZACAO AGRARIA	2.907.304	2.817.877	182.192	2.099.944	0,10	717.933	184.172	935.240	0,06	1.882.637
INDUSTRIA	2.299.995	2.335.341	109.323	1.748.598	0,08	586.743	195.551	1.259.698	0,08	1.075.643
COMERCIO E SERVICOS	4.850.663	4.894.115	32.899	3.515.447	0,17	1.378.668	105.921	1.374.632	0,09	3.519.484
COMUNICACOES	1.430.209	1.424.112	12.247	1.039.549	0,05	384.563	75.701	620.477	0,04	803.635
ENERGIA	2.219.780	2.205.280	31.288	1.922.058	0,09	283.221	148.934	1.114.496	0,07	1.090.783
TRANSPORTE	17.107.549	16.131.516	859.009	11.627.919	0,55	4.503.596	1.218.874	6.172.922	0,40	9.958.594
DESPORTO E LAZER	1.282.253	1.303.466	108.099	892.543	0,04	410.923	31.010	123.067	0,01	1.180.399
ENCARGOS ESPECIAIS	1.083.208.061	1.098.541.810	23.679.274	1.006.044.923	47,61	92.496.886	117.439.117	735.737.272	47,60	362.804.538
RESERVA DE CONTINGENCIA	32.058.748	24.669.788	0	0	0,00	24.669.788	0	0	0,00	24.669.788
TOTAL	2.462.841.930	2.468.271.915	65.517.641	2.112.877.107	100,00	355.394.808	241.055.499	1.545.759.521	100,00	922.512.395

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800056

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

GOVERNO FEDERAL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2018

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") R$ milhares

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO
			No Mês	Até o Mês	%		No Mês	Até o Mês	%	
(Despesas Exceto Intra-Orçamentárias)		(a)		(b)	(b/total b)	c = (a - b)		(d)	(d/total d)	e = (a - d)
LEGISLATIVA	7.134.548	6.944.630	-47.899	6.353.490	0,31	591.141	494.715	4.054.647	0,27	2.889.983
Acao Legislativa	1.128.204	1.126.082	19.409	868.271	0,04	257.811	80.095	453.848	0,03	672.234
Controle Externo	216.030	216.030	10.133	159.305	0,01	56.725	12.305	74.915	0,00	141.114
Administracao Geral	4.997.912	4.800.808	-94.056	4.630.919	0,22	169.889	353.968	3.039.848	0,20	1.760.960
Comunicacao Social	164.694	152.194	12.436	112.514	0,01	39.680	10.682	60.626	0,00	91.568
Atencao Basica	282.471	301.471	4.178	238.011	0,01	63.460	9.776	202.462	0,01	99.009
Protecao E Beneficios Ao Trabalhador	345.236	348.044	0	344.469	0,02	3.575	27.889	222.948	0,01	125.096
Outros Encargos Especiais	1	1	0	0	0,00	1	0	0	0,00	1
JUDICIARIA	33.311.891	33.311.788	687.149	27.682.220	1,33	5.629.568	2.376.158	19.215.120	1,26	14.096.668
Controle Externo	91.013	91.013	-108	52.507	0,00	38.506	4.976	25.747	0,00	65.266
Acao Judiciaria	3.683.924	3.689.897	165.092	2.372.655	0,11	1.317.241	212.997	1.220.212	0,08	2.469.685
Administracao Geral	26.786.909	26.783.205	480.155	22.889.191	1,10	3.894.014	1.968.888	16.324.140	1,07	10.459.065
Tecnologia Da Informacao	325.308	325.308	8.811	130.940	0,01	194.368	6.138	48.388	0,00	276.920
Formacao De Recursos Humanos	20.095	20.095	435	8.135	0,00	11.960	834	4.576	0,00	15.519
Comunicacao Social	120.636	117.780	4.984	81.583	0,00	36.198	6.984	41.843	0,00	75.938
Atencao Basica	880.487	880.487	14.720	824.443	0,04	56.044	59.019	634.316	0,04	246.171
Protecao E Beneficios Ao Trabalhador	1.403.041	1.403.525	13.061	1.322.764	0,06	80.761	116.322	915.898	0,06	487.627
Outros Encargos Especiais	477	477	0	1	0,00	476	0	1	0,00	476
ESSENCIAL A JUSTICA	6.291.343	6.285.875	284.436	4.864.778	0,23	1.421.097	481.435	3.818.908	0,25	2.466.967
Controle Externo	42.057	42.057	602	28.452	0,00	13.605	2.514	16.847	0,00	25.210
Defesa Do Interesse Publico No Processo Judiciario	827.069	825.019	39.346	570.025	0,03	254.994	55.310	371.421	0,02	453.598
Representacao Judicial E Extrajudicial	368.194	368.194	5.993	351.292	0,02	16.903	31.165	207.661	0,01	160.533
Administracao Geral	4.327.029	4.331.479	219.229	3.279.033	0,16	1.052.446	329.701	2.765.804	0,18	1.565.675
Normatizacao E Fiscalizacao	7.000	3.000	59	218	0,00	2.782	43	80	0,00	2.920
Tecnologia Da Informacao	11.089	9.722	0	5.384	0,00	4.338	0	40	0,00	9.682
Formacao De Recursos Humanos	19.721	19.721	195	15.321	0,00	4.400	1.353	8.257	0,00	11.464
Comunicacao Social	20.229	18.729	188	9.254	0,00	9.475	777	5.773	0,00	12.956
Atencao Basica	155.006	154.006	11.835	151.815	0,01	2.191	20.444	131.471	0,01	22.535
Protecao E Beneficios Ao Trabalhador	266.451	266.451	12.257	218.762	0,01	47.689	22.757	180.020	0,01	86.431
Direitos Individuais, Coletivos E Difusos	247.487	247.487	-5.268	235.211	0,01	12.276	17.372	131.525	0,01	115.962
Outros Encargos Especiais	10	10	0	10	0,00	0	0	10	0,00	0
ADMINISTRACAO	27.976.104	29.075.435	1.486.075	20.755.052	1,00	8.320.384	2.014.267	16.440.012	1,08	12.635.423
Representacao Judicial E Extrajudicial	252.819	275.161	41.543	124.615	0,01	150.546	21.567	102.622	0,01	172.539
Planejamento E Orcamento	344.912	338.734	6.463	298.440	0,01	40.294	7.701	270.116	0,02	68.619
Administracao Geral	22.705.047	22.276.720	1.037.377	15.801.167	0,76	6.475.553	1.611.195	12.926.006	0,85	9.350.714
Administracao Financeira	39.203	42.315	2.261	25.259	0,00	17.056	3.007	13.000	0,00	29.316
Controle Interno	92.821	92.381	3.199	64.684	0,00	27.697	6.321	38.616	0,00	53.765
Normatizacao E Fiscalizacao	287.345	217.955	16.186	93.936	0,00	124.019	8.209	45.644	0,00	172.311
Tecnologia Da Informacao	2.223.560	2.257.973	288.542	1.938.460	0,09	319.514	167.718	937.001	0,06	1.320.972
Ordenamento Territorial	177.533	135.971	4.392	38.749	0,00	97.223	3.597	22.701	0,00	113.271
Formacao De Recursos Humanos	17.264	15.770	464	8.965	0,00	6.805	764	4.772	0,00	10.998
Administracao De Receitas	46.814	39.730	-4.385	34.148	0,00	5.581	3.731	25.503	0,00	14.226
Comunicacao Social	117.602	353.445	8.517	189.489	0,01	163.957	53.675	95.974	0,01	257.471
Defesa Civil	841	841	13	562	0,00	278	63	363	0,00	478
Relacoes Diplomaticas	37	49	0	0	0,00	49	0	0	0,00	49
Previdencia Basica	638	638	0	483	0,00	155	4	226	0,00	412
Previdencia Do Regime Estatutario	2.986	2.986	144	2.140	0,00	846	288	1.708	0,00	1.279
Previdencia Complementar	119	119	0	95	0,00	24	4	27	0,00	92
Atencao Basica	376.151	396.853	16.427	279.446	0,01	117.407	30.310	237.089	0,02	159.765
Protecao E Beneficios Ao Trabalhador	987.594	847.649	33.199	566.166	0,03	281.483	60.296	462.898	0,03	384.752
Ensino Superior	26.088	6.628	1.070	6.184	0,00	444	1.085	5.707	0,00	921
Patrimonio Historico, Artistico E Arqueologico	20.836	27.278	28	17.352	0,00	9.926	1.335	8.633	0,00	18.645
Desenvolvimento Cientifico	11.003	12.094	-30	11.048	0,00	1.046	1.112	6.828	0,00	5.266
Difusao Do Conhecimento Cientifico E Tecnologico	7.178	7.178	569	4.173	0,00	3.005	596	3.383	0,00	3.795
Promocao Da Producao Agropecuaria	55.070	44.321	753	3.722	0,00	40.600	327	3.098	0,00	41.224
Producao Industrial	49.937	49.937	261	39.636	0,00	10.301	2.189	22.283	0,00	27.654
Normalizacao E Qualidade	1.248	1.248	0	955	0,00	293	94	761	0,00	487
Outros Encargos Especiais	131.459	1.631.459	29.079	1.205.177	0,06	426.283	29.079	1.205.057	0,08	426.402
DEFESA NACIONAL	72.958.057	72.974.441	2.513.864	64.251.849	3,09	8.722.592	5.600.062	42.182.410	2,77	30.792.031
Planejamento E Orcamento	1.100	1.100	139	950	0,00	150	38	361	0,00	739
Administracao Geral	51.916.378	52.133.631	1.096.246	47.480.491	2,29	4.653.140	4.102.624	33.873.423	2,23	18.260.209
Normatizacao E Fiscalizacao	51.412	51.012	3.624	30.749	0,00	20.263	3.205	14.700	0,00	36.312
Tecnologia Da Informacao	32.343	28.091	3.284	13.325	0,00	14.766	1.406	3.057	0,00	25.034

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800057

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Formacao De Recursos Humanos	117.159	121.629	15.242	89.445	0,00	32.184	10.151	40.530	0,00	81.098
Comunicacao Social	1.724	1.724	43	1.175	0,00	549	276	537	0,00	1.187
Defesa Aerea	4.810.503	4.767.072	405.351	4.645.625	0,22	121.448	466.188	1.422.168	0,09	3.344.904
Defesa Naval	4.839.701	4.569.242	211.124	3.814.704	0,18	754.538	189.164	2.412.792	0,16	2.156.450
Defesa Terrestre	2.155.340	2.351.433	229.578	1.570.295	0,08	781.139	162.076	452.621	0,03	1.898.812
Informacao E Inteligencia	8.858	8.741	1.036	6.774	0,00	1.967	997	3.965	0,00	4.776
Cooperacao Internacional	124.037	124.037	-1.565	84.853	0,00	39.184	4.322	19.885	0,00	104.152
Assistencia A Crianca E Ao Adolescente	7.928	2.928	345	1.746	0,00	1.181	241	826	0,00	2.102
Assistencia Comunitaria	435.198	452.049	4.512	271.163	0,01	180.886	2.468	4.548	0,00	447.502
Atencao Basica	2.852.211	2.852.706	256.994	2.046.815	0,10	805.891	249.937	1.577.059	0,10	1.275.647
Assistencia Hospitalar E Ambulatorial	43.055	43.055	461	35.243	0,00	7.812	2.978	27.497	0,00	15.558
Suporte Profilatico E Terapeutico	4.782	4.782	325	759	0,00	4.023	15	320	0,00	4.462
Protecao E Beneficios Ao Trabalhador	4.443.082	4.413.217	237.244	3.391.039	0,16	1.022.177	355.938	2.090.676	0,14	2.322.541
Empregabilidade	10.000	10.000	1.185	3.963	0,00	6.037	276	647	0,00	9.353
Ensino Profissional	62.820	62.820	25	51.954	0,00	10.866	4.603	25.316	0,00	37.505
Ensino Superior	16.047	15.278	2.033	5.728	0,00	9.550	611	1.469	0,00	13.809
Educacao De Jovens E Adultos	2.317	2.317	184	1.227	0,00	1.090	141	482	0,00	1.835
Educacao Basica	15.358	15.358	2.659	12.637	0,00	2.722	1.795	7.160	0,00	8.198
Habitacao Urbana	290.466	283.266	11.254	250.286	0,01	32.980	24.250	113.607	0,01	169.658
Controle Ambiental	65.531	65.531	446	43.377	0,00	22.153	1.569	10.734	0,00	54.797
Desenvolvimento Cientifico	198.723	161.437	1.509	13.695	0,00	147.743	2.103	4.692	0,00	156.745
Desenvolvimento Tecnologico E Engenharia	385.682	365.682	29.701	354.286	0,02	11.397	11.439	65.024	0,00	300.658
Telecomunicacoes	54.300	54.300	893	23.728	0,00	30.571	1.062	6.542	0,00	47.758
Desporto De Rendimento	12.000	12.000	-8	5.815	0,00	6.185	189	1.772	0,00	10.228
SEGURANCA PUBLICA	9.210.417	11.181.695	495.850	7.375.766	0,36	3.805.929	613.760	5.000.548	0,33	6.181.147
Administracao Geral	6.374.459	6.451.511	267.389	5.080.017	0,24	1.371.494	471.613	3.873.479	0,25	2.578.032
Formacao De Recursos Humanos	14.314	14.314	0	8.484	0,00	5.830	742	6.164	0,00	8.149
Comunicacao Social	200	200	0	0	0,00	200	0	0	0,00	200
Policiamento	2.023.487	3.098.669	136.551	1.106.941	0,05	1.991.728	54.955	442.129	0,03	2.656.541
Defesa Civil	430.770	1.192.456	65.422	850.238	0,04	342.218	54.677	434.928	0,03	757.528
Informacao E Inteligencia	63.035	119.445	14.369	64.614	0,00	54.831	5.723	32.317	0,00	87.128
Atencao Basica	95.289	96.119	4.375	87.042	0,00	9.077	8.256	68.200	0,00	27.920
Protecao E Beneficios Ao Trabalhador	208.862	208.981	7.742	178.431	0,01	30.550	17.793	143.330	0,01	65.651
RELACOES EXTERIORES	2.600.506	2.730.167	370.206	2.212.556	0,11	517.611	381.094	1.927.496	0,13	802.671
Administracao Geral	1.261.397	1.388.284	155.750	1.124.161	0,05	264.123	174.310	934.358	0,06	453.926
Formacao De Recursos Humanos	3.433	3.410	632	1.074	0,00	2.337	592	1.008	0,00	2.403
Relacoes Diplomaticas	765.917	743.193	130.546	600.906	0,03	142.286	112.294	562.973	0,04	180.220
Cooperacao Internacional	33.966	33.818	6.135	18.575	0,00	15.243	6.164	18.425	0,00	15.393
Atencao Basica	124.864	130.872	11.460	113.226	0,01	17.646	21.064	99.382	0,01	31.490
Protecao E Beneficios Ao Trabalhador	363.213	383.390	60.170	324.275	0,02	59.114	61.701	285.742	0,02	97.648
Difusao Cultural	27.562	27.428	3.509	21.512	0,00	5.916	3.387	19.855	0,00	7.573
Difusao Do Conhecimento Cientifico E Tecnologico	6.147	6.142	193	5.768	0,00	374	508	3.491	0,00	2.651
Promocao Comercial	14.008	13.631	1.811	3.059	0,00	10.572	1.073	2.263	0,00	11.368
ASSISTENCIA SOCIAL	86.954.036	86.924.536	6.056.515	74.099.168	3,57	12.825.368	7.489.702	57.945.338	3,81	28.979.198
Planejamento E Orcamento	5.328	5.328	1.036	2.360	0,00	2.969	130	807	0,00	4.521
Administracao Geral	196.098	226.474	704	180.375	0,01	46.100	18.336	123.196	0,01	103.278
Normatizacao E Fiscalizacao	22.247	22.832	1.684	19.678	0,00	3.154	2.330	14.241	0,00	8.591
Tecnologia Da Informacao	64.559	64.559	8.576	38.834	0,00	25.725	9.809	30.202	0,00	34.357
Formacao De Recursos Humanos	372	447	64	428	0,00	19	21	180	0,00	267
Comunicacao Social	7.500	7.500	0	7.500	0,00	0	0	0	0,00	7.500
Cooperacao Internacional	1.931	1.931	0	362	0,00	1.570	24	257	0,00	1.675
Assistencia Ao Idoso	23.863.817	23.863.817	43	18.105.187	0,87	5.758.630	2.009.352	15.958.937	1,05	7.904.880
Assistencia Ao Portador De Deficiencia	31.134.481	31.134.481	6.000.563	25.065.105	1,21	6.069.376	2.627.681	20.761.794	1,36	10.372.687
Assistencia A Crianca E Ao Adolescente	534.758	530.867	39.726	121.280	0,01	409.586	39.786	120.170	0,01	410.697
Assistencia Comunitaria	30.673.014	30.393.944	-4.721	29.934.398	1,44	459.545	2.754.724	20.436.114	1,34	9.957.829
Atencao Basica	983	1.218	2	985	0,00	233	96	818	0,00	400
Alimentacao E Nutricao	396.410	188.410	10.245	149.068	0,01	39.343	9.375	38.737	0,00	149.673
Protecao E Beneficios Ao Trabalhador	5.170	5.561	0	5.170	0,00	391	447	3.653	0,00	1.907
Educacao Infantil	6.521	6.521	0	0	0,00	6.521	0	0	0,00	6.521
Saneamento Basico Rural	40.846	70.646	-1.407	68.439	0,00	2.207	17.592	56.231	0,00	14.414
Outras Transferencias	0	400.000	0	400.000	0,02	0	0	400.000	0,03	0
PREVIDENCIA SOCIAL	688.348.184	688.343.767	18.912.270	582.428.986	28,05	105.914.782	73.008.341	445.834.862	29,30	242.508.906
Representacao Judicial E Extrajudicial	30.000	29.124	3.692	22.715	0,00	6.409	3.014	21.349	0,00	7.776
Administracao Geral	5.200.774	4.895.754	518.754	3.850.872	0,19	1.044.882	360.602	3.091.613	0,20	1.804.141
Normatizacao E Fiscalizacao	6.085	6.085	73	5.447	0,00	638	924	3.543	0,00	2.542
Tecnologia Da Informacao	435.171	411.370	63.302	236.491	0,01	174.879	63.302	200.338	0,01	211.031
Formacao De Recursos Humanos	11.710	11.541	994	7.774	0,00	3.768	1.299	6.692	0,00	4.849
Informacao E Inteligencia	137.685	133.497	22.549	76.191	0,00	57.306	22.573	64.767	0,00	68.730
Previdencia Basica	584.303.517	580.398.684	14.877.722	492.399.563	23,71	87.999.121	64.612.709	375.748.646	24,69	204.650.038
Previdencia Do Regime Estatutario	96.317.158	100.488.244	3.320.812	84.329.387	4,06	16.158.856	7.795.738	65.436.411	4,30	35.051.833
Previdencia Complementar	1.780	1.789	0	80	0,00	1.709	4	50	0,00	1.739
Previdencia Especial	162.259	162.259	0	153.028	0,01	9.232	10.833	87.733	0,01	74.527
Atencao Basica	207.915	205.756	0	170.987	0,01	34.769	12.247	93.829	0,01	111.927

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800058

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Protecao E Beneficios Ao Trabalhador	264.225	266.148	771	258.858	0,01	7.290	20.899	167.006	0,01	99.141
Normalizacao E Qualidade	12.705	12.315	1.094	9.162	0,00	3.153	1.656	6.179	0,00	6.136
Outras Transferencias	1.257.173	1.321.173	102.507	908.431	0,04	412.742	102.541	906.705	0,06	414.468
Outros Encargos Especiais	28	28	0	0	0,00	28	0	0	0,00	28
SAUDE	119.039.109	119.319.675	8.749.481	84.058.588	4,05	35.261.088	9.108.398	67.575.766	4,44	51.743.909
Planejamento E Orcamento	29.737	28.445	5.817	15.851	0,00	12.594	130	983	0,00	27.462
Administracao Geral	13.923.109	14.651.924	242.146	12.823.286	0,62	1.828.638	709.037	9.289.302	0,61	5.362.622
Controle Interno	6.862	6.794	84	1.455	0,00	5.339	39	330	0,00	6.464
Normatizacao E Fiscalizacao	47.820	47.284	690	20.532	0,00	26.753	1.481	11.059	0,00	36.225
Tecnologia Da Informacao	605.696	567.180	33.641	321.431	0,02	245.749	28.559	166.809	0,01	400.371
Formacao De Recursos Humanos	825.115	814.902	7.917	626.713	0,03	188.189	73.308	544.035	0,04	270.867
Comunicacao Social	277.811	267.747	941	148.247	0,01	119.500	18.052	127.040	0,01	140.707
Atencao Basica	22.034.019	22.070.808	1.443.866	14.299.710	0,69	7.771.099	1.470.016	12.421.727	0,82	9.649.081
Assistencia Hospitalar E Ambulatorial	53.761.472	52.730.654	4.525.884	37.916.797	1,83	14.813.858	4.265.858	32.673.057	2,15	20.057.598
Suporte Profilatico E Terapeutico	15.161.153	14.984.074	1.022.756	9.430.431	0,45	5.553.643	1.279.674	6.072.874	0,40	8.911.200
Vigilancia Sanitaria	360.599	357.850	25.258	190.410	0,01	167.440	132.558	159.318	0,01	198.532
Vigilancia Epidemiologica	7.653.508	7.672.915	1.164.170	4.696.785	0,23	2.976.130	931.869	3.586.844	0,24	4.086.071
Alimentacao E Nutricao	72.923	58.925	-228	27.081	0,00	31.844	-275	19.411	0,00	39.514
Protecao E Beneficios Ao Trabalhador	633.336	633.897	5.897	596.072	0,03	37.825	49.167	391.112	0,03	242.785
Patrimonio Historico, Artistico E Arqueologico	7.856	7.819	550	5.445	0,00	2.374	1.178	4.765	0,00	3.054
Direitos Individuais, Coletivos E Difusos	85.956	80.857	942	27.863	0,00	52.994	759	7.293	0,00	73.564
Assistencia Aos Povos Indigenas	1.370.194	1.342.494	116.152	920.389	0,04	422.105	64.406	723.868	0,05	618.625
Saneamento Basico Rural	196.976	160.937	3.369	72.755	0,00	88.181	4.158	20.936	0,00	140.000
Saneamento Basico Urbano	717.859	800.662	45.205	512.768	0,02	287.894	22.714	126.779	0,01	673.883
Preservacao E Conservacao Ambiental	16.612	16.523	-2.296	1.070	0,00	15.453	5	995	0,00	15.528
Desenvolvimento Cientifico	482.994	525.955	72.815	277.281	0,01	248.675	45.240	174.293	0,01	351.662
Desenvolvimento Tecnologico E Engenharia	697.623	422.284	29.678	105.319	0,01	316.965	7.027	37.284	0,00	385.000
Difusao Do Conhecimento Cientifico E Tecnologico	25.831	25.668	4.227	20.895	0,00	4.772	3.436	15.650	0,00	10.017
Outras Transferencias	44.000	1.043.027	0	1.000.000	0,05	43.027	0	1.000.000	0,07	43.027
Outros Encargos Especiais	50	50	0	3	0,00	48	0	1	0,00	49
TRABALHO	81.355.353	76.594.961	-3.302.065	68.250.148	3,29	8.344.813	6.695.626	47.192.763	3,10	29.402.198
Administracao Geral	343.594	348.457	1.379	278.107	0,01	70.350	20.697	149.704	0,01	198.753
Administracao Financeira	6.531	5.744	0	20	0,00	5.724	0	16	0,00	5.728
Normatizacao E Fiscalizacao	70.965	69.846	-189	45.200	0,00	24.646	1.570	20.434	0,00	49.412
Tecnologia Da Informacao	172.309	171.839	679	156.221	0,01	15.618	39.327	48.681	0,00	123.158
Formacao De Recursos Humanos	1.701	1.563	9	72	0,00	1.492	1	27	0,00	1.536
Comunicacao Social	100	100	0	0	0,00	100	0	0	0,00	100
Atencao Basica	631	631	0	520	0,00	111	41	333	0,00	298
Protecao E Beneficios Ao Trabalhador	62.588.879	57.838.443	-3.304.401	49.685.962	2,39	8.152.481	5.195.988	36.108.945	2,37	21.729.499
Relacoes De Trabalho	13.773	12.825	44	1.200	0,00	11.625	113	667	0,00	12.158
Empregabilidade	71.780	60.927	88	13.312	0,00	47.615	2.551	9.351	0,00	51.576
Fomento Ao Trabalho	18.079.156	18.078.802	1.220	18.067.636	0,87	11.165	1.434.124	10.853.094	0,71	7.225.707
Desenvolvimento Cientifico	5.904	5.754	-913	1.873	0,00	3.881	1.211	1.503	0,00	4.251
Outros Encargos Especiais	30	30	20	26	0,00	4	4	8	0,00	22
EDUCACAO	100.827.295	103.173.345	2.723.349	83.439.463	4,02	19.733.882	6.945.095	56.449.268	3,71	46.724.077
Administracao Geral	1.290.868	2.462.183	63.166	904.319	0,04	1.557.864	93.299	538.422	0,04	1.923.760
Administracao Financeira	846.667	846.667	0	543.011	0,03	303.656	44.099	258.544	0,02	588.124
Formacao De Recursos Humanos	97.295	96.920	7.263	50.086	0,00	46.834	5.758	27.547	0,00	69.373
Comunicacao Social	37.891	35.818	0	21.370	0,00	14.448	1.034	8.558	0,00	27.260
Atencao Basica	676.909	707.912	13.483	633.121	0,03	74.791	58.359	455.211	0,03	252.700
Assistencia Hospitalar E Ambulatorial	7.867.044	7.766.287	55.185	6.948.142	0,33	818.145	590.019	4.587.120	0,30	3.179.168
Alimentacao E Nutricao	4.146.961	4.146.961	332.510	3.995.545	0,19	151.416	540.707	2.369.370	0,16	1.777.590
Protecao E Beneficios Ao Trabalhador	2.135.336	2.209.406	136.051	2.046.717	0,10	162.689	190.246	1.451.883	0,10	757.523
Ensino Profissional	11.517.107	11.876.402	580.930	9.527.406	0,46	2.348.996	882.305	6.624.433	0,44	5.251.969
Ensino Superior	32.637.557	33.004.401	1.398.198	26.708.075	1,29	6.296.326	2.735.467	19.155.583	1,26	13.848.818
Educacao Infantil	260.552	260.552	3.423	59.309	0,00	201.244	3.423	59.309	0,00	201.244
Educacao De Jovens E Adultos	91.000	86.000	0	56.595	0,00	29.405	24.090	49.334	0,00	36.666
Educacao Basica	6.273.770	6.219.674	115.817	3.177.781	0,15	3.041.893	481.694	1.458.882	0,10	4.760.791
Desenvolvimento Cientifico	220.610	278.690	67.580	264.683	0,01	14.007	5.000	52.000	0,00	226.690
Difusao Do Conhecimento Cientifico E Tecnologico	409.814	409.314	30.229	250.783	0,01	158.531	45.634	234.040	0,02	175.274
Servicos Financeiros	16.019.166	16.019.166	4.041	13.871.732	0,67	2.147.433	188.937	7.426.347	0,49	8.592.819
Outras Transferencias	0	600.000	0	600.000	0,03	0	0	600.000	0,04	0
Outros Encargos Especiais	751.931	601.931	170	501.931	0,02	100.000	238	501.645	0,03	100.286
Transferencias Para A Educacao Basica	15.546.816	15.545.061	-84.696	13.278.857	0,64	2.266.204	1.054.786	10.591.041	0,70	4.954.021
CULTURA	1.937.313	1.969.549	56.460	1.715.878	0,08	253.671	101.383	515.264	0,03	1.454.285
Administracao Geral	654.813	668.258	8.693	621.082	0,03	47.176	58.459	375.665	0,02	292.593
Administracao Financeira	800	800	0	0	0,00	800	0	0	0,00	800
Normatizacao E Fiscalizacao	89	62	0	0	0,00	62	0	0	0,00	62
Formacao De Recursos Humanos	2.441	2.441	224	1.059	0,00	1.382	186	662	0,00	1.779
Comunicacao Social	4.189	4.189	0	4.000	0,00	189	232	340	0,00	3.849
Atencao Basica	8.825	8.125	7	7.950	0,00	174	509	4.162	0,00	3.962
Protecao E Beneficios Ao Trabalhador	25.513	25.826	14	25.682	0,00	144	2.069	16.464	0,00	9.362
Patrimonio Historico, Artistico E Arqueologico	215.773	207.701	18.690	156.782	0,01	50.919	12.499	33.110	0,00	174.591

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800059

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Difusao Cultural	415.161	442.705	28.833	291.305	0,01	151.400	22.711	76.843	0,01	365.862
Desenvolvimento Cientifico	9.709	9.442	0	8.018	0,00	1.424	4.718	8.018	0,00	1.424
Promocao Comercial	600.000	600.000	0	600.000	0,03	0	0	0	0,00	600.000
DIREITOS DA CIDADANIA	1.609.219	1.526.527	16.820	644.444	0,03	882.083	52.125	348.456	0,02	1.178.070
Administracao Geral	457.266	441.046	293	376.402	0,02	64.644	29.111	220.893	0,01	220.153
Normatizacao E Fiscalizacao	41.049	22.369	2.080	9.908	0,00	12.460	1.031	5.208	0,00	17.161
Comunicacao Social	5.135	5.135	0	0	0,00	5.135	0	0	0,00	5.135
Assistencia Ao Portador De Deficiencia	5.838	5.638	2	3.971	0,00	1.667	33	610	0,00	5.029
Assistencia A Crianca E Ao Adolescente	93.668	109.892	3.500	13.808	0,00	96.084	1.366	8.673	0,00	101.219
Atencao Basica	12.709	12.029	5	11.911	0,00	118	865	6.510	0,00	5.519
Protecao E Beneficios Ao Trabalhador	17.290	17.314	2	16.623	0,00	691	1.324	10.586	0,00	6.728
Custodia E Reintegracao Social	535.198	551.698	1.802	73.773	0,00	477.925	8.691	37.383	0,00	514.315
Direitos Individuais, Coletivos E Difusos	397.321	325.962	7.748	120.990	0,01	204.972	8.146	50.064	0,00	275.898
Assistencia Aos Povos Indigenas	43.746	35.443	1.388	17.056	0,00	18.387	1.558	8.530	0,00	26.914
Outros Encargos Especiais	1	1	0	1	0,00	0	0	1	0,00	0
URBANISMO	5.439.329	5.233.808	287.632	3.747.789	0,18	1.486.019	148.861	898.760	0,06	4.335.048
Planejamento E Orcamento	1.445	1.445	0	881	0,00	565	0	0	0,00	1.445
Administracao Geral	783.715	888.664	62.000	597.471	0,03	291.193	71.217	530.437	0,03	358.228
Ordenamento Territorial	5.904	2.904	88	1.894	0,00	1.010	0	0	0,00	2.904
Formacao De Recursos Humanos	1.044	1.044	151	591	0,00	453	136	411	0,00	633
Comunicacao Social	12.265	12.265	0	11	0,00	12.254	0	5	0,00	12.260
Assistencia Comunitaria	1.183.812	1.011.994	61.653	607.451	0,03	404.543	9.163	11.880	0,00	1.000.114
Atencao Basica	24.077	25.677	551	22.642	0,00	3.035	2.928	18.842	0,00	6.835
Protecao E Beneficios Ao Trabalhador	56.088	60.783	35	55.345	0,00	5.438	6.129	45.393	0,00	15.390
Infra-Estrutura Urbana	2.513.072	2.351.515	137.873	1.803.006	0,09	548.509	1.853	14.839	0,00	2.336.676
Servicos Urbanos	30.891	30.891	16	29.155	0,00	1.736	22	26.174	0,00	4.717
Transportes Coletivos Urbanos	826.856	846.466	25.265	629.343	0,03	217.123	57.413	250.781	0,02	595.685
Desenvolvimento Tecnologico E Engenharia	160	160	0	0	0,00	160	0	0	0,00	160
HABITACAO	63.031	53.031	618	9.130	0,00	43.901	591	3.575	0,00	49.456
Infra-Estrutura Urbana	9.876	9.876	0	5.326	0,00	4.550	467	2.726	0,00	7.150
Habitacao Urbana	53.155	43.155	618	3.804	0,00	39.351	124	849	0,00	42.306
SANEAMENTO	964.253	931.553	5.519	919.546	0,04	12.007	25.512	216.957	0,01	714.596
Saneamento Basico Urbano	964.253	931.553	5.519	919.546	0,04	12.007	25.512	216.957	0,01	714.596
GESTAO AMBIENTAL	5.155.874	4.459.911	304.166	2.960.139	0,14	1.499.772	238.918	1.493.527	0,10	2.966.384
Administracao Geral	1.354.549	1.328.527	19.700	1.130.655	0,05	197.872	100.422	786.564	0,05	541.963
Normatizacao E Fiscalizacao	145.321	127.234	-3.853	104.163	0,01	23.071	8.751	54.778	0,00	72.456
Ordenamento Territorial	528	528	311	432	0,00	96	6	86	0,00	442
Formacao De Recursos Humanos	3.508	2.808	43	1.041	0,00	1.767	171	691	0,00	2.117
Comunicacao Social	89	80	0	0	0,00	80	0	0	0,00	80
Atencao Basica	21.898	21.355	335	19.363	0,00	1.991	1.533	12.672	0,00	8.683
Protecao E Beneficios Ao Trabalhador	42.773	42.617	1.034	38.216	0,00	4.400	3.344	26.782	0,00	15.835
Preservacao E Conservacao Ambiental	484.348	472.409	217.020	362.675	0,02	109.733	22.934	85.089	0,01	387.320
Controle Ambiental	101.026	78.428	-4.671	53.710	0,00	24.717	5.805	20.532	0,00	57.895
Recuperacao De Areas Degradadas	37.851	30.423	308	1.777	0,00	28.647	235	1.555	0,00	28.869
Recursos Hidricos	2.958.911	2.350.506	73.854	1.247.105	0,06	1.103.401	95.550	504.303	0,03	1.846.203
Desenvolvimento Cientifico	1.360	1.360	39	454	0,00	906	125	194	0,00	1.166
Difusao Do Conhecimento Cientifico E Tecnologico	1.624	1.549	46	397	0,00	1.152	24	167	0,00	1.381
Irrigacao	445	445	0	149	0,00	296	19	114	0,00	332
Outros Encargos Especiais	1.641	1.641	0	0	0,00	1.641	0	0	0,00	1.641
CIENCIA E TECNOLOGIA	7.411.180	7.164.409	537.058	4.860.454	0,23	2.303.955	630.113	3.153.271	0,21	4.011.138
Planejamento E Orcamento	4.788	4.788	1.700	1.700	0,00	3.088	1.695	1.695	0,00	3.092
Administracao Geral	2.076.140	2.111.460	18.576	2.020.828	0,10	90.633	152.259	1.213.915	0,08	897.546
Normatizacao E Fiscalizacao	10.329	10.329	628	5.629	0,00	4.700	515	4.452	0,00	5.877
Tecnologia Da Informacao	52.746	32.557	7.588	22.374	0,00	10.183	497	7.665	0,00	24.892
Formacao De Recursos Humanos	3.937	3.937	22	3.746	0,00	191	299	2.463	0,00	1.475
Comunicacao Social	4.894	3.426	0	2.494	0,00	932	397	2.263	0,00	1.163
Cooperacao Internacional	4.158	4.358	1.067	1.406	0,00	2.952	946	1.227	0,00	3.131
Atencao Basica	56.314	56.802	369	45.120	0,00	11.681	4.566	29.323	0,00	27.478
Protecao E Beneficios Ao Trabalhador	91.317	91.048	2.094	79.971	0,00	11.077	7.035	50.353	0,00	40.695
Preservacao E Conservacao Ambiental	872	872	23	254	0,00	618	43	178	0,00	694
Controle Ambiental	3.220	4.473	146	2.041	0,00	2.432	101	1.326	0,00	3.147
Recuperacao De Areas Degradadas	200	10.200	34	523	0,00	9.677	12	191	0,00	10.009
Desenvolvimento Cientifico	2.132.695	2.119.297	190.269	1.437.184	0,07	682.113	137.810	1.040.794	0,07	1.078.503
Desenvolvimento Tecnologico E Engenharia	2.278.734	2.084.771	295.981	769.461	0,04	1.315.311	300.622	639.913	0,04	1.444.859
Difusao Do Conhecimento Cientifico E Tecnologico	27.373	26.239	4.975	12.041	0,00	14.198	52	5.710	0,00	20.529
Producao Industrial	379.335	359.335	12.322	308.146	0,01	51.189	22.804	148.307	0,01	211.027
Mineracao	29.817	15.817	418	5.173	0,00	10.644	406	3.197	0,00	12.620
Promocao Comercial	249.787	220.175	846	141.817	0,01	78.359	22	22	0,00	220.153
Combustiveis Minerais	4.500	4.500	0	521	0,00	3.979	26	259	0,00	4.241
Outros Encargos Especiais	25	25	0	25	0,00	0	6	19	0,00	6
AGRICULTURA	28.072.925	27.102.709	-143.773	19.818.507	0,95	7.284.202	3.473.121	9.824.039	0,65	17.278.669
Administracao Geral	5.046.426	5.219.652	124.485	4.218.158	0,20	1.001.493	353.736	2.994.757	0,20	2.224.895
Normatizacao E Fiscalizacao	164.943	164.317	12.464	87.711	0,00	76.606	11.349	65.588	0,00	98.729

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800060

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Comunicacao Social	9.673	9.658	7	6.068	0,00	3.590	1.553	4.831	0,00	4.827
Atencao Basica	120.661	129.361	4.009	107.883	0,01	21.478	13.193	91.035	0,01	38.326
Protecao E Beneficios Ao Trabalhador	245.711	248.411	417	244.005	0,01	4.406	19.157	161.301	0,01	87.110
Preservacao E Conservacao Ambiental	1.200	1.169	295	542	0,00	627	6	225	0,00	944
Meteorologia	26.818	26.818	182	24.064	0,00	2.754	2.456	17.109	0,00	9.709
Desenvolvimento Cientifico	5.179	5.179	0	0	0,00	5.179	0	0	0,00	5.179
Desenvolvimento Tecnologico E Engenharia	266.825	265.020	11.231	148.075	0,01	116.946	18.564	82.745	0,01	182.276
Difusao Do Conhecimento Cientifico E Tecnologico	24.414	22.639	734	4.260	0,00	18.379	434	3.036	0,00	19.603
Abastecimento	10.169.260	9.089.954	-247.638	4.882.086	0,24	4.207.868	187.710	1.967.174	0,13	7.122.779
Extensao Rural	7.955	6.056	70	1.430	0,00	4.625	1.022	1.083	0,00	4.972
Irrigacao	195.242	149.879	30.401	121.591	0,01	28.288	12.250	39.180	0,00	110.698
Promocao Da Producao Agropecuaria	11.727.712	11.711.193	-81.440	9.950.842	0,48	1.760.351	2.850.249	4.380.304	0,29	7.330.888
Defesa Agropecuaria	43.972	41.556	356	13.555	0,00	28.001	341	9.705	0,00	31.851
Normalizacao E Qualidade	7.191	2.104	102	635	0,00	1.468	74	487	0,00	1.617
Promocao Comercial	9.744	9.744	552	7.602	0,00	2.142	1.027	5.478	0,00	4.265
ORGANIZACAO AGRARIA	2.789.769	2.700.343	181.526	1.983.098	0,10	717.245	175.935	872.767	0,06	1.827.576
Administracao Geral	742.312	782.387	82.623	753.204	0,04	29.183	54.784	462.779	0,03	319.608
Normatizacao E Fiscalizacao	825	984	103	703	0,00	281	81	414	0,00	570
Ordenamento Territorial	306.052	180.223	2.956	91.213	0,00	89.009	2.390	17.491	0,00	162.732
Comunicacao Social	1.625	1.288	0	0	0,00	1.288	0	0	0,00	1.288
Assistencia Comunitaria	468.041	468.041	0	468.041	0,02	0	0	36.110	0,00	431.930
Atencao Basica	20.580	20.580	0	20.345	0,00	235	1.443	11.676	0,00	8.904
Protecao E Beneficios Ao Trabalhador	36.786	36.786	75	36.512	0,00	274	3.039	23.858	0,00	12.928
Ensino Profissional	9.891	7.772	174	2.879	0,00	4.893	352	1.540	0,00	6.232
Direitos Individuais, Coletivos E Difusos	989	989	24	610	0,00	379	64	495	0,00	493
Abastecimento	55.490	31.681	85	110	0,00	31.571	84	89	0,00	31.593
Extensao Rural	236.028	254.792	5.080	168.154	0,01	86.637	18.460	41.349	0,00	213.443
Reforma Agraria	911.150	914.821	90.407	441.326	0,02	473.495	95.239	276.967	0,02	637.854
Outros Encargos Especiais	0	0	0	0	0,00	0	0	0	0,00	0
INDUSTRIA	2.076.944	2.112.291	101.491	1.590.061	0,08	522.230	179.966	1.135.198	0,07	977.093
Administracao Geral	1.429.589	1.510.381	80.386	1.131.071	0,05	379.310	127.424	873.914	0,06	636.467
Normatizacao E Fiscalizacao	404.178	398.368	10.713	342.002	0,02	56.366	42.631	176.312	0,01	222.057
Tecnologia Da Informacao	8.560	10.100	174	6.397	0,00	3.704	1.147	4.831	0,00	5.269
Ordenamento Territorial	10.057	13.199	1.458	3.787	0,00	9.413	1.030	2.949	0,00	10.250
Formacao De Recursos Humanos	1.283	1.283	89	547	0,00	737	85	341	0,00	943
Relacoes Diplomaticas	38	38	0	38	0,00	0	0	38	0,00	0
Atencao Basica	29.232	33.214	1.366	27.610	0,00	5.604	1.315	22.194	0,00	11.021
Protecao E Beneficios Ao Trabalhador	61.688	60.658	3.024	37.862	0,00	22.796	2.848	32.540	0,00	28.118
Empregabilidade	3.310	310	0	310	0,00	0	0	0	0,00	310
Recursos Hidricos	3.926	4.634	199	1.289	0,00	3.344	218	1.204	0,00	3.429
Desenvolvimento Cientifico	700	910	0	853	0,00	57	0	736	0,00	174
Difusao Do Conhecimento Cientifico E Tecnologico	2.000	2.400	532	1.952	0,00	449	479	1.064	0,00	1.336
Promocao Industrial	61.257	13.412	0	8.479	0,00	4.933	406	4.659	0,00	8.752
Mineracao	27.649	29.654	2.253	9.877	0,00	19.777	1.762	7.873	0,00	21.781
Propriedade Industrial	3.500	3.100	0	0	0,00	3.100	0	0	0,00	3.100
Normalizacao E Qualidade	19.100	19.850	1.296	8.111	0,00	11.739	620	2.789	0,00	17.061
Promocao Comercial	1.000	903	0	0	0,00	903	0	0	0,00	903
Comercio Exterior	9.877	9.877	0	9.877	0,00	0	0	3.755	0,00	6.122
COMERCIO E SERVICOS	4.840.011	4.883.463	32.899	3.507.480	0,17	1.375.983	105.303	1.370.013	0,09	3.513.451
Administracao Geral	104.016	108.239	4.179	90.840	0,00	17.399	7.926	62.575	0,00	45.663
Normatizacao E Fiscalizacao	1.800	1.614	79	1.614	0,00	0	32	424	0,00	1.190
Tecnologia Da Informacao	12.000	11.469	0	6.678	0,00	4.792	0	0	0,00	11.469
Comunicacao Social	43	43	0	0	0,00	43	0	0	0,00	43
Atencao Basica	1.076	1.059	0	1.056	0,00	4	76	583	0,00	476
Protecao E Beneficios Ao Trabalhador	3.136	3.153	1	3.047	0,00	105	253	1.990	0,00	1.163
Desenvolvimento Cientifico	1.336	1.086	-45	259	0,00	828	-45	259	0,00	828
Desenvolvimento Tecnologico E Engenharia	5.800	5.532	74	74	0,00	5.458	0	0	0,00	5.532
Promocao Comercial	43.877	38.025	104	17.768	0,00	20.257	745	4.319	0,00	33.707
Comercio Exterior	3.666.090	3.664.348	2.076	2.507.103	0,12	1.157.245	86.510	1.237.993	0,08	2.426.355
Turismo	1.000.818	1.048.876	26.431	879.024	0,04	169.853	9.806	61.863	0,00	987.014
Outros Encargos Especiais	18	18	0	18	0,00	0	1	7	0,00	11
COMUNICACOES	1.299.118	1.292.972	11.261	909.320	0,04	383.653	65.458	537.101	0,04	755.871
Administracao Geral	834.828	834.805	4.868	729.612	0,04	105.193	52.125	447.872	0,03	386.933
Normatizacao E Fiscalizacao	41.997	41.997	-199	13.566	0,00	28.431	1.162	6.787	0,00	35.210
Tecnologia Da Informacao	33.421	33.421	2.444	32.419	0,00	1.001	2.326	6.051	0,00	27.369
Atencao Basica	3.896	4.061	5	3.604	0,00	457	331	2.498	0,00	1.563
Protecao E Beneficios Ao Trabalhador	9.683	9.919	21	9.514	0,00	406	826	6.570	0,00	3.350
Direitos Individuais, Coletivos E Difusos	31.544	31.544	-1.730	18.899	0,00	12.644	1.404	10.537	0,00	21.007
Desenvolvimento Tecnologico E Engenharia	211.969	206.220	0	11.748	0,00	194.473	0	7.108	0,00	199.113
Telecomunicacoes	131.781	131.006	5.850	89.958	0,00	41.048	7.284	49.679	0,00	81.327
ENERGIA	2.102.623	2.087.639	31.254	1.806.849	0,09	280.789	141.179	1.047.870	0,07	1.039.769
Planejamento E Orcamento	17.957	13.077	201	2.812	0,00	10.265	485	1.991	0,00	11.086
Administracao Geral	700.610	708.324	7.738	653.706	0,03	54.618	51.167	391.148	0,03	317.176

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800061

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Normatizacao E Fiscalizacao	132.734	128.388	5.011	70.874	0,00	57.515	9.363	38.864	0,00	89.525
Formacao De Recursos Humanos	4.229	4.540	466	2.592	0,00	1.947	444	1.442	0,00	3.098
Administracao De Concessoes	18.660	12.072	0	5.638	0,00	6.434	472	1.631	0,00	10.441
Comunicacao Social	2.474	8.282	0	500	0,00	7.782	0	500	0,00	7.782
Atencao Basica	4.702	4.778	-29	4.749	0,00	29	412	3.045	0,00	1.733
Protecao E Beneficios Ao Trabalhador	20.688	20.706	0	20.136	0,00	570	1.692	13.176	0,00	7.530
Controle Ambiental	2.813	2.976	0	2.976	0,00	0	0	0	0,00	2.976
Desenvolvimento Tecnologico E Engenharia	20.325	20.286	35	5.998	0,00	14.288	1.419	1.934	0,00	18.351
Normalizacao E Qualidade	4.345	4.090	195	2.111	0,00	1.979	121	256	0,00	3.834
Energia Eletrica	997.744	987.113	686	964.843	0,05	22.270	70.595	553.569	0,04	433.544
Combustiveis Minerais	152.074	149.739	16.952	46.646	0,00	103.093	5.008	28.601	0,00	121.137
Biocombustiveis	23.269	23.269	0	23.269	0,00	0	0	11.712	0,00	11.556
TRANSPORTE	16.815.897	15.834.501	851.242	11.385.385	0,55	4.449.117	1.198.355	6.004.275	0,39	9.830.226
Planejamento E Orcamento	384.628	376.293	21.290	265.819	0,01	110.474	27.736	91.444	0,01	284.849
Administracao Geral	2.209.795	2.271.938	79.962	1.966.582	0,09	305.356	168.864	1.239.625	0,08	1.032.313
Normatizacao E Fiscalizacao	183.517	175.683	10.373	119.733	0,01	55.950	10.599	61.386	0,00	114.297
Tecnologia Da Informacao	111.375	111.375	497	104.936	0,01	6.439	16.302	75.389	0,00	35.986
Formacao De Recursos Humanos	27.800	25.598	-30	5.138	0,00	20.460	73	3.731	0,00	21.867
Administracao De Concessoes	980	980	-3	971	0,00	9	72	531	0,00	449
Comunicacao Social	3.000	3.352	0	3.352	0,00	0	286	2.826	0,00	526
Atencao Basica	55.727	53.827	1.570	50.484	0,00	3.343	3.720	30.902	0,00	22.925
Protecao E Beneficios Ao Trabalhador	74.445	74.006	1.939	61.769	0,00	12.236	5.916	42.868	0,00	31.138
Promocao Industrial	3.783.695	3.783.695	256.742	1.843.828	0,09	1.939.867	256.742	1.843.828	0,12	1.939.867
Transporte Aereo	315.886	306.426	-174	61.760	0,00	244.666	1.109	12.967	0,00	293.459
Transporte Rodoviario	8.104.450	7.266.308	451.297	6.070.277	0,29	1.196.031	653.674	2.443.768	0,16	4.822.540
Transporte Ferroviario	747.333	697.881	20.642	386.468	0,02	311.413	37.252	98.172	0,01	599.709
Transporte Hidroviario	813.266	687.140	7.138	444.268	0,02	242.872	16.008	56.840	0,00	630.301
DESPORTO E LAZER	1.273.738	1.294.951	108.099	884.034	0,04	410.917	30.647	118.417	0,01	1.176.535
Administracao Geral	212.523	200.456	8.405	149.997	0,01	50.459	9.467	64.056	0,00	136.399
Comunicacao Social	7.500	19.948	0	6.341	0,00	13.607	1.540	1.554	0,00	18.394
Atencao Basica	1.351	1.351	0	720	0,00	631	113	467	0,00	884
Protecao E Beneficios Ao Trabalhador	2.283	2.315	78	1.736	0,00	579	177	1.319	0,00	995
Desporto De Rendimento	309.056	241.740	27.393	70.772	0,00	170.968	3.156	15.755	0,00	225.985
Desporto Comunitario	741.026	829.142	72.224	654.468	0,03	174.674	16.194	35.265	0,00	793.877
ENCARGOS ESPECIAIS	1.070.863.841	1.086.197.589	23.653.308	994.171.619	47,87	92.025.970	116.493.446	726.616.142	47,75	359.581.447
Refinanciamento Da Divida Interna	114.743.703	0	0	0	0,00	0	0	0	0,00	0
Servico Da Divida Interna	526.718.922	638.471.417	13.604.346	594.646.465	28,63	43.824.952	86.285.697	419.162.622	27,54	219.308.795
Servico Da Divida Externa	19.136.833	19.136.833	389.980	7.439.449	0,36	11.697.383	504.654	7.045.026	0,46	12.091.807
Outras Transferencias	202.503.380	206.781.452	4.898.018	198.190.598	9,54	8.590.854	18.896.978	136.094.772	8,94	70.686.680
Outros Encargos Especiais	157.449.378	171.490.586	3.818.443	143.577.806	6,91	27.912.780	6.852.622	132.117.441	8,68	39.373.144
Transferencias Para A Educacao Basica	50.311.625	50.317.302	942.520	50.317.302	2,42	0	3.953.496	32.196.280	2,12	18.121.022
RESERVA DE CONTINGENCIA	31.170.214	23.836.580	0	0	0,00	23.836.580	0	0	0,00	23.836.580
Reserva De Contingencia	31.170.214	23.836.580	0	0	0,00	23.836.580	0	0	0,00	23.836.580
TOTAL (Despesas Exceto Intra-Orçamentárias) (I)	2.419.892.125	2.425.542.141	64.964.812	2.076.685.796	100,00	348.856.345	238.269.563	1.521.792.769	100,00	903.749.372
TOTAL (Despesas Intra-Orçamentárias) (II)	42.949.805	42.729.774	552.830	36.191.311	1,74	6.538.463	2.785.936	23.966.751	1,57	18.763.022
TOTAL (III) = (I + II)	2.462.841.930	2.468.271.915	65.517.641	2.112.877.107	100,00	355.394.808	241.055.499	1.545.759.521	100,00	922.512.395

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF

Notas:

a) Excetuados os valores do refinanciamento da Dívida Pública da União.

b) Eventual ocorrência de despesa realizada maior que a dotação da respectiva subfunção decorre de variação cambial.

c) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas.

GOVERNO FEDERAL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/17 ATÉ AGOSTO/18

RREO - Anexo 3 (LRF, art. 53, inciso I) R$ milhares

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL ÚLTIMOS 12 MESES	PREVISÃO ATUALIZADA EXERCÍCIO[2]
	SET/17	OUT/17	NOV/17	DEZ/17	JAN/18	FEV/18	MAR/18	ABR/18	MAI/18	JUN/18	JUL/18	AGO/18		
RECEITA CORRENTE (I)	106.465.524	122.574.703	128.413.045	121.291.589	168.880.340	107.917.946	110.569.634	138.203.143	121.518.719	109.891.188	134.933.158	117.236.922	1.487.895.912	1.513.302.790
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	31.909.544	41.175.257	34.291.108	44.724.804	62.200.047	35.502.890	38.568.830	52.175.319	39.595.331	36.824.597	41.791.025	32.037.460	490.796.212	491.075.630
Receita de Contribuições	63.634.563	66.160.497	96.723.564	81.462.825	82.322.670	63.346.992	62.755.934	67.881.296	67.432.986	62.880.882	68.257.364	68.940.086	851.799.659	843.378.330
Receita Patrimonial	4.066.358	7.945.676	17.559.847	17.401.672	11.933.547	4.097.482	4.385.212	10.685.534	9.004.179	5.135.019	14.295.872	11.835.647	118.346.045	89.318.622
Receita Agropecuária	1.414	736	2.906	1.362	1.443	1.233	1.383	1.537	1.584	1.174	1.669	1.942	18.383	23.453
Receita Industrial	59.367	54.192	60.879	56.110	72.098	66.975	66.844	98.766	109.651	82.191	148.399	181.548	1.057.020	955.685
Receita de Serviços	1.879.724	2.319.578	2.089.815	2.177.585	8.553.799	2.499.328	2.419.328	2.903.149	3.266.709	2.541.538	8.064.596	2.338.196	41.053.346	40.633.068
Transferências Correntes	205.601	101.957	123.080	201.980	81.490	103.219	232.238	98.167	76.804	60.962	69.991	92.999	1.448.489	1.092.821
Receitas Correntes a Classificar[1]	3.112.345	1.698.954	-28.289.786	-16.077.587	2	-2	41	43	-39	0	0	-192	-39.556.221	0
Outras Receitas Correntes	1.596.610	3.117.857	5.851.632	-8.657.163	3.715.242	2.299.830	2.139.824	4.359.331	2.031.515	2.364.825	2.304.241	1.809.235	22.932.980	46.825.181
DEDUÇÕES (II)	49.695.391	53.610.454	61.390.433	89.894.717	52.703.562	63.838.272	54.616.768	55.608.791	62.409.540	56.765.694	56.834.219	60.175.975	717.543.817	735.639.295
Transf. Constitucionais e Legais	14.182.337	17.931.111	18.589.431	37.053.521	14.664.002	28.224.196	19.667.917	19.122.751	25.848.220	21.042.695	20.388.441	22.761.647	259.476.268	258.235.365
Contrib. Emp. e Trab. p/ Seg. Social	29.167.171	29.283.619	30.021.518	46.008.383	30.335.590	29.136.692	28.641.393	29.643.405	29.625.967	29.262.816	29.820.908	30.327.139	371.274.602	392.884.403

Contrib. Plano Seg. Social do Servidor	1.044.266	1.057.030	1.960.904	1.230.400	1.022.159	1.056.122	1.043.964	1.133.492	1.058.344	1.074.331	1.062.154	1.040.596	13.783.764	15.932.600
Compensação Financeira RGPS/RPPS	1.061	1.106	1.096	1.854	3.345	1.795	7.620	2.665	2.181	2.225	2.990	6.044	33.980	0
Contr. p/ Custeio Pensões Militares	281.249	280.283	275.490	344.458	232.472	299.531	298.108	300.967	301.216	301.695	302.143	301.742	3.519.354	3.316.604
Contribuição p/ PIS/PASEP	5.019.307	5.057.306	10.541.993	5.256.101	6.445.994	5.119.937	4.957.766	5.405.511	5.573.612	5.081.932	5.257.584	5.738.807	69.455.850	65.270.323
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	56.770.133	68.964.249	67.022.612	31.396.872	116.176.778	44.079.674	55.952.866	82.594.353	59.109.179	53.125.494	78.098.939	57.060.947	770.352.095	777.663.495

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF

Nota: Os valores deste anexo levam em consideração apenas os constantes da Categoria Econômica da Receita 1, excluindo, consequentemente, os movimentos intra-orçamentários e de capital, conforme o disposto no §3º da LRF.

[1] A ocorrência de valores negativos no mês refere-se à classificação de receitas de meses anteriores, superiores às receitas a classificar do mês.

[2] A previsão da receita é a constante na Lei nº 13.587, de 2 de janeiro de 2018 - Lei Orçamentária Anual, para o exercício de 2018.

GOVERNO FEDERAL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2018

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II) R$ milhares

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Mês/2018	Até o Mês/2017
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS[1] (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	395.370.764	395.370.764	238.134.162	230.069.399
RECEITAS CORRENTES	395.348.985	395.348.985	238.113.161	230.054.895
Receitas de Contribuições	391.515.864	391.515.864	236.106.578	226.041.507
Dos empregadores, trabalhadores e demais segurados	391.266.049	391.266.049	235.912.415	225.885.231
Outras Contribuições	249.814	249.814	194.163	156.276
Outras Receitas Correntes	3.833.121	3.833.121	2.006.583	4.013.388
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	2.109.492	2.109.492	1.779.119	1.495.568
Demais Receitas Correntes	1.723.629	1.723.629	227.463	2.517.820
RECEITAS DE CAPITAL	21.780	21.780	21.001	14.504
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	21.780	21.780	21.001	14.504
Outras Receitas de Capital	0	0	0	0
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	11.546.914	11.546.914	9.687.080	10.405.745
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RGPS (III) = (I + II)	406.917.679	406.917.679	247.821.242	240.475.144

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	
			Até Mês/2018	Até Mês/2017	Até Mês/2018	Até Mês/2017	Até Mês/2018	Até Mês/2017
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	596.268.400	592.372.706	502.743.540	558.407.502	386.261.263	368.171.092	-	-
Benefícios Previdenciários do Governo Federal	488.527.811	488.527.811	488.524.551	545.888.099	373.193.039	357.036.146	-	-
Aposentadorias	334.974.170	334.974.170	334.974.144	339.185.838	258.680.436	244.640.847	-	-
Pensões	117.209.846	117.209.846	117.209.838	159.643.936	89.600.424	86.118.090	-	-
Outros Benefícios	36.343.795	36.343.795	36.340.569	47.058.324	24.912.179	26.277.209	-	-
Outras Despesas	14.292.709	14.292.709	14.218.989	12.519.404	13.068.225	11.134.946	-	-
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	3.000.732	3.000.732	3.000.732	2.781.449	1.868.675	1.406.371	-	-
Demais Despesas	11.291.978	11.291.978	11.218.257	9.737.955	11.199.550	9.728.574	-	-
A detalhar	93.447.879	89.552.185	0	0	0	0	-	-
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	0	0	0	0	0	0	-	-
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RGPS (VI) = (IV + V)	596.268.400	592.372.706	502.743.540	558.407.502	386.261.263	368.171.092	-	-
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	-189.350.721	-185.455.027	-254.922.298	-317.932.359	-138.440.021	-127.695.949	-	-

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF

GOVERNO FEDERAL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2018

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II) R$ milhares

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS CIVIS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Mês/2018	Até o Mês/2017
Receita de Contribuições	40.684.053	40.684.053	20.653.956	20.616.069
Segurados	15.783.971	15.783.971	8.454.238	8.376.541
Ativos	11.979.267	11.979.267	6.171.208	6.185.443
Inativos	3.092.023	3.092.023	1.828.970	1.742.762
Pensionistas	712.681	712.681	454.060	448.336
Patronal	24.900.082	24.900.082	12.199.718	12.239.527
Ativos	24.900.082	24.900.082	12.199.718	12.239.527
Inativos e Pensionistas	0	0	0	0
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (I)	40.684.053	40.684.053	20.653.956	20.616.069

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800063

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS CIVIS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Mês/ 2018	Até o Mês/ 2017	Até o Mês/ 2018	Até o Mês/ 2017	Até o Mês/ 2018	Até o Mês/ 2017
Benefícios	75.963.005	79.806.059	65.131.272	64.038.261	51.950.661	50.529.018	-	-
A detalhar	6.308.213	10.151.267	0	0	0	0	-	-
Aposentadorias	48.525.980	48.525.980	45.609.009	44.426.313	36.989.912	35.087.107	-	-
Pensões	19.898.793	19.898.793	18.371.834	18.227.112	14.082.163	14.393.871	-	-
Outras Despesas Previdenciárias	1.230.020	1.230.020	1.150.428	1.384.836	878.587	1.048.040	-	-
Extinto Instituto de Previdência dos Congressistas	162.259	162.259	153.028	147.267	87.733	90.958	-	-
Demais Despesas Previdenciárias	1.067.760	1.067.760	997.401	1.237.569	790.854	957.082	-	-
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS CIVIS (II)	75.963.005	79.806.059	65.131.272	64.038.261	51.950.661	50.529.018	-	-
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - CIVIS (III) = (I - II)	-35.278.952	-39.122.006	-44.477.316	-43.422.192	-31.296.706	-29.912.949		

GOVERNO FEDERAL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2018

R$ milhares

RECEITAS E DESPESAS DE PENSÕES E APOSENTADORIA ASSOCIADAS AOS MILITARES DAS FORÇAS ARMADAS E SEUS DEPENDENTES

RECEITAS ASSOCIADAS ÀS PENSÕES MILITARES	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Mês/2018	Até o Mês/2017
Receitas de Contribuições Associadas às Pensões	2.153.660	2.153.660	1.523.767	1.401.835
Segurados	2.153.660	2.153.660	1.523.767	1.401.835
TOTAL DAS RECEITAS ASSOCIADAS ÀS PENSÕES MILITARES (IV)	2.153.660	2.153.660	1.523.767	1.401.835

DESPESAS ASSOCIADAS ÀS PENSÕES MILITARES	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Mês/ 2018	Até o Mês/ 2017	Até o Mês/ 2018	Até o Mês/ 2017	Até o Mês/ 2018	Até o Mês/ 2017
Benefícios	20.941.850	21.269.881	19.722.935	17.794.490	13.950.138	12.469.074	-	-
A detalhar	-36.080	291.951	0	0	0	0	-	-
Pensões	20.825.180	20.825.180	19.600.449	17.744.353	13.830.016	12.419.323	-	-
Outros Despesas	152.749	152.749	122.486	50.137	120.122	49.751	-	-
DESPESAS COM PENSÕES MILITARES (V)	20.941.850	21.269.881	19.722.935	17.794.490	13.950.138	12.469.074	-	-
RESULTADO PENSÕES MILITARES (VI) = (IV - V)	-18.788.190	-19.116.221	-18.199.168	-16.392.655	-12.426.371	-11.067.240	-	-

RECEITAS VINCULADAS AOS MILITARES INATIVOS DAS FORÇAS ARMADAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Mês/2018	Até o Mês/2017
Receitas	0	0	0	0

DESPESAS VINCULADAS AOS MILITARES INATIVOS DAS FORÇAS ARMADAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Mês/ 2018	Até o Mês/ 2017	Até o Mês/ 2018	Até o Mês/ 2017	Até o Mês/ 2018	Até o Mês/ 2017
Inativos	23.532.741	24.578.624	22.153.490	19.752.589	16.115.524	14.266.818	-	-
A detalhar	-790.749	255.133	0	0	0	0	-	-
Reforma e Reserva	24.099.074	24.099.074	21.931.842	19.720.690	15.912.580	14.241.487	-	-
Outras Despesas de Inativos	224.416	224.416	221.648	31.899	202.944	25.332	-	-
DESPESAS COM MILITARES INATIVOS (VII)	23.532.741	24.578.624	22.153.490	19.752.589	16.115.524	14.266.818	-	-
RESULTADO TOTAL - MILITARES (VIII) = (VI - VII)	-42.320.931	-43.694.845	-40.352.657	-36.145.244	-28.541.895	-25.334.058	-	-

GOVERNO FEDERAL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2018

R$ milhares

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO FUNDO CONSTITUCIONAL DO DISTRITO FEDERAL

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS DO FCDF	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Mês/2018	Até o Mês/2017
Receita de Contribuições	495.963	495.963	197.049	247.716
Segurados	316.592	316.592	150.532	171.553
Ativos	109.830	109.830	23.249	38.004
Inativos	38.799	38.799	14.537	22.484
Pensionistas	167.963	167.963	112.746	111.065
Patronal	179.371	179.371	46.517	76.163
Ativos	179.371	179.371	46.517	76.163
Inativos e Pensionistas	0	0	0	0
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS DO FCDF (IX)	495.963	495.963	197.049	247.716

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800064

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO FCDF	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Mês/ 2018	Até o Mês/ 2017	Até o Mês/ 2018	Até o Mês/ 2017	Até o Mês/ 2018	Até o Mês/ 2017
Benefícios	4.079.831	4.433.831	3.481.777	3.553.783	3.287.931	3.464.889	-	-
A detalhar	597.944	951.944	0	0	0	0	-	-
Aposentadorias	2.958.971	2.958.971	2.958.892	2.937.366	2.765.578	2.850.565	-	-
Pensões	369.306	369.306	369.292	415.344	368.832	413.254	-	-
Outras Despesas Previdenciárias	153.610	153.610	153.592	201.072	153.521	201.070	-	-
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS CIVIS (X)	4.079.831	4.433.831	3.481.777	3.553.783	3.287.931	3.464.889	-	-
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - CIVIS (XI) = (IX - X)	-3.583.868	-3.937.868	-3.284.728	-3.306.066	-3.090.881	-3.217.173	-	-

Fonte: SIAFI/STN/CCONT/GEINF

Notas:

1) Os valores das receitas são líquidos de desvinculações (DRU). Desse modo, os resultados dos regimes já estão excluindo as receitas desvinculadas, em atendimento ao Acórdão nº 2.059/2012, aprovado pelo Plenário do TCU. Nesse sentido, os valores desvinculados até o mês somaram R$ 758.958 mil, incidentes sobre as receitas do FCDF e pensões militares.

2) O demonstrativo foi apurado de acordo com nova metodologia. Portanto, os valores relativos ao exercício de 2017 podem divergir dos divulgados na publicação original.

GOVERNO FEDERAL
RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
RENÚNCIA DE RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - PROJEÇÃO 2018

R$ milhões

Renúncia / Mês	Desoneração da Folha	Simples Nacional	Filantrópicas	Exportação Rural	MEI	Olimpíadas	Dona de Casa
JAN	1.065	1.976	821	338	135	0	19
FEV	1.253	1.972	802	409	135	0	20
MAR	1.071	2.011	825	552	167	0	20
ABR	1.036	2.038	833	590	156	0	20
MAI	1.179	2.067	862	576	157	0	20
JUN	1.025	2.079	864	572	152	0	20
JUL	714	2.116	890	578	155	0	20
AGO	943	2.137	872	531	154	0	20
SET	952	2.156	884	507	152	0	20
OUT	971	2.191	888	505	153	0	20
NOV	946	2.204	893	392	159	0	20
DEZ	2.673	3.491	1.633	445	161	0	20
TOTAL	13.828	26.437	11.069	5.996	1.838	0	237

Fonte: DGT Bases Efetivas 2014, série 2012 a 2017; DGT PLOA 2018; Estimativas Oficiais Desoneração da Folha de Pagamento.

GOVERNO FEDERAL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2018

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III) R$ milhares

ACIMA DA LINHA

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS
		Até Agosto/2018
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	1.448.453.189	968.981.958
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	491.075.630	338.695.500
Contribuições	843.378.330	543.818.210
Receita Patrimonial	74.241.280	58.323.556
Outras Receitas Patrimoniais	74.241.280	58.323.556
Transferências Correntes	1.092.821	815.871
Demais Receitas Correntes	38.665.127	27.328.822
Receitas Correntes Primárias	38.665.127	27.328.822
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (II)	21.827.455	4.710.308
Alienação de Bens	3.079.035	4.694.035
Outras Alienações de Bens	3.079.035	4.694.035
Transferências de Capital	181.548	16.273
Convênios	0	0
Outras Transferências de Capital	181.548	16.273
Outras Receitas de Capital	18.566.872	0
Outras Receitas de Capital Primárias	18.566.872	0
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (III) = (I+II)	1.470.280.644	973.692.266

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800065

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IV)	1.548.129.436	1.308.867.138	972.365.032	939.224.100	21.185.616	32.143.422	31.706.285
Pessoal e Encargos Sociais	300.705.999	251.720.001	190.369.953	189.075.298	589.209	351.161	334.280
Outras Despesas Correntes	1.247.423.438	1.057.147.138	781.995.080	750.148.801	20.596.408	31.792.261	31.372.006
Transferências Constitucionais e Legais	258.235.365	252.120.569	171.719.867	171.719.867	0	7.768.711	7.768.711
Demais Despesas Correntes	989.188.073	805.026.568	610.275.213	578.428.934	20.596.408	24.023.550	23.603.295
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (V)	63.057.461	32.597.486	11.829.646	11.348.408	1.113.012	15.991.268	15.120.730
Investimentos	42.721.728	27.271.140	7.294.004	6.829.117	872.814	15.413.250	14.573.920
Inversões Financeiras	20.335.733	5.326.346	4.535.642	4.519.291	240.198	578.018	546.811
Inversões Financeiras Primárias	20.335.733	5.326.346	4.535.642	4.519.291	240.198	578.018	546.811
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (VI)	19.323.662	0	0	0	0	0	0
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (IV+V+VI)	1.630.510.559	1.341.464.625	984.194.678	950.572.508	22.298.628	48.134.690	46.827.016

RESULTADO PRIMÁRIO (Até o mês) - Acima da Linha (VIII) = IIIa - (VIIa +VIIb + VIIc)	-46.005.886

JUROS NOMINAIS	Até Agosto/2018 VALOR INCORRIDO
JUROS E ENCARGOS ATIVOS (IX)	292.566.842
JUROS E ENCARGOS PASSIVOS (X)	491.835.147
RESULTADO NOMINAL - Acima da Linha (XI) = VIII + (IX - X)	-245.274.191

GOVERNO FEDERAL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2018

ABAIXO DA LINHA

CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	SALDO Dezembro/2017 (a)	SALDO Até Agosto/2018 (b)
DÍVIDA CONSOLIDADA (XII)	5.377.513.925	5.380.567.500
DEDUÇÕES (XIII)	2.332.078.740	2.354.975.357
Disponibilidade de Caixa	1.016.906.848	1.030.098.538
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.043.663.743	1.071.182.805
(-) Restos a Pagar Processados (XIV)	26.756.895	41.084.266
Demais Haveres Financeiros	1.315.171.892	1.324.876.818
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XV) = (XII - XIII)	3.045.435.184	3.025.592.143
RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha (XVI) = (XVa - XVb)	19.843.042	

AJUSTE METODOLÓGICO	Até Agosto/2018
VARIAÇÃO SALDO RPP = (XVII) = (XIVb - XIVa)	14.327.371
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES	606.046
PASSIVOS RECONHECIDOS NA DC (XVIII)	-823.584
OUTROS AJUSTES (XIX)	-278.014.974
(+) Variações Patrimoniais Diminutivas	32.175.191
(-) Variações Patrimoniais Aumentativas	296.364.863
(+) Demais ajustes	-24.894.061
(+) Discrepância	11.068.759
RESULTADO NOMINAL AJUSTADO - Abaixo da Linha (XX) = (XVII+IX + XVIII+XIX)	-245.274.191
RESULTADO PRIMÁRIO - Abaixo da Linha (XXI) = XX- (IX-X)	-46.005.886

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF

NOTA: Este relatório foi elaborado com nova metodologia contábil, em consonância com o Manual de Demonstrativos Fiscais da STN, a partir de dados exclusivamente extraídos do Sistema Integrado de Administração Financeira. Assim, alguns valores referentes ao resultado primário diferem do publicado no Boletim Resultado do Tesouro Nacional, cuja conciliação será explicada nessa publicação.

DETALHAMENTO DO AJUSTE METODOLÓGICO DO ANEXO 6 - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL	
OUTROS AJUSTES (XIX)	-278.014.974
Variações Patrimoniais Diminutivas	32.175.191
(+) Variações Cambiais da Dívida Contratual	8.052.333
(+) Variações Cambiais da Dívida Mobiliária	35.275.798
(+) Resultado Negativo Bacen	0
(+) Constituição de Ajuste para Perdas	809.290
(+) Reversão de Provisões de Subvenções Econômicas	-12.359.512
(+) Outras Variações Cambiais	397.283
Variações Patrimoniais Aumentativas	296.364.863

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800066

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(-) Outras Variações Cambiais	14.933.432
(-) Resultado Positivo Bacen	243.622.269
(-) Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	229.774
(-) Reversão de Provisões e de Ajustes para Perdas	37.579.388
Demais ajustes	-24.894.061
Ajustes nos itens da Dívida Consolidada Líquida	-47.442.276
(+) Variação de Precatórios	1.720.761
(-) Variação em Arrecadação a Recolher	0
(-) Variação de Aplicação em Fundos Diversos Junto ao Setor Privado	65.145.576
(+) Juros e Encargos Ativos dos Fundos (-) Juros e Encargos Passivos de Fundos	15.982.538
Outros	22.548.215
(-) Variação em fontes a classificar e extra-orçamentária nas disponibilidades	-22.548.215
(+) Variação em Ativos não integrantes da DCL	0
(-) Passivos não integrantes da DCL	0
Discrepância	11.068.759

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF

GOVERNO FEDERAL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2018

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V) R$ milhares

PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO-PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS						Saldo Total (a + b)
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo a Pagar (a)	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo a Pagar (b)	
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2017				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2017					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	3.816.951	22.983.681	22.573.197	397.579	3.829.857	49.163.378	77.204.491	50.239.573	48.635.309	10.400.109	67.332.450	71.162.307
EXECUTIVO	3.764.532	22.943.725	22.537.797	396.345	3.774.114	48.668.096	75.606.490	49.160.014	47.578.025	10.163.463	66.533.098	70.307.212
Presidência da República	45.693	81.663	53.721	4.140	69.494	1.391.422	1.448.107	874.457	815.882	108.900	1.914.747	1.984.241
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	3.883	4.169	3.122	25	4.905	104.164	850.048	473.235	473.215	45.256	435.741	440.646
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	121.167	232.226	209.536	6.968	136.889	361.600	3.229.431	983.222	924.178	1.501.578	1.165.275	1.302.164
Ministério da Ciência e Tecnologia	540.017	148.440	100.116	41.850	546.491	926.432	1.002.891	689.670	609.649	130.449	1.189.225	1.735.716
Ministério da Fazenda	6.943	398.214	394.221	654	10.281	885.368	17.041.997	13.647.525	13.646.672	1.416.872	2.863.821	2.874.101
Ministério da Educação	293.954	517.108	503.842	20.521	286.699	11.564.324	11.459.188	7.578.029	7.316.130	1.419.194	14.288.188	14.574.888
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	7.608	-5.939	230	7	1.432	266.114	1.997	49.482	49.480	16.540	202.091	203.523
Ministério da Justiça	116.797	29.280	45.649	2.485	97.944	1.052.978	1.254.030	767.162	640.856	179.210	1.486.941	1.584.885
Ministério de Minas e Energia	1.051	22.260	21.842	249	1.220	751.376	847.925	115.377	114.783	1.252.482	232.035	233.255
Ministério das Relações Exteriores	2.356	3.843	3.688	449	2.061	38.034	97.933	87.443	87.411	4.700	43.855	45.917
Ministério da Saúde	383.368	397.885	407.778	74.152	299.322	6.364.655	13.588.894	9.581.507	9.500.564	1.279.031	9.173.955	9.473.277
Ministério da Transparência, Fiscalização e CGU	577	358	241	48	645	5.099	18.729	13.630	12.875	4.142	6.811	7.456
Ministério dos Transportes	107.935	90.966	87.685	879	110.337	4.071.140	4.208.522	3.305.775	3.251.928	231.851	4.795.883	4.906.220
Ministério do Trabalho e Previdência Social	2.817	639.262	639.181	25	2.873	322.428	1.602.915	1.265.529	1.258.239	13.406	653.697	656.570
Ministério da Cultura	268.284	8.983	130.336	5.032	141.899	514.134	871.493	526.980	516.791	43.348	825.488	967.387
Ministério do Meio Ambiente	34.472	5.845	3.019	1.902	35.396	365.101	289.094	145.748	145.322	26.805	482.068	517.464
Ministério do Esporte	306.037	5.215	21.686	78.610	210.956	1.403.849	948.104	324.684	316.768	194.147	1.841.037	2.051.994
Ministério da Defesa	39.880	648.503	616.327	6.742	65.314	1.272.597	5.662.707	4.295.657	4.031.321	179.651	2.724.331	2.789.646
Ministério da Integração Nacional	955.066	602.294	256.366	67.703	1.233.290	4.760.040	6.774.294	2.372.636	1.836.068	1.445.113	8.253.153	9.486.443
Ministério do Turismo	330.592	49.910	53.843	71.150	255.508	2.155.198	673.497	239.127	228.565	79.257	2.520.872	2.776.381
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	84.200	18.936.575	18.938.043	3.841	78.891	795.547	768.636	513.514	506.226	88.697	969.260	1.048.152
Ministério das Cidades	111.614	122.876	43.895	8.865	181.729	9.223.490	2.758.461	1.177.402	1.164.210	488.165	10.329.576	10.511.305
Advocacia-Geral da União	203	3.664	3.337	7	523	11.977	114.238	68.614	67.733	2.578	55.904	56.427
Ministério dos Direitos Humanos	17	125	90	40	12	61.030	93.360	63.608	63.158	12.090	79.143	79.155
LEGISLATIVO	11.473	3.189,679	1.133	403	13.127	42.561	156.693	111.223	109.382	14.568	75.303	88.431
Câmara dos Deputados	5.143	865	537	0	5.471	8.021	73.089	56.014	55.419	9.378	16.313	21.784
Senado Federal	6.168	2.279	589	403	7.455	27.398	61.192	39.323	38.646	2.353	47.591	55.046
Tribunal de Contas da União	162	46	6	0	201	7.143	22.412	15.886	15.317	2.838	11.399	11.601
JUDICIÁRIO	39.833	34.158	31.829	765	41.397	342.971	1.265.847	832.825	812.407	191.225	605.185	646.582
Supremo Tribunal Federal	0	47	47	0	0	629	21.207	14.845	14.845	2.487	4.505	4.505
Superior Tribunal de Justiça	2.720	2.343	2.366	0	2.697	18.366	42.980	33.153	33.102	5.246	22.998	25.695
Justiça Federal	4.123	15.111	14.323	71	4.839	79.962	312.311	248.131	245.002	58.955	88.316	93.155
Justiça Militar	132	121	80	15	157	810	31.314	11.435	11.435	813	19.876	20.033
Justiça Eleitoral	5.095	7.873	7.106	146	5.717	79.434	179.838	132.472	116.609	9.054	133.609	139.326
Justiça do Trabalho	27.297	5.121	4.503	464	27.452	125.240	645.536	360.575	359.770	109.664	301.342	328.794
Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	453	3.492	3.376	69	499	35.870	18.683	24.571	24.079	1.870	28.604	29.103
Conselho Nacional de Justiça	14	50	28	0	36	2.659	13.977	7.644	7.565	3.135	5.935	5.971

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800067

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO	1.114	2.573	2.438	66	1.181	101.575	127.466	112.013	111.997	19.959	97.086	98.267
Ministério Público da União	1.114	2.436	2.302	66	1.181	100.849	126.395	111.749	111.733	19.947	95.564	96.745
Conselho Nacional do Ministério Público	0	136	136	0	0	726	1.071	263	263	12	1.522	1.522
DEFENSORIA PÚBLICA	0	37	0	0	37	8.175	47.994	23.498	23.498	10.894	21.777	21.815
Defensoria Pública da União	0	37	0	0	37	8.175	47.994	23.498	23.498	10.894	21.777	21.815
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	2.994	36.295	35.920	123	3.246	973.207	1.292.882	1.218.389	1.207.243	58.849	999.998	1.003.243
TOTAL (I + II)	3.819.945	23.019.977	22.609.117	397.702	3.833.102	50.136.585	78.497.373	51.457.962	49.842.552	10.458.958	68.332.448	72.165.550

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF

GOVERNO FEDERAL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2018

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V) R$ milhares

PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS						Saldo Total (a + b)
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo a Pagar (a)	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo a Pagar (b)	
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2017				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2017					
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	2.994	36.295	35.920	123	3.246	973.207	1.292.882	1.218.389	1.207.243	58.849	999.998	1.003.243
EXECUTIVO	1.461	35.811	35.436	123	1.712	947.185	1.252.444	1.213.149	1.202.003	40.985	956.641	958.354
Presidência da República	6	5.910	5.869	0	46	12.345	36.227	19.587	19.554	3.050	25.969	26.015
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	0	353	353	0	0	1.712	20.991	16.407	16.407	3.098	3.198	3.198
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	4	157	157	0	4	1.801	11.437	9.672	9.668	309	3.260	3.264
Ministério da Ciência e Tecnologia	6	0	0	0	6	3.447	1.822	1.821	1.821	1.444	2.004	2.010
Ministério da Fazenda	0	13.814	13.814	0	0	1.762	892.877	891.359	891.359	1.786	1.493	1.493
Ministério da Educação	1.241	7.471	7.363	32	1.318	767.679	138.209	106.991	106.664	8.497	790.727	792.045
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	0	0	0	0	0	2.732	-192	433	433	656	1.451	1.451
Ministério da Justiça	4	27	24	2	5	8.946	32.092	25.541	25.541	1.237	14.259	14.264
Ministério de Minas e Energia	1	6.487	6.479	8	1	11.476	9.568	5.043	5.043	10.969	5.031	5.032
Ministério das Relações Exteriores	0	132	0	0	132	31.560	2.462	5.153	5.153	0	28.868	29.000
Ministério da Saúde	5	370	362	12	1	77.872	18.273	70.729	70.681	656	24.807	24.808
Ministério da Transparência, Fiscalização e CGU	0	0	0	0	0	2.882	161	79	79	2.833	131	131
Ministério dos Transportes	3	140	140	0	3	2.741	3.840	1.565	1.563	261	4.757	4.759
Ministério do Trabalho e Previdência Social	0	0	0	0	0	2.006	798	1.014	1.014	1.494	295	295
Ministério da Cultura	1	1	1	0	1	4.402	1.301	570	542	97	5.064	5.065
Ministério do Meio Ambiente	173	3	3	0	173	344	2.404	1.975	1.975	104	668	841
Ministério do Desenvolvimento Agrário	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ministério do Esporte	2	1	0	1	2	717	524	36	36	0	1.205	1.207
Ministério da Defesa	11	747	734	8	16	5.993	62.734	48.722	38.038	3.758	26.932	26.947
Ministério da Integração Nacional	2	135	135	0	2	1.925	2.560	1.613	1.594	403	2.487	2.490
Ministério do Turismo	0	0	0	0	0	0	172	65	65	97	10	10
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	0	2	2	0	0	4.079	4.222	3.894	3.894	100	4.308	4.308
Ministério das Cidades	1	62	0	60	2	134	426	277	274	89	197	199
Advocacia-Geral da União	0	0	0	0	0	576	9.060	322	322	0	9.314	9.314
Ministério dos Direitos Humanos	0	0	0	0	0	56	476	281	281	45	206	206
LEGISLATIVO	0	0	0	0	0	2.376	590	260	260	11	2.696	2.696
Câmara dos Deputados	0	0	0	0	0	185	131	34	34	0	282	282
Senado Federal	0	0	0	0	0	103	95	58	58	10	130	130
Tribunal de Contas da União	0	0	0	0	0	2.088	364	167	167	1	2.284	2.284
JUDICIÁRIO	1.533	485	484	1	1.533	14.343	35.708	4.396	4.396	15.216	30.439	31.972
Supremo Tribunal Federal	0	0	0	0	0	265	156	53	53	14	353	353
Superior Tribunal de Justiça	0	0	0	0	0	6	82	38	38	4	46	46
Justiça Federal	0	426	425	1	0	1.590	2.724	2.098	2.098	1.376	840	840
Justiça Militar	0	4	4	0	0	12	4.081	74	74	0	4.019	4.019
Justiça Eleitoral	50	4	4	0	50	877	967	435	434	55	1.355	1.405
Justiça do Trabalho	1.484	1	1	0	1.484	11.536	26.698	1.558	1.558	12.927	23.749	25.232
Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	0	51	51	0	0	3	178	132	132	10	39	39
Conselho Nacional de Justiça	0	0	0	0	0	53	822	8	8	829	38	38
MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO	0	0	0	0	0	9.303	1.793	543	543	375	10.179	10.179
Ministério Público da União	0	0	0	0	0	9.297	1.776	540	540	375	10.157	10.157
Conselho Nacional do Ministério Público	0	0	0	0	0	7	17	2	2	0	21	21
DEFENSORIA PÚBLICA	0	0	0	0	0	0	2.347	42	42	2.263	43	43
Defensoria Pública da União	0	0	0	0	0	0	2.347	42	42	2.263	43	43
TOTAL	2.994	36.295	35.920	123	3.246	973.151	1.292.406	1.218.108	1.206.961	58.804	999.791	1.003.037

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800068

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

GOVERNO FEDERAL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2018

RREO - Anexo 8 (Lei nº 9.394/96, art. 72) R$ milhares

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

VALOR A SER GASTO COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	18% da RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS DO ANO CORRENTE (REGRA ANTIGA)		18% DA RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS ATÉ O MÊS DO ANO ANTERIOR CORRIGIDO PELO IPCA (conforme a EC nº 95/2016) (REGRA NOVA)		DESPESAS EXECUTADAS ATÉ O MÊS COM MDE [9(c) - 13]	EXECUÇÃO EM RELAÇÃO AO LIMITE MÍNIMO (no final do ano, deve ser maior que 100%)
1 - CÁLCULO DO LIMITE MÍNIMO DE DESPESAS COM EDUCAÇÃO	35.787.803		33.853.983		38.793.371	114,59%

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (d)
			Até o Mês (b)	(b/a)x100 %	Até o Mês (c)	(c/a)x100 %	
2 - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB (LIMITADO A 30% DO VALOR TOTAL)	4.216.293	4.215.766	3.740.657	88,73	2.951.156	70,00	-
3 - EDUCAÇÃO INFANTIL	0	30.000	0	0,00	0	0,00	-
4 - EDUCAÇÃO BÁSICA	779.365	731.567	570.409	77,97	383.504	52,42	-
5 - ENSINO MÉDIO	0	0	0	0,00	0	0,00	-
6 - ENSINO SUPERIOR	27.653.923	28.031.788	24.183.907	86,27	17.108.588	61,03	-
7 - ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	10.227.484	10.696.198	9.066.268	84,76	6.366.774	59,52	-
8 - OUTRAS	21.216.880	22.700.279	17.926.407	78,97	11.983.349	52,79	-
9 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (2 + 3 + 4 + 5 + 6 + 7 + 8)	64.093.945	66.405.600	55.487.649	83,56	38.793.371	58,42	-

DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL	VALOR
10 - RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0
11 - CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (23l)[1]	338.042
12 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DOS RECURSOS DE IMPOSTOS	0
13 - TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (10 + 11 + 12)[2]	0

CÁLCULO DO LIMITE COM A COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB

COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO	NO MÊS				ATÉ O MÊS	
	JULHO		AGOSTO			
	Valor (e)	100x(e)/(16g) %[3]	Valor (f)	100x(f)/(16g) %[3]	Valor (g)	100x(g)/(16g) %[4]
14 - PROGRAMAS PARA MELHORIA DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO BÁSICA (ATÉ 10% DO VALOR ANUAL)	0	-	0	0,00	-	0,00
15 - OUTROS	963.928	9,80	963.928	9,80	9.837.187	100,00
16 - TOTAL DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO EM 2018 (14 + 15)	963.928	9,80	963.928	9,80	9.837.187	100,00

GOVERNO FEDERAL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2018

LIMITE DE COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO	LIMITE ANUAL (30% da Dotação do FUNDEB)	ATÉ O MÊS	
		Valor (h)	100x(h)/(17) %
17 - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO PROVENIENTE DA RECEITA DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO (ATÉ 30% DE R$ 14.054.309 mil)	4.216.293	2.951.156	69,99

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM AS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (i)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			Até o mês (j)	(j/i)x100 %	Até o Mês (k)	(k/i)x100 %	
18 - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	6.096.961	6.066.961	2.807.189	46,27	1.872.784	30,87	-
18.1 - Educação Infantil	260.000	230.000	59.309	25,79	59.309	25,79	-
18.2 - Educação Básica	3.900.455	3.956.627	1.789.939	45,24	965.524	24,40	-
18.3 - Ensino Médio	0	0	0	0,00	0	0,00	-
18.4 - Outras	1.936.506	1.880.335	957.942	50,95	847.952	45,10	-
19 - RECURSOS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITOS	4.689.782	4.572.481	4.299.203	94,02	3.697.751	80,87	-
20 - DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	8.243.869	8.256.748	3.509.746	42,51	2.037.762	24,68	-
20.1 - Educação Infantil	552	552	0	0,00	0	0,00	-
20.2 - Educação Básica	1.473.386	1.473.116	833.276	56,57	111.708	7,58	-

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800069

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

20.3 - Ensino Médio	0	0	0	0,00	0	0,00	-
20.4 - Ensino Superior	3.836.542	3.878.056	1.870.019	48,22	1.579.062	40,72	-
20.5 - Outras	2.933.389	2.905.024	806.452	27,76	346.992	11,94	-
21 - TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS DE ENSINO (17 + 18 + 19)	19.030.613	18.896.190	10.616.139	56,18	7.608.297	40,26	0
22 - TOTAL DAS DESPESAS COM MDE (9 + 20)	83.124.558	85.301.790	66.103.788	77,49	46.401.668	54,40	0

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O MÊS	CANCELADO EM 2018 (l)
23 - RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	507.133	338.042

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF

[1] Em atendimento a determinação contida no Acórdão nº 2316/2008 TCU-Plenário, essa dedução não está sendo considerada no cálculo da aplicação da União em MDE, mas seu valor continuará sendo evidenciado no demonstrativo. O acórdão determina o seguinte: "determinar à Secretaria do Tesouro Nacional que deixe de deduzir, indevidamente, do montante das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino, constante do Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, os valores referentes ao cancelamento, no exercício, de restos a pagar inscritos com disponibilidade financeira de recursos vinculados ao ensino, cuja competência pertence ao exercício anterior, em observância ao art. 35 da Lei nº 4.320, de 17/3/1964".

[2] Em atendimento ao Acórdão nº 2424/2009 - TCU - Plenário, os valores das transferências constitucionais e legais nas colunas "Receitas Realizadas" correspondem àqueles efetivamente descentralizados no período. Uma vez que as transferências se processam por meio da execução de despesa orçamentária, o critério adotado para o cômputo dos valores efetivamente descentralizados foi o de apuração do pagamento efetivo das despesas orçamentárias do exercício, bem como de eventuais restos a pagar, identificadas como transferências constitucionais e legais a partir das respectivas ações orçamentárias.

[3] A complementação da União contemplará pagamentos mensais de, no mínimo, cinco por cento da complementação anual. Conforme o artigo 6º da Lei 11.494/2007: "A complementação da União observará o cronograma da programação financeira do Tesouro Nacional e contemplará pagamentos mensais de, no mínimo, 5% (cinco por cento) da complementação anual, a serem realizados até o último dia útil de cada mês, assegurados os repasses de, no mínimo, 45% (quarenta e cinco por cento) até 31 de julho, de 85% (oitenta e cinco por cento) até 31 de dezembro de cada ano, e de 100% (cem por cento) até 31 de janeiro do exercício imediatamente subsequente".

[4] Conforme o artigo 7º da Lei nº 11.494/2007, parte da complementação da União, limitada a até 10% (dez por cento) de seu valor anual, poderá ser distribuída para os Fundos por meio de programas direcionados para a melhoria da qualidade da educação básica, na forma do regulamento.

UNIÃO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO DE 2018

RREO - Anexo 12 (LC 141/2012, art. 35) R$ milhares

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Mês (d)	(d/c) x 100 %	Até o Mês (e)	(e/c) x 100 %
DESPESAS CORRENTES	125.369.329	125.867.697	91.525.482	72,72	74.053.260	58,83
Pessoal e Encargos Sociais	19.671.607	19.695.561	17.625.263	89,49	12.333.569	62,62
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	105.697.722	106.172.136	73.900.219	69,60	61.719.691	58,13
Executadas Diretamente pela União	33.741.935	33.244.419	21.693.734	65,26	14.623.330	43,99
Transferências a Estados, DF e Municípios	71.955.787	72.927.717	52.206.485	71,59	47.096.361	64,58
DESPESAS DE CAPITAL	5.431.000	5.524.729	2.766.217	50,07	902.951	16,34
Investimentos	5.426.000	5.519.729	2.766.217	50,12	902.951	16,36
Executadas Diretamente pela União	2.364.443	2.218.500	714.917	32,23	120.696	5,44
Transferências a Estados, DF e Municípios	3.061.556	3.301.229	2.051.299	62,14	782.256	23,70
Inversões Financeiras	5.000	5.000	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	38.176	37.574	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (I)	130.838.504	131.430.000	94.291.698	71,74	74.956.211	57,03

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Mês (f)	(f/Id) x 100 %	Até o Mês (g)	(g/Ie) x 100 %
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	9.005.272	9.435.804	8.362.396	8,87	6.149.211	8,20
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	382.773	382.212	359.235	0,38	201.575	0,27
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	-	-	-	-	-	-
Recursos de Operações de Crédito	-	-	-	-	-	-
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	2.156.304	3.506.451	2.241.942	2,38	1.715.669	2,29
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS[2]	-	-	-	-	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES[3]	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (II)	11.544.350	13.324.467	10.963.574	11,63	8.066.455	10,76
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = (I - II)	119.294.155	118.105.533	83.328.125	88,37	66.889.756	89,24

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800070

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

UNIÃO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO DE 2018

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O MÊS/2018 (h)	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O MÊS/2018 (i)	VALOR MÍNIMO A SER APLICADO EM ASPS NO EXERCÍCIO ANTERIOR (j)	VALOR MÍNIMO A SER APLICADO - REGRA ANTIGA (14,1% RCL)	VALOR MÍNIMO A SER APLICADO - REGRA NOVA (k = j + correção IPCA)[3]	DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O MÍNIMO CONSTITUCIONAL ((h ou i) - k)
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (IV)	83.328.125	66.889.756	75.465.069	77.013.950	77.729.021	-10.839.265

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Mês (l)	(l/total l) x 100 %	Até o Mês (m)	(m/total m) x 100 %
Atenção Básica	22.512.919	22.549.708	14.481.417	15,36	12.565.065	16,76
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	53.772.823	52.742.006	37.926.398	40,22	32.680.464	43,60
Suporte Profilático e Terapêutico	15.162.424	14.985.345	9.431.490	10,00	6.073.900	8,10
Vigilância Sanitária	376.978	374.230	192.767	0,20	159.522	0,21
Vigilância Epidemiológica	7.653.508	7.672.915	4.696.785	4,98	3.586.844	4,79
Alimentação e Nutrição	72.923	58.925	27.081	0,03	19.411	0,03
Outras Subfunções	31.286.929	33.046.872	27.535.760	29,20	19.871.005	26,51
TOTAL	130.838.504	131.430.000	94.291.698	100,00	74.956.211	100,00

FONTE: SIAFI, elaboração STN/CCONT/GEINF

UNIÃO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO DE 2018

RREO - Anexo 12 (LC 141/2012, art. 35) R$ milhares

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA[1]

Ano do Empenho	Mínimo para Aplicação com Saúde (a)	Executado com Saúde no Ano (b)	RPNP Inscritos	RPNP Considerado no Limite	RPNP Pagos	Valor que Falta Pagar para Garantir o Mínimo	RPNP a Pagar	RPNP Cancelados até o presente (c)	Saldo de Cumprimento do Mínimo (d) = (a - b - c)	Compensações Legais (e)[c]	Saldo Final (f) = (d + e)[d]
Empenhos de 2017[a]	109.088.149	114.700.610	13.636.468	8.020.901	9.247.198	0	4.234.839	154.431	5.458.030	0	5.458.030
Empenhos de 2016[a]	93.710.704	106.235.537	7.515.227	0	5.670.201	0	1.496.393	325.735	12.199.098	0	12.199.098
Empenhos de 2015[a]	98.308.994	100.054.862	7.124.490	5.348.516	6.204.053	0	486.258	419.682	1.326.186	0	1.326.186
Empenhos de 2014	91.614.082	91.898.531	6.816.861	6.530.733	5.478.544	1.052.189	553.313	726.535	-442.086	482.515	40.429
Empenhos de 2013	82.912.830	83.053.256	6.939.201	6.797.772	5.773.119	1.024.653	348.728	773.254	-632.828	654.345	21.517
Empenhos de 2012	79.512.720	80.073.777	8.297.156	7.740.832	6.643.348	1.097.485	476.728	1.115.579	-554.523	654.345	99.822
Empenhos de 2011[b]	72.128.481	72.356.648	8.272.674	8.054.435	6.751.830	1.302.605	435.233	1.031.283	-803.116	0	-803.116
Empenhos de 2010[b]	61.230.118	61.976.698	6.087.459	5.340.548	4.616.565	723.983	188.799	793.204	-46.624	0	-46.624
Empenhos de 2009[a]	54.963.099	58.281.095	8.417.119	5.099.133	5.887.098	0	148.658	1.178.986	2.139.010	0	2.139.010
Empenhos de 2008[b]	48.561.056	48.678.681	5.592.696	5.475.167	3.775.878	1.699.290	42.054	651.223	-533.599	0	-533.599
Total	792.030.234	817.309.695	78.699.352	58.408.038	60.047.833	6.900.205	8.411.002	7.169.912	18.109.550	1.791.204	19.900.754

Notas:

[1]Foram registrados no âmbito do Ministério da Saúde os recursos para a inscrição dos restos a pagar, autorizados por parte da Secretaria do Tesouro Nacional.

a. Nos exercícios de 2016 e 2015 houve mais pagamentos do que o necessário para cumprir os limites dos respectivos anos. De igual modo, já foram pagos RPNP referentes ao exercício de 2017 que superam o valor total de RP considerados no Limite Mínimo. Portanto, todos os exercícios que têm o cumprimento do limite de seus respectivos anos garantido, por mais que se cancele todos os RPNP restantes, estão marcados em cinza e constam do demonstrativo apenas para informação e transparência.

b. Os valores dos RPNP inscritos antes de 2012 passam a constar deste relatório para facilitar o controle do cumprimento do limite mínimo dos anos anteriores à LC 141/2012, em atendimento ao Acórdão nº 1048/2018 - Plenário, do Tribunal de Contas da União.

c. Os cancelamentos dos RPNP estão sendo compensados anualmente nas modalidades 45, 46, 95 e 96. Como esses valores não estão marcados com parâmetros que permitam conhecer os anos aos quais pertencem os RPNP cancelados, os valores compensados são distribuídos igualmente entre os anos que ainda precisam pagar seus restos a pagar para garantir o cumprimento do mínimo.

d. O controle dos cancelamentos no quadro específico "Controle dos Restos a Pagar Cancelados para fins de Cumprimento do Limite Mínimo de Despesas com Saúde, conforme o artigo 24 da LC nº 141/2012" será realizado apenas para os exercícios que tiverem valores negativos na coluna "Saldo Final".

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800071

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

GOVERNO FEDERAL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2018

RREO - Anexo 14 (LRF, art. 48) R$ milhares

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS	Até o Mês
RECEITAS	
Previsão Inicial	3.506.421.083
Previsão Atualizada	3.506.421.083
Receitas Realizadas	1.942.252.366
Déficit Orçamentário	-
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	5.429.985

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS	Até o Mês
DESPESAS	
Dotação Inicial	3.504.921.083
Dotação Atualizada	3.510.351.068
Despesas Empenhadas	2.797.418.384
Despesas Executadas	1.858.775.132
Despesas Pagas	1.824.725.717
Superávit Orçamentário	83.477.234

DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO[1]	Até o Mês
Despesas Empenhadas	2.112.877.107
Despesas Liquidadas	1.545.759.521

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	Últimos 12 Meses
Receita Corrente Líquida	770.352.095

RECEITAS/DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA (Líquido de DRU)	Até o Mês
Regime Geral de Previdência Social	
Receitas Previdenciárias (I)	247.821.242
Despesas Previdenciárias (II)	386.261.263
Resultado Previdenciário (III) = (I - II)	-138.440.021
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos[2]	
Receitas Previdenciárias (IV)	20.653.956
Despesas Previdenciárias (V)	51.950.661
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)	-31.296.706
Receitas e Despesas relacionadas às Pensões Militares e Inativos das Forças Armadas[2]	
Receitas de Pensionistas (VII)	1.523.767
Despesas com Pensionistas e Militares Inativos (VIII)	30.065.662
Resultado dos Militares (IX) = (VII - VIII)	-28.541.895
Receitas e Despesas Previdenciárias do Fundo Constitucional do Distrito Federal[2]	
Receitas Previdenciárias (X)	197.049
Despesas Previdenciárias (XI)	3.287.931
Resultado Previdenciário (XII) = (X - XI)	-3.090.881

GOVERNO FEDERAL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2018

RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL	Resultado Apurado Até o Mês
Resultado Nominal	(245.274.191)
Resultado Primário	(46.005.886)

MOVIMENTAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR	Inscrição	Cancelamento Até o Mês	Pagamento Até o Mês	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	26.839.922	397.702	22.609.117	3.833.102
Poder Executivo	26.745.528	396.468	22.573.233	3.775.826
Poder Legislativo	14.663	403	1.133	13.127
Poder Judiciário	76.008	765	32.312	42.930
Ministério Público	3.686	66	2.438	1.181
Defensoria Pública	37	0	0	37
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	128.633.958	10.458.958	49.842.552	68.332.448
Poder Executivo	126.474.214	10.204.447	48.780.028	67.489.740
Poder Legislativo	202.221	14.579	109.642	77.999
Poder Judiciário	1.658.869	206.441	816.804	635.624
Ministério Público	240.137	20.334	112.539	107.264
Defensoria Pública	58.517	13.157	23.540	21.820
TOTAL	155.473.880	10.856.660	72.451.669	72.165.550

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800072

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE	Valor Apurado	Limites Constitucionais Anuais	
		Mínimo a Ser Aplicado no Exercício	% Aplicado Até o Mês
Despesa com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	38.793.371	33.853.983	114,59
Complementação da União ao FUNDEB	2.951.156	4.215.766	70,00

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Mínimo a ser aplicado em Saúde Até o Mês	Valor Apurado Até o Mês	Percentual aplicado até o mês
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	77.729.021	66.889.756	86,06%

FONTE: STN/CCONT/GEINF

[1] Excetuados os valores do refinanciamento da Dívida Pública da União.

[2] Excluídas as receitas desvinculadas (DRU).

II - OUTROS DEMONSTRATIVOS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO GOVERNO FEDERAL

TABELA 1 - DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS DA SEGURIDADE SOCIAL
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2018

LDO - Lei nº 13.473, de 08/08/2017, art. 38, §4º — R$ milhares

RECEITAS[1]	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS No Mês (c)	% (c/b)	Até o Mês (d)	% (d/b)	SALDO A REALIZAR (b-d)
RECEITAS CORRENTES	723.496.015	723.496.015	56.584.765	7,82	460.807.478	63,69	262.688.538
Receita Tributária	424.725	424.725	27.902	6,57	251.434	59,20	173.290
Receita de Contribuições	683.145.091	683.145.091	54.640.404	8,00	428.297.585	62,69	254.847.506
Receita Patrimonial	7.844.368	7.844.368	281.655	3,59	3.224.808	41,11	4.619.560
Receita Agropecuária	0	0	0	0,00	0	0,00	0
Receita Industrial	452	452	24	5,30	27	5,92	426
Receita de Serviços	13.560.440	13.560.440	342.271	2,52	14.229.349	104,93	-668.909
Transferências Correntes	98.455	98.455	11.096	11,27	23.091	23,45	75.364
Receitas Correntes a Classificar	0	0	0	0,00	0	0,00	0
Outras Receitas Correntes	18.422.484	18.422.484	1.281.414	6,96	14.781.184	80,23	3.641.301
RECEITAS DE CAPITAL	61.960	61.960	4	0,02	86	0,38	61.874
Operações de Crédito	21.682	21.682	0	0,00	0	0,00	21.682
Alienação de Bens	22.358	22.358	4	0,02	86	0,38	22.272
Transferências de Capital	17.921	17.921	0	0,00	0	0,00	17.921
Outras Receitas de Capital	0	0	0	0,00	0	0,00	0
SUBTOTAL (I)	723.557.976	723.557.976	56.584.769	7,82	460.807.564	63,69	262.750.412
DÉFICIT (II)	-	-	-	-	177.660.679	-	-
TOTAL (I + II)	723.557.976	723.557.976	56.584.769	-	638.468.242	-	85.089.733

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS No Mês (g)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Mês (h)	DESPESAS EXECUTADAS DESPESAS LIQUIDADAS No Mês (i)	DESPESAS EXECUTADAS DESPESAS LIQUIDADAS Até o Mês (j)	Inscritas em RP não-processados (k)	% (j+k/f)	SALDO A EXECUTAR (f-j-k)
DESPESAS CORRENTES	997.647.636	992.744.371	32.185.094	826.043.354	98.463.430	637.195.056	-	64,19	355.549.315
Pessoal e Encargos Sociais	129.044.341	132.381.455	4.336.634	111.568.893	10.170.279	85.011.447	-	64,22	47.370.008
Juros e Encargos da Dívida	1.079	1.079	0	0	0	0	-	0,00	1.079
Outras Despesas Correntes	868.602.216	860.361.837	27.848.460	714.474.461	88.293.150	552.183.609	-	64,18	308.178.229
Benefícios Previdenciários do RGPS	596.268.400	592.372.706	15.766.815	502.743.540	65.470.722	386.261.263	-	65,21	206.111.443
Transferências a Estados, DF e Municípios	79.201.163	79.953.555	6.203.328	58.324.475	6.471.140	51.161.467	-	63,99	28.792.088
Demais Despesas Correntes	193.132.654	188.035.576	5.878.317	153.406.446	16.351.288	114.760.878	-	61,03	73.274.698
DESPESAS DE CAPITAL	7.233.752	7.336.420	580.566	4.149.823	112.814	1.273.187	-	17,35	6.063.234
Investimentos	7.217.782	7.320.451	580.476	4.146.881	112.668	1.271.562	-	17,37	6.048.889
Inversões Financeiras	15.137	15.137	90	2.942	146	1.624	-	10,73	13.512
Amortização da Dívida	833	833	0	0	0	0	-	0,00	833
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	195.740	195.138	0	0	0	0	-	0,00	195.138
SUBTOTAL (III)	1.005.077.128	1.000.275.929	32.765.660	830.193.177	98.576.244	638.468.242	-	63,83	361.807.687
SUPERÁVIT (IV)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III + IV)	1.005.077.128	1.000.275.929	32.765.660	830.193.177	98.576.244	638.468.242	-	-	361.807.687

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF

TABELA 1-A - DETALHAMENTO DAS RECEITAS E DESPESAS DA SEGURIDADE SOCIAL
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2018

LDO - Lei nº 13.473, de 08/08/2017, art. 38, §4º — R$ milhares

Seguridade Social[1]	Até o Mês
Receitas da Seguridade Social	460.807.564
RGPS	247.821.242
RPPS - Civil	20.851.005
Pensionistas Militares[2]	1.523.767
Demais (COFINS, CSLL e Outras)	190.611.550
Despesas da Seguridade Social	638.468.242
RGPS	386.261.263
RPPS - Civil	55.238.592

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800073

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Pensionistas Militares[2]	13.950.138
Saúde	66.889.756
Assistência Social	57.952.295
Abono Salarial	11.708.859
Seguro Desemprego	24.399.046
Demais	22.068.294
Resultado da Seguridade Social	- 177.660.679
Desvinculação das Receitas da União (DRU)	72.915.468
Resultado com Receitas Desvinculadas	- 104.745.211

Notas:

1. As receitas são as realizadas até o mês. As despesas são as liquidadas até o mês, sendo que no final do ano serão incluídos os valores inscritos em Restos a Pagar Não Processados.

2. A partir de 2016, as despesas com militares inativos deixaram de ser classificadas como gastos da seguridade social, restando apenas as pensões militares nesse grupo.

TABELA 1-B - DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DA SEGURIDADE SOCIAL DESVINCULADAS
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2018

LDO - Lei nº 13.473, de 08/08/2017, art. 38, §4º — R$ milhares

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		SALDO A REALIZAR (a-c)
		No Mês (b)	Até o Mês (c)	
RECEITAS CORRENTES	119.024.383	9.300.627	72.915.468	46.108.915
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	1.481.670	11.954	107.736	1.373.934
11210111 - Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Princ	1.475.028	11.389	104.433	1.370.595
11210113 - Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Div. At.	6.439	564	3.300	3.139
71210111 - Taxas Inspeção, Controle e Fiscalização - Princ.	202	1	3	200
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	117.542.714	9.288.673	72.807.732	44.734.982
12100111 - Cofins-Principal	71.716.002	0	29.365.943	42.350.058
12100113 - Cofins-Divida Ativa	214.191	0	145.212	68.980
12100211 - Contrib.Social Sobre Lucro Liq.-Csll-Princ.	21.042.157	1.412.045	15.923.810	5.118.347
12100213 - Contrib.Social Sobre Lucro Liq.-Csll-Dil.At.	190.522	37.897	180.801	9.721
12100421 - Contrib. Servidor Ativo Civil p/RPPS - Principal	-	0	9.964	-9.964
12100431 - Contrib. Serv. Inat. e Pens. Civil p/RPPS - Principal	-	0	6.230	-6.230
12100511 - Contr.p/Custeio Das Pensoes Militares-Princ.	994.981	0	366.001	628.981
12100611 - Contrib.p/Assist.Medico-Hospit.-Pmdf-Princ.	4.059	0	2.026	2.033
12100621 - Contrib. p/Assist.Médico-Hospitalar. - CBMDF-Princ.	1.978	0	1.680	298
12100711 - Contribuicao Sobre A Loteria Federal-Princip.	29.882	0	6.640	23.241
12100721 - Contribuicao Sobre Loterias Esportivas-Princ.	12.813	0	1.563	11.250
12100741 - Contribuicao Sobre Loterias de Numeros-Princ.	1.642.515	0	300.907	1.341.607
12100751 - Contribuição sobre Loteria Instantânea-Princ.	207	0	0	207
12100761 - Contrib.s/Concurs.Prognost.-Mod.Fut-Principal	14.693	0	1.499	13.193
12100811 - Contrib. s/Sort. Realiz. Por Ent. Filant .- Princ.	199	0	0	199
12100911 - Contribuicao para o Pis/Pasep-Principal	19.137.463	0	4.719.114	14.418.349
12100913 - Contribuicao para o Pis/Pasep-Divida Ativa	58.888	0	20.712	38.177
12101011 - Cota-Parte da Contribuicao Sindical-Principal	203.782	215	25.132	178.649
12101111 - Contrib. Rel. Desped. Empreg. S/ Justa Causa - Principal	1.615.113	0	0	1.615.113
12101121 - Contrib. S/ Remun. Devida ao Trabalhador - Principal	22.806	0	0	22.806
12101311 - Contribuicao para o Ensino Aeroviario-Princ.	65.293	0	0	65.293
12101411 - Contr.p/Desenv.Ensino Prof.Maritimo-Principal	49.237	0	0	49.237
12101611 - Contribuicao Industrial Rural-Principal	108.624	0	0	108.624
12101613 - Contribuicao Industrial Rural-Divida Ativa	175	0	0	175
12101711 - Adicional à Contr.Prev. Rural - Princ.	417.107	0	0	417.107
12101811 - Contr.Mov.Transm.Val.Cred.Dir.Nat.Fin.-Princ.	-	0	0	-0
12101813 - Contr.Mov.Transm.Val.Cred.Dir.Nat.Fin.-Div.At	-	0	670	-670
12110111 - Cofins Sobre O Faturamento-Principal	-	6.574.756	18.259.419	-18.259.419
12110113 - Cofins Sobre O Faturamento-Divida Ativa	-	2.640	9.909	-9.909
12110211 - Cofins Sobre O Faturamento-Simples-Principal	-	11	35	-35
12114911 - Cofins Sobre O Faturamento-Parcelam.-Princ.	-	68.181	24.037	-24.037
12114913 - Cofins Sobre O Faturamento-Parcelam.-Div.At.	-	18.130	53.565	-53.565
12120111 - Contrib.Pis/Pasep Sobre Faturamento-Princ.	-	995.832	2.822.995	-2.822.995
12120113 - Contrib.Pis/Pasep Sobre Faturamento-Div.Ativa	-	296	955	-955
12120211 - Contrib.Pis/Pasep Faturamento-Simples-Princ.	-	1	2	-2
12124911 - Contribuicao Pis/Pasep-Parcelamentos-Princ.	-	11.382	6.018	-6.018
12124913 - Contribuicao Pis/Pasep-Parcelamentos-Div.At.	-	2.411	7.213	-7.213
12150111 - Cpsss-Servidor Civil Ativo-Principal	-	1.966	5.897	-5.897
12150121 - Cpsss-Servidor Civil Inativo-Principal	-	1.265	3.775	-3.775
12160111 - Contr. p/Fundos Assist. Med-Polic. Milit.- Principal	-	409	1.223	-1.223
12160211 - Contr.P/Fundos Assist.Med-Bomb.Milit.-Princ.	-	317	995	-995
12170111 - Contribuicao Sobre A Loteria Federal-Princip.	-	1.606	4.116	-4.116
12170211 - Contribuicao Sobre Loterias Esportivas-Princ.	-	317	889	-889
12170411 - Contribuicao Sobre Loterias De Numeros-Princ.	-	64.341	161.167	-161.167
12170511 - Contribuicao Sobre Loteria Instantanea-Princ.	-	0	70	-70
12170611 - Contrib.S/Concurs.Prognost.-Mod.Fut-Principal	-	183	372	-372
12191011 - Contr.Mov.Transm.Val.Cred.Dir.Nat.Fin.-Princ.	-	-13	-13	13

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800074

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

12191013 - Contr.Mov.Transm.Val.Cred.Dir.Nat.Fin.-Div.At	-	0	1	-1
12191023 - Cont.Mov.Transm.Val.Cred.Dir.Fin-Parc-Div.At.	-	30	89	-89
12191111 - Contr.p/Cust.Pens.Milit. Forças Armadas - Principal.	-	90.523	335.361	-335.361
72100411 - Contrib.Patr. De Serv. Ativo Civ. p/ RPPS - Principal	-	0	19.936	-19.936
72100911 - Contribuicao para o Pis/Pasep-Principal	27	0	5	22
72120111 - Contrib.Pis/Pasep Sobre Faturamento-Princ.	-	1	3	-3
72150211 - Cpsss Patronal-Servidor Civil-Principal	-	3.931	11.794	-11.794
TOTAL	119.024.383	9.300.627	72.915.468	46.108.915

TABELA 2 - DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS DE PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS DA UNIÃO POR ELEMENTO DE DESPESA E POR TIPO DE ADMINISTRAÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2018

LDO - Lei nº 13.473, de 08/08/2017, art. 103 R$ milhares

DOTAÇÃO DO EXERCÍCIO	ADMINISTRAÇÃO DIRETA	ADMINISTRAÇÃO INDIRETA						TOTAL GERAL
		Autarquias	Fundações	Empresas Públicas	Economia Mista	Fundos Especiais	Total Indireta	
APLICAÇÃO DIRETA	213.385.386	69.118.253	19.678.432	10.863.349	2.904.598	12.190.080	114.754.713	328.140.099
A detalhar	25.009.382	5.711.885	2.054.575	764.338	337.740	3.585.793	12.454.331	37.463.714
Pessoal Civil	118.514.757	63.405.946	17.621.964	9.986.586	2.566.858	7.428.177	101.009.531	219.524.288
Vencimentos e Vantagens Fixas	55.161.478	33.815.959	9.141.731	7.085.456	1.651.983	2.885.071	54.580.200	109.741.678
Outras Despesas Variáveis	635.850	220.500	85.917	192.472	220.756	545	720.191	1.356.041
Aposentadoria	29.392.508	15.796.328	4.262.509	0	0	3.001.571	23.060.408	52.452.916
Pensões	15.588.416	4.345.476	1.219.296	0	0	433.821	5.998.593	21.587.009
Contribuições a Entidades Fechadas de Previdência	128.518	102.685	23.879	224.498	53.093	0	404.156	532.674
Obrigações Patronais	11.081.898	7.260.857	1.927.575	2.115.945	331.556	111.466	11.747.399	22.829.297
Outras Aplicações[1]	6.526.089	1.864.141	961.056	368.215	309.470	995.703	4.498.584	11.024.673
Pessoal Militar	69.861.247	422	1.894	112.425	0	1.176.109	1.290.850	71.152.097
Vencimentos e Vantagens Fixas	23.861.607	28	10	0	0	1.176.109	1.176.147	25.037.754
Outras Despesas Variáveis	307.616	0	0	0	0	0	0	307.616
Reformas	23.702.890	0	0	0	0	0	0	23.702.890
Pensões	20.899.953	0	0	0	0	0	0	20.899.953
Obrigações Patronais	388.439	393	1.858	96.698	0	0	98.950	487.389
Outras Aplicações[1]	700.742	1	26	15.727	0	0	15.753	716.495
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	40.812	0	0	0	0	0	0	40.812
Transferências a Estados e ao DF	40.812	0	0	0	0	0	0	40.812
TOTAL (A)	213.426.198	69.118.253	19.678.432	10.863.349	2.904.598	12.190.080	114.754.713	328.180.911

EXECUÇÃO	ADMINISTRAÇÃO DIRETA	ADMINISTRAÇÃO INDIRETA						TOTAL GERAL
		Autarquias	Fundações	Empresas Públicas	Economia Mista	Fundos Especiais	Total Indireta	
APLICAÇÃO DIRETA	132.665.750	43.280.785	12.139.429	6.514.986	1.775.965	8.079.327	71.790.491	204.456.241
Pessoal Civil	86.640.186	43.280.648	12.138.360	6.444.563	1.775.965	6.903.987	70.543.523	157.183.709
Vencimentos e Vantagens Fixas	25.491.215	13.884.193	3.742.861	4.029.053	1.029.011	2.485.003	25.170.122	50.661.337
Vencimentos e Vantagens Fixas - Cargos em Comissão[2]	13.329.711	9.419.922	2.450.642	496.236	71.904	106.224	12.544.928	25.874.639
Outras Despesas Variáveis	352.706	141.419	57.869	119.019	156.638	508	475.453	828.159
Aposentadoria	22.772.228	11.681.986	3.264.779	0	0	2.797.533	17.744.298	40.516.526
Pensões	11.246.037	2.905.848	911.205	0	0	414.508	4.231.560	15.477.598
Contribuições a Entidades Fechadas de Previdência	93.518	68.730	15.570	139.581	28.176	0	252.056	345.574
Obrigações Patronais	6.634.971	4.460.205	1.203.133	1.403.396	223.139	106.593	7.396.465	14.031.436
Outras Aplicações[1]	6.719.800	718.347	492.301	257.278	267.097	993.619	2.728.641	9.448.441
Pessoal Militar	46.025.564	136	1.069	70.423	0	1.175.340	1.246.968	47.272.532
Vencimentos e Vantagens Fixas	15.811.873	6	4	0	0	1.175.340	1.175.350	16.987.224
Outras Despesas Variáveis	237.069	0	0	0	0	0	0	237.069
Reformas	15.543.066	0	0	0	0	0	0	15.543.066
Pensões	13.705.239	0	0	0	0	0	0	13.705.239
Obrigações Patronais	203.918	130	1.049	60.937	0	0	62.116	266.034
Outras Aplicações[1]	524.399	0	16	9.486	0	0	9.502	533.901
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	2.033	0	0	0	0	0	0	2.033
Transferências a Estados e ao DF	2.033	0	0	0	0	0	0	2.033
TOTAL (B)	132.667.783	43.280.785	12.139.429	6.514.986	1.775.965	8.079.327	71.790.491	204.458.274
A EXECUTAR (% A/B)	37,8	37,4	38,3	40,0	38,9	33,7	37,4	37,7

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF

[1] Outras Aplicações compõem-se de: Outros Benefícios Assistenciais; Salário Família; Sentenças Judiciais; Despesas de Exercícios Anteriores; Indenizações Trabalhistas; Depósitos Compulsórios; Contrato por Tempo Determinado; Outras Desp.Pessoal Dec.Contratos Terceirização; e Ressarcimento de Despesa de Pessoal Requisitado.

[2] Os valores referentes aos Cargos em Comissão são identificados pelos subitens da despesa Gratificação por Exercício de Cargos e Gratificação por Exercício de Funções, do elemento Vencimentos e Vantagens Fixas.

TABELA 3 - DEMONSTRATIVO DE DESPESAS DISCRICIONÁRIAS E DECORRENTES DE EMENDAS INDIVIDUAIS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2018

R$ milhares

ÓRGÃO SUPERIOR*	Despesas Discricionárias e Decorrentes de Emendas Individuais					
	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas do Exercício	Restos a Pagar Pagos (Processados e Não-Processados)
JUSTICA FEDERAL	0	0	0	0	0	705
JUSTICA ELEITORAL	4.770	4.770	1.120	0	0	2.681
JUSTICA DO TRABALHO	400	400	11	0	0	1.019
PRESIDENCIA DA REPUBLICA	100.331	96.691	63.655	9.951	2.670	66.288
MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO	1.486	1.486	0	0	0	-
MINIST. DA AGRICUL.,PECUARIA E ABASTECIMENTO	377.132	379.012	341.122	5.516	2.551	123.566
MINIST.DA CIENCIA,TECNOL.,INOV.E COMUNICACOES	27.396	26.596	13.837	8.877	8.166	4.457
MINISTERIO DA FAZENDA	0	0	860	157	0	-
MINISTERIO DA EDUCACAO	360.586	358.716	142.549	13.407	4.277	96.002
MINIST. DA INDUSTRIA, COM.EXTERIOR E SERVICOS	6.450	6.450	4.347	4	4	1.146

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800075

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DEFENSORIA PUBLICA DA UNIAO	0	0	0	0	0	250
MINISTERIO DA JUSTICA	167.315	162.055	14.572	20	4	11.979
MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA	700	700	430	422	18	-
MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO	0	0	0	0	0	5.036
MINISTERIO DAS RELACOES EXTERIORES	0	0	0	0	0	45
MINISTERIO DA SAUDE	4.854.380	4.874.176	4.358.556	3.142.038	3.141.309	1.675.142
MINISTERIO DO TRABALHO	8.380	8.526	1.800	0	0	200
MINIST.DOS TRANSP.,PORTOS E AVIACAO CIVIL	5.240	4.870	0	0	0	514
MINISTERIO DA CULTURA	95.389	92.599	41.682	3.917	3.908	24.173
MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE	8.583	7.883	3.135	415	404	1.680
MINISTERIO DO ESPORTE	363.784	362.184	305.430	8	8	99.927
MINISTERIO DA DEFESA	229.085	231.766	203.006	4.006	2.337	109.751
MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL	556.349	557.163	411.240	7.271	3.014	134.098
MINISTERIO DO TURISMO	288.228	284.155	222.173	5.699	5.699	58.017
MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL	109.708	108.073	94.905	31.473	31.473	64.115
MINISTERIO DAS CIDADES	1.125.705	1.124.203	1.019.180	0	0	465.953
MINISTERIO DOS DIREITOS HUMANOS	82.531	81.455	9.446	640	640	4.541
TOTAL	8.773.929	8.773.929	7.253.055	3.233.822	3.206.484	2.951.284
Receita Corrente Líquida (RCL) do ano anterior (2017)	727.254.324					
% em relação à RCL do ano anterior	1,21%	1,21%	1,00%	0,44%	0,44%	0,41%
Participação preliminar da Saúde no total	55,33%	55,55%	60,09%	97,16%	0,00%	0,00%

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF

* Tabela incluída no mês de fevereiro de 2014 em atendimento ao inciso I, § 6º, do artigo 52º da Lei nº 12.919, de 24/12/2013, referente às Diretrizes Orçamentárias, que determina o acompanhamento da execução orçamentária e financeira da programação incluída por emendas individuais em lei orçamentária, em montante correspondente a 1,2% (um inteiro e dois décimos por cento) da receita corrente líquida realizada no exercício anterior, conforme os critérios para execução equitativa da programação definidos na lei complementar.

UNIÃO
RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE E FLUXO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2018

LDO - Lei nº 13.473, de 08/08/2017, art. 140 R$

GRUPO DE DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA EM 31/12/2017	RECEITAS LÍQUIDAS DO EXERCÍCIO	DESPESAS PAGAS DO EXERCÍCIO (incluindo Restos a Pagar)	DEMAIS FLUXOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA ATUAL	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS			DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
						Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos de Exercícios Anteriores	Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras[1]	
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e) = (a) + (b) - (c) - (d)	(f)	(g)	(h)	(i) = (e - (f + g + h))
TOTAL DE RECURSOS NÃO VINCULADOS/ORDINÁRIOS (I)	119.046.273.676	293.895.804.010	277.501.081.372	10.715.537.841	124.725.458.473	3.397.269.253	32.364.453.795	2.721.563.478	86.242.171.947
TOTAL DE RECURSOS VINCULADOS (II)	1.071.158.733.004	1.648.356.561.741	1.619.676.305.253	37.000.108.248	1.062.838.881.244	2.051.243.146	34.352.584.232	50.918.174.653	975.516.879.214
1. Recursos vinculados à Educação	23.959.077.018	6.124.983.377	8.171.155.390	787.739.805	21.125.165.201	237.784.035	9.710.444.650	106.804.814	11.070.131.703
2. Recursos vinculados à Seguridade Social (exceto Previdência)	4.005.194.822	174.521.505.887	163.401.891.634	-1.906.032.065	17.030.841.139	482.570.342	5.428.851.266	3.881.235.305	7.238.184.226
3. Recursos vinculados à Previdência Social (RPPS)	-5.003.632.805	20.736.561.112	20.019.376.225	229.565.202	-4.516.013.120	5.728.475	3.663.342	165.772.068	-4.691.177.005
4. Recursos vinculados à Previdência Social (RGPS)	15.523.354.199	246.509.854.566	310.013.873.727	711.379.161	-48.692.044.123	192.720	124.548.427	2.761.520.460	-51.578.305.730
5. Recursos de Receitas Financeiras	27.630.879.465	227.292.811.437	196.097.361.530	1.301.218.150	57.525.111.221	366.833.652	6.370.662.194	24.910.191.357	25.877.424.019
6. Recursos de Operação de Crédito	607.766.113.190	684.907.587.672	623.413.909.490	5.258.078.123	664.001.713.249	11.421.729	4.481.523.047	69.379.706	659.439.388.768
7. Recursos de Alienação de Bens e Direitos	625.694.913	4.728.424.370	4.050.545.312	255.698.668	1.047.875.303	8.709.207	42.034.884	79.771	997.051.441
8. Recursos de Transferências Constitucionais e Legais a Estados, DF, Municípios, inclusive Fundos	12.815.197.190	174.663.159.042	152.964.435.360	21.656.398.287	12.857.522.583	0	141.337.301	17.013.628	12.699.171.654
9. Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	323.448.255.443	108.802.246.425	141.543.756.585	123.486.513	290.583.258.771	936.372.984	8.049.519.121	1.215.431.497	280.381.935.167
10. Outros Recursos Vinculados	60.236.299.393	69.574.128	0	7.419.567.661	52.886.305.860	1.630.000	0	17.727.852.827	35.156.823.033
11. Recursos a Classificar	152.300.177	-146.274	0	1.163.008.744	-1.010.854.841	0	0	62.893.221	-1.073.748.062
TOTAL (III) = (I + II)	1.190.205.006.680	1.942.252.365.751	1.897.177.386.625	47.715.646.089	1.187.564.339.717	5.448.512.398	66.717.038.027	53.639.738.131	1.061.759.051.161

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF

Notas:

[1] Estão sendo excluídas das Demais Obrigações Financeiras, na linha de Recursos de Operações de Crédito, o passivo financeiro de Dívida Mobiliária controlado pela Coordenação-Geral de Controle da Dívida Pública (CODIV).

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800076

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PODER EXECUTIVO

RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE E FLUXO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO DE 2018

LDO - Lei nº 13.473, de 08/08/2017, art. 140 R$

GRUPO DE DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA EM 31/12/2017	RECEITAS LÍQUIDAS DO EXERCÍCIO	DESPESAS PAGAS DO EXERCÍCIO (incluindo Restos a Pagar)	DEMAIS FLUXOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA ATUAL	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS			DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
						Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos de Exercícios Anteriores	Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras	
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e) = (a) + (b) - (c) - (d)	(f)	(g)	(h)	(i) = (e - (f + g + h))
TOTAL DE RECURSOS NÃO VINCULADOS/ORDINÁRIOS (I)	113.852.102.919	293.895.804.010	223.541.008.895	59.481.307.282	124.725.590.752	3.325.881.833	31.717.983.108	9.003.393.988	80.678.331.823
TOTAL DE RECURSOS VINCULADOS (II)	1.069.073.396.130	1.646.937.682.780	1.602.102.653.181	51.722.956.835	1.062.185.468.895	2.043.116.931	34.200.441.800	53.450.884.147	972.491.026.017
1. Recursos vinculados à Educação	23.959.077.018	5.910.228.380	8.171.155.390	572.984.808	21.125.165.201	237.784.035	9.710.444.650	106.804.814	11.070.131.703
2. Recursos vinculados à Seguridade Social (exceto Previdência)	3.952.058.266	174.521.393.750	153.000.458.035	8.442.152.842	17.030.841.139	482.570.342	5.428.631.537	3.939.141.252	7.180.498.008
3. Recursos vinculados à Previdência Social (RPPS)	-5.053.532.383	20.736.561.112	13.475.292.191	6.723.749.658	-4.516.013.120	2.548.633	607.749	733.386.769	-5.252.556.271
4. Recursos vinculados à Previdência Social (RGPS)	15.523.354.199	246.509.849.544	310.013.873.727	711.374.138	-48.692.044.123	192.720	124.548.427	2.761.520.460	-51.578.305.730
5. Recursos de Receitas Financeiras	27.630.879.465	227.292.811.437	196.069.098.586	1.329.481.094	57.525.111.221	366.732.950	6.328.076.430	24.964.233.675	25.866.068.166
6. Recursos de Operação de Crédito	607.765.608.741	684.907.587.672	623.412.715.134	5.258.768.029	664.001.713.249	11.421.729	4.481.523.047	141.210.224	659.367.558.250
7. Recursos de Alienação de Bens e Direitos	622.829.056	4.728.058.441	4.050.508.256	253.151.869	1.047.227.373	8.709.207	41.958.236	2.626.570	993.933.360
8. Recursos de Transferências Constitucionais e Legais a Estados, DF, Municípios, inclusive Fundos	12.815.197.190	174.663.159.042	152.964.435.360	21.656.398.287	12.857.522.583	0	141.337.301	17.013.628	12.699.171.654
9. Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	321.510.528.504	107.598.606.508	140.945.116.503	-1.773.580.195	289.937.598.703	931.527.314	7.943.314.423	3.001.304.101	278.061.452.865
10. Outros Recursos Vinculados	60.195.104.155	69.574.128	0	7.385.476.774	52.879.201.509	1.630.000	0	17.720.748.475	35.156.823.033
11. Recursos a Classificar	152.291.921	-147.232	0	1.162.999.530	-1.010.854.841	0	0	62.894.179	-1.073.749.020
TOTAL (III) = (I + II)	1.182.925.499.050	1.940.833.486.790	1.825.643.662.076	111.204.264.117	1.186.911.059.647	5.368.998.764	65.918.424.908	62.454.278.134	1.053.169.357.840

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF

III - INFORMAÇÕES DE CUMPRIMENTO DO ACÓRDÃO Nº 3.324/2015 - PLENÁRIO

JUSTIFICATIVAS DE LIMITAÇÃO DE EMPENHO

Em relação às justificativas de Limitação de Empenho exigidas pelo Acórdão nº 3.324/2015 - Plenário, a Coordenação-Geral de Programação Financeira da Secretaria do Tesouro Nacional informou que não foi estabelecida limitação no bimestre do relatório, tendo em vista possibilidade de ampliação dos limites para todos os Poderes em relação ao bimestre anterior.

JUSTIFICATIVAS PARA A FRUSTRAÇÃO DE RECEITAS E MEDIDAS DE COMBATE À SONEGAÇÃO E À EVASÃO FISCAL E AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO.

Quanto às Justificativas para Frustração de Receitas e Medidas de Combate à Sonegação e à Evasão Fiscal e Ações de Fiscalização, também pedidas pelo Acórdão nº 3.324/2015 - Plenário, a Coordenação-Geral de Auditoria Interna da Secretaria da Receita Federal do Brasil informou que não houve frustração de receitas administradas pela Receita Federal do Brasil no bimestre em questão.

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

PORTARIA Nº 893, DE 19 DE SETEMBRO DE 2018

O DIRETOR-SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DA SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR - PREVIC, com fundamento no inciso VI do artigo 2º e no inciso X do artigo 10, ambos do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, combinado com a deliberação da Diretoria Colegiada da PREVIC, em sua 414ª Sessão Ordinária, realizada em 17 de setembro de 2018, resolve:

Art. 1º Prorrogar por 180 (cento e oitenta) dias, a contar de 29 de setembro de 2018, o prazo de que trata a Portaria nº 255, de 27 de março de 2018, publicada no Diário Oficial da União nº 62, de 02 de abril de 2018, seção 1, página 30, referente à intervenção no Postalis Instituto de Previdência Complementar.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FABIO HENRIQUE DE SOUSA COELHO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800077

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO E MONITORAMENTO

PORTARIA Nº 929, DE 27 DE SETEMBRO DE 2018

Dispõe sobre os planos de benefícios habilitados ao envio de Demonstrações Atuariais Simplificadas, relativamente ao encerramento do exercício de 2018, nos termos da Instrução Previc nº 12, de 13 de outubro de 2014.

O DIRETOR DA DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO E MONITORAMENTO - DIFIS DA SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 3º da Portaria nº 696, de 24 de dezembro de 2014, decide:

Art. 1º Divulgar, na forma do Anexo Único desta Portaria, os planos de benefícios classificados como de probabilidade e impacto baixos, segundo critérios da metodologia de Supervisão Baseada em Risco adotados pela Previc, e que enviaram Demonstrações Atuariais - DA na forma completa no encerramento de um dos quatro exercícios imediatamente anteriores.

Parágrafo único. Aos planos de benefícios referenciados no caput será facultado o envio das Demonstrações Atuariais Simplificadas, relativamente ao encerramento de exercício com referência a 31 de dezembro de 2018.

Art. 2º Os planos de benefícios constituídos na modalidade de contribuição definida cujos saldos contábeis sejam nulos nas contas "Benefício Definido" do grupo de contas das provisões matemáticas estão dispensados da elaboração e encaminhamento das Demonstrações Atuariais - DA.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SERGIO DJUNDI TANIGUCHI

ANEXO ÚNICO

I - Planos de benefícios na modalidade de Benefício Definido - BD:

EFPC	CNPB	PLANO	Modalidade
BANDEPREV	1998005992	PLANO ESPECIAL 1	BD
CAPAF	2010003365	PLANO BD SALDADO	BD
ECOS	1983000256	ECOS	BD
ENERPREV	1988000947	PLANO I	BD
FACEAL	1996002211	PBPFACEAL 02	BD
FUMPRESC	1995002518	COMCAPREV	BD
GERDAU	1988000319	PLANO DE APOSENTADORIA	BD
GERDAU	1988002011	PBPI	BD
IBM	1980001383	IBM BD	BD
ICATUFMP	2000000118	CA - CELULAR	BD
INSTITUTO AMBEV	1980000956	INSTITUTO AMBEV	BD
LILLYPREV	2016001674	PLANO D ELANCO	BD
MULTIPLA	1994000465	PREVISENAC	BD
MULTIPLA	1994000538	PREVISESC	BD
MULTIPREV	2007000547	PLANO BD DIVERSEY	BD
PREVIDÊNCIA USIMINAS	1979003556	PB1	BD
PREVI-ERICSSON	1991002165	PLANO BÁSICO - BD	BD
PREVISC	1992001618	PREVISC - SENAI-PI	BD
SOMUPP	1985000229	PBCOOPER	BD
SUPREV	1994002883	PB DME	BD
TELOS	1988001129	PBD	BD

II - Planos de benefícios na modalidade de Contribuição Variável - CV:

EFPC	CNPB	PLANO	Modalidade
BRF PREVIDÊNCIA	2009000511	PLANO II	CV
CAPAF	2010003438	PREV AMAZONIA	CV
CAPEF	2010001419	PLANO CV I	CV
CP PREV	1993002774	PLANO DE APOSENTADORIA	CV
ELETROS	2000005683	CV ONS	CV
ELETROS	2009002938	PLANO EPE	CV
FUMPRESC	2011000319	MAISPREV	CV
HP PREV	1996002619	PLANO HP PREV	CV
ICATUFMP	1989001238	LUFTHANSA	CV
ICATUFMP	1999001656	PPG	CV
ICATUFMP	2006000438	PREVIKODAK	CV
ICATUFMP	2008003256	SABIC-PREV	CV
ICATUFMP	2013001983	CARESTREAMPREV	CV
IFM	1994002956	AZENPREV	CV
IFM	1995002674	PREVPISA	CV
IFM	1997000938	AESPM	CV
IFM	1997001918	SWPREV	CV
MAIS VIDA PREV	2006000292	PLANO DE APOSENTADORIA	CV
MAIS VIDA PREV	2016001356	PLANO ARRIS	CV
MBPREV	2002001847	MBPREV	CV
MULTIBRA INSTITUIDOR	2010004647	CELPREV	CV
MULTIPENSIONS	1997000229	FOLHAPREV	CV
MULTIPENSIONS	2005002429	PIM	CV
MULTIPENSIONS	2015000283	PB GENERAL CABLE PREV	CV
MULTIPREV	1993000992	PLANO DE BENEFÍCIOS DEUTSCHE BANK	CV
MULTIPREV	1993003029	NOVOZYMES	CV
MULTIPREV	1993003811	NOVO NORDISK	CV
MULTIPREV	1995000183	PLANO DE BENEFÍCIOS AIR PRODUCTS	CV
MULTIPREV	1999003829	PLANO AGILENT	CV
MULTIPREV	2007003465	NATURALPREV	CV
MULTIPREV	2017001147	PLANO CMOC	CV
POUPREV	1999004965	POUPREV	CV
PREV PEPSICO	2004002018	PREV PEPSICO	CV
PREVDATA	2008004619	PREVDATA II	CV
PREVI NOVARTIS	2002000174	PLANO D	CV

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800078

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PREVI-GM	1985001047	PLANO	CV
PREVUNISUL	2005002747	UNIPREV	CV
RANDONPREV	1994000211	RANDONPREV	CV
REGIUS	2000002511	PB CV-03	CV
SANTANDERPREVI	1992001529	PLANO DE APOSENTADORIA DA SANTANDERPREVI	CV
SEGURIDADE	1992000719	PLANO DE APOSENTADORIA	CV
SYNGENTA PREVI	2006000911	PLANO DE BENEFÍCIOS SYNGENTA	CV
VIVA	2005000647	GEAPREV	CV

III - Planos de benefícios na modalidade de Contribuição Definida - CD:

EFPC	CNPB	PLANO	Modalidade
BB PREVIDENCIA	2014000565	SGDPREV	CD
CAFBEP	2002000956	PREV-RENDA	CD
CARGILLPREV	2010005538	PLANO CARGILLPREV	CD
COMSHELL	2005006165	COMSHELL CD	CD
FUNASA	2008004392	PCD - FUNASA	CD
FUNSSEST	1998002756	FUNSSEST - PLANO IV	CD
GERDAU	1988000483	PLANO CD GERDAU	CD
IFM	1993002219	MCPREV	CD
IFM	1995000711	PLANO DA ANBIMA	CD
IFM	2001000774	PLANO DA RTM	CD
IFM	2011002265	PREV-MOSAIC 2	CD
INERGUS	2008004465	PCD - INERGUS	CD
INSTITUTO AMBEV	1996004174	INSTITUTO AMBEV	CD
MAIS VIDA PREV	2014001065	PLANO DE APOSENTADORIA MOTOROLA SOLUTION	CD
MONGERAL	2006004638	PLANO DE BENEFÍCIOS MONGERAL	CD
MULTIPENSIONS	2016000147	AXALTA PREV	CD
MULTIPREV	1993003274	DCPREV	CD
MULTIPREV	2006006111	GMAC	CD
MULTIPREV	2007002256	AVAYA	CD
MULTIPREV	2011001056	PREVSTYRON	CD
MULTIPREV	2014000247	HMB PREV	CD
MULTIPREV	2016000929	CHEMOURS PREV	CD
PREVICOKE	2005005592	PREVICOKE CD	CD
PREVIDÊNCIA USIMINAS	2000007538	PLANO MISTO	CD
PREVIM	2006003356	PREVIM FLEX	CD
PREVINDUS	1999004418	CD III - FIRJAN E CIRJ	CD
PREVINDUS	1999004647	CD III - SEBRAE - RJ	CD
PREVINDUS	1999004711	CD III - SENAI - RJ	CD
PREVINDUS	1999004892	CD III - SESI - RJ	CD
PREVINDUS	1999005392	CD III - SENAC - ARRJ	CD
PREVINDUS	1999005465	CD III - SESC - ARRJ	CD
ULTRAPREV	1974000192	ULTRAPREV	CD

DIRETORIA DE LICENCIAMENTO

PORTARIA Nº 925, DE 26 DE SETEMBRO DE 2018

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 22, inciso I, alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo SEI nº 44011.002304/2018-95, resolve:

Art. 1º Aprovar o 3º termo aditivo ao convênio de adesão da empresa Banco Itaucard S.A., CNPJ nº 17.192.451/0001-70, na condição de patrocinadora do Plano Itaú CD, CNPB nº 2009.0026-11, e a entidade FUNDAÇÃO ITAÚ UNIBANCO - PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS MARNE DIAS ALVES

PORTARIA Nº 926, DE 26 DE SETEMBRO DE 2018

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 22, inciso I, alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo SEI nº 44011.002300/2018-15, resolve:

Art. 1º Aprovar o 3º termo aditivo ao convênio de adesão celebrado entre o Banco Itaucard S.A., CNPJ nº 17.192.451/0001-70, na condição de patrocinadora do Plano Itaú BD, CNPB nº 2009.0025-47, e a entidade FUNDAÇÃO ITAÚ UNIBANCO - PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS MARNE DIAS ALVES

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

CIRCULAR Nº 577, DE 26 DE SETEMBRO DE 2018

Altera a Circular Susep nº 477, de 30 de setembro de 2013.

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 36, alínea "b", do Decreto-Lei n.º 73, de 21 de novembro de 1966, considerando o disposto no artigo 34, inciso II, do Decreto n.º 60.459, de 13 de março de 1967, e o que consta do Processo Susep nº 15414.610564/2018-06, resolve,

Art. 1º Incluir, no Anexo I da Circular Susep nº 477, de 30 de setembro de 2013, o Capítulo IV (Condições Particulares das Cláusulas Específicas - ramo 0775), contendo a Cláusula Específica I: Ações Trabalhistas e Previdenciárias, conforme segue:

CAPÍTULO IV - CONDIÇÕES ESPECIAIS DAS COBERTURAS ADICIONAIS - RAMO 0775

CLÁUSULA ESPECÍFICA I: AÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS:

1. Objeto:

1.1. Esta cláusula tem por objeto garantir exclusivamente ao segurado, até o valor da garantia fixado em apólice, o reembolso dos prejuízos sofridos pelo segurado em função de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária de responsabilidade do tomador oriundas do contrato principal.

1.2. Esta cláusula é, obrigatoriamente, parte integrante das Condições Contratuais do seguro, quando o contrato principal for de prestação de serviço com regime de dedicação exclusiva de mão de obra.

1.2.1.Outros tipos de contrato principal podem utilizar essa cláusula, desde que previsto em legislação específica.

2. Objetivo:

Esta cláusula tem por objetivo incluir na garantia da modalidade contratada o risco de inadimplência das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária de responsabilidade do tomador oriundas do contrato principal.

3. Expectativa, Reclamação e Caracterização do Sinistro:

3.1. Expectativa: tão logo seja rescindido o contrato principal, o segurado deve comunicar a seguradora com o fito de registrar a Expectativa de Sinistro.

3.2. Reclamação: a Expectativa de Sinistro será convertida em Reclamação, mediante comunicação pelo segurado à seguradora, quando findo o segundo mês após a rescisão do contrato principal, sem que o tomador tenha realizado o pagamento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária inadimplidas.

3.2.1.Para a Reclamação do Sinistro será necessária a apresentação dos seguintes documentos, sem prejuízo do disposto no item 7.2.1. das Condições Gerais:

a) Cópia do contrato principal ou do documento em que constam as obrigações assumidas pelo tomador, seus anexos e aditivos se houver, devidamente assinados pelo segurado e pelo tomador;

b) Cópias de atas, notificações, contra notificações, documentos, correspondências, inclusive e-mails, trocados entre o segurado e o tomador, relacionados à inadimplência do tomador; e

c) Cópias dos comprovante(s) de pagamento dos valores citados no item 4.2. desta Cláusula Específica.

3.2.2. A não formalização da Reclamação do Sinistro tornará sem efeito a Expectativa do Sinistro.

3.3. Caracterização: quando a seguradora tiver recebido todos os documentos listados no item 3.2.1. e, após análise, ficar comprovada a inadimplência do tomador em relação às obrigações cobertas pela apólice, o sinistro ficará caracterizado, devendo a seguradora emitir o relatório final de regulação.

4. Extinção da Garantia:

4.1. Além dos termos previstos no item 14 das Condições Gerais, ficam acrescidos os seguintes dispositivos:

4.2. A garantia expressa por esse seguro somente será liberada ou restituída após a comprovação de que o tomador pagou todas as obrigações de natureza trabalhista e previdenciária de sua responsabilidade, oriundas do contrato principal.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800079

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

4.3. O segurado poderá, a qualquer momento, reter a garantia.

4.3.1. No caso de retenção da garantia, esta apólice não poderá ser liberada ou restituída.

5. Indenização:

Caracterizado o sinistro na forma descrita no item 3.3., a seguradora indenizará o segurado, por meio de reembolso, até o valor da garantia fixado apólice.

6. Ratificação:

Ratificam-se integralmente as disposições das Condições Gerais e das Condições Especiais que não tenham sido alteradas pela presente Cláusula Específica.

Art. 2º Alterar o item 7.3 do Capítulo I, Anexo I, da Circular Susep nº 477, de 30 de setembro de 2013, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"7.3. A Reclamação de Sinistros amparados pela presente apólice poderá ser realizada durante o prazo prescricional, nos termos da Cláusula 17 destas Condições Gerais;" (NR)

Art. 3º Alterar o item 14.2 do Capítulo I, Anexo I, da Circular Susep nº 477, de 30 de setembro de 2013, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"14.2. Quando a garantia da apólice recair sobre um objeto previsto em contrato, esta garantia somente será liberada ou restituída após a execução do contrato, em consonância com o disposto no parágrafo 4º do artigo 56 da Lei Nº 8.666/1993, e sua extinção se comprovará, além das hipóteses previstas no item 14.1, pelo recebimento do objeto do contrato nos termos do art. 73 da Lei nº 8.666/93." (NR)

Art. 4º Alterar o item 7.4 do Capítulo I, Anexo II, da Circular Susep nº 477, de 30 de setembro de 2013, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"7.4. A Reclamação de Sinistros amparados pela presente apólice poderá ser realizada durante o prazo prescricional, nos termos da Cláusula 17 destas Condições Gerais;" (NR)

Art. 5º Esta Circular entra em vigor na data de sua publicação.

JOAQUIM MENDANHA DE ATAIDES

CIRCULAR Nº 578, DE 26 DE SETEMBRO DE 2018

Altera a Circular SUSEP nº 574, de 17 de agosto de 2018.

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, na forma do disposto no art. 36, alíneas "b"! e "c", do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e considerando o disposto no art. 53 da Resolução CNSP nº 332, de 9 de dezembro de 2015, bem como o que consta do Processo Susep 15414.627619/2018-17, resolve,

Art. 1º Incluir o parágrafo 6º no artigo 2º da Circular SUSEP 574, de 17 de agosto de 2018, com a seguinte redação:

"§ 6º Excepcionalmente, para o primeiro ano de atendimento a esse normativo, o prazo para envio da previsão orçamentária contida no caput, será até o dia 30 de novembro de 2018."

Art. 2º Esta Circular entra em vigor na data de sua publicação.

JOAQUIM MENDANHA DE ATAIDES

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA

DIRETORIA DE METROLOGIA LEGAL

PORTARIA Nº 156, DE 24 DE SETEMBRO DE 2018

O diretor de Metrologia Legal do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro, no exercício da delegação de competência outorgada pelo Senhor Presidente do Inmetro, por meio da Portaria Inmetro nº 257, de 12 de novembro de 1991, conferindo-lhe as atribuições dispostas no subitem 4.1, alínea "b", da regulamentação metrológica aprovada pela Resolução nº 08, de 22 de dezembro de 2016, do Conmetro.

De acordo com o Regulamento Técnico Metrológico para medidor de volume de água, tipo mecânico, aprovado pela Portaria Inmetro nº 246/2000;

E considerando o constante do Processo Inmetro nº 52600.016766/2018 e do sistema Orquestra nº 1281716, resolve:

Incluir o formato opcional das inscrições obrigatórias na carcaça, no modelo Delta mtf LI de medidor de volume de água, tipo mecânico, aprovado pela Portaria Inmetro/Dimel nº 195, de 11 de novembro de 2005 e condições de aprovação especificadas na íntegra da portaria.

Nota: A íntegra da portaria encontra-se disponível no sítio do Inmetro: http://www.inmetro.gov.br/pam/

MAURICIO EVANGELISTA DA SILVA
Substituto

PORTARIA Nº 157, DE 24 DE SETEMBRO DE 2018

O diretor de Metrologia Legal do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro), no exercício da delegação de competência outorgada pelo Senhor Presidente do Inmetro, por meio da Portaria Inmetro nº 257, de 12 de novembro de 1991, conferindo-lhe as atribuições dispostas no subitem 4.1, alínea "b", da regulamentação metrológica aprovada pela Resolução nº 08, de 22 de dezembro de 2016, do Conmetro.

De acordo com o Regulamento Técnico Metrológico para medidores de volume de água, aprovado pela Portaria Inmetro nº 246/2000;

E considerando o constante do Processo Inmetro nº 52600.009681/2018 e do sistema Orquestra nº 1198026, resolve:

Incluir opcionais de carcaças e relojoarias nos modelos US-1,5-CKD, US-1,5, US-3,0 e US-5,0 de medidor de volume de água, tipo mecânico, aprovado pela Portaria Inmetro/Dimel nº 055 de 29 de fevereiro de 2016 e condições de aprovação especificadas na íntegra da portaria.

Nota: A íntegra da portaria encontra-se disponível no sítio do Inmetro: http://www.inmetro.gov.br/pam/

MAURICIO EVANGELISTA DA SILVA
Substituto

PORTARIA Nº 158, DE 25 DE SETEMBRO DE 2018

O Diretor de Metrologia Legal do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro), no exercício da delegação de competência outorgada pelo Senhor Presidente do Inmetro, por meio da Portaria Inmetro nº 257, de 12 de novembro de 1991, conferindo-lhe as atribuições dispostas no subitem 4.1, alínea "b", da regulamentação metrológica aprovada pela Resolução nº 08, de 22 de dezembro de 2016, do Conmetro.

De acordo com o Regulamento Técnico Metrológico para instrumentos de pesagem não automáticos, aprovado pela Portaria Inmetro nº 236/1994;

E considerando os elementos constantes do processo Inmetro nº 52600.008124/2018 e do sistema Orquestra nº 1193208, resolve:

Incluir, opcionalmente, um novo plano de selagem para o dispositivo indicador modelo ti 200, aprovado pela Portaria Inmetro/Dimel nº 131, de 12 de setembro de 2017, de acordo com as condições especificadas na íntegra da portaria.

Nota: A íntegra da portaria encontra-se disponível no sítio do Inmetro: http://www.inmetro.gov.br/pam/

MAURICIO EVANGELISTA DA SILVA
Substituto

PORTARIA Nº 160, DE 26 DE SETEMBRO DE 2018

O Diretor de Metrologia Legal do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro), no exercício da delegação de competência outorgada pelo Senhor Presidente do Inmetro, por meio da Portaria Inmetro nº 257, de 12 de novembro de 1991, conferindo-lhe as atribuições dispostas no subitem 4.1, alínea "b", da regulamentação metrológica aprovada pela Resolução nº 08, de 22 de dezembro de 2016, do Conmetro.

De acordo com o Regulamento Técnico Metrológico para medidores eletrônicos de energia elétrica, aprovado pela Portaria Inmetro nº 431/2007 e substituídas pelas Portarias Inmetro nº 586/2012 e nº 587/2012;

E considerando o constante do processo Inmetro nº 52600.014112/2018 e do sistema Orquestra nº 1259003, resolve:

Autorizar a montagem opcional de bloco de terminais usando bornes de alça, também denominados bornes de gaveta, em lugar dos bornes usinados, no modelo ELO2103L, classe de exatidão B, marca ELO e condições de aprovação especificadas na íntegra da portaria.

Nota: A íntegra da portaria encontra-se disponível no sítio do Inmetro: http://www.inmetro.gov.br/pam/

MAURICIO EVANGELISTA DA SILVA
Substituto

SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR

PORTARIA Nº 51, DE 27 DE SETEMBRO DE 2018

Autoriza a aplicação do Mecanismo de exceção à Regra de Origem em caso de desabastecimento de insumos na Argentina, no Brasil e na Colômbia.

O SECRETÁRIO DE COMÉRCIO EXTERIOR, SUBSTITUTO, DO MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelos incisos I e XIX do art. 18 do Anexo I ao Decreto nº 9.260, de 29 de dezembro de 2017, resolve:

Art. 1º Fica autorizada a aplicação do Mecanismo de exceção à Regra de Origem em caso de desabastecimento de insumos na Argentina, no Brasil e na Colômbia, previsto no Apêndice 4, do Anexo IV, do Acordo de Complementação Econômica nº 72 - ACE 72, internalizado no ordenamento jurídico brasileiro por meio do Decreto nº 9.230, de 6 de 2017, para as exportações colombianas para o Brasil para os seguintes parâmetros:

Insumo 1:
Classificação Tarifária: 5403.41.00
Descrição do Insumo: Fio de Filamento Artificial
Título (DX): 166
Nº de filamentos: 44
Nº de cabos: 1
Lustre: Brilhante
Composição: Raiom Viscose
Tipo: RV
Cor: Cru
Processo: Liso
Quantidade autorizada em Kg: 1.500
Insumo 2:
Classificação Tarifária: 5403.41.00
Descrição do Insumo: Fio de Filamento Artificial
Título (DX): 330
Nº de filamentos: 60
Nº de cabos: 1
Lustre: Brilhante
Composição: Raiom Viscose
Tipo: RV
Cor: Cru
Processo: Liso
Quantidade autorizada em Kg: 1.500

Art. 2º Em conformidade com o disposto no art. 3º, do apêndice 4, do Anexo IV do ACE 72, para efeitos das operações de exportação amparadas pelo Mecanismo, a parte exportadora deverá indicar no Campo de Observações do Certificado de Origem a referência ao Mecanismo de exceção para o período disposto no art. 3º da presente Portaria.

Art. 3º O período de aplicação do Mecanismo para os casos previstos no art 1º da presente Portaria iniciará em 28 de setembro de 2018 até 28 setembro de 2019.

RENATO AGOSTINHO DA SILVA

Ministério da Integração Nacional

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 430, DE 27 DE SETEMBRO DE 2018

Autoriza a transferência de recursos ao Município de Jaguaruna/SC, para ações de Defesa Civil.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição Federal, e o art. 45, inciso VIII, da Lei n. 13.502, de 1º de novembro de 2017, e tendo em vista o disposto na Lei n. 12.340, de 1º de dezembro de 2010, Lei n. 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1º Autorizar o repasse de recursos ao Município de Jaguaruna/SC, no valor de R$ 881.215,99 (oitocentos e oitenta e um mil duzentos e quinze reais e noventa e nove centavos), para a execução de ações de prevenção em áreas de risco de desastres, descritas no Plano de Trabalho integrante do processo n. 59204.006640/2017-36.

Art. 2º Os recursos necessários para a execução do objeto, a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no Orçamento Geral da União, para o Ministério da Integração Nacional, Nota de Empenho n. 2017NE000321, Programa de Trabalho: 06.182.2040.8348.0001; Natureza de Despesa: 4.4.40.42; Fonte: 0188; UG: 530012.

Art. 3º O Plano de Trabalho foi analisado e aprovado pela área técnica competente, com cronograma de desembolso previsto para liberação dos recursos em parcela única nos termos do art. 14 da Portaria 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 4° A liberação dos recursos da União somente será efetuada após atendimento, pelo ente federado, do disposto no § 2º do art. 13 da Portaria MI n. 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 5º Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 365 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União - D.O.U.

Art. 6º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada, exclusivamente, à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria e no Plano de Trabalho aprovado, devendo obedecer ao disposto no Decreto n. 7.983, de 8 de abril de 2013.

Art. 7º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias contados do término da vigência ou do último pagamento efetuado, quando este ocorrer em data anterior ao encerramento da vigência, nos termos do art. 21 da Portaria MI n. 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO DE PÁDUA DE DEUS ANDRADE

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800080

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

PORTARIA Nº 266, DE 27 DE SETEMBRO DE 2018

Reconhece situação de emergência em municípios.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção II, de 23 de dezembro de 2008, resolve:

Art. 1º Reconhecer a situação de emergência nas áreas descritas no Formulário de Informações do Desastre - FIDE, conforme informações constantes na tabela abaixo.

UF	Município	Desastre	Decreto	Data	Processo
SE	Poço Verde	Estiagem - 1.4.1.1.0	106	04/09/2018	59051.005995/2018-80
SE	Nossa Senhora da Glória	Seca - 1.4.1.2.0	820	17/09/2018	59051.005997/2018-79

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RENATO NEWTON RAMLOW

Ministério da Justiça

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 1.586, DE 26 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 202 do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.007721/2016-39, do Ministério da Justiça, resolve:

Expulsar

do território nacional, em conformidade com o art. 54, §1º, inciso II, e §2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, DELFINA ARANDIA YUCRA, de nacionalidade boliviana, filha de Marcelino Arandia Yucra e de Olivia Yucra, nascida em Sucre, no Estado Plurinacional da Bolívia, em 7 de setembro de 1984, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeita no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 9 (nove) anos, 8 (oito) meses e 20 (vinte) dias, a partir de sua saída.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 1.587, DE 26 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 202 do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.001828/2017-54, do Ministério da Justiça, resolve:

Expulsar

do território nacional, em conformidade com o art. 54, §1º, inciso II, e §2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, OTHMAN ISSA HAUSI, de nacionalidade tanzaniana, filho de Issa Othman Hausi e de Malaya Adballah Mtambo, nascido em Dar Es Salaam, na República Unida da Tanzânia, em 22 de setembro de 1966, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 9 (nove) anos, 8 (oito) meses e 20 (vinte) dias, a partir de sua saída.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 1.588, DE 26 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 202 do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08001.001480/2018-65, do Ministério da Justiça, resolve:

Expulsar

do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, inciso II, e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, JOLENAH PORTIA DLIWAYO, de nacionalidade sul-africana, filha de Merriam Dliwayo e de Piet Dliwayo, nascida em Groblersdal, África do Sul, em 25 de fevereiro de 1981, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeita no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 9 (nove) anos, 8 (oito) meses e 20 (vinte) dias, a partir de sua saída.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 1.589, DE 26 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 202 do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.002146/2017-69, do Ministério da Justiça, resolve:

EXPULSAR

do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, inciso II, e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, JUDE NNABUIKE AMADI, de nacionalidade nigeriana, filho de Anthonu Amadi e de Ngozi Amadi, nascido em Plateau, Nigéria, em 31 de julho de 1978, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 20 (vinte) anos, a partir de sua saída.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 1.590, DE 26 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 202 do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.000286/2017-01, do Ministério da Justiça, resolve:

Expulsar

do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, inciso II, e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, JOSÉ ANTONIO MEDINA BERNAL, de nacionalidade boliviana, filho de José Luís Medina e de Maria Adelina Bernal, nascido em Murillo, Bolívia, em 25 de setembro de 1975, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 11 (onze) anos e 8 (oito) meses, a partir de sua saída.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 1.591, DE 26 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 202 do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08505.027041/2017-21, do Ministério da Justiça, resolve:

Expulsar

do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, inciso II, e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, KENNEDY UCHE IGBA, de nacionalidade nigeriana, filho de Luke Igba e de Violet Igba, nascido em Abia State, Nigéria, em 15 de outubro de 1981, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 11 (onze) anos e 8 (oito) meses, a partir de sua saída.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 1.592, DE 26 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 202 do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.002758/2015-90, do Ministério da Justiça, resolve:

Expulsar

do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, inciso II, e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, OBINNA SMART CHIBUEZE, de nacionalidade nigeriana, filho de Chibueze Uwa e de Blessing Ije, nascido em Abia State, Nigéria, em 20 de junho de 1983, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 9 (nove) anos e 4 (quatro) meses, a partir de sua saída.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 1.593, DE 26 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 202 do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08505.019860/2017-02, do Ministério da Justiça, resolve:

Expulsar

do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, inciso II, e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, FRANCISCO JAVIER NARVAEZ AQUINO, de nacionalidade paraguaia, filho de Alvino Narvaez e de Rumilda Aquino Reyes, nascido no Paraguai, em 4 de outubro de 1997, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 4 (quatro) anos, a partir de sua saída.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 1.594, DE 26 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 202 do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08505.054954/2017-10, do Ministério da Justiça, resolve:

Expulsar

do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, inciso II, e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, LINDISWA LUCIA TATAYI, de nacionalidade sul-africana, filha de Desmond Basi e de Ethel Tatayi, nascida em East London, África do Sul, em 28 de julho de 1983, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeita no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 9 (nove) anos, 8 (oito) meses e 20 (vinte) dias, a partir de sua saída.

TORQUATO JARDIM

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA

SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

DESPACHO Nº 10, DE 26 DE SETEMBRO DE 2018

Processo Administrativo nº 08700.001729/2017-74

Representante: Cade Ex Officio

Representados: Roberto Teles de Andrade, Roberto Luiz Teixeira Lima Júnior, Plakasmil Comércio de Placas e Carimbos Ltda.-ME e Iedilma Oliveira de Moraes

Advogados: Não consta

Acolho a Nota Técnica nº 95/2018/CGAA6/SGA2/SG/CADE e, com fulcro no §1º do art. 50, da Lei nº 9.784/99, integro as suas razões à presente decisão, inclusive como sua motivação. Pelos fundamentos apontados na referida Nota Técnica e, nos termos do art. 74 da Lei nº 12.529/2011 c/c art. 196, §1º, do Regimento Interno do Cade, decido pelo encaminhamento dos presentes autos ao Tribunal Administrativo de Defesa Econômica, opinando-se: (i) pela condenação dos Representados Roberto Teles de Andrade, Roberto Luiz Teixeira Lima Júnior, Plakasmil Comércio de Placas e Carimbos Ltda.-ME e Iedilma Oliveira de Moraes por terem incorrido nas condutas tipificadas no art. 20, incisos I, II, III, c/c art. 21, incisos I, II, III e X da Lei nº 8.884/94 (com correspondência ao art. 36, incisos I, II e III, c/c seu §3º, incisos I, II, III e VIII da Lei nº 12.529/2011, atualmente em vigor). Ao Protocolo.

DIOGO THOMSON DE ANDRADE
Superintendente-Geral
Substituto

DESPACHO Nº 1.244, DE 26 DE SETEMBRO DE 2018

Ato de Concentração nº 08700.004374/2018-56. Notre Dame Intermédica Saúde S.A, SAMED - Serviços de Assistência Médica, Odontológica e Hospitalar S.A., Casa de Saúde e Maternidade Santana S.A. e Laboratório de Análises Clínicas Dr. Pedro Bonelli S.A. Advogados: Cristianne Saccab Zarzur, Marcos Pajolla Garrido e outros. Acolho o Parecer nº 9/2018/CGAA2/SGA1/SG, de 26 de setembro de 2018, e, com fulcro no §1º do art. 50 da Lei 9.784/99, integro as suas razões à presente decisão, inclusive quanto a sua motivação. Decido pela aprovação, sem restrições, do ato de concentração, nos termos do art. 13, inciso XII, da Lei nº 12.529/11.

ALEXANDRE CORDEIRO MACEDO
Superintendente-Geral

DESPACHO Nº 1.255, DE 27 DE SETEMBRO DE 2018

Ato de Concentração nº 08700.004494/2018-53. Requerentes: Twenty-First Century Fox, Inc. e The Walt Disney Company (Brasil) Ltda. Advogados: Ana Paula Martinez, Leonor Cordovil e outros. Acolho a Nota Técnica nº 24/2018/CGAA4/SGA1/SG/CADE e, com fulcro no art. 50, §1º, da Lei nº 9.784/1999, integro as suas razões à presente decisão, inclusive como sua motivação, para, nos termos do art. 56 da Lei nº 12.529/2011, declarar o Ato de Concentração nº 08700.004494/2018-53 complexo e determinar a realização de diligências complementares; restando resguardada a faculdade desta Superintendência de, se for o caso, requerer a dilação do prazo de que trata o art. 56, § único, desta mesma Lei, o que, por ora, não se faz necessário.

ALEXANDRE CORDEIRO MACEDO
Superintendente-Geral

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800081

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 279, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018

O SECRETÁRIO NACIONAL DE JUSTIÇA, DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, no uso da competência delegada pela Portaria Interministerial nº 11, de 03 de maio de 2018, publicada no Diário Oficial da União, de 04 de maio de 2018: resolve:

RECONHECER E CERTIFICAR aos portugueses abaixo relacionados a igualdade de direitos e obrigações civis, nos termos dos Arts. 12, 13 e 15 do Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa, promulgado pelo Decreto nº 3.927, de 19 de setembro de 2001, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil, salvo o gozo dos direitos políticos:

CARLOS MANUEL DA MOTA - V678912-T, natural de Portugal, nascido em 22 de novembro de 1975, filho de João Giesteira Rego e de Teresa de Jesus de Azevedo Fernandes Mota, residente no Estado do Rio Grande do Norte (Processo n° 08420.008628/2018-51) e

RUI PEDRO DA SILVA LOPES - V905995-Z, natural de Portugal, nascido em 02 de outubro de 1970, filho de Mario Soares Lopes e de Ilidia da Conceição Silva, residente no Estado de São Paulo (Processo n° 08502.001930/2018-79).

LUIZ PONTEL DE SOUZA

PORTARIAS DE 26 DE SETEMBRO DE 2018

O SECRETÁRIO NACIONAL DE JUSTIÇA, DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, no uso da competência delegada pela Portaria Interministerial nº 11, de 03 de maio de 2018, publicada no Diário Oficial da União, de 04 de maio de 2018: resolve:

Nº 287 CONCEDER a nacionalidade brasileira, por naturalização, às pessoas abaixo relacionadas, nos termos do Art. 12, II, "a", da Constituição Federal, e em conformidade com o Art. 65 da Lei nº 13.445/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:

GUIDO HUAMANNAHUI LAIME - V440946-A, natural do Peru, nascido em 21 de abril de 1979, filho de Aurelio Huamannahui Sanchez e de Esperanza Laime Sanchez, residente no Estado de Roraima (Processo n° 08485.003573/2015-96) e

MALAM CANDE - V608052-L, natural de Guiné Bissau, nascido em 01 de março de 1988, filho de Mamadu Cande e de Aissatu Bari, residente no Estado do Ceará (Processo n° 08270.001895/2017-88).

As pessoas referidas nesta Portaria deverão comparecer perante a Justiça Eleitoral para o devido cadastramento, nos termos do Art. 231 do Decreto nº 9.199/2017, que regulamenta a Lei nº 13.445/2017.

Nº 288 CONCEDER a nacionalidade brasileira, por naturalização, à pessoa abaixo, nos termos do Art. 12, II, "a", da Constituição Federal, e em conformidade com o Art. 65 da Lei nº 13.445/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, a fim de que possa gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:

ALI TEHINI - V722696-P, natural do Líbano, nascido em 20 de outubro de 1971, filho de Mohammed Tehini e de Mariam Slim, residente no Estado do Paraná (Processo n° 08389.013513/2016-51).

A pessoa referida nesta Portaria deverá comparecer perante a Justiça Eleitoral para o devido cadastramento, nos termos do Art. 231 do Decreto nº 9.199/2017, que regulamenta a Lei nº 13.445/2017.

LUIZ PONTEL DE SOUZA

PORTARIAS DE 27 DE SETEMBRO DE 2018

O SECRETÁRIO NACIONAL DE JUSTIÇA, DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, no uso da competência delegada pela Portaria Interministerial nº 11, de 03 de maio de 2018, publicada no Diário Oficial da União, de 04 de maio de 2018: resolve:

Nº 291 CONCEDER a nacionalidade brasileira, por naturalização, à pessoa abaixo, nos termos do Art. 12, II, "a", da Constituição Federal, e em conformidade com o Art. 65 da Lei nº 13.445/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, a fim de que possa gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:

ABEL ANTONIO BALLARTE ROMERO - V638869-S, natural do Peru, nascido em 23 de abril de 1984, filho de Gregorio Alfredo Ballarte Diaz e de Catarina Romero Vilchez, residente no Estado do Rio de Janeiro (Processo n° 08320.007310/2017-09).

A pessoa referida nesta Portaria deverá comparecer perante a Justiça Eleitoral para o devido cadastramento, nos termos do Art. 231 do Decreto nº 9.199/2017, que regulamenta a Lei nº 13.445/2017.

Nº 292 CONCEDER a nacionalidade brasileira, por naturalização, à pessoa abaixo relacionada, nos termos do Art. 12, II, "b", da Constituição Federal, e em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 13.445/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, a fim de que possa gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:

JACQUELINE ELIZABETH VASQUEZ ARAUJO - V076453-D, natural da República Dominicana, nascida em 16 de março de 1962, filha de Francisco Vasquez Polanco e de Ana Celia Araujo de Vasquez, residente no Estado de Alagoas (Processo n° 08230.300715/2016-33).

A pessoa referida nesta Portaria deverá comparecer perante a Justiça Eleitoral para o devido cadastramento, nos termos do Art. 231 do Decreto nº 9.199/2017, que regulamenta a Lei nº 13.445/2017.

LUIZ PONTEL DE SOUZA

Ministério da Saúde

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 2.065, DE 27 DE SETEMBRO DE 2018

Habilita Centro de Atenção Psicossocial tipo I (CAPS I) e estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar-MAC do Estado de Minas Gerais e Município de Baependi.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 664/GM/MS, de 23 de abril de 2013, que aprova o Plano de Ação da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) do Estado de Minas Gerais e Municípios;

Considerando o Anexo V, Título I, Capítulo I da Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando o Anexo V, Título II, Capítulo I da Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Seção III do Capítulo III do Título III da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a necessidade de aperfeiçoamento e adequação do modelo de atenção oferecida pelo SUS aos usuários de álcool e outras drogas e de estruturação e fortalecimento de uma rede de assistência centrada na atenção comunitária, associada à rede de serviços de saúde e sociais, com ênfase na reabilitação e reinserção social; e

Considerando a documentação apresentada pelo Município de Baependi/MG solicitando a habilitação do Centro de Atenção Psicossocial Tipo I (CAPS I) e a correspondente avaliação da Coordenação-Geral de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas do Departamento de Ações Programáticas Estratégicas - DAPES/SAS/MS, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Centro de Atenção Psicossocial a seguir relacionado, para realizar os procedimentos específicos previstos na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses e Próteses e Materiais Especiais do Sistema Único de Saúde - SUS:

UF	Município	Código do IBGE	Tipo	CNES	Plano Interno	CNPJ	Gestão	Número da Proposta SAIPS	Valor Anual (R$)
MG	Baependi	310490	CAPS I	7781571	RSM-RSME	11.391.585/0001-34	Municipal	19315	R$ 339.660,00

Art. 2º Fica estabelecido recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde no montante anual de R$ 339.660,00 (trezentos e trinta e nove mil, seiscentos e sessenta reais), a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - MAC do Estado de Minas Gerais e do Município de Baependi (MG) - IBGE 310490.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no art. 2º, ao Fundo Municipal de Saúde de Baependi (MG), em parcelas mensais, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção à Saúde.

Art. 4º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0000.

Parágrafo único. O recurso relativo ao estabelecimento consignado ao programa de trabalho de que trata o caput tem como finalidade o custeio de quaisquer ações e serviços de Média e Alta Complexidade para atenção à saúde da população, desde que garantida a manutenção da unidade.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da 6ª (oitava) parcela de 2018.

ADEILSON LOUREIRO CAVALCANTE

PORTARIA Nº 2.159, DE 27 DE SETEMBRO DE 2018

Aprova o Componente Hospitalar do Plano de Ação Regional da Rede de Atenção às Urgências e Emergências e estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde a serem incorporados ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar (MAC), do Estado e Municípios de São Paulo.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único, do art. 87 da Constituição, e

Considerando o art. 1º do Anexo III - Rede de Atenção às Urgências e Emergências (RUE) - o Anexo III, Livro II, Título I - Do Componente Hospitalar da Rede de Atenção às Urgências no Âmbito do SUS e o art. 2º da Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;

Considerando o Capítulo II - Do financiamento da rede de atenção às urgências e emergências - e o Título III da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 3.992/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a Deliberação da Comissão Intergestores Bipartite do Estado de São Paulo - CIB - n° 25, de 13 de maio de 2016, que aprova o Plano de Ação Regional da RUE - RRAS 16, resolve:

Art. 1º Fica aprovado o Componente Hospitalar do Plano de Ação Regional da Rede de Atenção às Urgências e Emergências do Estado de São Paulo, referente à RRAS 16.

Art. 2º Fica estabelecido recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde a serem incorporados ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar (MAC), do Estado e Municípios de São Paulo, no montante anual de R$ 12.449.592,96 (doze milhões, quatrocentos e quarenta e nove mil quinhentos e noventa e dois reais e noventa e seis centavos), destinados à implementação do previsto no art. 1º.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, dos recursos estabelecidos no art. 2º, em parcelas mensais, aos Fundos de Saúde estabelecidos no anexo a esta Portaria.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800082

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 4º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585-0035 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0000.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da 9ª (nona) parcela de 2018.

ADEILSON LOUREIRO CAVALCANTE

ANEXO

UF	IBGE	Município	CNES	Estabelecimento	Gestão	Valor anual
SP	3507605	Bragança Paulista	2704900	Hospital Universitário São Francisco na Providência de Deus	Estadual	4.866.485,76
			2688433	Santa Casa de Misericórdia de Bragança Paulista	Municipal	316.621,44
	3525904	Jundiaí	2786435	HCSVP Hospital São Vicente	Municipal	4.444.323,84
			3012212	HU Hospital Universitário	Municipal	2.822.161,92
Total						12.449.592,96

PORTARIA Nº 2.431, DE 27 DE SETEMBRO DE 2018

Habilita o Centro de Reabilitação Física de Balsas como Centro Especializado em Reabilitação - CER e estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - MAC do Estado do Maranhão e Município de Balsas.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e da Lei nº 8.689, de 27 de julho de 1993;

Considerando a Portaria nº 971/SAS/MS, de 13 de setembro de 2012, que adéqua o Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES) e inclui Procedimentos de Manutenção e Adaptação de Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPM) da Tabela de Procedimentos do SUS;

Considerando o Anexo VI da Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a Portaria nº 3.992/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Centro de Reabilitação Física de Balsas como Centro Especializado em Reabilitação - CER, conforme Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, Anexo VI.

UF	Município	Número da Proposta SAIPS	Estabelecimento	CNES	Gestão	Código e Descrição das Habilitações	Código e Descrição dos Incentivos	Custeio anual	Custeio mensal	CNPJ do Fundo de Saúde
MA	Balsas	18605	Centro de Reabilitação Física de Balsas	6139442	Municipal	22.08 - Física 22.09 - Intelectual	82.23 CER II	R$ 1.680.000,00	R$ 140.000,00	11.236.050/0001-99

Art. 2º Fica estabelecido recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde no montante anual de R$ 1.680.000,00 (um milhão e seiscentos e oitenta mil reais), a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - MAC do Estado do Maranhão e Município de Balsas.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no art. 2º, ao Fundo Municipal de Saúde de Balsas, IBGE 210140, em parcelas mensais, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção à Saúde.

Art. 4º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0000.

Parágrafo único. O recurso relativo ao estabelecimento consignado ao programa de trabalho de que trata o caput tem como finalidade o custeio de quaisquer ações e serviços de Média e Alta Complexidade para atenção à saúde da população, desde que garantida a manutenção da unidade.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da 10ª (décima) parcela de 2018.

ADEILSON LOUREIRO CAVALCANTE

PORTARIA Nº 2.508, DE 27 DE SETEMBRO DE 2018

Habilita a Associação de Pais e Amigos Excepcionais - APAE como Serviço de Referência em Doenças Raras no Estado da Bahia.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando o Anexo XXXVIII do financiamento da Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Seção XIV - dos Incentivos Financeiros de Custeio à Política Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Doenças Raras da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 3.992, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Deliberação CIB/BA nº 10/2016, de 17 de fevereiro de 2016, que aprova a habilitação de que trata esta Portaria; e

Considerando a avaliação da Secretaria de Atenção à Saúde - Departamento de Atenção Especializada e Temática - Coordenação-Geral de Atenção Especializada, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o estabelecimento de saúde a seguir informado, nos seguintes códigos:

I - 35.07 - Serviço de Referência em Doenças Raras - Eixo I Doença Rara de Origem Genética: 1 - Anomalias congênitas ou de manifestação tardia;

II - 35.08 - Serviço de Referência em Doenças Raras - Eixo I - Doença Rara de Origem Genética: 2 - Deficiência intelectual associada a Doenças Raras, Código; e

III - 35.09 - Serviço de Referência em Doenças Raras - Eixo I - Doença Rara de Origem Genética: 3 - Erro Inato do Metabolismo;

CNPJ	CNES	Razão Social/Nome fantasia/Município
15.233.505/0001-73	0004529	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS EXCEPCIONAIS - APAE - Salvador/BA

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência do valor mensal ao Fundo Estadual de Saúde da Bahia, após a apuração da produção no Banco de Dados do Sistema de Informação Ambulatorial, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção à Saúde.

Art. 3º Os recursos orçamentários objeto desta Portaria correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585 - Atenção à Saúde da População para procedimentos em Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0005 (Fundo de Ações Estratégicas e Compensação - FAEC).

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da competência outubro de 2018.

ADEILSON LOUREIRO CAVALCANTE

PORTARIA Nº 2.528, DE 27 DE SETEMBRO DE 2018

Altera o número de leitos da Unidade de Terapia Intensiva Coronariana (UCO), desabilita leitos da Unidade de Terapia Intensiva (UTI) da Clínica Dom Rodrigo LTDA e estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar (MAC) do Estado da Paraíba e Município de João Pessoa.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando o Título IX - Da Linha de Cuidado do Infarto Agudo do Miocárdio (IAM) e do Protocolo Clínico sobre Síndromes Coronarianas Agudas (SCA) e o Título X - Do Cuidado Progressivo ao Paciente Crítico ou Grave, da Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 3.992/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a solicitação do respectivo Estado, resolve:

Art. 1º Fica alterado o número de leitos da Unidade de Terapia Intensiva Coronariana (UCO), do hospital a seguir relacionado:

Proposta SAIPS 14.515	Hospital	Nº leitos
CNES: 2755483	Clínica Dom Rodrigo Ltda - João Pessoa/PB	
26.08 - UCO		10

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800083

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 2º Fica desabilitado o número de leitos da Unidade de Terapia Intensiva (UTI), do hospital a seguir relacionado:

CNES	Hospital	Nº leitos
2755483	Clínica Dom Rodrigo Ltda - João Pessoa/PB	
26.01		5

Art. 3º Fica determinado que a referida unidade poderá ser submetida à avaliação por técnicos da Secretaria de Atenção à Saúde/MS, e, no caso de descumprimento dos requisitos estabelecidos na Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, terão suspensos os efeitos de seu cadastramento.

Art. 4º Fica estabelecido recurso no montante anual de R$ 624.643,20 (seiscentos e vinte quatro mil seiscentos e quarenta e três reais e vinte centavos), do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar (MAC), do Estado da Paraíba e Município de João Pessoa.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no art. 4º, ao Fundo Municipal de Saúde de João Pessoa - IBGE 250750, em parcelas mensais, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção à Saúde.

Art. 6º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0000.

Parágrafo único. O recurso relativo ao estabelecimento consignado ao Programa de Trabalho de que trata o caput tem como finalidade o custeio de quaisquer ações e serviços de Média e Alta Complexidade para Atenção à Saúde da população, desde que garantida a manutenção da unidade.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da 9ª (nona) parcela de 2018.

ADEILSON LOUREIRO CAVALCANTE

PORTARIA Nº 2.642, DE 27 DE SETEMBRO DE 2018

Habilita o Hospital Santa Casa de Montes Claros - Irmandade Nossa Senhora das Mercês de Montes Claros como Centro de Atendimento de Urgência, Tipo III, aos Pacientes com AVC e estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar (MAC), do Estado de Minas Gerais e Município de Montes Claros.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 664/GM/MS, de 12 de abril de 2012, que aprova o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas - Trombólise no Acidente Vascular Cerebral Isquêmico Agudo;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 3.992/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a manifestação favorável da Secretaria de Estado da Saúde de Minas Gerais, bem como a aprovação no âmbito da Comissão Intergestores Bipartite, por meio da Deliberação CIB-SUS/MG nº 2.356, de 19 de maio de 2016; e

Considerando a avaliação técnica da Coordenação-Geral de Atenção Especializada, do Departamento de Atenção Especializada e Temática da Secretaria de Atenção à Saúde - CGAE/DAET/SAS/MS, resolve:

Art. 1º Fica habilitado como Centro de Atendimento de Urgência, Tipo III, aos Pacientes com AVC - código 16.17, o estabelecimento a seguir relacionado:

Estabelecimento/ Município/UF	CNES	CNPJ
HOSPITAL SANTA CASA DE MONTES CLAROS- IRMANDADE NOSSA SENHORA DAS MERCES DE MONTES CLAROS	2149990	22.669.931/0001-10
Número de Leitos	20 leitos (integrais)	
Código da habilitação	16.17 - Centro de Atendimento de Urgência, Tipo III, aos Pacientes com AVC	

Art. 2º Fica determinado que a referida unidade poderá ser submetida à avaliação por técnicos da Secretaria de Atenção à Saúde/MS, e, no caso de descumprimento dos requisitos estabelecidos na Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, terão suspensos os efeitos de seu cadastramento.

Art. 3º Fica estabelecido recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde no montante anual de R$ 2.193.880,51 (dois milhões cento e noventa e três mil e oitocentos e oitenta reais e cinquenta e um centavos), a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar (MAC), do Estado de Minas Gerais e Município de Montes Claros.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no art. 3º, ao Fundo Municipal de Saúde de Montes Claros (MG), IBGE 314330, em parcelas mensais, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção à Saúde.

Art. 5º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0000.

Parágrafo único. O recurso relativo ao estabelecimento consignado ao Programa de Trabalho de que trata o caput tem como finalidade o custeio de quaisquer ações e serviços de média e alta complexidade para atenção à saúde da população, desde que garantida a manutenção da unidade.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da 10ª (décima) parcela de 2018.

ADEILSON LOUREIRO CAVALCANTE

PORTARIA Nº 2.654, DE 27 DE SETEMBRO DE 2018

Habilita o Município de Nazária (PI) a receber incentivo financeiro de custeio, referente a Unidade de Suporte Básico (USB) destinada ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), pertencente a Central de Regulação das Urgências e estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - MAC do Estado do Piauí e Município de Nazária.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 2.513/GM/MS, de 27 de outubro de 2011, que habilita a Central de Regulação das Urgências a receber o incentivo de custeio, destinado ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) Estadual do Piauí (PI);

Considerando o Título II da Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;

Considerando o Título VIII, Capítulo II da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 3.992/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 288/SAS/MS, de 12 de março de 2018, que redefine a operacionalização do cadastramento de serviços de atendimento pré-hospitalar móvel de urgência e o elenco de profissionais que compõem as equipes do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES); e

Considerando o Parecer Técnico nº 399/2018, constante do NUP-SEI nº 25000.061337/2018-51 da Coordenação-Geral de Urgência e Emergência/ CGUE/DAHU/SAS/MS, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Município de Nazária (PI) a receber incentivo financeiro de custeio, referente a Unidade de Suporte Básico (USB) destinada ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), pertencente a Central de Regulação das Urgências Estadual do Piauí.

Art. 2º Fica estabelecido recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde no montante anual de R$ 157.500,00 (cento e cinquenta e sete mil e quinhentos reais) a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - MAC do Estado do Piauí e do Município de Nazária (PI), conforme Anexo a esta Portaria.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no Art. 2º, ao Fundo Municipal de Saúde de Nazária/PI - IBGE 2206720, em parcelas mensais, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção à Saúde.

Art. 4º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0001.

Parágrafo único. O recurso relativo ao estabelecimento consignado ao programa de trabalho de que trata o art. 2º tem como finalidade o custeio de quaisquer ações e serviços de média e alta complexidade para atenção à saúde da população, desde que garantida a manutenção da unidade.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da 10ª (décima) parcela de 2018

ADEILSON LOUREIRO CAVALCANTE

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800084

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO

Unidade Móvel (SAMU 192)

UF	Município	IBGE	CNES	Descrição	NUP-SEI	Gestão	Proposta	Código	Valor anual a ser incorporado
PI	Nazária	2206720	7917686	USB	25000.061337/2018-51	Municipal	11562	82.50	R$ 157.500,00

PORTARIA Nº 2.655, DE 27 DE SETEMBRO DE 2018

Habilita o Município de Monsenhor Gil (PI) a receber incentivo financeiro de custeio, referente a Unidade de Suporte Básico (USB) destinada ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), pertencente a Central de Regulação das Urgências estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - MAC do Estado do Piauí e Município de Monsenhor Gil.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 2.513/GM/MS, de 27 de outubro de 2011, que habilita a Central de Regulação das Urgências a receber o incentivo de custeio, destinado ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) Estadual do Piauí (PI);

Considerando o Título II da Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;

Considerando o Título VIII, Capítulo II da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 3.992/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 288/SAS/MS, de 12 de março de 2018, que redefine a operacionalização do cadastramento de serviços de atendimento pré-hospitalar móvel de urgência e o elenco de profissionais que compõem as equipes do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES); e

Considerando o Parecer Técnico nº 628/2018, constante do NUP-SEI nº 25000.094037/2018-59 da Coordenação-Geral de Urgência e Emergência - CGUE/DAHU/SAS/MS, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Município de Monsenhor Gil (PI) a receber incentivo financeiro de custeio, referente a Unidade de Suporte Básico (USB) destinada ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), pertencente a Central de Regulação das Urgências Estadual do Piauí.

Art. 2º Fica estabelecido recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde no montante anual de R$ 157.500,00 (cento e cinquenta e sete mil e quinhentos reais) a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - MAC do Estado do Piauí e do Município de Monsenhor Gil (PI), conforme anexo a esta Portaria.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no art. 2º, ao Fundo Municipal de Saúde de Monsenhor Gil (PI) IBGE 220640, em parcelas mensais, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção à Saúde.

Art. 4º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0001.

Parágrafo único. O recurso relativo ao estabelecimento consignado ao programa de trabalho de que trata o art. 2º tem como finalidade o custeio de quaisquer ações e serviços de média e alta complexidade para atenção à saúde da população, desde que garantida a manutenção da unidade.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da 10ª (décima) parcela de 2018.

ADEILSON LOUREIRO CAVALCANTE

ANEXO

Unidade Móvel (SAMU 192)

UF	Município	IBGE	CNES	Descrição	NUP-SEI	Gestão	Proposta	Código	Valor anual a ser incorporado
PI	Monsenhor Gil	220640	9061495	USB	25000.094037/2018-59	Municipal	13865	82.50	R$ 157.500,00

PORTARIA Nº 2.659, DE 27 DE SETEMBRO DE 2018

Altera a habilitação da APAE de Pará de Minas (MG) para Centro Especializado em Reabilitação - CER III e estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - MAC do Estado de Minas Gerais e Município de Pará de Minas.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e da Lei nº 8.689, de 27 de julho de 1993;

Considerando a Portaria nº 971/SAS/MS, de 13 de setembro de 2012, que adequa o Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES) e inclui Procedimentos de Manutenção e Adaptação de Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPM) da Tabela de Procedimentos do SUS;

Considerando a Portaria n° 1.357/SAS/MS, de 2 de dezembro de 2013, que habilita Centros Especializados em Reabilitação (CER);

Considerando a Portaria n° 3.010/GM/MS de 10 de dezembro de 2013, que estabelece recursos a serem incorporados ao Teto Financeiro de Média e Alta Complexidade de Estados e Municípios;

Considerando o Anexo VI da Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a Portaria nº 3.992/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica alterada a habilitação da APAE de Pará de Minas de Centro Especializado em Reabilitação CER II (Física e Intelectual) para CER III (Física, Intelectual e Visual), conforme previsto na Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, conforme quadro a seguir:

UF	Município	Número da Proposta SAIPS	Estabelecimento	CNES	Gestão	Tipo	Código e Descrição das Habilitações	Código e Descrição dos Incentivos	Custeio anual	Custeio mensal	CNPJ do Fundo de Saúde
MG	Pará de Minas	16110	APAE de Pará de Minas	2132966	Municipal	Centro Especializado em Reabilitação	22.08 - Física 22.09 - Intelectual 22.11- Visual	82.24 CER III	R$ 720.000,00	R$ 60.000,00	02.884.794/0001-29

Art. 2º Fica alterado o código de incentivo (82.23), referente a Centro Especializado em Reabilitação (CER) II, para o código de incentivo (82.24), referente a Centro Especializado em Reabilitação (CER) III.

Art. 3º Fica estabelecido no recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde o acréscimo no montante anual de R$ 720.000,00 (setecentos e vinte mil reais), a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - MAC do Estado de Minas Gerais e Município de Pará de Minas.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no art. 3º, ao Fundo Municipal de Saúde de Pará de Minas, IBGE 314710, em parcelas mensais, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção à Saúde.

Art. 5º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0000.

Parágrafo único. O recurso relativo ao estabelecimento consignado ao programa de trabalho de que trata o caput tem como finalidade o custeio de quaisquer ações e serviços de média e alta complexidade para atenção à saúde da população, desde que garantida a manutenção da unidade.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da 9ª (nona) parcela de 2018.

ADEILSON LOUREIRO CAVALCANTE

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800085

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 2.664, DE 27 SETEMBRO DE 2018

Habilita o Hospital Ordem Terceira como Hospital Amigo da Criança e estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - MAC do Estado do Pará e Município de Belém.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Seção IV - Iniciativa Hospital Amigo da Criança (IHAC) - do Capítulo 1 da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 3.992/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde,

Considerando a Iniciativa Hospital Amigo da Criança - IHAC, promovida pelo Fundo das Nações Unidas - UNICEF, Organização Mundial de Saúde - OMS e Ministério da Saúde; e

Considerando a declaração da Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde atestando que a referida entidade está apta a receber o título de Hospital Amigo da Criança, conforme os critérios de habilitação da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Hospital Ordem Terceira, CNES 2340992, CNPJ 04935409000150, sob o código 14.16, como Hospital Amigo da Criança.

Art. 2º Fica autorizada a Coordenação-Geral dos Sistemas de Informação - CGSI/DRAC/SAS a incluir no Sistema do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - SCNES a habilitação da Unidade discriminada no art. 1º desta Portaria.

Art. 3º Fica estabelecido recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde, no montante anual de R$ 78.292,97 (setenta e oito mil duzentos e noventa e dois reais e noventa e sete centavos), a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - MAC do Estado do Pará e Município de Belém.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotatá as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no art. 3º, ao Fundo Municipal de Saúde de Belém, IBGE 150140, em parcelas mensais, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção à Saúde.

Art. 5º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0000.

Parágrafo único. O recurso relativo ao estabelecimento consignado ao programa de trabalho de que trata o caput, tem como finalidade o custeio de quaisquer ações e serviços de Média e Alta Complexidade para atenção à saúde da população, desde que garantida a manutenção da unidade.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da 9ª (nona) parcela de 2018.

ADEILSON LOUREIRO CAVALCANTE

PORTARIA Nº 2.684, DE 27 DE SETEMBRO DE 2018

Habilita a Associação Hospitalar Bom Pastor, localizado no Município de Santo Augusto (RS) ao recebimento do Incentivo para a Atenção Especializada aos Povos Indígenas - IAE-PI e estabelece recurso financeiro do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar do Estado do Rio Grande do Sul.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei nº 9.836, de 23 de setembro de 1999, que acrescenta dispositivos à Lei nº 8.080, de 1990, instituindo o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena;

Considerando do art. 241 ao art. 244; art. 294 e o art. 311 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde;

Considerando o Anexo XIV da Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando os art. 303 e 304 da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria 2.663/GM/MS, de 11 de outubro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para redefinir os critérios para o repasse do Incentivo para a Atenção Especializada aos Povos Indígenas - IAE-PI, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS; e

Considerando a Portaria nº 3.992/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a Portaria nº 416/GM/MS, de 23 de fevereiro de 2018, que desabilita estabelecimentos de saúde contratualizados, do recebimento do Incentivo de Atenção Especializada aos Povos Indígenas (IAE-PI), pelo não cumprimento do prazo disposto no art. 291 da Portaria nº 2.663/GM/MS, de 11 de outubro de 2017 e a dedução dos recursos financeiros do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde incorporados ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar dos Estados e Municípios, resolve:

Art. 1º Fica habilitado a Associação Hospitalar Bom Pastor - CNES 2261065, no Município de Santo Augusto do Estado do Rio Grande do Sul ao recebimento do Incentivo de Atenção Especializada aos Povos Indígenas (IAE-PI), em conformidade com a Portaria nº 2.663/GM/MS, de 11 de outubro de 2017.

Art. 2º Fica estabelecido recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde no montante anual de R$ 648.599,90 (seiscentos e quarenta e oito mil quinhentos e noventa e nove reais e noventa centavos), a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar-MAC do Estado do Rio Grande do Sul, conforme descrito a seguir:

§ 1º No primeiro ano os recursos serão transferidos da seguinte forma:

I - R$ 123.120,00 (cento e vinte e três mil e cento e vinte reais) correspondente à 20% (vinte por cento) do valor anual será transferido na 10ª (décima) parcela de 2018.

II - R$ 525.479,90 (quinhentos e vinte e cinco reais mil quatrocentos e setenta e nove reais e noventa centavos) será transferido em 11 (onze) parcelas mensais a partir da 11ª (décima primeira) parcela de 2018.

§ 2º A partir do segundo ano os recursos serão transferidos em parcelas mensais no valor correspondente a 1/12 (um doze avos) do montante estabelecido no art. 2º a esta Portaria.

Art. 3º Em caso de atraso ou interrupção do repasse dos recursos do Incentivo de Atenção Especializada aos Povos Indígenas (IAE-PI) por parte do Gestor local do SUS para o estabelecimento de saúde habilitado nesta Portaria, o Ministério da Saúde suspenderá a transferência dos valores ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar do Estado do Rio Grande do Sul, fazendo também o desconto dos valores eventualmente não repassados em competências anteriores.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências mensais, de forma regular e automática, ao Fundo Estadual de Saúde do Rio Grande do Sul, do montante estabelecido no art. 2º, conforme os § 1º e § 2º, mediante processo autorizativo encaminhado pela secretaria responsável pelo Programa de Trabalho.

Art. 5º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0000.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ADEILSON LOUREIRO CAVALCANTE

PORTARIA Nº 2.687, DE 27 DE SETEMBRO DE 2018

Habilita o Hospital Municipal de Arame ao recebimento do Incentivo para a Atenção Especializada aos Povos Indígenas - IAE-PI e estabelece recurso financeiro do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar do Estado do Maranhão e Município de Arame.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei nº 9.836, de 23 de setembro de 1999, que acrescenta dispositivos à Lei nº 8.080, de 1990, instituindo o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena;

Considerando do art. 241 ao art. 244; o art. 294 e o art. 311 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde;

Considerando o Anexo XIV da Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando os art. 303 e 304 da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria 2.663/GM/MS, de 11 de outubro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para redefinir os critérios para o repasse do Incentivo para a Atenção Especializada aos Povos Indígenas - IAE-PI, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS;

Considerando a Portaria nº 3.992/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a Portaria nº 416/GM/MS, de 23 de fevereiro de 2018, que desabilita estabelecimentos de saúde contratualizados ao recebimento do Incentivo de Atenção Especializada aos Povos Indígenas (IAE-PI) e deduz recursos financeiros do Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar dos Estados e Municípios; resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Hospital Municipal de Arame - CNES 2463954, do Município de Arame (MA) ao recebimento do incentivo de Atenção Especializada aos Povos Indígenas (IAE-PI), em conformidade com a Portaria nº 2.663/GM/MS, de 11 de outubro de 2017.

Art. 2º Fica estabelecido recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde no montante anual de R$ 139.499,95 (cento e trinta e nove mil quatrocentos e noventa e nove reais e noventa e cinco centavos), a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar-MAC do Estado do Maranhão e Município de Arame, conforme descrito a seguir:

§ 1º No primeiro ano os recursos serão transferidos da seguinte forma:

I - R$ 27.900,00 (vinte e sete mil e novecentos reais) correspondente a 20% (vinte por cento) do valor anual será transferido na 10ª (décima) parcela de 2018; e

II - R$ 111.599,95 (cento e onze mil quinhentos e noventa e nove reais e noventa e cinco centavos) será transferido em 11 (onze) parcelas mensais a partir da 11ª (décima primeira) parcela de 2018.

§ 2º A partir do segundo ano os recursos serão transferidos em parcelas mensais no valor correspondente a 1/12 (um doze avos) do montante estabelecido no art. 2º desta Portaria.

Art. 3º Em caso de atraso ou interrupção do repasse dos recursos do Incentivo de Atenção Especializada aos Povos Indígenas (IAE-PI) por parte do Gestor local do SUS para o estabelecimento de saúde habilitado nesta Portaria, o Ministério da Saúde suspenderá a transferência dos valores ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar do Município de Arame (MA), fazendo também o desconto dos valores eventualmente não repassados em competências anteriores.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências mensais, de forma regular e automática, ao Fundo Municipal de Saúde de Arame - IBGE 210095, do montante estabelecido no art. 2º, conforme os § 1º e § 2º, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria responsável pelo Programa de Trabalho.

Art. 5º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0000.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ADEILSON LOUREIRO CAVALCANTE

PORTARIA Nº 2.689, DE 27 DE SETEMBRO DE 2018

Habilita o Hospital Regional de Peixoto de Azevedo ao recebimento do Incentivo para a Atenção Especializada aos Povos Indígenas- IAE-PI e estabelece recurso financeiro do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar do Estado do Mato Grosso e Município de Peixoto de Azevedo.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, a proteção e a recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes;

Considerando a Lei nº 9.836, de 23 de setembro de 1999, que acrescenta dispositivos à Lei nº 8.080, de 1990, instituindo o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena;

Considerando do art. 241 ao art. 244; art. 294 e o art. 311 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde;

Considerando o Anexo XIV da Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando os art. 303 e 304 da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria 2.663/GM/MS, de 11 de outubro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para redefinir os critérios para o repasse do

Incentivo para a Atenção Especializada aos Povos Indígenas - IAE-PI, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS;

Considerando a Portaria nº 3.992/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a Portaria nº 416/GM/MS, de 23 de fevereiro de 2018, que desabilita estabelecimentos de saúde contratualizados, do recebimento do Incentivo de Atenção Especializada aos Povos Indígenas (IAE-PI), pelo não cumprimento do prazo disposto no art. 291 da Portaria nº 2.663/GM/MS, de 11 de outubro de 2017 e a dedução dos recursos financeiros do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde incorporados ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar dos Estados e Municípios, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Hospital Regional de Peixoto de Azevedo - CNES 2462729, ao recebimento do Incentivo de Atenção Especializada aos Povos Indígenas (IAE-PI), em conformidade com a Portaria nº 2.663/GM/MS, de 11 de outubro de 2017.

Art. 2º Fica estabelecido recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde no montante anual de R$ 157.500,00 (cento e cinquenta e sete mil e quinhentos reais), a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar-MAC do Estado do Mato Grosso e Município de Peixoto de Azevedo, conforme descrito a seguir:

§ 1º No primeiro ano os recursos serão transferidos da seguinte forma:

I - R$ 31.500,00 (trinta e um mil e quinhentos reais), correspondente à 20% (vinte por cento) do valor anual a ser transferido na 10ª (décima) parcela de 2018; e

II - R$ 126.000,00 (cento e vinte e seis mil reais) a ser transferido em 11 (onze) parcelas mensais a partir da 11ª (décima primeira) parcela de 2018.

§ 2º A partir do segundo ano os recursos serão transferidos em parcelas mensais no valor correspondente a 1/12 (um doze avos) do montante estabelecido no art. 2º desta Portaria.

Art. 3º Em caso de atraso ou interrupção do repasse dos recursos do Incentivo de Atenção Especializada aos Povos Indígenas (IAE-PI) por parte do Gestor local do SUS para o estabelecimento de saúde habilitado nesta Portaria, o Ministério da Saúde suspenderá a transferência dos valores ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar do Município de Peixoto de Azevedo (MT), fazendo também o desconto dos valores eventualmente não repassados em competências anteriores.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências mensais, de forma regular e automática, ao Fundo Municipal de Saúde de Peixoto de Azevedo (MT), do montante estabelecido no art. 2º, conforme os § 1º e § 2º, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria responsável pelo Programa de Trabalho.

Art. 5º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0000.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ADEILSON LOUREIRO CAVALCANTE

PORTARIA Nº 2.690, DE 27 DE SETEMBRO DE 2018

Habilita o CAPS AD III DR. Afrânio Soares ao recebimento do Incentivo para a Atenção Especializada aos Povos Indígenas - IAE-PI e estabelece recurso financeiro do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar do Estado do Amazonas e Município de Manaus.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei nº 9.836, de 23 de setembro de 1999, que acrescenta dispositivos à Lei nº 8.080, de 1990, instituindo o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena;

Considerando do art. 241 ao art. 244; art. 294 e o art. 311 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde;

Considerando o Anexo XIV da Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando os art. 303 e 304 da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria 2.663/GM/MS, de 11 de outubro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para redefinir os critérios para o repasse do Incentivo para a Atenção Especializada aos Povos Indígenas - IAE-PI, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS;

Considerando a Portaria nº 3.992/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a Portaria nº 416/GM/MS, de 23 de fevereiro de 2018, que desabilita estabelecimentos de saúde contratualizados, do recebimento do Incentivo de Atenção Especializada aos Povos Indígenas (IAE-PI), pelo não cumprimento do prazo disposto no art. 291 da Portaria nº 2.663/GM/MS, de 11 de outubro de 2017 e a dedução dos recursos financeiros do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde incorporados ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar dos Estados e Municípios, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o CAPS AD III DR. Afrânio Soares CNES 7847718 , do Município de Manaus/AM ao recebimento do Incentivo de Atenção Especializada aos Povos Indígenas (IAE-PI), em conformidade com a Portaria nº 2.663/GM/MS, de 11 de outubro de 2017.

Art. 2º Fica estabelecido recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde no montante anual de R$ 113.420,00 (cento e treze mil e quatrocentos e vinte reais), a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar-MAC do Estado do Amazonas e Município de Manaus, conforme descrito a seguir:

§ 1º No primeiro ano os recursos serão transferidos da seguinte forma:

I - R$ 22.680,00 (vinte e dois mil e seiscentos e oitenta reais) correspondente à 20% (vinte por cento) do valor anual será transferido na 10ª (décima) parcela de 2018.

II - R$ 90.740,00 (noventa mil e setecentos e quarenta reais) será transferido em 11 (onze) parcelas mensais a partir da 11ª (décima primeira) parcela de 2018.

§ 2º A partir do segundo ano os recursos serão transferidos em parcelas mensais no valor correspondente a 1/12 (um doze avos) do montante estabelecido no art. 2º desta Portaria.

Art. 3º Em caso de atraso ou interrupção do repasse dos recursos do Incentivo de Atenção Especializada aos Povos Indígenas (IAE-PI) por parte do Gestor local do SUS para o estabelecimento de saúde habilitado nesta Portaria, o Ministério da Saúde suspenderá a transferência dos valores ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar do Município de Manaus/AM, fazendo também o desconto dos valores eventualmente não repassados em competências anteriores.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências mensais, de forma regular e automática, ao Fundo Municipal de Saúde de Manaus/AM, do montante estabelecido no art. 2º, conforme os § 1º e § 2º, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria responsável pelo Programa de Trabalho.

Art. 5º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0000.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ADEILSON LOUREIRO CAVALCANTE

PORTARIA Nº 2.691, DE 27 DE SETEMBRO DE 2018

Habilita o Hospital Beneficente São Mateus ao recebimento do Incentivo para a Atenção Especializada aos Povos Indígenas- IAE-PI e estabelece recurso financeiro do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar do Estado do Mato Grosso do Sul.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei nº 9.836, de 23 de setembro de 1999, que acrescenta dispositivos à Lei nº 8.080, de 1990, instituindo o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena;

Considerando do art. 241 ao art. 244; art. 294 e o art. 311 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde;

Considerando o Anexo XIV da Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando os art. 303 e 304 da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria 2.663/GM/MS, de 11 de outubro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para redefinir os critérios para o repasse do Incentivo para a Atenção Especializada aos Povos Indígenas - IAE-PI, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS;

Considerando a Portaria nº 3.992/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a Portaria nº 416/GM/MS, de 23 de fevereiro de 2018, que desabilita estabelecimentos de saúde contratualizados, do recebimento do Incentivo de Atenção Especializada aos Povos Indígenas (IAE-PI), pelo não cumprimento do prazo disposto no art. 291 da Portaria nº 2.663/GM/MS, de 11 de outubro de 2017 e a dedução dos recursos financeiros do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde incorporados ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar dos Estados e Municípios, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Hospital Beneficente São Mateus - CNES 2376091, ao recebimento do Incentivo de Atenção Especializada aos Povos Indígenas (IAE-PI), em conformidade com a Portaria nº 2.663/GM/MS, de 11 de outubro de 2017.

Art. 2º Fica estabelecido recurso financeiro do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde no montante anual de R$ 121.500,00 (cento e vinte e um mil e quinhentos reais), a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar-MAC do Estado do Mato Grosso do Sul, conforme descrito a seguir:

§ 1º Nos primeiros 12 (doze) meses os recursos serão transferidos da seguinte forma:

I - R$ 24.300,00 (vinte e quatro mil e trezentos reais) a ser transferido na 10ª (décima) parcela de 2018, correspondente à 20% (vinte por cento) do valor anual; e

II - R$ 97.200,00 (noventa e sete mil e duzentos reais) a ser transferido em 11 (onze) parcelas mensais a partir da 11ª (décima primeira) parcela de 2018.

§ 2º A partir do segundo ano os recursos serão transferidos em parcelas mensais no valor correspondente a 1/12 (um doze avos) do montante estabelecido no art. 2º desta Portaria.

Art. 3º Em caso de atraso ou interrupção do repasse dos recursos do Incentivo de Atenção Especializada aos Povos Indígenas (IAE-PI) por parte do Gestor local do SUS para o estabelecimento de saúde habilitado nesta Portaria, o Ministério da Saúde suspenderá a transferência dos valores ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar do Estado do Mato Grosso do Sul (MS), fazendo também o desconto dos valores eventualmente não repassados em competências anteriores, em conformidade com os art. 303 e 304 da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências mensais, de forma regular e automática, ao Fundo Estadual de Saúde de Mato Grosso do Sul, do montante estabelecido no art. 2º, conforme os § 1º e § 2º, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria responsável pelo Programa de Trabalho.

Art. 5º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0000.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ADEILSON LOUREIRO CAVALCANTE

PORTARIA Nº 2.779, DE 27 DE SETEMBRO DE 2018

Habilita o Estado de Alagoas a receber o custeio mensal dos serviços especializados de saúde bucal, Centros de Especialidades Odontológicas (CEO) para o Município de Maceió (AL).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Seção I - Disposições gerais do Capítulo V - Centro de Especialidades Odontológicas (CEO) e Laboratórios Regionais de Próteses Dentárias (LRPD) da Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a Seção VII - Do Financiamento dos Centros de Especialidades Odontológicas (CEO) do Capitulo I do Título III - da Portaria de Consolidação n° 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017 que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1° Fica habilitado o Estado descrito a seguir a receber os incentivos de custeio mensal dos serviços especializados referentes ao Centro de Especialidades Odontológicas (CEO).

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800087

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

UF	IBGE	MUNICÍPIO	NOME FANTASIA	CÓD. CNES	HABILITAÇÃO CNES	TIPO DE REPASSE	CLASSIFICAÇÃO CEO TIPO	INCENTIVO DE CUSTEIO MENSAL
AL	270430	MACEIÓ	MODULO ODONTOLÓGICO RAIMUNDO MARINHO	2720094	0405	ESTADUAL	III	R$ 19.250,00

Parágrafo único. Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.301.2015.219A - Piso da Atenção Básica Variável, PO 0003 - Atenção a Saúde Bucal.

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde (FNS) adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em conformidade com os processos de pagamento instruídos.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ADEILSON LOUREIRO CAVALCANTE

PORTARIA Nº 2.784, DE 27 DE SETEMBRO DE 2018

Exclui propostas do anexo da Portaria nº 1.744/GM/MS, de 14 de junho de 2018, que habilita Municípios a receberem recursos referentes ao incremento temporário do Piso da Atenção Básica (PAB).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, resolve:

Art. 1º Ficam excluídas do anexo da Portaria nº 1.744/GM/MS, de 14 de junho de 2018, as propostas dos Municípios descritos no anexo a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ADEILSON LOUREIRO CAVALCANTE

ANEXO

ENTES HABILITADOS PARA RECEBIMENTO DE RECURSO DE EMENDA PARA INCREMENTO TEMPORÁRIO DO COMPONENTE DE CUSTEIO DO PISO DE ATENÇÃO BÁSICA (PAB).

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
MG	BERTOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	36000202664201800	81785125	400.000,00	400.000,00	10122201545250001
MG	BOM JESUS DO GALHO	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BOM JESUS DO GALHO	36000202671201800	81785125	100.000,00	100.000,00	10122201545250001
MG	BURITIZEIRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BURITIZEIRO	36000202738201800	81785125	300.000,00	300.000,00	10122201545250001
MG	CLARO DOS POÇOES	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CLARO DOS POÇOES	36000202663201800	81785125	500.000,00	500.000,00	10122201545250001
MG	FELISBURGO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000202665201800	81785125	200.000,00	200.000,00	10122201545250001
MG	FRANCISCO DUMONT	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	36000202661201800	81785125	500.000,00	500.000,00	10122201545250001
MG	FREI GASPAR	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	36000203230201800	81785125	300.000,00	300.000,00	10122201545250001
MG	ICARAI DE MINAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	36000202904201800	81785125	610.000,00	610.000,00	10122201545250001
MG	MIRABELA	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	36000202877201800	81785125	350.000,00	350.000,00	10122201545250001
MG	SAO ROMAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	36000202718201800	81785125	400.000,00	400.000,00	10122201545250001
MG	SERRA DA SAUDADE	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SERRA DA SAUDADE	36000203097201800	81785125	100.000,00	100.000,00	10122201545250001
MG	UBAPORANGA	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE UBAPORANGA	36000203137201800	81785125	100.000,00	100.000,00	10122201545250001

PORTARIA Nº 2.785, DE 27 DE SETEMBRO DE 2018

Exclui proposta do anexo da Portaria nº 1.814/GM/MS, de 18 de junho de 2018, que habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos referentes ao incremento temporário do Limite Financeiro da Assistência de Média e Alta Complexidade (MAC).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, resolve:

Art. 1º Fica excluída do anexo da Portaria nº 1.814/GM/MS, de 18 de junho de 2018, a proposta do Município descrito no anexo a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ADEILSON LOUREIRO CAVALCANTE

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DE EMENDAS PARLAMENTARES DESTINADOS AO INCREMENTO TEMPORÁRIO DO TETO DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE - MAC.

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	CNES	VALOR
MG	TEOFILO OTONI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000203238201800	340.000,00	81785125	340.000,00	10122201545250001	2220164	340.000,00

PORTARIA Nº 2.786, DE 27 DE SETEMBRO DE 2018

Exclui propostas do Anexo da Portaria nº 1.845/GM/MS, de 26 de junho de 2018, que habilita Municípios a receberem recursos referentes ao incremento temporário do Piso da Atenção Básica (PAB).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, resolve:

Art. 1º Ficam excluídas do anexo da Portaria nº 1.845/GM/MS, de 26 de junho de 2018, as propostas dos Municípios descritos no anexo a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ADEILSON LOUREIRO CAVALCANTE

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800088

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO

ENTES HABILITADOS PARA RECEBIMENTO DE RECURSO DE EMENDA PARA INCREMENTO TEMPORÁRIO DO COMPONENTE DE CUSTEIO DO PISO DE ATENÇÃO BÁSICA (PAB)

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
MG	PAVÃO	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	36000203923201800	81785125	100.000,00	100.000,00	10122201545250001
MG	URUCUIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE URUCUIA	36000204901201800	81785125	100.000,00	100.000,00	10122201545250001

PORTARIA Nº 2.788, DE 27 DE SETEMBRO DE 2018

Credencia Município a receber incentivo financeiro referente à Laboratório Regional de Prótese Dentária (LRPD).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse, regular e automático, de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 1.825/GM/MS, de 24 de agosto de 2012, que altera os valores dos procedimentos da Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do Sistema Único de Saúde (SUS) realizados pelos Laboratórios Regionais de Próteses Dentárias (LRPD), segundo critérios estabelecidos pela Política Nacional de Saúde Bucal;

Considerando o Título I e II da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Secção I, Capítulo V, Título I da Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde, do Centro de Especialidades Odontológicas (CEOS) e Laboratórios Regionais de Próteses Dentárias (LRPDS);

Considerando a necessidade de garantir recursos financeiros para auxiliar na implementação e funcionamento dos Laboratórios Regionais de Próteses Dentárias (LRPD), visando o acesso integral às ações de saúde bucal; e

Considerando a responsabilidade do Ministério da Saúde pelo monitoramento da utilização dos recursos transferidos para Estados, Distrito Federal e Municípios, resolve:

Art. 1º Fica credenciado o Município descrito no anexo a esta Portaria a receber o incentivo de custeio referente da Laboratório Regional de Prótese Dentária (LRPD), com periodicidade da transferência mensal, caso não exista nenhuma irregularidade que motive a suspensão.

Parágrafo único. Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar a Funcional Programática 10.301.2015.219A - Piso de Atenção Básica em Saúde- Plano Orçamentário PO - 0003 - Atenção à Saúde Bucal.

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde (FNS) adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria ao respectivo Fundo de Saúde, em conformidade com os processos de pagamento instruídos.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ADEILSON LOUREIRO CAVALCANTE

ANEXO

MUNICÍPIO CREDENCIADO - LABORATÓRIO REGIONAL DE PRÓTESE DENTÁRIA

UF	IBGE	MUNICÍPIO	GESTÃO	VALOR MENSAL
RJ	330470	SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA	MUNICIPAL	R$ 7.500,00

PORTARIA Nº 2.823, DE 27 DE SETEMBRO DE 2018

Habilita o Hospital São Roque de Seara, ao recebimento do Incentivo para a Atenção Especializada aos Povos Indígenas (IAE-PI), e estabelece recurso financeiro do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar (MAC), do Estado de Santa Catarina e Município de Seara.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei nº 9.836, de 23 de setembro de 1999, que acrescenta dispositivos à Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que "dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências", instituindo o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena;

Considerando do art. 241 ao art. 244 - Do preenchimento do quesito raça/cor nos formulários dos sistemas de informação em saúde - o Art. 294 e o Art. 311 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde;

Considerando o Anexo XIV - Aprova a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas - da Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando o art. 303 e o art. 304 - Do Prazo para o Pagamento dos Incentivos Financeiros aos Estabelecimentos de Saúde que Prestam Serviços de Forma Complementar ao SUS - da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria 2.663/GM/MS, de 11 de outubro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para redefinir os critérios para o repasse do Incentivo para a Atenção Especializada aos Povos Indígenas - IAE-PI, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS); e

Considerando a Portaria nº 3.992/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Hospital São Roque de Seara, ao recebimento do Incentivo de Atenção Especializada aos Povos Indígenas (IAE-PI), CNES 2304155, do Estado de Santa Catarina e Município de Seara, em conformidade com a Portaria 2.663/GM/MS, de 11 de outubro de 2017.

Art. 2º Fica estabelecido recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde no montante anual de R$ 510.599,94 (quinhentos e dez mil quinhentos e noventa e nove reais e noventa e quatro centavos), a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar (MAC), do Município de Seara/SC, conforme descrito a seguir:

§ 1º No primeiro ano os recursos serão transferidos da seguinte forma:

I - R$ 102.120,00 (cento e dois mil cento e vinte reais) correspondente à 20% (vinte por cento) do valor anual, será transferido na 11ª (décima primeira) parcela de 2018.

II - R$ 408.479,94 (quatrocentos e oito mil quatrocentos e setenta e nove reais e noventa e quatro centavos) será transferido em 11 (onze) parcelas mensais a partir da 12ª (décima segunda) parcela de 2018.

§ 2º A partir do segundo ano os recursos serão transferidos em parcelas mensais no valor correspondente a 1/12 (um doze avos) do montante estabelecido no art. 2º desta Portaria.

Art. 3º Em caso de atraso ou interrupção do repasse dos recursos do Incentivo de Atenção Especializada aos Povos Indígenas (IAE-PI) por parte do Gestor local do SUS para o estabelecimento de saúde habilitado nesta Portaria, o Ministério da Saúde suspenderá a transferência dos valores ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar do Município de Seara/SC, fazendo também o desconto dos valores eventualmente não repassados em competências anteriores.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências mensais, de forma regular e automática, ao Fundo Municipal de Saúde de Seara (SC), do montante estabelecido no art. 2º, conforme o §1º e §2º, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria responsável pelo Programa de Trabalho.

Art. 5º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0000.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ADEILSON LOUREIRO CAVALCANTE

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800089

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 2.824, DE 27 DE SETEMBRO DE 2018

Qualifica Unidades de Suporte Básico (USB), da base descentralizada do Município de Paraty (RJ), pertencente a Central de Regulação das Urgências, destinadas ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), Regional de Angra dos Reis - Baía de Ilha Grande e estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar (MAC), do Estado do Rio de Janeiro e Município de Paraty.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 555/GM/MS, de 29 de março de 2012, que habilita os Municípios de Mangaratiba (RJ) e Paraty (RJ) a receberem Unidades de Suporte Básico e Avançado, destinadas ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), da Central Regional da Baía de Ilha Grande (RJ) e autoriza a transferência de custeio ao Município;

Considerando a Portaria nº 288/SAS/MS, de 12 de março de 2018, que redefine a operacionalização do cadastramento de serviços de atendimento pré-hospitalar móvel de urgência e o elenco de profissionais que compõem as equipes do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES);

Considerando o Anexo III - Rede de Atenção às Urgências e Emergências (RUE) - da Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;

Considerando o Título VIII, Capítulo II da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 3.992/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 792-SEI/2017, da Coordenação-Geral de Urgência e Emergência/CGUE/DAHU/SAS/MS, resolve:

Art. 1º Fica qualificada Unidades de Suporte Básico (USB), da base descentralizada do Município de Paraty (RJ), pertencente a Central de Regulação das Urgências, destinadas ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), Regional de Angra dos Reis - Baía de Ilha Grande, conforme anexo a esta Portaria.

Parágrafo único. A qualificação será válida por dois anos, podendo ser renovada mediante novo processo de avaliação pela CGUE/DAHU/SAS/MS, de acordo com o art. 928 da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017.

Art. 2º Fica estabelecido recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde no montante anual de R$ 211.056,00 (duzentos e onze mil e cinquenta e seis reais), a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar (MAC), do Estado do Rio de Janeiro e Município de Paraty (RJ), conforme anexo a esta Portaria.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no art. 2º, ao Fundo Municipal de Saúde de Paraty (RJ), IBGE 330380, em parcelas mensais, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção à Saúde.

Art. 4º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho: 10.302.2015.8585 (RJ) - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0001.

Parágrafo único. O recurso relativo ao estabelecimento consignado ao programa de trabalho de que trata o caput tem como finalidade o custeio de quaisquer ações e serviços de média e alta complexidade para atenção à saúde da população, desde que garantida a manutenção da unidade.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos financeiros a partir da 11ª (décima primeira) parcela de 2018.

ADEILSON LOUREIRO CAVALCANTE

ANEXO

Unidades Móveis (SAMU 192)

UF	Município	IBGE	CNES	Descrição	NUP-SEI	Gestão	Código	Proposta	Valor anual a ser incorporado
RJ	Paraty	330380	7428553	1 USB	25000.032789/2012-31	Municipal	82.51	17655	R$ 105.528,00
RJ	Paraty	330380	7428561	1 USB	25000.032789/2012-31	Municipal	82.51	17988	R$ 105.528,00
Total/Ano									R$ 211.056,00

PORTARIA Nº 2.825, DE 27 DE SETEMBRO DE 2018

Habilita o Município de Niterói (RJ) a receber o incentivo para Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá providências;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse, regular e automático, de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a necessidade de um financiamento federal diferenciado para a implementação da Atenção à Saúde dos Adolescentes em conflito com a Lei, conforme Anexo XVII, da Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017;

Considerando o preenchimento dos requisitos e o envio de documentação previsto no art. 25 do Anexo XVII, da Portaria consolidada nº 2/GM/MS, de 29 de setembro de 2017;

Considerando o art. 11, inciso VI do Título II da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que apresenta o Componente PAB Variável destinado ao financiamento de estratégias, realizadas no âmbito da atenção básica em saúde - Incentivo para a Atenção Integral à Saúde do Adolescente em Conflito com a Lei, em regime de internação e internação provisória; e

Considerando o art. 129 da Seção V, capitulo II da Portaria Consolidada nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que institui o incentivo financeiro de custeio para o desenvolvimento de ações de atenção integral à Saúde de adolescentes em privação de liberdade, a ser repassado pelo Ministério da Saúde, com o objetivo de complementar o financiamento das ações de atenção integral à saúde dessa população; resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Município de Niterói (RJ) até o teto físico/financeiro constante no anexo a esta Portaria, a receber o Incentivo para Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei, conforme indicado no Plano Operativo Municipal.

§ 1º A transferência de recursos será baseada no limite financeiro correspondente ao número de adolescentes por unidade de internação, internação provisória e semiliberdade, conforme os critérios previstos no art. 130 da Seção V, capítulo II da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017.

§2º Os recursos serão repassados mensalmente conforme art. 130 da Seção V, capítulo II da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017.

Art. 2º Os recursos orçamentários de que trata a presente Portaria são oriundos do Bloco de Custeio das Ações de Serviços Públicos de Saúde, conforme os art. 4º, 9º e 11 da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017.

Art. 3º Os recursos orçamentários de que trata a presente serão plurianuais e correrão à conta do orçamento do Ministério da Saúde, onerando o programa de trabalho 10.301.2015.219A - Piso da Atenção Básica em Saúde PO: 0001.

Art. 4° O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência regular e automática dos recursos para o Fundo Municipal de Saúde de Niterói (RJ)

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ADEILSON LOUREIRO CAVALCANTE

ANEXO

INCENTIVOS FINANCEIROS PARA A ATENÇÃO À SAÚDE DE ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI, EM REGIME DE INTERNAÇÃO, INTERNAÇÃO PROVISÓRIA E SEMILIBERDADE.

UF	Município	Unidade	Gestão	Total de Adolescentes	Valor mensal por Unidade	Valor total a ser repassado mensalmente
RJ	Niterói	CRIAAD Niterói	Municipal	28	R$ 3.208,50	R$ 3.208,50

PORTARIA Nº 2.903, DE 27 DE SETEMBRO DE 2018

Habilita Centro de Atenção Psicossocial I Manga e Região ao recebimento do Incentivo para a Atenção Especializada aos Povos Indígenas (IAE-PI) e estabelece recursos financeiros do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde a serem incorporados ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar do Estado de Minas Gerais e do Município de Manga.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei nº 9.836, de 23 de setembro de 1999, que acrescenta dispositivos à Lei nº 8.080, de 1990, instituindo o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena;

Considerando os art. 241 a 244 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõem sobre a obrigatoriedade do preenchimento do quesito raça/cor nos formulários dos Sistemas de Informações Ambulatoriais e Hospitalares (SIA/SIH);

Considerando o art. 294 e o art. 311 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolidam as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde;

Considerando o Anexo XIV da Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas - PNASPI;

Considerando os arts. 303 e 304 da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que estabelecem prazo para que os gestores efetuem o pagamento dos incentivos financeiros aos estabelecimentos de saúde que prestam serviços de forma complementar ao SUS;

Considerando a Portaria 2.663/GM/MS, de 11 de outubro de 2017, que regulamenta e estabelece critérios para habilitação ao recebimento do Incentivo para a Atenção Especializada aos Povos Indígenas- IAE-PI; e

Considerando a Portaria nº 3.992/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800090

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 1º Fica habilitado o Centro de Atenção Psicossocial I Manga e Região - CNES 7345968, ao recebimento do Incentivo de Atenção Especializada aos Povos Indígenas (IAE-PI), em conformidade com a Portaria 2.663/GM/MS, de 11 de outubro de 2017.

Art. 2º Fica estabelecido recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde no montante anual de R$ 61.138,80 (sessenta e um mil cento e trinta e oito reais e oitenta centavos), a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar-MAC do Estado de Minas Gerais e Município de Manga, conforme a seguir descrito:

§ 1º No primeiro ano os recursos serão transferidos da seguinte forma:

I - R$ 12.227,76 (doze mil duzentos e vinte e sete reais e setenta e seis centavos), correspondente à 20% (vinte por cento) do valor anual será transferido na 11ª (décima primeira) parcela de 2018;

II - R$ 48.911,04 (quarenta e oito mil novecentos e onze reais e quatro centavos) a ser transferido em 11 (onze) parcelas mensais a partir da 12ª (décima segunda) parcela de 2018.

§ 2º A partir do segundo ano os recursos serão transferidos em parcelas mensais no valor correspondente a 1/12 (um doze avos) do montante estabelecido no caput deste artigo.

Art. 3º Em caso de atraso ou interrupção do repasse dos recursos do Incentivo de Atenção Especializada aos Povos Indígenas (IAE-PI) por parte do Gestor local do SUS para o estabelecimento de saúde habilitado nesta Portaria, o Ministério da Saúde suspenderá a transferência dos valores ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar do Município de Manga/MG, fazendo também o desconto dos valores eventualmente não repassados em competências anteriores.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências mensais, de forma regular e automática, ao Fundo Municipal de Saúde de Manga, IBGE 313930, do montante estabelecido no art. 2º, conforme os §§1º e 2º, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria responsável pelo Programa de Trabalho.

Art. 5º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0000.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ADEILSON LOUREIRO CAVALCANTE

PORTARIA Nº 3.032, DE 27 DE SETEMBRO DE 2018

Habilita a Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h Dr. Dilmar Fortes, nova) e estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - MAC do Estado do Maranhão e Município de Balsas.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando o art. 2º da Portaria nº 1.535/SAS/MS, de 25 de setembro de 2017, que redefine os incentivos relacionados a Unidades de Pronto Atendimento da Rede de Atenção às Urgências no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES);

Considerando o Título IV da Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;

Considerando o Título VIII, Capítulo II da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando o art. 892 da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que acresce em 30% (trinta por cento) o recurso de custeio para UPA 24h, para os Municípios situados na região da Amazônia Legal;

Considerando a Portaria nº 3.992/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a proposta aprovada no SAIPS nº 39173, de junho de 2018, constante do NUP-SEI 25000.112038/2018-92 a Coordenação-Geral de Urgência e Emergência/CGUE/DAHU/SAS/MS, resolve:

Art. 1º Fica habilitada a Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h Dr. Dilmar Fortes, nova), localizada no Município de Balsas (MA).

Art. 2º Fica estabelecido recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde no montante anual de R$ 1.560.000,00 (um milhão e quinhentos e sessenta mil reais) a serem incorporados ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - MAC ao Estado do Maranhão e Município de Balsas, para o custeio da Unidade prevista no art. 1º, conforme anexo a esta Portaria.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no art. 2º desta Portaria, em parcelas mensais, para o Fundo Municipal de Saúde de Balsas - IBGE 210140.

Art. 4º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585 - Atenção à Saúde da População para procedimentos de Média e Alta Complexidade - Bloco da Atenção de Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0000.

Parágrafo único. O recurso relativo ao estabelecimento consignado ao programa de trabalho de que trata o caput tem como finalidade o custeio de quaisquer ações e serviços de média e alta complexidade para atenção à saúde da população, desde que garantida à manutenção da unidade.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da 11ª (décima primeira) parcela de 2018.

ADEILSON LOUREIRO CAVALCANTE

ANEXO

UF	Município	IBGE	CNES	UPA 24h	CÓD	Gestão	Valor anual	Proposta
MA	Balsas	210140	9475117	Opção III	82.41	Municipal	R$ 1.560.000,00	39173

PORTARIA Nº 3.041, DE 27 DE SETEMBRO DE 2018

Define os recursos financeiros destinados à implantação do serviço especializado de saúde bucal, Centro de Especialidades Odontológicas (CEO) do Município de Vera Cruz (SP).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 283/GM/MS, de 22 de fevereiro de 2005, que estabelece os critérios de antecipação do incentivo financeiro para CEO em fase de implantação;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida normas sobre as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde e dá outras providências, resolve:

Art.1º Fica definido, na forma do quadro a seguir, o recurso financeiro destinado à implantação do serviço especializado de saúde bucal, Centro de Especialidades Odontológicas (CEO) no Município de Vera Cruz (SP).

Parágrafo único. O não atendimento às condições e características definidas nas Portarias nº 283/GM/MS, de 22 de fevereiro de 2005, e nas Portarias de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017 e nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, pelos Municípios pleiteantes, implica, a qualquer tempo, no descredenciamento da Unidade de Saúde.

UF	CÓD. M.	MUNICÍPIO	CÓDIGO NO CNES	TIPO DE REPASSE	CLASSIFI-CAÇÃO	INCENTIVO
					CEO TIPO	IMPLANTAÇÃO
SP	355030	VERA CRUZ	9144161	Municipal	II	R$75.000,00

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, em parcela única, do recurso de antecipação do incentivo financeiro de implantação para o Fundo Municipal de Saúde correspondente.

Parágrafo único. Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.301.2015.8581- Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde (PO- 0001) Estruturação da Atenção à Saúde Bucal, categoria de Gastos Capital.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ADEILSON LOUREIRO CAVALCANTE

PORTARIA Nº 3.052, DE 27 DE SETEMBRO DE 2018

Estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar (MAC), do Estado do Rio Grande do Sul e Município de Santa Cruz do Sul e Estado de São Paulo e Municípios.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 3.011/GM/MS, de 10 de novembro de 2017, que estabelece recursos a serem transferidos do Fundo de Ações Estratégicas e Compensação - FAEC para o Teto Financeiro Anual da Assistência Ambulatorial e Hospitalar de Média e Alta Complexidade-MAC dos Estados e do Distrito Federal; e

Considerando a Portaria nº 3.992/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica estabelecido recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde no montante anual de R 13.724.689,77 (treze milhões setecentos e vinte e quatro mil, seiscentos e oitenta e nove reais e setenta e sete centavos), a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar (MAC), do Estado do Rio Grande do Sul e Município de Santa Cruz do Sul, e Estado de São Paulo e Municípios, conforme anexo a esta Portaria.

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência do montante estabelecido no art. 1º, para os respectivos Fundos de Saúde do Estado de São Paulo e Municípios e do Município de Santa Cruz do Sul (RS), conforme autorização da Secretaria responsável pelo Programa de Trabalho.

Art. 3º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0000.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da 11ª (décima primeira) parcela de 2018.

ADEILSON LOUREIRO CAVALCANTE

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800091

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO

UF	GESTÃO	CÓDIGO IBGE	GESTOR	VALOR ANUAL
RS	MUNICIPAL	431680	SANTA CRUZ DO SUL	406.046,93
TOTAL RS				406.046,93
SP	MUNICIPAL	353070	MOGI GUAÇU	434,86
SP	MUNICIPAL	355400	TATUÍ	576,25
SP	MUNICIPAL	355100	SÃO VICENTE	668,47
SP	MUNICIPAL	352590	JUNDIAÍ	711,68
SP	MUNICIPAL	354990	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	1.123,27
SP	MUNICIPAL	353870	PIRACICABA	1.309,55
SP	MUNICIPAL	354980	SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	2.754,78
SP	MUNICIPAL	352050	INDAIATUBA	3.915,04
SP	MUNICIPAL	350950	CAMPINAS	8.523,99
SP	MUNICIPAL	351880	GUARULHOS	15.763,80
SP	MUNICIPAL	354870	SÃO BERNARDO DO CAMPO	21.110,65
SP	MUNICIPAL	354340	RIBEIRÃO PRETO	163.612,66
SP	MUNICIPAL	355030	SÃO PAULO	228.122,47
SP	MUNICIPAL	352900	MARÍLIA	1.176.629,97
SP	ESTADUAL	350000	SÃO PAULO	11.693.385,40
TOTAL SP				13.318.642,84
TOTAL GERAL				13.724.689,77

PORTARIA Nº 3.078, DE 27 DE SETEMBRO DE 2018

Habilita e qualifica a Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h Oldack Pinheiro de Rezende, Ampliada) e estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - MAC do Estado de Minas Gerais e Município de Sarzedo.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, SUBSTITTUTO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 1.535/SAS/MS, de 25 de setembro de 2017, que redefine os incentivos relacionados a Unidades de Pronto Atendimento da Rede de Atenção às Urgências no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES);

Considerando o Anexo III, Título IV e Capítulo V da Qualificação da Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;

Considerando o Anexo LXVIII da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 3.992/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a proposta aprovada no SAIPS nº 16637/2018, constante do NUP-SEI Nº 25000.122707/2018-34 a Coordenação-Geral de Urgência e Emergência/CGUE/DAHU/SAS/MS, resolve:

Art. 1º Fica habilitada e qualificada a Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h Oldack Pinheiro de Rezende, Ampliada), localizada no Município de Sarzedo (MG).

Art. 2º Ficam estabelecidos recursos do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde no montante anual de R$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais) a serem incorporados ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - MAC ao Estado de Minas Gerais e Município de Sarzedo para o custeio da habilitação e qualificação da Unidade prevista no art. 1º, conforme anexo a esta Portaria.

Parágrafo único. A qualificação será válida por três anos, podendo ser renovada mediante novo processo de avaliação pela CGUE/DAHU/SAS/MS, conforme §1º do Inciso V do Art. 83 do Capítulo V da Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no art. 2º ao Fundo Municipal de Saúde de Sarzedo (MG), IBGE 316553, em parcelas mensais, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção à Saúde.

Art. 4º Os recursos financeiros, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585 - Atenção à Saúde da População para procedimentos de Média e Alta Complexidade - Bloco da Atenção de Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0000 (UPA 24h).

Parágrafo único. O recurso relativo ao estabelecimento consignado ao programa de trabalho de que trata o art. 2° tem como finalidade o custeio de quaisquer ações e serviços de média e alta complexidade para atenção à saúde da população, desde que garantida a manutenção da unidade.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da 11ª (décima primeira) parcela de 2018.

ADEILSON LOUREIRO CAVALCANTE

ANEXO

UF	Município	IBGE	CNES	Proposta	Opção	CÓD	NUP - SEI	Valor Anual de Qualificação	Gestão
MG	Sarzedo	316553	5922313	16637	III	82.04	25000.122707/2018-34	R$ 1.200.000,00	Municipal

PORTARIA Nº 3.096, DE 27 DE SETEMBRO DE 2018

Habilita o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS I) Nação Maxacalis ao recebimento do Incentivo para a Atenção Especializada aos Povos Indígenas- IAE-PI e estabelece recursos financeiros do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar do Estado de Minas Gerais e Município de Machacalis.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando os art. 241 a 244 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõem sobre a obrigatoriedade do preenchimento do quesito raça/cor nos formulários dos Sistemas de Informações Ambulatoriais e Hospitalares (SIA/SIH);

Considerando o Anexo XIV da Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas - PNASPI;

Considerando a Portaria 2.663/GM/MS, de 11 de outubro de 2017, que regulamenta e estabelece critérios para habilitação ao recebimento do Incentivo para a Atenção Especializada aos Povos Indígenas- IAE-PI; e

Considerando a Portaria nº 3.992/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS I) Nação Maxacali, CNES 5029740 , localizado no Município de Machacalis-MG, ao recebimento do Incentivo de Atenção Especializada aos Povos Indígenas (IAE-PI), em conformidade com a Portaria 2.663/GM/MS, de 11 de outubro de 2017.

Art. 2º Fica estabelecido recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde no montante anual de R$ 64.535,36 (sessenta e quatro mil quinhentos e trinta e cinco reais e trinta e seis centavos), a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar-MAC do Estado de Minas Gerais e Município de Machacalis, conforme descrito a seguir:

§ 1º No primeiro ano os recursos serão transferidos da seguinte forma:

I - R$ 12.907,08 (doze mil novecentos e sete reais e oito centavos) correspondente à 20% (vinte por cento) do valor anual será transferido na 11ª (décima primeira) parcela de 2018.

II - R$ 51.628,28 (cinquenta e um mil seiscentos e vinte e oito reais e vinte e oito centavos) será transferido em 11 (onze) parcelas mensais a partir da 12ª (décima segunda) parcela de 2018.

§ 2º A partir do segundo ano os recursos serão transferidos em parcelas mensais no valor correspondente a 1/12 (um doze avos) do montante estabelecido no art. 2º desta Portaria.

Art. 3º Em caso de atraso ou interrupção do repasse dos recursos do Incentivo de Atenção Especializada aos Povos Indígenas (IAE-PI) por parte do Gestor local do SUS para o estabelecimento de saúde habilitado nesta Portaria, o Ministério da Saúde suspenderá a transferência dos valores ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar do Município de Machacalis/MG, fazendo também o desconto dos valores eventualmente não repassados em competências anteriores.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências mensais, de forma regular e automática, ao Fundo Municipal de Saúde de Machacalis/MG IBGE 3138906, do montante estabelecido no art. 2º, conforme os itens § 1º e § 2º, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria responsável pelo Programa de Trabalho.

Art. 5º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0000.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ADEILSON LOUREIRO CAVALCANTE

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800092

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 3.097, DE 27 DE SETEMBRO DE 2018

Habilita a Clínica de Nefrologia Renal Vida como Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Nefrologia com hemodiálise e Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Nefrologia com diálise peritoneal e estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar, do Componente Fundo de Ações Estratégicas e Compensação - FAEC, destinado ao custeio da Nefrologia no Distrito Federal.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida s normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 3.992/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Resolução - RDC nº 11, de 13 de março de 2014, que dispõe sobre os requisitos de boas práticas para o funcionamento dos serviços de diálise; e

Considerando a manifestação da Secretaria de Saúde do Estado de Distrito Federal, bem como a aprovação no âmbito do Colegiado de Gestão do Distrito Federal, por meio da Deliberação nº 18 de 02 de agosto de 2017, resolve:

Art. 1º Fica habilitado, como Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Nefrologia com hemodiálise e Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Nefrologia com diálise peritoneal, códigos 15.04 e 15.05, o seguinte estabelecimento de saúde:

CNPJ	CNES	Nome /Razão Social/Município/UF
18.783.509/0001-13	7491484	CLÍNICA DE NEFROLOGIA RENAL VIDA/ CLÍNICA DE NEFROLOGIA RENAL VIDA LTDA/BRASÍLIA/DF

Art. 2º Fica estabelecido recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar, do Componente Fundo de Ações Estratégicas e Compensação - FAEC no montante anual de R$ 3.759.513,14 (três milhões, setecentos e cinquenta e nove mil quinhentos e trezes reais e quatorze centavos), ao Distrito Federal, destinado ao custeio da Nefrologia.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no art. 2º, em parcelas mensais, para o Fundo Estadual de Saúde do Distrito Federal, após apuração da produção no Banco de Dados do Sistema de Informação Ambulatorial, observando o limite financeiro mensal estabelecido.

Art. 4º Os recursos orçamentários objeto desta Portaria correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585 - Atenção à Saúde da População para procedimentos em Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0005 (Fundo de Ações Estratégicas e Compensação - FAEC).

Parágrafo único. O recurso relativo ao estabelecimento consignado ao programa de trabalho de que trata o caput, tem como finalidade o custeio de quaisquer ações e serviços de média e alta complexidade para atenção à saúde da população, desde que garantida a manutenção da unidade.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da competência setembro de 2018.

ADEILSON LOUREIRO CAVALCANTE

PORTARIA Nº 3.100, DE 27 DE SETEMBRO DE 2018

Habilita a Ultramed como Unidade de Atenção Especializada em DRC com Hemodiálise e Unidade de Atenção Especializada em DRC com Diálise Peritonial e estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar, do Componente Fundo de Ações Estratégicas e Compensação - FAEC, destinado ao custeio da Nefrologia.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, de consolidação das normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, de consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 3.992/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Resolução - RDC nº 11, de 13 de março de 2014, que dispõe sobre os requisitos de boas práticas para o funcionamento dos serviços de diálise;

Considerando a manifestação da Secretaria de Saúde do Estado do Distrito Federal, bem como a aprovação no âmbito do Colegiado de Gestão Deliberação nº 18, de 3 de julho de 2018, conforme publicação em Diário Oficial do Distrito Federal, edição nº 134; e

Considerando a avaliação da Secretaria de Atenção à Saúde do Departamento de Atenção Especializada e Temática - Coordenação-Geral de Atenção Especializada, resolve:

Art. 1º Fica habilitado, como Unidade de Atenção Especializada em DRC com Hemodiálise - código 15.04 e Unidade de Atenção Especializada em DRC com Diálise Peritonial, código 15.05, o seguinte estabelecimento de saúde:

CNPJ	CNES	Nome/Razão Social/Município/UF
02.498.976/0001-61	7494424	ULTRAMED/POLITÉCNICA SAÚDE EIRELI ME/ BRASILIA/ DISTRITO FEDERAL

Art. 2º Fica estabelecido recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar, do Componente Fundo de Ações Estratégicas e Compensação - FAEC no montante anual de R$ 6.149.183,00 (seis milhões, cento e quarenta e nove mil e cento e oitenta e três reais), ao Distrito Federal, destinado ao custeio da Nefrologia.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no art. 2º, em parcelas mensais, para o Fundo Estadual de Saúde do Distrito Federal, após apuração da produção no Banco de Dados do Sistema de Informação Ambulatorial, observando o limite financeiro mensal estabelecido.

Art. 4º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585 - Atenção à Saúde da População para procedimentos em Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0005 (Fundo de Ações Estratégicas e Compensação - FAEC).

Parágrafo único. O recurso relativo ao estabelecimento consignado ao programa de trabalho de que trata o caput tem como finalidade o custeio de quaisquer ações e serviços de média e alta complexidade para atenção à saúde da população, desde que garantida a manutenção da unidade.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos financeiros a partir da competência setembro de 2018.

ADEILSON LOUREIRO CAVALCANTE

PORTARIA Nº 3.125, DE 27 DE SETEMBRO DE 2018

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, substituto, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.587, de 2 de janeiro de 2018, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2018;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria GM/MS 3.992, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 565, de 9 de março de 2018, que regulamenta a aplicação das emendas parlamentares que adicionarem recursos ao SUS no exercício de 2018, para incremento do Teto de Média e Alta Complexidade e do Piso de Atenção Básica, com base no disposto no art. 38, § 6º, inciso II da Lei nº 13.473, de 8 de agosto de 2017, e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação de emendas parlamentares ao orçamento do Ministério da Saúde.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800093

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 3º Os recursos desta Portaria serão organizados e transferidos na forma do Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde, nos termos do anexo

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ADEILSON CAVALCANTE

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
MG	LAGOA SANTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LAGOA SANTA	14460308000118004	37130013	299.930,00	299.930,00	10305201520YJ0031
MG	MURIAE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11273981000118001	37130001	200.000,00	200.000,00	1030520152E870031
PR	ASTORGA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE ASTORGA	08561107000118003	38140001	120.000,00	120.000,00	1030520152E870041
PR	CARLOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10601116000118009	38140001	120.000,00	120.000,00	1030520152E870041
PR	FRANCISCO BELTRAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRANCISCO BELTRAO	09165798000118004	38140001	120.000,00	120.000,00	1030520152E870041
PR	IBAITI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IBAITI	09421426000118001	38140001	120.000,00	120.000,00	1030520152E870041
PR	IRATI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	09485333000118002	30950002	130.000,00	130.000,00	1030520152E870041
PR	PITANGA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - MUNICIPIO DE PITANGA PARANA	09341315000118004	38140001	120.000,00	120.000,00	1030520152E870041
PR	RESERVA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE RESERVA - PR	15753795000118002	38140001	120.000,00	120.000,00	1030520152E870041
PR	RIBEIRAO CLARO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE (FMS)	09268008000118001	38140001	120.000,00	120.000,00	1030520152E870041
PR	RIO NEGRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	09127166000118001	38140001	120.000,00	120.000,00	1030520152E870041
TOTAL			11 PROPOSTAS			1.589.930,00	

PORTARIA Nº 3.126, DE 27 DE SETEMBRO DE 2018

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos financeiros de capital destinados à execução de obras de ampliação.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, substituto, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.587, de 2 de janeiro de 2018, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2018;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria GM/MS 3.992, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde;

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal, descrito no anexo a esta Portaria, a receber recursos financeiros de capital destinados à execução de obras de ampliação.

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação de emendas parlamentares ao orçamento do Ministério da Saúde.

Art. 3º Os recursos desta Portaria serão organizados e transferidos na forma do Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde.

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Monitoramento de Obras Fundo a Fundo (SISMOB), disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única, em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º O Estado, Município ou Distrito Federal habilitado deverá informar periodicamente a situação de execução da proposta habilitada no SISMOB, nos termos da Portaria de Consolidação nº 06/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, TITULO IX, DO FINACIAMENTO FUNDO A FUNDO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS, Arts. 1104 a 1120.

Art. 7º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 8º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ADEILSON CAVALCANTE

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS À EXECUÇÃO DE OBRAS FUNDO A FUNDO DE AMPLIAÇÃO

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
SP	SARAPUI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SARAPUI	97530536000118002	31350009 28090002	90.000,00 19.998,00	109.998,00	10301201585810035 10301201585810035
TOTAL			1 PROPOSTAS			109.998,00	

PORTARIA Nº 3.127, DE 27 DE SETEMBRO DE 2018

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos referentes ao incremento temporário do Limite Financeiro da Assistência de Média e Alta Complexidade (MAC)

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, substituto, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.587, de 2 de janeiro de 2018, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2018;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800094

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;
Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;
Considerando a Portaria GM/MS 3.992, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde;
Considerando a Portaria nº 565, de 9 de março de 2018, que regulamenta a aplicação das emendas parlamentares que adicionarem recursos ao SUS no exercício de 2018, para incremento do Teto de Média e Alta Complexidade e do Piso de Atenção Básica, com base no disposto no art. 38, § 6º, inciso II da Lei nº 13.473, de 8 de agosto de 2017, e dá outras providências, resolve:
Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria a receber recursos referentes ao incremento temporário do Limite Financeiro da Assistência de Média e Alta Complexidade (MAC).
Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação das emendas parlamentares para incremento temporário do Limite Financeiro da Assistência de Média e Alta Complexidade (MAC), observando o disposto no Capítulo II da Portaria nº 565, de 9 de março de 2018.
Art. 3º Os recursos desta Portaria são de natureza de despesa de custeio e onerarão o Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde, nos termos do anexo.
Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.
Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidas nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em até seis parcelas, em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.
Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

ADEILSON CAVALCANTE

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DE EMENDAS PARLAMENTARES DESTINADOS AO INCREMENTO TEMPORÁRIO DO TETO DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE - MAC

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	CNES	VALOR
MG	SAO GERALDO DA PIEDADE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000221714201800	35.700,00	30560001	35.700,00	10122201545250031	6534244	35.700,00
MG	SAO GERALDO DA PIEDADE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000221715201800	500,00	30560001	500,00	10122201545250031	6534244	500,00
MG	SAO GERALDO DA PIEDADE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000221719201800	99,00	30560001	99,00	10122201545250031	6534244	99,00
TOTAL			3 PROPOSTAS	36.299,00					

PORTARIA Nº 3.128, DE 27 DE SETEMBRO DE 2018

Habilita Municípios a receberem recursos referentes ao incremento temporário do Piso da Atenção Básica (PAB)

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, substituto, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e
Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;
Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;
Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;
Considerando a Lei nº 13.587, de 2 de janeiro de 2018, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2018;
Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;
Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;
Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;
Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;
Considerando a Portaria GM/MS 3.992, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde;
Considerando a Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde;
Considerando a Portaria nº 565, de 9 de março de 2018, que regulamenta a aplicação das emendas parlamentares que adicionarem recursos ao SUS no exercício de 2018, para incremento do Teto de Média e Alta Complexidade e do Piso de Atenção Básica, com base no disposto no art. 38, § 6º, inciso II da Lei nº 13.473, de 8 de agosto de 2017, e dá outras providências, resolve:
Art. 1º Fica habilitado o Município descrito no anexo a esta Portaria a receber recursos referentes ao incremento temporário do Piso da Atenção Básica (PAB).
Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação das emendas parlamentares para incremento temporário do Piso da Atenção Básica (PAB), observando o disposto no Capítulo II da Portaria nº 565, de 9 de março de 2018.
Art. 3º Os recursos desta Portaria serão organizados e transferidos na forma do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde.
Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.
Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em até seis parcelas, em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.
Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.
Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ADEILSON CAVALCANTE

ANEXO

Entes Habilitados para Recebimento de recurso de emenda para incremento temporário do componente de custeio do Piso de Atenção Básica (PAB)

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
BA	CONCEICAO DO COITE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000221454201800	28710007	360.601,00	360.601,00	10122201545250029
RN	SERRA DE SAO BENTO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SERRA DE SAO BENTO/RN	36000221534201800	38060011	150.000,00	150.000,00	10122201545250024
TOTAL			2 PROPOSTAS			510.601,00	

PORTARIA Nº 3.129, DE 27 DE SETEMBRO DE 2018

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e
Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;
Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;
Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;
Considerando a Lei nº 13.587, de 2 de janeiro de 2018, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2018;
Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;
Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800095

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;
Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;
Considerando a Portaria GM/MS 3.992, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde;
Considerando a Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde;
Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.
Art. 2º Os recursos desta Portaria serão organizados e transferidos na forma do Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde, nos termos do anexo.
Art. 3º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde www.fns.saude.gov.br.
Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.
Art. 5º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão -RAG do respectivo ente federativo beneficiado.
Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ADEILSON CAVALCANTE

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	PROGRAMA ORÇAMENTÁRIO	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
MT	DIAMANTINO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11939906000118006	858.000,00	0000	10302201585350001
TOTAL			1 PROPOSTAS	858.000,00		

DESPACHO Nº 212, DE 18 DE SETEMBRO DE 2018

Ref. Processo MS/SIPAR: nº 25000.006100/2011-31
INTERESSADOS: UNIÃO BENEFICENTE DOS TRABALHADORES DO MORENO
ASSUNTO: Recurso Administrativo interposto em face de decisão de indeferimento de Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social em saúde (CEBAS).
Decisão: À vista do que consta dos autos, adoto como razões de decidir os fundamentos de mérito apresentados na Nota Técnica nº 0154/2015-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, bem como as razões de fato e de direito expostas pela Consultoria Jurídica, nos termos do Parecer nº 00932/2016/CONJUR-MS/CGU/AGU, aprovado pelos Despachos nº 03355/2018/CONJUR-MS/CGU/AGU e 03384/2018/CONJUR-MS/CGU/AGU, e NEGO PROVIMENTO AO RECURSO ADMINISTRATIVO interposto pela UNIÃO BENEFICENTE DOS TRABALHADORES DO MORENO.

ADEILSON LOUREIRO CAVALCANTE
Ministro
Substituto

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR

DIRETORIA COLEGIADA

SECRETARIA-GERAL

NÚCLEO NO DISTRITO FEDERAL

DECISÃO DE 28 DE SETEMBRO DE 2018

A Chefe do NÚCLEO-DF, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 53 de 12/2/2017, publicada no DOU de 15/2/2016, seção 1, p. 33, pela Diretoria de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art. 43, § 2º, da Resolução Normativa - RN nº 388/2015, vem, por meio deste, dar ciência da decisão administrativa de arquivamento , em razão de reconsideração total, dos processos lista dos abaixo:

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Número do Registro ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
33903.014818/2017-41	UNIMED-SÃO GONÇALO - NITERÓI - SOC.COOP.SERV.MED.E HOSP.LTDA	34373-1	28.630.531/0001-87	Reconsideração total da decisão. Anulação do Auto de Infração nº 30662/2017	Arquivamento
33903.015832/2017-62	UNIMED DE MANAUS COOP. DO TRABALHO MÉDICO LTDA	31196-1	04.612.990/0001-70	Reconsideração total da decisão. Anulação do Auto de Infração nº 31236/2017	Arquivamento
33903.011115/2016-81	GEAP AUTOGESTÃO EM SAÚDE	32308-0	03.658.432/0001-82	Reconsideração total da decisão. Anulação do Auto de Infração nº 8864/2016	Arquivamento
33910.006222/2018-60	VIDA CARD S.A .	41893-5	16.822.554/0001-04	Reconsideração total da decisão. Anulação do Auto de Infração nº 35282/2018	Arquivamento
33910.006209/2018-19	UNIMED DE FORTALEZA SOCIEDADE COOPERATIVA MÉDICA LTDA	31714-4	05.868.278/0001-07	Reconsideração total da decisão. Anulação do Auto de Infração nº 35167/2018	Arquivamento
33910.004276/2018-91	NOTRE DAME INTERMÉDICA SAÚDE S.A .	35901-7	44.649.812/0001-38	Reconsideração total da decisão. Anulação do Auto de Infração nº 34995/2018	Arquivamento
33910.022242/2017-05	JARDIM AMÉRICA SAÚDE LTDA.	41445-0	04.800.040/0001-79	Reconsideração total da decisão. Anulação do Auto de Infração nº 32782/2017	Arquivamento
33910.006199/2018-11	MEDISANITAS BRASIL ASSISTÊNCIA INTEGRAL À SAÚDE S . A .	34852-0	62.550.256/0001-20	Reconsideração total da decisão. Anulação do Auto de Infração nº 35204/2018	Arquivamento
33910.011716/2018-66	SUL AMERICA COMPANHIA DE SEGURO SAÚDE	00624-6	01.685.053/0001-56	Reconsideração total da decisão. Anulação do Auto de Infração nº 36.802/2018	Arquivamento
33910.012587/2018-23	IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE MAUÁ	40392-0	57.553.265/0001-34	Reconsideração total da decisão. Anulação do Auto de Infração nº 37182/2018	Arquivamento
33910.012574/2018-54	CLINICA SÃO JOSÉ SAUDE LTDA	41327-5	04.272.692/0001-88	Reconsideração total da decisão. Anulação do Auto de Infração nº 37.212/2018	Arquivamento
33910.013238/2018-29	SUL AMERICA COMPANHIA DE SEGURO SAÚDE	00624-6	01.685.053/0001-56	Reconsideração total da decisão. Anulação do Auto de Infração nº 37459/2018	Arquivamento
33910.014391/2018-73	AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A.	32630-5	29.309.127/0001-79	Reconsideração total da decisão. Anulação do Auto de Infração nº 37815/2018	Arquivamento
33910.022401/2017-63	QUALICORP ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS S.A.	41717-3	07.658.098/0001-18	Reconsideração total da decisão. Anulação do Auto de Infração nº 32694/2017	Arquivamento
33910.013260/2018-79	UNIMED SEGUROS SAÚDE S . A .	00070-1	04.487.255/0001-81	Reconsideração total da decisão. Anulação do Auto de Infração nº 37471/2018	Arquivamento
33910.011733/2018-01	CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL	34665-9	33.719.485/0001-27	Reconsideração total da decisão. Anulação do Auto de Infração nº 36919/2018	Arquivamento
33910.012652/2018-11	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	31292-4	00.360.305/0001-04	Reconsideração total da decisão. Anulação do Auto de Infração nº 37.222/2018	Arquivamento
33910.014417/2018-83	SAÚDE SIM LTDA	32011-1	02.464.179/0001-63	Reconsideração total da decisão. Anulação do Auto de Infração nº 37774/2018	Arquivamento
33910.016676/2018-49	CONTEM ADMINISTRADORA DE PLANOS DE SAÚDE LTDA	41832-3	13.286.268/0001-83	Reconsideração total da decisão. Anulação do Auto de Infração nº 38345/2018	Arquivamento
33910.013827/2018-15	GRUPO HOSPITALAR DO RIO DE JANEIRO LTDA	30922-2	31.925.548/0001-76	Reconsideração total da decisão. Anulação do Auto de Infração nº 37814/2018	Arquivamento
33910.013255/2018-66	SALUTAR SAÚDE SEGURADORA S.A.	00002-7	04.518.814/0001-73	Reconsideração total da decisão. Anulação do Auto de Infração nº 37505/2018	Arquivamento
33910.009486/2018-75	UNIMED - BELO HORIZONTE COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	34388-9	16.513.178/0001-76	Reconsideração total da decisão. Anulação do Auto de Infração nº 3 8203 /2018	Arquivamento
33910.017681/2018-79	SALUTAR SAÚDE SEGURADORA S.A.	00002-7	04.518.814/0001-73	Reconsideração total da decisão. Anulação do Auto de Infração nº 38902/2018	Arquivamento
33910.017685/2018-57	CAIXA DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE - CABERJ	32436-1	42.182.170/0001-84	Reconsideração total da decisão. Anulação do Auto de Infração nº 38886/2018	Arquivamento

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800096

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

33910.012575/2018-07	NOTRE DAME INTERMÉDICA SAÚDE S.A.	35901-7	44.649.812/0001-38	Reconsideração total da decisão. Anulação do Auto de Infração nº 37213/2018	Arquivamento
33902.478058/2016-26	SUL AMERICA COMPANHIA DE SEGURO SAÚDE	00624-6	01.685.053/0001-56	Reconsideração total da decisão. Anulação do Auto de Infração nº 27114/2017	Arquivamento
25780.009887/2017-49	UNIMED-RIO COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO DO RIO DE JANEIRO	39332-1	42.163.881/0001-01	Reconsideração total da decisão. Anulação do Auto de Infração nº 34832/2018	Arquivamento
25773.011284/2016-15	HAPVIDA ASSISTENCIA MEDICA LTDA	36825-3	63.554.067/0001-98	Reconsideração total da decisão. Anulação do Auto de Infração nº 35776/2018	Arquivamento
33910.020150/2018-63	BIOVIDA SAÚDE LTDA.	41511-1	04.299.138/0001-94	Reconsideração total da decisão. Anulação do Auto de Infração nº 39.305/2018	Arquivamento
33910.014399/2018-30	SÃO FRANCISCO SISTEMAS DE SAÚDE SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	30209-1	01.613.433/0001-85	Reconsideração total da decisão. Anulação do Auto de Infração nº 37.910/2018	Arquivamento

LARA SOARES DINIZ

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

DIRETORIA COLEGIADA

ARESTO N° 1.187, DE 27 DE SETEMBRO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, com fundamento no art. 15, VI da Lei n. 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e no art. 64 da Lei n. 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no art. 53, VII do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº. 61, de 3 de fevereiro de 2016, vem tornar pública a seguinte decisão administrativa recursal:

AUTUADO: HYPERMARCAS S.A. CNPJ/CPF: 02.932.074/0003-53

25351.602189/2009-16 - AIS :0529/2009 GGPRO /ANVISA

Não conhecer do recurso, por intempestividade, MANTENDO A PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 20.000,00 (VINTE MIL REAIS), POR UNANIMIDADE. REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA - ROP Nº 018/2018, DE 14/08/2018.

WILLIAM DIB
Diretor-Presidente

CONSULTA PÚBLICA Nº 553, DE 24 DE SETEMBRO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 15, III e IV aliado ao art. 7º, III, e IV, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e ao art. 53, III, §§ 1º e 3º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve submeter à consulta pública, para comentários e sugestões do público em geral, a proposta em Anexo, conforme deliberado em reunião realizada em 18 de setembro de 2018, e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação.

Art. 1º Fica aberto, a contar da data de publicação desta Consulta Pública, o prazo de 30 (trinta) dias para que sejam apresentadas críticas e sugestões relativas à proposta de Resolução que inclui as culturas: Alstroemeria, Alyssum, Amaryllis, Azaléa, Boca de Leão, Cana Indica, Celóisia, Coleus, Cravo, Euonymus, Folhagens (Ruscus, Pitósporo), Gardenia, Gerânio, Gerbera, Gladiolos, Hortênsia, Lantana, Lírio, Lisianthus, Margarida, Sálvia, Sedum makinoi, Verbena, Vinca e Zinnia, com LMR e IS "Uso não alimentar", todas na modalidade de emprego (aplicação) Foliar, na monografia do ingrediente ativo C58 - ALFA-CIPERMETRINA.

Art. 2º Tendo em vista a unificação dos Limites Máximos de Resíduos (LMR) e a definição de resíduos das monografias referentes aos isômeros de Cipermetrina, nas monografias dos ingredientes ativos C10 - CIPERMETRINA, C58 - ALFA-CIPERMETRINA, C59 - BETACIPERMETRINA e C60 - ZETA-CIPERMETRINA, a alteração proposta no art. 1° será registrada na tabela de LMRs unificada das monografias presentes neste artigo.

Art. 3º A proposta supracitada estará disponível na íntegra no site da Anvisa, no endereço eletrônico http://www.anvisa.gov.br, e as sugestões deverão ser encaminhadas por escrito, em formulário próprio, para o endereço: Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Gerência-Geral de Toxicologia, SIA Trecho 5, Área Especial 57, Brasília/DF, CEP 71.205-050; ou para o fax (61) 3462-5726; ou para o e-mail cp.toxicologia@anvisa.gov.br.

§1° O formulário para envio de contribuições permanecerá à disposição dos interessados no endereço eletrônico http://portal.anvisa.gov.br/agrotoxicos/publicacoes.

§2° As contribuições recebidas serão públicas e permanecerão à disposição de todos no site da Anvisa.

§3° As contribuições não enviadas no formulário de que trata o parágrafo anterior ou recebidas fora do prazo não serão consideradas para efeitos de consolidação do texto final.

Art. 4º Findo o prazo estipulado no art. 1º, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária promoverá a análise das contribuições e, após a deliberação da Diretoria Colegiada, disponibilizará o resultado da consulta pública no site da Anvisa.

Parágrafo único. A Agência poderá, conforme necessidade e razões de conveniência e oportunidade, articular-se com os órgãos e entidades envolvidos e aqueles que tenham manifestado interesse na matéria para subsidiar posteriores discussões técnicas e deliberação final da Diretoria Colegiada.

WILLIAM DIB

ANEXO

PROPOSTA EM CONSULTA PÚBLICA
Processo nº: 25351.823650/2010-91
Assunto: Proposta para o ingrediente ativo C58 - ALFA-CIPERMETRINA, contido na Relação de Monografias dos Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Domissanitários e Preservantes de Madeira, publicada por meio da Resolução - RE N° 165, de 29 de agosto de 2003, DOU de 02 de setembro de 2003.
Área responsável: Gerência-Geral de Toxicologia - GGTOX
Relator: Alessandra Bastos Soares

CONSULTA PÚBLICA Nº 554, DE 24 DE SETEMBRO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 15, III e IV aliado ao art. 7º, III, e IV, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e ao art. 53, III, §§ 1º e 3º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve submeter à consulta pública, para comentários e sugestões do público em geral, a proposta em Anexo, conforme deliberado em reunião realizada em 18 de setembro de 2018, e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação.

Art. 1º Fica aberto, a contar da data de publicação desta Consulta Pública, o prazo de 30 (trinta) dias para que sejam apresentadas críticas e sugestões relativas à proposta de inclusão da cultura do Sorgo, com LMR de 2,0 mg/kg e IS de 20 dias, modalidade de emprego (aplicação) Foliar, na monografia do ingrediente ativo E05 - ETEFOM, contido na Relação de Monografias dos Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Domissanitários e Preservantes de Madeira, publicada por meio da Resolução - RE N° 165, de 29 de agosto de 2003, DOU de 2 de setembro de 2003.

Art. 2º A proposta supracitada estará disponível na íntegra no site da Anvisa, no endereço eletrônico http://www.anvisa.gov.br, e as sugestões deverão ser encaminhadas por escrito, em formulário próprio, para o endereço: Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Gerência-Geral de Toxicologia, SIA Trecho 5, Área Especial 57, Brasília/DF, CEP 71.205-050; ou para o fax (61) 3462-5726; ou para o e-mail cp.toxicologia@anvisa.gov.br.

§1° O formulário para envio de contribuições permanecerá à disposição dos interessados no endereço eletrônico http://portal.anvisa.gov.br/agrotoxicos/publicacoes.

§2° As contribuições recebidas serão públicas e permanecerão à disposição de todos no site da Anvisa.

§3° As contribuições não enviadas no formulário de que trata o parágrafo anterior ou recebidas fora do prazo não serão consideradas para efeitos de consolidação do texto final.

Art. 3º Findo o prazo estipulado no art. 1º, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária promoverá a análise das contribuições e, após a deliberação da Diretoria Colegiada, disponibilizará o resultado da consulta pública no site da Anvisa.

Parágrafo único. A Agência poderá, conforme necessidade e razões de conveniência e oportunidade, articular-se com os órgãos e entidades envolvidos e aqueles que tenham manifestado interesse na matéria para subsidiar posteriores discussões técnicas e deliberação final da Diretoria Colegiada.

WILLIAM DIB

ANEXO

PROPOSTA EM CONSULTA PÚBLICA
Processo nº: 25000.015697/89-02
Assunto: Proposta para o ingrediente ativo E05 - ETEFOM, contido na Relação de Monografias dos Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Domissanitários e Preservantes de Madeira, publicada por meio da Resolução - RE N° 165, de 29 de agosto de 2003, DOU de 2 de setembro de 2003.
Área responsável: Gerência-Geral de Toxicologia - GGTOX
Relator: Alessandra Bastos Soares

CONSULTA PÚBLICA Nº 555, DE 24 DE SETEMBRO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 15, III e IV aliado ao art. 7º, III, e IV, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e ao art. 53, III, §§ 1º e 3º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve submeter à consulta pública, para comentários e sugestões do público em geral, a proposta em Anexo, conforme deliberado em reunião realizada em 18 de setembro de 2018, e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação.

Art. 1º Fica aberto, a contar da data de publicação desta Consulta Pública, o prazo de 30 (trinta) dias para que sejam apresentadas críticas e sugestões relativas à proposta de inclusão das culturas: Calandiva, Gérbera, Kalanchoe, Orquídeas e Violeta, com LMR e IS "Uso não alimentar", todas na modalidade de emprego (aplicação) foliar, na monografia do ingrediente ativo M31 - METALAXIL-M, contido na Relação de Monografias dos Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Domissanitários e Preservantes de Madeira, publicada por meio da Resolução - RE N° 165, de 29 de agosto de 2003, DOU de 2 de setembro de 2003.

Art. 2º A proposta supracitada estará disponível na íntegra no site da Anvisa, no endereço eletrônico http://www.anvisa.gov.br, e as sugestões deverão ser encaminhadas por escrito, em formulário próprio, para o endereço: Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Gerência-Geral de Toxicologia, SIA Trecho 5, Área Especial 57, Brasília/DF, CEP 71.205-050; ou para o fax (61) 3462-5726; ou para o e-mail cp.toxicologia@anvisa.gov.br.

§1° O formulário para envio de contribuições permanecerá à disposição dos interessados no endereço eletrônico http://portal.anvisa.gov.br/agrotoxicos/publicacoes.

§2° As contribuições recebidas serão públicas e permanecerão à disposição de todos no site da Anvisa.

§3° As contribuições não enviadas no formulário de que trata o parágrafo anterior ou recebidas fora do prazo não serão consideradas para efeitos de consolidação do texto final.

Art. 3º Findo o prazo estipulado no art. 1º, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária promoverá a análise das contribuições e, após a deliberação da Diretoria Colegiada, disponibilizará o resultado da consulta pública no site da Anvisa.

Parágrafo único. A Agência poderá, conforme necessidade e razões de conveniência e oportunidade, articular-se com os órgãos e entidades envolvidos e aqueles que tenham manifestado interesse na matéria para subsidiar posteriores discussões técnicas e deliberação final da Diretoria Colegiada.

WILLIAM DIB

ANEXO

PROPOSTA EM CONSULTA PÚBLICA
Processo nº: 25351.324838/2005-50
Assunto: Proposta para o ingrediente ativo M31 - METALAXIL-M, contido na Relação de Monografias dos Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Domissanitários e Preservantes de Madeira, publicada por meio da Resolução - RE N° 165, de 29 de agosto de 2003, DOU de 2 de setembro de 2003.
Área responsável: Gerência-Geral de Toxicologia - GGTOX
Relator: Alessandra Bastos Soares

CONSULTA PÚBLICA Nº 556, DE 24 DE SETEMBRO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 15, III e IV aliado ao art. 7º, III, e IV, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e ao art. 53, III, §§ 1º e 3º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve submeter à consulta pública, para comentários e sugestões do público em geral, a proposta em Anexo, conforme deliberado em reunião realizada em 18 de setembro de 2018, e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação.

Art. 1º Fica aberto, a contar da data de publicação desta Consulta Pública, o prazo de 30 (trinta) dias para que sejam apresentadas críticas e sugestões relativas à proposta de inclusão das culturas: Calandiva, Gérbera e Kalanchoe, com LMR e IS "Uso não alimentar", todas na modalidade de emprego (aplicação) foliar, na monografia do ingrediente ativo C18 - CLOROTALONIL, contido na Relação de Monografias dos Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Domissanitários e Preservantes de Madeira, publicada por meio da Resolução - RE N° 165, de 29 de agosto de 2003, DOU de 2 de setembro de 2003.

Art. 2º A proposta supracitada estará disponível na íntegra no site da Anvisa, no endereço eletrônico http://www.anvisa.gov.br, e as sugestões deverão ser encaminhadas por escrito, em formulário próprio, para o endereço: Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Gerência-Geral de Toxicologia, SIA Trecho 5, Área Especial 57, Brasília/DF, CEP 71.205-050; ou para o fax (61) 3462-5726; ou para o e-mail cp.toxicologia@anvisa.gov.br.

§1° O formulário para envio de contribuições permanecerá à disposição dos interessados no endereço eletrônico http://portal.anvisa.gov.br/agrotoxicos/publicacoes.

§2° As contribuições recebidas serão públicas e permanecerão à disposição de todos no site da Anvisa.

§3° As contribuições não enviadas no formulário de que trata o parágrafo anterior ou recebidas fora do prazo não serão consideradas para efeitos de consolidação do texto final.

Art. 3º Findo o prazo estipulado no art. 1º, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária promoverá a análise das contribuições e, após a deliberação da Diretoria Colegiada, disponibilizará o resultado da consulta pública no site da Anvisa.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800097

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Parágrafo único. A Agência poderá, conforme necessidade e razões de conveniência e oportunidade, articular-se com os órgãos e entidades envolvidos e aqueles que tenham manifestado interesse na matéria para subsidiar posteriores discussões técnicas e deliberação final da Diretoria Colegiada.

WILLIAM DIB

ANEXO

PROPOSTA EM CONSULTA PÚBLICA
Processo nº: 25351.324838/2005-50
Assunto: Proposta para o ingrediente ativo C18 - CLOROTALONIL, contido na Relação de Monografias dos Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Domissanitários e Preservantes de Madeira, publicada por meio da Resolução - RE N° 165, de 29 de agosto de 2003, DOU de 2 de setembro de 2003.
Área responsável: Gerência-Geral de Toxicologia - GGTOX
Relator: Alessandra Bastos Soares

CONSULTA PÚBLICA Nº 557, DE 24 DE SETEMBRO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 15, III e IV aliado ao art. 7º, III, e IV, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e ao art. 53, III, §§ 1º e 3º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve submeter à consulta pública, para comentários e sugestões do público em geral, a proposta em Anexo, conforme deliberado em reunião realizada em 18 de setembro de 2018, e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação.

Art. 1º Fica aberto, a contar da data de publicação desta Consulta Pública, o prazo de 30 (trinta) dias para que sejam apresentadas críticas e sugestões relativas à proposta de inclusão da cultura do Milheto, com LMR de 0,1 mg/kg e IS de 45 dias, modalidade de emprego (aplicação) Foliar, na monografia do ingrediente ativo P06 - PERMETRINA, contido na Relação de Monografias dos Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Domissanitários e Preservantes de Madeira, publicada por meio da Resolução - RE N° 165, de 29 de agosto de 2003, DOU de 2 de setembro de 2003.

Art. 2º A proposta supracitada estará disponível na íntegra no site da Anvisa, no endereço eletrônico http://www.anvisa.gov.br, e as sugestões deverão ser encaminhadas por escrito, em formulário próprio, para o endereço: Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Gerência-Geral de Toxicologia, SIA Trecho 5, Área Especial 57, Brasília/DF, CEP 71.205-050; ou para o fax (61) 3462-5726; ou para o e-mail cp.toxicologia@anvisa.gov.br.

§1° O formulário para envio de contribuições permanecerá à disposição dos interessados no endereço eletrônico http://portal.anvisa.gov.br/agrotoxicos/publicacoes.

§2° As contribuições recebidas serão públicas e permanecerão à disposição de todos no site da Anvisa.

§3° As contribuições não enviadas no formulário de que trata o parágrafo anterior ou recebidas fora do prazo não serão consideradas para efeitos de consolidação do texto final.

Art. 3º Findo o prazo estipulado no art. 1º, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária promoverá a análise das contribuições e, após a deliberação da Diretoria Colegiada, disponibilizará o resultado da consulta pública no site da Anvisa.

Parágrafo único. A Agência poderá, conforme necessidade e razões de conveniência e oportunidade, articular-se com os órgãos e entidades envolvidos e aqueles que tenham manifestado interesse na matéria para subsidiar posteriores discussões técnicas e deliberação final da Diretoria Colegiada.

WILLIAM DIB

ANEXO

PROPOSTA EM CONSULTA PÚBLICA
Processo nº: 25351.669518/2009-43
Assunto: Proposta para o ingrediente ativo P06 - PERMETRINA, contido na Relação de Monografias dos Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Domissanitários e Preservantes de Madeira, publicada por meio da Resolução - RE N° 165, de 29 de agosto de 2003, DOU de 2 de setembro de 2003.
Área responsável: Gerência-Geral de Toxicologia - GGTOX
Relator: Alessandra Bastos Soares

CONSULTA PÚBLICA Nº 561, DE 24 DE SETEMBRO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 15, III e IV aliado ao art. 7º, III, e IV, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e ao art. 53, III, §§ 1º e 3º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve submeter à consulta pública, para comentários e sugestões do público em geral, a proposta em Anexo, conforme deliberado em reunião realizada em 18 de setembro de 2018, e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação.

Art. 1º Fica aberto, a contar da data de publicação desta Consulta Pública, o prazo de 30 (trinta) dias para que sejam apresentadas críticas e sugestões relativas à proposta de inclusão da cepa BV-11, exclusão de indicação de cultura, de modalidade de emprego, de classificação toxicológica e alvos biológicos, visto que essas características são apresentadas em cada produto comercial, na monografia do ingrediente ativo T64 - TRICHODERMA ASPERELLUM, contido na Relação de Monografias dos Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Domissanitários e Preservantes de Madeira, publicada por meio da Resolução - RE N° 165, de 29 de agosto de 2003, DOU de 2 de setembro de 2003.

Art. 2º A proposta supracitada estará disponível na íntegra no site da Anvisa, no endereço eletrônico http://www.anvisa.gov.br, e as sugestões deverão ser encaminhadas por escrito, em formulário próprio, para o endereço: Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Gerência-Geral de Toxicologia, SIA Trecho 5, Área Especial 57, Brasília/DF, CEP 71.205-050; ou para o fax (61) 3462-5726; ou para o e-mail cp.toxicologia@anvisa.gov.br.

§1° O formulário para envio de contribuições permanecerá à disposição dos interessados no endereço eletrônico http://portal.anvisa.gov.br/agrotoxicos/publicacoes.

§2° As contribuições recebidas serão públicas e permanecerão à disposição de todos no site da Anvisa.

§3° As contribuições não enviadas no formulário de que trata o parágrafo anterior ou recebidas fora do prazo não serão consideradas para efeitos de consolidação do texto final.

Art. 3º Findo o prazo estipulado no art. 1º, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária promoverá a análise das contribuições e, após a deliberação da Diretoria Colegiada, disponibilizará o resultado da consulta pública no site da Anvisa.

Parágrafo único. A Agência poderá, conforme necessidade e razões de conveniência e oportunidade, articular-se com os órgãos e entidades envolvidos e aqueles que tenham manifestado interesse na matéria para subsidiar posteriores discussões técnicas e deliberação final da Diretoria Colegiada.

WILLIAM DIB

ANEXO

PROPOSTA EM CONSULTA PÚBLICA
Processo nº: 25351.140033/2018-70
Assunto: Proposta para o ingrediente ativo T64 - TRICHODERMA ASPERELLUM, contido na Relação de Monografias dos Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Domissanitários e Preservantes de Madeira, publicada por meio da Resolução - RE N° 165, de 29 de agosto de 2003, DOU de 2 de setembro de 2003.
Área responsável: Gerência-Geral de Toxicologia - GGTOX
Relator: Alessandra Bastos Soares

CONSULTA PÚBLICA Nº 562, DE 24 DE SETEMBRO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 15, III e IV aliado ao art. 7º, III, e IV, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e ao art. 53, III, §§ 1º e 3º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve submeter à consulta pública, para comentários e sugestões do público em geral, a proposta em Anexo, conforme deliberado em reunião realizada em 18 de setembro de 2018, e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação.

Art. 1º Fica aberto, a contar da data de publicação desta Consulta Pública, o prazo de 30 (trinta) dias para que sejam apresentadas críticas e sugestões relativas à proposta de inclusão das culturas de alho e cebola, com LMR de 0,02 mg/kg e IS de 3 dias; caqui, carambola e figo, com LMR de 2,0 mg/kg e IS de 3 dias; mangaba, com LMR de 0,5 mg/kg e IS de 3 dias; ameixa, marmelo, nectarina, nêspera e pera, com LMR de 0,3 mg/kg e IS de 3 dias; acelga, agrião, almeirão, chicória, espinafre, mostarda e rúcula, com LMR de 4,0 mg/kg e IS de 3 dias, todas na modalidade de emprego (aplicação) Foliar; altera o LMR de 1,5 para 2,0 mg/kg na cultura da uva e altera o LMR de 0,4 para 0,5 mg/kg na cultura da goiaba, na monografia do ingrediente ativo E19 - ETOFENPROXI, contido na Relação de Monografias dos Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Domissanitários e Preservantes de Madeira, publicada por meio da Resolução - RE N° 165, de 29 de agosto de 2003, DOU de 2 de setembro de 2003.

Art. 2º A proposta supracitada estará disponível na íntegra no site da Anvisa, no endereço eletrônico http://www.anvisa.gov.br, e as sugestões deverão ser encaminhadas por escrito, em formulário próprio, para o endereço: Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Gerência-Geral de Toxicologia, SIA Trecho 5, Área Especial 57, Brasília/DF, CEP 71.205-050; ou para o fax (61) 3462-5726; ou para o e-mail cp.toxicologia@anvisa.gov.br.

§1° O formulário para envio de contribuições permanecerá à disposição dos interessados no endereço eletrônico http://portal.anvisa.gov.br/agrotoxicos/publicacoes.

§2° As contribuições recebidas serão públicas e permanecerão à disposição de todos no site da Anvisa.

§3° As contribuições não enviadas no formulário de que trata o parágrafo anterior ou recebidas fora do prazo não serão consideradas para efeitos de consolidação do texto final.

Art. 3º Findo o prazo estipulado no art. 1º, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária promoverá a análise das contribuições e, após a deliberação da Diretoria Colegiada, disponibilizará o resultado da consulta pública no site da Anvisa.

Parágrafo único. A Agência poderá, conforme necessidade e razões de conveniência e oportunidade, articular-se com os órgãos e entidades envolvidos e aqueles que tenham manifestado interesse na matéria para subsidiar posteriores discussões técnicas e deliberação final da Diretoria Colegiada.

WILLIAM DIB

ANEXO

PROPOSTA EM CONSULTA PÚBLICA
Processo nº: 25351.004208/2015-63
Assunto: Proposta para o ingrediente ativo E19 - ETOFENPROXI, contido na Relação de Monografias dos Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Domissanitários e Preservantes de Madeira, publicada por meio da Resolução - RE N° 165, de 29 de agosto de 2003, DOU de 2 de setembro de 2003.
Área responsável: Gerência-Geral de Toxicologia - GGTOX
Relator: Alessandra Bastos Soares

CONSULTA PÚBLICA N° 564, DE 26 DE SETEMBRO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 15, III e IV aliado ao art. 7º, III, e IV, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e ao art. 53, III, §§ 1º e 3º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve submeter à consulta pública, para comentários e sugestões do público em geral, a proposta em Anexo, conforme deliberado em reunião realizada em 18 de setembro de 2018, e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação.

Art. 1º Fica aberto, a contar da data de publicação desta Consulta Pública, o prazo de 30 (trinta) dias para que sejam apresentadas críticas e sugestões relativas à proposta de alteração do LMR de 0,1 para 0,01 mg/kg e o IS de 14 para 7 dias na cultura da Cebola, na monografia do ingrediente ativo A38 - ACIBENZOLAR-S-METÍLICO, contido na Relação de Monografias dos Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Domissanitários e Preservantes de Madeira, publicada por meio da Resolução - RE N° 165, de 29 de agosto de 2003, DOU de 2 de setembro de 2003.

Art. 2º A proposta supracitada estará disponível na íntegra no site da Anvisa, no endereço eletrônico http://www.anvisa.gov.br, e as sugestões deverão ser encaminhadas por escrito, em formulário próprio, para o endereço: Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Gerência-Geral de Toxicologia, SIA Trecho 5, Área Especial 57, Brasília/DF, CEP 71.205-050; ou para o fax (61) 3462-5726; ou para o e-mail cp.toxicologia@anvisa.gov.br.

§1° O formulário para envio de contribuições permanecerá à disposição dos interessados no endereço eletrônico http://portal.anvisa.gov.br/agrotoxicos/publicacoes.

§2° As contribuições recebidas serão públicas e permanecerão à disposição de todos no site da Anvisa.

§3° As contribuições não enviadas no formulário de que trata o parágrafo anterior ou recebidas fora do prazo não serão consideradas para efeitos de consolidação do texto final.

Art. 3º Findo o prazo estipulado no art. 1º, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária promoverá a análise das contribuições e, após a deliberação da Diretoria Colegiada, disponibilizará o resultado da consulta pública no site da Anvisa.

Parágrafo único. A Agência poderá, conforme necessidade e razões de conveniência e oportunidade, articular-se com os órgãos e entidades envolvidos e aqueles que tenham manifestado interesse na matéria para subsidiar posteriores discussões técnicas e deliberação final da Diretoria Colegiada.

WILLIAM DIB

ANEXO

PROPOSTA EM CONSULTA PÚBLICA
Processo nº: 25351.004838/00-23
Assunto: Proposta para o ingrediente ativo A38 - ACIBENZOLAR-S-METÍLICO, contido na Relação de Monografias dos Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Domissanitários e Preservantes de Madeira, publicada por meio da Resolução - RE N° 165, de 29 de agosto de 2003, DOU de 2 de setembro de 2003.
Área responsável: Gerência-Geral de Toxicologia - GGTOX
Relator: Alessandra Bastos Soares

CONSULTA PÚBLICA Nº 563, DE 24 DE SETEMBRO DE 2018

Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 15, III e IV aliado ao art. 7º, III, e IV, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e ao art. 53, III, §§ 1º e 3º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve submeter à consulta pública, para comentários e sugestões do público em geral, a proposta em Anexo, conforme deliberado em reunião realizada em 18 de setembro de 2018, e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação.

Art. 1º Fica aberto, a contar da data de publicação desta Consulta Pública, o prazo de 30 (trinta) dias para que sejam apresentadas críticas e sugestões relativas à proposta de inclusão das culturas: Alstroemeria, Alyssum, Amaryllis, Azaléa, Boca de Leão, Cana Indica, Celóisia, Coleus, Cravo, Euonymus, Folhagens (Ruscus, Pittosporum), Gardênia, Gerânio, Gérbera, Gladíolos, Hortênsia, Lantana, Lírio, Lisianthus, Margarida, Sálvia, Sedum makinoi, Verbena, Vinca e Zinnia, com LMR e IS "Uso não alimentar"; Alho e Cebola, com LMR de 0,01 mg/kg e IS de 3 dias; Caqui, Carambola e Figo, com LMR de 0,3 mg/kg e IS de 3 dias; Ameixa, Marmelo, Nectarina, Nêspera e Pera, com LMR de 0,2 mg/kg e IS de 3 dias; e Acelga, Agrião, Almeirão, Chicória, Espinafre, Mangaba, Mostarda e Rúcula, com LMR de 1,0 mg/kg e IS de 3 dias; e altera o LMR de 0,1 para 0,2 mg/kg na cultura do Pêssego, todas na modalidade de emprego (aplicação) Foliar, na monografia do ingrediente ativo A29

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800098

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

- ACETAMIPRIDO, contido na Relação de Monografias dos Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Domissanitários e Preservantes de Madeira, publicada por meio da Resolução - RE N° 165, de 29 de agosto de 2003, DOU de 2 de setembro de 2003.

Art. 2º A proposta supracitada estará disponível na íntegra no site da Anvisa, no endereço eletrônico http://www.anvisa.gov.br, e as sugestões deverão ser encaminhadas por escrito, em formulário próprio, para o endereço: Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Gerência-Geral de Toxicologia, SIA Trecho 5, Área Especial 57, Brasília/DF, CEP 71.205-050; ou para o fax (61) 3462-5726; ou para o e-mail cp.toxicologia@anvisa.gov.br.

§1° O formulário para envio de contribuições permanecerá à disposição dos interessados no endereço eletrônico http://portal.anvisa.gov.br/agrotoxicos/publicacoes.

§2° As contribuições recebidas serão públicas e permanecerão à disposição de todos no site da Anvisa.

§3° As contribuições não enviadas no formulário de que trata o parágrafo anterior ou recebidas fora do prazo não serão consideradas para efeitos de consolidação do texto final.

Art. 3º Findo o prazo estipulado no art. 1º, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária promoverá a análise das contribuições e, após a deliberação da Diretoria Colegiada, disponibilizará o resultado da consulta pública no site da Anvisa.

Parágrafo único. A Agência poderá, conforme necessidade e razões de conveniência e oportunidade, articular-se com os órgãos e entidades envolvidos e aqueles que tenham manifestado interesse na matéria para subsidiar posteriores discussões técnicas e deliberação final da Diretoria Colegiada.

WILLIAM DIB

ANEXO

PROPOSTA EM CONSULTA PÚBLICA

Processo nº: 25351.823650/2010-91 e 25351.004208/2015-63

Assunto: Proposta para o ingrediente ativo A29 - ACETAMIPRIDO, contido na Relação de Monografias dos Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Domissanitários e Preservantes de Madeira, publicada por meio da Resolução - RE N° 165, de 29 de agosto de 2003, DOU de 2 de setembro de 2003.

Área responsável: Gerência-Geral de Toxicologia - GGTOX

Relator: Alessandra Bastos Soares

CONSULTA PÚBLICA N° 565, DE 26 DE SETEMBRO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 15, III e IV aliado ao art. 7º, III, e IV, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e ao art. 53, III, §§ 1º e 3º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve submeter à consulta pública, para comentários e sugestões do público em geral, a proposta em Anexo, conforme deliberado em reunião realizada em 18 de setembro de 2018, e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação.

Art. 1º Fica aberto, a contar da data de publicação desta Consulta Pública, o prazo de 30 (trinta) dias para que sejam apresentadas críticas e sugestões relativas à proposta de inclusão das culturas de Abacate, Abóbora, Abobrinha, Alho, Aveia, Batata-doce, Berinjela, Caju, Caqui, Centeio, Cevada, Chuchu, Couve, Couve-Chinesa, Couve-de-Bruxelas, Couve-Flor, Figo, Goiaba, Manga, Pepino, Pêssego, Pimenta, Pimentão, Quiabo, Repolho e Triticale, todas na modalidade de emprego (aplicação) Foliar, na monografia do ingrediente ativo M47 - MELALEUCA ALTERNIFOLIA, contido na Relação de Monografias dos Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Domissanitários e Preservantes de Madeira, publicada por meio da Resolução - RE N° 165, de 29 de agosto de 2003, DOU de 2 de setembro de 2003.

Art. 2º A proposta supracitada estará disponível na íntegra no site da Anvisa, no endereço eletrônico http://www.anvisa.gov.br, e as sugestões deverão ser encaminhadas por escrito, em formulário próprio, para o endereço: Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Gerência-Geral de Toxicologia, SIA Trecho 5, Área Especial 57, Brasília/DF, CEP 71.205-050; ou para o fax (61) 3462-5726; ou para o e-mail cp.toxicologia@anvisa.gov.br.

§1° O formulário para envio de contribuições permanecerá à disposição dos interessados no endereço eletrônico http://portal.anvisa.gov.br/agrotoxicos/publicacoes.

§2° As contribuições recebidas serão públicas e permanecerão à disposição de todos no site da Anvisa.

§3° As contribuições não enviadas no formulário de que trata o parágrafo anterior ou recebidas fora do prazo não serão consideradas para efeitos de consolidação do texto final.

Art. 3º Findo o prazo estipulado no art. 1º, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária promoverá a análise das contribuições e, após a deliberação da Diretoria Colegiada, disponibilizará o resultado da consulta pública no site da Anvisa.

Parágrafo único. A Agência poderá, conforme necessidade e razões de conveniência e oportunidade, articular-se com os órgãos e entidades envolvidos e aqueles que tenham manifestado interesse na matéria para subsidiar posteriores discussões técnicas e deliberação final da Diretoria Colegiada.

WILLIAM DIB

ANEXO

PROPOSTA EM CONSULTA PÚBLICA

Processo nº: 25351.336298/2012-58

Assunto: Proposta para o ingrediente ativo M47 - MELALEUCA ALTERNIFOLIA, contido na Relação de Monografias dos Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Domissanitários e Preservantes de Madeira, publicada por meio da Resolução - RE N° 165, de 29 de agosto de 2003, DOU de 2 de setembro de 2003.

Área responsável: Gerência-Geral de Toxicologia - GGTOX

Relator: Alessandra Bastos Soares

CONSULTA PÚBLICA N° 566, DE 26 DE SETEMBRO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 15, III e IV aliado ao art. 7º, III, e IV, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e ao art. 53, III, §§ 1º e 3º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve submeter à consulta pública, para comentários e sugestões do público em geral, a proposta em Anexo, conforme deliberado em reunião realizada em 18 de setembro de 2018, e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação.

Art. 1º Fica aberto, a contar da data de publicação desta Consulta Pública, o prazo de 30 (trinta) dias para que sejam apresentadas críticas e sugestões relativas à proposta de exclusão da monografia do ingrediente ativo A07 - ALDICARBE, contido na Relação de Monografias dos Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Domissanitários e Preservantes de Madeira, publicada por meio da Resolução - RE N° 165, de 29 de agosto de 2003, DOU de 2 de setembro de 2003.

Art. 2º A proposta supracitada estará disponível na íntegra no site da Anvisa, no endereço eletrônico http://www.anvisa.gov.br, e as sugestões deverão ser encaminhadas por escrito, em formulário próprio, para o endereço: Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Gerência-Geral de Toxicologia, SIA Trecho 5, Área Especial 57, Brasília/DF, CEP 71.205-050; ou para o fax (61) 3462-5726; ou para o e-mail cp.toxicologia@anvisa.gov.br.

§1° O formulário para envio de contribuições permanecerá à disposição dos interessados no endereço eletrônico http://portal.anvisa.gov.br/agrotoxicos/publicacoes.

§2° As contribuições recebidas serão públicas e permanecerão à disposição de todos no site da Anvisa.

§3° As contribuições não enviadas no formulário de que trata o parágrafo anterior ou recebidas fora do prazo não serão consideradas para efeitos de consolidação do texto final.

Art. 3º Findo o prazo estipulado no art. 1º, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária promoverá a análise das contribuições e, após a deliberação da Diretoria Colegiada, disponibilizará o resultado da consulta pública no site da Anvisa.

Parágrafo único. A Agência poderá, conforme necessidade e razões de conveniência e oportunidade, articular-se com os órgãos e entidades envolvidos e aqueles que tenham manifestado interesse na matéria para subsidiar posteriores discussões técnicas e deliberação final da Diretoria Colegiada.

WILLIAM DIB

ANEXO

PROPOSTA EM CONSULTA PÚBLICA

Processo nº: 25000.001913/97-80

Assunto: Proposta para exclusão do ingrediente ativo A07 - ALDICARBE da Relação de Monografias dos Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Domissanitários e Preservantes de Madeira, publicada por meio da Resolução - RE N° 165, de 29 de agosto de 2003, DOU de 2 de setembro de 2003.

Area responsável: Gerência-Geral de Toxicologia - GGTOX

Relator: Alessandra Bastos Soares

DIRETORIA DE CONTROLE E MONITORAMENTO SANITÁRIOS

GERÊNCIA-GERAL DE INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.669, DE 27 SETEMBRO DE 2018

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria n° 749, de 4 de junho de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016,

considerando o art. 7º da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976;

considerando o comunicado de recolhimento voluntário encaminhado pela Sandoz do Brasil Indústria Farmacêutica Ltda., em razão de distribuição ao mercado dos medicamentos listados em anexo, originalmente destinados à venda institucional, resolve:

Art. 1º Anular a Resolução-RE nº 1.893, de 18 de julho de 2018, publicada no DOU de 19 de julho de 2018, Seção 1, pág. 34.

Art. 2º Determinar, como medida de interesse sanitário, que a empresa promova, em todo o território nacional, o recolhimento do estoque existente no mercado dos lotes dos medicamentos listados em anexo, que contenham a expressão "Proibida venda ao comércio" e tenham sido distribuídos erroneamente ao mercado, fabricados pela empresa Sandoz do Brasil Indústria Farmacêutica Ltda. (CNPJ: 61.286.647/0001-16).

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

Medicamento	Apresentação	Nº de registro	Nº de lote
DESOGESTREL	0,075 MG COMPRIMIDO REVESTIDO	1004705170010	HM2343
DESOGESTREL	0,075 MG COMPRIMIDO REVESTIDO	1004705170037	HR0948 E HR2494
MESILATO DE DOXAZOSINA	4 MG COMPRIMIDO	1004703210074	HM9574
AMOXICILINA + CLAVULANATO DE POTÁSSIO	(80+11,4) MG/ML PÓ PARA SUSPENSÃO ORAL	1004704310056	HN1569
CLORIDRATO DE CIPROFLOXACINO	500 MG COMPRIMIDO REVESTIDO	1004703510108	HP4483
ATENOLOL	50 MG COMPRIMIDO REVESTIDO	1004703630073	HT4278
BISSULFATO DE CLOPIDOGREL	75 MG COMPRIMIDO REVESTIDO	1004704240058	HM7032
ATENOLOL	50 MG COMPRIMIDO REVESTIDO	1004703630146	HU8895
AZITROMICINA	500 MG COMPRIMIDO REVESTIDO	1004704460023	HN3643
CITRATO DE TAMOXIFENO	10 MG COMPRIMIDO REVESTIDO	1004702800013	HR4976AA
MESILATO DE DOXAZOSINA	2 MG COMPRIMIDO	1004703210031	HV5186
MESILATO DE DOXAZOSINA	4 MG COMPRIMIDO	1004703210074	HR7899
LEVOFLOXACINO	500 MG COMPRIMIDO REVESTIDO	1004704340060	HN7918
LEVOFLOXACINO	500 MG COMPRIMIDO REVESTIDO	1004704340079	HL7206
ALENDRONATO DE SÓDIO	70 MG COMPRIMIDO REVESTIDO	1004704740026	HE2263AA
ALOPURINOL	300 MG COMPRIMIDO	1004703310079	HP7825
PANTOPRAZOL	20 MG COMPRIMIDO REVESTIDO	1004704560028	W13727
PANTOPRAZOL	20 MG COMPRIMIDO REVESTIDO	1004704560036	W05244
PANTOPRAZOL	40 MG COMPRIMIDO REVESTIDO	1004704560060	W13252
PANTOPRAZOL	40 MG COMPRIMIDO REVESTIDO	1004704560079	W10249
CANDESARTANA CILEXETILA	8 MG COMPRIMIDO	1004704760027	HE0093AA
CANDESARTANA CILEXETILA	16 MG COMPRIMIDO	1004704760051	HL6788AA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800099

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CITRATO DE SILDENAFILA	25 MG COMPRIMIDO	1004704790031	HV1128
CITRATO DE SILDENAFILA	50 MG COMPRIMIDO	1004704790082	HV5093
CITRATO DE SILDENAFILA	50 MG COMPRIMIDO	1004704790090	HP3692
CITRATO DE SILDENAFILA	50 MG COMPRIMIDO	1004704790104	HP3695
CITRATO DE SILDENAFILA	50 MG COMPRIMIDO	1004704790112	HV5092
AMOXICILINA + CLAVULANATO DE POTÁSSIO	500 MG + 125 MG COMPRIMIDO REVESTIDO	1004704570295	HP5832A
GESTODENO + ETINILESTRADIOL	0,06 MG + 0,015 MG COMPRIMIDO REVESTIDO	1004704750013	HV5079AA
AMOXICILINA + CLAVULANATO DE POTÁSSIO	50 MG/ML + 12,5 MG/ML PÓ PARA SUSPENSÃO ORAL	1004704310013	HK1857
BESILATO DE ANLODIPINO	5 MG COMPRIMIDO	1004705570027	HL7585
BESILATO DE ANLODIPINO	10 MG COMPRIMIDO	1004705570061	HT0483
DROSPIRENONA + ETINILESTRADIOL	3,00 MG + 0,03 MG COMPRIMIDO REVESTIDO	1004705490015	LF10166A
PANTOPRAZOL	20 MG COMPRIMIDO REVESTIDO	1004704560095	W16136
AMOXICILINA + CLAVULANATO DE POTÁSSIO	500 MG + 125 MG COMPRIMIDO REVESTIDO	1004704570295	HA7126

RETIFICAÇÃO

Na Resolução-RE nº 2.264, de 20 de agosto de 2018, publicada no Diário Oficial da União n° 163, de 23 de agosto de 2018, Seção 1, pág. 53, onde se lê:

"suspensão"

Leia-se:

"proibição"

SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE

PORTARIA Nº 1.514, DE 20 DE SETEMBRO DE 2018

Indefere a Concessão do CEBAS, da Associação Americanense de Saúde, com sede em Americana (SP).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as Normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde, e

Considerando o Parecer Técnico nº 783/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.104612/2012-43, que concluiu pelo não atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica indeferida a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), da Associação Americanense de Saúde, CNPJ nº 43.252.758/0001-20, com sede em Americana (SP).

Art. 2º A instituição requerente fica notificada para, caso queira, apresentar recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da presente publicação, conforme prevê o art. 26 da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.516, DE 20 DE SETEMBRO DE 2018

Efetiva o remanejamento de valores destinados ao custeio das ações e serviços públicos de saúde, no grupo de atenção de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar - recurso MAC - referente ao Estado de Mato Grosso, decidido pela Comissão Intergestores Bipartite do Estado

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando o Capítulo VIII da Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que define a Programação Pactuada e Integrada da assistência em saúde;

Considerando o Título III da Portaria de Consolidação n° 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº. 3.992/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando os dados e documentos encaminhados pela Secretaria de Estado da Saúde de Mato Grosso, por meio do Ofício nº. 0822/2018/ GBSES, de 23 de agosto de 2018, resolve:

Art. 1º Fica efetivado o remanejamento de valores destinados ao custeio das ações e serviços públicos de saúde, no grupo de atenção de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar referente ao Estado de Mato Grosso, com base na Resolução da Comissão Intergestores Bipartite - CIB/MT Nº 12, de 21 de agosto de 2018.

§ 1º O total do recurso MAC anual do Estado de Mato Grosso fica assim distribuído:

Destinação	Valor Anual (R$)
Fundo Estadual de Saúde	R$ 173.567.015,98
Fundos Municipais de Saúde	R$ 458.457.819,09
TOTAL	R$ 632.024.835,07

§ 2º O estado e os municípios fazem jus à parcela mensal correspondente a 1/12 (um doze avos) dos valores remanejados, conforme detalhamento disponível para consulta no Sistema de Controle de Limite Financeiro da Média e Alta Complexidade - SISMAC - endereço eletrônico: http://sismac.saude.gov.br

§ 3º A efetivação do remanejamento do recurso MAC por meio desta Portaria não acarreta impacto financeiro ao Ministério da Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos financeiros vigentes a partir da 10ª Parcela de 2018.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.517, DE 20 DE SETEMBRO DE 2018

Efetiva o remanejamento de valores destinados ao custeio das ações e serviços públicos de saúde, no grupo de atenção de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar - recurso MAC - referente ao Estado de Minas Gerais, decidido pela Comissão Intergestores Bipartite do Estado.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando o Capítulo VIII da Portaria de Consolidação n° 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que define a Programação Pactuada e Integrada da assistência em saúde;

Considerando o Título III da Portaria de Consolidação n° 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 3.992/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando os dados e documentos encaminhados pela Secretaria de Estado da Saúde de Minas Gerais, por meio do Ofício Sec n°. 914/2018, de 20 de agosto de 2018, resolve:

Art. 1º Fica efetivado o remanejamento de valores destinados ao custeio das ações e serviços públicos de saúde, no grupo de atenção de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar referente ao Estado de Minas Gerais, com base nas Resoluções da Comissão Intergestores Bipartite - CIB/MG nº 2767, de 22 de agosto de 2018, CIB/MG n°. 2769, de 22 de agosto de 2018 e CIB/MG nº 2771, de 23 de agosto de 2018.

§ 1º O total do recurso MAC anual do Estado de Minas Gerais fica assim distribuído:

Destinação	Valor Anual (R$)
Fundo Estadual de Saúde	599.273.700,90
Fundos Municipais de Saúde	3.955.307.181,93
TOTAL	4.554.580.882,83

§ 2º O estado e os municípios fazem jus à parcela mensal correspondente a 1/12 (um doze avos) dos valores remanejados, conforme detalhamento disponível para consulta no Sistema de Controle de Limite Financeiro da Média e Alta Complexidade - SISMAC - endereço eletrônico: http://sismac.saude.gov.br

§ 3º A efetivação do remanejamento do recurso MAC por meio desta Portaria, não acarreta impacto financeiro ao Ministério da Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos financeiros vigentes a partir da 10ª (décima) Parcela de 2018.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.520, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018

Indefere a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da Santa Casa de Misericórdia de Itambé, com sede em Itambé (BA).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as Normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde, e

Considerando o Parecer Técnico nº 293-SEI/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.408240/2017-36 /MS, que concluiu pelo não atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica indeferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da Santa Casa de Misericórdia de Itambé, CNPJ nº 14.432.025/0001-79, com sede em Itambé (BA).

Art. 2º A instituição requerente fica notificada para, caso queira, apresentar recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da presente publicação, conforme prevê o art. 26 da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.521, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018

Defere a Renovação do CEBAS, da Casa de Caridade de Itamonte, com sede em Itamonte (MG).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 720/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.128957/2018-88, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Casa de Caridade de Itamonte, CNPJ nº 21.190.194/0001-05, com sede em Itamonte (MG).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 13 de junho de 2019 à 12 de junho de 2022.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800100

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 1.522, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018

Dispõe sobre apurações das possíveis irregularidades praticadas pelos agentes públicos dos Hospitais Federais e Institutos Federais vinculadas à Secretaria de Atenção à Saúde, no âmbito da Central Única de Regulação.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando as diretrizes da Política Nacional de Regulação do Sistema Único de Saúde, previstas no Anexo XXVI, da Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a sentença proferida nos autos da Ação Civil Pública nº 0046286-47.2012.4.02.5101, que determinou não somente a equalização do atendimento da Emergência do Hospital Federal de Bonsucesso, mas também a implementação definitiva do Plano de Ação Conjunto;

Considerando o Termo de Acordo Judicial referente a Ação Civil Pública nº 0046286-47.2012.4.02.5101 e Cumprimento de Sentença nº 0133113-85.2017.4.02.5101, celebrado entre o Ministério Público Federal, a Defensoria Pública da União, a União Federal/Ministério da Saúde/Secretaria de Atenção à Saúde/Departamento de Gestão Hospitalar, Estado do Rio de Janeiro/Secretaria de Estado de Saúde e Município do Rio de Janeiro/Secretaria Municipal de Saúde, para implantação e funcionamento da central única de regulação e leitos no Município do Rio de Janeiro;

Considerando a Portaria nº 1.175/GM/MS, de 26 de abril de 2018, a qual estabelece diretrizes para formalização de compromisso entre a rede de unidades hospitalares federais na Cidade do Rio de Janeiro e a Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro (SMS-RJ); e

Considerando o disposto nos art. 143 à 152, da Lei 8.112 de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, resolve:

Art. 1º A Central Única de Regulação do Município do Rio de Janeiro, será composta pelo Estado e Município do Rio de Janeiro, que exercerão, de modo conjunto e compartilhado, em cogestão, a regulação/acesso dos pacientes a todos os leitos disponíveis (Federais, Estaduais, Municipais, Contratualizados e Contratados) em toda e qualquer rede SUS do Município do Rio de Janeiro.

Parágrafo único. A Regulação/acesso dos pacientes a todos os leitos disponíveis nos Hospitais Federais e Institutos obedecerão as metas pactuadas no Documento Descritivo da Portaria nº 1.175/GM/MS, de 26 de abril de 2018 e os Protocolos e fluxos instituídos, respectivamente.

Art. 2º Após conhecimento de recusa injustificada ou criação de obstáculos em descumprimento a quaisquer metas pactuadas no Documento Descritivo da Portaria nº 1.175/GM/MS de 2018, que dificulte ou impeça o regular funcionamento da Central Única de Regulação, por parte dos agentes públicos dos Hospitais Federais (Hospital Federal de Bonsucesso, Hospital Federal da Lagoa, Hospital Federal dos servidores do Estado, Hospital Federal Cardoso Fontes, Hospital Federal de Ipanema e Hospital Federal do Andaraí), o Departamento de Gestão Hospitalar do Rio de Janeiro- DGH deverá determinar a imediata apuração de irregularidades administrativa e/ou disciplinar de qualquer agente público a ele subordinado.

Art. 3º Após conhecimento de recusa injustificada ou criação de obstáculos em descumprimento aos protocolos e fluxos, que dificulte ou impeça o regular funcionamento da Central Única de Regulação, por parte dos agentes públicos dos Institutos Federais (Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva - INCA, Instituto Nacional de Cardiologia - INC e Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia Jamil Haddad - INTO) que compõem a Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde, os Diretores dos respectivos Institutos deverão determinar a imediata apuração de irregularidades administrativa e/ou disciplinar de qualquer agente público a ele subordinado.

Art. 4º Fica caracterizada infração administrativa/disciplinar gerar obstáculo, de qualquer natureza, ou impedimento a execução dos planos operativos, protocolos e fluxos, nos termos do Instrumento de Acordo Judicial mencionado nos considerando desta Portaria, em especial às cláusulas Décima Terceira e Décima Quarta.

Parágrafo único. A comprovação da infração administrativa/disciplinar, sujeita o infrator à aplicação de penalidade administrativa, sem prejuízo de comunicação do fato ao Ministério Público e demais órgãos de controle, quando for o caso.

Art. 5º Na hipótese de ato irregular ser, inicialmente, imputado a servidor público federal da administração direta ou indireta, ocupante de cargo efetivo ou comissionado, a apuração de irregularidade deve obedecer a legislação vigente.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.524, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018

Efetiva o remanejamento de valores destinados ao custeio das ações e serviços públicos de saúde, no grupo de atenção de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar - recurso MAC - referente ao Estado de Santa Catarina, decidido pela Comissão Intergestores Bipartite do Estado.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando o Capítulo VIII da Portaria de Consolidação n° 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que define a Programação Pactuada e Integrada da assistência em saúde;

Considerando o Título III da Portaria de Consolidação n° 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº. 3.992/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando os dados e os documentos encaminhados pela Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina, por meio do Ofício n°. 359, de 13 de setembro de 2018, resolve:

Art. 1º Fica efetivado o remanejamento de valores destinados ao custeio das ações e serviços públicos de saúde, no grupo de atenção de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar referente ao Estado de Santa Catarina, com base na Resolução da Comissão Intergestores Bipartite - CIB/SC n°. 204/2018, de 23 de agosto de 2018.

§ 1º O total do recurso MAC anual do Estado de Santa Catarina fica assim distribuído:

Destinação	Valor Anual (R$)
Fundo Estadual de Saúde	498.208.030,20
Fundos Municipais de Saúde	1.050.174.440,70
TOTAL	1.548.382.470,90

§ 2º O estado e os municípios fazem jus à parcela mensal correspondente a 1/12 (um doze avos) dos valores remanejados, conforme detalhamento disponível para consulta no Sistema de Controle de Limite Financeiro da Média e Alta Complexidade - SISMAC - endereço eletrônico: http://sismac.saude.gov.br

§3º A efetivação do remanejamento do recurso MAC por meio desta Portaria não acarreta impacto financeiro ao Ministério da Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos financeiros vigentes a partir da 10° Parcela de 2018.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.525, DE 24 DE SETEMBRO DE 2018

Defere a Renovação do CEBAS, do Instituto da Criança Menino Jesus de Praga - INCRI, com sede em Brejo Santo (CE).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 809/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.161664/2018-11, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), do Instituto da Criança Menino Jesus de Praga - INCRI, CNPJ nº 07.903.021/0001-66, com sede em Brejo Santo (CE).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 30 de novembro de 2018 à 29 de novembro de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.526, DE 24 DE SETEMBRO DE 2018

Defere a Renovação do CEBAS, da Santa Casa de Misericórdia de Lavras, com sede em Lavras (MG).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 806/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.161597/2018-26, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Santa Casa de Misericórdia de Lavras, CNPJ nº 22.073.266/0001-05, com sede em Lavras (MG).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 1º de janeiro de 2019 à 31 de dezembro de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.527, DE 24 DE SETEMBRO DE 2018

Defere a Renovação do CEBAS, da Associação do Hospital São Francisco, com sede em Cabo Verde (MG).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 807/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.161633/2018-51, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Associação do Hospital São Francisco, CNPJ nº 18.958.256/0001-71, com sede em Cabo Verde (MG).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 17 de abril de 2019 à 16 de abril de 2022.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.528, DE 24 DE SETEMBRO DE 2018

Defere a Renovação do CEBAS, da Associação Hospitalar Boa Vista, com sede em Boa Vista do Buricá (RS).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800101

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Considerando o Parecer Técnico nº 808/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.161619/2018-58, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Associação Hospitalar Boa Vista, CNPJ nº 98.039.795/0001-46, com sede em Boa Vista do Buricá (RS).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 30 de outubro de 2018 à 29 de outubro de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.529, DE 24 DE SETEMBRO DE 2018

Indefere a Renovação do CEBAS, da Associação Cultural e Científica Virvi Ramos, com sede em Caxias do Sul (RS).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as Normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 805/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.043819/2011-53, que concluiu pelo não atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica indeferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), da Associação Cultural e Científica Virvi Ramos, CNPJ nº 88.665.914/0001-12, com sede em Caxias do Sul (RS).

Art. 2º A instituição requerente fica notificada para, caso queira, apresentar recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da presente publicação, conforme prevê o art. 26 da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.530, DE 24 DE SETEMBRO DE 2018

Defere a Renovação do CEBAS, da Santa Casa de Misericórdia de Itajubá, com sede em Itajubá (MG).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Unico de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 811/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.161700/2018-38, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Santa Casa de Misericórdia de Itajubá, CNPJ nº 21.035.852/0001-94, com sede em Itajubá (MG).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 1º de janeiro de 2019 à 31 de dezembro de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.531, DE 24 DE SETEMBRO DE 2018

Indefere a Concessão do CEBAS, da Associação Farroupilhense Pró-Saúde, com sede em Farroupilha (RS).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as Normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde, e

Considerando o Parecer Técnico nº 813/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.062117/2013-31, que concluiu pelo não atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica indeferida a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), da Associação Farroupilhense Pró-Saúde, CNPJ nº 02.722.307/0001-21, com sede em Farroupilha (RS).

Art. 2º A instituição requerente fica notificada para, caso queira, apresentar recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da presente publicação, conforme prevê o art. 26 da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.547, DE 26 DE SETEMBRO DE 2018

Estabelece o remanejamento de recursos financeiros destinados ao custeio da estratégia de ampliação de acesso aos procedimentos cirúrgicos eletivos, para os Estados e Municípios que excederam os limites financeiros.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria nº 163/GM/MS, de 19 de janeiro de 2018, que prorrogou o prazo para a execução da estratégia de ampliação de acesso aos procedimentos cirúrgicos eletivos, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, até a competência julho de 2018;

Considerando a necessidade de suplementar recursos financeiros aos Estados e Municípios executantes da estratégia de ampliação de acesso, que executaram produção superior ao limite pactuado nas Comissões Intergestores Bipartite-CIB;

Considerando que os recursos definidos para o custeio dos procedimentos cirúrgicos eletivos da estratégia de ampliação de acesso, estabelecidos por meio das Portarias nº 1.294/GM/MS, de 25 de maio de 2017 e nº 397/GM/MS, de 21 de fevereiro de 2018, não foram executados em sua totalidade; e

Considerando a pactuação ocorrida na 7ª Reunião Ordinária da Comissão Intergestores Tripartite-CIT, de 30 de agosto de 2018, resolve:

Art. 1º Fica estabelecido o remanejamento de recursos estabelecidos por meio da Portaria nº 1.924/GM/MS, de 25 de maio de 2017 e a Portaria nº 397/GM/MS, de 21 de fevereiro de 2018, disponibilizados por meio do Fundo de Ações Estratégica e de Compensação - FAEC, para o custeio dos procedimentos cirúrgicos eletivos, conforme Anexo.

Art. 2º O remanejamento de que trata esta Portaria não implica em impacto financeiro para o Ministério da Saúde

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

ANEXO

UF	IBGE	GESTOR	GESTÃO	Valor
AL	270240	DELMIRO GOUVEIA	MUNICIPAL	77.160,00
AM	130340	PARINTINS	MUNICIPAL	206.106,61
BA	290000	BAHIA	ESTADUAL	2.057.509,63
BA	292400	PAULO AFONSO	MUNICIPAL	996,22
CE	230230	BELA CRUZ	MUNICIPAL	189,77
CE	230470	GRANJA	MUNICIPAL	420,53
CE	230870	MORADA NOVA	MUNICIPAL	7.462,00
CE	231180	RUSSAS	MUNICIPAL	17.405,94
ES	320000	ESPIRITO SANTO	ESTADUAL	1.270.711,13
GO	520140	APARECIDA DE GOIANIA	MUNICIPAL	534.316,68
GO	520440	CAIAPONIA	MUNICIPAL	1.449,97
GO	521000	INHUMAS	MUNICIPAL	11.690,44
GO	521020	IPORA	MUNICIPAL	14.665,90
GO	521850	QUIRINOPOLIS	MUNICIPAL	25.604,79
GO	521930	SANTA HELENA DE GOIAS	MUNICIPAL	20.306,61
GO	522020	SAO MIGUEL DO ARAGUAIA	MUNICIPAL	1.872,61
GO	522040	SAO SIMAO	MUNICIPAL	30.080,61
MA	210150	BARAO DE GRAJAU	MUNICIPAL	5.633,22
MA	210800	PASTOS BONS	MUNICIPAL	258.133,17
MA	210960	ROSARIO	MUNICIPAL	8.849,04
MA	211020	SANTA RITA	MUNICIPAL	50.214,98
MG	310620	BELO HORIZONTE	MUNICIPAL	1.181.250,44
MG	311340	CARATINGA	MUNICIPAL	5.554,27
MG	311860	CONTAGEM	MUNICIPAL	461.411,49
MG	313130	IPATINGA	MUNICIPAL	183.452,47
MG	313620	JOAO MONLEVADE	MUNICIPAL	4.175,54
MG	314810	PATROCINIO	MUNICIPAL	287.751,58
MG	315120	PIRAPORA	MUNICIPAL	77.602,58
MG	316210	SAO GOTARDO	MUNICIPAL	45.915,55
MG	316800	TAIOBEIRAS	MUNICIPAL	22.441,93
MG	316860	TEOFILO OTONI	MUNICIPAL	2.035,17
MG	317010	UBERABA	MUNICIPAL	428,87
MG	317020	UBERLANDIA	MUNICIPAL	256.422,07
MG	317130	VICOSA	MUNICIPAL	39.680,62
MS	500000	MATO GROSSO DO SUL	ESTADUAL	3.540.896,06
MS	500325	COSTA RICA	MUNICIPAL	13.062,27
MS	500330	COXIM	MUNICIPAL	37.283,51
MS	500470	IVINHEMA	MUNICIPAL	14.066,89
PA	150080	ANANINDEUA	MUNICIPAL	295.407,85
PA	150420	MARABA	MUNICIPAL	341.205,65
PA	150553	PARAUAPEBAS	MUNICIPAL	254.678,56
PI	220000	PIAUI	ESTADUAL	206.635,72
PI	221100	TERESINA	MUNICIPAL	209.056,67
PR	410000	PARANA	ESTADUAL	202.111,14
PR	410430	CAMPO MOURAO	MUNICIPAL	10.750,50
PR	410550	CIANORTE	MUNICIPAL	18.712,57
RJ	330240	MACAE	MUNICIPAL	84.874,93
RJ	330380	PARATY	MUNICIPAL	2.452,84
RJ	330390	PETROPOLIS	MUNICIPAL	5.079,26
RJ	330520	SAO PEDRO DA ALDEIA	MUNICIPAL	6.103,54
RJ	330630	VOLTA REDONDA	MUNICIPAL	17.191,89
RN	240000	RIO GRANDE DO NORTE	ESTADUAL	167.958,12
RN	240580	JOAO CAMARA	MUNICIPAL	28.043,74
RN	240940	PAU DOS FERROS	MUNICIPAL	3,53
RN	241200	SAO GONCALO DO AMARANTE	MUNICIPAL	21.604,80
RO	110025	PRESIDENTE MEDICI	MUNICIPAL	6.517,29
RS	430000	RIO GRANDE DO SUL	ESTADUAL	1.176.817,07
RS	430780	ESTRELA	MUNICIPAL	2.955,82
RS	431340	NOVO HAMBURGO	MUNICIPAL	39.246,38
RS	431490	PORTO ALEGRE	MUNICIPAL	326.153,31
RS	431570	RIO PARDO	MUNICIPAL	19.440,53
RS	432000	SAPUCAIA DO SUL	MUNICIPAL	36.726,44
SC	420000	SANTA CATARINA	ESTADUAL	7.652.344,62

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800102

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SC	420240	BLUMENAU	MUNICIPAL	183.895,25
SC	420380	CANOINHAS	MUNICIPAL	22.265,86
SC	420460	CRICIUMA	MUNICIPAL	182.261,77
SC	420590	GASPAR	MUNICIPAL	119.076,92
SC	420750	INDAIAL	MUNICIPAL	18.395,40
SC	420890	JARAGUA DO SUL	MUNICIPAL	5.266,66
SC	420910	JOINVILLE	MUNICIPAL	1.303.575,59
SC	420930	LAGES	MUNICIPAL	137.939,05
SC	421000	LUIZ ALVES	MUNICIPAL	430,03
SC	421500	RIO NEGRINHO	MUNICIPAL	15.381,96
SC	421900	URUSSANGA	MUNICIPAL	77.914,64
SP	350740	BORBOREMA	MUNICIPAL	8.584,14
SP	351380	DIADEMA	MUNICIPAL	10.538,81
SP	351870	GUARUJA	MUNICIPAL	23.824,67
SP	351960	IBITINGA	MUNICIPAL	836,94
SP	352050	INDAIATUBA	MUNICIPAL	11.205,36
SP	352230	ITAPETININGA	MUNICIPAL	17.294,38
SP	352260	ITAPIRA	MUNICIPAL	11.110,09
SP	352440	JACAREI	MUNICIPAL	4,51
SP	352680	LENCOIS PAULISTA	MUNICIPAL	8.896,09
SP	353950	PITANGUEIRAS	MUNICIPAL	1.216,54
SP	354340	RIBEIRAO PRETO	MUNICIPAL	115.776,73
SP	354850	SANTOS	MUNICIPAL	1.234,19
SP	354870	SAO BERNARDO DO CAMPO	MUNICIPAL	7.121,26
SP	355020	SAO MIGUEL ARCANJO	MUNICIPAL	108.471,87
SP	355030	SAO PAULO	MUNICIPAL	1.461.316,63
SP	355370	TAQUARITINGA	MUNICIPAL	2.160,18
TO	170000	TOCANTINS	ESTADUAL	971.436,16
TOTAL				26.733.715,61

SECRETARIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE

PORTARIA Nº 281, DE 25 DE SETEMBRO DE 2018

A SECRETÁRIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE - SUBSTITUTA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 56, do Anexo I do Decreto nº 8.901, de 10 de novembro de 2016, e das atribuições pertinentes ao Projeto Mais Médicos para o Brasil, nos termos do art. 21, § 3º, da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, do art. 5º do Decreto nº 8.126, de 22 de outubro de 2013, e do art. 11, § 1º, da Portaria nº 2.477/GM/MS, de 22 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º Fica cancelado o registro único para o exercício da medicina do (a) médico (a) intercambista desligado (a) do Projeto Mais Médicos para o Brasil, conforme Anexo desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLÁUDIA BRANDÃO GONÇALVES SILVA

ANEXO

NOME	RNE	RMS	PROCESSO/SIPAR
DIEGO MANUEL OLIVA REYES	V960610X	3100135	25000.194023/2013-20

Ministério da Segurança Pública

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

DIRETORIA EXECUTIVA

COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS

ALVARÁ Nº 5.188, DE 4 DE SETEMBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/71622 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

CONCEDER autorização à empresa GOCIL SERVICOS DE VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA, CNPJ nº 50.844.182/0001-55, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

13 (treze) Armas de choque elétrico de lançamento de dardos energizados

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 5.189, DE 4 DE SETEMBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/75324 - DPF/CRU/PE, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CONFECÇÕES XAVIER LTDA, CNPJ nº 01.611.925/0002-12 para atuar em Pernambuco.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 5.244, DE 6 DE SETEMBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/75631 - DELESP/DREX/SR/PF/BA, resolve:

CONCEDER autorização à empresa SOUZA LIMA SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA., CNPJ nº 64.911.290/0010-07, sediada na Bahia, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

8 (oito) Revólveres calibre 38

144 (cento e quarenta e quatro) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 5.287, DE 11 DE SETEMBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/59599 - DELESP/DREX/SR/PF/RJ, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa STEEL MEN SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ nº 01.070.011/0001-00, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Segurança Pessoal, para atuar no Rio de Janeiro, com Certificado de Segurança nº 1939/2018, expedido pelo DREX/SR/PF.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 5.296, DE 11 DE SETEMBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/67586 - DPF/AQA/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa USINA MARINGÁ INDUSTRIA E COMERCIO LTDA, CNPJ nº 43.951.227/0001-25 para atuar em São Paulo.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 5.319, DE 11 DE SETEMBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/58880 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa MANUFATURA DE METAIS MAGNET LTDA, CNPJ nº 61.155.529/0001-79 para atuar em São Paulo.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 5.328, DE 11 DE SETEMBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/63235 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SUHAI - VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA., CNPJ nº 66.654.179/0001-09, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 1909/2018, expedido pelo DREX/SR/PF.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 5.343, DE 11 DE SETEMBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/76353 - DPF/MGA/PR, resolve:

CONCEDER autorização à empresa PROFORTE SA TRANSPORTE DE VALORES, CNPJ nº 00.116.506/0010-51, sediada no Paraná, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

708 (setecentas e oito) Munições calibre 38

486 (quatrocentas e oitenta e seis) Munições calibre 12

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 5.346, DE 11 DE SETEMBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/77055 - DELESP/DREX/SR/PF/PE, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa POSTO SUL LTDA, CNPJ nº 09.456.974/0001-59 para atuar em Pernambuco.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 5.424, DE 13 DE SETEMBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/56460 - DPF/PGZ/PR, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa PROVIGILANCIA SEGURANÇA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 10.348.059/0001-29, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Paraná, com Certificado de Segurança nº 1882/2018, expedido pelo DREX/SR/PF.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800103

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ALVARÁ Nº 5.437, DE 13 DE SETEMBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/79205 - DELESP/DREX/SR/PF/SC, resolve:

CONCEDER autorização à empresa SEGURPRO VIGILÂNCIA PATRIMONIAL S.A., CNPJ nº 25.278.459/0018-20, sediada em Santa Catarina, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

48 (quarenta e oito) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 5.475, DE 18 DE SETEMBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/55385 - DELESP/DREX/SR/PF/PB, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CENTURIÃO SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA., CNPJ nº 07.283.885/0004-75, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Segurança Pessoal, para atuar na Paraíba, com Certificado de Segurança nº 1771/2018, expedido pelo DREX/SR/PF.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 5.484, DE 18 DE SETEMBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/76091 - DELESP/DREX/SR/PF/RJ, resolve:

CONCEDER autorização à empresa BRASIL FORTE VIGILANCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 05.290.522/0001-99, sediada no Rio de Janeiro, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

520 (quinhentas e vinte) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 5.520, DE 19 DE SETEMBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/55043 - DPF/CAS/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SUPREMA SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA., CNPJ nº 71.755.201/0001-47, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Segurança Pessoal, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 1792/2018, expedido pelo DREX/SR/PF.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 5.523, DE 19 DE SETEMBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/59230 - DELESP/DREX/SR/PF/AM, resolve:

CONCEDER autorização à empresa RCL COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA, CNPJ nº 12.660.948/0001-52, sediada no Amazonas, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

1 (um) Revólver calibre 38

18 (dezoito) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 5.532, DE 19 DE SETEMBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/75720 - DPF/IJI/SC, resolve:

CONCEDER autorização à empresa REFUGIO - CENTRO DE TREINAMENTO DE SEGURANÇA FÍSICA E PATRIMONIAL LTDA., CNPJ nº 85.262.277/0003-07, sediada em Santa Catarina, para adquirir:

Da empresa cedente ORSEGUPS- ORGANIZAÇÃO DE SERVIÇO DE SEGURANÇA PRINCESA DA SERRA LTDA, CNPJ nº 83.424.762/0001-42:

6 (seis) Revólveres calibre 38

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

5000 (cinco mil) Munições calibre 38

1000 (uma mil) Munições calibre .380

10000 (dez mil) Espoletas calibre 38

2592 (dois mil e quinhentos e noventa e dois) Gramas de pólvora

9000 (nove mil) Projéteis calibre 38

1000 (um mil) Projéteis calibre .380

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 5.537, DE 19 DE SETEMBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/77189 - DPF/LDA/PR, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa PROSIGA VIGILANCIA E SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 06.297.793/0001-39, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar no Paraná, com Certificado de Segurança nº 2055/2018, expedido pelo DREX/SR/PF.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 5.549, DE 19 DE SETEMBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/80696 - DELESP/DREX/SR/PF/AM, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CLUBE MUNICIPAL DE MANAUS, CNPJ nº 04.020.913/0001-20 para atuar no Amazonas.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 5.552, DE 19 DE SETEMBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/80789 - DELESP/DREX/SR/PF/PR, resolve:

CONCEDER autorização à empresa INTERSEPT VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 08.282.615/0001-60, sediada no Paraná, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

2000 (duas mil) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 5.586, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/52768 - DELESP/DREX/SR/PF/PA, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa PARÁ SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA, CNPJ nº 04.113.174/0001-11, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Transporte de Valores, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar no Pará, com Certificado de Segurança nº 1966/2018, expedido pelo DREX/SR/PF.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 5.594, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/55511 - DELESP/DREX/SR/PF/CE, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SATELITE SEGURANCA PRIVADA LTDA - ME, CNPJ nº 23.893.725/0001-51, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Ceará, com Certificado de Segurança nº 2088/2018, expedido pelo DREX/SR/PF.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 5.595, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/55518 - DELESP/DREX/SR/PF/AL, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa VAP VIGILÂNCIA ARMADA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 02.958.164/0001-51, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em Alagoas, com Certificado de Segurança nº 1903/2018, expedido pelo DREX/SR/PF.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 5.599, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/58668 - DELESP/DREX/SR/PF/GO, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ROVER SEGURANÇA E VIGILANCIA EIRELI - ME, CNPJ nº 19.925.083/0001-58, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em Goiás, com Certificado de Segurança nº 1958/2018, expedido pelo DREX/SR/PF.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 5.608, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/68489 - DPF/NIG/RJ, resolve:

CONCEDER autorização à empresa NCTEC NOVO CENTRO TECNICO DE FORMACAO EM SEGURANCA LTDA, CNPJ nº 04.277.194/0002-09, sediada no Rio de Janeiro, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

3000 (três mil) Munições calibre 12

20000 (vinte mil) Espoletas calibre 38

5000 (cinco mil) Estojos calibre 38

6000 (seis mil) Gramas de pólvora

20000 (vinte mil) Projéteis calibre 38

10000 (dez mil) Espoletas calibre .380

10000 (dez mil) Projéteis calibre .380

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 5.612, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/70955 - DELESP/DREX/SR/PF/CE, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa MMA FORMAÇÃO DE VIGILANTES, CNPJ nº 12.558.362/0001-81, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Curso de Formação, para atuar no Ceará, com Certificado de Segurança nº 2089/2018, expedido pelo DREX/SR/PF.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800104

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ALVARÁ Nº 5.613, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/71090 - DELESP/DREX/SR/PF/GO, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa RG SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 13.019.295/0001-90, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em Goiás, com Certificado de Segurança nº 2091/2018, expedido pelo DREX/SR/PF.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 5.614, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/71296 - DELESP/DREX/SR/PF/RJ, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa GSS SEGURANCA LTDA, CNPJ nº 08.365.528/0002-57, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Segurança Pessoal, para atuar no Rio de Janeiro, com Certificado de Segurança nº 2005/2018, expedido pelo DREX/SR/PF.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 5.616, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/74814 - DELESP/DREX/SR/PF/RN, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa NATAL SEGURANÇA E VIGILANCIA LTDA -ME, CNPJ nº 10.370.042/0001-78, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Rio Grande do Norte, com Certificado de Segurança nº 2063/2018, expedido pelo DREX/SR/PF.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 5.620, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/76250 - DPF/CAS/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa GSG9 SEGURANÇA VIGILANCIA EIRELI, CNPJ nº 12.197.345/0001-66, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 2080/2018, expedido pelo DREX/SR/PF.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 5.636, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/82714 - DPF/NIG/RJ, resolve:

CONCEDER autorização à empresa ESCOLA DE FORMAÇÃO DE SEGURANÇA DO GRANDE RIO EIRELI ME, CNPJ nº 10.497.411/0001-98, sediada no Rio de Janeiro, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
2000 (duas mil) Espoletas calibre .380
500 (quinhentos) Estojos calibre .380
2000 (dois mil) Projéteis calibre .380
30000 (trinta mil) Espoletas calibre 38
7000 (sete mil) Gramas de pólvora
30000 (trinta mil) Projéteis calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 5.637, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/82837 - DPF/CAS/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO VILLAGGIO DI FIORI, CNPJ nº 06.024.268/0001-40 para atuar em São Paulo.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 5.658, DE 25 DE SETEMBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/47360 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

CONCEDER autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa EKIFORT SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 19.108.252/0001-67, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 1714/2018, expedido pelo DREX/SR/PF.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 5.660, DE 25 DE SETEMBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/52809 - DELESP/DREX/SR/PF/PR, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa HARPIA SERVIÇOS DE SEGURANÇA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 12.760.557/0001-00, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Escolta Armada, para atuar no Paraná, com Certificado de Segurança nº 2050/2018, expedido pelo DREX/SR/PF.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 5.673, DE 25 DE SETEMBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/69825 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa MASTERVIGS CENTRO DE FORMACAO E TREINAMENTO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 60.268.489/0001-09, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Curso de Formação, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 2132/2018, expedido pelo DREX/SR/PF.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 5.677, DE 25 DE SETEMBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/75583 - DELESP/DREX/SR/PF/CE, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ESCOLA DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES CORONEL GUANABARA EIRELI, CNPJ nº 19.769.784/0001-45, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Curso de Formação, para atuar no Ceará, com Certificado de Segurança nº 2143/2018, expedido pelo DREX/SR/PF.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

PORTARIA Nº 34.261, DE 17 DE SETEMBRO DE 2018

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08512.001555/2018-48-DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Cancelar a Autorização de Funcionamento concedida por meio da Portaria nº 13506, publicada no D.O.U. de 11/10/2011, à empresa VISION SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ nº 13.457.362/0001-58, localizada no Estado de SÃO PAULO.

ROSILENE GLEICI DUARTE SANTIAGO

PORTARIA Nº 34.262, DE 17 DE SETEMBRO DE 2018

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08500.028460/2018-19 - SEI/PF, resolve:

Cancelar a Autorização de Funcionamento concedida por meio da Portaria nº 4858, publicada no D.O.U. de 26/12/2014, à empresa PROEVI PROTECAO ESPECIAL DE VIGILANCIA LTDA, CNPJ/MF nº 58.005.513/0010-66, localizada no Estado de BAHIA.

ROSILENE GLEICI DUARTE SANTIAGO

PORTARIA Nº 34.266, DE 25 DE SETEMBRO DE 2018

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 32 do Decreto nº 89.056, de 24 de novembro de 1983, alterado pelo artigo 1º do Decreto nº 1.592, de 10 de agosto de 1995, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08492.005081/2018-99-CV/DPF/IJI/SC, resolve:

Cancelar de ofício a Autorização de Funcionamento concedida à empresa BUETTNER S.A. INDUSTRIA E COMERCIO, CNPJ 82.981.812/0001-20, localizada em SANTA CATARINA.

ROSILENE GLEICI DUARTE SANTIAGO

PORTARIA Nº 34.267, DE 25 DE SETEMBRO DE 2018

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 32 do Decreto nº 89.056, de 24 de novembro de 1983, alterado pelo artigo 1º do Decreto nº 1.592, de 10 de agosto de 1995, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08492.005075/2018-31-CV/DPF/IJI/SC, resolve:

Cancelar de ofício a Autorização de Funcionamento concedida à empresa SOSEG - SOCIEDADE DE SEGURANCA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 10.974.227/0001-91, localizada em SANTA CATARINA.

ROSILENE GLEICI DUARTE SANTIAGO

PORTARIA Nº 34.268, DE 25 DE SETEMBRO DE 2018

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 32 do Decreto nº 89.056, de 24 de novembro de 1983, alterado pelo artigo 1º do Decreto nº 1.592, de 10 de agosto de 1995, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08492.005071/2018-53-CV/DPF/IJI/SC, resolve:

Cancelar de ofício a Autorização de Funcionamento concedida à empresa SEGMAN SERVICOS DE SEGURANCA LTDA, CNPJ nº 03.247.493/0001-57, localizada em SANTA CATARINA.

ROSILENE GLEICI DUARTE SANTIAGO

PORTARIA Nº 34.269, DE 24 DE SETEMBRO DE 2018

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 32 do Decreto nº 89.056, de 24 de novembro de 1983, alterado pelo artigo 1º do Decreto nº 1.592, de 10 de agosto de 1995, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08492.005088/2018-19-CV/DPF/IJI/SC, resolve:

Cancelar de ofício a Autorização de Funcionamento concedida à empresa OBSERVATORIO BAR E RESTAURANTE LTDA, CNPJ nº 03.011.928/0001-60, localizada em SANTA CATARINA.

ROSILENE GLEICI DUARTE SANTIAGO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800105

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 34.274, DE 26 DE SETEMBRO DE 2018

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08455.022521/2018-19 - DELESP/DREX/SR/PF/RJ, resolve:

Cancelar a Autorização concedida por meio da Portaria nº 124, de 19/03/1999 para exercer atividade em ESCOLTA ARMADA, à empresa PROSEGUR BRASIL S/A TRANSPORTADORA DE VALORES E SEGURANÇA, CNPJ/MF nº 17.428.731/0054-47, localizada no Estado do RIO DE JANEIRO.

ROSILENE GLEICI DUARTE SANTIAGO

DIVISÃO DE ESTUDOS, LEGISLAÇÃO E PARECERES

DESPACHO Nº 1.407, DE 18 DE SETEMBRO DE 2018

REFERÊNCIA: Processo Punitivo Nº 2018/39776 - DELESP/DREX/SR/PF/MG, de 29/05/2018
ASSUNTO: Recurso Administrativo
INTERESSADO: CY SECURITY E VIGILANCIA LTDA, CNPJ Nº 13.317.816/0001-95

1. Conheço do recurso; 2. No mérito, nego-lhe provimento, mantendo incólume a portaria punitiva - penalidade de Cancelamento Punitivo, com fulcro no Parecer nº 27014/2018-DELP/CGCSP, cujas razões de fato e fundamento de direito adoto como parte integrante desta decisão. 3. Restitua-se à CGCSP/DIREX/PF para as providências de estilo, incluindo-se ciência do Recorrente.

ROGERIO AUGUSTO VIANA GALLORO
Diretor-Geral

SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

COMISSÃO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA NOS PORTOS, TERMINAIS E VIAS NAVEGÁVEIS

DELIBERAÇÃO Nº 749, DE 9 DE JULHO DE 2018

Os Membros da Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis - CONPORTOS, presentes na 114ª Reunião Ordinária, realizada em 09 de julho de 2018, após análise dos documentos apresentados e firmados pelo Coordenador da Comissão Estadual de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis, no Estado de Rio de Janeiro - CESPORTOS/RJ, capeados pelo Ofício nº 075/2017-CESPORTOS/RJ, de 01 de dezembro de 2017, consistentes no Parecer e no Relatório Circunstanciado de Verificação, aprovado no âmbito daquele Colegiado Estadual, deliberaram:

a) REVALIDAR, por unanimidade, por 05 (cinco) anos, a contar da publicação deste ato em Diário Oficial da União, a DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO Nº 101/2005, de que trata a Resolução CONPORTOS nº 26/2004, da PETROBRAS TRANSPORTE S/A - TRANSPETRO - Terminal Aquaviário da Baía da Guanabara - T.A.B.G, CNPJ Nº 02.709.449/0005-82, localizada na Ilha D'Água s/n°, Baia de Guanabara, Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, por cumprir as disposições do Capítulo XI-2 e da Parte A do Código Internacional para a Proteção de Navios e Instalações Portuárias - Código ISPS e o previsto no seu Plano de Segurança Pública Portuária aprovado pela Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis - CONPORTOS;

b) TORNAR SEM EFEITO a Deliberação nº 749, publicada no D.O.U., Seção 1, de 27 de julho de 2018; e

c) DETERMINAR que a Secretaria-Executiva da CONPORTOS promova a publicação deste ato em Diário Oficial da União e os registros aplicáveis, dando-se a conhecer à Comissão Coordenadora dos Assuntos da Organização Marítima Internacional (CCA/IMO), perante o Ministério da Defesa / Marinha do Brasil e à Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ).

MARCELO JOÃO DA SILVA
Presidente da Comissão
Pelo Ministério Extraordinário da Segurança Pública

UBIRATAN DE FARIA MELLO
Pelo Ministério da Defesa / Marinha do Brasil

GABRIEL BOFF MOREIRA
Pelo Ministério das Relações Exteriores

ANTONIO BRAGA SOBRINHO
Pelo Ministério da Fazenda

Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União

SECRETARIA EXECUTIVA

DIRETORIA DE GESTÃO INTERNA

ORIENTAÇÃO NORMATIVA N° 6, DE 24 DE SETEMBRO DE 2018

O DIRETOR DE GESTÃO INTERNA DA SECRETARIA EXECUTIVA DO MINISTÉRIO DA TRANSPARÊNCIA E CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO, no uso das suas atribuições conferidas pelo art. 107 do Regimento Interno, aprovado pela Portaria nº 677, de 10 de março de 2017, e, considerando as disposições estabelecidas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, na Instrução Normativa SEGES nº 05, de 26 de maio de 2017, bem como nos Acórdãos do Tribunal de Contas da União, resolve:

Art. 1º Esta Orientação Normativa objetiva padronizar os procedimentos para a emissão de Atestado de Capacidade Técnica pelas áreas técnicas do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União - CGU, responsáveis pelo seu fornecimento.

Art. 2º O Atestado de Capacidade Técnica é um documento emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que tem como objetivo comprovar que determinada empresa possui aptidão profissional e/ou operacional para a prestação de determinado serviço ou para o fornecimento de um bem específico, conforme previsto no inciso II do art. 30 da Lei nº 8.666, de 1993.

§1º O Atestado de Capacidade Técnica poderá ser emitido em nome de pessoas físicas e jurídicas, podendo integrar o acervo da empresa e também do profissional que presta serviços em seu nome.

§2º O Atestado de Capacidade Técnica poderá ser utilizado para comprovar a capacidade técnico-operacional (capacidade da empresa) e/ou a capacidade técnico-profissional (capacidade do profissional).

§3º A emissão do Atestado de Capacidade Técnica pela CGU não exime a empresa interessada de providenciar, quando for o caso, o atendimento às demais exigências normativas, tal como o registro do documento na entidade profissional competente, segundo dispõe o §1º do art. 30 da Lei nº 8.666, de 1993.

Art. 3º São requisitos para a emissão do Atestado de Capacidade Técnica:

I- a apresentação do pedido ao Fiscal do Contrato ou ao Gestor responsável pelo Contrato, formalizado em documento oficial da empresa interessada, assinado pelo representante legal, no qual constarão a indicação da razão social, do CNPJ e do número do instrumento do Contrato;

II- a conclusão do Contrato ou o transcurso de, pelo menos, 01 (um) ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme previsto no item 10.8, do Anexo VII-A, da IN SEGES/MPDG nº 05/2017;

III- encaminhamento do pedido, pelo Fiscal do Contrato, à Coordenação de Gestão de Contratos - CGCON, por intermédio do Sistema Eletrônico de Informações - SEI, contemplando ainda as seguintes informações:

a) o número do processo administrativo que deu origem à contratação;

b) a modalidade de licitação utilizada, inclusive nas hipóteses de a CGU figurar como partícipe em SRP ou de adesão à Ata de Registro de Preços de outro órgão da Administração Pública Federal, ou a forma de contratação, nos casos de dispensa, inexigibilidade de licitação ou;

c) o número do correspondente certame licitatório ou da dispensa ou inexigibilidade de licitação;

d) o número do instrumento de Contrato;

e) a descrição do objeto do Contrato;

f) o prazo contratual, discriminado o período de sua vigência; e

g) o relato do Fiscal do Contrato sobre o comportamento e a atuação da Contratada ao longo da execução do Contrato, declarando que a prestação do serviço ou a entrega do bem foi realizada de forma satisfatória.

§1º Na hipótese de não atendimento ao requisito previsto no inciso II, o Fiscal deverá formalizar, junto à empresa requerente, a negativa de emissão do Atestado, fundamentando-a na regra disposta no item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG nº 05/2017.

§2º O não atendimento ao requisito previsto no inciso II do caput deste artigo não impede que se avalie, no caso concreto, a pertinência de emissão de atestado referente às parcelas efetivamente executadas e atestadas pela área técnica, nos casos que envolvam obras e/ou prestação de serviços cuja contratação tenha previsto expressamente a elaboração de cronograma de execução.

Art. 4º Não há prazo limite para solicitação de atestado após o término do Contrato.

Art. 5º O Atestado de Capacidade Técnica integra um conjunto de informações técnicas que visa comprovar a habilitação do interessado para assumir determinado compromisso, ou seja, se a pessoa física ou jurídica possui ou não determinada aptidão, motivo pelo qual não serão emitidos os atestados quando constatadas as seguintes situações:

I- pessoa física ou jurídica que tenha sido penalizada com sanção administrativa de multa, aplicada pela CGU, nos termos do inc. II do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, nos 12 (doze) meses anteriores à data de apresentação do pedido de atestado;

II- pessoa física ou jurídica que tenha sido penalizada com sanção administrativa de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, aplicada pelo Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União - CGU, nos termos do inc. III do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

III- pessoa física ou jurídica que tenha sido penalizada com sanção administrativa de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, aplicada pelo Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União - CGU, ou por qualquer outro órgão da Administração Pública, nos termos do inc. IV do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, caso ainda não tenha havido o transcurso do prazo legal de 02 (dois) anos e ocorrido a reabilitação da empresa até a data de apresentação do pedido de atestado.

IV- pessoa física ou jurídica que tenha sido penalizada com sanção administrativa de impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, aplicada pela CGU, ou por qualquer outro órgão da Administração Pública, nos termos do art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.

§1º Havendo o registro de qualquer das sanções administrativas listadas nos incisos de I a IV, no SICAF e/ou no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), pelo Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União - CGU, ou por qualquer outro órgão da Administração Pública, a área técnica responsável pela fiscalização do Contrato será cientificada pela CGCON, para a análise e a manifestação formal quanto à pertinência ou não da emissão do atestado.

§2º Excluídas as hipóteses elencadas nos incisos I a IV, havendo registro no SICAF e/ou no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) de sanções administrativas aplicadas à pessoa física ou jurídica, a área responsável pela fiscalização do contrato será cientificada pela CGCON e deverá apresentar manifestação expressa acerca do conhecimento dos fatos, ainda que estes não sejam impeditivos para a emissão do Atestado de Capacidade Técnica.

§3º A ocorrência de qualquer das situações listadas nos incisos de I a IV do caput deste artigo, não se consubstancia em impeditivo de apresentação, por parte do interessado, de pedido de emissão de Atestado de Capacidade Técnica afeto aos demais períodos de efetiva prestação de serviços à CGU.

§4º Na hipótese prevista no § 3º deste artigo, após adotados os procedimentos previstos na presente orientação, poderá ser emitido um Atestado de Capacidade Técnica "Com Ressalva", fazendo-se constar a informação sobre o período de aplicação da sanção.

Art. 6º O Atestado de Capacidade Técnica será emitido pela Coordenação de Gestão de Contratos - CGCON e assinado, conjuntamente, pelo Fiscal ou pelo Gestor responsável pelo Contrato.

§1º O Atestado de Capacidade Técnica somente será emitido após a manifestação da respectiva área técnica responsável pelo recebimento do bem e/ou pelo acompanhamento da prestação do serviço, a qual deverá contemplar a expressa concordância da chefia da unidade.

§2º O Atestado de Capacidade Técnica será emitido conforme modelo padrão, priorizando-se a prestação de informações acerca das parcelas de maior relevância e valor significativo da contratação, sendo que eventuais dados específicos demandados pela empresa interessada, desde que expressamente mencionadas no requerimento, somente serão acrescidos ao documento se restar demonstrada a sua essencialidade ao fornecimento e/ou à prestação dos serviços ou ao atendimento de exigência Editalícia, situação na qual o Atestado de Capacidade Técnica será composto também de um anexo de conteúdo eminentemente técnico, a ser assinado somente pela área técnica responsável.

§3º Não será assinado por representante deste Ministério qualquer modelo de atestado redigido pela própria empresa requisitante.

§4º Uma vez emitido o Atestado de Capacidade Técnica, a empresa requerente será comunicada, a fim de que providencie sua retirada junto ao Fiscal ou ao Gestor responsável pelo Contrato.

§5º No ato de entrega, o representante da empresa protocolará uma das vias do Atestado de Capacidade Técnica, que será juntada ao processo de contratação pelo Fiscal ou pelo Gestor.

§6º Sempre que possível, a entrega e o protocolo de recebimento do Atestado de Capacidade Técnica deverão ser realizados por meio do Sistema Eletrônico de Informações - SEI.

Art. 7º Os casos omissos serão analisados e decididos pelo Diretor de Gestão Interna.

SERGIO AKUTAGAWA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800106

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério das Cidades

GABINETE DO MINISTRO

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 25, DE 27 DE SETEMBRO DE 2018

Dá nova redação à Instrução Normativa nº 47, de 22 de dezembro de 2017, que dispõe sobre a alocação dos recursos do Orçamento Financeiro e Operacional do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), referente à área de Habitação Popular e demais operações, para o exercício de 2018, e dá outras providências.

O MINISTRO DE ESTADO DAS CIDADES, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 6º da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, e o art. 66 do Regulamento Consolidado do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, aprovado pelo Decreto nº 99.684, de 8 de novembro de 1990, com a redação dada pelo Decreto nº 1.522, de 13 de junho de 1995, e o art. 16 da Resolução nº 702, de 4 de outubro de 2012, do Conselho Curador do FGTS e

CONSIDERANDO a solicitação de remanejamento de recursos entre Unidades da Federação, formulada pelo Agente Operador do FGTS, Caixa Econômica Federal por intermédio do Ofício DEFUS/SUFUG/GEAVO nº 186/2018, de 18 de setembro de 2018, constante dos autos do processo administrativo nº 80000.036315/2017-81, resolve:

Art. 1º Os Anexos I, II e III da Instrução Normativa nº 47, de 22 de dezembro de 2017, que dispõe sobre o Orçamento Operacional do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, referente à área de Habitação Popular e demais operações habitacionais, para o exercício de 2018, publicada no Diário Oficial da União em 26 de dezembro de 2017, Seção 1, páginas 950 e 951, passam a vigorar com a seguinte redação:

"ANEXO I
ORÇAMENTO OPERACIONAL
PLANO DE CONTRATAÇÕES E METAS FÍSICAS
EXERCÍCIO 2018

PROGRAMAS/DESCONTOS	Metas fisicas (1) (2)	Empregos gerados (2)	Valores
1) Pró-Moradia	8.598	9.275	401.500
2) Carta de Crédito Individual	193.739	538.833	23.326.113
3) Carta de Crédito Associativo	4.027	5.628	243.658
4) Apoio à Produção de Habitações	294.207	683.696	29.597.237
5) Pró-Cotista	28.265	118.965	5.150.000
6) Demais operações habitacionais com pessoas fisicas e jurídicas	3.907	18.052	781.492
7) Descontos nos financiamentos a pessoas fisicas	0	0	9.000.000
TOTAL GERAL	534.167	1.374.450	68.500.000

Legenda: (...)"

"ANEXO II
ORÇAMENTO OPERACIONAL
PROGRAMAS DA ÁREA DE HABITAÇÃO POPULAR
COM RECURSOS DISTRIBUÍDOS POR UNIDADES DA FEDERAÇÃO
EXERCÍCIO 2018
(Valores em R$ 1.000,00)

UF/REGIÕES	PRÓ-MORADIA	CARTA DE CRÉDITO INDIVIDUAL	CARTA DE CRÉDITO ASSOCIATIVO	APOIO À PRODUÇÃO DE HABITAÇÕES	TOTAL
RO	3.061	189.000	2.000	4.000	198.061
AC	1.430	7.200	0	13.000	21.630
AM	11.527	33.000	6.000	329.000	379.527
RR	1.417	47.400	0	12.000	60.817
PA	19.332	178.000	5.000	153.200	355.532
AP	2.873	31.500	0	8.000	42.373
TO	2.616	154.494	10.000	100.000	267.110
NORTE	42.256	640.594	23.000	619.200	1.325.050
MA	11.758	262.000	5.000	496.750	775.508
PI	5.715	218.000	6.000	227.000	456.715
CE	13.625	733.546	7.000	458.000	1.212.171
RN	6.640	590.566	8.270	283.000	888.476
PB	8.208	711.570	10.000	358.500	1.088.278
PE	14.303	576.000	10.000	1.017.276	1.617.579
AL	4.903	179.000	6.000	368.190	558.093
SE	3.344	265.255	5.000	449.832	723.431
BA	27.042	463.500	11.000	1.211.000	1.712.542
NORDESTE	95.538	3.999.437	68.270	4.869.548	9.032.793
MG	36.344	3.141.580	20.000	3.234.101	6.432.025
ES	7.940	202.000	8.000	442.100	660.040
RJ	26.268	601.000	15.000	2.580.787	3.223.055
SP	98.360	5.534.000	32.730	10.448.972	16.114.062
SUDESTE	168.912	9.478.580	75.730	16.705.960	26.429.182
PR	22.691	2.656.654	15.000	2.122.442	4.816.787
SC	15.156	1.561.660	9.000	844.000	2.429.816
RS	21.367	1.598.768	16.000	2.037.194	3.673.329
SUL	59.214	5.817.082	40.000	5.003.636	10.919.932
MS	6.149	556.870	17.658	363.700	944.377
MT	6.010	371.837	7.000	454.420	839.267
GO	11.633	2.342.213	7.000	1.237.889	3.598.735
DF	11.788	119.500	5.000	342.884	479.172
CENTRO-OESTE	35.580	3.390.420	36.658	2.398.893	5.861.551
TOTAL	401.500	23.326.113	243.658	29.597.237	53.568.508

Observação:
Distribuição efetuada de acordo com a demanda projetada pelo Agente Operador do FGTS."

"ANEXO III
ORÇAMENTO OPERACIONAL
DESCONTOS PARA FINANCIAMENTOS A PESSOAS FÍSICAS
DISTRIBUÍDOS POR UNIDADES DA FEDERAÇÃO
EXERCÍCIO 2018
(Valores em R$ 1.000,00)

UF/ REGIÕES	Descontos
RO	45.639
AC	3.915
AM	37.550
RR	15.765
PA	73.000
AP	2.411
TO	48.000
NORTE	226.280
MA	198.000
PI	131.577
CE	217.750
RN	261.438
PB	271.255
PE	337.343
AL	177.215
SE	117.939
BA	397.000
NORDESTE	2.109.517
MG	1.051.900
ES	80.000
RJ	562.000
SP	2.196.751
SUDESTE	3.890.651
PR	763.058
SC	357.506
RS	564.247
SUL	1.684.811
MS	164.999
MT	146.523
GO	699.769
DF	77.450
CENTRO-OESTE	1.088.741
TOTAL	9.000.000

Observação:
Distribuição efetuada de acordo com a demanda projetada pelo Agente Operador do FGTS."

Art. 3º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE BALDY

SECRETARIA EXECUTIVA

DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO

PORTARIA Nº 654, DE 26 DE SETEMBRO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB,

CONSIDERANDO as disposições da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018, alterada pela Resolução CONTRAN nº 733, de 10 de maio de 2018, que estabelece sistema de Placas de Identificação de Veículos no padrão disposto na Resolução MERCOSUL do Grupo Mercado Comum nº 33/2014;

CONSIDERANDO o constante no processo administrativo nº 80000.021754/2018-70, resolve:

Art. 1º Credenciar, de forma precária, por 4 (quatro) anos, a contar da publicação desta Portaria, a empresa LORENO TAVARES DA SILVA - ME, inscrita no CNPJ nº 08.871.412/0001-09, localizada na Rua Julio Golin, nº 1175, bairro Centro, Nonoai - RS, CEP 99.600-000, para exercer a atividade de Empresa Estampadora de Placas de Identificação Veicular - EPIV, de acordo com o art. 3º da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 2º Fica concedido prazo de 24 (vinte e quatro) meses após a publicação desta Portaria, para que a empresa apresente comprovante de que possui as suas rotinas fabris e administrativas voltadas para a fabricação de placas veiculares, certificadas segundo a Norma ISO 9001, indicando seu responsável técnico, com base no item 4.1.1 do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Parágrafo único. A não apresentação da documentação de que trata o caput acarretará na revogação deste credenciamento.

Art. 3º - A integração ao Sistema Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM, somente será realizada quando da apresentação do Atestado de Capacidade Técnica e do Sistema Informatizado de que tratam os itens 3.2, 4.6 e 5, respectivamente, do Anexo II da Resolução Contran nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MAURÍCIO JOSÉ ALVES PEREIRA

PORTARIA Nº 655, DE 26 DE SETEMBRO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB,

CONSIDERANDO as disposições da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018, alterada pela Resolução CONTRAN nº 733, de 10 de maio de 2018, que estabelece sistema de Placas de Identificação de Veículos no padrão disposto na Resolução MERCOSUL do Grupo Mercado Comum nº 33/2014;

CONSIDERANDO o constante no processo administrativo nº 80000.024162/2018-18, resolve:

Art. 1º Credenciar, de forma precária, por 4 (quatro) anos, a contar da publicação desta Portaria, a empresa AUTO PLACAS CORBÉLIA LTDA - ME, inscrita no CNPJ nº 26.257.439/0001-98, localizada na Rua Rosa, nº 468, bairro Centro, Corbélia - PR, CEP 85.420-000, para exercer a atividade de Empresa Estampadora de Placas de Identificação Veicular - EPIV, de acordo com o art. 3º da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 2º Fica concedido prazo de 24 (vinte e quatro) meses após a publicação desta Portaria, para que a empresa apresente comprovante de que possui as suas rotinas fabris e administrativas voltadas para a fabricação de placas veiculares, certificadas segundo a Norma ISO 9001, indicando seu responsável técnico, com base no item 4.1.1 do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Parágrafo único. A não apresentação da documentação de que trata o caput acarretará na revogação deste credenciamento.

Art. 3º - A integração ao Sistema Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM, somente será realizada quando da apresentação do Atestado de Capacidade Técnica e do Sistema Informatizado de que tratam os itens 3.2, 4.6 e 5, respectivamente, do Anexo II da Resolução Contran nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MAURÍCIO JOSÉ ALVES PEREIRA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800107

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 656, DE 26 DE SETEMBRO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB,

CONSIDERANDO as disposições da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018, alterada pela Resolução CONTRAN nº 733, de 10 de maio de 2018, que estabelece sistema de Placas de Identificação de Veículos no padrão disposto na Resolução MERCOSUL do Grupo Mercado Comum nº 33/2014;

CONSIDERANDO o constante no processo administrativo nº 80000.023854/2018-31, resolve:

Art. 1º Credenciar, de forma precária, por 4 (quatro) anos, a contar da publicação desta Portaria, a empresa ÁGUIA PLACAS LTDA - ME, inscrita no CNPJ nº 18.125.296/0001-32, localizada na Rua Presidente Getúlio Vargas, nº 156, bairro Centro, Caeté - MG, CEP 34.800-000, para exercer a atividade de Empresa Estampadora de Placas de Identificação Veicular - EPIV, de acordo com o art. 3º da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 2º Fica concedido prazo de 24 (vinte e quatro) meses após a publicação desta Portaria, para que a empresa apresente comprovante de que possui as suas rotinas fabris e administrativas voltadas para a fabricação de placas veiculares, certificadas segundo a Norma ISO 9001, indicando seu responsável técnico, com base no item 4.1.1 do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Parágrafo único. A não apresentação da documentação de que trata o caput acarretará na revogação deste credenciamento.

Art. 3º - A integração ao Sistema Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM, somente será realizada quando da apresentação do Atestado de Capacidade Técnica e do Sistema Informatizado de que tratam os itens 3.2, 4.6 e 5, respectivamente, do Anexo II da Resolução Contran nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MAURÍCIO JOSÉ ALVES PEREIRA

PORTARIA Nº 657, DE 27 DE SETEMBRO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB,

CONSIDERANDO as disposições da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018, alterada pela Resolução CONTRAN nº 733, de 10 de maio de 2018, que estabelece sistema de Placas de Identificação de Veículos no padrão disposto na Resolução MERCOSUL do Grupo Mercado Comum nº 33/2014;

CONSIDERANDO o constante no processo administrativo nº 80000.025171/2018-18, resolve:

Art. 1º Credenciar, por 4 (quatro) anos, a contar da publicação desta Portaria, a empresa MASTER PLACAS INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - ME, inscrita no CNPJ nº 31.206.128/0001-30, localizada na Rua 3, S/N, Quadra C8, Lote 93/99, Sala 402, Pavimento 4/12, Edifício West Office, bairro Setor Oeste, Goiânia - GO, CEP 74.115-050, para exercer a atividade de Empresa Fabricante de Placas de Identificação Veicular - FPIV, de acordo com o art. 3º da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 2º A integração ao Sistema Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM, somente será realizada quando da apresentação do Atestado de Capacidade Técnica e do Sistema Informatizado de que tratam os itens 3.2, 3.4 e 5, respectivamente, do Anexo II da Resolução Contran nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MAURÍCIO JOSÉ ALVES PEREIRA

Ministério de Minas e Energia

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 7.253, DE 28 DE AGOSTO 2018

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº 48500.004163/2014- 61. Interessado: International Paper do Brasil Ltda. Objeto: Autoriza o pagamento pela prestação de serviços ancilares de Autorrestabelecimento, Controle Secundário de Frequência e Sistema Especial de Proteção no Sistema Interligado Nacional. A íntegra desta Resolução consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 2.449, DE 25 DE SETEMBRO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº 48500.003698/2018-48. Interessados: Companhia Energética do Piauí - Cepisa, Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, Companhia Energética do Maranhão - Cemar, concessionárias e permissionárias de distribuição, consumidores, usuários e agentes do Setor. Objeto: Prorroga a vigência das Tarifas de Energia - TE e das Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição - TUSD da Companhia Energética do Piauí - Cepisa, constantes da Resolução Homologatória nº 2.305, de 26 de setembro de 2017, e dá outras providências. A íntegra desta Resolução está juntada aos autos e disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÕES HOMOLOGATÓRIAS DE 25 DE SETEMBRO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL e o que consta do Processo nº 48500.003696/2018-59, resolve:

Nº 2.450. Interessados: Cooperativa de Eletrificação Anita Garibaldi Ltda - Cergal, Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, Celesc Distribuição S.A. - Celesc Dis, concessionárias e permissionárias de distribuição, consumidores, usuários e agentes do Setor. Objeto: Homologa o resultado do Reajuste Tarifário Anual de 2018 da Cooperativa de Eletrificação Anita Garibaldi Ltda - Cergal, a vigorar a partir de 30 de setembro de 2018, e dá outras providências;

Nº 2.451. Interessados: Cooperativa de Eletricidade Jacinto Machado - Cejama, Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, Celesc Distribuição S.A - Celesc-Dis, Cooperativa de Eletrificação Sul Catarinense - Cersul, concessionárias e permissionárias de distribuição, consumidores, usuários e agentes do Setor. Objeto: Homologa o resultado do Reajuste Tarifário Anual de 2018 da Cooperativa de Eletricidade Jacinto Machado - Cejama, a vigorar a partir de 30 de setembro de 2018, e dá outras providências;

Nº 2.452. Interessados: Cooperativa de Eletricidade Grão Pará - Cergapa, Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, Celesc Distribuição S.A. - Celesc-Dis, concessionárias e permissionárias de distribuição, consumidores, usuários e agentes do Setor. Objeto: Homologa o resultado do Reajuste Tarifário Anual de 2018 da Cooperativa de Eletricidade Grão Pará - Cergapa, a vigorar a partir de 30 de setembro de 2018, e dá outras providências;

Nº 2.453. Interessados: Cooperativa de Energia Treviso - Certrel, Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, Celesc Distribuição S.A. - Celesc-Dis, concessionárias e permissionárias de distribuição, consumidores, usuários e agentes do Setor. Objeto: Homologa o resultado do Reajuste Tarifário Anual de 2018 da Cooperativa de Energia Treviso - Certrel, a vigorar a partir de 30 de setembro de 2018, e dá outras providências;

Nº 2.454. Interessados: Cooperativa de Energização e Desenvolvimento Rural do Vale do Itariri - Cedri, Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, Elektro Eletricidade e Serviços S/A, concessionárias e permissionárias de distribuição, consumidores, usuários e agentes do Setor. Objeto: Homologa o resultado do Reajuste Tarifário Anual de 2018 da Cooperativa de Energização e Desenvolvimento Rural do Vale do Itariri - Cedri, a vigorar a partir de 30 setembro de 2018, e dá outras providências;

Nº 2.455. Interessados: Cooperativa Distribuidora de Energia Vale do Araçá - Ceraçá, Celesc Distribuição S.A - Celesc-DIS, Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, concessionárias e permissionárias de distribuição, consumidores, usuários e agentes do Setor. Objeto: Homologa o resultado do Reajuste Tarifário Anual de 2018 da Cooperativa Distribuidora de Energia Vale do Araçá - Ceraçá, a vigorar a partir de 30 de setembro de 2018, e dá outras providências;

Nº 2.456. Interessados: Cooperativa de Prestação de Serviços Públicos de Distribuição de Energia Elétrica Senador Esteves Júnior - Cerej, Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, Celesc Distribuição S.A. - Celesc-DIS, concessionárias e permissionárias de distribuição, consumidores, usuários e agentes do Setor. Objeto: Homologa o resultado do Reajuste Tarifário Anual de 2018 da Cooperativa de Prestação de Serviços Públicos de Distribuição de Energia Elétrica Senador Esteves Júnior - Cerej, a vigorar a partir de 30 de setembro de 2018, e dá outras providências;

Nº 2.457. Interessados: Cooperativa de Eletricidade de Gravatal - Cergral, Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, Celesc Distribuição S.A. - Celesc-DIS, concessionárias e permissionárias de distribuição, consumidores, usuários e agentes do Setor. Objeto: Homologa o resultado do Reajuste Tarifário Anual de 2018 da Cooperativa de Eletricidade de Gravatal - Cergral, a vigorar a partir de 30 de setembro de 2018, e dá outras providências;

Nº 2.458. Interessados: Cooperativa de Eletrificação Lauro Muller - Coopermila, Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, Celesc Distribuição S.A., concessionárias e permissionárias de distribuição, consumidores, usuários e agentes do Setor. Objeto: Homologa o resultado do Reajuste Tarifário Anual de 2018 da Cooperativa de Eletrificação Lauro Muller - Coopermila, a vigorar a partir de 30 de setembro de 2018, e dá outras providências;

Nº 2.459. Interessados: Cooperativa de Eletrificação de Braço do Norte - Cerbranorte, Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, Celesc Distribuição S.A. - Celesc Dis, Cooperativa de Distribuição de Energia Elétrica de Anitápolis, concessionárias e permissionárias de distribuição, consumidores, usuários e agentes do Setor. Objeto: Homologa o resultado do Reajuste Tarifário Anual de 2018 da Cooperativa de Eletrificação de Braço do Norte - Cerbranorte, a vigorar a partir de 30 de setembro de 2018, e dá outras providências;

Nº 2.460. Interessados: Cooperativa de Eletricidade de Paulo Lopes - Cerpalo, Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, Celesc Distribuição S.A. - Celesc-DIS, concessionárias e permissionárias de distribuição, consumidores, usuários e agentes do Setor. Objeto: Homologa o resultado do Reajuste Tarifário Anual de 2018 da Cooperativa de Eletricidade de Paulo Lopes - Cerpalo, a vigorar a partir de 30 de setembro de 2018, e dá outras providências;

Nº 2.461. Interessados: Cooperativa de Eletrificação Sul Catarinense - Cersul, Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, Celesc Distribuição S.A. - Celesc-DIS, Cooperativa de Eletricidade Jacinto Machado - Cejama, concessionárias e permissionárias de distribuição, consumidores, usuários e agentes do Setor. Objeto: Homologa o resultado do Reajuste Tarifário Anual de 2018 da Cooperativa de Eletrificação Sul Catarinense - Cersul, a vigorar a partir de 30 de setembro de 2018, e dá outras providências;

Nº 2.462. Interessados: Cooperativa Pioneira de Eletrificação - Coopera, Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, Celesc Distribuição S.A. - Celesc-DIS, concessionárias e permissionárias de distribuição, consumidores, usuários e agentes do Setor. Objeto: Homologa o resultado do Reajuste Tarifário Anual de 2018 da Cooperativa Pioneira de Eletrificação - Coopera, a vigorar a partir de 30 de setembro de 2018, e dá outras providências;

Nº 2.463. Interessados: Cooperativa Regional Sul de Eletrificação Rural - Coorsel, Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, Celesc Distribuição S.A. - Celesc -DIS, concessionárias e permissionárias de distribuição, consumidores, usuários e agentes do Setor. Objeto: Homologa o resultado do Reajuste Tarifário Anual de 2018 da Cooperativa Regional Sul de Eletrificação Rural - Coorsel, a vigorar a partir de 30 de setembro de 2018, e dá outras providências;

Nº 2.464. Interessados: Cooperativa Fumacense de Eletricidade - Cermoful, Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, Celesc Distribuição S.A., concessionárias e permissionárias de distribuição, consumidores, usuários e agentes do Setor. Objeto: Homologa o resultado da segunda Revisão Tarifária Periódica - RTP da Cooperativa Fumacense de Eletricidade - Cermoful, a vigorar a partir de 30 de setembro de 2018, e dá outras providências e;

Nº 2.465. Interessados: Cooperativa Energética Cocal - Coopercocal, Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, Celesc Distribuição S.A. - Celesc-DIS, Empresa Força e Luz Urussanga Ltda - EFLUL, concessionárias e permissionárias de distribuição, consumidores, usuários e agentes do Setor. Objeto: Homologa o resultado da segunda Revisão Tarifária Periódica - RTP da Cooperativa Energética Cocal - Coopercocal, a vigorar a partir de 30 de setembro de 2018, e dá outras providências.

As íntegras destas Resoluções e de seus anexos estão juntados aos autos do processo e disponíveis no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

DESPACHO Nº 2.182, DE 26 DE SETEMBRO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no art. 61 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, no art. 47 da Norma de Organização ANEEL nº 001, aprovada pela Resolução Normativa nº 273, de 10 de julho de 2007, e no que consta no Processo nº 48500.003190/2018-40, decide conhecer do pedido de efeito suspensivo apresentado pela Cemig Distribuição S.A. - Cemig D no Pedido de Reconsideração interposto em face do Despacho nº 2.027, de 6 de setembro de 2018, e negar-lhe provimento, haja vista que ausentes tanto a aparência do bom direito quanto o perigo na demora.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

DESPACHO Nº 2.207, DE 27 DE SETEMBRO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no art. 61 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, no art. 47 da Norma de Organização ANEEL nº 001, aprovada pela Resolução Normativa nº 273, de 10 de julho de 2007, e no que consta no Processo nº 48500.004583/2017-90, decide conhecer dos pedidos de efeito suspensivo apresentados pela Interligação Elétrica do Madeira S.A - IE Madeira, pela Interligação Elétrica Norte Nordeste S.A. - IENNE, pela Interligação Elétrica Sul S.A. - IE SUL, pela Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista - Cteep, pela Evrecy Participações Ltda. - Evrecy, pela Interligação Elétrica Pinheiros S.A. - IE Pinheiros, pela Interligação Elétrica Serra do Japi S.A. - IE Japi, pela Interligação Elétrica de Minas Gerais S.A. - IEMG e pela Interligação Elétrica Garanhuns S.A. - IE Garanhuns nos

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800108

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Pedidos de Reconsideração interpostos em face do art. 10 do na Resolução Homologatória nº 2.446, de 4 de setembro de 2018, e negar-lhes provimento, haja vista a ausência do perigo na demora.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RETIFICAÇÃO

Na íntegra da Resolução Autorizativa nº 7.219, de 13 de agosto de 2018, constante do Processo n° 48500.002309/2002-56, cujo resumo foi publicado no DOU de 16 de agosto de 2018, nº 158, Seção 1, p. 72, onde se lê: "Transfere da Eólica Icaraizinho Ltda.", leia-se "Transfere da Eólica Icaraizinho Geração e Comercialização de Energia S.A." e "Transferir da empresa Eólica Formosa Ltda.", leia-se: "Transferir da empresa Eólica Icaraizinho Geração e Comercialização de Energia S.A.".

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

DESPACHO Nº 2.205, DE 26 DE SETEMBRO DE 2018

Processo nº 48500.004646/2018-99. Interessado: Ricardo Malaquias Ferreira. Decisão: (i) conferir o DRI-PCH referente à PCH São João, cadastrada sob o CEG PCH.PH.MG.040809-3.01, situada no rio São João, no estado de Minas Gerais; (ii) esse DRI-PCH é de titularidade exclusiva e intransferível antes da entrega do Sumário Executivo; (iii) tem-se o prazo de até 14 (quatorze) meses para a elaboração do projeto básico e apresentação, na ANEEL, do Sumário Executivo, correspondentes ART e arquivo digital com o projeto básico desenvolvido, conforme orientações disponíveis no sítio da ANEEL; e (iv) considerando que o presente eixo integra inventário aprovado anteriormente à Resolução Normativa nº 673, publicada em 31 de agosto de 2015, não serão admitidas outras solicitações de DRI-PCH para o mesmo aproveitamento. A íntegra deste Despacho consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES, PERMISSÕES E AUTORIZAÇÕES DE TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO

DESPACHO Nº 2.202, DE 26 DE SETEMBRO DE 2018

Nº. Processo nº: 48500.001821/2014-62. Interessadas: Ventos dos Índios Energia S.A., Ventos do Sul Energia S.A. e Ventos da Lagoa Energia S.A. Decisão: Conforme disposto na Resolução Normativa nº 722, de 31 de maio de 2016, art. 8º, não há valor a ser ressarcido aos agentes geradores proprietários da instalação de transmissão de uso exclusivo Linha de Transmissão, em 230 kV, Osório 2 - Lagoa dos Barros, onde parte da instalação será transferida para a Rede Básica, em razão da licitação da subestação 230 kV Osório 3, que seccionará essa LT. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

IVO SECHI NAZARENO
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHOS DE 27 DE SETEMBRO DE 2018

Decisão: Liberar as unidades geradoras constantes nos despachos abaixo para início de operação em teste a partir do dia 28 de setembro de 2018.

Nº 2.208. Processo nº 48500.000086/2017-12. Interessados: CLWP Eólica Parque VI Ltda. Usina: EOL Campo Largo VI. Unidades Geradoras: UG1 a UG11, de 2.700 kW cada uma, totalizando 29.700 kW de capacidade instalada. Localização: Município de Sento Sé, Estado da Bahia.

Nº 2.209. Processo nº 48500.000204/2017-92. Interessados: Central Eólica Babilônia III S.A. Usina: EOL Ventos do São Gabriel. Unidades Geradoras: UG1 a UG13, de 2.100 kW cada, totalizando 27.300 kW de capacidade instalada. Localização: Município de Várzea Nova, Estado da Bahia.

Nº 2.210. Processo nº 48500.000186/2017-49. Interessados: Central Eólica Babilônia V S.A. Usina: EOL Ventos de Santa Emília. Unidades Geradoras: UG1 a UG13, de 2.100 kW cada, totalizando 27.300 kW de capacidade instalada. Localização: Município de Várzea Nova, Estado da Bahia.

Nº 2.211. Processo nº 48500.000183/2017-13. Interessados: Central Eólica Babilônia IV S.A. Usina: EOL Ventos de Santa Aurora. Unidades Geradoras: UG1 a UG13, de 2.100 kW cada, totalizando 27.300 kW de capacidade instalada. Localização: Município de Várzea Nova, Estado da Bahia.

Nº 2.212. Processo nº 48500.000182/2017-61. Interessados: Central Eólica Babilônia I S.A. Usina: EOL Ventos de Santa Aparecida. Unidades Geradoras: UG1 a UG13, de 2.100 kW cada, totalizando 27.300 kW de capacidade instalada. Localização: Município de Ourolândia, Estado da Bahia.

Nº 2.213. Processo nº 48500.000179/2017-47. Interessados: Central Eólica Babilônia II S.A. Usina: EOL Ventos da Santa Beatriz. Unidades Geradoras: UG1 a UG13, de 2.100 kW cada, totalizando 27.300 kW de capacidade instalada. Localização: Município de Ourolândia, Estado da Bahia.

As íntegras destes Despachos constam dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

HELVIO NEVES GUERRA
Superintendente

DESPACHO Nº 2.214, DE 27 DE SETEMBRO DE 2018

Processo nº 48500.002472/2017-49. Interessado: CLWP Eólica Parque XVI Ltda. Decisão: Liberar as unidades geradoras para início da operação comercial a partir de 28 de setembro de 2018. Usina: EOL Campo Largo XVI. Unidades Geradoras: UG1 a UG11, de 2.700 kW cada uma, totalizando 29.700 kW de capacidade instalada. Localização: Município de Sento Sé, Estado da Bahia. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

HELVIO NEVES GUERRA
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

DESPACHO Nº 2.200, DE 25 DE SETEMBRO DE 2018

A SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições que lhe foram delegadas por meio da Portaria nº 4.659/2017, considerando o disposto na Resolução Normativa nº 748/2016, na Resolução Homologatória nº 2.370/2018 e na Decisão do Processo Judicial nº 1000228-72.2018.4.01.3100, e o que consta do Processo 48500.000360/2017-53, resolve: homologar o valor do empréstimo de R$ 11.643.103,25 do Fundo da Reserva Global de Reversão - RGR à Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA para a prestação do serviço público de distribuição de energia elétrica.

TICIANA FREITAS DE SOUSA

DESPACHO Nº 2.206, DE 26 DE SETEMBRO DE 2018

Processo nº 48500.004908/2018-15. Interessada: Energisa S.A. Decisão: anuir à transferência do controle societário direto da Companhia de Eletricidade do Acre - Eletroacre e da Centrais Elétricas de Rondônia S.A. - Ceron, que passará a ser detido pela interessada. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

TICIANA FREITAS DE SOUSA
Superintendente

DESPACHO Nº 2.215, DE 27 DE SETEMBRO DE 2018

A SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições que lhe foram delegadas por meio da Portaria nº 4.659/2017, considerando o disposto na Resolução Normativa nº 748/2016 e na Resolução Homologatória nº 2.370/2018, e o que consta dos Processos nº 48500.001663/2018-74 e 48500.000361/2017-06, resolve: retificar a Tabela 2 do Despacho nº 500/2018 em relação ao valor adotado à ED Alagoas, de R$ 28.535.638,67 para R$ 17.394.934,66, relacionado ao montante do empréstimo do Fundo da RGR, a título de antecipação dos componentes financeiros.

TICIANA FREITAS DE SOUSA

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO TARIFÁRIA

DESPACHO Nº 2.203, DE 26 DE SETEMBRO DE 2018

Processo: 48500.000895/2018-13. Interessados: agentes de distribuição de energia elétrica com aniversário contratual no mês de setembro de 2018. Decisão: fixar a Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE aos interessados. A íntegra deste Despacho estará disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br.

DAVI ANTUNES LIMA
Superintendente

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

DESPACHO Nº 1.103, DE 27 DE SETEMBRO DE 2018

A DIRETORIA da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições, com fundamento nas Medidas Provisórias nº 838, de 30 de maio de 2018, e nº 847, de 31 de julho de 2018, e no Decreto nº 9.403, de 7 de junho de 2018, de acordo com o Despacho ANP nº 719, de 7 de junho de 2018, e com a Instrução Normativa ANP nº 15/2018, e no que consta no processo nº 48610.007229/2018, tendo em vista a Resolução de Diretoria nº 585, de 27 de setembro de 2018, torna público o seguinte ato:

Fica aprovado e autorizado, conforme apresentado na tabela abaixo, o pagamento da subvenção econômica ao óleo diesel devido no período de 8 de junho a 7 de julho de 2018 (1º Período da 2ª Fase).

CNPJ do Beneficiário	Razão Social do Beneficiário	Subvenção (R$)
94.845.674/0001-30	Refinaria de Petróleo RIOGRANDENSE S.A	R$ 9.521.116,49 (nove milhões, quinhentos e vinte e um mil, cento e dezesseis reais e quarenta e nove centavos)

DÉCIO FABRICIO ODDONE DA COSTA
Diretor-Geral

DESPACHO Nº 1.104, DE 27 DE SETEMBRO DE 2018

A DIRETORIA da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições, com fundamento nas Medidas Provisórias nº 838, de 30 de maio de 2018, e nº 847, de 31 de julho de 2018, e no Decreto nº 9.403, de 7 de junho de 2018, de acordo com o Despacho ANP nº 719, de 7 de junho de 2018, e com a Instrução Normativa ANP nº 15/2018, e no que consta no processo nº 48610.007229/2018, tendo em vista a Resolução de Diretoria nº 585, de 27 de setembro de 2018, torna público o seguinte ato:

Fica aprovado e autorizado, conforme apresentado na tabela abaixo, o pagamento da subvenção econômica ao óleo diesel devido no período de 8 de julho a 31 de julho de 2018 (2º Período da 2ª Fase).

CNPJ do Beneficiário	Razão Social do Beneficiário	Subvenção (R$)
94.845.674/0001-30	Refinaria de Petróleo RIOGRANDENSE S.A	R$ 4.680.371,73 (quatro milhões, seiscentos e oitenta mil, trezentos e setenta e um reais e setenta e três centavos)

DÉCIO FABRICIO ODDONE DA COSTA
Diretor-Geral

DESPACHO Nº 1.105, DE 27 DE SETEMBRO DE 2018

A DIRETORIA da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições, com fundamento nas Medidas Provisórias nº 838, de 30 de maio de 2018, e nº 847, de 31 de julho de 2018, e no Decreto nº 9.403, de 7 de junho de 2018, de acordo com o Despacho ANP nº 719, de 7 de junho de 2018, e com a Instrução Normativa ANP nº 15/2018, e no que consta no processo nº 48610.007247/2018, tendo em vista a Resolução de Diretoria nº 586, de 27 de setembro de 2018, torna público o seguinte ato:

Fica aprovado e autorizado, conforme apresentado na tabela abaixo, o pagamento da subvenção econômica ao óleo diesel devido no período de 8 de junho a 7 de julho de 2018 (1º Período da 2ª Fase), considerando os valores apurados para as bases regionalizadas Nordeste e Tocantins (NE+TO) e Sul (S).

CNPJ do Beneficiário	Razão Social do Beneficiário	Subvenção (R$)
04.958.554/0001-57	BLUEWAY Trading Importação e Exportação S.A	R$ 13.431.023,92 (treze milhões, quatrocentos e trinta e um mil, vinte e três reais e noventa e dois centavos)

DÉCIO FABRICIO ODDONE DA COSTA
Diretor-Geral

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800109

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DESPACHO Nº 1.106, DE 27 DE SETEMBRO DE 2018

A DIRETORIA da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições, com fundamento nas Medidas Provisórias nº 838, de 30 de maio de 2018, e nº 847, de 31 de julho de 2018, e no Decreto nº 9.403, de 7 de junho de 2018, de acordo com o Despacho ANP nº 719, de 7 de junho de 2018, e com a Instrução Normativa ANP nº 15/2018, e no que consta no processo nº 48610.007247/2018, tendo em vista a Resolução de Diretoria nº 586, de 27 de setembro de 2018, torna público o seguinte ato:

Fica aprovado e autorizado, conforme apresentado na tabela abaixo, o pagamento da subvenção econômica ao óleo diesel devido no período de 8 de julho a 31 de julho de 2018 (2º Período da 2ª Fase), considerando os valores apurados para a base regionalizada Sul (S).

CNPJ do Beneficiário	Razão Social do Beneficiário	Subvenção (R$)
04.958.554/0001-57	BLUEWAY Trading Importação e Exportação S.A	R$ 999.525,60 (novecentos e noventa e nove mil, quinhentos e vinte e cinco reais e sessenta centavos)

DÉCIO FABRICIO ODDONE DA COSTA
Diretor-Geral

DESPACHO Nº 1.107, DE 27 DE SETEMBRO DE 2018

A DIRETORIA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições, e conforme a Resolução de Diretoria nº 591, de 27 de setembro de 2018, decide aprovar o valor da Parcela Fixa, correspondente ao valor R$ 0,0674/litro, a ser acrescida ao Preço de Referência para fins de concessão de subvenção econômica do óleo diesel, nos termos do Decreto 9.454/2018 e em atendimento à Resolução ANP nº 738/2018, para o período de apuração de 30 de setembro de 2018 a 29 de outubro de 2018.

DÉCIO FABRICIO ODDONE DA COSTA
Diretor-Geral

DIRETORIA IV

SUPERINTENDÊNCIA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA

DESPACHO Nº 1.101, DE 27 DE SETEMBRO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004,com base na Resolução ANP n°41 de 05 de novembro de 2013, tendo em vista a previsão legal inscrita em seu Art. 30, inciso I, alínea c, torna público o cancelamento, por requerimento do agente econômico, das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
PR/SP0016547	A FERREIRA AUTOMOVEIS LTDA	52.791.571/0001-95	48610.007585/2000-45
PR/SP0010802	ADONAI AUTO POSTO LTDA	03.180.919/0001-00	48610.011324/2001-19
PR/MG0234575	AUTO POSTO EXCALIBUR LTDA.	05.749.673/0003-24	48610.007391/2008-05
PR/MG0069041	BUENO & TIBA LTDA.	10.664.694/0001-15	48610.004808/2009-51
PR/MG0020551	CESA POSTOS LTDA.	00.547.886/0001-98	48610.001460/2002-73
PR/RO0159837	COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO MRA LTDA	03.915.997/0002-89	48610.002951/2003-12
PR/RO0193723	J. I. AUTO POSTO LTDA.	07.218.358/0001-34	48610.001591/2006-84
PR/SP0177533	MRM NOVA ODESSA COMERCIO DE COMBUSTIVEL LTDA	24.506.160/0001-75	48610.005368/2016-88
PR/MT0031569	PEDRO BONETTI	05.486.065/0001-02	48600.000813/2003-18
PR/BA0026058	POSTO DE COMBUSTIVEIS CONQUISTA SUL LTDA	04.746.126/0001-60	48610.007806/2002-47
PR/BA0156862	POSTO DE COMBUSTIVEIS VARZEANO LTDA - EPP	06.370.148/0003-66	48610.005195/2014-36
PR/ES0009198	POSTO DE GAZOLINA FABRIS LTDA.	28.048.247/0001-05	48610.006680/2000-21
PR/RJ0009750	POSTO DE SERVICO LIDER LTDA	32.287.369/0001-13	48610.007613/2001-13
PR/SC0019045	POSTO E MERCADO CAMILO LTDA.	00.958.936/0001-20	48610.016337/2001-76
PR/RJ0021378	POSTO MATARIPE LTDA	29.066.594/0001-15	48610.002249/2002-78
PR/BA70466	POSTO OASIS LTDA - ME	15.541.589/0001-02	48610.004895/2015-94
PR/PE0176968	POSTO SAO PAULO LTDA	35.520.923/0004-00	48610.009139/2016-32

CEZAR CARAM ISSA

DESPACHO Nº 1.102, DE 27 DE SETEMBRO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, com base na Resolução ANP n°41 de 06 de novembro de 2013, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
PR/PA0188947	AUTO POSTO ARAGUAIA EIRELI	28.123.816/0001-21	48610.008133/2018-18
PR/PR0188945	AUTO POSTO DALPRA LTDA	26.220.338/0001-42	48610.007655/2018-94
PR/GO0188949	AUTO POSTO FORTE VILLE LTDA	30.816.179/0001-10	48610.009794/2018-52
PR/SP0188951	AUTO POSTO GRANDE TREVO LTDA.	27.993.606/0001-21	48610.010190/2018-59
PR/GO0188979	AUTO POSTO K 52 LTDA	31.086.413/0001-64	48610.009796/2018-41
PR/MG0189015	AUTO POSTO PILOTO LTDA	10.257.882/0001-29	48610.004026/2018-11
PR/SP0189014	AUTO POSTO PINHEIROS LTDA	28.989.468/0001-70	48610.009938/2018-71
PR/MS0188976	CASARIN & OLIVEIRA LTDA	13.351.989/0001-20	48610.009650/2018-04
PR/MA0188948	F DA C SOUSA COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES	28.251.602/0001-30	48610.007846/2018-56
PR/MT0188981	JTM COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA	30.435.188/0001-61	48610.008700/2018-28
PR/PI0188946	KLEVISON GOMES PEREIRA EIRELI	21.310.549/0001-52	48610.000635/2018-92
PR/SP0189016	LARANJAIS COMERCIO DE DERIVADO DE PETROLEO LTDA	30.866.456/0001-08	48610.010263/2018-11
PR/CE0188977	LIMA & MELO COMBUSTIVEIS LTDA	22.111.893/0001-85	48610.010234/2018-41
PR/SP0188974	M22 AUTO POSTO E CONVENIENCIA LTDA	27.746.048/0001-08	48610.009089/2018-55
PR/PI0188944	POSTO BERLENGAS LTDA	26.979.200/0001-21	48610.005609/2018-51
PR/MG0188975	POSTO ESTACAO SANTE LTDA	28.193.744/0001-99	48610.010226/2018-02
PR/BA0188942	POSTO LAJEDO ALTO LTDA	30.146.364/0001-45	48610.008830/2018-61
PR/MG0188978	POSTO MIRANTE PRIME LTDA	30.945.264/0001-89	48610.010256/2018-19
PR/BA0188950	POSTO PINHEIRO & SOUZA LTDA	27.047.861/0001-81	48610.010187/2018-35
PR/MT0188980	SIQUEIRA E MATTIONI LTDA	29.309.634/0001-02	48610.002364/2018-18
PR/MT0188943	TROPICAL COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA.	18.812.857/0001-71	48610.007595/2018-18

CEZAR CARAM ISSA

RETIFICAÇÃO

No Despacho da Superintendente-Adjunta nº 1.077, de 20 de setembro de 2018, publicado no DOU nº 183 de 21 de setembro de 2018, Seção 1, pagina 78 Na página de Legislação da ANP em anp.gov.br/legislacao, onde se lê: " Aprovar a alteração dos dados do credenciamento nº 139/2014" leia-se: "Aprovar a alteração dos dados do credenciamento nº 193/2014".

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL

DESPACHO DO DIRETOR-GERAL
RELAÇÃO Nº 228/2018/DF

Fase de Autorização de Pesquisa
Nega provimento ao recurso apresentado(244)
800.715/2016-CONSTRURBAN LOGISTICA AMBIENTAL
Prorroga por 01 (um) ano o prazo para requerer a Concessão de Lavra(349)
820.805/1985-MINERAÇÃO MONTE CARMELO LTDA
declara caduco o direito de requerer a lavra(399)
820.400/1983-LEONARDO FRARE
886.186/2004-NATALINO RODRIGUES PINHEIRO
860.329/2015-MINERAÇÃO PEDRAS MIL LTDA ME
Homologa desistência do direito de requerer a lavra.(1788)
820.506/1985- INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A.
Fase de Requerimento de Lavra
Despacho publicado(356)
830.289/1989-VALE S A-Nos termos do DESPACHO Nº 041/2018-CFPM/DIFISGLSS, aprovado pelo Senhor Diretor de Fiscalização da Atividade Minerária, que ora aprovo e adoto como fundamento desta decisão, DOU PROVIMENTO ao pedido de pesquisa complementar pelo prazo improrrogável de 3 (tres) anos, a contar da data de publicação do ato no Diário Oficial da União.
831.102/1990-VALE S A-Nos termos do DESPACHO Nº 042/2018-CFPM/DIFISGLSS, aprovado pelo Senhor Diretor de Fiscalização da Atividade Minerária, que ora aprovo e adoto como fundamento desta decisão, DOU PROVIMENTO ao pedido de pesquisa complementar pelo prazo improrrogável de 3 (tres) anos, a contar da data de publicação do ato no DOU.
declara caduco o direito de requerer a lavra(399)
820.308/1983-PEDRO ALVES DE ASSUNCAO

VICTOR HUGO FRONER BICCA

SUPERINTENDÊNCIA NA BAHIA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 134/2018/PA

Fase de Autorização de Pesquisa
Instaura processo administrativo de declaração de Caducidade/Nulidade do Alvará - Prazo para defesa: 60 (sessenta) dias(237)
870.372/2014-MINERAÇÃO FÉLIX LTDA.- OF. N° 1937/2018
871.376/2014-MINERAÇÃO FÉLIX LTDA.- OF. N° 1939/2018
870.735/2016-JONAS HUMBERTO MARIN- OF. N° 1931/2018
871.206/2016-BRASPEDRAS COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI ME- OF. N° 1935/2018
871.590/2017-FLAVIA CRISTINA WILKE ALVES- OF. N° 1941/2018
871.673/2017-GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA.- OF. N° 1933/2018
Intima para defesa caducidade/nulidade do titulo-Prazo 60 dias(266)
870.372/2014-MINERAÇÃO FÉLIX LTDA.-OF. N°1937/2018
871.376/2014-MINERAÇÃO FÉLIX LTDA.-OF. N°1939/2018
870.735/2016-JONAS HUMBERTO MARIN-OF. N°1931/2018
871.206/2016-BRASPEDRAS COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI ME-OF. N°1935/2018
871.590/2017-FLAVIA CRISTINA WILKE ALVES-OF. N°1941/2018
871.673/2017-GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA.-OF. N°1933/2018
Determina o arquivamento definitivo do processo(279)
870.704/2011-SAN FIRMINO CONSTRUTORA EMPRREENDIMENTOS LTDA
870.705/2011-SAN FIRMINO CONSTRUTORA EMPRREENDIMENTOS LTDA
870.439/2015-VELHO CHICO MINERAÇÃO LTDA ME
871.797/2015-VELHO CHICO MINERAÇÃO LTDA ME
Intima para defesa do DECAIMENTO do titulo (Lei do SNUC) - Prazo 10 dias(2041)
874.159/2011-JOSÉ RUBENS MORETTI-OF. N°1912/2018
870.370/2014-MINERAÇÃO FÉLIX LTDA.-OF. N°1899/2018
870.371/2014-MINERAÇÃO FÉLIX LTDA.-OF. N°1921/2018
870.924/2014-MINERAÇÃO FÉLIX LTDA.-OF. N°1896/2018
872.053/2015-MINERAÇÃO FÉLIX LTDA.-OF. N°1900/2018
870.566/2016-VELHO CHICO MINERAÇÃO LTDA ME-OF. N°1915/2018
870.736/2016-JONAS HUMBERTO MARIN-OF. N°1905/2018
871.823/2016-ARTENIO ALVES DE ALCANTARA-OF. N°1914/2018
870.527/2017-MINETE MINERAÇÃO LTDA EPP-OF. N°1904/2018

870.988/2017-DAFABRICA LTDA ME-OF. N°1901/2018
870.997/2017-GEODEEP SERVIÇOS DE GEOLOGIA E GEOFISICA LTDA EPP-OF. N°1902/2018
871.038/2017-MINERAÇÃO JAGUARARI LTDA-OF. N°1903/2018
871.558/2017-CIA DE FERRO LIGAS DA BAHIA FERBASA-OF. N°1910/2018
871.665/2017-GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA.-OF. N°1913/2018
871.670/2017-GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA.-OF. N°1909/2018
871.677/2017-GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA.-OF. N°1908/2018
871.680/2017-GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA.-OF. N°1907/2018
871.682/2017-GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA.-OF. N°1906/2018
Instaura processo administrativo para o DECAIMENTO do Alvará de Pesquisa - LEI do SNUC /prazo para defesa 10 dias(2042)
874.159/2011-JOSÉ RUBENS MORETTI-OF. N°1912/2018
870.370/2014-MINERAÇÃO FÉLIX LTDA.-OF. N°1899/2018
870.371/2014-MINERAÇÃO FÉLIX LTDA.-OF. N°1921/2018
870.924/2014-MINERAÇÃO FÉLIX LTDA.-OF. N°1896/2018
872.053/2015-MINERAÇÃO FÉLIX LTDA.-OF. N°1900/2018
870.566/2016-VELHO CHICO MINERAÇÃO LTDA ME-OF. N°1915/2018
870.736/2016-JONAS HUMBERTO MARIN-OF. N°1905/2018
871.823/2016-ARTENIO ALVES DE ALCANTARA-OF. N°1914/2018
870.527/2017-MINETE MINERAÇÃO LTDA EPP-OF. N°1904/2018
870.988/2017-DAFABRICA LTDA ME-OF. N°1901/2018
870.997/2017-GEODEEP SERVIÇOS DE GEOLOGIA E GEOFISICA LTDA EPP-OF. N°1902/2018
871.038/2017-MINERAÇÃO JAGUARARI LTDA-OF. N°1903/2018
871.558/2017-CIA DE FERRO LIGAS DA BAHIA FERBASA-OF. N°1910/2018
871.665/2017-GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA.-OF. N°1913/2018
871.670/2017-GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA.-OF. N°1909/2018
871.677/2017-GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA.-OF. N°1908/2018
871.680/2017-GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA.-OF. N°1907/2018
871.682/2017-GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA.-OF. N°1906/2018
Intima para defesa do Arquivamento do Relatório Final de Pesquisa (Lei do SNUC) - Prazo 10 dias(2045)
872.219/2004-PICO DOS CRISTAIS MINERAIS LTDA-OF. N°1922/2018
872.220/2004-PICO DOS CRISTAIS MINERAIS LTDA-OF. N°1911/2018
Instaura processo administrativo para o ARQUIVAMENTO DO Relatório Final de Pesquisa - LEI do SNUC /prazo para defesa 10 dias(2046)
872.219/2004-PICO DOS CRISTAIS MINERAIS LTDA-OF. N°1922/2018
872.220/2004-PICO DOS CRISTAIS MINERAIS LTDA-OF. N°1911/2018
Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de pesquisa por interferência área ambiental - Lei do SNUC(2035)
870.744/2013-DEMATER DIESEL EMPREENDIMENTOS LTDA ME
871.457/2016-ROM BRAZIL ENGENHARIA MINERAL LTDA
Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Indefere requerimento de PLG por interferência área ambiental - Lei do SNUC(2037)
870.813/2014-MÁRIO DE SOUZA GONZAGA
870.815/2014-MÁRIO DE SOUZA GONZAGA

CLÁUDIO DA CRUZ LIMA
Substituto

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 135/2018/PA

Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina arquivamento definitivo do processo(155)
870.757/2013-DEMATER DIESEL EMPREENDIMENTOS LTDA ME
871.451/2016-ROM BRAZIL ENGENHARIA MINERAL LTDA
Indefere requerimento de pesquisa por interferência área ambiental - Lei do SNUC(2035)
871.836/2017-SUELANA SERAPIÃO MENDES
Fase de Autorização de Pesquisa
Instaura processo administrativo de declaração de Caducidade/Nulidade do Alvará - Prazo para defesa: 60 (sessenta) dias(237)
870.460/2012-ALTEMAR SILVESTRE DA SILVA- OF. N° 1916/2018
870.724/2013-FLAVIA CRISTINA WILKE ALVES- OF. N° 1926/2018
870.934/2013-OYAMA MATTOS JAQUEIRA BARRETTO- OF. N° 1924/2018
870.584/2014-OURO PRETO PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS LTDA.- OF. N° 1925/2018
870.435/2015-VELHO CHICO MINERAÇÃO LTDA ME- OF. N° 1963/2018
870.442/2015-VELHO CHICO MINERAÇÃO LTDA ME- OF. N° 1965/2018
871.904/2015-VELHO CHICO MINERAÇÃO LTDA ME- OF. N° 1967/2018
871.905/2015-VELHO CHICO MINERAÇÃO LTDA ME- OF. N° 1971/2018
871.906/2015-VELHO CHICO MINERAÇÃO LTDA ME- OF. N° 1969/2018
872.519/2015-MINERAÇÃO JAGUARARI LTDA- OF. N° 1928/2018
872.520/2015-MINERAÇÃO JAGUARARI LTDA- OF. N° 2010/2018
870.586/2016-VELHO CHICO MINERAÇÃO LTDA ME- OF. N° 1961/2018
871.245/2016-DORKING BRASIL LTDA.- OF. N° 1919/2018
871.295/2016-VELHO CHICO MINERAÇÃO LTDA ME- OF. N° 1959/2018
871.273/2017-MARCOS FALSONI- OF. N° 1918/2018
871.274/2017-MARCOS FALSONI- OF. N° 1917/2018
871.559/2017-CIA DE FERRO LIGAS DA BAHIA FERBASA- OF. N° 1930/2018
871.577/2017-MINERAÇÃO JAGUARARI LTDA- OF. N° 1923/2018
Intima para defesa caducidade/nulidade do titulo-Prazo 60 dias(266)
870.460/2012-ALTEMAR SILVESTRE DA SILVA-OF. N°1916/2018
870.724/2013-FLAVIA CRISTINA WILKE ALVES-OF. N°1926/2018
870.934/2013-OYAMA MATTOS JAQUEIRA BARRETTO-OF. N°1924/2018
870.584/2014-OURO PRETO PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS LTDA.-OF. N°1925/2018
870.435/2015-VELHO CHICO MINERAÇÃO LTDA ME-OF. N°1963/2018
870.442/2015-VELHO CHICO MINERAÇÃO LTDA ME-OF. N°1965/2018
871.904/2015-VELHO CHICO MINERAÇÃO LTDA ME-OF. N°1967/2018
871.905/2015-VELHO CHICO MINERAÇÃO LTDA ME-OF. N°1971/2018
871.906/2015-VELHO CHICO MINERAÇÃO LTDA ME-OF. N°1969/2018
872.519/2015-MINERAÇÃO JAGUARARI LTDA-OF. N°1928/2018
872.520/2015-MINERAÇÃO JAGUARARI LTDA-OF. N°2010/2018
870.586/2016-VELHO CHICO MINERAÇÃO LTDA ME-OF. N°1961/2018
871.245/2016-DORKING BRASIL LTDA.-OF. N°1919/2018
871.295/2016-VELHO CHICO MINERAÇÃO LTDA ME-OF. N°1959/2018
871.273/2017-MARCOS FALSONI-OF. N°1918/2018
871.274/2017-MARCOS FALSONI-OF. N°1917/2018
871.559/2017-CIA DE FERRO LIGAS DA BAHIA FERBASA-OF. N°1930/2018
871.577/2017-MINERAÇÃO JAGUARARI LTDA-OF. N°1923/2018
Determina o arquivamento definitivo do processo(279)
870.555/2012-ADHERBAL ANTUNES DE OLIVEIRA NETO
870.085/2013-BRASIL EMPREENDIMENTOS PESQUISAS E MINERACAO LTDA EPP
870.493/2013-ADHER EMPREENDIMENTOS LTDA.
870.494/2013-ADHER EMPREENDIMENTOS LTDA.
870.495/2013-ADHER EMPREENDIMENTOS LTDA.
870.496/2013-ADHER EMPREENDIMENTOS LTDA.
870.723/2013-DEMATER DIESEL EMPREENDIMENTOS LTDA ME
870.742/2013-DEMATER DIESEL EMPREENDIMENTOS LTDA ME
870.753/2013-DEMATER DIESEL EMPREENDIMENTOS LTDA ME
870.767/2013-DEMATER DIESEL EMPREENDIMENTOS LTDA ME
870.809/2013-DEMATER DIESEL EMPREENDIMENTOS LTDA ME
871.131/2013-RIVALDO FRANCISCO DE SOUZA
871.132/2013-RIVALDO FRANCISCO DE SOUZA
870.437/2015-VELHO CHICO MINERAÇÃO LTDA ME
871.787/2015-CHRISTIANO WILLIAN DE MOURA TEIXEIRA
871.788/2015-CHRISTIANO WILLIAN DE MOURA TEIXEIRA
871.789/2015-CHRISTIANO WILLIAN DE MOURA TEIXEIRA
871.132/2016-MOACIR DE JESUS ARAUJO
872.738/2016-MINERACAO MAGNAGO LTDA
Intima para defesa do DECAIMENTO do titulo (Lei do SNUC) - Prazo 10 dias(2041)
871.526/2016-ROM BRAZIL ENGENHARIA MINERAL LTDA-OF. N°2029/2018
Instaura processo administrativo para o DECAIMENTO do Alvará de Pesquisa - LEI do SNUC /prazo para defesa 10 dias(2042)
871.526/2016-ROM BRAZIL ENGENHARIA MINERAL LTDA-OF. N°2029/2018

CLÁUDIO DA CRUZ LIMA
Substituto

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 167/2018/BA

Fase de Autorização de Pesquisa
Nega a anuência prévia aos atos de cessão total de direitos(193)
871.231/2016-POLIBEGE MÁRMORES E GRANITOS LTDA
870.455/2017-JAN LEOPOLDO JANOS SOUZA
Nega a anuência prévia aos atos de cessão parcial de autorização de pesquisa(194)
870.448/2016-SILMAR MACHADO DE OLIVEIRA-Cessionário:870.856/2018-ELISÂNGELA LEAL VITÓRIA
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
870.252/2014-EUDORIO OLIVEIRA NATO-Cessionário:JMC MARMOREBEGE LTDA- CPF ou CNPJ 17.758.795/0001-02- Alvará n°4971/2014
870.479/2015-BRENORTE EMPREENDIMENTOS LTDA EPP- Cessionário:MINERAÇÃO VISTA LINDA LTDA- CPF ou CNPJ 07.204.491/0001-31- Alvará n°5098/2015
872.262/2015-ROBSON DALTO DE AMORIM ME-Cessionário:LIBERTY ROCHAS ORNAMENTAIS LTDA ME-CPF ou CNPJ 08.706.121/0001-65- Alvará n°3331/2016
870.177/2016-HÉRCULES MINERAÇÃO DA BAHIA LTDA- Cessionário:INDUSTRIA DE MÁRMORES ITALVA LTDA- CPF ou CNPJ 28.932.846/0001-89- Alvará n°7845/2016
870.344/2016-HÉRCULES MINERAÇÃO DA BAHIA LTDA- Cessionário:INDÚSTRIA DE MÁRMORES ITALVA LTDA- CPF ou CNPJ 28.932.846/0001-89- Alvará n°8917/2016
870.416/2016-HÉRCULES MINERAÇÃO DA BAHIA LTDA- Cessionário:INDÚSTRIA DE MÁRMORES ITALVA LTDA- CPF ou CNPJ 28.932.846/0001-89- Alvará n°8940/2016
870.785/2016-HÉRCULES MINERAÇÃO DA BAHIA LTDA- Cessionário:INDÚSTRIA DE MÁRMORES ITALVA LTDA- CPF ou CNPJ 28.932.846/0001-89- Alvará n°9466/2016
870.834/2016-P.W.VASCONCELOS ME-Cessionário:DIGRAMAR GRANITOS DO BRASIL LTDA- CPF ou CNPJ 42.796.565/0001-77- Alvará n°2069/2017
870.979/2016-HÉRCULES MINERAÇÃO DA BAHIA LTDA- Cessionário:INDÚSTRIA DE MÁRMORES ITALVA LTDA- CPF ou CNPJ 28.932.846/0001-89- Alvará n°9086/2016
870.980/2016-HÉRCULES MINERAÇÃO DA BAHIA LTDA- Cessionário:INDUSTRIA DE MÁRMORES ITALVA LTDA- CPF ou CNPJ 28.932.846/0001-89- Alvará n°9087/2016
871.022/2016-ALTEMAR SILVESTRE DA SILVA-Cessionário:MILTON RICARDO CAIRES DA SILVA- CPF ou CNPJ 571.899.515-04- Alvará n°9587/2016
871.424/2016-HÉRCULES MINERAÇÃO DA BAHIA LTDA- Cessionário:INDUSTRIA DE MÁRMORES ITALVA LTDA- CPF ou CNPJ 28.932.846/0001-89- Alvará n°11.738/2016
871.425/2016-HÉRCULES MINERAÇÃO DA BAHIA LTDA- Cessionário:INDUSTRIA DE MÁRMORES ITALVA LTDA- CPF ou CNPJ 28.932.846/0001-89- Alvará n°11.739/2016
872.085/2016-HÉRCULES MINERAÇÃO DA BAHIA LTDA- Cessionário:INDUSTRIA DE MÁRMORES ITALVA LTDA- CPF ou CNPJ 28.932.846/0001-89- Alvará n°2588/2017
871.525/2017-EXTRA MINERADORA E ENGENHARIA LTDA- Cessionário:PEDRA BOA MINERAÇÃO LTDA ME- CPF ou CNPJ 13.302.536/0001-03- Alvará n°76/2018
Fase de Licenciamento
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(749)
871.355/2008-PEDREIRA LINS LTDA-ME-Cessionário:CONSÓRCIO OESTE LESTE BARREIRAS- CNPJ 12.818.095/0001-34- Registro de Licença N° 29/2008- Vencimento da Licença: 22/12/2019
871.588/2010-UF CONSTRUTORA E MINERADORA LTDA ME- Cessionário:LD MINERADORA LTDA- CNPJ 29.566.005/0001-68- Registro de Licença N° 09/2011- Vencimento da Licença: indeterminado
Fase de Requerimento de Lavra
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do requerimento de Lavra(1043)
874.289/1993-MINERAÇÃO MAROTO BAHIA LTDA-alvará n° 6819/1999 - Cessionário: MARCEL MINERAÇÃO LTDA EPP- CNPJ 04.759.458/0001-80
870.714/2005-GRANASA GRANITOS NACIONAIS LTDA.- alvará n° 7453/2005 - Cessionário: GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA- CNPJ 00.264.528/0001-78

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800111

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

870.318/2006-UMCT MINERAÇÃO, CONSTRUÇÕES E TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA- alvará n° 5913/2006 - Cessionário: UMCT MINERAÇÃO, CONSTRUÇÕES E TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA- CNPJ 02.404.593.0001-87
870.001/2011-MINERAÇÃO JUPARANÁ LTDA.- alvará n° 4905/2011 - Cessionário: C. FERNANDO R. DA PAZ & CIA LTDA- CNPJ 25.913.377/0001-62

CLÁUDIO DA CRUZ LIMA
Substituto

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 172/2018/BA

Fase de Autorização de Pesquisa
Indefere requerimento de prorrogação de prazo do alvará de Pesquisa(197)
871.331/2010-CÉRAMUS BAHIA S A PRODUTOS CERÂMICOS
871.073/2014-MINERAÇÃO TREMEDAL LTDA
872.985/2015-FERNANDO HENRIQUE IWAKI OLIVEIRA
870.511/2016-CONSTRUTORA GOLDENFISC LTDA ME
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
873.972/2011-MUMBAI ORE MINERAÇÃO LTDA
873.980/2011-PEDRA CINZA MINERAÇÃO LTDA.
873.987/2011-MINERAÇÃO VALE DU GRANITO LTDA.
874.000/2011-MINERADORA UBAX LTDA
874.042/2011-MINERAÇÃO DOIS MIL EIRELI LTDA
874.189/2011-OAKMONT MINERAÇÃO LTDA.
874.190/2011-OAKMONT MINERAÇÃO LTDA.
874.191/2011-OAKMONT MINERAÇÃO LTDA.
874.194/2011-OAKMONT MINERAÇÃO LTDA.
874.195/2011-OAKMONT MINERAÇÃO LTDA.
870.638/2012-RZZ ENGENHARIA E MINERAÇÃO LTDA
870.865/2012-RZZ ENGENHARIA E MINERAÇÃO LTDA
871.319/2012-OAKMONT MINERAÇÃO LTDA.
871.321/2012-OAKMONT MINERAÇÃO LTDA.
871.322/2012-OAKMONT MINERAÇÃO LTDA.
871.323/2012-OAKMONT MINERAÇÃO LTDA.
872.628/2012-MINERADORA UBAX LTDA
870.723/2015-ECO STONE MINERAÇÃO LTDA.
870.792/2015-CORCOVADO GRANITOS LTDA
872.021/2015-LEANDRO FORNAZIER EIRELI ME
872.052/2015-MINERAÇÃO FÉLIX LTDA.
872.831/2015-LM GESTÃO EMPRESARIAL LTDA EPP
873.011/2015-MINERAÇÃO TREMEDAL LTDA
873.014/2015-MINERAÇÃO TREMEDAL LTDA
870.123/2016-POSTES BAHIA LTDA
870.147/2016-RAFAEL GEAQUINTO MACHADO
870.189/2016-BRASPEDRAS COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI ME
870.196/2016-VICENTE DE PAULO DOMICIANO
870.207/2016-MINERAÇÃO RIO BRANCO LTDA ME
870.423/2016-MINERAÇÃO MARTINS EIRELI
870.518/2016-MIVAL MINERAÇÃO VALE DO RIO TIJUCAS LTDA
870.554/2016-RAJOR PESQUISA E MINERAÇÃO LTDA
870.555/2016-RAJOR PESQUISA E MINERAÇÃO LTDA
870.747/2016-MINERAÇÃO JAGUARARI LTDA
870.765/2016-EDUARDO CRUZ MORAES
870.828/2016-ALBATROZ INCORPORADORA LTDA
870.848/2016-TREVISO MINERAÇÃO LTDA.
870.955/2016-MINERAÇÃO JAGUARARI LTDA
870.998/2016-ANTOLINI, EXPORTAÇÃO, IMPORTAÇÃO E MINERAÇÃO LTDA.
870.999/2016-ANTOLINI, EXPORTAÇÃO, IMPORTAÇÃO E MINERAÇÃO LTDA.
871.001/2016-ANTOLINI, EXPORTAÇÃO, IMPORTAÇÃO E MINERAÇÃO LTDA.
871.004/2016-ANTOLINI, EXPORTAÇÃO, IMPORTAÇÃO E MINERAÇÃO LTDA.
871.006/2016-ANTOLINI, EXPORTAÇÃO, IMPORTAÇÃO E MINERAÇÃO LTDA.
871.008/2016-ANTOLINI, EXPORTAÇÃO, IMPORTAÇÃO E MINERAÇÃO LTDA.
871.038/2016-ANTOLINI, EXPORTAÇÃO, IMPORTAÇÃO E MINERAÇÃO LTDA.
871.039/2016-ANTOLINI, EXPORTAÇÃO, IMPORTAÇÃO E MINERAÇÃO LTDA.
871.041/2016-ANTOLINI, EXPORTAÇÃO, IMPORTAÇÃO E MINERAÇÃO LTDA.
871.042/2016-ANTOLINI, EXPORTAÇÃO, IMPORTAÇÃO E MINERAÇÃO LTDA.
871.094/2016-TREVISO MINERAÇÃO LTDA.
871.160/2016-XAVIER S. & SILVA LTDA
871.161/2016-XAVIER S. & SILVA LTDA
871.162/2016-XAVIER S. & SILVA LTDA
871.500/2016-BRAMAR COMÉRCIO EXTERIOR LTDA EPP
872.850/2016-BLUE SKY MINERAÇÃO LTDA EPP
Fase de Requerimento de Lavra
Indefere requerimento de Guia de Utilização(626)
872.715/2009-MINERAÇÃO TREMEDAL LTDA
870.012/2013-MINERAÇÃO POR DO SOLL EIRELI EPP

CLÁUDIO DA CRUZ LIMA
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA EM GOIÁS

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 159/2018/GO

Fase de Requerimento de Lavra
Retifica despacho de aprovação do Relatório Final de Pesquisa(1280)
861.506/2015-MINERAÇÃO RAVAZE LTDA ME - Publicado DOU de 08/06/2017, Relação n° 118/2017, Seção 1, pág. 109- Onde se lê: Município de Caiapônia, Ivolândia e Palestina de Goiás - GO. Leia-se: Município de Ivolândia e Palestina de Goiás - GO.

VALDIJON ESTRELA
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA NO MATO GROSSO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 102/2018/MT

Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
866.155/2017-MINERAÇÃO APOENA S A-OF. N°51 e 65/2018
866.237/2017-LUIS CARLOS DIDONE-OF. N°67/2018
866.408/2017-MINERAÇÃO APOENA S A-OF. N°50 e 64/2018
866.123/2018-VALTER EUZEBIO BARBOSA-OF. N°61/2018
866.172/2018-AURY PAULO RODRIGUES-OF. N°59/2018
866.334/2018-FALCON PETROLEO S A-OF. N°63/2018
866.443/2018-ANITA CLAUDIA DE SOUZA-OF. N°60/2018
866.503/2018-CARLOS JOSÉ FERNANDES-OF. N°69/2018
866.512/2018-AGROPECUÁRIA FAZENDA FELICIDADE LTDA EPP-OF. N°70/2018
866.515/2018-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-OF. N°68/2018
866.564/2018-CODELCO DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA-OF. N°71/2018
866.577/2018-CODELCO DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA-OF. N°72/2018
Fase de Autorização de Pesquisa
Determina o arquivamento definitivo do processo(279)
867.021/2014-AMAURY PAULO MAIA
Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
866.005/1983-MANEY MINERAÇÃO CASA DE PEDRA LTDA-OF. N°243/2018-Sup
Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Outorga a Permissão de Lavra Garimpeira com vigência a partir dessa publicação:(513)
866.781/2016-JOSE FRANCISCO PIRES - PLG N°18/2018 de 20/09/2018 - Prazo 03 anos
Fase de Lavra Garimpeira
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(530)
866.662/2007-EULER OLIVEIRA COELHO-OF. N°248/2018-Sup
866.181/2012-EULER OLIVEIRA COELHO-OF. N°244/2018-Sup
866.369/2013-NAGELLA CHRISSIE FIRMINO BRAVO-OF. N°241/2018-Sup
Auto de infração lavrado- Prazo para defesa ou pagamento 30 dias.(576)
866.719/2004-José João de Pinho Novo- AI N°670/2018
Multa aplicada/ prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias.(577)
866.181/2012-EULER OLIVEIRA COELHO- AI N°223/2018
866.182/2012-EULER OLIVEIRA COELHO- AI N°224/2018
866.183/2012-EULER OLIVEIRA COELHO- AI N°225/2018
866.015/2013-EULER OLIVEIRA COELHO- AI N°283/2018
866.016/2013-EULER OLIVEIRA COELHO- AI N°284/2018
866.017/2013-EULER OLIVEIRA COELHO- AI N°285/2018
866.018/2013-EULER OLIVEIRA COELHO- AI N°286/2018
866.022/2013-EULER OLIVEIRA COELHO- AI N°290/2018
866.023/2013-EULER OLIVEIRA COELHO- AI N°291/2018
866.025/2013-EULER OLIVEIRA COELHO- AI N°293/2018
866.026/2013-EULER OLIVEIRA COELHO- AI N°294/2018
866.028/2013-EULER OLIVEIRA COELHO- AI N°230/2018
866.029/2013-EULER OLIVEIRA COELHO- AI N°271/2018
866.030/2013-EULER OLIVEIRA COELHO- AI N°273/2018
866.031/2013-EULER OLIVEIRA COELHO- AI N°274/2018
866.033/2013-EULER OLIVEIRA COELHO- AI N°276/2018
866.034/2013-EULER OLIVEIRA COELHO- AI N°277/2018
866.035/2013-EULER OLIVEIRA COELHO- AI N°278/2018
866.036/2013-EULER OLIVEIRA COELHO- AI N°279/2018
866.039/2013-VALDINEI MAURO DE SOUZA- AI N°282/2018
Não aceita a defesa apresentada(1238)
866.181/2012-EULER OLIVEIRA COELHO
866.182/2012-EULER OLIVEIRA COELHO
866.183/2012-EULER OLIVEIRA COELHO
866.015/2013-EULER OLIVEIRA COELHO
866.016/2013-EULER OLIVEIRA COELHO
866.017/2013-EULER OLIVEIRA COELHO
866.018/2013-EULER OLIVEIRA COELHO
866.022/2013-EULER OLIVEIRA COELHO
866.023/2013-EULER OLIVEIRA COELHO
866.025/2013-EULER OLIVEIRA COELHO
866.026/2013-EULER OLIVEIRA COELHO
866.028/2013-EULER OLIVEIRA COELHO
866.029/2013-EULER OLIVEIRA COELHO
866.030/2013-EULER OLIVEIRA COELHO
866.031/2013-EULER OLIVEIRA COELHO
866.033/2013-EULER OLIVEIRA COELHO
866.034/2013-EULER OLIVEIRA COELHO
866.035/2013-EULER OLIVEIRA COELHO
866.036/2013-EULER OLIVEIRA COELHO
866.039/2013-VALDINEI MAURO DE SOUZA
Determina a Interdição da Lavra(1247)
866.140/2009-VERA LÚCIA DE ALMEIDA ME- N° do Termo de Interdição:001/2018, de 16/05/2018- Lacre N° s/n

SERAFIM CARVALHO MELO

SUPERINTENDÊNCIA EM MINAS GERAIS

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 405/2018/MG

Fase de Autorização de Pesquisa
Prorroga prazo para cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(252)
833.784/2010-ROCHA BRASIL MINERAÇÃO LTDA ME-OF. N°107/2018-CESD/SUPRIN/DNPM-MG; Maxgran Granitos Ltda ME

PABLO CESAR DE SOUZA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 406/2018/MG

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
830.992/2009-DONIZETTI JOÃO DE PAULA-OF. N°1948/2018-FISCALIZAÇÃO/DNPM/MG
830.727/2013-PAULO SÉRGIO PEREIRA MEIRELLES-OF. N°162/2018-ERPC/SUPERINTENDÊNCIA do DNPM/MG
832.411/2014-HEMERJ EXTRAÇÃOTRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA ME-OF. N°1119/2018-FISCALIZAÇÃO/DNPM/MG
Despacho publicado(256)
830.992/2009-DONIZETTI JOÃO DE PAULA-1949/2018-FISCALIZAÇÃO/DNPM/MG
Fase de Requerimento de Lavra
Despacho publicado(356)
830.088/2013-MINERADORA VMS&RR LTDA-1950/2018-FISCALIZAÇÃO/DNPM/MG
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
830.650/2006-NATURE BRASIL GRANITO LTDA-OF. N°155/2018-ERGV/SUPERINTENDÊNCIA DNPM/MG
830.665/2011-MINERAÇÃO SUL MINEIRA LTDA ME-OF. N°159/2018-ERPC/SUPERINTENDÊNCIA do DNPM/MG
833.042/2013-COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS E EXTRATIVISTA DO VALE DO RIO DOCE LTDA.-OF. N°151/2018-ERGV/SUPERINTENDÊNCIA DNPM/MG

PABLO CESAR DE SOUZA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 407/2018/MG

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
832.375/2009-AREIAS 2 IRMÃOS LTDA-OF. N°1955/2018-FISCALIZAÇÃO/DNPM/MG

PABLO CESAR DE SOUZA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800112

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 408/2018/MG

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
832.052/2006-MINERAÇÃO DUAS BARRAS LTDA.-OF. N°1943/2018-FISCALIZAÇÃO/DNPM/MG
834.132/2006-JOSÉ GONÇALVES MOREIRA NETO-OF. N°112/2018-FISCALIZAÇÃO/3ºDS/DNPM/MG
830.830/2007-LUCIANO VERSIANI RIBEIRO-OF. N°167/2018-ERPC/SUPERINTENDÊNCIA do DNPM/MG
831.556/2009-MTRANSMINAS MINERAÇÕES LTDA.-OF. N°161/2018-ERPC/SUPERINTENDÊNCIA DNPM/MG
833.235/2011-RONALDO RAIMUNDO-OF. N°168/2018-ERPC/SUPERINTENDÊNCIA DNPM/MG
833.730/2011-SINTERTEC MINERAIS INDUSTRIAIS LTDA.-OF. N°150/2018-ERPC/SUPERINTENDÊNCIA DNPM/MG
831.926/2012-MINERAÇÃO VALE DO SÃO FRANCISCO LTDA ME-OF. N°163/2018-ERPC/SUPERINTENDÊNCIA DNPM/MG
833.355/2012-MINERAÇÃO AMANDA AREIAS LTDA ME-OF. N°1268/2018-FISCALIZAÇÃO/DNPM/MG
833.356/2012-MINERAÇÃO AMANDA AREIAS LTDA ME-OF. N°1270/2018-FISCALIZAÇÃO/DNPM/MG
833.357/2012-MINERAÇÃO AMANDA AREIAS LTDA ME-OF. N°1269/2018-FISCALIZAÇÃO/DNPM/MG
833.360/2012-MINERAÇÃO AMANDA AREIAS LTDA ME-OF. N°1311/2018-FISCALIZAÇÃO/DNPM/MG
833.361/2012-MINERAÇÃO AMANDA AREIAS LTDA ME-OF. N°1310/2018-FISCALIZAÇÃO/DNPM/MG
830.528/2013-CARSER EXTRAÇÃO E COMERCIO DE PEDRAS LTDA ME-OF. N°156/2018-FISCALIZAÇÃO/3ºDS/DNPM/MG
831.534/2013-BRENO BARROS RIBEIRO DE OLIVEIRA-OF. N°158/2018-ERPC/SUPERINTENDÊNCIA/DNPM/MG
833.872/2013-BIG FROTA TRANSPORTES LTDA ME-OF. N°1309/2018-FISCALIZAÇÃO/DNPM/MG
832.726/2016-ROSALBO EMILIO BORTONI ROCHA ME-OF. N°133/2018-FISCALIZAÇÃO/3ºDS/DNPM/MG
831.008/2017-UNIÃO COMÉRCIO E EXTRAÇÃO DE AREIAS LTDA ME-OF. N°1761/2018-FISCALIZAÇÃO/DNPM/MG
831.393/2017-LUCIMARA BARBOSA GRESPAN ME-OF. N°139/2018-ERPC/SUPERINTENDÊNCIA DNPM/MG

PABLO CESAR DE SOUZA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 411/2018/MG

Fase de Autorização de Pesquisa
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
833.240/2014-PAVÃO ROCHAS ORNAMENTAIS LTDA.
831.861/2015-GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA.
831.996/2015-GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA.
832.134/2015-ECO STONE MINERAÇÃO LTDA.
832.136/2015-ECO STONE MINERAÇÃO LTDA.
832.380/2015-GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA.
832.381/2015-GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA.
832.385/2015-GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA.
832.599/2015-GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA.
832.600/2015-GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA.
832.679/2015-ECO STONE MINERAÇÃO LTDA.
832.680/2015-ECO STONE MINERAÇÃO LTDA.
832.685/2015-ECO STONE MINERAÇÃO LTDA.
832.766/2015-GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA.
832.825/2015-GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA.
832.966/2015-ECO STONE MINERAÇÃO LTDA.
832.967/2015-ECO STONE MINERAÇÃO LTDA.
832.969/2015-ECO STONE MINERAÇÃO LTDA.
832.970/2015-ECO STONE MINERAÇÃO LTDA.
832.972/2015-ECO STONE MINERAÇÃO LTDA.
832.973/2015-ECO STONE MINERAÇÃO LTDA.
832.975/2015-ECO STONE MINERAÇÃO LTDA.
832.976/2015-ECO STONE MINERAÇÃO LTDA.
832.164/2016-GERAIS EXOTICOS LTDA ME
832.168/2016-GERAIS EXOTICOS LTDA ME

PABLO CESAR DE SOUZA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 412/2018/MG

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
830.492/2017-ROCAS DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA
831.706/2017-MINERAÇÃO TIÃO DUTRA LTDA ME
830.478/2018-PLENNA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP
830.496/2018-C. FERNANDO R. DA PAZ & CIA LTDA.
830.545/2018-V E M MINERADORA LTDA.
830.553/2018-AREIA CRUZERIO DO SUL LTDA ME
830.770/2018-EXPEDITO LUIZ FONSECA
830.771/2018-EXPEDITO LUIZ FONSECA
Fase de Autorização de Pesquisa
Indefere requerimento de transformação do regime de Autorização
de Pesquisa para Licenciamento(186)
830.505/2017-BARÃO DA AREIA MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA. ME
Auto de Infração lavrado / Prazo para defesa ou pagamento 30 dias.(224)
832.900/2013-GUARACIABA MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA ME- AI N°953/2018-SUPERINTENDÊNCIA/DNPM/MG
832.901/2013-GUARACIABA MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA ME- AI N°954/2018-SUPERINTENDÊNCIA/DNPM/MG
832.902/2013-GUARACIABA MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA ME- AI N°955/2018-SUPERINTENDÊNCIA/DNPM/MG
832.903/2013-GUARACIABA MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA ME- AI N°956/2018-SUPERINTENDÊNCIA/DNPM/MG
832.904/2013-GUARACIABA MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA ME- AI N°957/2018-SUPERINTENDÊNCIA/DNPM/MG
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
832.900/2013-GUARACIABA MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA ME-OF. N°1743/2018-FISCALIZAÇÃO/DNPM/MG
832.901/2013-GUARACIABA MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA ME-OF. N°1743/2018-FISCALIZAÇÃO/DNPM/MG
832.902/2013-GUARACIABA MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA ME-OF. N°1743/2018-FISCALIZAÇÃO/DNPM/MG
832.903/2013-GUARACIABA MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA ME-OF. N°1743/2018-FISCALIZAÇÃO/DNPM/MG
832.904/2013-GUARACIABA MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA ME-OF. N°1743/2018-FISCALIZAÇÃO/DNPM/MG
833.717/2013-VENDOME MINE MINERAÇÃO IMPORTAÇÃO EXPORTAÇÃO E PESQUISA LTDA-OF. N°257 e 258/2018-ERPM/SUPERINTENDÊNCIA DNPM/MG
Despacho publicado(256)
833.539/2013-MARIANA VASCONCELOS COSTA-1954/2018-FISCALIZAÇÃO/DNPM/MG
Indefere pedido de reconsideração(263)
833.985/2010-EXTRAÇAO E TRANSPORTE DE AREIA VALE DO TIJUCO NOSSA SENHORA APARECIDA LTDA
Determina o arquivamento definitivo do processo(279)
831.514/2009-CLAUDIO CELSO CAMPOS
833.725/2013-GIOVANE CAETANO DE ALMEIDA ME
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
831.898/1985-VARGINHA MINERAÇÃO E LOTEAMENTOS LTDA-OF. N°199/2017-ERPC/SUPERINTENDÊNCIA do DNPM/MG
831.951/1990-CLAYDE DE FREITAS GUIMARÃES ALMEIDA ME-OF. N°1928 e 1951/2018-MG/FISCALIZAÇÃO/SUPERINTENDÊNCIA do DNPM/MG
830.443/2000-AGRIMIG - CALCÁRIO AGRÍCOLA LTDA-OF. N°1580/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM-MG
831.978/2001-MINERAÇÃO KINAWA LTDA.-OF. N°1681/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM-MG
830.144/2005-MINERAÇÃO DO MOINHO LTDA-OF. N°1772/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM-MG
830.145/2005-MINERAÇÃO DO MOINHO LTDA-OF. N°1770/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM-MG
830.146/2005-MINERAÇÃO DO MOINHO LTDA-OF. N°1771/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM-MG
830.147/2005-MINERAÇÃO DO MOINHO LTDA-OF. N°1769/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM-MG
832.146/2006-AREIAL JUSCELINO LTDA ME-OF. N°1606/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM-MG
Nega prorrogação prazo para cumprimento de exigência(363)
804.534/1977-TRATEX MINERAÇAO LTDA-OF. N°3342/2014-DGTM/SUPRIN/DNPM-MG
831.981/1988-PIETRE PEDRAS & GEMAS LTDA-OF. N°207/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM-MG
830.173/2000-MAGNESITA MINERAÇÃO S.A.-OF. N°1262/2017-DGTM/SUPRIN/DNPM-MG
830.174/2000-MAGNESITA MINERAÇÃO S.A.-OF. N°1261/2017-DGTM/SUPRIN/DNPM-MG
Prorroga prazo para cumprimento de exigência(364)
803.274/1978-MINERAÇÃO USIMINAS S.A.-OF. N°1751/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM-MG-180 dias
832.143/1996-MINERAÇÃO CALDENSE LTDA-OF. N°157/2018-ERPC/SUPERINTENDÊNCIA do DNPM/MG-90 dias
830.350/1998-MINERAÇÃO BELOCAL LTDA-OF. N°1708/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM-MG-180 dias
831.407/2001-JOSEMAC DRAGAGEM E TRANSPORTES LTDA ME-OF. N°1774/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM-MG-60 dias
830.035/2003-MINERAÇÃO USIMINAS S.A.-OF. N°1705/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM-MG-180 dias
830.365/2004-COMERCIAL EXPORTADORA RINOLDI LTDA-OF. N°1775/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM-MG-60 dias
834.682/2007-DELTAMIL COMÉRCIO LTDA-OF. N°1701/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM-MG-180 dias
835.001/2007-MINERAÇÕES GERAIS LTDA-OF. N°1706/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM-MG-180 dias
830.427/2009-LAGO PARAUNA SPE LTDA.-OF. N°1697/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM-MG-180 dias
Reitera exigência(366)
832.143/1996-MINERAÇÃO CALDENSE LTDA-OF. N°2087/2016-DGTM/SUPRIN/DNPM-MG-90 dias
Defere pedido de reconsideração(392)
834.753/2010-F2 EXTRAÇÃO E TRANSPORTES LTDA
Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1054)
831.642/1997-GOIANINHOS LTDA.-OF. N°155/2018-ERPC/SUPERINTENDÊNCIA do DNPM/MG
830.827/1999-GECAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS MINERAIS LTDA-OF. N°1734/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM-MG
Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICADOR/Prazo 30 dias(1737)
831.951/1990-CLAYDE DE FREITAS GUIMARÃES ALMEIDA ME-OF. N°1929 e 1952/2018-MG/FISCALIZAÇÃO/SUPERINTENDÊNCIA do DNPM/MG
Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Outorga a Permissão de Lavra Garimpeira com vigência a partir dessa publicação:(513)
832.297/2016-RODRIGO APARECIDO PEPICE DE SOUZA - PLG N°22/2018 de 11/09/2018 - Prazo 05 (cinco) anos
832.298/2016-RODRIGO APARECIDO PEPICE DE SOUZA - PLG N°21/2018 de 11/09/2018 - Prazo 05 (cinco) anos
832.299/2016-RODRIGO APARECIDO PEPICE DE SOUZA - PLG N°23/2018 de 11/09/2018 - Prazo 05 (cinco) anos
830.189/2017-COOPERATIVA REGIONAL GARIMPEIRA DE CORINTO LTDA - PLG N°24/2018 de 11/09/2018 - Prazo 05 anos
Fase de Lavra Garimpeira
Auto de infração lavrado- Prazo para defesa ou pagamento 30 dias.(576)
830.214/2014-Cooperativa dos Pequenos e Médios Garimpeiros - COOPEMG- AI N°23/2018-SUPERINTENDÊNCIA DNPM/MG/ERPM
830.215/2014-Cooperativa dos Pequenos e Médios Garimpeiros - COOPEMG- AI N°22/2018-SUPERINTENDÊNCIA DNPM/MG/ERPM
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina arquivamento definitivo do processo(1147)
830.831/2017-BARÃO DA AREIA MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA. ME
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
831.401/2017-VERDE SERINGAL TERRAPLANAGEM, COMERCIO E TRANSPORTES LTDA-OF. N°1405/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM-MG
831.683/2017-CERÂMICA POMPEANA LTDA ME-OF. N°1466/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM-MG

PABLO CESAR DE SOUZA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 413/2018/MG

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
832.492/2015-DJ GRANITOS EIRELI ME-OF. N°1958/2018-FISCALIZAÇÃO/DNPM/MG
Despacho publicado(256)
832.492/2015-DJ GRANITOS EIRELI ME-1959/2018-FISCALIZAÇÃO/DNPM/MG
Prorroga por 01 (um) ano o prazo de validade da autorização de pesquisa(324)
832.063/2012-FRANCO WEBER-ALVARÁ N°11445/2015
Prorroga por 02 (dois) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(325)
830.485/2015-HITOR RAFAEL PEREIRA PORTO-ALVARÁ N°6006/2016
832.492/2015-DJ GRANITOS EIRELI ME-ALVARÁ N°8332/2016
Prorroga por 03 (três) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(326)
830.509/2015-IAMGOLD BRASIL PROSPECÇÃO MINERAL LTDA.-ALVARÁ N°4382/2015
830.510/2015-IAMGOLD BRASIL PROSPECÇÃO MINERAL LTDA.-ALVARÁ N°4383/2015
830.511/2015-IAMGOLD BRASIL PROSPECÇÃO MINERAL LTDA.-ALVARÁ N°4065/2015

PABLO CESAR DE SOUZA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 414/2018/MG

Fase de Autorização de Pesquisa
Indefere requerimento de prorrogação de prazo do alvará de Pesquisa(197)
830.496/2014-M.S.M. - MARIANA SOAPSTONE MINING MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA

PABLO CESAR DE SOUZA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800113

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 415/2018/MG

Fase de Autorização de Pesquisa
Torna sem efeito despacho publicado(192)
831.638/2009-RODOLFO CARVALHO DE AGUIAR- DOU de 10/05/2018
833.539/2013-MARIANA VASCONCELOS COSTA- DOU de 04/04/2018

PABLO CESAR DE SOUZA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 416/2018/MG

Fase de Concessão de Lavra
Auto de Infração lavrado - Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(459)
930.706/1982-SAMARCO MINERAÇÃO S A.- AI N° 992;993 e 994/2018-DNPM/MG
Determina cumprimento de exigência - BARRAGENS AÇÃO EMERGENCIAL(2072)
930.138/1999-NACIONAL DE GRAFITE LTDA-OF. N°1913/2018-FISCALIZAÇÃO/DNPM/MG- No prazo de 60 dias

PABLO CESAR DE SOUZA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 417/2018/MG

Fase de Autorização de Pesquisa
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
831.307/2011-SÔNIA APARECIDA RIBEIRO DE OLIVEIRA
831.359/2012-BAI MINERAÇÃO LTDA

PABLO CESAR DE SOUZA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 418/2018/MG

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
830.610/2011-VENDOME MINE MINERAÇÃO IMPORTAÇÃO EXPORTAÇÃO E PESQUISA LTDA-OF. N°284/2018-ERPM/SUPERINTENDÊNCIA do DNPM/MG
Determina o arquivamento definitivo do processo(279)
830.189/2013-CERÂMICA LESTE DE MINAS LTDA ME
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
830.998/2000-JOSE GARCIA DA SILVA-OF. N°255/2018-ERPM/SUPERINTENDÊNCIA DNPM/MG
831.780/2003-ANTONIO CEZAR LIMA ME-OF. N°1355/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM-MG
832.572/2003-VARGINHA MINERAÇÃO E LOTEAMENTOS LTDA-OF. N°160/2018-ERPC/SUPERINTENDÊNCIA do DNPM/MG
832.791/2003-BITARÃES TRANSAÇÕES IMOBILIÁRIAS LTDA ME-OF. N°1723/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM-MG
830.008/2008-AREIA SÃO JOSE EXTRAÇÃO, COMÉRCIO E TRANSPORTE LTDA ME-OF. N°1766/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM-MG
831.172/2010-MARQUES E GONÇALVES MINERAÇÃO LTDA ME-OF. N°279 e 283/2018-ERPM/SUPERINTENDÊNCIA do DNPM/MG
832.683/2010-CLÁUDIO DORNELAS GONÇALVES-OF. N°242;268;277/2018-ERPM/SUPERINTENDÊNCIA DNPM/MG
834.098/2010-TAMAFE CALCAREO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA-OF. N°169/2018-ERPC/SUPERINTENDÊNCIA do DNPM/MG
831.699/2013-AGUA SANTA HELENA LTDA ME-OF. N°1768/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM-MG
Reitera exigência(366)
830.872/1993-TROPICAL STONE MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA.-OF. N°1773/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM-MG-60 dias
830.075/2005-SÃO JORGE GRANITOS LTDA ME-OF. N°1290/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM-MG-60 dias
Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1054)
830.998/2000-JOSE GARCIA DA SILVA-OF. N°256/2018-ERPM/SUPERINTENDÊNCIA DNPM/MG
Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICADOR/Prazo 30 dias(1737)
831.172/2010-MARQUES E GONÇALVES MINERAÇÃO LTDA ME-OF. N°254;266;278 e 282/2018-ERPM/SUPERINTENDÊNCIA do DNPM/MG
832.683/2010-CLÁUDIO DORNELAS GONÇALVES-OF. N°241;267;276/2018-ERPM/SUPERINTENDÊNCIA DNPM/MG
Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
830.343/1979-MINERAÇÃO JUNDU LTDA.-OF. N°157/2018-ESCGV/SUPERINTENDÊNCIA DNPM/MG
831.325/1986-AGRIMIG - CALCÁRIO AGRÍCOLA LTDA-OF. N°164/2018-ERPC/SUPERINTENDÊNCIA DNPM/MG
Fase de Lavra Garimpeira
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(530)
832.315/2014-CLÁUDIO DORNELAS GONÇALVES-OF. N°240;264;273/2018-ERPM/SUPERINTENDÊNCIA DNPM/MG
Auto de infração lavrado- Prazo para defesa ou pagamento 30 dias.(576)
831.669/2007-Caetano Rodrigues Dias- AI N°24/2018-SUPERINTENDÊNCIA DNPM/MG/ERPM
Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICADOR/Prazo 30 dias(1740)
832.313/2014-CLÁUDIO DORNELAS GONÇALVES-OF. N°252;265;274/2018-ERPM/SUPERINTENDÊNCIA do DNPM/MG
832.315/2014-CLÁUDIO DORNELAS GONÇALVES-OF. N°239;263;272/2018-ERPM/SUPERINTENDÊNCIA do DNPM/MG
831.031/2015-CLÁUDIO DORNELAS GONÇALVES-OF. N°250/2018-ERPM/SUPERINTENDÊNCIA do DNPM/MG
831.032/2015-CLÁUDIO DORNELAS GONÇALVES-OF. N°251/2018-ERPM/SUPERINTENDÊNCIA do DNPM/MG
832.381/2016-CLÁUDIO DORNELAS GONÇALVES-OF. N°253/2018-ERPM/SUPERINTENDÊNCIA do DNPM/MG
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(2076)
830.608/2018-GH - COMÉRCIO E EXTRAÇÃO DE MINERAIS LTDA-OF. N°297/2018-GAB/SUPRIN/DNPM-MG
Indefere requerimento de Licenciamento- área sem oneração(2096)
832.233/2017-RENATO JOSÉ DE BARROS ME

PABLO CESAR DE SOUZA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 419/2018/MG

Fase de Autorização de Pesquisa
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(285)
831.396/2005-OLIMAR VIEIRA PEIXOTO-NOVA PONTE/MG - Guia n° 187/2018-50.000 Toneladas/ano-Areia (agregado)- Validade:01/08/2020

PABLO CESAR DE SOUZA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 420/2018/MG

Fase de Disponibilidade
declara PRIORITÁRIO, pretendente da área em disponibilidade para pesquisa(303)
830.981/2005-SM Gestão e Participações Ltda- Substância Aprovada:Minério de Ferro e Areia
Não conhece o recurso interposto(1837)
833.285/2004 - Interposto por VALE S/A

PABLO CESAR DE SOUZA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 421/2018/MG

Fase de Autorização de Pesquisa
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
830.563/2003-MINERAÇÃO GOIABEIRA LTDA- Área de 983,82 ha para 553,34 ha-Granito (uso revestimento)
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
831.322/2009-BRASMIC MINERAÇÃO AREIA E BRITA LTDA-Areia

PABLO CESAR DE SOUZA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 422/2018/MG

Fase de Disponibilidade
declara PRIORITÁRIO, pretendente da área em disponibilidade para pesquisa(303)
300.835/2013-LEONARDO DE OLIVEIRA BICALHO PINHEIRO- Substância Aprovada:Minério de Ferro
Despacho publicado(316)
832.785/2005-FERRO + MINERAÇÃO S.A.-Resultado do julgamento do Edital de Disponibilidade nº104/2010 *TPG TECNOLOGIA DE PRODUÇÃO DE GUSA LTDA (30 pontos, 1º lugar),*ALASKA COMERCIAL DE MINÉRIOS LTDA (30 pontos,1º lugar),*INTERFACIL MINERAÇÃO E EMPREENDIMENTOS LTDA (30 pontos, 1º lugar)*MARCOS GUALBERTO DRUMMOND (25 pontos,2º lugar)

PABLO CESAR DE SOUZA

SUPERINTENDÊNCIA NO RIO GRANDE DO NORTE

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 123/18/RN

Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) NOTIFICADO(S) a pagar, parcelar ou apresentar defesa, relativa ao(s) débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, no CADIN e ajuizamento da ação de execução.

Titular: Cerâmica Ramada Ltda me Cpf/cnpj :70.146.410/0001-20 - Processo minerário: 848358/10 - Processo de cobrança: 948164/18 Valor: R$.85.899,48, Processo minerário: 848474/10 - Processo de cobrança: 948165/18 Valor: R$.27.335,99
Titular: Genilson Medeiros me Cpf/cnpj :12.654.463/0001-56 - Processo minerário: 848147/02 - Processo de cobrança: 948166/18 Valor: R$.197.836,49, Processo minerário: 848195/03 - Processo de cobrança: 948167/18 Valor: R$.583.959,45, Processo minerário: 848026/14 - Processo de cobrança: 948168/18 Valor: R$.61.985,54

ROGER GARIBALDI MIRANDA

SUPERINTENDÊNCIA NO RIO GRANDE DO SUL

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 102/2018/RS

Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) ciente(s) de que julgou-se improcedentes(s) a(s) defesa(s) administrativa(s) interposta(s); restando lhe(s) pagar, parcelar ou apresentar recurso relativo ao(s) débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº10.522/02), no prazo de 10(dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, CADIN e ajuizamento da ação de execução.

Processo nº 910.248/2018 Notificado Unical Universal de Calcários Ltda. CNPJ/CPF 88.325.592/0001-62 NFLDP Nº 71 - DNPM/RS Valor: R$ 6.908,26.

Processo nº 910.247/2018 Notificado Unical Universal de Calcários Ltda. CNPJ/CPF 88.325.592/0001-62 NFLDP Nº 67 - DNPM/RS Valor: R$ 4.531,83.

Processo nº 910.242/2018 Notificado: Unical Universal de Calcários Ltda. CNPJ/CPF 88.325.592/0001-62 NFLDP Nº 54 - DNPM/RS Valor: R1.533.978,38.

Processo nº 910.244/2018 Notificado Unical Universal de Calcários Ltda. CNPJ/CPF 88.325.592/0001-62 NFLDP Nº 56 - DNPM/RS Valor: R$ 1.606,07.

Processo nº 910.239/2018 Notificado Mario Razzera e Cia Ltda. CNPJ/CPF 87.005.955/0001-10 NFLDP Nº 53 - DNPM/RS Valor: R$ 1.198.589,92.

Processo nº 910.250/2018 Notificado: Industria de Calcário Vigor Ltda. CNPJ/CPF 87.681.359/0001-50 NFLDP Nº 72 - DNPM/RS Valor: R$ 205.505,11.

Processo nº 910.251/2018 Notificado Industria de Calcário Vigor Ltda. CNPJ/CPF 87.681.359/0001-50 NFLDP Nº 86 - DNPM/RS Valor: R$ 1.327.820,83.

ALVIMAR LUIZ LISOT

SUPERINTENDÊNCIA EM RONDÔNIA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 104/2018/RO

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
886.022/2018-RICARDO DE TONI
Indefere requerimento de Autorização de Pesquisa- não cumprimento de exigência(122)
886.596/2008-JAIR ANTONIO COLOMBO
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
886.076/2016-MERIDIAN MINERAÇÃO JABURI S.A.-OF. N°1010/2018/SUPERINTENDÊNCIA/DNPM-RO/AC
886.035/2018-CASTILHO MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°1142/2018/DNPM/RO-AC
886.069/2018-MINERADORA VALE DO CERRADO LTDA-OF. N°1115/2018/DNPM/RO-AC
886.125/2018-C P M STONE MINERAÇÃO IND E COMERCIO EIRELI ME-OF. N°1143/2018/DNPM/RO-AC
Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)
886.129/2008-MINERAÇÃO SANTA ELINA INDUSTRIA E COMERCIO S A
886.130/2008-MINERAÇÃO SANTA ELINA INDUSTRIA E COMERCIO S A
886.131/2008-MINERAÇÃO SANTA ELINA INDUSTRIA E COMERCIO S A
886.148/2008-M. C. SONDA MINERAÇÃO, CONSTRUÇÃO E SONDAGENS EIRELI M.E
886.066/2012-N3 BRASIL MINERAÇÃO LTDA
886.035/2013-MULTICOMMERCE COM. IMP. EXP. LTDA
886.163/2013-M. C. SONDA MINERAÇÃO, CONSTRUÇÃO E SONDAGENS EIRELI M.E
886.452/2013-METALMIG MINERAÇÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S A
886.343/2015-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A
Fase de Autorização de Pesquisa
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
886.516/2008-IMS CONSTRUTORA LTDA -Alvará N°13581/27/12/2016
Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)
886.223/2013-DANIEL LOCATELLI-AI N°409/2018
Multa aplicada (Relatório de Pesquisa)/ Prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(644)
886.198/2012-TOBEMAQ - AI N°75/2016

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800114

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

886.250/2012-CASSIUS CLÓVIS CEZEMER DE MORAIS - AI N°98/2016
886.095/2013-ANDRADE MARCELLO LTDA - AI N°235/2018
886.126/2013-DIEGO ALVES BARBOSA - AI N°295/2018
Fase de Concessão de Lavra
Auto de Infração lavrado - Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(459)
002.965/1965-METALMIG MINERAÇÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S A- AI N° 412,413,414,415,416,417/2018
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
886.048/2008-RONILTON RODRIGUES REIS-OF. N°968, 970/2018/SUPERINTENDÊNCIA-DNPM/RO-AC
Fase de Licenciamento
Homologa renúncia do Registro de Licença(784)
886.079/2015-JALAPÃO COMÉRCIO DE CASCALHO LTDA ME.
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
886.194/2017-JOSE CARLOS DE SOUZA-OF. N°1231/2018/SUPERINTENDÊNCIA/DNPM/RO-AC
886.203/2017-EDENILSON DE OLIVEIRA-OF. N°1241/2018/SUPERINTENDÊNCIA/DNPM/RO-AC
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(1801)
886.094/2015-MINERAÇÃO CACOAL LTDA EPP-OF. N°1230/ANM/DNPM/RO-AC
886.223/2015-MARIA AUDIRENIS DA SILVA OLIVEIRA-OF. N°953/2018/SUPERINTENDÊNCIA/DNPM-RO/AC
Fase de Disponibilidade
Determina arquivamento definitivo do processo(1678)
886.222/2006-MINERAÇÃO COMEMORAÇÃO LTDA
886.007/2007-METALMIG MINERAÇÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S A
886.293/2009-METALMIG MINERAÇÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S A
886.423/2010-JORGE HENRIQUE BITTENCOURT BARROSO
Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(2112)
886.059/2018-COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS E MIERADORES DO BRASIL-OF. N°1240/2018/SUPERINTENDÊNCIA/DNPM/RO-AC

JOAQUIM RIBEIRO NETO
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA EM SANTA CATARINA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 141/2018/SC

Fase de Concessão de Lavra
Torna sem efeito exigência(659)
815.414/2008-OURO PRETO MINERAÇÃO LTDA-OF. N°2431/2048-DOU de 06/09/2018 (Relação nº 134/2018)
Fase de Autorização de Pesquisa
Retifica despacho de aprovação do Relatório Final de Pesquisa(1782)
815.472/2015-ANTÔNIO CARLOS FERREIRA - Publicado DOU de 20/02/2018, Relação n° 19/2018, Seção I, pág. 36- Onde se lê: " Área de 138,80 ha para 45,98 ha..." Leia-se: " Área de 138,80 ha para 49,98 ha..."

GILMAR OLIVEIRA GONÇALVES

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 144/2018/SC

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de Autorização de Pesquisa(170)
815.402/2017-ALEXANDRE RODRIGUES
Fase de Autorização de Pesquisa
Concede anuência e autoriza averbação da cessão parcial de direitos(175)
815.056/2016-G.R. MINERADORA DE AREIA LTDA-Alvará n°3035/2016 - Cessionario:815500/2018-AREIAL DO VALE LTDA- CPF ou CNPJ 81244253/0001-02
815.097/2018-MARCON ADMINISTRACAO DE EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS EIRELI- Alvará n°4.607/2018 - Cessionario:815.502/2018-MARCON & REDIVO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.- CPF ou CNPJ 28950199/0001-38
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
815.444/2014-RIBEIRÃO MINERADORA LTDA EPP-OF. N°2620/2018
815.445/2014-RIBEIRÃO MINERADORA LTDA EPP-OF. N°2621/2018
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
815.707/2014-SOL MINERAÇÃO LTDA ME- Área de 75,48 ha para 44,60 ha-FOLHELHO E ARENITO
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
815.770/2016-SAN MARCOS REVEST CERAMICOS LTDA -Alvará N°220/2017
815.228/2018-SAN MARCOS REVEST CERAMICOS LTDA -Alvará N°4628/2018
815.229/2018-SAN MARCOS REVEST CERAMICOS LTDA -Alvará N°4629/2018
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
815.011/2011-NOVA PRÓSPERA MINERAÇÃO S A-ARGILA DE USO INDUSTRIAL E AREIA
815.342/2015-RIBEIRÃO MINERADORA LTDA EPP-AREIA,ARGILA E SAIBRO
815.963/2015-RIBEIRÃO MINERADORA LTDA EPP-AREIA E ARGILA
Fase de Disponibilidade
Despacho publicado(316)
300.682/2011-EXTRAÇÃO DE AREIA FANTONI LTDA-Na Relação n° 200/2017, puplicada em 20/11/2017, Onde se lê: "Data publicação: 07/11/2017", Leia-se: "Data publicação 25/04/2013"
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
815.072/2001-CEMAN COMÉRCIO DE AREIA LTDA.-OF. N°2530/2018
815.074/2006-INDUSTRIA DE CERÂMICA ASCURRA LTDA ME-OF. N°2431/2018
815.643/2009-G.S4 CONSTRUÇÕES E OBRAS LTDA.-OF. N°2603/2018
815.643/2009-G.S4 CONSTRUÇÕES E OBRAS LTDA.-OF. N°2602/2018
815.643/2009-G.S4 CONSTRUÇÕES E OBRAS LTDA.-OF. N°2601/2018
815.064/2011-MINERAÇÃO SUL NOBRE LTDA-OF. N°2599/2018
815.408/2012-AREIAS DE JAGUARUNA LTDA-OF. N°2623/2018
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(625)
815.014/1993-PIERINI REVESTIMENTOS CERÂMICOS LTDA.-FORQUILHINHA/SC - Guia n° 082/2018-12.000t-ARGILA- Validade:24/09/2019
Indefere requerimento de Guia de Utilização(626)
815.452/2003-FRASSON EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA
Determina cumprimento de exigência- RAL /Prazo 30 dias(1727)
815.738/2010-BIANCO EXTRAÇÃO DE AREIA, COMERCIO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO E TRANSPORTES LTDA.-OF. N°2641/2018
815.739/2010-BIANCO EXTRAÇÃO DE AREIA, COMERCIO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO E TRANSPORTES LTDA.-OF. N°2641/2018
815.408/2012-AREIAS DE JAGUARUNA LTDA-OF. N°2622/2018
Fase de Concessão de Lavra
Auto de Infração lavrado - Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(459)
815.341/1999-ITÁ HIDROMINERAL S A- AI N° 183/2018, 184/2018, 185/2018, 186/2018, 187/2018, 188/2018, 189/2018, 190/2018, 191/2018, 192/2018 e 193/2018
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
815.341/1999-ITÁ HIDROMINERAL S A-OF. N°2639/2018
815.139/2006-RIBEIRÃO MINERADORA LTDA EPP-OF. N°2562/2018
Indefere requerimento de Guia de Utilização(1096)
815.249/2010-ITAPOCÚ TERRAPLENAGEM E COMÉRCIO DE AREIAS LTDA ME
815.966/2010-CERÂMICA LORENZETTI LTDA
815.012/2013-RAMOS TERRAPLANAGEM LTDA
Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICADOR/Prazo 30 dias(1738)
005.695/1963-INCEPA REVESTIMENTOS CERÃMICOS LTDA-OF. N°1943/2018
815.341/1999-ITÁ HIDROMINERAL S A-OF. N°2631/2018
815.360/2006-MINASVIDA MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°2688/2018
Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
815.204/2008-PARISI BRITAGEM E TERRAPLENAGEM LTDA- Registro de Licença N° 1365/2008 - Vencimento em 10/05/2023
Determina cumprimento de exigência- RAL /Prazo 30 dias(1729)
815.544/2005-MINERAÇÃO RIO DO OURO LTDA-OF. N°2639/2018
Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICADOR/Prazo 30 dias(1739)
815.544/2005-MINERAÇÃO RIO DO OURO LTDA-OF. N°2640/2018
Fase de Requerimento de Registro de Extração
Outorga o Registro de Extração, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação(922)
815.444/2018-PREFEITURA DE PEDRAS GRANDES-Registro de Extração N°97/2018 de 20/09/2018
Outorga o Registro de Extração, prazo 5 anos, vigência a partir dessa publicação(924)
815.180/2018-PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA- Registro de Extração N°096/2018 de 19/09/2018

GILMAR OLIVEIRA GONÇALVES

SUPERINTENDÊNCIA EM SÃO PAULO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 108/2018/SP

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
820.128/2018-JOSÉ AUGUSTO LA FERREIRA AREIA ME
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
820.464/2017-BRUNO TURBIANI PEREIRA DOS SANTOS-OF. N°792/2018-DTM/DNPM/SP
820.572/2017-HERCULANO FRANCISCO GIANESELLA LISBOA-OF. N°793/2018-DTM/DNPM/SP
820.092/2018-TROYKA MINAS PARTICIPAÇÕES LTDA-OF. N°795/2018-DTM/DNPM/SP
Indefere pedido de reconsideração(181)
820.816/2017-RICARDO STELLA SAMMARONE
820.848/2017-COMPANHIA MELHORAMENTOS DE SÃO PAULO
820.849/2017-COMPANHIA MELHORAMENTOS DE SÃO PAULO
820.850/2017-COMPANHIA MELHORAMENTOS DE SÃO PAULO
820.851/2017-COMPANHIA MELHORAMENTOS DE SÃO PAULO
820.882/2017-CERÂMICA CIRINEU LTDA EPP
820.093/2018-ÁGUAS PRATA LTDA.
820.094/2018-ÁGUAS PRATA LTDA.
820.135/2018-ÉLCIO ELIAS DE ROSSO ME
Fase de Autorização de Pesquisa
Concede anuência e autoriza averbação da cessão parcial de direitos(175)
821.032/2013-PEDREIRA CONQUISTA LTDA.- Alvará n°10.501/2015 - Cessionario:820.603/2017-ENIO JOSÉ LOPES MARTINS- CPF ou CNPJ 063.122.358-13
821.032/2013-PEDREIRA CONQUISTA LTDA.- Alvará n°10.501/2015 - Cessionario:820.602/2017-ENIO JOSÉ LOPES MARTINS- CPF ou CNPJ 063.122.358-13
821.032/2013-PEDREIRA CONQUISTA LTDA.- Alvará n°10.501/2015 - Cessionario:820.601/2017-ENIO JOSÉ LOPES MARTINS- CPF ou CNPJ 063.122.358-13
820.845/2015-MINERAÇÃO CAMPO VERDE ROSEIRA LTDA.- Alvará n°12.859/2015 - Cessionario:820.664/2017-EMPRESA DE MINERAÇÃO BOA SORTE LTDA- CPF ou CNPJ 45.599.032/0001-93
820.845/2015-MINERAÇÃO CAMPO VERDE ROSEIRA LTDA.- Alvará n°12.859/2015 - Cessionario:820.659/2017-EMPRESA DE MINERAÇÃO BOA SORTE LTDA- CPF ou CNPJ 45.599.032/0001-93
820.845/2015-MINERAÇÃO CAMPO VERDE ROSEIRA LTDA.- Alvará n°12.859/2015 - Cessionario:820.660/2017-EMPRESA DE MINERAÇÃO FIORI DO TABOÃO LTDA- CPF ou CNPJ 00.265.541/0001-41
820.845/2015-MINERAÇÃO CAMPO VERDE ROSEIRA LTDA.- Alvará n°12.859/2015 - Cessionario:820.661/2017-CANHÃO PINDAMONHANGABA EXTRAÇÃO DE MINÉRIOS LTDA- CPF ou CNPJ 67.720.490/0001-71
820.845/2015-MINERAÇÃO CAMPO VERDE ROSEIRA LTDA.- Alvará n°12.859/2015 - Cessionario:820.662/2017-MINERAÇÃO CAMPO AZUL ROSEIRA LTDA- CPF ou CNPJ 17.329.161/0001-26
820.845/2015-MINERAÇÃO CAMPO VERDE ROSEIRA LTDA.- Alvará n°12.859/2015 - Cessionario:820.663/2017-EMPRESA DE MINERAÇÃO FIORI DO TABOÃO LTDA- CPF ou CNPJ 00.265.541/0001-41
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
820.633/2005-MINERAÇÃO FRONTEIRA LTDA.-OF. N°796/2018-DTM/DNPM/SP
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
821.373/2014-MINERAÇÃO SABIÁ DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS LTDA EPP- Cessionário:ATHENAS SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA EPP- CPF ou CNPJ 14.803.726/0001-77-Alvará n°11.984/2015
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
820.281/1986-MINERAÇÃO ANIMER DO NORDESTE LTDA.-OF. N°405/18-SAP/DTM/DNPM/SP
820.281/1986-MINERAÇÃO ANIMER DO NORDESTE LTDA.-OF. N°404/18-SAP/DTM/DNPM/SP
820.286/1986-ÁGUA MINERAL SANTA LEONOR LTDA.-OF. N°416/18-SAP/DTM/DNPM/SP
820.286/1986-ÁGUA MINERAL SANTA LEONOR LTDA.-OF. N°415/18-SAP/DTM/DNPM/SP
820.327/1986-MASSARI MINERAÇÃO PARTICIPAÇÕES LTDA.-OF. N°419/18-SAP/DTM/DNPM/SP
821.477/1999-COMERCIAL AREIAL LTDA.ME-OF. N°398/18-SAP/DTM/DNPM/SP
821.477/1999-COMERCIAL AREIAL LTDA.ME-OF. N°397/18-SAP/DTM/DNPM/SP
821.477/1999-COMERCIAL AREIAL LTDA.ME-OF. N°396/18-SAP/DTM/DNPM/SP
820.763/2008-VOTORANTIM CIMENTOS S A-OF. N°407/18-SAP/DTM/DNPM/SP
820.042/2009-MORRO ALTO ATIVIDADES PAISAGISTICAS LTDA ME-OF. N°370/18-SAP/DTM/DNPM/SP
820.757/2012-JESU LUIZ AFONSO JÚNIOR EPP-OF. N°371/18-SAP/DTM/DNPM/SP

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800115

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

821.147/2012-RESITEC SERVIÇOS INDUSTRIAIS LTDA.-OF. N°410/18-SAP/DTM/DNPM/SP

820.800/2013-EXTRABASE EXTRAÇÃO, COMÉRCIO E TRASNPORTES LTDA.-OF. N°414/18-SAP/DTM/DNPM/SP

820.950/2014-MINERAÇÃO NOVA CAJ LTDA-OF. N°392/18-SAP/DTM/DNPM/SP

Indefere pedido de reconsideração(393)

821.145/1995-SAMUEL LIMA DA SILVA MIGUELOPOLIS ME

Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do requerimento de Lavra(1043)

820.235/1999-MINERAÇÃO NOVA ERA LTDA-ALVARÁ n° 424/2000 - Cessionário: COMÉRCIO DE AREIA CAMPO NOVO LTDA- CNPJ 05.138.531/0001-69

Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1054)

820.163/1986-MINERAÇÃO JUQUIÁ LTDA. ME.-OF. N°399/18-SAP/DTM/DNPM/SP

820.327/1986-MASSARI MINERAÇÃO PARTICIPAÇÕES LTDA.-OF. N°420/18-SAP/DTM/DNPM/SP

820.672/1998-EMPRESA DE MINERAÇÃO FIORI DO TABOÃO LTDA.-OF. N°413/18-SAP/DTM/DNPM/SP

820.201/2001-MINERAÇÃO MANDU IND. COM. LTDA-OF. N°393/18-SAP/DTM/DNPM/SP

820.432/2003-EGEMINAS MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°403/18-SAP/DTM/DNPM/SP

820.499/2008-EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA SÃO PEDRO LTDA-OF. N°411/18-SAP/DTM/DNPM/SP

820.763/2008-VOTORANTIM CIMENTOS S A-OF. N°408/18-SAP/DTM/DNPM/SP

821.147/2012-RESITEC SERVIÇOS INDUSTRIAIS LTDA.-OF. N°409/18-SAP/DTM/DNPM/SP

820.410/2016-FMG AGUAS MINERAIS LTDA-OF. N°437/18-SAP/DTM/DNPM/SP

820.763/2017-PORTO DE AREIA UNIÃO LTDA. EPP-OF. N°391/18-SAP/DTM/DNPM/SP

Fase de Concessão de Lavra

Nega autorização constituição de Grupamento Mineiro(483)

920.393/2017-MINERAÇÃO JUNDU LTDA.

Fase de Licenciamento

Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)

820.291/2006-EDER JOSE RAVANELLI ME-OF. N°803/2018-DTM/DNPM/SP

Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)

821.136/1996-EXTRAÇÃO DE AREIA TRIÂNGULO LTDA EPP- Registro de Licença N° 2.122/1999 - Vencimento em 08/08/2021

820.859/1998-EXTRAÇÃO DE AREIA TRIÂNGULO LTDA EPP- Registro de Licença N° 2.058/1998 - Vencimento em 08/08/2021

821.195/2001-AREIAL EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA- Registro de Licença N° 3.472/2016 - Vencimento em 13/07/2024

821.226/2001-OLARIA RAMALHEIRO LTDA. ME-Registro de Licença N° 2.786/2003 - Vencimento em 31/03/2020

820.173/2014-CERÂMICA BARROBELLO INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA EPP- Registro de Licença N° 3.475/2016 - Vencimento em 23/08/2023

Autoriza o englobamento de áreas contíguas(788)

821.415/2012-JOSE ANTONIO BUSCARIOLI TRANSPORTADORA EPP- Processo englobado:821.003/2014

Fase de Requerimento de Licenciamento

Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)

820.354/2015-MARCELO MIROTTI ROSA-Registro de Licença N° 3.675/2018 - Vencimento em 02/09/2019

Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)

821.047/2013-CLAMAR MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO EIRELI ME-OF. N°800/2018-DTM/DNPM/SP

VICENTE ROSOLIA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 117/2018/SP

Fase de Concessão de Lavra

Aprova o modelo de rotulo da embalagem de água(440)

004.445/1959-LINDOIANO FONTES DE ÁGUAS MINERAIS EIRELI- Fonte São João - Marca: Massima - embalagem de 10L e 20L (sem gás)- SOCORRO/SP

009.007/1959-ALCEU DE MORAES MINERAIS LTDA. EPP- Fonte Clementina - Marca: Levíssima Gold - embalagem de 510 ml (sem gás e gaseificada artificialmente) e embalagem de 10L e 20L (sm gás) e Marca: Inágua - embalagem de 10L e 20L (sem gás) - Fonte Priscilla - Marca: Levíssima Gold - embalagem de 510 ml (sem gás e gaseificada artificialmente) e embalagem de 10L e 20L (sem gás) - Marca:; Inágua - embalagem de 10L e 20L (sem gás)- AMERICANA/SP

010.027/1967-ÁGUA MINERAL LEGÍTIMA LINDÓIA LTDA- Fonte Santa Isabel I - Marca: Legítima Lindoia - embalagem de 310 ml (sem gás)- ÁGUAS DE LINDÓIA/SP

800.290/1970-ÁGUAS MINERAIS SANTA INÊS LTDA-Fonte Santa Inês - Marca: Santa Inês - embalagem (copos) de 200 ml e 305 ml (sem gás) - embalagem (garrafas) de 510 ml (sem gás e gaseificada artificialmete), embalagem (garrafas) de 1,5L (sem gás) e embalagem (galões) de 5L, 10L e 20L (sem gás), e Marca: Suprema - embalagem (garrafas) de 510 ml (sem gás e gaseificada artificialmente)- MARTINÓPOLIS/SP

820.712/1999-MINERADORA EBENEZER LTDA. ME-Fonte Amadeu's - Marca: Fresh - embalagem de 510 ml, 1,5L, 5L, 10L e 20L (sem gás)- SÃO PEDRO/SP

821.383/1999-BEBIDAS POTY LTDA- Fonte das Hortências - Marca: Crystal - embalagem de 300 ml, 500 ml e 1,5L (sem gás e gaseificada artificialmente) e embalagem de 500 ml (embalagem ECO) (sem gás)- POTIRENDABA/SP

820.799/2001-ÁGUA MINERAL FONTE DA ROCHA EXTRAÇÃO E COMÉRCIO LTDA. ME- Fonte Nossa Senhora Auxiliadora - Marca: Plena - embalagem de 200 ml, 500 ml, 1,5L, 10L e 20L (sem gás) - Marca: Distak - embalagam de 200 ml, 500 ml, 1,5L, 10L e 20L (sem gás) e Marca: Taquaral - embalagem de 10L e 20L (sem gás)- PEDREGULHO/SP

820.133/2002-BFB PARTICIPAÇÕES S.A- Fonte São Francico - Marca: Select - embalagem de 510 ml (sem gás e gaseificada artificialmente) e Fonte São José - Marca: Select - embalagem de 1,5L (sem gás e gaseificada artificialmente) e embalagem de 5L (sem gás)- EMBU DAS ARTES/SP, COTIA/SP

Multa aplicada /Prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(460)

800.152/1976-MINERAÇÃO CLS LTDA EPP- AI Nº 413/2018-DFISC/DNPM/SP

807.144/1977-HNK BR INDUSTRIA DE BEBIDAS LTDA- AI Nº 403/18-DFISC/DNPM/SP - DOU de 10/04/18

820.253/1992-MINERAÇÃO ÁGUA VERMELHA LTDA.-AI Nº 510/2017-DFISC/DNPM/SP

821.277/2000-MINERAL MB LTDA.- AI Nº 497/2017-DFISC/DNPM/SP e 498/2017-DFISC/DNPM/SP

820.586/2003-ACQUALINE ENGARRAFADORA E DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA- AI Nº 83/18-DFISC/DNPM/SP - DOU de 18/04/18

Determina o arquivamento do Auto de Infração(462)

807.144/1977-Brasil Kirin Indústria de Bebidas Ltda.- AI N° 402/18-DFISC/DNPM/SP - DOU de 10/04/18

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)

009.007/1959-ALCEU DE MORAES MINERAIS LTDA. EPP-OF. N°1913 e 1914/18-DFISC/DNPM/SP - 10.09.18

004.432/1961-MINERAÇÃO ANIMER DO NORDESTE LTDA.-OF. N°1.994/2018-DFISC/DNPM/SP

001.179/1963-MINERAÇÃO ANIMER DO NORDESTE LTDA.-OF. N°1.994/2018-DFISC/DNPM/SP

820.492/1982-EMPRESA DE AGUAS MINERAIS PASSA TRES LTDA-OF. N°1908/18-DFISC/DNPM/SP - 10.09.18

820.614/1987-MINERADORA HERWE LTDA EPP-OF. N°1982/18-DFISC/DNPM/SP - 17.09.18

820.701/1987-MINERADORA PORTLUC LTDA-OF. N°2.003/2018-DFISC/DNPM/SP e 2.004/2018-DFISC/DNPM/SP

820.826/1988-ÁGUA MINERAL FONTE FIGUEIRA LTDA-OF. N°1980 e 1981/18-DFISC/DNPM/SP - 14.09.18

820.954/1988-ECOMINERAL MINERACAO LTDA-OF. N°1906/18-DFISC/DNPM/SP - 11.09.18

820.990/1996-SPAL INDÚSTRIA BRASILEIRA DE BEBIDAS S A-OF. N°1930 e 1984/18-DFISC/DNPM/SP - 12 e 19/09/18

820.437/1997-SÃO BENTO EXTRAÇÃOL, COMÉRCIO E TRANSPORTE DE MINÉRIOS LTDA-OF. N°1.941/2018-DFISC/DNPM/SP

820.299/1998-AGUA MINERAL HYLEM PRODUÇÃO COMERCIALIZAÇÃO LTDA-OF. N°1958 e 1985/18-DFISC/DNPM/SP - 13 e 19/09/18

820.681/1998-ÁGUA MINERAL LEVE LTDA ME-OF. N°1961/18-DFISC/DNPM/SP - 14.09.18

820.609/2000-AGROPECUÁRIA TUIUTI S.A.-OF. N°1957/18-DFISC/DNPM/SP - 13.09.18

820.680/2000-SABBAG AGRO MERCANTIL E INDUSTRIAL LTDA-OF. N°1928/18-DFISC/DNPM/SP - 120918

821.294/2001-INDÚSTRIA, COMÉRCIO E EXPORTAÇÃO DE ÁGUA MILLENAR LTDA.-OF. N°1983/18-DFISC/DNPM/SP - 17/09/18

820.498/2002-HZ ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA.-OF. N°2.000/2018-DFISC/DNPM/SP

820.361/2004-FONTE ROCHA BRANCA LTDA-OF. N°1929/18-DFISC/DNPM/SP - 12.09.18

820.337/2005-COOPERATIVA DE PRODUÇÃO DOS OLEIROS DA ESTANCIA HIDROMINERAL DE SOCORRO-OF. N°1.995/2018-DFISC/DNPM/SP

Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 60 dias(471)

812.594/1970-MACIEL GRANITOS EIRELI-OF. N°1959/18-DFISC/DNPM/SP - 13.09.18

820.491/1989-MINERAÇÃO PIERONI LTDA EPP-OF. N°1960/18-DFISC/DNPM/SP - 13.09.18

Nega provimento a defesa apresentada(476)

800.152/1976-MINERAÇÃO CLS LTDA EPP

807.144/1977-HNK BR INDUSTRIA DE BEBIDAS LTDA

820.253/1992-MINERAÇÃO ÁGUA VERMELHA LTDA.

821.277/2000-MINERAL MB LTDA.

821.056/2008-V8 EXTRAÇÃO MINERAL LTDA ME

Nega prorrogação prazo para cumprimento de exigência(1104)

820.701/1987-MINERADORA PORTLUC LTDA-OF. N°518/2015-DFISC/DNPM/SP e 1.488/2017-DFISC/DNPM/SP

820.437/1997-SÃO BENTO EXTRAÇÃOL, COMÉRCIO E TRANSPORTE DE MINÉRIOS LTDA-OF. N°1.390/2017-DFISC/DNPM/SP

820.498/2002-HZ ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA.-OF. N°1.414/2017-DFISC/DNPM/SP

Multa aplicada - RAL / prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias.(1713)

800.152/1976-MINERAÇÃO CLS LTDA EPP- AI N°36/2017-DFISC/DNPM/SP

820.253/1992-MINERAÇÃO ÁGUA VERMELHA LTDA.-AI N°509/2017-DFISC/DNPM/SP

821.056/2008-V8 EXTRAÇÃO MINERAL LTDA ME- AI N°629/2018-DFISC/DNPM/SP

VICENTE ROSOLIA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 118/2018/SP

Fase de Requerimento de Pesquisa

Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)

820.852/2012-PEDREIRA MOGIANA LTDA

Indefere requerimento de Autorização de Pesquisa- não cumprimento de exigência(122)

820.884/1993-DUILIO DE FRANCO

820.035/2015-JOABE JOSE BARBOSA

820.360/2017-ROSSAM NAVEGAÇÃO CABOTAGEM E DRAGAGEM LTDA

820.571/2017-HERCULANO FRANCISCO GIANESELLA LISBOA

820.804/2017-PEDREIRA MARIA TERESA LTDA.

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)

821.478/2013-CARLOS LEANDRO CANELLA ME-OF. N°791/2018-DTM/DNPM/SP

820.206/2014-MINERAÇÃO COLOZZO & VALENTIM LTDA ME-OF. N°807/2018-DTM/DNPM/SP

820.759/2017-CHRISTIAN JONES FIORAMONTE-OF. N°812/2018-DTM/DNPM/SP

820.272/2018-ANTONIO DE PÁDUA BARROS BARBOSA-OF. N°801/2018-DTM/DNPM/SP

820.321/2018-ANTONIO DE PÁDUA BARROS BARBOSA-OF. N°802/2018-DTM/DNPM/SP

Defere pedido de reconsideração(182)

820.217/2017-IMOBILIÁRIA PARAMIRIM S.A.

Fase de Autorização de Pesquisa

Concede anuência e autoriza averbação da cessão parcial de direitos(175)

820.338/2010-MINERAÇÃO NOVA ERA LTDA- Alvará n°16.413/2011 - Cessionario:820.154/2018-TBI HOLDING E PARTICIPAÇÕES LTDA- CPF ou CNPJ 19.240.215/0001-08

820.338/2010-MINERAÇÃO NOVA ERA LTDA- Alvará n°16.413/2011 - Cessionario:820.155/2018-TBI HOLDING E PARTICIPAÇÕES LTDA- CPF ou CNPJ 19.240.215/0001-08

820.338/2010-MINERAÇÃO NOVA ERA LTDA- Alvará n°16.413/2011 - Cessionario:820.156/2018-TBI HOLDING E PARTICIPAÇÕES LTDA- CPF ou CNPJ 19.240.215/0001-08

820.338/2010-MINERAÇÃO NOVA ERA LTDA- Alvará n°16.413/2011 - Cessionario:820.157/2018-TBI HOLDING E PARTICIPAÇÕES LTDA- CPF ou CNPJ 19.240.215/0001-08

821.006/2010-DENIS ROGÉRIO FIORAMONTE- Alvará n°16.310/2011 - Cessionario:820.465/2018-MINERAÇÃO CAJU LTDA- CPF ou CNPJ 09.425.531/0001-09

821.113/2010-DENIS ROGÉRIO FIORAMONTE- Alvará n°16.419/2011 - Cessionario:820.463/2018-MINERAÇÃO CAJU LTDA- CPF ou CNPJ 09.425.531/0001-09

821.113/2010-DENIS ROGÉRIO FIORAMONTE- Alvará n°16.419/2011 - Cessionario:820.464/2018-MINERAÇÃO CAJU LTDA- CPF ou CNPJ 09.425.531/0001-09

820.691/2012-JOSÉ CARLOS LAZARI ME- Alvará n°2.323/2016 - Cessionario:820.151/2018-COMÉRCIO VAREJISTA DE AREIA DE ITAPIRA LTDA- CPF ou CNPJ 24.876.353/0001-18

820.268/2016-PORTO DE AREIA TUBARÃO LTDA.-Alvará n°9.244/2016 - Cessionario:820.534/2018-MINERAÇÃO AOKI TAUBATÉ LTDA- CPF ou CNPJ 00.625.283/0001-67

820.268/2016-PORTO DE AREIA TUBARÃO LTDA.-Alvará n°9.244/2016 - Cessionario:820.533/2018-MINERAÇÃO AOKI TAUBATÉ LTDA- CPF ou CNPJ 00.625.283/0001-67

820.268/2016-PORTO DE AREIA TUBARÃO LTDA.-Alvará n°9.244/2016 - Cessionario:820.532/2018-MINERAÇÃO AOKI TAUBATÉ LTDA- CPF ou CNPJ 00.625.283/0001-67

820.268/2016-PORTO DE AREIA TUBARÃO LTDA.-Alvará n°9.244/2016 - Cessionario:820.530/2018-MINERAÇÃO AOKI TAUBATÉ LTDA- CPF ou CNPJ 00.625.283/0001-67

820.268/2016-PORTO DE AREIA TUBARÃO LTDA.-Alvará n°9.244/2016 - Cessionario:820.531/2018-MINERAÇÃO AOKI TAUBATÉ LTDA- CPF ou CNPJ 00.625.283/0001-67

820.330/2016-PORTO DE AREIA ITAJU LTDA ME-Alvará n°8.653/2017 - Cessionario:820.496/2018-PORTO DE AREIA FAZENDA BEBEDOURO LTDA- CPF ou CNPJ 60.255.601/0001-77

820.744/2016-WILSON VITÓRIO DOSSO- Alvará n°8.213/2017 - Cessionario:820.236/2018-MINERAÇÃO CAPRICHOSA EIRELI- CPF ou CNPJ 29.689.625/0001-94

820.830/2016-NELSON AUGUSTO TESTA MOURA DE CARVALHO- Alvará n°8.653/2017 - Cessionario:820.495/2018-PORTO DE AREIA FAZENDA BEBEDOURO LTDA- CPF ou CNPJ 60.255.601/0001-77

820.830/2016-NELSON AUGUSTO TESTA MOURA DE CARVALHO- Alvará n°8.653/2017 - Cessionario:820.494/2018-PORTO DE AREIA FAZENDA BEBEDOURO LTDA- CPF ou CNPJ 60.255.601/0001-77

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800116

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Instaura processo administrativo de declaração de Caducidade/Nulidade do Alvará - Prazo para defesa: 60 (sessenta) dias(237)

820.875/2012-MINERAÇÃO NOVA ERA LTDA- OF. N° 811/2018-DTM/DNPM/SP

821.145/2013-EMPRESA BRASILEIRA DE AGREGADOS MINERAIS S A- OF. N° 797/2018-DTM/DNPM/SP

Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)

820.832/2016-ADOLPHO LINDEMBERG FILHO-Cessionário:TOULOUSE INCORPORAÇÃO SPE LTDA- CPF ou CNPJ 10.382.723/0001-56- Alvará n°8.655/2017

820.080/2017-DÊNIO NAVES DE LIMA-Cessionário:DÊNIO NAVES DE LIMA ME- CPF ou CNPJ 00.492.399/0001-75- Alvará n°1.916/2018

820.081/2017-DÊNIO NAVES DE LIMA-Cessionário:DÊNIO NAVES DE LIMA ME- CPF ou CNPJ 00.492.399/0001-75- Alvará n°2.331/2018

Fase de Requerimento de Lavra

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)

801.390/1975-PAULISTA SP TRANSPORTE LTDA EPP.-OF. N°434/18-SAP/DTM/DNPM/SP

801.390/1975-PAULISTA SP TRANSPORTE LTDA EPP.-OF. N°435/18-SAP/DTM/DNPM/SP

801.390/1975-PAULISTA SP TRANSPORTE LTDA EPP.-OF. N°433/18-SAP/DTM/DNPM/SP

806.014/1975-9 DE JULHO MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°806/2018-DTM/DNPM/SP

820.456/1986-OLÍVIA DE CARVALHO MELO YKEUTI.-OF. N°424/18-SAP/DTM/DNPM/SP

820.456/1986-OLÍVIA DE CARVALHO MELO YKEUTI.-OF. N°422/18-SAP/DTM/DNPM/SP

820.511/2008-ASSOCIAÇÃO DAS CERÂMICAS DA NOVA AVANHANDAVA PARA O PROJETO ARGILA-OF. N°417/18-SAP/DTM/DNPM/SP

Prorroga prazo para cumprimento de exigência(364)

820.445/1986-MINERAÇÃO FRONTEIRA LTDA.-OF. N°421/18-SAP/DTM/DNPM/SP-180 (cento e oitenta) dias

820.456/1986-OLÍVIA DE CARVALHO MELO YKEUTI.-OF. N°423/18-SAP/DTM/DNPM/SP-180 (cento e oitenta) dias

820.594/1986-FAZENDA SANTA ESPERANÇA LTDA. - ME-OF. N°426/18-SAP/DTM/DNPM/SP-180 (cento e oitenta) dias

821.191/1986-PONTE ALTA EXTRAÇÃO DE AREIA E TRANSPORTE LTDA. EPP-OF. N°429/18-SAP/DTM/DNPM/SP-180 (cento e oitenta) dias

Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1054)

801.390/1975-PAULISTA SP TRANSPORTE LTDA EPP.-OF. N°436/18-SAP/DTM/DNPM/SP

820.470/1986-EMPRESA DE MINERAÇÃO FIORI DO TABOÃO LTDA.-OF. N°429/18-SAP/DTM/DNPM/SP

821.172/1986-VOTORANTIM CIMENTOS S A-OF. N°431/18-SAP/DTM/DNPM/SP

820.112/2002-CRISTALINA MINERAÇÃO COM. DE ÁGUA MINERAL NATURAL FLUORETADA FONTE REIS LTDA EPP-OF. N°439/18-SAP/DTM/DNPM/SP

820.444/2008-TIETZ - EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE MINÉRIOS LTDA-OF. N°432/18-SAP/DTM/DNPM/SP

820.451/2008-MINERAÇÃO SAARA EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE MINÉRIOS LTDA-EPP-OF. N°406/18-SAP/DTM/DNPM/SP

820.511/2008-ASSOCIAÇÃO DAS CERÂMICAS DA NOVA AVANHANDAVA PARA O PROJETO ARGILA-OF. N°418/18-SAP/DTM/DNPM/SP

820.045/2010-EXTRAÇÃO DE ARGILA VAC LTDA-OF. N°438/18-SAP/DTM/DNPM/SP

820.800/2013-EXTRABASE EXTRAÇÃO, COMÉRCIO E TRASNPORTES LTDA.-OF. N°425/18-SAP/DTM/DNPM/SP

Fase de Concessão de Lavra

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)

820.192/2005-MINERADORA CANÇÃO NOVA LTDA.-OF. N°805/2018-DTM/DNPM/SP

Fase de Licenciamento

Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)

820.669/2010-MINERAÇÃO NOVA CAJ LTDA-OF. N°329/18-SAP/DTM/DNPM/SP

Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)

821.019/2008-ANA MARIA SANTELO VISINTIM M.E.-Registro de Licença N° 3.150/2011 - Vencimento em 23/08/2028

Despacho publicado(756)

820.948/2010-MINERADORA LITOLGA LTDA ME-NÃO CONHEÇO O PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO POR SER INTEMPESTIVO

Autorizo o aditamento de substância mineral(770)

820.476/1986-EXTRAÇÃO DE AREIA CARREIRA LTDA - ME-cascalho - Registro de Licença N° 1.287, DOU de 24/03/1988

Fase de Requerimento de Licenciamento

Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)

820.705/2017-ECO MIX PREPARAÇÃO DE CONCRETO EIRELI EPP-OF. N°804/2018-DTM/DNPM/SP

VICENTE ROSOLIA

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO

PORTARIA N° 212, DE 26 DE SETEMBRO DE 2018

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, e no art. 4º da Portaria MME nº 318, de 1º de agosto de 2018, resolve:

Processo nº 48500.004205/2018-97. Interessada: Costa Oeste Transmissora de Energia S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.507.191/0001-97. Objeto: Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do Projeto de Reforços em Instalação de Transmissão de Energia Elétrica, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 7.172, de 17 de julho de 2018, de titularidade da Interessada. A íntegra desta Portaria consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico http://www.mme.gov.br/web/guest/reidi-repenec/portaria-2018.

EDUARDO AZEVEDO RODRIGUES

PORTARIA N° 213, DE 26 DE SETEMBRO DE 2018

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, e no art. 4º da Portaria MME nº 318, de 1º de agosto de 2018, resolve:

Processo nº 48500.004798/2018-91. Interessada: Furnas Centrais Elétricas S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 23.274.194/0001-19. Objeto: Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do Projeto de Melhorias em Instalação de Transmissão de Energia Elétrica, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 7.185, de 24 de julho de 2018, de titularidade da Interessada. A íntegra desta Portaria consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico http://www.mme.gov.br/web/guest/reidi-repenec/portaria-2018.

EDUARDO AZEVEDO RODRIGUES

PORTARIA N° 214, DE 27 DE SETEMBRO DE 2018

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso VI, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 4º do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, e no art. 4º da Portaria MME nº 364, de 13 de setembro de 2017, resolve:

Processo nº 48340.004725/2018-80. Interessada: Tropicália Transmissora de Energia S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 24.870.139/0001-54. Objeto: Aprovar como prioritário, na forma do art. 2º, § 1º, inciso III, do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, o Projeto de Reforço em Instalação de Transmissão de Energia Elétrica objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 7.252, de 21 de agosto de 2018, de titularidade da Interessada, para os fins do art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011. A íntegra desta Portaria consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico http://www.mme.gov.br/web/guest/projetos-prioritarios/2018.

EDUARDO AZEVEDO RODRIGUES

Ministério do Desenvolvimento Social

GABINETE DO MINISTRO

DESPACHOS DE 26 DE SETEMBRO DE 2018

O CHEFE DE GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria MDS nº 133, de 24 de dezembro de 2014, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, e no § 4º do art. 14 do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, resolve abrir prazo de quinze dias para a manifestação da sociedade civil, no sítio www.mds.gov.br, referente ao seguinte processo:

Nome da entidade: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE IMBAÚ

CNPJ: 03.531.154/0001-06

Município: Imbaú/PR

Processo nº: 71000.001917/2018-15

O CHEFE DE GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria MDS nº 133, de 24 de dezembro de 2014, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, e no § 4º do art. 14 do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, resolve abrir prazo de quinze dias para a manifestação da sociedade civil, no sítio www.mds.gov.br, referente ao seguinte processo:

Nome da entidade: CASA ESPÍRITA CRISTÃ MARIA DE NAZARÉ

CNPJ: 34.036.194/0001-05

Município: Rio de Janeiro/RJ

Processo nº: 71000.054768/2016-17

JOSÉ HENRIQUE MEDEIROS PIRES

SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PORTARIA Nº 246, DE 20 DE SETEMBRO DE 2018

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer de Recurso nº 271/2018/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, exarado nos autos do Processo nº 71000.079396/2017-12, resolve:

Art. 1º Admitir o recurso interposto nos autos do processo nº 71000.079396/2017-12.

Art. 2º Reconsiderar a decisão proferida por meio da Portaria SNAS nº 85/2018, art. 2º, item 14 de 20/04/2018, publicada no DOU de 26/04/2018, que indeferiu o pedido de renovação da Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social.

Art. 3º Deferir a renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social requerida pela entidade Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Borborema - CNPJ: 05.751.831/0001-19, Borborema/SP, com validade de 05 (cinco) anos, de 22/12/2017 a 21/12/2022, nos termos do artigo 5° do Decreto 8.242/2014.

Art. 4º Novo pedido de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social deverá ser apresentado no decorrer dos 360 (trezentos e sessenta) dias que antecedem o termo final de sua validade, em conformidade com o art. 24, § 1º, da Lei nº 12.101/09.

Art. 5º A entidade deverá observar a área de atuação preponderante para que o requerimento seja feito no Ministério correspondente a sua prevalência, conforme disposto no art. 21 da Lei nº 12.101/09.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Fica revogada a Portaria nº 85/2018, art. 2º, item 14, de 20/04/2018, DOU de 26/04/2018.

MARIA DO CARMO BRANT DE CARVALHO

PORTARIA Nº 247, DE 20 DE SETEMBRO DE 2018

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer de Recurso nº 278/2018/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, exarado nos autos do Processo nº 71000.004980/2018-03, resolve:

Art. 1º Admitir o recurso interposto nos autos do processo nº 71000.004980/2018-03.

Art. 2º Reconsiderar a decisão proferida por meio da Portaria SNAS nº 84/2018, art. 2º, item 51, de 20/04/2018, publicada no DOU de 26/04/2018, que indeferiu o pedido de renovação da Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social.

Art. 3º Deferir a renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social requerida pela entidade Projeto Gente de Quedas do Iguaçu - CNPJ: 02.208.857/0001-27, Quedas do Iguaçu/PR com validade de 05 (cinco) anos, de 30/01/2018 a 29/01/2023, nos termos do artigo 5° do Decreto 8.242/2014.

Art. 4º Novo pedido de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social deverá ser apresentado no decorrer dos 360 (trezentos e sessenta) dias que antecedem o termo final de sua validade, em conformidade com o art. 24, § 1º, da Lei nº 12.101/09.

Art. 5º A entidade deverá observar a área de atuação preponderante para que o requerimento seja feito no Ministério correspondente a sua prevalência, conforme disposto no art. 21 da Lei nº 12.101/09.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Fica revogada a Portaria nº 84/2018, art. 2º, item 51, de 20/04/2018, DOU de 26/04/2018.

MARIA DO CARMO BRANT DE CARVALHO

PORTARIA Nº 248, DE 20 DE SETEMBRO DE 2018

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer de Recurso nº 280/2018/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, exarado nos autos do Processo nº 71000.042791/2017-40, resolve:

Art. 1º Admitir o recurso interposto nos autos do processo nº 71000.042791/2017-40.

Art. 2º Reconsiderar a decisão proferida por meio da Portaria SNAS nº 85/2018, art. 1º, item 2, de 20/04/2018, publicada no DOU de 26/04/2018, que indeferiu o pedido de concessão da certificação de entidade beneficente de assistência social.

Art. 3º Deferir a concessão de certificação de entidade beneficente de assistência social requerida pelo Instituto Brasileiro Pró-Educação, Trabalho e Desenvolvimento, CNPJ: 43.126.366/0001-

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800117

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

14, Rio de Janeiro/RJ, com validade de 03 (três) anos, a contar da data da publicação no Diário Oficial da União da presente Portaria, nos termos do artigo 5º do Decreto nº 8.242/2014.

Art. 4º Novo pedido de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social deverá ser apresentado no decorrer dos 360 (trezentos e sessenta) dias que antecedem o termo final de sua validade, em conformidade com o art. 24, § 1º, da Lei nº 12.101/09.

Art. 5º A entidade deverá observar a área de atuação preponderante para que o requerimento seja feito no Ministério correspondente a sua prevalência, conforme disposto no art. 21 da Lei nº 12.101/09.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Fica revogada a Portaria nº 85/2018, art. 1º, item 2, de 20/04/2018, DOU de 26/04/2018.

MARIA DO CARMO BRANT DE CARVALHO

PORTARIA Nº 249, DE 20 DE SETEMBRO DE 2018

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer de Recurso nº 289/2018/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, exarado nos autos do Processo nº 71000.041151/2017-12, resolve:

Art. 1º Admitir o recurso interposto nos autos do processo nº 71000.041151/2017-12.

Art. 2º Reconsiderar a decisão proferida por meio da Portaria SNAS nº 84/2018, art. 2º, item 11, de 20/04/2018, publicada no DOU de 26/04/2018, que indeferiu o pedido de renovação da Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social.

Art. 3º Deferir a renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social requerida pela entidade Pequeno Cotolengo do Paraná - Dom Orione - CNPJ: 76.610.690/0001-62, Curitiba/PR, com validade de 03 (três) anos, de 01/01/2018 a 31/12/2020, nos termos do artigo 5° do Decreto 8.242/2014.

Art. 4º Novo pedido de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social deverá ser apresentado no decorrer dos 360 (trezentos e sessenta) dias que antecedem o termo final de sua validade, em conformidade com o art. 24, § 1º, da Lei nº 12.101/09.

Art. 5º A entidade deverá observar a área de atuação preponderante para que o requerimento seja feito no Ministério correspondente a sua prevalência, conforme disposto no art. 21 da Lei nº 12.101/09.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Fica revogada a Portaria nº 84/2018, art. 2º, item 11, de 20/04/2018, DOU de 26/04/2018.

MARIA DO CARMO BRANT DE CARVALHO

PORTARIA Nº 250, DE 20 DE SETEMBRO DE 2018

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer de Recurso nº 294/2018/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, exarado nos autos do Processo nº 71000.080493/2017-58, resolve:

Art. 1º Admitir o recurso interposto nos autos do processo nº 71000.080493/2017-58.

Art. 2º Reconsiderar a decisão proferida por meio da Portaria SNAS nº 84/2018, art. 2º, item 32, de 20/04/2018, publicada no DOU de 26/04/2018, que indeferiu o pedido de renovação da Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social.

Art. 3º Deferir a renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social requerida pela entidade Associação Espírita Beneficente Caminho da Paz - AEBCP - CNPJ: 04.684.120/0001.06, Canoas/RS, com validade de 05 (cinco) anos, de 30/01/2018 a 29/01/2023, nos termos do artigo 5° do Decreto 8.242/2014.

Art. 4º Novo pedido de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social deverá ser apresentado no decorrer dos 360 (trezentos e sessenta) dias que antecedem o termo final de sua validade, em conformidade com o art. 24, § 1º, da Lei nº 12.101/09.

Art. 5º A entidade deverá observar a área de atuação preponderante para que o requerimento seja feito no Ministério correspondente a sua prevalência, conforme disposto no art. 21 da Lei nº 12.101/09.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Fica revogada a Portaria nº 84/2018, art. 2º, item 32, de 20/04/2018, DOU de 26/04/2018.

MARIA DO CARMO BRANT DE CARVALHO

PORTARIA Nº 252, DE 25 DE SETEMBRO DE 2018

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria MDS nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes nos pareceres técnicos dos processos abaixo indicados, resolve:

Art. 1º Deferir as concessões de certificação de entidade beneficente de assistência social das seguintes entidades por atenderem os requisitos legais constantes na Lei nº 12.101/2009, com validade de três anos a partir da publicação desta portaria no D.O.U., nos termos do art. 5º, do Decreto nº 8.242/2014, dispostas por nome da entidade, CNPJ, município/UF, nº do processo e número do parecer técnico:

1)ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS E OU PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO INFANTIL CRECHE VIVA, 05.075.851/0001-17, RIO DE JANEIRO/RJ, 23123.002295/2011-29, 50222/2018.

2)INSTITUTO MARIA DA HORA, 06.750.574/0001-63, FORTALEZA/CE, 71000.084441/2016-70, 50628/2018.

3)INSTITUTO DE AÇÃO SOCIAL JOÃO PAULO II, 01.009.617/0001-30, GUARAPUAVA/PR, 71000.046508/2017-59, 51439/2018.

4)FUNDAÇÃO BALBINA CAMILA DE ARAÚJO, 17.322.108/0001-01, BELO HORIZONTE/MG, 71000.057068/2017-65, 51936/2018.

5)SERVIÇO DE ATENDIMENTO À MULHER, À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE (SAMUCA), 01.330.515/0001-12, PEDREIRA/SP, 71000.057604/2017-22, 51995/2018.

6)LAR SANTO AMBRÓSIO DE ARAÚJOS, 04.014.190/0001-57, ARAUJOS/MG, 71000.082033/2017-64, 52986/2018.

7)SOS CORPO - INSTITUTO FEMINISTA PARA A DEMOCRACIA, 08.124.919/0001-07, RECIFE/PE, 71000.001248/2018-73, 53203/2018.

8)INSTITUTO DA OPORTUNIDADE SOCIAL, 02.449.283/0001-89, SAO PAULO/SP, 71000.018614/2018-23, 53728/2018.

9)APABB - ASSOCIAÇÃO DE PAIS, AMIGOS E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, DE FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL E DA COMUNIDADE, 58.106.519/0001-39, SAO PAULO/SP, 71000.023760/2018-71, 54010/2018.

10)CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS INSTITUIÇÕES DE APOIO E ASSISTÊNCIA A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE COM CÂNCER - CONIACC, 10.807.169/0001-01, BRASILIA/DF, 71000.026583/2018-84, 54127/2018.

11)PROVOPAR ESTADUAL AÇÃO SOCIAL, 76.793.397/0001-88, CURITIBA/PR, 71000.029399/2018-96, 54255/2018.

12)VILA VICENTINA DA SOCIEDADE SÃO VICENTE DE PAULO DE ABAETÉ, 04.128.949/0001-22, ABAETE/MG, 71000.032656/2018-77, 54392/2018.

13)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PEDRO GOMES, 00.768.320/0001-96, PEDRO GOMES/MS, 71000.033816/2018-03, 54459/2018.

14)FUNDAÇÃO EDMILSON JOSÉ GOMES DE MORAES, 07.783.192/0001-07, TAQUARITINGA/SP, 71000.035318/2018-97, 54549/2018.

15)ASSOCIAÇÃO ANJOS DE DEUS, 05.355.605/0001-19, FORTALEZA/CE, 71000.035802/2018-16, 54573/2018.

16)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ALTO PARAÍSO, 07.393.772/0001-80, ALTO PARAISO/PR, 71000.038265/2018-66, 54734/2018.

17)APAE ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE VARGEM, 02.419.958/0001-47, VARGEM/SC, 71000.040048/2018-36, 54856/2018.

18)CENTRO REGIONAL DE ENSINO E REABILITAÇÃO, 11.481.314/0001-70, PAULISTA/PE, 71000.039851/2018-28, 54854/2018.

19)SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS, 45.859.105/0001-39, ITAPETININGA/SP, 71000.040253/2018-00, 54878/2018.

20)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE HERVAL, 89.659.361/0001-58, HERVAL/RS, 71000.040439/2018-51, 54889/2018.

21)CHAME - CENTRO DE INTEGRAÇÃO SOCIAL, 20.933.040/0001-01, ITAU DE MINAS/MG, 71000.040901/2018-10, 54909/2018.

22)CLINICA PUBLICA SER - GRUPO DE ATENDIMENTO INTERDISCIPLINAR AOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA MENTAL E CONDUTA TIPICA, 88.794.664/0001-10, PORTO ALEGRE/RS, 71000.040619/2018-32, 54896/2018.

23)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PLANALTINA DO PARANÁ, 06.192.607/0001-05, PLANALTINA DO PARANA/PR, 71000.040446/2018-52, 54883/2018.

24)INSTITUTO METODISTA CARLOTA PEREIRA LOURO, 28.866.986/0001-04, TRES RIOS/RJ, 71000.040794/2018-20, 54900/2018.

25)REMANSO DA PEDREIRA - REMAP, 09.379.739/0001-20, PATO BRAGADO/PR, 71000.040962/2018-87, 54915/2018.

26)ORFANATO CASA DE JEREMIAS, 05.011.380/0001-83, FORTALEZA/CE, 71000.041167/2018-14, 54922/2018.

27)ASSOCIAÇÃO DE FAMILIARES, PAIS E AMIGOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E ALTAS HABILIDADES AURORA DA VIDA, 24.968.100/0001-36, ALVORADA/RS, 71000.041461/2018-18, 54952/2018.

28)ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS FRANCISCANAS DE GAROA, 07.426.705/0001-14, GARCA/SP, 71000.041592/2018-03, 54956/2018.

29)ABRIGO LAR CRISTÃO DE BELO HORIZONTE, 10.603.335/0001-58, BELO HORIZONTE/MG, 71000.041927/2018-85, 55006/2018.

30)LAR DA CRIANÇA FREI LEOPOLDO, 00.132.719/0001-86, SAO PAULO/SP, 71000.041586/2018-48, 54955/2018.

31)ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE NOSSA SENHORA AUXILIADORA, 01.325.600/0001-92, SAO LEOPOLDO/RS, 71000.041790/2018-69, 54982/2018.

32)ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE NOSSA SENHORA DE AZAMBUJA, 81.531.808/0001-05, SAO JOSE/SC, 71000.041925/2018-96, 55005/2018.

33)CENTRO RENASCER DA ESPERANÇA INFANTOJUVENIL DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL, SOCIAL, EDUCACIONAL E ESPORTIVO, 01.684.953/0001-89, PORTO ALEGRE/RS, 71000.041906/2018-60, 54993/2018.

34)ASSOCIAÇÃO ANJO DA GUARDA, 00.734.532/0001-62, SAO JOSE DO RIO PRETO/SP, 71000.042699/2018-61, 55059/2018.

35)SOCIEDADE DE ASSISTENCIA AO MENOR APRENDIZ - SAMA, 01.227.727/0001-79, SAO LUIS DE MONTES BELOS/GO, 71000.042684/2018-01, 55051/2018.

36)CASA DO IDOSO VOVÔ NUNUCA, 02.929.814/0001-30, SANTO ANTONIO DO AMPARO/MG, 71000.042718/2018-59, 55063/2018.

37)ASSOCIAÇÃO DE PAIS, AMIGOS E EDUCADORES DE AUTISTAS, 55.674.782/0001-36, SANTOS/SP, 71000.043676/2018-73, 55110/2018.

Art. 2º Pedido de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social deverá ser apresentado no decorrer dos 360 (trezentos e sessenta) dias que antecedem o termo final de sua validade, em conformidade com o art. 24, § 1º, da Lei nº 12.101/2009.

Art. 3º Cientifique-se a Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA DO CARMO BRANT DE CARVALHO

PORTARIA Nº 253, DE 25 DE SETEMBRO DE 2018

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria MDS nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes nos pareceres técnicos dos processos abaixo indicados, resolve:

Art. 1º Deferir as renovações de certificação de entidade beneficente de assistência social das seguintes entidades por atenderem os requisitos legais constantes na Lei nº 12.101/2009, dispostas por nome da entidade, CNPJ, município/UF, nº do processo, número do parecer técnico e período de validade de certificação:

1)UNIÃO NACIONAL DAS ASSOCIAÇÕES DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE INFÂNCIA FAMÍLIA E ENTIDADES SOCIAIS AFINS, 00.481.752/0001-11, CURITIBA/PR, 71000.050110/2010-41, 46243/2018, de 28/05/2010 a 27/05/2015.

2)BAIRRO DA JUVENTUDE DOS PADRES ROGACIONISTAS, 83.652.198/0001-15, CRICIUMA/SC, 71000.076517/2012-60, 44497/2018, de 30/10/2012 a 29/10/2015.

3)CASA ISMAEL - LAR DA CRIANÇA, 00.077.255/0001-52, BRASILIA/DF, 71000.112462/2012-69, 44631/2018, de 03/04/2013 a 02/04/2016.

4)FEDERAÇÃO DAS ENTIDADES ASSISTÊNCIAIS DE CAMPINAS, 46.002.176/0001-83, CAMPINAS/SP, 71000.078317/2014-11, 45105/2018, de 01/01/2015 a 31/12/2017.

5)ASSOCIAÇÃO MUTIRÃO DO POBRE, 62.249.727/0001-64, SAO PAULO/SP, 71000.139266/2014-01, 44357/2018, de 01/01/2015 a 31/12/2017.

6)AÇÃO SOCIAL TÉCNICA, 21.099.460/0001-99, BELO HORIZONTE/MG, 71000.043089/2015-31, 47708/2018, de 16/05/2015 a 15/05/2018.

7)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE BELA VISTA DO PARAÍSO, 76.210.319/0001-03, BELA VISTA DO PARAISO/PR, 71000.003447/2015-73, 49261/2018, de 20/07/2015 a 19/07/2018.

8)ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA E ORIENTAÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE CAMINHANDO JUNTOS, 02.936.217/0001-33, SALESOPOLIS/SP, 71000.077224/2015-42, 48772/2018, de 20/10/2015 a 19/10/2020.

9)CÁRITAS DIOCESANA DE BAURU, 44.459.758/0001-68, BAURU/SP, 71000.113074/2015-48, 48983/2018, de 20/10/2015 a 19/10/2020.

10)FUNDAÇÃO ABRINQ PELOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, 38.894.796/0001-46, SAO PAULO/SP, 71000.070565/2015-97, 49459/2018, de 10/11/2016 a 09/11/2019.

11)ASSOCIAÇÃO CIVIL QUINTAL DA CASA DE ANA, 06.655.276/0001-94, NITEROI/RJ, 71000.066326/2016-13, 50049/2018, de 26/06/2017 a 25/06/2022.

12)MOVIVE - MOVIMENTO VIDA NOVA, 02.737.853/0001-36, VILA VELHA/ES, 71000.066184/2016-94, 50101/2018, de 11/07/2016 a 10/07/2021.

13)CONSELHO METROPOLITANO DE MONTES CLAROS DA SSVP, 73.494.031/0001-10, MONTES CLAROS/MG, 71000.053932/2017-50, 51804/2018, de 29/06/2018 a 28/06/2023.

14)ASSOCIAÇÃO PESTALOZZI DE MACEIÓ, 12.450.268/0001-04, MACEIO/AL, 71000.057601/2017-99, 51994/2018, de 09/02/2018 a 08/02/2021.

15)FEDERAÇÃO DAS APAES DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 73.946.352/0001-08, PORTO ALEGRE/RS, 71000.060599/2017-35, 52143/2018, de 22/09/2017 a 21/09/2020.

16)CENTRO DE DESENVOLVIMENTO AGROECOLÓGICO SABIA, 41.228.651/0001-10, RECIFE/PE, 71000.062970/2017-01, 52841/2018, de 28/04/2018 a 27/04/2021.

17)PROVIDÊNCIA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO, 17.272.998/0001-86, BELO HORIZONTE/MG, 71000.068870/2017-81, 52505/2018, de 01/01/2018 a 31/12/2020.

18)FEDERAÇÃO DAS APAES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 73.650.095/0001-62, TRES RIOS/RJ, 71000.079476/2017-78, 52788/2018, de 29/06/2018 a 28/06/2021.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800118

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

19)SOF - SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO DA FAMÍLIA, 60.396.793/0001-31, SAO PAULO/SP, 71000.080628/2017-85, 52872/2018, de 11/03/2018 a 10/03/2021.

20)CAMP PINHEIROS CENTRO DE APRENDIZAGEM E MONITORAMENTO PROFISSIONAL, 50.246.529/0001-68, SAO PAULO/SP, 71000.081470/2017-61, 52931/2018, de 18/04/2018 a 17/04/2021.

21)ABRIGO SÃO LOURENÇO DE JAU, 50.759.091/0001-11, JAU/SP, 71000.082447/2017-93, 53114/2018, de 05/03/2018 a 04/03/2023.

22)FUNDAÇÃO LUTERANA DE DIACONIA, 04.358.174/0001-81, PORTO ALEGRE/RS, 71000.020968/2018-38, 53833/2018, de 28/04/2018 a 27/04/2021.

23)PARQUE SOCIAL - EMPREENDEDORISMO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL, 13.962.154/0001-06, SALVADOR/BA, 71000.021626/2018-35, 53872/2018, de 28/04/2018 a 27/04/2021.

24)VILA DO PEQUENINO JESUS, 10.711.824/0001-23, BRASILIA/DF, 71000.020889/2018-27, 53840/2018, de 29/05/2018 a 28/05/2021.

25)INSTITUTO AGOSTIN CASTEJON, 00.438.998/0001-00, BRASILIA/DF, 71000.021967/2018-19, 53883/2018, de 28/04/2018 a 27/04/2023.

26)CONSELHO METROPOLITANO DE BELO HORIZONTE DA SOCIEDADE DE SÃO VICENTE DE PAULO, 17.235.771/0001-60, BELO HORIZONTE/MG, 71000.025444/2018-33, 54071/2018, de 03/09/2018 a 02/09/2021.

27)ABRIGO SÃO JOSÉ DE OLÍMPIA, 46.864.039/0001-58, OLIMPIA/SP, 71000.025130/2018-31, 54057/2018, de 17/05/2018 a 16/05/2021.

28)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE COLATINA, 27.091.495/0001-68, COLATINA/ES, 71000.025764/2018-93, 54091/2018, de 21/06/2018 a 20/06/2021.

29)ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DAS DAMAS ISRAELITAS NO RIO DE JANEIRO, 34.043.455/0001-06, RIO DE JANEIRO/RJ, 71000.025426/2018-51, 54073/2018, de 29/05/2018 a 28/05/2021.

30)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ELDORADO, 70.524.285/0001-45, ELDORADO/MS, 71000.027976/2018-13, 54178/2018, de 29/05/2018 a 28/05/2023.

31)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE WITMARSUM, 79.354.775/0001-15, WITMARSUM/SC, 71000.029022/2018-37, 54230/2018, de 30/07/2018 a 29/07/2023.

32)ASSOCIAÇÃO DOS SURDOS DE MINAS GERAIS, 16.593.824/0001-52, BELO HORIZONTE/MG, 71000.027959/2018-78, 54179/2018, de 29/05/2018 a 28/05/2021.

33)NÚCLEO ASSISTENCIAL ALIMENTAÇÃO MAIORNALMA, 02.174.089/0001-38, IBIPORA/PR, 71000.027481/2018-86, 54162/2018, de 29/05/2018 a 28/05/2023.

34)CENTRO DE APRENDIZADO METÓDICO E PRÁTICO DE LIMEIRA, 44.754.786/0001-08, LIMEIRA/SP, 71000.029363/2018-11, 54241/2018, de 25/03/2019 a 24/03/2022.

35)FUNDAÇÃO MIRIM "AMALIE HELENE WIRTH" DE GUARARAPES, 47.765.656/0001-69, GUARARAPES/SP, 71000.031956/2018-39, 54514/2018, de 03/09/2018 a 02/09/2023.

36)CONSELHO DE INTEGRAÇÃO SOCIAL, 02.663.080/0001-90, FORTALEZA/CE, 71000.031929/2018-66, 54345/2018, de 21/06/2018 a 20/06/2021.

37)GRUPO ASSISTENCIAL ESPÍRITA "A CANDEIA", 03.429.040/0001-41, TRES LAGOAS/MS, 71000.031632/2018-09, 54327/2018, de 29/06/2018 a 28/06/2023.

38)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE GUAÍRA, 48.448.526/0001-65, GUAIRA/SP, 71000.032969/2018-25, 54420/2018, de 30/06/2018 a 29/06/2021.

39)INSTITUTO JELSON DA COSTA NUNES, 07.094.913/0001-63, NITEROI/RJ, 71000.032148/2018-99, 54376/2018, de 29/06/2018 a 28/06/2021.

40)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE MARUMBI, 03.717.024/0001-54, MARUMBI/PR, 71000.034679/2018-16, 54518/2018, de 30/07/2018 a 29/07/2023.

41)ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL PARA ADOLESCENTES E CRIANÇAS, 65.698.052/0001-29, BARUERI/SP, 71000.034180/2018-17, 54474/2018, de 19/11/2018 a 18/11/2021.

42)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ÁGUA BOA, 04.282.906/0001-05, AGUA BOA/MG, 71000.035449/2018-74, 54558/2018, de 03/09/2018 a 02/09/2023.

43)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE BAMBUÍ, 18.357.384/0001-60, BAMBUI/MG, 71000.035315/2018-53, 54546/2018, de 13/07/2018 a 12/07/2023.

44)ABRIGO ANTÔNIA DUARTE CAIXETA, 22.243.356/0001-99, LAGAMAR/MG, 71000.036088/2018-83, 54629/2018, de 30/07/2018 a 29/07/2023.

45)ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL E ASSISTENCIAL CASA DOS AMARELINHOS, 12.517.900/0001-90, MACEIO/AL, 71000.036763/2018-74, 54664/2018, de 03/12/2018 a 02/12/2023.

46)CASA TRANSITÓRIA DOS SERVIDORES DE MARIA CASA DE CULTURA ARTÍSTICA, 55.039.101/0001-68, SAO BERNARDO DO CAMPO/SP, 71000.037276/2018-29, 54694/2018, de 03/09/2018 a 02/09/2023.

47)ENTIDADE BENEFICENTE COQUEIRENSE, 51.812.972/0001-11, CASSIA DOS COQUEIROS/SP, 71000.036784/2018-90, 54733/2018, de 30/07/2018 a 29/07/2023.

48)ASSOCIAÇÃO PRÍNCIPE BERNARDO, 59.022.046/0001-54, HOLAMBRA/SP, 71000.036514/2018-89, 54647/2018, de 03/09/2018 a 02/09/2023.

49)ASSOCIAÇÃO COLORINDO A VIDA, 09.112.341/0001-23, BELEM/PA, 71000.037744/2018-65, 54711/2018, de 06/11/2018 a 05/11/2021.

50)ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DA CRIANÇA COM CÂNCER OU CARDIOPATIA, 01.336.570/0001-10, SAO JOSE DO RIO PRETO/SP, 71000.038786/2018-13, 54768/2018, de 26/02/2019 a 25/02/2024.

51)ADEVIRP - ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES VISUAIS DE RIBEIRÃO PRETO E REGIÃO, 02.500.153/0001-23, RIBEIRAO PRETO/SP, 71000.042961/2018-77, 55071/2018, de 22/08/2019 a 21/08/2022.

52)ASSOCIAÇÃO ESPÍRITA O BOM SAMARITANO, 51.521.979/0001-84, AVARE/SP, 71000.038867/2018-13, 54773/2018, de 30/06/2019 a 29/06/2024.

53)ASSOCIAÇÃO FÊNIX, 08.403.113/0001-40, CURITIBA/PR, 71000.039260/2018-51, 54803/2018, de 06/11/2018 a 05/11/2023.

54)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE NOVA ANDRADINA, 03.923.828/0001-00, NOVA ANDRADINA/MS, 71000.039852/2018-72, 54853/2018, de 02/12/2018 a 01/12/2021.

55)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE IGUARAÇU, 80.612.815/0001-60, IGUARACU/PR, 71000.039654/2018-17, 54834/2018, de 26/07/2019 a 25/07/2024.

56)CORPO DE PATRULHEIROS MIRINS DE SANTO ANDRÉ, 44.185.817/0001-57, SANTO ANDRE/SP, 71000.038951/2018-37, 54779/2018, de 15/08/2018 a 14/08/2021.

57)SOCIEDADE COMUNITÁRIA DO CENTRO EDUCATIVO CRESCER, 01.868.175/0001-88, CARLOS BARBOSA/RS, 71000.039523/2018-21, 54825/2018, de 29/09/2018 a 28/09/2021.

58)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE MONTE ALTO, 00.525.856/0001-80, MONTE ALTO/SP, 71000.040262/2018-92, 54879/2018, de 03/09/2018 a 02/09/2023.

59)ASSOCIAÇÃO CERQUEIRENSE DA VITAL IDADE, 57.264.046/0001-35, CERQUEIRA CESAR/SP, 71000.040624/2018-45, 55119/2018, de 30/06/2019 a 29/06/2024.

60)ASSOCIAÇÃO FILANTROPICA HENRI PESTALOZZI, 03.647.869/0001-10, FERNANDOPOLIS/SP, 71000.040795/2018-74, 54899/2018, de 02/12/2018 a 01/12/2023.

61)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SANGÃO, 07.913.804/0001-20, SANGAO/SC, 71000.040454/2018-07, 54885/2018, de 18/12/2018 a 17/12/2023.

62)LAR SÃO VICENTE DE PAULO DE ITAMBARACA, 78.037.983/0001-28, ITAMBARACA/PR, 71000.040616/2018-07, 54892/2018, de 03/09/2018 a 02/09/2023.

63)TEMPLO ESPIRITA VICENTE DE PAULO, 54.159.827/0001-71, FRANCA/SP, 71000.040622/2018-56, 54895/2018, de 03/09/2018 a 02/09/2023.

64)ASSOCIAÇÃO DAS CRIANÇAS DE CASTELO, 31.726.755/0001-00, CASTELO/ES, 71000.040620/2018-67, 54894/2018, de 06/11/2018 a 05/11/2023.

65)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS UBATUBA, 65.511.156/0001-82, UBATUBA/SP, 71000.040456/2018-98, 54887/2018, de 02/12/2018 a 01/12/2021.

66)INSTITUTO ZOOM, 16.456.424/0001-03, SALTO/SP, 71000.040623/2018-09, 54891/2018, de 29/09/2018 a 28/09/2023.

67)ASSOCIAÇÃO PESTALOZZI DE RESENDE, 29.826.898/0001-33, RESENDE/RJ, 71000.040976/2018-09, 54913/2018, de 23/07/2019 a 22/07/2024.

68)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE RIO DO SUL, 85.787.604/0001-82, RIO DO SUL/SC, 71000.040803/2018-82, 54901/2018, de 07/10/2018 a 06/10/2021.

69)ASSOCIAÇÃO PESTALOZZI DE JAGUARÉ, 00.239.610/0001-42, JAGUARE/ES, 71000.040900/2018-75, 54908/2018, de 11/05/2019 a 10/05/2024.

70)ABRIGO INSTITUCIONAL VÂNIA TERESINHA KNOLL POMINI, 02.555.054/0001-49, FAXINAL/PR, 71000.040957/2018-74, 54911/2018, de 03/09/2018 a 02/09/2023.

71)ASSOCIAÇÃO FILANTRÓPICA CRIANÇA FELIZ, 51.443.885/0001-34, COTIA/SP, 71000.040899/2018-89, 54907/2018, de 15/07/2019 a 14/07/2024.

72)ASSOCIAÇÃO DE APOIO A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE DE JALES, 65.713.612/0001-77, JALES/SP, 71000.041470/2018-17, 54947/2018, de 02/02/2019 a 01/02/2024.

73)CASA ASSISTENCIAL MARIA HELENA PAULINA, 69.107.142/0001-59, SAO PAULO/SP, 71000.040944/2018-03, 54910/2018, de 02/02/2019 a 01/02/2024.

74)LAR DA VELHICE ISABEL OLIVEIRA RODRIGUES, 88.744.347/0001-90, SANTO ANGELO/RS, 71000.040893/2018-10, 54905/2018, de 03/09/2018 a 02/09/2023.

75)UNIDADE DE EDUCAÇÃO INTEGRADA, 86.752.037/0001-91, RECIFE/PE, 71000.041796/2018-36, 54985/2018, de 29/09/2018 a 28/09/2023.

76)ASILO SÃO VICENTE DE PAULO DE KALORÉ, 03.707.878/0001-50, KALORE/PR, 71000.041153/2018-92, 54923/2018, de 03/09/2018 a 02/09/2023.

77)SAIDAN - ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA A INFÂNCIA E A ADOLESCÊNCIA, 91.166.447/0001-90, LAJEADO/RS, 71000.041755/2018-40, 54984/2018, de 29/09/2018 a 28/09/2023.

78)INSTITUTO CULTURAL EDUCACIONAL SOCIAL E AMBIENTAL - ICESA, 04.913.159/0001-58, QUILOMBO/SC, 71000.041460/2018-73, 54945/2018, de 03/09/2018 a 02/09/2023.

79)NÚCLEO APRENDIZ DO FUTURO, 59.641.928/0001-06, MOGI DAS CRUZES/SP, 71000.041100/2018-71, 54917/2018, de 06/11/2018 a 05/11/2023.

80)LEGIÃO MIRIM DE BAURU, 45.029.964/0001-09, BAURU/SP, 71000.041783/2018-67, 54988/2018, de 02/02/2019 a 01/02/2022.

81)LAR UMA NOVA ESPERANÇA, 12.535.685/0001-50, LIMEIRA/SP, 71000.041714/2018-53, 54978/2018, de 02/12/2018 a 01/12/2023.

82)CENTRO SOCIAL COMUNITÁRIO CRISTO REI, 45.319.282/0001-22, GUARIBA/SP, 71000.041584/2018-59, 54954/2018, de 03/09/2018 a 02/09/2023.

83)ASSOCIAÇÃO MADRE TERESA DE CALCUTÁ, 06.183.730/0001-51, SAO JOSE DO RIO PRETO/SP, 71000.041398/2018-10, 54934/2018, de 03/09/2018 a 02/09/2021.

84)AÇÃO SOCIAL DIOCESANA DE PATOS, 09.282.237/0001-87, PATOS/PB, 71000.041577/2018-57, 54961/2018, de 31/08/2018 a 30/08/2021.

85)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE RIO CLARO, 44.665.016/0001-99, RIO CLARO/SP, 71000.042062/2018-74, 55010/2018, de 01/01/2019 a 31/12/2021.

86)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PONTA GROSSA, 80.251.051/0001-25, PONTA GROSSA/PR, 71000.041453/2018-71, 54948/2018, de 11/05/2019 a 10/05/2022.

87)CASA LAR IRMAOZINHOS DE JESUS, 14.813.694/0001-90, CRAVINHOS/SP, 71000.041920/2018-63, 54997/2018, de 02/12/2018 a 01/12/2023.

88)ASSOCIAÇÃO ASSISTENCIAL MEIMEI, 06.078.484/0001-78, ITABERA/SP, 71000.041741/2018-26, 54973/2018, de 06/11/2018 a 05/11/2023.

89)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE IVATE, 08.688.284/0001-62, IVATE/PR, 71000.042701/2018-00, 55057/2018, de 29/09/2018 a 28/09/2023.

90)CENTRO PROJETO AXÉ DE DEFESA E PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE, 63.225.981/0001-95, SALVADOR/BA, 71000.042437/2018-04, 55030/2018, de 30/04/2019 a 29/04/2022.

91)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DO AUTISTA DE CAMPO GRANDE, 26.824.425/0001-09, CAMPO GRANDE/MS, 71000.041922/2018-52, 55004/2018, de 06/11/2018 a 05/11/2023.

92)UNIR - UNIÃO PARA INTEGRAÇÃO E REALIZAÇÃO, 03.148.104/0001-36, RIO DE JANEIRO/RJ, 71000.041739/2018-57, 54974/2018, de 06/11/2018 a 05/11/2023.

93)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE VIÇOSA, 20.321.600/0001-69, VICOSA/MG, 71000.041625/2018-15, 54962/2018, de 14/09/2018 a 13/09/2021.

94)ASSOCIAÇÃO DE INCENTIVO AO NÚCLEO DE TRABALHOS ESPECIAIS, 58.103.375/0001-67, OSASCO/SP, 71000.042060/2018-85, 55011/2018, de 03/09/2018 a 02/09/2023.

95)ASSOCIAÇÃO ARTE CULTURA PARA PAZ ISAURA MAIA, 11.345.869/0001-94, SAO LEOPOLDO/RS, 71000.041932/2018-98, 54996/2018, de 03/09/2018 a 02/09/2023.

96)NÚCLEO SOCIAL JOÃO DE BARRO, 04.893.486/0001-95, SANTA CRUZ DAS PALMEIRAS/SP, 71000.042539/2018-11, 55038/2018, de 30/06/2019 a 29/06/2024.

97)ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE JOÃO PAULO II, 14.537.030/0001-46, INHUMAS/GO, 71000.042537/2018-22, 55037/2018, de 11/05/2019 a 10/05/2024.

98)CASA TRANSITÓRIA ANDRÉ LUIZ, 71.866.107/0001-65, SOROCABA/SP, 71000.042065/2018-16, 55008/2018, de 29/09/2018 a 28/09/2021.

99)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE FERVEDOURO, 04.053.956/0001-02, FERVEDOURO/MG, 71000.041903/2018-26, 54994/2018, de 02/02/2019 a 01/02/2024.

100)ABRIGO EVANGÉLICO DA PEDRA DE GUARATIBA, 34.380.659/0001-32, RIO DE JANEIRO/RJ, 71000.042367/2018-86, 55036/2018, de 29/09/2018 a 28/09/2023.

101)SOCIEDADE PRO MENOR BARÃO GERALDO, 51.887.131/0001-73, CAMPINAS/SP, 71000.042439/2018-95, 55033/2018, de 02/02/2019 a 01/02/2024.

Art. 2º Novo pedido de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social deverá ser apresentado no decorrer dos 360 (trezentos e sessenta) dias que antecedem o termo final de sua validade, em conformidade com o art. 24, § 1º, da Lei nº 12.101/2009.

Art. 3º Cientifique-se a Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA DO CARMO BRANT DE CARVALHO

PORTARIA Nº 254, DE 25 DE SETEMBRO DE 2018

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria MDS nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes nos pareceres técnicos dos processos abaixo indicados, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de concessão da certificação de entidade beneficente de assistência social das seguintes entidades, por contrariarem requisitos legais constantes na Lei nº 12.101/2009:

1)ASSOCIAÇAO PRO VITA TRANSPLANTE DE MEDULA OSSEA, CNPJ 00.831.274/0001-22, VIRADOURO/SP, processo nº 71000.001380/2015-32, parecer técnico nº 47230/2018/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não atua no âmbito da assistência social; Não está de acordo com a Política Nacional de Assistência Social - PNAS; Estatuto Social não compatível com a legislação.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800119

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

2)INSTITUTO INTEGRIDADE, CNPJ 00.065.060/0001-92, BRASILIA/DF, processo nº 71000.003710/2015-24, parecer técnico nº 49000/2018/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não demonstrou gratuidade nas ofertas; Não atendeu os requisitos de outra(s) área(s) da certificação; Não está de acordo com a Política Nacional de Assistência Social - PNAS.

3)AFAS - ASSOCIAÇÃO FEIRENSE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CNPJ 16.245.896/0001-09, FEIRA DE SANTANA/BA, processo nº 71000.001755/2016-45, parecer técnico nº 49836/2018/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não apresentou documento(s) obrigatório(s); Não demonstrou gratuidade nas ofertas; Não está de acordo com a Política Nacional de Assistência Social - PNAS; Não demonstrou continuidade nas ofertas; Não demonstrou planejamento nas ofertas.

4)ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CRISTÃ SÃO PAULO APÓSTOLO, CNPJ 79.356.762/0001-85, SAO FRANCISCO DO SUL/SC, processo nº 25000.094545/2016-75, parecer técnico nº 51026/2018/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não apresentou documento(s) obrigatório(s); Não demonstrou gratuidade nas ofertas; Não demonstrou continuidade nas ofertas; Não demonstrou planejamento nas ofertas.

5)FUNDAÇÃO JAIME MARTINS, CNPJ 23.770.183/0001-20, DIVINOPOLIS/MG, processo nº 71000.040547/2017-42, parecer técnico nº 51208/2018/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não atua preponderantemente no âmbito da assistência social.

6)INSTITUTO AMANTINO CÂMARA, CNPJ 08.261.992/0001-12, MOSSORO/RN, processo nº 25000.075679/2017-78, parecer técnico nº 52755/2018/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não apresentou documento(s) obrigatório(s); Não demonstrou gratuidade nas ofertas; Não atua no âmbito da assistência social; Não está de acordo com a Política Nacional de Assistência Social - PNAS.

7)LIGA BENEFICENTE SÃO JOÃO BATISTA DE MACAÉ, CNPJ 29.700.143/0001-98, MACAE/RJ, processo nº 25000.074645/2017-66, parecer técnico nº 51534/2018/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não demonstrou gratuidade nas ofertas; Não atendeu os requisitos de outra(s) área(s) da certificação; Não está de acordo com a Política Nacional de Assistência Social - PNAS.

8)GERAR - GERAÇÃO DE EMPREGO RENDA E APOIO AO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, CNPJ 05.653.393/0001-56, CURITIBA/PR, processo nº 71000.020351/2018-12, parecer técnico nº 53998/2018/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não apresentou documento(s) obrigatório(s); Não está de acordo com a Política Nacional de Assistência Social - PNAS; Não demonstrou atuar preponderantemente no âmbito da Assistência Social.

9)ASSISTÊNCIA SOCIAL BENEFICENTE DE RESGATE AO AMPARO À CRIANÇA, CNPJ 00.513.882/0001-99, SAO BERNARDO DO CAMPO/SP, processo nº 71000.052129/2017-06, parecer técnico nº 51757/2018/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não apresentou documento(s) obrigatório(s); Não demonstrou gratuidade nas ofertas; Não atendeu os requisitos de outra(s) área(s) da certificação; Não está de acordo com a Política Nacional de Assistência Social - PNAS.

10)COMUNIDADE CASA DE MARIA DE PEDERNEIRAS, CNPJ 07.420.592/0001-40, PEDERNEIRAS/SP, processo nº 71000.054878/2017-60, parecer técnico nº 51863/2018/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não demonstrou gratuidade nas ofertas; Não está de acordo com a Política Nacional de Assistência Social - PNAS.

11)LAR DOS VELHINHOS SÃO VICENTE DE PAULO DE CAMPINA DA LAGOA, CNPJ 77.846.434/0001-31, CAMPINA DA LAGOA/PR, processo nº 71000.066108/2017-60, parecer técnico nº 52913/2018/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não apresentou documento(s) obrigatório(s); Não demonstrou gratuidade nas ofertas; Não está de acordo com a Política Nacional de Assistência Social - PNAS; Não demonstrou continuidade nas ofertas; Não demonstrou planejamento nas ofertas.

12)ABRIGO CRISTO REI, CNPJ 16.833.337/0001-10, ARAGUARI/MG, processo nº 71000.077246/2017-74, parecer técnico nº 53271/2018/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não apresentou documento(s) obrigatório(s); Não demonstrou gratuidade nas ofertas; Não está de acordo com a Política Nacional de Assistência Social - PNAS; Não demonstrou continuidade nas ofertas; Não demonstrou planejamento nas ofertas.

13)CENTRO DE PROMOÇÃO HUMANA LAR VICENTINO, CNPJ 48.956.742/0001-11, SAO PAULO/SP, processo nº 71000.082081/2017-52, parecer técnico nº 53009/2018/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não apresentou documento(s) obrigatório(s); Não demonstrou gratuidade nas ofertas; Não demonstrou continuidade nas ofertas; Não demonstrou planejamento nas ofertas.

14)CASA SÃO LUIZ IVFA - INSTITUIÇÃO VISCONDE FERREIRA DE ALMEIDA, CNPJ 33.638.883/0001-19, RIO DE JANEIRO/RJ, processo nº 71000.081597/2017-80, parecer técnico nº 52959/2018/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não demonstrou gratuidade nas ofertas; Não está de acordo com a Política Nacional de Assistência Social - PNAS.

15)ABRIGO DOS IDOSOS SÃO VICENTE DE PAULO DE GOIÂNIA, CNPJ 86.840.378/0001-19, GOIANIA/GO, processo nº 71000.082073/2017-14, parecer técnico nº 53024/2018/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não demonstrou gratuidade nas ofertas; Não está de acordo com a Política Nacional de Assistência Social - PNAS.

16)LAR SÃO VICENTE DE PAULO-LSVP, CNPJ 01.738.830/0001-83, FORMOSA/GO, processo nº 71000.002679/2018-57, parecer técnico nº 53239/2018/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não apresentou documento(s) obrigatório(s); Não demonstrou gratuidade nas ofertas; Não demonstrou continuidade, planejamento e universalidade nas ofertas; Não está de acordo com a Política Nacional de Assistência Social - PNAS.

17)SOCIEDADE SANTA RITA DE CÁSSIA, CNPJ 27.343.797/0001-86, SAO MATEUS/ES, processo nº 71000.006663/2018-13, parecer técnico nº 53314/2018/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não demonstrou gratuidade nas ofertas; Não está de acordo com a Política Nacional de Assistência Social - PNAS.

18)INSTITUIÇÃO DE AMPARO E ASSISTÊNCIA AO IDOSO LAR SÃO VICENTE DE PAULA, CNPJ 93.241.487/0001-85, NOVO HAMBURGO/RS, processo nº 71000.009987/2018-11, parecer técnico nº 53373/2018/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não demonstrou gratuidade nas ofertas; Não está de acordo com a Política Nacional de Assistência Social - PNAS.

19)LAR DOS VELHOS MARIA AFRA TOSTES-OBRA UNIDA DA SOCIEDADE SÃO VICENTE DE PAULO, CNPJ 45.750.973/0001-86, RIBEIRAO BONITO/SP, processo nº 71000.012189/2018-69, parecer técnico nº 53425/2018/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não demonstrou gratuidade nas ofertas; Não está de acordo com a Política Nacional de Assistência Social - PNAS.

20)RECANTO DOS IDOSOS NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO, CNPJ 60.725.843/0001-87, LIMEIRA/SP, processo nº 71000.011476/2018-51, parecer técnico nº 53404/2018/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não demonstrou gratuidade nas ofertas.

21)COMUNIDADE SERVOS DO IMACULADO CORAÇÃO DA VIRGEM MARIA, CNPJ 13.530.310/0001-60, ARAPONGAS/PR, processo nº 71000.015198/2018-10, parecer técnico nº 53536/2018/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não demonstrou gratuidade nas ofertas; Não está de acordo com a Política Nacional de Assistência Social - PNAS.

22)LAR DO IDOSO JOSÉ DE PAULA BEIRIZ, CNPJ 03.088.651/0001-73, ICONHA/ES, processo nº 71000.015505/2018-54, parecer técnico nº 53572/2018/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não apresentou documento(s) obrigatório(s); Não demonstrou gratuidade nas ofertas; Não está de acordo com a Política Nacional de Assistência Social - PNAS; Não demonstrou continuidade nas ofertas; Não demonstrou planejamento nas ofertas.

23)ASSOCIAÇÃO FREI INOCÊNCIO, CNPJ 07.715.739/0001-29, PESCADOR/MG, processo nº 71000.018242/2018-35, parecer técnico nº 53714/2018/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não demonstrou gratuidade nas ofertas; Não está de acordo com a Política Nacional de Assistência Social - PNAS.

24)ASILO SÃO VICENTE DE PAULO DE JACAREZINHO, OBRA UNIDA A SOCIEDADE DE SÃO VICENTE DE PAULO - SSVP, CNPJ 78.212.370/0001-80, JACAREZINHO/PR, processo nº 71000.017902/2018-61, parecer técnico nº 53690/2018/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não apresentou documento(s) obrigatório(s); Não demonstrou gratuidade nas ofertas; Não está de acordo com a Política Nacional de Assistência Social - PNAS.

25)LAR VICENTINO DE LAGOINHA, CNPJ 45.167.079/0001-88, LAGOINHA/SP, processo nº 71000.018892/2018-81, parecer técnico nº 53754/2018/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não apresentou documento(s) obrigatório(s); Não demonstrou gratuidade nas ofertas; Não atua no âmbito da assistência social; Não demonstrou continuidade, planejamento e universalidade nas ofertas; Não está de acordo com a Política Nacional de Assistência.

26)ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE SANTA ISABEL, CNPJ 98.524.846/0001-25, VACARIA/RS, processo nº 71000.018886/2018-23, parecer técnico nº 53752/2018/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não demonstrou gratuidade nas ofertas; Não está de acordo com a Política Nacional de Assistência Social - PNAS.

27)ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE RECANTO NOSSO LAR, CNPJ 00.320.484/0001-56, CATANDUVA/SP, processo nº 71000.022471/2018-54, parecer técnico nº 53913/2018/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não demonstrou gratuidade nas ofertas; Não está de acordo com a Política Nacional de Assistência Social - PNAS.

28)VILA VICENTINA DE BOA ESPERANÇA, CNPJ 18.781.765/0001-71, BOA ESPERANCA/MG, processo nº 71000.022367/2018-60, parecer técnico nº 53909/2018/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não demonstrou gratuidade nas ofertas; Não está de acordo com a Política Nacional de Assistência Social - PNAS.

29)ASSOCIAÇÃO CRISTÃ SÃO PAULO, CNPJ 18.761.353/0001-70, BICAS/MG, processo nº 71000.022984/2018-65, parecer técnico nº 53954/2018/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não demonstrou gratuidade nas ofertas; Não está de acordo com a Política Nacional de Assistência Social - PNAS.

30)ASSOCIAÇÃO LAR FREI FABIANO DE CRISTO, CNPJ 01.989.243/0001-67, AMAMBAI/MS, processo nº 71000.023681/2018-60, parecer técnico nº 53984/2018/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não demonstrou gratuidade nas ofertas; Não está de acordo com a Política Nacional de Assistência Social - PNAS.

31)OBRA DE PROMOÇÃO DOS JOVENS, CNPJ 34.124.438/0001-01, RIO DE JANEIRO/RJ, processo nº 71000.023776/2018-83, parecer técnico nº 53999/2018/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não apresentou documento(s) obrigatório(s); Não demonstrou gratuidade nas ofertas; Não demonstrou continuidade, planejamento e universalidade nas ofertas; Não está de acordo com a Política Nacional de Assistência Social - PNAS.

32)ASSOCIAÇÃO DE ATENDIMENTO PARA PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS NOSSA SENHORA DE LOURDES, CNPJ 15.415.743/0001-08, PONTA GROSSA/PR, processo nº 71000.023918/2018-11, parecer técnico nº 54851/2018/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não demonstrou gratuidade nas ofertas; Não está de acordo com a Política Nacional de Assistência Social - PNAS.

33)LAR DOS IDOSOS FREDERICO OZANAM DE GUACUI, CNPJ 27.553.742/0001-09, GUACUI/ES, processo nº 71000.025504/2018-18, parecer técnico nº 54078/2018/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não demonstrou gratuidade nas ofertas; Não está de acordo com a Política Nacional de Assistência Social - PNAS.

34)ASILO SÃO VICENTE DE PAULO, CNPJ 78.600.939/0001-84, WENCESLAU BRAZ/PR, processo nº 71000.025496/2018-18, parecer técnico nº 54072/2018/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não demonstrou gratuidade nas ofertas; Não está de acordo com a Política Nacional de Assistência Social - PNAS.

35)ASSOCIAÇÃO VIVA BEM A IDADE QUE TEM, CNPJ 03.289.502/0001-72, RIBEIRAO PIRES/AP, processo nº 71000.028050/2018-37, parecer técnico nº 54188/2018/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não demonstrou gratuidade nas ofertas; Não está de acordo com a Política Nacional de Assistência Social - PNAS.

36)ASILO DA VELHICE NOSSA SENHORA MEDIANEIRA, CNPJ 87.523.734/0001-33, CACHOEIRA DO SUL/RS, processo nº 71000.029027/2018-60, parecer técnico nº 54228/2018/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não demonstrou gratuidade nas ofertas; Não está de acordo com a Política Nacional de Assistência Social - PNAS.

37)LAR DOS VELHOS DE AMPARO, CNPJ 43.467.380/0001-81, AMPARO/SP, processo nº 71000.029394/2018-63, parecer técnico nº 54256/2018/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não demonstrou gratuidade nas ofertas; Não está de acordo com a Política Nacional de Assistência Social - PNAS.

38)ASSOCIAÇÃO MIRANDOPOLNESE DE ASSISTÊNCIA AOS IDOSOS - A.M.A.I, CNPJ 59.753.095/0001-67, MIRANDOPOLIS/SP, processo nº 71000.032627/2018-13, parecer técnico nº 54402/2018/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não demonstrou gratuidade nas ofertas; Não está de acordo com a Política Nacional de Assistência Social - PNAS.

39)ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA SÃO FRANCISCO DE ASSIS, CNPJ 19.072.313/0001-83, TURVOLANDIA/MG, processo nº 71000.032376/2018-69, parecer técnico nº 54365/2018/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não demonstrou gratuidade nas ofertas; Não está de acordo com a Política Nacional de Assistência Social - PNAS.

40)LAR DOS VELHOS FREDERICO OZANAN DE GARÇA, CNPJ 48.211.957/0001-03, GARCA/SP, processo nº 71000.032992/2018-10, parecer técnico nº 54411/2018/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não demonstrou gratuidade nas ofertas; Não está de acordo com a Política Nacional de Assistência Social - PNAS.

41)LAR VICENTINO OBRA UNIDA À SOCIEDADE DE SÃO VICENTE DE PAULO, CNPJ 02.415.429/0001-75, GUARATINGUETA/SP, processo nº 71000.033391/2018-24, parecer técnico nº 54448/2018/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não demonstrou gratuidade nas ofertas; Não está de acordo com a Política Nacional de Assistência Social - PNAS.

42)LAR ASSISTENCIAL OSÓRIO MACIEL DE FARIA, CNPJ 44.844.447/0001-12, TAPIRATIBA/SP, processo nº 71000.035484/2018-93, parecer técnico nº 54552/2018/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não apresentou documento(s) obrigatório(s); Não demonstrou gratuidade nas ofertas; Não está de acordo com a Política Nacional de Assistência Social - PNAS; Não demonstrou continuidade nas ofertas; Não demonstrou planejamento nas ofertas.

43)ASSOCIAÇÃO TEIXEIRAS SOARENSE DE AMPARO AO IDOSO, CNPJ 78.246.162/0001-00, TEIXEIRA SOARES/PR, processo nº 71000.035887/2018-32, parecer técnico nº 54601/2018/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não demonstrou gratuidade nas ofertas; Não está de acordo com a Política Nacional de Assistência Social - PNAS.

44)CASA LAR DO IDOSO DE ALEGRETE, CNPJ 04.669.483.0001/72, ALEGRETE/RS, processo nº 71000.036403/2018-72, parecer técnico nº 54649/2018/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não demonstrou gratuidade nas ofertas; Não está de acordo com a Política Nacional de Assistência Social - PNAS.

45)CASA DOS VELHOS DE QUATÁ, CNPJ 47.609.185/0001-08, QUATA/SP, processo nº 71000.037759/2018-23, parecer técnico nº 54723/2018/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não demonstrou gratuidade nas ofertas; Não está de acordo com a Política Nacional de Assistência Social - PNAS.

46)SOCIEDADE AMPARO À POBREZA, CNPJ 17.454.216/0001-20, BELO HORIZONTE/MG, processo nº 71000.036772/2018-65, parecer técnico nº 54659/2018/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não demonstrou gratuidade nas ofertas; Não está de acordo com a Política Nacional de Assistência Social - PNAS.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800120

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

7)ASSOCIAÇÃO CASA DE APOIO AMIGOS DA VIDA - ACAAV, CNPJ 01.378.253/0001-66, SAO PAULO/SP, processo nº 71000.038062/2018-70, parecer técnico nº 54727/2018/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não atua no âmbito da assistência social; Não está de acordo com a Política Nacional de Assistência Social - PNAS.

48)LAR DAS SERVAS DE MARIA, CNPJ 03.755.279/0001-01, CACERES/MT, processo nº 71000.039501/2018-61, parecer técnico nº 54821/2018/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não demonstrou gratuidade nas ofertas; Não está de acordo com a Política Nacional de Assistência Social - PNAS.

Art. 2º Indeferir o pedido de renovação da certificação de entidade beneficente de assistência social das seguintes entidades, por contrariarem requisitos legais constantes na Lei nº 12.101/2009:

1)ASSOCIAÇÃO BATISTA BENEFICENTE E MISSIONÁRIA, CNPJ 12.360.335/0001-08, FORTALEZA/CE, processo nº 71000.134361/2014-19, parecer técnico nº 47064/2018/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não demonstrou gratuidade nas ofertas; Não atua no âmbito da assistência social; Não está de acordo com a Política Nacional de Assistência Social - PNAS; Não demonstrou continuidade nas ofertas; Não demonstrou planejamento nas ofertas.

2)ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE APUCARANA, CNPJ 75.295.188/0001-41, APUCARANA/PR, processo nº 71000.096129/2015-48, parecer técnico nº 49532/2018/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não demonstrou gratuidade nas ofertas; Não atendeu os requisitos de outra(s) área(s) da certificação; Não está de acordo com a Política Nacional de Assistência Social - PNAS; Não demonstrou universalidade nas ofertas.

3)CASA ASSISTENCIAL NOSSO LAR AMIGOS DO BEM, CNPJ 66.998.196/0001-63, COLINA/SP, processo nº 71000.073742/2017-59, parecer técnico nº 52609/2018/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não atua preponderantemente no âmbito da assistência social; Não está de acordo com a Política Nacional de Assistência Social - PNAS.

4)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ITAMARAJU, CNPJ 16.228.603/0001-85, ITAMARAJU/BA, processo nº 71000.082471/2017-22, parecer técnico nº 53085/2018/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não apresentou documento(s) obrigatório(s); Não demonstrou gratuidade nas ofertas; Não demonstrou continuidade nas ofertas; Não demonstrou planejamento nas ofertas.

5)INSTITUTO DOS MISSIONÁRIOS SACRAMENTINOS DE NOSSA SENHORA, CNPJ 22.295.638/0001-30, MANHUMIRIM/MG, processo nº 71000.082045/2017-99, parecer técnico nº 53087/2018/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não demonstrou atuar preponderantemente no âmbito da Assistência Social.

6)GUARDA MIRIM BOINAS VERDE ESCOLA DE APRENDIZ DE CORONEL FABRICIANO, CNPJ 03.594.945/0001-77, CORONEL FABRICIANO/MG, processo nº 71000.004331/2018-02, parecer técnico nº 53277/2018/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não atua preponderantemente no âmbito da assistência social; Não está de acordo com a Política Nacional de Assistência Social - PNAS.

7)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE JAÍBA, CNPJ 02.997.221/0001-01, JAIBA/MG, processo nº 71000.018451/2018-89, parecer técnico nº 53705/2018/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não demonstrou gratuidade nas ofertas; Não está de acordo com a Política Nacional de Assistência Social - PNAS.

8)COMITÊ DE DEMOCRATIZAÇÃO DA INFORMÁTICA DE SANTA CATARINA, CNPJ 05.342.327/0001-65, FLORIANOPOLIS/SC, processo nº 71000.020935/2018-98, parecer técnico nº 53825/2018/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não apresentou documento(s) obrigatório(s); Não está de acordo com a Política Nacional de Assistência Social - PNAS.

9)ASSOCIAÇÃO DE APOIO A PESSOA COM AIDS DE BAURU, CNPJ 66.490.111/0001-31, BAURU/SP, processo nº 71000.022121/2018-98, parecer técnico nº 53888/2018/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não apresentou documento(s) obrigatório(s); Não demonstrou gratuidade nas ofertas; Não atua no âmbito da assistência social; Não demonstrou continuidade, planejamento e universalidade nas ofertas; Não está de acordo com a Política Nacional de Assistência.

10)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ITABAIANA, CNPJ 00.962.972/0001-67, ITABAIANA/SE, processo nº 71000.023768/2018-37, parecer técnico nº 53994/2018/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não apresentou documento(s) obrigatório(s); Não demonstrou gratuidade nas ofertas; Não atua no âmbito da assistência social; Não está de acordo com a Política Nacional de Assistência Social - PNAS.

11)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SILVÂNIA, CNPJ 00.396.098/0001-48, SILVANIA/GO, processo nº 71000.023973/2018-01, parecer técnico nº 54004/2018/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não apresentou documento(s) obrigatório(s); Não demonstrou gratuidade nas ofertas; Não está de acordo com a Política Nacional de Assistência Social - PNAS.

12)FEDERAÇÃO DAS ENTIDADES ASSISTENCIAIS DE INDAIATUBA- FEAI, CNPJ 03.596.223/0001-51, INDAIATUBA/SP, processo nº 71000.024234/2018-28, parecer técnico nº 54023/2018/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não apresentou documento(s) obrigatório(s); Não demonstrou gratuidade nas ofertas; Não está de acordo com a Política Nacional de Assistência Social - PNAS; Não demonstrou continuidade nas ofertas; Não demonstrou planejamento nas ofertas.

13)CENTRO POPULAR DE CULTURA E DESENVOLVIMENTO - CPCD, CNPJ 19.212.117/0001-67, BELO HORIZONTE/MG, processo nº 71000.025491/2018-87, parecer técnico nº 54075/2018/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não apresentou documento(s) obrigatório(s); Não demonstrou gratuidade nas ofertas; Não demonstrou continuidade nas ofertas; Não demonstrou planejamento nas ofertas.

14)UNIÃO NACIONAL DOS DEFICIENTES FÍSICOS, CNPJ 43.986.678/0001-06, SAO PAULO/SP, processo nº 71000.026629/2018-65, parecer técnico nº 54130/2018/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não apresentou documento(s) obrigatório(s); Não demonstrou gratuidade nas ofertas; Não está de acordo com a Política Nacional de Assistência Social - PNAS; Não demonstrou continuidade nas ofertas; Não demonstrou planejamento nas ofertas.

15)MISSÃO REDENTORISTA DO AMAZONAS, CNPJ 04.367.546/0001-36, MANAUS/AM, processo nº 71000.027502/2018-63, parecer técnico nº 54167/2018/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não atua preponderantemente no âmbito da assistência social.

Art. 3º Abrir prazo de 30 (trinta) dias, a contar desta publicação, para que a entidade apresente recurso contra a decisão, sem efeito suspensivo.

Art. 4º Cientifique-se a Secretaria da Receita Federal do Brasil acerca dos indeferimentos relacionados no art. 2º.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA DO CARMO BRANT DE CARVALHO

DEPARTAMENTO DA REDE SOCIOASSISTENCIAL PRIVADA DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RETIFICAÇÃO

Na Portaria SNAS/MDS nº 242/2018, de 14/09/2018, publicada no DOU de 21/09/2018, Seção , página 85, CNPJ 65.043.325/0001-05, processo 71000.007633/2018-24. Onde se lê: "nº 262/2018/SNAS/DRSP/CGCEB". Leia-se "nº 283/2018/SNAS/DRSP/CGCEB" e Onde se lê: "com validade de 03 (três) anos". Leia-se "com validade de 05 (cinco) anos".

Ministério do Esporte

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 293, DE 27 DE SETEMBRO DE 2018

Institui a obrigatoriedade de consolidação do Plano Anual de Contratações (PAC) no âmbito do Ministério do Esporte.

Considerando a necessidade de se realizar o planejamento das contratações;

Considerando a obrigatoriedade de utilização do Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações (SPGC) a partir de 2019, conforme determina a Instrução Normativa n° 01, de 2018 do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão; e

Considerando a edição da Instrução Normativa n° 05, de 2017 do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão:

O MINISTRO DE ESTADO DO ESPORTE, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos incisos II e IV do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal de 1988, e no regimento interno do Ministério do Esporte, resolve:

Art. 1º Estabelecer regras para a formalização do Plano Anual de Contratações (PAC), que deverá ser inserido até 30 de abril de cada exercício no Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações (PGC), com respectiva a publicação, na forma completa ou simplificada, em sítio eletrônico do órgão ou entidade ao qual se vincular a UASG.

Art. 2º Anualmente, até 15 de março, cada UASG deverá elaborar seu Plano Anual de Contratações, encaminhando ao setor de licitação a lista do que pretende contratar ou renovar no exercício subsequente.

Art. 3° Juntamente com a listagem, deverá(ão) ser indicado(s) servidor(es) para compor a equipe de planejamento e, quando necessário, a equipe de fiscalização.

Art. 4° Cada item inserido no PAC deve apresentar, minimamente, as seguintes informações:

a) o tipo de item, o respectivo código, a descrição e seu detalhamento de acordo com os Sistemas de Catalogação de Material ou de Serviços;

b) a unidade de fornecimento do item;

c) a quantidade estimada da contratação;

d) os valores unitários e totais da contratação do item;

e) a data estimada para a necessidade do item;

f) o grau de prioridade da contratação;

g) a indicação das informações orçamentárias, se disponível; e

h) prévia do respectivo Estudo Preliminar e Gerenciamento de Riscos.

Parágrafo único. O rol com todas as informações constantes do cadastramento de cada item do PAC encontra-se no art. 5° da Instrução Normativa n° 01, de 2018 MP.

Art. 5° As contratações emergenciais e remanescentes (inciso IV e XI do art. 24 da Lei 8.666/1993), as dispensas de licitar nos termos dos incisos I e II do art. 24 da Lei 8.666/1993 (R$ 15.000,00 para obras e serviços de engenharia e R$ 8.000,00 para bens e serviços) e as situações de renovação de contrato estão dispensadas da elaboração dos Estudos Preliminares e do Gerenciamento de Riscos, exceto do Gerenciamento de Riscos relacionado à fase de gestão contratual.

Art. 6° Nos demais casos de dispensa (outros incisos do art. 24 da Lei 8.666/1993) e nos casos de inexigibilidade, as informações do Planejamento da Contratação devem ser registradas no SPGC no que couber.

Art.7° Estabelecido o PAC, o setor de licitações deverá registrar no Sistema PGC, até 15 de abril, as demandas encaminhadas pelas áreas requisitantes, enviando as solicitações à autoridade máxima para aprovação, reprovação ou devolução do item para redimensionamento.

Art. 8° A consolidação e aprovação do PAC será realizada pela autoridade máxima do órgão até 30 de abril, momento em que ocorrerá o seu envio via sistema ao Ministério do Planejamento.

Art. 9° Para correta formalização do nível de prioridade das demandas, o setor requisitante, em seu Documento de Formalização da Demanda (DFD) deverá informar:

I. o grau de relevância (relação entre a demanda e o impacto para as ações do Ministério): se é:

a) Prioridade de Governo;

b) Prioridade Ministerial; ou

c) Prioridade setorial da Unidade.

II. o grau de urgência (tempo disponível e necessário para resolver o problema): se é:

a) Muito urgente;

b) Urgente; ou

c) Sem urgência.

III. o grau de tendência (potencial de crescimento do problema): se é:

a) imediato;

b) no exercício; ou

c) a longo prazo.

Parágrafo único. A consolidação das informações supracitadas indicará qual é o nível de prioridade da demanda, sendo tal dado inserido em campo específico do Sistema PGC.

Subseção I

Dos Estudos preliminares (Modelo em anexo)

Art.10 Os Estudos preliminares, para fins de inserção no Sistema PGC, terão uma versão simplificada, devendo conter o seguinte conteúdo:

I. necessidade da contratação;

II. estimativa das quantidades, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte;

III. definição do método para estimativas de preços ou dos meios de previsão de preços referenciais;

IV. justificativas para o parcelamento ou não da solução, quando necessária para a individualização do objeto;

V. demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais ou financeiros disponíveis;

VI. declaração da viabilidade ou não da contratação.

Art. 11 Os Estudos Preliminares poderão ser simplificados quando adotados os modelos de contratação estabelecidos nos Cadernos de Logística divulgados pela Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

Subseção II

Do Gerenciamento de Riscos (Modelo em anexo)

Art. 12 O Gerenciamento de Riscos é um processo que consiste nas seguintes atividades:

I. identificação dos principais riscos que possam comprometer a efetividade do Planejamento da Contratação, da Seleção do Fornecedor e da Gestão Contratual ou que impeçam o alcance dos resultados que atendam às necessidades da contratação;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800121

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

II. avaliação dos riscos identificados, consistindo da mensuração da probabilidade de ocorrência e do impacto de cada risco;

III. tratamento dos riscos considerados inaceitáveis por meio da definição das ações para reduzir a probabilidade de ocorrência dos eventos ou reduzir suas consequências;

IV. para os riscos que persistirem inaceitáveis após o tratamento, definição das ações de contingência para o caso de os eventos correspondentes aos riscos se concretizarem; e

V. definição dos setores responsáveis pelas ações de tratamento dos riscos e das ações de contingência.

§ 1° Juntamente com a lista dos itens que pretende contratar no exercício subsequente, o setor requisitante encaminhará ao setor de licitações o levantamento prévio dos riscos da contratação, os quais posteriormente deverão ser atualizados e complementados pela equipe de planejamento da contratação, quando do período de revisão e redimensionamento do Sistema PGC (vide art. 18).

§ 2° Os itens que possuem mesma natureza, semelhança ou afinidade podem ter o mesmo Estudo Preliminar e Gerenciamento de Riscos.

§ 3° Os itens referidos pelo § 2° poderão ser agrupados quando da inserção no Sistema PGC.

Subseção III

Da equipe de planejamento da contratação

Art. 13 Ao setor requisitante, quando do envio da lista de itens ao setor de licitações, caberá a indicação de servidor(es) para compor a equipe de planejamento da contratação e, quando couber, também para a fiscalização, podendo uma mesma pessoa participar de toda contratação (vide modelo anexo).

§ 1° O setor de licitações também poderá indicar servidor ou servidores que atuam no setor para compor a equipe de planejamento da contratação.

§ 2° Na indicação do servidor, devem ser considerados a compatibilidade com as atribuições do cargo, a complexidade da fiscalização, o quantitativo de contratos por servidor e a sua capacidade para o desempenho das atividades.

§ 3° Os integrantes da equipe de planejamento da contratação devem ter ciência expressa da indicação das suas respectivas atribuições antes de serem formalmente designados.

Subseção IV

Síntese do processo de elaboração do PAC

Art. 14 O setor requisitante terá até o dia 15 de março do exercício corrente para enviar o Documento de Formalização da Demanda (DFD) ao setor de licitação, indicando a perspectiva de contratação para o ano subsequente, além dos contratos sujeitos a renovação.

Art. 15 Juntamente com o DFD, devem ser encaminhadas ao setor de licitações as prévias do estudo preliminar e da análise de gerenciamento de risco, conforme artigos 7° e 9° desta portaria.

Art. 16 Até 15 de abril, o setor de licitações deverá formalizar quem serão os membros da equipe de planejamento das contratações, consolidando o PAC para análise da autoridade máxima.

Art. 17 A autoridade máxima do Órgão, até 30 de abril, deve proceder a aprovação dos itens, formalizando a publicação do PAC, bem como o envio do documento consolidado ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

Art. 18 Após 30 de abril ocorrerá o fechamento do Sistema PSC, que somente será reaberto para redimensionamento entre 1° e 30 de setembro e de 16 a 30 de novembro, momento em que poderão ser adicionados ou excluídos os itens preliminarmente previstos, sem que haja o desalinhamento do projeto inicial.

Art. 19 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LEANDRO CRUZ FRÓES DA SILVA

ANEXO

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA

Órgão/Entidade:	
Setor Requisitante (Unidade/Setor/Departamento):	
Responsável pela demanda:	Matrícula/SIAPE:
E-mail:	Telefone: ( )
INFORMAÇÕES DO ITEM	
Tipo do item: Código do item:	
( ) Material: ( ) Consumo ( ) Permanente	
( ) Serviço ( ) Não continuado ( ) Continuado ( ) Prazo Indeterminado*	
( ) Obras	
( ) Serviços de Engenharia	
Descrição:	
Descrição detalhada:	
Unidade de fornecimento:	Quantidade total:
Valor unitário estimado (R$):	Valor total estimado (R$):
Informações Orçamentárias:	
Vincular ao grupo:	

ESTUDOS PRELIMINARES
1. Necessidade da contratação*
2. Referência a outros instrumentos de planejamento do órgão ou entidade, se houver
3. Requisitos da contratação
4. Estimativa das quantidades, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte*
5. Levantamento de mercado e justificativa da escolha do tipo de solução a contratar
6. Definição do método para estimativas de preços ou dos meios de previsão de preços referenciais*
7. Descrição da solução como um todo

8. Justificativas para o parcelamento ou não da solução, quando necessária para a individualização do objeto*
9. Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais ou financeiros disponíveis
10. Providências para adequação do ambiente do órgão
11. Contratações correlatas e/ou interdependentes
12. declaração da viabilidade ou não da contratação*

Nota: *itens obrigatórios.

GERENCIAMENTO DE RISCOS
RISCO 01 Fase de ocorrência do risco ( ) Planejamento da Contratação ( ) Seleção do Fornecedor ( ) Gestão contratual

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800122

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Probabilidade:	( ) Baixa ( ) Média ( ) Alta
Impacto:	( ) Baixo ( ) Médio ( ) Alto

Id	Dano
1.	

Id 1.	Ação Responsável Preventiva
Id	Ação Responsável de Contingência
1.	

riri
RISCO 2

Fase de ocorrência do risco
( ) Planejamento da Contratação
( ) Seleção do Fornecedor
( ) Gestão contratual

Probabilidade: Impacto:	( ) Baixa ( ) Média ( ) Alta ( ) Baixo ( ) Médio ( ) Alto

Id	Dano
1. Id.	Ação Responsável Preventiva
1.	
Id 1.	Ação de Responsável Contingência

Indicação de membro(s) para compor a equipe de planejamento da contratação e, se necessário, o responsável pela fiscalização

Nome Nome
Matrícula/Siape Matrícula/Siape

Local/data
Responsável pela Formalização da Demanda

PORTARIA Nº 294, DE 27 DE SETEMBRO DE 2018

Altera a Portaria nº 67, de 4 de abril de 2013, que estabelece procedimentos para seleção de atletas no âmbito do Programa Atleta Pódio, assim como estabelece modelos e critérios gerais para a elaboração do Plano Esportivo, ambos instituídos pela Lei nº 12.395, de 2011.

O MINISTRO DE ESTADO DO ESPORTE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II, do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.395, de 16 de março de 2011, resolve:

Art. 1º A Portaria nº 67, de 2013, publicada na página 78, seção 1 do Diário Oficial da União de 25 de abril de 2013, passa a vigorar acrescida dos seguintes dispositivos:

"Art. 4º .....

§6º Representantes de empresas estatais poderão compor os grupos de trabalho para a avaliação e aprovação dos planos esportivos, desde que patrocinem a modalidade a ser analisada.

Art. 5º-A A indicação dos atletas, dentre os 20 (vinte) primeiros colocados do mundo, ao Programa será feita conjuntamente pelos membros do grupo de trabalho, instituído na forma do art. 4º, §3º, que deverão classificá-los de acordo com critérios técnicos, fundados nos resultados recentes e perspectivas de sua melhoria, demonstrada em estudo sistematizado registrado em formulário específico a ser disponibilizado por ocasião da publicação do edital a que se refere o art. 4º."

Art. 2º A Portaria nº 67, de 2013, publicada na página 78, seção 1 do Diário Oficial da União de 25 de abril de 2013, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 4º .....

§3º O Ministro de Estado do Esporte instituirá grupos de trabalho compostos por servidores do Ministério do Esporte, representantes das respectivas Entidades Nacionais de Administração do Desporto - ENADs e do Comitê Olímpico do Brasil - COB ou do Comitê Paralímpico Brasileiro - CPB, conforme o caso, para a indicação dos atletas ao Programa, nos termos do art. 5º-A, e para a avaliação e aprovação dos planos esportivos apresentados, segundo critérios objetivos a serem previstos no edital.

.....

Art. 5º Para fins de cumprimento do que dispõe o inciso IV do art. 7º da Lei nº 12.395/11, a ENAD, o COB, o CPB ou o Ministério do Esporte encaminharão ao grupo de trabalho competente o ranking dos 20 (vinte) primeiros colocados do mundo em sua respectiva modalidade ou prova.

....." (NR)

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LEANDRO CRUZ FRÓES DA SILVA

SECRETARIA EXECUTIVA

DELIBERAÇÃO Nº 1.206, DE 27 DE SETEMBRO DE 2018

Dá publicidade aos projetos desportivos, relacionados nos anexos I e II, aprovados nas reuniões ordinárias realizadas em 07/02/2018 e 05/09/2018, e na reunião extraordinária realizada em 19/09/2018.

A COMISSÃO TÉCNICA VINCULADA AO MINISTÉRIO DO ESPORTE, de que trata a Lei nº 11.438 de 29 de dezembro de 2006, instituída pela Portaria nº 242, de 02 de agosto de 2018, considerando:

a) a aprovação dos projetos desportivos, relacionados nos anexos I e II, aprovados nas reuniões ordinárias realizadas em 07/02/2018 e 05/09/2018, e na reunião extraordinária realizada em 19/09/2018.

b) a comprovação pelo proponente de projeto desportivo aprovado, das respectivas regularidades fiscais e tributárias nas esferas federal, estadual e municipal, nos termos do parágrafo único do art. 27 do Decreto nº 6.180 de 03 de agosto de 2007 decide:

Art. 1º Tornar pública, para os efeitos da Lei nº 11.438 de 2006 e do Decreto nº 6.180 de 2007, a aprovação do projeto desportivo relacionado no anexo I.

Art. 2º Autorizar a captação de recursos, nos termos e prazos expressos, mediante doações ou patrocínios, para o projeto desportivo relacionado no anexo I.

Art. 3º Prorrogar o prazo de captação de recursos do projeto esportivo, para o qual o proponente fica autorizado a captar recurso, mediante doações e patrocínios, conforme anexo II.

Art. 4º Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO SILVA VIEIRA
Presidente da Comissão

ANEXO I

1 - Processo: 58000.004643/2018-40
Proponente: Bairro da Juventude dos Padres Rogacionistas
Título: Complexo Desportivo Bairro da Juventude
Registro: 02SC032272008
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 83.652.198/0001-15
Cidade: Criciúma UF: SC
Valor autorizado para captação: R$ 254.576,75
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3226 DV: 3 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 20739-X
Período de Captação até: 05/09/2020

2 - Processo: 58000.006402/2018-35
Proponente: Esporte Clube Pinheiros
Título: ECP Coletivos (VI)
Registro: 02SP000222007
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 60.854.205/0001-66
Cidade: São Paulo UF: SP
Valor autorizado para captação: R$ 3.301.354,00
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3336 DV: 7 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 6906-X
Período de Captação até: 05/09/2020

3 - Processo: 58000.006399/2018-50
Proponente: Esporte Clube Pinheiros
Título: ECP Olímpico Terrestre (VIII)
Registro: 02SP000222007
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 60.854.205/0001-66
Cidade: São Paulo UF: SP
Valor autorizado para captação: R$ 5.371.070,00
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3336 DV: 7 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 6905-1
Período de Captação até: 05/09/2020

4 - Processo: 58000.008121/2018-17
Proponente: Fundação Tênis
Título: Tênis e Cidadania Porto Alegre
Registro: 02RS003742007
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 05.022.246/0001-88
Cidade: Porto Alegre UF: RS
Valor autorizado para captação: R$ 1.705.469,30
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1249 DV: 1 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 66922-9
Período de Captação até: 05/09/2020

5 - Processo: 58000.004359/2018-73
Proponente: Grêmio Recreativo Pague Menos
Título: Centro de Formação de Atletas - Programa Futsal - Ano I
Registro: 02CE144682015
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 14.792.807/0001-19
Cidade: Fortaleza UF: CE
Valor autorizado para captação: R$ 753.289,81
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 2812 DV: 6 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 80080-5
Período de Captação até: 19/09/2020

6 - Processo: 58000.007747/2018-14
Proponente: Grêmio Recreativo Pague Menos
Título: Centro de Formação de Atletas - Programa Futebol
Registro: 02CE144682015
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 14.792.807/0001-19
Cidade: Fortaleza UF: CE
Valor autorizado para captação: R$ 786.032,54

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800123

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 2812 DV: 6 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 79960-2
Período de Captação até: 05/09/2020
7 - Processo: 58000.005543/2018-31
Proponente: Iate Clube de Santa Catarina - Veleiros da Ilha
Título: Calendário Náutico 2019 - Cidade de Florianópolis ano 4
Registro: 02SC023982008
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 82.510.504/0001-16
Cidade: Florianópolis UF: SC
Valor autorizado para captação: R$ 1.058.911,48
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3174 DV: 7 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 30042-X
Período de Captação até: 05/09/2020
8 - Processo: 58000.006651/2018-21
Proponente: Instituto Jovens de Ouro
Título: Projeto Jovem Talento Fase II
Registro: 02SP146172015
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 50.486.265/0001-10
Cidade: Cristais Paulista UF: SP
Valor autorizado para captação: R$ 485.838,59
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0053 DV: 1 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 91026-0
Período de Captação até: 05/09/2020
9 - Processo: 58000.007344/2018-67
Proponente: Instituto Jovens de Ouro
Título: Projeto Educando para o Esporte Fase II
Registro: 02SP146172015
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 50.486.265/0001-10
Cidade: Cristais Paulista UF: SP
Valor autorizado para captação: R$ 440.714,54
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0053 DV: 1 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 91022-8
Período de Captação até: 05/09/2020
10 - Processo: 58000.007613/2018-95
Proponente: Instituto Jovens de Ouro
Título: Projeto Educando P. F. F. C.
Registro: 02SP146172015
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 50.486.265/0001-10
Cidade: Cristais Paulista UF: SP
Valor autorizado para captação: R$ 321.967,14
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0053 DV: 1 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 91024-4
Período de Captação até: 05/09/2020
11 - Processo: 58000.007160/2018-05
Proponente: Instituto Península
Título: Avaliação Física e Treinamento em Atletas de Alto Rendimento Ano 2
Registro: 02SP155572016
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 12.663.239/0001-20
Cidade: São Paulo UF: SP
Valor autorizado para captação: R$ 1.056.313,44
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 2962 DV: 9 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 24138-5
Período de Captação até: 05/09/2020

ANEXO II

1 - Processo: 58000.012104/2016-12
Proponente: Associação de Esporte de Ação e Wellness
Título: Arena Park
Valor autorizado para captação: R$ 1.202.724,00
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0385 DV: 9 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 62178-1
Período de Captação até: 31/12/2018

RETIFICAÇÃO

Processo Nº 58000.007738/2018-15

No Diário Oficial da União nº 184, de 24 de setembro de 2018, na Seção 1, página 90 que publicou a DELIBERAÇÃO Nº 1.202/2018, ANEXO I, onde se lê: Valor autorizado para captação: R$ 5.469.009,15, leia-se: Valor autorizado para captação: R$ 5.496.009,15.

Ministério do Meio Ambiente

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

PORTARIA Nº 816, DE 24 DE SETEMBRO DE 2018

Criação da Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Serra Bonita IV. (Processo Administrativo ICMBio/MMA nº 02070.007592/2017-49)

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ICMBio, no uso das competências atribuídas pelo artigo 24 do Decreto nº 8.974, de 24 de janeiro de 2017, nomeado pela Portaria da Casa Civil n° 638, de 14 de junho de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 15 de junho de 2018;

Considerando o disposto no art. 21 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza; no Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, que regulamenta o SNUC; no Decreto nº 5.746, de 05 de abril de 2006, que regulamenta a categoria de Unidade de Conservação de Uso Sustentável, Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN); na Instrução Normativa ICMBio nº 07, de 17 de dezembro de 2009, e

Considerando as proposições apresentadas no Processo ICMBio/MMA nº 02070.007592/2017-49, resolve:

Art. 1º Fica criada a Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Serra Bonita IV, de interesse público e em caráter de perpetuidade, no imóvel denominado Braço do Sul III, situado no Município de Camacan, no Estado da Bahia, matriculado no registro de imóveis da comarca de Comacan/BA, sob a matrícula nº 595, R 10, em 21 de março de 2016.

Art. 2º A RPPN Serra Bonita IV tem um área total de 51,15 ha, cinquenta e um hectares e quinze ares, definida no imóvel referido no art. 1º.

Parágrafo único: A RPPN Serra Bonita IV inicia-se no Ponto 1 de coordenadas planas (c.p) N: 8296081,54 e E: 438983,41 situado no limite com José Heleres Batisti, segue até o Ponto 2 de c.p. N: 8296001,89 e E: 439569,03 na divisa com José Heleres Batisti, segue até o Ponto 3 de c.p. N: 8295912,18 e E: 439507,36 na divisa com José Heleres Batisti, segue até o Ponto 4 de c.p. N: 8295845,35 e E: 439479,99 na divisa com José Heleres Batisti, segue até o Ponto 5 de c.p. N: 8295809,44 e E: 439386,45 na divisa com José Heleres Batisti, segue até o Ponto 6 de c.p. N: 8295802,39 e E: 439343,48 na divisa com José Heleres Batisti, segue até o Ponto 7 de c.p. N: 8295734,74 e E: 439325,02 na divisa com José Heleres Batisti, segue até o Ponto 8 de c.p. N: 8295670,40 e E: 439371,32 na divisa com José Heleres Batisti, segue até o Ponto 9 de c.p. N: 8295570,91 e E: 439377,35 na divisa com José Heleres Batisti, segue até o Ponto 10 de c.p. N: 8295514,76 e E: 439396,38 na divisa com José Heleres Batisti, segue até o Ponto 11 de c.p. N: 8295485,50 e E: 439451,62 na divisa com José Heleres Batisti, segue até o Ponto 12 de c.p. N: 8295459,72 e E: 439517,46 na divisa com José Heleres Batisti, segue até o Ponto 13 de c.p. N: 8295439,23 e E: 439571,24 na divisa com José Heleres Batisti, segue até o Ponto 14 de c.p. N: 8295377,81 e E: 439681,83 na divisa com José Heleres Batisti, segue até o Ponto 15 de c.p. N: 8295285,12 e E: 439608,63 na divisa com José Heleres Batisti, segue até o Ponto 16 de c.p. N: 8295168,18 e E: 439581,62 na divisa com José Heleres Batisti, segue até o Ponto 17 de c.p. N: 8295105,87 e E: 439530,94 na divisa com José Heleres Batisti, segue até o Ponto 18 de c.p. N: 8295080,21 e E 439524,93 na divisa com José Heleres Batisti, segue até o Ponto 19 de c.p. N: 8295020,52 e E: 439442,71 na divisa com José Heleres Batisti, segue até o Ponto 20 de c.p. N: 8294993,81 e E: 439421,18 na divisa com José Heleres Batisti, segue até o Ponto 21 de c.p. N: 8294969,52 e E: 439403,04 na divisa com José Heleres Batisti, segue até o Ponto 22 de c.p. N: 8294909,34 e E: 439331,18 na divisa com Antônio Canaverde, segue até o Ponto 23 de c.p. N: 8294955,56 e E: 439142,49 na divisa com Antônio Canaverde, segue até o Ponto 24 de c.p. N: 8295047,47 e E: 438963,00 na divisa com Antônio Canaverde, segue até o Ponto 25 de c.p. N: 8295159,53 e E: 438904,31 na divisa com Instituto Uiraçu, segue até o Ponto 26 de c.p. N: 8295272,39 e E: 438953,67 na divisa com Instituto Uiraçu, segue até o Ponto 27 de c.p. N: 8295398,59 e E: 439006,42 na divisa com Instituto Uiraçu, segue até o Ponto 28 de c.p. N: 8295593,60 e E: 439084,36 na divisa com Instituto Uiraçu, segue até o Ponto 29 de c.p. N: 8295696,08 e E: 439135,12 na divisa com Instituto Uiraçu, segue até o Ponto 30 de c.p. N: 8295834,88 e E: 439071,37 na divisa com Instituto Uiraçu, segue até o Ponto 31 de c.p. N: 8296048,49 e E: 438991,61 na divisa com Instituto Uiraçu, seguindo até o Ponto 1, ponto inicial da descrição deste perímetro.Sistema UTM - Zona 24 S - SIRGAS2000.

Art. 3º A RPPN Serra Bonita IV será administrada pelo Instituto Uiraçu.

Parágrafo único. A administradora referida no caput será responsável pelo cumprimento das exigências contidas na Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, e no Decreto n.º 5.746, de 05 de abril de 2006.

Art. 4º As condutas e atividades lesivas à área reconhecida como RPPN criada sujeitarão os infratores às sanções cabíveis previstas na Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e no Decreto n° 6.514, de 22 de julho de 2008.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO HENRIQUE MAROSTEGAN E CARNEIRO

PORTARIA Nº 827, DE 26 DE SETEMBRO DE 2018

Aprova, nos termos e condições definidos no anexo da presente Portaria, o Plano de Manejo Florestal Sustentável Comunitário, que tem como detentora a Associação Comunitária Belém de Porto de Moz - ACBEM, para uma área total de manejo de 25.287,38 hectares, localizada no interior da Reserva Extrativista Verde para Sempre. (Processo nº 02121.002021/2017-75)

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ICMBio, no uso das competências atribuídas pelo artigo 24 do Decreto nº. 8.974, de 24 de janeiro de 2017, e pela Portaria nº. 638/Casa Civil, de 14 de junho de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 15 de junho de 2018,

Considerando a Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal;

Considerando a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que regulamenta o artigo 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006, revoga as Leis nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências;

Considerando a Instrução Normativa do ICMBio nº 16/2011, que regula, no âmbito do ICMBio, as diretrizes e os procedimentos administrativos para a aprovação do Plano de Manejo Florestal Sustentável (PMFS) comunitário para exploração de recursos madeireiros no interior de Reserva Extrativista, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Floresta Nacional;

Considerando que por determinação da Lei 12.651/2012 e Instrução Normativa Ibama Nº 21/2014 atualmente a gestão e os procedimentos de licenciamento dos PMFS são realizados no Sistema Nacional de Controle de Origem dos Produtos florestais - Sinaflor; e

Considerando os documentos e análises técnicas que compõem o processo administrativo nº 02121.002021/2017-75; resolve:

Art. 1º Aprovar, nos termos e condições definidos no anexo desta portaria, o Plano de Manejo Florestal Sustentável Comunitário tendo por detentora a Associação Comunitária de Belém de Porto de Moz - ACBEM, para uma área total de manejo de 25.287,38 hectares, localizada no interior da Reserva Extrativista Verde para Sempre.

Art. 2º Esta aprovação não autoriza o início das atividades de manejo e não autoriza a exploração florestal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO HENRIQUE MAROSTEGAN E CARNEIRO

ANEXO

Aprovação de PMFS Comunitário nº: 1 /2018	Processo nº: 02121.002021/2017-75
O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, atendendo aos tramites da Instrução Normativa ICMBio nº 16/2011, de 04 de agosto de 2011, que regulamenta, no âmbito do Instituto Chico Mendes, as diretrizes e os procedimentos administrativos para a aprovação do Plano de Manejo Florestal Sustentável (PMFS) comunitário para exploração de recursos madeireiros no interior de Reserva Extrativista, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Floresta Nacional e atendendo ao Art. 18 da Instrução Normativa MMA Nº 05/2006 de 11 de dezembro de 2006,APROVA O PLANO DE MANEJO FLORESTAL SUSTENTÁVEL COMUNITÁRIO, em Unidade de Conservação federal abaixo identificado.	
Unidade de Conservação: Resex Verde para Sempre Ato de Criação: Decreto de 08 de novembro de 2004	
Instituição Detentora: Associação Comunitária de Belém de Porto de Moz - ACBEM	
Representante Legal: Neirian Matos Torres	CNPJ: 7.027.357/0001-66
Endereço: Comunidade Belém, Alto Rio Guajará, Município de Porto de Moz, Pará CEP: 68.330-000.	
Telefones de contato: (93) 98416-2174	
Responsável Técnico de elaboração: Juliana Paiva R. da Cunha	Registro no Conselho Profissional nº: 1507356153 CREA/PA
Identificação da localidade: Área de manejo florestal comunitário da Comunidade Belém, distante aproximadamente 4 km da sede da comunidade localizada no Alto Rio Guajará, afluente da margem direita do Rio Amazonas, distante aproximadamente 210 km da sede do município de Porto de Moz / PA por via fluvial. coordenadas geográficas de referência 2º 27' 25,02" S / 53º 08' 56,80" O.	
Área total de manejo: 25.287,38 há	
Ciclo de corte: 30 anos	
Volume máximo a ser extraído por hectare por ciclo: 29,9 m³/ha	
Ambiente florestal predominante: Floresta primária de terra firme	

Condicionantes:
1. Para o corte das árvores selecionadas deverá ser realizado "teste de oco", de modo a evitar o abate de árvores inadequadas para a finalidade madeireira e que cumprem função ecológica na floresta. os procedimentos do teste de oco deverão constar dos respectivos POA e serem objeto das capacitações do grupo de manejadores.
2. Objetivando a segurança dos manejadores e manutenção dos equipamentos, deverá ser realizadas a limpeza da base do tronco da arvores a serem cortadas. Os respectivos procedimentos também deverão constar dos respectivos POA e serem objeto das capacitações do grupo de manejadores.
3. Deverá ser previsto nos POA subsequentes a identificação de árvores para permuta para necessidade de substituição em casos de árvores ocadas ou que apresentem outros fatores que impeçam seu corte. Como critérios deverão obrigatoriamente serem observados a permuta por indivíduos da mesma espécie e não ultrapassar o limite máximo da intensidade de corte prevista no PMFS comunitário.
4. Deverão ser descritos nos POA os procedimentos para planejamento do arraste de toras. Como critério, deverão ser considerados caminhos de menor extensão e evitar árvores matrizes e remanescentes, curso d'água, nascentes e declive acentuado.
5. Deverá ser apresentado em documento a ser anexado ao PMFS Comunitário, a descrição dos procedimentos de monitoramento da floresta, abordando de forma melhor detalhada os procedimentos de medição, a localização e a manutenção das parcelas permanentes.

Esta aprovação não autoriza o início das atividades de manejo e não autoriza a exploração florestal.

PORTARIA Nº 828, DE 26 DE SETEMBRO DE 2018

Estabelece a distribuição temática das Unidades Avançadas de Administração e Finanças - UAAF - no âmbito do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade e,fixa competência dos seus respectivos titulares e substitutos (Processo administrativo nº 02204.000292/2017-76)

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ICMBio, no uso das competências atribuídas pelo art. 24 do Decreto nº 8.974, de 24 de janeiro de 2017, e pela Portaria nº 638/MMA, de 14 de junho de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 15 de junho de 2018,

CONSIDERANDO o disposto no art. 23 do Decreto nº 8.974/2017 que estabelece que às Unidades Avançadas de Administração e Finanças compete executar, no seu âmbito de atuação, as atividades de suporte administrativo, orçamentário, financeiro e operacional para as unidades de conservação, os Centros e as Coordenações Regionais, obedecidas as orientações do Instituto Chico Mendes.

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar maior rapidez e objetividade às decisões no âmbito do Instituto, otimizando a força de trabalho a fim de que as UAAFs possam levar a bom termo a gestão de atos administrativos e patrimoniais sob a sua responsabilidade, e considerando que a delegação de competência deve ser utilizada como instrumento de descentralização administrativa;

No uso de suas atribuições legais resolve:

Art. 1° Determinar a distribuição de competência especializada de atuação das Unidades Avançadas de Administração e Finanças, sob orientação da DIPLAN, nas seguintes áreas temáticas:

I - Unidade Avançada de Administração e Finanças em Cabedelo - UAAF Cabedelo: gestão dos serviços de vigilância patrimonial e/ou vigia patrimonial, conforme o caso;

II - Unidade Avançada de Administração e Finanças em Belo Horizonte - UAAF Belo Horizonte: planejar, realizar estudos técnicos preliminares e elaborar termos de referências para serviços, aquisições e quaisquer outros temas de interesse do ICMBio, com foco especializado em inovação, gestão dos serviços para subsidiar atividades de regularização fundiária e gestão de serviços, insumos e aquisição de equipamentos específicos necessários para as atividades finalísticas;

III - Unidade Avançada de Administração e Finanças em Teresópolis - UAAF Teresópolis: gestão de serviços de manutenção preditiva total, serviços de avaliação, gestão de serviços de gerenciamento de meios e valoração de imóveis funcionais;

IV - Unidade Avançada de Administração e Finanças em Salvador - UAAF Salvador: gestão dos serviços de projetos e obras de engenharia/arquitetura, gestão dos serviços de limpeza e conservação;

V - Unidade Avançada de Administração e Finanças em Foz do Iguaçu - UAAF Iguaçu: aquisições e demais serviços comuns, serviços públicos de água e esgoto, serviços públicos de energia elétrica, locações imobiliárias e telefonia, gestão dos serviços de transporte mobiliário;

VI - Unidade Avançada de Administração e Finanças no Rio de Janeiro - UAAF Rio de Janeiro: gestão de serviços de gerenciamento de mobilidade, envolvendo manutenção, abastecimento, seguros, inclusive o DPVAT, emplacamento e/ou licenciamento de veículos e embarcações, realizar alienações, analisar e propor aquisição e movimentação de veículos e embarcações visando a otimização da frota.

§1º Todas as UAAFs poderão licitar e contratar quaisquer serviços mediante a conveniência e necessidade da Administração.

§2º Os demais temas de contratação e licitação delegados à DIPLAN por meio da Portaria nº 96, de 13 de outubro de 2016, continuarão sob sua competência exclusiva, podendo a seu critério e no que couber, ser subdelegados, provisórios ou permanentemente a qualquer das UAAFs elencadas neste artigo.

§3º Todas as UAAFs poderão atuar como gestoras e/ou fiscais administrativa dos contratos de concessão de serviços voltados ao uso público nas unidades de conservação, mediante designação a ser definida pela Coordenação-Geral de Finanças e Arrecadação - CGFIN, ouvida a DIPLAN.

Art. 2º São competências dos Chefes das UAAFs:

I - ordenar despesa, adjudicar e homologar licitações;

II - contratar, rescindir e aditar contratos administrativos dentro dos limites previstos na legislação geral e do ICMBio sobre valores de governança;

III - assinar notas de empenho de despesas e movimentar suas contas bancárias em conjunto com o Gestor Financeiro, Chefe de Serviço da UAAF;

IV - realizar licitações, dispensas e inexigibilidades;

V - aprovar planos de trabalho, projetos básicos e/ou termos de referência;

VI - autorizar as publicações de matérias legais na imprensa oficial, em jornais e em meios eletrônicos;

VII - designar servidores de qualquer unidade descentralizada, ouvida a DIPLAN e conforme regras e manuais vigentes, para integrar comissões de inventários, desfazimento de bens móveis, licitação, cadastramento de fornecedores e recebimento de material, fiscalização setorial e/ou administrativa de contratos, bem como nomear pregoeiros e membros de equipe de apoio e atribuir tarefas permanentes e temporárias a servidores em atividades relativas à área de planejamento, administração e logística;

VIII - autorizar servidores públicos federais das respectivas equipes a dirigir veículos oficiais do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, considerando as disposições do Decreto nº 9.287, de 15 de fevereiro de 2018, sendo vedada a guarda de veículos oficiais em garagem residencial;

IX - homologar, suspender, extinguir, minorar ou majorar, em estrita observância às condições processuais e legais a aplicação de penalidades administrativas em contratos firmados com o ICMBio, intimar partes e coordenar o processo administrativo, bem como submeter às instâncias superiores as respectivas penalidades para fins de recurso de representação.

Art. 3º Delega-se aos substitutos dos Chefes das Unidades Avançadas de Administração e Finanças, a competência para realizar os atos durante os impedimentos legais dos titulares, o que também deverá ser realizado no âmbito das respectivas gestões financeiras.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Portaria ICMBio nº 138, de 30 de março de 2010, publicada no D.O.U. do dia seguinte e a Portaria ICMBio nº 267, de 27 de junho de 2014, publicada no Boletim de Serviço nº 27, de 27 de junho de 2014.

Art. 5º Os casos omissos serão tratados pela Diretoria de Planejamento, Administração e Logística.

Art. 6º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

PAULO HENRIQUE MAROSTEGAN E CARNEIRO

SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO

PORTARIA Nº 106, DE 27 DE SETEMBRO DE 2018

O DIRETOR GERAL DO SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO - SFB, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria nº 630, de 24 de março de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 25 de março de 2015, resolve:

Art. 1º Instituir o concurso de monografias VI Prêmio Serviço Florestal Brasileiro em Estudos de Economia e Mercado Florestal, com a finalidade de estimular estudos no tema, focando a produção sustentável no Brasil, os seus desafios e as perspectivas socioeconômicas e ambientais, e de criar um portfólio de estudos que contribuam para o avanço da capacidade do Serviço Florestal Brasileiro (SFB), conforme regulamento publicado no site da Escola Nacional de Administração Pública (www.enap.gov.br).

RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO

Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 296, DE 27 DE SETEMBRO DE 2018

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios de Minas e Energia; dos Transportes, Portos e Aviação Civil; e do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, crédito suplementar, no valor de R$ 219.053.332,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O MINISTRO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, tendo em vista a autorização constante do art. 4º, caput, inciso IV, alíneas "a" e "b", da Lei n. 13.587, de 2 de janeiro de 2018, e a delegação de competência de que trata o inciso I do art. 16 do Decreto n. 9.276, de 2 de fevereiro de 2018, resolve:

Art. 1º Abrir ao Orçamento Fiscal da União (Lei n. 13.587, de 2 de janeiro de 2018), em favor dos Ministérios de Minas e Energia; dos Transportes, Portos e Aviação Civil; e do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, crédito suplementar, no valor de R$ 219.053.332,00 (duzentos e dezenove milhões, cinquenta e três mil, trezentos e trinta e dois reais), para atender à programação constante do Anexo I.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ESTEVES PEDRO COLNAGO JUNIOR

ANEXO

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia

UNIDADE: 32265 - Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2053	Petróleo e Gás							9.228.000
		Atividades							
25 753	2053 2050	Serviços de Geologia e Geofísica aplicados à Prospecção de Petróleo e Gás Natural							7.500.000

25 753	2053 2050 0001	Serviços de Geologia e Geofísica aplicados à Prospecção de Petróleo e Gás Natural - Nacional	F	4	3	90	0	650	7.500.000
									7.500.000
25 542	2053 213E	Estudos Ambientais de Áreas Sedimentares							1.728.000
25 542	2053 213E 0001	Estudos Ambientais de Áreas Sedimentares - Nacional	F	3	3	90	0	650	1.728.000
									1.728.000
TOTAL - FISCAL									9.228.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									9.228.000

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

UNIDADE: 39252 - Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2087	Transporte Terrestre							179.825.332
		Atividades							
26 782	2087 20VK	Manutenção de Trechos Rodoviários na Região Norte							11.055.137
26 782	2087 20VK 0013	Manutenção de Trechos Rodoviários na Região Norte - No Estado do Amazonas							7.000.000
			F	4	3	90	0	100	7.000.000
26 782	2087 20VK 0015	Manutenção de Trechos Rodoviários na Região Norte - No Estado do Pará							4.055.137
			F	4	3	90	0	100	4.055.137
		Projetos							
26 782	2087 10L1	Adequação de Trecho Rodoviário - Rondonópolis - Cuiabá - Posto Gil - na BR-163/MT							37.570.474
26 782	2087 10L1 0051	Adequação de Trecho Rodoviário - Rondonópolis - Cuiabá - Posto Gil - na BR-163/MT - No Estado de Mato Grosso							37.570.474
			F	4	3	90	0	100	26.390.724
			F	4	3	90	0	111	11.179.750
26 782	2087 12KG	Adequação de Travessia Urbana em Santa Maria - na BR-158/287/RS							10.000.000
26 782	2087 12KG 5066	Adequação de Travessia Urbana em Santa Maria - na BR-158/287/RS - No Município de Santa Maria - RS							10.000.000
			F	4	3	90	0	100	10.000.000
26 782	2087 13X7	Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa PE/BA (Ibó) - Feira de Santana - na BR-116/BA							15.000.000
26 782	2087 13X7 0029	Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa PE/BA (Ibó) - Feira de Santana - na BR-116/BA - No Estado da Bahia							15.000.000
			F	4	3	90	0	100	8.379.866
			F	4	3	90	0	111	6.620.134
26 782	2087 1K23	Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-050 - Entroncamento BR-153 - na BR-365/MG							22.000.000
26 782	2087 1K23 0031	Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-050 - Entroncamento BR-153 - na BR-365/MG - No Estado de Minas Gerais							22.000.000
			F	4	3	90	0	100	22.000.000
26 782	2087 7K23	Construção de Trecho Rodoviário - Porto Camargo - Campo Mourão - na BR-487/PR							8.500.000
26 782	2087 7K23 0041	Construção de Trecho Rodoviário - Porto Camargo - Campo Mourão - na BR-487/PR - No Estado do Paraná							8.500.000
			F	4	3	90	0	100	8.500.000
26 782	2087 7N22	Construção de Trecho Rodoviário - Divisa BA/PI - Divisa PI/MA - na BR-235/PI							3.000.000
26 782	2087 7N22 0022	Construção de Trecho Rodoviário - Divisa BA/PI - Divisa PI/MA - na BR-235/PI - No Estado do Piauí							3.000.000
			F	4	3	90	0	100	3.000.000
26 782	2087 7S73	Adequação de Trecho Rodoviário - Acesso a Onda Verde - Entroncamento SP-355 - na BR-153/SP							35.000.000
26 782	2087 7S73 0035	Adequação de Trecho Rodoviário - Acesso a Onda Verde - Entroncamento SP-355 - na BR-153/SP - No Estado de São Paulo							35.000.000
			F	4	3	90	0	100	35.000.000
26 782	2087 7U22	Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-277 (acesso Cascavel) - Marmelândia - na BR-163/PR							27.000.000
26 782	2087 7U22 0041	Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-277 (acesso Cascavel) - Marmelândia - na BR-163/PR - No Estado do Paraná							27.000.000
			F	4	3	90	0	100	27.000.000
26 782	2087 7W67	Construção do Viaduto do Gancho nos Municípios de Natal e São Gonçalo do Amarante - na BR-406/RN							699.721
26 782	2087 7W67 0024	Construção do Viaduto do Gancho nos Municípios de Natal e São Gonçalo do Amarante - na BR-406/RN - No Estado do Rio Grande do Norte							699.721
			F	4	3	90	0	100	699.721
26 782	2087 7W95	Adequação de Trecho Rodoviário - Teresina - Parnaíba - Na BR-343 - No Estado do Piauí							10.000.000
26 782	2087 7W95 0022	Adequação de Trecho Rodoviário - Teresina - Parnaíba - Na BR-343 - No Estado do Piauí - No Estado do Piauí							10.000.000
			F	4	3	90	0	100	10.000.000
TOTAL - FISCAL									179.825.332
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									179.825.332

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800126

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 47000 - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

UNIDADE: 47101 - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão - Administração Direta

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0909	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais							30.000.000
		Operações Especiais							
28 846	0909 00QF	Integralização de Cotas em Fundo de Apoio à estruturação e ao desenvolvimento de projetos de concessões e parcerias público-privadas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municipios							30.000.000
28 846	0909 00QF 0001	Integralização de Cotas em Fundo de Apoio à estruturação e ao desenvolvimento de projetos de concessões e parcerias público-privadas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municipios - Nacional							30.000.000
			F	5	3	90	0	100	30.000.000
TOTAL - FISCAL									30.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									30.000.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26298 - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2080	Educação de qualidade para todos							30.000.000
		Projetos							
12 365	2080 12KU	Apoio à implantação de Escolas para Educação Infantil							30.000.000
12 365	2080 12KU 0001	Apoio à implantação de Escolas para Educação Infantil - Nacional							30.000.000
			F	4	3	40	8	100	30.000.000
TOTAL - FISCAL									30.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									30.000.000

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia

UNIDADE: 32265 - Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2053	Petróleo e Gás							9.228.000
		Atividades							
25 753	2053 2050	Serviços de Geologia e Geofísica aplicados à Prospecção de Petróleo e Gás Natural							9.228.000
25 753	2053 2050 0001	Serviços de Geologia e Geofísica aplicados à Prospecção de Petróleo e Gás Natural - Nacional							9.228.000
			F	3	3	90	0	650	9.228.000
TOTAL - FISCAL									9.228.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									9.228.000

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

UNIDADE: 39101 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil - Administração Direta

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2087	Transporte Terrestre							126.570.474
		Projetos							
26 782	2087 12JP	Apoio à Construção do Rodoanel - Trecho Norte/SP							126.570.474
26 782	2087 12JP 0035	Apoio à Construção do Rodoanel - Trecho Norte/SP - No Estado de São Paulo							126.570.474
			F	4	3	90	0	100	126.570.474
TOTAL - FISCAL									126.570.474
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									126.570.474

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800127

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

UNIDADE: 39252 - Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2087	Transporte Terrestre							53.254.858
		Atividades							
26 782	2087 20VI	Manutenção de Trechos Rodoviários na Região Centro-Oeste							1.700.000
26 782	2087 20VI 0053	Manutenção de Trechos Rodoviários na Região Centro-Oeste - No Distrito Federal							1.700.000
			F	4	3	90	0	100	1.589.868
			F	4	3	90	0	111	110.132
		Projetos							
26 782	2087 113K	Adequação de Ponte sobre Rio Jaguaribe em Aracati - na BR-304/CE							55.137
26 782	2087 113K 1002	Adequação de Ponte sobre Rio Jaguaribe em Aracati - na BR-304/CE - No Município de Aracati - CE							55.137
			F	4	3	90	0	111	55.137
26 782	2087 11ZC	Adequação de Travessia Urbana em Uberaba - na BR-262/MG							55.137
26 782	2087 11ZC 3165	Adequação de Travessia Urbana em Uberaba - na BR-262/MG - No Município de Uberaba - MG							55.137
			F	4	3	90	0	100	55.137
26 782	2087 1248	Construção de Trecho Rodoviário - Manaus - Divisa AM/RO - na BR-319/AM							7.000.000
26 782	2087 1248 0013	Construção de Trecho Rodoviário - Manaus - Divisa AM/RO - na BR-319/AM - No Estado do Amazonas							7.000.000
			F	4	3	90	0	100	4.544.065
			F	4	3	90	0	111	2.455.935
26 782	2087 12KY	Construção de Contorno Rodoviário em Cuiabá - nas BRs 070/163/364/MT							1.000.000
26 782	2087 12KY 5314	Construção de Contorno Rodoviário em Cuiabá - nas BRs 070/163/364/MT - No Município de Cuiabá - MT							1.000.000
			F	4	3	90	0	100	1.000.000
26 782	2087 13SL	Construção de Trecho Rodoviário - Divisa PE/AL (Inajá) - Entroncamento BR-423 (Carié) - na BR-316/AL							4.600.000
26 782	2087 13SL 0027	Construção de Trecho Rodoviário - Divisa PE/AL (Inajá) - Entroncamento BR-423 (Carié) - na BR-316/AL - No Estado de Alagoas							4.600.000
			F	4	3	90	0	111	4.600.000
26 782	2087 14LV	Adequação de Travessia Urbana em Juazeiro - nas BRs 235/407/BA							299.956
26 782	2087 14LV 2143	Adequação de Travessia Urbana em Juazeiro - nas BRs 235/407/BA - No Município de Juazeiro - BA							299.956
			F	4	3	90	0	111	299.956
26 782	2087 3E50	Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-101 (Manilha) - Entroncamento BR-116 (Santa Guilhermina) - na BR-493/RJ							20.000.000
26 782	2087 3E50 0033	Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-101 (Manilha) - Entroncamento BR-116 (Santa Guilhermina) - na BR-493/RJ - No Estado do Rio de Janeiro							20.000.000
			F	4	3	90	0	100	10.000.000
			F	4	3	90	0	111	10.000.000
26 782	2087 7152	Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento MG-170 (Ilicínea) - Entroncamento BR-491/MG-050 (São Sebastião do Paraíso) - na BR-265/MG							210.797
26 782	2087 7152 0031	Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento MG-170 (Ilicínea) - Entroncamento BR-491/MG-050 (São Sebastião do Paraíso) - na BR-265/MG - No Estado de Minas Gerais							210.797
			F	4	3	90	0	100	210.797
26 782	2087 7624	Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa AL/PE - Divisa AL/SE - na BR-101/AL							5.222.492
26 782	2087 7624 0027	Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa AL/PE - Divisa AL/SE - na BR-101/AL - No Estado de Alagoas							5.222.492
			F	4	3	90	0	100	5.222.492
26 782	2087 7626	Adequação de Trecho Rodoviário - Natal - Divisa RN/PB - na BR-101/RN							198.142
26 782	2087 7626 0024	Adequação de Trecho Rodoviário - Natal - Divisa RN/PB - na BR-101/RN - No Estado do Rio Grande do Norte							198.142
			F	4	3	90	0	100	198.142
26 782	2087 7L03	Adequação de Anel Rodoviário em Fortaleza - na BR-020/CE							255.137
26 782	2087 7L03 1048	Adequação de Anel Rodoviário em Fortaleza - na BR-020/CE - No Município de Fortaleza - CE							255.137
			F	4	3	90	0	100	193.843
			F	4	3	90	0	111	61.294
26 782	2087 7S75	Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-226 - Entroncamento BR-101 (Reta Tabajara) - na BR-304/RN							501.579
26 782	2087 7S75 0024	Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-226 - Entroncamento BR-101 (Reta Tabajara) - na BR-304/RN - No Estado do Rio Grande do Norte							501.579
			F	4	3	90	0	100	501.579
26 782	2087 7T97	Construção de Trecho Rodoviário - Castanheira - Colniza - na BR-174/MT							249.979
26 782	2087 7T97 0051	Construção de Trecho Rodoviário - Castanheira - Colniza - na BR-174/MT - No Estado de Mato Grosso							249.979
			F	4	3	90	0	100	193.843
			F	4	3	90	0	111	56.136
26 782	2087 7U07	Construção de Trecho Rodoviário - Colônia Leopoldina - Ibateguara - na BR-416/AL							10.500.000
26 782	2087 7U07 0027	Construção de Trecho Rodoviário - Colônia Leopoldina - Ibateguara - na BR-416/AL - No Estado de Alagoas							10.500.000
			F	4	3	90	0	100	10.500.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800128

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

26 782	2087 7U25	Construção de Acesso Rodoviário ao Porto de Miritituba - na BR-230/PA							355.137
26 782	2087 7U25 0015	Construção de Acesso Rodoviário ao Porto de Miritituba - na BR-230/PA - No Estado do Pará							355.137
			F	4	3	90	0	100	193.843
			F	4	3	90	0	111	161.294
26 782	2087 7X44	Construção de Anel Rodoviário - Satuba - Pilar - Benedito Bentes - nas BRs 101/316/424/AL							1.051.365
26 782	2087 7X44 0027	Construção de Anel Rodoviário - Satuba - Pilar - Benedito Bentes - nas BRs 101/316/424/AL - No Estado de Alagoas							1.051.365
			F	4	3	90	0	100	1.051.365
TOTAL - FISCAL									53.254.858
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									53.254.858

PORTARIA Nº 298, DE 27 DE SETEMBRO DE 2018

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios do Esporte e da Integração Nacional e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor de R$ 155.465.758,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O MINISTRO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, tendo em vista a autorização constante do art. 4º, caput, incisos II, alínea "c", item "2", e III, alíneas "d", item "1", e "h", item "1", e § 3º, da Lei n. 13.587, de 2 de janeiro de 2018, e a delegação de competência de que trata o inciso I do art. 16 do Decreto n. 9.276, de 2 de fevereiro de 2018, resolve:

Art. 1º Abrir ao Orçamento Fiscal da União (Lei n. 13.587, de 2 de janeiro de 2018), em favor dos Ministérios do Esporte e da Integração Nacional e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor de R$ 155.465.758,00 (cento e cinquenta e cinco milhões, quatrocentos e sessenta e cinco mil, setecentos e cinquenta e oito reais), para atender às programações constantes do Anexo I.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação de dotações orçamentárias conforme indicado no Anexo II.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ESTEVES PEDRO COLNAGO JUNIOR

ÓRGÃO: 51000 - Ministério do Esporte

UNIDADE: 51101 - Ministério do Esporte - Administração Direta

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2035	Esporte, Cidadania e Desenvolvimento							1.465.758
		Atividades							
27 811	2035 20JO	Promoção e Apoio ao Desenvolvimento do Futebol Masculino e Feminino e Defesa dos Direitos do Torcedor							265.462
27 811	2035 20JO 0001	Promoção e Apoio ao Desenvolvimento do Futebol Masculino e Feminino e Defesa dos Direitos do Torcedor - Nacional							265.462
			F	3	2	90	0	118	265.462
27 811	2035 211Z	Implementação e Desenvolvimento da Política Nacional de Controle de Dopagem							1.200.296
27 811	2035 211Z 0001	Implementação e Desenvolvimento da Política Nacional de Controle de Dopagem - Nacional							1.200.296
			F	3	2	90	0	100	800.196
			F	3	2	90	0	118	400.100
TOTAL - FISCAL									1.465.758
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.465.758

ÓRGÃO: 53000 - Ministério da Integração Nacional

UNIDADE: 53201 - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2084	Recursos Hídricos							2.000.000
		Projetos							
18 544	2084 1851	Implantação de Obras de Infraestrutura Hídrica							2.000.000
18 544	2084 1851 7090	Implantação de Obras de Infraestrutura Hídrica - Construção do Canal do Sertão Baiano - No Estado da Bahia							2.000.000
			F	4	2	90	0	100	2.000.000
TOTAL - FISCAL									2.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.000.000

ÓRGÃO: 74000 - Operações Oficiais de Crédito

UNIDADE: 74101 - Recursos sob Supervisão da Secretaria do Tesouro Nacional - Ministério da Fazenda

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2077	Agropecuária Sustentável							152.000.000
		Operações Especiais							
20 605	2077 0299	Subvenção Econômica nas Aquisições do Governo Federal e na Formação de Estoques Reguladores e Estratégicos - AGF (Lei nº 8.427, de 1992)							152.000.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800129

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

20 605	2077 0299 0001	Subvenção Econômica nas Aquisições do Governo Federal e na Formação de Estoques Reguladores e Estratégicos - AGF (Lei nº 8.427, de 1992) - Nacional	F	3	1	90	0	144	152.000.000
									152.000.000
TOTAL - FISCAL									152.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									152.000.000

ÓRGÃO: 51000 - Ministério do Esporte

UNIDADE: 51101 - Ministério do Esporte - Administração Direta

ANEXO II

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2035	Esporte, Cidadania e Desenvolvimento							665.562
		Atividades							
27 811	2035 20JO	Promoção e Apoio ao Desenvolvimento do Futebol Masculino e Feminino e Defesa dos Direitos do Torcedor							265.462
27 811	2035 20JO 0001	Promoção e Apoio ao Desenvolvimento do Futebol Masculino e Feminino e Defesa dos Direitos do Torcedor - Nacional							265.462
			F	4	2	90	0	118	265.462
27 811	2035 216U	Preparação de Seleções Principais para Representação do Brasil em Competições Internacionais							400.100
27 811	2035 216U 0001	Preparação de Seleções Principais para Representação do Brasil em Competições Internacionais - Nacional							400.100
			F	3	2	90	0	118	400.100
	2123	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Esporte							800.196
		Atividades							
27 122	2123 2000	Administração da Unidade							800.196
27 122	2123 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							800.196
			F	3	2	90	0	100	800.196
TOTAL - FISCAL									1.465.758
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.465.758

ÓRGÃO: 71000 - Encargos Financeiros da União

UNIDADE: 71102 - Recursos sob Supervisão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

ANEXO II

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0910	Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais							2.000.000
		Operações Especiais							
28 846	0910 0128	Contribuição à Organização das Nações Unidas - ONU (MRE)							2.000.000
28 846	0910 0128 0002	Contribuição à Organização das Nações Unidas - ONU (MRE) - No Exterior							2.000.000
			F	3	2	80	0	100	2.000.000
TOTAL - FISCAL									2.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.000.000

ÓRGÃO: 74000 - Operações Oficiais de Crédito

UNIDADE: 74101 - Recursos sob Supervisão da Secretaria do Tesouro Nacional - Ministério da Fazenda

ANEXO II

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2077	Agropecuária Sustentável							152.000.000
		Operações Especiais							
20 605	2077 0300	Subvenção Econômica para Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários (Lei nº 8.427, de 1992)							152.000.000
20 605	2077 0300 0001	Subvenção Econômica para Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários (Lei nº 8.427, de 1992) - Nacional							152.000.000
			F	3	1	90	0	144	152.000.000
TOTAL - FISCAL									152.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									152.000.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800130

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RETIFICAÇÃO

Na "Portaria nº 295, de 26 de setembro", publicada no Diário Oficial da União de 27 de setembro de 2018, Seção 1, página 60, leia-se: "Portaria nº 295 de 26 de setembro de 2018".

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA

PORTARIA Nº 223, DE 26 DE SETEMBRO DE 2018

Regulamenta a assessoria técnica do Ipea junto ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, nos Grupos Técnicos da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX

O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art.17, do Decreto nº 7.142, de 29 de março de 2010;

CONSIDERANDO o disposto na Portaria MP nº 260, de 24 de agosto de 2018; e

CONSIDERANDO o disposto na Portaria MP nº 266, de 30 de agosto de 2018, resolve:

Art. 1º Fica delegada à Diretoria de Estudos, Relações Econômicas e Políticas Internacionais - DINTE, a atribuição de responder e acompanhar as requisições do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, para a prestação de assessoria técnica aos representantes do referido Ministério nos Grupos Técnicos da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX.

Parágrafo único. Compete à Diretoria de Estudos, Relações Econômicas e Políticas Internacionais:

I - a interlocução junto à Secretária de Assuntos Internacionais do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, nos termos da Portaria MP nº 266, de 30 de agosto de 2018;

II - designar e credenciar os servidores públicos do IPEA que prestem a assessoria técnica, dando-se ciência de seus dados cadastrais e de contato ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e aos Grupos Técnicos da CAMEX, nos termos do Art. 3º da Portaria MP nº 260, de 24 de agosto de 2018; e

III - acompanhar os trabalhos dos servidores públicos do IPEA na prestação da assessoria técnica.

Art. 2º Quando a prestação da assessoria técnica de que trata esta Portaria envolver compartilhamento e tratamento de informações sigilosas, inclusive relativas a sigilo bancário, comercial e fiscal ou decorrente da exploração de atividade econômica pelo Estado ou por pessoa física entidade privada, será observado, conforme o caso, o disposto no Art. 3º da Portaria MP nº 260, de 24 de agosto de 2018, na Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, no art. 198 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional, e no Decreto nº 8.789, de 29 de junho de 2016.

Parágrafo único. Os processos e o acervo documental eletrônicos que envolvam informações sigilosas enviados ao Ipea deverão ser mantidos e tratados na sala de pesquisa em dados sigilosos do Ipea, em conformidade com a Portaria IPEA nº 78, de 20 de maio de 2014.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ERNESTO LOZARDO

SECRETARIA DE GESTÃO

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 8, DE 27 DE SETEMBRO DE 2018

Estabelece procedimentos para o suprimento de material de consumo administrativo, por meio do serviço de outsourcing, para os órgãos da Administração Pública direta, no âmbito do Poder Executivo federal, localizados no Distrito Federal

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13, incisos X e XI, do Anexo I ao Decreto nº 9.035, de 20 de abril de 2017, e tendo em vista o disposto no art. 12-A, § 3º do Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, e a Portaria n° 295/MP, de 26 de setembro de 2018, resolve:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta instrução normativa estabelece procedimentos para o suprimento de material de consumo administrativo, por meio do serviço de outsourcing, para os órgãos da Administração Pública direta, no âmbito do Poder Executivo federal, localizados no Distrito Federal.

§ 1º Este serviço será operacionalizado por meio de almoxarifado virtual, em sistema web disponibilizado pelo fornecedor contratado pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, por meio da CENTRAL/MP.

§ 2º O material de consumo administrativo engloba materiais de expediente e suprimentos de informática de uso administrativo, nos termos definidos nesta instrução normativa.

§ 3º Fica vedado aos órgãos de que trata o caput realizarem aquisição de material de consumo administrativo por procedimento próprio, salvo quando autorizados pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, por meio da CENTRAL/MP.

Seção I

Das Definições

Art. 2º Para os efeitos desta Instrução Normativa, considera-se:

I - almoxarifado virtual: serviço compartilhado disponibilizado pela CENTRAL/MP aos órgãos de que trata o artigo 1º para suprimento de material de consumo administrativo, por intermédio da logística just-in-time, mediante o uso de sistema web disponibilizado pelo fornecedor contratado, que permite a inclusão de pedidos de fornecimento de produtos do catálogo de itens de material e gestão das demandas;

II - agente de triagem: encarregado do recebimento dos volumes entregues pelo fornecedor contratado no local designado no pedido de fornecimento e da verificação da integridade das embalagens e confirmação da quantidade de volumes recebida;

III - CENTRAL/MP: Central de Compras, vinculada à Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, que atua como unidade central;

IV - central de atendimento: serviço disponibilizado pela CENTRAL/MP por meio dos seguintes canais de atendimento: telefônico, e-mail ou sistema web, com o objetivo de prestar suporte aos órgãos na utilização do serviço;

V - conhecimento de transporte: documento fiscal brasileiro emitido pelas transportadoras de carga para cobrir as mercadorias entre a localidade de origem e o destinatário da carga;

VI - gestor central: perfil de administrador atribuído a servidores da CENTRAL/MP;

VII - gestor de unidade: servidor ou empregado do órgão usuário do serviço, com perfil de solicitante; que elaborará e encaminhará para aprovação o pedido de fornecimento e atestará o recebimento de material;

VIII - gestor setorial: servidor do órgão, com perfil de aprovador e poder decisório e competência para aprovar o pedido de fornecimento gerado no sistema web do fornecedor contratado;

IX - Help Desk: canal de atendimento telefônico, disponibilizado pelo fornecedor contratado, para orientação aos usuários na solução de problemas ou dificuldades;

X - Just-in-time: sistema de administração de suprimentos que tem como objetivo a redução de estoques e os custos decorrentes do processo, estabelecendo que a produção, transporte ou compra não deve ser efetuado antes da efetiva necessidade;

XI - material de expediente: todo o material consumido nas rotinas de trabalho administrativo, tais como: papel, lápis, caneta, borracha, régua, clipes, grampeador, pasta, envelope, marca-texto, apagador de quadro, pincel atômico, fita adesiva;

XII - órgão: estrutura administrativa da administração pública federal, compreendendo a Presidência da República e ministérios;

XIII - outsourcing: fornecimento de bens ou serviços que anteriormente eram produzidos ou efetuados dentro da organização, por fornecedores externos, visando redução de custos operacionais e concentração do foco da organização em suas atividades finalísticas;

XIV - pedido de fornecimento: documento eletrônico gerado a partir do sistema web do fornecedor contratado que identifica as necessidades de material de consumo administrativo dos órgãos da administração pública federal;

XV - SEGES/MP: Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão;

XVI - sistema web: sistema disponibilizado pelo fornecedor contratado, próprio ou de terceiros, que contém o pacote de funcionalidades que serão disponibilizadas aos usuários de forma a facilitar a elaboração, aprovação, encaminhamento, faturamento e controle dos pedidos de fornecimento;

XVII - suprimentos de informática de uso administrativo: todo material inserido no conceito de processamento de dados, não classificado como permanente, consumido nas rotinas de trabalho, tais como: cartucho e toner para impressora, CD ROM, DVD, pen drive, mouse pad;

XVIII - termo de adesão: instrumento firmado entre a CENTRAL/MP e o órgão, que irá dispor sobre as obrigações e responsabilidades de cada uma das partes;

XIX - unidade administrativa: unidade da administração pública federal, considerada a estrutura organizacional de cada órgão, responsável pelo monitoramento e acompanhamento da execução do serviço no âmbito de sua atuação; e

XX - unidade central: unidade administrativa gerenciadora da ata de registro de preços, contratante e responsável pelo monitoramento e acompanhamento da execução do serviço no âmbito geral e pelo pagamento ao fornecedor contratado, em relação aos contratos que firmar.

CAPÍTULO II

DAS CONDIÇÕES PARA USO DO SERVIÇO

Seção I

Da adesão

Art. 3º A adesão do órgão ao serviço será formalizada com a CENTRAL/MP, por meio de termo de adesão dispondo sobre as obrigações e responsabilidades de cada uma das partes, conforme modelo constante do Anexo desta Instrução Normativa.

Parágrafo único. O exame da minuta-padrão do termo de adesão foi realizado pela Consultoria Jurídica junto ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, dispensando nova análise jurídica pelo órgão.

Art. 4º Celebrado o termo de adesão e providenciada a descentralização de créditos orçamentários e de recursos financeiros para custeio do serviço, o órgão poderá utilizar o serviço, observadas as regras de uso previstas na Seção III deste Capítulo e as disposições sobre o custeio do serviço e os limites de despesa, nos termos da Seção II do Capítulo IV desta Instrução Normativa.

Seção II

Das regras de uso

Art. 5º Na utilização do serviço, os órgãos e as unidades administrativas deverão observar as regras operacionais estabelecidas pela CENTRAL/MP e as atribuições e responsabilidades descritas no termo de adesão.

Art. 6° O fornecedor contratado disponibilizará Help Desk para orientação aos usuários na solução de problemas ou dificuldades, em regime ininterrupto das 7h00 (sete horas) às 20h00 (vinte horas), exceto aos sábados, domingos e feriados nacionais, durante toda vigência contratual.

Art. 7° A CENTRAL/MP disponibilizará central de atendimento para prestar suporte aos órgãos na utilização do serviço.

Seção III

Do Cadastro

Art. 8º O cadastro das unidades administrativas do órgão e de seus respectivos gestores, bem como a sua manutenção no sistema web, é de responsabilidade do respectivo órgão.

§ 1º Compete à CENTRAL/MP realizar o cadastramento inicial das unidades administrativas e dos gestores no sistema web, a partir das informações encaminhadas pelo órgão.

§ 2º Caberá ao gestor setorial do órgão manter atualizados os dados dos gestores de unidade.

CAPÍTULO III

DO CATÁLOGO DE ITENS DE MATERIAIS DE CONSUMO ADMINISTRATIVO

Art. 9º Compete à CENTRAL/MP definir o catálogo de itens de material de consumo administrativo que será disponibilizado aos órgãos por meio de almoxarifado virtual.

Parágrafo único. Serão divulgados periodicamente os itens disponibilizados no almoxarifado virtual e sobre os quais recairá a exclusividade de contratação pela CENTRAL/MP.

Art. 10. O órgão usuário do serviço poderá pleitear à CENTRAL/MP a inclusão de itens de material de consumo administrativo que não estejam disponíveis no almoxarifado virtual, mediante a caracterização da necessidade de aquisição.

§ 1º O pleito referente à inclusão de itens de material de consumo administrativo para fornecimento no catálogo disponível no sistema web deverá ser encaminhado pelo gestor setorial do respectivo órgão à CENTRAL/MP, acompanhado de:

I - clara identificação do bem a ser adquirido;

II - justificativas fundamentadas para a aquisição do item; e

III - especificação técnica mínima dos itens requeridos, incluindo unidade de medida de fornecimento.

§ 2º A CENTRAL/MP poderá solicitar informações complementares ao órgão requerente, inclusive no tocante à estimativa detalhada do preço do item a ser adquirido.

§ 3º A análise dos pleitos será realizada considerando a essencialidade, racionalização e padronização dos itens de material de consumo administrativo, bem como a exclusividade de que trata o Parágrafo único do art. 9º.

§ 4° Após a análise e manifestação conclusiva em relação ao pleito, caberá à CENTRAL/MP:

I - incluir os itens pleiteados no catálogo de itens do almoxarifado virtual;

II - autorizar o órgão requerente a realizar procedimento próprio para a aquisição dos itens de material de consumo administrativo; ou

III - comunicar ao órgão que os itens não deverão ser adquiridos.

CAPÍTULO IV

DOS PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS

Seção I

Da elaboração, aprovação e recebimento do pedido de fornecimento de material

Art. 11. Os procedimentos de elaboração, aprovação, recebimento e ateste de pedido de fornecimento serão realizados no sistema web do fornecedor contratado.

Parágrafo único. O sistema web estará disponível, no mínimo, das 7h00 (sete horas) às 20h00 (vinte horas), em regime contínuo, de segunda-feira a sexta-feira.

Art. 12. O gestor da unidade administrativa elaborará e encaminhará para aprovação do gestor setorial o pedido de fornecimento de material, mediante o uso de senha pessoal, que deverá ser feito do primeiro ao quinto dia de cada mês.

§ 1º O gestor de unidade deverá ser previamente autorizado pelo gestor setorial a realizar a gestão interna de sua respectiva unidade no que tange à gestão de materiais de consumo administrativo e cadastrado no sistema web do fornecedor contratado.

§ 2º A CENTRAL/MP estabelecerá valor total mínimo, em reais, para cada pedido de fornecimento.

Art. 13. O gestor setorial do órgão deverá aprovar ou reprovar o pedido de fornecimento até o décimo dia do mês em que foi elaborado.

§ 1º Até o decurso deste prazo, o gestor setorial poderá rever a aprovação ou reprovação do pedido de fornecimento.

§ 2º Na hipótese de aprovação após o decurso do prazo, o pedido será registrado para entrega no mês subsequente.

Art. 14. A CENTRAL/MP poderá, em comum acordo com o fornecedor contratado, convencionar novos prazos para elaboração e aprovação de pedidos de fornecimento.

Art. 15. O fornecedor contratado deverá entregar o material que compõe o pedido de fornecimento aprovado, no setor de triagem do endereço de entrega indicado no pedido de fornecimento, em até dez dias úteis, a contar do término do prazo de aprovação.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800131

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 16. O agente de triagem do órgão atestará o recebimento dos volumes, assinando a cópia do Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica ou Conhecimento de Transporte e tomará as providências necessárias para que o material seja entregue ou retirado pela unidade administrativa solicitante.

§ 1º O agente de triagem do órgão deverá recusar o recebimento ou devolver de imediato o material, caso verifique a ocorrência de avarias no transporte, problemas de conferência ou outros fatores similares.

§ 2º Na ocorrência da recusa ou devolução previstas no § 1º deste artigo, o gestor setorial deverá contestar, no sistema web, o pedido no prazo máximo de um dia útil a contar da recusa.

§ 3º O fornecedor contratado deverá realizar a troca ou complementação do material recebido em desacordo com o pedido de fornecimento, com defeito ou avariado no transporte, no prazo de até cinco dias corridos, contados da contestação feita pelo gestor setorial no sistema web.

Art. 17. O gestor de unidade deverá atestar ou contestar o recebimento do material em até três dias úteis contados da data do recebimento pelo agente de triagem, devendo abrir as embalagens e conferir o conteúdo, confrontando com:

I - o pedido de fornecimento;

II - o estado dos materiais entregues;

III - as quantidades requisitadas com as entregues;

IV - a especificação técnica e a qualidade dos materiais entregues;

V - o preço unitário de cada material e compará-lo com o preço contratado; e

VII - os documentos fiscais.

§ 1º Quando for observado pelo gestor de unidade que os materiais entregues pelo fornecedor contratado estão em desacordo com o requisitado, deverá contestar no todo ou em parte o recebimento do material integrante do pedido de fornecimento, no sistema web do fornecedor contratado.

§ 2º Havendo contestação do recebimento, o fornecedor deverá providenciar o recolhimento e a troca ou complementação do material recebido em desacordo com o pedido de fornecimento, no prazo de até cinco dias corridos, contados da contestação feita pelo gestor de unidade no Sistema web.

§ 3º Se houver pedido de fornecimento pendente de ateste ou contestação, será inibida no sistema web do fornecedor contratado a inclusão de novo pedido por qualquer gestor de unidade da respectiva unidade administrativa, até que seja atestado ou contestado o recebimento.

Art. 18. A unidade administrativa poderá, em casos urgentes, elaborar pedido de fornecimento extra após o quinto dia do mês, mediante justificativa que deverá ser avaliada pelo gestor setorial.

Parágrafo único. Ao pedido de fornecimento extra, aplicam-se todos os procedimentos e prazos do pedido elaborado nos termos dos artigos 15 a 17.

Seção II

Do Custeio do Serviço e do Limite de Despesas

Art. 19. O custeio do serviço será realizado por meio de descentralização de créditos orçamentários e de recursos financeiros do órgão para a CENTRAL/MP, dispensada a formalização de termo de execução descentralizada e prestação de contas, conforme §3º do Art. 12-A do Decreto 6.170, de 25 de julho de 2007.

Parágrafo único. Os recursos descentralizados pelo órgão custearão os pedidos de fornecimento das suas unidades administrativas, havendo funcionalidade específica no sistema para controlar os respectivos saldos.

Art. 20. O órgão informará, conforme orientação da CENTRAL/MP, anualmente, cronograma de descentralização de créditos orçamentários e recursos financeiros, contendo classificação do crédito orçamentário da despesa e da fonte de recursos.

§ 1º A descentralização dos créditos orçamentários previstos para cada exercício deverá ocorrer de forma integral.

§ 2º A descentralização dos recursos financeiros deverá ocorrer previamente à solicitação do serviço, podendo ser realizada de forma parcelada durante o ano.

Art. 21. A liberação do uso do serviço para o órgão somente será feita após a descentralização dos recursos financeiros e no limite do montante financeiro descentralizado.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 22. A CENTRAL/MP definirá diretrizes e coordenará ações para utilização dos estoques de itens armazenados nos almoxarifados dos órgãos.

Art. 23. A CENTRAL/MP poderá definir regras operacionais e orientações complementares a esta Instrução Normativa.

Art. 24. Os órgãos poderão expedir normas operacionais complementares ao disposto nesta Instrução Normativa, regulando situações específicas no seu âmbito de atuação.

Art. 25. As entidades autárquicas e fundacionais do Poder Executivo federal que aderirem à ata de registro de preços resultante da licitação promovida pela CENTRAL/MP deverão celebrar e gerir os próprios contratos.

Parágrafo único. Fica vedado às entidades autárquicas ou fundacionais contratantes repassar diretamente ao fornecedor contratado demandas de customização do sistema.

Art. 26. Os casos excepcionais, omissos e as dúvidas suscitadas serão resolvidos pela CENTRAL/MP.

Art. 27. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO PAULO VOGEL DE MEDEIROS

ANEXO

TERMO DE ADESÃO - TA

TERMO DE ADESÃO Nº XX/XXXX, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO E O XXXXXXXX, PARA DISPONIBILIZAÇÃO DO SERVIÇO DE OUTSOURCING PARA OPERAÇÃO DE ALMOXARIFADO VIRTUAL, SOB DEMANDA, PARA SUPRIMENTO DE MATERIAIS DE CONSUMO ADMINISTRATIVO, POR MEIO DE SISTEMA WEB, NO ÂMBITO DO DISTRITO FEDERAL.

O MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO - MP, representado pela Central de Compras, nos termos do Decreto nº 9.035, de 20 de abril de 2017, inscrito no CNPJ sob nº 00.489.828/0001-55, com sede na Esplanada dos Ministérios, Bloco XX, Brasília/DF, doravante denominada CENTRAL/MP, neste ato representada por XXXXXXXXXX, diretor(a), portadora da Carteira de Identidade nº 999999 - XXX/XX e inscrita no CPF sob nº 999999999-99, residente e domiciliada em Brasília/DF, no uso de suas atribuições conforme designação de DD de MM de AAAA, e o (nome do órgão), nos termos do Decreto nº 9.999, de DD de MM de AAAA, inscrito no CNPJ sob nº 99.999.999/9999-99, representado pela (nome da unidade responsável), neste ato representado(a) por (nome do gestor responsável), portador da Carteira de Identidade nº 999999 - XXX/XX e inscrito no CPF sob nº 999999999-99, residente e domiciliado em XXXXXX/XX, no uso de suas atribuições conforme designação de DD de MM de AAAA, firmam o presente TERMO DE ADESÃO, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente termo de adesão é a disponibilização do serviço de outsourcing para operação de almoxarifado virtual, nas unidades da administração pública federal direta localizadas no Distrito Federal, para suprimento de materiais de consumo administrativo, mediante o uso de sistema web, compreendendo todas as providências necessárias para a sua execução, prestado por fornecedor contratado pela CENTRAL/MP, nas condições estabelecidas no termo de referência, anexado ao Edital de Pregão Eletrônico (SRP) nº 3/2018-CENTRAL/MP.

Parágrafo Primeiro- As necessidades de material de consumo administrativo relacionadas a itens personalizados não integram o objeto descrito no caput.

Parágrafo Segundo- Considerando que o pagamento do serviço executado será realizado de forma centralizada, o órgão usuário do serviço se obriga a providenciar a descentralização dos créditos orçamentários e recursos financeiros necessários para o custeio das despesas do serviço executado à CENTRAL/MP.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO FORNECIMENTO E EXECUÇÃO DO SERVIÇO

A CENTRAL/MP viabilizará o serviço de outsourcing para operação de almoxarifado virtual para o órgão e suas unidades administrativas, com disponibilização de sistema web que possibilite a operação e a gestão dos pedidos de fornecimento de material de consumo administrativo.

Parágrafo único - O serviço será executado observando as especificações estabelecidas no termo de referência citado e, também, nas disposições normativas e orientações relacionadas com o serviço.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CENTRAL/MP

Compete à CENTRAL/MP:

I - assinar e gerenciar os contratos, de modo a garantir a qualidade do serviço;

II - aplicar eventuais penalidades e o Instrumento de Medição de Resultados (IMR) estabelecido;

III - monitorar a utilização do serviço em nível geral, inclusive o saldo dos créditos orçamentários e dos recursos financeiros descentralizados pelos órgãos;

IV - realizar empenhos, liquidações e pagamentos do serviço, conforme os atestes realizados pelas unidades administrativas;

V - promover a capacitação dos gestores setoriais;

VI - atuar junto aos órgãos e unidades administrativas para tratamento de divergências e de insuficiência dos recursos que custeiam o serviço e no atendimento ao uso do serviço;

VII - estabelecer as regras operacionais do serviço, inclusive sobre o uso do sistema web;

VIII - relacionar-se de forma exclusiva com o fornecedor contratado;

IX - administrar o cadastro dos órgãos, unidades administrativas e usuários no sistema web, realizando periodicamente rotinas de verificação de divergências;

X - administrar o sistema web; e

XI - administrar e gerenciar o catálogo de itens de material de consumo administrativo nas seguintes condições:

a. estabelecimento de restrições de compras de determinados materiais, informando para que o fornecedor contratado atribua no sistema web status de ativado ou desativado para determinados materiais, inclusive podendo o status do material ser diferente dentre órgãos e/ou dentre unidades administrativas solicitantes;

b. decidir e solicitar ao fornecedor contratado a exclusão e/ou a inclusão de material do catálogo de itens;

c. recebimento de pedidos do fornecedor contratado para substituição de materiais por outros de especificidades e qualidades iguais ou superiores;

d. análise de materiais obsoletos, assim considerados aqueles com fabricação descontinuada, e pedido de sua substituição ou exclusão do catálogo de itens, conforme o caso; e

XII - definir diretrizes e coordenar ações para utilização dos estoques de itens armazenados nos almoxarifados dos órgãos.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO USUÁRIO

Compete ao órgão, por intermédio dos gestores setoriais:

I - antecipar os recursos à CENTRAL/MP para custeio do serviço a ser executado, conforme cronograma de descentralização de créditos orçamentários e recursos financeiros;

II - manter atualizados os dados cadastrais das unidades administrativas e dos usuários solicitantes e aprovadores no sistema web, no seu âmbito de atuação, realizando periodicamente rotinas de verificação de divergências;

III - especificar, no sistema web, o local de triagem de cada endereço de entrega designado pelo órgão, onde o fornecedor contratado deverá efetuar a entrega das embalagens, contendo os materiais de consumo administrativo solicitados por suas unidades administrativas;

IV - manter agente de triagem em cada endereço de entrega, que deverá estar acessível pelo entregador, no ato de entrega de material de consumo administrativo;

V - monitorar a utilização do serviço pelas unidades administrativas, no âmbito de sua atuação, inclusive o saldo dos créditos orçamentários e dos recursos financeiros descentralizados para a CENTRAL/MP;

VI - adotar providências para resolução de pendências de ateste;

VII - gerenciar os créditos orçamentários e os recursos financeiros descentralizados, comunicando à CENTRAL/MP para proceder a eventuais ajustes, solicitando tempestivamente alterações no cronograma definido;

VIII - comunicar à CENTRAL/MP quaisquer ocorrências anormais relacionadas à execução do serviço;

IX - abster-se de relacionar-se com o fornecedor contratado, exceto nas situações específicas afetas à operação do serviço, tais como: solicitação, aprovação, contestação, devolução, recebimento, cancelamento e ateste;

X - aprovar ou reprovar os pedidos;

XI - acompanhar a evolução dos pedidos;

XII - analisar os pedidos de fornecimento e o volume de movimentações de materiais;

XIII - acompanhar os prazos de atendimento e as entregas dos pedidos de fornecimento;

XIV - acompanhar as devoluções de materiais;

XV - analisar previamente o pleito de unidade administrativa para inclusão de material de consumo administrativo no catálogo de itens e, se for o caso, encaminhar a demanda à CENTRAL/MP, instruída com as informações requeridas no Art. 12, § 1º da Instrução Normativa;

XVI - zelar pelo uso de sua senha pessoal utilizada para acesso ao sistema web; e

XVII - promover ações para adequada utilização dos itens armazenados nos almoxarifados, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela CENTRAL/MP.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA UNIDADE ADMINISTRATIVA

Compete ao órgão, por intermédio dos gestores de unidade:

I - manter atualizados os dados cadastrais dos usuários no sistema web, no seu âmbito de atuação, quando for o caso, realizando periodicamente rotinas de verificação de divergência;

II - incluir pedido de fornecimento de materiais no sistema web, considerando as reais necessidades das unidades administrativas pelas quais foi atribuída a si a responsabilidade de controle de estoque, devendo acompanhar o uso corrente de forma a preservar o abastecimento de material de consumo administrativo, evitando a falta do suprimento necessário à realização das atividades da Administração;

III - atestar o recebimento do pedido de fornecimento;

IV - comunicar ao gestor setorial qualquer irregularidade na prestação dos serviços do fornecedor contratado;

V - implementar as providências requeridas pelo gestor setorial, quando tiver o pedido devolvido por esse;

VI - conferir os materiais em suas quantidades, atendimento às especificações técnicas, qualidade e integridade e atestar ou contestar, no todo ou em parte, motivadamente, o recebimento do material solicitado, em até 3 (três) dias úteis contados da data do recebimento pelo agente de triagem; e

VII - zelar pelo uso de sua senha pessoal utilizada para acesso ao sistema web.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DOS AGENTES DE TRIAGEM

Compete ao órgão, por intermédio dos agentes de triagem:

I - receber do entregador os volumes, verificando, no mínimo:

a. se a entrega está ocorrendo em local devido, verificando o endereço de entrega registrado em cada volume;

b. a integridade das embalagens e dos volumes;

c. se a quantidade de volume recebida corresponde à indicada no Documento Auxiliar da NF-e ou conhecimento de transporte.

II - atestar o recebimento dos volumes, conforme determinado na Instrução Normativa, podendo, conforme o caso, recusar o recebimento de material, em decorrência de avaria no transporte, problemas identificados na conferência ou outros fatores;

III - caso recuse o recebimento de material, comunicar ao gestor setorial a devolução dos volumes ao entregador, imediatamente, indicando as razões da recusa; e

IV - adotar as providências necessárias para que os materiais sejam entregues ou retirados pela unidade administrativa solicitante.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800132

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO INÍCIO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

A execução dos serviços terá início após a descentralização dos créditos orçamentários e dos recursos financeiros do órgão para a CENTRAL/MP, observado o cronograma de descentralização de créditos orçamentários e recursos financeiros, especialmente quanto aos valores e prazos.

CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA

A vigência deste termo de adesão é de 5 (cinco) anos, contados da sua assinatura, possibilitadas sucessivas prorrogações, por meio de termo aditivo.

CLÁUSULA NONA - DA PUBLICAÇÃO

A CENTRAL/MP e o órgão publicarão este termo de adesão nos seus respectivos sítios eletrônicos, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da sua assinatura, e adotarão providências para sua ampla divulgação no âmbito de suas unidades.

CLÁUSULA DÉCIMA- DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Os casos omissos do presente termo de adesão serão resolvidos em comum acordo entre a CENTRAL/MP e o órgão, observadas as orientações emanadas da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

Eventuais controvérsias não resolvidas pelos signatários serão levadas, para solução, à Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal, da Advocacia Geral da União - CCAF/AGU.

E, por estarem de acordo, a CENTRAL/MP e o órgão assinam o presente instrumento, eletronicamente, na presença das testemunhas que também o subscrevem, para que produza, entre si, os efeitos legais.

Brasília/DF, DD de MMM de AAAA

PORTARIA Nº 9.770, DE 27 DE SETEMBRO DE 2018

Disciplina o afastamento de servidores da carreira de Analista de Infraestrutura - AIE e do cargo isolado de Especialista em Infraestrutura Sênior - EIS para participar em programas de pós-graduação, no País ou no exterior

A SECRETÁRIA-ADJUNTA DE GESTÃO DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, no uso da competência delegada pela Portaria/SEGES nº 2.091, de 1º de março de 2018, e considerando o disposto no art. 13, V, "b" do Anexo I ao Decreto nº 9.035, de 20 de abril de 2017, no § 3º do art. 1º da Lei nº 11.539, de 8 de novembro de 2007, nos artigos 95 e 96-A, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e no Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006, resolve:

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º O afastamento de servidores da carreira de Analista de Infraestrutura - AIE e do cargo isolado de Especialista em Infraestrutura Sênior - EIS, com a respectiva remuneração, para participar em programas presenciais de pós-graduação stricto sensu no País ou equivalente no exterior, poderá ocorrer nas seguintes modalidades:

I - afastamento para Programa de Capacitação de Longa Duração - PCLD, decorrente de processo seletivo, no caso de programa de pós-graduação com duração superior a 12 (doze) meses, e duração máxima de até 48 (quarenta e oito) meses;

II - afastamento para Programa de Capacitação de Média Duração - PCMD, no caso de programa de pós-graduação com duração superior a 3 (três) meses, e duração máxima de até 12 (doze) meses;

III - afastamento parcial, no caso de programa de pós-graduação no País, quando não puder ser feita a compensação de horas no período da jornada semanal regular do servidor, ou quando não houver possibilidade de afastamento integral, em razão das necessidades do trabalho.

§ 1º São consideradas atividades acadêmicas integrantes de programa de pós-graduação stricto sensu no País ou equivalente no exterior: cursos, disciplinas, pesquisas, intercâmbios, estágios acadêmicos e redação de trabalho final, dissertação ou tese, que atendam aos interesses da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

§ 2º As atividades acadêmicas relacionadas no § 1º deverão estar formalmente previstas no projeto pedagógico do curso, como requisito para obtenção da respectiva certificação ou titulação.

§ 3º Não serão aceitas solicitações de afastamentos quando seu objeto for, exclusivamente, a redação de trabalho final, dissertação ou tese.

Art. 2º Observado o disposto no art. 1º, poderá pleitear afastamento para participar de qualquer uma das modalidades de afastamento para programas de pós-graduação stricto sensu, no País ou equivalente no exterior, o servidor que:

I - tenha cumprido o período mínimo de efetivo exercício na carreira, de 3 (três) anos para mestrado e 4 (quatro) anos para doutorado e pós-doutorado, incluindo-se o período de estágio probatório, e que não tenha se afastado por licença para tratar de interesses particulares, para gozo de licença capacitação, para participar das modalidades previstas nos incisos I e II do art. 1º desta Portaria ou para participar de programas de estudos de mestrado, doutorado ou pós-doutorado, com remuneração, nos 2 (dois) anos anteriores à data da solicitação do afastamento para mestrado e doutorado, e 4 (quatro) anos para pós-doutorado;

II - não estiver suspenso de suas funções por força de medida disciplinar.

Parágrafo único. A vedação quanto ao gozo de licença capacitação prevista no inciso I do caput não se aplica aos pleitos de afastamento para pós-doutorado, nos termos do § 3º do art. 96-A da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Art. 3º O afastamento dar-se-á pelos prazos máximos a seguir, vedada a prorrogação:

I - até seis meses, no caso de estágios acadêmicos;

II - até doze meses, no caso de pós-doutorado;

III - até vinte e quatro meses, no caso de mestrado;

IV - até quarenta e oito meses, no caso de doutorado.

Parágrafo único. Nos casos de afastamentos concedidos para prazos inferiores aos estabelecidos nos incisos deste artigo poderá ser concedida prorrogação de prazo, desde que a solicitação com a devida justificativa seja efetuada no prazo de até sessenta dias antes do término da concessão inicial, juntamente com documento fornecido pela instituição de ensino onde se realizam as atividades acadêmicas do programa, comprovando a necessidade do pleito, observados os prazos máximos fixados.

Art. 4º O afastamento somente será concedido:

I - para a participação em programas de pós-graduação no exterior cuja qualidade seja atestada por meio de classificações internacionais ou conceitos divulgados por publicações especializadas; e

II - para participação em programas de pós-graduação stricto sensu no País que tenham obtido, na última avaliação, pelo menos o conceito 4 (quatro) na escala de avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES.

§ 1º Para fins de verificação das informações relativas aos programas referidos no inciso I, o Órgão Supervisor da Carreira poderá consultar a CAPES.

§ 2º Não serão considerados programas de pós-graduação stricto sensu no País que estejam em fase de instrução de seus processos de reconhecimento junto ao Conselho Nacional de Educação - CNE, mesmo que suas propostas já tenham sido aprovadas pela CAPES.

Art. 5º A solicitação para participar de programa presencial de pós-graduação stricto sensu, no País ou no exterior, em qualquer uma das modalidades de afastamento, deverá conter os seguintes documentos:

I - requerimento específico, conforme modelo disponibilizado pela Coordenação-Geral de Gestão das Carreiras Transversais, contendo:

a) informações funcionais; e

b) dados do programa para o qual solicita o afastamento.

II - exposição de motivos, com até 3 (três) páginas, demonstrando:

a) a compatibilidade do programa de pós-graduação e, quando for o caso, das atividades de pesquisa a serem desenvolvidas, com as atribuições da carreira de AIE ou do cargo isolado de EIS e com as áreas de interesse definidas pelo Órgão Supervisor, bem como análise da relevância do tema para a sua atuação profissional; e

b) a razão pela qual a participação em programa de pós-graduação stricto sensu não pode ocorrer simultaneamente com o exercício do cargo ou mediante compensação de horário.

III - anuência do Secretário-Executivo do órgão em que o servidor estiver em exercício, ou da autoridade máxima da entidade, incluindo-se as Agências Reguladoras, ou autoridade a quem tenha sido delegada competência;

IV - anteprojeto de trabalho final, dissertação ou tese a ser desenvolvido, com até 15 (quinze) páginas, de acordo com os itens 4.2 e 5 da NBR 14724, contendo:

a) título;

b) sumário;

c) introdução;

d) objetivos (geral e específicos);

e) justificativa;

f) referencial teórico;

g) metodologia;

h) cronograma das atividades previstas, abrangendo o período para conclusão dos créditos ou disciplinas e para a elaboração e defesa de trabalho final, dissertação ou tese, bem como demonstração da compatibilidade do cronograma com o período de afastamento; e

i) referências bibliográficas.

V - conceito do programa pretendido de acordo com a avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, no caso de programa no País, e classificação ou conceito internacionalmente aceito, no caso de programa no exterior;

VI - termo de compromisso e responsabilidade, conforme modelo definido pelo Órgão Supervisor da Carreira, devidamente preenchido e assinado;

VII - currículo atualizado (versão pdf do SIGEPE Banco de Talentos); e

VIII - extratos do SIAPE/SIGEPE, contendo informações sobre afastamentos e licenças usufruídas até o momento.

§ 1º No caso de servidores em exercício no Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, é dispensada a anuência prévia do Secretário-Executivo nos afastamentos para PCLD e PCMD, prevista no inciso III do caput, sendo a mesma substituída pela anuência do Secretário titular da unidade.

§ 2º Caso o Órgão Supervisor identifique, a qualquer tempo, o usufruto de licenças e afastamentos que não constem dos documentos exigidos nos incisos I e VIII, e que influenciem no cômputo da nota relativa à sua avaliação, o candidato será automaticamente desclassificado do processo seletivo em curso.

§ 3º É obrigatória a apresentação de projeto de pesquisa e do respectivo trabalho final, dissertação ou tese, mesmo nos casos em que a instituição de ensino não faça essa exigência.

Art. 6º São deveres do servidor autorizado a se afastar:

I - dedicar-se exclusivamente ao programa e às atividades acadêmicas previstas em seu âmbito, ficando vedado seu envolvimento em quaisquer outras atividades, salvo na hipótese de acumulação lícita de cargos;

II - apresentar ao Órgão Supervisor da Carreira, no prazo de até sessenta dias após o fim do prazo do afastamento, os seguintes documentos:

a) histórico escolar ou documentação equivalente;

b) diploma, certificado de conclusão de curso ou documento equivalente; e

c) arquivo eletrônico em formato não editável de resumo executivo e do trabalho final, dissertação, tese ou equivalente, conforme o caso.

III - participar de atividades de disseminação dos conhecimentos adquiridos no programa promovidas pelo Órgão Supervisor da Carreira, pela Fundação Escola Nacional de Administração Pública - ENAP ou pelo órgão ou entidade de exercício;

IV - cumprir outras obrigações estabelecidas pelo Órgão Supervisor da Carreira, relativas ao acompanhamento durante o afastamento e à disseminação de conhecimentos adquiridos no curso; e

V - permanecer no exercício de suas funções após o retorno por período, no mínimo, igual ao do afastamento.

Art. 7º Caso o servidor venha a solicitar exoneração do cargo ou aposentadoria antes de cumprido o período de permanência após a conclusão do programa, previsto no § 4º do art. 96-A da Lei nº 8.112, de 1990, deverá ressarcir ao erário os eventuais gastos com seu aperfeiçoamento e o valor da remuneração percebida durante o período de afastamento, proporcionalmente ao tempo que reste para completar o referido período, conforme definido nos arts. 46 e 47 da Lei nº 8.112, de 1990.

Art. 8º O servidor perderá o direito de participar de programas de pós-graduação, no País ou no exterior, pelo prazo de trinta e seis meses, e terá que ressarcir ao erário, conforme prescrito nos arts. 46 e 47 da Lei nº 8.112, de 1990, os eventuais gastos com seu aperfeiçoamento e o valor equivalente à remuneração percebida durante o período em que esteve afastado nos seguintes casos:

I - desistência injustificada após o início do programa; e

II - não obtenção do título ou grau que justificou seu afastamento, salvo na hipótese comprovada de força maior ou de caso fortuito.

§ 1º No caso de abandono ou desligamento do programa, sem imediata comunicação ao Órgão Supervisor da Carreira, deverá ser instaurado processo administrativo disciplinar, sem prejuízo das demais sanções previstas nesta Portaria.

§ 2º O servidor estará isento do ressarcimento e das sanções previstas quando interromper sua participação no programa em virtude de licença por doença própria, do cônjuge ou de parente de primeiro grau, devidamente comprovada por laudo pericial médico e homologada pelo Órgão Supervisor da Carreira.

Art. 9º O Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão - MP não arcará com o pagamento de qualquer custo eventualmente incorrido pelo servidor para participar de programa de pós-graduação, no País ou no exterior, objeto do afastamento concedido.

DAS MODALIDADES

AFASTAMENTO PARA PCLD

Art. 10. Considera-se PCLD o afastamento para participar de programa presencial de pós-graduação stricto sensu, no País ou no exterior, com duração superior a 12 (doze) meses, e duração máxima de até 48 (quarenta e oito) meses, no interesse da Administração, e desde que a participação não possa ocorrer simultaneamente com o exercício do cargo ou mediante compensação de horário.

Art. 11. O quantitativo máximo de autorizações de afastamento nesta modalidade observará o percentual de até 4% (quatro por cento) do total de servidores em efetivo exercício na carreira.

§ 1º Do resultado encontrado subtrair-se-á o quantitativo de servidores já afastados para participação em PCLD.

§ 2º O Órgão Supervisor da Carreira estabelecerá e divulgará, anualmente, os prazos para inscrição nos processos seletivos em cada semestre, os quantitativos de vagas autorizados, as áreas de interesse e os critérios de seleção e classificação a serem observados para análise dos pleitos, observado o limite estabelecido neste artigo.

§ 3º A cada semestre, observados os quantitativos máximos estabelecidos neste artigo, poderá ocorrer o remanejamento das vagas remanescentes, inclusive para o semestre seguinte, a critério do Órgão Supervisor da Carreira, ou após análise de proposta apresentada pelo Comitê Consultivo.

Art. 12. O processo seletivo para o Programa de Capacitação de Longa Duração - PCLD será organizado em três fases:

I - habilitação: de caráter eliminatório, terá por finalidade verificar o cumprimento dos requisitos para participação no certame;

II - classificação: de caráter eliminatório e classificatório, corresponde à avaliação dos projetos de pesquisa habilitados;

III - solicitação de afastamento dos candidatos classificados dentro do número de vagas.

Art. 13. O Órgão Supervisor da Carreira verificará o cumprimento dos requisitos para participação no certame nos termos dos artigos 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 8º e 23 e divulgará a lista preliminar de candidatos habilitados e inabilitados em até 5 (cinco) dias úteis após o encerramento das inscrições.

Art. 14. Caberá recurso da etapa de habilitação no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da publicação da lista preliminar.

Parágrafo único. Somente serão consideradas as informações e os documentos apresentados no ato de inscrição, não sendo aceita documentação complementar nem retificação da documentação já apresentada.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800133

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 15. O Órgão Supervisor divulgará em até 5 (cinco) dias úteis após o encerramento do prazo dos recursos, a lista definitiva de candidatos habilitados e encaminhará os projetos de pesquisa correspondentes, de forma não identificada nominalmente, para análise pelo Comitê Consultivo da Carreira de Infraestrutura.

Parágrafo único. O Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão poderá firmar Termo de Cooperação com a CAPES ou com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq para análise da qualidade dos projetos de pesquisa apresentados.

Art. 16. O Comitê Consultivo da Carreira de Infraestrutura apresentará ao Órgão Supervisor da Carreira, em até vinte dias a partir da data de recebimento dos processos, as fichas de análise de cada membro do Comitê, síntese dos argumentos e debates que embasaram suas decisões e proposta de classificação dos candidatos.

§ 1º A consolidação da análise dos projetos de pesquisa pelo Comitê Consultivo será realizada em reunião, preferencialmente, presencial, com a devida formalização dos encaminhamentos propostos pelo colegiado, em ata ou documento similar, em que haja o registro das manifestações dos seus membros, inclusive com a informação constante de documentos e ou mensagens eventualmente enviadas por meio digital.

§ 2º O Comitê Consultivo observará, no que for cabível, as disposições contidas na Portaria SEGES nº 1.352, de 9 de março de 2018, relativamente às suas competências e forma de atuação.

Art. 17. O Órgão Supervisor da Carreira divulgará a classificação preliminar no processo seletivo aos interessados, por meio de sua página na rede mundial de computadores, de forma não identificada nominalmente, e do envio do espelho de desempenho individual por correio eletrônico, até 3 (três) dias úteis após a manifestação do Comitê Consultivo da Carreira.

Art. 18. Os candidatos terão o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a interposição de recurso administrativo, contado a partir da divulgação da classificação preliminar no processo seletivo.

Art. 19. O recurso administrativo deverá ser decidido pelo Órgão Supervisor da Carreira, ouvido o Comitê Consultivo, em até 15 (quinze) dias a partir do fim do prazo para interposição de recursos.

Art. 20. Os prazos começam a correr a partir da data da cientificação oficial, excluindo-se da contagem o dia do começo e incluindo-se o do vencimento.

Art. 21. Os recursos deverão ser interpostos exclusivamente por meio do sistema eletrônico de peticionamento, disponibilizado pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, até as 23 horas e 59 minutos do prazo especificado.

Art.22. Caberá ao Órgão Supervisor da Carreira homologar e divulgar o resultado final do processo seletivo que definirá os servidores classificados que poderão solicitar o afastamento.

§ 1º A classificação final dos candidatos será divulgada aos interessados, por meio de publicação na página do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão na rede mundial de computadores, de forma identificada nominalmente, contendo a pontuação final de cada candidato e a indicação daqueles selecionados no quantitativo de vagas de cada certame, e do envio do espelho de desempenho individual por correio eletrônico.

§ 2º Para publicação da portaria de afastamento do servidor, a Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas - COGEP do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão - MP, poderá exigir, oportunamente, a apresentação da seguinte documentação complementar:

a) Formulário de Pedido de Afastamento do País, conforme modelo disponível no Sistema Eletrônico de Informações - SEI/MP, para aqueles que participarão de programa no exterior;

b) Comprovante de aprovação em processo seletivo, comprovante de matrícula ou documento análogo fornecido pela instituição de ensino;

c) Agenda/Cronograma detalhado do programa, especificando dia/mês/ano do início e do término das atividades a serem desempenhadas, atendendo ao disposto na Norma Operacional DIRAD/MP nº 02/2016;

d) Conteúdo programático, com indicação de carga horária ou de créditos a serem realizados;

e) Bilhetes aéreos ou pesquisa de intenção de voo, juntamente com descritivo que demonstre a viabilidade das datas escolhidas para início e término do afastamento; e

f) Comprovante de homologação de férias - apenas para os casos em que o servidor tenha, por motivos particulares, optado por programar férias para se deslocar para a cidade de destino antes da data de início do curso.

§ 3º A documentação acima deverá ser anexada ao processo, até 31 de janeiro de cada ano, para os pleitos de afastamento com início no primeiro semestre, e até 31 de julho, para os pleitos de afastamento com início no segundo semestre.

§ 4º O servidor classificado no processo seletivo que não apresentar a documentação prevista no § 2º até a data estabelecida no § 3º será desclassificado e o Órgão Supervisor da Carreira convocará os próximos candidatos classificados, seguindo a ordem de classificação, até o limite de vagas.

Art. 23. A desistência de participação no PCLD após os prazos determinados no § 3º do art. 22 ensejará a perda do direito de participar do PCLD pelo período de vinte e quatro meses, excetuando-se a hipótese comprovada de força maior ou de caso fortuito, a critério do Órgão Supervisor da Carreira.

Art. 24. Em situação excepcional, caso o servidor, durante o período de afastamento autorizado para o PCLD, necessite alterar o tema de seu trabalho final, dissertação ou tese, desde que obedecidos os critérios estabelecidos para o processo seletivo do qual participou, deverá informar o novo tema ao Órgão Supervisor da Carreira, justificando a necessidade da mudança, para fins de registro e controle.

Parágrafo único. O disposto no caput aplica-se também para os casos de alteração da instituição de ensino, observados todos os requisitos previstos nesta Portaria.

Art. 25. A autorização de afastamento para PCLD será concedida pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e implicará a alteração de exercício do servidor para o Órgão Supervisor da Carreira.

Parágrafo único. O servidor deverá retornar às atividades no primeiro dia útil após o término do prazo, apresentando-se ao Órgão Supervisor da Carreira para redefinição de exercício, que ocorrerá, preferencialmente, no órgão ou entidade em que se encontrava à época do afastamento, exceto em caso de manifestação formal da instituição quanto à liberação do servidor.

AFASTAMENTO PARA PCMD

Art. 26. Considera-se afastamento para Programa de Capacitação de Média Duração - PCMD aquele destinado a participar de programa presencial de pós-graduação stricto sensu, no País ou no exterior, com duração superior a 3 (três) meses, e duração máxima de até 12 (doze) meses, no interesse da Administração, e desde que a participação não possa ocorrer simultaneamente com o exercício do cargo.

§ 1º Respeitado o previsto no caput, o afastamento para PCMD será autorizado pelo Órgão Supervisor da Carreira e concedido pelo órgão ou entidade de exercício do servidor, e não estará sujeita aos limites de vagas e ao processo seletivo estabelecidos para a modalidade PCLD.

§ 2º O órgão ou entidade de exercício do servidor da carreira de AIE ou do cargo isolado de EIS deverá:

I - verificar a adequada instrução do processo nos termos do art. 5º desta Portaria;

II - analisar e referendar a compatibilidade do projeto de pesquisa proposto com seu plano anual de capacitação;

III - solicitar ao Órgão Supervisor da Carreira a análise e autorização do afastamento com pelo menos 60 (sessenta) dias de antecedência em relação ao início das atividades acadêmicas do programa;

IV - publicar ato autorizativo concedendo o afastamento ao servidor, após aprovação da solicitação de afastamento pelo Órgão Supervisor;

V - apresentar ao Órgão Supervisor da Carreira cópia do ato autorizativo referente ao afastamento, no prazo de quinze dias contados da publicação, para fins de ciência e registro nos assentamentos funcionais do servidor.

VI - comprovar a conclusão dos estudos e impor eventuais sanções em casos de descumprimento de obrigações assumidas pelo servidor no contexto do afastamento.

§ 3º Para análise e aprovação da solicitação de afastamento do servidor, pelo Órgão Supervisor, faz-se necessária a apresentação da seguinte documentação complementar:

a) formulário de pedido de afastamento do país, conforme modelo disponível no Sistema Eletrônico de Informações - SEI/MP, para aqueles que participarão de programa no exterior;

b) comprovante de aprovação em processo seletivo, comprovante de matrícula ou documento análogo fornecido pela instituição de ensino;

c) cronograma detalhado do programa, especificando dia, mês e ano do início e do término das atividades a serem desempenhadas, atendendo ao disposto na Norma Operacional DIRAD/MP nº 02/2016;

d) conteúdo programático, com indicação de carga horária ou de créditos a serem realizados;

e) bilhetes aéreos ou pesquisa de intenção de voo, juntamente com descritivo que demonstre a viabilidade das datas escolhidas para início e término do afastamento; e

f) Comprovante de homologação de férias - apenas para os casos em que o servidor tenha, por motivos particulares, optado por programar férias para se deslocar para a cidade de destino antes da data de início do curso.

§ 4º O afastamento para PCMD não implicará alteração de exercício, devendo o servidor retornar às atividades no primeiro dia útil após o término do prazo, apresentando-se ao órgão ou entidade em que se encontrava em exercício antes do afastamento.

§ 5º Nos casos em que o AIE ou o EIS encontrar-se cedido a órgão ou entidade para ocupar cargo comissionado, o processo de afastamento deverá seguir todos os trâmites estabelecidos neste artigo, sendo obrigatória a apresentação do servidor, pelo órgão cessionário, ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, na data do início do afastamento, ficando o servidor obrigado a retornar às suas atividades, no Órgão Supervisor, no primeiro dia útil após o término do prazo de afastamento concedido.

§ 6º Na hipótese de eventual alteração dos termos do afastamento, deverão ser adotados pelo servidor os mesmos procedimentos da solicitação inicial, sendo necessário nova autorização do Órgão Supervisor da Carreira, nos termos do § 2º deste artigo.

AFASTAMENTO PARCIAL

Art. 27. Considera-se afastamento parcial aquele destinado a participar de programa presencial de pós-graduação stricto sensu no País, no interesse da Administração e quando não puder ser feita a compensação de horas no período da jornada semanal regular do servidor, ou quando não houver possibilidade de afastamento integral, em razão das necessidades do trabalho.

§ 1º Respeitado o previsto no caput, o órgão ou entidade em que o servidor da carreira de Analista de Infraestrutura - AIE ou do cargo isolado de Especialista em Infraestrutura Sênior - EIS se encontra em exercício poderá conceder o afastamento parcial, observando os seguintes requisitos:

I - adequada instrução do processo nos termos do art. 5º desta Portaria e análise da compatibilidade do projeto de pesquisa proposto com seu plano anual de capacitação;

II - atendimento aos requisitos do art. 96-A, da Lei nº 8.112, de 1990, especialmente aqueles que tratam da permanência no cargo para a concessão de cada nível de pós-graduação e de permanência no exercício integral das atribuições do cargo após a cessação do afastamento parcial;

III - observância das determinações do Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006;

IV - avaliação, segundo cada caso concreto, da comprovação material de impossibilidade de compensação da jornada, a fim de determinar o número de horas a serem reduzidas, desde que se permita a continuidade da realização das atribuições de responsabilidade do servidor, mesmo com a redução da jornada;

V - modificação do fundamento legal, do art. 96-A para o art. 98, da Lei nº 8.112, de 1990, sempre que se avaliar que há possibilidade de compensação, no decorrer da realização do programa;

VI - impossibilidade de concessão do afastamento parcial a detentor de cargo em comissão ou função comissionada, haja vista a necessidade de dedicação integral às atribuições do cargo; e

VII - comprovação da conclusão dos estudos e imposição de eventuais sanções em casos de descumprimento de obrigações assumidas pelo servidor no contexto do afastamento.

§ 2º O servidor poderá se ausentar do trabalho por até 12 (doze) horas semanais, sem a necessidade de compensação de horário, por um período máximo de vinte e quatro meses para mestrado, quarenta e oito meses para doutorado e doze meses para pós-doutorado.

§ 3º Durante o período de afastamento parcial, o servidor permanecerá em exercício no órgão ou entidade ao qual solicitou a autorização.

§ 4º O órgão ou entidade deverá apresentar cópia do ato autorizativo referente ao afastamento parcial ao Órgão Supervisor da Carreira no prazo de quinze dias contados da publicação para fins de ciência e registro nos assentamentos funcionais do servidor.

§ 5º Considera-se como afastamento, para fins de contagem dos prazos especificados no art. 3º, o período total pleiteado, vedada a dedução dos dias trabalhados.

§ 6º Na hipótese de eventual alteração dos termos do afastamento, deverão ser adotados pelo servidor os mesmos procedimentos da solicitação inicial, sendo necessário novo ato autorizativo, nos termos do § 1º deste artigo.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 28. O Órgão Supervisor da Carreira divulgará na sua página na rede mundial de computadores, a relação dos servidores afastados e que retornaram de afastamento para PCLD e PCMD, incluindo as datas de início e fim, previsto e real, do afastamento, a instituição de ensino, o tema do projeto e o título do trabalho final, dissertação ou tese, além do link para repositório dos mesmos.

Art. 29. As dúvidas e os casos omissos serão resolvidos pelo Órgão Supervisor da Carreira.

Art. 30. O art. 2º da Portaria SEGES nº 1.352, de 9 de março de 2018, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 2º .....

.....

IV - analisar e decidir sobre a classificação dos projetos de candidatos participantes de processo seletivo e opinar a respeito de outras questões referentes ao Programa de Capacitação de Longa Duração - PCLD; e

V - acompanhar o desempenho dos candidatos classificados no PCLD.

....." (NR)

Art. 31. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALINE RIBEIRO DANTAS DE TEIXEIRA SOARES

PORTARIA Nº 9.771, DE 27 DE SETEMBRO DE 2018

A SECRETÁRIA-ADJUNTA DE GESTÃO DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, no uso da competência delegada pela Portaria/SEGES nº 2.091, de 1º de março de 2018, e considerando o disposto no art. art.13, V, "b", do Anexo I ao Decreto nº 9.035, de 20 de abril de 2017, e no art. 11, § 2º, da Portaria SEGES nº 9.770, 27 de setembro de 2018, resolve:

Art. 1º Fica estabelecido o quantitativo máximo de 10 (dez) vagas destinadas ao Programa de Capacitação de Longa Duração (PCLD) dos servidores da carreira de Analista de Infraestrutura - AIE e do cargo isolado de Especialista em Infraestrutura Sênior - EIS referente ao ano de 2019, sendo as mesmas distribuídas da seguinte forma:

I - para a modalidade de Mestrado, fica fixado o número de 3 (três) vagas para o primeiro semestre e 3 (três) vagas para o segundo semestre; e

II - para a modalidade de Doutorado, fica fixado o número de 2 (duas) vagas para o primeiro semestre e 2 (duas) vagas para o segundo semestre.

Art. 2º Para efeito de análise dos pleitos de afastamento serão consideradas áreas de interesse temas relacionados ao planejamento, coordenação, fiscalização, assistência técnica e execução de projetos e obras de infraestrutura de grande porte na Administração Pública Federal.

Art. 3º Os Projetos de Pesquisa receberão pontuação 10 (dez) no critério A2, conforme os critérios de seleção e classificação definidos no Anexo a esta Portaria, quando se enquadrarem nas seguintes áreas de interesse prioritárias:

I - gestão governamental de programas de infraestrutura;

II - políticas públicas de infraestrutura: coordenação, articulação, formulação, implementação, monitoramento, avaliação;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800134

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

III - desenvolvimento da infraestrutura e sua relação com o desenvolvimento econômico, urbano e social e com a sustentabilidade ambiental;

IV - desafios e oportunidades de desenvolvimento da infraestrutura;

V - sustentabilidade econômica dos empreendimentos de infraestrutura;

VI - estratégias de implementação e gestão da infraestrutura de patrimônio da União;

VII - desburocratização, inovação e transformação dos mecanismos de transferência de recursos e investimento público em infraestrutura;

VIII - aperfeiçoamento e fortalecimento da gestão e da transparência na execução de investimentos públicos em infraestrutura;

IX - inovação no modelo de contratação da administração pública;

X - governança e gestão de riscos;

XI - atração de investimentos e modelos alternativos para o desenvolvimento da infraestrutura;

XII - papel do governo federal nas políticas de infraestrutura de competência de municípios, estados e Distrito Federal.

§1º Os projetos que não se enquadrarem nas áreas prioritárias receberão, no máximo, pontuação 7 (sete) no quesito A2.

§2º Caberá ao Comitê Consultivo da Carreira de Infraestrutura analisar a oportunidade e a conveniência para a Administração Pública Federal dos projetos de pesquisa apresentados pelos candidatos, avaliando o objeto a ser investigado, as competências a serem desenvolvidas e o potencial de aplicabilidade do estudo.

Art. 4º O interessado deve solicitar a inscrição em processo seletivo para afastamento para PCLD junto ao Órgão Supervisor da Carreira nos seguintes prazos:

I - até 17 de outubro de 2018, para curso com início no primeiro semestre de 2019; e

II - até 31 de março de 2019, para curso com início no segundo semestre de 2019.

§ 1º A documentação de que trata o art. 5º da Portaria SEGES nº 9.770, 27 de setembro de 2018, deverá ser encaminhada utilizando-se o sistema eletrônico de peticionamento, disponibilizado pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, mediante requerimento específico, até as 23 horas e 59 minutos da data especificada no caput.

§ 2º O servidor deverá anexar todos os documentos previstos no art. 5º da Portaria SEGES nº 9.770, de 2018, em formato digitalizado ".pdf", atendendo aos requisitos exigidos pelo sistema eletrônico.

§ 3º As solicitações de inscrição no processo seletivo para afastamento PCLD relativas ao primeiro semestre de 2019 recebidas até a data de publicação desta Portaria somente serão consideradas se os documentos apresentados atenderem aos requisitos previstos na Portaria SEGES nº 9.770, de 2018.

Art. 5º Os candidatos que obtiverem pontuação inferior a 70% dos pontos possíveis no bloco referente ao "Projeto de Pesquisa e Exposição de Motivos" serão automaticamente desclassificados.

Art. 6º Os critérios a serem analisados no processo seletivo encontram-se no Anexo a esta Portaria.

Art. 7º As análises dos projetos de pesquisa, bem como os processos seletivos serão distintos para cada uma das modalidades, de Mestrado e de Doutorado.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALINE RIBEIRO DANTAS DE TEIXEIRA SOARES

ANEXO

CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E CLASSIFICAÇÃO APLICADOS AO PROCESSO SELETIVO PARA PARTICIPAÇÃO DE AIE/EIS EM PCLD

Os candidatos a participar do Programa de Capacitação de Longa Duração (PCLD) serão classificados em uma escala de 0 a 100 pontos divididos em dois blocos, referentes à trajetória profissional e ao projeto de pesquisa, de acordo com a equação abaixo:

PF = ((TPx0,3) + (PPx0,7))

Onde:

PF = Pontuação Final

TP = Trajetória Profissional, em uma escala de 0 a 100 pontos

PP = Projeto de Pesquisa e Exposição de Motivos, em uma escala de 0 a 100 pontos

Bloco 1: Trajetória profissional

TP = (5 x (TE / (1 + TA)))

Onde:

TP = Trajetória Profissional, em uma escala de 0 a 100 pontos;

TE = tempo de efetivo exercício na carreira (em anos e meses, com máximo = 20 anos);

TA = tempo de afastamentos anteriores da carreira para pós-graduação (em anos e meses);

e TP é menor ou igual a 100.

Bloco 2: Projeto de Pesquisa e Exposição de Motivos

PP = Média de (A + (2,0xB) + (0,9xC) + (1,5 x D)+ (0,8 x E))

Média aritmética da pontuação total atribuída por cada integrante do Comitê aos quatro quesitos de análise, onde:

A = Tema e problema de pesquisa: três critérios pontuados numa escala de 0 a 10, cada um, com peso 1,0;

B = Objetivos: um critério pontuado numa escala de 0 a 10 com peso 2,0;

C = Geração de valor público, aplicabilidade e reprodutibilidade: três critérios pontuados numa escala de 0 a 10 com peso 0,9; e

D = Competências a serem desenvolvidas: um critério pontuado numa escala de 0 a 10, com peso 1,5;

E= Coerência interna do projeto e metodologia: um critério pontuado numa escala de 0 a 10, com peso 0,8;

e PP é menor ou igual a 100.

CRITÉRIOS DE DESEMPATE NA ÚLTIMA VAGA

1º - não ter se afastado anteriormente para PCLD; e

2º - maior pontuação na avaliação do projeto de pesquisa.

PARÂMETROS DE AVALIAÇÃO DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DE PROJETO DE PESQUISA

Pontue de 0 a 10, na ficha de análise, ao lado de cada critério, a fim de indicar o resultado da análise do projeto e da exposição de motivos, de acordo com a seguinte escala:

0 - Não atende minimamente ao esperado.

10 - Atende plenamente ao esperado.

QUESITO	CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO	PONTUAÇÃO	Justifique, se pontuação for ≤ 5	TOTAL
A. Tema e Problema de Pesquisa - até 30 pontos.	A1. Quão claras estão as proposições do tema e do problema a ser pesquisado? (peso 1,0)			
	A2. O tema proposto se enquadra nas áreas de interesse estabelecidas nesta Portaria? (peso 1,0)			
	A3. Quão relevante é o problema de pesquisa proposto para a administração pública federal? (peso 1,0)			
B. Objetivos - até 20 pontos.	B1. Quão factíveis e coerentes com o tema e o problema de pesquisa são os objetivos? (peso 2,0)			
C. Geração de valor público, aplicabilidade e reprodutibilidade-até 27 pontos.	C1. Qual o grau de relevância da pesquisa para a Administração Pública Federal? (peso 0,9)			
	C2. Qual a aplicabilidade da pesquisa para a Administração Pública Federal? (peso 0,9)			
	C3. Até que ponto o tema, o problema e a abordagem propostos evidenciam uma estratégia clara visando a gerar valor público? (peso 0,9)			

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800135

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

D. Competências a serem desenvolvidas - até 15 pontos.	D1. Como as competências a serem desenvolvidas acrescentam ou aperfeiçoam as competências inerentes ao cargo de AIE/EIS e sua atuação na Administração Pública Federal? (peso 1,5)			
E. Coerência interna do projeto e metodologia - até 8 pontos.	E1. Quão correta está a redação do projeto, particularmente quanto ao relacionamento entre suas partes, as referências bibliográficas e a adequação da metodologia? (peso 0,8)			
TOTAL GERAL DE PONTUAÇÃO				

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS

PORTARIA Nº 9.817, DE 27 DE SETEMBRO DE 2018

O SECRETÁRIO DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria GM nº 64, de 18 de abril de 2000, publicada no Diário Oficial da União de 19 de abril de 2000, e tendo em vista o disposto no § 3º do art. 165 da Constituição Federal, resolve:

Divulgar a execução do Orçamento de Investimento das Empresas Estatais relativa ao bimestre julho/agosto de 2018, bem como a execução da política de aplicação dos recursos das agências financeiras oficiais de fomento, na forma do relatório anexo.

FERNANDO ANTÔNIO RIBEIRO SOARES

ANEXO

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2018

Relatório de Execução Orçamentária referente ao 4º bimestre

1. O Orçamento de Investimento das Empresas Estatais Federais para o exercício de 2018 foi aprovado pela Lei 13.587, de 02 de janeiro de 2018, Lei Orçamentária Anual, publicada no Diário Oficial da União de 11.01.2018, no valor global de R$ 68.809.297.837,00 (sessenta e oito bilhões, oitocentos e nove milhões, duzentos e noventa e sete mil, oitocentos e trinta e sete reais). Esse montante agregava dotações para a execução de obras ou serviços em 240 projetos e 267 atividades.

2. O Orçamento de Investimento de 2018 teve sua dotação aumentada em decorrência da reabertura de créditos, transposições, incorporações e suplementações de créditos, no decorrer do exercício, no montante de R$ 35.635.798.812,00 (trinta e cinco bilhões, seiscentos e trinta e cinco milhões, setecentos e noventa e oito mil, oitocentos e doze reais). Desse movimento resultou uma Dotação Autorizada no montante de R$ 104.445.096.649,00 (cento e quatro bilhões, quatrocentos e quarenta e cinco milhões, noventa e seis mil, seiscentos e quarenta e nove reais). Este total engloba as programações de 86 empresas estatais federais, sendo 80 do setor produtivo e 6 do setor financeiro. Não foram computadas as entidades cujas programações constam integralmente dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social nem aquelas que não programaram investimentos.

3. As 86 empresas computadas atuam em diversos setores e ramos de atividades, sendo:

- 06, no setor financeiro e de seguros;
- 03, no setor de armazenamento e abastecimento de produtos agrícolas;
- 40, no setor de energia elétrica, em atividades de pesquisa, geração, transmissão, distribuição urbana e rural e comercialização;
- 16, no setor de petróleo, derivados e gás natural, em pesquisa, extração, refino, transporte e distribuição de derivados para o consumidor final;
- 07, no setor de administração portuária;
- 01, no setor de serviços postais;
- 01, no setor de desenvolvimento e administração da infraestrutura de aeroportos, bem como na proteção ao voo e segurança do tráfego aéreo;
- 03, no setor industrial de transformação, em segmentos diversificados, como produção de moeda, projetos navais e hemoderivados;
- 07, no setor de serviços, como processamento de dados, agenciamento de turismo e gestão de ativos;
- 01, no setor de pesquisa e desenvolvimento de energia; e
- 01, no setor de comunicações.

4. Na Tabela 01 a seguir, está demonstrado o movimento que resultou na Dotação Autorizada de R$ 104.445.096.649,00 (cento e quatro bilhões, quatrocentos e quarenta e cinco milhões, noventa e seis mil, seiscentos e quarenta e nove reais). Como consequência, o Orçamento de Investimento de 2018 passou a agregar dotações para a execução de obras e serviços em 240 projetos e 267 atividades.

TABELA 01 - Demonstrativo da evolução da dotação - até 4º bimestre

Valores em R$ 1,00

Especificação	Créditos Suplementação	Créditos Cancelamento	Movimento Líquido
Dotação Inicial (Lei nº 13.587, de 02 de janeiro de 2018)			R$ 68.809.297.837
Decreto 9352 de 23.04.2018 (Reabertura de Crédito Especial DEST)	162.000.000	0	162.000.000
Banco do Brasil S.A. - BB	162.000.000	0	162.000.000
Portaria DEST 3764 de 05.04.2018 (Alteração do Identificador de Resultado Primário, mantendo-se os demais atributos da programação)	1.546.341.000	1.546.341.000	0
Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS	1.546.341.000	1.546.341.000	0
Portaria/Ato/Resolução 77 de 10.04.2018 (Suplementação de subtítulos constantes da LOA-2014 identificados com RP 3 ou 5 (PAC) por anulação de dotações ou geração adicional de recursos)	133.763.099	133.763.099	0
Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA	9.573.099	9.573.099	0
Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS	124.190.000	124.190.000	0
Portaria/Ato/Resolução P187 de 28.06.2018 (Suplementação de subtítulos de projetos ou atividades até o limite de 30% do respectivo valor constante da Lei nº 13.587 de 02 de janeiro de 2018 (LOA-2018).)	614.369	614.369	0
Banco da Amazônia S.A. - BASA	510.915	510.915	0
Empresa Gerencial de Projetos Navais - EMGEPRON	103.454	103.454	0
Portaria/Ato/Resolução P187 de 28.06.2018 (A Suplementação/Cancelamento de dotações orçamentárias de subtítulos de projetos, atividade integrantes da mesma ação no âmbito da mesma empresa, não se aplica a restrição dos 30% do respectivo valor constante da LOA-2018.)	31.905.000	31.905.000	0
Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS	31.905.000	31.905.000	0
Portaria/Ato/Resolução P187 de 28.06.2018 (Suplementação de subtítulos constantes da LOA-2014 identificados com RP 3 ou 5 (PAC) por anulação de dotações ou geração adicional de recursos)	32.669.514.245	6.814.245	32.662.700.000
Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA	6.814.245	6.814.245	0
Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS	32.662.700.000	0	32.662.700.000
Portaria/Ato/Resolução P187 de 28.06.2018 (Adequação do Orçamento de Investimentos ao Orçamento Fiscal e da Seguridade)	13.145.606	0	13.145.606
Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA	10.120.242	0	10.120.242
Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP	3.025.364	0	3.025.364
Portaria/Ato/Resolução 233 de 23.07.2018 (Suplementação de subtítulos de projetos ou atividades até o limite de 30% do respectivo valor constante da Lei nº 13.587 de 02 de janeiro de 2018 (LOA-2018).)	2.790.940.392	1.000.000	2.789.940.392
Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A. - AmGT	21.360.692	0	21.360.692
Companhia das Docas do Estado da Bahia - CODEBA	1.000.000	1.000.000	0
Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS	2.768.579.700	0	2.768.579.700
Portaria/Ato/Resolução 233 de 23.07.2018 (Suplementação de subtítulos constantes da LOA-2014 identificados com RP 3 ou 5 (PAC) por anulação de dotações ou geração adicional de recursos)	8.012.814	0	8.012.814
FURNAS - Centrais Elétricas S.A.	8.012.814	0	8.012.814
Portaria DEST 9213 de 06.09.2018 (Alteração do Identificador de Resultado Primário, mantendo-se os demais atributos da programação)	7.000.000	7.000.000	0
Companhia das Docas do Estado da Bahia - CODEBA	1.000.000	1.000.000	0
Companhia Docas do Rio Grande do Norte - CODERN	6.000.000	6.000.000	0
Resumo dos Créditos	37.363.236.525	1.727.437.713	35.635.798.812
Dotação Total Autorizada			R$ 104.445.096.649

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800136

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

5. O Orçamento de Investimento, conforme estabelecido na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO para 2018 (Lei nº 13.473, de 08 de agosto de 2017), contempla os dispêndios de capital destinados à aquisição ou manutenção de bens do Ativo Imobilizado, excetuados os que envolvam arrendamento mercantil para uso próprio da empresa ou de terceiros e os valores do custo dos empréstimos contabilizados no ativo imobilizado, benfeitorias realizadas em bens da União por empresas estatais, e benfeitorias necessárias à infraestrutura de serviços públicos concedidos pela União.

6. Até o quarto bimestre de 2018, as empresas estatais realizaram investimentos no valor de R$ 45.055.546.106,00 (quarenta e cinco bilhões, cinquenta e cinco milhões, quinhentos e quarenta e seis mil, cento e seis reais) equivalentes a 43,1% da dotação autorizada.

Despesa por Órgão

7. A Tabela 02 apresenta o demonstrativo dos investimentos consolidados por Órgão, informando a dotação autorizada de cada ministério setorial para o exercício de 2018 e os valores já realizados no período de janeiro a agosto deste ano.

TABELA 02 - Execução OI - por Órgão

Valores em R$ 1,00

Descritores	Dotação Atual (a)	Realizado no 4° Bimestre (b)	Realizado até 4° Bimestre (c)	% (c/a)
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	59.042.773	753.881	1.096.684	1,9
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	1.048.651.050	42.657.815	248.736.340	23,7
Ministério da Fazenda	6.495.256.135	602.961.325	1.730.786.815	26,6
Ministério de Minas e Energia	95.368.627.530	16.432.136.152	42.727.423.628	44,8
Ministério da Saúde	329.590.154	1.679.529	7.429.292	2,3
Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil	1.025.537.750	115.110.779	330.741.777	32,3
Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	111.709.615	239.594	7.300.354	6,5
Ministério da Defesa	6.681.642	227.564	2.031.216	30,4
Total	104.445.096.649	17.195.766.639	45.055.546.106	43,1

Fontes de financiamento dos investimentos

8. A Tabela 03 apresenta o demonstrativo das fontes de financiamento dos investimentos agregadas por natureza.

TABELA 03 - Fontes de Financiamento dos Investimentos - OI

Valores em R$ 1,00

Descritores	Dotação Atual (a)	Realizado no 4° Bimestre (b)	% (b/tb)	Realizado até 4° Bimestre (c)	% (c/tc)
Recursos Próprios	99.884.971.660	16.958.120.323	98,6	44.035.827.155	97,7
Geração Própria	99.884.971.660	16.958.120.323	98,6	44.035.827.155	97,7
Recursos Para Aumento Do Patrimônio Líquido	1.457.830.968	124.974.756	0,7	522.055.260	1,2
Controladora	397.253.722	13.112.548	0,1	63.347.167	0,1
Tesouro	1.060.577.246	111.862.208	0,7	458.708.093	1,0
Direto	728.174.350	109.062.729	0,6	299.339.575	0,7
Saldos de Exercícios Anteriores	332.402.896	2.799.479	0,0	159.368.518	0,4
Operações De Crédito De Longo Prazo	2.536.383.092	110.970.514	0,6	446.760.172	1,0
Internas	2.536.383.092	110.970.514	0,6	446.760.172	1,0
Outros Recursos De Longo Prazo	565.910.929	1.701.046	0,0	50.903.519	0,1
Controladora	565.910.929	1.701.046	0,0	50.903.519	0,1
Total	104.445.096.649	17.195.766.639	100,0	45.055.546.106	100,0

9. Dos gastos realizados com investimentos em 2018, parcela equivalente a 97,7% do total realizado, foi financiada com recursos de Geração Própria. Em relação à dotação atual total, os recursos de geração própria previstos equivalem a 95,63%.

Despesa por Funções e Subfunções

10. Para efeito de programação orçamentária, bem como para o controle da execução, as ações diretas ou indiretas do Governo são agrupadas por Função e Subfunção. As funções representam o maior nível de agregação das despesas que competem ao setor público e guardam relação com a estrutura organizacional do Governo Federal. A subfunção constitui parte da função em que se agrega determinado subconjunto de despesas do setor público, de forma a identificar a natureza básica das ações que se aglutinam nas funções. As subfunções podem ser combinadas com diferentes funções.

11. As tabelas 04 e 05 demonstram os valores realizados do Orçamento de Investimento no quarto bimestre de 2018 e no acumulado do exercício, agrupados, respectivamente, por funções e subfunções.

TABELA 04 - Execução OI - por Função

Valores em R$ 1,00

Descritores	Dotação Atual (a)	Realizado no 4° Bimestre (b)	Realizado até 4° Bimestre (c)	% (c/a)
Agricultura	59.042.773	753.881	1.096.684	1,9
Saúde	329.590.154	1.679.529	7.429.292	2,3
Indústria	76.635.172	9.950.436	19.038.310	24,8
Comércio e Serviços	6.416.763.628	517.714.999	1.590.739.641	24,8
Comunicações	961.618.000	39.293.155	244.422.895	25,4
Defesa Nacional	6.681.642	227.564	2.031.216	30,4
Transporte	1.046.705.750	115.162.472	331.173.042	31,6
Energia	95.348.059.530	16.432.084.459	42.727.035.979	44,8
Previdência Social	200.000.000	78.900.144	132.579.047	66,3
Total	104.445.096.649	17.195.766.639	45.055.546.106	43,1

TABELA 05 - Execução OI - por SubFunção

Valores em R$ 1,00

Descritores	Dotação Atual (a)	Realizado no 4° Bimestre (b)	Realizado até 4° Bimestre (c)	% (c/a)
Administração Geral	2.226.647.822	108.627.894	521.518.673	23,4
Tecnologia da Informação	3.531.745.458	418.467.756	1.054.804.449	29,9
Suporte Profilático e Terapêutico	322.310.924	1.677.389	7.299.921	2,3
Produção Industrial	60.880.064	8.752.779	20.468.568	33,6
Comercialização	608.034.000	66.858.075	225.475.969	37,1
Serviços Financeiros	2.656.436.869	172.370.303	506.850.810	19,1
Comunicações Postais	300.000.000	29.404.064	80.432.869	26,8
Telecomunicações	149.000.000	5.517.255	140.441.303	94,3
Energia Elétrica	7.885.584.662	625.647.542	1.895.117.847	24,0

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800137

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Combustíveis Minerais	81.927.089.700	15.339.741.033	39.010.749.540	47,6
Biocombustíveis	10.275.000	747.782	1.736.067	16,9
Transporte Aéreo	558.310.771	92.629.319	263.626.496	47,2
Transporte Hidroviário	1.481.528.379	98.373.177	584.020.399	39,4
Transportes Especiais	2.727.253.000	226.952.271	743.003.195	27,2
Total	104.445.096.649	17.195.766.639	45.055.546.106	43,1

Despesa por Programa

12. Os programas constituem-se instrumentos de organização da ação governamental, voltados para a concretização dos objetivos pretendidos. O objetivo de cada programa é atingido por meio da execução, pelas unidades orçamentárias, dos projetos e atividades constantes das ações que o compõem.

TABELA 06 - Execução OI - por Programa

Valores em R$ 1,00

Descritores	Dotação Atual (a)	Realizado no 4° Bimestre (b)	Realizado até 4° Bimestre (c)	% (c/a)
Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Instituições Financeiras Oficiais Federais	2.656.436.869	172.370.303	506.850.810	19,1
Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais	6.235.644.682	576.941.757	1.759.810.991	28,2
Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	322.310.924	1.677.389	7.299.921	2,3
Aviação Civil	558.310.771	92.629.319	263.626.496	47,2
Combustíveis	7.274.031.000	596.890.393	2.262.503.325	31,1
Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia	249.000.000	6.201.785	149.147.326	59,9
Energia Elétrica	7.736.153.143	617.870.009	1.866.148.714	24,1
Petróleo e Gás	78.914.014.700	15.112.225.066	38.170.550.824	48,4
Transporte Aquaviário	430.273.379	15.816.903	57.082.458	13,3
Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia	68.921.181	3.143.715	12.525.241	18,2
Total	104.445.096.649	17.195.766.639	45.055.546.106	43,1

13. Alguns programas, principalmente no âmbito do setor de Petróleo e Gás, destacam-se em comparação aos demais, não apenas pelo vulto dos recursos que lhes são destinados, mas também pelo empenho das empresas. São apresentados em seguida os programas com os 5 maiores valores realizados e a participação de cada um no total realizado pelas empresas estatais nos 10 programas:

- Petróleo e Gás, 84,7%;
- Combustíveis, 5%;
- Energia Elétrica, 4,1%;
- Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais, 3,9%; e
- Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Instituições Financeiras Oficiais Federais, 1,1%.

Despesa por Órgão/Unidade

14. A Tabela 07 apresenta o demonstrativo dos investimentos consolidados para cada Órgão e Unidade, discriminando os valores da respectiva dotação autorizada para 2018, do realizado no 4º bimestre, e do acumulado no exercício, bem como o coeficiente de desempenho observado no período.

TABELA 07 - Execução OI - por Órgão/Unidade

Valores em R$ 1,00

Descritores	Dotação Atual (a)	Realizado no 4° Bimestre (b)	Realizado até 4° Bimestre (c)	% (c/a)
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO	59.042.773	753.881	1.096.684	1,9
Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S.A. - CEASAMINAS	5.519.300	724.361	790.577	14,3
Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais - CASEMG	1.630.000	12.540	175.315	10,8
Ceagesp - COMPANHIA DE ENTREPOSTOS E ARMAZÉNS GERAIS DE SÃO PAULO	51.893.473	16.980	130.792	0,3
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES	1.048.651.050	42.657.815	248.736.340	23,7
Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP	86.433.050	3.364.660	4.269.829	4,9
Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT	800.000.000	33.150.847	102.595.109	12,8
Telecomunicações Brasileiras S.A. - TELEBRAS	162.218.000	6.142.308	141.871.402	87,5
MINISTÉRIO DA FAZENDA	6.495.256.135	602.961.325	1.730.786.815	26,6
Banco da Amazônia S.A. - BASA	47.911.586	0	3.050.957	6,4
Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO	187.000.000	38.258.283	53.746.589	28,7
Banco do Nordeste do Brasil S.A. - BNB	164.833.500	3.314.809	5.098.830	3,1
Casa da Moeda do Brasil - CMB	76.635.172	9.950.436	19.038.310	24,8
Caixa Econômica Federal - CAIXA	2.426.993.104	320.054.034	657.733.987	27,1
Cobra Tecnologia S.A.	43.475.233	4.870.379	21.187.210	48,7
Banco do Brasil S.A. - BB	3.337.157.704	147.521.870	837.954.644	25,1
Bbtur Viagens e Turismo Ltda	5.000.000	0	33.923	0,7
Empresa Gestora de Ativos - EMGEA	3.249.836	0	37.200	1,1
Ativos S.A. - SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS	3.000.000	91.370	326.118	10,9
Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - DATAPREV	200.000.000	78.900.144	132.579.047	66,3
MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA	95.368.627.530	16.432.136.152	42.727.423.628	44,8
Centro de Pesquisas de Energia Elétrica - CEPEL	10.000.000	179.521	1.799.414	18,0
Eletrobrás Termonuclear S.A. - ELETRONUCLEAR	1.771.320.563	120.996.563	269.774.247	15,2
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS	41.236.176	330.471	7.279.766	17,7
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - ELETRONORTE	630.515.006	27.182.171	83.609.677	13,3
Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	144.394.321	12.051.984	38.649.119	26,8
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF	1.559.005.808	173.324.519	572.214.964	36,7
Furnas - CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.	826.363.794	88.089.214	232.868.432	28,2
Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS	73.477.330.700	13.493.633.533	33.119.932.767	45,1
Petrobras Distribuidora S.A. - BR	675.485.000	75.483.236	259.133.965	38,4
Petrobras Gás S.A. - GASPETRO	100.000	0	39.771	39,8
Eletrobrás Participações S.A. - ELETROPAR	315.000	0	0	0,0
Companhia de Eletricidade do Acre - ELETROACRE	122.639.854	10.189.624	36.406.337	29,7
Companhia Energética de Alagoas - CEAL	179.044.644	23.179.025	94.507.528	52,8
Companhia Energética do Piauí - CEPISA	301.911.502	34.189.975	126.713.510	42,0
Centrais Elétricas de Rondônia S.A. - CERON	510.368.709	22.113.666	89.258.441	17,5
Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-brasil S.A. - TBG	70.209.000	4.965.613	20.314.439	28,9
Boa Vista Energia S.A. - BVENERGIA	55.640.295	1.724.386	9.505.651	17,1
Amazonas Distribuidora de Energia S.A. - AME	716.704.600	44.999.847	190.329.409	26,6
Petrobras Transporte S.A. - TRANSPETRO	1.367.797.000	97.915.342	611.677.537	44,7
Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica - CGTEE	148.065.774	853.943	21.716.526	14,7

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800138

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A. - PB-LOG	200.000	0	0	0,0
Petrobras Netherlands B.v. - PNBV	9.756.974.000	1.754.712.570	5.587.425.956	57,3
Petrobras International Braspetro B.v. - PIB BV	1.753.643.000	377.539.591	1.074.203.212	61,3
Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG	189.700.000	3.119.749	27.137.891	14,3
Liquigás Distribuidora S.A. - LIQUIGÁS	95.698.000	14.535.271	42.279.173	44,2
Stratura Asfaltos S.A.	3.997.000	625.339	1.138.334	28,5
Petrobras Biocombustível S.A. - PBIO	12.275.000	891.396	2.255.176	18,4
Companhia Integrada Têxtil de Pernambuco - CITEPE	9.533.000	0	1.739.147	18,2
Companhia Petroquímica de Pernambuco - PETROQUÍMICASUAPE	8.343.000	0	5.408.762	64,8
Gas Brasiliano Distribuidora S.A.	58.187.000	5.106.208	10.375.514	17,8
Uirapuru Transmissora de Energia S.A.	675.070	0	587.290	87,0
Transmissora Sul Brasileira de Energia S.A. - TSBE	100.000	10.708	54.449	54,4
Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A. - TSLE	30.681.588	4.986.743	12.675.740	41,3
Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A. - AMGT	156.642.189	4.998.401	16.679.388	10,6
Araucária Nitrogenados S.A.	110.000.000	7.315.472	71.602.204	65,1
Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. - PRÉ-SAL PETRÓLEO S.A.	36.530.511	0	0	0,0
Transpetro International B.v.	76.368.000	13.808.720	33.666.481	44,1
Brasil Ventos Energia S/a	48.000	2.480	19.078	39,7
Transenergia Goiás S.A.	1.500.000	0	83.687	5,6
Geradora Eolica Ventos de Angelim S.A.	12.069	0	7.875	65,2
Geradora Eolica Ventos de Santa Rosa S.A.	12.069	0	9.533	79,0
Geradora Eolica Ventos de Uirapuru S.A.	12.069	0	0	0,0
Geradora Eolica Arara Azul S.A.	12.069	0	6.485	53,7
Geradora Eolica Bentevi S.A.	12.069	0	4.391	36,4
Geradora Eolica Ouro Verde I S.A.	12.069	0	10.430	86,4
Geradora Eolica Ouro Verde Ii S.A.	12.069	0	8.996	74,5
Geradora Eolica Ouro Verde Iii S.A.	12.069	0	5.562	46,1
Energia dos Ventos V S.A.	57.442.818	1.220.427	6.346.163	11,0
Energia dos Ventos Vi S.A.	86.311.597	1.758.214	8.695.922	10,1
Energia dos Ventos Vii S.A.	86.170.841	1.650.843	8.194.246	9,5
Energia dos Ventos Viii S.A.	57.674.081	1.246.210	6.178.936	10,7
Energia dos Ventos Ix S.A.	57.420.817	1.389.014	7.136.998	12,4
Fronteira Oeste Transmissora de Energia S.A.	101.693.580	5.811.489	17.749.235	17,5
Eólica Hermenegildo I S.A.	3.141.372	0	1.200	0,0
Eólica Hermenegildo Ii S.A.	2.690.568	0	0	0,0
Eólica Hermenegildo Iii S.A.	5.019.000	0	0	0,0
Eólica Chuí Ix S.A.	1.423.200	4.674	4.674	0,3
MINISTÉRIO DA SAÚDE	329.590.154	1.679.529	7.429.292	2,3
Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia - HEMOBRÁS	329.590.154	1.679.529	7.429.292	2,3
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES, PORTOS E AVIAÇÃO CIVIL	1.025.537.750	115.110.779	330.741.777	32,3
Companhia Docas do Ceará - CDC	16.542.483	103.189	4.695.555	28,4
Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA	59.360.937	10.632.332	28.915.543	48,7
Companhia das Docas do Estado da Bahia - CODEBA	133.614.470	451.702	2.487.867	1,9
Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP	167.271.979	2.195.006	14.097.260	8,4
Companhia Docas do Pará - CDP	20.455.831	604.117	937.179	4,6
Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ	47.412.667	2.042.224	6.913.869	14,6
Companhia Docas do Rio Grande do Norte - CODERN	19.272.612	74.538	1.578.140	8,2
Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO	561.606.771	99.007.671	271.116.364	48,3
MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO	111.709.615	239.594	7.300.354	6,5
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	109.958.315	233.956	7.070.616	6,4
Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. - ABGF	1.751.300	5.638	229.738	13,1
MINISTÉRIO DA DEFESA	6.681.642	227.564	2.031.216	30,4
Empresa Gerencial de Projetos Navais - EMGEPRON	6.681.642	227.564	2.031.216	30,4
Total	104.445.096.649	17.195.766.639	45.055.546.106	43,1

15. Das 86 empresas que tiveram programação de dispêndios aprovada no âmbito do Orçamento de Investimento de 2018, 22 apresentaram, até o quarto bimestre, desempenho, em termos percentuais de realização das respectivas dotações autorizadas, superior ao percentual geral de 43,1%. São elas: Telebras, 87,5%; Uirapuru, 87,0%; Ouro Verde I, 86,4%; Ventos de Santa Rosa, 79,0%; Ouro Verde II, 74,5%; Dataprev, 66,3%; Ventos de Angelim, 65,2%; Araucária, 65,1%; Petroquímicasuape, 64,8%; PIB BV, 61,3%; PNBV, 57,3%; TSBE, 54,4%; Arara Azul, 53,7%; Ceal, 52,8%; Cobra, 48,7%; Codesa, 48,7%; Infraero, 48,3%; Ouro Verde III, 46,1%; Petrobras, 45,1%; Transpetro, 44,7%; Liquigás, 44,2%; TI B.V., 44,1%. As empresas Eolica Hermenegildo II, Eolica Hermenegildo III, Eletropar, PB-LOG, PPSA, Ventos de Uirapuru, não apresentaram execução no período.

Distribuição geográfica da despesa

16. A Tabela 08 apresenta quadro consolidado da despesa por macrorregião geográfica, informando as respectivas dotações, os valores realizados no bimestre, bem como a participação percentual de cada uma nos grandes agregados. Os subtítulos cuja localização transcende os limites de uma ou mais regiões e que, devido às suas características físicas e técnicas, não podem ser desmembrados, foram classificados no tópico Nacional e representaram 73,9% do montante realizado. Os investimentos implementados no exterior participaram com 10,5%.

TABELA 08 - Execução OI - por Macrorregião

Valores em R$ 1,00

Descritores	Dotação Atual (a)	Realizado no 4° Bimestre (b)	Realizado até 4° Bimestre (c)	Composição % de(a) a/Ta	Composição % de(c) c/Tc
Exterior	9.481.290.185	1.764.284.552	4.743.923.107	9,1	10,5
Nacional	68.446.458.873	13.606.668.904	33.289.712.677	65,5	73,9
Região Centro-Oeste	279.379.136	11.163.668	184.673.427	0,3	0,4
Região Nordeste	5.496.424.619	438.727.325	1.682.006.350	5,3	3,7
Região Norte	2.392.712.135	146.588.304	553.719.530	2,3	1,2
Região Sudeste	17.828.910.986	1.207.284.014	4.468.013.093	17,1	9,9
Região Sul	519.920.715	21.049.872	133.497.922	0,5	0,3
Total	104.445.096.649	17.195.766.639	45.055.546.106	100,0	100,0

17. Da relação percentual entre gasto efetivo e Dotação Autorizada de cada região, resultam os seguintes coeficientes de desempenho: Nacional, 48,6%; Exterior, 50,0%; Região Norte, 23,1%; Região Nordeste, 30,6%; Região Sudeste, 25,1%; Região Sul, 25,7%; e Região Centro-Oeste, 66,1%.

Política de aplicação de recursos das agências financeiras oficiais de fomento

18. As aplicações previstas pelas agências financeiras oficiais de fomento foram definidas em consonância com as prioridades e metas da administração federal e com as disposições constantes da Lei nº 13.473, de 08 de agosto de 2017 (LDO de 2018).

19. As tabelas de 9 a 13, a seguir, apresentam demonstrativos consolidados referentes à posição atual do Plano de Aplicação dos Recursos das Agências de Fomento, o acompanhamento do movimento das operações de crédito das agências, até o 4º bimestre de 2018, bem como a origem dos recursos que as sustentaram, em conformidade com o disposto no § 3º do art. 115 da LDO de 2018, tendo presente que:

1) os valores representativos de fluxo das aplicações foram apurados pelas agências financeiras segundo o critério de variação de saldo dos empréstimos e financiamentos, consideradas as apropriações de juros e outros encargos não liquidados, deduzidas as amortizações; e 2) a definição do porte do tomador levou em conta a classificação adotada pelo BNDES.

TABELAS 09 a 13

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800139

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO

TABELA 09 - POLÍTICA DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS DAS AGÊNCIAS FINANCEIRAS OFICIAIS DE FOMENTO 2018

(Lei nº 13.473, de 8 de agosto de 2017 - LDO 2018 - Art. 110 - §3º)

Demonstrativo das aplicações em Operações de Crédito, por Região, Unidade da Federação, Setor de Atividade, Origem dos Recursos Aplicados e Porte do Tomador

EMPRÉSTIMOS/FINANCIAMENTOS

Consolidado das Agências

em R$ mil

Região/UF	Saldos em 31.12.2017	Saldos em 31.12.2017																
			Setor de Atividade							Origem de Recursos			Porte do Tomador				
		Total	Rural	Industrial	Comércio	Intermed. Financ.	Outros Serviços	Habitação	Outros	Próprio	Tesouro	Outras Fontes	Micro	Pequeno	Médio	Médio-Grande	Grande
Região Norte	124.289.209	124.289.209	21.970.515	10.847.277	7.815.186	18.114.912	34.363.977	14.540.931	16.636.411	64.462.656	35.637.912	24.188.642	59.859.540	7.355.921	6.535.339	932.413	49.605.996
Acre	5.721.312	5.721.312	1.041.292	357.885	668.704	255.056	1.581.307	584.434	1.232.634	3.251.009	1.674.140	796.163	3.654.834	594.558	332.869	13.027	1.126.024
Amapá	5.605.220	5.605.220	145.719	104.875	362.018	210.375	2.890.149	396.152	1.495.932	3.920.846	947.586	736.788	3.198.594	263.792	198.544	21.054	1.923.236
Amazonas	14.908.825	14.908.825	317.171	2.336.188	1.349.501	1.323.650	3.541.141	3.263.082	2.778.092	8.095.191	3.729.732	3.083.902	6.974.201	905.256	1.499.002	317.088	5.213.278
Pará	51.136.300	51.136.300	6.273.699	5.416.299	2.710.972	9.949.168	15.989.657	5.670.638	5.125.867	25.997.480	14.362.458	10.776.362	19.586.037	2.762.153	1.878.184	251.923	26.658.004
Rondônia	25.216.501	25.216.501	6.578.708	1.820.921	1.621.585	4.295.411	6.497.797	2.114.139	2.287.941	11.957.832	9.178.323	4.080.346	11.795.405	1.208.860	1.500.298	56.796	10.655.144
Roraima	3.887.102	3.887.102	482.574	64.454	266.829	166.376	1.468.965	561.765	876.139	2.533.187	392.012	961.903	2.960.495	213.937	262.608	1.827	448.234
Tocantins	17.813.949	17.813.949	7.131.352	746.655	835.578	1.914.876	2.394.961	1.950.721	2.839.806	8.707.110	5.353.662	3.753.177	11.689.975	1.407.365	863.834	270.699	3.582.076
Região Nordeste	324.660.539	324.660.539	36.638.621	54.246.820	18.826.155	16.375.337	71.222.224	71.640.850	55.710.532	172.590.460	70.399.788	81.670.291	173.720.772	20.156.795	21.246.368	2.504.521	107.032.083
Alagoas	15.040.281	15.040.281	1.412.418	2.051.308	952.003	461.955	1.509.549	5.283.493	3.369.555	7.904.926	2.601.049	4.534.306	11.125.232	750.699	770.773	55.940	2.337.638
Bahia	86.969.982	86.969.982	14.704.889	14.024.996	4.974.559	5.238.309	17.892.410	16.731.204	13.403.614	47.701.731	20.192.990	19.075.261	44.382.598	6.196.372	6.047.684	782.930	29.560.398
Ceará	48.733.436	48.733.436	3.353.157	10.066.664	3.556.063	2.582.840	11.081.377	9.512.369	8.580.965	24.891.857	11.071.725	12.769.854	23.552.397	3.086.574	3.684.761	366.659	18.043.045
Maranhão	36.532.562	36.532.562	6.139.851	4.354.154	2.012.580	1.459.315	10.801.736	5.640.309	6.124.617	21.069.419	7.909.799	7.553.344	17.700.097	2.611.224	1.985.809	166.673	14.068.758
Paraíba	20.980.636	20.980.636	1.176.118	2.264.476	1.218.514	744.036	2.814.884	7.863.221	4.899.387	10.583.169	3.264.660	7.132.807	15.255.968	1.120.872	1.189.471	82.569	3.331.756
Pernambuco	53.697.597	53.697.597	3.351.008	16.529.151	2.982.144	2.446.421	10.664.721	10.582.820	7.141.333	27.449.449	12.911.720	13.336.428	25.500.935	2.863.374	3.119.983	599.207	21.614.099
Piauí	22.857.783	22.857.783	3.410.900	1.610.679	1.440.557	1.818.654	6.270.653	3.530.505	4.775.833	12.228.509	5.186.884	5.442.390	11.246.233	1.388.209	1.518.781	365.195	8.339.363
Rio Grande do Norte	26.933.431	26.933.431	1.219.882	2.089.578	1.111.193	976.255	8.808.779	7.361.647	5.366.097	14.137.935	4.723.299	8.072.197	15.473.689	1.289.279	2.026.598	35.575	8.108.290
Sergipe	12.914.832	12.914.832	1.870.398	1.255.813	578.542	647.551	1.378.116	5.135.281	2.049.132	6.623.467	2.537.661	3.753.704	9.483.623	850.191	902.508	49.773	1.628.737
Região Sudeste	959.679.556	959.679.556	56.579.424	174.340.242	51.005.442	100.116.442	203.663.872	213.657.087	160.317.046	662.153.154	54.453.698	243.072.704	470.193.154	32.576.495	36.723.596	16.027.810	404.158.501
Espírito Santo	25.716.727	25.716.727	4.587.097	1.998.833	1.619.561	2.966.178	4.290.364	6.717.954	3.536.739	17.018.950	2.088.121	6.609.656	17.739.615	1.406.933	1.215.649	368.563	4.985.967
Minas Gerais	189.121.966	189.121.966	23.492.609	20.984.878	10.156.631	16.202.116	20.705.541	50.474.596	47.105.594	126.328.537	10.878.439	51.914.990	125.073.480	8.670.266	7.288.546	3.671.513	44.418.161
Rio de Janeiro	231.273.604	231.273.604	1.076.066	32.916.185	7.014.930	34.495.928	77.160.651	35.396.742	43.213.104	184.431.017	10.045.412	36.797.175	78.551.389	3.733.372	3.823.216	2.864.707	142.300.920
São Paulo	513.567.258	513.567.258	27.423.652	118.440.346	32.214.321	46.452.221	101.507.316	121.067.795	66.461.609	334.374.650	31.441.726	147.750.882	248.828.670	18.765.924	24.396.185	9.123.026	212.453.453
Região Sul	360.365.715	360.365.715	72.454.867	50.073.396	23.897.249	47.052.815	36.344.919	93.167.961	37.374.510	216.029.883	27.112.975	117.222.857	221.507.627	21.512.091	19.517.217	10.845.040	86.983.741
Paraná	142.010.520	142.010.520	33.232.226	18.365.670	10.853.093	17.381.989	12.057.266	36.677.281	13.442.992	83.674.406	10.291.633	48.044.481	88.465.334	7.825.752	6.856.361	4.398.010	34.465.063
Rio Grande do Sul	126.969.601	126.969.601	27.360.822	17.654.003	7.130.491	16.226.137	13.871.406	32.993.393	11.733.349	77.335.711	9.011.931	40.621.959	80.536.463	7.799.080	6.940.966	2.968.415	28.724.678
Santa Catarina	91.385.595	91.385.595	11.861.818	14.053.722	5.913.664	13.444.689	10.416.247	23.497.287	12.198.169	55.019.766	7.809.412	28.556.417	52.505.831	5.887.258	5.719.890	3.478.615	23.794.000
Região Centro-Oeste	241.266.619	241.266.619	50.403.268	15.504.440	9.500.016	27.113.065	54.610.577	50.499.872	33.635.380	149.402.794	28.473.800	63.390.025	156.695.908	13.061.813	8.691.856	2.980.225	59.836.817
Distrito Federal	77.789.998	77.789.998	2.450.730	2.084.870	1.746.342	13.741.724	28.124.580	16.860.283	12.781.470	60.456.330	4.190.976	13.142.692	47.008.268	1.728.507	1.373.294	568.635	27.111.294
Goiás	74.042.530	74.042.530	19.050.142	4.882.710	3.290.887	4.713.247	12.037.809	19.649.098	10.418.637	39.210.011	9.757.458	25.075.061	56.023.744	4.301.928	2.823.553	1.041.608	9.851.697
Mato Grosso	51.238.557	51.238.557	18.743.232	1.992.680	2.554.864	5.766.035	9.448.173	7.090.931	5.642.643	27.728.888	7.750.717	15.758.952	30.762.361	4.807.904	3.079.781	933.432	11.655.080
Mato Grosso do Sul	38.195.533	38.195.533	10.159.163	6.544.180	1.907.923	2.892.059	5.000.016	6.899.561	4.792.630	22.007.565	6.774.648	9.413.320	22.901.535	2.223.474	1.415.228	436.550	11.218.747
TOTAL	2.010.261.639	2.010.261.639	238.046.695	305.012.175	111.044.047	208.772.571	400.205.570	443.506.702	303.673.880	1.264.638.948	216.078.173	529.544.518	1.081.977.002	94.663.114	92.714.375	33.290.009	707.617.139

TABELA 10 - POLÍTICA DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS DAS AGÊNCIAS FINANCEIRAS OFICIAIS DE FOMENTO 2018

(Lei nº 13.473, de 8 de agosto de 2017 - LDO 2018 - Art. 110 - §3º)

Demonstrativo das aplicações em Operações de Crédito, por Região, Unidade da Federação, Setor de Atividade, Origem dos Recursos Aplicados e Porte do Tomador

EMPRÉSTIMOS/FINANCIAMENTOS - EFETIVAMENTE CONCEDIDOS

Consolidado das Agências

em R$ mil

Região/UF	Programação 2018	Realizado até o 4º Bimestre / 2018																
			Setor de Atividade							Origem de Recursos			Porte do Tomador				
		Total	Rural	Industrial	Comércio	Intermed. Financ.	Outros Serviços	Habitação	Outros	Próprio	Tesouro	Outras Fontes	Micro	Pequeno	Médio	Médio-Grande	Grande
Região Norte	237.013.330	196.194.430	4.594.221	1.708.891	3.364.345	436.594	161.554.579	13.124.134	11.411.666	184.730.847	2.094.037	9.369.546	172.144.054	18.385.142	2.799.528	150.451	2.715.255
Acre	23.987.490	20.325.822	179.962	132.198	207.532	21.041	18.643.610	518.744	622.736	19.748.898	95.447	481.477	18.218.514	1.782.633	227.910	2.206	94.559
Amapá	15.902.242	14.500.053	20.022	72.689	155.415	10.161	11.784.390	359.364	2.098.014	14.072.264	62.829	364.960	13.132.385	1.137.030	140.312	3.129	87.197
Amazonas	32.545.351	25.651.407	66.808	377.164	416.001	113.785	20.279.582	2.692.087	1.705.979	24.172.873	153.554	1.324.980	21.079.269	3.026.097	455.113	55.514	1.035.414
Pará	72.736.663	60.141.426	1.380.838	522.008	1.244.218	141.946	46.679.212	6.512.017	3.661.186	55.368.295	579.614	4.193.517	52.103.188	6.498.573	853.929	80.003	605.732
Rondônia	42.850.676	34.953.376	1.210.728	300.538	692.230	39.494	30.377.040	1.080.657	1.252.689	33.361.766	636.191	955.419	31.151.309	2.953.706	416.692	1.457	430.211
Roraima	13.846.283	12.134.195	317.083	55.171	176.337	7.724	10.601.369	319.779	656.732	11.456.992	50.675	626.528	11.321.625	725.237	58.937	556	27.840
Tocantins	35.144.627	28.488.154	1.418.780	249.124	472.611	102.444	23.189.377	1.641.487	1.414.331	26.549.760	515.728	1.422.666	25.137.763	2.261.867	646.636	7.586	434.302
Região Nordeste	710.228.234	605.826.496	8.210.776	8.588.513	12.923.976	975.665	476.348.622	64.931.775	33.847.168	534.352.509	8.651.760	62.822.226	520.825.530	50.561.884	10.291.369	2.546.278	21.601.435
Alagoas	34.916.718	28.213.273	249.388	221.568	546.004	17.938	20.224.287	4.872.737	2.081.351	24.319.307	202.447	3.691.519	25.293.315	2.462.595	367.742	4.745	84.876
Bahia	187.505.583	160.475.619	3.270.938	2.137.121	3.367.544	322.843	129.111.998	14.408.829	7.856.345	145.685.473	2.652.073	12.138.073	133.587.488	14.147.447	2.803.415	1.776.935	8.160.333
Ceará	122.829.950	99.367.286	478.055	1.890.712	3.966.630	152.809	79.816.493	8.902.738	4.159.850	86.298.929	1.151.677	11.916.680	86.431.935	9.583.032	1.463.038	194.345	1.694.936
Maranhão	60.946.986	53.060.857	1.599.027	666.074	1.036.173	112.178	42.028.797	5.127.901	2.490.705	47.443.336	987.260	4.630.261	43.652.694	4.651.284	1.015.029	37.862	3.703.988
Paraíba	52.016.429	43.492.686	251.438	481.061	834.203	35.020	33.827.968	5.957.496	2.105.500	38.164.120	348.794	4.979.772	39.051.726	3.292.362	539.438	32.655	576.505
Pernambuco	104.703.715	94.771.652	984.006	1.825.126	1.446.455	230.792	71.103.653	10.405.967	8.775.653	81.917.211	1.105.249	11.749.192	79.848.684	7.543.003	2.083.054	480.232	4.816.679
Piauí	40.445.666	35.798.427	813.541	364.787	737.268	44.720	28.183.350	3.427.036	2.227.726	30.017.928	1.082.294	4.698.205	31.375.387	2.671.978	805.391	6.484	939.188
Rio Grande do Norte	75.741.875	64.885.382	173.361	569.697	602.983	30.226	53.367.916	7.213.846	2.927.353	58.768.363	721.321	5.395.698	58.265.029	4.295.739	810.027	3.808	1.510.778
Sergipe	31.121.312	25.761.316	391.023	432.368	386.715	29.138	18.684.161	4.615.226	1.222.685	21.737.843	400.646	3.622.827	23.319.272	1.914.445	404.234	9.213	114.151
Região Sudeste	2.394.929.875	1.566.752.431	20.614.704	32.069.787	24.438.995	14.907.940	1.248.634.238	152.942.275	73.144.493	1.436.748.903	940.618	129.062.911	1.329.200.548	115.945.004	17.422.730	3.549.717	100.634.432
Espírito Santo	67.595.868	56.834.662	815.644	558.460	1.174.754	296.261	47.550.745	4.049.615	2.389.183	53.900.311	173.222	2.761.129	49.969.431	5.127.261	771.955	131.359	834.657
Minas Gerais	845.713.968	337.498.106	9.145.877	4.358.104	7.824.235	1.791.323	262.947.524	28.819.930	22.611.113	311.659.998	357.727	25.480.381	297.731.140	25.753.149	5.129.290	1.151.174	7.733.354
Rio de Janeiro	462.385.432	348.059.187	676.048	2.811.929	6.947.986	8.452.921	265.753.410	46.631.882	16.785.010	312.930.588	36.256	35.092.343	300.631.115	20.479.051	1.655.161	409.526	24.884.334
São Paulo	1.019.234.607	824.360.476	9.977.135	24.341.294	8.492.019	4.367.435	672.382.559	73.440.848	31.359.187	758.258.006	373.412	65.729.058	680.868.862	64.585.544	9.866.324	1.857.659	67.182.088
Região Sul	1.376.353.216	649.781.271	26.782.885	10.173.345	11.643.683	4.213.961	519.058.659	51.802.825	26.105.914	594.915.987	792.878	54.072.406	558.198.039	54.109.342	11.761.712	2.038.576	23.673.603
Paraná	790.918.353	241.071.948	12.248.886	3.841.504	5.027.998	1.607.473	185.317.107	22.609.175	10.419.804	216.885.989	332.967	23.852.992	202.303.648	20.725.555	4.363.787	683.776	12.995.182
Rio Grande do Sul	381.840.324	234.164.082	10.376.167	3.373.042	3.349.879	1.308.895	188.770.617	17.528.877	9.456.605	218.224.233	230.116	15.709.733	205.194.089	17.678.013	3.909.419	516.680	6.865.881

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800140

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Santa Catarina	203.594.539	174.545.241	4.157.832	2.958.799	3.265.806	1.297.592	144.970.935	11.664.773	6.229.505	159.805.766	229.795	14.509.680	150.700.302	15.705.773	3.488.505	838.121	3.812.540
Região Centro-Oeste	859.784.948	522.288.521	20.276.608	3.303.427	4.821.022	4.014.035	432.778.063	39.176.366	17.918.999	486.583.963	3.761.172	31.943.386	453.115.102	50.737.013	5.974.938	1.070.456	11.391.012
Distrito Federal	305.096.716	263.629.834	855.915	527.256	854.975	2.683.362	240.141.696	13.177.733	5.388.896	256.044.613	111.062	7.474.159	228.667.083	26.736.232	1.179.414	81.007	6.966.097
Goiás	135.529.824	110.013.055	8.509.601	968.906	1.873.810	551.361	74.787.817	16.357.231	6.964.329	93.007.734	1.640.464	15.364.857	96.051.820	10.500.738	1.553.567	654.512	1.252.419
Mato Grosso	342.752.850	84.001.675	6.986.530	380.022	1.145.182	502.224	67.227.512	4.788.468	2.971.735	78.452.643	1.145.697	4.403.335	72.277.918	8.488.235	2.010.855	165.440	1.059.224
Mato Grosso do Sul	76.405.558	64.643.958	3.924.562	1.427.243	947.055	277.088	50.621.038	4.852.934	2.594.039	59.078.974	863.949	4.701.035	56.118.281	5.011.807	1.231.102	169.497	2.113.272
TOTAL	5.578.309.603	3.540.843.150	80.479.195	55.843.964	57.192.020	24.548.194	2.838.374.161	321.977.375	162.428.241	3.237.332.209	16.240.466	287.270.474	3.033.483.273	289.738.386	48.250.276	9.355.479	160.015.736

Os dados do BASA do mês de agosto foram copiados do mês anterior.

TABELA 11 - POLÍTICA DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS DAS AGÊNCIAS FINANCEIRAS OFICIAIS DE FOMENTO 2018
(Lei nº 13.473, de 8 de agosto de 2017 - LDO 2018 - Art. 110 - §3º)

Demonstrativo das aplicações em Operações de Crédito, por Região, Unidade da Federação, Setor de Atividade, Origem dos Recursos Aplicados e Porte do Tomador

EMPRÉSTIMOS/FINANCIAMENTOS - RECEBIMENTOS

Consolidado das Agências

em R$ mil

Região/UF	Programação 2018	Realizado até o 4º Bimestre / 2018															
			Setor de Atividade							Origem de Recursos			Porte do Tomador				
		Total	Rural	Industrial	Comércio	Intermed. Financ.	Outros Serviços	Habitação	Outros	Próprio	Tesouro	Outras Fontes	Micro	Pequeno	Médio	Médio-Grande	Grande
Região Norte	240.364.502	201.618.756	3.430.325	2.745.699	3.954.914	3.103.174	164.629.792	13.243.368	10.511.484	185.577.911	3.827.840	12.213.005	171.485.789	18.640.843	3.131.354	233.325	8.127.443
Amortização	219.199.378	188.312.552	2.756.941	2.031.298	3.204.782	2.545.758	160.555.721	9.270.358	7.947.694	176.522.666	2.795.500	8.994.386	161.045.649	17.871.536	2.573.041	190.574	6.631.752
Encargos	21.165.124	13.306.204	673.384	714.401	750.132	557.416	4.074.070	3.973.010	2.563.790	9.055.245	1.032.340	3.218.619	10.440.140	769.308	558.314	42.752	1.495.691
Acre	23.850.995	20.341.912	117.327	148.576	267.710	44.138	18.658.323	531.861	573.977	19.627.346	155.527	559.039	18.045.023	1.824.049	246.663	4.361	221.816
Amortização	22.423.123	19.548.365	88.382	106.971	211.893	36.324	18.280.937	372.303	451.556	19.022.650	115.286	410.429	17.397.261	1.766.386	194.470	3.221	187.027
Encargos	1.427.872	793.548	28.945	41.605	55.817	7.815	377.386	159.558	122.421	604.697	40.241	148.610	647.763	57.663	52.194	1.140	34.788
Amapá	16.753.071	14.826.847	7.314	57.618	182.453	40.936	12.097.012	354.646	2.086.866	14.207.707	136.788	482.352	13.157.456	1.171.351	133.350	5.213	359.476
Amortização	15.415.076	13.739.635	4.455	33.468	151.329	34.831	11.767.199	248.253	1.500.100	13.290.855	95.433	353.347	12.201.464	1.130.836	112.271	4.686	290.378
Encargos	1.337.995	1.087.212	2.859	24.150	31.124	6.105	329.813	106.394	586.766	916.852	41.355	129.005	955.992	40.515	21.079	527	69.098
Amazonas	31.887.995	26.042.462	34.859	582.931	450.709	254.255	20.533.941	2.754.176	1.431.591	24.050.426	400.978	1.591.058	21.230.960	3.114.288	571.129	59.602	1.066.483
Amortização	28.779.206	24.113.996	28.913	443.190	353.145	215.613	20.064.511	1.927.923	1.080.702	22.660.797	292.079	1.161.120	19.698.099	3.017.508	502.844	48.283	847.262
Encargos	3.108.790	1.928.465	5.946	139.741	97.564	38.642	469.430	826.253	350.889	1.389.628	108.899	429.938	1.532.861	96.779	68.285	11.319	219.220
Pará	76.726.223	63.715.577	959.077	1.176.414	1.491.974	1.647.982	48.382.092	6.612.262	3.445.775	56.630.387	1.492.650	5.592.540	51.998.999	6.495.593	863.670	95.425	4.261.890
Amortização	68.511.752	58.328.535	758.647	888.456	1.236.341	1.337.596	46.861.300	4.628.583	2.617.612	53.113.932	1.118.725	4.095.878	47.825.821	6.251.566	735.215	74.867	3.441.066
Encargos	8.214.471	5.387.042	200.430	287.958	255.633	310.386	1.520.793	1.983.679	828.163	3.516.454	373.925	1.496.663	4.173.178	244.028	128.454	20.557	820.824
Rondônia	43.233.608	36.053.153	750.957	443.644	843.480	701.936	31.099.655	1.069.599	1.143.881	33.578.655	1.024.960	1.449.538	30.742.864	2.925.203	703.716	12.995	1.668.374
Amortização	39.912.708	34.190.906	593.191	318.465	673.013	567.197	30.395.116	748.719	895.206	32.353.057	743.498	1.094.351	29.500.243	2.766.588	519.461	11.493	1.393.121
Encargos	3.320.900	1.862.245	157.766	125.179	170.468	134.739	704.539	320.880	248.675	1.225.597	281.461	355.187	1.242.621	158.615	184.255	1.502	275.253
Roraima	13.747.220	12.120.577	270.961	58.477	199.596	29.680	10.655.633	302.719	603.511	11.383.882	42.445	694.250	11.247.448	739.722	68.390	453	64.565
Amortização	12.796.292	11.494.554	198.108	41.513	148.196	24.649	10.429.903	211.903	440.281	10.964.535	31.643	498.376	10.669.336	704.000	60.051	407	60.759
Encargos	950.928	626.024	72.853	16.964	51.400	5.031	225.730	90.816	163.230	419.347	10.803	195.874	578.112	35.722	8.339	46	3.806
Tocantins	34.165.390	28.518.228	1.289.829	278.038	518.992	384.246	23.203.135	1.618.104	1.225.884	26.099.509	574.491	1.844.228	25.063.039	2.370.637	544.437	55.277	484.840
Amortização	31.361.220	26.896.559	1.085.245	199.234	430.865	329.548	22.756.756	1.132.673	962.238	25.116.839	398.835	1.380.885	23.753.425	2.234.651	448.729	47.616	412.139
Encargos	2.804.170	1.621.669	204.584	78.804	88.127	54.699	446.379	485.431	263.645	982.670	175.656	463.343	1.309.614	135.986	95.708	7.661	72.701
Região Nordeste	703.088.213	600.996.593	7.175.786	12.395.032	14.869.775	3.148.180	467.977.668	63.695.569	31.734.581	524.783.585	10.260.242	65.952.766	518.129.176	51.791.364	10.292.145	1.109.230	19.674.679
Amortização	634.922.918	554.028.692	6.196.716	9.636.774	11.598.999	2.670.717	455.695.026	44.586.971	23.643.489	498.842.659	8.279.949	46.906.084	479.196.974	49.401.806	9.002.219	852.149	15.575.544
Encargos	68.165.294	46.967.901	979.071	2.758.259	3.270.776	477.463	12.282.642	19.108.598	8.091.092	25.940.926	1.980.292	19.046.682	38.932.202	2.389.559	1.289.925	257.081	4.099.135
Alagoas	35.021.851	28.624.571	170.229	483.695	776.281	91.440	20.314.926	4.828.964	1.959.036	24.427.704	351.579	3.845.288	25.154.407	2.507.263	350.489	11.181	601.231
Amortização	30.814.112	25.836.735	144.357	366.641	548.641	78.270	19.872.062	3.380.275	1.446.491	22.846.512	282.384	2.707.839	22.711.571	2.396.295	304.911	9.580	414.379
Encargos	4.207.740	2.787.837	25.872	117.054	227.640	13.170	442.865	1.448.689	512.545	1.581.193	69.195	1.137.449	2.442.836	110.968	45.578	1.601	186.853
Bahia	187.522.227	156.219.821	2.984.355	3.165.513	3.902.589	1.036.892	123.347.922	14.442.104	7.340.445	140.299.555	3.170.225	12.750.041	133.620.588	14.275.776	2.546.311	209.234	5.567.912
Amortização	169.832.915	144.979.243	2.535.293	2.466.190	3.094.370	886.724	120.432.777	10.109.473	5.454.416	133.316.076	2.582.957	9.080.210	124.584.291	13.679.737	2.176.058	174.709	4.364.448
Encargos	17.689.312	11.240.578	449.062	699.323	808.219	150.167	2.915.145	4.332.631	1.886.030	6.983.479	587.268	3.669.831	9.036.297	596.039	370.253	34.526	1.203.464
Ceará	115.799.978	100.466.534	360.990	2.817.298	4.338.347	484.958	80.163.556	8.753.764	3.547.622	86.741.815	1.256.022	12.468.697	86.125.147	9.985.317	1.506.652	210.294	2.639.124
Amortização	104.517.321	92.196.271	308.720	2.120.886	3.237.480	408.674	77.334.649	6.127.707	2.658.154	82.396.563	975.337	8.824.371	79.266.823	9.434.768	1.292.980	157.912	2.043.789
Encargos	11.282.657	8.270.263	52.270	696.412	1.100.867	76.283	2.828.906	2.626.056	889.468	4.345.252	280.686	3.644.325	6.858.325	550.549	213.672	52.382	595.336
Maranhão	61.342.210	51.416.735	1.532.903	937.141	1.209.955	285.315	40.227.590	5.028.400	2.195.431	45.252.150	1.197.588	4.966.997	43.180.949	4.706.732	970.778	64.532	2.493.745
Amortização	55.342.587	47.656.371	1.312.226	729.362	988.054	243.063	39.130.678	3.519.880	1.733.110	43.075.953	971.536	3.608.882	40.245.097	4.472.676	861.253	51.402	2.025.944
Encargos	5.999.622	3.760.364	220.677	207.779	221.901	42.252	1.096.913	1.508.520	462.322	2.176.197	226.051	1.358.116	2.935.853	234.056	109.525	13.129	467.801
Paraíba	51.964.866	43.595.022	207.315	576.756	903.812	141.783	33.995.568	5.656.110	2.113.679	37.906.543	434.242	5.254.237	38.738.716	3.399.283	573.442	44.294	839.286
Amortização	46.783.663	40.306.876	181.642	441.304	713.649	119.964	33.284.232	3.959.277	1.606.809	36.236.546	345.760	3.724.570	35.869.064	3.245.712	470.021	32.975	689.103
Encargos	5.181.203	3.288.147	25.673	135.452	190.163	21.819	711.336	1.696.833	506.870	1.669.997	88.483	1.529.667	2.869.652	153.572	103.421	11.319	150.183
Pernambuco	106.125.109	94.007.233	771.149	2.983.080	1.686.130	500.989	69.532.073	10.013.023	8.520.791	79.886.772	2.047.026	12.073.435	79.281.953	7.833.721	2.280.626	486.532	4.124.401
Amortização	95.748.691	85.744.527	699.705	2.409.379	1.375.980	431.873	67.678.894	7.009.116	6.139.580	75.531.142	1.661.603	8.551.782	72.449.432	7.515.732	2.121.589	356.401	3.301.373
Encargos	10.376.418	8.262.706	71.444	573.701	310.150	69.116	1.853.178	3.003.907	2.381.211	4.355.630	385.423	3.521.653	6.832.521	317.989	159.037	130.131	823.028
Piauí	40.697.789	35.755.462	690.679	390.840	851.087	304.361	28.204.159	3.352.887	1.961.450	29.875.413	829.450	5.050.599	30.704.619	2.713.002	759.407	61.946	1.516.490
Amortização	36.897.704	33.152.989	609.946	306.476	677.992	247.859	27.468.452	2.347.021	1.495.243	28.851.334	693.066	3.608.589	28.609.118	2.581.934	682.699	50.344	1.228.894
Encargos	3.800.085	2.602.475	80.733	84.364	173.095	56.502	735.707	1.005.866	466.208	1.024.080	136.384	1.442.011	2.095.501	131.067	76.708	11.602	287.597
Rio Grande do Norte	74.046.464	65.089.615	132.943	604.126	732.709	178.238	53.465.708	7.099.094	2.876.798	58.790.817	618.913	5.679.885	58.165.192	4.411.641	915.514	8.587	1.588.682
Amortização	67.964.628	60.739.654	117.708	462.569	604.223	149.018	52.228.166	4.969.366	2.208.604	56.183.433	480.024	4.076.197	54.446.786	4.247.439	770.947	7.679	1.266.802
Encargos	6.081.835	4.349.961	15.234	141.557	128.486	29.220	1.237.542	2.129.728	668.193	2.607.384	138.889	1.603.688	3.718.405	164.202	144.566	907	321.880
Sergipe	30.567.718	25.821.596	325.225	436.583	468.864	124.205	18.726.167	4.521.225	1.219.329	21.602.814	355.195	3.863.587	23.157.605	1.958.628	388.927	12.630	303.807
Amortização	27.021.297	23.416.025	287.119	333.967	358.610	105.272	18.265.116	3.164.857	901.083	20.405.100	287.281	2.723.644	21.014.792	1.827.512	321.761	11.147	240.813
Encargos	3.546.422	2.405.572	38.106	102.616	110.254	18.933	461.050	1.356.367	318.245	1.197.715	67.914	1.139.943	2.142.813	131.116	67.165	1.484	62.994
Região Sudeste	2.418.104.126	1.609.699.410	18.972.450	46.989.483	26.854.312	35.287.342	1.263.667.550	151.294.311	66.633.963	1.452.355.280	16.786.698	140.557.431	1.335.817.090	119.111.799	17.632.891	4.010.399	133.127.230
Amortização	2.086.675.075	1.488.545.128	16.753.361	38.570.304	21.971.666	32.089.590	1.222.712.718	105.906.017	50.541.471	1.371.138.774	15.123.780	102.282.574	1.236.636.541	115.525.282	16.242.179	3.219.691	116.921.435
Encargos	331.429.051	121.154.282	2.219.089	8.419.178	4.882.646	3.197.752	40.954.831	45.388.293	16.092.492	81.216.506	1.662.919	38.274.858	99.180.550	3.586.517	1.390.712	790.709	16.205.795
Espírito Santo	68.734.375	57.343.256	587.234	658.547	1.249.550	598.009	47.658.994	4.213.943	2.376.980	53.434.671	400.986	3.507.599	50.081.742	5.307.844	797.596	116.703	1.039.372
Amortização	63.079.781	53.837.535	536.503	517.870	941.398	513.660	46.588.092	2.949.760	1.790.251	50.909.866	346.291	2.581.378	47.025.283	5.079.970	743.797	93.957	894.528
Encargos	5.654.594	3.505.722	50.732	140.677	308.151	84.349	1.070.902	1.264.183	586.729	2.524.806	54.695	926.221	3.056.460	227.873	53.800	22.746	144.843
Minas Gerais	839.590.993	342.226.062	7.894.409	6.750.776	8.666.532	3.154.139	264.061.703	27.910.063	23.788.440	309.568.988	1.686.720	30.970.354	299.639.184	26.365.065	4.502.051	1.318.730	10.401.032
Amortização	669.817.568	315.964.496	6.643.536	5.362.738	6.602.402	2.687.811	257.525.722	19.537.044	17.605.243	292.151.160	1.388.639	22.424.697	277.004.901	25.138.771	3.966.346	1.017.620	8.836.857
Encargos	169.773.425	26.261.565	1.250.873	1.388.038	2.064.130	466.329	6.535.981	8.373.019	6.183.197	17.417.828	298.080	8.545.657	22.634.283	1.226.294	535.705	301.110	1.564.174

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800141

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Rio de Janeiro	498.967.489	364.176.127	674.499	8.696.377	4.194.899	22.628.550	268.268.247	47.040.852	12.672.704	319.264.582	9.793.515	35.118.030	300.935.646	21.041.192	1.900.008	687.934	39.611.347
Amortização	437.224.642	329.167.835	609.381	7.713.383	3.422.117	21.337.082	253.513.739	32.928.596	9.643.538	294.847.662	9.388.085	24.932.088	271.382.592	20.449.152	1.758.924	543.792	35.033.376
Encargos	61.742.847	35.008.292	65.119	982.994	772.781	1.291.468	14.754.508	14.112.256	3.029.166	24.416.920	405.430	10.185.942	29.553.054	592.040	141.084	144.142	4.577.971
São Paulo	1.010.811.269	845.953.964	9.816.307	30.883.783	12.743.332	8.906.644	683.678.606	72.129.453	27.795.840	770.087.039	4.905.477	70.961.448	685.160.518	66.397.698	10.433.236	1.887.033	82.075.480
Amortização	916.553.084	789.575.261	8.963.941	24.976.314	11.005.748	7.551.037	665.085.166	50.490.617	21.502.439	733.230.087	4.000.764	52.344.410	641.223.765	64.857.389	9.773.112	1.564.322	72.156.674
Encargos	94.258.185	56.378.703	852.366	5.907.469	1.737.584	1.355.606	18.593.441	21.638.836	6.293.401	36.856.952	904.713	18.617.038	43.936.753	1.540.310	660.124	322.710	9.918.806
Região Sul	1.383.118.035	656.196.449	25.862.066	13.838.567	14.015.247	8.829.456	519.783.200	50.464.535	23.403.378	587.941.145	4.537.080	63.718.224	559.340.494	55.105.863	11.548.355	2.630.292	27.571.444
Amortização	1.131.489.575	613.032.854	23.095.934	11.072.118	10.885.774	7.450.325	507.513.691	35.325.970	17.689.042	562.571.857	3.782.624	46.678.373	522.739.174	52.616.752	10.534.228	2.087.397	25.055.304
Encargos	251.628.459	43.163.595	2.766.132	2.766.449	3.129.473	1.379.131	12.269.510	15.138.565	5.714.335	25.369.287	754.456	17.039.851	36.601.321	2.489.111	1.014.127	542.896	2.516.140
Paraná	795.679.918	243.726.404	12.470.510	4.690.594	6.263.352	3.323.753	185.722.707	21.771.368	9.484.120	214.450.280	1.605.745	27.670.379	202.562.804	20.867.779	4.266.728	1.031.141	14.997.950
Amortização	616.680.468	226.819.805	11.034.964	3.722.126	4.876.226	2.815.946	181.934.382	15.240.753	7.195.407	205.295.341	1.318.736	20.205.728	188.169.688	19.957.321	3.875.949	822.056	13.994.790
Encargos	178.999.450	16.906.598	1.435.545	968.468	1.387.126	507.808	3.788.325	6.530.615	2.288.713	9.154.939	287.009	7.464.650	14.393.116	910.458	390.779	209.085	1.003.161
Rio Grande do Sul	382.628.238	235.860.666	10.123.137	4.749.477	3.747.150	2.998.025	188.440.144	17.335.495	8.467.237	215.291.163	1.591.249	18.978.254	206.074.637	18.035.236	3.928.024	703.754	7.119.014
Amortização	327.209.392	221.064.512	9.153.375	3.820.142	2.894.573	2.522.016	184.160.321	12.134.847	6.379.239	205.725.740	1.344.000	13.994.772	193.491.651	17.180.310	3.632.781	560.035	6.199.735
Encargos	55.418.846	14.796.153	969.763	929.335	852.577	476.009	4.279.823	5.200.649	2.087.998	9.565.422	247.249	4.983.482	12.582.986	854.926	295.244	143.719	919.278
Santa Catarina	204.809.879	176.609.381	3.268.419	4.398.496	4.004.745	2.507.678	145.620.350	11.357.672	5.452.021	158.199.703	1.340.086	17.069.592	150.703.053	16.202.847	3.353.603	895.397	5.454.480
Amortização	187.599.715	165.148.538	2.907.595	3.529.850	3.114.974	2.112.363	141.418.988	7.950.370	4.114.396	151.550.777	1.119.888	12.477.873	141.077.834	15.479.120	3.025.498	705.306	4.860.779
Encargos	17.210.164	11.460.843	360.824	868.646	889.770	395.315	4.201.362	3.407.302	1.337.624	6.648.926	220.198	4.591.719	9.625.219	723.728	328.104	190.091	593.701
Região Centro-Oeste	868.540.671	526.310.084	17.455.275	3.710.273	5.549.585	8.765.887	436.602.285	38.508.642	15.718.137	486.226.235	3.281.268	36.802.581	452.312.492	51.687.346	5.045.350	1.337.595	15.927.301
Amortização	744.732.291	495.206.019	15.734.094	3.023.770	4.660.302	8.242.594	424.375.798	26.956.345	12.213.116	465.434.137	2.924.819	26.847.063	425.058.105	50.260.280	4.645.006	1.032.682	14.209.945
Encargos	123.808.380	31.104.066	1.721.181	686.503	889.283	523.294	12.226.486	11.552.297	3.505.021	20.792.098	356.449	9.955.518	27.254.387	1.427.066	400.343	304.913	1.717.356
Distrito Federal	314.503.365	268.997.189	556.394	572.947	1.027.060	6.135.219	242.691.260	13.566.936	4.447.373	259.558.445	618.991	8.819.753	230.176.365	27.239.620	1.108.538	180.166	10.292.500
Amortização	292.630.566	255.863.290	541.592	473.778	843.418	5.997.731	235.100.620	9.496.855	3.409.296	249.036.597	531.491	6.295.202	218.491.367	26.685.559	1.028.578	140.120	9.517.665
Encargos	21.872.800	13.133.899	14.802	99.168	183.643	137.489	7.590.640	4.070.081	1.038.077	10.521.848	87.500	2.524.551	11.684.998	554.061	79.960	40.045	774.835
Goiás	134.973.315	109.182.739	7.460.740	1.412.953	2.170.125	942.737	75.343.370	15.692.111	6.160.702	91.181.820	1.104.715	16.896.204	94.677.366	10.804.051	1.413.681	760.515	1.527.126
Amortização	119.732.838	99.388.732	6.697.408	1.141.071	1.810.577	807.910	73.312.228	10.984.773	4.634.767	86.206.303	1.009.207	12.173.222	85.899.933	10.373.186	1.258.678	560.291	1.296.644
Encargos	15.240.477	9.794.007	763.333	271.882	359.548	134.827	2.031.143	4.707.338	1.525.936	4.975.517	95.508	4.722.982	8.777.433	430.864	155.003	200.224	230.483
Mato Grosso	343.593.926	84.128.917	6.026.847	554.619	1.249.274	1.139.725	67.819.980	4.611.481	2.726.992	77.462.888	742.032	5.923.997	71.875.787	8.611.472	1.336.294	230.023	2.075.340
Amortização	262.852.448	79.597.417	5.305.851	462.634	1.086.873	973.776	66.283.203	3.228.037	2.257.044	74.341.961	655.047	4.600.409	68.137.064	8.329.785	1.215.228	201.265	1.714.075
Encargos	80.741.478	4.531.499	720.996	91.984	162.400	165.949	1.536.777	1.383.444	469.948	3.120.926	86.985	1.323.588	3.738.723	281.687	121.066	28.759	361.265
Mato Grosso do Sul	75.470.065	64.001.240	3.411.294	1.169.754	1.103.126	548.206	50.747.675	4.638.114	2.383.070	58.023.083	815.530	5.162.627	55.582.974	5.032.203	1.186.837	166.891	2.032.335
Amortização	69.516.440	60.356.579	3.189.244	946.286	919.434	463.178	49.679.748	3.246.680	1.912.010	55.849.276	729.074	3.778.229	52.529.741	4.871.749	1.142.522	131.006	1.681.561
Encargos	5.953.625	3.644.660	222.050	223.468	183.692	85.029	1.067.927	1.391.434	471.060	2.173.807	86.456	1.384.397	3.053.233	160.454	44.315	35.885	350.774
TOTAL	5.613.215.546	3.594.821.292	72.895.902	79.679.054	65.243.833	59.134.040	2.852.660.494	317.206.425	148.001.544	3.236.884.157	38.693.127	319.244.008	3.037.085.042	296.337.216	47.650.094	9.320.842	204.428.098
Amortização	4.817.019.237	3.339.125.245	64.537.045	64.334.264	52.321.523	52.998.983	2.770.852.954	222.045.661	112.034.814	3.074.510.094	32.906.671	231.708.480	2.824.676.442	285.675.655	42.996.673	7.382.493	178.393.982
Encargos	796.196.309	255.696.047	8.358.858	15.344.790	12.922.310	6.135.056	81.807.540	95.160.763	35.966.730	162.374.063	5.786.456	87.535.528	212.408.600	10.661.560	4.653.422	1.938.349	26.034.117

Os dados do BASA do mês de agosto foram copiados do mês anterior.

TABELA 12 - POLÍTICA DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS DAS AGÊNCIAS FINANCEIRAS OFICIAIS DE FOMENTO 2018

(Lei nº 13.473, de 8 de agosto de 2017 - LDO 2018 - Art. 110 - §3º)

Demonstrativo das aplicações em Operações de Crédito, por Região, Unidade da Federação, Setor de Atividade, Origem dos Recursos Aplicados e Porte do Tomador

EMPRÉSTIMOS/FINANCIAMENTOS

Consolidado das Agências

em R$ mil

Região/UF	Programação 2018 Saldos	Saldos em 31.08.2018															
			Setor de Atividade							Origem de Recursos			Porte do Tomador				
		Total	Rural	Industrial	Comércio	Intermed. Financ.	Outros Serviços	Habitação	Outros	Próprio	Tesouro	Outras Fontes	Micro	Pequeno	Médio	Médio-Grande	Grande
Região Norte	122.072.183	118.864.884	23.134.411	9.810.470	7.224.617	15.448.331	31.288.764	14.421.697	17.536.593	63.615.592	33.904.110	21.345.183	60.517.805	7.100.220	6.203.513	849.539	44.193.808
Acre	5.616.513	5.705.221	1.103.927	341.507	608.526	231.959	1.566.593	571.316	1.281.393	3.372.561	1.614.059	718.601	3.828.324	553.142	314.116	10.872	998.767
Amapá	5.188.915	5.278.426	158.426	119.946	334.979	179.599	2.577.526	400.870	1.507.079	3.785.403	873.627	619.396	3.173.523	229.471	205.506	18.970	1.650.957
Amazonas	15.763.074	14.517.770	349.120	2.130.421	1.314.793	1.183.179	3.286.783	3.200.993	3.052.480	8.217.638	3.482.308	2.817.824	6.822.511	817.065	1.382.985	313.000	5.182.209
Pará	47.325.193	47.562.149	6.695.460	4.761.892	2.463.217	8.443.132	14.286.776	5.570.393	5.341.279	24.735.389	13.449.422	9.377.338	19.690.226	2.765.133	1.868.443	236.501	23.001.846
Rondônia	25.033.744	24.116.726	7.038.479	1.677.815	1.470.335	3.632.968	5.775.182	2.125.197	2.396.748	11.740.944	8.789.554	3.586.228	12.203.850	1.237.362	1.213.274	45.258	9.416.981
Roraima	4.106.201	3.900.719	528.695	61.148	243.569	144.420	1.414.701	578.825	929.361	2.606.297	400.241	894.181	3.034.672	199.452	253.156	1.930	411.509
Tocantins	19.038.542	17.783.875	7.260.303	717.741	789.198	1.633.074	2.381.202	1.974.103	3.028.253	9.157.361	5.294.899	3.331.615	11.764.699	1.298.595	966.034	223.008	3.531.539
Região Nordeste	341.528.575	329.490.442	37.673.611	50.440.301	16.880.355	14.202.821	79.593.178	72.877.056	57.823.120	182.159.385	68.791.306	78.539.751	176.417.126	18.927.315	21.245.592	3.941.569	108.958.839
Alagoas	15.498.660	14.628.982	1.491.577	1.789.181	721.725	388.454	1.418.910	5.327.266	3.491.870	7.796.528	2.451.917	4.380.537	11.264.140	706.031	788.025	49.504	1.821.283
Bahia	88.831.405	91.225.780	14.991.472	12.996.604	4.439.515	4.524.261	23.656.486	16.697.929	13.919.514	53.087.648	19.674.838	18.463.294	44.349.499	6.068.043	6.304.788	2.350.631	32.152.819
Ceará	57.292.141	47.634.188	3.470.222	9.140.078	3.184.346	2.250.691	10.734.314	9.661.343	9.193.193	24.448.971	10.967.380	12.217.837	23.859.184	2.684.288	3.641.148	350.710	17.098.857
Maranhão	36.822.244	38.176.683	6.205.975	4.083.087	1.838.798	1.286.178	12.602.943	5.739.811	6.419.891	23.260.605	7.699.471	7.216.607	18.171.842	2.555.775	2.030.060	140.003	15.279.001
Paraíba	22.239.115	20.878.299	1.220.241	2.168.781	1.148.906	637.273	2.647.284	8.164.607	4.891.207	10.840.746	3.179.211	6.858.342	15.568.977	1.013.951	1.155.466	70.930	3.068.975
Pernambuco	54.267.313	54.462.015	3.563.866	15.371.197	2.742.470	2.176.224	12.236.301	10.975.764	7.396.195	29.479.887	11.969.943	13.012.185	26.067.665	2.572.656	2.922.412	592.907	22.306.376
Piauí	23.420.560	22.900.746	3.533.762	1.584.626	1.326.738	1.559.013	6.249.844	3.604.655	5.042.109	12.371.023	5.439.727	5.089.996	11.917.002	1.347.185	1.564.765	309.733	7.762.061
Rio Grande do Norte	29.584.821	26.729.197	1.260.300	2.055.149	981.466	828.243	8.710.987	7.476.398	5.416.653	14.115.480	4.825.707	7.788.010	15.573.526	1.173.377	1.921.112	30.797	8.030.385
Sergipe	13.572.319	12.854.552	1.936.196	1.251.598	496.393	552.484	1.336.110	5.229.282	2.052.488	6.758.496	2.583.112	3.512.944	9.645.290	806.008	917.816	46.356	1.439.081
Região Sudeste	961.362.495	916.732.577	58.221.679	159.420.546	48.590.125	79.737.041	188.630.560	215.305.052	166.827.575	646.546.776	38.607.618	231.578.183	463.576.612	29.409.700	36.513.436	15.567.127	371.665.702
Espírito Santo	24.420.999	25.208.132	4.815.507	1.898.746	1.544.765	2.664.430	4.182.116	6.553.626	3.548.942	17.484.589	1.860.357	5.863.186	17.627.304	1.226.350	1.190.007	383.219	4.781.252
Minas Gerais	193.213.383	184.394.009	24.744.077	18.592.206	9.314.334	14.839.300	19.591.362	51.384.463	45.928.267	128.419.546	9.549.446	46.425.017	123.165.435	8.058.350	7.915.785	3.503.957	41.750.483
Rio de Janeiro	232.592.824	215.156.666	1.077.615	27.031.736	9.768.017	20.320.299	74.645.814	34.987.773	47.325.411	178.097.024	288.154	36.771.488	78.246.859	3.171.231	3.578.370	2.586.299	127.573.907
São Paulo	511.135.290	491.973.770	27.584.480	111.897.857	27.963.008	41.913.012	90.211.268	122.379.190	70.024.956	322.545.616	26.909.661	142.518.493	244.537.014	16.953.770	23.829.274	9.093.652	197.560.061
Região Sul	370.085.728	353.950.537	73.375.686	46.408.173	21.525.685	42.437.319	35.620.378	94.506.251	40.077.046	223.004.725	23.368.773	107.577.038	220.365.172	20.515.570	19.730.573	10.253.323	83.085.899
Paraná	145.600.220	139.356.063	33.010.603	17.516.580	9.617.740	15.665.709	11.651.667	37.515.088	14.378.676	86.110.115	9.018.854	44.227.094	88.206.177	7.683.528	6.953.420	4.050.644	32.462.295
Rio Grande do Sul	129.562.515	125.273.018	27.613.852	16.277.569	6.733.220	14.537.007	14.201.878	33.186.774	12.722.717	80.268.781	7.650.798	37.353.439	79.655.915	7.441.857	6.922.361	2.781.340	28.471.545
Santa Catarina	94.922.993	89.321.457	12.751.230	12.614.025	5.174.725	12.234.603	9.766.833	23.804.388	12.975.653	56.625.830	6.699.121	25.996.506	52.503.080	5.390.185	5.854.793	3.421.339	22.152.060
Região Centro-Oeste	242.912.026	237.245.055	53.224.601	15.097.594	8.771.453	22.361.213	50.786.355	51.167.596	35.836.242	149.760.521	28.953.704	58.530.830	157.498.518	12.111.479	9.621.443	2.713.087	55.300.528
Distrito Federal	74.954.571	72.422.643	2.750.251	2.039.180	1.574.256	10.289.866	25.575.015	16.471.081	13.722.993	56.942.498	3.683.047	11.797.098	45.498.985	1.225.120	1.444.169	469.477	23.784.891
Goiás	76.514.066	74.872.846	20.099.003	4.438.663	2.994.573	4.321.872	11.482.255	20.314.217	11.222.264	41.035.924	10.293.208	23.543.714	57.398.199	3.998.615	2.963.439	935.605	9.576.989
Mato Grosso	51.495.014	51.111.313	19.702.915	1.818.083	2.450.772	5.128.534	8.855.705	7.267.918	5.887.386	28.718.643	8.154.381	14.238.289	31.164.492	4.684.667	3.754.342	868.849	10.638.964
Mato Grosso do Sul	39.948.376	38.838.251	10.672.431	6.801.669	1.751.852	2.620.941	4.873.380	7.114.381	5.003.599	23.063.456	6.823.067	8.951.728	23.436.842	2.203.077	1.459.493	439.156	11.299.684
TOTAL	2.037.961.007	1.956.283.496	245.629.988	281.177.084	102.992.234	174.186.726	385.919.236	448.277.652	318.100.576	1.265.087.000	193.625.511	497.570.985	1.078.375.233	88.064.284	93.314.557	33.324.645	663.204.777

Os dados do BASA do mês de agosto foram copiados do mês anterior.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800142

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

TABELA 13 - POLÍTICA DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS DAS AGÊNCIAS FINANCEIRAS OFICIAIS DE FOMENTO 2018

(Lei nº 13.473, de 8 de agosto de 2017 - LDO 2018 - Art. 110 - §3º)

Demonstrativo das aplicações em Operações de Crédito, por Região, Unidade da Federação, Setor de Atividade, Origem dos Recursos Aplicados e Porte do Tomador

EMPRÉSTIMOS/FINANCIAMENTOS - A FUNDO PERDIDO

Consolidado das Agências

em R$ mil

Região/UF	Programação 2018	Realizado até o 4º Bimestre / 2018														
			Setor de Atividade							Origem de Recursos			Porte do Tomador			
		Total	Rural	Industrial	Comércio	Intermed. Financ.	Outros Serviços	Habitação	Outros	Próprio	Tesouro	Outras Fontes	Micro	Pequeno	Médio	Médio-Grande	Grande
Região Norte	137.965	75.902	15.548	0	0	0	60.354	0	0	75.902	0	0	21.628	15.182	15.361	23.731	0
Acre	23.426	3.594	0	0	0	0	3.594	0	0	3.594	0	0	1.539	0	2.055	0	0
Amapá	512	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Amazonas	56.622	19.245	3.473	0	0	0	15.772	0	0	19.245	0	0	2.604	0	4.326	12.315	0
Pará	21.255	36.313	12.075	0	0	0	24.239	0	0	36.313	0	0	12.151	15.182	8.980	0	0
Rondônia	1.806	9.743	0	0	0	0	9.743	0	0	9.743	0	0	5.334	0	0	4.410	0
Roraima	28.749	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Tocantins	5.595	7.006	0	0	0	0	7.006	0	0	7.006	0	0	0	0	0	7.006	0
Região Nordeste	33.450	68.693	662	894	0	0	67.138	0	0	68.693	0	0	2.726	57.272	2.123	6.571	0
Bahia	4.510	58.681	662	0	0	0	58.019	0	0	58.681	0	0	255	51.832	260	6.334	0
Ceará	0	974	0	0	0	0	974	0	0	974	0	0	974	0	0	0	0
Maranhão	0	3.361	0	0	0	0	3.361	0	0	3.361	0	0	1.498	0	1.863	0	0
Pernambuco	19.904	237	0	0	0	0	237	0	0	237	0	0	0	0	0	237	0
Piauí	9.036	5.440	0	894	0	0	4.546	0	0	5.440	0	0	0	5.440	0	0	0
Região Sudeste	123.966	81.379	363	37.394	0	0	43.622	0	0	81.379	0	0	33.496	35.560	9.730	2.593	0
Minas Gerais	15.269	3.959	0	1.800	0	0	2.159	0	0	3.959	0	0	2.754	0	1.205	0	0
Rio de Janeiro	11.055	31.298	0	20.594	0	0	10.704	0	0	31.298	0	0	22.431	8.100	541	226	0
São Paulo	97.642	46.122	363	15.000	0	0	30.759	0	0	46.122	0	0	8.312	27.460	7.984	2.366	0
Região Sul	26.977	25.945	2.251	9.739	0	0	13.956	0	0	25.945	0	0	6.054	2.752	5.466	11.673	0
Paraná	16.024	6.702	724	3.896	0	0	2.082	0	0	6.702	0	0	2.966	724	0	3.013	0
Rio Grande do Sul	2.222	12.927	0	4.461	0	0	8.466	0	0	12.927	0	0	181	0	5.466	7.280	0
Santa Catarina	8.731	6.316	1.527	1.381	0	0	3.407	0	0	6.316	0	0	2.906	2.028	0	1.381	0
Região Centro-Oeste	15.761	18.876	1.948	0	0	0	16.928	0	0	18.876	0	0	4.929	1.948	0	11.999	0
Goiás	12.070	8.144	0	0	0	0	8.144	0	0	8.144	0	0	4.148	0	0	3.995	0
Mato Grosso do Sul	3.691	10.733	1.948	0	0	0	8.784	0	0	10.733	0	0	781	1.948	0	8.003	0
TOTAL	338.119	270.795	20.772	48.027	0	0	201.997	0	0	270.795	0	0	68.833	112.714	32.681	56.567	0

Ministério do Trabalho

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 797, DE 27 DE SETEMBRO DE 2018

Estabelece normas relativas à movimentação de pessoal civil no âmbito do Ministério do Trabalho.

O MINISTRO DE ESTADO DO TRABALHO, no uso da atribuição que lhe é conferida pelo art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal, e considerando o estabelecido no art. 36 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, com a redação dada pela Lei nº 9.527, de 10 de dezembro de 1997, resolve:

Art. 1º A remoção dos servidores integrantes do quadro de pessoal do Ministério do Trabalho - MTb deve observar o disposto nesta Portaria.

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

Art. 2º São modalidades de remoção:

I - de ofício, no interesse da Administração;

II - a pedido, a critério da Administração; e

III - a pedido, nos casos previstos em lei.

Parágrafo único. No caso de remoção de servidores integrantes da carreira Auditoria-Fiscal do Trabalho nas modalidades previstas nos incisos I e II, deverão ser ouvidas as chefias integrantes do Sistema Federal de Inspeção do Trabalho envolvidas e a Secretaria de Inspeção do Trabalho - SIT.

Art. 3º A remoção de ofício, no interesse da Administração, ocorrerá nos seguintes casos:

I - criação, extinção ou transformação de Unidades Descentralizadas;

II - entre as Unidades Descentralizadas ou entre essas e a Administração Central; e

III - na circunscrição da Unidade Descentralizada.

§ 1º Havendo extinção ou transformação de Unidades, o servidor deverá ser removido para Unidade do mesmo Estado da Federação.

§ 2º Quando identificado, pela Administração, comprovado risco excepcional e efetivo à integridade física do servidor ou de seus familiares, decorrente do exercício do cargo, deve a Administração promover sua movimentação, observados os seguintes requisitos:

I - Se integrante das carreiras Administrativas, a Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas - COGEP deverá oportunizar ao servidor a indicação de 3 (três) localidades para remoção, mediante rol de, no mínimo, 5 (cinco) unidades, disponibilizado conforme conveniência da Administração;

II - Se integrante da carreira Auditoria-Fiscal do Trabalho, a SIT deverá oportunizar ao servidor a indicação de, no mínimo, 3 (três) localidades para remoção, de índice igual ou maior ao da sua unidade de lotação, nos termos do ANEXO I desta Portaria.

§ 3º A Unidade Administrativa solicitante da remoção do servidor deverá arcar com as despesas referentes ao pagamento de ajuda de custo, passagens, transporte de mobiliário e bagagem, identificando sua fonte de custeio no ato de solicitação de remoção, salvo quando houver expressa renúncia por parte do servidor.

§ 4º A Unidade Administrativa solicitante da remoção deverá contratar empresa para a realização do transporte de mobiliário e bagagens do servidor removido, à luz da Lei nº 8.666, de 1993, sendo vedado ao servidor custear e ser ressarcido das despesas dispostas no parágrafo anterior.

Art. 4º A remoção a pedido, a critério da Administração, ocorrerá:

I - entre as Unidades Descentralizadas ou entre essas e a Administração Central;

II - na circunscrição da Unidade Descentralizada; e

III - na modalidade de permuta entre os servidores de mesma carreira.

§ 1º No caso de remoção a pedido de servidores integrantes da carreira Auditoria-Fiscal do Trabalho, a remoção se dará para unidade integrante do Sistema Federal de Inspeção do Trabalho.

§ 2º A modalidade de remoção de que trata o inciso III para servidores integrantes da carreira Auditoria-Fiscal do Trabalho somente será realizada por meio de Processo Seletivo de Remoção por Permuta - PSRP, observado o disposto no Capítulo III desta Portaria.

§ 3º As modalidades de remoção de que tratam os incisos I e II, quando requeridas por servidores integrantes da carreira Auditoria-Fiscal do Trabalho, e tiverem por fundamentação o casamento ou a união estável nas situações previstas abaixo, somente poderão ser deferidas se observado o seguinte:

I - casamento ou união estável entre servidores do Ministério do Trabalho lotados em localidades distintas, devendo optar pela de maior índice, de acordo com o ANEXO I desta Portaria;

II - quando houver nomeação do cônjuge ou companheiro para cargo efetivo do quadro do Ministério do Trabalho e a lotação inicial deste implicar mudança de domicilio do casal, podendo o Auditor-Fiscal do Trabalho optar pela lotação do nomeado, desde que de maior índice que sua lotação;

III - quando os cônjuges ou companheiros aprovados no mesmo concurso público sejam lotados inicialmente em Unidades sediadas em Municípios diferentes, deverá ser requerida a remoção para a lotação do classificado com a menor pontuação no concurso público.

§ 4º Devem ser indeferidos os requerimentos de remoção a pedido, a critério da Administração, dos servidores que estejam submetidos a restrições previstas em edital que tenha estabelecido regras específicas para o concurso público, realizado para o provimento do cargo ocupado pelo servidor, ressalvadas as hipóteses de processo seletivo de remoção.

Art. 5º O servidor que figurar como acusado ou indiciado em sindicância ou em processo administrativo disciplinar terá sua remoção de ofício, ou a pedido, a critério da Administração, sobrestada por no máximo 80 (oitenta) ou 140 (cento e quarenta) dias, respectivamente.

Parágrafo Único. O disposto no caput não se aplica aos casos de remoção requeridos em razão da extinção da unidade de lotação do servidor, devendo ela ocorrer, preferencialmente, para Unidade situada dentro da mesma região metropolitana, aglomeração urbana ou microrregião, constituídas por municípios limítrofes e regularmente instituídas e, impreterivelmente, na circunscrição da Unidade Descentralizada.

Art. 6º A remoção a pedido, nos casos previstos em lei, ocorrerá nas seguintes hipóteses:

I - para acompanhar cônjuge ou companheiro, também servidor público civil ou militar, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, que tenha sido deslocado no interesse da Administração;

II - por motivo de saúde do servidor, cônjuge ou companheiro ou dependente que viva às suas expensas, constante do seu assentamento funcional, condicionado à comprovação por Junta Médica Oficial;

III - em virtude de processo seletivo de remoção, conforme disposto nesta Portaria, observando a conveniência e a oportunidade para a Administração:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800143

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

a) processo seletivo de remoção - PSR, sempre que for necessária a readequação do quadro de lotação das unidades administrativas ou na iminência de nomeação de servidores aprovados em concurso público;

b) processo seletivo de remoção por permuta - PSRP, entre os servidores integrantes da mesma carreira de mesmo nível de escolaridade; e

c) processo seletivo específico - PSE para a lotação de servidor na Secretaria de Inspeção do Trabalho ou na Corregedoria.

§ 1º No caso da movimentação de que trata o inciso I, quando houver mais de uma unidade de lotação no município de deslocamento do cônjuge ou companheiro, a remoção se dará para a unidade em que houver maior necessidade de servidor, ouvida a Administração Central, quando se tratar de servidor integrante de carreira administrativa, ou a SIT, quando se tratar de servidor integrante da carreira Auditoria-Fiscal do Trabalho.

§ 2º Nos casos previstos no inciso II deste artigo, o servidor, com a devida fundamentação, indicará um rol de localidades que possam atender às necessidades de tratamento médico ou psicossocial especializado, ouvida a Administração Central, quando se tratar de servidor integrante de carreira administrativa, ou a SIT, quando se tratar de servidor integrante da carreira Auditoria-Fiscal do Trabalho.

§ 3º Na inexistência de Junta Médica Oficial vinculada à unidade de lotação do servidor ou na impossibilidade da indicação apontada no §2º deste artigo, a avaliação ficará sob a responsabilidade da Junta Médica Oficial da Administração Central.

§ 4º Quando o cônjuge ou companheiro servidor do Ministério do Trabalho for removido por motivo de saúde ou por Processo Seletivo, será assegurada a remoção do outro cônjuge ou companheiro para a mesma localidade do inicialmente removido, ouvida a Administração Central, quando se tratar de servidor integrante de carreira administrativa, ou a SIT, quando se tratar de servidor integrante da carreira Auditoria-Fiscal do Trabalho, se houver mais de uma unidade de lotação no mesmo Município.

§ 5º Para garantir o direito de que trata o parágrafo anterior, o servidor deverá, no ato da inscrição no processo seletivo, ou do requerimento de remoção por motivo de saúde, informar a existência de cônjuge ou companheiro que também seja servidor do MTb.

Art. 7º O servidor removido terá o prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da publicação da Portaria, para apresentar-se em sua unidade de destino, inclusive nos casos de processos seletivos dispostos nesta Portaria.

§ 1º Dentro do prazo de que trata o caput, havendo mudança de domicílio, será concedido período para deslocamento, de:

I - até dez dias corridos, quando a remoção ocorrer entre localidades integrantes de uma mesma região metropolitana, ou entre municípios limítrofes ou ainda entre localidades cujos centros urbanos estejam a uma distância inferior a cem quilômetros;

II - até vinte dias corridos, quando a remoção ocorrer entre municípios não limítrofes, com distância dos centros urbanos de cem a quatrocentos quilômetros;

III - até trinta dias corridos, quando a remoção ocorrer entre municípios com distância dos centros urbanos superior a quatrocentos quilômetros.

§ 2º A contagem do prazo de que trata o caput tem início a partir do dia posterior à publicação da Portaria de remoção, nomeação ou designação.

§ 3º Fica prorrogado para o primeiro dia útil seguinte, o prazo vencido em dia que não haja expediente.

§ 4º Caso o servidor se encontre em afastamento legal ou em viagem a serviço no dia da publicação da portaria, o prazo será contado a partir do término do impedimento.

§ 5º Cabe à chefia imediata da nova unidade de lotação ou exercício do servidor acompanhar o cumprimento dos prazos máximos estabelecidos neste artigo.

§ 6º Enquanto não estiver em fruição do deslocamento de que trata o § 1º, o servidor deve permanecer no efetivo exercício de suas atividades.

Art. 8º Para a devida instrução das remoções nas modalidades de ofício, e a pedido, a critério da Administração, os processos de remoção deverão conter, além de informações que atestem as justificativas específicas de cada modalidade, o seguinte:

I - no caso de servidores integrantes das carreiras administrativas:

a) manifestação expressa dos titulares das unidades envolvidas no processo;

b) declaração do titular da unidade de lotação original do servidor expressando manifestação quanto à composição da força de trabalho após a efetivação da remoção, nos casos de remoção entre unidades descentralizadas;

c) relatório circunstanciado demonstrando como serão executadas as atividades até então desenvolvidas pelo servidor se o pedido de remoção for deferido;

d) nota técnica da Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas - COGEP manifestando sobre o atendimento do disposto nesta Portaria.

II - no caso de servidores integrantes da carreira Auditoria-Fiscal do Trabalho:

a) manifestação expressa das chefias integrantes do Sistema Federal de Inspeção do Trabalho das unidades envolvidas no processo, e ciência dos titulares das unidades descentralizadas;

b) análise técnica da SIT;

c) nota técnica da COGEP manifestando sobre o atendimento do disposto nesta Portaria.

Parágrafo único. A análise de pedido de remoção de servidores que se encontrem cedidos ou legalmente afastados sem percepção de remuneração, só será efetuada após o retorno do servidor ao exercício de suas atribuições.

Art. 9º Nos processos seletivos promovidos pela Corregedoria ou pela Secretaria de Inspeção do Trabalho, a COGEP atuará somente como instância de divulgação e operacionalização das publicações, em Boletim Administrativo, dos atos de instauração e resultado final a serem produzidos pela SIT ou pela Corregedoria, conforme o caso.

Parágrafo único. A análise de implemento de requisitos e de mérito da seleção dos servidores ficará sob responsabilidade da unidade promotora do processo seletivo.

Art. 10. Para efeito do disposto nesta Portaria, serão consideradas as uniões estáveis devidamente comprovadas por meio de escritura pública.

Art.11. Não será admitida, em nenhuma hipótese, remoção de Auditor-Fiscal do Trabalho para Agências Regionais do Trabalho.

Art.12. As informações prestadas pelo servidor em quaisquer das modalidades dispostas nesta Portaria serão de sua inteira responsabilidade e sua falsidade, omissão ou incorreção, por dolo ou culpa, acarretará exclusão do certame, no caso de processo seletivo, ou anulação do ato de remoção, se já efetivado, sem quaisquer ônus para a Administração e sem prejuízo da aplicação de outras sanções cabíveis.

Art. 13. Os índices relativos à pontuação de cada localidade de exercício dos servidores integrantes da carreira Auditoria-Fiscal do Trabalho estão definidos pelo ANEXO I desta Portaria.

Parágrafo único. Caberá à SIT definir o índice aplicável quando da criação de novas unidades.

CAPÍTULO II

Do Processo Seletivo de Remoção dos servidores pertencentes à carreira Auditoria-Fiscal do Trabalho

Art. 14. O Processo Seletivo de Remoção - PSR, previsto na alínea a do inciso III do art. 6º desta Portaria, será instituído por ato da SIT, sempre que for necessária a readequação do quadro de lotação das Unidades Descentralizadas ou for iminente a nomeação de Auditores-Fiscais do Trabalho aprovados em concurso público.

§ 1º O PSR consiste em procedimento por meio do qual o Auditor-Fiscal do Trabalho concorrerá às vagas ofertadas no certame, observada sua ordem de classificação apurada mediante cálculo de sua pontuação, nos termos do art. 16.

§ 2º É vedada a participação no Processo Seletivo de Remoção de Auditor-Fiscal do Trabalho que, no ato da inscrição, esteja cedido a outro órgão.

§ 3º Na hipótese de cônjuge ou companheiro que seja Auditor-Fiscal do Trabalho removido para acompanhar outro Auditor-Fiscal contemplado no PSR, será garantida a reposição de vaga liberada pelo cônjuge ou companheiro na Unidade Descentralizada de origem, na forma estabelecida no § 2º do art. 15, exceto nas situações previstas no § 3º do mesmo artigo.

Art. 15. Caberá à SIT, a cada Processo Seletivo de Remoção, definir e publicar, em Boletim Administrativo, Portaria contendo:

I - as vagas disponíveis por unidade;

II - o período de inscrição;

III - o cronograma de execução; e

IV - as demais regras aplicáveis ao PSR.

§ 1º A Secretaria de Inspeção do Trabalho deverá dar ampla publicidade do PSR a todos os Auditores-Fiscais do Trabalho.

§ 2º Os Auditores-Fiscais do Trabalho inscritos no PSR concorrerão, além das vagas nele previstas, também àquelas que surgirem em decorrência do próprio Processo Seletivo de Remoção.

§ 3º A critério da SIT, poderá ser publicada, na Portaria que instituir o PSR, relação de unidades nas quais não haverá reposição de vaga de Auditor-Fiscal do Trabalho que venha a ser removido.

§ 4º A inscrição no Processo Seletivo de Remoção deverá ficar disponível aos Auditores-Fiscais do Trabalho pelo período mínimo de 10 (dez) dias, salvo casos excepcionais, devidamente justificados pela SIT.

§ 5º A inscrição far-se-á mediante a indicação, por ordem de preferência, das opções de interesse do Auditor-Fiscal do Trabalho de acordo com as vagas disponibilizadas na Portaria de instauração do PSR, conforme instrumento específico a ser disponibilizado na oportunidade do Processo Seletivo.

§ 6º A inscrição implica aceitação, pelo candidato, da remoção e da consequente alteração da lotação para qualquer uma das opções por ele indicadas.

§ 7º A inscrição poderá ser desconsiderada desde que haja manifestação formal do candidato em data anterior à divulgação da classificação preliminar, conforme cronograma específico estabelecido na oportunidade de divulgação do PSR.

§ 8º Ressalvada a hipótese prevista no parágrafo anterior, o candidato inscrito no PSR não poderá manifestar sua desistência do certame e será removido para Unidade Descentralizada para a qual vier a ser classificado.

§ 9º Os candidatos serão classificados em ordem decrescente de pontuação, e o preenchimento das vagas existentes dar-se-á conforme a ordem de classificação obtida e considerando-se as opções manifestadas pelo candidato, respeitada a ordem de preferência no ato da inscrição.

§ 10. Divulgada a classificação preliminar, será aberto prazo para a interposição de recurso por parte dos candidatos e para a impugnação, após o qual a matéria será considerada preclusa.

§ 11. O recurso ou a impugnação deverão ser instruídos com:

I- indicação dos itens a serem retificados;

II- justificativa pormenorizada acerca de seu fundamento; e

III - documentação comprobatória de todas as alegações.

§ 12. Não será aceito, em nenhuma hipótese, recurso referente à exclusão, inclusão ou alteração na ordem de preferência com relação às opções de vagas por Unidade Descentralizada apresentadas no ato da inscrição.

§ 13. Julgados os recursos e as impugnações pela SIT, será divulgado o resultado final.

§ 14. Após a divulgação do resultado final, a SIT disponibilizará o cronograma de liberação dos Auditores-Fiscais do Trabalho contemplados no PSR, devendo ser respeitado o prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias para publicação da Portaria de remoção.

Art. 16. O Processo Seletivo de Remoção observará a pontuação dos participantes, calculada com base na seguinte fórmula:

$$P = T + X\ (T' \cdot i + 0{,}25T'')$$

em que:

P = número total de pontos.

T = tempo, em dias corridos, contado desde a data de início do efetivo exercício do servidor no cargo de Auditor-Fiscal do Trabalho até o dia imediatamente anterior à data de publicação da Portaria de instauração do PSR.

i = índice da unidade de exercício do Auditor-Fiscal do Trabalho quando da publicação da Portaria de instauração do PSR.

T' = tempo, em dias corridos, de efetivo de exercício no cargo de Auditor-Fiscal do Trabalho na unidade de exercício quando da publicação da Portaria de instauração do PSR. Para a definição de será excluído o tempo de efetivo exercício anterior à data de publicação desta Portaria.

T" tempo, em dias corridos, em que o Auditor-Fiscal do Trabalho tenha exercido, como titular, cargos ou funções de chefia ou direção dentro do Sistema Federal de Inspeção do Trabalho na unidade de exercício ou em que o Auditor-Fiscal do Trabalho tenha participado, como membro, de Comissão de Processo Administrativo Disciplinar quando da publicação da Portaria de instauração do PSR. Para a definição de T" será excluído o período de tempo anterior à data de publicação desta Portaria.

X = variável condicional, em que:

X = 1, se o tempo em dias de efetivo exercício no cargo na unidade de exercício atual for menor que 2 (dois) anos.

X = 1.15, se o tempo em dias de efetivo exercício no cargo na unidade de exercício atual for maior ou igual a 2 (dois) anos e menor que 3 (três) anos.

X = 1.25, se o tempo em dias de efetivo exercício no cargo na unidade de exercício atual for maior ou igual a 3 (três) anos e menor que 4 (quatro) anos.

X = 1.35, se o tempo em dias de efetivo exercício no cargo na unidade de exercício atual for maior ou igual a 4 (quatro) anos e menor que 5 (cinco) anos.

X = 1.50, se o tempo em dias de efetivo exercício no cargo na unidade de exercício atual for maior que 5 (cinco) anos.

§ 1º Para fins de definição do índice da unidade de exercício, deve ser considerada a localidade em que o Auditor-Fiscal do Trabalho se encontre em efetivo exercício, inclusive por força de decisão judicial ou lotação provisória.

§ 2º Nos casos em que a diferença entre a data da posse e a do efetivo exercício for de 1 (um) dia útil e tendo a posse se dado em Superintendência e o exercício em Gerência do mesmo Estado, o tempo a ser considerado para efeito da pontuação dos participantes no PSR será calculado a partir da data da posse.

§ 3º A realização de trabalhos eventuais fora da unidade de exercício, inclusive participação em grupos móveis, não implica na adoção de índice diverso daquele correspondente ao efetivo exercício do Auditor-Fiscal do Trabalho.

Art. 17. Havendo empate na pontuação estabelecida no art. 16, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, sucessivamente:

I - maior tempo de efetivo exercício no cargo de Auditor-Fiscal do Trabalho;

II - maior tempo de efetivo exercício no Ministério do Trabalho;

III - maior tempo de efetivo exercício no serviço público federal;

IV - maior tempo de serviço público; e

V - possuir maior idade.

CAPÍTULO III

Do Processo Seletivo de Remoção por Permuta de integrantes da carreira Auditoria-Fiscal do Trabalho

Art. 18. A remoção por permuta, de que trata a alínea b do inciso III do art. 6º desta Portaria, destinada a servidores integrantes da Carreira Auditoria-Fiscal do Trabalho, será realizada anualmente mediante Processo Seletivo de Remoção por Permuta - PSRP.

Art. 19. O Processo Seletivo de Remoção por Permuta observará as mesmas regras do Processo Seletivo de Remoção previsto no Capítulo II desta Portaria, sem que haja a disponibilização de novas vagas, podendo cada candidato se inscrever para as localidades de seu interesse.

§ 1º Será considerada como unidade de lotação do servidor a sua unidade de origem quando o exercício na unidade atual decorrer de:

I - decisão judicial sujeita a recurso;

II - nomeação para cargo de Direção e Assessoramento Superior - DAS ou designação para Função Gratificada - FG ou função Comissionada do Poder Executivo - FCPE.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800144

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 20. Será permitida a permuta envolvendo mais de duas localidades simultaneamente.

Art. 21. A pontuação aferida por cada participante será calculada da mesma forma do disposto no art. 16 desta Portaria.

Parágrafo único. Havendo empate, serão utilizados os critérios de desempate previstos no art. 17 desta Portaria.

Art. 22. O Auditor Fiscal do Trabalho que permutar com outro Auditor Fiscal que esteja lotado em Agência Regional do Ministério do Trabalho será lotado na Superintendência Regional ou na Gerência Regional à qual a Agência esteja diretamente vinculada.

Art. 23. Não serão deferidos pedidos de permuta de Auditores Fiscais do Trabalho fora do PSRP.

CAPÍTULO IV

Do Processo Seletivo Específico para lotação de servidores na Secretaria de Inspeção do Trabalho e na Corregedoria

Art. 24. Poderá ser instaurado Processo Seletivo Específico - PSE para lotação de servidores na Secretaria de Inspeção do Trabalho e na Corregedoria, conforme previsto na alínea c, do inciso III, do art. 6º desta Portaria, a juízo de oportunidade e conveniência administrativa atribuída ao titular da SIT ou da Corregedoria, conforme o caso.

§ 1º A seleção de servidores a que se refere o caput deverá considerar as atribuições regimentais da SIT ou da Corregedoria, conforme o caso, e contemplar a análise do perfil profissional requerido pela atividade, conforme critérios objetivos estabelecidos a cada PSE.

§ 2º Fica vedada a participação de Auditor-Fiscal do Trabalho aprovado em PSE para a SIT ou Corregedoria em qualquer PSR ou PSRP durante o prazo de 3 (três) anos.

§ 3º Aos Auditores-Fiscais do Trabalho com lotação na SIT ou na Corregedoria em decorrência de aprovação em Processo Seletivo Específico promovido anteriormente à publicação desta Portaria serão asseguradas as regras próprias de remoção previstas à época da seleção.

Art. 25. A portaria de remoção deverá ser publicada no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar da data de divulgação do resultado final.

CAPÍTULO V

Das disposições finais

Art. 26. Os casos omissos serão resolvidos pelo Gabinete do Ministro, ouvida a COGEP, no caso das carreiras administrativas, ou a SIT, no caso da carreira Auditoria-Fiscal do Trabalho.

Parágrafo único. Fica a COGEP responsável pelo fiel cumprimento das disposições desta Portaria.

Art. 27. Fica revogada a Portaria nº 1.855, de 20 de novembro de 2013.

Art. 28. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Parágrafo único. Excepcionalmente, o próximo Processo Seletivo de Remoção de servidores da carreira Auditoria-Fiscal do Trabalho obedecerá às regras de pontuação e classificação previstas no art. 4º da Portaria CGRH nº 425, de 5 de dezembro de 2013, com o devido ajuste da data de referência.

CAIO VIEIRA DE MELLO

ANEXO I

Índice de Localidades

i=1,0	i=1,4	i=1,8	i=2,2	i=2,6	i=3,0
Demais localidades	Campo Grande/MS Cuiabá/MT Teófilo Otoni/MG Paracatu/MG	Dourados/MS Palmas/TO Passo Fundo/RS Rondonópolis/MT Teixeira de Freitas/BA Uruguaiana/RS	Barreiras/BA Imperatriz/MA Manaus/AM Santo Ângelo/RS Secretaria de Inspeção do Trabalho - SIT	Altamira/PA Boa Vista/RR Macapá/AP Macapá/AP Porto Velho/RO Rio Branco/AC Santarém/PA	Corregedoria

COORDENAÇÃO-GERAL DE IMIGRAÇÃO

DESPACHO DE 27 DE SETEMBRO DE 2018

O Coordenador-Geral de Imigração, no uso de suas atribuições, deferiu os seguintes pedidos de autorização de residência, constantes dos ofícios ao MRE nº 0427/2018 de 24/09/2018, 0428/2018 de 24/09/2018, 0430/2018 de 25/09/2018, 0431/2018 de 25/09/2018, 0433/2018 de 26/09/2018 e 0434/2018 de 26/09/2018, respectivamente:

Residência Prévia - RN 02 - Resolução Normativa, de 08/12/2017:

Processo: 47039012641201871 Requerente: MEGABIAGA DO BRASIL - TRANSPORTES E LOGISTICA S/A Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: RUI CARLOS DA COSTA FERREIRA ROMPANTE Data Nascimento: 05/07/1973 Passaporte: N431876 País: PORTUGAL Mãe: SERAGINA DOS ANJOS DA COSTA FERREIRA Pai: JOSE MARIA DE SOUSA ROMPANTE; Processo: 47039012647201848 Requerente: INDIAN SOUVENIRS COMERCIO EIRELI Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: AAQIB ALI Data Nascimento: 09/03/1998 Passaporte: R8998078 País: ÍNDIA Mãe: NAZIMA Pai: ALI MOHAMMAD SHEIKH; Processo: 47039012658201828 Requerente: FAURECIA AUTOMOTIVE DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: KEVIN CARVALHO Data Nascimento: 16/03/1987 Passaporte: 10AT70373 País: FRANÇA Mãe: DEOLINDA IRENE DA SILVA VICENTE Pai: JOAO DA SILVA CARVALHO; Processo: 47039012659201872 Requerente: ASSOCIACAO ESCOLA GRADUADA DE SAO PAULO Prazo: 24 Mês(es) Imigrante: FATMA TRABELSI Data Nascimento: 11/01/1976 Passaporte: X419045 País: TUNÍSIA Mãe: DALILA BENT LAKHDAR BEN BAHRI BEN OTHMAN RAGHAM DJENDOUBI Pai: ALI BEN ISMAIL BEN MOKHTAR TRABELSI; Processo: 47039012937201891 Requerente: STEP OIL & GAS SERVICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: PAULO SERGIO RAMOS GONÇALVES Data Nascimento: 18/03/1981 Passaporte: P066671 País: PORTUGAL Mãe: ANA MARIA RODRIGUES RAMOS GONÇALVES Pai: JULIO DO CARMO GONÇALVEZ ACHAS; Processo: 47039013146201889 Requerente: STRYKER DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: JOSE CRISTOBAL SALINAS Data Nascimento: 06/09/1976 Passaporte: 568259841 País: EUA Mãe: SOFIA RAMONA PERALES Pai: JOSE SALINAS; Processo: 47039013198201855 Requerente: PRYSMIAN CABOS E SISTEMAS DO BRASIL S/A Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: YUNDI XU Data Nascimento: 19/06/1993 Passaporte: E02196924 País: CHINA Mãe: SHA WANG Pai: XUEGUANG XU; Processo: 47039013836201838 Requerente: CONTINENTAL DO BRASIL PRODUTOS AUTOMOTIVOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: SUBHADRA RAMAYAH Data Nascimento: 09/09/1983 Passaporte: C21G8GXP0 País: ALEMANHA Mãe: KANCHANAMALA SUBRAMANIAM Pai: RAMAYAH RANGASAMY; Processo: 47039014420201837 Requerente: SE VINEYARDS TRANSMISSAO DE ENERGIA S.A. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: PUNEET SINGH CHAUHAN Data Nascimento: 29/03/1980 Passaporte: P6637756 País: ÍNDIA Mãe: GAYATRI CHAUHAN Pai: RAM BUX SINGH CHAUHAN; Processo: 47039014422201826 Requerente: SE VINEYARDS TRANSMISSAO DE ENERGIA S.A. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: PUNEET SINGH CHAUHAN Data Nascimento: 29/03/1980 Passaporte: P6637756 País: ÍNDIA Mãe: GAYATRI CHAUHAN Pai: RAM BUX SINGH CHAUHAN; Processo: 47039014424201815 Requerente: ARCOVERDE TRANSMISSAO DE ENERGIA S.A. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: DEEPAK MODI Data Nascimento: 08/12/1987 Passaporte: K4433752 País: ÍNDIA Mãe: ARUNA MODI Pai: ASHOK MODI; Processo: 47039014479201825 Requerente: DIAM BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE MOBILIARIO PUBLICITARIO E DECORACAO DE PONTOS DE VENDA LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: MARIANA SOBRINO BARCELO Data Nascimento: 19/09/1989 Passaporte: G14509374 País: MÉXICO Mãe: GEORGINA BARCELO INFANTE Pai: RUBEN SOBRINO PRADO; Processo: 47039014569201816 Requerente: AUDI DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE VEICULOS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: SEBASTIAN WEBER Data Nascimento: 12/04/1992 Passaporte: CF474GTNW País: ALEMANHA Mãe: STILLA WEBER Pai: KARL GEORG WEBER; Processo: 47039014631201870 Requerente: PRODIPANI BRASIL PRODUTOS ALIMENTARES IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA. Prazo: Indeterminado Imigrante: Angela Cristina Martinho de Carvalho Data Nascimento: 15/07/1982 Passaporte: P566676 País: PORTUGAL Mãe: Maria de Fátima Martinho Carvalho Pai: Noel Filipe Tavares Carvalho Martinho; Processo: 47039014665201864 Requerente: SCHLUMBERGER SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: SILO JUSTINO TUNGA DOMINGOS Data Nascimento: 28/09/1979 Passaporte: N1485815 País: ANGOLA Mãe: INES SENGA ANDRE Pai: DOMINGOS MOIO; Processo: 47039014667201853 Requerente: BDF NIVEA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: JORGE ALBERTO JIMENEZ LIRA Data Nascimento: 09/09/1980 Passaporte: G29435971 País: MÉXICO Mãe: ROSALIA LIRA FERNANDEZ Pai: JOSE LUIS JIMENEZ MANZANERO; Processo: 47039014668201806 Requerente: ASSOCIACAO BRITANICA DE EDUCACAO Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: PAUL MARTIN WICKES Data Nascimento: 27/11/1968 Passaporte: 111920089 País: GRÃ BRETANHA Mãe: SHEILA MARY WICKES Pai: JOHN HUBERT WICKES; Processo: 47039014698201812 Requerente: MELCO AUTOMOTIVOS DO BRASIL LTDA. Prazo: 24 Mês(es) Imigrante: TAKAAKI NAKASHIBA Data Nascimento: 21/08/1977 Passaporte: TZ1153476 País: JAPÃO Mãe: YORIKO NAKASHIBA Pai: MICHIO NAKASHIBA; Processo: 47039014719201891 Requerente: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: RYUTARO TSUJI Data Nascimento: 26/08/1989 Passaporte: TR7285890 País: JAPÃO Mãe: YUMIKO TSUJI Pai: TAKASHI TSUJI; Processo: 47039014735201884 Requerente: VEOLIA SERVICOS AMBIENTAIS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: CHRISTOPHE BONALDI Data Nascimento: 23/10/1973 Passaporte: 14DI57499 País: FRANÇA Mãe: JOCELYNE ANDRÉE GERMAIN Pai: JEAN BERNARD BONALDI; Processo: 47039014745201810 Requerente: HUAWEI DO BRASIL TELECOMUNICACOES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: ZHONGQIU LIU Data Nascimento: 24/09/1980 Passaporte: G54460973 País: CHINA Mãe: JUNYING LIU Pai: TINGQI LIU; Processo: 47039014747201817 Requerente: HUAWEI SERVICOS DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: WENWEN SHAO Data Nascimento: 16/11/1985 Passaporte: G40330787 País: CHINA Mãe: YUQING YUN Pai: SHIMIN SHAO; Processo: 47039014752201811 Requerente: INTEGRATION IMPLEMENTACAO DE SOLUCOES EM GESTAO REQUERENTERIAL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: GABRIEL BINDEL Data Nascimento: 02/03/1991 Passaporte: U0248637 País: ÁUSTRIA Mãe: SYLVIA ADELHEID ELISABETH BINDEL Pai: MICHAEL BINDEL; Processo: 47039014768201824 Requerente: DIADEIS DESIGN E PREMEDIA LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: FRANÇOIS HERVE MALBRANQUE Data Nascimento: 25/05/1990 Passaporte: 11AY84960 País: FRANÇA Mãe: MARIE PIERRE MARCELLE LÉONIE VETU Pai: HERVÉ SERGE BARTHÉLÉMY MALBRANQUE; Processo: 47039014776201871 Requerente: MITSUBISHI ELECTRIC DO BRASIL COMERCIO E SERVICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: KOHEI FUJII Data Nascimento: 11/05/1987 Passaporte: TR9435367 País: JAPÃO Mãe: NAOMI FUJII Pai: RYOICHI FUJII; Processo: 47039014777201815 Requerente: SIEMENS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: MADHUKAR RAMDAS BORSE Data Nascimento: 28/12/1974 Passaporte: Z5018500 País: ÍNDIA Mãe: NIRMALA RAMDAS PATIL Pai: RAMDAS TOTARAM PATIL; Processo: 47039014778201860 Requerente: MITSUI & CO. (BRASIL) S.A. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: MANABU SHIBATA Data Nascimento: 27/07/1988 Passaporte: TS0756210 País: JAPÃO Mãe: TOMOKO SHIBATA Pai: MAKOTO SHIBATA; Processo: 47039014789201840 Requerente: ERNST & YOUNG ASSESSORIA REQUERENTERIAL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Esmeralda Niño Cano Data Nascimento: 08/10/1986 Passaporte: G06123233 País: MÉXICO Mãe: Irma Cano Valdez Pai: Manuel Niño Gonzalez; Processo: 47039014833201811 Requerente: CAOA CHERY AUTOMOVEIS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: MU CHUNYU Data Nascimento: 24/09/1979 Passaporte: ED4218744 País: CHINA Mãe: WANG YUMEI Pai: MU YUNMING; Processo: 47039014848201880 Requerente: DOW BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS QUIMICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: JOSE ALBERTO PINO ANDRADE Data Nascimento: 03/10/1981 Passaporte: G30395901 País: MÉXICO Mãe: MARIA TERESA ANDRADE NARVAEZ Pai: JOSE MARIA PINO ROSADO; Processo: 47039014855201881 Requerente: JINGJING QIAN Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: YONGYANG HU Data Nascimento: 18/06/1991 Passaporte: G35071875 País: CHINA Mãe: Jianli Su Pai: Aijun Hu.

Residência Prévia - RN 03 - Resolução Normativa, de 08/12/2017 (Artigo 2º):

Processo: 47039014439201883 Requerente: ROLLS-ROYCE BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: JEFFREY PATRICK WILSON Data Nascimento: 08/02/1977 Passaporte: 584709323 País: EUA.

Residência Prévia - RN 21 - Resolução Normativa, de 22/12/2017:

Processo: 47039015840201831 Requerente: TEC - TOLEDO ESPORTE CLUBE LTDA Prazo: 36 Mês(es) Imigrante: KAITO KASUYA Data Nascimento: 23/05/1998 Passaporte: MU5162234 País: JAPÃO Mãe: TOMOYO KASUYA Pai: KENJI MATSUMURA; Processo: 47039015977201895 Requerente: CATANDUVA FUTEBOL CLUBE - CFC Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: JAMES THOMAS SIANO Data Nascimento: 23/03/2000 Passaporte: 521573846 País: EUA Mãe: BARBARA ANN SIANO Pai: JAMES THOMAS SIANO.

Residência Prévia - RN 03 - Resolução Normativa, de 08/12/2017 (Artigo 2º):

Processo: 47039011494201811 Requerente: TECH MAHINDRA SERVICOS DE INFORMATICA S.A. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: GURINDER KAUR Data Nascimento: 29/10/1981 Passaporte: R6600331 País: ÍNDIA; Processo: 47039011500201831 Requerente: EMBRAER S.A. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: BERNT INGEMAR SKARIN Data Nascimento: 02/10/1964 Passaporte: 94208538 País: SUÉCIA; Processo: 47039011694201874 Requerente: WEG EQUIPAMENTOS ELETRICOS S/A Prazo: até 30/11/2018 Imigrante: EDUARDO ALZUGARAY PEREZ Data Nascimento: 30/12/1976 Passaporte: AAC641574 País: ESPANHA Imigrante: Jorge Piedrafita Fernandez Data Nascimento: 28/07/1988 Passaporte: PAA880173 País: ESPANHA; Processo: 47039012306201872 Requerente: AGC VIDROS DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: RAINER GUENTER HAAS Data Nascimento: 15/10/1963 Passaporte: C8NFV8K0Y` País: ALEMANHA; Processo: 47039012322201865 Requerente: FIELDCORE SERVICE SOLUTIONS INTERNATIONAL SERVICOS DE ENERGIA LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: JOSE GUADALUPE BOLIVAR MEJIA Data Nascimento: 25/06/1991 Passaporte: G30278065 País: MÉXICO; Processo: 47039012353201816 Requerente: CARLOS A.WANDERLEY & FILHOS-IMP.EXP.COM.REPR.LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: ANTONIO PANIGATTI Data Nascimento: 31/12/1975 Passaporte: YB1215532 País: ITÁLIA; Processo: 47039013944201819 Requerente: OFF SHORE REPAROS NAVAIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: VIDAR ERVIK Data Nascimento:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800145

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

06/03/1975 Passaporte: 31435365 País: NORUEGA; Processo: 47039013962201892 Requerente: OFF SHORE REPAROS NAVAIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: MAGNAR LEKNES Data Nascimento: 23/12/1964 Passaporte: 31001937 País: NORUEGA; Processo: 47039013970201839 Requerente: OFF SHORE REPAROS NAVAIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: KENNET HAASKJOLD Data Nascimento: 19/09/1992 Passaporte: 30789155 País: NORUEGA; Processo: 47039014275201894 Requerente: AGC VIDROS DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: CHRISTIAN ALOYS G VANDENABEELE Data Nascimento: 01/04/1960 Passaporte: EN600208 País: BÉLGICA; Processo: 47039014294201811 Requerente: CAOA CHERY AUTOMOVEIS LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: JUNLIANG WANG Data Nascimento: 14/04/1993 Passaporte: E8917191 País: CHINA Imigrante: LELE WANG Data Nascimento: 20/10/1983 Passaporte: ED5963585 País: CHINA; Processo: 47039014299201843 Requerente: CAOA CHERY AUTOMOVEIS LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: DONGFANG LI Data Nascimento: 25/10/1994 Passaporte: ED0234264 País: CHINA; Processo: 47039014304201818 Requerente: CAOA CHERY AUTOMOVEIS LTDA. Prazo: 6 Mês(es) Imigrante: HAIJUN ZHENG Data Nascimento: 18/08/1982 Passaporte: G49465606 País: CHINA Imigrante: JIN QIN Data Nascimento: 05/10/1979 Passaporte: G55703547 País: CHINA Imigrante: JINSONG LI Data Nascimento: 10/09/1973 Passaporte: ED7438710 País: CHINA Imigrante: LIU ZHAO Data Nascimento: 07/10/1981 Passaporte: ED5338182 País: CHINA Imigrante: QINGCHUN LIU Data Nascimento: 20/04/1985 Passaporte: E79418086 País: CHINA Imigrante: XIAOJUN ZHANG Data Nascimento: 05/07/1978 Passaporte: G39968297 País: CHINA Imigrante: YUKUN DONG Data Nascimento: 02/08/1985 Passaporte: E14921759 País: CHINA Imigrante: ZHIJIN FAN Data Nascimento: 25/06/1984 Passaporte: G48910942 País: CHINA; Processo: 47039014306201815 Requerente: CAOA CHERY AUTOMOVEIS LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: JIANJIAN DING Data Nascimento: 05/10/1986 Passaporte: E80579726 País: CHINA; Processo: 47039014312201864 Requerente: CAOA CHERY AUTOMOVEIS LTDA. Prazo: 6 Mês(es) Imigrante: BAOCHUN LI Data Nascimento: 21/08/1985 Passaporte: E77309544 País: CHINA Imigrante: TIANGUI XU Data Nascimento: 10/10/1979 Passaporte: EA2777270 País: CHINA Imigrante: XIANGDONG CHENG Data Nascimento: 20/09/1993 Passaporte: ED4177093 País: CHINA Imigrante: XIANGYANG HAN Data Nascimento: 10/07/1994 Passaporte: EC9099511 País: CHINA Imigrante: YONG ZHANG Data Nascimento: 01/10/1982 Passaporte: E61102073 País: CHINA Imigrante: ZHAOPING CHEN Data Nascimento: 12/11/1970 Passaporte: E77804735 País: CHINA; Processo: 47039014310201875 Requerente: CAOA CHERY AUTOMOVEIS LTDA. Prazo: 6 Mês(es) Imigrante: XIANGWEI WANG Data Nascimento: 17/06/1987 Passaporte: ED6107964 País: CHINA; Processo: 47039014313201817 Requerente: CAOA CHERY AUTOMOVEIS LTDA. Prazo: 6 Mês(es) Imigrante: HONGLIANG XIE Data Nascimento: 22/10/1992 Passaporte: ED6112010 País: CHINA; Processo: 47039014320201819 Requerente: CAOA CHERY AUTOMOVEIS LTDA. Prazo: 6 Mês(es) Imigrante: AIMIN ZHANG Data Nascimento: 15/08/1983 Passaporte: E67873904 País: CHINA Imigrante: CHANGGUI YU Data Nascimento: 20/04/1981 Passaporte: E22019565 País: CHINA Imigrante: CHENG XIE Data Nascimento: 02/08/1992 Passaporte: ED2868222 País: CHINA Imigrante: GANG WANG Data Nascimento: 14/06/1986 Passaporte: E12866000 País: CHINA Imigrante: WEICHUN MIN Data Nascimento: 07/03/1993 Passaporte: E57994647 País: CHINA Imigrante: YUANGUI WANG Data Nascimento: 11/09/1976 Passaporte: ED5345099 País: CHINA; Processo: 47039014317201897 Requerente: CAOA CHERY AUTOMOVEIS LTDA. Prazo: 6 Mês(es) Imigrante: YUTAO ZHENG Data Nascimento: 17/06/1988 Passaporte: E52477107 País: CHINA; Processo: 47039014324201899 Requerente: CAOA CHERY AUTOMOVEIS LTDA. Prazo: 6 Mês(es) Imigrante: JIANSHENG YANG Data Nascimento: 18/09/1979 Passaporte: EC8364872 País: CHINA Imigrante: SHUJUN WU Data Nascimento: 11/06/1976 Passaporte: EC8362046 País: CHINA; Processo: 47039014325201833 Requerente: CAOA CHERY AUTOMOVEIS LTDA. Prazo: 6 Mês(es) Imigrante: JIQUAN ZHANG Data Nascimento: 13/06/1977 Passaporte: G54295790 País: CHINA; Processo: 47039014328201877 Requerente: CAOA CHERY AUTOMOVEIS LTDA. Prazo: 6 Mês(es) Imigrante: CHUANYONG TANG Data Nascimento: 08/09/1989 Passaporte: E20017415 País: CHINA Imigrante: HAO WANG Data Nascimento: 17/02/1989 Passaporte: ED5126704 País: CHINA Imigrante: WEITIAN MA Data Nascimento: 02/09/1983 Passaporte: E63158305 País: CHINA; Processo: 47039014329201811 Requerente: CAOA CHERY AUTOMOVEIS LTDA. Prazo: 6 Mês(es) Imigrante: YANBING LIU Data Nascimento: 14/02/1976 Passaporte: E32050199 País: CHINA; Processo: 47039014330201846 Requerente: CAOA CHERY AUTOMOVEIS LTDA. Prazo: 6 Mês(es) Imigrante: YONGJUN CHEN Data Nascimento: 09/08/1981 Passaporte: G38224106 País: CHINA; Processo: 47039014399201870 Requerente: SIEMENS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: LAURA GERVIN GILES Data Nascimento: 05/02/1959 Passaporte: 592102989 País: EUA; Processo: 47039014454201821 Requerente: ROLLS-ROYCE BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: PAUL RAND WITZKE Data Nascimento: 21/05/1963 Passaporte: 463893260 País: EUA; Processo: 47041005028201858 Requerente: FUGRO BRASIL - SERVICOS SUBMARINOS E LEVANTAMENTOS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: TIMO VONK Data Nascimento: 16/07/1998 Passaporte: NTK267D95 País: HOLANDA.

Residência Prévia - RN 03 - Resolução Normativa, de 08/12/2017 (Artigo 4º caput):

Processo: 47039015697201887 Requerente: FITESA NAOTECIDOS S/A Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: ADRIAN CONTRERAS SANDOVAL Data Nascimento: 10/04/1976 Passaporte: G30755834 País: MÉXICO Imigrante: ARTURO JASSO HERNANDEZ Data Nascimento: 03/04/1978 Passaporte: G30755682 País: MÉXICO Imigrante: BLAS PARGAS LOPEZ Data Nascimento: 23/02/1972 Passaporte: G30755832 País: MÉXICO Imigrante: DAVID GODINES BUSTOS Data Nascimento: 21/11/1992 Passaporte: G23426368 País: MÉXICO Imigrante: HECTOR MANUEL HERRERA VILLELA Data Nascimento: 31/08/1981 Passaporte: G19162850 País: MÉXICO Imigrante: JORGE ALEJANDRO CASTILLO CANDELARIA Data Nascimento: 27/11/1959 Passaporte: G21743891 País: MÉXICO Imigrante: JOSE ALBERTO GARCIA DIAZ Data Nascimento: 24/02/1959 Passaporte: G21741900 País: MÉXICO Imigrante: JUAN FRANCISCO ACEVEDO ALDACO Data Nascimento: 31/01/1992 Passaporte: G16401623 País: MÉXICO Imigrante: JULIAN RETIZ MONTES Data Nascimento: 09/01/1983 Passaporte: G30755835 País: MÉXICO Imigrante: MANUEL RUIZ NAÑEZ Data Nascimento: 07/08/1966 Passaporte: G03444371 País: MÉXICO; Processo: 47039014098201846 Requerente: FEDRIGONI BRASIL PAPEIS LTDA Prazo: até 23/12/2018 Imigrante: KLAUS GLUMM Data Nascimento: 15/04/1963 Passaporte: C791J2M10 País: ALEMANHA; Processo: 47039014116201890 Requerente: KINROSS BRASIL MINERACAO S/A Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: EDWARD SHANG Data Nascimento: 20/02/1986 Passaporte: 505651405 País: EUA Imigrante: KYLE ALLAN ROH Data Nascimento: 05/11/1984 Passaporte: 563943838 País: EUA Imigrante: RICHARD ELLIOTT REESER Data Nascimento: 03/11/1988 Passaporte: 572327688 País: EUA Imigrante: WILLIAM HUGH TURNER VII Data Nascimento: 21/04/1993 Passaporte: 457100648 País: EUA; Processo: 47039014236201897 Requerente: KRONES DO BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: JORG WILHELM BOYER Data Nascimento: 27/06/1967 Passaporte: C8ZJHR5ZC País: ALEMANHA; Processo: 47039014233201853 Requerente: THERMO SOLUTIONS MOTORES COMERCIO E SERVICOS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Kyeongsu Lim Data Nascimento: 25/03/1982 Passaporte: M59782458 País: CORÉIA; Processo: 47039015064201879 Requerente: SIDEL DO BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Arturo Arriaga Solorio Data Nascimento: 20/09/1989 Passaporte: G26887666 País: MÉXICO; Processo: 47039015066201868 Requerente: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: OLE NYLUND HAGEN Data Nascimento: 03/01/1985 Passaporte: 29487461 País: NORUEGA; Processo: 47039015071201871 Requerente: BRIDGESTONE DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Hendrik Van Den Brink Data Nascimento: 11/12/1991 Passaporte: NNORJJ911 País: HOLANDA; Processo: 47039015082201851 Requerente: YOROZU AUTOMOTIVA DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: YUKI NISHIMOTO Data Nascimento: 17/11/1992 Passaporte: TR8802486 País: JAPÃO; Processo: 47039015084201840 Requerente: GEA EQUIPAMENTOS E SOLUCOES LTDA Prazo: 90 Dia(s) Imigrante: AFIF BENKEBIR Data Nascimento: 25/06/1977 Passaporte: C1T1V9VX2 País: ALEMANHA; Processo: 47039015085201894 Requerente: FOXCONN BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: JUNRONG PAN Data Nascimento: 06/12/1996 Passaporte: EE2005788 País: CHINA Imigrante: QINGQING LUO Data Nascimento: 01/02/1992 Passaporte: E56213220 País: CHINA Imigrante: QINMIN GAN Data Nascimento: 11/06/1992 Passaporte: EE0435528 País: CHINA; Processo: 47039015087201883 Requerente: FOXCONN BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: CHUNLEI MAO Data Nascimento: 14/04/1989 Passaporte: E93440990 País: CHINA; Processo: 47039015102201893 Requerente: FLANDERS DO BRASIL - INSTALACOES INDUSTRIAIS LTDA. Prazo: 45 Dia(s) Imigrante: GONZALO PATRICIO MARTINEZ PANIAGUA Data Nascimento: 23/05/1978 Passaporte: F18701022 País: CHILE Imigrante: JACKSON TUMELO MOORE Data Nascimento: 27/03/1986 Passaporte: A04593953 País: REPÚBLICA DA ÁFRICA DO SUL; Processo: 47039015109201813 Requerente: ALFA LAVAL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: LASSE MAURITZ HURNASTI Data Nascimento: 03/12/1963 Passaporte: 93741978 País: SUÉCIA; Processo: 47039015113201873 Requerente: STAR SU INDUSTRIA DE FERRAMENTAS LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: UWE KUEHSEL Data Nascimento: 30/01/1964 Passaporte: CCJKCW674 País: ALEMANHA; Processo: 47039015121201810 Requerente: PULSE MONITORAMENTO ESTRUTURAL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: FEDERICO ESQUER Data Nascimento: 08/10/1987 Passaporte: 503267981 País: EUA; Processo: 47039015116201815 Requerente: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: LYLE ROMERO SARIO Data Nascimento: 01/08/1990 Passaporte: EC6030597 País: FILIPINAS; Processo: 47039015117201851 Requerente: SHELL BRASIL PETROLEO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: THOMAS WILLIAM EDMUNDS Data Nascimento: 17/01/1953 Passaporte: 538830127 País: GRÃ BRETANHA; Processo: 47039015119201841 Requerente: STAR SU INDUSTRIA DE FERRAMENTAS LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: RONNY LAEMMEL Data Nascimento: 23/09/1977 Passaporte: CCP9FWHX1 País: ALEMANHA; Processo: 47039015120201875 Requerente: FCA FIAT CHRYSLER AUTOMOVEIS BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: MAREK EDWARD CYTRYNSKI Data Nascimento: 30/09/1961 Passaporte: EH7954473 País: POLÔNIA; Processo: 47039015127201897 Requerente: MCKINSEY & COMPANY, INC. DO BRASIL CONSULTORIA LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: AMITENDRA SINGH Data Nascimento: 19/09/1991 Passaporte: K0103081 País: ÍNDIA; Processo: 47039015133201844 Requerente: COMAU DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Ionut Zisu Data Nascimento: 21/05/1987 Passaporte: 054185060 País: ROMÊNIA; Processo: 47039015139201811 Requerente: DURR BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: JUN YIM Data Nascimento: 21/09/1975 Passaporte: M08794839 País: CORÉIA DO SUL; Processo: 47039015143201880 Requerente: DURR BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: DONG IK LEE Data Nascimento: 02/10/1988 Passaporte: M79835126 País: CORÉIA DO SUL; Processo: 47039015146201813 Requerente: DURR BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: KYANGHO KIM Data Nascimento: 12/10/1992 Passaporte: M51965632 País: CORÉIA DO SUL; Processo: 47039015150201881 Requerente: DURR BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: EUNSOO YOON Data Nascimento: 07/09/1984 Passaporte: M12161162 País: CORÉIA DO SUL; Processo: 47039015160201817 Requerente: AET BRASIL SERVICOS STS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Michael David Borden Data Nascimento: 11/08/1982 Passaporte: 562687435 País: EUA; Processo: 47039015169201828 Requerente: SHIMADZU DO BRASIL COMERCIO LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: MASASHI MATSUO Data Nascimento: 23/03/1964 Passaporte: TR8632816 País: JAPÃO; Processo: 47039015180201898 Requerente: CONSTRUTORA QUEIROZ GALVAO S A Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Ivo Steinkeller Data Nascimento: 26/08/1997 Passaporte: YB1692609 País: ITÁLIA; Processo: 47039015213201808 Requerente: INFOSYS TECNOLOGIA DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: ANKIT KESARWANI Data Nascimento: 16/11/1989 Passaporte: R2514622 País: ÍNDIA; Processo: 47039015222201891 Requerente: SLEEVER INTERNATIONAL LTDA Prazo: 30 Dia(s) Imigrante: JOHN FREDRICK ROHLOFF Data Nascimento: 09/09/1961 Passaporte: 458921039 País: EUA; Processo: 47039015224201880 Requerente: BASF SA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: SYLVIO REINER FICKEL Data Nascimento: 06/01/1961 Passaporte: CCPF1FLOR País: ALEMANHA; Processo: 47039015234201815 Requerente: GEBO CERMEX DO BRASIL ENGENHARIA E ASSISTENCIA TECNICA LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: ANDREA BENUZZI Data Nascimento: 30/11/1970 Passaporte: YA6323856 País: ITÁLIA; Processo: 47039015235201860 Requerente: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: WILLIAM LOUIS FONTENOT Data Nascimento: 27/08/1964 Passaporte: 583862669 País: EUA; Processo: 47039015238201801 Requerente: GEBO CERMEX DO BRASIL ENGENHARIA E ASSISTENCIA TECNICA LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: GIANLUCA CAMPAGNARI Data Nascimento: 05/08/1967 Passaporte: YB2362645 País: ITÁLIA; Processo: 47039015240201872 Requerente: HINGE TECH FABRICACAO, COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO, MONTAGEM, REPARACAO E MANUTENCAO DE GUINDASTES LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: KYUOK LEE Data Nascimento: 30/07/1964 Passaporte: M07557050 País: CORÉIA DO SUL; Processo: 47039015242201861 Requerente: NATIONAL OILWELL VARCO DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: WASEY DEAN LYONS Data Nascimento: 14/01/1966 Passaporte: 565740253 País: EUA; Processo: 47039015248201839 Requerente: KRONES DO BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: FRANK SCHUENKE Data Nascimento: 20/08/1966 Passaporte: C1VMJRZXJ País: ALEMANHA; Processo: 47039015246201840 Requerente: GEBO CERMEX DO BRASIL ENGENHARIA E ASSISTENCIA TECNICA LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: JOSEPH PERETTI Data Nascimento: 01/02/1983 Passaporte: YA4758732 País: ITÁLIA; Processo: 47039015252201805 Requerente: KRONES DO BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: ERICH DIELACHER Data Nascimento: 12/11/1963 Passaporte: U1514029 País: AUSTRÁLIA; Processo: 47039015254201896 Requerente: FOXCONN BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: DING SUN Data Nascimento: 29/05/1991 Passaporte: EE1419510 País: CHINA Imigrante: JIYE LI Data Nascimento: 14/01/1996 Passaporte: EC0833194 País: CHINA Imigrante: KAI LIU Data Nascimento: 14/03/1993 Passaporte: EB8112834 País: CHINA Imigrante: YAJIE QU Data Nascimento: 13/09/1995 Passaporte: EE2142688 País: CHINA Imigrante: YINWANG SUN Data Nascimento: 01/06/1994 Passaporte: EE1421330 País: CHINA; Processo: 47039015258201874 Requerente: FOXCONN BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: CHIFEN LU Data Nascimento: 21/06/1990 Passaporte: EC0354575 País: CHINA Imigrante: GUIAN LIN Data Nascimento: 02/08/1986 Passaporte: EA1719147 País: CHINA Imigrante: HUI XIA Data Nascimento: 24/02/1987 Passaporte: E65043939 País: CHINA Imigrante: XIANGUI LIN Data Nascimento: 10/06/1993 Passaporte: E95176331 País: CHINA; Processo: 47039015260201843 Requerente: GEBO CERMEX DO BRASIL ENGENHARIA E ASSISTENCIA TECNICA LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: LUCA MASSAGRANDE Data Nascimento: 22/01/1982 Passaporte: YB3594966 País: ITÁLIA; Processo: 47039015262201832 Requerente: FOXCONN BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: HAOQI WANG Data Nascimento: 22/10/1991 Passaporte: E93454577 País: CHINA Imigrante: HUADING CHEN Data Nascimento: 17/11/1985 Passaporte: E49401130 País: CHINA; Processo: 47039015265201876 Requerente: FOXCONN BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: BIN ZHAO Data Nascimento: 12/03/1990 Passaporte: E30669669 País: CHINA Imigrante: MINGCONG XIE Data Nascimento: 25/08/1990 Passaporte: E21011135 País: CHINA Imigrante: WENBIN WANG Data Nascimento: 16/07/1992 Passaporte: EB7530651 País: CHINA Imigrante: YONG DENG Data Nascimento: 10/08/1986 Passaporte: EB4837341 País: CHINA; Processo: 47039015267201865 Requerente: UNICHARM DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS DE HIGIENE LTDA., Prazo: 30 Dia(s) Imigrante: KOICHI ADACHI Data Nascimento: 10/10/1977 Passaporte: TS1184848 País: JAPÃO; Processo: 47039015285201847 Requerente: FMC TECHNOLOGIES DO BRASIL LTDA. Prazo: até 20/03/2019 Imigrante: KELVIN TAN YONG YIK Data Nascimento: 24/05/1986 Passaporte: A38190004 País: MALÁSIA; Processo: 47039015291201802 Requerente:

MICROSOFT DO BRASIL IMPORTACAO E COMERCIO DE SOFTWARE E VIDEO GAMES LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: JOSEPH K EDSON Data Nascimento: 20/12/1967 Passaporte: 562702825 País: EUA; Processo: 47039015290201850 Requerente: KRONES DO BRASIL LTDA. Prazo: até 19/03/2019 Imigrante: THOMAS MICHAEL MOEHLE Data Nascimento: 25/05/1974 Passaporte: CCZ8RYVCM País: ALEMANHA; Processo: 47039015298201816 Requerente: KANJIKO DO BRASIL INDUSTRIA AUTOMOTIVA LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: KENJI TAKAGI Data Nascimento: 02/05/1962 Passaporte: TS1589645 País: JAPÃO; Processo: 47039015299201861 Requerente: KANJIKO DO BRASIL INDUSTRIA AUTOMOTIVA LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: EIJI ISOKAWA Data Nascimento: 21/07/1971 Passaporte: TK3587719 País: JAPÃO; Processo: 47039015301201800 Requerente: KANJIKO DO BRASIL INDUSTRIA AUTOMOTIVA LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Imigrante: YUJI MINAKUCHI Data Nascimento: 17/10/1967 Passaporte: TS1130026 País: JAPÃO; Processo: 47039015303201891 Requerente: KANJIKO DO BRASIL INDUSTRIA AUTOMOTIVA LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: MASAHIRO SUGIYAMA Data Nascimento: 04/11/1970 Passaporte: TR8383765 País: JAPÃO; Processo: 47039015327201840 Requerente: CONTINENTAL DO BRASIL PRODUTOS AUTOMOTIVOS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: FRANZ ULI HELMUT ENGELHARDT Data Nascimento: 18/07/1964 Passaporte: C2ZPR1T73 País: ALEMANHA; Processo: 47039015330201863 Requerente: AMDOCS (BRASIL) LIMITADA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: MAHENDAR VANGA Data Nascimento: 16/07/1990 Passaporte: M8051506 País: ÍNDIA; Processo: 47039015329201839 Requerente: CONTINENTAL DO BRASIL PRODUTOS AUTOMOTIVOS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: MALTE JOACHIM VON GUSTEDT Data Nascimento: 14/08/1981 Passaporte: C22X6NZLZ País: ALEMANHA; Processo: 47039015338201820 Requerente: EMBRAER S.A. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: MARK HYWEL LAVENDER Data Nascimento: 16/05/1974 Passaporte: 551928602 País: INGLATERRA; Processo: 47039015342201898 Requerente: ACCENTURE DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: VINOD KUMAR MANIKANTI VENKATARAVANA Data Nascimento: 08/05/1989 Passaporte: K8838679 País: ÍNDIA; Processo: 47039015349201818 Requerente: WOBBEN WINDPOWER INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: 15 Dia(s) Imigrante: THOMAS KURT OTTO DORSCH Data Nascimento: 28/11/1968 Passaporte: C72GG2367 País: ALEMANHA; Processo: 47039015355201867 Requerente: POLO FILMS INDUSTRIA E COMERCIO S/A Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: ULRICH CHRISTIAN VOLK Data Nascimento: 16/05/1977 Passaporte: C5RVZYLGR País: ALEMANHA; Processo: 47039015365201801 Requerente: NATIONAL OILWELL VARCO DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: ROLF KRISTEN SALVESEN Data Nascimento: 12/07/1957 Passaporte: 27880423 País: NORUEGA; Processo: 47039015364201858 Requerente: YAMAHA MOTOR DA AMAZONIA LTDA Prazo: 46 Dia(s) Imigrante: Norihisa Takimoto Data Nascimento: 22/02/1982 Passaporte: TK9135385 País: JAPÃO; Processo: 47039015363201811 Requerente: FOXCONN BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: CHANGLIN LU Data Nascimento: 05/05/1990 Passaporte: E45408943 País: CHINA; Processo: 47039015366201847 Requerente: AMDOCS (BRASIL) LIMITADA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: MUDIT KANSAL Data Nascimento: 10/03/1991 Passaporte: H9650407 País: ÍNDIA; Processo: 47039015369201881 Requerente: YAMAHA MOTOR DA AMAZONIA LTDA Prazo: 46 Dia(s) Imigrante: Etsuji Nogi Data Nascimento: 25/04/1979 Passaporte: TR8677468 País: JAPÃO; Processo: 47039015370201813 Requerente: FOXCONN BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: JUNLEI GU Data Nascimento: 28/02/1986 Passaporte: E47953140 País: CHINA; Processo: 47039015372201802 Requerente: FOXCONN BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: LEI WANG Data Nascimento: 08/07/1988 Passaporte: G55962977 País: CHINA; Processo: 47039015378201871 Requerente: EMBRAER S.A. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: STANLEY FRANCIS SMITH Data Nascimento: 30/04/1973 Passaporte: 510963119 País: GRÃ BRETANHA; Processo: 47039015398201842 Requerente: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: LUIS JOSUE BEDOLLA CORTES Data Nascimento: 14/05/1994 Passaporte: G21228966 País: MÉXICO; Processo: 47039015399201897 Requerente: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: OLIVER ROBERTO BELLO ESCAMILLA Data Nascimento: 11/09/1989 Passaporte: G30407323 País: MÉXICO; Processo: 47039015401201828 Requerente: BGT - SERVICOS E REPRESENTACOES INDUSTRIAIS LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Imigrante: DANIEL HERMANN ARNO KLIEBISCH Data Nascimento: 03/08/1993 Passaporte: C6420Y2YW País: ALEMANHA; Processo: 47039015410201819 Requerente: HINGE TECH FABRICACAO, COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO, MONTAGEM, REPARACAO E MANUTENCAO DE GUINDASTES LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: HWAYEOL KIM Data Nascimento: 03/05/1963 Passaporte: M49273925 País: CORÉIA DO SUL; Processo: 47039015411201863 Requerente: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: JEONGGI BAEK Data Nascimento: 21/12/1963 Passaporte: M73198028 País: CORÉIA DO SUL; Processo: 47039015413201852 Requerente: HINGE TECH FABRICACAO, COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO, MONTAGEM, REPARACAO E MANUTENCAO DE GUINDASTES LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: KIYONG KIM Data Nascimento: 26/07/1974 Passaporte: M24332767 País: CORÉIA DO SUL; Processo: 47039015415201841 Requerente: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: KWANGCHUL KIM Data Nascimento: 05/09/1972 Passaporte: M66694190 País: CORÉIA DO SUL; Processo: 47039015417201831 Requerente: HINGE TECH FABRICACAO, COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO, MONTAGEM, REPARACAO E MANUTENCAO DE GUINDASTES LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: DONGHAG LEE Data Nascimento: 10/04/1963 Passaporte: M26324825 País: CORÉIA DO SUL; Processo: 47039015419201820 Requerente: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: KYOUNG TAEK LEE Data Nascimento: 13/04/1971 Passaporte: M48638790 País: CORÉIA DO SUL; Processo: 47039015421201807 Requerente: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: MINJUN KANG Data Nascimento: 14/04/1990 Passaporte: M43962891 País: CORÉIA DO SUL; Processo: 47039015424201832 Requerente: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: YONGHYEOP KIM Data Nascimento: 14/01/1990 Passaporte: M04503594 País: CORÉIA DO SUL; Processo: 47039015433201823 Requerente: JOHNSON CONTROLS PS DO BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: PEDRO PABLO REAL LOPEZ Data Nascimento: 27/06/1969 Passaporte: PAG549909 País: ESPANHA.

Residência Prévia - RN 03 - Resolução Normativa, de 08/12/2017 (Artigo 4º, Parágrafo 1º):

Processo: 47039015878201811 Requerente: FUNDACAO BUTANTAN Prazo: 90 Dia(s) Imigrante: FABIO MACCAFERRI Data Nascimento: 01/10/1966 Passaporte: YB3708902 País: ITÁLIA; Processo: 47039015918201817 Requerente: BENTELER COMPONENTES AUTOMOTIVOS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: MAIK BÜRGER Data Nascimento: 13/10/1974 Passaporte: C7KRCHH6Z País: ALEMANHA; Processo: 47039016006201862 Requerente: HOWDEN SOUTH AMERICA VENTILADORES E COMPRESSORES INDUSTRIA E COMERCIO LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: PATRICK WIEGAND Data Nascimento: 13/05/1994 Passaporte: C327M3YKY País: ALEMANHA.

Residência Prévia - RN 04 - Resolução Normativa, de 08/12/2017:

Processo: 47039013590201802 Requerente: SANCHEZ CANO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: MIGUEL YAGUES MARCO Data Nascimento: 18/02/1959 Passaporte: AAC475432 País: ESPANHA; Processo: 47039014048201869 Requerente: TATA CONSULTANCY SERVICES DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: SHUBHI SACHAN Data Nascimento: 01/03/1993 Passaporte: S1638563 País: ÍNDIA; Processo: 47039014112201810 Requerente: FENDERCARE SERVICOS MARINHOS DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Bennett Menezes Data Nascimento: 05/11/1969 Passaporte: 534803739 País: GRÃ BRETANHA; Processo: 47039014115201845 Requerente: TEEKAY DO BRASIL SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: GEIR NICOLAI LARSEN Data Nascimento: 23/06/1965 Passaporte: 31745593 País: NORUEGA; Processo: 47039014120201858 Requerente: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: KENICHI KUROKI Data Nascimento: 04/09/1979 Passaporte: TS0921298 País: JAPÃO; Processo: 47039014121201801 Requerente: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: MASARU FUJITA Data Nascimento: 29/04/1977 Passaporte: TS1078475 País: JAPÃO; Processo: 47039014250201891 Requerente: COMAU DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Roberto Pocafasso Data Nascimento: 15/02/1978 Passaporte: YA2619156 País: ITÁLIA; Processo: 47039014251201835 Requerente: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: SHOICHI SUGANUMA Data Nascimento: 03/04/1981 Passaporte: TS0921840 País: JAPÃO; Processo: 47039014440201816 Requerente: BAKER HUGHES DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Jonathon Tyler Walker Data Nascimento: 18/05/1991 Passaporte: 488100448 País: EUA; Processo: 47039014443201841 Requerente: BAKER HUGHES DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Warren David Galbraith Data Nascimento: 31/05/1970 Passaporte: E4096941 País: AUSTRÁLIA; Processo: 47039014484201838 Requerente: ESSILOR DA AMAZONIA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: JEFFREY RONALD JOHNSON Data Nascimento: 12/08/1958 Passaporte: 488558153 País: EUA.

Residência Prévia - RN 05 - Resolução Normativa, de 08/12/2017:

Processo: 47041005444201856 Requerente: PULLMANTUR CRUZEIROS DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: ALANDRO TONGCO LLANTO Data Nascimento: 22/07/1987 Passaporte: P4326989A País: FILIPINAS Imigrante: ALIN RAZVAN PLATON Data Nascimento: 14/09/1977 Passaporte: 055199839 País: ROMÊNIA Imigrante: DARIO ALCANGER ZELAYA BARAHONA Data Nascimento: 15/03/1963 Passaporte: E797157 País: HONDURAS Imigrante: ELDON DALMIN HENRIQUEZ GILBERT Data Nascimento: 21/07/1967 Passaporte: C01395173 País: NICARÁGUA Imigrante: ILSI OFELIA FLORES NORALES Data Nascimento: 16/05/1989 Passaporte: F024746 País: HONDURAS Imigrante: JHON FREDY MARTINEZ MENDOZA Data Nascimento: 02/10/1983 Passaporte: AO014589 País: COLÔMBIA Imigrante: JOHN REE WHITAKER MARTINEZ Data Nascimento: 28/03/1984 Passaporte: AP451347 País: COLÔMBIA Imigrante: JORGE ALBERTO MENDIETA REYES Data Nascimento: 29/07/1983 Passaporte: E923943 País: HONDURAS Imigrante: JOSE LUIS HERRERA SANTAMARIA Data Nascimento: 21/07/1983 Passaporte: AP349111 País: COLÔMBIA Imigrante: JOSE MARIA SERRANO ALAS Data Nascimento: 11/04/1971 Passaporte: E425510 País: HONDURAS Imigrante: JOSUE DANIEL SOLIS DIAZ Data Nascimento: 27/05/1995 Passaporte: F322263 País: HONDURAS Imigrante: JUAN BAUTISTA REYES ULLOA Data Nascimento: 18/11/1979 Passaporte: F005516 País: HONDURAS Imigrante: JUAN RAMON MILLA OCAMPO Data Nascimento: 12/04/1975 Passaporte: E214896 País: HONDURAS Imigrante: JULIO CESAR CUBAS REYES Data Nascimento: 11/02/1954 Passaporte: E468084 País: HONDURAS Imigrante: KARLA FABIOLA HERNANDEZ MALDONADO Data Nascimento: 18/08/1985 Passaporte: E399791 País: HONDURAS Imigrante: KIMBERLY JOSELYN CENTENO FIGUEROA Data Nascimento: 16/02/1997 Passaporte: F024997 País: HONDURAS Imigrante: LEONARDO MAURICIO GUARNIZO Data Nascimento: 24/03/1972 Passaporte: AP244138 País: COLÔMBIA Imigrante: LUDIN OMAR MEJIA QUINONEZ Data Nascimento: 22/02/1988 Passaporte: Z013846 País: HONDURAS Imigrante: LUIS EDUARDO BONILLA PADILLA Data Nascimento: 16/09/1982 Passaporte: F005653 País: HONDURAS Imigrante: MARIANO ROSALES Data Nascimento: 19/08/1961 Passaporte: F674524 País: HONDURAS Imigrante: MARIO ROLANDO DUBON TURCIOS Data Nascimento: 06/02/1971 Passaporte: E425253 País: HONDURAS Imigrante: MERY CONDORI CONDORI Data Nascimento: 30/11/1987 Passaporte: 116343162 País: PERU Imigrante: MIGUEL ANGEL DAZA AGUILAR Data Nascimento: 02/08/1986 Passaporte: 116687281 País: PERU Imigrante: MIRNA LETICIA JUAREZ SANCHEZ Data Nascimento: 20/07/1983 Passaporte: A01410409 País: REPÚBLICA DE EL SALVADOR Imigrante: NESTOR SANTIAGO FERNANDEZ SANCHEZ Data Nascimento: 02/02/1985 Passaporte: E398830 País: HONDURAS Imigrante: NICOLE WAGNER Data Nascimento: 29/07/1987 Passaporte: C4FGLNMN7 País: ALEMANHA Imigrante: ORLE ALDRUBAL REYES CRUZ Data Nascimento: 27/03/1980 Passaporte: E889121 País: HONDURAS Imigrante: OSCAR GERARDO AGUILAR HERRERA Data Nascimento: 25/04/1974 Passaporte: E752018 País: HONDURAS Imigrante: PAULO CESAR DIAZ VALDEZ Data Nascimento: 20/09/1977 Passaporte: 6871078 País: PERU Imigrante: PEDRO LOPEZ CONTRERAS Data Nascimento: 25/01/1981 Passaporte: E971134 País: HONDURAS Imigrante: PETER FERNANDES Data Nascimento: 27/09/1979 Passaporte: L8641013 País: ÍNDIA Imigrante: RAWUL KOOBAH Data Nascimento: 04/12/1988 Passaporte: 1445894 País: MAURÍCIO Imigrante: RENATO GARDINI OBANDO Data Nascimento: 29/01/1993 Passaporte: 116773331 País: PERU Imigrante: RUBEN EMILIO CORREA SAAVEDRA Data Nascimento: 05/12/1987 Passaporte: 4788549 País: PERU Imigrante: SAMIR RAMNATH KAISUKAR Data Nascimento: 30/06/1992 Passaporte: J9746964 País: ÍNDIA Imigrante: SIVAKUMAR BALASUBRAMANIAN Data Nascimento: 09/05/1986 Passaporte: R1496746 País: ÍNDIA Imigrante: VICTOR ALEXANDER VALLADARES ALVARES Data Nascimento: 17/01/1995 Passaporte: F677512 País: HONDURAS Imigrante: VICTOR GEOVANNY CORDOVA VARGAS Data Nascimento: 05/05/1974 Passaporte: C685706 País: HONDURAS Imigrante: VIPIN PUNATHIL VASUDEVAN KARTHA Data Nascimento: 30/09/1982 Passaporte: Z4135864 País: ÍNDIA Imigrante: VIVIANA ELIZABETH PONCE CASTILLO Data Nascimento: 17/09/1986 Passaporte: 116444862 País: PERU.

Residência Prévia - RN 06 - Resolução Normativa, de 08/12/2017:

Processo: 47041004790201817 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 25/11/2018 Imigrante: Jomel Ivan Antonio Cruz Data Nascimento: 26/04/1994 Passaporte: P0380179A País: FILIPINAS Imigrante: Randy Javier Gonzales Data Nascimento: 25/07/1971 Passaporte: P4430880A País: FILIPINAS; Processo: 47041004993201811 Requerente: LACADOR NAVEGACAO LTDA Prazo: até 13/01/2019 Imigrante: ANIELLO GUIDA Data Nascimento: 13/08/1994 Passaporte: YA9508369 País: ITÁLIA Imigrante: SAVERIO MARINO Data Nascimento: 19/01/1970 Passaporte: YA6022268 País: ITÁLIA; Processo: 47041005096201817 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 20/07/2020 Imigrante: Aleksandr Fuflygin Data Nascimento: 06/12/1971 Passaporte: 710145990 País: RÚSSIA Imigrante: Christian Garcia Ancheta Data Nascimento: 13/07/1980 Passaporte: P4317848A País: FILIPINAS Imigrante: Demetrio Jr. Gerodias Ordiz Data Nascimento: 09/11/1981 Passaporte: P0556879A País: FILIPINAS Imigrante: Evgeniy Tsytskun Data Nascimento: 01/07/1976 Passaporte: 712890565 País: RÚSSIA Imigrante: Genesis Perez de Guzman Data Nascimento: 06/04/1972 Passaporte: EC7243163 País: FILIPINAS Imigrante: Gian Carlo Garrucho Manzano Data Nascimento: 20/08/1989 Passaporte: P2471986A País: FILIPINAS Imigrante: Jayson Hiteroza Castañeda Data Nascimento: 16/05/1980 Passaporte: P4802363A País: FILIPINAS Imigrante: Michael Villamor Turo Data Nascimento: 12/05/1977 Passaporte: EC4824777 País: FILIPINAS Imigrante: Nardo Jr. Adan Cueto Data Nascimento: 29/03/1980 Passaporte: EC1801020 País: FILIPINAS Imigrante: Rey Mercado Sta. Romana Data Nascimento: 08/04/1985 Passaporte: EC8115459 País: FILIPINAS Imigrante: Roland Roma Gloria Data Nascimento: 15/04/1975 Passaporte: EC0287913 País: FILIPINAS Imigrante: Tepes Avram Data Nascimento: 25/07/1970 Passaporte: 053289544 País: ROMÊNIA; Processo: 47041005115201813 Requerente: PROSAFE SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: até 31/01/2019 Imigrante: ARIEL AJENO SEGUISA Data Nascimento: 10/10/1972 Passaporte: P7711335A País: FILIPINAS Imigrante: CARLOS BUTANAS PUPA Data Nascimento: 03/06/1984 Passaporte: EC7551919 País: FILIPINAS Imigrante: EDGAR MENGA ANDALET Data Nascimento: 05/05/1978 Passaporte: EC2729139 País: FILIPINAS Imigrante: EDMUND VARGAS ARCEO Data Nascimento: 01/02/1966 Passaporte: P1015363A País: FILIPINAS Imigrante: IRENEO ROQUES GUTIERREZ Data Nascimento: 26/06/1970 Passaporte: P3357488A País: FILIPINAS Imigrante: JOHN CONDE ROBLE Data Nascimento: 15/06/1978 Passaporte: EC7914735 País: FILIPINAS Imigrante: JONNEL FERNANDEZ PIANGGO Data Nascimento: 24/06/1974 Passaporte: P5211083A País: FILIPINAS Imigrante: RENE JR ITURALDE EVANGELISTA Data Nascimento: 17/02/1985 Passaporte: EC5199599 País: FILIPINAS Imigrante: ROLLY BINOS TENERIFE Data Nascimento: 15/04/1985 Passaporte: P0281855A País: FILIPINAS Imigrante: TOMMY - NAZ GEVERO TEOFISTO Data Nascimento: 09/01/1984 Passaporte: P3432236A País: FILIPINAS; Processo: 47041005117201802

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800147

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 23/08/2020 Imigrante: Andrey Baranyuk Data Nascimento: 21/07/1969 Passaporte: 721402477 País: RÚSSIA Imigrante: Dian Inguillo Suner Data Nascimento: 27/01/1964 Passaporte: P4846834A País: FILIPINAS Imigrante: Dmitry Skorokhodov Data Nascimento: 03/10/1981 Passaporte: 727103255 País: RÚSSIA Imigrante: Evgeny Istyagin Data Nascimento: 19/12/1989 Passaporte: 725852207 País: RÚSSIA Imigrante: Igor Slonin Data Nascimento: 29/04/1964 Passaporte: 750898437 País: RÚSSIA Imigrante: Iulian Dobre Data Nascimento: 06/09/1977 Passaporte: 056021861 País: ROMÊNIA Imigrante: Jim Voi Borabo Ranido Data Nascimento: 08/05/1986 Passaporte: EC6822314 País: FILIPINAS Imigrante: Lawrence Gohol Bongalos Data Nascimento: 21/07/1975 Passaporte: EC7896497 País: FILIPINAS Imigrante: Leonardo Mariñas Arrabis Data Nascimento: 23/11/1977 Passaporte: EC4206185 País: FILIPINAS Imigrante: Marius-Ovidiu Ionita Data Nascimento: 14/06/1988 Passaporte: 052372989 País: ROMÊNIA Imigrante: Ruslan Mititelu Data Nascimento: 29/09/1986 Passaporte: 054258047 País: ROMÊNIA Imigrante: Woodrow Odevilas Barrioquinto Data Nascimento: 06/05/1990 Passaporte: P5845315A País: FILIPINAS; Processo: 47041005120201818 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 23/08/2020 Imigrante: Dante Bugay Detablan Data Nascimento: 30/08/1969 Passaporte: P0199205A País: FILIPINAS Imigrante: Dennis Palma Fernandez Data Nascimento: 24/01/1986 Passaporte: P3725286A País: FILIPINAS Imigrante: Eriberto Martinez Lagrosa Data Nascimento: 15/03/1974 Passaporte: EC5449134 País: FILIPINAS Imigrante: John Kennedy Quiambao Batu Data Nascimento: 04/03/1988 Passaporte: P5180535A País: FILIPINAS Imigrante: John Mar Tagumasi Iringan Data Nascimento: 31/07/1989 Passaporte: EC8270014 País: FILIPINAS Imigrante: Jose Marie Lim Serrato Data Nascimento: 19/06/1969 Passaporte: P5860858A País: FILIPINAS Imigrante: Mark Joseph Ragas Amarille Data Nascimento: 29/05/1991 Passaporte: EC2568074 País: FILIPINAS Imigrante: Niculae Bojin Data Nascimento: 23/11/1957 Passaporte: 053080706 País: ROMÊNIA Imigrante: Norman Neil Genciana Zaide Data Nascimento: 01/10/1992 Passaporte: P5467173A País: FILIPINAS Imigrante: Oleh Moisyeyev Data Nascimento: 01/06/1974 Passaporte: FH054331 País: UCRÂNIA Imigrante: Rolando Tolang Canda Data Nascimento: 22/03/1976 Passaporte: P0050438A País: FILIPINAS Imigrante: Ronald Romero Tiamsing Data Nascimento: 23/09/1975 Passaporte: EC4608455 País: FILIPINAS; Processo: 47041005129201829 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Remigiusz Rytlewski Data Nascimento: 24/09/1977 Passaporte: EA7335262 País: POLÔNIA; Processo: 47041005140201899 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 08/02/2019 Imigrante: Mario Dela Cruz Manguerra Data Nascimento: 24/10/1969 Passaporte: P8201496A País: FILIPINAS; Processo: 47041005141201833 Requerente: FUGRO BRASIL - SERVICOS SUBMARINOS E LEVANTAMENTOS LTDA. Prazo: até 01/01/2020 Imigrante: ROSALINO JR. VITALES BORJA Data Nascimento: 25/07/1979 Passaporte: EC4007054 País: FILIPINAS; Processo: 47041005147201819 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 23/08/2020 Imigrante: Eric Rolluque Grimaldo Data Nascimento: 13/05/1976 Passaporte: P4061863A País: FILIPINAS; Processo: 47041005154201811 Requerente: OOG-TKP PRODUCAO DE PETROLEO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Dominik Jan Dudojc Data Nascimento: 24/01/1982 Passaporte: EE4976280 País: POLÔNIA; Processo: 47041005152201813 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 25/05/2020 Imigrante: Edrhyl Insigne Viana Data Nascimento: 03/10/1986 Passaporte: P8271386A País: FILIPINAS; Processo: 47041005155201857 Requerente: M&S CERNAMBI SUL OPERACAO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: JOSE MARIE GARRIDO SANTILLAN Data Nascimento: 11/12/1971 Passaporte: EC7272218 País: FILIPINAS; Processo: 47041005156201800 Requerente: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: GUILLERMO BOLIVAR TUAZON Data Nascimento: 03/02/1976 Passaporte: EC6539136 País: FILIPINAS; Processo: 47041005157201846 Requerente: SAPURA NAVEGACAO MARITIMA S.A. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Denis Nepomnyaschy Data Nascimento: 25/01/1977 Passaporte: 752556137 País: RÚSSIA; Processo: 47041005161201812 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Dante Gajo Escalona Data Nascimento: 16/05/1983 Passaporte: P2088511A País: FILIPINAS Imigrante: Ike Samonte Salazar Data Nascimento: 24/01/1985 Passaporte: P7177131A País: FILIPINAS; Processo: 47041005159201835 Requerente: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: PATRICK GUTIERREZ MORALES Data Nascimento: 02/01/1988 Passaporte: EC6816432 País: FILIPINAS; Processo: 47041005160201860 Requerente: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: DENNIS BAYLON DESCALSOTA Data Nascimento: 11/01/1980 Passaporte: EC7291042 País: FILIPINAS; Processo: 47041005162201859 Requerente: SAPURA NAVEGACAO MARITIMA S.A. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Claudiu Pandichi Data Nascimento: 22/01/1976 Passaporte: 054888473 País: ROMÊNIA Imigrante: David William Llewellyn Data Nascimento: 28/08/1964 Passaporte: 508397309 País: GRÃ BRETANHA Imigrante: Rovell Rojo Velasco Data Nascimento: 21/03/1975 Passaporte: EC5126816 País: FILIPINAS; Processo: 47041005164201848 Requerente: BCH ENERGY DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: CARLOS MIGUEL GONÇALVES REIS Data Nascimento: 12/09/1975 Passaporte: M883766 País: PORTUGAL; Processo: 47041005166201837 Requerente: GOLAR SERVICOS DE OPERACAO DE EMBARCACOES LTDA Prazo: até 20/09/2019 Imigrante: Alexander Kazakov Data Nascimento: 23/05/1991 Passaporte: 722663065 País: RÚSSIA; Processo: 47041005167201881 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 01/08/2020 Imigrante: Howell Samrano Liwagon Data Nascimento: 24/05/1974 Passaporte: EC8277677 País: FILIPINAS Imigrante: Michael Perlas Sigua Data Nascimento: 19/10/1978 Passaporte: EC2017842 País: FILIPINAS; Processo: 47041005170201803 Requerente: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: até 04/09/2019 Imigrante: Rodrigo Jr. Boado Ojano Data Nascimento: 11/12/1981 Passaporte: EC6083154 País: FILIPINAS; Processo: 47041005168201826 Requerente: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 28/02/2019 Imigrante: Alexander Vashchilo Data Nascimento: 25/08/1963 Passaporte: 722463272 País: RÚSSIA Imigrante: Anoop Balachandran Nair Data Nascimento: 11/12/1982 Passaporte: Z2927965 País: ÍNDIA; Processo: 47041005171201840 Requerente: VAN OORD SERVICOS DE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: até 01/02/2020 Imigrante: Cornelis Anthonie Adriaan van der Maas Data Nascimento: 20/01/1965 Passaporte: BCD5L3D95 País: HOLANDA Imigrante: Johan Hendrik Willem Café Data Nascimento: 20/10/1968 Passaporte: BUKR9FRJ4 País: HOLANDA; Processo: 47041005172201894 Requerente: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: até 04/09/2019 Imigrante: Dennis Estrada Maquiñana Data Nascimento: 10/03/1979 Passaporte: EC1556709 País: FILIPINAS; Processo: 47041005173201839 Requerente: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: até 25/02/2020 Imigrante: Efren Pasculado Dalida Data Nascimento: 09/10/1973 Passaporte: P8116493A País: FILIPINAS; Processo: 47041005174201883 Requerente: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: até 04/09/2019 Imigrante: Jonathan Cerezo Perreras Data Nascimento: 30/11/1989 Passaporte: P5117489A País: FILIPINAS; Processo: 47041005187201852 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Andriy Kalashnykov Data Nascimento: 31/12/1979 Passaporte: FN658378 País: UCRÂNIA Imigrante: Ivan Chepalis Data Nascimento: 01/04/1989 Passaporte: FN659079 País: UCRÂNIA; Processo: 47041005188201805 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 25/05/2020 Imigrante: Melchor Siquig Fontanilla Data Nascimento: 25/02/1969 Passaporte: EC7689382 País: FILIPINAS Imigrante: Valiente Umali Aala Data Nascimento: 25/02/1985 Passaporte: P4223946A País: FILIPINAS; Processo: 47041005189201841 Requerente: FUGRO BRASIL - SERVICOS SUBMARINOS E LEVANTAMENTOS LTDA. Prazo: até 15/09/2019 Imigrante: ANDREW HEDLEY EDGERTON Data Nascimento: 19/10/1987 Passaporte: 565745496 País: EUA Imigrante: DARRELL WAYNE NYQUIST Data Nascimento: 05/02/1964 Passaporte: 591090183 País: EUA Imigrante: DAVID ROSS STRANGE Data Nascimento: 11/05/1961 Passaporte: 591330682 País: EUA Imigrante: GREGORY AARON FLEISCHMAN Data Nascimento: 03/12/1981 Passaporte: 565746074 País: EUA Imigrante: JACOB MILES SACKETT Data Nascimento: 02/09/1976 Passaporte: 591344262 País: EUA Imigrante: JAMES ANDREWTON KING Data Nascimento: 22/06/1989 Passaporte: 591096231 País: EUA Imigrante: JEFFREY CLYDE TAYLOR Data Nascimento: 03/01/1984 Passaporte: 483789863 País: EUA Imigrante: JOHN THOMAS BUMGARDNER Data Nascimento: 17/01/1989 Passaporte: 554243678 País: EUA Imigrante: LEON ANTHONY SCHIRO III Data Nascimento: 22/06/1964 Passaporte: 554243680 País: EUA Imigrante: RAYMOND JOSEPH NETTLES Data Nascimento: 02/02/1965 Passaporte: 508317435 País: EUA Imigrante: RICARDO ALVAREZ Data Nascimento: 03/05/1962 Passaporte: 551831362 País: EUA Imigrante: SAMANTHA ELIZABETH NEWTON Data Nascimento: 22/03/1990 Passaporte: 551831361 País: EUA; Processo: 47041005190201876 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 11/07/2020 Imigrante: ADAM OSTROWSKI Data Nascimento: 24/12/1977 Passaporte: EA3364523 País: POLÔNIA Imigrante: Grzegorz Konrad Kidacki Data Nascimento: 22/12/1986 Passaporte: EG3966280 País: POLÔNIA Imigrante: Krzysztof Nierebinski Data Nascimento: 27/09/1955 Passaporte: EH7386096 País: POLÔNIA Imigrante: Lukasz Andrzej Laskus Data Nascimento: 21/04/1983 Passaporte: EE7606023 País: POLÔNIA Imigrante: Lukasz Krzysztof Kudarewko Data Nascimento: 02/07/1986 Passaporte: EE7503470 País: POLÔNIA Imigrante: Marek Stanislaw Tyrakowski Data Nascimento: 22/06/1955 Passaporte: EA9515271 País: POLÔNIA Imigrante: Pawel Jerzy Golebiewski Data Nascimento: 08/01/1962 Passaporte: EH7465076 País: POLÔNIA Imigrante: Rafal Jaskowski Data Nascimento: 28/09/1986 Passaporte: EG7130782 País: POLÔNIA Imigrante: Sebastian Pawel Golebiewski Data Nascimento: 30/12/1991 Passaporte: ED0349256 País: POLÔNIA Imigrante: Slawomir Kaczmarek Data Nascimento: 14/05/1962 Passaporte: EK4288444 País: POLÔNIA; Processo: 47041005192201865 Requerente: ALFA LULA ALTO OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: MARCELLO SERGI Data Nascimento: 30/05/1989 Passaporte: YA8258090 País: ITÁLIA; Processo: 47041005197201898 Requerente: SBM CAPIXABA OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: MARC STANLEY Data Nascimento: 10/06/1985 Passaporte: 511219773 País: GRÃ BRETANHA; Processo: 47041005195201807 Requerente: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: RADUT DORIAN GREBANUS Data Nascimento: 13/10/1968 Passaporte: 052516094 País: ROMÊNIA.

Residência Prévia - RN 11/2017 - Resolução Normativa, de 08/12/2017 (Artigo 2º):

Processo: 47039014352201814 Requerente: CHEVRON BRASIL UPSTREAM FRADE LTDA. Prazo: Indeterminado Imigrante: HELDER DE JESUS MARTINS Data Nascimento: 20/04/1973 Passaporte: N2043332 País: ANGOLA; Processo: 47039014364201831 Requerente: GENTE COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA. Prazo: Indeterminado Imigrante: ERIC SERGIO HEUZE Data Nascimento: 01/02/1989 Passaporte: X6394474 País: SUIÇA; Processo: 47039014374201876 Requerente: STATE GRID BRAZIL POWER PARTICIPACOES S.A. Prazo: Indeterminado Imigrante: BO WEN Data Nascimento: 17/12/1965 Passaporte: PE0602516 País: CHINA; Processo: 47039014477201836 Requerente: JTEKT AUTOMOTIVA BRASIL LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: AKIRA HIGUCHI Data Nascimento: 26/02/1983 Passaporte: TS0078428 País: JAPÃO; Processo: 47039014595201844 Requerente: TORPEDO BRASIL INVESTIMENTOS REQUERENTERIAIS E IMOBILIARIOS LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: FRANCISCO JAVIER ASENSIO SALT Data Nascimento: 16/03/1960 Passaporte: 488391286 País: EUA; Processo: 47039014699201859 Requerente: CNODC BRASIL PETROLEO E GAS LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: BIFENG XU Data Nascimento: 10/10/1979 Passaporte: PE1001363 País: CHINA; Processo: 47039014734201830 Requerente: CNODC BRASIL PETROLEO E GAS LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: Zhiyuan Gao Data Nascimento: 11/05/1989 Passaporte: PE0461735 País: CHINA.

Residência Prévia - RN 19 - Resolução Normativa, de 22/12/2017:

Processo: 47039012431201882 Requerente: GENERAL ELECTRIC DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Maria Fernanda Vargas Ramirez Data Nascimento: 24/09/1992 Passaporte: G07121724 País: MÉXICO; Processo: 47039012434201816 Requerente: GENERAL ELECTRIC DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: JOSE MARIA SALIDO LARRAÑAGA Data Nascimento: 29/08/1992 Passaporte: G20826569 País: MÉXICO; Processo: 47039012435201861 Requerente: GENERAL ELECTRIC DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: DANIEL BARRERA KALIFE Data Nascimento: 13/01/1991 Passaporte: G06216939 País: MÉXICO; Processo: 47039012604201862 Requerente: ROBERT BOSCH LIMITADA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: JANESSA HEIDI MEYER Data Nascimento: 12/11/1984 Passaporte: 620802129 País: ALEMANHA; Processo: 47039012700201819 Requerente: BELGO BEKAERT ARAMES LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Jan Jules Dewyn Data Nascimento: 23/08/1965 Passaporte: EP985618 País: BÉLGICA; Processo: 47039013234201881 Requerente: TETRA PAK LTDA Prazo: 24 Mês(es) Imigrante: JING YANG Data Nascimento: 28/06/1992 Passaporte: E14483296 País: CHINA; Processo: 47039013920201851 Requerente: MERCK S/A Prazo: 6 Mês(es) Imigrante: CARLO TRUYEN Data Nascimento: 26/12/1990 Passaporte: C5XMC3RGP País: ALEMANHA; Processo: 47039013905201811 Requerente: CARDIO SISTEMAS COMERCIAL E INDUSTRIAL LTDA Prazo: 6 Mês(es) Imigrante: YOUNG JOON SHIN Data Nascimento: 28/03/1995 Passaporte: 500685404 País: EUA; Processo: 47039013952201857 Requerente: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. Prazo: 3 Mês(es) Imigrante: AZRAA ISMAIL Data Nascimento: 15/08/1989 Passaporte: 526801621 País: INGLATERRA; Processo: 47039013963201837 Requerente: NETFLIX ENTRETENIMENTO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: MARVIS WYNN Data Nascimento: 05/03/1983 Passaporte: 563413536 País: EUA.

Residência - RN 02 - Resolução Normativa, de 08/12/2017:

Processo: 47039011777201863 Requerente: MARTHA CARDOSO CRUZ Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: MARIA MANUELA DOS SANTOS OLIVEIRA MARTINS POLICARPO DE OLIVEIRA Data Nascimento: 21/07/1959 Passaporte: N215216 País: PORTUGAL Mãe: MARIA FERREIRA SOARES DOS SNATOS Pai: JOAQUIM DE OLIVEIRA MARTINS; Processo: 47039011836201801 Requerente: GERU TECNOLOGIA E SERVICOS S.A Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: QUENTIN JOACHIM LEGUAY Data Nascimento: 30/10/1988 Passaporte: 12DE93203 País: FRANÇA Mãe: FRANÇOISE MARIE DOMINIQUE BONTEMPS Pai: JACQUES ANDRÉ LEGUAY; Processo: 47039014016201863 Requerente: PANTOS DO BRASIL LOGISTICA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: KIHYUN KIM Data Nascimento: 23/09/1989 Passaporte: M7 0.293.915 País: CORÉIA DO SUL Mãe: JINHEE CHOI Pai: INHWAN KIM; Processo: 47039014065201804 Requerente: DUNNHUMBY BRASIL CONSULTORIA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: MARC HUVELIN Data Nascimento: 10/07/1986 Passaporte: 18CE00618 País: FRANÇA Mãe: INGRID KARIN CHRISTENSEN CALERO Pai: GERARD FRANCOIS DANIEL HUVELIN; Processo: 47039014094201868 Requerente: AMERICA FUTEBOL CLUBE Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: RUI PEDRO VIEIRA DE SOUSA Data Nascimento: 26/02/1975 Passaporte: N982509 País: PORTUGAL Mãe: MARIA ROSALINA FEIJÓ VIEIRA DE SOUSA Pai: SERAFIM AUGUSTO MARQUES DE SOUSA; Processo: 47039014106201854 Requerente: TOTAL E&P DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: CRISTINA ISABEL HAMILTON REBELO MARINHO Data Nascimento: 08/08/1974 Passaporte: N0769356 País: ANGOLA Mãe: ANETTE DA COSTA HAMILTON DOS SANTOS REBELO Pai: LUIS EDUARDO DE ALMEIDA REBELO; Processo: 47039014140201829 Requerente: BANCO MUFG BRASIL S.A. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Haruhiko Ozaki Data Nascimento: 14/05/1969 Passaporte: TK4392908 País: JAPÃO Mãe: Yoko Ozaki Pai: Masayuki Ozaki; Processo: 47039014318201831 Requerente: BIMBO DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Luis Ernesto Diaz Gamboa Data Nascimento: 04/12/1987 Passaporte: 618858523 País: MÉXICO Mãe: Virginia Gamboa Gelacio Pai: Rafael Diaz Arias; Processo: 47039014322201808 Requerente: LECTRA BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: PATRÍCIA TEIXEIRA COSTA Data Nascimento: 16/10/1985 Passaporte: CA047685 País: PORTUGAL Mãe: Maria dos Remédios Teixeira Costa Pai: Vitor Manuel de Almeida Costa; Processo: 47039014335201879 Requerente: MOTO HONDA DA AMAZONIA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: HIDEKI SAWAUCHI Data Nascimento: 29/08/1974 Passaporte: TH7511199 País: JAPÃO Mãe: KIYOKO SAWAUCHI Pai: HIDEHITO SAWAUCHI; Processo: 47039014338201811 Requerente: VAN

STEEN IDEIATOURS VIAGENS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: JUDITH MUTICI Data Nascimento: 13/08/1988 Passaporte: U0667276 País: ÁUSTRIA Mãe: MONIKA ANNA ELISABETH MUTICI Pai: MANFRED PETER GRANGL; Processo: 47039014342201871 Requerente: CORNERSTONE ONDEMAND BRASIL SERVICOS DE SOFTWARE LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: UNDRA DURAN CREDLE Data Nascimento: 05/02/1972 Passaporte: 505990450 País: EUA Mãe: JOHNANN CREDLE Pai: RONNIE CREDLE; Processo: 47039014373201821 Requerente: AMDOCS (BRASIL) LIMITADA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: JOSÉ MARIA HENRIQUES ANDRADE RUIVO Data Nascimento: 03/06/1971 Passaporte: P373682 País: PORTUGAL Mãe: MARIA CELIA DO CARMO HENRIQUES RUIVO Pai: JOSE MARIA BRAGANÇA ANDRADE RUIVO; Processo: 47039014370201898 Requerente: PROCTER & GAMBLE INDUSTRIAL E COMERCIAL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Gonzalo Greco Data Nascimento: 01/08/1986 Passaporte: AAE040303 País: ARGENTINA Mãe: MARIA VICTORIA MARIUZZO Pai: Não informado; Processo: 47039014421201881 Requerente: CTC - CENTRO DE TECNOLOGIA CANAVIEIRA S.A. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: TANVEER KHAN Data Nascimento: 12/08/1979 Passaporte: M6869554 País: ÍNDIA Mãe: NOOR FATIMA Pai: MURTAZA ALI KHAN; Processo: 47039014650201804 Requerente: MODULO ENGENHARIA, CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: JAVIER CRUZ PELEGRIN Data Nascimento: 21/08/1975 Passaporte: PAD822633 País: ESPANHA Mãe: CARMEN PELEGRIN LORENTE Pai: FRANCISCO CRUZ LINARES; Processo: 47039014652201895 Requerente: AVANT ELEVADORES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Paula Solozabal Lopez Data Nascimento: 05/10/1990 Passaporte: XDC259874 País: ESPANHA Mãe: Concepcion de Jesus Lopez Lopez Pai: Salvador Solozabal Banos; Processo: 47039014681201857 Requerente: FENDI BRASIL - COMERCIO DE ARTIGOS DE LUXO LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: ROBERTA RIZZARDI Data Nascimento: 01/09/1980 Passaporte: YA5399498 País: ITÁLIA Mãe: LIDIA CECILIA RIZZARDI Pai: ALESSANDRO RIZZARDI; Processo: 47039014691201892 Requerente: FACEBOOK SERVICOS ONLINE DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Henry Hua Zhao Data Nascimento: 03/06/1990 Passaporte: 540023920 País: EUA Mãe: Shufang Niu Pai: Baozhong Zhao; Processo: 47039014697201860 Requerente: INTERNATIONAL CHRISTIAN SCHOOL OF RIO DE JANEIRO Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: RACHEAL MARIE LEIR Data Nascimento: 18/12/1987 Passaporte: 525339909 País: EUA Mãe: TAMMY LEIR Pai: SCOTT LEIR.

Residência - RN 03 - Resolução Normativa, de 08/12/2017 (Artigo 3º):

Processo: 47039012377201875 Requerente: TECH MAHINDRA SERVICOS DE INFORMATICA S.A. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: JEETENDRA RANGNATH JOSHI Data Nascimento: 01/06/1971 Passaporte: N0094421 País: ÍNDIA; Processo: 47039013958201824 Requerente: ACTIVE INDUSTRIA DE COSMETICOS S.A. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: KLAUS WERNER STIEFFENHOFER Data Nascimento: 14/07/1965 Passaporte: C2W1LH7H9 País: ALEMANHA; Processo: 47039014035201890 Requerente: TECNOPLANO CONSULTORIA DE PROJETOS E OBRAS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Tiago Dias Geraldes Data Nascimento: 23/09/1978 Passaporte: N995376 País: PORTUGAL; Processo: 47039014268201892 Requerente: ENERGIA SUSTENTAVEL DO BRASIL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Liu, Chuang Data Nascimento: 29/07/1986 Passaporte: PE0658368 País: CHINA; Processo: 47039014269201837 Requerente: ENERGIA SUSTENTAVEL DO BRASIL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Wu, Shaoyong Data Nascimento: 17/02/1974 Passaporte: PE0519437 País: CHINA; Processo: 47039014270201861 Requerente: ENERGIA SUSTENTAVEL DO BRASIL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Xi, Hong Data Nascimento: 24/10/1973 Passaporte: PE0658212 País: CHINA; Processo: 47039014272201851 Requerente: ENERGIA SUSTENTAVEL DO BRASIL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Zhou, Wenke Data Nascimento: 20/08/1984 Passaporte: PE0658362 País: CHINA; Processo: 47039014458201818 Requerente: CAN-PACK BRASIL INDUSTRIA DE EMBALAGENS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: ROBERT MAREK PASIERBEK Data Nascimento: 11/11/1975 Passaporte: EC7138722 País: POLÔNIA; Processo: 47039014505201815 Requerente: TECNOPLANO CONSULTORIA DE PROJETOS E OBRAS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Carlos José Castelo Madeira Data Nascimento: 19/05/1960 Passaporte: N990400 País: PORTUGAL.

Residência - RN 04 - Resolução Normativa, de 08/12/2017:

Processo: 47039008388201851 Requerente: STEP OIL & GAS SERVICOS LTDA Prazo: até 21/06/2019 Imigrante: VIOREL GALBENU Data Nascimento: 10/09/1957 Passaporte: 055365976 País: ROMÊNIA; Processo: 47039009053201850 Requerente: SDEPCI PROJETOS E CONSTRUCAO DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: DEYI RAO Data Nascimento: 08/03/1984 Passaporte: PE1447873 País: CHINA; Processo: 47039009087201844 Requerente: SDEPCI PROJETOS E CONSTRUCAO DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: HUI LIU Data Nascimento: 20/01/1968 Passaporte: PE1447874 País: CHINA; Processo: 47039012523201862 Requerente: WINTAYLOR - WORKFORCE OPTIMIZATION CONSULTORIA EM INFORMATICA EIRELI Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Gil Soares Correia Data Nascimento: 02/12/1977 Passaporte: P619775 País: PORTUGAL.

Residência - RN 06 - Resolução Normativa, de 08/12/2017:

Processo: 47041003452201868 Requerente: SBM DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Jeremy John Maart Data Nascimento: 25/02/1967 Passaporte: M00167580 País: REPÚBLICA DA ÁFRICA DO SUL; Processo: 47041004121201845 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 21/07/2020 Imigrante: Bert Paurillo Maido Data Nascimento: 13/01/1989 Passaporte: EC7471573 País: FILIPINAS; Processo: 47041004595201897 Requerente: INTERNACIONAL MARITIMA LTDA Prazo: até 25/12/2019 Imigrante: RADOSLAW PRZEPIORKOWSKI Data Nascimento: 21/02/1976 Passaporte: ED7548872 País: POLÔNIA; Processo: 47041004623201876 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 13/07/2020 Imigrante: Ralphwaldo Arino Dagting Data Nascimento: 07/08/1983 Passaporte: P4547209A País: FILIPINAS; Processo: 47041004624201811 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 13/07/2020 Imigrante: Markellos Batoulis Data Nascimento: 10/05/1988 Passaporte: AM1246023 País: GRÉCIA; Processo: 47041004820201895 Requerente: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 10/02/2019 Imigrante: Abdullah Mohammed Data Nascimento: 06/04/1978 Passaporte: Z2612689 País: ÍNDIA.

Residência - RN 11/2017 - Resolução Normativa, de 08/12/2017 (Artigo 6º):

Processo: 47039010710201810 Requerente: INDRET BRASIL EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA. Prazo: Indeterminado Imigrante: JOSE ANGEL MARTINEZ CID Data Nascimento: 03/08/1967 Passaporte: AAG548672 País: ESPANHA.

Residência - RN 19 - Resolução Normativa, de 22/12/2017:

Processo: 47039013110201803 Requerente: KPMG CONSULTORIA LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Niek Johannes van Orsouw Data Nascimento: 27/09/1989 Passaporte: NT0BDPL19 País: HOLANDA.

Residência - RN 20 - Resolução Normativa, de 22/12/2017:

Processo: 47039009558201814 Requerente: MILAD YOUSEFI Prazo: Indeterminado Imigrante: MILAD YOUSEFI Data Nascimento: 20/12/1985 Passaporte: I95761371 País: IRÃ; Processo: 47039012200201879 Requerente: MRUTUNJAYA BHUYAN Prazo: 14 Mês(es) Imigrante: Mrutunjaya Bhuyan Data Nascimento: 20/06/1986 Passaporte: J3049284 País: ÍNDIA; Processo: 47039012381201833 Requerente: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Arshad Islam Data Nascimento: 15/06/1982 Passaporte: CA1808592 País: PAQUISTÃO; Processo: 47039014923201811 Requerente: FRANCESCO LETTICH Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Francesco Lettich Data Nascimento: 25/01/1983 Passaporte: YA7275687 País: ITÁLIA; Processo: 47039015613201813 Requerente: ASSOCIACAO INSTITUTO NACIONAL DE MATEMATICA PURA E APLICADA Prazo: 7 Mês(es) Imigrante: INDER KAUR Data Nascimento: 22/06/1986 Passaporte: 556192434 País: INGLATERRA; Processo: 47039015865201834 Requerente: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JULIO DE MESQUITA FILHO Prazo: 13 Mês(es) Imigrante: Vasco David Fonseca Gonçalves Data Nascimento: 27/01/1987 Passaporte: N860982 País: PORTUGAL; Processo: 47039015806201866 Requerente: UNIVERSIDADE DE SAO PAULO Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Zahra Khajeh Tabrizi Data Nascimento: 04/08/1986 Passaporte: M34961267 País: IRÃ.

Residência - RN 14 - Resolução Normativa, de 22/12/2017:

Processo: 47041003923201838 Instituição PIA SOCIEDADE SAO FRANCISCO XAVIER PARA AS MISSOES ESTRANGEIRAS Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: HUMBERTO ALEJOS ALMANZA Data Nascimento: 20/03/1966 Passaporte: G06425043 País: MÉXICO; Processo: 47041005181201885 Instituição ASSOCIACAO BRASILEIRA D'A IGREJA DE JESUS CRISTO DOS SANTOS DOS ULTIMOS DIAS Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: BRITTON JOHN LAING Data Nascimento: 28/07/1998 Passaporte: 57.4797544 País: EUA.

O Coordenador Geral de Imigração, no uso de suas atribuições, autoriza o(a) Imigrante(a): LI ZHENG a exercer concomitantemente o cargo de Diretor Presidente na empresa COSCO SHIPPING LINES (BRASIL) S.A. Processo: 47039.012027/2018-17, anteriormente autorizado através do Processo: 47039.004284/2018-77.

O Coordenador Geral de Imigração, no uso de suas atribuições, autoriza o(a) Imigrante(a): TIE LI a exercer concomitantemente o cargo de Diretor Presidente na empresa METROGREEN DO BRASIL LTDA. Processo: 47039.013626/2018-40, anteriormente autorizado através do Processo: 46094.037890/2013-37.

O Coordenador Geral de Imigração, no uso de suas atribuições, autoriza o(a) Imigrante(a): FRANCESCO CIANCIA a exercer concomitantemente o cargo de Diretor na empresa CMA COMPONENTES E MODULOS AUTOMOTIVOS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA. Processo: 47039.013641/2018-98, anteriormente autorizado através do Processo: 47039.010270/2018-92.

O Coordenador Geral de Imigração, no uso de suas atribuições, autoriza o(a) Imigrante(a): ALESSANDRO DEODATO a exercer concomitantemente o cargo de Diretor Presidente na empresa CARDIF DO BRASIL VIDA E PREVIDENCIA S/A. Processo: 47039.013990/2018-18, anteriormente autorizado através do Processo: 47039.010029/2017-82.

O Coordenador Geral de Imigração, no uso de suas atribuições, autoriza o(a) Imigrante(a): MASAHIRO HARADA a exercer concomitantemente o cargo de Administrador na empresa JTB BARSIL PARTICIPAÇÕES LTDA Processo: 47039.014031/2018-10, anteriormente autorizado através do Processo: 47039.014031/2018-10.

O Coordenador-Geral de Imigração, no uso de suas atribuições, indeferiu os seguintes pedidos de autorização de residência:

Processo: 47039013096201830 Requerente: SENKO ADVANCED COMPONENTS BRASIL LIMITADA Prazo: Indeterminado Imigrante: YOSHIHIRO NAKA Passaporte: TZ1246106; Processo: 47039.012465/2018-77 Requerente: ADATA ELECTRONICS BRAZIL S/A Prazo: 2 Anos; Processo: 47039012492201840 Requerente: CONTHAMAX ASSESSORIA CONTABIL EIRELI Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Rui Miguel Santos Lopes Passaporte: C608448; Processo: 47039009189201860 Requerente: KLABIN S.A. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: LUCIANO POLETTI Passaporte: YA8285068; Processo: 47039009198201851 Requerente: KLABIN S.A. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: MARCELLO STAGI Passaporte: YA6694597; Processo: 47039009339201835 Requerente: RPM GLOBAL SOFTWARE DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: PEDRO CESAR REPETTO Passaporte: 530923631; Processo: 47039012153201863 Requerente: I M S DO BRASIL SUPORTE E ASSISTENCIA TECNICA EM EQUIPAMENTOS SIDERURGICOS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: DIRK LANGEN Passaporte: C72XT3FWY; Processo: 47039013039201851 Requerente: SDEPCI PROJETOS E CONSTRUCAO DO BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: XUKE REN Passaporte: G40539383; Processo: 47039014336201813 Requerente: MOTO HONDA DA AMAZONIA LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: MARIO HOPF Passaporte: C78JX0L42; Processo: 47039014948201814 Requerente: XCMG BRASIL INDUSTRIA LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: YUWEI DONG Passaporte: E59825924; Processo: 47039011639201884 Requerente: NESTLE BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: MARTINA FAVA Passaporte: AAC056422; Processo: 47039011736201877 Requerente: VERACEL CELULOSE S.A. Prazo: 3 Mês(es) Imigrante: Szymon Konrad Parszewski Passaporte: ED2007422; Processo: 47039014549201845 Requerente: GISELE MPIA NSELE Prazo: 30 Dia(s) Imigrante: Gisele Mpia Nsele Passaporte: OP0002943; Processo: 47041003653201865 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 05/01/2019 Imigrante: Gerry Briones Bisenio Passaporte: EC1136193; Processo: 47041003690201873 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 08/04/2019 Imigrante: Rolando Panelo Laroya Passaporte: EC8065035; Processo: 47041003693201815 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 01/07/2019 Imigrante: Evgenios Spanidis Passaporte: AP0476304; Processo: 47041003697201895 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 01/07/2019 Imigrante: Andres Amarillo Rabara Passaporte: EC0107106; Processo: 47041003700201871 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 01/07/2019 Imigrante: Melencio Castro Mamaat Passaporte: EC8410252; Processo: 47041003710201814 Requerente: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 16/09/2018 Imigrante: Cristian Vaduva Passaporte: 055109489; Processo: 47041004598201821 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 13/08/2019 Imigrante: Dimitrios Tsirigotis Passaporte: AN3847661; Processo: 47041004613201831 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 13/08/2019 Imigrante: Sadique Alumuska Gothi Passaporte: J9453032; Processo: 47041004614201885 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 13/08/2019 Imigrante: Satheesh Kumar Veduthotty Passaporte: S0295006; Processo: 47041004616201874 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 13/08/2019 Imigrante: Shirish Raghunath Pradhan Passaporte: Z2471333; Processo: 47041004617201819 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 13/08/2019 Imigrante: Susanta Jana Passaporte: H7426094; Processo: 47041004618201863 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 13/08/2019 Imigrante: Vibhore Saxena Passaporte: Z2171259; Processo: 47041004620201832 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 13/08/2019 Imigrante: Vinson Varghese Passaporte: P4021427; Processo: 47041004636201845 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 13/08/2019 Imigrante: Abdul Salam Abdullah Usmani Passaporte: J1726645; Processo: 47041004637201890 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 13/08/2019 Imigrante: Ashok Thankappan Nair Passaporte: J4748829; Processo: 47041004649201814 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 13/08/2019 Imigrante: Pasku Anthon Mankar Passaporte: J2275549; Processo: 47041004660201884 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Leif Norvald Nilsen Passaporte: 32808751; Processo: 47041004664201862 Requerente: ELIAN SNIEJ Prazo: Indeterminado Imigrante: Elian Sniej Passaporte: 004583348; Processo: 47041004646201881 Requerente: FERNANDA CRISTINE RODRIGUES PAULA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Noémie Marie Carton Passaporte: 17DF20719.

HUGO MEDEIROS GALLO DA SILVA

RETIFICAÇÕES

No despacho do Coordenador Geral de Imigração, o deferimento publicado no DOU n° 185 de 25/09/2018, Seção 1, p. 60, Processo: 47039.015526/2018-58, onde se lê: Prazo: Até 28/02/2018, leia-se: Prazo: Até 28/02/2019.

No despacho do Coordenador Geral de Imigração, o deferimento publicado no DOU n° 118 de 21/06/2018, Seção 1, p. 93, Processo: 47039.005548/2018-18, onde se lê: Mãe: JESSICA SO HAN LIU; Pai: ELLIS WANG YUEN CHAK, leia-se: Mãe: SON NÁN LIU; Pai: WANG YUEN CHAK.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800149

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO

COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS

DESPACHOS DE 27 DE SETEMBRO DE 2018

O Coordenador-Geral de Recursos da Secretaria de Inspeção do Trabalho/MTE, no uso de sua competência, prevista no art. 32, inciso I, alíneas "a", "b" e "f", Anexo IX, da Portaria nº 1.153, de 30 de outubro de 2017, com amparo no art. 50, §1º, da Lei 9.784/99, decidiu processos de auto de infração ou notificação de débito nos seguintes termos:

1) Em Apreciação de Recurso Voluntario:

1.1 Pela Procedência do Auto de Infração ou da Notificação de Débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46202.006120/2016-11	209191180	Tecas Alimentos Eireli - EPP	AM
2	46202.006121/2016-65	209191198	Tecas Alimentos Eireli - EPP	AM
3	46202.006122/2016-18	209191201	Tecas Alimentos Eireli - EPP	AM
4	46202.006123/2016-54	209191210	Tecas Alimentos Eireli - EPP	AM
5	46202.006124/2016-07	209191155	Tecas Alimentos Eireli - EPP	AM
6	46202.006125/2016-43	209188278	Tecas Alimentos Eireli - EPP	AM
7	46202.006126/2016-98	209188171	Tecas Alimentos Eireli - EPP	AM
8	46202.006127/2016-32	209188197	Tecas Alimentos Eireli - EPP	AM
9	46202.006128/2016-87	209188235	Tecas Alimentos Eireli - EPP	AM
10	46202.006130/2016-56	209188456	Tecas Alimentos Eireli - EPP	AM
11	46207.003490/2014-94	203359721	Banestes S.A. Banco do Estado do Espírito Santo	ES
12	47747.012883/2015-25	208457446	Vetvogas Hospital Veterinário Ltda. - ME	MG
13	47747.012884/2015-70	208343679	Vetvogas Hospital Veterinário Ltda. - ME	MG
14	46653.001953/2016-87	209416271	Engecenter Construtora e Incorporadora Ltda.	MT
15	46653.001954/2016-21	209416114	Engecenter Construtora e Incorporadora Ltda.	MT
16	46653.001955/2016-76	209415991	Engecenter Construtora e Incorporadora Ltda.	MT
17	46653.001956/2016-11	209415959	Engecenter Construtora e Incorporadora Ltda.	MT
18	46653.001957/2016-65	209415771	Engecenter Construtora e Incorporadora Ltda.	MT
19	46653.001958/2016-18	209415550	Engecenter Construtora e Incorporadora Ltda.	MT
20	46222.000516/2014-54	202684172	Famtur Viagens e Turismo Ltda	PA
21	46222.002636/2016-58	209238321	Fredlog Servicos de Entrega Ltda - ME	PA
22	46259.002236/2015-44	206430175	Clube Atletico Piracicabano	SP
23	46259.002237/2015-99	206430159	Clube Atletico Piracicabano	SP
24	46259.002238/2015-33	206430124	Clube Atletico Piracicabano	SP
25	46259.002239/2015-88	206430060	Clube Atletico Piracicabano	SP
26	47999.004529/2012-12	021334757	Prosper do Brasil Ltda.	SP

Nº	PROCESSO	NOTIFICAÇÃO DE DÉBITO DE FGTS	EMPRESA	UF
1	46653.001959/2016-54	200.709.127	Engecenter Construtora e Incorporadora Ltda.	MT
2	46222.003138/2016-22	200.701.690	Terra Alta Distribuidora Ltda.	PA
3	46217.004090/2013-04	200.109.227 - TRet nº 200.710.877	Simas Industrial de Alimentos S.A.	RN
4	46259.002240/2015-11	200.485.300	Clube Atlético Piracicabano	SP
5	46256.003624/2014-91	200.343.777 - TRet nº 201.236.745	Laboratório de Entomologia Paraguaçu Ltda. - ME	SP

1.2 Pela improcedência do Auto de Infração ou da Notificação de Débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46205.018731/2014-10	25569597	Valdeci Vieira de Azevedo	CE
2	46205.018732/2014-64	25569601	Valdeci Vieira de Azevedo	CE
3	46205.018733/2014-17	204983266	Valdeci Vieira de Azevedo	CE
4	46205.018734/2014-53	204996341	Valdeci Vieira de Azevedo	CE
5	46205.018735/2014-06	204994799	Valdeci Vieira de Azevedo	CE
6	46205.018736/2014-42	204994179	Valdeci Vieira de Azevedo	CE
7	46205.018737/2014-97	204994021	Valdeci Vieira de Azevedo	CE
8	46205.018738/2014-31	204979901	Valdeci Vieira de Azevedo	CE
9	46205.018740/2014-19	204982511	Valdeci Vieira de Azevedo	CE
10	46214.004836/2015-63	207377669	Savio Stefanio Lima Verde e Silva - ME	PI
11	46214.004837/2015-16	207377677	Savio Stefanio Lima Verde e Silva - ME	PI

1.3 Pela procedência parcial do Auto de Infração ou da Notificação de Débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46261.000421/2014-74	202713792	Cláudia Fuzzetti Morano - ME	SP
2	46261.000422/2014-19	202713873	Cláudia Fuzzetti Morano - ME	SP

2) Em Apreciação de Recurso de Ofício:

2.1 Pela procedência do Auto de Infração ou da Notificação de Débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46216.001354/2015-31	206245483	FBX - Serviços de Segurança Ltda - EPP	RO
2	46216.001355/2015-86	206245807	FBX - Serviços de Segurança Ltda - EPP	RO
3	46216.001356/2015-21	206245734	FBX - Serviços de Segurança Ltda - EPP	RO
4	46216.001357/2015-75	206245599	FBX - Serviços de Segurança Ltda - EPP	RO
5	46225.004017/2015-97	207701253	J M Alba - ME	RR

3) Pelo arquivamento em razão de:

3.1 - Pelo pagamento da multa.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46247.000244/2015-95	206527918	Associação Hospitalar Santa Rosália	MG

FELIPE PÓVOA ARAÚJO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800150

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 512, DE 27 DE SETEMBRO 2018

Disciplina procedimentos e requisitos de aprovação de enquadramento de projetos para implantação de obras de infraestrutura de transportes, para fins de habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - Reidi, instituído pela Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, e regulamentado pelo Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, e dá outras providências.

O MINISTRO DE ESTADO DOS TRANSPORTES, PORTOS E AVIAÇÃO CIVIL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, tendo em vista o disposto na Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, no Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, e no Decreto nº 9.000, de 8 de março de 2017, resolve:

Art. 1º Ficam disciplinados por esta Portaria os procedimentos e requisitos para a aprovação de enquadramento e o acompanhamento de projetos para implantação de obras de infraestrutura de transportes, para fins de habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - Reidi.

Parágrafo único. Para os fins desta Portaria, serão examinados, pelo Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, projetos de infraestrutura referentes aos seguintes setores de transportes:

I - rodovias;

II - hidrovias;

III - ferrovias, inclusive locomotivas e vagões;

IV - portos organizados e instalações portuárias autorizadas; e

V - sistemas aeroportuários e sistemas de proteção ao voo instalados em aeródromos públicos, que explorem infraestrutura aeroportuária mediante regime de concessão federal comum ou patrocinada.

Art. 2º Os procedimentos adotados nesta Portaria limitar-se-ão às competências do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil previstas no art. 57 da Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017, e relacionadas especificamente à aprovação do projeto de infraestrutura, conforme disposto no Anexo I do Decreto nº 9.000, de 8 de março de 2017.

CAPÍTULO I - DO REQUERIMENTO E DA ANÁLISE DOS PROJETOS

Art. 3º Para efeito desta Portaria, considera-se:

I - projeto: aquele que se refere a obras ou conjunto de obras, incluindo instalações, bens ou equipamentos, relacionados a um mesmo contrato, instrumento de outorga ou empreendimento; e

II - titular do projeto: a pessoa jurídica de direito privado que executar o projeto incorporando a obra de infraestrutura ao seu ativo imobilizado ou intangível.

Art. 4º O projeto de infraestrutura de transportes a ser apresentado pela requerente, para fins de adesão ao Reidi, deverá observar o período de até cinco anos, mesmo que o instrumento de outorga ou a conclusão da implantação do empreendimento tenha prazo superior.

Parágrafo único. O limite temporal de que trata o caput não impede que a requerente pleiteie nova aprovação de enquadramento de projeto no âmbito do mesmo instrumento de outorga ou empreendimento, a qual deverá seguir todos os trâmites previstos nesta Portaria.

Art. 5º O requerimento de aprovação de enquadramento de projeto para fins de habilitação ao Reidi deverá ser apresentado pelo titular do projeto, observadas as exigências desta Portaria e acompanhado dos seguintes documentos e informações:

I - descrição detalhada do projeto;

II - justificativa do pleito;

III - descrição simplificada dos investimentos pretendidos;

IV - no caso de projeto portuário, descrição simplificada da capacidade projetada;

V - declaração técnica de Agência Reguladora ou órgão competente, conforme disposto no art. 6º desta Portaria, salvo nos casos de projetos não regulados pelo Poder Público;

VI - cópia da Carteira de Identidade e do Cadastro de Pessoas Físicas - CPF do dirigente/responsável legal da pessoa jurídica titular do projeto;

VII - declaração firmada pelos representantes legais da empresa atestando que será incorporado ao seu Ativo Imobilizado ou intangível resultante do projeto;

VIII - procuração válida outorgando poderes específicos a terceiro, para representação da pessoa jurídica titular do projeto, para fins de atuação junto ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, quando couber;

IX - cópia da Carteira de Identidade e do CPF do Procurador, quando couber;

X - identificação e contato, com nome, telefone e e-mail, da requerente ou de seu representante.

§1º O Requerimento descrito no caput deverá ser apresentado juntamente com o formulário estabelecido no Anexo desta Portaria, disponibilizado no sítio eletrônico do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil - MTPA, devidamente preenchido, no Protocolo Geral e destinado à Secretaria de Fomento e Parcerias do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil.

§2º A justificativa do pleito, prevista no inciso II do caput, incluirá informações referentes aos benefícios econômicos e sociais em âmbito local, regional ou nacional decorrentes da implantação do projeto, tais como:

I - conformidade do projeto com a política setorial definida pelo Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil;

II - estimativa de empregos diretos e indiretos a serem gerados;

III - estimativa dos impactos: econômico local e regional e socioeconômico;

IV - aumento projetado de movimentação de veículos, pessoas ou cargas; ou

V - outras informações que o requerente julgue importantes para a caracterização dos benefícios a serem gerados pela implantação do projeto.

§3º Os documentos relacionados no caput devem ser apresentados em cópias simples, sem a necessidade de autenticação ou reconhecimento de firma, conforme o disposto no art. 9º do Decreto nº 9.094, de 17 de julho de 2017.

Art. 6º A declaração técnica da Agência Reguladora ou órgão competente, prevista no inciso V do art. 5º desta Portaria, deverá:

I - atestar que os custos do projeto foram estimados levando-se em consideração a suspensão prevista no art. 2º do Decreto nº 6.144, de 2007, inclusive para cálculo de preços, tarifas, taxas ou receitas permitidas conforme o disposto no inciso I do § 1º do art. 6º do Decreto nº 6.144, de 2007; e

II - informar se o projeto apresentado, para fins de enquadramento no Reidi, está contemplado no instrumento de outorga ou está relacionado ao serviço público prestado, quando couber.

Parágrafo único. Na impossibilidade de cumprimento do inciso I do caput, a Agência Reguladora ou o órgão competente deverá informar se o impacto da aplicação do Reidi foi considerado:

I - no procedimento de licitação da outorga,

II - nos estudos de viabilidade técnica e econômica, ou

III - consignado como obrigatório no edital do certame.

Art. 7º Recebido o requerimento de enquadramento de projeto, a Secretaria de Fomento e Parcerias do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil procederá à verificação formal de documentos e informações apresentadas.

Parágrafo único. Caso o requerimento de aprovação de enquadramento de projeto não esteja devidamente instruído, a Secretaria de Fomento e Parcerias comunicará a requerente, que terá o prazo de quinze dias para regularizá-lo.

Art. 8º Caso entenda necessário, a Secretaria de Fomento e Parcerias poderá exigir da requerente a apresentação de documentos ou informações complementares, que deverão ser apresentados no prazo de quinze dias.

Art. 9º O processo será arquivado na hipótese de a requerente não apresentar tempestivamente os documentos ou as informações que venham a ser exigidos pela Secretaria de Fomento e Parcerias.

Parágrafo único. Caso a requerente regularize as pendências apontadas, o processo será desarquivado para que tenha continuidade.

Art. 10. A Secretaria de Fomento e Parcerias poderá consultar outras secretarias setoriais do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil quanto ao pleito de enquadramento do projeto em algum dos setores indicados no parágrafo único do art. 1º desta Portaria.

Parágrafo único. Para fins desta Portaria, são consideradas secretarias setoriais:

I - a Secretaria Nacional de Aviação Civil;

II - a Secretaria Nacional de Portos; e

III - a Secretaria Nacional de Transportes Terrestre e Aquaviário.

Art. 11. Cabe à Secretaria de Fomento e Parcerias manifestar-se mediante parecer técnico quanto à aprovação ou à rejeição do requerimento de enquadramento do projeto e proceder à elaboração de minuta de Portaria.

Art. 12. Após opinar pela aprovação ou rejeição de enquadramento do projeto, a Secretaria de Fomento e Parcerias proporá à Secretaria Executiva o encaminhamento dos autos à Consultoria Jurídica do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, para fins de verificação do atendimento da legalidade e dos aspectos formais do ato.

CAPÍTULO II - DA APROVAÇÃO OU REJEIÇÃO DO PROJETO

Art. 13. A aprovação ou rejeição do enquadramento do projeto dar-se-á por meio de Portaria do Ministro dos Transportes, Portos e Aviação Civil, publicada no Diário Oficial da União, exclusivamente para os fins da Lei nº 11.488, de 2007.

§1º A competência descrita no caput poderá ser delegada à Secretaria responsável pela análise do projeto para fins de adesão ao Reidi.

§2º Constarão na Portaria de aprovação de enquadramento do projeto:

I - o nome empresarial e o número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ da pessoa jurídica titular do projeto aprovado que poderá requerer habilitação ao Reidi junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil nos termos do art. 7º do Decreto nº 6.144, de 2007;

II - descrição do projeto, com a especificação do setor de transportes em que se enquadra, conforme definido no parágrafo único do art. 1º desta Portaria; e

III - estimativas de investimento e da suspensão das contribuições decorrentes do Reidi.

§3º Constarão na Portaria de rejeição de enquadramento do projeto:

I - o nome empresarial e o número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ da pessoa jurídica titular do projeto o qual foi requerido o enquadramento; e

II - descrição do projeto rejeitado.

CAPÍTULO III - DO ACOMPANHAMENTO DO PROJETO

Art. 14. Após a publicação da Portaria de que trata o art. 13, o processo será restituído à Secretaria de Fomento e Parcerias, que cientificará o interessado e a Agência Reguladora ou órgão competente, quando couber, acerca da aprovação ou da rejeição do enquadramento do projeto.

Art. 15. No caso de projeto regulado pelo Poder Público Federal, o acompanhamento da execução do projeto aprovado para fins de habilitação ao Reidi incumbirá, no setor de:

I - rodovias e de ferrovias federais, à Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT;

II - hidrovias e de portos organizados ou instalações portuárias, à Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ; e

III - sistemas aeroportuários e sistemas de proteção ao voo instalados em aeródromos públicos, que explorem infraestrutura aeroportuária mediante regime de concessão federal comum ou patrocinada, à Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC.

Art. 16. No caso de projeto regulado pelo Poder Público Estadual, Distrital ou Municipal, a empresa habilitada ao Reidi deverá enviar à Agência Reguladora ou órgão competente pela gestão do contrato, obrigatoriamente, até o final de março de cada ano, ou quando for solicitado, Relatório de Acompanhamento do Projeto, contendo descritivo da evolução da obra (cronograma físico-financeiro sintético), acompanhado de registro fotográfico e de outros documentos e informações que se entenda necessário.

Art. 17. O titular de projeto aprovado não regulado pelo poder público deverá enviar, semestralmente, à Secretaria de Fomento e Parcerias, em Relatório de acompanhamento do projeto, as seguintes informações relacionadas ao andamento da implantação do projeto:

I - dados da pessoa jurídica titular do projeto, com nome empresarial, CNPJ, endereço, CEP, município/UF e telefone;

II - dados do projeto, inclusive com nome do projeto, descrição do projeto, período de execução, localidade do projeto (município/UF), número do processo, número da portaria de aprovação do projeto;

III - descritivo da evolução da obra/projeto ou da conclusão de sua execução;

IV - cronograma físico-financeiro sintético;

V - registro fotográfico que demonstre o estado da execução do projeto;

VI - nomes, e respectivas assinaturas, dos responsáveis legal e técnico, com local e data; e

VII - outros documentos e informações que a Secretaria de Fomento e Parcerias entenda necessários.

Art. 18. O titular do projeto cujo enquadramento tenha sido aprovado para fins de adesão ao Reidi, deverá informar à Secretaria de Fomento e Parceiras quando da conclusão da execução do projeto ou do pedido de cancelamento de sua habilitação ou co-habilitação, no prazo de trinta dias, a contar da data da conclusão ou do pedido de cancelamento.

CAPÍTULO IV - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 19. A apresentação de informações ou documentos falsos ou inverídicos ou o descumprimento das normas desta Portaria poderá implicar o desfazimento do ato de aprovação do enquadramento do respectivo projeto para fins de habilitação ao Reidi.

Art. 20. Os autos dos processos de análise de projeto ficarão arquivados no Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, para consulta e fiscalização dos órgãos de controle, pelo prazo de cinco anos, contados da data de publicação da Portaria de aprovação ou de rejeição do projeto.

Art. 21. O Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil apresentará, em formato eletrônico, as estimativas do projeto, declaradas no Anexo pelo titular do projeto, à Secretaria da Receita Federal do Brasil, nos termos da Instrução Normativa - RFB/MF nº 1.307, de 27 de dezembro de 2012.

Art. 22. Ficam revogadas:

I - a Portaria SEP/PR nº 124, de 29 de agosto de 2013;

II - a Portaria SAC/PR nº 93, de 6 de julho de 2012; e

III - a Portaria MT nº 124, de 13 de agosto de 2013.

Art. 23. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

VALTER CASIMIRO SILVEIRA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800151

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES, PORTOS E AVIAÇÃO CIVIL

INFORMAÇÕES DO PROJETO DE ENQUADRAMENTO NO REIDI - REGIME ESPECIAL DE INCENTIVOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA

PESSOA JURÍDICA TITULAR DO PROJETO

01 Nome Empresarial	02 CNPJ

03 Logradouro		04 Número

05 Complemento	06 Bairro/Distrito		07 CEP
08 Município	09 UF		10 Telefone

11	DADOS DO PROJETO

Nome do Projeto	
Discrição resumida do projeto	
Período de execução (início e fim, em mês/ano)	
Localidade do projeto (município/UF) e número de municípios abrangidos, quando couber.	
Nº do Contrato de Concessão, Arrendamento, Permissão, Autorização ou Adesão (no caso de Autorização), ou outro instrumento de outorga, quando couber	
Engenheiro (a) responsável técnico (a) pela obra/projeto (Nome, registro CREA e CPF)	

12	REPRESENTANTE LEGAL DA PESSOA JURÍDICA TITULAR

Nome	CPF
Correio eletrônico	Telefone

13	ESTIMATIVAS DOS VALORES DOS BENS E SERVIÇOS DO PROJETO COM INCIDÊNCIA DE PIS E COFINS (R$)

Bens	
Serviços	
Outros	

14	ESTIMATIVAS DOS VALORES DOS BENS E SERVIÇOS DO PROJETO COM SUSPENSÃO DO PIS E COFINS (R$)

Bens	
Serviços	
Outros	

15	PESSOA DE CONTATO

Nome	Telefone

Correio eletrônico

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

RESOLUÇÃO Nº 6.413, DE 26 DE SETEMBRO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.015616/2018-14 e tendo em vista a aprovação por parte do Superintendente de Outorgas, conforme delegação de competência contida na Portaria nº 282/2014-DG,, resolve:

Art. 1º Aditar o Termo de Autorização nº 328-ANTAQ, de 22 de fevereiro de 2007, de titularidade da empresa DRACARES APOIO MARÍTIMO E PORTUÁRIO LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.049.258/0001-21, passando a vigorar na forma e condições fixadas em seu 2º Termo Aditivo, em virtude de alteração da denominação da razão social da Autorizada.

Art. 2º A íntegra do citado Termo Aditivo encontra-se disponível no sítio eletrônico desta Agência: portal.antaq.gov.br.

Art. 3º A presente resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

MÁRIO POVIA

RESOLUÇÃO Nº 6.414, DE 26 DE SETEMBRO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.013751/2018-17 e tendo em vista a aprovação por parte do Superintendente de Outorgas, conforme delegação de competência contida na Portaria nº 282/2014-DG, resolve:

Art. 1º Aditar o Termo de Autorização nº 696-ANTAQ, de 29 de setembro de 2010, de titularidade da empresa Z & L NAVEGAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.547.682/0001-00, passando a vigorar na forma e condições fixadas em seu 3º Termo Aditivo, em virtude de substituição de embarcação no esquema operacional autorizado.

Art. 2º A íntegra do citado Termo Aditivo encontra-se disponível no sítio eletrônico desta Agência: portal.antaq.gov.br.

Art. 3º A presente resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

MÁRIO POVIA

RESOLUÇÃO Nº 6.415, DE 26 DE SETEMBRO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.015161/2018-29 e tendo em vista a aprovação por parte do Superintendente de Outorgas, conforme delegação de competência contida na Portaria nº 282/2014-DG, resolve:

Art. 1º Aditar o Termo de Autorização nº 647-ANTAQ, de 6 de maio de 2010, de titularidade da empresa LOUIS DREYFUS COMPANY BRASIL S/A, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 47.067.525/0001-08, passando a vigorar na forma e condições fixadas em seu 2º Termo Aditivo, em virtude de inclusão da Região Hidrográfica Amazônica na área de abrangência da prestação dos serviços autorizados.

Art. 2º A íntegra do citado Termo Aditivo encontra-se disponível no sítio eletrônico desta Agência: portal.antaq.gov.br.

Art. 3º A presente resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

MÁRIO POVIA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800152

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RESOLUÇÃO Nº 6.416, DE 26 DE SETEMBRO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.013690/2018-98 e tendo em vista a aprovação por parte do Superintendente de Outorgas, conforme delegação de competência contida na Portaria nº 282/2014-DG, resolve:

Art. 1º Aditar o Termo de Autorização nº 1.165-ANTAQ, de 20 de março de 2015, de titularidade da empresa AMAZONAS NAVEGAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 21.176.903/0001-06, passando a vigorar na forma e condições fixadas em seu 4º Termo Aditivo, em virtude de inclusão de embarcações no esquema operacional autorizado.

Art. 2º A íntegra do citado Termo Aditivo encontra-se disponível no sítio eletrônico desta Agência: portal.antaq.gov.br.

Art. 3º A presente resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

MÁRIO POVIA

RESOLUÇÃO Nº 6.421, DE 27 DE SETEMBRO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, com base no que dispõe o art. 45 da Lei nº 9.784, de 1999, considerando o que consta do Processo nº 50300.006383/2016-99 e ad referendum da Diretoria Colegiada, resolve:

Art. 1º Conceder Medida Administrativa Cautelar ao pleito de procedência da empresa PÍER MAUÁ S/A, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.434.768/0001-07, em desfavor do Órgão Gestor de Mão de Obra do Rio de Janeiro - OGMO/RJ, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 00.363.349/0001-98, visando a suspensão de cobrança de mensalidade dirigida àquela empresa, até manifestação conclusiva de mérito por parte da Diretoria Colegiada desta Agência.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

MÁRIO POVIA

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGAS

TERMO DE LIBERAÇÃO DE OPERAÇÃO - TLO Nº 30/2018-SOG, DE 27 DE SETEMBRO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE OUTORGAS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, em observância ao disposto no art. 30 da norma aprovada pela Resolução Normativa nº 20, de 15 de maio de 2018, e tendo em vista o que consta do Processo nº 50300.001076/2004-8, resolve:

Autorizar a empresa UTC ENGENHARIA S.A., CNPJ/MF sob nº 44.023.661/0001-08, com sede na Avenida Alfredo Egídio de Souza Aranha, 384, Bairro Chácara, São Paulo - SP, CEP 04.726-170, a operar o Terminal de Uso Privado (TUP) localizado na rua Monsenhor Raeder, nº 273/275, Barreto, Niterói - RJ, CEP 24.110-814, para a realização de atividades de movimentação de carga geral, numa área de 86.271,30 m², em observância às normas e regulamentos da Antaq e, especificamente, ao Contrato de Adesão de nº 07/2017-MTPA.

A autorização ora deferida não desonera a empresa do atendimento aos padrões de segurança exigidos pelos entes intervenientes na operação, mormente no tocante às competências afetas à Marinha do Brasil, Corpo de Bombeiros e Órgão de Meio Ambiente.

ALBER FURTADO DE VASCONCELOS NETO

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO DE CARGAS

PORTARIA Nº 115, DE 27 DE SETEMBRO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO DE CARGAS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com o disposto na Resolução nº 5.818, de 3 de maio de 2018, com a Resolução nº 2.695/2008 e alterações, e no que consta dos autos do Processo n° 50510.049041/2018-50, resolve:

Art. 1º Autorizar as obras do Projeto de Interesse de Terceiro - PIT referente à implantação de travessia superior (viaduto) no km 312+738, no município de Jardinópolis/SP, de responsabilidade do Departamento de Estradas e Rodagem do Estado de São Paulo - DER/SP, na malha ferroviária concedida à Ferrovia Centro Atlântica S.A. - FCA.

Parágrafo único Sobre a Receita Alternativa Líquida será realizado recolhimento em conformidade com o estabelecido na Resolução nº 5.746, de 21 de fevereiro de 2018, e com o previsto no Contrato de Concessão.

Art. 2º A Concessionária deverá encaminhar à ANTT, sempre que celebrado, cópia dos Aditivos formalizados com o terceiro interessado em até 10 (dez) dias após a sua assinatura.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE PORTO MENDES DE SOUZA

COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

BALANCETE PATRIMONIAL

CNPJ - 44.837.524/0001-07
BALANCETE PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31/08/2018

ATIVO	R$ MIL	*PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO*	R$ MIL
Circulante	**248.176**	***Circulante***	**344.436**
Caixa e equivalentes de caixa	169.847	Salários, provisão e encargos sociais	67.391
Valores vinc. à aplicação em infraestrutura	13.682	Fornecedores e prestadores de serviços	14.265
Contas a receber, líquidas	41.865	Impostos e contribuições a recolher	24.279
Estoques	389	Plano de pensão	3.090
Créditos tributários	170	Provisão para riscos trabalhistas e cíveis	186.249
Outros créditos	22.223	Obras efetuadas por arrendatários	16.708
		Parcelam. Cíveis, Trabalhistas e Tributários	16.653
		Outras obrigações	15.801
Não Circulante	**2.982.102**	***Não Circulante***	**1.441.669**
Realizável a Longo Prazo	**1.235.604**	Provisão para riscos trabalhistas e cíveis	166.233
Contas a receber, líquidas	831.976	Receita diferida	343.771
IRPJ e CSLL diferidos	266.781	Obras efetuadas por arrendatários	116.823
Depósitos judiciais	114.414	Créditos da União para aumento capital	774.423
Bens destinados a alienação	825	Parcelam. Cíveis, Trabalhistas e Tributários	3.011
Partes relacionadas	7.672	Outras obrigações	37.408
Outros créditos	13.936		
		Patrimônio Líquido	**1.444.173**
		Capital social	1.414.100
Imobilizado	1.734.521	Reserva de Lucros	4.299
Intangível	11.977	Lucros acumulados	25.774
TOTAL DO ATIVO	**3.230.278**	**TOTAL DO PASSIVO E PATR. LÍQUIDO**	**3.230.278**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO DE 01-01-2018 A 31-08-2018

	R$ MIL
Receita líquida	578.459
Custo dos serviços	(295.414)
Despesas administrativas	(179.532)
Outras receitas (despesas) operacionais	(14.341)
Resultado financeiro líquido	(34.409)
Resultado operacional antes do IRPJ e CSLL	54.763
Imposto de renda e contribuição social corrente	(25.154)
Imposto de renda e contribuição social diferido	(3.835)
Resultado do exercício	25.774

JOSÉ ALEX BOTÊLHO DE OLIVA – Diretor-Presidente
FRANCISCO JOSÉ ADRIANO – Diretor de Administração e Finanças
PÉRSIO BELLUOMINI MORAES – Contador CRC/1SP215355/O-0

SECRETARIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRE E AQUAVIÁRIO

PORTARIA Nº 3.074, DE 27 DE SETEMBRO DE 2018

O SECRETÁRIO DA SECRETARIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRE E AQUAVIÁRIO, DO MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES, PORTOS E AVIAÇÃO CIVIL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º da Portaria nº 684, de 21 de julho de 2017, e;

Considerando o determinado nos incisos I e II, do § 8º, do artigo 1º-A da Lei nº. 10.336, de 19 de dezembro de 2001;

Considerando o disposto na Portaria nº. 268, de 13 de dezembro de 2012, do Ministro de Estado dos Transportes, Portos e Aviação Civil, resolve:

Art. 1º Publicar o Programa de Trabalho proposto pelo Estado do Pará para o exercício 2018 - 1ª alteração, referente à aplicação dos recursos que lhe cabem, relativos à Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE, instituída pela Lei nº. 10.336, de 19 de dezembro de 2001, nos termos do respectivo processo administrativo, conforme discriminado no anexo desta Portaria.

Art. 2º Revogar o Anexo XIV da Portaria nº 4.861, de 27 de dezembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União do dia 28 de dezembro de 2017, Seção 1, página 203.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE OLIVEIRA MENDES

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800153

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Tribunal de Contas da União

PORTARIA Nº 266, DE 28 DE SETEMBRO DE 2018

Aprova o Relatório de Gestão Fiscal exigido pela Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no uso da atribuiç ão que lhe confere o inciso XLIII do art. 28 do Regimento Interno do TCU, e na forma prevista pela Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º É aprovado o Relatório de Gestão Fiscal referente ao 2º quadrimestre de 2018, na forma do anexo desta Portaria.

Parágrafo único. O referido relatório será publicado no Diário Oficial da União e disponibilizado, para acesso ao público, na forma prevista no § 2º do art. 55 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RAIMUNDO CARREIRO
Presidente do Tribunal

CARLOS ROBERTO CAIXETA
Secretário-Geral de Administração

ANEXO

UNIÃO - PODER LEGISLATIVO
TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2017 A AGOSTO/2018

R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	(Últimos 12 Meses)														
	DESPESAS EXECUTADAS														
	LÍQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
	SET/2017	OUT/2017	NOV/2017	DEZ/2017	JAN/2018	FEV/2018	MAR/2018	ABR/2018	MAI/2018	JUN/2018	JUL/2018	AGO/2018	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)		
													(a)		(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	131.637.139,03	130.291.446,72	202.186.121,81	136.642.866,38	162.060.496,57	136.530.462,61	136.832.016,94	136.699.323,12	137.058.574,61	177.942.956,20	134.899.255,93	134.649.724,77	1.757.430.384,69		1.825.473,08
Pessoal Ativo	79.612.702,38	78.768.887,84	122.987.807,94	76.996.207,53	108.419.722,85	81.548.906,38	82.330.267,06	81.804.521,49	82.575.607,74	95.900.767,67	80.524.105,22	79.197.083,24	1.050.666.587,34		866.123,58
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	67.354.526,59	66.579.133,89	99.031.934,78	65.122.536,33	95.499.679,52	68.779.813,05	69.637.068,46	69.176.495,36	69.914.120,74	83.380.356,19	68.187.116,04	67.473.945,50	890.136.726,45		812.562,06
Obrigações Patronais	12.258.175,79	12.189.753,95	23.955.873,16	11.873.671,20	12.920.043,33	12.769.093,33	12.693.198,60	12.628.026,13	12.661.487,00	12.520.411,48	12.336.989,18	11.723.137,74	160.529.860,89		53.561,52
Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	52.024.436,65	51.522.558,88	79.198.313,87	59.646.658,85	53.640.773,72	54.981.556,23	54.501.749,88	54.894.801,63	54.482.966,87	82.042.188,53	54.375.150,71	55.452.641,53	706.763.797,35		959.349,50
Aposentadorias, Reserva e Reformas	43.115.193,71	42.282.252,55	65.613.017,68	49.212.206,50	44.344.136,85	45.474.691,75	45.069.500,48	45.431.496,98	45.021.800,51	67.863.457,91	44.926.885,30	45.863.694,00	584.218.334,22		945.047,25
Pensões	8.909.242,94	9.240.306,33	13.585.296,19	10.434.452,35	9.296.636,87	9.506.864,48	9.432.249,40	9.463.304,65	9.461.166,36	14.178.730,62	9.448.265,41	9.588.947,53	122.545.463,13		14.302,25
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art . 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art . 19 da LRF)	25.513.198,69	32.593.804,15	27.170.337,19	28.374.845,60	28.931.076,46	28.931.534,49	29.114.948,99	29.075.300,75	29.635.014,97	29.369.043,38	29.852.595,10	30.066.431,87	348.628.131,64		0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	472.783,69	327.514,26	21.701,19	4.992.981,86	229.476,30	61.927,04	180.923,24	113.165,48	650.440,30	328.866,33	10.175,42	83.576,83	7.473.531,94		0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	25.040.415,00	32.266.289,89	27.148.636,00	23.381.863,74	28.701.600,16	28.869.607,45	28.934.025,75	28.962.135,27	28.984.574,67	29.040.177,05	29.842.419,68	29.982.855,04	341.154.599,70		0,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800154

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	106.123.940,34	97.697.642,57	175.015.784,62	108.268.020,78	133.129.420,11	107.598.928,12	107.717.067,95	107.624.022,37	107.423.559,64	148.573.912,82	105.046.660,83	104.583.292,90	1.408.802.253,05	1.825.473,08

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	770.352.095.040,31	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (§ 13, art. 166 da CF)	0,00	
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	770.352.095.040,31	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)	1.410.627.726,13	0,183115%
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art . 20 da LRF)	3.312.514.008,67	0,430000%
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art . 22 da LRF)	3.146.888.308,24	0,408500%
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art . 59 da LRF)	2.981.262.607,81	0,387000%

FONTE: Tesouro Gerencial; Portaria STN nº 637, de 19 de setembro de 2018 (RCL). Data de emissão: 25/09/2018

1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

CARLOS ROBERTO CAIXETA
Secretário-Geral de Administração

WAGNER MARTINS DE MORAIS
Secretário de Auditoria Interna

JOSÉ ELIOMÁ OLIVEIRA ALBUQUERQUE
Secretário de Orçamento, Finanças e Contabilidade
Substituto

PLENÁRIO

EXTRATO DE PAUTA(EXTRAORDINÁRIA)
Sessão de 02/10/2018, às 10h

PROCESSOS RELACIONADOS

Ministro BENJAMIN ZYMLER

018.738/2015-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgãos/Entidades/Unidades: Prefeitura Municipal de Candeias/BA; Secretaria da Saúde do Estado da Bahia
Responsáveis: Allan Abbehusen de Santana; Francisco Silva Conceição; Instituto Médico Cardiológico da Bahia; João Ricardo de Camargo Silva; Lúbia da Cunha Moraes Macedo; Manoel Eduardo Farias Andrade
Representação legal: não há

018.739/2015-6
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgãos/Entidades/Unidades: Prefeitura Municipal de Candeias/BA; Secretaria da Saúde do Estado da Bahia
Responsáveis: Allan Abbehusen de Santana; Carlos Alberto Dias; Centro Médico Aracajú Ltda Ep; Eleide Rodrigues de Sena Portela; Fabiane Azevedo de Souza; Francisco Silva Conceição; Gustavo Silva de Araújo Góes; Heive Caroline Cunha Freitas Meireles; Lúbia da Cunha Moraes Macedo; Manoel Eduardo Farias Andrade; Maria Eugenia Barreto Silva; Terezinha de Jesus Bispo Santos
Representação legal: não há

026.833/2016-6
Natureza: Indisponibilidade de Bens
Interessado: Construtora Queiroz Galvão S A
Representação legal: Alexandre Aroeira Salles (OAB/DF 28.108) e outros, representando Construtora Queiroz Galvão S.A.; Alfredo Manoel Ramiro Basto de Barros Costa (OAB/PE 1480-A), representando Nivaldo Rodrigues Machado Filho; Cézar Augusto Cacho Casanova (OAB/PE 19.360), representando Márcio Galuppo, Ruy Humberto Godoy de Mesquita, Solange Firmino Godoy de Mesquita e Rosa Maria Honorato Moury Fernandes; Gláucia Maria Pessoa Rosas (OAB/PE 45.601), representando Márcio Vinícius Magalhães Dardenne

Ministro AUGUSTO NARDES

029.048/2018-4
Natureza: Representação
Representante: Tribunal de Contas da União
Interessado: Secretaria de Controle Externo do TCU/AL
Órgão/Entidade/Unidade: Fundo Municipal de Saúde ¿ Maceió; Fundo Municipal de Saúde de Coruripe/AL; Fundo Nacional de Saúde - MS; Ministério da Saúde
Representação legal: não há

034.006/2018-4
Natureza: Representação
Representante: SM21 Engenharia e Construções S/A
Órgão/Entidade/Unidade: Hospital Federal Cardoso Fontes
Representação legal: não há

Ministro AROLDO CEDRAZ

010.690/2016-6
Natureza: Denúncia
Representação legal: não há

023.692/2018-9
Natureza: Representação
Representantes: Vectra Work Industria e Comércio de Uniformes e EPIS Ltda.
Interessado: BDS Confecções Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Amazonas Distribuidora de Energia S.A
Representação legal: Luciano de Almeida Souza Coelho (OAB/AM 9919) e outros, representando BDS Confecções Ltda.; Décio Flávio Gonçalves Torres Freire (OAB/MG 56543) e outros, representando Amazonas Distribuidora de Energia S.A

Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

011.625/2018-0
Natureza: Monitoramento
Interessado: Tribunal de Contas da União
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

016.826/2009-5
Natureza: Recurso de Reconsideraçã (em Tomada de Contas Especial)
Recorrentes: Cairo Alberto de Freitas; Profarma Speciality S.A.; ML Operações Logísticas Ltda.; e Hospfar Ind. e Com de Produtos Hospitalares Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria de Estado da Saúde de Goiás
Responsáveis: Antônio Durval de Oliveira Borges; Cairo Alberto de Freitas; Profarma Speciality S.A. (nova denominação da Prodiet Farmacêutica Ltda.), ML Operações Logísticas Ltda. (nova denominação da Milênio Distribuidora de Produtos Farmacêuticos e Hospitalares Ltda.), e Hospfar Ind. e Com de Produtos Hospitalares Ltda.
Representação legal: Fabrício David de Souza Gouveia (OAB/GO 22.784); Luiz Fernando Pereira (OAB/PR 22.076), Fernando Cezar Vernalha Guimarães (OAB/PR 20.738) e outros; Antônio Augusto Rosa Gilberti (OAB/GO 11.703), Carla Valente Brandão (OAB/GO 13.267) e outros; Arthur Simas Pinheiro (48.314/OAB-DF), Marcos de Araújo Cavalcanti (OAB/DF 28.560), Romildo Olgo Peixoto Júnior (OAB/DF 28.361) e outros, (OAB/BA 21.872), Sergio Tourinho Dantas (OAB/DF 22.163) e outros

021.481/2017-2
Natureza: Relatório de Auditoria
Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro e Prefeitura Municipal de Magé/RJ
Responsáveis: Rafael Santos de Souza; Antônio Manuel Morgado de Azevedo; Stela Mary da Silva Vidal; Miguelangelo Pereira Peligrino; Carine Ferreira Nogueira; Arlei de Faria Larrubia; Lucas dos Santos Carvalho; Ricardo Guimarães Campos; Felipe dos Santos Peixoto; Luís Antônio de Souza Teixeira Júnior; Luciléa da Fonseca Félix; Wesley Gonçalves Pereira; Paulo Fernandes Gonzaga Cavallari; Edson Shoiti Hara Junior; Eduardo Biosca Lima de Oliveira; Camillo de Léllis Carneiro Junqueira; Sidney Cerqueira Couto; Paulo Vinicius de Souza Rodrigues; Kademed Medicamentos Eireli; e Avante Brasil Comércio Eireli - ME
Representação legal: Ricardo Xavier de Araújo Feio (OAB/RJ 59.083); Roberto Trigueiro Fontes (17.853/OAB-DF) e outros; Pedro Sérgio Fialdini Filho (OAB/SP 137.599) e outros.

025.278/2018-5
Natureza: Representação
Representante: Atlântico Engenharia Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Serviço Federal de Processamento de Dados
Representação legal: Anna Tereza Castro Silva Ribeiro (48149/OAB-DF) e outros, representando Atlântico Engenharia Ltda

Ministro BRUNO DANTAS

007.209/2018-5
Natureza: Representação
Representante: Barbosa & Oliveira Comércio de Hortifrutigranjeiros Ltda
Órgão/Entidade/Unidade: Governo do Distrito Federal
Representação legal: não há

013.371/2010-0
Natureza: Representação
Representantes: Delta Construções S.A, Geraldo da Rocha Motta Filho, João Severiano da Fonseca Hermes, Márcio Acúrcio Pereira Benigno, Rodrigo Luiz Lima de Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia; Ministério da Saúde
Responsáveis: Delta Construções S.a; Geraldo da Rocha Motta Filho; João Severiano da Fonseca Hermes; Márcio Acúrcio Pereira Benigno; Rodrigo Luiz Lima de Souza
Interessado: Osvaldo Martins Rizzo
Representação legal: Cristovao Alexandre Vilas Boas Rosa Marques e outros, representando Delta Construções S.a; Jorge Ulisses Jacoby Fernandes (OAB/DF 6.546) e outros, representando Geraldo da Rocha Motta Filho

015.657/2018-3
Natureza: Representação
Representante: Perkons S/A
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
Representação legal: não há

018.197/2015-9
Natureza: Recurso de Revisão (Tomada de Contas Especial)
Recorrente: Aldo Alves Ferreira
Órgão/Entidade/Unidade: Entidades/órgãos do Governo do Estado do Amapá
Responsáveis: Aldo Alves Ferreira; Marcos Roberto Marques da Silva
Representação legal: não há

Ministro VITAL DO RÊGO

008.450/2015-3
Natureza: Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial)
Recorrente: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992)
Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992)
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento de Engenharia e Construção do Exército; Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes; Instituto Militar de Engenharia
Representação legal: Carla Oggioni Riguetti (OAB/RJ 186.228), Tanara de Fatima Barcellos da Silva (OAB/RS 69.337), Gilmar Menezes da Silva Junior e outros

014.957/2018-3
Natureza: Representação
Representante: Construtora Queiroz Galvão S/A
Interessado: Secretaria de Infraestrutura do Governo
Órgão/Entidade/Unidade: Governo do Estado do Ceará
Representação legal: Aline Saldanha de Lima Ferreira (OAB/CE 12.575), Tathiane Vieira Viggiano Fernandes (OAB/MG 94.049) e outros

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800155

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministro-Substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

005.868/2014-9
Natureza: Monitoramento
Órgão/Entidade/Unidade: Conselho Federal da Ordem dos Músicos do Brasil
Responsáveis: Gerson Ferreira Tajes, Presidente; Tony Carlos Maranhão de Souza
Representação legal: Igor Sant'Anna Tamasauskas (OAB/SP 173163) e outros, representando Conselho Federal da Ordem dos Músicos do Brasil e Gerson Ferreira Tajes

026.768/2016-0
Natureza: Monitoramento
Órgão/Entidade/Unidade: Financiadora de Estudos e Projetos
Representação legal: não há

032.239/2018-1
Natureza: Representação
Representante: Prime Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Conselho Regional de Odontologia de São Paulo
Representação legal: Renato Lopes (OAB/SP 406.595B)

046.095/2012-8
Natureza: Relatório de Auditoria
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Fortaleza/CE; Caixa Econômica Federal; Ministério do Turismo
Responsáveis: Francisco Humberto de Carvalho Júnior; Geraldo Bandeira Accioly; João Luiz Ramalho de Oliveira Filho
Requerente: Francisco Humberto de Carvalho Júnior
Representação legal: Guilherme Lopes Mair e outros, representando Caixa Econômica Federal; Alanna Castelo Branco Alencar (OAB/CE 6854) e outros, representando Geraldo Bandeira Accioly e Francisco Humberto de Carvalho Júnior

Ministro-Substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

027.227/2014-6
Natureza: Representação
Representante: Tribunal de Contas da União
Responsáveis: Antonio da Silva Calisto Neto; Fábio Barros de Sousa; José Gramoza Vilarinho Filho; Marcelo Arantes Guedon; Raimundo Elias Alves Nunes Junior; Rogerio Cetrim de Siqueira
Órgão/Entidade/Unidade: 2º Batalhão de Engenharia de Construção - MD/CE
Representação legal: não há

Ministro-Substituto WEDER DE OLIVEIRA

019.676/2013-1
Natureza: Relatório de Auditoria
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério das Cidades
Responsável: Inês da Silva Magalhães
Interessados: Congresso Nacional; Município de Fortuna/MA
Representação legal: Renata Maria Periquito Pontes Cunha e outros, representando Ministério das Cidades

019.677/2013-8
Natureza: Relatório de Auditoria
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério das Cidades
Responsável: Inês da Silva Magalhães
Interessados: Congresso Nacional; Município de Jatobá/MA
Representação legal: Renata Maria Periquito Pontes Cunha (OAB/MT 18.628), representando Inês da Silva Magalhães; Rodrigo Numeriano Dubourcq Dantas (OAB/PE 31.920), representando Ministério das Cidades

024.796/2014-0
Natureza: Representação
Representante: Tribunal de Contas da União
Responsável: Inês da Silva Magalhães
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério das Cidades
Representação legal: Rodrigo Numeriano Dubourcq Dantas (OAB/PE 31.920) e outros, representando Inês da Silva Magalhães e Ministério das Cidades

PROCESSOS UNITÁRIOS

SUSTENTAÇÃO ORAL

Ministro AROLDO CEDRAZ

026.039/2010-9
Recursos de reconsideração interpostos contra acórdão que julgou irregulares as contas dos recorrentes, condenou-os solidariamente ao recolhimento de débito e sancionou-os com multa em razão de superfaturamento decorrente de preços excessivos em contrato cujo objeto era a execução de serviços de conservação e restauração na rodovia BR-153/TO, no trecho Wanderlândia/TO - Xambioá/TO.
Recorrentes: Egesa Engenharia S.A.; José Francisco dos Santos e Via Engenharia S.A.
Órgãos/Entidades/Unidades: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes e do Governo do Estado de Tocantins.
Representante legal: Antônio Henrique Medeiros Coutinho (OAB/DF 34.308), representando Egesa Engenharia S.A.; Antônio Perilo de Sousa Teixeira Netto (OAB/DF 21.359), Jéssica de Oliveira Amaral (OAB/DF 248.386) e outros, representando Via Engenharia S.A. e Régis Antônio Caetano (OAB/TO 1.863), representando José Francisco dos Santos.
Interessado em sustentação oral:
- Antônio Henrique Medeiros Coutinho, representando EGESA ENGENHARIA S.A.

REABERTURA DE DISCUSSÃO

Ministra ANA ARRAES

007.929/2017-0
Representação acerca irregularidades na transferência de terras da União ao estado do Tocantins.
Representante: Tribunal de Contas da União
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária no Estado do Tocantins
Representação legal: não há
Revisor: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti (9/2018)

DEMAIS PROCESSOS INCLUÍDOS EM PAUTA

Ministro BENJAMIN ZYMLER

006.970/2014-1
Pedidos de reexame interpostos contra acórdão que fixou prazo para a correção das fórmulas de reajustes dos contratos para execução das obras industriais da Refinaria Abreu e Lima (Rnest).
Interessado: Congresso Nacional
Responsáveis: Consorcio CII - Consorcio Ipojuca Interl; Consorcio CNCC - Camargo Correa - CNEC; Consorcio Rnest - Conest; Maria das Graças Silva Foster; Petróleo Brasileiro S.A
Recorrentes: Consorcio CNCC - Camargo Correa - CNEC; Consorcio CII - Consorcio Ipojuca Interl; Consorcio Rnest - Conest; Petróleo Brasileiro S.A.
Órgão/Entidade/Unidade: Petróleo Brasileiro S.A.
Representação legal: Patricia Franco Bonfadini Mendes (OAB/RJ 152.991) e outros, representando Petróleo Brasileiro S.A.; João Geraldo Piquet Carneiro (OAB/DF 800-A) e outros, representando Consorcio CNCC - Camargo Correa - CNEC; Igor Fellipe Araujo de Sousa (OAB/DF 41.605) e outros, representando Consorcio CII - Consorcio Ipojuca Interl e Consorcio Rnest - Conest

011.819/2017-0
Pedido de reexame interposto contra decisão que proferiu determinações e recomendação no tocante ao legado dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio-2016.
Interessado: Comitê Paraolímpico Brasileiro
Recorrente: Autoridade de Governança do Legado Olímpico
Órgãos/Entidades/Unidades: Autoridade de Governança do Legado Olímpico; Ministério do Esporte; Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro; Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos Rio 2016
Representação legal: não há

021.533/2017-2
Acompanhamento da cautelar de indisponibilidade de bens concedida diante de indício de superfaturamento na execução dos serviços remanescentes da construção do lote 2 da Ferrovia Norte Sul (FNS), no Estado de Goiás. Análise das respostas às oitivas.
Responsável: Luiz Sérgio Nogueira
Órgão/Entidade/Unidade: Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A
Representação legal: Elísio de Azevedo Freitas (OAB/DF 18.596) e outros, representando Luiz Sérgio Nogueira

027.542/2015-7
Tomada de contas especial autuada, com o objetivo de apurar possíveis irregularidades em contrato firmado para as obras de implantação das Unidades de Coqueamento Retardado (UCR) da Refinaria Abreu e Lima (Rnest), localizada no Município de Ipojuca/PE.
Responsáveis: Consórcio CNCC (Camargo Correa e CNEC); Construções e Comércio Camargo Correa S/A; Camargo Correa S/A; Worleyparsons Engenharia Ltda.; José Sérgio Gabrielli de Azevedo; Renato de Souza Duque; Paulo Roberto Costa; Pedro José Barusco Filho; Dalton dos Santos Avancini; João Ricardo Auler; Eduardo Hermelino Leite
Órgão/Entidade/Unidade: Petróleo Brasileiro S.A
Representação legal: Danielle Gama Bessa Bites (OAB/RJ 115.408), representando Petróleo Brasileiro S.A.; João Geraldo Piquet Carneiro (OAB/DF 800-A) e Gilberto Mendes Calasans Gomes (OAB/DF 43.391), representando Consórcio CNCC (Camargo Correa e CNEC) e Construções e Comércio Camargo Correa S/A

034.218/2018-1
Representação em face de possíveis irregularidades na cobrança por parte do Governo do Estado da Paraíba de taxas administrativas de contratos custeados com recursos federais, relativos ao fornecimento de bens, obras e serviços.
Representante: Tribunal de Contas da União
Órgão/Entidade/Unidade: Governo do Estado da Paraíba
Representação legal: não há

Ministro AUGUSTO NARDES

001.445/2014-6
Tomada de contas especial instaurada em razão de irregularidades na aplicação de recursos repassados mediante diversos convênios, que tinham por objeto a realização de estudos, projetos e obras de implantação do Projeto de Irrigação de Flores de Goiás-GO.
Análise das alegações de defesa.
Órgãos/Entidades/Unidades: Estado de Goiás, Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Goiás
Interessado: Ministério da Integração Nacional
Responsáveis: Alexandre Navarro Garcia, Ângelo Rosa Ribeiro, Antônio Alberto Basílio, Giuseppe Vecci, Oton Nascimento Júnior, Ovídio Antônio de Angelis e Wellington Carlos da Silva; Geoserv Serviços de Geotecnia e Construção Ltda. e Manning Engenharia, Projetos e Obras Ltda
Representação legal: Marizete Carlos Inacio de Oliveira representando Ovídio Antônio de Angeli; Ana Cristina da Costa e David Levistone da Silva Souza (OAB/GO 11.750), representando Geoserv Serviços de Geotecnia e Construção Ltda.; Luciana Daher Vieira(OAB/GO 16.528) e Murilo Nunes Magalhães (OAB/GO 22.558), representando Giuseppe Vecci; Sebastião Alves Pereira Neto (OAB/DF 16.467), com substalecimento para Débora Silva de Brito (OAB/DF 22.301) e outros, representando Wellington Carlos da Silva; Leonardo Lacerda Jube (OAB/GO 26.903), representando Oton Nascimento Júnior; Carlos Antônio de Macedo Silva (OAB/GO 5.685) e Tiago de Paiva Faleiro (OAB/GO 38.003), representando Ângelo Rosa; Mário Márcio Ferreira da Silva (OAB/GO 9.882) e outros, representando Antônio Alberto Basílio

011.645/2018-0
Auditoria com o objetivo de verificar a aplicação de recursos públicos na aquisição da Eritropoietina Humana Recombinante, do laboratório cubano Cimab S/A, por meio de dispensa de licitação.
Órgãos/Entidades/Unidades: Agência Nacional de Vigilância Sanitária; Fundação Oswaldo Cruz; Instituto de Tecnologia em Imunobiologicos; Secretaria Executiva do Ministério da Saúde; Secretaria -Geral das Relações Exteriores
Interessado: Congresso Nacional
Representação legal: Dimitri Leal Gasos e outros, representando Instituto de Tecnologia em Imunobiologicos

Ministro AROLDO CEDRAZ

015.308/2015-4
Processo administrativo com proposta de alteração da Resolução TCU 259/2014 e da Resolução TCU 175/2005, que dispõem, respectivamente, de procedimentos para a constituição de processo apartado e da definição de relatoria de processo dessa natureza no Tribunal de Contas da União.
Interessado: Tribunal de Contas da União
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal de Contas da União
Representação legal: não há

015.423/2013-1
Pedidos de reexame interpostos contra o acórdão que aplicou multa aos recorrentes pelo descumprimento de deliberação em processo de monitoramento de auditoria, na qual foram examinadas irregularidades nas ações de controle das transferências voluntárias, especialmente no que se refere à análise das prestações de contas apresentadas pelos beneficiários.
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Trabalho e Emprego
Recorrentes: Carlo Roberto Simi e Ezequiel Sousa do Nascimento
Responsáveis: Carlo Roberto Simi; Ezequiel Sousa do Nascimento; Marcelo Aguiar dos Santos Sá; Rodolfo Peres Torelly
Representação legal: Francisco Ferreira Morbeck (OAB/DF 46994) e outros, representando Ezequiel Sousa do Nascimento e Marcelo Aguiar dos Santos Sá

030.236/2016-9
Auditoria Operacional com objetivo de avaliar as práticas comerciais adotadas por grandes fabricantes de tecnologia da informação (TI) na relação com a Administração Pública, quando da contratação de licenciamento de software e seus serviços agregados.
Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação
Representação legal: não há

Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

005.760/2018-6
Representação apresentada em face de pregão eletrônico para a contratação de serviços de manutenção e suporte técnico para a solução de infraestrutura tecnológica integrada para a Central de Atendimento do Banco do Brasil (CABB).
Representante: TLD Teledata Tecnologia em Conectividade Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Banco do Brasil S.A
Representação legal: não há

017.365/2015-5
Processo de desestatização para acompanhar a privatização da Celg Distribuição S.A.. Análise do quinto estágio de que trata a Instrução Normativa TCU 27/1998.
Interessado: Tribunal de Contas da União
Órgão/Entidade/Unidade: Agência Nacional de Energia Elétrica e Ministério de Minas e Energia
Representação legal: não há

023.563/2018-4
Representação, com pedido de medida cautelar, contra atos praticados em pregão eletrônico que têm por objeto a contratação de serviços de tecnologia da informação.
Representante: CTIS Tecnologia S.A.
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Eleitoral da Bahia
Representação legal: Alexandre Rocha Pinheiro (OAB/DF 12.968); Ricardo Barreto de Andrade (OAB/DF 32.136); Maria Augusta Rost (OAB/DF 37.017); Mariana Mello Lombardi (OAB/DF 53.879)

028.487/2017-6
Pedidos de reexame interpostos contra decisão que apreciou a legalidade dos atos de aposentadoria e fez determinação acerca do pagamento do bônus de eficiência e produtividade aos recorrentes.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800156

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Recorrentes: Neusa Baldasso Pires da Costa, Nilo Manoel Mattia, Nívian Terezinha Fontoura de Barros, Norma Leal Podolsky Paes e Paulo Ari Benício
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Rio Grande do Sul
Representação legal: Felipe Teixeira Vieira (OAB/DF 31.718)

028.589/2017-3
Pedidos de reexame interpostos contra decisão que apreciou a legalidade dos atos de aposentadoria e fez determinação acerca do pagamento do bônus de eficiência e produtividade aos recorrentes.
Recorrentes: Hermelinda Marilia Pedrosa de Barros Macedo, José Gama de Queiroz Filho, José Glêbe Duarte Guedes e Vitória Márcia Araújo Amâncio
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Ceará
Representação legal: Felipe Teixeira Vieira (OAB/DF 31.718)

Ministra ANA ARRAES

007.519/2014-1
Recursos de reconsideração interpostos contra acórdão que julgou irregulares as contas dos recorrentes, condenando-lhes ao pagamento de débito e multas, em razão de irregularidades na execução de convênio que tinha por objetivo desenvolver metodologia para realização de pesquisas e promover a sua aplicação no que tange ao estudo e diagnóstico dos terminais portuários para passageiros no litoral brasileiro.
Recorrentes: Edimar Gomes da Silva, Luiz Gustavo Machado e Marcus André Almeida
Responsáveis: Edimar Gomes da Silva, Instituto Brasileiro de Desenvolvimento de Infraestrutura Sustentável, Kerima Silva Carvalho, Luiz Gustavo Machado e Marcus André Almeida
Órgãos/Entidades/Unidades: Instituto Brasileiro de Desenvolvimento de Infraestrutura Sustentável e Ministério do Turismo
Representação legal: Jorge Ulisses Jacoby Fernandes (OAB/DF 6.546), Júlio Cesar Chaves Cocolichio (OAB/SP 303.423) e outros representando Luiz Gustavo Machado; Jorge Ulisses Jacoby Fernandes (OAB/DF 6.546), Murilo Queiroz Melo Jacoby Fernandes (OAB/DF 41.796) e outros representando o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento de Infraestrutura Sustentável; Guilherme Antônio Brito Gonçalves Barbosa (OAB/DF 45.197) e outros representando Edimar Gomes da Silva; Lucas Ferreira Paz Rebuá (OAB/DF 28.950) e outro representando Marcus André Almeida; Júlio Cesar Chaves Cocolichio representando Nathalia Paschoal Machado.

008.528/2016-0
Embargos de declaração interposto contra decisão que negou provimento a recurso de reconsideração em face de acórdão que julgara contas irregulares, condenou em débito, aplicou multa e inabilitou para exercer cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública diante de concessão fraudulenta de benefício previdenciário na agência da Previdência Social/Tijucas.
Embargante: Carlos César Pereira
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social
Representação legal: não há

015.601/2009-0
Embargos de declaração opostos contra acórdão que negou provimento a pedido de reexame interposto contra decisão que, entre outros pontos, declarara a inidoneidade da embargante e de outras empresas para participar de licitação na Administração Pública Federal, prolatada em processo de levantamento com o objetivo de apurar a ocorrência de fraude em concorrência que objetivou a execução, com emprego de recursos federais, de sistema de irrigação na bacia do Rio Preto.
Embargante: Construtora Artec S/A
Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Distrito Federal (atual Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal)
Representação legal: Henrique Neves da Silva (OAB/DF 7.505) e outros representando Construtora Artec S/A

Ministro BRUNO DANTAS

016.032/2018-7
Solicitação do Congresso Nacional de cópia dos resultados de fiscalizações realizadas em contratos de concessões de ferrovias concedidas à empresa Vale S.A. e a suas coligadas.
Órgão/Entidade/Unidade: não há
Interessado: Senado Federal
Representação legal: não há

022.573/2005-1
Recurso de revisão interposto contra decisão, mantida após recurso de reconsideração, que julgou irregular as contas do recorrente e aplicou-lhe multa por falta de execução do objeto de convênio para apoio à implantação de uma unidade de saúde.
Recorrente: Moacyr Batista de Souza Leite Júnior
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Uruçuca/BA
Responsáveis: Moacyr Batista de Souza Leite Júnior; Telles Engenharia Comércio e Indústria Ltda.
Representação legal: Victor Emmanuel Ferreira da Silva (OAB/BA 16.767) e outros, representando Moacyr Batista de Souza Leite Júnior

024.301/2018-3
Processo de desestatização para acompanhar a 5ª rodada de concessões aeroportuárias. Análise do primeiro estágio de que trata a Instrução Normativa TCU 27/1998.
Órgão/Entidade/Unidade: Agência Nacional de Aviação Civil; Secretaria Nacional de Aviação Civil
Representação legal: não há

024.768/2017-0
Auditoria com o objetivo de verificar os principais gargalos que impactam a eficiência dos portos brasileiros, bem como identificar oportunidades de redução de tempo de liberação de cargas e de custo para o usuário importador/ exportador.
Órgãos/Entidades/Unidades: Agência Nacional de Transportes Aquaviários; Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
Representação legal: Não há

028.620/2017-8
Pedidos de reexame interposto contra acórdão que considerou legais atos de aposentadoria e determinou a exclusão de parcela indevida.
Recorrentes: Sindicato Nacional dos Analistas Tributários da Receita Federal do Brasil; Mara Helena Resende Gomes; Maria Lúcia Campos da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de Minas Gerais
Interessados: Mara Helena Resende Gomes; Maria Helena Jerônimo Pinto; Maria Lúcia Campos da Silva; Maria Lúcia Macedo Antunes; Maria Margarida Vasconcelos Lima
Representação legal: Claudio Renato do Canto Farág (OAB/DF 14.005 e OAB/SP 389.410) e outros, representando Mara Helena Resende Gomes; Alessandra Damian Cavalcanti (OAB/DF 17.717) e outros, representando o Sindicato Nacional dos Analistas Tributários da Receita Federal do Brasil e Maria Lúcia Campos da Silva

028.650/2017-4
Pedidos de reexame interposto contra acórdão que considerou legais atos de aposentadoria e determinou a exclusão de parcela indevida.
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de São Paulo
Recorrentes: Jose Maria Lopes da Cunha; José Antonio Homem; José Fernando Pereira de Almeida
Interessados: Jose Maria Lopes da Cunha; Jose Roberto Martinez; José Antonio Homem; José Fernandes Barbosa; José Fernando Pereira de Almeida; José Rubens Gomes Carneiro
Representação legal: Claudio Renato do Canto Farág (OAB/DF 14.005 e OAB/SP 389.410) e outros, representando José Fernando Pereira de Almeida, José Antonio Homem e Jose Maria Lopes da Cunha

028.677/2017-0
Pedido de reexame interposto contra acórdão que considerou legais atos de aposentadoria e determinou a exclusão de parcela indevida.
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de Santa Catarina
Recorrentes: Sindicato Nacional dos Analistas Tributários da Receita Federal do Brasil; Maria Luisa do Rego Monteiro Bomfim; Marilene da Silva Alvarenga; Marisa Soares Mondadori; Mercedes Jacinta Andrade Calazans
Interessados: Maria Luisa do Rego Monteiro Bomfim; Marilene da Silva Alvarenga; Marisa Soares Mondadori; Mercedes Jacinta Andrade Calazans; Nanci Rateke Ramos
Representação legal: Claudio Renato do Canto Farág (OAB/DF 14.005 e OAB/SP 389.410) e outros, representando Mercedes Jacinta Andrade Calazans, Marilene da Silva Alvarenga e Maria Luisa do Rego Monteiro Bomfim; Alessandra Damian Cavalcanti (OAB/DF 17.717) e outros, representando o Sindicato Nacional dos Analistas Tributários da Receita Federal do Brasil

Ministro VITAL DO RÊGO

030.251/2013-3
Recursos de reconsideração interpostos em face de decisão por meio da qual o Tribunal, entre outros, julgou irregulares as contas especiais dos recorrentes, condenou-os em débito solidário e aplicou-lhes multas individuais, em razão de não aprovação de prestação de contas relativa a recursos repassados por meio de contrato de repasse cujo objeto era a "construção e desenvolvimento de uma proposta alternativa de educação integral, especialmente destinada aos agricultores familiares da região sul do Brasil".
Recorrentes: Altemir Antônio Tortelli; Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul
Órgãos/Entidades/Unidades: Caixa Econômica Federal; Ministério do Desenvolvimento Agrário
Representação legal: Claudismar Zupiroli (OAB/DF 12.250), Maria Loiva de Andrade (OAB/SC 8.264) e outros

031.652/2015-8
Pedido de reexame contra decisão que aplicou multa ao recorrente, em razão da falta de adoção de medidas tempestivas a fim de que o planejamento das licitações e contratações da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado de São Paulo estivesse adequado ao seu orçamento anual.
Recorrente: Luiz Antônio de Medeiros Neto
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado de São Paulo
Representação legal: Raphael Augusto Pinheiro Anunciação (OAB/DF 25.291)

Ministro-Substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

008.683/2018-2
Representação acerca de possíveis irregularidades na condução de RDC presencial cujo objeto seria a "contratação integrada de empresa para prestação de serviços técnicos especializados de engenharia para elaboração e projetos e execução das obras referentes à reconstrução da orla da localidade do Abade, cidade de Curuçá, Estado do Pará, através de recursos do Ministério da Integração Nacional".
Representante: Transvipe Ltda. - ME
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Curuçá/PA
Representação legal: Alexandre Miranda Ferreira (OAB/PA 14.897); Hesi Rosário Silva (OAB/PA 20.688); Luiz Guilherme Jorge de Nazareth (OAB/PA 14.444); Walker Cecim Carvalho (OAB/PA 3.493); e outros

012.093/2018-1
Agravo interposto pelo contra despacho que indeferiu pedido de vista e cópia de processo do TCU.
Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria de Estado da Saúde do Maranhão (SES/MA)
Agravante: Carlos Eduardo de Oliveira Lula, Secretário de Estado de Saúde do Maranhão
Representação legal: Aidil Lucena Carvalho (12.584/OAB/MA) e outros, representando Carlos Eduardo de Oliveira Lula

020.856/2017-2
Monitoramento de deliberação com vistas a verificar a efetiva implantação da BR 080, trecho Uruaçu - São Miguel do Araguaia.
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Dnit nos Estados de Goiás e Distrito Federal - DNIT/MT
Responsáveis: Agência Goiana de Transportes e Obras; Arabenes Pereira de Andrade Correa; Flávio Murilo Gonçalves Prates de Oliveira; Superintendência Regional do Dnit Nos Estados de Goiás e Distrito Federal - Dnit/mt
Interessado: Congresso Nacional
Representação legal: não há

Ministro-Substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

024.143/2018-9
Solicitação de prorrogação de prazo para encaminhamento ao TCU de tomada de contas especial.
Interessado: Centro de Controle Interno da Aeronáutica
Órgão/Entidade/Unidade: Comando da Aeronáutica
Representação legal: não há

033.438/2018-8
Solicitação de prorrogação de prazo para encaminhamento ao TCU de quatro tomadas de contas especial.
Interessado: Centro de Controle Interno do Exército
Órgão/Entidade/Unidade: Comando do Exército
Representação legal: não há

Ministro-Substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

001.054/2018-0
Embargos de declaração em face do acórdão que considerou representação parcialmente procedente e aplicou muita aos embargantes em razão de irregularidades em concorrência para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de implantação de TV institucionais em prol do Sesc/ARRJ e do Senac/ARRJ, contemplando a instalação e a manutenção das telas, o suporte e o eventual desenvolvimento de conteúdo.
Embargantes: Marcelo José Salles de Almeida; Michel Fonseca Alexandre; Rodolfo Serpa Filho; Rogéria da Silva Savelli Guimarães
Órgão/Entidade/Unidade: Administração Regional do Serviço Social do Comércio no Estado do Rio de Janeiro e Administração Regional do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: José Roberto Borges (OAB/RJ 56.635) e outros, representando Marcelo José Salles de Almeida.

011.060/2018-2
Representação sobre possíveis irregularidades em concorrências para a contratação das obras de construção de escolas de educação infantil no âmbito do Proinfância.
Interessados: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação; Tribunal de Contas do Estado de Rondônia
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Vilhena/RO
Representação legal: não há.

021.696/2013-6
Tomada de contas especial instaurada em razão da prática de ato antieconômico relacionado à suspensão da execução de termo de parceria que tinha por objeto apoiar a formulação e a implantação

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800157

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

do Programa Nacional de Salvaguarda e Incentivo à Capoeira (Pró-Capoeira). Análise das alegações de defesa.
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Responsáveis: Daniel de Castro Henriques, Jorge Luiz da Cruz Júnior, Márcia Genésia de Sant'Anna Reis, Maria Emília Nascimento Santos, Teresa Maria Cotrim de Paiva Chaves e HCW Empreendimentos Ltda.
Representação legal: Joelson Dias (OAB/DF 10.441) e outros, representando Maria Emília Nascimento Santos; Paulo Roberto Moglia Thompson Flores (OAB/DF 11.848) e outros, representando Teresa Maria Cotrim de Paiva Chaves; e Claudismar Zupiroli (OAB/DF 12.250) e outros, representando Márcia Genésia de Sant'Anna Reis

Ministro-Substituto WEDER DE OLIVEIRA

031.703/2018-6
Consulta sobre a viabilidade e legalidade da contratação sem licitação de instituição financeira oficial, com fundamento no art. 24, VIII, da Lei 8.666/1993, para prestação de serviços de pagamento de remuneração de servidores ativos, inativos e pensionistas e outros serviços similares.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Feira de Santana/BA
Consulentes: Colbert Marins da Silva Filho; Expedito Compodonio Eloy
Representação legal: não há

Em 27 de setembro de 2018
DANIELA DUARTE DO NASCIMENTO
Subsecretária

1ª CÂMARA

EXTRATO DE PAUTA(ORDINÁRIA)
Sessão de 02/10/2018, às 15h

PROCESSOS RELACIONADOS

Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

015.731/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Tatiana Leal Lengruber; Thais Gomes Cardoso; Thaise Amaral Dantas; Vaneide da Conceicao dos Santos; Vanessa Marcal Vaucher; Viviane Montagner Melahi; Wellington de Jesus Alves
Órgão/Entidade/Unidade: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
Representação legal: não há

016.597/2018-4
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Antonio José Pedral Sampaio Lins; Beatriz Silva das Flores dos Santos; Bruno Cunha Sanchez; Henrique de Mattos Sanchez; Ivete Meniuk Nigri; João Travassos Lins; José de Ribamar Costa; Maria do Perpetuo Socorro de Morais Pinheiro; Raquel Veloso Absalao; Ricardo Silva Absalao; Rodrigo Cunha Sanchez; Rosemeri Silva das Flores dos Santos; Sara Silva Flores dos Santos; Victor Veloso Absalao; Walter Maia de Almeida Filho
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

016.604/2018-0
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Maria Candida Portes
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Juiz de Fora
Representação legal: não há

017.610/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Jefferson Batista Correia Couto; Joane Marieli Pereira Caetano; Joelio Gomes Piraciaba Junior; José Carlos Barros Alves; José Carlos Rocha Pereira Junior; José Elias Claudio Arroyo; José Elias da Silva Justo; José Fernando Rodrigues de Souza; José Luiz Ernandes Dias Filho; José Luiz Gasiglia Junior; José Martins de Sousa Filho; José Renato do Nascimento Nogueira; José Rene Viana Amorim; José Ronaldo Almeida de Araujo; Joseni Mendes Neve; Josiane dos Santos Ramos; José Romário Pereira Gomes; Jovana Paiva Pereira Pires
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense
Representação legal: não há

017.794/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Joceline Costa Duarte Damasceno; Joelma Alves da Silva Araujo; Joelmir José Albuquerque de Farias; Joilson Batista de Almeida Rego; Jomson Teixeira da Silva Filho; Jonathas José de Magalhães; Jordania de Araujo Souza; José Adailton Cortez Freire; José Carlos Lima dos Santos; José Francisco de Oliveira Amorim; José Henrick Viana Ramalho; José Henrique Araujo Lopes de Andrade; José Mario Riquelme Hernandez; José Rodrigo Pereira Ambrosio; José Senivaldo Liberato; José dos Anjos Junior; Josefa Maria Albuquerque Constantino; Josiane Nascimento dos Santos; Josimar José dos Santos; José Roberto Marinho da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Alagoas
Representação legal: não há

017.808/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Acácio Ivo Francisco; Adailton Cavalcanti Novaes; Adauto Genizelli de Oliveira; Adecy Figueroa Goldstein; Adicea de Souza Ferreira; Adilson da Costa Filho; Adriana Carvalho Silva; Adriana Cristina de Oliveira Silva; Adriana Eugenio Novato da Silva; Adriana Gonçalves Saraiva; Adriana Meneses Lorente; Adriana Nogueira da Silva; Adriana Passos Oliveira; Adriana Ramos; Adriana Rocha Brito; Adriana Terezinha Neves Novellino Alves; Adriana Valeria Leite Silva de Andrade; Adriana de Andrade Mesquita; Adriano Pinheiros Fragoso; Agnes Danielle Rissardo
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal Fluminense
Representação legal: não há

017.814/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Braulio Rodrigues Queiroz; Bruna Didolich Martins Mafra; Bruno Cunha Rangel; Bruno Felix Patricio; Bruno Garcia Redondo; Bruno Leal Pastor de Carvalho; Bruno Marcello Ferreira do Nascimento; Bruno Nogueira Ferreira Borja; Bruno Pessoa Villela; Calissa Rosa Sartorato; Camila Lopes Gonçalves; Camila Martins Moraes; Camila Mendonça Pereira; Camila da Silva Conceição; Camila de Lima Bastos; Camillo Baptista Oliveira Cavalcanti; Carina Santos Correa; Carla Aparecida Florentino Rodrigues; Carla Cristina da Rosa de Almeida
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal Fluminense
Representação legal: não há

019.078/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriano Lopes de Souza; Andreia de Sousa Neves Leal; Fabio Caires Correia; Helen Roberta Amaral da Silva; Rayssa Alexandre Costa; Silvia Rafaela Machado Lins; Stelamar do Amordivino;
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal do Tocantins
Representação legal: não há

020.212/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessadas: Camila Camarco Batista; Camila Castro Lustosa Nogueira; Camila Cristina Lamounier Silva; Camila Roberto da Costa Borges Caixeta; Camila Stoque Esteves; Camila Veras Dourado; Carla Ranielly Pimentel Carvalho; Carla Soares Fortes; Carla Valeria de Sousa Pereira; Carleandra da Silva Mota
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

021.849/2018-8
Natureza: Pensão Civil
Interessadas: Ana Vladia Bezerra da Silva; Araci Lopes Barreto; Edite da Silva Lima; Jacinta Licia Almeida Arruda; Josefa Coelho de Freitas; Liduina Maria Prado Carvalho; Mara Melo Machado; Margarida Martins Paixão; Maria Adelaide Nunes Baratta Monteiro; Maria Beatriz de Souza; Maria Celestina Paiva de Abreu; Maria Luisa Vidal Silva; Maria Margarida da Silva Costa; Maria Socorro Nunes; Maria da Conceição Moreno de Souza; Maria de Lourdes Carvalho Braga; Matilde Freitas de Melo; Ticiana Diva Prado Arruda; Viviane Piccolo Campos
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Ceará
Representação legal: não há

021.855/2018-8
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Aida Maia da Silva; Anne Liese Ingeborg Capellaro; Celia Menezes dos Santos; Dora Maria Lassance Medeiros; Edna Martins Ribeiro; Eloir Pompeu da Silva; Fabio Marques Mathias; Flavio Marques Mathias; Francisco Alvarenga Cordeiro; Gizia Alves Figueiredo Porto; Hilário Duarte de Alencar; Jane Maria Varella de Paula Guimarães; Lucas Maciel Paes de Freitas; Lucia Ferro Marcolino; Luciani Morone Leite; Léa Quintiere Cortines Peixoto; Maria Corrêa José; Maria Odete Rodrigues da Silva; Maria de Lima Amaral; Neuza Catrole Torres; Presciliana Maria do Amparo Lagoa; Sirlei dos Santos Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal Fluminense
Representação legal: não há

021.859/2018-3
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Alzira Neves Leite; Ana Ondina Nogueira de Brito da Costa Homem; Apolonia de Moraes Velasco; Eduardo Maximiano; Fernando Alves da Silva; Idalia Folhadella Vianna de Oliveira; Jorge de Sant'anna Lima; Jurema Quintanilha de Castro Moura; Laguimar Vieira da Fonseca; Nanci Pires Nolasco; Paloma Queiroz Correa Alves; Regina Maria Montaleao Ether; Rubilar da Graça Barros Telles; Sebastiana Lima Fraga
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal Fluminense
Representação legal: não há

021.866/2018-0
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Antonia de Jesus; Antonio Pedro Diniz; Cassia Guimarães; Clelia Miraglia Neves; Diva Gordilho Correa; Efigênia da Conceição Martins; Gabriel Gomes Cardoso; Gabriela Gomes Cardoso; Gerlaldo Mendes Ferreira; Irene de Melo Neves; Joaquina Ferraz Coelho; Juracy Pereira dos Santos Souza; Luzia Auxiliadora de Vasconcelos; Maria Campolina Barbosa; Maria Marcelina da Silva; Nilda Parente da Silva; Regina Rocha Martins Vieira; Samuel Rossetti Correa Costa; Therezinha Coelho Vieira; Vicente de Paulo Barbosa
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Minas Gerais
Representação legal: não há

021.881/2018-9
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Adyr Martins Leite; Aguinaldo Motta; Alberto Muniz da Silva; Altina Gondin Guedes Pinto; Aslene Regina de Oliveira; Benjamin Valdman; Daniel Uzeda Schneider Vieira; Daniele Nunes de Oliveira; Diego Henrique Santiago da Silva; Eulalia Maria Lahmeyer Lobo; Hyneide Vieira da Conceição; Jandyra Santos da Costa; Jorge Alves de Souza; Leonardo Santos do Couto; Lygia Bandeira Valle da Costa; Marcela Montenegro do Vale; Maria Paula Tenorio de Medeiros dos Santos; Neusa Batista Machado; Olivia Torres da Silva; Vera Regina Oliveira de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

021.892/2018-0
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Antonia Costa Barbosa; Eduardo Gonçalves Tertuliano dos Santos; Fernando da Silva; Isabel Repprone de Moroes Milfont; Lisette Leal França; Lizete de Azevedo Soares; Lydia de Medeiros Silva; Maria Lucia Souza; Ruth de Oliveira Pollis; Soluamar Silva dos Santos; Wanda Gonçalves dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

021.898/2018-9
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Conceição dos Santos Chaves; Dilma Rangel Rocha; Elisa Moreira Vilela; Elisabeth Hack; Elza Hildebranda Machado Werneck de Carvalho; Eunice Tavares da Silva; Geny de Souza Nogueira; Hilda Hack; Iracy de Araujo Aguiar; Joana Laurentina da Fonseca; Luciene Borges; Manuel Francisco da Silva; Marcus Vinicius de Moraes Machado; Maria Candida Ferreira Alves; Maria Elza Alves de Oliveira; Nadir Pereira Rangel; Norma Brito Borges; Patricia Pereira Salgado
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

022.236/2018-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Helio Soares; Hileia Silva Banos; Hilário Pereira; Ines de Oliveira Fraga; Itamar Leal de Oliveira; Izabel Cristina Novaes; Izabel Helena Oliveira de Souza; Izabel Nascimento Passos; Janio de Rezende Azevedo; João Fae Andrade; Joel Azevedo Souza; Jorge Rodrigues da Silva; José Amancio Neto; José Antonio Saadi Abi-zaid; José Antonio Silva de Oliveira; José Augusto Lopes; José Gilson Estevão; José de Souza Machado
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Espírito Santo
Representação legal: não há

022.259/2018-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Mario Lucio Jardim Parreira; Melânia Silva de Aguiar; Myrtes Soares; Neuza Magalhaes Silva; Nilsinha Cohen Gazzinelli; Odette Vieira Gonçalves de Souza; Oziel Silva de Oliveira; Rafael Fogli Diniz Ribeiro
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Minas Gerais
Representação legal: não há

023.780/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessadas: Elisangela Zem; Gisele Marques Lopes Dionisio
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso
Representação legal: não há

025.008/2018-8
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Arnaldo Gonçalves Guerra; Lea Maria do Nascimento
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Pernambuco
Representação legal: não há

025.438/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ester Dias de Barros; Williams da Silva Vieira
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Representação legal: não há

025.449/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Dinair Leal da Hora; Fernando Augusto Miranda da Costa; Marcele Fonseca Passos; Maria Catarina Moreira Aleo
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Pará
Representação legal: não há

025.904/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alexandra Silveira Mortola; Camila Rios Sampaio; Carla Suellen Pires de Sousa; Daiane Santos da Silva Souza; Daniela Rebouças Nery; Fillipe Almeida Machado; Nimara Grace Cardoso Batista Couto; Raquel Fontes Faria; Rejane Roncaglio; Sterphani Pavao Meireles de Castro
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800158

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

025.907/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Arielton Cirilo Alves Diniz; Carla Lorenna Ferreira de Albuquerque; Flavio Menezes de Paula; Priscilla Glazielly dos Santos de Moraes; Rogerio Eirado Lima; Tales Dornelles de Mello; Thaís Rosa Costa; Tiago Leite Lombardi; Tiago Nunes Siqueira; Tomaz Gonzalez Passos Estrela
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

027.655/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Adilson Manoel dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Colégio Pedro Ii
Representação legal: não há

027.823/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Cleiton Ferreira Maciel Brito; Eglem de Oliveira Passone Rodrigues
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal da Grande Dourados
Representação legal: não há

027.824/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Alessandra Martins dos Reis
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Representação legal: não há

027.827/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Aline Marca; Ana Claudia Lorenzi da Silva; Andresa Pescador; Diego Staub Felipe; Fabiane Tripoli Venção; Juarez Magno Nunes; Luciana Finco Mendonça; Luciano Chiodelli; Tania Regina Egert Petry; Vanderlei Cardoso
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina
Representação legal: não há

027.832/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Luis Eduardo Nogueira
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais
Representação legal: não há

027.836/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Carlos Otavio Silveira; Cesar Sary; Fernanda Aparecida Pires Fazion; Herivelton Antonio Schuster; Luiz Carlos Augusto de Carvalho; Samantha Soares Gregório; Tatiani Maria Garcia de Almeida
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Representação legal: não há

027.842/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Raquelli Natale
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo
Representação legal: não há

027.851/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alide Mitsue Watanabe Cova; João Ricardo Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Oeste do Pará
Representação legal: não há

027.853/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Agatha Nascimento dos Santos; Ana Claudia Luciano da Silva; Angie Lizeth Espinosa Sarmiento; Camila Macri da Costa Rodrigues; Dagmar Cândido Arbex; Dalton Chambarelli Farah; Dulce Machado Bueno; Eduardo da Costa Pinto D'avila; Eliana Andrea Severo; Fabricio Raphael Silva Pereira; Felipe da Silva Ferreira; Frederico Mota Ribeiro; Henrique Romero Vasquez; Isabela Costa da Silva; Isabela Roque Loureiro; Isabelli do Nascimento Dias; Jaqueline Dias Senra; Jaqueline Maria Ribeiro Vieira; Joice de Souza Soares; Jéssica Teixeira Magalhães
Órgão/Entidade/Unidade: Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca
Representação legal: não há

027.910/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Diefferson Rubeni da Rosa de Lima
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre
Representação legal: não há

028.348/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Aluf Alba Vilar Elias; Alva Wong de Holanda; Amanda Kants do Nascimento; Amanda Maria Chrispim Meliande; Amarildo Alves de Oliveira; Ana Beatriz Antonio Silva; Ana Carolina Carius; Ana Carolina Carvalho Barreto; Ana Carolina Janiques dos Santos; Ana Carolina Marcello Ricciardi; Ana Ines Ribeiro Pozzi de Carvalho Bocardo; Ana Luiza de Magalhães Castro; Ana Maria Corazani Freitas; Ana Paula Coelho Duarte; Ana Paula Lima dos Santos; Ana Paula Silva Costa; Ana Paula Videira Assaf; Ana Zilda Ceolin Colpo Simões de Oliveira; Analice Barros da Silva; Anderson do Nascimento Raposo
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal Fluminense
Representação legal: não há

028.386/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Winston de Araujo Teixeira; Zenobio Targino Dutra Filho
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Representação legal: não há

028.394/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Miguel Jorge Bagajewicz; Monica Barcellos Arruda; Paola Patty Silva dos Santos; Patricia Piazza Rafful; Patricia Souza dos Santos; Pedro Tavares Rebelo; Rafael Gomes Shamá dos Santos; Ricardo Sposina Sobral Teixeira; Roberta do Nascimento Salgado; Silvia Figueiredo Costa; Silvio Vilela Colin; Suelen Santos Martins Vieira; Vitor Louredo de Souza; Wysllan Jefferson Lima Garção
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

028.406/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Rafael Barros Morais; Raquel de Souza Francisco Bravo; Renata Garanito de Abreu; Renato de Abreu Alvim; Ricardo de Figueiredo Summa; Roberta da Fonseca Liporagi; Robson Tavares da Silva; Rodison Roberto Santos; Rodrigo Pereira de Jesus; Rodrigo Silveira Amendola; Sarah Gonçalves Duarte; Sarah Lawall; Sidnei Jorge Fonseca Junior; Silvia Corbani; Simone Berto da Costa; Suene Bernardes dos Santos; Tamires Pereira Torres; Tanja Maria Hess; Thalles Yvson Alves de Souza; Thuany Christine Lessa de Azevedo Vieira
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

028.419/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Claudio de Abreu Junior; Fabio Pessoa Vieira; Simone Brasil Santos; Wellington Pereira Braz
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade do Tocantins - MEC
Representação legal: não há

028.432/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessadas: Cristiany de Vasconcelos Paiva e Silva; Ellen Freitas Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

028.549/2018-0
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Maria Luiza da Silva Cunha
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Ceará
Representação legal: não há

028.660/2018-8
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Petrucio Bida Guabiraba
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Alagoas
Representação legal: não há

028.664/2018-3
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Agesandro da Costa Pereira
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Espírito Santo
Representação legal: não há

028.799/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Fernanda Luiza Silva Araujo; Flavia Ramos Tristão; Karla Kilenia Martins Amorim; Leandro de Oliveira Costa; Mauricio Alves Paes
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

028.803/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Jairo Santos de Araújo; Raul César Silva Lima
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão
Representação legal: não há

028.806/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Jefferson Wilhelm Meyer Soares; Jessica Rodrigues Meneses; Joyce Lara Araujo da Fonseca Garcez; Juliana Haetinger Furtado; Mauricio Paulo Rodrigues
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia
Representação legal: não há

028.811/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Flavia Bittar Britto Arantes; Luiz Roberto da Silva; Nicole Geovana Dias Carneiro; Silvia Cassimiro Brasão; Thayla Machado Guimarães Iglesias
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia
Representação legal: não há

028.818/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Fernanda Cavicchioli Zola; Fernanda Martins de Brito
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal da Grande Dourados
Representação legal: não há

028.823/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Hernandes de Oliveira Feitosa; Iana de Oliveira Soares; Illa Pires de Azevedo Brito; Indira Cristiane Moreira Gonçalves; Isaac da Silva Santos; Itala Iara Medeiros de Araujo; Iuri Martins Carvalho; João Marco Matos Camila; Joelson Alves Onofre; Joice Andrade Bonfim
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano
Representação legal: não há

028.828/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Luciana de Almeida Mohnsam
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Representação legal: não há

028.841/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Rosângela Ferreira da Silva; Thiago Guimaraes dos Reis; Victor Marques Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia
Representação legal: não há

028.845/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Francisco Fittipaldi Vessani; Gustavo Soares de Castilho; Horácio Cardoso Barreto; Isabela Gomes dos Santos; Jackeline Jennifer Esteva Rezende; Josephy Dias Santos; Juliana Carla Dalla Rosa; Kênia Rodrigues Andrade; Lara Yasmin Almeida Carvalho; Larissa Christine Monteiro Mendonça Castro
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Goiás
Representação legal: não há

028.847/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Klycia de Souza Vilhena
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Pará
Representação legal: não há

028.878/2018-3
Natureza: Pensão Civil
Interessadas: Judith Vivien Scliar; Shirley Lopes do Rosario
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre
Representação legal: não há

028.881/2018-4
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Andressa Baiense Souza; Andressa Luana Assis Ferreira; André Baiense Reis Souza; Angela Maria do Santos; Leandro Mendes Fernandes; Marta Assis Brandão
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia
Representação legal: não há

028.894/2018-9
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Maria Regina Souza da Silva Costa
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Pará
Representação legal: não há

028.895/2018-5
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Valderedo Lira Germano
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Pernambuco
Representação legal: não há

028.907/2018-3
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Carlos Jose Avelino de Souza Vieira
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso
Representação legal: não há

028.920/2018-0
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Vera Lúcia Nascimento
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Triângulo Mineiro
Representação legal: não há

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800159

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

028.922/2018-2
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Ana Fortes Barreto; Itrio Rodrigues da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso
Representação legal: não há

029.227/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alcione Oliveira de Souza; Alice Felisbino Golin; Amanda Luzia da Silva; Amanda de Barros Santos; Ana Maria de Fatima Leme Tarini; Andrea Mazurok Schactae; Andrezza Campos Moretti; Aurasil Ferreira Garcia Junior; Bruno Duarte Ziroldo; Carolini Aparecida Oliveira Campanholi
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Representação legal: não há

029.228/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Cely Kaori Hirata; Cleiton Fabio da Roza; Célia Tamara Coelho; Daniel Jose Gonçalves; Danilo Augusto Ferreira de Jesuz; Danilo Sandro Barbosa; Elaine Cristina de Rezende Rocha; Elaine Pizato; Estevan Braz Brandt Costa; Fabio Lucas da Cruz
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Representação legal: não há

029.233/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Franciele Luzia de Oliveira Orsatto; Gabriela Mourão Ferreira; Gilcimar da Cruz Leal; Guilherme Sachs; Ibsen Wilde Dalla Dea Junior; Ingrid Trioni Nunes Machado; Itamar Pena Nieradka; Jair Fernando Damato; Jaqueline Moritz; Lisandra Maria Kovaliczn Nadal
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Representação legal: não há

029.313/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriano Fernandes Vinhas; João Carlos Nepomuceno Costa
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano
Representação legal: não há

029.314/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Marisilvia dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina
Representação legal: não há

029.321/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Marta Silva Paulo Quirino
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia
Representação legal: não há

029.330/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessadas: Ana Paula Menoti Dyonisio; Vanessa Santana Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Colégio Pedro II
Representação legal: não há

029.345/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Amanda Galvão de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de São Paulo
Representação legal: não há

029.346/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Lisias Andre de Vieira e Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Lavras
Representação legal: não há

029.348/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Lauro Luis Borges Junior
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense
Representação legal: não há

029.350/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Sonayle Abgail Nascimento Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Representação legal: não há

029.354/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Louise Boeger Viana Diniz de Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade de Brasília
Representação legal: não há

029.360/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Diane Guimarães Duarte
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Sergipe
Representação legal: não há

029.400/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Amilcar Vidica Barcelos; Reila Campos Guimarães de Araújo
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Goiás
Representação legal: não há

029.404/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Auri Moreira de Resende Neto; Conceição Maria Chagas da Silva; Daniel Dias dos Santos; Francisco Lopes Galvão Filho; Italo Simplicio de Freitas Paiva
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal da Paraíba
Representação legal: não há

029.409/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Argeu Cavalcante Fernandes; Artur Quintiliano Bezerra da Silva; Azemar dos Santos Soares Junior; Elen Karla Sousa da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Representação legal: não há

029.430/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Napoliana Pereira Santana
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Oeste da Bahia
Representação legal: não há

029.433/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Rivania da Paixão de Jesus Carvalho
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Representação legal: não há

029.439/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Lucas Reis Trindade Nascimento; Luciana Xavier Bastos; Marcos Paulo Oliveira de Carvalho; Maria Valquiria Barbosa Santana; Marila Cristine Sales Marques; Mario Madielson Varjão Romão; Monica Souza Brito; Ozeias Pires Silva; Rafaella Brandão Dias; Thiago Cintra Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano
Representação legal: não há

029.442/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Andre Luiz Araujo Cunha; Eva Lusia dos Santos Borges; José Custodio Lamounier de Asssis; Laise do Nascimento Cabral; Larissa Adriana da Silveira Castilho; Thalita Tomazia de Alcantara
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano
Representação legal: não há

029.447/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Aliene da Silva Sousa; Breno Augusto Garcia Sales; Bruna Marcela Oliveira Ramos; Douglas Pereira Ferreira; Efrem Colombo Vasconcelos Ribeiro; Emanuele Cordeiro Chaves; Erick Henrique Neves Fontinele; Fabio de Oliveira Amorim; Fernando Alves Barros Firmino; Jadison Santos Damasceno
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Representação legal: não há

029.449/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Walery Costa dos Reis; Wendell Levy Costa de Carvalho
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Representação legal: não há

029.452/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Saira Adrielly da Costa Tinoco
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso do Sul
Representação legal: não há

029.455/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Anne Carine Lemos Cardoso Costa; Idelson dos Santos Rios; Luciana Batista Lima; Magno Marciete do Nascimento Oliveira; Manoel Cleber Sampaio Silva; Sarah Danielle Pereira Fontes; Well Max Maia da Cunha
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão
Representação legal: não há

029.456/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Denilton Macario de Paula; Diones Augusto Ribeiro; Johelder Xavier Tavares; Jéssica Galon da Silva Macedo; Suéllen Pereira Miotto Lourenço
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo
Representação legal: não há

029.458/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Amonnat Natanael de Jesus Miranda; Carla Patricia de Araujo Carvalho; Cristiane Sobral Santos Silva; Hellen Talita Santos de Mendonça; Ilmara Azevedo do Nascimento; Ingrid Fabiana de Jesus Silva; Irane Gonçalves da Silva; Julyvan Souza Silva; Pablo Boaventura Sales Paixão; Teofilo de Souza Rodrigues
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe
Representação legal: não há

029.459/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Vagner Leal Santana
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe
Representação legal: não há

029.461/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Amanda Soriano Araújo Barezani; Ana Flávia Aparecida da Silva Vital; Eduardo Henrique Modesto de Morais; Fernanda Rodrigues Alves Costa; Fernando Delalibera de Castro; Natália Ribeiro Corrêa; Wellerson Rodrigo Dutra
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais
Representação legal: não há

029.464/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessadas: Ines Regina Barbosa de Argolo; Rosana Alves de Melo
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco
Representação legal: não há

029.469/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Narlisson de Jesus Martins
Órgão/Entidade/Unidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
Representação legal: não há

029.470/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Debora Jacomini
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Representação legal: não há

029.478/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriana de Almeida Bassani; Amos Fernandes Braz da Silva; Claudia do Rosario Vieira; Hebert Gualberto; Lumena Almeida Castro Furtado; Nathalia Taira Yokomizo; Sergio Augusto Aniche; Wesley Rodrigo Soares
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de São Paulo
Representação legal: não há

029.479/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Robinson Mascarenhas Almeida
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Lavras
Representação legal: não há

029.480/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessadas: Elaine Luciana Sobral Dantas; Eliana Carlos da Silva; Fadyla Kessia Rocha de Araujo Alves
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal Rural do Semiárido
Representação legal: não há

029.482/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessadas: Amanda Oliveira Rechetnicou; Daniele Gonçalves Dias; Sirlene Cintia Alferes Lopes
Órgão/Entidade/Unidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás
Representação legal: não há

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800160

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

029.485/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Rodrigo Alexander de Andrade Pierini; Sandra Regina Marcelino Pinto; Silvana Mendes; Tatiane Helena Borges de Salles
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Representação legal: não há

029.488/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Eliel Alves do Nascimento; Sarah Beatriz Soares de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Representação legal: não há

029.489/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Daniel dos Santos Pais; Geraldo Henrique da Silva Resende; Lilian Leocadio da Rocha; Wellington Silvio Rosa Queiroz
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Triângulo Mineiro
Representação legal: não há

029.490/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Flavia Oliveira Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de São João Del Rei
Representação legal: não há

029.491/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Cheila Minéia Daniel de Paula
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre
Representação legal: não há

029.493/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Marcelo Pires Fonseca
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade do Amazonas
Representação legal: não há

029.496/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Rodrigo Ramos da Cruz
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal do Maranhão
Representação legal: não há

029.498/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Carina Giovana Cipriano Carvalho; Francisca Carla da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Representação legal: não há

029.499/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Naira Mota Araujo
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Ouro Preto
Representação legal: não há

029.501/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Adriano Gomes de Castro
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal do Piauí
Representação legal: não há

029.503/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Mirna Peçanha Brito
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Viçosa
Representação legal: não há

029.504/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Carla Maria Araujo dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Benjamim Constant
Representação legal: não há.

029.556/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Isa Beatriz da Cruz Neves; Matias Santiago Oliveira Luz Junior
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal da Bahia
Representação legal: não há

029.557/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Antonio Lima Farias Filho; Luína Benevides Lima; Renata Amaral de Moraes
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Ceará
Representação legal: não há

029.561/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Robson Fernandes Athanasio de Aguiar; Rosiberton Pereira da Cruz; Tathyane Krahenbuhl; Thiago Miguel Garcia Cardoso; Uilton dos Santos Rodrigues; Wander Nasser Naves; Warlley Pollyneli Costa Vieira; Wender Rodrigues de Siqueira
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Goiás
Representação legal: não há

029.562/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Eliane Aparecida Ferraz da Silva; Everton Morais da Fonseca; Fernanda de Oliveira Souza Caetano; Flavia Carvalho Faria; Gabriela de Almeida Figueiredo; Marcela Aparecida da Silva Cavassa; Maria Clara Ferreira Spinola; Tarcisio Concolato Greggio
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Juiz de Fora
Representação legal: não há

029.566/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Barbara Priscila Moreira de Melo; Celso Lívio Araújo Rodrigues Filho; Héllade Barbosa de Castro; Isadora Assunção Pinheiro de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal da Paraíba
Representação legal: não há

029.567/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alessandro Antonio Scaduto; Ana Carolina Zequinao Bridi; Camila Lopes Nunes; Celi Niepsui; Cleber Luis Pedroso; Cristiane da Silva Lopes; Elizabeth Brait Ferreira de Franca; João Satiro Dantas de Almeida; Lucas Marcondes Pavelski; Marco Aurelio Serau Junior
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Paraná
Representação legal: não há

029.569/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ademir Vieira da Silva; Adolfo de Alencar Melo Júnior; Angelica Alcoforado Mescaro; Geraldo de Aguiar Cavalcanti; Maria Aparecida Vieira de Melo; Marluce Aquino Rabelo; Mitaliene de Deus Soares Silva; Natally Maria de Oliveira e Silva; Pascal Machado; Priscila Pedrosa da Silva Coutinho
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Pernambuco
Representação legal: não há

029.571/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Maria Alidiane de Medeiros Silva Lima; Matheus Batista Massinelli; Victor Campos Silveira; Vânia Juçara da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Representação legal: não há

029.587/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ana Carolina Barros da Rosa Pedroso; Ana Carolina Rezende; Ana Caroliny da Silva Costa; Ana Danielly Fernandes da Silva; Analice Maria Calaça
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Goiás
Representação legal: não há

029.590/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Carlos Alberto Biella; Carlos Antonio Ribeiro Duarte; Carolina Sverzut; Cleidiane Alves da Silva; Crisnicaw Veríssimo
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Goiás
Representação legal: não há

029.598/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ingryd Garcia de Oliveira; Isaac William Kerr; Isabela Fernanda Barros Silva; Ivan Lima Gomes; Jailson Silva de Sousa
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Goiás
Representação legal: não há

029.612/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Sharmaine Pereira Caixeta; Silvia Cristina Belo e Silva; Sofia Alves Valle Ornelas; Taciano Messias Moraes; Tatiane Souza Rodrigues Pereira
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Goiás
Representação legal: não há

029.915/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Dennis dos Santos Nunes; Diana Barbosa Freitas; Dieny Michelly Schuertz da Silva; Diogenes Filho; Diogo Barrozo Cunha; Dion Ribeiro Laranjeira; Duennyo Weslwy Santos Silva; Edilacy da Silva Sampaio; Eduardo Cardoso Santos; Eduardo Daniel Lazrte Moron; Elano Loureiro Santos; Elenice Manzoni de Souza; Eliaquim Timoteo da Cunha; Elisiane Beltrame Mangrich; Eliza Ribeiro Costa; Elizangela Pedroso da Silva Alves; Elzani Garcia dos Santos; Elzilene Liborio de Lima; Enoquio Souza do Nascimento; Enrique Porfirio Uceda Otero
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Roraima - Mec
Representação legal: não há

029.920/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Laiana Pereira dos Santos; Larissa Bahia Magalhaes da Silva; Larissa Paula Briglia de Souza; Larry Tonny Éfeson Alves de Almeida; Lauro Jose de Albuquerque Prestes; Leandro de Sousa Santos; Leogildo Alves Freires; Leonardo Duarte Araujo; Leonardo Maia Paulino; Leucenir Alves Mery; Leyde Dayane Martinho de Andrade; Lilian Coelho Pires; Lorenna Grasielle Silva Bispo; Lourival Silva dos Santos; Luciana Araujo Xavier; Luciana Corrêa Bombardelli; Luciana Diniz Cunha; Luciana Mara Gonçalves de Araújo; Luciana Marinho de Melo; Luciana Siqueira Lira de Miranda
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Roraima - Mec
Representação legal: não há

029.942/2018-7
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Aldeni Dutra dos Santos; Cleusa Maria Machado
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Santa Maria
Representação legal: não há

030.247/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Guilherme Rodrigues Lima; Vinicius Rossi Oliveira; Vitor Gomes Baioco; Wesley Barbosa Gomes
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Espírito Santo
Representação legal: não há

030.252/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriana Teresa Silva Santos; Adriano Antonio Nuintin; Ana Claudia Mesquita; André Francisco dos Reis; Bruno Martins Dala Paula; Carla Helena Fernandes; Carla Leila Oliveira Campos; Daniel Martinez Saez; Daniel Oliveira Guimarães; Elaine Angelina Colagrande
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Alfenas
Representação legal: não há

030.255/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriele Aparecida Pereira; Aline Roberta Danaga; Andre Luiz da Silva Teixeira
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Alfenas
Representação legal: não há

030.259/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: José Paulo Pereira; Marcelo Araujo Lima; Oscar Oliveira Brasil; Raquel da Silva Cordeiro; Rogerio Guerra Diogenes Filho; Samela Alves Franco; Walderle Yasmin Arruda Silveira
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará
Representação legal: não há

030.260/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Larissa Moura Lopes
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Triângulo Mineiro
Representação legal: não há

030.264/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Alex Rodrigues Borges
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais
Representação legal: não há

030.271/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Lois Len Almeida de Franca
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia
Representação legal: não há

030.272/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Erick Galani Maziero; Rodrigo Jeronimo
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Lavras
Representação legal: não há

030.280/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Plicila Hellen Souza Wanderley; Ronivon Pereira Rodrigues
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Oeste da Bahia
Representação legal: não há

030.282/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Debora Faria Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Ouro Preto
Representação legal: não há

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800161

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

030.302/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Elenilson Vieira da Silva Filho
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Representação legal: não há

030.304/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Valquiria Lopes Martinez
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal da Grande Dourados
Representação legal: não há

030.305/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Fabricia Lobo Pinto Menezes; Mayara Archieris Amorim Rodrigues; Simone Braga Dixini
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais
Representação legal: não há

030.310/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adailton Ferreira de Araujo; Florença das Gracas Moura; Helder Amorim Silva Borges de Deus; Leandro Mendanha e Silva; Nicolas Andres Gualtieri; Rafael Carneiro Rocha; Relicler Pardim Gouveia; Versanna Carvalho Lima; Victor Moura Soares Ferreira; Vitor Hugo Marques
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Goiás
Representação legal: não há

030.313/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Gil Derlan Silva Almeida; Juliane Castelo Branco Vasconcelos; Marina Gonçalves Mendes de Carvalho Barbosa
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão
Representação legal: não há

030.317/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Vagner Neves de Oliveira Duarte
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo
Representação legal: não há

030.318/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Dayane Santos de Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo
Representação legal: não há

030.320/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Franciely Menezes Lourencao; Wander Lucio da Luz
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo
Representação legal: não há

030.326/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Ana Flavia Martins de Lima
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro
Representação legal: não há

030.330/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Frederico Deivson Ribeiro; Isabelle Campos Lima; Mariana do Prado e Silva; Rodrigo Roncato Pereira; Tiago Abimael Vieira Duarte; Victor Hugo Santos Lima
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Representação legal: não há

030.331/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Marcelo Soares Cotta
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de São João Del Rei
Representação legal: não há

030.340/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Paulo Victor da Costa Gaia
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Representação legal: não há

030.388/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Vinicius Gabriel Antunes
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Alfenas
Representação legal: não há

030.395/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alessandra Mara de Assis; Diego Andrade Lemos; Mariana Castro Loureiro Borges e Curi
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Triângulo Mineiro
Representação legal: não há

030.399/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Marina Henriques Lage Duarte
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Minas Gerais
Representação legal: não há

030.402/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriana Fonseca de Souza; Alcimar de Lima Marques Filho; Andreza Marcião dos Santos; Eliana Kezia Queiroz de Souza; José Fernando Paz Ramirez; Keycinara Batista de Lima; Noedson de Jesus Beltrão Machado
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade do Amazonas
Representação legal: não há

030.406/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Anna Luiza Bizerra de Brito
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí
Representação legal: não há

030.420/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Beatriz Fernanda Rosa Firmino
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília
Representação legal: não há

030.428/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Daiane Falkembach; Juliano CE Coelho
Órgão/Entidade/Unidade: Hospital de Clínicas de Porto Alegre
Representação legal: não há

030.432/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Thais Grazielle Vieira do Nascimento
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais
Representação legal: não há

030.434/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Antonina Lugon Rondon da Silva; Carina Bonny; Claudia Natacha Bassi Dagel; Claudia Poliana de Escobar de Araujo; Mauricio de Oliveira Braguin; Rafael do Prado Apparecido; Veronildes Batista dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Representação legal: não há

030.438/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alfredo Nava Sanchez; Kellyane Pereira dos Anjos Goncalves; Lidia Bezerra Barbosa; Miriam Pessoa Marques; Natalia Karol de Andrade; Paulo Ricardo Aprigio Clemente; Sara Kely Learsi da Silva Santos Alves; Yasmin Souza da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Alagoas
Representação legal: não há

030.447/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Henrique Dipe de Faria; Jessica Frutuoso Mello; Marcelo Alvares de Lima Depieri; Rosemary Miranda Mattos Ferreira Lopes; Sergio Procopio Carmona Mendes; Victor Hugo de Luna Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Alfenas
Representação legal: não há

030.448/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Cristina Jansen; Etiane Tatsch; Julia Favretto Machado; Matheus Silva de Gregori; Vitalio Alfonso Reguera
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Santa Maria
Representação legal: não há

030.453/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Antonia Ariana Camelo Passos; Beth Sebna da Silva Meneses; Denise de Oliveira Xavier Machado; Fabio Reis de Vasconcelos; Geirla Jane Freitas da Silva; Lorena Soares Bezerra; Marcelo Oliveira Lima; Nivaldo da Rocha Baia Junior; Raylson de Sá Melo; Suelli Maria Carneiro Prado
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará
Representação legal: não há

030.456/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Fernando Araujo Rodrigues
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Viçosa
Representação legal: não há

030.457/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Carliane Mota Araujo; Daniele Aparecida Monteiro Ismael; Gladson do Nascimento Caldas; Joaquim Ferreira Junior; Jose Gomes de Queiroz Filho; Rebeca Rivas Costa de Albuquerque Silva; Rodrigo Delfino Nogueira; Tarcisio Alves Andre Junior; Veridiana Samilles Pereira Teixeira; Wennys Dean Sousa da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará
Representação legal: não há

030.458/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Barbara Silva Santos; Dalliane Oliveira Soares; Gabriel Lopes Soares; Ilo de Oliveira Moura; Julia Lessa Adorno; Leandro Lyrio de Sousa; Maira Silva Oliveira; Mario Marques da Silva Junior; Paulo Matteoni Rocha Caldas; Rene Luis Moura Antunes
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Sul da Bahia
Representação legal: não há

030.460/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ariane de Souza Stolfi; Bernard Pego Belisario; Elivaldo Lozer Fracalossi Ribeiro; Guineverre Alvarez Machado de Melo Gomes; Icaro Andrade Souza; Mateus Leandro Oliveira Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Sul da Bahia
Representação legal: não há

030.461/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Francisco Xavier Granjeiro Junior; Lucas Sena de Oliveira; Mirlene Alves Cavalcante
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará
Representação legal: não há

030.464/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Izabelle Virginia Lopes de Paiva
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Representação legal: não há

030.466/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Fernando Centenaro
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal da Fronteira Sul
Representação legal: não há

030.468/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Elaine Novak; Valderes dos Santos Azevedo Lopes; Viviane Vieira Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Representação legal: não há

030.471/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Everton Luis da Silva e Silva; Pedro Henrique de Aguiar Pontes; Ricardo Martins de Deus
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília
Representação legal: não há

030.474/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alexssandro Geferson Becker; Carolina Lopes Leivas; Fabiano de Miranda; Luis Alexandre Lomba; Maria Rosa Dmengeon Pedreiro de Souza; Priscila Caneparo dos Anjos; Riqueldi Straub Lise
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Paraná
Representação legal: não há

030.477/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Abraham Damian Giraldo Zuniga; Clarissa Alves Fernandes de Menezes
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal do Tocantins
Representação legal: não há

030.478/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adalgiza Cavalcanti Borges Araujo; Ana Regina Cavalcante de Lima; Joana de Souto Gomes; Joao Paixao dos Santos Neto; Kelciane Cavalcante de Lima; Mayara Feliciano Gomes; Rose Paula Mendonca de Omena; Sheila Alves Belo
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas
Representação legal: não há

030.479/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ana Claudia Batista Almeida; Caio Bruno Silva Falcao; Cecilia Ordonez; Harley Vieira da Costa; Joao Guilherme Sena dos Santos; Luiz Carlos Silva de Assuncao; Natale Cristine

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800162

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Costa Carvalho; Raday Ferreira da Costa; Susane Martins Ribeiro Silva; Yrlles Araujo Moraes
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão
Representação legal: não há

030.483/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Hugo Ricardo Bezerra Alves; Isamilde Rosa de Carvalho
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima
Representação legal: não há

030.486/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriano da Silva Ferreira; Cinthia Yuri Galelli; Giseli Barbieri do Amaral Lauand; Marcelo Francisco Maesta; Priscilla Alyne Sumaio; Ricardo Pereira da Silva; Ulisses Rubio Urbano da Silva; Vanessa Seriacopi; Victor Souza Lyra; Wenderson Nascimento Lopes
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Representação legal: não há

030.487/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Claudio Henrique Albuquerque Rodrigues
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas
Representação legal: não há

030.488/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Gyannini Jacomo Candido do Prado
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano
Representação legal: não há

030.489/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Cynthia Nunes Milanezi
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo
Representação legal: não há

030.491/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Abel Gustavo Garay Gonzalez; Angela Maria dos Santos; Ederlon Flavio da Veiga Moline; Fabio Serafim; Fernanda Cristina dos Santos Tiberio; Heloisa Bacchi Zanchetta; Leonardo Manoel Mendes; Marli Andreia Abrahao; Rodrigo Holdschip; Thamires de Campos Luz
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Representação legal: não há

030.492/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Guilherme Rodrigues de Oliveira Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Representação legal: não há

030.493/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Moises Henrique Souza Valbuza
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Juiz de Fora
Representação legal: não há

030.494/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Gisele Suhett Helmer; Jonny Ardila Ardila; Lucas Baptista Casacio; Scarlet Karina Montilla Barrios
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal da Integração Latino-americana
Representação legal: não há

030.495/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alicyary Moreira Queiroz; Augusto Monteiro Ozorio; Carlos Augusto Cardoso Marques; Claudio Luiz Firmino; Erica Aparecida Martins Siqueira; Julio Cesar Freitas Matheus; Robson Luiz Santos Ferreira
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Representação legal: não há

030.497/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Ramon Ramos de Paula
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais
Representação legal: não há

030.498/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Carolina Fontes Prezotto
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Lavras
Representação legal: não há

030.500/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Anderson José Antonietti; Djeniffer Caroline Machado; Naidi Carmen Gabriel
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina
Representação legal: não há

030.503/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alaecio Geraldo Martins de Souza; Arthur Felipe Werner Rezende Guimarães; Daniel de Souza Junior; Fabiana Rodrigues da Silva; Jessica Scarsi Apoitia; Larissa Carolina Novo; Walber José Figueiredo de Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso
Representação legal: não há

030.505/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Marcia Cristina Verdego Goncalves
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso
Representação legal: não há

030.508/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ana Raquel Viegas de Assis; Nicolle Zabatiero Cordaro
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de São Paulo
Representação legal: não há

030.510/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Benjamin Timothy Phalan; Daniel Soto Araujo; Edmilson Evangelista da Silva; Fernanda Medeiros Darze; Isabella de Souza Magalhães; Jackson Santos Pereira Lima dos Santos; Joilson Nascimento Paim; Kelly Carneiro de Oliveira Fontoura; Samilly Silva Miranda; Ynae Almeida Ferreira
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal da Bahia
Representação legal: não há

030.511/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Carlos Luiz Carilo de Góes; Fillipe Araujo de Sá; Henrique Lima da Silva; Igor Humberto de Freitas Diller Hernandes; Jade Juliane Dias Mota; Luiz Fernando Silva Marques; Monique Soriano Vital; Pedro Freitas Pereira da Silva; Regina Pereira de Oliveira; Renato Santoro Rezende
Órgão/Entidade/Unidade: Colégio Pedro II
Representação legal: não há

030.512/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Abdias Beserra Pereira Junior; Alana Dias Santana; Atila Sousa Cruz; Daiana de Oliveira Lima; Eduardo Miler Santos de Jesus; Francisca Alcione de Souza Castro; Karina Teixeira Magalhães Guedes; Lucas Lima da Silva; Olivia Santos do Nascimento; Rodrigo Santana Barreto
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal da Bahia
Representação legal: não há

030.513/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Solange Andrade Teixeira
Órgão/Entidade/Unidade: Colégio Pedro II
Representação legal: não há

030.516/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ana Lucia Santos de Almeida; Artur Bruno da Silva Cancio; Bruno Machado Morais; Carine de Jesus Santos; Chinayder Oliveira Borges; Italo Caiana Pinho Carvalho; Jeferson Jesus de Aragão; Jessica de Jesus Alves; Laercio Mangueira Lacerda Junior; Victor Barbosa Santos Borges
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal da Bahia
Representação legal: não há

030.518/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Priscila da Silva Lago
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal da Bahia
Representação legal: não há

030.519/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Daniel Menezes Lovisi; Douglas Trindade Mazer
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia
Representação legal: não há

030.524/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adenilson Marcos da Silva; Yuri Aparecido Opata
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Representação legal: não há

030.525/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Claudia de Faria Barbeta; Helena Cristina Vieira; Roberto Luis Pegoraro
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Representação legal: não há

030.527/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Candido Ricardo Tomazoni Coreia; Karen Silverio Gois; Patricia Appelt
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Representação legal: não há

030.528/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Beatriz Leite Gustmann de Castro; Carlos Henrique Correia; Joao Vitor da Silva; Nayane Lais Schran Garbin
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Representação legal: não há

030.533/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Nathalia Kelly de Araujo
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Representação legal: não há

030.541/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Fernando Martins dos Santos Junior; Jeuzadaque Ferreira Francisco; Lucivanio de Lisboa Santos Matos; Luiza Beatriz Amorim Melo Alvim; Rachel Leite Ribeiro; Veronica Toste Daflon
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal Fluminense
Representação legal: não há

030.543/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Diana Maria Cano Higuita; José Emmanoell Ferreira; Luania Caroline Paiva Lopes; Willian Ferreira Martins
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão
Representação legal: não há

030.546/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Bruno de Paiva Y Raviolo; Debora Ramos Batista; Eduardo Lacerda Barros; Fabiana Nogueira Holanda Ferreira; Hilana Dayana Dodou; Jacqueline Celedonio Pereira; Joaquim David Carneiro Neto; José de Souza Oliveira Filho; Maria Jadwiga Michalska; Mauricio Moreira Neto
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Ceará
Representação legal: não há

030.551/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Kaio Fernandes de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo
Representação legal: não há

030.557/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ana Carolina Cardoso de Sousa; Camila Turati Pessoa; Ingrid Silva de Castro; João Paulo Gomes Ribeiro; Lygia Rondon de Mattos Noblat; Patrícia Cardoso Moreira; Rossana Mary Fujarra Beraldo; Sergio Andres Pertuz Mendez; Walkiria Oliveira Silva; Willian Arvey Molano Gabalan
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade de Brasília
Representação legal: não há

030.559/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Aline Mara de Oliveira Vassoler; André Ricardo Natal Simões; Gabriela Daniel da Costa; Jaqueline Cavalcanti de Albuquerque Ratier; Josete Mazon; Luiz de Souza Romero Sanson; Maira Cola; Maisa Helena Heluany; Rafael de Santiago; Renata Silva de Carvalho Chinelato
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Santa Catarina
Representação legal: não há

030.560/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Cristiano José de Andrade; Francielly Andressa Felipetti; Graziela da Rosa Persich; Marcia Buss Simão; Natalia Martins Dias; Roberta de Paula Martins
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Santa Catarina
Representação legal: não há

030.567/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ana Cristina Machado Simões; Eliana Campolina; Everton Simões Barreto; Joseneide Figueiredo Pinho da Conceição; Josielson Costa da Silva; Julio Cesar Santos Nascimento; Leandro Pereira dos Santos; Lucas Soares Barreto; Márcio Luís Alves Martinez; Rick da Silva Andrade Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal da Bahia
Representação legal: não há

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800163

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

030.575/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Paula Cristina Bullio
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal do Abc
Representação legal: não há

030.577/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Carlos Garrido Pinheiro; Emídio Gressler Teixeira
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Santa Maria
Representação legal: não há

030.579/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Anselmo de Araujo Couto; Carlos Gustavo Monteiro Cherri; Dennis Minoru Fujita; Luis Eduardo da Rocha Maia Fernandes; Luis Roberto Guerreiro Lopes; Michelle Aranda Facchin; Paulo Henrique Lixandrao Fernando; Paulo de Tarso Durigan; Ramon Rodrigues de Souza; Renato Cruz Neves
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Representação legal: não há

030.584/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Marcio Virginio da Silva; Tatiani Sobrinho Del Bianco
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Representação legal: não há

030.587/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Amir Leonardo Kessler Annahas; Camila Isoton
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Representação legal: não há

030.590/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Carolina The Macedo; Edna Maria de Souza; Fabiana Zanela; Italo Reuber Oliveira de Menezes; Rafael Sousa Ferreira; Talyne Francisca Ferraz Nogueira Moraes
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

030.591/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Josiane Rodrigues; Leonardo Marioto; Luiz Henrique Pessoa da Costa Trondoli; Maiser José Alves Oliva; Marilda Cristina Priori; Mirian Natali Blezins Pinto; Patrícia Villar Martins; Thiago Henrique Vicente; Tiago Matheus Nordi; Vinícius Rafael Micali Soares
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de São Carlos
Representação legal: não há

030.593/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alexandre Camargo Martensen; Bruno Soto de Andrade; Cassia Regina dos Santos Viaes; Fabio Grigoletto; Felipe Marques e Silva; Fernanda Carneiro Rodrigues Estrella; Jaqueline Contarin; Juliana Suficiel Staffa; Natanailtom de Santana Morador; Thais Maria Dalbelo
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de São Carlos
Representação legal: não há

030.594/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Josnei Antonio Novacoski
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de São Carlos
Representação legal: não há

030.596/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Danilo Batista Nogueira; Francisco Felipe de Moraes Fideles; Francisco Wellington Rodrigues Lima; Glauber Ferreira de Castro; Hamilton da Hora Cabral; Luciana Gomes Santos; Marcia dos Santos Beserra; Michelle Jacome Valois Vital; Rhayane da Silva Monteiro; Samala Sonaly Lima Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará
Representação legal: não há

030.598/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Antonio Michael Farias Soares; Bruno Riccelli dos Santos Silva; Cristiano Guilherme Lopes; Geisyanne Cristina Pereira; Geovane Sousa Pereira; Paulo Cesar Ribeiro da Silva Junior; Rafael Almeida Lima Chaves; Renata Ferreira Martins; Sandra Regia Vieira Santos; Silvana Maria Maciel Mudo
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará
Representação legal: não há

030.600/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Sofia Leao Carvalho
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Cariri
Representação legal: não há

030.601/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriene Coelho Ferreira Jerozolimski; Antonio Marcos de Souza Santos; Elisa Detzel Bernert; Eloisa Elena Bocca; Jose Marcos de Oliveira; Lucas Feitosa Nicolau; Lucia Fernandes Santos Vitorio; Olympia Patricia Menegaz; Salomao Lindoso de Souza; Suelen Pieta
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Representação legal: não há

030.602/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Anderson Thomazzoni; Eduardo Vedovetto Santos; Felipe Barreiro Postali; Juliana Costa Silva; Wellington de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Representação legal: não há

030.606/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Elisabeth Ingeburg Souza Hess; Gabriel Sergio Costa Alves; Gesse Arantes de Roure Neto; Israel Victor de Melo; Maria do Amparo de Sousa
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade de Brasília
Representação legal: não há

030.609/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Letycia Lopes Ricardo
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Paraná
Representação legal: não há

030.610/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Abrahao Baldino; Caren Ingrid Silva Macedo; Fernanda Sabina Herren Duarte Araujo
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de São Paulo
Representação legal: não há

030.613/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Thiago Manhente de Carvalho Marques
Órgão/Entidade/Unidade: Colégio Pedro Ii
Representação legal: não há

030.615/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Helton Carvalho de Mendonca; Josemeire Alves Gomes; Marcos Paulo Souza Caetano; Mateus Pinheiro de Goes Carneiro; Samara Mayra Benicio Rodrigues; Sarah Maria de Oliveira; Viviane Castro dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Ceará
Representação legal: não há

030.788/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Marcilene Nascimento de Farias; Nilvana do Socorro da Silva Figueira
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Oeste do Pará
Representação legal: não há

030.796/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Marcia Maria Barbosa dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
Representação legal: não há

030.797/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Manuela Gomes Cardoso
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal da Fronteira Sul
Representação legal: não há

030.799/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Jonathan Sousa de Oliveira; José João de Carvalho; Maria de Jesus Passos de Castro
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal do Piauí
Representação legal: não há

030.804/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ana Regina Ferreira da Silva; Rômulo Lima da Gama
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal do Amapá
Representação legal: não há

030.806/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Felipe Reis Rodrigues
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Representação legal: não há

030.807/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Aline Aparecida de Lima Alves Ferraz; Diego de Mendonça Taborda
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais
Representação legal: não há

030.808/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Aline Xavier Trindade; Carla Luiran Oliveira Basso; Celita de Borba Porto; Deise Regina Telles; Kariny Cristiane de Oliveira Silva; Lidiane da Silva Machado; Mario Jaider Cordeiro da Silva Sa; Tatiane Barbosa Carvalho; Vanessa dos Santos Ferreira; Viviane Carvalho de Moura dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Hospital de Clínicas de Porto Alegre
Representação legal: não há

030.812/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriane Santos Cisne Pessoa; Amanda Souza Menezes; Gina Kelly da Silva Nascimento; Jesus Moreira de Souza; Mirian Alves dos Reis Nunes; Nadia Laryssa Costa Lacerda; Nataly Silva Barcelos; Priscila da Conceição Quaresma; Rosangela Virgilino Guimarães Noe; Tiago Leite Ribeiro
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

030.814/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ana Carla Borges de Oliveira Serafim; Ana Carolina Bosch Ximenes; Gerson Heraclides Silva de Almeida; Lea Cristina Esteves Ramos; Nivya Carla de Oliveira Pereira Rolim; Nolita de Figueiredo Azevedo Neta; Regivaldo de Melo Gonçalves; Renata Scamillia da Silva; Sheila Alves da Mota; Silvia Leticia Alves Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

030.815/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Luciane Cristina Stein
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina
Representação legal: não há

030.817/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Liomar de Paula da Silva; Nilton José Carneiro da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de São Paulo
Representação legal: não há

030.821/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Aline Fernandes Miranda; Amanda Livia Coelho de Assis; Cintia Gonçalves Fontes Lima; Gilvaneide Silva de Paula; Leiliane Alves Ferreira; Lucio Ribeiro Silva; Mara Leticya Leal Cavalcante; Niliane Miguins; Romilton Silva dos Reis; Rosilene Domingos Correia
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

030.827/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Francisco Leandro Torres; Mariana Dias Leite; Raoni Thales de Medeiros Teixeira
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Representação legal: não há

030.828/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Arielle Mendes Moreira Grossi; Cleone de Souza Correia; Gessika Moreira Belarmino; Lucia Helaynn Penha de Souza Franco; Natallia Maria Martino; Nestô Alves da Silva; Nikelle Oliveira Costa Guimarães; Rozivania Rodrigues do Nascimento Silva; Samara Maria Leal de Moura; Vanessa Cristina Bezerra de Medeiros Godeiro
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

030.833/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Carolina Ribeiro Noronha de Souza; Francisco Diogo Rocha Sousa
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Goiás
Representação legal: não há

030.835/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ana Luiza Miguez Rodrigues; Carlos Manuel Guzman Jimenez; Gabriel Costa Serrão de Araujo; Manoela da Silva Pedroza; Natalia Bolfarini Tognoli
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal Fluminense
Representação legal: não há

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800164

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

030.850/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Cristiane Jesus Silva do Nascimento; Gabriele Repossi Nogueira; Marina Fonseca Mendes Miguel; Rodrigo Ribeiro Sant Ana; Rogério Martins Medina; Rosemeire Franco dos Santos Generoso; Sara Gomes de Souza; Thaís Luana Souza Xavier de Andrade; Thamires Conceição Silva Santos; Walace Luiz Santana
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

030.854/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriana Guedes de Moura; Aline de Moraes Clasen; Ana Cecília de Sousa Silva; Ana Karinny Ferreira Vidal; Ana Maria Silva Santana; Ana Paula Belo Machado; Andrea Azambuja de Medeiros; Andreia Simone Ferreira Bretanha; Kaliana Valquíria Dantas Jales; Renata Marques da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

030.861/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Andreza Bandeira da Silva; Charline Benhuk Pontes; Daniela Borges Ferreira; Fabiana Azevedo de Abreu; Greice Kely Oliveira de Souza; Gustavo Braida; Inês Francisca Passos; José Eudismar de Queiroz Bessa; Ricardo Ducci; Sandra Moreira de Araujo
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

030.866/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Aline de Aguiar Santos; Bruno Luiz Hahn Barreto dos Santos; Cinthya Martins de Souza; Eliane Pereira dos Santos; Geilza Katerine da Silva Rodrigues Silva; Igor Francis Alves Mendes; Ingridy Valério Normando; Juliana Maia Borges Campos; Simony Morais Abreu; Thazia Pereira de Freitas Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

030.871/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Antonio Barbosa de Souza Neto; Camile da Rocha; Eder Samuel Oliveira Dantas; Eva Saldanha de Melo Araujo; Giovani Lima de Paula; Hildebrando Barbosa Junior; Lauriene Maria de Jesus Andrade; Mirelli Ferreira Santana; Regiane Dias de Souza; Renata Mara Edling
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

030.874/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Bruna da Silva Oliveira; Cíntia Carla de Oliveira Fernandes; Cleide Silva de Sousa; Euclides Pereira Flores Junior; Geniclea Soares Dias de Souza; Josiane Souza de Jesus; Maria Fabiana Souza da Silva; Maria da Conceição Mendes da Silva; Regina Lúcia Bartoli Carvalho; Sergio Ribeiro dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

030.879/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alice Irene Torres Garcia Baruki; Ana Cândida Cavalcanti Pinto Ferreira; Andiara Nascimento Almeida; Cristiani Mellendes Oliveira; Cristina Yamakawa Higashi; Cynthia Priscyla Pereira Soares Flor; Lígia do Vale Fernandes; Paula de Alencar Veloso; Rodrigo Alexandre Teixeira; Viviane Thieme Arakaki Guimarães
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

030.885/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ana Paula Pereira da Silva; Carlos Alberto de Oliveira Junior; Cássia Helena de Araujo; Cinthya Aparecida Braga de Pinho; Emanuelle Anastácio Carvalho; Fernanda Araujo Pereira de Brito Vieira; Genaine de Fátima Alves Teixeira Fernandes dos Santos; Rilma dos Santos Pinheiro de Albuquerque Rios; Thais da Costa Oliveira; Widicleide Lopes da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

030.892/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alanuca Sales de Oliveira; Aldenize de Jesus Fernandes Siedlecki; Carla Taborda Ferreira; Diocélia Boico Pazio; Eliane Aparecida de Oliveira; Karla Rodrigues Rosa de Oliveira 12676135270; Luzia Baptista Pereira; Nélia Pires Freitas; Rayane Lopes da Silva; Vanessa Luciana Macedo
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

030.896/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriely dos Santos Carminati; Aline Barbosa Silva; Ana Carla Bastos de Oliveira; Bárbara Oliveira Cavalcante; Emanuella Pereira de Lacerda; Fabiana Beserra do Nascimento; Francisca da Silva Fonseca Farias; Gilka Viana Ramalho; Kenia Laruse de Carvalho Lima Vitorino; Maxwell Cabral Ferreira
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

030.898/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ana Karina Cesar Rodrigues de Aguiar; Andressa Alves Dias Barbosa; Camila Andrade Ferreira dos Santos; Darcieni Soares da Silva Santos; Debora Nichi Salvador; Glaucia Thayane Saraiva dos Santos; Jeane Silva Matos; Nidia Licia de Flores Barbosa Pan; Rafaela Spindola de Souza; Rosa Maria Assunção de Queiroga
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

030.903/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Carlos Henrique de Araújo Freitas; Ivan Raphael Almeida de Paula; Joanderson Oliveira Ledo; José Carlos Viegas; Luciana Barros Nogueira; Ludmilla Moema Lopes de Sousa; Muriel Lucero Antunes; Márcio Gomes de Aquino; Paula Michele da Silva Schmidt; Thalita Costa Ribeiro
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

030.911/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ana Karla de Medeiros; Cleiton da Gama Garcia; Fernanda de Castro Teixeira; Isabella Faustino de Carvalho Araujo; Lucas Xavier de Souza; Luciana Ferreira dos Santos; Mateus Gonçalves Ferreira dos Santos; Thayse Roselaine Ribeiro; Tiago Augusto Magalhães; Vanessa de Fatima Kukla
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

030.915/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Mariana Damião Farias
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Representação legal: não há

030.919/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Janaina Paula Costa da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia
Representação legal: não há

030.925/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adair de Salles Barrozo Filho; Alessandra Drumond da Silva; Aline Evangelista Santiago; Andressa Ferreira da Silva; Ivandro Ribeiro dos Santos de Castro; Leticia Alves Rios Dias; Luciana Borges Chaves; Lylian Raquel de Medeiros; Marina de Carvalho Cavicchia; Patricia Aparecida da Rosa
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

030.933/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Beatriz Araujo Bitencourt; Elis Dandara Silva Conceição; Fanyelle Dias Paganotti Franco; João Paulo Morais Carvalho; Leonardo Fontenelle de Carvalho; Marcella Bazilio Domingues; Maria das Graças Silva Santos; Miriam Melo da Silva; Nislaine Torres Farias; Patricia Porto de Mello
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

030.935/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alan de Paiva Loures; Amanda Nascimento de Paula Carvalho; Fabiana Baeta Neves Duarte; Frederico Cantarino Cordeiro de Araujo; João Paulo Almeida do Lago; Luciana Carvalho de Moraes; Mario Sergio da Silva; Raquel Bogado Balbuena Nishyama; Sarah Lamas Vidal; Virginia Magalhães Zanchi
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

030.940/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alessandra Oliveira da Silva Haertel; Ana Lucia Horner Silveira; Gilmara Silva de Ávila; Jéssica Larissa Conceição Schmidt; Letícia Nardini; Luciani Silva Garcia; Neide da Fonseca; Neider Coelho Pereira; Sandra Ferreira da Silva; Whilden Passos Martins
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

030.950/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Lívia Cabral Raminelli; Lorena Cristina Pamplona Cunha Nunes; Marcelle Silva Sousa; Márcia Helena Baltassare Nunes; Priscila Nunes Gomes; Priscila do Amaral Nunes; Sandra Guaracira Santos de Melo; Suelen Tuchtenhagen Rodrigues; Suzana Marlene Puchalski Miritz; Taciane Costa Rodrigues
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

030.980/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ana Cláudia Shiga; Daniel Simoes May; Daniele Barbosa de Araujo; Flavia de Almeida Martins Oliveira; Ilda Fernandes da Cunha; Irene Moreira dos Santos Silva; Jocimara Laudia Fernandes; Laise Passos Santana; Simone Armendaris de Miranda; Tatiana Silveira da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

030.982/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Leticia Fraga Severo Santos; Maite de Oliveira Dutra
Órgão/Entidade/Unidade: Hospital de Clínicas de Porto Alegre
Representação legal: não há

030.986/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriana Borges Leite; Alexsandra de Oliveira Santana; Alinne Nogueira Chaves; Diego Mota Monteiro; Eduardo Amaral de Paula; Eric Sousa Dias; Iane Oliveira Gusmão Vicente dos Anjos; Maria Valda de Jesus Santos; Micheline da Silva Veiga Moreira; Thais Cupertino Gonçalves da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

030.989/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Elizilda de Jesus Machado Mariot; Josineide Maria da Silva; Luisa Bauml da Silva; Nilsa Sebastiana da Silva Zanim; Patricia Aparecida da Silva Paula; Patricia Palis Zago; Thiara Florencio da Silva; Valdirene de Jesus Rosa; Wanderli Aparecida da Silva; Wermes Borges de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

030.992/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alana Queiroz Bastos; Alessandro Coelho Mota; Ana Paula de Souza Amaral; Armandino Rodrigues Cavalheira; Marluce Batista dos Santos; Ricardo Felipe Lima Andrade Valadares; Roseane Pereira Sousa; Vinicius Rodrigues Lapolli; Wagner Lopes Leitao; Wellinton Capera Sena
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

030.994/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: André Goyanna Pinheiro Silva; Andressa Chagas Pinto; Cinthia de Moraes Tomaz Araújo; Izabel Cristina Souza da Silva; Miriane Ferreira Bastos Soares; Mônica Luciana Perdigão Vieira Teixeira; Patrick Bastos Metzger; Rodrigo Silva Gomes; Telma Regina de Souza; Thiago Robis de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

030.996/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ana Caroline da Silva Ryba; Heraclito Rocha Neto; Marcelo Pedra Tognini; Marilia Antonia de Paula; Polyana Carina Viana da Silva; Priscila Brito de Jesus; Ricardo de Camargos Lopes; Romir Silveira Lima; Rosiane Mastelari Martins; Yara Delamare Espindola
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

031.004/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ayla Gerlane Silva de Freitas; Daniel Rodrigues Caldas; Delio Henrique Vieira da Silva; Edilma Zacarias; Eliana Rodrigues Czochra; Fernanda de Oliveira Torres; Flaviana Dantas da Nobrega; Francisco de Assis Felix da Silva Filho; Lariane Mortean Ono; Maria Alcione Silva Gomes Roseno
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800165

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

031.007/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ana de Fátima Vicente dos Anjos; Antonio Amorim de Araujo Filho; Janaina dos Santos Macedo; Maria Aparecida de Lana; Mohamad Mustapha Khodr; Rafael Nascimento; Renata Coelho Bezerra Cavalcanti; Sergio Murilo Freire Barbosa; Thiago Junior de Carvalho; Tomás Queiroz da Silva Neves
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

031.027/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Andrea Cristina Pereira Oliveira de Medeiros Netto; Arlinda Jeane Santana Souza; Diego Castanon Galeano; Elide Portela dos Reis Paixão; Fernanda Maria Cabeceiras Cavalcante; Francinelma Serra de Melo; Josefa Cristina Oliveira Santos; Katia Machado Baptista Falcão; Mariana Lino dos Santos Góes; Patricia Ferreira dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

031.032/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ana Paula do Rego; Aruana Fernandes de Lima Nascimento; Edward Meirelles de Oliveira; Jaqueline Silvestre Rodrigues da Silva; Johnny Rodrigues Arantes; Karina Aparecida da Silveira Costa; Ligia Bombig Teles Franco; Maria de Cássia Vieira Campos; Odair Moreira; Raissa da Silva Brito de Paula
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

031.034/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Fabricio Comin; Gessica Moreira Andrade Gomes; Gisele Laura de Oliveira; Keila Beserra de Sena; Keli Cristina da Silva; Leda Pollnov Hartwig; Manoel Joaci Gomes; Maria Aparecida de Sá; Raquel dos Santos Ferreira; Rosangela Ferreira Lima Ransolin
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

031.038/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriana Maria Lamego Rezende; Andrea Bastos Orge; Cassia Carla de Morais; Cristiane Luiz de Oliveira; Elisangela Cristina Ribeiro Silva; Felipe Cruz Jorge; Juliana Raquel Maciel do Nascimento; Mirian dos Santos Pereira da Silva; Sabrina Goncalves Aguiar Soares; Tatiana Lopes de Souza Guerra
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

031.041/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Danise Senna Oliveira; Francisco Teixeira de Alcântara Neto; Igor Brim Menezes; Ivana Alves Costa; José Ronaldo Lima de Carvalho Junior; Jusilene Roberta Duarte; Kenya Marques Lanna Morais; Maria Stella Barros de Almeida; Rita de Cassia Oliveira Grancheux; Taisi Soares Assis
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

031.047/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Aline de Mello Pessoa Sousa; Avila Monique Ribeiro Barros; Cizenando Sampaio dos Reis; Daniele Felix de Jesus; Edleni do Socorro Jesus Pinheiro; Fabiana Oliveira Farias Viana; Fernanda Cristina de Britto; Manoel Dias de Oliveira Neto; Marcelo Henrique Batilani Nascimento; Orlando Camargo Neto
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

031.053/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Andriele Souza Camargo; Annelise Barreto de Carvalho; Barbara Luise da Costa Ferreira; Fernanda Machado da Silva; Joana Darc de Vasconcelos Coi; Josiane Marques Freitas; Juliana Mayara Meneses Lustosa Vargas; Julianne Magalhães Pereira; Marcelo Santos Soares; Paulo Roberto Rodrigues de Menezes
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

031.056/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alessandro da Rosa Carvalho; Alice Maria de Araujo Almeida Martins; Barbara de Andrade Sant Anna; Bruno Mendes Mesquita; Glauceia Pereira Andrade; Jaqueline de Oliveira Costa Melo; Lucas dos Santos Quintanilha; Luciana Andrade de Almeida; Luigi Amato Braganca Amorim; Natascha Ferreira Pereira
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Benjamim Constant
Representação legal: não há

031.057/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriana Costa Moura; André Gabriel Nunes de Carvalho; Bianca Roschildt Pinto; Carlen Franciele Nunes Garcia; Carlos Ricardo Nunes Balestera; Carlos Roberto Espirito Santo; Kelen Melo Castilho; Luciana Walger Collaco; Luiza Noronha de Melo Lima; Renata Paula de Freitas Damasceno
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

031.067/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Cristian Davi Melleo Sabbado; Cristiane Peres dos Santos; Edilene Villalba dos Santos; Eline Mendes Araujo; Hauana Maciel Alves; Kamila Silva Oliveira; Lilian Bernadete Storch; Marcia da Costa Soares; Milene Meller; Silvana Alves de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

031.073/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alejandra Prieto de Oliveira; Crisilane Lima Correia; Daniela Nunes do Nascimento; Denilsa Silva; Francisco de Lucca Junior; Lhyliane Silva Aguiar; Lorena de Carvalho Souza; Raimundo Nonato Santos de Sousa; Thamara Karoline Perrone Maciel; Vitor Humberto Sampaio Netto
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

031.078/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alda Biserra da Cunha Lima; Aline Soares Miziara Luiz; Andreia Martinelli Sobreira; Daniel Miranda da Silva; Hendrio Henrique de Oliveira Santiago; Mariana Matozo de Albuquerque Leite; Selma da Silva Farias; Sergio Ricardo Vieira Macedo; Silvana Quevedo da Silva Canabarro; Zenaide Silva Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

031.083/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Elisabete Marcon Mello; Guilherme Oliveira Mota; Pedro Alves da Silva Autreto; Roberto Augusto Baptista Junior
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal do Abc
Representação legal: não há

031.094/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alexandre Landim Felix; Antonia Raquel Felix da Silva; Antonio Greidson de Castro; Daniel do Nascimento e Sá Cavalcante; Evanilson Brandão Pinto; George Bezerra Pinheiro; George Harinson Martins Castro; José Nasareno Moreira Araujo
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará
Representação legal: não há

031.099/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Franciele Lorenzi
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal da Fronteira Sul
Representação legal: não há

031.102/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Daniel Marcos Pereira Mendes; Graziele Ramos Schweig; Juliana da Rosa; Luciana Sant Ana Marques Arnoux
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Minas Gerais
Representação legal: não há

031.105/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ana Clara Goncalves Dourado; Danielle Smilay de Almeida Rodrigues; Eder Alonso Castro; Pablo Augusto Panetto de Morais; Vinicius Fernandes Goncalves; Wembesom Mendes Soares
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília
Representação legal: não há

031.110/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Cesar de Oliveira; Daniela de Oliveira Ferreira; Diego Corsetti Mondadori; Lisiane Emanuelli Machado
Órgão/Entidade/Unidade: Hospital de Clínicas de Porto Alegre
Representação legal: não há

031.118/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Felipe Rodrigues de Souza; Marilia Marufuji Ogawa; Mauro Yoshiaki Enokihara
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de São Paulo
Representação legal: não há

031.141/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ana Carolina Scanavachi Moreira Campos; Angelo Cesar Colombini; Clarissa Canella Moraes do Carmo; Erika Souza Leme; Fernanda Goncalves de Oliveira Passos; Maria Raquel Passos Lima; Marisa dos Santos Viale; Patricia Pimentel Duarte Rodrigues Terra; Pedro Netto Batalha; Raiane Cardoso Chamon
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal Fluminense
Representação legal: não há

031.148/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Fernando Alves Mazzini; Onair Mendes de Oliveira; Roberta Dias Mardegan Soares
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo
Representação legal: não há

031.155/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Rogerio Andrade de Avila
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro
Representação legal: não há

031.209/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Francine Coutinho Maia de Castro; Sergio Renato Lampert
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Santa Maria
Representação legal: não há

031.224/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Claudemir Dantes da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal da Grande Dourados
Representação legal: não há

031.226/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Cezar Fonseca; Julio Cesar Botega do Carmo; Maria Cristina de Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Representação legal: não há

031.243/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Debora Vasconcelos Bastos Marques; Luis Philipe Garroni Andrade; Mauricio da Rocha Dourado
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Alfenas
Representação legal: não há

031.248/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Antonio Thiago Pinto Moura; Emanuel Bruno Carioca Silva; Francicleide Geremias da Costa Souza; Joao Paulo Oliveira; Mairon Regis Marinho Silva; Marta Silvanere Pereira Dantas; Savio Fernandes Ribeiro; Thiago Lenilson da Silva Rodrigues
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará
Representação legal: não há

031.259/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Dalva de Araujo Menezes; Laila Ibiapina Caddah
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal do Piauí
Representação legal: não há

031.262/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Rafael da Silva Lima; Rafaella Silva Moura; Renan de Franca Souza; Robson Damião da Rocha Raimundo; Rodrigo Britto Martins
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

031.276/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Luis Thiago Freire Dantas
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo
Representação legal: não há

031.280/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: André Quintiliano Bezerra Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso do Sul
Representação legal: não há

031.286/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ana Paula Valensuela Guedes; Catia Cilene Quiroga Lopes; Cleria Rosane de Souza Magnus Azevedo; Elstor Hanzen; Fatima Terezinha Abreu Machado; Janaina de Araujo; Jeferson Luis Andreoli dos Santos; Juliana Mattos da Silva; Lisiane Pichini da Silva; Marcia Markoski de Matos
Órgão/Entidade/Unidade: Hospital de Clínicas de Porto Alegre
Representação legal: não há

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800166

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

031.293/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Lucilene Lamounier Faria
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro
Representação legal: não há

031.298/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Barttiria Velleda da Luz Silveira; Lucas Felipe Araujo de Avila; Luiza Bohnen Souza; Patricia Santana; Tatiana Becker Smith; Vilmar José Moraes
Órgão/Entidade/Unidade: Hospital de Clínicas de Porto Alegre
Representação legal: não há

031.300/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Amanda Raphaella de Medeiros Lima; Ana Louize Vieira Almeida; Carlos Arthur Pereira da Silva; Daniela Dias Quirino; Gian Francisco de Macedo Almeida; Igor Silveira de Castro Guerreiro Gondim; Ivanna Beserra Santos; Lindsey dos Santos Delgado Magalhães; Luiz Claudio Cacau Martins; Raquel Araujo Clementino
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

031.307/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alessandra Kamiya Xavier; Cibele Lesina Rodriguez; Cristiano Japor Pires Coelho; Eduardo Silva da Silva; Jair José Barros Caldas; Jessica Rayane Reis Oliveira; Josyelle Liliam Ferreira Silva; Marilia Souza de Oliveira; Nicheli Ferreira da Silva; Rayana Pereira Feitosa
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

031.311/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: André Luiz Aleluia da Silva; Andrea Thayanara Andrade Reis; Fabricio Guilherme Pires dos Santos; Frederik Medeiros Ferraz; Giselle Angelica Moreira de Siqueira; Glauco Batista Almeida; Goretti de Souza Moreira; Jefferson Calume de Oliveira Junior; Lilian Queiroz de Paula Lorentz; Livia Alves da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

031.317/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Aline Alves dos Santos; Cristiane de Souza Guimarães; Erica Monize Chagas Santos; Fabiana Denise Rodrigues Fidelis; Josieli Oliveira Pereira; Lidiane Maria Silva; Monica Christine Ferreira Alves; Paula Regina Santos de Aguiar; Railda dos Santos Gomes Silva; Roseli da Paz Sales Chaves
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

031.322/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ana Maria Marinho da Silva; Analany Pereira Dias Araujo; Eni Devay de Freitas; Felipe Augusto Santana de Oliveira; Gisana Rodrigues Bastos Araujo; Marcelo Augusto Ravasio Machado; Ronald José Ribeiro Fidelis; Sandra Perez Cendon; Sue Hellen de Oliveira Munhos; Vera Lucia Santos de Paiva
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

031.326/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Aleyde Diniz Loureiro; Angelo Iacono Neto; Carla Graciele Torres Santana da Cruz; Danyelly Gomes Silva; Diego Abel Leite Sousa; Fernanda Barros Lima Vasconcelos; Fernanda Dornela de Melo; Lorena Dias Dantas; Luis Enrrique Maurera Almeida; Mauricio Miranda Nunes
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

031.329/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Catherine Sonaly Ferreira Martins; Evandro de Oliveira Lima; Filipe Almeida Botter; Flavia Costa Santos; Francisca Marina de Souza Freire Furtado; Iolanda Eveline Barboza Dias; Jandira Colares de Freitas Amorim; Jucineide Matos da Silva; Kleimara Lopes Dias; Zulmira Ernestina Pereira Lopes
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

031.336/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Janio Rodrigues Lopes
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina
Representação legal: não há

031.350/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Angela Cristina da Silva; Antonio Ibanez Ruiz; Cintia da Silva Pacheco; Eduardo Di Deus; Felipe Ferreira dos Santos Filho; Felix Alves da Silva Junior; Henrique Altemani de Oliveira; Vanessa Cabral Gomes; William Reis Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade de Brasília
Representação legal: não há

031.353/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Carlos Eduardo Neves Girardi; Elisa Thome Sena; Jorge Andrade Costa; Luzia Pedroso de Oliveira; Thiago Marques Fidalgo
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de São Paulo
Representação legal: não há

031.359/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Amanda Cruz Feitosa e Almeida; Erica Aparecida Salatini Maffia; Maria Heloina Moura Costa Campos; Marla Niag dos Santos Rocha
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal da Bahia
Representação legal: não há

031.362/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Camila Cicconi Paccola; Lara Miguel Quirino Araujo
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de São Paulo
Representação legal: não há

033.252/2018-1
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Cleone Noronha
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Representação legal: não há

Ministro BENJAMIN ZYMLER

011.885/2018-1
Natureza: Representação
Representante: Sr. Erivelto de Sá Barros
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Bocaina/PI
Representação legal: não há

014.792/2010-9
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Bernadete Vieira de Souza Rehder
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Alfenas/MG
Representação legal: não há

015.069/2016-8
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Rogerio Veras Batista
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios
Representação legal: não há

025.149/2018-0
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Waldemar Oliveira de Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado de Rondônia
Representação legal: não há

027.267/2009-3
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Claudemir Alves de Melo
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia
Representação legal: Juliana Pedrosa Monteiro (OAB/MG 90.788)

029.422/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Carolina Possato do Nascimento; Mariana Vicencia Fernandes de Siqueira; Renata dos Santos Carreiro Cabral
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Trabalho
Representação legal: não há

Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

006.549/2017-9
Natureza: Monitoramento
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Nacional do Índio
Interessado: Tribunal de Contas da União
Representação legal: não há

008.526/2012-5
Natureza: Representação
Representante: Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Cruzeiro da Fortaleza/MG
Responsáveis: Ari Moreira de Melo; Geraldo Donizette Alexandre; Itamar Xavier da Silva Junior; João de Melo Silva; José Ricardo de Melo; João David dos Reis; Junice Siqueira de Melo; Marcelo José Ribeiro; Marco Antônio de Melo; Ney Carlos Batista Pereira; Rubens José Pereira
Representação legal: Beatriz Santana Duarte (OAB/MG 137.988) e outros; Antônio Côrtes de Almeida (OAB/MG 119285)

011.412/2016-0
Natureza: Monitoramento
Órgão/Entidade/Unidade: Companhia Docas do Rio Grande do Norte
Representação legal: não há

011.600/2009-5
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Associação de Saúde das Sociedades Indígenas de Jenipapo dos Vieiras/MA
Responsáveis: Telmiston Pereira Carvalho, Associação de Saúde das Sociedades Indígenas de Jenipapo dos Vieiras/MA e Ingersol Poços Artesianos Ltda. - ME
Representação legal: Mauro Henrique Ferreira Gonçalves Silva (OAB/MA 7.930), João Batista Ericeira Filho (OAB/MA 8.296) e outros

013.016/2011-3
Natureza: Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial)
Recorrente: Álvaro Costa Bravo Filho
Órgão/Entidade/Unidade: Caixa Econômica Federal
Representação legal: Felipe de Vasconcelos Soares Montenegro Mattos (OAB/DF 23409) e outros; Eliah Duarte (OAB/PE 2259) e outros

020.075/2009-2
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade : Organização de Desenvolvimento e Saúde Indígena do Amarante do Maranhão
Responsáveis: Salviano Marciano Guajajara; Suluene Santana da Silva Sousa; Organização de Desenvolvimento e Saúde Indígena do Amarante do Maranhão
Representação legal: não há

030.246/2015-6
Natureza: Prestação de Contas
Exercício: 2014
Responsáveis: André Silva Reis; Ariston Matos Rocha; Carlos Romeu Silva Queiroz; Cláudio Barreto Souza; Cristiano Ribeiro Sampaio; Edson Fiel Filho; Gean Barreto de Melo; Gladistom Matos Silva; Guilherme Campana Peleteiro; Juliano Cardoso de Souza Lapa; Luciano Freitas Maciel; Manoel Luiz Coutinho Machado; Marileide de Faro Valverde; Marlton Caldas de Souza; Miguel Castro dos Santos Junior; Raimundo Pires de Santana Filho; Raphael Albuquerque de Souza e Rodrigo da Silva Salles Nascimento
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil - 5ª Região Fiscal
Representação legal: não há

032.086/2012-1
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Teófilo Otoni/MG
Responsáveis: Edson Gonçalves Soares e Município de Teófilo Otoni/MG
Representação legal: Rodrigo Neves de Almeida (OAB/MG 112.126) e outros

Ministro BRUNO DANTAS

013.164/2017-1
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Dagmauro Sousa Moreira; João Ribeiro Barroso
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Itapipoca - CE
Representação legal: Guilherme Lopes Mair (OAB/DF 32.261) e outros, representando Caixa Econômica Federal; Maria de Lourdes Pinto Martins (OAB/CE 11.663) e outros, representando Prefeitura Municipal de Itapipoca - CE e João Ribeiro Barroso

024.925/2017-9
Natureza: Monitoramento
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio Grande do Norte
Representação legal: não há

026.016/2017-6
Natureza: Representação
Representante: Controladoria Regional da União no Estado de Minas Gerais
Interessados: Controladoria Regional da União no Estado de Minas Gerais; Flávio Antônio dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
Representação legal: não há

026.464/2015-2
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Fundação Apoio Desenvolvimento Cientif Tecnolog Saude; José Garrofe Dórea; Yolanda Galindo Pacheco
Órgão/Entidade/Unidade: Fundo Nacional de Saúde - MS
Representação legal: Osmar Tognolo (OAB/DF 15.730) e outros, representando José Garrofe Dórea; Julio Otsuschi (OAB/DF 13301) e outros, representando Fundacao Apoio Desenvolvimento Cientif Tecnolog Saude

028.535/2018-9
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Nazaré Rita da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Senado Federal
Representação legal: não há

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800167

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

029.307/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Severino Julio Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
Representação legal: não há

029.791/2018-9
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Maria Carolina Batista Amorim; Neusa Torres dos Santos; Yara Nadja Gomes Selva
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
Representação legal: não há

029.869/2018-8
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Ana Teixeira da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
Representação legal: não há

029.929/2018-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: José Paulo Ferreira Gonçalves; Luis Alberto de Avelar da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Câmara dos Deputados
Representação legal: não há

030.263/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriane Moreira Pinto Araujo; Caique da Silva Cardoso; Fabio Araujo de Oliveira; Fabio Lucas do Couto; Matheus de Andrade Almeida; Patricia Franklin Pinelli; Reginaldo Brito de Lima; Reginaldo Raul Ferreira; Roberto Paveck Pinheiro
Órgão/Entidade/Unidade: Companhia Docas do Estado de São Paulo
Representação legal: não há

030.296/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Dorenice de Fatima Abranches Monteiro Verly; Gilson Goncalves de Matos; Hugo Guedes Toledo Florencio; Joao Emerson Lopes de Souza; Leandro Fraga Guimaraes; Paulo Fabio da Silva Eugenio; Renata Rocha Torres Amaral; Rodrigo Bonecini de Almeida; Rodrigo Moretti Branchini; Thaisa Rios Marciano
Órgão/Entidade/Unidade: Agência Nacional de Transportes Terrestres
Representação legal: não há

030.298/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Eliana Silva Oliveira; Fernando de Freitas Bezerra; Michelle Vieira de Almeida
Órgão/Entidade/Unidade: Agência Nacional de Transportes Terrestres
Representação legal: não há

030.403/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Luciana Shizue Fujiki; Lucilia Emi Nagai; Luiz Carlos Neto Junior; Luiz Carlos da Fonseca Junior; Magno Augusto Ferreira de Melo; Marcela Cristina Mendes Ribeiro; Marcia Vitorina Ornelas Leutz; Marcos Paulo Oliveira de Matos; Maria Cristina Fernandes do Carmo; Mauricio Cardoso Barreira
Órgão/Entidade/Unidade: Companhia Docas do Estado de São Paulo
Representação legal: não há

030.405/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Antonio Nonohay Domingues Cunha da Silva; Cesar Augusto Rodrigues Netto; Cleber Alberto Paes Macedo; Jefferson Silveira Alves; Kleber Barrionuevo Baraldo; Leandro Rodrigues Mota; Ricardo Hideki Maeshiro; Rodrigo Dias Calafate; Rodrigo Ribeiro do Nascimento; Rubens Lima Vasconcelos
Órgão/Entidade/Unidade: Companhia Docas do Estado de São Paulo
Representação legal: não há

030.408/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Airton Lopes de Moraes; Caio Cesar de Alcantara Ferreira; Daniel Paes de Barros Tamburus; Daniel Ragoneti de Moraes; Daniel de Figueiredo Beda Junior; Felipe Augusto Furlan Nachbar; Felipe Fray Buschinelli; Lindinalva Faria; Rodrigo Ohashi; Valeria Conceicao Reis Duarte
Órgão/Entidade/Unidade: Companhia Docas do Estado de São Paulo
Representação legal: não há

030.413/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriane Moreira Pinto Araujo; Andre Luis Campos Ribeiro; Andre Renato Palermo; Bruno Felipe Tolino Grecco; Fernando Verndl; Francisco Pinto Marques; Frederico Vicente Doutor; Gabriel dos Santos Ramos; Glenda Maria Mutarelli de Andrade; Hygino Pegas da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Companhia Docas do Estado de São Paulo
Representação legal: não há

030.417/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Angela Batista de Lima Guedes; Aricia Alves Roman de Almeida; Bruno Castaldino Amado; Daniela Rezende da Silva; Eduardo Toro de Abreu; Leonardo Souza Lima de Moura
Órgão/Entidade/Unidade: Companhia Docas do Estado de São Paulo
Representação legal: não há

030.469/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Daniel Silva de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Companhia Docas do Estado de São Paulo
Representação legal: não há

030.802/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Daniele Oliveira Almeida
Órgão/Entidade/Unidade: Companhia das Docas do Estado da Bahia
Representação legal: não há

031.124/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Rafael Henrique Santos Soares
Órgão/Entidade/Unidade: Câmara dos Deputados
Representação legal: não há

031.151/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Leandro Augusto Santos Bernardino da Silva; Wesley Alves Mesquita
Órgão/Entidade/Unidade: Agência Nacional de Transportes Aquaviários
Representação legal: não há

031.183/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Arthur Gomes Castro
Órgão/Entidade/Unidade: Agência Nacional de Aviação Civil
Representação legal: não há

031.644/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Josiane Oliveira Damaceno
Órgão/Entidade/Unidade: Agência Nacional de Transportes Aquaviários
Representação legal: não há

031.921/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Regilena Godoi da Anunciação
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
Representação legal: não há

032.867/2015-8
Natureza: Representação
Representante: Ministério Público Federal - Procuradoria da República no Amazonas
Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria Especial de Saúde Indígena
Representação legal: não há

033.004/2018-8
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Arinete Augusta Dalleprani Santos Neves; Darcy Pereira dos Santos Braga; Francisca Ximenes de Aragão; Maria de Lourdes de Oliveira; Maria do Carmo Carneiro Timoteo; Moises Dalleprani Santos Neves
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
Representação legal: não há

Ministro VITAL DO RÊGO

004.141/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Amanda Sulzbach; Andrei Pinto; Anselito Eli Bertotto; Celso Augusto Vargas Lisboa; Cesar de Mello Simoes; Drielly Bastos Rodrigues; Eduardo Teixeira Barbacovi; Fabio Pinto Guimaraes; Fernanda Sanini de Carvalho; Geoclides Conceição Pereira de Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A
Representação legal: não há

005.379/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Eduardo Pinto Gomes; Enrico Giovanella Farias; Felipe Pilati Navarro; Fernanda Ferreira Paiva; Fernando Ribascik; Flávio Ricardo dos Santos; Gil Roberto Guimarães de Lima da Silva; Guilherme Ribeiro da Silva; Hailton Israel Silva Martins; Ivan Chayb Hubner
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A
Representação legal: não há

014.343/2018-5
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Maria Nobuko Muller; Maria das Dores Ribeiro; Rute Alves da Silva Carvalho; Tereza da Silva Ferreira; Uirany Teles Sales
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão em Rondônia
Representação legal: não há

015.543/2018-8
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Job Medeiros Lobato; Raimunda Pilar Vieira Gomes Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão no Amapá
Representação legal: não há

016.415/2018-3
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Domingas Ribeiro de Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão no Amapá
Representação legal: não há

016.416/2018-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Edna Maria Cavalcante Nunes; Elcy da Silva Braga da Fonseca; Filomena Almeida de Azevedo; Francinete Araujo Marinho; Francisco Silva Custodio; Gilcilene Viegas Miranda; Iracema Idalina Pantoja Barbosa; Joana Neri Correa; Jose Vieira Neto; Luz de Fatima Araujo da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão no Amapá
Representação legal: não há

017.643/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ana Paula Becker Cordeiro; Ana Paula Btedini Brandao; Ana Paula Cardoso da Silva; Ana Paula Carvalho dos Reis do Nascimento; Ana Paula Salvina da Silva; Ana Paula do Couto Ribeiro; Ana Samilly Alexandre Moreira; Analicia Teixeira da Fonseca e Silva; Anderson Assis Castelo Branco; Anderson Willian Neris Almeida; Anderson de Queiroz Pontes; Andre Cesar de Oliveira Gonzales; Andre Emilio Soares Almeida; Andre Felipe Alves da Costa; Andre Lira da Silva; Andre Luis Fortes Carvalho; Andre Luis Teixeira da Silva; Andre da Cruz dos Reis; Andre dos Anjos Luz Neto; André Luiz Valente Mayrink
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

017.650/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Cassiana Oliveira da Silva; Cassio Albernoz Fonseca; Cassio Carneiro Matias; Cassio Confessor de Carvalho; Cassio Silva Moreira; Celia Regina Torres; Celio Lopes Alves; Cesar Assuncao da Silva Filho; Charlei dos Santos Rodrigues; Charles Chueiri Filho; Charles Weber Massirer; Christian dos Santos Januario; Cidnei Monteiro Cantidio; Clara Oliveira Gomes de Souza; Clara de Brito Domingos Silva; Clarissa Varjao Santos; Claudenice Santos Gobbo; Claudenir Ferreira Alves; Claudia Maia Giovanini; Claudia do Nascimento Rodrigues
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

017.657/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Eliezer Carneiro da Silva; Elis Renner Bandeira; Elisa Gloria do Amaral; Ellane Jacqueline Coelho Moreira Gomes; Ellen Braga da Costa; Ellen Clarissa Mesquita Galvez Valdez; Eloa de Medeiros Romeiro da Rocha; Eloy de Souza Silva; Elpides Vieira da Rocha Neto; Elves Santos e Silva; Emanuel Jesus Daubian Costa; Emanuela Bezerra de Carvalho; Emanuelly Viana Araujo dos Santos; Emerson Wruck; Ennely Mendonca Porto; Erasmo Ribeiro Bezerra; Erica Eulalia dos Reis Mendonca; Erica Naiara Aparecida da Silva; Erickson Azevedo Batista; Erika Flavia Crispim de Santana
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

017.661/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Felipe Michael dos Santos Correa; Felipe Reis dos Santos; Felipe Ribas da Costa; Felipe William de Andrade; Fernanda Barbosa Firigato; Fernanda Chequetto Lo Bianco; Fernanda Goncalves de Oliveira; Fernanda Maria Moreira da Costa; Fernanda Osterberg da Silva Costa; Fernanda Pinheiro Pantoja; Fernanda Pona Balan; Fernando Araujo Souza; Fernando Cesar Oliveira dos Santos;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800168

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Fernando Daniel Franke; Fernando Fontes dos Santos; Fernando Generoso da Silva Goncalves; Fernando Guthierre Pinto Moreira; Fernando Meirelles de Siqueira; Fernando Pozo; Fernando de Souza Cheque
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

017.665/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Gabriel Rangel Caldas; Gabriel Torres dos Anjos da Silva; Gabriel Vitorette Leite; Gabrielly de Sa Machado Figueiredo; Gaudencio Eber Carvalho Mendes; Gean Rodrigues da Cruz; Genilson Dias Silva; Genilson dos Anjos Coutinho; George Braganca Silva; George Luiz Almeida Oliveira Huang; Germana Maria Amancio de Lima; Gerson Rosenberg; Gervasio Pereira Rocha; Gesineia Costa de Azevedo; Gessica Oliveira Pereira; Gessica de Magalhaes Pereira; Geyse Caroline Leite de Oliveira; Gianpaolo Spohr; Gidielson Natanael de Amorim; Gilberto Augusto Pinto Ribeiro Junior
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

017.672/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Janaina Alves Cardoso; Janaina Cruz dos Santos; Janesvalter da Silva Maciel; Janine Oliveira Ursulino; Janine Silva da Penha; Janio de Franca Silva; Janmelia Galvao Reis; Jaqueline Soares Costa; Jaqueline da Luz de Castro; Jean Daniel Dias; Jean Douglas Nunes Pierre; Jean Felipe Francisco Delgado; Jean Rene Gevaerd; Jeconias Guilherme dos Santos; Jefferson Cordeiro de Souza; Jefferson Eduardo Gazolli Jubilato; Jefferson Luiz Trindade Wilson; Jefferson Paulo da Silva Mello; Jefferson Santos da Silva; Jennifer Correa Guardiola
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

017.676/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Jose Ernaldo de Alcantara Junior; Jose Ernesto Machado Neto; Jose Fagner da Silva; Jose Henrique Rodrigues de Sousa; Jose Holanda Padilha Junior; Jose Humberto Barbosa Souto; Jose Itamar Ferreira Xavier; Jose Jorge Jesus Moutinho; Jose Lucas dos Santos Silva; Jose Luiz Araujo Valenca; Jose Maicon de Alencar Xavier; Jose Mariano Neto; Jose Mario Rodrigo dos Santos; Jose Olivio Coutinho; Jose Rafael Azevedo Lima; Jose Ricardo Martins; Jose Ricardo Oliveira Santos; Jose Roberto Foscarini; Jose Roque Rodrigues; Jose Schenkel Weis
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

017.681/2018-9
Interessados: Leticia Aparecida de Sales; Leticia Schettino Moreira Batista; Letiele Flores Abarrasin; Liana Vieira Martins Castro; Licia de Castro Rodrigues; Lidiane Corina Goncalves da Cruz; Lidiane Leite de Almeida; Ligia Machado da Rocha; Lins Alberto Cunha Oliveira; Lisley Carla Goncalves da Silva; Lithania Jayce Araujo Santos; Livia Cavalcante Santana de Lima Motta; Livia Drago Lorenzoni; Livia Regina Magalhaes; Livia de Paula Alves; Liviston Frank Goncalves; Lorena Ferreira Alves; Lorene Raquel Ferreira Silva; Loriana Lopes; Lourdes Grzybowski
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

017.685/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Mabia Socorro de Oliveira; Maciel Ricardo Caetano da Silva; Madson Rocha dos Santos; Maicon Henrique Metzelthin; Maicon Rodrigues; Maicon Vieira de Oliveira; Maik Anderson Rodrigues da Fonseca; Maira Fernanda do Vale; Manoel Abadia Gomes de Carvalho; Manoel Messias de Freitas Corcino; Manoel Nazaré Ereira Belchior; Manoel Verissimo dos Santos Junior; Manuella Palhano Gomes; Marcela Magalhaes Alvim Braga; Marcelo Accorsi; Marcelo Claudino de Souza; Marcelo Domingues da Rocha Carvalho; Marcelo Farias de Araujo; Marcelo Juca Guimaraes Filho; Marcelo Lopes Leao
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

017.690/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Marlla Cristiane Oliveira Ferreira; Marlon Ismael Cordeiro; Marluce da Costa; Marta Rosell Marques; Marx de Jesus Alves Ferreira; Maryela Janaina Barbosa; Mateus Benetazzo Serrer; Mateus Furlanetto; Matheaus Campos Pessoa; Matheus Alonson de Castro Inacio; Matheus Alves Soares; Matheus Campos Ribeiro Costa; Matheus Pompeu; Matheus Tavares Vieira; Matuzael Silva de Oliveira; Mauricio Alves Santos; Mauricio Brites Bortolini; Mauricio Luiz Eleutherio; Mauricio Machado; Mauricio dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

017.694/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Necilia de Oliveira Souza Ferreira; Neilton Martins Carneiro; Neirandes Leal de Urzedo; Nemesys Osorio Ferreira; Neverton da Silva Bittencourt; Ney Cesar Silva Souza; Nicolle Lagos de Melo Nogueira; Nikolas Costa Alves; Nilo Cesar Rosas; Nilson Nogueira Matos; Nilton Fernandes Dourado Junior; Nivaldo Silva Lopes; Nivia Mayumi Ogihara Nagata; Nivia da Silva Ferreira Mendes; Normando Farias da Silva Junior; Odilene dos Santos Moura; Odilon Abreu Santala; Oliver Moreira de Melo Alexandre; Orisvaldo Pena Freitas; Oryelson Brito dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

017.700/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Renata Aparecida Pavan; Renata Cristina de Moura Lima Duran; Renata Cristine Bicalho; Renata Ribeiro da Silva; Renata Sa Mota; Renato Augusto Lemes Marques de Souza; Renato Braun; Renato Ferreira Simoes; Renato Garcia Cardoso; Renato Henrique Garcia Escalianti; Renato Silva Abranches; Renato Simonetto Bandeira; Renato Villela Mafra Alves da Silva; Renato de Oliveira Nascimento; Ricardo Agostinho dos Santos Junior; Ricardo Bombardi Mattos; Ricardo Cezar Teixeira; Ricardo Elias Vianna Mansur Junior; Ricardo Fernandes da Silva; Ricardo Manoel Chaves Germano dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

017.703/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Rosa Caline Silva; Rosa Maria Campozano; Rosana Maria dos Santos; Rosane Ferreira de Azevedo; Rosangela Vargas Ribeiro; Roseli da Silva Rosa; Rosiele Pinheiro Gomes; Rosifran da Silva; Rosinaldo Fonseca da Silveira; Rosinei Maria Sanches da Silva; Rosinei Vieira dos Santos Teixeira; Rosirene Ribeiro da Silva; Roy Pimentel Cardoso; Ruan Jesse Martins Soares; Rubens Alonso de Oliveira Giampaoli; Rudimar das Neves Pereira; Ruy Eduardo Pizzani; Sabrina Gislana Costa da Cunha; Sabrina Merante Rigotti; Sacha Calabrese Modolon
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

017.710/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Vinicius Rosa de Andrade; Vitor Cesar Becker de Souza; Vitor Eugenio Costa de Oliveira; Vitor Ruviaro Kfouri; Vitor Silvestre Ramos; Vivian Santos Ferreira; Vivian do Nascimento Moreira; Viviana Teixeira da Costa Goncalves; Viviane Carvalho Ciriano; Viviane Matias dos Santos; Vivianne Rodrigues da Silva; Vivien Cristina Winckler; Wagner Jose Caetano; Wagner Rodrigues; Waldecyr Iuata Cardoso; Walisson dos Santos Araujo; Walter Jose de Oliveira; Wamberg Moura Arcangelo; Wanderson Carnot de Avila Santos; Wanessa Oliveira Gomes da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

018.203/2018-3
Natureza: Pensão Militar
Interessadas: Ivonita Maria da Silva Barbosa; Marcia Regina da Silva Flores; Maria Lenilde Mendes do Couto; Maria Luiza Afonso Nepomuceno; Maria das Graças Mendes do Couto; Marilena Brasileira do Acre; Marineide Mendes Couto; Marinilda Pereira dos Santos; Marinise Pereira dos Santos; Marinita Pereira dos Santos; Marly Oliveira Collyer; Nilda do Couto Maia; Regina Celia da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão no Acre
Representação legal: não há

019.219/2011-3
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Bernadete Gomes Costa
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Santa Catarina
Representação legal: não há

021.774/2018-8
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Alexandre de Jesus de Assis; Ana Karoline Cardoso de Araujo; Cassia Maria de Carvalho Rei; Delia Ribeiro de Sá; Douglas Vieira Trindade; Elma Santos Ribeiro; Emmanuel Santos Ribeiro; Eudes Lucena; Glarone Vieira Nunes Trindad; Horacio Mendes Pereira; Jhenifer Franco Ferreira; José Arthur de Castro Rocha; José Carlos Giraux Machado; Lucia Monteiro de Mattos; Marcos Evandro de Moura Neves; Maria Ester Corrêa da Costa; Maria de Almeida Araujo; Maria de Almeida Araujo; Nilza Souza Santos; Ricardo Henrique Pupo de Freitas; Samuel Hochman; Sergio Ricciardi; Suely Araujo Montenegro; Terezinha de Faria
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

021.778/2018-3
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Alice Toval Conrado; Amanda Maria de Alencar Ferreira; Ana Paula Santos Pessoa; Aurelina da Conceição Rodrigues; Eugênio Marcelino de Oliveira; Fernanda Martins Fortes; Gilvaci Ribeiro da Silva; Henilda Gomes de Bulhoes; Julheica Vieira Paulo; Julio Nicolau Barros de Curtis; Lilia Maria de Souza Reis; Luis Gonzaga Lopes Pessoa; Luiz Leduc Junior; Margareth Souza dos Santos França; Maria Geralda da Silva Santos; Maria Lúcia Martins Fortes; Maria da Apparecida Torres da Costa; Maria de Lourdes Razeda Julianelli; Mirto Ferreira Santos; Natalia Santos Pessoa; Nélida Krieger e Silva; Raimundo Nonato Ribeiro; Rosalbo Bahia Wanderley; Valdimar José de Alencar Ferreira; Valdir José Ferreira
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

021.781/2018-4
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Cosme Robinson do Nascimento; Edson Carlos de Souza Guimarães; Erli Flavio Kummer; Eunice Nunes Borges; Luiz Bogea Nogueira da Cruz; Maria Rosa Mico Loureiro; Maria da Conceição Santos de Rossi; Maria do Ceu Augusta de Araujo; Norma Costa dos Santos; Paulo Jansen Dias Barcellos; Roberta Célia Alves do Nascimento; Rozinha Brejinski Ciupka; Vinicius Antonio da Silva Balani; Yuri Malta do Nascimento
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

022.164/2018-9
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Jorge Mendes; Jose de Oliveira e Silva; José Adonis Sobrinho; Julio de Oliveira Neto; Julio de Oliveira Neto; Julio de Oliveira Neto; Jupter Arag O Mora; Luiz da Fran$a Nambar; Maria José de Souza Mitidieri; Maria Tavares Ferreira; Maria da Gra$a Santos; Miguel Guimaraes de Bulhoes; Paulo Celio Cirino Silva; Paulo Celio Cirino Silva; Paulo Lopes de Carvalho; Paulo Lopes de Carvalho; Paulo da Silva; Reinaldo Conceição Santos; Rogerio Antonio Lagoeiro de Magalhães; Rogerio Antônio Lagoeiro de Magalhães
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

022.207/2018-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Albertino Correa; Amilar Ferreira Neri; Ana Maria Magalhães; Benedita Vitalina Portugal Pinheiro
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão no Amapá
Representação legal: não há

022.211/2018-7
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Inacio Coutinho Dias; Jose Maria da Silva Nobre; Julieta Tavares Penha
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão no Amapá
Representação legal: não há

022.462/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Felix Hilario de Mendonca Neto; Fellipe Antonio Cosentino; Fellipe Rodrigues de Melo Lima; Fernanda Beatriz Dias Vargas; Fernanda Boeira Giordano; Fernanda Cardena de Barros; Fernanda Eugenia Cardoso Pizolati; Fernanda Milani; Fernanda Pasqual; Fernanda Rocha Sales; Fernando Barbosa Oliveira Correia; Fernando Eduardo Pahaor; Fernando Jackson de Assis; Fernando da Silva Osorio; Fernando de Souza Pereira Junior; Fiama Pereira da Silva; Filipe Pellizzaro; Filipe Pereira Mendes; Filipe Portella da Silva; Filipe de Pinho Martins
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

022.470/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Igor Rios de Almeida; Inae Medeiros Portela de Souza; Ingrid Albino Ribeiro; Ingrid Bressan Goulart; Ingrid Dias Maciel; Ingrid Mayane da Silva Meneses; Ingrid de Eloi Tenorio; Ione Garcia da Silva; Irineu Roskowski; Iris Eleane Raschke; Iris Mara Pereira da Silva; Iris Rianne Santana Alves; Isabela Frushio Feliciano; Isabela Matos Barreto; Isabela Minucci de Lemos; Isabela Rupp Kavanagh; Isabela Vince Esgalha Fernandes; Isadora Marilis Santos Pinto; Isadora Matos Pereira; Isis Emanuelle Lima de Santana
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

022.473/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Jeieli Simoes de Oliveira Felix; Jeilson Conceicao da Silva; Jeniffer Pacheco Souza; Jeovane Pereira de Miranda; Jeremias Ferreira Sobrinho Santos; Jessica Alves Alvarenga; Jessica Ipolito; Jessica Maria Rodrigues da Silva; Jessica Voss Munaretto; Jezaias Silva dos Santos; Jhonatan Wendell Tavares Ferreira; Jhonny Bezerra Torres; Joab Fernando Gerhardt; Joabe Souza Andrade; Joaldo Didier Souza Junior; Joanice de Oliveira Rios; Joao Antonio Vicente Rodrigues; Joao Dalberto Paz; Joao Gomes Campos; Joao Henrique Ise Silvestre
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800169

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

022.476/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Jose Ferreira da Silva; Jose Henrique Ramos da Cunha; Jose Janiel Santana dos Santos; Jose Lucas Santos Oliveira; Jose Luis da Silva Lara; Jose Marcel Jhone Farias Lima; Jose Ricardo da Silva Ferreira; Jose Silvio Bueno Junior; Josenice Gomes Amorim e Amorim; Josiane Borges Pereira de Lima; Josiane Martins Zapelini; Josias Ferreira dos Santos; Josias Freitas Souto; Josias de Souza Ramos Junior; Josimara Fernandes de Barros Gomes; Jossemir Cheles; Josue Batista Pereira; Josue Lazarin Crescenti; Juarez Gomes da Silva; Jucelia de Oliveira Araujo
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

022.484/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Lucas Eduardo Belao; Lucas Faria Arantes; Lucas Fernandes Machado; Lucas Ferreira Gomes; Lucas Lazaro Dallalana; Lucas Pecly Silveira; Lucas Pereira Pinto; Lucas Pereira da Silva; Lucas Teixeira Bastos; Lucas da Silva Oliveira; Lucas de Castro Marchetti; Lucelia Oliveira Rodrigues; Lucia Aparecida Inacio Cardoso; Lucia Dias Borba de Lima; Luciana Akemi Nakamoto; Luciana Cristina Calvao; Luciana Marques do Nascimento Fernandes; Luciana Oliveira Santos; Luciana de Morais Freitas; Luciano de Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

022.488/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Marcia Pacheco Silva; Marcia Roseli Sakai; Marcio Edinei Ferreira; Marcio Fernandes Sakumoto; Marcio Ribeiro de Souza; Marcio Viana da Silva; Marco Antonio Nascimento de Oliveira Junior; Marco Antonio Pereira de Souza; Marco Antonio de Godoy Krettelys; Marcos Almeida de Lemos; Marcos Antonio da Silva Madalena; Marcos Ariel Alves Pereira; Marcos Aurelio Minari; Marcos Bento Luna; Marcos Cesar Ferreira da Cunha; Marcos Iran de Aquino Schlogl; Marcos Leandro Goncalves Moura de Souza; Marcos Mamoru Endo; Marcos Paulino da Silva; Marcos de Souza Costa
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

022.493/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Marilia Teixeira Correa; Marina Maciel de Almeida; Marina Marciano da Camara Castro; Marina Santana Barbosa; Marina de Oliveira Zambon; Marinalva Costa Santos Alcantara Placido; Marinei de Cassia Rezende; Mario Augusto Martins; Marisa de Souza Brito Santos; Marise Alves da Silva Cruz; Marizete Oliveira de Jesus Francisquini; Mark Cruz da Silva; Marla Giane de Souza; Marlene Dias Andrade; Marli Regina da Silva Xavier; Marlon Marcelino de Aquino de Souza; Marly Ferreira dos Santos Silva; Maroisa Barbosa; Marta de Andrade Pereira; Marvio Jader Testoni
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

022.502/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Paulo Giovani Vivian; Paulo Roberto Vagula; Paulo Rubens Lucena Martins; Paulo Santos Mota; Paulo Sergio Ongilio; Paulo Takashi Hanada; Paulo Vitor Santos de Andrade Oliveira; Paulo Yamasaka Junior; Pedro Anizio Furlanetto Batista da Silva; Pedro Augusto Santiago Junior; Pedro Cassiano Juvencio Honorato; Pedro Henrique Martins Fonseca Rocha; Pedro Henrique Souza Silva; Pedro Luiz de Araujo; Pedro Paulo Jeferson Alves de Moura Silva Soares; Pedro Paulo Rodrigues Alves Rocha; Pedro Ramos Boeing; Pedro Stempliuc; Pericles Lombardi; Phammella Loranne Tiago Barros Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

022.600/2013-2
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Alvaro Arruda Correa; Alvaro Rogerio Arrais Barreto; Amauri Mendes e Souza; Angela Bueno Brandao Correa; Angela Maria Baptista Pereira de Azevedo; Angelo Ricardo Lima; Antonio Augusto Cabral; Antonio Ayres Lima Junior; Antonio Azevedo Vieira Filho; Antonio Campos Cavalcante
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento de Polícia Federal
Representação legal: não há

022.614/2013-3
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Jarbas Nalim da Silva; Jary Magalhaes da Silva; Jedir de Oliveira Pinho; Jeronimo Pereira da Silva; Jeseir de Souza e Silva; Joao Alves de Mendonça; Joao Arnaldo Fantin Carneiro; Joao Baldoino Filho; Joao Batista; Joao Batista Cabral
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento de Polícia Federal
Representação legal: não há

022.685/2018-9
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Arlete Abdon dos Santos Moreira; Aroldo Carmo de Sousa; Clovis Mendes Holanda; Iracimar Lima Barbosa; Nubia Loureiro Valente Cardoso
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão no Amapá
Representação legal: não há

024.138/2018-5
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Arlete Bose Fernandes
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios
Representação legal: não há

024.141/2018-6
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Aymara Maria Marinho Borges
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios
Representação legal: não há

024.168/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alessandro Cava Arce; Jeferson Pooch dos Santos; Lásaro Nunes da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A
Representação legal: não há

024.169/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Allan Silverio Espindula; Anderson Serafini Chiesa; Deborah Marcant Silva Madalozzo; Fabiano Santos da Silva; Felipe Voelcker; Frank Alves Ferreira; Greice Santos Machado; Jacob Guazina Xavier; Jefferson Kessin Geraldi; Julia Endie Castro Palma
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A
Representação legal: não há

024.466/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ivano da Silva Cruz Fontes; Jackson de Matos Goncalves; Jacqueline Fernandes Costa da Silva; Jair de Melo Freitas; James Lane Ramos de Sousa; Jamylla Suanny Tenorio Pereira; Janaina Jessica Silva de Carvalho Medeiros
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

024.476/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Kelvin Correa dos Santos; Kevi Furtado Souza; Kleber Garcia Ferreira; Laiara Oliveira Teixeira; Lais Floriano Goncalves; Larissa Lopes Burmeister; Larissa Ribeiro Juliao; Larissa Savergnini Cavalcante; Larissa de Oliveira Maciel; Larissa de Paula Castro da Silva; Larissa de Pieri Grizoli; Laura Siqueira Rocha Goncalves; Laura Soares da Silva; Leandro Bittencourt Gripp; Leandro Campbell Guimaraes Costa; Leandro Ferreira Vargas Araujo; Leandro Machado
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

024.496/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Rodrigo Gheller Luque; Rodrigo Haesbaert Ivanowski; Rodrigo Otavio de Souza Silva; Rodrigo Soares da Silva; Roger Soares Goncalves; Rogerio Bessa da Paixao; Rogerio Fernandes Hanisch; Rogger Luan de Souza e Lima
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

024.507/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Valeria Oliveira Correia
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

024.862/2018-5
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Dalva Nardi; Dalva Nardi; Davino Pessanha Viana; Delio Santana da Silva; Deocleciano Cid de Oliveira; Deocleciano Cid de Oliveira; Dilermando Alves do Nascimento; Dilson da Silva Cunha; Divo Jose de Oliveira; Dulce Leda Pinheiro Guanabara; Décio Rodrigues; Edevaldo Santana de Carvalho; Edilton Luiz Lima; Edison de Almeida Miguel Relvas; Edna Maria Oliveira Carvalho; Edna Rodrigues Campello; Edson Passos de Souza; Eduardo Alves da Costa; Eduardo Fernando Silva e Silva; Eduardo Fernando Silva e Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

024.866/2018-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Herivelto Cerqueira Moreira; Herivelto Cerqueira Moreira; Hermogino Jose Guedes; Hildemarodrigues e Silva; Hudson Luiz Lopes; Hugo Macedo Bittencourt; Ibrahim Ayan; Irapuam Ferreira de Gusmão Sá; Ismenia Quitans Valenço; Ivo Turnes; Ivo Turnes; Jailson Pinheiro Galvão; Jair Bertini; Jair Bertini; Janete Rodrigues Silva de Carvalho; Jazer Luiz da Mota; Jazer Luiz da Mota; Jeronimo Santos do Vale; João Alberto de Oliveira Fonseca; João Alberto de Oliveira Fonseca; João Alberto de Oliveira Fonseca
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

024.874/2018-3
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Maria Emilia da Silva; Maria Henriqueta Batalha da Silva Lopes e Ornelas; Maria Ines de Castro Ribeiro; Maria Jose dos Santos Malengrau; Maria José Rodrigues Rocha; Maria Luiza Lessa de Curtis; Maria Marlene Silva da Costa; Maria Teresa Passos Bastos; Maria do Carmo Dominguez; Maria do Socorro Silva Costa Castro; Mariangela Souza Soares; Marineide da Rocha Leite; Mario Martins de Barros Amorin; Mario Nogueira Barros; Marly Oliveira Brandão; Mauro Mariano da Costa; Mauro Nunes da Silva; Mauro Sileno Saraiva Leao; Messias da Silva Rocha; Messias da Silva Rocha
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

024.879/2018-5
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Raimundo Pereira da Silva; Raimundo Tadeu da Silva; Raphael de Vasconcellos Ribeiro; Regina Augusta Marcelos Rodrigues; Reinaldo Conceição Santos; Reinaldo Gonçalves Escobar; Ricardo Antonio Cordova Gonçalves; Ricardo Augusto Christovam e Silva de Macedonia Barros; Ricardo Fernando Rodrigues; Ricardo Garcia Cadena; Ricardo Salim Pedro; Ricardo Santos de Queiroz; Rita de Cassia Alvarez Costa; Roberto Britto de Campos; Roberto Lemes; Roberto Nandes Peres; Robindon Carvalho de Azevedo1; Robinson Carvalho de Azevedo; Robson Cavalcante Lopes; Robson da Silva Pereira
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

025.036/2018-1
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Neusa Candida da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão em Rondônia
Representação legal: não há

025.139/2018-5
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Célia Rodrigues Mascarenhas Aguiar
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão no Estado do Acre
Representação legal: não há

025.185/2018-7
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Deuzalinda Pereira
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão no Estado do Amapá
Representação legal: não há

025.302/2010-8
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Agenir Maria de Vasconcellos; Denize Maria Oliveira de Andrade; Florisvaldo Pinheiro de Oliveira Junior; Georgina Maria do Carmo Augusto; Ivan de Souza Oliveira; Marcia Valeria da Silva Martins; Nanci da Gama
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Saúde
Representação legal: não há

025.445/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Eduardo Caldas Rossi
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Escola Nacional de Administração Pública
Representação legal: não há

025.678/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Allan Silva Ferreira
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

025.828/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Marina Augusta Pires Ramos; Tomas Lattes Romeiro
Órgão/Entidade/Unidade: Companhia Brasileira de Trens Urbanos
Representação legal: não há

026.003/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Nauan Noel Godins dos Santos Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Companhia Brasileira de Trens Urbanos
Representação legal: não há

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800170

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

027.873/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alexandre Santos da Silva; Alyson Leandro Costa Oliveira; Ana Elisa de Oliveira; Ana Paula Jacome do Monte; Anderson Esteves Vieira; Anderson Walace Nascimento de Queiroz; Andre Victor da Silva Jacob; André Wolmer de Melo; Ayrton Jean Castro Moraes; Bianca dos Santos Loiola; Brayner de Paula Reis; Bruno Teodoro Lima da Guia; Carlos Alberto do Nascimento Reis; Carlos Andre de Oliveira; Carlos Augusto Dias de Melo; Carlos Eduardo Rabelo; Carlos Emanuel de Albuquerque Alves; Catarina Maria Pereira de Andrade; Charlotte Castello Branco Jonqua; Clayton Trojan
Órgão/Entidade/Unidade: Companhia Brasileira de Trens Urbanos
Representação legal: não há

027.912/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adilio Araujo de Jesus Moreira; Adilza Moniz; Adir Cordeiro dos Santos Filho; Adivilson Cardoso da Costa; Adolfo Biancardi Martin; Adonis Regis Ramalho da Silva; Adriana Acosta da Silva; Adriana Alves dos Santos; Adriana Bueno Galvao; Adriana Cordeiro de Matos Souza; Adriana Cristina Frota de Oliveira; Adriana Cristina da Silva e Souza; Adriana Cristina dos Santos Vieira; Adriana Farias Ruiz; Adriana Lima Sampaio da Silva; Adriana da Silva Borges; Adriana de Fatima Diniz Souza; Adriana de Lima Granza; Adriana de Oliveira Ribeiro; Adriana de Souza Paula
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

027.919/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alexandre Dutra Ferreira; Alexandre Edson Perin Wentz; Alexandre Egger Magalhaes; Alexandre Fonseca de Sa Porto; Alexandre Gama Tessinari; Alexandre Geraldo Pio; Alexandre Irigiyen Vander Velden; Alexandre Jose Ferreira; Alexandre Lima Real; Alexandre Malzoni Teixeira; Alexandre Martins Simoes Alvim; Alexandre Mascarenhas Souza; Alexandre Mouza Rodrigues; Alexandre Nilba Ferreira; Alexandre Pereira Rizzo; Alexandre Perez Fernandes; Alexandre Ramos da Silva; Alexandre Sales Sacramento; Alexandre de Almeida Cabral; Alexandre de Oliveira Torres
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

027.923/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Aline Tavares Monteiro; Aline Toledo; Aline Vitaliano Leal; Alison Sanches Krinski; Alisson Goncalves Barbosa; Alisson Henrique Freire Vilela; Alisson Luis Batista Feliciano; Alisson Marinho dos Santos; Alisson Rebelo Swinka; Alisson Wolf Machado; Allamarvyn Cardoso Silva; Allan Abreu Conceicao; Allan Fernandes Costa; Allan Junior Silva Rodrigues; Allan Lopes Soledade; Allan Max de Oliveira Moraes; Allan Phellipe de Souza Cruz; Allan Rodrigues Torres; Allan Rudney Correia da Silva; Allana Chrystine Tavares Ferreira
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

027.928/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessadas: Ana Carolina Gadelha Gontijo Vasconcelos Barros; Ana Carolina Gomes Sobreira; Ana Carolina Gomes da Costa; Ana Carolina Goncalves Pereira; Ana Carolina Miranda Nunes; Ana Carolina Moreira Santana; Ana Carolina Nascimento Medeiros; Ana Carolina Pereira Ferreira; Ana Carolina Pereira da Silva; Ana Carolina Ramalho do Valle Goncalves; Ana Carolina Santana Silva Souza; Ana Carolina Sardinha Carvalhaes Andrade Paes; Ana Carolina Silva Pereira; Ana Carolina Soares Alves; Ana Carolina Soares Iabelka; Ana Carolina Soares Mendonca; Ana Carolina Vicente Rodrigues; Ana Carolina de Souza; Ana Caroline Berto Siqueira; Ana Caroline da Silva Lopes
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

027.933/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ananda Santos Pamponet; Ananias de Sousa Pedroso; Anathalia Amelia do Espirito Santo Varejao; Andebergue Michel Xavier Rodrigues; Anderson Albino Borges de Medeiros; Anderson Batista da Silva; Anderson Benvindo de Oliveira Lins Pereira; Anderson Carlos de Sousa Oliveira; Anderson Carvalho da Silva; Anderson Cayme Santos Silva; Anderson Cleiton dos Santos Schmidt; Anderson Cristian Dias de Oliveira; Anderson Cristian de Freitas Lima; Anderson Facco Pinheiro; Anderson da Silva Goncalves; Anderson de Avila; Anderson de Avila Dias; Anderson de Castro Teixeira Ribeiro; Anderson de Queiroz Silva; Anderson de Souza Ferreira
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

027.936/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Andre Henrique Cordeiro Furtado; Andre Henrique Lopes de Miranda; Andre Henrique Mormello; Andre Israel Werneck Miranda; Andre Lima Quinones; Andre Luis Borges Martins; Andre Luis Brandizzi Bengaly; Andre Luis Coelho Joaquim; Andre Luis Gomes; Andre Luis Oliveira da Hora; Andre Luis Veloso de Oliveira; Andre Luis de Almeida Rodrigues; Andre Luis de Carvalho; Andre Luiz Almeida Barros; Andre Luiz Bomfim Souza; Andre Luiz Calazans de Oliveira; Andre Luiz da Costa Tavares; Andre Luiz da Silva; Andre Luiz da Silva Manoel; Andre Luiz de Assis Moura
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

027.941/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Angelo Silva Matias; Ani Borchartt de Barros; Aniel Mayk Barroso de Sousa; Aniele Bruna Cavalcanti de Queiroz; Anna Beatriz Vieira Palmeira; Anna Carolina Antunes Duarte; Anna Caroline Lima Costa; Anna Caroline da Silva Francisco; Anna Claudia Lenzi; Anna Paula Fernandes Cardoso; Anna Raquel Alves de Miranda Gomes; Annapaullinna da Silva Costa Lima; Anne Caroline Costa; Anne Caroline Mello Ribeiro; Anne Elisabete da Silva Americo de Brito; Annelise Thomaz Gomes Araujo; Anselmo Barros do Nascimento; Antenor Jeronimo Leite Filho; Anthony de Castro Clein; Antonia Ana Lene Vieira dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

027.946/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Antonio Salviano da Silva Junior; Antonio Thyago Teixeira Jales; Antonio Wagner Pereira; Antonio Wibson Rodrigues da Silva; Antonio Wilson Velasco Castro; Antonio Yan Menezes Cavalcante Delmiro; Aparecida Martins de Souza; Apolonia Castelo Branco Daniel; Apolonio da Cruz; Aquiles Piraine Fraga; Aquiles Ribeiro Silva; Aralyn Tyara Nascimento Pires; Arelly Cecilia Silva Padilha; Ariadne Mazieri de Moraes; Ariadne Samara Azevedo Cruz Farinea; Ariana Lima Jesus; Ariane Aparecida Chagas Maia; Ariane Cristina Batista; Ariane Daniela Sant Anna; Ariane da Silva Paim
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

027.951/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Avani de Andrade Pereira; Axinia Hungria Silva; Ayane Marques de Azevedo; Ayanni Mayara Seabra Lima; Ayllu Duarte Acosta; Baby Anderson Geraldo Siqueira; Barbara Amatuzi; Barbara Bezerra Milanez; Barbara Cantoni Loprete; Barbara Cristiane Alcides da Costa; Barbara Cristina dos Santos Reis Faria; Barbara Ferreira Bueno; Barbara Ferreira de Freitas; Barbara Gomes Vicente; Barbara Krause Laporte; Barbara Leandra do Espirito Santo Ramos; Barbara Melyssa Barroso Martins Sales; Barbara da Rocha Cogo; Barbara de Souza Nunes; Barbara de Souza Viana
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

027.959/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Bruno Dias Gurgel do Amaral; Bruno Eduardo Pereira dos Santos; Bruno Felipe Barbosa dos Santos; Bruno Francisco Cruz; Bruno Goncalves de Oliveira; Bruno Guilherme dos Santos; Bruno Gustavo Queiros de Oliveira; Bruno Heleno Barradas Dias; Bruno Henrique Meira Batista; Bruno Henrique Nogueira de Oliveira; Bruno Henrique Oliveira de Lira; Bruno Joaquim de Sousa; Bruno de Kemartan Lima Barreto da Rocha; Bruno de Oliveira Rocha; Bruno de Oliveira Sales; Bruno de Sena Ferreira; Bruno de Siqueira Ricciotti; Bruno de Souza Gomes; Bruno de Souza Pacheco Jalles; Bruno dos Santos Costa
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

027.961/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Bruno Sanches Garcia; Bruno Santa Rosa da Silva Lima; Bruno Santos Paulista; Bruno Santos Taranto; Bruno Schluter Vasconcelos; Bruno Serpellone; Bruno Sigolo Coury; Bruno Silvino Matias; Bruno Sousa dos Santos; Bruno Souza Fahd; Bruno Vidotti; Bruno Vinicius Ferreira Silva; Bruno Vinicius da Silva; Bruno Vinicius do Carmo; Bryan Joseph Rott; Caio Cesar Teixeira Araujo Laine; Caio Charles de Albuquerque; Caio Daniel Nascimento dos Reis; Caio de Alencar Coelho; Caio de Faria e Siquieroli
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

027.969/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Carlos Eduardo Batista de Oliveira; Carlos Eduardo Borges da Silva; Carlos Eduardo Collares da Silva; Carlos Eduardo Goncalves; Carlos Eduardo Meneses; Carlos Eduardo Nunes Pinheiro de Matos; Carlos Eduardo Santos Machado; Carlos Eliezer de Almeida Bueno; Carlos Erlanges Fonseca de Oliveira; Carlos Estevam Sousa Silva; Carlos Fabio da Silva Barbosa; Carlos Felipe Christmann Stoll; Carlos Felipe Soares de Farias; Carlos Felipe da Luz Neto; Carlos Fernando de Melo e Silva; Carlos Frederico Marques Silva; Carlos Galeno Ladeira Pereira; Carlos Gean da Silva Rosa; Carlos Glauber Dolla; Carlos Gomes Maldonado Atiare
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

027.972/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Carolina Moreno; Carolina Oliveira dos Santos; Carolina Pereira Ribeiro; Carolina Ribeiro Nunes; Carolina Rocha; Carolina Santos Prata; Carolina Santos de Figueiredo; Carolina Silva Contessa; Carolina Soares da Silveira Pereira; Caroline Amparo Ferreira; Caroline Barbosa da Silva; Caroline Bonfim Silva e Silva; Caroline Cristine Aguiar; Caroline Danezio Barcelos; Caroline Dutra Silva; Caroline Figueiredo Mendes Jesus; Caroline Goncalves dos Santos; Caroline Kussler; Caroline Lima Silva; Caroline de Brito Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

027.979/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Claudia Cesari Minelli Campagnani; Claudia Cristina Nogueira Silva; Claudia Eugenia Lopes da Silva; Claudia Martins Dias; Claudia Ramos; Claudia Regina Dantas Paulino; Claudia Rejane Muniz Bezerra; Claudia Tais Teixeira Santos; Claudiane dos Santos Pereira; Claudiberto Conceicao Santos; Claudio Antonio Vieira da Silva; Claudio Cesar Gottfried dos Santos; Claudio Cristhiano Barbosa de Lemos; Claudio Fabiano Silva; Claudio Felipe Cabral Storino de Melo; Claudio Henrique Oliveira da Silva; Claudio Lacet Belfort Mourao; Claudio Luiz Sales Brasil Correa; Claudio Marcio de Lima Joaquim; Claudio Marcio de Sousa Bastos Junior
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

027.981/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Clecia da Silva Tojal; Cleia Andreia dos Santos; Cleia Martins da Fonseca; Cleia dos Reis Carvalho; Cleicianne do Nascimento Lima; Cleid Mara Saraiva dos Passos; Cleidiane Soares Leitao Pereira; Cleildes Nascimento de Oliveira de Barros; Cleiton Jose Constantino Machado; Cleiton Waldemir Monteiro Pompeu; Clelton Carneiro Teixeira; Clemison Santos da Silva; Clenilson Rodrigues da Costa; Cleobe Jair de Andrade; Cleobula Rodrigues do Amaral; Cleody de Almeida Santos; Cleone Ferreira Gomes; Clerisson Ramon Santana da Silva; Cleriston Ferreira de Santana; Clesio da Silva Santana
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

027.985/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Cristina Goncalves dos Santos; Cristina Pereira de Lima; Cristina Pereira de Souza; Cristina Romeiro de Souza; Cristina Santos da Silva; Cristofer Ramos Moreira; Cristoph Klug; Cristovao Halisson Marinho dos Santos; Cynthia Meneses Cintra; Cynthia Oliveira Felix dos Santos; Cyrus Cercilier Brasil; Daiana Leao Nascimento; Daiana Silva da Costa; Daiana Vaz Torres; Daiane Alves Martins; Daiane Batista de Souza; Daiane Carolina Lachovicz Silva; Daiane Carvalho Moreira; Daiane Dalazuana; Daiane Felicetti
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

027.991/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Daniela Pereira Rosa; Daniela Rodrigues de Souza; Daniela Santa Rosa Rodrigues; Daniela Sodre Xavier; Daniele Araujo de Menezes; Daniele Borges Silva; Daniele Cristina de Lima; Daniele Daiane Pereira; Daniele Imaculada Pereira de Paula; Daniele dos Santos Ferreira; Daniella Christina da Silva Leite de Carvalho; Daniella Czamanski Pizzino; Daniella Elen Rodrigues Barbosa; Daniella Medeiros Silva Uchoas; Daniella Rodrigues Borges; Daniella Sales e Silva; Daniella Souza de Oliveira e Silva; Daniella das Gracas Barros; Danielle Aline Carniel; Danielle Buzaglo Cahet
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

027.997/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Debora Costa de Faria; Debora Cristina da Silva Rigaard; Debora Cristina da Silva Rodrigues de Lima; Debora Duarte Rangel; Debora Ellen Gomes da Silva; Debora Figueiredo; Debora Goncalves Sobrinho; Debora Holz; Debora Karine Gomes Araujo; Debora Martins Farias; Debora Mascia Callegari; Debora Recoliano; Debora Suzana Pinheiro de Oliveira; Debora Teixeira Lemos de Carvalho; Debora de Andrade Ataide Fernandes; Deborah Maria Monteiro de Freitas; Debson Eurico Pereira dos Santos; Deilson Antonio Sunderhus Pinto; Deise da Silva Dorea; Deise de Brito Mello
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

028.003/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Diego Valente Pereira; Diego Vaz Montenegro; Diego Wallace Magalhaes Sales; Diego Wellison Siqueira Rodrigues; Diego Wilker Bezerra Furtunato; Dieise Reis Lima da Silva; Dieison

Candido Ribeiro do Carmo; Dieisson Andre Mergen Teles; Diele Aparecida Mendes da Silva; Dihego Barros Candeias; Dilcelene dos Santos; Dilma Adrian Silveira; Dilma Advincula Abreu; Dilvane Silva Trindade; Dimas Vieira de Almeida Ferreira; Dina de Souza Aragao; Diogenes Moraes da Costa; Diogo Alves de Alcantara Diniz; Diogo Bacelar Pontes Melo; Diogo da Silva Pinto
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

028.006/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Douglas Diego do Monte; Douglas Diego do Monte; Douglas Fernando Calado de Lima; Douglas Henrique Nunes de Oliveira; Douglas Martins Duarte; Douglas Medeiros da Silva; Douglas Oliveira Bona; Douglas Peres Pimentel; Douglas Pierre Leal de Araujo; Douglas Silva Barros; Douglas Silva de Oliveira; Douglas Tavernard Amaral; Douglas Willian Aguiar da Silva; Douglas Yuri Cavalcanti Sobreira; Douglas de Lima Mello; Douglas de Souza Carvalho; Douglas de Souza Pires; Douglas do Nascimento Sampaio; Dreyton Luft; Duanny Alvarenga Leal Melo
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

028.011/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Eduardo Fernandes Duarte Soares; Eduardo Ferreira da Silva; Eduardo Franca dos Santos; Eduardo Gomes Lo Russo; Eduardo Gomes de Oliveira; Eduardo Heidi Odani; Eduardo Henrique da Silva Araujo; Eduardo Levi Chaves Barbosa de Oliveira; Eduardo Luis Correa da Silva Gomes; Eduardo Luiz de Sousa Soares; Eduardo Mateus Souza Rovaris; Eduardo Milani Campana; Eduardo Mitsuo Hirayama; Eduardo Moura Freitas; Eduardo Pereira Lopes da Silva; Eduardo Pezzi Gil de Souza; Eduardo Pinheiro Marques Campos; Eduardo Rebelo Goncalves; Eduardo Rohden Reis; Eduardo Roque de Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

028.014/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Elcimar Dutra Rodrigues; Elcimar Goncalves da Silveira; Elcio Antonio Garcia Junior; Elcio Monteiro de Souza; Elda de Souza Tuler de Miranda; Eleale Roberto Oliveira da Silva; Elen Cristina Woehl de Brito; Elenaldo Torres do Nascimento; Elenice Yoshimi Kobiraki; Elenilce Oliveira Freitas Abreu; Elenilde Osorio Candido da Silva; Elenir Margarida dos Anjos; Elenira Ribeiro Assuncao da Silva; Elenita Marques da Silveira Peres; Elenize Maria de Melo Costa; Elessandro Cardoso de Araujo; Elgler Stefania Pires Peixoto; Eli Laise dos Santos de Deus Silva; Eli Marcos dos Santos e Santos; Eliade da Silva Barreto
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

028.021/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Emily Bastos Correa Lira; Emir Pires Ferreira; Emmanuel Feliphy Moreira Gomes; Emmanuel Marvell Coelho; Enderson Luiz da Silva Castro; Eneas Miguez de Miranda Oliveira; Engler Ribas da Cruz; Enio Darlyson de Farias; Ennielly Krislayne Lopes; Enoque Oliveira Queiroz; Enrico Luigi Scatolino Mendonca; Eraldo Arruda Lima; Erenilson Batista de Freitas; Eric Oliveira Silva; Eric Vieira Cano; Erica Barbosa de Alencar; Erica Cristiane Lima; Erica Cristina de Oliveira; Erica Lorena dos Santos Sacramento; Erica Maia Gaziola
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

028.024/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Esmyle Brito Lobo; Estefane Cristina Castro Rosario; Estefson Peixoto Pereira; Esteva Maria Krinski; Estevao Soares de Souza; Esther Christina Rodrigues Goncalves; Etiane Alexandre Nantes; Etiane Rodrigues Ferraz; Etna de Oliveira Lima; Euderly Araujo Marques; Eudivanio Lopes da Silva; Eudizia Maria Pardinho Silva; Eudrey Deneuve Spanhol Costa; Eudvam Ferreira Melo; Eugenia Miranda Aguiar; Eugenio Felipe Rocha de Carvalho; Eugenio Glauber Rocha Sarmento; Eugenio Marcelo de Assis Pereira; Eugenio Marcos Ribeiro da Silva; Eula Paula da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

028.028/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Fabio Andrade de Castro; Fabio Antonio dos Santos; Fabio Archanjo Nunes Coelho; Fabio Augusto Pereira Batista; Fabio Diogo de Lima Fonseca; Fabio Felix de Aquino; Fabio Fonseca Peixoto; Fabio Fonseca Vieira; Fabio Henrique Lira Costa; Fabio Jorge Rocha de Medeiros Barros; Fabio Jose Ferreira Pimentel; Fabio Jose da Silva; Fabio Kiyoshi Watanabe; Fabio Lucas Silva Fernandes; Fabio Luiz Tavora Carvalho; Fabio Maikel Lubenov; Fabio Martins Borba; Fabio da Silva Shimura; Fabio de Lima Marioti; Fabio de Oliveira Soares
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

028.035/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Fernanda Honorio Tortato; Fernanda Manoela Becker de Castilhos; Fernanda Manuely Gil de Souza; Fernanda Maria de Araujo Silva; Fernanda Marques Guimaraes Rodrigues; Fernanda Mesquita Veiga; Fernanda Monteiro Batista Simoes; Fernanda Paula dos Reis; Fernanda Rangel Monteiro; Fernanda Samila Morais Alves; Fernanda Sarmento Vilarins; Fernanda Senra Victor; Fernanda Silva Oliveira; Fernanda Silva de Abreu; Fernanda Silva de Medeiros Ribeiro; Fernanda Silveira Squariz; Fernanda Silveira de Miranda; Fernanda Voga Pereira; Fernanda Xavier Novack Arrais; Fernando Alchapar da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

028.038/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Fernando Mendes Cordeiro; Fernando Mendes Silva; Fernando Nunes da Silva; Fernando Otoni Franco Melo; Fernando Pereira Castelli; Fernando Pereira Nunes; Fernando Pereira dos Santos e Silva; Fernando Plischk Siqueira; Fernando Ralfer de Jesus Oliveira; Fernando Roberto Bezerra Lima; Fernando Rodrigues Porto; Fernando Santos de Carvalho; Fernando William Carvalho Reis; Fernando Ygor Fernandes Fonseca; Fhellipe Diego Santos Feitosa; Filipe Alexandre Lopes Marcheni; Filipe Augusto Ferreira Santos; Filipe Borges Brandao; Filipe de Abreu Saraiva; Filipe de Araujo Lourenco
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

028.044/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Francisco Fagner Sabino Alves; Francisco Glerison da Silva Nascimento; Francisco Gustavo Pinto Ribeiro; Francisco Haliton Menezes Castelo Branco; Francisco Igor da Luz Cavalcante; Francisco Jairo Pinto Santos; Francisco Jose Leonardo Fernandes; Francisco Jose Lima da Silva; Francisco Jose Mendes Silva; Francisco Jose da Silva Brito; Francisco Junior; Francisco Marcelo Bezerra de Oliveira; Francisco Marcos Silva Barbosa; Francisco Maxwell Goncalves dos Santos; Francisco Nacio de Azevedo Gomes; Francisco Paulo Anastacio Junior; Francisco Paulo Rodrigues Lira; Francisco Rafael de Sousa Silva; Francisco Ramon Soares Silva; Francisco Raoni de Santiago Moreira
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

028.051/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: George Bruno Correia Costa; George Carvalho Corado; George Luis Ferreira Lima; Georges Sleiman Ghazi Junior; Georgia Emmanuela Vieira de Souza; Georgia Vieira de Alencar Ceo; Georgina Fernandes Silva; Georgina Gomes de Carvalho; Georgina dos Santos Andrade Neta; Geovane Gomes de Oliveira; Geovane Louredo da Silva; Geovane Santana de Araujo; Geovani Junio Fidelis da Costa; Geovani Nunes Nogueira; Geovani Pereira Sidonio; Geovani de Souza Marconi; Geovanni Ribeiro Loiola; Geralda Maria de Brito Gonzaga; Geraldo Felipe dos Santos; Geraldo do Nascimento Bernardo Junior
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

028.053/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Gessica Guedes Lisboa; Gessica Priscila dos Santos Leonel; Getulio Aparecido dos Santos; Getulio Bruno Alencar da Costa; Getulio Freire Bezerra; Geyson Alan de Sousa; Geyza Mara Pereira Holanda; Giamarlo Acioli Martins; Giancarlo Danves de Araujo; Giancarlo Lima de Godoi; Gianine Veloso Gomes Correia; Gianni Glenna Nascimento Leda; Gicele Pitol Fernandes; Gicelia Maria Cardoso Figueiroa; Gil Glebson Gomes da Silva; Gilberto Baroni da Cruz; Gilberto Candido Alves Junior; Gilberto Macedo de Aquino; Gilberto Marcos Goncalves Campos Barbosa; Gilberto da Mota Martins Junior
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

028.059/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Grazielle Fernanda de Souza Martins; Grazielly Santos Reis; Gregorio Carlos de Simone; Gregory de Sousa Soares; Greici Ribeiro Cosman; Greiciele Ricardo Sales; Grenda Sameire do Nascimento Santos; Griziele Vanessa Perin Dammann; Guacira Maria Rodrigues Oliveira; Guerrando Palei Junior; Guilherme Balbino Ribeiro Cabral; Guilherme Belisario dos Santos; Guilherme Bianchini; Guilherme Borges Leao; Guilherme Borges Vilar; Guilherme Borges dos Santos; Guilherme Botta Goncalves; Guilherme Brandao Pinto; Guilherme Clemente Novaes Ferreira; Guilherme Coelho
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

028.062/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Gustavo Vinicius Pinto da Silva; Gutierry Silva dos Santos; Guttenberg Alves Bezerra; Gyl Dayanna Alves de Carvalho; Hadassa Zaine Teixeira Barbosa; Haila Mirella Rios de Oliveira; Halisson Lafayete de Jesus Pinheiro; Hallana Cristyna Garantizado dos Santos; Hamilton D Alcantara e Almeida; Hamilton Lucas Neves Dias; Hamilton Moreira e Silva; Hanah Ingred da Silva Costa; Hananias Souza Santana; Hannele Lima Vieira; Hans Donner Gomes da Mota; Hans William dos Santos Silva; Harllei Ueus da Silva Oliveira; Harold de Sena Tavares; Hartur Marcel Torres da Silva; Hayala Danielle da Silva Mesquita
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

028.068/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Huilma Damiana Fracasso; Humberto Miranda de Carvalho; Humberto Neri Braz Vilela; Humberto Von Borowski; Humberto do Bomfim Luz; Hury Augusto Cruz Maciel; Iago Augusto Gomes Gerais Canedo; Iago Dias dos Santos; Iago Pablo Freitas Oliveira; Iamila Andrade de Souza; Ian Tomas Alves Ferreira; Iana Gomes de Lima; Iane Leite Pinheiro Luz; Ianna de Oliveira Santos; Ianny de Souza Andrade; Iara Celli Alves de Araujo; Iara Elisa Pereira de Almeida; Iara Henrique da Silva; Iara Marchezi da Silva; Iara Rodrigues Soares
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

028.071/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Inaldo Brito Nunes; Indati Barros Gibson Simoes; Indianara Ignacio Milkievicz; Indiane Rodrigues da Costa; Ines da Silva Barbosa; Ines dos Santos Rufino; Ingrid Carmeline de Oliveira Rodolfi; Ingrid Duarte Silva; Ingrid Gisele Justus; Ingrid Grace Soares Celestino; Ingrid Scudler Schleich; Ingrid Vianna dos Santos; Ingrydy Patrycy Schaefer Pereira; Inocencio Soares do Rosario; Ioanna Natsoulis; Ione Terezinha Noronha; Iracema de Souza Alves; Irae Teixeira da Rocha Santana; Iraildo Gomes dos Santos; Irassamia de Araujo Castro
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

028.075/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Italo Rocha Medeiros; Italo Rodrigues da Silva; Italo Silva Sousa de Oliveira; Itamar Sales Bezerra de Menezes; Itamara dos Santos Ribeiro; Itanajara Neves; Ithalo Eric de Carvalho Silva; Ittalo Nyxon Sousa Costa; Ituari Pinheiro dos Santos; Iuri Medeiros Sacerdote; Iuri Rafael dos Santos Monteiro; Ivan Carlos Alves de Sousa Nunes; Ivan Carlos Silva Melo; Ivan Felizardo de Oliveira Ruela; Ivan Gomes da Silva Viana; Ivan Kastikas; Ivan Laranjeira Dourado; Ivan Rodrigues; Ivan Santos Araujo; Ivan Sergio Kurtz
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

028.080/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Janaina Alves de Andrade; Janaina Bianque do Nascimento Abreu; Janaina Costa Meireles; Janaina Cristine de Sena Moraes; Janaina Elvira Marinho Leao; Janaina Evangelista de Paula; Janaina Gawlinski Becker; Janaina Goch Alves; Janaina Mayra Silva de Oliveira; Janaina de Fatima Fontes dos Santos; Janaine Bezerra de Lima; Janaine Cristiane Caldas Cantao; Janari Lobato Cunha; Janayna Daylla Feitosa de Menezes Goncalves Silva; Janderson Lemos de Araujo; Janderson Meireles Bezerra; Jandira Margarete Teixeira Dutra; Jandui Teresinha Matheus; Jane Cordeiro Souza; Jane Maria Scepanski
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

028.085/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Jerusa Tais Eichelberger; Jerusalem Amaro Teixeira; Jesimiel Candido da Silva; Jesleni Vieira de Souza; Jesse Taveira Santos; Jesse de Sousa Mourao; Jessica Amaral Pereira Fortes; Jessica Anali da Silva; Jessica Brum Barancelli; Jessica Caroly Barros da Silva; Jessica Carvalho e Silva; Jessica Cristina da Costa; Jessica Cristina de Oliveira Marques; Jessica da Costa Vasconcelos; Jessica da Silva Oliveira; Jessica da Silva Salu; Jessica de Carvalho Ramos; Jessica de Carvalho Schroeder; Jessica de Holanda Santos; Jessica de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

028.088/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Jhonnatan Minerva de Abreu; Jhonnatta Soares Brasao; Jhuli Dayane Correa da Silva; Jiancarlu Alves de Melo; Jivago Teston Capra; Jivago Willrich; Joab Venancio da Silva; Joabe Pereira Ferreira; Joabson Melo Silva de Aquino; Joaci Matos dos Santos; Joacir Brighente; Joacir Disnei Benetti; Joadir Leite Pimenta; Joalisson de Almeida Santos; Joana Darc Lima Santos; Joana Darc Sampaio Silva de Oliveira; Joana Parmigiani das

Chagas; Joao Abel Pasini Leandro; Joao Alberto de Magalhaes Franco; Joao Andre Setubal de Andrade
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

028.094/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Johny Farias da Silva; Johny Max Pereira de Sousa; Joice dos Santos Vila Verde; Jonas Antonio Cardozo Stocker; Jonas Brito de Melo; Jonas Eloi de Vasconcelos Filho; Jonas Jacob Amancio; Jonas Tavares Silva; Jonatan Lucas da Conceicao e Silva; Jonatan Venancio Neves; Jonatan dos Santos Pereira; Jonatas Dorneles Lourenco; Jonatas Gomes de Souza; Jonatas Jose de Oliveira; Jonatas Lima de Araujo; Jonatas Martins Pessoa; Jonatas Negrao Cardoso Junior; Jonatas Rodrigues Perote; Jonatas da Costa Gama; Jonatas da Silva Abreu Aarao
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

028.098/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Jose Alexandre Castro Gama; Jose Alexsandro de Oliveira Pereira; Jose Alison Baracho da Silva; Jose Alves Rodrigues Junior; Jose Amaro Patricio; Jose Antonio Leandro Costa; Jose Arian da Cruz Costa; Jose Armindo Aguiar Batista; Jose Augusto Teixeira Almeida; Jose Bosco Ferreira de Sa Junior; Jose Campos Fialho Junior; Jose Carlos Agrassar Magalhaes; Jose Carlos Barros de Moraes; Jose Carlos Schreiner; Jose Carlos da Silva; Jose Carlos de Moraes; Jose Castro Ribeiro; Jose Claudio dos Santos Costa; Jose de Anchieta Barboza Junior; Jose de Assis dos Santos Junior
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

028.104/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Josiane Grilo; Josiane Medeiro do Nascimento; Josiane Miguel da Silva; Josias Ramos da Silva; Josieli Xavier da Silva; Josilene Pereira dos Santos; Josilene Silva Oliveira; Josilene do Vale Silva; Josimar Santos Fernandes; Josimar de Oliveira Gomes; Josimeire Aparecida Pereira; Josimeire Kamyle Rocha; Josinaldo de Assis dos Santos; Josivan de Jesus Soares Viegas; Josue Felipe Bezerra Junior; Jovenilton Conceicao Rosa; Joyce Dyanna Silva Ferraz; Joyce Fernandes da Conceicao Pinheiro; Joyce Kelly Araujo de Aguiar; Joyce Mara Oliveira Quintanilha
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

028.109/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Juliane Patricia Esteves; Juliane Roberta Santos Moreira; Juliane Santos Ribeiro; Juliane Verissimo Albuquerque Lima; Juliano Anderson de Lima Ferreira; Juliano Combat Teixeira da Mota; Juliano Gomes de Lima; Juliano Plavak; Julieta Idalina Harue Hayashi da Costa; Juliete Albino Viana; Julio Campos Fontes de Alvarenga; Julio Cesar Candido da Silva; Julio Cesar Carneiro Farias; Julio Cesar Ferreira; Julio Cesar Gica Margonato; Julio Cesar Mioto; Julio Cesar Sanches Silva; Julio Cesar de Oliveira; Julio Prado Silva; Julius Henrique Ribeiro de Araujo e Santana
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

028.114/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Kaue Soares de Brito Simoes; Kayomara de Oliveira Menezes; Kayra Dantas Chrisostomo; Keila Aparecida Garcia Portela; Keila Tatila Souza Santos; Keila Valente de Souza; Kelber Monteiro de Andrade; Kelen Beatriz da Silva; Kelen Ruth de Oliveira Belas Nascimento; Keliane Elionay da Costa Lima; Kelisson de Abreu; Kellen Beatriz Cardoso Botelho; Kelly Christina Mateus Gontijo; Kelly Christine Vital Chaves; Kelly Cristina Corgosinho Silva; Kelly Cristina da Rocha Struck; Kelly Cristina de Assis; Kelly Silveira da Silva Bueno; Kelly dos Santos; Kelma de Alencar Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

028.117/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Laesse Rodrigues da Silva; Laiana Aveiro de Carvalho; Laiane Jesus do Espirito Santo; Laila Bueno Siqueira; Lailson Batista do Nascimento; Lais Aguiar Leite; Lais Bianca Oliveira Godinho; Lais Buery Cavalcante Rego; Lais Cahete Figueiredo Silva; Lais Conceicao dos Santos; Lais Eluana Vieira Cavalcante; Lais Goncalves Vitorino; Lais Machado dos Santos; Lais Michele Campos Neves; Lais Paloma Alves de Oliveira; Lais Regina Santos Oliveira; Lais Sardi Martins; Lais da Silva Santos; Lais de Oliveira Viana; Lais de Sousa Lima
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

028.125/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Leonardo Garcia Carneiro; Leonardo Guimaraes Fausto de Campos; Leonardo Jose Arcolini; Leonardo Kenji Mendonza Takagi; Leonardo Lage Povoa; Leonardo Landeira; Leonardo Leite Rodrigues; Leonardo Maranhao Santos Mendonca; Leonardo Moreto Ribeiro; Leonardo Paixao de Paulo; Leonardo Queiroz Sant Ana; Leonardo Ribeiro dos Santos; Leonardo Rittes Pereira; Leonardo Rodrigues Brito Lima; Leonardo Ronny Fernandes; Leonardo da Silva Miranda; Leonardo de Albuquerque Moraes; Leonardo de Jesus Marinho Viana; Leonardo de Souza Polli; Leonardo de Souza Vilante
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

028.129/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Lilian Emy Maruyama; Lilian Evangelista Goncalves; Lilian Janaina Nascimento Queiroz; Lilian Karla Gomes Maluf; Lilian Karla Natali Amorim; Lilian Maria dos Reis Santos; Lilian Monteiro Silva; Lilian Natieli da Silva; Lilian Parreiras Martins; Lilian Renate Fischer; Lilian Rosa dos Santos Hussain; Lilian Vieira de Moura Sousa; Lilian de Jesus Dias; Liliane Chaves da Silva; Liliane Guimaraes Moraes; Liliane Magalhaes de Oliveira; Liliane Neves de Souza; Liliane Ribeiro Sacramento; Liliane da Silva Alves; Liliane de Almeida Barros
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

028.132/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Lorena Silveira Cardoso; Lorena Soares Silva; Lorena Sofia Marcelino Goncalves; Lorena Thallita Gaspar; Lorena Viese de Azevedo; Lorenne Santana Cunha; Lorhaine Santos Silva; Lorrana Tavares Moreira; Lorrana de Lima Silva; Lorrayne Rodrigues da Silva; Louise Martins da Silva Dias; Lourdes Cristina Porfirio da Silva; Lourenço Pessoto; Lourival Borges de Aguiar Junior; Lourival Lima da Silva; Lourival Nogueira Assuncao Neto; Loyane Felix Nascimento; Lua Gabriel Serafim da Silva; Lua Santos Matos; Luan Amador de Assis
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

028.139/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Luciana Oliveira dos Santos; Luciana Ponciano; Luciana Rocha Quintas; Luciane Conforto Reis; Luciane Fernandes de Souza; Luciane Moreira Leite; Luciane Rodrigues de Almeida Conceicao; Luciane Thaty Pinheiro Reis; Luciane de Sousa Oliveira; Luciane dos Santos Boneli; Lucianna Souza Pinto; Luciano Araujo Nascimento; Luciano Barbosa Matias de Oliveira; Luciano Calado Bezerra de Oliveira; Luciano Ferreira Santos; Luciano Francisco Ferreira; Luciano Maia dos Santos; Luciano Sadaomi Takahashi; Luciano de Oliveira Costa; Luciano dos Santos Junior
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

028.141/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Lucrecia Ferreira Cabral dos Santos; Ludimila Rogado da Silva; Ludimila Veronica Silguero Deconto; Ludmila Almeida Correa; Ludmila Anunciacao Nascimento; Ludmila Elisa de Oliveira; Ludmilla Grazielle de Magalhaes Batista Cordeiro; Ludmilla de Moura Silva; Ludovico Muniz Lima; Lues Tania Figueiredo Carrijo Silveira; Luhara Merchan Vargas Fernandes; Luice de Matos Vieira de Almeida; Luis Antonio Morabito; Luis Augusto Siqueira de Oliveira; Luis Carlos Barros Ribeiro Filho; Luis Eduardo Duarte Fernandes; Luis Eduardo Machado; Luis Eduardo Wiggers Paiva; Luis Fagner da Silva Mourao; Luis Felipe Monteiro Matos
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

028.146/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Luzardo Braga Ramos; Luzenilce Moraes Pereira; Luzia Tatiane Gomes dos Santos; Luziane Pacheco Miranda; Luziangela Cristina de Sousa Lima; Luzimar Gomes de Lima; Luzinete Severina do Monte; Lydia Thamiris Pereira dos Santos; Lygia Raaby Juvencio de Araujo; Lylian Ferreira Brandao; Lyzete Maria de Oliveira; Mabel Boaventura de Assis Nunes; Maciel Vagner Alves Batista; Madson Patrick Abitbol da Cruz; Maeli Machado do Nascimento; Mafisson do Nascimento Souza; Magali Pereira do Carmo Cuppone; Magaly Dumas Damasio; Magdalena Kikuyo Canedo Kajiwara; Magno Avelino Fernandes de Araujo
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

028.150/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Marcela Gomes Agostinho de Lemos; Marcela Lima Ferreira; Marcela Martins Ferreira; Marcela Nogueira de Barros Mesquita; Marcela da Silva Nogueira; Marcela da Silva Sinfronio; Marcela de Souza Filizola; Marcelaine Gloria Nascimento de Souza; Marcelino Marques Fernandes; Marcelino Nicolas Kozak; Marcelio Lopes Rodrigues; Marcella Azevedo Nunes; Marcelle Gualtieri Honorio Pechincha; Marcelle Novaes Andrade; Marcello Campos Adad; Marcello Mendonca Silveira; Marcello da Costa Schuabb; Marcello da Silva Brandao; Marcelo Adriano do Nascimento; Marcelo Alexandre de Barros
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

028.156/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Marcio Gandhi Figueiredo Temoteo; Marcio Gil de Carvalho; Marcio Gomes da Silva; Marcio Jean Ferreira da Encarnacao; Marcio Jorge de Morais; Marcio Jose Severino; Marcio Junio Alves Rodrigues; Marcio Luciano Ferreira de Sa Filho; Marcio Machado Estevao; Marcio Oliveira Santos; Marcio Resende Santos; Marcio Ricardo Duarte; Marcio Rogerio da Silva Lisboa; Marcio Silva Correa; Marcio Silva Vasconcelos; Marcio Vinicius Santos Neves; Marcio Vital Borges da Silva; Marcione de Souza Barbosa; Marco Antonio Emerick Campos; Marco Antonio de Arruda Moura
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

028.161/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessadas: Margareth dos Santos Costa; Margarida Helena Faria Rocha Cavalcanti de Albuquerque; Margarida Patricia Viana Bastos; Margreht Ana Woitschach; Mari Teresinha Silveira de Vargas; Maria Adriana de Aguiar; Maria Alcinda Barbosa de Medeiros; Maria Alice Venancio Albuquerque; Maria Andreza Rodrigues de Oliveira; Maria Antonia Rodrigues; Maria Aparecida Borges Ribeiro; Maria Aparecida Campos Santos; Maria Aparecida Rodrigues Sousa; Maria Aparecida de Brito Silva Cordeiro; Maria Arlete Nogueira Velozo; Maria Carolina Dias da Silva; Maria Carolina Monteiro de Almeida; Maria Carolina Veloso da Silva; Maria Cecilia Goncalves Galvao; Maria Cecilia dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

028.165/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessadas: Maria Luiza Bezerra Feitosa; Maria Luiza Doro Pereira Turci; Maria Madalena Carlos Pessoa; Maria Madalena da Silva; Maria Martha Oliveira Rocha; Maria Monica Margarida da Silva Pereira; Maria Morena Muzini Esperidiao; Maria Nagila Amorim dos Santos; Maria Natalia Braga dos Santos; Maria Neide Gomes Veloso; Maria Neide de Oliveira; Maria Neuma Paulino Santos; Maria Priscila Cavalcanti do Nascimento; Maria Raquel Bezerra; Maria Raylane Ferreira Pinheiro; Maria Regina Velozo da Cruz Oliveira; Maria Renata da Costa Damasceno; Maria Resiane Pereira Cruz; Maria Rosana Rocha da Silva; Maria Roseli Rafael Menegassi
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

028.173/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Marta Guimaraes Anacleto; Martina Luiza Pires; Mary Carla Leal Taveira; Mary Luce Cavalcante Lima da Silva; Mary Rose Araujo dos Santos; Maryane Brito Pereira; Mateus Belluca Ribeiro; Mateus Borges de Santana; Mateus Fernandes do Nasimento Filho; Mateus Ferreira Graham; Mateus Fidelis da Silva de Oliveira; Mateus Luiz Filho; Mateus Novais Siqueira; Mateus Raspante Faria; Mateus Santana de Andrade; Mateus Silveira de Oliveira; Mateus Tavares Bahia; Mateus Tavares Pinto Santos; Mateus de Albuquerque; Mateus do Amaral Bueno Arruda
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

028.174/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Mateus Vinicius Vilas Boas Fagundes; Mathaeus Lazarini de Almeida; Matheaus de Castro Almeida; Matheus Augusto Silva Zaccariotto; Matheus Breno Manfredini Frizzo; Matheus Campbell Ribeiro; Matheus Carvalhaes de Souza; Matheus Costa Neves; Matheus Edgar de Oliveira; Matheus Fagundes Nascimento; Matheus Guimaraes Couto Moreira; Matheus Henrique Furtado; Matheus Henrique Souza Bezerra de Carvalho; Matheus Henrique Triunfo Costa; Matheus de Almeida Azevedo Angelo; Matheus de Assis Andrade; Matheus de Farias Araujo; Matheus de Freitas Manso; Matheus de Oliveira Costa; Matheus de Souza Araujo
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

028.179/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Melissa Evens Barros Marques; Melissa Hancke; Mellori Santos Rocha; Melory Costa Queiroz; Melquisedeque Macedo da Silva; Menescal Gomes da Silva Junior; Mercilene Campos Vieira; Mercson Campos da Cruz; Meriluci da Silva; Messias Avelino de Lima; Meury Freitas de Oliveira Castro; Michael Costa Borges de Melo; Michael Dener Rafael da Costa; Michael Fernando da Silva; Michael Pereira Silva Americo; Michael Ray da Silva Sousa; Michael Willians Bastos Affonso; Michel Araujo Pereira; Michel Barbosa Arantes; Michel Cavassano Galvao
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800173

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

028.184/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Muanny Teixeira Nonato; Murillo Mendes Ramos; Murilo Augusto da Silva; Murilo Bruno Teles de Brito; Murilo Oliveira Souza; Murilo de Melo Picoli; Mycaella Cristina Fonseca Maia; Myke Felipe Ribeiro Santos; Myron Cesar Cardoso de Aguiar; Nadia Cordeiro Maraes; Nadia Fernanda Mayumi Haga; Nadia Luciene Ziroldo; Nadia Ribeiro dos Santos Spindola; Nadia Vanzuita Hansen; Nadja Alves Ferreira; Nadja Nara Soares de Sousa; Nadja Sobral de Santana; Nadjanara Marcal Carvalho; Nadjane Kelly Pereira de Sousa; Nadson de Oliveira Cunha
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

028.186/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Naralidia Pinheiro Figueiredo; Narriman Buriti Basilio; Naso de Souza Lima; Natali de Almeida dos Santos; Natalia Barbosa de Araujo Silva; Natalia Bittencourt Ribeiro; Natalia Carin da Silva Oliveira; Natalia Carvalho Pinheiro; Natalia Cecilia do Nascimento; Natalia Cristina Cordeiro de Medeiros; Natalia Galhasso Vieira; Natalia Isadora Marchiori; Natalia Iunskoski Marques Ramos; Natalia Januaria Cassemiro; Natalia Maria Martins Moura; Natalia Matos Barreto; Natalia Mitiko Custodio Inagaki; Natalia de Souza Salles Parente; Natalia de Souza Souza; Natalia do Valle Cavalcante
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

028.198/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Patricia Miranda Wolfgram; Patricia Paula Batista; Patricia Priscila da Silva Simoes; Patricia Ribeiro Firmino; Patricia Souza Guimaraes; Patricia Taborda Rocha; Patricia Tavares; Patricia Tenorio Gomes; Patricia Urbano Soares; Patricia Vieira de Oliveira; Patricio Antonio dos Santos Bitencourt; Patricio Corsino Medeiros; Patrick Azevedo Olimpio; Patrick Davis Calado Silva; Patrick Ferreira dos Santos Lima; Patrick Gerson Cursino Cabral; Patrick Graf; Patrick Leon Moura Vieira; Patterson Nelson Soares Duarte; Paula Carolina Ramos Leitao Nicolau
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

028.201/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Paulo Hoffmann Borges; Paulo Ivan da Silva; Paulo Joaquim Lima Ferreira; Paulo Jose Cardim de Nantes; Paulo Jose Ribeiro; Paulo Jose Soares de Freitas; Paulo Jose da Silva; Paulo Junior Dutra Martins; Paulo Lazaro Freitas Santos; Paulo Lucas Oliveira da Silva; Paulo Maciel Machado; Paulo Martins de Lima Regis; Paulo Otavio Miranda Brasil; Paulo Ricardo Araujo Pereira; Paulo Ricardo Campos de Souza; Paulo Ricardo Pessoa de Queiroz; Paulo Ricardo Trentin; Paulo Ricardo de Castro Barbosa; Paulo Ricardo de Oliveira; Paulo Roberto Bahia da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

028.206/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Phelipe Batista Gomes; Philipe Martins Alves; Philipe Zanardo Ally; Philippe Nery dos Santos Primo Saraiva; Phillip Kelvin Lobo Bueno de Castro; Phillipe Oliveira Pereira; Piera Cena Nunes de Almeida; Pio Gianotti Pinheiro Sisenando; Polanski Aresi de Oliveira Antunes; Poliana Campos Araujo; Poliana Carla Rocha Santana; Poliana Izabel Aparecida Barros dos Anjos; Poliana Maria Pereira; Poliana Pimentel de Oliveira; Poliana de Oliveira Botelho; Poliane Araujo Santos; Poliane Kercia Silva Barbosa; Poliane da Silva Sousa; Pollyana Paiva Batalhone; Pollyana Pimenta Abud Rolim
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

028.213/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Rafael Silva de Freitas; Rafael Soares Fernandes Vieira; Rafael Sousa de Oliveira; Rafael Tarquinio de Azevedo Souza; Rafael Vianna Reis; Rafael Vianna de Lima; Rafaela Alexandre da Costa Ramalho; Rafaela Dal Col de Martin; Rafaela Figueira Alves; Rafaela Lima Pereira; Rafaela Meneses Ramos Alonso; Rafaela Nogueira do Nascimento; Rafaela Oliveira de Carvalho; Rafaela Pereira de Almeida Marques; Rafaela Priscila Soares do Nascimento; Rafaela Santos de Oliveira; Rafaela da Silva Monteiro; Rafaela de Moraes Limongi; Rafaela de Oliveira Rola; Rafaela de Paula Tiengo
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

028.217/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Raphael Estevao de Sousa Muniz; Raphael Felipe da Silva de Jesus; Raphael Goncalves dos Santos; Raphael Gustavo da Silva Baptista; Raphael Lemos Alves Fraga; Raphael Maciel Galhardo de Paula; Raphael Manoel Lasta; Raphael Ramalho Vieira; Raphael Ribeiro Cerqueira; Raphael Rodrigo dos Santos; Raphael Rodrigues de Oliveira; Raphael Santos da Luz; Raphael Silva Vieira; Raphael de Oliveira Versiani; Raphaela Alexandra Marques dos Reis; Raphaela Cantarino Ribeiro; Raphaella Gonzaga Dias; Raphaella Milanelli Fernandes; Raquel Almeida de Freitas; Raquel Braga Bastos
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

028.220/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Regiane Santana de Oliveira; Regilene Macedo Lopes; Regina Celia Augusta; Regina Freitas de Meneses; Regina Marcia Nascimento de Oliveira; Reginaldo Braga Silva Junior; Reginaldo Ferreira de Brito; Reginaldo Monteiro; Reginaldo de Oliveira Silva; Reginaldo de Queiroz Dias; Reginna Tereza da Costa Pereira Vasconcelos; Regis Athayde; Regis Goncalves de Lima Filho; Reinaldo da Silva Cruz; Reinaldo de Oliveira Alves; Reinilde de Almeida Santos Vitor; Rejane Cordeiro da Luz; Rejane Ferreira Leite; Rejayne Benedita Bastos; Renam Pimentel Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

028.227/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Roberta Espindola de Albuquerque; Roberta Garay Facin; Roberta Manso Soares; Roberta Vanessa Loschiavo; Roberta de Oliveira Silva; Roberta de Santana Silva; Roberta dos Santos Silva; Roberth Juliano Braga Aguiar; Roberth William Niggemann; Roberto Bispo Cerqueira; Roberto Bruno Ferreira Rodrigues; Roberto Carlos Reboucas; Roberto Carlos Rogerio de Oliveira Lima; Roberto Cosme Junior; Roberto Costa de Castro; Roberto Ennes da Fonseca; Roberto Garbin Anzolin; Roberto Gilnei Silveira de Medeiros Junior; Roberto Henrique Barbosa Asmar; Roberto da Silva Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

028.232/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Rodrigo Sousa Silva; Rodrigo Tacla; Rodrigo Veloso Hayden; Rodrigo Xavier Baptista; Roger Cella Goltz; Roger Santos Pereira; Roger de Andrade Viana; Rogerio Alves de Moura Vieira; Rogerio Bastos de Souza; Rogerio Goncalves Bueno; Rogerio Jose Souza de Araujo; Rogerio Jose da Silva; Rogerio Lima Rocha; Rogerio Loureiro Barbosa; Rogerio Luiz Ferreira; Rogerio Luiz Tuzzi; Rogerio Peres da Silva; Rogerio Soares Camargo; Rogerio de Assis Possani Dantas; Rogielle Thomas Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

028.236/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Rosane Margarete Bohrer; Rosangela Carvalho da Costa; Rosangela Maria Ferreira da Fonseca; Rosangela Nascimento de Melo; Rosangela Rodrigues de Sousa; Rosangela Silva da Cruz; Rosangela de Lima Moraes; Rosany da Silva Batista; Rosaria Castro dos Anjos; Rose Alice de Almeida Silva; Roseane Gomes Pedrosa; Roselaine Sionara Berardi; Roselaine de Souza Silva; Roseleine Vitor Bonini; Roseli Macedo Silva; Roseli Rodrigues de Arruda Couto; Roseli Zaramella Boeta Bourroul; Roseli da Silva Ferreira; Rosely Soccal Lang; Rosemar Ribeiro dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

028.239/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ruivan Ferreira Gomes; Rute Goncalves dos Santos; Ruth Bessa Santana Gasparetto; Ruth Eleine Culaoni; Ruth Woigt Bruning; Ryane Karla Alves; Sabrina Dias dos Santos; Sabrina Iracema Covlski Amorim; Sabrina Maria Kochemborger; Sabrina Meloni; Sabrina Paraizo Gomes Dias; Safira Silva Guimaraes Lima; Saionara Cristina de Oliveira Nene; Saionara Damasceno Nobre; Salvatore Giuliano Antunes; Samantha Gabrielle Gomes da Silva; Samara Cristina Lima de Oliveira; Samara Dias de Oliveira; Samara Kelly Dantas de Figueiredo; Samara Seixas Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

028.246/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Sidney Henrique Barros Costa; Sidney Henrique Campelo de Santana; Sidney Martins Dias; Sidney Pereira Barbosa; Sidney Roberto Silva dos Santos; Sidney Roberto dos Santos Nascimento; Sielen Pereira dos Santos Martins; Silas Cesar de Araujo Teofilo; Silas Jose da Silva; Silene Santos de Andrade; Silma da Silva Camilo; Silmara Abel da Silva; Silmara Alves Melo; Silmara Cristina de Carvalho Nobrega; Silmara Mitiko Yamashita; Silmara Soares Ribeiro; Silmaria Silva Clementino; Silvan Vieira Lins; Silvana Alves Silva; Silvana Carla Murucci Ferreira
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

028.251/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Suelem Torres de Freitas; Suelen Garcez Maciel; Suelen Molles Magalhaes; Suelen Rodrigues Soares; Suelen Sousa Leite Nascimento; Sueli Rodrigues Louzeiro; Suellem Henriques da Silva; Suellen Laila Andrade Rocha; Suellen Lopes Alves; Suellen Nicolau Paes Vieira; Suellen Silva dos Santos; Sueny Calazans dos Santos Palaio; Sueny de Souza Barroso; Suez dos Anjos Ramos; Sumaia Rodovalho Moreira; Sumaya Chaves Binda; Sumie Pinto Imagawa; Susana de Lima; Susanne Aline Nogueira Alves; Susi Tetu Maoski Teixeira da Cruz
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

028.253/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Taiane Hardtke Pereira; Taiane de Freitas Lima; Taianny Gibson Barrada de Oliveira; Taina Alcantara de Carvalho; Taina Oliveira de Araujo Alves; Tainara Araujo Moura Luz; Tainara Cristina de Oliveira; Tais Aued de Oliveira; Tais Bernardes Pereira Mesquita; Takao Amazak Matos Cunha; Tales Isaias Wottrich Hanke; Tales Yori Ribeiro; Talita Bandeira Correa; Talita Caroline Berto da Paz Barbosa; Talita Correa Martins; Talita Daemon James; Talita Ferreira dos Santos; Talita Lopes de Moura; Talita de Almeida Nunez Silva; Talita de Castro Lima
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

028.258/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Taua Israel de Lucena Rasia; Tauana Kirlia Maria Souza; Tauane Cristina Barreto Cardoso; Tavila da Silva Rabelo; Tavor Leopoldo Reginini; Taylla Soares Andrade; Taynna Machado Rodrigues; Telio Carlos de Oliveira; Telma Luz Nascimento; Telma Silva Resende; Teovanio Santos Moreira; Tercilio Freire da Costa Junior; Teresa Maria Marques; Tereza Raquel Muniz de Paulo; Terezinha Luzia da Silva Feitoza; Terezinha de Jesus Alves; Terezinha de Jesus Castelo Borges; Teseu Olimpio Ivo Albuquerque de Araujo Freitas; Thacio Henriques Fernandes Pombo de Almeida; Thadeu Augusto de Oliveira Ferreira
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

028.264/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Thiago Oliveira Monte; Thiago Pereira Alves; Thiago Pereira Rosa; Thiago Pinheiro Silva; Thiago Queiroz Goncalves; Thiago Resende Paniago; Thiago Ribeiro Guida; Thiago Ricardo Pereira de Oliveira; Thiago Rigueira Ribeiro; Thiago Rocha Santos; Thiago Rodrigo da Silva; Thiago Rodrigues Batista da Silva; Thiago Rodrigues Pereira; Thiago Savio de Oliveira Pessoa; Thiago Sotero Marcelino; Thiago Souza Xavier; Thiago Valadao Teixeira; Thiago Valle Machado Goncalves; Thiago Venturoso Verdam; Thiago Verissimo de Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

028.269/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ursula Rayandra Soares Nery; Ursula Vieira Bentes dos Santos; Vagner de Oliveira Ribeiro; Valcineia Neves Ribeiro; Valdecir da Silva Nobre; Valdeir Amorim Carrijo; Valdeir Roberto Pereira; Valdemar Amancio dos Santos Neto; Valdemar Gomes Soares; Valderez Aparecida Bondes; Valderson Laurentino do Amaral; Valdete Vieira; Valdiana Campos Silva; Valdilene de Freitas Santos; Valdinei Bucmaier Santos; Valdinei Nascimento Neves; Valdinei Rodrigues Pena; Valdiney Fernandes Sousa da Silva; Valdiney de Melo da Silva; Valdir Antonio Giovanoni
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

028.274/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Vanusa Brandao Veloso; Vanweynne Pinheiro Nascimento; Veci da Silva Leles; Venicio de Sousa Carvalho; Vera Lucia Araujo Barbosa; Vera Lucia Xavier; Vera Lucia de Lima; Vera Marina Soares Boni; Vera Regina Cajueiro Malaquias; Vera Regina Teixeira Santiago; Verena Rocha de Almeida Sarmento; Veronica Alves da Silveira; Veronica Dorada dos Santos; Veronica Julia de Sales; Veronica de Araujo Oliveira; Veronica dos Santos Costa; Veronica dos Santos Paiva; Veronisa Viana da Costa; Vicente Baldoino de Araujo Neto; Vicente Carlos Bezerra Neto
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

028.279/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Vitor Luiz Feitosa dos Santos; Vitor Marcelo Farias Trindade; Vitor Matias de Sousa; Vitor Monteiro Barbosa; Vitor Moreira; Vitor Pedro de Arruda; Vitor Procopio de Lima; Vitor Roberto Magalhaes dos Passos; Vitor Vieira Fonseca Boa Nova; Vitoria Regia Dias dos Santos Cavalcante; Vitoria de Carvalho Frade; Viviam Pereira Midon; Vivian Guimaraes Abrao; Vivian Lorene Lima de Sousa; Vivian Marise Moreira Souza; Vivian

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800174

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Sarda Thomassim; Vivian Silva Monteiro; Vivian Tavares dos Santos; Vivian Viana Vivarini da Silva; Vivian de Melo de Albuquerque
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

028.285/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Wesley Ribeiro de Morais; Wesley Rodrigues Montalvao; Wesley Santos de Almeida; Wesley Vilas Boas Martins; Weslllen Cosme de Souza; Weverson Jose Goncalves; Weverthon Thavisson de Souza; Whendre Mendonca de Souza; Wiktor Duda Wiorek; Wilcleiber de Sa Duarte; Wilde Luiz Almeida da Silva; Wilder de Souza Vargas; Wildy Kenedy Ferreira; Wilian Nascimento da Silva; Wilk Lopes da Silva; Willams Costa Wanderley; Willamys Rochiman Gouveia de Andrade; Willer da Cruz Zaghetto; William Homero Donel; William da Paz Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

028.289/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Yuri Rodrigues dos Santos; Yuri Xavier Vasques; Yves Moreira Ribeiro; Zackson Monteiro Pessoa; Zeilane Mateus da Silva; Zilanda Souza Soares; Zipora Morgana Quinteiro dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

028.514/2018-1
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Adriano Ferreira Lobo; Adriel Soares Ferreira Lobo; Alessandra Santos Ferreira; Aline Morais Nascimento; Anderson William da Silva Monteiro; Andre Soares Ferreira Lobo; Bianca Caroline da Silva Moraes; Bruno Raurian da Silva Moraes; Elenice Moraes Corrêa; Elizamara Moraes Corrêa; Emília Moraes Corrêa; Expedita Façanha de Lima; Fernando Barbosa Mareco; Gerce Silva dos Passos; Gerce Silva dos Passos; Gerciane Silva dos Passos; Gerciane Silva dos Passos; Gleiciane Silva dos Passos; Gleiciane Silva dos Passos; Hadrian Barbosa Mareco; Haretuza Leite Ramos; Iracema da Silva Pinheiro; Jhonatan dos Santos Baia; Liandro Alcantara Nascimento; Luiz Antonio Souza da Costa; Maria Caxias Coelho de Sousa; Maria Leonilia de Jesus Guimaraes; Maria do Rosario Quaresma Mendes; Oneide Costa de Oliveira; Otacilia Ferreira de Carvalho; Raimunda dos Passos Santos; Sandra Sueli Cardoso Paredes; Silvio Morais dos Santos; Valdemar Oeiras Monteiro
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão no Estado do Amapá
Representação legal: não há

028.517/2018-0
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Ana Carolina Mira Picanço Dias; Carlos Alberto da Silva Ferreira; Carmita da Costa Gomes; Celina Paula Batista; Ceonila Monteiro de Carvalho; Cleideane da Silva Pinheiro; Daniel da Silva Pinheiro; Daniele Jamile Mira Picanço Dias; Gabriela dos Santos Espíndola; Gemerson Batista Marques; Gibson Wanderley Mira Picanço Dias; Girlan Tavares Reis; Glauber Bruno dos Santos Nascimento; Humbercenita Batista Marques; Ida Carmem Pinto; Jeferson Batista Marques; Josiane Batista Marques; Lucila Sacramento de Souza; Manoel Alves Igreja; Maria Decenita Ferreira; Maria Joana Santios Cardoso; Maria Moraes de Deus; Pablo Tavares Reis; Paula de Lima Barbosa; Paulo Andre Hipolyte; Reginaldo Batista Marques; Sandoval Ribeiro Paes; Selma da Silva Pinheiro; Suzana Picanço Esteves; Wanda Lima Costa; Wander Luiz dos Santos Nascimento; Yuri Tavares Reis
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão no Amapá
Representação legal: não há

028.518/2018-7
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Ana Alice Teles de Souza; Ana Lobo Ribeiro; Carla Mariana Fernandes Ribeiro; Cecilia Gomes do Nascimento; Dalila dos Santos Moraes; Edervan dos Santos Brito Nazare; Estelita Vieira dos Santos; Francisca Brandão de Oliveira; Izabel dos Santos Borges; Josafa Gomes do Nascimento Junior; Leidiane Teles de Souza; Maria Barreto de Jesus; Maria Dulce Araujo de Menezes; Maria Jose Gomes da Silva; Maria Luiza Gomes Dias; Maria Madalene Oliveira Lopes; Maria Souza Fernandes; Maria Souza Pignataro; Maria do Carmo Lobato Cardoso; Maria do Espirito Santo Barreto; Mario Oliveira Magalhaes de Sousa; Raimunda Moraes Uchoa; Raimundo Bernardino de Souza; Richard Magalhaes de Sousa
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão no Estado do Amapá
Representação legal: não há

028.524/2018-7
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Ana Beatriz Dias Del Castillo; Cristian Magalhães Brito; Edivaldo Rocha da Silva; Edivan Rocha da Silva; Florisvalda Barros da Costa; Luciana Silva Del Castillo; Marconi Del Castillo; Maria Rosa Dias Del Castillo; Vanete Rocha da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão no Estado do Amapá
Representação legal: não há

028.525/2018-3
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Alexandre Pereira Trindade
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão no Amapá
Representação legal: não há

028.527/2018-6
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Abilio Rodrigues Filho; Ana Iria Pinheiro de Santana; Carlos Barbosa de Carvalho Dias; Demilly Thalita Pantoja Martins; Francisca Nobre Cardoso; Francisco Severo de Sousa; Gabriel Medeiros da Costa; Geidson Viana Rodrigues; Geraldo da Silva Pereira; Hugo Delleon Ferreira Sampaio; Inacio Moreira Batista; Jose dos Santos Lopes; Katia Vanessa Martins Ribeiro; Liliane de Nazare Vilhena Lopes; Manoel Luiz de Souza Sampaio; Marcio Cleiton Vidal Queiroz; Marcus Pinheiro de Santana; Maria Cornelia Colares de Azevedo; Maria Evanilde Gomes Lima; Marlene Vidal Queiroz; Mauricio Pinheiro de Santana; Mauro Pinheiro de Santana; Olga Passos de Mello; Petronila Juca Leite; Romulo Junior Martins Ribeiro; Sada Hage dos Santos; Sydney Assunçao Castro; Vinicius de Miranda Sampaio
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão no Estado do Amapá
Representação legal: não há

028.528/2018-2
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Antonio Costa Vaz; Bruna Garcia dos Santos; Durcila Monteiro Barosa; Francisco Moacir Oliveira; Francisco Pereira da Silva; Heloizane Vanessa Monteiro da Silva; Idaiane Soares Espindola; Jorge Luiz Soares dos Santos; Lineu Fernandes Junior; Lorran Jessen Barbosa Vilhena; Luciane Alba dos Santos Mendes; Lucy dos Santos Lima de Moura; Luzita Pires Negrao; Maria Borges de Melo; Maria Lenira Pastana Calixto; Maria da Gloria Almeida Cantao; Miguel Angelo de Nazare Martins; Neuza de Oliveira Melo; Pedro da Costa Uchoa Junior; Phillipe Machado Uchoa; Raimunda dos Santos Miranda; Roberta Garcia Bezerra; Robson Pastana Calixto; Rosalina Monteiro da Silva; Rosiane Pastana Calixto
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão no Amapá
Representação legal: não há

028.531/2018-3
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Allan Robson Figueiredo Castro; Darlan da Silva Alencar; Eder Sérgio Del Castillo; Eduardo Lima de Almeida Worrel; Elder Miranda de Castro; Elias Nunes dos Santos; Eloia Machado de Brito; Francisco Ferreira Neves Filho; Hailton Conceição Barbosa da Silva; Jorge Flávio Galvão Del Castillo; João Gualberto Pinto Pereira; Jully Anne Jardim Sousa; Margarida da Conceicao dos Santos; Maria Aparecida Jardim; Maria Lúcia Sérgio Castillo; Maria das Dores Ferreira Goes; Maria de Nazare Pereira Pires; Marieta Barbosa Maciel; Marina Lima de Almeida Worrel; Natalia Patricia de Mendonça Castro; Neliane Priscila Maciel Soeiro; Orivaldo do Nascimento Sousa Junior; Raimundo Barbosa da Costa; Raimundo Rodrigues Pereira; Rogério de Sousa Bittencourt; Sebastiana Tavares de Oliveira; Zizilda de Souza Bitencourt
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão no Amapá
Representação legal: não há

028.565/2018-5
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Alzira Ferreira da Silva Fonseca
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão em Rondônia
Representação legal: não há

028.623/2018-5
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Alfredo Veira Farias; José de Deus Mesquita; Juracy Carvalho de Farias; Walthair Costa
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

028.633/2018-0
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Rutilio Torres Augusto
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério Público Militar
Representação legal: não há

028.634/2018-7
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Carlos Omar Goulart Villela; Jair Rodrigues de Souza; José André Domingues
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério Público do Trabalho
Representação legal: não há

028.637/2018-6
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Elizabeth Gonçalves Sampaio
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão em Roraima
Representação legal: não há

028.678/2018-4
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Celio Acioly de Souza; Diogenes Silva de Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério Público Federal
Representação legal: não há

028.758/2018-8
Natureza: Pensão Militar
Interessada: Maria de Nazaré Carneiro Vieira
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão no Acre
Representação legal: não há

028.849/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Roberto Gil de Andrade
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
Representação legal: não há

028.897/2018-8
Natureza: Pensão Civil
Interessadas: Fabiola e Silva Carneiro; Maria Francisca e Silva Carneiro; Maria do Socorro Carvalho e Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão em Rondônia
Representação legal: não há

028.930/2018-5
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Sonia Maria Estulano Dias
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão em Rondônia
Representação legal: não há

029.363/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Andre Cortez de Oliveira; Carlos Eduardo dos Santos Mouta Cipriano Guimaraes; Elcy Luiza e Silva Mendonça; Eluzilandia Silva Teixeira; Kleiriston Silva Santos Sobrinho
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério Público do Trabalho
Representação legal: não há

029.364/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Riccardo Raggi Benacci; Teofilo Pereira Fonseca; Thais Azeredo
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério Público do Trabalho
Representação legal: não há

029.414/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Cantareli Brito Mira; Fabiane Dias Marques; Fabio de Sa Silva; Guilherme Mello Paiva Rodrigues Neto; Jaime Leal Brito
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério Público Federal
Representação legal: não há

029.415/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Jose Francisco Soares; Kellyn Regina Briltes Cavalcanti
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério Público Federal
Representação legal: não há

029.428/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Flavio Santos da Fonseca
Órgão/Entidade/Unidade: Conselho Nacional do Ministério Público
Representação legal: não há

029.492/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Gerlaine da Rocha Braga
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

029.514/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Juliana Henriques de Souza; Laura Nunes de Lima; Leandro Recchiutti Gonsalves Pescuma; Rafael Bruno Gomes de Lira; Rudmila de Oliveira Rocha; Samantha Paula de Oliveira Costa; Thayane Vilarino de Resende; Tiago Nunes Ferreira Costa; Vanilce de Albuquerque Tavares Leal
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios
Representação legal: não há

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800175

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

029.515/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Valdick de Caldas Braga
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério Público Militar
Representação legal: não há

029.518/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Orlando Pereira dos Santos; Rafael Cavalcanti Barreto; Rafael de Castro Brandão; Renata Agnes Cadó Lanza Soares; Sandra Maria Michelazzo; Sirlei Dresch; Tainara Moura Dantas; Valmares Cavalcante de Carvalho
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério Público do Trabalho
Representação legal: não há

029.575/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Andrea da Silva Alves; Andressa Campos Rocha Jorge; Andréia Ramos de Almeida; Caroline Guedes Souza; Denoemi Fernandes dos Santos; Diego de Almeida Porto; Eliane Camilo de Matos; Fabio Vanzo Alves; Glaucia Borges Gouvea; Guilherme Cler da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério Público Federal
Representação legal: não há

029.630/2018-5
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Paulo Pantoja Monteiro
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão no Amapá
Representação legal: não há

029.783/2018-6
Natureza: Pensão Civil
Interessadas: Aracy Brochado Campos; Myrto Mansur Campos
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento de Órgãos Extintos e de Gestão de Folha de Pagamento
Representação legal: não há

029.902/2018-5
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Angelline Teresa Coti dos Santos; Jose Angelo Rangel dos Santos Junior; Julia Rosa Rangel Coti dos Santos; Maria de Jesus Guerreiro Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério Público Federal
Representação legal: não há

030.314/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Aldijane Jales Carneiro e Silva; Bruno Cesar da Costa; Daniel Coelho de Oliveira; Felipe Gomes da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Companhia Brasileira de Trens Urbanos
Representação legal: não há

030.336/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Sandra Eliza de Lima Taveira
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério Público do Trabalho
Representação legal: não há

030.343/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Taciana Harue Mori
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério Público Federal
Representação legal: não há

030.344/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Claudio Barbosa Camara de Souza; Jadson Antonio Almeida dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério Público Federal
Representação legal: não há

030.346/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Diego Goes Lima; Kathia Abreu Pereira
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério Público Federal
Representação legal: não há

030.348/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Rodolfo Prudencia Rocha
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério Público Federal
Representação legal: não há

030.349/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alan da Silva Santos; Evelaine Luciana Coutinho Lima dos Santos; Kadmon Caminha Moraes Costa; Renata Domingues de Sant Anna
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério Público Federal
Representação legal: não há

030.351/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Thamiris Alves Gavazi da Fonseca
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério Público Federal
Representação legal: não há

030.352/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Arthur Leao Massucato; Dejair Brichesi; Erica Klos Alves; Kiyoshi Furukawa; Natalia Cecilia Escudeiro; Ricardo Okimura
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério Público Federal
Representação legal: não há

030.354/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessadas: Andreza Tauane Camara Silva; Mariana Ferreira Chaib de Toledo
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério Público Federal
Representação legal: não há

030.394/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Andre Sergio Reis Silveira; Jessica Carvalho Vianna Ço; Julimar Ribeiro Pereira; Welton Batista de Barros
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
Representação legal: não há

030.484/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Amanda Larissa Ribeiro da Silva; David da Costa Carneiro; Jose Julio da Silva Filho; Kelly Girlene Lira de Melo; Ledjane de Araujo Dias; Rafaela Simiao do Nascimento
Órgão/Entidade/Unidade: Companhia Brasileira de Trens Urbanos
Representação legal: não há

030.562/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Vilmaria Ribeiro da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério Público Federal
Representação legal: não há

030.563/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Soraia Vaz de Campos Teixeira
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério Público Federal
Representação legal: não há

030.914/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Juliana Farias Maciel
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério Público Federal
Representação legal: não há

031.178/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Carlos Alberto Lopes de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério Público do Trabalho
Representação legal: não há

031.565/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Emanuel Cesar da Costa Tejerina
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

031.930/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alceu Justus Filho; Cristiane Campos Peralta
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério das Cidades
Representação legal: não há

032.042/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Diego Fernando Soares da Silva; Diego Rafael Bencke; Diogenes Machado Madruga; Diogo Cristiano Palma; Diogo Gabriel Dallabrida; Douglas Brum Damiani; Eder da Silva Paz; Edson Brozlaren da Silva; Eduardo Sachser; Eleandro Luis Karwinski
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A
Representação legal: não há

032.043/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Eliandro José Both; Eliezer de Vargas; Estefania Jacobsen Machado; Estela Maris Correa Lima Souza; Euclide S Martins Camargo; Evandro Menezes Braga; Everton Roberto Godin; Fabiane Tarta Simões; Fabrício Bichoff; Fábio Bruzza Pinheiro
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A
Representação legal: não há

032.048/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Jeferson Batista Moreira Teixeira; Jeferson Machado; Jeferson Pohlmann; Jessica Eunice de Moraes Chuma; Johni Rodrigues de Rodrigues; João Felipe Coimbra Buaes; João Gabriel Machado do Couto; João Luiz de Souza Kurkowski; João Paulo Felix de Melo; João Pedro Silveira de Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A
Representação legal: não há

032.050/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Julio Cesar Canelossi Valério; Keity Francielly da Silva Goularte; Kelen dos Santos Jaboinski; Kely de Araujo; Lairton Nunes; Larissa Gueno de Paoli; Laura Pinheiro Martins; Leonardo Evaldt Boff; Leonardo Monti Fleck da Silva; Lucas Alfredo Kiekow Silveira
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A
Representação legal: não há

032.052/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Marcelo Guedes Pinto; Marcelo Ribeiro da Silva; Marcia Griebeler Souza; Marcio de Camargo; Marco Antonio da Silva; Marco Aurelio da Silva Machado; Maria Leticia de Souza Ramos; Mario Vinicius Cunha de Oliveira; Matheus Berghan; Márcia Tavares
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A
Representação legal: não há

032.054/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Miguel Chaves Custodio; Nairo Francisco Possas dos Santos; Nilton de Paula Nascente; Pablo Ernesto Messias; Pamela dos Santos Sinhorelli; Patricia Andrea Moreira; Patricia Bittencourt; Patrick Dyego Brito; Paula Santos de Souza; Paulene Denise Muller
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A
Representação legal: não há

032.058/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Thomaz Ahrends Torelly Bastos; Tiago Lutckmeier; Tiago Zulian; Vagner André Rocha; Vagner Rodrigues Xavier; Vagner Silveira Paz; Valdir Leandro Sprenger; Valeria Vanzin; Vanderlei Machado de Borba; Vanessa Savian da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A
Representação legal: não há

032.089/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Carolina de Melo Nunes Lopes; Cecilia de Oliveira Gomes Santiago; Gilvan da Silva Antunes; Glayce Kelly Costa Ribeiro; Iris Cristina Barreto Oliveira; Jessica da Silva Pereira; Jonatas Monteiro de Carvalho; Jose Luiz Roque Gomes; Marceli de Oliveira e Silva; Marcio Fidalgo Ferreira
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

032.137/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Walter Antonio Desidera Neto
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
Representação legal: não há

032.200/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ademir Picanco de Figueiredo; Bruno Parente Norberto; Carlos Eduardo da Silva Sousa; Carolina Helena Coelho Antunes; Edvaldo Batista de Sa; Flavia Duarte Nascimento; Geraldo Clay de Souza Maciel; Guilherme Augusto Borges Carvalho; Karen de Oliveira Silverwood-cope; Kenys Menezes Machado
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
Representação legal: não há

032.201/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Leonardo Martins Prudente; Luiz Antonio Goncalves Rodrigues de Souza; Mariana Boabaid Dalcanale Rosa; Marina Godoi de Lima; Max Valerio Rodrigues Barbosa; Tassiana Fronza; Vandre Geraldo Monteiro
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
Representação legal: não há

032.378/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Renato Souza Rodrigues
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A
Representação legal: não há

032.581/2018-1
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Sebastião Pereira de Miranda; Wilson Rodrigues de Brito
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento de Órgãos Extintos e de Gestão de Folha de Pagamento
Representação legal: não há

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800176

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

032.787/2018-9
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Viviane Américo da Cruz
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios
Representação legal: não há

032.897/2018-9
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Antonio Bernardino de Oliveira; Antonio Jose Roberto; Arlete Paula Souza; Carolina da Silva Sales; Cleusa Marques Pereira; Evilasio da Silva Melo; Jose Corumbiara; João Ferreira Cavalheiro; Manoel Soares da Silva; Maria dos Anjos Souza Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão em Rondônia
Representação legal: não há

032.979/2018-5
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Osvaldo Aureliano da Costa
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão em Roraima
Representação legal: não há

033.090/2018-1
Natureza: Pensão Civil
Interessadas: Carminda da Costa Sampaio; Creuza Santos da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão no Amapá
Representação legal: não há

038.467/2012-7
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Daniel Sigulem
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de São Paulo
Representação legal: não há

045.709/2012-2
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Fatima Nobrega Coelho
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Representação legal: não há

Ministro-Substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

003.242/2012-9
Natureza: Representação
Representante: Tribunal de Contas do Estado do Amazonas
Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria de Estado de Infraestrutura/AM
Responsáveis: Waldívia Ferreira Alencar e Roberto Honda de Souza
Representação legal: Ingrid Godinho Dodô (OAB/AM 9.425) e outros

024.064/2018-1
Natureza: Representação
Representante: Engemax Construções e Serviços Ltda. - ME
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Itiruçu - BA
Representação legal: não há

024.345/2014-8
Natureza: Pedido de Reconsideração (Representação)
Recorrente: Lúcia de Fátima Sales Costa
Representante: Procuradoria da República no Estado do Ceará
Órgão/Entidade/Unidade: Conselho Regional de Farmácia do Estado do Ceará
Representação legal: Davi Medeiros Fontenele (OAB/CE 23758) e outros, representando Conselho Regional de Farmácia do Estado do Ceará; Angel Alberto de Oliveira Couto Napoli (OAB/CE 11954), representando Lúcia de Fátima Sales Costa

025.807/2015-3
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Euzanira Cordeiro de Jesus Monteiro; Maria Ariete Nazare Trindade
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Incra em Belém/PA
Representação legal: não há

027.278/2014-0
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Juraci Brasil
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Pará
Representação legal: não há

029.513/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Barbara Monteiro Drumond; Felipe de Assis Alves; Glauco Bentamaro Manfrim Porto
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério das Relações Exteriores
Representação legal: não há

030.334/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: German Alexandre de Souza Silva; Guilherme Barros Pinto
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia
Representação legal: não há

032.132/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Juliana de Oliveira Rocha; Livia Silveira de Menezes; Lucas Zugliani Pereira; Luciano Lauand Viana de Paula; Magnus Thiago da Rocha Meira; Mariana Dias da Silva; Michel Igor de Almeida Ennes; Pedro Paulo Suzano Xavier; Renato Teixeira da Cunha; Roberto de Mattos Metri
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional da Propriedade Industrial
Representação legal: não há

032.785/2018-6
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Jose Fernando Valim; Leticia Godinho Meireles; Maria da Conceição Silva; Mariza Mendes Nack Melzer; Monica Renata Salski; Paulo Roberto Ribeiro Pinto; Sergio de Almeida Machado
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério das Relações Exteriores
Representação legal: não há

033.109/2017-6
Natureza: Representação
Interessados: Marcia Brandão Zollinger; Procuradoria da República no Distrito Federal
Órgão/Entidade/Unidade: Conselho Federal de Contabilidade
Representação legal: não há

Ministro-Substituto WEDER DE OLIVEIRA

000.644/2018-8
Natureza: Prestação de Contas - Exercício: 2016
Responsáveis: Vladimir Benedito Struck; Yves Drosghic
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Mato Grosso do Sul
Representação legal: não há

002.688/2012-3
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsável: Jander Gener Cesar Guerreiro
Órgão/Entidade/Unidade: Estado de Roraima
Representação legal: Jorci Mendes de Almeida Junior (749/OAB-RR), representando Jander Gener Cesar Guerreiro

007.046/2018-9
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Zilda Torres da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Superior Tribunal Militar
Representação legal: não há

009.223/2013-4
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Associação Cultural e Folclórica de Itiúba/BA - Asculfi; Dourival Brandão (falecido); Deocleciano José Carvalho Brandão, Dourival Brandão Filho, Maria de Fátima Brandão Souza; David Carvalho Brandão e Maria do Socorro Brandão Ferreira
Órgão/Entidade/Unidade: Associação Cultural e Folclórica de Itiúba/BA - Asculfi
Representação legal: Cecília Petrina de Carvalho (OAB/BA 11.403), representando Maria do Socorro Brandão Ferreira

009.834/2018-4
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Guiomar Lopes da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Minas Gerais
Representação legal: não há

010.085/2010-6
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Antonio de Jesus Vale Batalha
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Representação legal: não há

010.753/2017-6
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Gibrail de Conto
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Paraná
Representação legal: não há

014.254/2018-2
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Carlos Eduardo Tedesco Silva; Jair Baleroni
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Mato Grosso do Sul
Representação legal: não há

014.286/2018-1
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Francisco Salles de Almeida Filho; Joseval Alves dos Santos; Luis Carlos Soares Silva; Magali Guimaraes Conceicao Lima; Neide Barbosa dos Santos Araujo; Sonia Maria Sant'ana Brandao
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado da Bahia
Representação legal: não há

015.410/2010-2
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Adelina Novais Ferreira; Elaine Panoff; Marlene Alves Martins; Raimundo de Assunção; Vivaldo Morais de Sousa Lima
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Incra no Estado de Mato Grosso
Representação legal: não há

016.359/2012-7
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Antonia dos Santos; Clara Cristina Covo Leite; Eduardo Jose Leite; Erica Nichelati; Regina de Oliveira Mello; Weslei Nichelati
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo
Representação legal: não há

016.409/2018-3
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Neuza de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
Representação legal: não há

017.785/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adilson de Almeida Junior; Adriana de Oliveira Resende; Alexandre Loures Leite; Artur Emilio de Souza Castro; Claudia Kobata; Irmgard Schanner; Patricia Cecilia Burowes; Raphael da Motta e Silva; Rodolfo Bueno Canabarro Lucas; Sandra Tosta Faillace; Thiago Moreno Lopes e Souza; Wagner Leandro Rabello Júnior
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto de Pesquisas do Jardim Botânico do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

021.738/2018-1
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Celia de Moura Rodrigues; Daisy da Silva Ramos; Doralice Roque da Costa; Enaura Velasco de Mendonça; Erica Valadao da Silva; Luiz Machado da Silva; Luiza Dias de Azevedo; Tarcilia Gelman Mittelman; Walter Julio da Silva; Walter Ramos da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

023.213/2018-3
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Amélia Regina Viana de Alecrim
Órgão/Entidade/Unidade: Superior Tribunal Militar
Representação legal: não há

023.216/2018-2
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Carmita Brugnara Chelotti
Órgão/Entidade/Unidade: Superior Tribunal Militar
Representação legal: não há

023.218/2018-5
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Donato Oliveira Pereira
Órgão/Entidade/Unidade: Superior Tribunal Militar
Representação legal: não há

023.227/2018-4
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Izaías Gonçalo da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Superior Tribunal Militar
Representação legal: não há

023.230/2018-5
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Luiz Felipe Alves
Órgão/Entidade/Unidade: Superior Tribunal Militar
Representação legal: não há

023.239/2018-2
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Regina Helena de Campos Nascimento
Órgão/Entidade/Unidade: Superior Tribunal Militar
Representação legal: não há

023.764/2018-0
Natureza: Representação
Representante: MW Segurança Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional de Meteorologia
Representação legal: não há

025.180/2018-5
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Arianne Pinheiro de Jesus
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado da Bahia
Representação legal: não há

025.212/2018-4
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Waldeth Almeida da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado da Paraíba
Representação legal: não há

025.236/2017-2
Natureza: Representação
Representante: Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Nova Itarana/BA
Representação legal: não há

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800177

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

025.407/2018-0
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Adriana Nogueira Cardoso; Maria das Graças de Almeida Povoa; Vera Lucia Ribeiro Reis
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
Representação legal: não há

025.427/2018-0
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Iris Nogueira Moraes; Maria Suely da Cunha Rodrigues
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Pará
Representação legal: não há

025.440/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Thais Carvalho de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira
Representação legal: não há

026.041/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Anabele Pires Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Representação legal: não há

026.159/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Amanda Bellopedo dos Santos; Ana Isabel Arraes Santos; Jose Luis Silva Lima; Mateus Henrique Dambroz; Mayara Laiz Minotto Mattei; Solange Dias Medeiros; Thais Liara Cardoso
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Representação legal: não há

026.359/2015-4
Natureza: Prestação de Contas - Exercício: 2014
Responsáveis: Carlos Antonio Vieira Fernandes; Davidson Tolentino de Almeida; Edna da Silva Amorim; Elias Jaco dos Santos; Fernando Barini Rodrigues Alves; Francisco Carlos Caballero Colombo; Francisco de Assis dos Santos Júnior; José Geraldo Alves; Lindomar Jose Pereira; Marcio Oliveira Cavalcante; Patrícia Lopes Queiroz; Paulo Roberto Vanderlei Rebello Filho; Pedro Augusto Cunto de Almeida Machado; Pedro Gherardi Neto; Pedro Gregorio Ferreira Manco; Ricardo Batista Ferreira; Sérgio Sampaio Sessim
Órgão/Entidade/Unidade: Companhia Brasileira de Trens Urbanos
Representação legal: Raquel Cristine Mendes Ramos e outros, representando Companhia Brasileira de Trens Urbanos

028.454/2018-9
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Gloria Nascimento de Castro
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Ceará
Representação legal: não há

028.492/2018-8
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Maria Celeste Pamplona Lassance Cunha
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

028.504/2018-6
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Marlene Lameiro Dias
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Rio Grande do Sul
Representação legal: não há

028.505/2018-2
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Alice Margarida de Jesus Cardoso; Raimunda Borges Gilbert; Raimunda Costa da Cruz; Violeta Gibson Pinto
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Amapá
Representação legal: não há

028.631/2018-8
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Anete Barroso Amancio
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
Representação legal: não há

028.787/2018-8
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Maria Helena de Morais
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
Representação legal: não há

028.843/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Jânio Oliveira Coutinho
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Meio Ambiente
Representação legal: não há

028.883/2018-7
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Elayne de Oliveira Cardoso; Maria Elita Oliveira da Silva Cardoso; Raimundo Vitor de Sousa Cardoso
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Amapá
Representação legal: não há

028.891/2018-0
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Walter Vieira de Gouvea
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Espírito Santo
Representação legal: não há

028.908/2018-0
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Ana Maria Dantas Torres
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
Representação legal: não há

029.019/2017-6
Natureza: Prestação de Contas - Exercício: 2016
Responsáveis: Luiz Carlos Bohn; Luiz Tadeu Piva; Marcelo de Campos Afonso; Mauricio Martins Reis; Paulo Pretto de Marchi; Adair Umberto Mussoi; Sérgio José Abreu Neves; Jair Alves Tavares; Willis Urbano Taranger; Adriana Rosa dos Santos; Joao Antonio Leidens; Dirceu de Quadros Saraiva; Nelson Lídio Nunes; Joel Vieira Dadda; Rogério Fonseca; Luiz Caldas Milano; Luiz Carlos Brum; Eliane Luzia Schmidt; Leonor da Costa; Luiz Henrique Alves Pereira; Levino Luiz Crestani; Sadi Joao Donazzolo; Leonides Freddi; Marcio Henrique Vincenti Aguilar; Walter Seewald; Celso Canisio Müller; Elenir Luiz Bonetto; Adao Oliveira da Silva; Orildes Maria Lottici; Gerson Nunes Lopes; Elvio Renato Ranzi; Jovino Antonio Demari; Flavio José Gomes; João Francisco Micelli Vieira; Gilberto Jose Cremonese; Sinara Aparecida Pastorio; Pablo Antonio Fernando Tatim dos Santos; Evandro Vargas dos Santos; Claudio Luis Correa da Silva; Rogério Gomes dos Reis
Órgão/Entidade/Unidade: Administração Regional do Sesc no Estado do Rio Grande do Sul
Representação legal: não há

029.522/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Taynã de Souza Nunes
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Meio Ambiente
Representação legal: não há

029.798/2018-3
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Cremildes de Oliveira Cantuaria
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Representação legal: não há

029.893/2018-6
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Carlos Eduardo Sousa Lima; Leticia Satiro Sakai; Luana Satiro Sakai; Lucia Fatima Satiro Sakai; Maria Macena Lima; Maria de Lourdes Sousa Lima; Valquiria Aparecida
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
Representação legal: não há

030.031/2016-8
Natureza: Prestação de Contas - Exercício: 2015
Responsáveis: Abrao Suteli Maia; Aderson Carlos de Amorim; Andre Pereira Paiva; Antonio Wilson Tomaz da Silva; Augusto Gomes de Souza Neto; Bruno Cotta Paiva; Delano Lima e Silva; Elvando Albuquerque Ramalho; Gilmar Pessoa de Queiroz; Gilmario Sousa Oliveira; Hirlete Meireles Pinto; Ivan Cordeiro Figueiredo; Jociley Braga de Souza; Jose Santos de Souza; José dos Santos Pereira; Leandro Domingos Teixeira Pinto; Luis Pedro de Melo Plese; Manoel Rodrigues de Souza Neto; Manoel Santos de Oliveira; Marcos Antonio Carneiro Lameira; Maria Roseney da Silva Santana; Nivaldo de Souza Lima; Raimundo Alves de Oliveira Filho; Rosana Sousa do Nascimento; Silvia Helena Macedo Neves Paiva
Órgão/Entidade/Unidade: Administração Regional do Senac no Estado do Acre
Representação legal: não há

031.283/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Camila Zardo de Nardi
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Representação legal: não há

031.341/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Claudio Oka Lobo; Erika Lorena Pereira da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
Representação legal: não há

031.662/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ingrid Viegas Pinto; Luiza de Oliveira Xaud; Matheus Felipe; Moacir Oliveira da Silva Junior; Pedro Rogerio do Nascimento Souza; Rafael de Araujo Pons; Rosana Oliveira Araujo Nogueira; Zenildo Amaral Soares
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
Representação legal: não há

031.995/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adevir Santorio; Adilson Cruz Bard; Adinan Galina; Adriana Amaral da Costa Morais; Adriana Barreto Alves; Adriana Machado de Oliveira; Adriano Duarte Lemes; Alanna Renata de Oliveira Santiago; Alessandra Barbosa Moro; Alessandra de Oliveira Pulcineli
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Representação legal: não há

031.997/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ana Carolina Cabral Carvalhaes Costa; Ana Carolina de Oliveira Nascimento; Ana Claudia Paffaro; Ana Claudia Tavares Miranda; Ana Claudia dos Santos Rossi Ribeiro; Ana Cristina Passos de Paiva Bello; Ana Luiza Savioli da Silva; Ana Paula da Silva; Analidice Araujo Siebra; Andre Luis Soares Pinto
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Representação legal: não há

032.000/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Candido Luiz Martins de Oliveira; Carlos Eduardo Dambros; Carlos Juliano da Silva; Carolina Maso Viegas; Carolina Ribeiro Figueiredo; Caroline Andrade Tomaszewski; Carolline Rodrigues Ranucci; Cassio Athayde Furstenau; Celia Rosimarie dos Reis; Cibelem Iribarrem Benites
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Representação legal: não há

032.001/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Cicero Sidinei da Silva; Claudia Aline de Julio Pereira Santos; Claudia Teixeira Siqueira; Cleiton Gonçalves de Orique; Conrado Mudinutti Leveghin; Cristiane Harumi Okita; Cristiano Silva Rabelo; Dafne Melo e Silva; Daiane Cioato; Daniela Braga
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Representação legal: não há

032.005/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Fernanda Silva Leal; Fernanda Torres Kozuki; Fernando Augusto Fernandes Correa; Fernando Henrique Goncalves Pinto; Fernando Leal Saraiva; Filippe Andre Silva Madureira; Flavia Bastos Lessa; Francielle Mendes Silveira Rabelo; Gabriel Soares Souza; Gabriel de Castro Rezende
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Representação legal: não há

032.007/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Helder Augusto da Silva; Iandara Rebello Joaquim; Isadora Alencastro Salviano; Jaciara Aparecida Ribeiro; Jarenio Rafael Ozeas de Santana; Jefferson Luiz de Aguiar Paes; Jhon Albert de Souza; Joao Antonio Alves da Fonseca Gouveia; Joao Carlos de Melo; Joao Paulo Marques D`andretta
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Representação legal: não há

032.008/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Joel Pagnoncelli; Jorge Simão Addad Jorge; Jose Segundo Giampani; Jose Victor Torres Alves Costa; João Paulo Silva Araujo; Juliana Cristina Pereira; Juliana Souza Dias Ribeiro; Juliano do Nascimento Kappes; Julio Cesar Fonseca Rivelli; Juçara Aparecida Andre
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Representação legal: não há

032.011/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Luciana Guirelli Abrego; Luciana Kauara Tomas Silva; Luciana do Amaral Pinto; Ludmila Henrique Duarte; Ludmilla Emanuela Martins Lopes; Luis Fernando Ferraz de Toledo; Luis Freddi Junior; Luis Henrique Simoes; Luiz Antonio Sanches; Maiara Andrade de Carvalho Sousa
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Representação legal: não há

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800178

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

032.013/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Mateus Laguardia Nascimento; Mateus Ten Caten; Mateus Wrubleski Costa; Matheus Mendes Malaquias Friaça Gloria; Mauricio de Souza Feijo da Silva; Mayara Mayra Silva Cintra; Melissa Yurie Toguchi; Michele Freitas Barbosa; Milene Dick; Moises Magalhaes Junior
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Representação legal: não há

032.016/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Philipp Juan Henrique Lopes Pereira Lima; Plinio Pereira Mateus Borges; Priscila Jorge; Rafael Hartmann Comarella de Faria Vergueiro; Rafael Leonardo Zamproni; Rafaela Coqueiros de Sa; Ramon Moulin Permanhane; Raphael Santos Henrique; Renata Lopes Rodrigues; Renata Visconde Brasil
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Representação legal: não há

032.019/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Sinara Marceli Wermuth dos Santos Ferreira; Solange Rodrigues Galvao Rocha; Soraya Cecilia Albieri Camillo; Suelen Ribeiro Rabello; Suzy Sayonara Renner Ferrao; Talita da Silva de Lima; Talita de Amorim Cunha; Talui Espindola Zanatta; Tatyane Penha Sales; Thalita Moraes da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Representação legal: não há

032.021/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Vivian Regina Silveira; Wagner Luis Fernandes; Wilkier Nolberto de Souza; Willian Moreira de Oliveira; Wilzza Cleia Catarina Dias; Yaskara Mariana Vargas Camilo
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Representação legal: não há

032.040/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Ricardo Jose de Medeiros Campos
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
Representação legal: não há

032.729/2018-9
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Jose Eduardo Pires dos Santos; Josete Esteves da Costa; Maria Aparecida Barreto Pereira; Maria Silvia Brito Damm; Negluber Augusto Lopes Martins; Ner Vicente de Figueiredo; Paulo José Lima Campos; Renato Poubel do Carmo; Ricardo Luiz do Nascimento; Romulo Cezar Spinelli Ribeiro de Miranda
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

032.730/2018-7
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Rosanna da Silva Murta; Rozemberg Dias de Souza; Ruth Cosenza dos Santos Lopes; Sidnei Ferreira da Silva; Zelma Ferreira Jardim
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

032.772/2018-1
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Elton Pereira de Lima; Jorge Luís de Souza Burdulis; Juraci Coelho; Magali Gebhardt Meyer; Silvia Helena Ferrary Gré; Valdair Dal Pizzol
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Rio Grande do Sul
Representação legal: não há

032.793/2018-9
Natureza: Aposentadoria
Interessados: José Alberti Alencar; Maria Miriam Borges de Abreu; Oswaldo Cardozo; Roberval Pizzigatti; Vinicio Angelici
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de São Paulo
Representação legal: não há

032.818/2018-1
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Carlos Alberto Kalume Reis; Joaquim Borges do Rego; Litercilio de Lima Macedo
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Piauí
Representação legal: não há

032.823/2018-5
Natureza: Aposentadoria
Interessados: João Ernesto Timo; Samira Teresinha da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Superior Tribunal Militar
Representação legal: não há

032.934/2018-1
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Paulo Antonio Jardim Pires; Tanira Martins Teixeira
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio Grande do Sul
Representação legal: não há

032.955/2018-9
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Adalberto Francisco da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado da Paraíba
Representação legal: não há

032.976/2018-6
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Rubio Rodarte
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
Representação legal: não há

033.079/2018-8
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Maria Christina Guedes Costa; Maria de Lourdes Braz da Costa; Walter Jose Araujo Ferreira
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
Representação legal: não há

033.082/2018-9
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Silene Mascarenhas de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado da Bahia
Representação legal: não há

033.086/2018-4
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Ana Maria de Santana; Lucia Helena Lapa de Ataide; Natalia Gabriele de Santana
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Pernambuco
Representação legal: não há

033.130/2018-3
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Maria Edna Ferraz de Moura; Maria do Socorro Amorim Saraiva de Moura; Severina de Oliveira Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado da Paraíba
Representação legal: não há

034.099/2018-2
Natureza: Representação
Representante: Prime Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda. - EPP
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado da Bahia
Representação legal: não há

036.543/2016-0
Natureza: Prestação de Contas - Exercício: 2015
Responsáveis: Atílio Machado Peppe; Elias Miguel Haddad; Emílio Alves Ferreira Júnior; Fernando Greiber; Jorge Damiao de Almeida; Luis Eulálio de Bueno Vidigal Filho; Luiz Antonio de Medeiros Neto; Massimo Andrea Giavina Bianchi; Nelson Abbud João; Nelson Antunes; Nelson Luis de Carvalho Freire; Nilton Torres de Bastos; Paulo Antonio Skaf; Sylvio Alves de Barros Filho; Sérgio Tiezzi Júnior; Vandermir Francesconi Júnior; Walter Vicioni Gonçalves
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Regional do Sesi no Estado de São Paulo
Representação legal: não há

PROCESSOS UNITÁRIOS

Ministro BENJAMIN ZYMLER

003.977/2014-5
Pessoal. Pensão civil. Menor sob guarda. Dependência econômica.
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
Interessado: Maria Eduarda da Silva Sousa
Representação legal: não há

015.869/2010-5
Pessoal. Aposentadoria. URP. Contagem ponderada de tempo de magistério.
Interessado: Lair Guerra de Macedo Rodrigues
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade de Brasília
Representação legal: Luiz Claudio de Almeida Abreu (OAB/DF 301) e outros, representando Lair Guerra de Macedo Rodrigues

016.359/2015-1
Recurso de reconsideração interposto contra decisão proferida em tomada de contas especial instaurada para apurar irregularidades na execução de convenio cujo objeto era apoiar evento festivo.
Recorrente: Iara Soares Costa
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Tomar do Geru/SE
Representação legal: Maria Christiane das Virgens Barreto (OAB/SE 6.571)

018.741/2015-0
Tomada de contas especial instaurada para apurar indícios de irregularidades em contrato de prestação de serviços médicos.
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Jeremoabo/BA
Responsáveis: Anabel de Sá Lima Carvalho; Eugênio Nascimento Ramalho; João Batista Melo de Carvalho; Lucas Moura Cerqueira; Luciano José Andrade de Oliveira; Pedro Bomfim Varjão; Risvaldo Varjão Oliveira Júnior; Cooperativa Feirense de Saúde
Representação legal: Carlos Eduardo Guimarães Araújo (OAB/BA 22.978); Gustavo Peixoto Nunes (OAB/BA 19.877); Tamara Costa Medina da Silva (OAB/BA 15.776); Alexandre Oliveira Cardoso e outros

027.057/2010-0
Atos iniciais de aposentadoria emitidos no âmbito da Universidade Federal de Santa Maria para fins de registro
Interessados: Lademir D'avila Cruspeire; Maria Emilia Camargo; Valderez Scarrone de Souza; Vera Lucia Pereira Bornemann; Yara Albuquerque
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Santa Maria
Representação legal: Yuri Correa Jardim (OAB/DF 15.139-E) e outros, representando Maria Emilia Camargo

029.008/2014-0
Tomada de Contas Especial instaurada pelo Ministério do Turismo para apurar irregularidades na execução de convênio firmado com o município de Barra do Turvo/SP para a realização de festa junina.
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Barra do Turvo/SP
Responsáveis: Anderson Lourenço Franchetti - ME; Rosângela Rosária da Silva
Representação legal: não há

030.858/2015-1
Tomada de contas especial instaurada em razão de irregularidades na aplicação de recursos repassados ao Município de Nova Iguaçu/RJ, no âmbito do programa Segundo Tempo.
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Esporte
Responsáveis: Luiz Lindbergh Farias Filho; Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu/RJ
Representação legal: não há

Ministro BRUNO DANTAS

023.957/2016-6
Tomada de contas especial contra ex-gestores da Secretaria de Saúde da Paraíba e empresas fornecedoras em decorrência de suposto dano ao erário havido na aquisição de medicamentos por preços acima do Preço Máximo de Venda ao Governo (PMVG) com recursos federais do SUS.
Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria de Saúde do Estado da Paraíba (SES/PB)
Responsáveis: Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda.; Droguistas Potiguares Reunidos Ltda.; Exata Distribuidora Hospitalar Ltda.; Geraldo de Almeida Cunha Filho; José Maria de França; Majela Hospitalar Ltda.; Mário Toscano de Brito Filho; Sad-Med Ltda.; e Waldson Dias de Souza
Representação legal: Francisco Coutinho Chaves (OAB/CE 13.767) e outros, representando Sad-Med Ltda. e Majela Hospitalar Ltda.; Francisco das Chagas Ferreira (OAB/PB 18.025) e outros, representando Waldson Dias de Souza; Bruno Chianca Braga (OAB/PB 11.430) e outros, representando José Maria de França; Marcelo Roberto Ribeiro de Carvalho (OAB/RN 6.889) e outros, representando Droguistas Potiguares Reunidos Ltda.; Marco Aurélio de Medeiros Villar (OAB/PB 12.902), representando Geraldo de Almeida Cunha Filho; Bruno Moury Fernandes (OAB/PE 18.373) e outros, representando Exata Distribuidora Hospitalar Ltda.; Júlia Leite Alencar de Oliveira (OAB/SP 266.677) e outros, representando Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda.; Lidyane Pereira Silva (OAB/PB 13.381) e outros, representando Mário Toscano de Brito Filho

028.264/2016-9
Pedidos de reexame contra decisão que julgou ilegal ato de aposentadoria de ex-Procurador Regional do Trabalho.
Recorrentes: Ministério Público do Trabalho; Aluízio Divonzir Miranda
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério Público do Trabalho
Representação legal: não há

028.482/2017-4
Pedidos de Reexame interpostos por Henrique Luiz Barenski Mello e outros contra acórdão que considerou legais seus atos de aposentadoria e determinou a exclusão de parcela indevida.
Recorrentes: Henrique Luiz Barenski Mello, José Antonio Pastoriza Fontoura, José Carlos de Oliveira Brito e João Jaques Caetano Rigon
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Rio Grande do Sul
Representação legal: Claudio Renato do Canto Farág (OAB/DF 14.005 e OAB/SP 389.410) e outros, representando Henrique Luiz Barenski Mello, José Antonio Pastoriza Fontoura, José Carlos de Oliveira Brito e João Jaques Caetano Rigon

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800179

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

028.583/2017-5
Pedido de Reexame interposto por Noélia Alves Teixeira Sousa contra acórdão que considerou legal seu ato de aposentadoria e determinou a exclusão de parcela indevida.
Recorrente: Noélia Alves Teixeira Sousa
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado da Bahia
Representação legal: Claudio Renato do Canto Farág (OAB/DF 14.005 e OAB/SP 389.410) e outros, representando Noélia Alves Teixeira Sousa

031.808/2013-1
Embargos de declaração opostos por Joel de Souza Neiva em face do Acórdão 6.344/2018-TCU-1ª Câmara, por meio do qual o Tribunal conheceu e negou provimento ao recurso de reconsideração por si interposto contra o Acórdão 3.221/2017-TCU-1ª Câmara, mantendo-o inalterado, o qual julgou irregulares as contas do embargante, imputou-lhe débito de R$ 80.000,00 e aplicou-lhe multa de R$ 43.000,00.
Embargante: Joel de Souza Neiva
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Conceição do Almeida/BA
Representação legal: Romeu Ramos Moreira Junior (OAB/BA 48.522) e outros, representando Joel de Souza Neiva

Ministro VITAL DO RÊGO

004.184/2018-1
Representação acerca de possíveis irregularidades no pagamento do auxílio moradia e na utilização de imóveis funcionais por parte de membros do Poder Judiciário e do Ministério Público da União.
Representante: Subprocurador-Geral junto ao Tribunal de Contas da União Lucas Rocha Furtado
Órgão/Entidade/Unidade: Conselho Nacional de Justiça; Conselho Nacional do Ministério Público; Tribunal de Contas da União
Representação legal: não há

018.064/2014-0
Tomada de contas especial instaurada em razão da execução parcial do objeto de convênio que tinha por objeto a implantação e recuperação de estradas vicinais em projetos de assentamento localizados no município de Santa Maria das Barreiras/PA.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Santa Maria das Barreiras/PA
Responsáveis: Construtora Vale do Norte Ltda - ME; José Dourado de Sousa; União das Associações de Trabalhadores e Produtores Rurais do Município de Santa Maria das Barreiras/PA
Representação legal: Marcelo Robson Duarte Sena; Luiz Carlos Martins de Sousa (OAB/PA 18.497)

031.091/2015-6
Recurso de reconsideração contra decisão que julgou irregulares as contas do recorrente, com imputação de débito e aplicação de multa, em razão de irregularidades na execução de obras de esgotamento sanitário do Município de Alto Rio Novo/ES.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Alto Rio Novo/ES
Recorrente: SRV Construções Ltda. - ME
Interessado: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Espírito Santo
Representação legal: João Batista Cerutti Pinto (OAB/ES 1.785)

033.169/2017-9
Pedidos de reexame interpostos contra decisão por meio do qual esta Corte de Contas considerou ilegais os atos de aposentadoria emitidos em favor dos recorrentes.
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado de Goiás
Recorrentes: Ana Maria Caetano; Nice Ferreira de Assis; Paulo Gama Lyra Filho; Sandra Regina Barbosa
Representação legal: Claudio Renato do Canto Farag (OAB/DF 14.005) e outros

Ministro-Substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

002.258/2015-3
Tomada de contas especial instaurada pela Secretaria de Políticas Públicas de Emprego do Ministério do Trabalho e Emprego em desfavor do presidente da Associação dos Jovens Feijoenses de Feijó/Acre, atual Instituto Feijó Acre (IFA), pela não comprovação da aplicação dos recursos repassados mediante convênio cujo objeto foi o estabelecimento de cooperação técnica e financeira com vistas a promover o empreendedorismo juvenil no âmbito do Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para os Jovens (PNPE).
Órgão/Entidade/Unidade: Associação dos Jovens Feijoenses de Feijó/Acre (denominação atual Instituto Feijó Acre)
Responsáveis: Antônio Jarbas da Silveira Dourado; Instituto Feijó Acre; Terra Viva Movimento de Resistência Ecológica
Representação legal: não há

015.319/2016-4
Tomada de Contas Especial instaurada em razão da omissão no dever de prestar contas por Convênio, tendo por objetivo "promover o atendimento da alimentação escolar", com vigência estipulada para o período de 7/6/1995 a 28/2/1999.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Mulungu do Morro - BA
Responsáveis: Amauri Saldanha de Lucena; Mario de Souza Verde
Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - Fnde
Representação legal: Romeu Ramos Moreira Junior (48.522/OAB/BA) e outros, representando Amauri Saldanha de Lucena; André Requião Moura (24.448/OAB/BA), representando Prefeitura Municipal de Mulungu do Morro - BA

016.935/2014-4
Tomada de contas especial, instaurada pelo Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo - Sescoop, em desfavor da então presidente, superintendente e diretora executiva do Sescoop-MA, em razão de pagamentos de juros, multas, atualizações e outros encargos por não adimplemento de obrigações na data devida.
Órgão/Entidade/Unidade: Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado do Maranhão - Sescoop/MA
Responsáveis: Adalva Alves Monteiro, Márcia Tereza Correia Ribeiro e Rocimary Câmara de Melo da Silva
Representação legal: não há

Ministro-Substituto WEDER DE OLIVEIRA

010.689/2017-6
Registro de ato de aposentadoria.
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional de Meteorologia
Interessada: Maria do Rosário Borges dos Santos Vieira
Representação legal: não há

011.339/2015-2
Tomada de Contas Especial instaurada em razão de supostas irregularidades na execução de convênio, que teve por objeto instalações hidrossanitárias em escolas rurais do município.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Assis Brasil/AC
Responsáveis: Maria Eliane Gadelha Carius; Santa Rita Construções Importações e Exportações Ltda
Interessado: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Acre
Representação legal: não há

012.050/2014-8
Tomada de Contas Especial instaurada em razão de impugnação parcial de despesas de convênio, tendo por objeto - a implementação do Centro Colaborador da Anvisa no Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia - UFBA - com a finalidade de continuar fornecendo apoio técnico e científico ao desenvolvimento da área de vigilância sanitária.
Órgão/Entidade/Unidade: Entidades no Estado da Bahia
Responsáveis: Cláudia Macedo Cruz; Denilson Monteiro Costa; Ediná Alves Costa; Eduardo Mansur Coury; Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão - Fapex; José Bernardo Cordeiro Filho; Katia Maria Coelho de Carvalho Custodio; Magda Helena Rocha Dantas; Nailton Cazumbá; Osvaldo Barreto Filho
Interessado: Fundação de Amparo À Pesquisa e Extensão - Fapex
Representação legal: Maurício Brito Passos Silva (OAB/BA 20.770) e outros, representando Fundação de Apoio à Pesquisa e a Extensão (Fapex), Cláudia Macedo Cruz, Denilson Monteiro Costa, Ediná Alves Costa, José Bernardo Cordeiro Filho, Kátia Maria Coelho de Carvalho Custodio, Magda Helena Rocha Dantas, Nailton Cazumbá e Osvaldo Barreto Filho

016.023/2016-1
Representação a respeito de indícios de irregularidades relacionadas à contratação de pessoal.
Representante: Tribunal de Contas da União
Órgão/Entidade/Unidade: Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Tocantins
Responsáveis: Roberta Maria Pereira Castro; Marcelo Costa Maia; Luiz Claudio Werner e Valdivino Dias da Silva
Representação legal: Gilberto Tomaz de Souza (OAB/TO 3280), representando Valdivino Dias da Silva e Roberta Maria Pereira Castro

018.193/2017-0
Representação convertida em face do subitem 9.1 do acórdão 4.993/2017-TCU-1ª Câmara, referente ao convênio 559/2008 (Siafi 628021), cujo objeto era o incentivo ao turismo por meio do apoio ao projeto intitulado - Festa do Catete 2008 - realizada no município.
Órgão/Entidade/Unidade: Associação Sergipana de Blocos de Trio
Representante: Tribunal de Contas da União
Responsáveis: Associação Sergipana de Blocos de Trio; Lourival Mendes de Oliveira Neto
Interessado: Ministério do Turismo
Representação legal: não há

020.282/2016-8
Representação sobre supostas irregularidades em concurso público, realizado em 2013, para o cargo de agentes de fiscalização.
Órgão/Entidade/Unidade: Conselho Regional de Corretores de Imóveis 19ª Região (MT)
Responsável: Ruy Pinheiro de Araújo
Representante: Tribunal de Contas da União
Representação legal: Ivo Ferreira da Silva (OAB/MT 14.264), representando Benedito Padilha da Rosa Junior, Andre Luiz Arrais de Carvalho e Peterson Lauro Pimenta Cardozo; Marlon de Latorraca Barbosa (OAB/MT 4.978), representando Ruy Pinheiro de Araújo

033.505/2015-2
Tomada de Contas Especial instaurada em razão da impugnação total das despesas realizadas com os recursos de convênio, que teve por objeto o incentivo ao turismo por meio do apoio ao projeto intitulado - Ribeirópolis Folia/2010.
Órgão/Entidade/Unidade: Associação Sergipana de Blocos de Trio
Responsáveis: Associação Sergipana de Blocos de Trio; Lourival Mendes de Oliveira Neto
Interessado: Ministério do Turismo
Representação legal: não há

033.588/2016-3
Prestação de Contas Ordinária relativas ao exercício financeiro de 2015.
Órgão/Entidade/Unidade: Administração Regional do Senar na Bahia
Responsáveis: Adelson Mota de Oliveira; Ailton Queiroz Lisboa; Carine Menezes Magalhães; Carlos Humberto Sampaio de Araujo; Claudio Silva Bastos; Daniel Kluppel Carrara; Edson Diogo Moniz Pinto; Fernando de Figueiredo Pimenta; Geraldo Magalhães Machado; Guilherme de Castro Moura; Humberto Miranda Oliveira; Hélio Antônio Matias da Silva; Itatelino de Oliveira Leite Júnior; Jose Raimundo Souza Pereira; Josefa Rita da Silva; José Antônio da Silva; José Mendes Filho; João Martins da Silva Junior; Manoel Fonseca Netto; Maria Fatima Mendes Reis; Rosanne Curi Zarattini; Sergio Luiz da Silva Santos; Wilson de Oliveira Pereira
Representação legal: não há

033.784/2016-7
Representação sobre supostas irregularidades ocorridas na gestão de recursos públicos da entidade.
Órgão/Entidade/Unidade: Conselho Regional de Odontologia de Minas Gerais
Responsáveis: Luciano Elói Santos; Ubirajalma do Nascimento Júnior; Ana Paula Silva; Vânia Eloísa de Araújo Silva; Hélio Arca Garrido Loureiro
Representante: Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União
Representação legal: Rodrigo da Costa Ferreira (OAB/MG 156.339), representando Luciano Eloi Santos; Hélio Arca Garrido Loureiro e outros, representando Conselho Regional de Odontologia de Minas Gerais

034.308/2014-8
Tomada de Contas Especial instaurada em razão da omissão no dever de prestar contas dos recursos de convênio, tendo por objeto a aquisição de veículo automotor para transporte escolar.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Boa Nova/BA
Responsável: Antônio Ferreira Oliveira Filho
Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
Representação legal: Magno Israel Miranda Silva (OAB/BA 26.125), representando Antônio Ferreira Oliveira Filho

035.892/2015-3
Tomada de Contas Especial instaurada em razão da não comprovação da boa e regular aplicação, por omissão no dever de prestação de contas, dos recursos de convênio, que teve por objeto executar ações de qualificação social de profissional do Plano Setorial de Qualificação (PlanSeQ), no âmbito do Plano Nacional de Qualificação (PNQ).
Órgão/Entidade/Unidade: Agência de Desenvolvimento Educacional e Social Brasileira
Responsáveis: Agência de Desenvolvimento Educacional e Social Brasileira; Robert Bedros Fernezlian
Interessado: Ministério do Trabalho e Emprego
Representação legal: não há

Em 27 de setembro de 2018
PAULO MORUM XAVIER
Subsecretário da Câmara

2ª CÂMARA

EXTRATO DE PAUTA(ORDINÁRIA)
Sessão de 02/10/2018, às 16h

PROCESSOS RELACIONADOS

Ministro AUGUSTO NARDES

008.519/2009-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Ademar Mendes Barros; Antonio Evandro Loureiro; Clovis Ferreira Delmiro; Joao Chaves da Silva; Natigo Surui
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Nacional do Índio
Representação legal: não há

011.371/2018-8
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Antonio Isidoro dos Santos; Candida Maria Mussliner; Francisco Ignacio Alves; Gilda Alves Bispo; Regina Araujo de Carvalho
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia
Representação legal: não há

011.376/2018-0
Natureza: Aposentadoria
Interessadas: Angelina Dias da Silva; Claudete de Souza Felipe Vitor; Maria Aparecida Bento Gilherme
Órgão/Entidade/Unidade: Hospital Federal dos Servidores do Estado
Representação legal: não há

011.410/2018-3
Natureza: Aposentadoria
Interessadas: Altiva Pinheiro; Lygia Sampaio de Arruda Câmara; Maria Ivanilda dos Santos Borges
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional do Câncer
Representação legal: não há

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800180

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

012.053/2018-0
Natureza: Aposentadoria
Interessadas: Acacia de Lucena Rodrigues; Antonia Marques de Sousa Silva; Diva de Sousa Bastos; Edi Alves das Neves; Enezilda Alexandrina Barros
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Saúde
Representação legal: não há

012.919/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Jose Eduardo Severino Martins; Karla Camila Barbosa Santana; Laudemir Ernesto da Silva; Laura Licia Marcos da Costa; Lenina Figueiredo de Oliveira; Leonardo de Albuquerque Dantas; Leticia Agra Monteiro; Lidiane Rebeca Pereira Lima; Ligia Maria Ferreira; Lucas Ricci Bianco
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia
Representação legal: não há

013.484/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Marcus Vinicius Medeiros Moreira; Margareth Reis da Silva; Maria Amelia de Souza Ribeiro; Maria Angelica dos Saqntos Pinto; Maria Aparecida Fernandes Ximenes de Oliveira; Maria Aparecida Lopes Ribeiro; Maria Consuelo Rodrigues dos Santos; Maria das Gracas Gomes Otoni; Maria das Graças Gazel de Souza; Maria do Carmo Cardoso de Meireles
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Saúde
Representação legal: não há

016.444/2012-4
Natureza: Pedido de Reexame (Pensão Civil)
Recorrente: Kayanne Costa dos Santos
Interessada: Kayanne Costa dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do INSS - Maceió/AL; Superintendência Estadual do INSS - Maceió/AL
Representação legal: Franklin Alves Barbosa (OAB/AL 7.779) e outros, representando Kayanne Costa dos Santos

021.700/2018-4
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Alex Sandro Ribeiro de Matos Arnaldo; Alice Gomes de Souza; Alice Gomes de Souza; Aluisio Custodio Damasceno Junior; Ana Maria Felix; Anita Maria Dias; Francisnete Dias Damasceno; Isaura Pinheiro Costa e França; Marcia Conceição Silva; Maria Alves Freitas; Maria Conceiçao da Silva; Maria Taboza Martins; Maria das Graças Cardoso e Silva; Maria de Oliveira Santos; Olinda Silva Vilas Boas; Raimunda Santos de Brito; Regiangela Maria Felix de Carvalho; Rita Rodrigues dos Santos; Rivelino Felix de Carvalho; Roseane Felix de Carvalho; Terezinha Bezerra Leite
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Nacional de Obras Contra As Secas
Representação legal: não há

021.705/2018-6
Natureza: Pensão Civil
Interessadas: Josefa Nunes Campelo; Regina Márcia Nunes Campelo
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Nacional de Obras Contra As Secas
Representação legal: não há

021.714/2018-5
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Clarice Maria Vieira; Creusa Leite de Sá; Creusa Leite de Sá; Deusivaldo Henrique de Sousa Rocha; Deusivaldo Henrique de Sousa Rocha; Diocrezia Pires de Almeida Costa; Francisca Ildene de Sousa; Gonçala Alves Jorge; Gonçala Alves Jorge; Longuinha Santos; Luiza Maria da Conceição; Maria Almeida da Silva; Maria Gonçala de Araujo; Maria Izorildes da Silva; Maria Jose Alves da Silva; Maria Juracy de Castro Silva; Maria Kaoane Barros de Sá; Maria Luzia da Silva; Maria Marinho de Sa; Maria Neide de Sousa Gomes; Maria Zulmira da Penha; Osmarina Lopes de Sousa; Raimunda Nonata Martins; Roberio Aquino Vieira
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Nacional de Obras Contra As Secas
Representação legal: não há

021.716/2018-8
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Aldenora Alves Neta; Benilde Maria de Oliveira; Carmesilva de Souza Vieira; Emilia Maria de Lima; Francisca Xavier de Lima; Gildete do Livramento Silva; Inacia de Oliveira Cordeiro; Ivna Loiola Pimenta e Sá; Jose Marinalvo de Oliveira Barros; Jose Pimenta e Sá Neto; Juciclênio Benedito Castelo Branco; Maria Aleluia Soares de Almeida; Maria Jose Oliveira Albuquerque; Maria Jose de Lima; Maria Zeneida Costa e Sa; Maria da Conceicao da Silva; Maria da Conceição da Silva; Maria de Lourdes Pereira; Maria de Nazaré Lelis dos Santos; Maria do Socorro Lima do Nascimento; Paulo Henrique Lima Nascimento; Rene Xavier da Silva; Rita Barros da Silva; Rita Teixeira Castelo Branco; Rita Teixeira Castelo Branco; Tereza Maria Tomaz
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Nacional de Obras Contra As Secas
Representação legal: não há

021.722/2018-8
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Alcidia Gomes Lopes; Aluisio Pereira de Macedo; Eduardo Felipe Zacarias da Silva; Erisvan Raimundo Neto; Honorina Hilda Euzebio; Isabel Geralda de Azevedo; Joice Silva do Nascimento; Maria Morais Lins; Maria de Lourdes Andrade; Maria de Lourdes Bezerra; Maria do Socorro Silva; Maria do Socorro Silva; Nerci Maria dos Santos; Olindina Maria da Silva Santos; Raimunda Ferreira Dutra; Raimunda de Sousa Silva; Raimunda de Sousa Silva; Rita Maria da Conceiçao; Rita Miranda de Abrantes; Rita Miranda de Abrantes; Rosa de Lima de Medeiros; Simone Raquel da Silva Mota; Vannara Abrantes de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Nacional de Obras Contra As Secas
Representação legal: não há

021.730/2018-0
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Adelia Cabral Cavalcati; Alana Dayana Correia de Santana; Cecilia Nunes de Souza; Cecilia Nunes de Souza; Cleonice Severina da Rocha; Deisy Conceição Monteiro Lins; Djanira Correia da Silva; Djanira Correia da Silva; Djanira de Jesus Costa da Silva; Eliane de Jesus Costa Silva; Elianor Jose Costa Silva; Elianora de Jesus Costa Silva; Evandro Erick de Souza; Geymerson de Souza Santos; Gley Dayane de Jesus da Nobrega; Gleyson de Jesus da Nobrega; Jonata Barbosa; José Generino de Souza Junior; Judith Pinto Matos; Jéssica Delgado Costa; Lais Navarro Xavier; Lindinaldo Jose Costa Silva; Maria da Conceição da Silva; Milca Guimarães da Silva; Pedro Falcão Martins; Rosa Maria Francisca de Amorim; Roselice da Conceição Coutinho da Rocha; Sebastiana de Paiva Ferreira; Severina Agrelli de Siqueira; Sofia Henrique de Oliveira; Sonia Alves de Oliveira; Tarcis Guimarães da Silva; Tereza Florentino de Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado de Pernambuco
Representação legal: não há

021.806/2018-7
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Alderi Muniz da Silva; Alexandre Grangeiro de Sá Barreto; Ana Zelia Matos Esmeraldo; Cleonice de Oliveira Roberto; Célia Correa Pinto Dauer; Francisca Marques de Andrade Rocha; Helena Sena de Macedo; Hilda Maia Martorano; Maria Antonieta Rocha Aguiar; Maria Brito de Holanda; Maria Coelho Rola; Maria Conceicao Oliveira dos Santos; Maria Margarida Fernandes; Maria Perpetua de Oliveira; Maria de Fatima Andrade Lima; Mayna Pamplona de Figueiredo; Raimunda Teixeira Lopes Andrade; Ricci Maia de Figueiredo; Rita Anunciação Nobre; Rosilda Aires Leal; Tamyris Amaral Nobre; Terezinha de Jesus Carvalho
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Ceará
Representação legal: não há

021.824/2018-5
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Edmea Rosa Barros Silva; Eduardo de Mello Souza; Eloa Cabral Daxbacher; Ernesto Pachaco Ribeiro da Silva; Helena Guimarães de Miranda; Helena Guimarães de Miranda; Helena Guimarães de Miranda; Iracema Amaral Ferreira; Juracy Antunes Lapa; Luzinette Albuquerque Faria; Maria Apparecida Goncalves; Maria Cecilia Mendes Ramos; Maria Nazarete de Souza Araujo; Maura Pereira Macedo; Pedro Paskan; Sara Athayde Penteado; Sergio Candido dos Santos; Thayara Athayde Penteado; Vera Braga de Paulo; Vicente Ferreira Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Hospital Federal de Bonsucesso
Representação legal: não há

021.830/2018-5
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Augusto Soares de Lima Filho; Celina Kocher; Clóvis Nunes da Silva; Dejaseth Soares Alves; Elza das Cunha Varques; Joao Marcos de Souza; José Gonçalves; João Vieira da Silva Filho; Juremo Cezario; Laura Maria Vieira Carneiro Lacerda; Manuel Barreiros; Maria Aurea Magno de Carvalho; Maria Diva Rangel Costa Vaz; Maria Terezinha Provençano de Souza; Maria da Gloria Gonçalves Miguel; Maria de Lourdes Viana; Mario Cesar Viana; Nilza Ribeiro de Freitas; Terezinha de Jesus Menezes; Terezinha de Jesus Menezes; Vanessa de Souza Lima; Zulmira Ferreira Fontes
Órgão/Entidade/Unidade: Hospital Federal dos Servidores do Estado
Representação legal: não há

021.911/2018-5
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Ademar Nunes Ferreira; Aglais Eunice Pereira Brito; Amélia Ventura Ramos de Oliveira; Ana Lucia Teixeira Leite; Antonia dos Santos Souza; Antônio Paulo de Sales; Carmen Honoria da Silva; Claudio Adão Nunes; Cleuci Antonia Silva; Doralice de Rezende Carneiro; Edith Braga Machado; Ephigenia Santiago Gonçalves; Geralda de Miranda Mendes; José Machado Reis; Maria Aparecida Santos Pulceno; Maria Jose Ferreira Lopes; Maria José Gonçalves Sarti; Nilton Moura; Paloma Isabelle de Carvalho Mello Rocha; Seir Moutinho Guimaraes; Ângelo Rizzo Filho
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Minas Gerais
Representação legal: não há

021.921/2018-0
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Ana Campos Veloso; Catarina Esmeria da Rocha; Debora Cristina Capucci; Ecila Cardoso de Aquino; Filomena Maria de Santana Camara; Geraldo Henrique de Souza; Jessica Cristina Capucci; José Henrique de Magalhães Santeiro; Leroy Alfred Pinto; Luan Silva Guedes Pinto; Luan Silva Guedes Pinto; Maria de Lourdes Moreira Antunes; Marina da Silva Gonçalves; Rafaella Ramos de Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Minas Gerais
Representação legal: não há

021.927/2018-9
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Alzita Duarte Pinheiro; Antonia Rita de Freitas Ramos; Dulcinea Gomes de Morais; Esmeraldo Ferreira Schmitz; Evelyn Cristina Cavalcante Pereira; Ilda de Castro Campos Bueno; Janie Simermanm de Souza; Lygia Salles Burnay; Margarida Maia Marchesini de Medeiros; Maria Aurea Lopes Magalhaes Ameixoeira; Maria Eugenia da Silva; Maria Helena Pereira Barbosa; Maria Jose da Silva Pilotto; Maria Jose da Silva Pilotto; Paulo Roberto de Andrade Lima Carlos; Thomas Edward Davies; Valeria Cristina Esteves Marques; Valeria Cristina Esteves Marques; Zilda Kahl de Miranda; Zilda Rangel dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

021.930/2018-0
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Adao Tavares; Aida Cunha Belsito; Angelina Eugenia Alves do Nascimento; Antonia Vieira Pereira; Blinete Silva Ferreira da Cunha; Candida Ferreira dos Santos; Cariacy Espínola de Abreu; Edmur Lourenço; Irene de Carvalho Silva; Itacira Barrozo Thomaz; Marco Antonio Silva Ferreira; Maria Jose Leite Palma; Maria Lucia Nunes Scofano; Maria Soares da Silva; Maria de Lourdes Rio de Castro Costa; Marinha Boal Lussac; Marinha Boal Lussac; Natalia Maria da Luz; Nayaad Lourenço Martins Moreira; Solange Brandão Mello; Vagner Moreira dos Santos; Vanessa Palma Moura; Wanda Baptista Aziz; Zilda Dasilva Gomes
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

021.934/2018-5
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Albertina Loureiro Moreira; Ana Vargas de Oliveira; Antonio Ribeiro Filho; Carlinda Galvao da Silva; Celina Cordeiro; Daisy da Silva Calvet; Dalva Natividade Borges; Elizabeth Lusitano Esteves; Gabriel Fajersztajn; Hiago dos Santos Bezerra; Jerusa Albuquerque da Silva; Jose Anibal Ramos da Silva; Manoelina Amelia Cerqueira Ribeiro; Maria Loudes de Brito Sudre; Miguel Romualdo de Stefano; Patricia Silva Penido; Raphael dos Santos Gonçalves; Rayana Aguiar de Souza; Salomé da Silveira Santos Lima; Solange Dias Guimaraes; Sonia Maria Albuquerque da Silva; Sylvio Botelho Carneiro; Thiago Bezerra Caldas
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

021.938/2018-0
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Alcina Pereira dos Santos; Alcina Pereira dos Santos; Arlette Ubatuba; Chirlene Pereira dos Santos; Chirlene Pereira dos Santos; Clara Machado Coelho de Sequeira; Clara Machado Coelho de Sequeira; Dioguina Idalina Vieira; Elza Marcilio Jund; Ithamar Silva de Oliveira; Joaquim Paulino de Carvalho; Lucy Bauerfeldt Ribeiro; Maria Luiza Vilefort de Sá Benevides; Maria Olivacia Martins; Maria Olivacia Martins; Maria Oliveira da Rocha; Odette de Modesto Leal Guaraná; Sebastião de Souza Vidal; Tereza Augusta Barbosa; Vicente Santana de Oliveira; Wellington Gomes Andrade; Zilda Conde Barreto
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

021.945/2018-7
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Alair Marinho Leite; Angelica da Silva; Celina Hilda Kastrup Decourt; Eloah Terezinha Messeder Bernardes; Heloísa de Oliveira Ribeiro; Ines Maria Maciel; Isolda Araujo de Souza Coifman; Jorge Leopoldino da Costa; Lilah Soare Santos Costa; Lilah Soares Santos Costa; Maria Aparecida Malaquias da Silva Maciel; Maria da Penha de Oliveira da Silva; Maria das Graças Maia de Souza; Nadja Sueli Queiroz; Nara Maria da Costa Munhoz; Nara Maria da Costa Munhoz; Sueli de Freitas; Teresa Sauri da Silva; Therezinha Maria Araujo Silva; Vilma Cavallero Ramagem Soares; Vilma Cavallero Ramagem Soares
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

021.949/2018-2
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Ariana Tinoco Sacramento; Celeste de Almeida Cordeiro; Daniel Joao de Souza; Fabricio Berto Stopel de Castro; Guiomar Urbina Telles Mancini; Helena Ferreira dos Santos; Lucas Luiz Sales Pereira; Lucia de Avillez Pugialli; Luilce Clerc da Silva; Luiz Antonio Marcondes Salgueiro Junior; Manoelito de Jesus;

Marcia Contino de Aguiar; Maria Guiomar Leitao de Oliveira; Maria Jose Correia Pereira; Maria Jose Correia Pereira; Maria da Conceiçao Barreto de Carvalho; Marlene Campos Moraes; Mercedes Meire de Araujo; Moises Faria de Jesus; Pedro Henrique Oliveira Mattosinhos; Solange Maria Goncalves; Solange Maria Gonçalves; Vera Moura
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

021.951/2018-7
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Arlindo Cardoso da Silva; Artur Gabriel Rocha de Azevedo; Christiane Augusta Filippo da Cunha; Erika Bacelar Mota Costa; Francisco Jose Azevedo Gonçalves; Gilo de Oliveira Quintino; Joao Baptista Gomes Pinto; Jorge Carlos Bergiante; Jose Francisco Santiago; Luiz Alfredo Bernardo; Luiz Antonio Marcondes Salgueiro Junior; Marcia Marcelle de Almeida Moraes; Maria do Carmo Porto Azevedo; Mariana Zenyth Carvalho Pinho Guimaraes; Marilda Lopes Costa; Mylena Leitão Correa; Roberta do Nascimento Rodrigues; Ruy Leal Machado; Ruy de Oliveira Vianna; Sergio Costa Lessa
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

021.956/2018-9
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Aiesse Maria Chaves Ramalho; Clotilde Fiúza Bocater; Conceição Fernandes de Assis; Erika Kely Reis Daher; Gabriel Wirzma Diniz Carvalho; Hilda da Rocha Dutra; Hilnei Silva Magalhães; Iza Santos de Medeiros; Jaqueline Gomes da Silva; Jorge Hoover Silva Regis; José Margarida; Julmar Pompêo; Leda Martins de Aquino Barbosa; Leda Martins de Aquino Barbosa; Lucy Martins Lima; Mairo Cunha de Carvalho; Margarida da Costa; Nilcea Menezes Bastos; Renata Rabello Monteiro; Renata Siqueira Guimarães de Lima
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

021.963/2018-5
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Adahyl Pinheiro; Ana Beatriz Ferrante Silva Poswolski; Andre Poswolski; Barbara Cortez Luz Maggia; Benedito Barbosa Santos; Bruna de Souza Ranhel; Carlos Roberto de Oliveira; Heraldo Medrado; Isac Szczerbacki; Jorge Luiz Barbosa; Marcos Rafhael Brito Leone; Maria Jose Costa Soares; Maria Regina Lima Vilanova; Maria de Souza Pinhanço; Nilton da Fonseca; Odette de Freitas Pinheiro; Otilia Mercedes de Oliveira Juvencio; Raquel Moura Leone; Renata Werneck Papaseit; Rita Lacerda de Lima; Sidney Maia; Silvio Mariano da Silva; Thalma Virginia Silva; Willian Fernandes de Abreu
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

021.970/2018-1
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Adelino Fernandes Vieira; Antônio Paulo de Lima; Aurea Linhares de Souza; Carlos Alberto dos Santos; Cecília da Silva; Darly Barros Araujo; Davi Ferrucio Ferreira; Fernanda Alves de Lima; Gabriela Dias Moraes; Geraldo Gomes Pereira Pinto; Helson Batista Moraes Junior; Ilza Loredo de Oliveira; Jaqueline Figueiredo da Silva; Joaquim Benedito Filho; José da Costa; Jucely dos Santos Queiroz; Katia Rosane Cevada; Leandro Lassance Madeira; Lucas Henri Pinheiro Lapa; Luis Eduardo Baptista Mendonça; Luiz Carlos Lamas Madeira; Mirian Teresa Alves Pfaltzgraff; Renata Alves de Lima; Rubenita Cavalcante da Silva; Tatiana Ferrucio Ferreira
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional do Câncer
Representação legal: não há

022.107/2018-5
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Albinoan Barros dos Santos; Altamirando de Souza França; Altamiro de Freitas Guimaraes; Amadeu Moreira Fontenele; Amilton Didier de Freitas Guimaraes; Ananias de Farias; Andre Marques da Silva; Anisio Jose Felix; Antides Silva Biau; Antonio Admarinho de Holanda; Antonio Aluisio Araujo; Antonio Alves de Araujo; Antonio Barbosa da Silva; Antonio Barbosa de Freitas; Antonio Benvindo dos Santos; Antonio Camelo Guimaraes; Antonio Celestino Franco de Sa Neto; Antonio Clementino de Holanda
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
Representação legal: não há

022.113/2018-5
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Fernando Hugo Studart da Rocha; Francisca Leite Rocha; Francisca Leite Rocha; Francisco Alves; Francisco Alves Morais; Francisco Alves de Oliveira; Francisco Braga; Francisco Clarindo de Sousa; Francisco Claudino de Sousa; Francisco Edmar de Oliveira Aguar; Francisco Evagelista de Souza; Francisco Everardo Honorato e Silva; Francisco das Chagas Alves; Francisco das Chagas Lima do Nascimento; Francisco de Assis Feitosa de Araujo; Francisco de Assis Freire de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
Representação legal: não há

022.116/2018-4
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Glace Ferreira Porto; Guido Jose Vieira dos Santos; Guilherme Damasceno Fontes; Gumercindo Gomes de Oliveira; Haroldo Filpi; Haroldo Pontes de Vasconcelos; Helio Augusto Rezende de Melo; Helio Barbosa da Silva; Helio Leite Xavier; Helio Serra e Neves; Herminia Aguiar Lima; Herminio Manoel Bezerra Veras; Idelfonso Leandro Gomes; Inacio Sabino de Sousa; Irene Alves de Lima; Irene de Siqueira Araújo Rolim; Itamar Brandao da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
Representação legal: não há

022.118/2018-7
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Jaime Antonio dos Santos; Jaime Ouriques de Lima; Janilson Ferreira; Jeronimo Antonio do Nascimento; Jeronimo Expedito Martins dos Santos; Joana da Silva Goes; Joao Bento Rodrigues; Joao Bispo de Sousa; Joao Caetano Ferreira; Joao Ciro Saraiva de Oliveira; Joao Cordeiro Lins; Joao Felix Teixeira; Joao Francisco dos Santos; Joao Francisco dos Santos; Joao de Oliveira Chacon; João Alves Feitosa; João Barbosa de Souza; João Batista Primo- Alteração; João Bercamis da Silva; João Forte Mota
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
Representação legal: não há

022.124/2018-7
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Jose Martins dos Santos; Jose Maximiano de Sousa; Jose Miguel Paulino; Jose Nilde de Souza; Jose Nunes Silva; Jose Oscar Batista; Jose Pereira da Costa; Jose Pereira da Silva; Jose Pereira de Oliveira; Jose Pereira de Sousa; Jose Raimundo da Silva; Jose Ribamar Anselmo; Jose Ricardo de Sousa; Jose Rodrigues do Nascimento; José Medeiros de Araújo; José Mussoline Gabriele; José Odecio Felix; José Raimundo de Almeida
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
Representação legal: não há

022.130/2018-7
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Pedro Alexandrino da Silva Filho; Pedro Almeida Monteiro; Pedro Augusto de Leitao Cunto; Pedro Cordeiro da Silva; Pedro Henrique Albuquerque; Pedro Jose Torres; Pedro Sodre do Nascimento; Pio Santiago Coelho; Plinio Duarte de Morais; Raimunda Pontes Martins Fernandes; Raimundo Agostinho de Sousa; Raimundo Alves Batista; Raimundo Alves da Costa; Raimundo Barbosa Campos; Raimundo Batista de Oliveira; Raimundo Camelo Medeiros; Raimundo Candido Sobrinho
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
Representação legal: não há

022.132/2018-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Ramiro da Cunha Cavalcante; Ranulfo de Farias Maciel; Reginaldo Lima Maciel; Rita Matos Luna; Roque Tavares de Lima; Roque dos Santos; Rosa Maria Sobrinho de Alencar; Rosalvo Inacio dos Santos; Rozendo Avelino da Silva; Saturnino Batista de Sousa; Sebastiao Alves Jacinto; Severino Anástacio dos Santos; Severino Araujo Pereira; Severino Barbosa de Lima; Severino Correia de Melo; Severino Gonçalves da Silva; Severino Jose de Sousa; Severino Pereira Parnaiba
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
Representação legal: não há

022.350/2018-7
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Armando de Freitas Nobrega; Auta Maria Nunes de Rezende; Deni dos Santos Rodrigues; Eugênio Alves dos Santos; Gilma Rita Wanderley do Lago; Joao Firmino dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

022.693/2018-1
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Manoel Gomes da Silva Filho; Maria da Paz Menezes Mesquita; Oscarina Rocha da Silva; Raimundo Araujo da Rosa; Roseli Ribeiro Braga; Sueli Guerreiro Rodrigues; Yvone Gabbay Mendes; Zelci de Fatima Galiza da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Evandro Chagas
Representação legal: não há

024.400/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Jose Luiz Sepulveda Fernandes; Paula de Souza Oliveira; Tuani Magalhães Guimarães
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Saúde
Representação legal: não há

024.956/2018-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Valéria Eloy Tourinho; Vanair Cristiano; Walter de Almeida Barbosa; Weber Nunes Tavares; Wilma Rodrigues da Costa; Yasuhiko Nakamura
Órgão/Entidade/Unidade: Hospital Federal dos Servidores do Estado
Representação legal: não há

025.120/2018-2
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Benedito Cardoso da Silva; Benice Simes Nunes; Celeste Alita Brasil Cunha Resueño; Clenir Medianeira dos Santos de Castro; Dulce Gonçalves Faleiro; Elga Herma Losekann da Cunha; Francisco Nunes Cavalcanti; Guaracy Marcos Alessi; Idalia da França Simões; Joana Nascimento do Amaral; Josefa Oliveira Santana; Maria Pinheiro dos Santos; Maria da Conceção Frazão da Silva; Nadir Martins Filgueiras; Rosa Maria de Albuquerque Rocha; Zuzete Simoes Dias
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério das Comunicações
Representação legal: não há

025.135/2018-0
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Olga Arturi Cardoso
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado de Goiás
Representação legal: não há

025.158/2018-0
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Raniele Rocha Galvão
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Saúde
Representação legal: não há

025.173/2018-9
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Valdira Santos da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Amazonas
Representação legal: não há

025.202/2018-9
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Maria Leni Pessoa de Lyra
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado da Paraíba
Representação legal: não há

025.207/2018-0
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Dora dos Santos Carneiro
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio Grande do Sul
Representação legal: não há

025.422/2018-9
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Isabel da Silva Farias; Maria da Gloria Santos dos Reis; Maria de Lourdes Silva Carvalho
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Maranhão
Representação legal: não há

025.452/2018-5
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Adelaide Cavalcanti de Castro
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado da Bahia
Representação legal: não há

025.455/2018-4
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Claudio Henrique Guimarães Teixeira; Jose Geraldo Amorim Pereira; Stanley Neri Macau
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Maranhão
Representação legal: não há

025.702/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ana Paula Webber; Andrea Bastos Correa; Andrea Freitas Maciel; Christian Davison Cordova Moreno; Christiane Franca Laud; Diogo Fiuza; Fabricio de Souza Gazolla; Luis Gustavo Garcia dos Santos; Quessia Santos Sotelo; Viviane Moura Martins
Órgão/Entidade/Unidade: Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A
Representação legal: não há

025.723/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Brenda Alexsandra Machado dos Santos; Cesar Antonio da Silva Velho; Clariliane dos Santos Portella; Daiane Barreto Lino Goncalves; Elisangela Orrigo Cardoso; Flaubert Titton Pereira; Julio Cesar da Silva Boiatt Junior; Karina Gerling Muller; Kimerson Thomas da Silva Soares; Vilson Luis Trindade da Cunha
Órgão/Entidade/Unidade: Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A
Representação legal: não há

025.729/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Cristiane Coelho Schaidhauer; Fernando da Cunha Soares; Jaci da Rosa Pinto; Paulo Rogerio Silveira de Souza; Sabrina Almeida Oliveira; Sonia Mara Baum Farias; Tais Antunes Benz; Tatiana Viana; Tatiane Peixoto Faleiro; Yuri Bonet de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A
Representação legal: não há

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800182

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

025.886/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessadas: Fernanda Amorim Hora; Jocicleide Soares do Nascimento
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Saúde
Representação legal: não há

026.007/2012-6
Natureza: Pedido de Reexame (Pensão Civil)
Recorrentes: Lais de Sousa Barreto; Lívia de Sousa Barreto
Interessadas: Lais de Sousa Barreto; Livia de Sousa Barreto
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do INSS - João Pessoa/PB
Representação legal: Rogério Magnus Varela Gonçalves (OAB/PB 9359) e outros, representando Lais de Sousa Barreto

026.067/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessadas: Cristiane Maria da Fontoura Lang; Fabiana de Aguiar Spiercort; Karine Duarte Curvello; Rosmari Soares; Siomara da Silva Rodrigues
Órgão/Entidade/Unidade: Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A
Representação legal: não há

028.488/2018-0
Natureza: Pensão Civil
Interessadas: Josefa Maria da Silva; Maria Cristina da Silva; Maria Gonçalves da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado de Pernambuco
Representação legal: não há

028.685/2018-0
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Maria Valmira de Oliveira Maciel
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Pernambuco
Representação legal: não há

028.689/2018-6
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Sueli Ruoo Neves Tosacni
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Santa Catarina
Representação legal: não há

028.871/2018-9
Natureza: Pensão Civil
Interessadas: Elimara Pinto Marques; Maria Pastor Pinto
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa em Sergipe
Representação legal: não há

028.874/2018-8
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Gleydson de Oliveira Santos; Lucia de Fatima Silva Diniz; Maria de Fatima de Oliveira Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado da Paraíba
Representação legal: não há

028.886/2018-6
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Carlos Barroso de Abreu; Hugo Ramos de Abreu
Órgão/Entidade/Unidade: Hospital Federal dos Servidores do Estado
Representação legal: não há

028.898/2018-4
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Alexandre Correia Monteiro; Chermison Silva dos Santos; Homozilda Honorato da Silva; Karina Silva dos Santos; Karolaine Correia Monteiro; Maria Anunciação Silva dos Santos; Maria Aparecida Silva dos Santos; Stephany Correia Monteiro; Valdenice Vieira Correia
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Amazonas
Representação legal: não há

028.925/2018-1
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Maria Lucia da Silva Souza; Maria Zelia Lima Dias
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Pará
Representação legal: não há

029.371/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Gerson Medeiros da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
Representação legal: não há

029.638/2018-6
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Francisco Moreira de Araujo; Rejane Maria Calou Pinheiro de Melo
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Ceará
Representação legal: não há

029.801/2018-4
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Maria Bernardes Fernandes
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Mato Grosso do Sul
Representação legal: não há

029.818/2018-4
Natureza: Pensão Civil
Interessadas: Gabriela Aparecida Bezerra Ferreira; Maria Rielmar Bezerra Ferreira
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Nacional de Obras Contra As Secas
Representação legal: não há

029.830/2018-4
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Aracy Cardoso Martins; Walcirene Flores Martins
Órgão/Entidade/Unidade: Hospital Federal dos Servidores do Estado
Representação legal: não há

029.879/2018-3
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Evany Sousa Oliveira; Manuel de Jesus Oliveira Junior; Simone Rodrigues Inácio Liveira
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado de Alagoas
Representação legal: não há

029.883/2018-0
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Maria Catarina Hoffmann
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado de Santa Catarina
Representação legal: não há

029.887/2018-6
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Edhardman Vieira da Silva; Marilene Pereira da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Paraíba
Representação legal: não há

029.904/2018-8
Natureza: Pensão Civil
Interessadas: Fatima Maria Ferreira Neves; Francisca Aniely Costa Sousa Pereira; Vanda Maria Ferreira Pereira
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Ceará
Representação legal: não há

029.906/2018-0
Natureza: Pensão Civil
Interessadas: Dulcinea Junqueira Sacramento de Andrade; Ellen Regina Oliveira Silva; Margaret Ferreira Gomes; Maria Celia Lopes Santos Lima
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Minas Gerais
Representação legal: não há

030.309/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Denis dos Santos Barros; Merieli de Azevedo Mello; Roberto Soares Alves
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Saúde
Representação legal: não há

033.254/2018-4
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Cesar Ribeiro da Costa Ávila; Ercio Amaro de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio Grande do Sul
Representação legal: não há

033.257/2018-3
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Carlos Eduardo Monteiro de Barros Roxo; Carlos Lopes; Carlos Alberto de Araújo Oliveira; Ivanildo Weber
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de São Paulo
Representação legal: não há

033.271/2018-6
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Massakazu Kohatsu
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de São Paulo
Representação legal: não há

Ministro AROLDO CEDRAZ

002.224/2015-1
Natureza: Representação
Representante: Francisco de Sales Mendes Junior
Responsável: Dinaldo Medeiros Wanderley Filho
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Patos/PB
Representação legal: John Johnson Gonçalves Dantas de Abrantes (OAB/PB 16.630) e outros, representando Prefeitura Municipal de Patos/PB

003.216/2018-7
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Carmelo Zitto Neto; Enilson Roberto da Silva; Francisco Prado de Oliveira Ribeiro; Trabalhadores Nas Indústrias de Alimentação de Barretos
Órgão/Entidade/Unidade: Entidades e Órgãos do Governo do Estado de São Paulo
Representação legal: não há

003.733/2011-4
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Didimo Graciliano de Oliveira; Jose Jaconias de Araujo; Jose Jaconias de Araujo
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Nacional do Índio
Representação legal: não há

004.159/2018-7
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Manuelina Ferreira Simão Silva; Maria Adelaide de Souza Ferreira; Roseli de Fatima Martins; Silvia Maria Alves Borges
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
Representação legal: não há

010.866/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Jeferson Custodio Carvalho Natal; Jose Ricardo Lira de Castro; João Luiz Germani Junior; Julio Yukio Shimizu; Karina Ferreira Borges; Marco Lucio Rosa Batista; Maria Goreti Puhl; Maria Patricia Lins Barbosa; Mario Jorge de Figueiredo Rocha Plaisant; Monaliza Barbosa Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Petrobras Distribuidora S.A. - MME
Representação legal: não há

023.764/2007-4
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Beatriz Silva Griebeler; Cecilia Medeiros Lima; Dolôres Virginia Sales Teixeira; Edith Santos Queiroz; Emilia Maria de Oliveira; Luis Antonio Oliveira Teixeira; Luiza Amelia Mattos; Maria de Lourdes Sales Teixeira; Viviane Oliveira Teixeira
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do INSS - Curitiba/PR - INSS/MPS
Representação legal: Claudio Renato do Canto Farag (14.005/OAB-DF) e outros, representando Cecilia Medeiros Lima

024.325/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Bruno Cesar Rattis Silveira; Bruno França da Silva; Daniel Dores Alves; Emerson Delair Bandeira da Silva; Gabriel Bastos Guimarães Pereira; Immer Gomes Ross Junior; Rafael dos Santos Freitas; Ricardo Araujo Esquerdo; Willians Simões dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Sociedade Fluminense de Energia Ltda
Representação legal: não há

024.359/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Bruno Felipe de Carvalho; Caio Araujo Cunha; Elaine Santos Freire; Marta de Melo da Silva Sousa; Priscilla Guerreiro de Azeredo
Órgão/Entidade/Unidade: Petrobras Biocombustível S. A
Representação legal: não há

025.466/2018-6
Natureza: Representação
Representante: CNPJ BK Consultoria e Serviços Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Transportadora Brasileira e Gasoduto Bolívia-Brasil S.A.
Representação legal: Denise Sayao Vieira (OAB/RJ 89.157) e outros, representando Transportadora Brasileira e Gasoduto Bolívia-Brasil S.A.; Giselle Ashitani Inouye (OAB/SP 225.406) e outros, representando BK Consultoria e Serviços Ltda.

025.632/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Elisabete Xavier de Albuquerque Mosca; Fabio Rodrigues Vieira; Fagner Monteiro Nascimento; Francisco Willian Carvalho de Araújo Oliveira; Ivanildo Weber; Guilherme Carrion Vieira Acosta; Jorge Lucas Paz da Silva; Raquel Veronica Allegretti
Órgão/Entidade/Unidade: Defensoria Pública da União
Representação legal: não há

025.707/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Fernanda Marina Guimaraes
Órgão/Entidade/Unidade: Defensoria Pública da União - DPU
Representação legal: não há

026.162/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Diego Fontenele Oliveira Castro
Órgão/Entidade/Unidade: Agência Nacional de Energia Elétrica
Representação legal: não há

026.190/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Luiza Clemente Cardoso
Órgão/Entidade/Unidade: Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais

026.219/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Elessandro Peixoto Silva; Everson Lichtenecker de Aguiar; Juliana Lourencao; Weslley Natan da Rocha
Órgão/Entidade/Unidade: Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais
Representação legal: não há

028.322/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Bernardo Rozen Gomes de Andrade; Jonathan Marcello de Oliveira Pinto; Marcelo Costa de Godoy
Órgão/Entidade/Unidade: Eletrobrás Termonuclear S.A
Representação legal: não há

028.538/2018-8
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Cléia Maria Paulo Maia; Ruth de Souza Silveira Jobim
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
Representação legal: não há

028.641/2018-3
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Lecy Maria da Conceição
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
Representação legal: não há

029.377/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Marina Correa Xavier
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
Representação legal: não há

029.519/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Fabio Panno
Órgão/Entidade/Unidade: Petróleo Brasileiro S.A
Representação legal: não há

029.520/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Camila Penido Gomes
Órgão/Entidade/Unidade: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis
Representação legal: não há

029.527/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Rick Carvalho de Oliveira; Samuel Lucas Chagas
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
Representação legal: não há

029.913/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Vito da Silva Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Boa Vista Energia S/A
Representação legal: não há

030.275/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alex Frank Souza da Costa; Alex Vasconcellos da Silva Guedes; Carlos Alexandre Nogueira Alfradique; Danilo Araujo Carvalho; Diogo Kopke de Souza; Edivaldo Nascimento Tavares; Fabio da Silva Vieira; Francisco Jailton da Costa; Gustavo Henrique de Oliveira Miranda; Homerio Medeiros da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Petróleo Brasileiro S.A
Representação legal: não há

030.322/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Janice Tavares de Oliveira; Jeanete Fernandes de Souza; Josue dos Santos Cruz; Juliana Mello Vieira; Julio Cesar Rodrigues de Souza Fiorillo; Leandro Rustick; Sinval Jose de Oliveira Junior; Suzana Mensch de Carvalho; Tereza Cristina Clark Ribeiro; Wallace Lopes Luiz
Órgão/Entidade/Unidade: Furnas Centrais Elétricas S.A
Representação legal: não há

030.363/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Newton Brito Simao
Órgão/Entidade/Unidade: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis
Representação legal: não há

030.455/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Leticia Marcos Goncalves; Luana de Lima Saraiva; Pedro Emanuel Barreto de Azevedo; Talita Macedo Romeu
Órgão/Entidade/Unidade: Defensoria Pública da União
Representação legal: não há

030.530/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Fernanda Gabriela Braga Fernandes da Cruz
Órgão/Entidade/Unidade: Defensoria Pública da União
Representação legal: não há

031.507/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Anderson Luiz Gomes Leite; Ciro Dias Arantes Candido; Fabio Virgilio dos Reis Filho
Órgão/Entidade/Unidade: Petróleo Brasileiro S.A
Representação legal: não há

031.925/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Tarita da Silva Costa; Weibson Gustavo de Souza Gomes
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério de Minas e Energia
Representação legal: não há

031.990/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Felipe Jaber Castro; Fernanda Gomes do Nascimento; Fernanda Rodrigues dos Santos Oliveira; Isabele Paiva de Andrade; Israel Wallysson Freitas da Silva; Itamar Perazzo Leite Galvao; Jaime Cesar de Carvalho Junior; Joao Queiroz Krause; Josie de Assis Francisco Henriques do Nascimento; Leandro Pereira Rovedo
Órgão/Entidade/Unidade: Centrais Elétricas Brasileiras S.A
Representação legal: não há

032.023/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ana Cristina de Sousa; Ricardo Rodrigues da Silva Felix
Órgão/Entidade/Unidade: Liquigás Distribuidora S.A. - Petrobras
Representação legal: não há

032.149/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Gabriel de Freitas Martins; Ildegardes Martins Coimbra Junior; Jean Jorge Silva Castro; Joao Marcelo Conforte de Mello; Karina Clouz Ferreira dos Santos; Leidiane de Araujo Ribeiro; Ludimila Reis Alves; Marcelo Ribeiro Martins; Marcos Humberto Alves Santana; Mariana da Fonseca Jantalia
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
Representação legal: não há

032.207/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Amanda Machado Dias Rey; Amanda Mesquita Kuster; Amanda Pereira de Oliveira Cerqueira; Amanda Ribeiro Costa; Amaral dos Santos Placido Junior; Ana Cristina Moreira Dias Coelho; Ana Flavia Laignier Costa; Ana Maria Pereira Gomes; Ana Paula da Silva Coimbra; Ana Ravenna da Silva Lins Galvão
Órgão/Entidade/Unidade: Defensoria Pública da União
Representação legal: não há

032.211/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Carolina Lopes Magnus; Carolina Villar Lopes; Chrismary Cruvinel Queiroz; Cilene Cunha Prado; Cinthia Ferreira de Souza; Cintia Collaco de Oliveira; Claudia Alves de Barros; Clemens Emanuel Santana de Freitas; Cristiano Otavio Costa Santos; Cristiano dos Santos de Messias
Órgão/Entidade/Unidade: Defensoria Pública da União
Representação legal: não há

032.218/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Jorge Luiz Fernandes Pinho; Jose Celio Pessoa Fonteles; Jose Lucas Coutinho Junior; Jose Lúcio do Nascimento Neto; Jose Nei Rodrigues Martins; Jose Ricardo Macedo Maia; Joseilda Soares dos Santos; Josias Fernandes de Oliveira; João Paulo Rodrigues de Castro; Julian Trevia Miranda
Órgão/Entidade/Unidade: Defensoria Pública da União
Representação legal: não há

032.221/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Luciana Tiemi Koga; Luciano da Silva Nascimento; Lucirene Modesto Queiroz; Ludmila Almeida Arlego Paraguassu; Luis Carlos Gontijo de Oliveira; Luiz Felipe Galdino Sallaberry; Luiz Henrique Carvalho Braid; Luiz Izidro da Silva Neto; Luiza Cavalcanti Bezerra; Luiza de Almeida Leite
Órgão/Entidade/Unidade: Defensoria Pública da União
Representação legal: não há

032.228/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Pedro Wagner Assed Pereira; Rafael Miranda de Amorim; Rafael Nardi Marchilli; Rafael Tavares Simao; Rafaela Ferreira de Oliveira; Rafaela de Araujo Barros Costa; Raphael de Paula da Silva; Raphael de Souza Lage Santoro Soares; Rebeca de Vasconcelos Barbosa; Reginaldo Bezerra de Sousa
Órgão/Entidade/Unidade: Defensoria Pública da União
Representação legal: não há

032.233/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Verena Maria Oliveira Borges; Victor Manfrinato de Brito; Victor Menezes Barreto; Vivian de Almeida Sieben Rocha; Viviane Medeiros Diogenes; Viviane Medeiros de Nardi Maia; Viviane Pavalecini; Walber Rondon Ribeiro Filho; Walter Queiroz Noronha; Welmo Edson Nunes Rodrigues
Órgão/Entidade/Unidade: Defensoria Pública da União
Representação legal: não há

032.567/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Carolina Maria Silva Serra
Órgão/Entidade/Unidade: Defensoria Pública da União
Representação legal: não há

032.826/2018-4
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Celeste de Jesus Ferreira da Silva; Viviane Maria Penha Aguiar
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
Representação legal: não há

033.039/2017-8
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: GTC Distribuidora de Medicamentos Ltda - ME; Normandi Jose Rosa; Olivio Brandelero; Sobieski e Sobieski Ltda - ME
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Santa Izabel do Oeste - PR
Representação legal: Marijani Blasius Ribeiro (42599/OAB-PR), representando Normandi Jose Rosa e Olivio Brandelero

033.820/2018-0
Natureza: Representação
Representante: Lanconex Tecnologia, Comércio, Importação e Exportação - Eireli ME
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
Representação legal: Tiago Sandi (OAB/SC 35917) e outros, representando Lanconex Tecnologia Comercio Importação e Exportação - Eireli

035.276/2017-7
Natureza: Representação
Representante: Rizoma Engenharia Paisagismo e Serviços Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Centrais Elétricas Brasileiras S.A.
Representação legal: Daniel de Araújo Marquez, representando Eletrobrás Termonuclear S.A.; Paulo Fernando Zatorre Medeiros e outros, representando Rizoma Engenharia Paisagismo e Servicos Ltda.

036.741/2016-7
Natureza: Representação
Representantes: CTIS Tecnologia S.A. e PC Service Tecnologia Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Caixa Econômica Federal
Representação legal: Guilherme Lopes Mair (OAB/DF 32261) e outros, representando Caixa Econômica Federal; Juliano Ricardo de Vasconcellos Costa Couto (OAB/DF 13.802) e outros, representando CTIS Tecnologia S.A.

Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

001.119/2016-8
Natureza: Representação
Representante: 1ª Vara da Comarca de Conceição do Araguaia
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Conceição do Araguaia/PA
Representação legal: não há

003.634/2018-3
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Ismael Menezes Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado da Bahia
Representação legal: não há

003.897/2018-4
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Maria Ribeiro Pereira
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Paraná
Representação legal: não há

005.216/2014-1
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Darcy Santos de Azevedo
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão no Amapá
Representação legal: não há

006.427/2018-9
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Elza Gomes de Amorim Mesquita; Felícia Fernandes da Silva; Maria Aparecida Bellato Lavall; Marília Dirceu Silva; Milton Marliere; Salim Fraiha
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de Minas Gerais
Representação legal: não há

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800184

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

008.368/2013-9
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Sebastiana da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão em Roraima
Representação legal: não há

010.975/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Claudio Mussoi
Órgão/Entidade/Unidade: Cobra Tecnologia S.A
Representação legal: não há

011.110/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Jorge Luiz Alves de Souza; João Daniel Scheffer
Órgão/Entidade/Unidade: Cobra Tecnologia S.A.
Representação legal: não há

011.330/2018-0
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Geova Gomes da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Banco Central do Brasil
Representação legal: não há

013.777/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Mauri Caldeira Reis
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Federal da 1ª Região
Representação legal: não há

014.197/2018-9
Natureza: Aposentadoria
Interessados: João Batista de Paiva Amorim; Joaquim Martins Pereira; Jofilo Soares Mendes; José Carlos de Faria e Souza; José Domingos Correa; José Francisco de George Silva; José Lauro Persch; José Tadeu Ferreira Rego; José William Assunção Loscio; Kiva Soares Paiva
Órgão/Entidade/Unidade: Banco Central do Brasil
Representação legal: não há

014.198/2018-5
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Léo Lopes de Figueiredo; Luiz Antônio Rocha; Luiz Artur Batelli; Luiz Gastão de Lara; Manoel Alexandre de Freitas Filho; Maria Helvécia Arruda Moura; Maria da Graça Menezes Cathala Loureiro; Maria de Fatima Cavalcante Tosini; Narciso Aragão de Souza; Nicolau Krayyem Arbex
Órgão/Entidade/Unidade: Banco Central do Brasil
Representação legal: não há

014.306/2018-2
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Heloisa Bacellar Ahlert; Jorge Luiz Vieira de Melo; José Carlos Cordeiro Leite; Marcelle Ribeiro Marins; Maria Aparecida Monteiro Ferreira; Maria Aparecida Nolasco; Maria Auxiliadora Lethier Paes; Maria das Merces Cunha Vilas Boas; Martha Rita Nicolas Soares; Miriam Cristina Ferraz Junto
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

014.308/2018-5
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Nara Lúcia de Albuquerque Melo Nogueira; Noemia de Souza Machado; Penha Maria Oliveira Faber; Regina Célia Alves do Nascimento; Sergio Luis Carneiro da Cunha e Mello; Tânia Mara Ventura Alonso; Thereza D'Ávila Cordeiro Gomes Hespanhol
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

014.310/2018-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Laerte Francisco Mattos; Marisley Gomes Silvério; Roberta Sfoggia
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina
Representação legal: não há

014.311/2018-6
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Calixto Adas; Jocélio Pereira Ferreira; Joyce Areco Penque; Maria Adelaide Alves Lopes; Maria de Lourdes Pitarello Peixoto; Mylene Canezin Leão; Mário Mikio Shimabukuro; Paulo Sueo Suetugo; Rosangela dos Santos; Selma Betânia Rodeguero Gonçalves
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo
Representação legal: não há

014.934/2018-3
Natureza: Representação
Representante: Procomp Indústria Eletrônica Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Caixa Econômica Federal
Representação legal: César Pinheiro Morales (OAB/SP 177.968) e outros; Guilherme Lopes Mair (OAB/DF 32.261) e outros; Gilberto Mendes Calasans Gomes (OAB/DF 43.391) e outros

023.204/2018-4
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Maria Hermice dos Santos Borges
Órgão/Entidade/Unidade: Superior Tribunal de Justiça
Representação legal: não há

024.085/2018-9
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Beatriz Mendes Fortuna
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ
Representação legal: não há

024.142/2013-1
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Conceição Soares Noronha Oliveira; Irene Junior Carvalho dos Santos; José Maria Lopes; Maria Luzia Santos de Moraes; Maria das Graças dos Santos Barreto; Maria de Fatima Barbosa Lima; Pedro Paulo Soares Barreto; Rosa Maria Campos Guimbal; Waldir Ferreira da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão no Amapá
Representação legal: não há

025.840/2009-3
Natureza: Pensão Civil
Interessadas: Berenice Fonseca Santos; Iracema Maria da Fonseca
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do INSS - Belo Horizonte/MG
Representação legal: Cristiane Campos de Figueiredo Silva (54.658/OAB-MG) e outros

026.983/2018-4
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Denise Santos Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ
Representação legal: não há

027.164/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Bernardo Tinoco de Lima Horta; Bruno Anderson Santos da Silva; Camila Dechicha Parahyba; Camila Franco e Silva Velano; Camila Martins Tonello; Ciro José de Andrade Arapiraca; Clara da Mota Santos; Claudio Cezar Cavalcantes; Cláudio Henrique Fonseca de Pina; Célia Regina Ody Bernardes
Órgão/Entidade/Unidade: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 1ª Região/DF
Representação legal: não há

027.166/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Daniel Guerra Alves; Daniela Alexandra Pardal Araújo; Daniele Abreu Danczuk; Diego Carmo de Sousa; Diego Leonardo Andrade de Oliveira; Diego de Amorim Vitorio; Diogo Negrisoli Oliveira; Domingos Daniel Moutinho da Conceição Filho; Débora Cardoso de Souza Vilela; Eduardo Ribeiro de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 1ª Região/DF
Representação legal: não há

027.195/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Fernanda Bohn
Órgão/Entidade/Unidade: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 4ª Região/RS
Representação legal: não há

027.239/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Marcelo Chaves
Órgão/Entidade/Unidade: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 4ª Região/RS
Representação legal: não há

027.376/2018-4
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Maria Helena Peçanha Nobrega Fonseca
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ
Representação legal: não há

027.501/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Jaqueline Teresinha Silveira Machado
Órgão/Entidade/Unidade: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 4ª Região/RS
Representação legal: não há

027.556/2018-2
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Edson Kazuyuki Sakotani
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP
Representação legal: não há

027.570/2018-5
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Elvira Sgarzini Lopes
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP
Representação legal: não há

027.662/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Jaqueline Laila Komoda
Órgão/Entidade/Unidade: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 3ª Região/SP
Representação legal: não há

027.751/2018-0
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Lina Rodrigues de Sylos
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP
Representação legal: não há

027.816/2013-3
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Antônio Gonçalves da Costa; Davina Coimbra de Araújo; Domingas Florença da Penha; Edilson Rocha de Oliveira; Maria Alice Marques dos Santos; Maria de Nazaré Pinheiro da Silva Oliveira; Nazir Ribeiro Coutinho; Paula Ferreira dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão no Amapá
Representação legal: não há

028.547/2018-7
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Severina Helena de Lima
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP
Representação legal: não há

028.642/2018-0
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Edela Franke
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul
Representação legal: não há

028.647/2018-1
Natureza: Aposentadoria
Interessado: João Viana Araújo
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região/AC e RO
Representação legal: não há

028.656/2018-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Fernando Antônio Lourenço Frederico; Maria Lúcia Ferreira Coutinho; Sérgio Tinoco
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ
Representação legal: não há

028.658/2018-3
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Maria Emília Céu Bertonazzi; Osvaldo da Costa Bravos
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP
Representação legal: não há

028.889/2018-5
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Augusto Rodrigues Afonso Neto; Mauro de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Seguros Privados
Representação legal: não há

029.031/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Lúcia Helena Villela Armênio Consolim; Márcio Rogério Capelli
Órgão/Entidade/Unidade: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 3ª Região/SP
Representação legal: não há

029.324/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ivson Weliton Falconeri de Menezes; João Peixoto de Oliveira Rocha; Lucas Borges da Silva; Yago Barbosa Monteiro
Órgão/Entidade/Unidade: Banco do Nordeste do Brasil S.A.
Representação legal: não há

029.334/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Edmilson dos Santos Gonçalves Junior
Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria da Receita Federal do Brasil
Representação legal: não há

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800185

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

029.379/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Ramon de Freitas Elias Campos
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Eleitoral de Goiás
Representação legal: não há

029.386/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Cinthia Faissal Pessoa
Órgão/Entidade/Unidade: Justiça Federal de Primeiro Grau - RJ
Representação legal: não há

029.388/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Marta Lorena Nascimento Araújo Guimarães
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região/BA
Representação legal: não há

029.395/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Carlos César Silva de Oliveira; Maria Bethânia Rodrigues Bueno
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região/MA
Representação legal: não há

029.523/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Aline Cristina Thibes
Órgão/Entidade/Unidade: Superior Tribunal de Justiça
Representação legal: não há

029.533/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Marcel Lucas Gomes de Freitas; Mariana Correa Caixeta; Ralph Werner Gomes Viegas
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais
Representação legal: não há

029.540/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: André Filippe Vieira
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina
Representação legal: não há

029.541/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Andrey Franchini Tornatore; Carla Carolina Balan; Eliz Carahyba Dias e Silva; Flávio dos Santos Gomes; Francisco Eduardo Pacheco Filho; Gabriel Herrera; Géssika Morgana Silva Santos; Lucas Rodrigo Cândido; Miquéias Cavalcante de Lima; Ramon Resende da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo
Representação legal: não há

029.549/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Glauber Vitor Oliveira Laranjo
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região/RS
Representação legal: não há

029.551/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Raissa Caroline Loureiro Peixoto; Renata Cristina Rios de Oliva; Vinício Nogueira Monteiro; Wasislewska Ramos
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ
Representação legal: não há

029.582/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Caio César de Paula
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região/MT
Representação legal: não há

029.631/2018-1
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Marly Linhares de Albuquerque
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais
Representação legal: não há

029.867/2018-5
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Berenice Costa Marinho; Laudelina Joana da Silva; Matheus Luís Formiga da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Fazenda
Representação legal: não há

029.936/2018-7
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Heloise Simone Nogueira Vaz
Órgão/Entidade/Unidade: Superior Tribunal de Justiça
Representação legal: não há

030.256/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Carlos Emílio Barbosa Antônio; Caroline Soares Lacerda; Cláudia Mikaele do Prado Sorrentino; Diogo Gomes Silva; Gabriela Santos Ahnert; Ilagilsan de Sousa Gil Santiago; Isabella Cardinali Antunes Lauriano; José Airton Bezerra Lima Junior; Maiara Ariella Beliz de Queiroz; Sérgio Sierro Leal
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Federal da 1ª Região
Representação legal: não há

030.306/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Marcelo Ramos Lisboa; Rodolpho Guerreiro do Amaral
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Fazenda
Representação legal: não há

030.335/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Caroline Costa da Silva Motta
Órgão/Entidade/Unidade: Supremo Tribunal Federal
Representação legal: não há

030.385/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Bruno Barbosa Lima Diniz; Danielle da Silveira Pereira; Edenilson Simas Farias; Felipe de Souza Barroso Guimarães; Guilherme Vidal Vieira Guerra; Marcos Vinícius de Lima Silva; Ricardo Teixeira Aguiar Cunha
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Federal da 2ª Região
Representação legal: não há

030.390/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriano Nantes Paim; Ana Luiza Therezinha do Couto Del Vecchio; Angelita Favarin Rech de Medeiros; Liana Dantas Rocha; Ricardo Di Sessa Amaro
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP
Representação legal: não há

030.421/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Jackson Iszczuk Almeida Bryk
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região/SE
Representação legal: não há

030.425/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessadas: Mônica Cambuí de Melo; Tarsila Costa de Oliveira Dantas
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região/MS
Representação legal: não há

030.436/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Filipe Dias Kohnert Seidler
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região/AM e RR
Representação legal: não há

030.441/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Danilo Mandetta Neto
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Federal da 3ª Região
Representação legal: não há

030.452/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Cinthia Naomi Honna; Maxwell Xavier de Andrade
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP
Representação legal: não há

030.509/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Rafael Miaki Sobreira
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região/AC e RO
Representação legal: não há

030.536/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ernandes de Moura Batista; Ian Carvalho Rosário; Jailton Anares da Silva; Lívia Lorena Freitas Gomes; Marina Soares Mendes; Melquizedeque Sá Soares; Nilton Silva Araújo Filho; Patrick Palácio Brasil; Paula de Sousa Lima; Rafael Arcangelo Lima da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Banco do Nordeste do Brasil S.A.
Representação legal: não há

030.537/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: André de Araújo Viana; João Batista Gomes Pereira; Tarcísio de Sousa Martins dos Anjos; Thiago Cavalcante Costa
Órgão/Entidade/Unidade: Banco do Nordeste do Brasil S.A.
Representação legal: não há

030.604/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Amanda Maria Pessoa Teófilo Arruda; Antônio Francisco de Mesquita Lima; Efraim Felipe de Assis; Hendo Pontes Cruz; Jefferson Douglas de Oliveira Morais; Karina Yukie Nascimento Kataoka; Laert Valois Rios Carneiro; Leandro Souza Santana; Lucélia Cristina Oliveira Siqueira; Wander Lonardelli
Órgão/Entidade/Unidade: Banco do Nordeste do Brasil S.A.
Representação legal: não há

030.612/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Larissa da Silva Vieira de Lima
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região/AC e RO
Representação legal: não há

030.784/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Laís Coutinho Horta Costa; Lohane Caixeta de Camargos; Marcelo Akio Kitahara; Miqueias Souza Ribeiro; Nildete da Silva; Rachel Marins Nunciato; Sebastião Eudes Alves; Simone de Melo Murta; Vitor Rafael Keuper; Yuri Araújo Costa
Órgão/Entidade/Unidade: Banco do Brasil S.A.
Representação legal: não há

030.801/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Ana Paula Nunes Guimarães
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência - Dataprev
Representação legal: não há

030.822/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Davi Castro Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região/AL
Representação legal: não há

031.082/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Albert Wickey Lira de Lucena
Órgão/Entidade/Unidade: Banco do Brasil S.A.
Representação legal: não há

031.090/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: José Estevam Chaves Braga
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Federal da 2ª Região
Representação legal: não há

031.097/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Tiago Moreira Salvan
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Federal da 4ª Região
Representação legal: não há

031.279/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Bruna Carolline Azevedo dos Anjos
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco
Representação legal: não há

031.343/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Danieli de Oliveira Soares
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região/RS
Representação legal: não há

031.349/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Fernanda Santos Braga de Oliveira Cardoso
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região/BA
Representação legal: não há

031.412/2018-1
Natureza: Representação
Representante: Deputado Distrital Wasny de Roure
Órgão/Entidade/Unidade: Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF)
Representação legal: não há

031.491/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Laura Sampaio de Sá Oliveira Fortes; Leonardo Barbosa Araújo; Neiane Ferreira Soares Gomes; Vanessa de Oliveira Muzel
Órgão/Entidade/Unidade: Banco do Brasil S.A.
Representação legal: não há

031.518/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Clodoaldo Monteiro Lima; Demétrius Moises Leite de Mendonça Lima
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Fazenda
Representação legal: não há

031.600/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Renata Libanio Lima
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Federal da 4ª Região
Representação legal: não há

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800186

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

032.146/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Gustavo Moreira Carvalho; Micael Ferreira Fernandes; Priscila Freitas Santos; Raquel Aparecida de Carvalho Oliveira Messina
Órgão/Entidade/Unidade: Superior Tribunal de Justiça
Representação legal: não há

032.154/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Everton do Nascimento Niza; João Carlos Eilert Filho; José Mário Guedes Miguez Filho; Mariana de Moraes Souza Araújo; Mayra Cáceres Barbosa de Oliveira; Nicolle Nagle de Sousa Wayhs
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso
Representação legal: não há

032.155/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alan Marques de Carvalho; Alana Pinheiro Tourinho; Alex Adam Ramos de Aquino; Arthur Barros Braga; Bruce Jeckson de Vasconcelos; Carlos Antônio de Barros; Cesarina Menezes da Costa Sousa; Cláudio Roberto Mesquita da Silva; Cristiano Rebelo Rolim; Cícero William de Souza Luna
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Eleitoral do Pará
Representação legal: não há

032.159/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Rafael Câmara de Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba
Representação legal: não há

032.160/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessadas: Camila Maria Ferro Silva; Larissa Suellen Fernandes da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Eleitoral do Piauí
Representação legal: não há

032.163/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Elza Akemi Andako Matsumoto
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Federal da 3ª Região
Representação legal: não há

032.164/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Mateus Silva Mendes
Órgão/Entidade/Unidade: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 3ª Região/SP
Representação legal: não há

032.168/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Antônio José Miranda Pureza
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região/GO
Representação legal: não há

032.169/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Bruna Maria da Silva dos Santos; Carlane Crescente Dias Rocha de Moraes; Daniele Jordânia Silva Cunha; Everton Mendes Tenório
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região/PA e AP
Representação legal: não há

032.203/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Pedro Ivo Tenório de Brito Toledo Arruda
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região/MT
Representação legal: não há

032.675/2018-6
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Silvestre Fonseca de Lima
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Maranhão
Representação legal: não há

032.676/2018-2
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Arnald Rodolphus Rhodius; Clovis Batista da Silva; Creuza Lonardoni Francisco; Fátima Maria Lima de Paula; Josefa Pereira Araújo; Raimunda Marculino Medeiros
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de Mato Grosso
Representação legal: não há

032.683/2018-9
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Carlos Alberto Costa Dutra
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de Santa Catarina
Representação legal: não há

032.828/2018-7
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Eudo Mamede da Costa
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Eleitoral do Pará
Representação legal: não há

032.833/2018-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Célia Maria Guimarães Ferros; José Siqueira Silva; João Marcelo Palazzo; Selma Higa
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Federal da 3ª Região
Representação legal: não há

032.838/2018-2
Natureza: Aposentadoria
Interessado: João Pinheiro de Moura
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região/PA e AP
Representação legal: não há

033.036/2018-7
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Maria das Dores Bento Martins
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Rio Grande do Norte
Representação legal: não há

033.038/2018-0
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Aleida Lemos Ramos; Miriam Lopes Rodrigues Panzero; Zilda Angrimani
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de São Paulo
Representação legal: não há

033.098/2018-2
Natureza: Pensão Civil
Interessado: César Antônio de Oliveira Camargo
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP
Representação legal: não há

033.395/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Jailson Laurentino; Monique Pítsica
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina
Representação legal: não há

033.473/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Valéria Iara Correa de Almeida Gomes
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

Ministra ANA ARRAES

022.347/2016-0
Natureza: Monitoramento
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Pelotas
Representação legal: Não há

025.885/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Mary Geane Pinto Ramalho; Perla Faria Coura; Raquel Furtado de Assuncao; Rodrigo Veras Barrozo; Simone Hengstler Migowski Carvalho; Tecio Lima Gomes e Viviane da Silva Dantas
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
Representação legal: não há

026.349/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adelio Agapito Ferreira de Souza; Adriano Pereira Fernandes; Afonso Bento Bezerra Junior; Aleson Fonseca Araujo; Alesson de Brito Silva e Aline Sousa Passos
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
Representação legal: não há

028.692/2018-7
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Jurema Santos Rozsanyi Nunes
Órgão/Entidade/Unidade: Advocacia-Geral da União
Representação legal: não há

029.331/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Jaqueline Alves de Almeida Calabria
Órgão/Entidade/Unidade: Comissão Nacional de Energia Nuclear
Representação legal: não há

029.340/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Wiran Ribeiro Machado
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento de Polícia Rodoviária Federal
Representação legal: não há

029.418/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Ciro Gilberto Nunes
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria Regional da ECT
Representação legal: não há

029.475/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Carlos Henrique Farias dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento de Polícia Rodoviária Federal
Representação legal: não há

029.828/2018-0
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Izabel Gonçalves Vieira e Mauro André Augusto Leitão
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional de Tecnologia
Representação legal: não há

030.248/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Helen Wernik Nascimento
Órgão/Entidade/Unidade: Agência Espacial Brasileira
Representação legal: não há

030.287/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Pedro Umbelino da Costa
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
Representação legal: não há

030.289/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Carlos Josean Nogueira Coimbra; Ernandes Alves de Lima; Francisco Mardonio Oliveira Araujo; Jefferson Ferreira Silva e Luciano Marques do Nascimento
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
Representação legal: não há

030.515/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alex Martins Arnaldo; Amanda Vieira Silva; Anderson Alves de Oliveira; Anderson Lopes Nogueira Faria; Anderson Roberto Araujo da Mota; Anderson Xavier de Almeida; Andre Fernando Alves Araujo; Andre Franca Braz de Queiroz; Andre Rodrigues da Costa e Andre de Sousa Cruz Neto
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
Representação legal: não há

030.520/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Flavio Pereira Gualdi
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
Representação legal: não há

030.531/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Jose de Oliveira Rios Junior e Rhamona de Sousa Aragao
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento de Polícia Rodoviária Federal
Representação legal: não há

030.618/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Abadia Barbosa; Augusto da Fonseca Ribeiro; Bruno Carneiro Pereira; Bruno Lima Tito Pereira; Carlos Alberto Messias Vasconcelos; Carlos Augusto Pereira Neves; Claudio Luiz Ferreira de Oliveira; Cleiton Barbosa Damasceno; Corbibiano Gomes e Flavio Rezende Moreira
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
Representação legal: não há

030.838/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Luis Gustavo Leal Vergoza
Órgão/Entidade/Unidade: Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S.A.
Representação legal: não há

031.089/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Jailson dos Santos Silva e Mucio Alexandre Albanez Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
Representação legal: não há

031.865/2018-6
Natureza: Representação
Representante: Teczap Comércio e Distribuição Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria Nacional de Segurança Pública - Senasp
Representação legal: não há

044.743/2012-2
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Sidney Viana Rodrigues
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento de Órgãos Extintos
Representação legal: Ricardo Estevão de Oliveira (OAB/PE 8.991) e outros, representando Maria Campos de Melo Lucena; Izabel Dilohê Piske Silvério (OAB/PR 9.066) e outros, representando Handa Hamad Barbosa

Ministro-Substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

008.281/2018-1
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Ana Maria Auxiliadora de Albuquerque Mota; Claudia Gislaine Kruki de Souza Nogueira; Heloisa Kruki de Souza; Maria Amelia de Albuquerque Dias; Maria Berenice Kruki de Souza; Maria Elizabeth Loureiro; Maria Madalena Loureiro; Maria Rosa de Oliveira; Marislei Faustina Barros; Nilce Loureiro Maciel; Regina Maria Kruki de Souza Batista; Rosa Luiza de Souza Carvalho; Rosa Malene Kruki de Souza Olazar; Rosangela Duarte; Roseli Pereira Duarte; Rosilene Pereira Duarte; Rosimeiry Pereira Duarte
Órgão/Entidade/Unidade: Nona Região Militar - MD/CE
Representação legal: não há

011.751/2018-5
Natureza: Pensão Especial de Ex-combatente
Interessados: Candida Barbalho Simonetti; Ivoneide Rodrigues da Cruz; Maria Estevão de Albuquerque; Maria de Lourdes Jacome; Valdecira Cunha da Silva; Valdirene Inez Pereira da Cunha; Valeria Maria Cunha da Silva; Vaneide Pereira da Cunha; Vanete Pereira da Cunha
Órgão/Entidade/Unidade: Sétima Região Militar - MD/CE
Representação legal: não há

018.285/2018-0
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Alexandra Lopes de Assis; Alexandre de Assis Junior; Jennyfer Dyanna de Assis; Maria Catarina Fleury Abrantes; Mariana de Carvalho Lima; Marlene Machado Profeta Martins; Maxwell Lopes de Assis; Nayane Oliveira de Assis; Nayara Oliveira de Assis; Wânia Moraes Ramos da Luz; Yago Lopes de Assis; Yara Lopes de Assis; Yasmmynn Lopes de Assis; Zilah Britto de Fleury Araujo
Órgão/Entidade/Unidade: Décima Primeira Região Militar - MD/CE
Representação legal: não há

018.559/2010-7
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Antônio Salvador da Rocha; Esio do Nascimento e Silva; Otacílio Borges Filho
Órgão/Entidade/Unidade: Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Ceará - Crea/CE
Representação legal: Mario Marrathma Lopes de Oliveira (29699/OAB-CE) e outros, representando Otacilio Borges Filho; Mateus Lima da Rocha (20390/OAB-CE), representando Antonio Salvador da Rocha

019.626/2018-5
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Adriana Jorgina Moreira da Silva; Arari Altina Vieira de Melo Albuquerque; Cheila Barbosa Almeida da Silva; Ivonete Mello de Araujo; Jucara Ferreira da Silva; Lukas Andrade Castro de Albuquerque; Maria da Penha Tavares dos Santos; Nilma Mariano da Costa Arcanjo; Pedro Luiz dos Santos Garcia Albuquerque; Rafaela Xavier Nascimento Albuquerque; Renata Mendes Arcanjo; Sara Leite Pereira; Solange Navarro Lopes; Tatiane Pientznauer Cabral da Silva; Virginia Araujo Pereira
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

019.638/2018-3
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Angela Denise Camargo Karnikowski; Antonieta Peixoto de Oliveira; Aparecida Peixoto de Oliveira; Bruna Emidia de Assis Almeida Fraga; Fabricya Flawia de Almeida Silva Rosa; Jucara Maria Domingues Lotufo; Jucimara Domingues Lotufo; Maisa Martins Karnikowski; Maria Amelia Caldas; Maria das Gracas Lopes de Leon; Marilza Gomes Dias de Souza; Michelly Maiara de Almeida Silva; Monica Xavier Barreto Ribeiro
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

019.666/2018-7
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Alessandra Avila; Ana Maria Oliveira dos Santos; Genita Moraes Mendes da Silva; Inge Aparecida Avila; Jurema Alves Gouveia; Maria de Lourdes Souza de Oliveira; Minnie Annie Avila; Odyssea Silva Menezes; Olyntha Chaves Komar; Silvia Maria Oliveira de Sousa; Vera Isabel Avila Martini
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA
Representação legal: não há

019.688/2018-0
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Andrea Barros da Silva; Andreia Ajala dos Santos; Andressa Santos Collares da Motta; Arlette Silveira de Melo; Cleia de Andrade; Cleide de Andrade Brito; Cleonice Maria de Andrade Santiago; Eliana Correia dos Santos; Eliane Correia dos Santos; Elizabeth Ajala dos Santos Nascimento; Maria Lenilce da Fonseca; Maria das Graças Machado de Andrade; Nadege de Lima Alves; Sabryna Pereira dos Santos Aniceto; Simone de Oliveira Lopes; Thaisa Cardoso Fagundes
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

019.697/2018-0
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Anaceli Leite Bulhoes; Crysthianne Soares Pinto; Elenir Avila Souza Dias; Elizabeth Fernanda de Matos Pereira; Maria Aparecida Pinto Leite; Maria Luiza Soares Leite; Sonia Maria Lopes Ribeiro; Zenaide Soares Pinto
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

019.712/2018-9
Natureza: Pensão Militar
Interessada: Norma Maria Ferreira de Araujo
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

019.748/2018-3
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Aldy Siqueira de Pinho; Christianne Moreira Ribeiro Macedo; Cristina Marcia Ramos de Oliveira Lima; Denise Valentim Ferreira Cezar; Elaine Pereira Silva de Oliveira; Maria Jose da Silva; Neide Valentim Ferreira de Azevedo; Ticiane de Lima Martins; Ursula Cibele de Lima Martins
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

019.809/2018-2
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Claudia Marcia Mattozo Valenzuela; Josefina Duarte da Silva; Regina Aparecida Mattozo Valenzuela Ranzi; Roseli Carneiro Torres; Rosemary Sebastiana Carneiro Torres; Sabrina Castilho Gomes; Sara Odaly Duenha Catharina Galvão; Solange Carneiro Torres; Thaiz Alves Faria
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

020.279/2017-5
Natureza: Representação
Representante: Prefeitura Municipal de Buíque/PE
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Buíque/PE
Representação legal: Pedro Melchior de Melo Barros (OAB/PE 21.802)

020.761/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Edmar de Franca Borges
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

021.331/2018-9
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Jandira Barbosa Nunnes de Lara; Maria Edwrges de Lara
Órgão/Entidade/Unidade: Primeira Região Militar - MD/CE
Representação legal: não há

021.338/2018-3
Natureza: Pensão Militar
Interessado: Claudia Schiffer Martins
Órgão/Entidade/Unidade: Terceira Região Militar - MD/CE
Representação legal: não há

022.680/2018-7
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Bianor Gomes Segundo; Edson Grosso da Conceição
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria do Pessoal Civil da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

025.573/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Agnes Marina Rodrigues Vernilo; Bianca Nunes Candido Ferreira; Caio Gilberto Oliveira dos Santos; Caique Alexandre de Souza Felizardo; Carlos Alberto Lira da Silva Neto; Kimberli Luna Nakandakare de Oliveira; Lalleska Alves Loubak; Michel Silva da Costa; Ruan Leone Silva Bertonselli Lopes; Vinicius Guidolin Franchi
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA
Representação legal: não há

025.577/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriano Gomes Sabino de Araujo; Camila de Carvalho Machado; Caroline Silva Menezes; Fabio Silva de Oliveira; Gil Vicente Correa Fulgencio; Gustavo Henrique Estevam Emilio; Larissa Correia Alves da Silva; Lucas Coelho Marinho Almeida; Lucas Tamer Borges Leal; Rafael Saba Albertino
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA
Representação legal: não há

025.581/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Andikisson Souza da Costa; Artur Jose Pontes Guimaraes; Bruno Henrique Genuino da Silva Oliveira; David Lucas Cruz Alves da Silva; David de Andrade Franca; Gilvan Lennon da Rocha Coelho; Italo Dantas de Morais; Mateus Felipe Diniz dos Santos; Samuel Henrique da Silva Maciel; Walker Fernandes Junior
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA
Representação legal: não há

025.584/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Celso Vinicius Santana da Silva; Maciel da Cruz Alves; Murilo Rocha de Santanna; Rafael Isaque Alves de Oliveira; Rene Bezerra Lopes; Ricarlos Angelo Silva de Oliveira; Victor Hugo Revoredo Vieira; Victor Lucas da Silva Rodrigues; Wanderson Jose de Matos; Wesley Ferreira da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA
Representação legal: não há

025.585/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Acaci Campielo de Souza Filho; Allysson Brenner da Costa Rodrigues; Anderson Fernandes Diniz; Arthur Rodrigues de Lima; Benjamim Americo Santana; Carlos Anderson Honorio Duarte; Clebson Candido de Araujo; Eriantony Candido da Silva; Lucas Ximenes Chaves dos Santos; Matheus Alberto da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA
Representação legal: não há

025.587/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Gabriel de Azevedo Lima; George Monteiro Fernandes; Israel Pereira da Silva Filho; Jefity Leonardo da Silva Costa; Lucas Matheus Alves Mandu; Mario Almeida Tavares; Matheus Teixeira dos Santos; Miguel Teixeira de Vasconcelos Neto; Neilton Bezerra da Trindade Junior; Pedro Henrique Silva do Nascimento
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA
Representação legal: não há

025.615/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Aghata Santos Santana de Jesus; Andre Luis do Nascimento Siqueira Barbalioli; Bruno de Oliveira de Souza; Camila dos Santos Andre; Lorrana Barcelos Araujo; Lorrayne Hollanda Monforte Oliveira; Luana Aguiar dos Santos; Matheus Alexandre Brito dos Santos; Matheus de Nazareth Falcão Braga; Mathews Cortes dos Santos Cordeiro
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA
Representação legal: não há

025.620/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Bruna Silva dos Quadro; Gabrielle Carvalho Rodrigues; Igor Silva Nascimento; Lucas Freitas Nery; Lucas Soltosky Guimaraes; Lucas do Rego Maciel Pereira; Marcos Valentim Moura dos Santos; Mariana Siqueira Belo de Souza; Stephany Dafny Santos Ramos; Taylor dos Santos Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA
Representação legal: não há

025.629/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Clarice de Fatima Galdino Faria; Debora Flores Rodrigues; Guilherme dos Santos Leal; Martha Vieira do Nascimento de Araujo; Matheus Alves Maia; Matheus Calixto de Almeida; Sandy Ferreira Spinato dos Santos; Sarah Pereira Guimaraes; Thainara da Conceição Santana Costa; Thais Siqueira Vasconcelos
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA
Representação legal: não há

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800188

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

025.631/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Brenda Gabrielly Alexandre de Oliveira; Filipe Goncalves Botelho; Gabriel Mariano Batista Barbosa; Gabriel Rodrigues Leal; Kevin Bruno dos Reis Victorino; Larissa Dias Gomes Cunha; Lucas Boeno Fernandes; Luisa de Souza Pinheiro; Marilia Castro Freitas; Samuel Santos da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA
Representação legal: não há

025.633/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Elizandra Ribeiro Alves; Felipe Matheus Machado de Oliveira; Felipe Pascoal do Nascimento Melo; Filipe Nunes da Silva Fingolo; Gustavo da Costa Cavallini; Hugo Lacis Lemos; Rafaela Goncalves Cavalcanti; Raphael Cavalcante Goncalves Rangel; Raphael Pereira Marques; Ricardo Victor Oliveira Freire de Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA
Representação legal: não há

025.636/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alexandre Correa Martins; Davi Edson Chaves de Almeida; Eliseu Augusto Gomes Ferreira; Gabriel Alves Leobino Silva; Gabryel Pedro de Souza Freitas; Isabelle Goncalves da Silva; Jeniffer Pereira da Silva; Luana Xavier da Silva; Maria Isabel Rodrigues Sampaio; Mariana Araujo Brando
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA
Representação legal: não há

025.640/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Bruna Fagundes Pires; Bryan Gabriel de Freitas Velho; Patricia Yasmim Ferreira da Silva; Renato Cezar Terzi Amaral; Romulo Andre dos Santos Melo; Thales Rodrigues da Costa; Tulio Santos de Souza; Vinicius Xavier Fernandes; Wesley Garcia Manoel; Yascara Marcela Machado de Araujo
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA
Representação legal: não há

025.642/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Camila de Jesus Moura; Lorena Alves Fernandes; Lucas Galardo Quintanilha; Lucas Santana Nunes; Lucas Silva dos Santos; Lucas de Oliveira Amaro Santos; Lucas de Oliveira Pereira; Matheus de Queiroz Goncalves; Mayume Isabelle Gomes Horita; Stephanie Paulino de Araujo
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA
Representação legal: não há

025.646/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Bruno Nascimento Santos; Dchardyson de Medeiros Belisio; Debora Ritterbusch Marques; Diego Ferreira da Cunha; Dyego Soares Miranda; Melissa Stefani Madelli; Nathan Miranda Reincke Vargas; Priscilla Reis Machado de Mesquita; Railan Cunha da Silva; Renato Rodrigues de Brito Filho
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA
Representação legal: não há

025.652/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Bruna Ferreira Muniz; Gabriella Goncalves Alves da Silva; Giovanna Lavieri; Gustavo Queiroz Correia; Mateus Rodrigues de Freitas da Silva; Matheus da Silva Lucas; Maxine Motta Bernardo Benjamin dos Santos; Paulo Roberto da Silva Chagas Junior; Philipe Rodrigues Franco; Taissa Evangelista de Lima
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA
Representação legal: não há

025.659/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Gustavo Veras Cardoso dos Santos; Igor Matheus de Aquino Alves; Isabelle Cristian Dias Acacio dos Santos; Jacqueline Santa Rosa Gonçalves; Jenniffer Braz Carneiro; Joao Pedro Carvalho Sales; Joao Pedro Schmitt Schlotfeldt; Lorena Herculano Nunes; Renan Guedes Ferraz; Renan Victor Luna do Vale
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA
Representação legal: não há

025.663/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alexsander Thierry Silva do Rosario; Andre de Oliveira Barros; Joice Oliveira do Nascimento Pereira; Juliana Lopes Santos; Juliene Simões Alves; Kelly Kristine Castilio Loureiro; Laila Tolentino Silva; Larissa Cristina Shleir da Silva; Levi Goncalves Apolonio da Silva; Ruth Maria Nascimento
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA
Representação legal: não há

025.666/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Carolina Lagreca Neves; Filipe da Silva Magalhaes; Leonardo Rodrigues do Nascimento; Mario de Souza Mello Junior; Patrick Bandeira Pereira da Silva; Robson Santos de Magalhaes Junior; Rodrigo Baccan Lombardi; Tamires da Silva Bernardes dos Santos; Tawan Almeida Santos; Thales Zidan da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA
Representação legal: não há

025.674/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Andreia Marins da Silva; Bruna Alves Fernandes Cordeiro; Caroline de Deus Lisboa; Diego Borher Valadares; Erika Souza Silva; Klebert Araujo Silva; Rachel de Lyra Monteiro Re
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA
Representação legal: não há

025.685/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Gabriel Augusto Goncalves da Silva; Gabriel Pereira Gois; Harrison Menezes Bota; Jan Felipe da Costa Luiz Joaquim; Leonardo Guedes de Souza Alves; Lucas da Silva e Souza Fonseca; Luyk de Assis Bulla; Marcos Gabriel Bessa Ribeiro; Mateus Paiva dos Santos; Raphael Silva Costa
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

025.686/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Lucas Gabriel da Costa Pimentel; Rafael Andrade Fontes da Silva; Ryan Matheus Pereira Barbosa; Samuel Nascimento Goncalves; Thiago Paschoal Magdalena Silva; Thiago Pereira Rossi; Victor Hugo Santos Boccaletti; Wanderson Lucas da Silva Barbosa; William Marques Leitão; Wilson de Alvarenga Botelho Junior
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

025.694/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ana Karolina da Silva Fernandes; Barbara Diz Fernandes Marinho; Brenda Fernandes de Medeiros; Debora de Oliveira Frederico; Henrique Caires Pereira; Juan da Costa Guimaraes Santos; Larissa Somera Pereira da Silva; Micaela Gomes Cordeiro; Rafaela Reis Anhaia; Renan Saviolly Pecanha
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

025.697/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alanna Fernandes Azevedo; Ana Carolina Barros Sciammarella; Anna Carolyna Alves da Silva; Brendha Rangel Alves da Silva; Ingrid Elias Targino dos Santos; Kaio Matheus de Oliveira Bastos; Louhanna Faria Ribeiro; Marcus Vinicius Ferreira Dias Ribeiro; Mariana de Oliveira Abadi; Thayna Brito da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

025.701/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alejandro Oliveira Curvelo; Alessandra da Rocha Leite; Ana Beatriz Santos do Nascimento; Beatriz Afonso Barbio; Beatriz Pinudo Bernardino; Brenda da Silva Guimarães
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

025.726/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ana Leticia da Silva Oliveira; Caroline Pereira da Silva; Giulia Pinheiro Francisco; Ingrid Helena Rocha Mendes; Isabelle Silva Ferreira da Costa; Isabelle de Avellar Guimaraes de Oliveira; Liza de Araújo Gonzaga; Lucas Maia Felix Pinto; Pedro Gaspar Reis; Thayanne Xavier da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA
Representação legal: não há

025.733/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alexandre Cesar dos Santos Baltazar; Amanda Marcelino Martins; Beatriz Quetelin Soares de Miranda; Cassio Lima de Oliveira; Leandro Campos Silva; Marcella Coutinho de Paula Morais; Marcelly Souza Cruz; Maria Julia Gomes Botta; Mariana Costa Goncalves de Souza; Willian Alves Couto
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA
Representação legal: não há

025.753/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Antonio Antonino Cantalice Neto; Antonio Thiago Pinheiro Rocha; Carlos Eduardo Dionizio Fiusa Junior; Dayane Miranda Souza do Nascimento; Guilherme de Oliveira de Macedo; Juliane Sampaio Colombani; Lorena da Cunha Lino Souza; Matheus Fellipe de Almeida Correa Santos; Matheus Maia da Silva; Matheus Vasconcelos Pereira da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA
Representação legal: não há

025.759/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Jose Henrique Rodrigues dos Santos; Josihelle Mesquita Pereira; Joyce Oliveira dos Santos; Juan Ribeiro de Lima; Julia Macedo Chaves; Larissa Aguiar Bastos; Larissa Melo Vittorati; Larissa da Cruz Jacinto; Larissa de Lima Santos; Leticia Pacheco de Lima
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA
Representação legal: não há

025.761/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Amanda Cristina Dutra Turute; Ana Carolina da Paz Barbosa; Beatriz Lorrany dos Santos Barreto; Julie Dorneles Rodrigues; Julio Cezar Caetano de Oliveira; Julliana Renovato Pinheiro; Leticia da Silva Bazilio; Leticia de Almeida Santos; Matheus da Silva Lourenco; Rafhaela Rocha Soares
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA
Representação legal: não há

025.763/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ana Luiza Molina Hoffmann; Arthur Soares Paiva Goncalves Ferreira; Caio Felipe Peixoto; Patrick Perluxo de Moura; Rhian Flavio dos Santos Madeira; Roberta Martins Alves; Thaina Leal de Souza; Thamires Muniz Leite Athayde; Thamires Santana dos Santos; Thayenne Silva de Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA
Representação legal: não há

025.764/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Julia Karoline Correa Teberga; Leticia Martins da Silva; Lucas Araujo Costa da Silva; Lucas Conte Costa da Silva; Lyza Yegros dos Santos; Marcelle Furtado de Sousa Pimentel; Marcos Amim Goncalves; Mariana Alves Santos Xavier; Marilyn dos Santos Bigonha; Maryanna Moreira de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA
Representação legal: não há

025.768/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Andressa Batista de Araujo; Daniel Augusto de Vasconcellos Lima; Daniel Azevedo Morais; Daniel Dias Ribeiro; Daniel Godoy de Lima
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA
Representação legal: não há

025.769/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Faberson João Mocelin Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA
Representação legal: não há

025.773/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriana Conceição Rodrigues de Resende; Aline de Souza Lage Santoro Soares; Daniel Chaves Ferreira; Eduardo Bruno da Purificação; Haroldo Correa Garcia Neto; Karina Vasconcelos; Kelson Rodrigues Carvalho; Leonardo Cesar Moreira Sales; Pollyanna Pedrosa Loschi; Victor Lucas Omote
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA
Representação legal: não há

025.774/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Jose Vinicius Ariola Ferreira Boucinha; Matheus Guilherme Franca Carvalho; Wellington de Oliveira Vieira
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA
Representação legal: não há

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800189

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

025.778/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Bruna Tavares Ferreira; Carla Souza dos Santos; Daiane Ferreira Basilio; Joao Lucas Lima Santos; Karem de Jesus Costa Batalha; Maria Eduarda de Souza Figueira; Maria Julia da Silva Lima; Quezia da Silva Quintanilha; Rodrigo Nogueira da Silva; Sabrina da Costa Santana
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

025.779/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ana Beatriz Araujo Vieira; Ana Carolina da Conceição Victor Lima; Hugo Leonardo Sant Ana da Silva; Leticia Gelli Simões do Carmo; Lucas Tebaldi Passos Sartore; Rosiane Rodrigues da Silva; Thais da Silva Alves; Thallyta Santos da Silva; Yago Proença Gonçalves; Yasmin Rodrigues Martins de Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

025.789/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Leoni da Silva Conceição; Lucas Felix de Lima; Lucas Paulo da Silva; Lucas Pereira Rodrigues Aguiar; Luis Rodolfo Cardoso da Silva; Luiz Felipe Constança de Souza; Marcelo Silva de Sousa; Matheus Braga do Nascimento; Nathan Santiago Alves Pinto; Pedro Paulo Mariano da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

025.792/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Luan Renato de Paula Santos Silva; Matheus Pereira da Silva Maria; Pedro Silva Lacerda da Rosa; Rafael Angelo Graciani Nascimento; Ramon Andrade Martins Santos; Wedson Vitor Merigueti Junior
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

025.793/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Daiane Nascente da Silva; Daniele Silveira Viana; Fernanda Paul Reich; Luiza Helena de Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA
Representação legal: não há

025.795/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Anna Beatriz Mendes Senna; Barbara Xavier da Silva; Barbara de Oliveira Costa; Bruno Luz da Conceição de Mattos; Bruno de Almeida Braga; Carla Victoria Melo de Farias Freitas Ribeiro; Daniel Guilherme Oliveira Cavalcanti da Silva; Douglas Alan Barros de Oliveira; Farlei Flavio de Oliveira Bezerra Junior; Gabriel Rogel Tavares
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

025.798/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Andre Luis Matias dos Santos; Andrew Matheus Santos de Medeiros Duarte; Eric Morais Castro; Fernando Gabriel Favaro; Jean Cavalcante de Souza; Joao Marcelo Alves Pereira e Costa Morais; Leandro Rocha Almeida; Patrick Henrique de Carvalho Candido; Ramon Ceciliano de Oliveira Azeredo; Victor Hugo Mamede Fernandes
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

025.799/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alef Silva Romano; Amon Foratto Milleo de Castro; Arthur Silva Cravo; Diogo de Souza Debona Pereira; Fabio Goncalves Ferreira Junior; Gabriel Santana Benevides; Gilmar Oliveira Barreto Junior; Joao Gabriel dos Santos Mendes; Joao Pedro Santos de Oliveira; Willian dos Santos Gomes
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

025.803/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Eliel Silas de Lima Augusto; Everton Luan Pinto da Costa; Henrique Moreira Junior; Joao Pedro de Paula Garcia; Matheus Gomes de Sousa; Samuel Ricardo Aguiar Barbosa dos Anjos; Silas Vitor dos Santos de Almeida; Vinicius Fernandes Mendonca de Brito
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

025.805/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alessandra dos Santos Freitas; Aline Cristina Oliveira do Nascimento; Ana Carolina Barbosa Dias; Anny Caroliny de Lima Pozi; Bruna Carla Borralho Cavalcanti; Elienai Dias da Silva; Jenui Ruan Santos da Silva; John Alef Fernandes Costa; Rayane da Cunha Scotelaro Moreira; Samuel Victor Farias Gomes
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

025.811/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Gessica Ferreira de Sousa; Isabella Resende de Carvalho; Lidia Wenderoscky Ximenes; Lucas das Chagas Pereira; Mauricio Bianchine Thompson; Millena Sobral de Moraes; Pamela da Silva Camara; Raquel da Silva Rodrigues; Thais Ferreira Chagas de Oliveira; Thais Ferreira Godoy da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

025.814/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Joyce Carvalho Pereira; Juliana Santos de Jesus Fonseca; Juliana da Silva Tirre; Juliane Cabeda Goncalves; Julio Cesar Soares de Andrade Filho; Luiz Felipe Silva Lima; Marcella Nathalia Resende de Oliveira; Pablo Libense de Freitas; Thais Souza Gomes; Thayna Lapa Martins
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

025.822/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Gabriel Almeida do Nascimento; Gabriel Ferreira David; Gabriel Pantaleão Marcal dos Santos; Gilson Clei Jose Barreto Junior; Joao Carlos Ferrari Junior; Leonardo de Oliveira Ramos; Mateus de Sousa; Pedro Henrique Oliveira Gomes; Pedro Vitor Cipriano de Oliveira Sampaio; Raphael dos Santos Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

025.827/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Lucas Andre; Lucas Leal de Souza; Lucas Nascimento Campelo Correia; Marcelo Perotti; Marcos Cezar Gomes Lopes; Mario Sergio Sevenini Silva; Matheus Braga Fara; Maxwell Niero de Oliveira; Pedro Frutuoso Rocha; Rafael Resende da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

025.830/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Bruno Pedro Alves Baratti; Carlos Eduardo Rocha de Carvalho; Gabriel Augusto de Almeida Codeco Silva; Isaac Abraão Mendonca Dias da Silva; Joao Gabriel Lengruber de Lima; Leonard Gustavo Rodrigues da Cunha; Pedro Canela Lima Ferreira; Rafael Rukat Sandin; Rodney Botelho de Oliveira; Rodrigo Rodrigues Lima
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

025.834/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Daniel Cardoso de Jesus; Erick da Silva Calixto; Felipe Aguiar Bernardo Castilho; Lucas Barros de Oliveira; Luiz Eduardo Liebl; Matheus de Oliveira Cabral; Nathan Ribeiro Dias; Thales Justino Sinadino; Vander Jose Lima Junior; Wesley Garcez
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

025.837/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Allan de Oliveira Dias Fernandes; Anderson Ribeiro Moreira; Dion Junior Abling Peinado da Silva; Diordan Kauan de Aguiar; Leonardo Couto de Almeida; Lucas Moura de Araujo; Marcos Vinicius Chagas Ribeiro; Matheus Alves de Souza Macedo; Otavio Paganotto de Oliveira; Patrick de Souza Lima
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

025.841/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Breno dos Reis Bertolo; Igor Monteiro do Val; Joao Vitor de Carvalho Silva; Joseph Arevalos Neves; Lucas Monteiro Vilhena; Marcelino da Silva Pereira da Rocha; Pedro Paulo Gonzales Marim; Vitor Augusto dos Reis Narciso; Werleson Feitosa da Silva; Yago Ricardo Oliveira de Souza Pereira
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

025.843/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Anderson Leonardo Santos da Silva; Caio Moreira Santos; Jorge Nelson de Araujo Dias; Kleber Faustino Oliveira; Leandro Cordeiro de Sousa; Luiz Paulo Fraga de Faria; Marcus Vinicius da Conceição Barcellos; Matheus Mattos Torres; Matheus Vilar Mariuba Ramos; Vitor Salgado de Oliveira Bocornio
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

025.847/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Caio Valentim de Lima; Gabriel Medeiros de Melo; Igor da Silva Figueira; Leonardo Rosa dos Santos; Lucas Viali Pimentel; Luis Flavio Magno Almeida Araujo; Marcus Vinicius Goncalves Marques Junior; Mike Hauck dos Santos; Pedro Augusto Guimaraes de Souza; Romulo Ferreira Goncalves
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

025.861/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Daniel Lopes Sena; Danielly Cardoso Soares; Francielle Marques Rodrigues; Joao Batista da Silva Ramos de Macena; Marcus Vinicius dos Santos Oliveira; Mayara Reis Hayashida Ferreira; Milena Seling Rostand Resende; Pamela Silva de Aquino; Rayanne Barcelos Scharf; Thamiris do Nascimento Ferreira
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

025.867/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Cezar Augusto Pureza Figueiredo; Eline Lima Fernandes; Jessica Dias da Costa; Joao Guilherme Nogueira de Souza; Leticia Lancates Bastos; Leticia Martins Carvalho; Mariana Viana Vieira; Mariane de Almeida Anjo; Matheus da Rosa Madeira; Priscilla Maria Ferreira dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

025.872/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Carlos Otavio Rodrigues da Silva; Gabriel Bacchieri Duarte Falcão; Igor Ferrão de Albuquerque; Igor dos Santos Aranda; Kalmeron Torres Rafael da Silva; Luiz Paulo Oliveira Spinola Barbosa; Paulo Andre Haacke; Vinicius de Paula Conceição
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

025.937/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Karla Marinaska; Marcos Vitor Mazzari; Rafael Corleto Neto; Rubens Antonio Fantinatto
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA
Representação legal: não há

025.940/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ana Beatriz Farias Goncalves; Davi Remigio Mota; Henrique Rossi Di Gioia Manhaes; Jardel Lima da Silva; Lucas Giehl de Oliveira; Matheus Lima de Deus; Nelson Loureiro dos Santos Filho; Nicolas Bristot Moretto; Thaiane Varela de Brito Cabral; Vinicius Cardozo Macagnan
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

025.943/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ana Luisa Barretto Issa; Dakeny da Vitoria Souza; Eduardo Aurelio Resende Pereira; Everson Lucena de Souza; Gabriel Maia Costa; Julio Augusto Borges; Kelson Gomes Santana; Marcelo da Silva Dutra; Natalia Piazzi de Faria; Tatiane Barbosa da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

025.946/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Aline Jardim Oliveira da Silva; Ana Luisa Reis Melo; Ana Maria Reis Nascimento; Camilla Alves Janott Sarlo; Carolina Pinheiro Coimbra; Daniel Torres Andion Vidal; Dilermando Leal Junio de Jesus; Gustavo Varanda Paiva; Marlius Hudson de Aguiar; Natalia Viana Lopes Pereira
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800190

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

025.951/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Diego Metropolo; Guilherme de Souza Reis Marun; Leandro Guedes Nunes; Leticia Morgado Lopes; Lucas Osorio e Castro Portes; Luciana Guidon Coelho; Paula Emilia Valente Ferreira; Suelem Pereira da Cruz; Taina Ripardo Guerra; Victor Andre Lima
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

025.957/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Daniel Medeiros de Assis; Denise Borges de Andrade Mendanha; Kelder Lander Murta Bandeira; Lorran Santos Basilio; Pedro Wang de Faria Barros; Rebeca Roubert de Figueiredo; Thiago Zannon Soares Nogueira; Tiago Pereira Azevedo; Vinicius Guimaraes de Andrade; Wilson Luiz da Silva Farias
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

025.965/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Rafaela Barbirato Ferreira
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

025.983/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Angelica Limoli Silva; Cintia Roberta Aguilera Sacheto; Davi Aono Nunes; Germano Dalfito; Gustavo Guedes de Britto; Isabela Espagolla Santos; Nathalye Emanuelle Souza; Sheila Vasconcelos Tome
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA
Representação legal: não há

025.986/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Juliana Nunes de Melo
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA
Representação legal: não há

025.993/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Anderson Fellipe Lima da Silva; Francisco Caninde da Rocha Neto; Francisco Gonçalo da Silva Neto; Gabriel Eufrauzio da Silva Fernandes; Gabriel Leonardo de Medeiros; Joao Ewerton Batista Alves dos Santos; Joao Neto da Silva Santos; Jose Tarcisio Rodrigues Neto; Mario Cesar Munford Nunes de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA
Representação legal: não há

025.997/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Jonnas Santos Alves
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

026.106/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Anderson da Silva Santos; Daniel Mariano Antunes Goncalves Junior; Draiton Ramires Times; Edison Primao; Eduardo Augusto dos Reis Santos; Everton William Ribeiro Pereira; Filipe Jardim Bitello da Silva; Joel Tavares Mariano; Laiane Pereira Silveira Brum; Viviane Florippes Gomes de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA
Representação legal: não há

026.196/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alessandra Amaral de Castro; Aline Pereira Macedo; Diego Willer Ribeiro Oliveira; Mariana Castro Garcez; Monica Maria do Nascimento; Saulo Martins Vieira
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA
Representação legal: não há

026.205/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ana Gabriele de Lima Rodrigues; Carlos Augusto Henrique; Celina Gorte; Daniel Siuta; Giovana Akatsuka dos Santos; Gisele Gomes Rodrigues; Juarez Pedro do Nascimento; Lucas Lopes Nogueira; Rafael Pavesi
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA
Representação legal: não há

026.210/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: João de Oliveira Ramos Filho
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

026.314/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Luan Gonçalves da Silva; Luiz Carlos Anselmo da Silva; Marcelo Augusto Pessoa Borba
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA
Representação legal: não há

026.472/2018-0
Natureza: Reforma
Interessados: Aquiles Mendes da Silva; Clerio Nascimento da Silva; Evandro Carlos Alves Santos; Jose Alonso da Silva; Jose Luiz de Souza; Marcia Hazan Ribeiro Sant Anna; Miguel Brasiliense de Almeida; Osvaldo Antonio de Oliveira; Pedro Addison; Sandra Regina Otoni de Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

026.475/2018-9
Natureza: Reforma
Interessados: Dilson Felix da Costa; Elson Francisco Marinho; Iranildo Julio de Oliveira; Joao Batista Rafael do Nascimento; Joao Ferreira dos Santos; Jose Euvaldo Pereira; Jose Verissimo Filho; Paulo Cesar Santos Dias; Roberto Figueira Carvalho; Thomas Donkin Reis e Silva de Queiros
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

026.480/2018-2
Natureza: Reforma
Interessados: Claudio Correa; Jose Clementino Irmão; Jose Dimas da Paixão Silva; Jose Jorge Pinheiro; Jose Jorge de Souza; Jose de Oliveira Santos; Julio Cezar Parente Xavier; Lucio Sevirino de Oliveira; Luiz Antonio Rocha; Luiz Carlos Miranda Fontes
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

026.486/2018-0
Natureza: Reforma
Interessados: Afranio da Costa Machado; Agenor Teixeira de Oliveira; Carlos Fernando Souza Bernardino; Elias de Jesus Correa; Erland Correia Mota; Francisco Carlito do Nascimento do Vale; Jorge Carlos Pereira; Josue Bastos Tavares; Luis Carlos de Oliveira; Moacir Barbosa de Morais
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

026.492/2018-0
Natureza: Reforma
Interessados: Edivan Bertoldo de Sousa; Milton Roberto de Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

026.497/2018-2
Natureza: Reforma
Interessados: Ademar Antonio Eberl Garlipp; Antonio Mendes; Cassio Nazareno Vieira; Delcio Apparecido Bernucci; Joaquim Alves Netto; Pedro Jose de Lima; Sergio Manoel Mendes da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

026.500/2018-3
Natureza: Reforma
Interessados: João Roberto de Oliveira; Jorge Armando de Almeida Ribeiro; Vitor Carulla Filho
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

026.520/2018-4
Natureza: Reforma
Interessados: Antonio Liberato Lopes Sobrinho; Francisco Carlos Rocha Pires; Jones de Assis de Melo; Lourival Diniz Alves; Luciano Paulo; Ozias da Silva Castro; Paulo Freire Filho; Roberto Oliveira de Carvalho; Silas de Souza Lopes Filho; Wilson Luiz de Lima
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

026.565/2018-8
Natureza: Reforma
Interessados: Genival Pereira Batista; Jovano Pereira da Silva Filho; Marcio Raymundo; Marcos Antonio Sofiati; Mario Jose Peixoto Jones
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

026.582/2018-0
Natureza: Reforma
Interessados: Antonio Goncalves da Silva; Carlos Jose da Silva; Jose Carlos Pires de Aguiar; Roberto Albuquerque da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

026.663/2018-0
Natureza: Reforma
Interessados: Eduardo Jose da Silva Neto; Lourival Damasceno Barbosa; Luiz Gomes Falcão Filho; Sergio Perfetti Pereira
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

026.671/2018-2
Natureza: Reforma
Interessados: Carlos Oliveira de Araujo; Luiz Carlos Pereira; Nelcy Alves da Silva; Wilson Alves de Santana
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA
Representação legal: não há

026.715/2018-0
Natureza: Reforma
Interessados: Adalberto Correa de Almeida; Eliezer de Freitas e Silva; Gileno Antonio Ferreira Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

026.784/2018-1
Natureza: Reforma
Interessados: Ismael Ezequiel Fernandes Biazzi; Joao Alves Severino Filho; Marcos Antonio de Souza; Mario Luiz da Cunha; Nilson Luiz Pinheiro
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

026.789/2018-3
Natureza: Reforma
Interessados: Ariovaldo Baggio; Claudio Luiz Fischer
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

026.794/2018-7
Natureza: Reforma
Interessados: Antonio Jose Magiolo Silva; Jesus Jose Ribeiro; Manoel Adão Peres
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

026.827/2018-2
Natureza: Reforma
Interessado: Adolfo Pereira de Faria
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

026.829/2018-5
Natureza: Reforma
Interessados: Carlos Alves Ponte; Cezar Augusto de Sousa; Fernando Augusto Lopes de Castro Sousa; Jose Hermano Silva Franklin; Jose Rodrigues Dias; Jose Valter Alves Costa; Luiz Adolpho Souza Cardoso; Raimundo Jose Brandao de Sousa; Rui Araujo de Oliveira Borges; Silvio dos Santos Filho
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

026.833/2018-2
Natureza: Reforma
Interessados: Antonio Mauricio de Macedo; Jose Luis Ferreira de Lemos
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

026.834/2018-9
Natureza: Reforma
Interessados: Antonio Rodrigues da Silva Filho; Edemir de Souza; Nelson Pereira
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

026.838/2018-4
Natureza: Reforma
Interessados: Antonio Alves Barbosa; Antonio Correia da Costa; Carlos Alberto Alves da Silva; Francisco de Assis Guimaraes Pinheiro; Joao Luiz Alvares de Souza; Jose Augusto Machado; Jusselino da Silva Soares; Mario Jorge Zurra Dantas; Paulo Geoas Santos de Melo; Waldecir Pacifico Palmeiras
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

026.842/2018-1
Natureza: Reforma
Interessados: Edmael Tavares Santos; Eglaer Nunes Dias; Fernando Antonio dos Santos; Flavio de Abreu Alvarez; Ivan Tupinamba; Luis dos Santos; Manoel Vicente do Nascimento; Nairton de Sales Bastos; Valdir Emer; Valmir Jose de Melo
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800191

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

026.844/2018-4
Natureza: Reforma
Interessado: Jose Pedro de Almeida
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

026.846/2018-7
Natureza: Reforma
Interessados: Ilidio Gaspar Filho; Jesus Pereira da Silva; Jose da Silva Ribas
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

026.852/2018-7
Natureza: Reforma
Interessados: Abrahão Joao Farah; Antonio Carlos Lack
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

026.853/2018-3
Natureza: Reforma
Interessados: Abel Alves de Lima; Augusto Carlos Mendes; Cleber das Neves Tourinho; Joao Machado Oliveira; Marcos Leitão dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

026.857/2018-9
Natureza: Reforma
Interessados: Adalberto Nogueira Barbosa; Ivan Alcantara Mota; Joaquim Plutarco Rodrigues Lima; Jose Reinaldo Santos; Mauricio Cesar de Araújo; Renilto Duarte Barbosa
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

026.860/2018-0
Natureza: Reforma
Interessados: Antonio Eduardo Ferreira Figueiredo; Cristiano Roberto de Souza Correa; Danilo da Cunha Costa; Erico Marcelo Santos da Silva; Jose Americo Oliveira Soares; Jose Antonio Oliveira de Souza; Paulo Ricardo Soares da Silva; Pedro Henrique dos Santos Meyer; Roberto Carlos de Souza; William Demetrio Martins
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

026.865/2018-1
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Amarina Fernandes Barcellos; Eldia Aurea Silva de Santa Rosa; Flavia Bueno Dornelles; Ivonilda Maria Massa Pimentel; Maria do Socorro Fernandes Barcelos; Tania Bueno Dornelles; Vania Bueno Dornelles de Azevedo
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA
Representação legal: não há

026.870/2018-5
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Bianca da Graça Coelho Videira; Carolyne Oliveira do Nascimento Mangueira; Celia Maria da Silva Ismerim; Creuza Araujo de Souza; Danielle Braga Amaral; Darlene Susan do Sacramento Lucas; Maria Aparecida Oliveira dos Santos; Maria Estela Bastos de Andrade; Maria das Graças Silva Paula Monteiro; Marisa Silva de Oliveira; Nubia Edna do Sacramento Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

026.872/2018-8
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Alzira do Carmo de Almeida; Analia de Carvalho Pessoa da Cunha; Andrea Pereira Medas Silva; Cassia Regina de Araujo Fraga; Elizabeth Silva Setta; Geni Teresinha Rocha Vilar; Isabela Cristina Guimaraes Tavares; Maria Lucia Rodrigues Silva; Marila Campos de São Thiago; Telma Lucia da Silva; Teresa Cristina Tavares Reis; Vilma Fiorini Sarmento; Wanda Peixoto da Cruz; Zenilda Duarte
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

026.876/2018-3
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Celma Machado do Rosario; Clara Luciola de Abreu Vieira Machado; Claudia Carvalho de Vasconcellos; Elaine Assis Pereira de Macedo; Iacy Rodrigues de Oliveira; Iara Rodrigues de Matos Carvalho; Iracea Rodrigues Fideuze; Irani Rodrigues de Matos; Luzemary Rodrigues da Silva; Luzimar Cassas Matos; Marcia Antonia de Souza Silveira; Marcia Helena de Lemos Ferreira; Maria Auxiliadora Correa Soares; Maria Eugenia de Abreu Vieira Machado; Maria Nazareth Paiva Correa; Miriam Albuquerque Cardoso Faria; Rosemary Rodrigues Melo; Roseni Lessa Nascimento; Sandra Helena de Lemos Ferreira da Silva; Tania Maria Albuquerque da Silveira; Walderez Zardo Chagas; Wilma Machado Costa
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

026.882/2018-3
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Maria Celia Campos Bertino; Maria Jose Rodrigues de Couto
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

026.886/2018-9
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Gesilda Luiza Albrecht Pavanello; Maria Elveni Barcelos Santos; Marinez Bones de Oliveira; Neusa Maria Foss Cardoso; Noely Ferreira da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

026.894/2018-1
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Angela Eliane dos Santos Nascimento; Arlete Maria do Nascimento; Claudia de Souza Bogarim; Dalila Garcia Afonso; Iraci Silva Piccoli; Jone Pedro da Silva Braz; Luciana Bruno Laige; Luiza de Souza Bogarim Reis; Maria Ana do Nascimento; Maria Aparecida Pereira de Castro; Maria Eunice dos Santos; Maria Luiza Bogarim; Maria Marlene Alves Cavalcante; Uiara Gomes de Azevedo Ross
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

026.897/2018-0
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Albajulia de Souza Leao Pimentel; Antonia Maria Ferreira Leão; Crislayne da Conceicao Costa; Cristiane Barbedo da Silva; Daniela Jones Candido Gomes; Eluzinete Eliza Mena Barbosa; Erica Jones Candido Gomes; Eufemia Rosa de Lima Neves; Katia Lucia de Souza Leão; Lucy Pereira Braga; Maglene Gomes Araujo; Maria Edith Firmino Candido Gomes; May Lee Chio Ming Coelho de Sa Chaves; Mirela Moreira dos Santos; Nadia Cristina Gomes Araujo; Regina Augusta Ferreira Candido Gomes
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

027.251/2018-7
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Ana Lucia Gravato Bordeaux Rego; Maria Jose do Nascimento de Oliveira; Maria Lucia Domingues; Maria Regina Domingues Barbosa; Regina do Rosario Borges; Solange do Rosario Borges
Órgão/Entidade/Unidade: Primeira Região Militar - MD/CE
Representação legal: não há

027.265/2018-8
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Angela Maria Reis do Nascimento Oliveira; Carmen dos Santos Machado; Celia Maria Santos das Neves; Clarice de Oliveira Nascimento Assis; Deise Bacellar dos Santos; Luzia Oliveira do Nascimento; Marcia Pimentel Loureiro; Maria Jose Santos de Morais; Marion Pimentel Loureiro; Nila França Mariante; Sandra Maria do Nascimento Adair; Tania Maria do Nascimento
Órgão/Entidade/Unidade: Primeira Região Militar - MD/CE
Representação legal: não há

027.302/2018-0
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Anglizeia dos Santos Leitzke; Arminda Aparecida Noronha Nitibailoff; Enilda Maria Ferreira da Costa; Magda Liziane Pelz Flores; Maria Elisabete Valerio Costa; Nara Santos Oliveira; Rosa Imari Bueno Flores; Rute Santos dos Reis
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

Ministro-Substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

010.747/2017-6
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Maria Alicia Gomes Tavares Matias
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual do Instituto Nacional do Seguro Social em Vitória/ES
Representação legal: não há

022.375/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ana Carolina Alves Miranda; Geandro Luis Compolt; Ivo Jose de Augusto Costa e Jair Rodrigues Fernandes
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social
Representação legal: não há

028.862/2018-0
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Kelly Thatiane Ramos; Mauro Maurício Ramos; Nilve Aparecida Lara Campos; Thayse Ramos
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Chapecó/SC
Representação legal: não há

028.905/2018-0
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Ronilson Moraes dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Contagem/MG
Representação legal: não há

029.508/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Flávio Nunes Morais; Francisca Sheyla Carvalho; George Henrique Batista Farias de Lima; Idarlene Ferreira Maciel; Ingrid Gimena Souza Oliveira Albuquerque Viana; Ivan Moreli Guzzi; Jacson de Brito da Silva; Jean Carneiro da Silva; Joao Paulo Gonçalves da Silva e João Victor Vasconcelos Ramos
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social
Representação legal: não há

029.645/2018-2
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Flora Silva Voida e Francisco de Assis de Oliveira Ribas
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio Grande do Sul
Representação legal: não há

029.802/2018-0
Natureza: Pensão Civil
Interessadas: Erotildes da Silva Galvao e Rosaly de Saboia Belfort Pinto
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Cuiabá/MT
Representação legal: não há

029.813/2018-2
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Gilberto Loponte de Andrade; Hilda Rodrigues dos Santos; Lucimar Isabel da Cunha Azevedo da Silva Costa; Magali Jandira Ciampi Costa e Rita Camacho Gomide
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Juiz de Fora/MG
Representação legal: não há

031.096/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Maria Carolina Pereira Alves
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Desenvolvimento Social
Representação legal: não há

031.282/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessadas: Glaucia Alves Soares e Mariana Freitas Mugica da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social
Representação legal: não há

031.504/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Antonio Carlos Araujo
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social
Representação legal: não há

031.606/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Bruno Braulio Pereira Martins
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social
Representação legal: não há

032.584/2018-0
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Antonio Carlos Janes
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em São Paulo Norte/SP
Representação legal: não há

032.643/2018-7
Natureza: Aposentadoria
Interessadas: Maria Adelia Melem de Melem; Maria Antonieta Pontes Cavalcante; Silvania Iasmine da Silva Foinkinos e Terezinha de Jesus Monteiro Pereira
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Belém/PA
Representação legal: não há

032.651/2018-0
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Dolores Adiles Irgang
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Ijuí/RS
Representação legal: não há

032.655/2018-5
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Balbina Maria de Oliveira; Daniel Antonio Savaris; Derville Ary Rodrigues da Silva; Eloy Candemil; Gilberto Bender; Gilberto Vanário Bastos; Harley Lutz; Hernani Del Corona; Ione Mara Alcantara dos Santos e José Ilha Baisch
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Porto Alegre/RS
Representação legal: não há

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800192

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

032.659/2018-0
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Julio Semtchuk
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Maringá/PR
Representação legal: não há

032.667/2018-3
Natureza: Aposentadoria
Interessadas: Maria Wening Barbosa e Valeria de Faria Blesa
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Goiania/GO
Representação legal: não há

032.696/2018-3
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Maria do Socorro de Brito
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Santo André/SP
Representação legal: não há

032.699/2018-2
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Izabel Araujo Mendes Bragaia
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Bauru/SP
Representação legal: não há

032.707/2018-5
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Wilma de Souza Martins
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Barbacena/MG
Representação legal: não há

032.712/2018-9
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Fabio Maia
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Ouro Preto/MG
Representação legal: não há

032.778/2018-0
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Darcy Marques Montebello
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Nacional de Artes
Representação legal: não há

032.948/2018-2
Natureza: Aposentadoria
Interessadas: Alzira Akemi Kanezaki e Jacira Santos Miranda
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Campo Grande/MS
Representação legal: não há

032.949/2018-9
Natureza: Aposentadoria
Interessadas: Maria da Conceição de Oliveira Kamlot e Nilceia Jose Ferreira de Andrade
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social no Rio de Janeiro/RJ
Representação legal: não há

032.959/2018-4
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Carlos Abaeté de Los Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Porto Alegre/RS
Representação legal: não há

032.964/2018-8
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Domingos Pontes Filho
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do INSS - Santos/SP
Representação legal: não há

033.023/2018-2
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Helena Ema Mignoni
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Chapecó/SC
Representação legal: não há

033.028/2018-4
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Zuleide da Silva Lourenco
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Manaus/AM
Representação legal: não há

033.033/2018-8
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Elzo Barbosa
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Cuiabá/MT
Representação legal: não há

033.044/2018-0
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Danielle Costa de Oliveira; Delcio Costa de Oliveira; Denise Costa de Oliveira e Regina Celi de Souza Costa
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Divinópolis/MG
Representação legal: não há

033.125/2018-0
Natureza: Pensão Civil
Interessadas: Alice Virginia Rodrigues Leão e Maria Jose Rodrigues Leão
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Maceió/AL
Representação legal: não há

033.140/2018-9
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Livia de Fatima Ribeiro Mendonça
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Ouro Preto/MG
Representação legal: não há

033.150/2018-4
Natureza: Pensão Civil
Interessadas: Ana Catarina da Silva Teixeira; Maria Cristina Freire de Aquino; Maria Lucia da Silva Teixeira; Maria Neide Borba Maia e Norma de Carvalho Rabelo
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Natal/RN
Representação legal: não há

033.248/2018-4
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Dilson Lopes de Jesus
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Florianópolis/SC
Representação legal: não há

PROCESSOS UNITÁRIOS

PROSSEGUIMENTO DE VOTAÇÃO

Ministra ANA ARRAES

000.403/2015-6
Recurso de reconsideração em tomada de contas especial que tem como objeto a execução de convênio para construção de sistema de abastecimento de água no município de Algodão de Jandaíra/PB.
Recorrente: Isac Rodrigo Alves
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Algodão de Jandaíra/PB
Representação legal: John Johnson Gonçalves Dantas de Abrantes (OAB/PB 1.663) e outros
Revisor: Ministro-Substituto Weder de Oliveira (26/2018)

DEMAIS PROCESSOS INCLUÍDOS EM PAUTA

Ministro AUGUSTO NARDES

020.505/2016-7
Tomada de Contas Especial instaurada pela Fundação Cultural Palmares (FCP), em desfavor do Federação Brasiliense de Umbanda e Candomblé (FBUC), em razão da não comprovação da boa e regular
aplicação dos recursos públicos repassados à FBUC,

Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Cultural Palmares
Responsáveis: Federação Brasiliense de Umbanda e Candomblé; e Marinalva Venozina dos Santos Moreira
Representação legal: não há

028.441/2014-1
Tomada de Contas Especial acerca de irregularidades na Universidade Federal do Paraná - UFPR, relacionadas com a oferta de cursos profissionalizantes técnicos, na modalidade Ensino à Distância - EaD.
Órgão/Unidade/Entidade: Universidade Federal do Paraná
Responsáveis: Alipio Santos Leal Neto, ex-Diretor da Escola Técnica da UFPR; Carlos Augusto Moreira Junior, ex-Reitor da UFPR; Hélio Hipólito Simiema, ex-Diretor de Programas da Fundação da Universidade Federal do Paraná para o Desenvolvimento da Ciência, da Tecnologia e da Cultura (Funpar); IBCT - Educação Ciência e Tecnologia Ltda.; Paulo Afonso Bracarense Costa, ex-Diretor Superintendente da Funpar
Interessado: Secretaria de Controle Externo no Paraná (Secex/PR)
Representação legal: André Feofiloff (OAB/PR 27.577), Edson Carlos de Souza (OAB/PR 9.339) e Ana Paula Franco de Macedo (OAB/PR 51.896), representando o Sr. Paulo Afonso Bracarense Costa, com substalecimento para Claudismar Zupiroli (OAB/DF 12.250), Maria Abadia Alves (OAB/DF 13.363) e Alberto Moreira Rodrigues (OAB/DF 12.252); André Feofiloff (OAB/PR 27.577), Edna Maria Fernandes Mello (OAB/PR 75.315), Tiago Rocha Chiapetti (OAB/PR 76.704) e Clóvis Augusto Veiga da Costa (OAB/PR 21.437), representando a Fundação da Universidade Federal do Paraná para o Desenvolvimento da Ciência, da Tecnologia e da Cultura; Claudismar Zupiroli (OAB/DF 12.250), Maria Abadia Alves (OAB/DF 13.363) e Alberto Moreira Rodrigues (OAB/DF 12.252), representando a Fundação da Universidade Federal do Paraná para o Desenvolvimento da Ciência, da Tecnologia e da Cultura; Carlos Alberto Farracha de Castro (OAB/PR 20.812) e Luiz Carlos Soares S. Junior (OAB/PR 41.317), representando o IBCT - Educação Ciência e Tecnologia Ltda, com substalecimento para Antônio Francisco Corrêa Athayde (OAB/PR 8.227); Renato Cardoso de Almeida Andrade (OAB/PR 10.517) e Felipe Klein Gussoli (OAB/PR 75.081), representando Carlos Augusto Moreira Júnior

028.928/2018-0
Ato de concessão de aposentadoria de Edson Antonio de Almeida, ex-servidor da Superintendência Estadual da Funasa em Rondônia.
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa em Rondônia
Interessado: Edson Antonio de Almeida
Representação legal: não há

028.932/2018-8
Ato de concessão de aposentadoria de José Aguinaldo de Santana Fonseca, ex-servidor do Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Sergipe.
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Sergipe
Interessado: José Aguinaldo de Santana Fonseca
Representação legal: não há

031.212/2017-4
Ato de concessão de aposentadoria de Arlindo Anselmo da Silva, ex-servidor do Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Alagoas.
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Alagoas
Interessado: Arlindo Anselmo da Silva
Representação legal: não há

Ministro AROLDO CEDRAZ

003.526/2008-3
Ato de concessão de aposentadoria a Elsa Monteiro Merlo (CPF 015.881.138-09), ex-servidora da Gerência Executiva do INSS em Jundiaí/SP
Interessada: Elsa Monteiro Merlo
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do INSS - Jundiaí-SP
Representação legal: não há

003.591/2015-8
Tomada de Contas Especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), em desfavor do Sr. Fábio Luciano de Araújo Maia, presidente do Instituto Cidadão do Mundo (ICM) à época da celebração e da execução do Convênio 00010/2007 (Siafi 598470), em razão da não apresentação de prestação de contas desse ajuste, celebrado com aquele instituto, tendo por objeto "Apoiar as ações de implantação do Projeto 'Cidadão do Mundo - A Caminho da Universidade", nos termos do Plano de Trabalho, com vigência estipulada para o período de 3/12/2007 a 31/8/2008.
Órgão/Entidade/Unidade: Governo do Estado da Paraíba
Interessados: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação; Ministério da Educação
Responsáveis: Fábio Luciano de Araújo Maia; Instituto Cidadão do Mundo
Representação legal: Roberto Jordão de Oliveira (OAB/PB 13230) e outros, representando Fábio Luciano de Araújo Maia

008.039/2015-1
Recurso de reconsideração (peça 45) interposto por Zuila Maria Maciel de Melo Peixoto, ex-Secretária Municipal de Educação, contra o Acórdão 4.213/2017-TCU-2ª Câmara, retificado por erro material pelo Acórdão 6.282/2017-TCU-2ª Câmara, da relatoria do Ministro Marcos Bemquerer Costa
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Icó/CE
Interessados: Fundo Nacional de Saúde; Secretaria Federal de Controle Interno
Responsáveis: Lucia de Fátima Barreto de Alencar; Zuila Maria Maciel de Melo Peixoto
Representação legal: Giordano Bruno Araújo Cavalcante Mota (OAB/CE 20.645), representando Lucia de Fátima Barreto de Alencar

012.211/2018-4
Representação formulada pelo Sr. Eduardo Tavares Mendes, Prefeito Municipal de Traipu/AL, em 8/3/2018, reportando irregularidades em despesas para a construção de uma Unidade Básica de Saúde (UBS), padrão I, localizada no Povoado Bom Caradá, no município de Traipu/AL, financiada com recursos federais repassados fundo a fundo originários do Fundo Nacional de Saúde, no âmbito do Programa Requalificação de Unidades Básicas de Saúde - UBS, incluído no Programa de Aceleração do Crescimento, Proposta 12207.4520002/13-004
Representante: Eduardo Tavares Mendes, prefeito
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Traipu/AL
Representação legal: não há

012.545/2016-3
Recurso de reconsideração interposto por Emerson Pedraça de França contra o Acórdão 4843/2017 - TCU - 2ª Câmara
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Manicoré/AM
Responsável: Emerson Pedraça de França
Representação legal: Monica Silva dos Santos (OAB/AM 12.854) e outros, representando Emerson Pedraça de França

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800193

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

022.159/2008-5
Ato de pensão civil instituída por Aldeir de Oliveira Maia, ex-servidor da Superintendência Estadual da Funasa em Rondônia, submetido, para fins de registro, à apreciação do Tribunal de Contas da União (TCU).
Interessadas: Auricelia Pinheiro Maia e Maria das Dores Pinheiro Maia
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa em Rondônia
Representação legal: não há

026.757/2014-1
Recursos de Reconsideração interpostos por R. Marketing Ltda - ME, Fernando Antônio da Costa Pinto Corrêa Clark e Rodrigo Fragoso Morêda contra o Acórdão 3.631/2016-TCU-2ª Câmara, que os condenou em débito e multa individual,
Recorrentes: Fernando Antônio da Costa Pinto Corrêa Clark; R. Marketing Ltda. - ME; Rodrigo Fragoso Morêda
Órgãos/Entidades/Unidades: Ministério da Cultura; R. Marketing Ltda. - ME
Representação legal: Mário Luiz Delgado Régis (OAB/SP 266.797), Marcio Gomes Pires (OAB/SP 309.350) e Vanessa Mori de Oliveira (OAB/SP 357.710), representando R. Marketing Ltda. - ME e Rodrigo Fragoso Morêda; Arthur Reynaldo Maia Alves Neto (OAB/PE 714-B) e Márcio Clemente Lima de Barros e Silva Filho (OAB/PE 36.484), representando Fernando Antônio da Costa Pinto Corrêa Clark

029.651/2013-1
Recursos de reconsideração de Danillo Augusto dos Santos e Instituto Educar e Crescer - IEC contra o Acórdão 3775/2015-2ª Câmara, da relatoria do ministro Augusto Nardes.
Recorrentes: Danillo Augusto dos Santos e Instituto Educar e Crescer
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Turismo
Representação legal: João Paulo Martins Fagundes (OAB/GO 46.184) e outros, representando Danillo Augusto dos Santos; Huilder Magno de Souza (OAB/DF 18.444) e outros, representando IEC - Instituto Educar e Crescer

Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

000.367/2016-8
Tomada de contas especial instaurada devido à omissão no dever de prestar contras de convênio com o DNIT para execução de obras de infraestrutura portuária.
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Monte Alegre/PA
Responsáveis: Jardel Vasconcelos Carmo, Raimundo Sérgio de Souza Monteiro e Francisco Carlos Carvalho de Lima
Representação legal: não há

004.061/2017-9
Tomada de contas especial instaurada pelo Incra/MT contra a Associação dos Pequenos Produtores Rurais e Moradores do Assentamento Independente I e Fartura (Centralcon) e seu presidente, em razão da inexecução parcial de convênio cujo objeto era prover infraestrutura capacitação e assistência técnica aos assentamentos. Análise das alegações de defesa.

Órgãos/Entidades/Unidades: Associação dos Pequenos Produtores Rurais e Moradores do Assentamento Independente I e Fartura
Responsáveis: Ilmá Silva Cardoso e Associação dos Pequenos Produtores Rurais e Moradores do Assentamento Independente I e Fartura
Representação legal: não há

004.749/2015-4
Embargos de declaração opostos por João de Paula Gomes Neto, ex-prefeito do Município de Capela/AL, contra o Acórdão 5.456/2018 - 2ª Câmara.
Embargante: João de Paula Gomes Neto
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Capela/AL
Advogados constituídos nos autos: Vitor Di Guaraldi Monteiro Pinto (OAB/AL 13.865)

010.343/2013-0
Recurso de reconsideração interposto por Edson Cláudio Pistori contra decisão em que o Tribunal julgou irregulares suas contas, condenou-o em débito e aplicou-lhe multa, por quantias recebidas a título de ajuda de custo e de auxílio-moradia.
Recorrente: Edson Claudio Pistori
Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria Nacional da Juventude - Presidência da República (SNJ/PR)
Representação legal: Paulo Francisco Soares Freire (OAB/SP 248.281), Cezar Britto (OAB/DF 32.147), Rodrigo Camargo Barbosa (OAB/DF 34.718) e outros

014.319/2018-7
Alteração de aposentadoria concedida a servidora do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região/DF e TO.
Interessada: Maria Cristina Furtado
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região/DF e TO
Representação legal: não há

018.750/2007-8
TOMADA DE CONTAS. TC - SECRETARIA EXECUTIVA - MICI, EXERCÍCIO DE 2006 - AGREGA SPOA E CEF-PROG SOCIAIS
Órgãos/Entidades/Unidades: Secretaria Executiva do Ministério das Cidades, agregando as contas: da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração, que consolida as contas da Coordenação-Geral de Recursos Humanos e Coordenação-Geral de Recursos Logísticos; da Secretaria Nacional de Habitação, que consolida as contas do Fundo de Habitação de Interesse Social e do Fundo de Arrendamento Residencial; da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental; da Secretaria Nacional de Transporte e Mobilidade Urbana; e da Secretaria Nacional de Programas Urbanos
Responsáveis: Rodrigo José Pereira Leite Figueiredo, Magda Oliveira de Myron Cardoso, Renato Stoppa Cândido, Errol Teodoro Kohnert Seidler e Márcio Galvão Fonseca
Representação legal: não há

029.807/2018-2
Pensão civil concedida pelo Ministério da Fazenda.
Interessada: Ana Narbone de Faria Duarte Rittes
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de São Paulo
Representação legal: não há

033.204/2014-4
Tomada de Contas Especial instaurada em razão da impugnação parcial de despesas de convênio para a implementação de um Núcleo de Justiça Comunitária no bairro Bom Jesus, Território da Paz, zona leste de Porto Alegre.
Órgão/Entidade/Unidade: Centro Cultural James Kulisz
Responsáveis: Centro Cultural James Kulisz; Marli Aires Medeiros
Representação legal: Luciano Moyses Pacheco Chedid (OAB/RS 30135)

Ministra ANA ARRAES

027.566/2010-2
Aposentadoria de ex-servidor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo com averbação de tempo de serviço de aluno-aprendiz.
Interessado: José Fernandes de Moraes
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Representação legal: Luís Carlos Juste (OAB/SP 83.948) e Karoline Wolf Zanardo (OAB/SP 301.670)

029.588/2010-3
Pedido de reexame contra acórdão que considerou irregular a concessão de pensão civil.
Recorrente: Gerência Executiva do INSS/Caxias do Sul/RS
Interessada: Elena Irma Vortmann
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do INSS/Caxias do Sul/RS
Representação legal: Fabiano Mersoni (OAB/RS 40.716) e outro representando Elena Irma Vortmann e Marlon Augusto Vortmann Born

033.513/2016-3
Embargos de declaração opostos contra decisão que apreciou tomada de contas especial e imputou débito, além de aplicar multa.
Embargante: Fundação de Apoio Institucional Rio Solimões
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade do Amazonas
Representação legal: Rubenito Cardoso da Silva Junior (OAB/AM 4.947) e outros representando Fundação de Apoio Institucional Rio Solimões; Fábio Nunes Bandeira de Melo (OAB/AM 4.331) e outros representando Almir Liberato da Silva; Marco Lúcio Souto Maior de Athayde (OAB/AM 4.522) e outro representando Miguel Ângelo da Silva; Bruno Giotto Gavinho Frota (OAB/AM 4.514) e outros representando José de Castro Correia

Ministro-Substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

002.071/2015-0
Tomada de Contas Especial instaurada pela Fundação Nacional de Saúde - Funasa contra o Sr. Edmundo Rodrigues Júnior, ex-Prefeito do Município de Forquilha/CE, em decorrência da omissão no dever de prestar contas do Termo de Compromisso PAC 413/2008 (Siafi 643728), voltado a melhorias sanitárias domiciliares.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Forquilha/CE
Responsáveis: Edmundo Rodrigues Júnior; Michelle Melo da Silva; Taquara Empreendimentos Imobiliários Ltda.
Representação legal: Victor Leite Braga e Matos (OAB/CE 24.655); Breno Leite Pinto (OAB/CE 16.227); Felipe Bastos Sales, OAB/CE 33.777; e Danielle Capistrano Rolim Mota (OAB/CE 20.0159)

005.979/2015-3
Tomada de Contas Especial instaurada pelo Ministério da Pesca e Aquicultura, em razão da glosa integral dos recursos transferidos ao Município de Quixadá/CE, por força do Convênio 151/2005 (peça 1, p. 27/37), cujo objeto seria a implementação e o desenvolvimento de atividades de piscicultura em 10 açudes (Boa Vista, Vitória, Lagoa do Mato, Lagoa Nova, Jerusalém, Juá, Califórnia, Guanabara, Marias Preta e Floresta), contemplando a cadeia produtiva da tilápia dentro de gaiolas (produção, beneficiamento e comercialização).
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Quixadá/CE.
Responsáveis: José Ilário Gonçalves Marques; Rômulo Nepomuceno Bezerra Carneiro
Representação legal: Ubiratan Diniz de Aguiar (OAB/CE 3625) e outros

006.260/2016-0
Tomada de Contas Especial em face da impugnação parcial das despesas executadas com recursos federais transferidos ao município pelo Fundo Nacional de Assistência Social no exercício de 2007.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de São Braz do Piauí/PI
Responsável: Emílio de Farias Costa
Representação legal: não há

008.255/2018-0
Concessões de pensões militares deferidas pelo Comando do Exército em benefício das interessadas acima indicadas.
Interessadas: Cleusa Maria Ferreira Barros; Marisa Ferreira Barros; Nadja Teresinha da Silveira Sommer; Nidia Maria Machado da Silveira; Salete da Conceicao Aparecida Serpa Henriques; Sonia Beatriz de Brenner Lima; Zilda Buede
Órgão/Entidade/Unidade: Terceira Região Militar
Representação legal: não há

011.793/2018-0
Análise de atos de concessão de pensão militar.
Interessadas: Candida Belisa Galia; Gisele Roberta de Souza Leal; Maria Elizabeth Leal; Ivonete Custodio Sieber; Isolete Viana Borck; Sandra Maria Bazan de Freitas; Sonia Therezinha Coelho; Zara Bazan de Freitas Ferrer
Órgão/Entidade/Unidade: 3ª Região Militar do Comando do Exército
Representação legal: não há

014.766/2014-0
Tomada de Contas Especial instaurada em face de irregularidades relativas à falta de licença ambiental e urbanística para construção de um galpão multiuso.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Natal/RN
Responsáveis: Caio Mucio da Rocha Pascoal; Cláudio Henrique Pessoa Porpino; Hsa Empreendimentos e Construções Ltda.; Isabel Cristina Costa de Medeiros; João Alves de Carvalho Bastos; Marcos Fernando de Garcia Maia; Maria Geruza Silva de Araújo; Maria Jailene Franco de Carvalho; Maria Solange Ferreira da Silva; Maria do Socorro Veloso de Andrade Galvão; Marilene Rodrigues Dantas; Meiriane Barata Moura; Raniere de Medeiros Barbosa; Sueldo Florencio de Medeiros Costa; e Walter Fernandes de Miranda Neto
Representação legal: Eduardo Antônio Dantas Nobre (OAB/RN 1.476); Andréia Cunha Fausto de Medeiros (OAB/RN 7.266); Cristiane de Figueiredo Pinheiro (OAB/RN 9.327); Caio Graco Pereira de Paula (OAB/RN 1.244); Armando Roberto Holanda Leite (OAB/RN 532); Thiago Costa Marreiros (OAB/RN 7.285); André Augusto de Castro (OAB/RN 3.898); Werner Matoso Lettieri Leal Damásio (OAB/RN 7.749) e outros

020.455/2017-8
Tomada de Contas Especial instaurada em razão da não execução do objeto pactuado em Contrato de Repasse, que tinha por finalidade a construção de passeios em diversas ruas de Terezinha/PE.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Terezinha/PE
Responsável: Alexandre Antônio Martins de Barros
Representação legal: não há

022.473/2017-3
Atos de concessão de pensão civil deferidas pela Diretoria do Pessoal Civil do Comando da Marinha em favor das beneficiárias acima indicadas.
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria do Pessoal Civil do Comando da Marinha
Interessadas: Marlene Rangel Gonçalves; Maria Helena de Santana Camargo; Narcisa Rosa de Moraes Fernandes
Representação legal: não há

Ministro-Substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

000.278/2014-9
Tomada de contas especial instaurada pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa), diante da impugnação total dos dispêndios efetuados com os recursos repassados por meio do Convênio nº 1.189/2001, sob o valor de R$ 142.149,79, para a construção de sistema de abastecimento de água no distrito de São José, no município de Palhano - CE.
Responsável: Francisco Lucilane de Moura
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Palhano/CE
Representação legal: não há

010.498/2018-4
Aposentadoria deferida em favor de Accacio Jose Lazaro, José Crispim de Almeida, Ricardo Augusto Hoertel e Waldoneli Antônio de Oliveira pela Gerência Executiva do INSS no Rio de Janeiro - RJ.
Interessados: Accacio Jose Lazaro; José Crispim de Almeida; Ricardo Augusto Hoertel e Waldoneli Antônio de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do INSS no Rio de Janeiro/RJ
Representação legal: não há

010.661/2017-4
Trata-se de aposentadorias deferidas em favor de Olímpio Schmitt e de Antônio Bail pela Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Joinville
Interessados: Antonio Bail e Olimpio Schmitt
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional de Seguridade Social em Joinville/SC
Representação legal: Francisco Vital Pereira (OAB/SC 2.977) e outros, representando Antonio Bail.

010.674/2017-9
Trata-se de aposentadoria deferida em favor de Maria Inez Gazzone Araújo pela Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Cascavel - PR, com o parecer do controle interno pela ilegalidade.
Interessada: Maria Inez Gazzone Araújo
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Cascavel/PR
Representação legal: Daniela Volkart Mainardi (OAB/PR 38.042) e outros, representando Maria Inez Gazzone Araújo.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800194

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

012.547/2018-2
Representação, com pedido de cautelar suspensiva, formulada pela Geprix Service - Gestão e Facilities Ltda. sobre possíveis irregularidades no Pregão Eletrônico nº 7/2018 conduzido pelo Departamento Regional do Serviço Social da Indústria no Estado de São Paulo (Sesi-SP) para a contratação de serviços continuados de portaria, jardinagem, limpeza e conservação, com o fornecimento de mão-de-obra, materiais e equipamentos, para as unidades do Sesi nos Municípios de Santos, Americana, Nova Odessa e Monte Alto, sob o valor total estimado de R$ 35.799,51/mês.
Representante: Geprix Service - Gestão e Facilities Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Serviço Social da Indústria no Estado de São Paulo
Representação legal: Daniel Kakionis Viana (OAB/SP 215.730), representando a RC Company Serviços Terceirizados Ltda. - ME e Priscilla de Held Mena Barreto Silveira (OAB/SP 154.087) e outros, representando o Departamento Regional do Sesi no Estado de São Paulo

014.240/2018-1
Representação, com pedido de cautelar suspensiva, formulada pela Geprix Service - Gestão e Facilities Ltda. sobre possíveis irregularidades no Pregão Eletrônico nº 150/2018 conduzido pelo Departamento Regional do Serviço Social da Indústria no Estado de São Paulo (Sesi-SP) para a contratação de prestação de serviços continuados de portaria, jardinagem, limpeza e conservação, com fornecimento de mão-de-obra, materiais e equipamentos para as unidades CAT Laerte Michielin - Araras, CAT Olavo Egydio Setúbal - Cotia e Escola Sesi de Pirassununga, sob o valor total estimado de R$ 145.825,21 /mês.
Representante: Geprix Service - Gestão e Facilities Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Serviço Social da Indústria no Estado de São Paulo
Representação legal: não há

015.989/2018-6
Representação, com pedido de cautelar suspensiva, formulada pela Geprix Service - Gestão e Facilities Ltda. sobre possíveis irregularidades no Pregão Eletrônico nº 161/2018 conduzido pelo Departamento Regional do Serviço Social da Indústria no Estado de São Paulo (Sesi-SP) para a contratação de prestação de serviços continuados de portaria, jardinagem, limpeza e conservação, com fornecimento de mão-de-obra, materiais e equipamentos, para as unidades CAT Gastão Vidigal - Vila Leopoldina, Escola SESI Comendador Emílio Benjamin Jafet e Escola SESI de Cajamar, sob o valor total estimado de R$ 295.102,69/mês.
Representante: Geprix Service - Gestão e Facilities Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Serviço Social da Indústria no Estado de São Paulo
Representação legal: não há

018.407/2016-1
Tomada de Contas Especial instaurada pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa) em desfavor de Carlos Cavalcanti Fernandes e de Maria Lúcia Mariano de Miranda, ex-prefeitos de Afrânio - PE (gestões: 2008/2012 e 2013/2016, respectivamente), bem como em face do município de Afrânio - PE, diante da não execução do objeto pactuado e de desvio de finalidade na utilização dos recursos federais repassados por força do Termo de Compromisso nº 463/2011 destinado à execução de melhorias sanitárias domiciliares, sob o montante de R$ 253.796,45, com R$ 250.000,00 em recursos federais e R$ 3.796,45 em recursos municipais.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Afrânio/PE
Responsáveis: Carlos Cavalcanti Fernandes; Maria Lucia Mariano de Miranda e Município de Afrânio/PE
Representação legal: não há

027.046/2018-4
Representação, com pedido de medida cautelar, sobre indícios de irregularidade relacionados à cessão de empregados de empresas estatais para a administração direta, autárquica e fundacional da União, no tocante à inobservância do teto remuneratório constitucional, e a indenizações trabalhistas decorrentes de eventuais desvios de função.
Representante: Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União
Órgãos/Entidades/Unidades: Serviço Federal de Processamento de Dados; Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária; Secretaria da Receita Federal do Brasil e Ministério da Fazenda
Representação legal: não há

028.085/2014-0
TOMADA DE CONTAS ESPECIAL. TCE CONTRA A SENHORA MARIA DO SOCORRO PEREIRA TORRES, EX-PREFEITA MUNICIPAL DE IPU/CE, EM RAZÃO DA OMISSÃO NO DEVER DE PRESTAR CONTAS DO CONVÊNIO Nº 231/2007, SIAFI Nº 598705, PROCESSO 71000.075335/2011-91. OFÍCIO Nº 441/2014-AECI/MDS
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Ipu/CE
Responsável: Maria do Socorro Pereira Torres
Representação legal: Ricardo Gomes de Souza Pitombeira (OAB/CE nº 31.566), representando Maria do Socorro Pereira Torres

030.184/2008-2
Pensão civil deferida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região.
Interessado: Washington Luiz Alves
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região/ES
Representação legal: não há

031.717/2018-7
Trata-se de representação formulada pela empresa Centerserv Serviços e Locação de Mão de Obras Ltda., com pedido de cautelar suspensiva, sobre suposta irregularidade praticada no âmbito do Pregão Eletrônico 3/2018 conduzido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional na Bahia (Iphan - BA) para a subsequente contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de limpeza e conservação predial, com fornecimento exclusivo de mão de obra e de materiais e equipamentos, pelo valor orçado de R$ 342.998,04.
Representante: Centerserv Serviços e Locação de Mão de Obras Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional na Bahia
Representação legal: não há

033.052/2015-8
Tomada de Contas Especial instaurada pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa) em desfavor de Marcos Antônio Ferreira Soares (gestão:2009-2012) e de Maria Marlúcia de Assis Santos (gestão 2013-2016), como então prefeitos de Maraial - PE, diante da impugnação total dos dispêndios realizados no âmbito do Termo de Compromisso PAC 511/2008 (Siafi 644160) celebrado sob o valor total de R$ 824.974,52, para a execução de sistema de melhorias sanitárias domiciliares, tendo o final da vigência do ajuste sido fixado em 7/6/2014.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Maraial/PE
Responsáveis: Marcos Antônio Ferreira Soares e Maria Marlúcia de Assis Santos
Representação legal: Walles Henrique de Oliveira Couto (OAB/PE 24.224) e outros, representando Maria Marlúcia de Assis Santos

Em 27 de setembro de 2018
PAULO MORUM XAVIER
Subsecretário da Câmara

Poder Legislativo

CÂMARA DOS DEPUTADOS
DIRETORIA-GERAL
DIRETORIA ADMINISTRATIVA
DEPARTAMENTO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E CONTABILIDADE
COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

ATO Nº 242, DE 26 DE SETEMBRO DE 2018

Aprova o Relatório de Gestão Fiscal da Câmara dos Deputados referente ao período de setembro de 2017 a agosto de 2018.

A MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, por ato ad referendum de seu Presidente, no uso de suas atribuições regimentais, considerando o disposto nos arts. 18, 19, 54, 55 e 71 da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000, resolve:
Art. 1º Fica aprovado o Relatório de Gestão Fiscal da Câmara dos Deputados referente ao período de setembro de 2017 a agosto de 2018, na forma do Anexo.
Art. 2º Esta Ato entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO MAIA
Presidente

ANEXO

UNIÃO - PODER LEGISLATIVO
CÂMARA DOS DEPUTADOS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2017 A AGOSTO/2018

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Setembro/2017 a Agosto/2018)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	Set/17	Out/17	Nov/17	Dez/17	Jan/18	Fev/18	Mar/18	Abr/18	Mai/18	Jun/18	Jul/18	Ago/18	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	345.111.463,58	343.084.547,95	344.298.064,48	566.388.180,42	449.743.787,83	351.796.302,00	355.208.745,45	352.170.889,95	356.160.643,97	380.764.293,10	349.986.187,55	349.477.093,52	4.544.190.199,80	0,00
Pessoal Ativo	215.486.705,67	213.277.097,82	214.286.992,77	360.360.478,41	265.263.103,47	216.878.545,22	220.135.152,96	217.334.353,50	221.150.278,26	246.015.773,97	215.934.487,43	214.942.380,30	2.821.065.349,78	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	182.021.955,11	179.070.709,53	180.313.910,60	293.602.542,61	229.844.465,21	182.418.712,29	184.980.062,46	182.726.702,45	186.208.469,07	211.422.808,60	181.533.956,49	181.939.430,83	2.376.083.725,25	0,00
Obrigações Patronais	33.464.750,56	34.206.388,29	33.973.082,17	66.757.935,80	35.418.638,26	34.459.832,93	35.155.090,50	34.607.651,05	34.941.809,19	34.592.965,37	34.400.530,94	33.002.949,47	444.981.624,53	0,00
Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Pessoal Inativo e Pensionistas	129.624.757,91	129.807.450,13	130.011.071,71	206.027.702,01	184.480.684,36	134.917.756,78	135.073.592,49	134.836.536,45	135.010.365,71	134.748.519,13	134.051.700,12	134.534.713,22	1.723.124.850,02	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	102.902.102,82	102.847.106,43	103.099.562,24	165.450.072,11	147.742.663,30	107.589.510,33	107.519.246,56	107.300.215,45	107.537.507,17	107.540.763,33	106.529.516,61	106.959.192,20	1.373.017.458,55	0,00
Pensões	26.722.655,09	26.960.343,70	26.911.509,47	40.577.629,90	36.738.021,06	27.328.246,45	27.554.345,93	27.536.321,00	27.472.858,54	27.207.755,80	27.522.183,51	27.575.521,02	350.107.391,47	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	84.074.365,70	82.638.380,59	82.973.075,29	59.261.406,49	7.463.979,53	2.710.134,23	69.474.100,31	69.301.296,65	72.557.045,68	70.592.943,75	69.044.862,69	70.290.061,58	740.381.652,49	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	1.960.490,79	1.208.628,84	1.447.923,44	1.348.147,07	0,00	1.275.707,57	1.585.949,17	1.406.809,69	4.665.372,47	2.796.826,92	1.453.478,85	2.625.888,13	21.775.222,94	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	791.883,69	250.642,04	196.178,37	144.055,06	7.463.979,53	1.434.426,66	553.396,11	400.276,83	320.696,69	314.902,91	164.689,80	259.144,07	12.294.271,76	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	81.321.991,22	81.179.109,71	81.328.973,48	57.769.204,36	0,00	0,00	67.334.755,03	67.494.210,13	67.570.976,52	67.481.213,92	67.426.694,04	67.405.029,38	706.312.157,79	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	261.037.097,88	260.446.167,36	261.324.989,19	507.126.773,93	442.279.808,30	349.086.167,77	285.734.645,14	282.869.593,30	283.603.598,29	310.171.349,35	280.941.324,86	279.187.031,94	3.803.808.547,31	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	770.352.095.000,00	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	3.803.808.547,31	0,493775
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	9.321.260.349,50	1,210000
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	8.855.197.332,03	1,149500
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	8.389.134.314,55	1,089000

FONTE: SIAFI, MF/STN, 19/set/2018, 10:00 hs.

Nota nº 1: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

LUCIO HENRIQUE XAVIER LOPES
Diretor-Geral
JOÃO LUIZ PEREIRA MARCIANO
Secretário de Controle Interno
EVANDRO LOPES COSTA
Diretor de Finanças, Orçamento e Contabilidade

Poder Judiciário

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

PORTARIA Nº 264, DE 25 DE SETEMBRO DE 2018

O PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, no uso de suas atribuições e com base no inciso III e parágrafo único do artigo 54 da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º Tornar público, nos termos do anexo a esta portaria:

I - O Relatório de Gestão Fiscal referente ao segundo quadrimestre de 2018; e

II - O Demonstrativo dos Limites de Despesa com Pessoal, conforme determinação do Acórdão TCU n. 553/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Min. DIAS TOFFOLI

ANEXO I

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SET/17 A AGO/18
RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)													
	Set/17	Out/17	Nov/17	Dez/17	Jan/18	Fev/18	Mar/18	Abr/18	Mai/18	Jun/18	Jul/18	Ago/18	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b) [1]
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	31.916.286,28	31.930.133,98	51.212.005,36	37.209.683,90	46.543.084,03	33. 096.880,21	33.222.628,52	33.170.093,68	33.428.531,7 3	34.937.023,75	33.765.950,30	33.621.769,46	434.054.071,20	2.552.233,43
Pessoal Ativo	20.838.968,07	20.835.544,54	34.248.927,66	25.819.453,33	29.544.281,54	21.809.934,51	22.000.833,63	21.939.092,41	22.200.455,60	23.553.699,14	22.453.342,75	22.336.253,20	287.580.786,38	2.452.233,43
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	17.682.852,04	17.653.414,14	27.701.441,81	22.542.064,34	26.275.329,57	18.491.019,67	18.699.835,78	18.611.838,51	18.833.606,06	20.153.092,25	19.033.555,39	19.012.336,74	244.690.386,30	2.339.066,11
Obrigações Patronais	3.156.116,03	3.182.130,40	6.547.485,85	3.277.388,99	3.268.951,97	3.318.914,84	3.300.997,85	3.327.253,90	3.366.849,54	3.400.606,89	3.419.787,36	3.323.916,46	42.890.400,08	113.167,32
Benefícios Previdenciários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	11.077.318,21	11.094.589,44	16.963.077,70	11.390.230,57	16.998.802,49	11.286.945,70	11.221.794,89 11.231.001,27		11.228.076,13	11.383.324,61	11.312.607,55	11.285.516,26	146.473.284,82	100.000,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	8.504.912,75	8.514.485,30	13.193.207,55	8.747.660,19	13.045.493,96	8.672.748,37	8.622.842,41	8.566.786,56	8.548.053,25	8.687.192,51	8.675.738,38	8.651.123,89	112.430.245,12	-
Pensões	2.572.405,46	2.580.104,14	3.769.870,15	2.642.570,38	3.953.308,53	2.614.197,33	2.598.952,48	2.664.214,71	2.680.022,88	2.696.132,10	2.636.869,17	2.634.392,37	34.043.039,70	100.000,00
Outros Benefícios Previdenciários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	11.077.318,21	11.0 94.589,44	8.468.849,40	945.250,84	11.286.056,41	9.916.330,28	9.874.163,68	9.890.549,26	9.893.138,30	10.146.335,84	4.927.847,93	3.123.726,83	1 00.644.156,42	1.900.000,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-	-	-	-	-	-	-	14.386,67	-	-	-	14.386,67	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	-	-	-	152.343,32	-	-	-	-	-	107.371,36	-	-	259.714,68	1.800.000,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	11.077.318,21	11.094.589,44	8.468.849,40	792.907,52	11.286.056,41	9.916.330,28	9.874.163,68	9.890.549,26	9.878.751,63	10.038.964,48	4.927.847,93	3.123.726,83	100.370.055,07	100.000,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	20. 838.968,07	20.835.544,54	42.743.155,96	36.264.433,06	35.257.027,62	23.180.549,93	23.348.464,84	23.279.544,42	23.535.393,43	24.790.687,91	28.838.102,37	30.498.042,63	333.409.914,78	652.233,43

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	770.352.095.000,00	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	334.062.148,21	0,043365%
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	567.949.785,56	0,073726%
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	539.552.296,28	0,070040%
LIMITE DE ALERTA (VIII = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	511.154.807,00	0,066353%

FONTE: Sistemas SIAFI e Tesouro Gerencial; Portaria STF 82/2005; Unidade Responsável: Coordenadoria de Orçamento e Finanças; Data/Hora de emissão: 14/09/2018, às 18hs.

1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

ANEXO II

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO. ITEM 9.4
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SET/17 A AGO/18

R$ 1,00

	DESPESAS EXECUTADAS
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	436.606.304,63
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	102.544.156,42
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	334.062.148,21

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)				770.352.095.000,00	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100				0,0 43365 %	
				% DA RCL	VALOR
LIMITE MÁXIMO	LRF, art. 20, incisos I, II e III			0,073800%	568.519.846,11
	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente:	Portaria STF nº 82, de 17/08/2005	0,073726%	567.949.785,56
	Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente:	Vide Nota Explicativa [1]	-	-
	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente:	Vide Nota Explicativa [1]	-	-
	Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT/2015				

[1] As Resoluções CNJ 26/2016 e 177/2013 não alteraram o limite do Supremo Tribunal Federal.

LUIZ ANTÔNIO DE SOUZA CORDEIRO
Secretário de Administração e Finanças

ARMANDO AKIO SANTOS DOI
Secretário de Controle Interno

EDUARDO SILVA TOLEDO
Diretor-Geral

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

PORTARIA Nº 368, DE 27 DE SETEMBRO DE 2018

Dispõe sobre a publicação do Relatório de Gestão Fiscal do Conselho da Justiça Federal referente ao 2º quadrimestre do exercício de 2018.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no art. 54, inciso III, e no art. 55, § 2º, ambos da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000, bem como no Processo n. CJF-PPN-2018/00018,, resolve:

Art. 1º Publicar, na forma do Anexo I, o Relatório de Gestão Fiscal do Conselho da Justiça Federal referente ao 2º quadrimestre de 2018, consoante previsto no art. 55, § 2º, ambos da Lei Complementar n. 101/2000, a ser publicado no Diário Oficial da União e no Portal do Conselho da Justiça Federal.

Art. 2º Publicar, na forma do Anexo II, o Demonstrativo dos Limites de Despesa com Pessoal, em cumprimento ao Item 9.4 do Acórdão n. 553/2017-TCU-Plenário referente ao 2º quadrimestre de 2018.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800197

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO DE 2017 A AGOSTO DE 2018
RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R$1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)														
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (B)	TOTAL EXECUTADO (C) = (A) + (B)
	SET/2017	OUT/2017	NOV/2017	DEZ/2017	JAN/2018	FEV/2018	MAR/2018	ABRIL/2018	MAIO/2018	JUNHO/2018	JULHO/2018	AGOSTO/2018	TOTAL ÚLTIMOS 12 MESES (A)		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	4.679.593,56	4.672.600,58	7.505.679,63	4.924.695,78	7.586.931,03	4.901.156,39	4.779.850,13	4.717.494,82	4.760.843,04	5.084.424,62	4.775.791,98	4.818.384,30	63.207.445,86	94.515,64	63.301.961,50
Pessoal Ativo	3.908.352,48	3.899.017,22	6.205.188,48	4.082.432,84	6.333.940,56	4.081.401,96	3.954.691,82	3.834.505,47	3.869.602,67	4.163.425,04	3.838.381,56	3.875.006,30	52.045.946,40	94.515,64	52.140.462,04
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	3.361.484,45	3.351.173,04	5.073.125,28	3.520.523,57	5.771.718,15	3.520.682,01	3.395.822,35	3.288.611,79	3.336.185,64	3.620.021,97	3.305.150,21	3.351.220,36	44.895.718,82	12.631,19	44.908.350,01
Obrigações Patronais	546.868,03	547.844,18	1.132.063,20	561.909,27	562.222,41	560.719,95	558.869,47	545.893,68	533.417,03	543.403,07	533.231,35	523.785,94	7.150.227,58	81.884,45	7.232.112,03
Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	771.241,08	773.583,36	1.300.491,15	842.262,94	1.252.990,47	819.754,43	825.158,31	882.989,35	891.240,37	920.999,58	937.410,42	943.378,00	11.161.499,46	0,00	11.161.499,46
Aposentadorias, Reserva e Reformas	722.631,88	724.974,16	1.224.784,17	792.652,56	1.180.176,14	769.079,01	775.015,41	832.846,45	841.097,47	870.389,81	886.800,65	892.768,23	10.513.215,94	0,00	10.513.215,94
Pensões	48.609,20	48.609,20	75.706,98	49.610,38	72.814,33	50.675,42	50.142,90	50.142,90	50.142,90	50.609,77	50.609,77	50.609,77	648.283,52	0,00	648.283,52
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	48.684,01	48.609,20	-37.486,47	372.999,97	1.552.143,94	819.754,43	825.628,86	883.790,83	905.239,49	13.362,11	937.410,42	943.378,00	7.313.514,79	0,00	7.313.514,79
Indenizações por Demissão e Incentivos àDemissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	74,81	0,00	0,00	0,00	299.153,47	0,00	470,55	801,48	13.999,12	13.362,11	0,00	0,00	327.861,54	0,00	327.861,54
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	48.609,20	48.609,20	-37.486,47	372.999,97	1.252.990,47	819.754,43	825.158,31	882.989,35	891.240,37	0,00	937.410,42	943.378,00	6.985.653,25	0,00	6.985.653,25
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	4.630.909,55	4.623.991,38	7.543.166,10	4.551.695,81	6.034.787,09	4.081.401,96	3.954.221,27	3.833.703,99	3.855.603,55	5.071.062,51	3.838.381,56	3.875.006,30	55.893.931,07	94.515,64	55.988.446,71

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (IV)	770.352.095.000,00	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III C)	55.988.446,71	0,007268%
LIMITE MÁXIMO (V) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	189.807.052,69	0,024639%
LIMITE PRUDENCIAL (VI) = (0,95 x V) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	180.316.700,05	0,023407%
LIMITE DE ALERTA (VII) = (0,90 x V) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	170.826.347,42	0,022175%

FONTE: Tesouro Gerencial, SAD-SEORFI, 18/09/2018 14:12

Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

NOTA(S):

MISAEL GUERRA PESSOA DE ANDRADE
Secretário de Administração

ANGELITA DA MOTA AYRES RODRIGUES
Secretária de Auditoria Interna em Exercício

EVA MARIA FERREIRA BARROS
Diretora Executiva de Administração e de Gestão de Pessoas

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800198

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO. ITEM 9.4
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO DE 2017 A AGOSTO DE 2018

R$ 1,00

				DESPESAS EXECUTADAS	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)				63.301.961,50	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)				7.313.514,79	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)				55.988.446,71	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL					
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)				770.352.095.000,00	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100				0,007268%	
				% DA RCL	VALOR
LIMITE MÁXIMO \1	LRF, art. 20, incisos I, II e III			0,018089%	139.348.990,46
	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente \2:	Proc. Adm. SIGED nº 2001160727 \4	0,018071%	139.210.327,09
	Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente \2:	Resolução CJF-RES-2012/00184 \4	0,024685%	190.161.414,65
	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente \2:	Resolução CJF-RES-2013/00250 \4	0,024639%	189.807.052,69
	Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT/2015 \3				-

\1 Preencher apenas no caso de os limites do Órgão terem sofrido alteração em virtude das citadas Resoluções do Conselho Nacional de Justiça
\2 Indicar o Ato/Portaria que alterou os limites individuais do Órgão em decorrência da respectiva Resolução do Conselho Nacional de Justiça
\3 Campo a ser preenchido pelos Tribunais da Justiça do Trabalho

MISAEL GUERRA PESSOA DE ANDRADE
Secretário de Administração

ANGELITA DA MOTA AYRES RODRIGUES
Secretária de Auditoria Interna
Em exercício

EVA MARIA FERREIRA BARROS
Diretora Executiva de Administração e de Gestão de Pessoas

CORREGEDORIA-GERAL
TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS

ATO Nº 109, DE 25 DE SETEMBRO DE 2018

Nos termos da Portaria CJF-PCG-2017/00009, de 30 de junho de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 14 de julho de 2017, Seção I, página 91, esta secretaria intimou as partes e os advogados dos processos abaixo indicados, para que efetuassem o cadastramento no sistema eproc, implantado na TNU em 17 de julho do corrente ano.

Apesar de os advogados terem cadastro no eproc, verificou-se que se encontram sem validação, portanto faz-se necessário a tomada das seguintes providências:

a) Com certificado digital: validação será realizada no próprio sistema pelo advogado, dispensado o comparecimento pessoal à unidade da Justiça Federal (§6º da Portaria);

b) Sem certificado digital: faz-se necessário o comparecimento pessoal à unidade da Justiça Federal, munidos de identificação profissional, para posterior validação pela Secretaria da Turma Nacional de Uniformização, nos termos do art. 2º, § 1º, da Lei n. 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Provimento 15/2014 do Conselho da Justiça Federal (§7º da Portaria).

Pelo exposto, ficam as partes e os advogados intimados, para que efetuem, nos termos acima, a validação do cadastro no sistema eproc, no prazo de 15(quinze) dias, para efetivação das intimações e de eventuais atos processuais.

Orientação quanto ao acompanhamento processual:

a) instalar o aplicativo eproc no seu dispositivo móvel e registrar o processo como favorito. Essa operação permitirá receber informação de todo andamento processual;

b) habilitar, no cadastro do advogado, a opção para receber por e-mail informações sobre distribuição, prazos e senha.

Configure seu usuário no eproc para receber as notificações do sistema por e-mail.

Endereço de acesso ao sistema: https://eproctnu.cjf.jus.br/eproc

Contatos da secretaria da TNU: email - turma.uniformi@cjf.jus.br, tel: 61-30227300/7310/7320.

RELAÇÃO DOS PROCESSOS:

PROCESSO: 5000824-27.2017.4.04.7113
REQUERENTE: ELZIO MARTINS FRANCO
PROC./ADV.: EDUARDA GROFF TRENTIN -
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: VITOR FERNANDO GONCALVES CORDULA - PC018590
PROCESSO: 2010330-97.0007.4.10.0000
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: ODALIA LOPES DA SILVA
PROC./ADV.: WALTER RODRIGUES PEREIRA - BA020702
PROCESSO: 0535340-90.2017.4.05.8013
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: JOAO DA ROCHA COELHO NETO
PROC./ADV.: Anne Carolinne Barbosa de Brito - AL010902
Thiago Barbosa de Brito - AL013015
PROCESSO: 0531052-02.2017.4.05.8013
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: VILMA NUNES DA SILVA
PROC./ADV.: Fátima Gabrielle da Silva Sena - AL014978
PROCESSO: 0525004-27.2017.4.05.8013
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: JOSE FRANCISCO DOS SANTOS
PROC./ADV.: Thiago Souto dos Santos - AL010404
PROCESSO: 0522489-83.2016.4.05.8100
REQUERENTE: UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
PROC./ADV.:
REQUERIDO: IVANIA DE MELO PEREIRA
MARIA GIURLENE DE MELO PEREIRA
SUELY DE MELO PEREIRA
PROC./ADV.: THAIS BORGES DA GAMA MEDEIROS -
PROCESSO: 0521380-97.2017.4.05.8100
REQUERENTE: ANTONIA CHAGAS FREIRE
PROC./ADV.: ALEXANDRA SOUSA FROTA - CE032485
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: VITOR FERNANDO GONCALVES CORDULA - PC018590
PROCESSO: 0517620-16.2017.4.05.8400
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: HERIBERTO TEIXEIRA DE LIMA
PROC./ADV.: AUSTRELIO MULLER ANTONY BATISTA DE OLIVEIRA - RN010552
PROCESSO: 0516735-45.2016.4.05.8300
REQUERENTE: UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
PROC./ADV.:
REQUERIDO: LEONARDO CAVALCANTI SEAL DA CUNHA
PROC./ADV.: Renan Neves Rego - PE039615
PROCESSO: 0516258-06.2017.4.05.8100
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: FRANCISCO DAS CHAGAS VASCONCELOS
PROC./ADV.: MARIA DE FATIMA ALMEIDA DE CASTRO - CE014663
PROCESSO: 0515783-50.2017.4.05.8100
REQUERENTE: MARIA SALETE CASTRO FREITAS
PROC./ADV.: DANIELA MONTEZUMA DA SILVA - CE032455
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: VITOR FERNANDO GONCALVES CORDULA - PC018590
PROCESSO: 0514707-25.2016.4.05.8100
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: CRISTIANO ALVES DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: JOÃO ITALO OLIVEIRA CLEMENTE POMPEU - CE030643
PROCESSO: 0513692-66.2017.4.05.8300
REQUERENTE: TALITA GABRIELLY BARBOSA DA SILVA
PROC./ADV.: EMERSON DOS SANTOS JÚNIOR - PE021706
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: VITOR FERNANDO GONCALVES CORDULA - PC018590
PROCESSO: 0513533-44.2017.4.05.8100
REQUERENTE: UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
PROC./ADV.:
REQUERIDO: MARCO ANTONIO CARMO LOPES
PROC./ADV.: Regina Alves de Sousa Lima - CE007902
PROCESSO: 0512721-27.2016.4.05.8200
REQUERENTE: UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
PROC./ADV.:
REQUERIDO: CLEIDE DE CASTRO SARAIVA
PROC./ADV.: YANE CASTRO DE ALBUQUERQUE - PB012715
PROCESSO: 0511506-88.2017.4.05.8100
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: REGINA LUCIA BATISTA DE MELO
PROC./ADV.: FERNANDA ESTANILAU ALVES PEREIRA - CE035090
PROCESSO: 0511190-53.2014.4.05.8400
REQUERENTE: ALBERTO VIDAL GOMES DA SILVA
PROC./ADV.: Ricardo do Rêgo Pessoa - RN002492

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800199

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

REQUERIDO: UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
PROC./ADV.: ANDRE CAVAS OTERO - ACO.PGU
PROCESSO: 0511103-38.2016.4.05.8300
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: CREUZA MARIA DE SOUZA
PROC./ADV.: Nelbe Oliveira Silva - PE035410
PROCESSO: 0510974-96.2017.4.05.8300
REQUERENTE: MONICA MARIA DOS SANTOS BARROS
PROC./ADV.: HILTON SALES DA SILVA JUNIOR - PE029447
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
SOLANGE DA SILVA WANDERLEY
PROC./ADV.: LAÍS PORTELA CÂMARA - PE014687
MISAEL DE ALBUQUERQUE MONTENEGRO FILHO - PE014026
VITOR FERNANDO GONCALVES CORDULA - PC018590
PROCESSO: 0510104-94.2016.4.05.8103
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: MARIA DO CARMO LIMA ROCHA DANTAS
PROC./ADV.: John Gledyson Araujo Vieira - CE027975
PROCESSO: 0509543-18.2017.4.05.8400
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: LUIS CARLOS COSTA
PROC./ADV.: AUSTRELIO MULLER ANTONY BATISTA DE OLIVEIRA - RN010552
PROCESSO: 0509112-28.2010.4.05.8400
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: IOLANDA MOURA DE SOUZA
PROC./ADV.: Edvaldo Elpidio da Silva Sobrinho - RN003516
PROCESSO: 0509112-07.2014.4.05.8200
REQUERENTE: UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
PROC./ADV.:
REQUERIDO: CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA
PROC./ADV.: JOSE RIBAMAR COSTA ARAUJO FILHO - PB022040
PROCESSO: 0509068-42.2015.4.05.8300
REQUERENTE: UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
PROC./ADV.:
REQUERIDO: JOAO PAULO CAVALCANTI DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: MARIA DE LOURDES GUIMARÃES CAMPELO - PE010651
PROCESSO: 0508374-17.2017.4.05.8102
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: JOSE LEONARDO ALCANTARA
PROC./ADV.: Antônio de Caldas Costa Sousa - CE034307
PROCESSO: 0508326-46.2017.4.05.8300
REQUERENTE: JOSE PEDRO DA SILVA FILHO
PROC./ADV.: RITA DE KACIA DE BRITO FAUSTINO - PE030500
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: VITOR FERNANDO GONCALVES CORDULA - PC018590
PROCESSO: 0506694-62.2015.4.05.8200
REQUERENTE: UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
PROC./ADV.:
REQUERIDO: EMANUEL WALDNER TEODOSIO
PROC./ADV.: FABIANO MIRANDA GOMES - PB013003
PROCESSO: 0506479-88.2017.4.05.8500
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: ALESSANDRA MOURA DE ALMEIDA
PROC./ADV.: MIRON SILVA ARAÚJO - SE006404
PROCESSO: 0505571-64.2017.4.05.8101
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: MARIA EVANI CARNEIRO MONTEIRO
SERGIO ADOLFO CARNEIRO DE LIMA
PROC./ADV.: Ariely Lima da Silva - CE031531
PROCESSO: 0505125-98.2016.4.05.8100
REQUERENTE: UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
PROC./ADV.:
REQUERIDO: JOSE ALDIZIO PEREIRA JUNIOR
PROC./ADV.: PRISCILLA BATISTA DE ALBUQUERQUE - CE024071
PROCESSO: 0505011-28.2017.4.05.8100
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: JORDANI FONTENELE ARAUJO
PROC./ADV.: CESAR AUGUSTO FROTA RIBEIRO - CE008390
PROCESSO: 0504755-83.2016.4.05.8500
REQUERENTE: UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
PROC./ADV.:
REQUERIDO: MARIA LUIZA MACIEIRA LIBERATO DE MATTOS
PROC./ADV.: VINICIUS GUERRA DE ALMEIDA - SE002262
PROCESSO: 0504256-98.2017.4.05.8101
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: MARIA JOSE DE LIMA
PROC./ADV.: DANIELA MONTEZUMA DA SILVA - CE032455
PROCESSO: 0504239-63.2016.4.05.8500
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: MANOEL MESSIAS DOS SANTOS SILVA
PROC./ADV.: Juliane Dos Santos Silva - SE009580
PROCESSO: 0504065-78.2016.4.05.8104
REQUERENTE: MARIA BEZERRA DE SOUSA
PROC./ADV.: JOSE AURIVAN HOLANDA PINHO FILHO - CE022666
REQUERIDO: GABRIEL DE MELO ALVES
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: ALLINNE LUCENA FERNANDES DE AZEVEDO - CE029009
DANIEL DOS SANTOS NASCIMENTO - RJ186531
VITOR FERNANDO GONCALVES CORDULA - PC018590
PROCESSO: 0504051-82.2016.4.05.8108
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: MARIA FRANCILDA DE MESQUITA SOARES
PROC./ADV.: JUAREZ MARQUES DE MEDEIROS - CE010998
PROCESSO: 0503617-47.2017.4.05.8500
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: EDNA MARIA BARROS CORREA
PROC./ADV.: MIRON SILVA ARAÚJO - SE006404
PROCESSO: 0503600-79.2015.4.05.8500
REQUERENTE: MARCOS FERREIRA DANTAS
PROC./ADV.: DIANA SILVA VIEIRA - SE006296
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: VITOR FERNANDO GONCALVES CORDULA - PC018590
PROCESSO: 0503384-50.2017.4.05.8500
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: DIJALMIR BISPO DO NASCIMENTO
PROC./ADV.: Adimeron Loureiro Lima - SE004397
PROCESSO: 0503108-19.2017.4.05.8500
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: JERSON DE CARVALHO
PROC./ADV.: HANS WEBERLING SOARES - SE003839
PROCESSO: 0502953-35.2016.4.05.8311
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: JOAO OLIVEIRA DA SILVEIRA
PROC./ADV.: Solange Fernandes Alves Rodrigues - PE011690
PROCESSO: 0502645-86.2017.4.05.8303
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: MARIA JOSE MAGALHAES CARLOS
PROC./ADV.: Estefferson Darley Fernandes Nogueira - PE021375
PROCESSO: 0502617-42.2017.4.05.8102
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: ROSA RIBEIRO LUCENA SANTOS
PROC./ADV.: ADERSON FEITOSA FERRO TERCEIRO - CE017754
INGRIDE FEITOSA SIEBRA DE HOLANDA - CE016683
PROCESSO: 0502592-87.2017.4.05.8503
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: PAULO VICENTE BISPO
PROC./ADV.: LAIS OLIVEIRA GAMA - SE009473
PROCESSO: 0502556-03.2016.4.05.8205
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: AURINA FRANCISCA DE ARAUJO SILVA
PROC./ADV.: BRUNO KELVIN CUSTODIO MATIAS - PB023168
PROCESSO: 0502476-20.2017.4.05.8103
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: MARIA DE FATIMA PORTELA RIBEIRO
PROC./ADV.: José Moacyr do Amaral Torres Neto - CE028871
Maria Isabel de Freitas Guimaraes - CE011545
PROCESSO: 0502467-40.2017.4.05.8303
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: FRANCISCO GERALDO BARBOSA
PROC./ADV.: Victor Hugo Valeriano Pinto - PE042543
PROCESSO: 0502462-06.2017.4.05.8501
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: JAIRTON VIEIRA DE JESUS
PROC./ADV.: JOÃO THIERS PEREIRA LIMA - SE004587
PROCESSO: 0502380-14.2017.4.05.8003
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: AURELINA MARIA SILVA DOS SANTOS
PROC./ADV.: FELIPE DE HOLANDA CAVALCANTE - AL013367
PROCESSO: 0502351-43.2017.4.05.8300
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: CARLOS ALBERTO BARBOSA
PROC./ADV.: Sandra Pereira da Silva - PE030515
PROCESSO: 0502290-53.2015.4.05.8107
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: JOSE DORGIVAL DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: ADERLANNE FERREIRA MARQUES - CE030421
PROCESSO: 0502274-16.2017.4.05.8500
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: MARIA LUISA FERREIRA DOS SANTOS
PROC./ADV.: Patrícia Leite Martins - SE006881
PROCESSO: 0502248-09.2017.4.05.8503
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: JOSE BARBOSA SANTOS
PROC./ADV.: GLADSON SILVA GUIMARÃES - SE010660
PROCESSO: 0502235-80.2016.4.05.8103
REQUERENTE: NICOLY KETHELLY DOS SANTOS PAIXAO
PROC./ADV.: Maxuana Silva Bezerra - CE030556
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: VITOR FERNANDO GONCALVES CORDULA - PC018590
PROCESSO: 0502191-91.2017.4.05.8308
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: MANOEL FERREIRA DE LIMA
PROC./ADV.: Thiago de Farias Cordeiro Borba - PE024684
PROCESSO: 0501994-42.2017.4.05.8501
REQUERENTE: UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
PROC./ADV.:
REQUERIDO: JOSE LUIZ DO NASCIMENTO
PROC./ADV.: ELIS VIRGINIA DE LIMA SILVA - SE010159
PROCESSO: 0501810-25.2017.4.05.8101
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: DEUSDEDITE RIBEIRO LIMA
PROC./ADV.: DORABEL SANTIAGO DOS SANTOS FREIRE - CE026601

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800200

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MICHEL HOLANDA VALE - CE034059
PROCESSO: 0501766-06.2017.4.05.8101
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: MARIA DE FATIMA DANTAS DE SOUZA
PROC./ADV.: LAIO DUARTE VIEIRA - CE034964
PROCESSO: 0501725-58.2016.4.05.8203
REQUERENTE: MARIA PATRICIA BEZERRA MARTINS
PROC./ADV.: Plynio Ricardo dos Santos - PB021777
REQUERIDO: BRUNO DE SOUSA JUSTINO
DOUGLAS DE SOUSA JUSTINO
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
LUIZ PHILIPPE DE SOUSA JUSTINO
PEDRO FLAVIO JUSTINO RAMOS
PROC./ADV.: Antônio Edvaldo Bezerra da Silva - PB019197
VITOR FERNANDO GONCALVES CORDULA - PC018590
PROCESSO: 0501713-07.2017.4.05.8107
REQUERENTE: JOSE LUIZ DA SILVA
PROC./ADV.: Diego Victor Lobo Silveira - CE025815
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: VITOR FERNANDO GONCALVES CORDULA - PC018590
PROCESSO: 0501711-37.2017.4.05.8107
REQUERENTE: JOAQUIM GONZAGA CUSTODIO
PROC./ADV.: Diego Victor Lobo Silveira - CE025815
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: VITOR FERNANDO GONCALVES CORDULA - PC018590
PROCESSO: 0501612-85.2017.4.05.8101
REQUERENTE: ISMAEL MARIANO DE LIMA
PROC./ADV.: MIRELLA COSTA DE LIMA - CE025601
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: VITOR FERNANDO GONCALVES CORDULA - PC018590
PROCESSO: 0501291-11.2017.4.05.8405
REQUERENTE: LIVIA MARIA DOS SANTOS HORTENCIO
PROC./ADV.: Oberdan Vieira Pinto Lima - RN003890
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: VITOR FERNANDO GONCALVES CORDULA - PC018590
PROCESSO: 0501136-08.2017.4.05.8308
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: IDILIO ALVES PEREIRA BARROS
PROC./ADV.: MARCIO RAFAEL OLIVEIRA GAMA - PE039860
RAYANNE CORREIA DA SILVA - PE036968
PROCESSO: 0500988-85.2017.4.05.8311
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: SEVERINO RODRIGUES NETO
PROC./ADV.: Eduardo Henrique Lira Queiroz dos Santos - PE023955
PROCESSO: 0500975-38.2016.4.05.8500
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: MICHELLI JESUS DA CRUZ SANTANA
PROC./ADV.: IURE ANTONIO BARROS DE AMORIM - SE009162
PROCESSO: 0500581-79.2017.4.05.8311
REQUERENTE: MARIA DE FATIMA DA SILVA MELO
PROC./ADV.: ARIANNE MODESTO MONTEIRO - PE037896
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: VITOR FERNANDO GONCALVES CORDULA - PC018590
PROCESSO: 0500088-14.2017.4.05.8308
REQUERENTE: UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
PROC./ADV.:
REQUERIDO: RAUL MURILO FONSECA LIMA
PROC./ADV.: ANALINE SILVA SANTOS - BA038524
PROCESSO: 0176053-46.2016.4.02.5151
REQUERENTE: ANDRE LUIZ RIERA HEREDIA
PROC./ADV.: AMAURY SOARES MARQUES JUNIOR - RJ079553
JOSE BATISTA FLORES - RJ114051
REQUERIDO: UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
PROC./ADV.: ANDRE CAVAS OTERO - ACO.PGU
PROCESSO: 0147308-67.2014.4.02.5170
REQUERENTE: JOSEFA DE SOUZA SILVA
PROC./ADV.: NUBIA FARIA BARCELLOS - RJ057113
REQUERIDO: UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
PROC./ADV.: ANDRE CAVAS OTERO - ACO.PGU
PROCESSO: 0078357-84.2014.4.01.3800
REQUERENTE: MARIA IZABEL ALMEIDA DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: ROSA AMASILES GONCALVES VILARINO - MG065655
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: VITOR FERNANDO GONCALVES CORDULA - PC018590
PROCESSO: 0065553-74.2006.4.03.6301
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: ANTONIO IMPARATO
PROC./ADV.: HAMILTON PASCHOAL DE ARRUDA INNARELLI - SP032481
PROCESSO: 0062224-39.2015.4.03.6301
REQUERENTE: VALERIA REGINA CARVALHO
PROC./ADV.: NADIA DA MOTA BONFIM LIBERATO - SP339495
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
VALQUIRIA APARECIDA DOMINGOS
PROC./ADV.: ADRIANO CESAR DE AZEVEDO - SP194903
VITOR FERNANDO GONCALVES CORDULA - PC018590
PROCESSO: 0059806-75.2008.4.03.6301
REQUERENTE: SEBASTIAO JOAO DA SILVA
PROC./ADV.: DULCE RITA ORLANDO COSTA - SP089782
VILMA RIBEIRO - SP047921
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: VITOR FERNANDO GONCALVES CORDULA - PC018590
PROCESSO: 0044404-80.2010.4.03.6301
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: EDNA BARBOSA
PROC./ADV.: ANA BEATRIZ PUSTIGLIONE DE ANDRADE - SP273281
SILVIA REGINA BEZERRA SILVA - SP240077
PROCESSO: 0043197-48.2011.4.01.3300
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: FLORISVALDO RAMOS
PROC./ADV.: ROQUENALVO FERREIRA DANTAS - BA026868
PROCESSO: 0042720-93.2009.4.01.3300
REQUERENTE: PAULO CESAR SOARES ROCHA
PROC./ADV.: RICARDO ANDRÉ BANDEIRA MARQUES - PE022713
REQUERIDO: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: ISABELA VIEIRA BORBA - P86122
PROCESSO: 0041878-79.2010.4.01.3300
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: HELENA CARDOSO DE OLIVEIRA CARVALHO
PROC./ADV.: WALDINEI TRANZILLO - BA017781
PROCESSO: 0041855-65.2012.4.01.3300
REQUERENTE: JOSE DOMINGOS DE SANTANA
PROC./ADV.: GERALDO SANTOS DE OLIVEIRA - BA023705
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: VITOR FERNANDO GONCALVES CORDULA - PC018590
PROCESSO: 0041193-09.2009.4.01.3300
REQUERENTE: CARLOS ROBERTO DA SILVA SANTOS
PROC./ADV.: RICARDO ANDRÉ BANDEIRA MARQUES - PE022713
REQUERIDO: UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
PROC./ADV.: ANDRE CAVAS OTERO - ACO.PGU
PROCESSO: 0040832-53.2009.4.01.3700
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: CICERO PEREIRA DE BRITO
PROC./ADV.: DALTON HUGOLINO ARRUDA DE SOUSA - MA009063
PROCESSO: 0039348-61.2013.4.03.6301
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: ALESSANDRO IANUCHASKAS
PROC./ADV.: ERIKA ZANFERRARI - SP167298
GILBERTO SHINTATE - SP257647
KELLY REGINA MIZUTORI - SP199022
PROCESSO: 0036945-80.2008.4.02.5151
REQUERENTE: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.:
REQUERIDO: JOAO GLICERIO DE PAULA SILVA
PROC./ADV.: MARCIO URUARI PEIXOTO - RJ048021
PROCESSO: 0036486-38.2013.4.01.3500
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: INERI MARQUES RIOS
PROC./ADV.: DUSREIS PEREIRA DE SOUZA - GO027922
PROCESSO: 0036307-97.2015.4.01.3900
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: RAIMUNDO GUILHERME NONATO DOS SANTOS
PROC./ADV.: MARCUS TOBIAS FREITAS DE ARAUJO - PA017704
PROCESSO: 0033726-46.2014.4.01.3900
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: CLAUDIANE DA SILVA RODRIGUES
PROC./ADV.: SILVINHA DA SILVA LEAO MOREIRA - PA018503A
PROCESSO: 0033340-84.2012.4.01.3900
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: MARIA RITA FREITAS CORREA
PROC./ADV.: ROSINEI MENDONÇA DUTRA DA COSTA - PA014697
PROCESSO: 0032830-28.2012.4.01.3300
REQUERENTE: JORGE BORGES DOS SANTOS
PROC./ADV.: CARLOS FERNANDO DE MENEZES MOREIRA - BA016770
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: VITOR FERNANDO GONCALVES CORDULA - PC018590
PROCESSO: 0031353-67.2012.4.01.3300
REQUERENTE: MARILEIDE ALMEIDA BRITO DA SILVA
PROC./ADV.: EDDIE PARISH SILVA - BA023186
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: VITOR FERNANDO GONCALVES CORDULA - PC018590
PROCESSO: 0030219-77.2014.4.01.3900
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: JOVEM ALVES DA SILVA
PROC./ADV.: JOSÉ STENIO DE ARAUJO LUCENA - PA019126A
PROCESSO: 0029182-78.2015.4.01.3900
REQUERENTE: UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
PROC./ADV.:
REQUERIDO: FLAVIO BITTENCOURT DE SOUZA
PROC./ADV.: CAMILA ZOGLIO DINIZ BRAGA - MG099428
PROCESSO: 0028899-89.2014.4.01.3900
REQUERENTE: ANA MARIA ALVES PEREIRA
PROC./ADV.: BENTO BARBOSA DE OLIVEIRA JUNIOR - PA015739A
DANUBIA DE OLIVEIRA LIMA - PA020807
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: VITOR FERNANDO GONCALVES CORDULA - PC018590
PROCESSO: 0027202-58.2012.4.01.3300
REQUERENTE: JOSE LUIS MARTINS DE SOUZA
PROC./ADV.: CARLA LAMENHA DE BRITO - BA033496
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: VITOR FERNANDO GONCALVES CORDULA - PC018590
PROCESSO: 0024597-24.2012.4.01.3500
REQUERENTE: MARIA FRANCISCA DOS SANTOS SILVA
PROC./ADV.: BRUNO DINIZ MACHADO - GO026251
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: VITOR FERNANDO GONCALVES CORDULA - PC018590
PROCESSO: 0024292-29.2010.4.01.3300
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: JOSE ARIOSTO LIMA DA SILVA
PROC./ADV.: CAROLINE LOBO SOUZA - BA050269
PROCESSO: 0022609-24.2015.4.01.3900
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: IVONEI SANCHES RODRIGUES

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800201

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PROC./ADV.: RAIMUNDO CELIO VIANA DE CARVALHO - PA013087
PROCESSO: 0022099-74.2016.4.01.3900
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: DINAHIR DO SOCORRO ALMEIDA CARDOSO
PROC./ADV.: GILVAN RABELO NORMANDES - PA017983
PROCESSO: 0022054-12.2012.4.01.3900
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: JOSE RIBAMAR DA SILVA FILHO
PROC./ADV.: ALFREDO DA SILVA LISBOA NETO - PA016392
PROCESSO: 0021603-75.2011.4.01.3300
REQUERENTE: ROZILDA PINTO TEIXEIRA
PROC./ADV.: FABRICIO LUIS NOGUEIRA DE BRITTO - BA015025
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: VITOR FERNANDO GONCALVES CORDULA - PC018590
PROCESSO: 0020430-40.2016.4.01.3300
REQUERENTE: IVO DANIEL POVOAS DE SOUZA
PROC./ADV.: IVAN LUIZ MOREIRA DE SOUZA BASTOS - BA011607
REQUERIDO: UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
PROC./ADV.: ANDRE CAVAS OTERO - ACO.PGU
PROCESSO: 0019734-81.2015.4.01.3900
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: MIGUEL YOSHINORI NAGATA
PROC./ADV.: EDILENE SANDRA DE SOUSA LUZ SILVA - PA007568
PROCESSO: 0019507-53.2012.4.01.3300
REQUERENTE: JACIRA COSTA DE SOUZA
PROC./ADV.: ENIO PEREIRA DE LIMA - BA035081
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: VITOR FERNANDO GONCALVES CORDULA - PC018590
PROCESSO: 0019259-91.2016.4.01.3900
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: MILENA ABREU SOARES
PROC./ADV.: VITOR CAVALCANTI DE MELO - PA017375
PROCESSO: 0019243-40.2016.4.01.3900
REQUERENTE: UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
PROC./ADV.:
REQUERIDO: EDUARDO EZON NUNES DOS SANTOS FERRAZ
PROC./ADV.: VITOR CAVALCANTI DE MELO - PA017375
PROCESSO: 0019241-70.2016.4.01.3900
REQUERENTE: UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
PROC./ADV.:
REQUERIDO: NAGILA DE JESUS DE OLIVEIRA QUARESMA
PROC./ADV.: VITOR CAVALCANTI DE MELO - PA017375
PROCESSO: 0019238-18.2016.4.01.3900
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: ELINAY ALMEIDA FERREIRA DE MELO
PROC./ADV.: VITOR CAVALCANTI DE MELO - PA017375
PROCESSO: 0019237-33.2016.4.01.3900
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: BIANCA LIBONATI GALUCIO
PROC./ADV.: VITOR CAVALCANTI DE MELO - PA017375
PROCESSO: 0019214-87.2016.4.01.3900
REQUERENTE: UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
PROC./ADV.:
REQUERIDO: MARIA DE NAZARE MEDEIROS ROCHA
PROC./ADV.: ODETE MARIA MARGALHO SOARES MOTA - PA023242
PROCESSO: 0018901-29.2016.4.01.3900
REQUERENTE: UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
PROC./ADV.:
REQUERIDO: HERBERT TADEU PEREIRA DE MATOS
PROC./ADV.: VITOR CAVALCANTI DE MELO - PA017375
PROCESSO: 0018855-40.2016.4.01.3900
REQUERENTE: UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
PROC./ADV.:
REQUERIDO: MEISE OLIVEIRA VERA DOS ANJOS
PROC./ADV.: VITOR CAVALCANTI DE MELO - PA017375
PROCESSO: 0018853-70.2016.4.01.3900
REQUERENTE: UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
PROC./ADV.:
REQUERIDO: GIOVANNA CORREA MORGADO DOURADO
PROC./ADV.: VITOR CAVALCANTI DE MELO - PA017375
PROCESSO: 0018849-33.2016.4.01.3900
REQUERENTE: UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
PROC./ADV.:
REQUERIDO: DILSO AMARAL MATAR
PROC./ADV.: VITOR CAVALCANTI DE MELO - PA017375
PROCESSO: 0018326-87.2012.4.01.3600
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: DELMIR DE JESUS RIBEIRO
PROC./ADV.: NEUZA MARIA CURVO - MT0004254O
PROCESSO: 0018088-02.2016.4.01.3900
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: DEODORO JOSE DE CARVALHO TAVARES
PROC./ADV.: VITOR CAVALCANTI DE MELO - PA017375
PROCESSO: 0017941-42.2012.4.01.3600
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: FILOMENA MARCELINA DA SILVA
PROC./ADV.: ERLON SALES - MT016094O
PROCESSO: 0017234-62.2016.4.01.3300
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: CASSIA MARIA DE BRITTO BARRETO
PROC./ADV.: CRISTIANE SANDES NEMEN - BA027379
PROCESSO: 0016915-09.2012.4.01.3600
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: JOANA DARC FERNANDES DE ASSIS
PROC./ADV.: DIEGO ALOISIO LUFT - MT012436O
JULIANA LEITE MELO LUFT - MT011679O
PROCESSO: 0016550-83.2016.4.01.3900
REQUERENTE: UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
PROC./ADV.:
REQUERIDO: CAIO CASTAGINE MARINHO
PROC./ADV.: MARIA AUGUSTA ROST - DF037017
PROCESSO: 0015862-06.2011.4.01.3801
REQUERENTE: GIULLIANO DA SILVA PENEDO
PROC./ADV.: ANDRE LIGUORI DE CERQUEIRA - MG069856
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: VITOR FERNANDO GONCALVES CORDULA - PC018590
PROCESSO: 0015684-91.2010.4.01.3801
REQUERENTE: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.:
REQUERIDO: ROSA MARIA SOUZA BASTOS
PROC./ADV.: JULIANA ROSA GONZAGA - MG100089
RACHEL MATTOS DE CARVALHO - MG105757
PROCESSO: 0015606-16.2013.4.01.3600
REQUERENTE: CARMEN LUCIA DOS SANTOS
PROC./ADV.: LINDOLFO MACEDO DE CASTRO - MT0071740
MARIZA MACEDO DE CASTRO - MT012645O
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: VITOR FERNANDO GONCALVES CORDULA - PC018590
PROCESSO: 0015238-35.2008.4.01.4100
REQUERENTE: UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
PROC./ADV.:
REQUERIDO: NELIO RIBEIRO GALVAO
PROC./ADV.: HANDERSON SIMOES DA SILVA - RO003279
PROCESSO: 0015024-96.2011.4.03.6100
REQUERENTE: UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
PROC./ADV.:
REQUERIDO: JAYME NUNES NETO
PROC./ADV.: CAROLINA BIELLA - SP224134
PROCESSO: 0014947-28.2014.4.03.6312
REQUERENTE: ORLANDO ARRUDA
PROC./ADV.: CAMILA JULIANA POIANI ROCHA - SP270063
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: VITOR FERNANDO GONCALVES CORDULA - PC018590
PROCESSO: 0014300-64.2008.4.01.3801
REQUERENTE: MONICA VIEIRA SALGADO
PROC./ADV.: RAFAEL DE ARAUJO VIEIRA - MG115828
ROOSEVELT PIRES - MG092664
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: VITOR FERNANDO GONCALVES CORDULA - PC018590
PROCESSO: 0012962-81.2010.4.02.5151
REQUERENTE: RAYMUNDO ANTONIO FREIRE QUEIROZ
PROC./ADV.: JOAO LUIZ BARBOSA MACHADO - RJ043167
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: VITOR FERNANDO GONCALVES CORDULA - PC018590
PROCESSO: 0012600-33.2010.4.01.3300
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: JOSEFA MARIA DE JESUS BARBOSA
PROC./ADV.: LUCILLE CORREIA CAVALCANTE - BA026232
PROCESSO: 0012087-24.2013.4.03.6301
REQUERENTE: UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
PROC./ADV.:
REQUERIDO: KARINA DRUMOND MARTINS
PROC./ADV.: JOSÉ RENATO CAMILOTTI - SP184393
PROCESSO: 0012005-98.2006.4.01.4100
REQUERENTE: UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
PROC./ADV.:
REQUERIDO: DILSON PINTO DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: HANDERSON SIMOES DA SILVA - RO003279
PROCESSO: 0011869-17.2014.4.01.3811
REQUERENTE: JOAO BOTELHO TELES
PROC./ADV.: ANDREY JEFTHE RIBEIRO SANTOS - MG152859
PAULO HENRIQUE DE ARAUJO - MG142987
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: VITOR FERNANDO GONCALVES CORDULA - PC018590
PROCESSO: 0011280-19.2014.4.03.6317
REQUERENTE: ANTENOR UDOVIC
PROC./ADV.: ACILON MONIS FILHO - SP171517
LETICIA SILVA DOS SANTOS PAIVA - SP331869
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: VITOR FERNANDO GONCALVES CORDULA - PC018590
PROCESSO: 0010565-68.2013.4.01.3600
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: JOLICLEIA DA SILVA ALVES
PROC./ADV.: EMANUELLE MOURA CUIABANO - MT013860O
FABIO DORILEO VIEIRA - MT010723O
PROCESSO: 0010149-37.2012.4.01.3600
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: NARCIZO FRANCISCO SALES
PROC./ADV.: WELTON RICALDES DA SILVA - MT008375O
PROCESSO: 0009411-30.2009.4.01.3802
REQUERENTE: UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
PROC./ADV.:
REQUERIDO: JULIO CESAR POSSATI RESENDE
PROC./ADV.: MARCO TULIO NASCIMENTO MARTINS - MG105795
PROCESSO: 0009352-97.2013.4.01.3803
REQUERENTE: UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
PROC./ADV.:
REQUERIDO: VICTOR HUGO BORGES SILVA
PROC./ADV.: VINICIUS ALVES DA ROCHA - MG148647
PROCESSO: 0009275-97.2013.4.01.3800
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: VANIA DE JESUS GONCALVES
PROC./ADV.: ANTONIO CARLOS VASCONCELLOS ZUQUIM - MG088219
CHRISTIANE GOMES AVELLAR - MG137500

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800202

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

EDUARDO BONIFACIO BATISTA - MG085240
FLAVIO AUGUSTO NERY SAUSMIKAT - MG124327
MARCELO AZZI RABELO - MG093416
PROCESSO: 0009221-52.2014.4.01.4300
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: FRANCISCO PEREIRA DA SILVA
PROC./ADV.: RISETE DE PAULA RIBEIRO - TO006598B
PROCESSO: 0009202-88.2014.4.01.3801
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: JOSE CARLOS LOPES
PROC./ADV.: SONILDA DE FATIMA NEVES E SILVA - MG148033
PROCESSO: 0008777-71.2008.4.01.3801
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: HEVANDRO JOSE MOREIRA
PROC./ADV.: ESPEDITO MANSO DA FONSECA JUNIOR - MG089923
MARCO ANTONIO LADEIRA DA SILVA - MG082989
PROCESSO: 0008697-12.2013.4.01.3000
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: FRANCISCA FERNANDES NAZARE
PROC./ADV.: FRANCISCO SILVANO RODRIGUES SANTIAGO - AC000777
PROCESSO: 0008675-94.2014.4.01.4300
REQUERENTE: CLAUDINO FERREIRA DE CASTRO
PROC./ADV.: EUDES ROMAR VELOSO DE MORAIS SANTOS - TO004336
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: VITOR FERNANDO GONCALVES CORDULA - PC018590
PROCESSO: 0008260-41.2013.4.01.3300
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: ARIVALDO SANTOS EVANGELISTA
PROC./ADV.: BARTIRA ENAIDE SILVA RODRIGUES DE CASTRO - BA009677
PROCESSO: 0008248-93.2010.4.03.6301
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: EDSON AMORIM DAS CHAGAS
PROC./ADV.: JOSE ALBERTO MOURA DOS SANTOS - SP151699
PROCESSO: 0008062-89.2009.4.03.6306
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: LAURA AYACO ITO PIRES
PROC./ADV.: ANDRÉIA CARRASCO MARTINEZ PINTO - SP216971
MARIA HELENA DE ALMEIDA SILVA - SP194042
PROCESSO: 0007678-38.2015.4.03.6332
REQUERENTE: BENEDITO MACHADO COSTA
PROC./ADV.: JOAQUIM FERNANDES MACIEL - SP125910
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: VITOR FERNANDO GONCALVES CORDULA - PC018590
PROCESSO: 0007514-15.2015.4.01.4300
REQUERENTE: ISABEL FONSECA NASCIMENTO
PROC./ADV.: ISTELA MARIA CARREIRO AZEVEDO SILVA - TO000479
MARGARIDA LÉIA CARNEIRO DE SOUSA - TO000336B
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: VITOR FERNANDO GONCALVES CORDULA - PC018590
PROCESSO: 0007480-58.2010.4.01.3801
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: SEBASTIANA DE ALMEIDA MENDONCA
PROC./ADV.: ANDRESSA CRISTINA GOMIDE COSTA - MG113257
MARILIA SANT ANA HAIKAL - MG099376
PROCESSO: 0007432-24.2014.4.03.6317
REQUERENTE: GETULIO BATISTA RODRIGUES
PROC./ADV.: ANDREA CHIBANI ZILLIG - SP252506
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: VITOR FERNANDO GONCALVES CORDULA - PC018590
PROCESSO: 0007194-39.2013.4.01.3813
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: ALMIRO LEITE DE ARAUJO
PROC./ADV.: JOAO DE QUEIROZ JUNIOR - MG043692
PROCESSO: 0007178-11.2015.4.01.4300
REQUERENTE:
PROC./ADV.:
REQUERIDO: ELISANDRA SCAPIN
UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
PROC./ADV.: ANDRE CAVAS OTERO - ACO.PGU
ERIC JOSE MIGANI - TO004641B
PROCESSO: 0007074-82.2016.4.01.4300
REQUERENTE: MARIA RITA DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: GISELE DE PAULA PROENÇA - TO002664
MÁJURY YAMANA DA MOTTA COÊLHO PEREIRA - TO006962
VALDONEZ SOBREIRA DE LIMA - TO003987
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: VITOR FERNANDO GONCALVES CORDULA - PC018590
PROCESSO: 0006876-16.2014.4.01.4300
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: SALU SEVERINO DA CRUZ
PROC./ADV.: JOSÉ RIBEIRO DOS SANTOS - TO000059B
PROCESSO: 0006774-50.2015.4.01.3300
REQUERENTE: VALDELICE SOARES AMORIN
PROC./ADV.: EDDIE PARISH SILVA - BA023186
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: VITOR FERNANDO GONCALVES CORDULA - PC018590
PROCESSO: 0006579-30.2014.4.01.3905
REQUERENTE: JOSE BRITO AGUIAR
PROC./ADV.: ZILDO JOSE MULLER - PA018495
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: VITOR FERNANDO GONCALVES CORDULA - PC018590
PROCESSO: 0006039-14.2011.4.03.6303
REQUERENTE: VERA LUCIA DAMASIO MARQUES E SILVA
PROC./ADV.: MARIA CRISTINA PEREZ DE SOUZA - SP131305
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: VITOR FERNANDO GONCALVES CORDULA - PC018590
PROCESSO: 0006010-68.2015.4.01.3816
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: ANA MARIA PEREIRA DOS SANTOS
PROC./ADV.: JOAO HENRIQUE PASCHOAL - MG142498
PROCESSO: 0006008-75.2008.4.03.6310
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: ZULEIKA THESARO DA SILVA
PROC./ADV.: NATALIE REGINA MARCURA - SP145163
PROCESSO: 0005775-81.2016.4.01.3100
REQUERENTE: ARLENE CAVALCANTE ARAUJO
PROC./ADV.: ALINE LOUREIRO CAVALCANTE - PA019590
REQUERIDO: UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
PROC./ADV.: ANDRE CAVAS OTERO - ACO.PGU
PROCESSO: 0005763-38.2011.4.03.6317
REQUERENTE: VAGNER FRIAS MORENO
PROC./ADV.: CLAUDIA REGINA PAVIANI - SP190611
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: VITOR FERNANDO GONCALVES CORDULA - PC018590
PROCESSO: 0005730-59.2008.4.03.6315
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: WILSON DO CARMO RIBEIRO
PROC./ADV.: SERGIO HENRIQUE BALARINI TREVISANO - SP154564
PROCESSO: 0005584-61.2016.4.01.3900
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: JOVINO RODRIGUES DAMASCENO
PROC./ADV.: MARCUS TOBIAS FREITAS DE ARAUJO - PA017704
PROCESSO: 0005365-82.2015.4.01.3900
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: MANOEL DO ROSARIO FILHO
PROC./ADV.: CLÁUDIA FREIBERG - PR056817
PROCESSO: 0005255-84.2013.4.01.3502
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: FAUSTO ALMEIDA DE SOUSA
PROC./ADV.: OTAVIANO PEREIRA PASSOS - GO007616
PROCESSO: 0005022-32.2010.4.03.6317
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: CRISTINA ALVES DA SILVA LOPES
PROC./ADV.: WILER MONDONI - SP262780
PROCESSO: 0004926-35.2014.4.01.3503
REQUERENTE: SEBASTIANA DO CARMO ATAIDES DE SOUZA
PROC./ADV.: ELAINE PIERONI - GO023284
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: VITOR FERNANDO GONCALVES CORDULA - PC018590
PROCESSO: 0004914-49.2014.4.01.4302
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: HILDA PINTO DOS SANTOS
PROC./ADV.: VIRGÍNIA DE ANDRADE PLAZZI - TO004423
PROCESSO: 0004705-05.2012.4.03.6304
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: ARISTIDES SANTHIAGO
PROC./ADV.: EDER MORA DE SOUZA - SP250122
PROCESSO: 0004600-41.2016.4.01.4300
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: ANTONIO RODRIGUES DOS SANTOS
PROC./ADV.: ELIANE SOUZA FERREIRA - TO004723
PROCESSO: 0004562-87.2010.4.03.6303
REQUERENTE: SOLEDADE GOMES DA SILVA
PROC./ADV.: FABIANO TAMBURUS ZINADER - SP116261
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: VITOR FERNANDO GONCALVES CORDULA - PC018590
PROCESSO: 0004546-51.2015.4.03.6306
REQUERENTE: CRISTINA APARECIDA PEREIRA
PROC./ADV.: JAIRO DE PAULA FERREIRA JÚNIOR - SP215791
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: VITOR FERNANDO GONCALVES CORDULA - PC018590
PROCESSO: 0004397-03.2011.4.03.6304
REQUERENTE: JOANITA SOARES GOMES
PROC./ADV.: ADONAI ANGELO ZANI - SP039925
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: VITOR FERNANDO GONCALVES CORDULA - PC018590
PROCESSO: 0004237-54.2016.4.01.4300
REQUERENTE: ZILDETE CIRQUEIRA ROCHA
PROC./ADV.: IGOR GUSTAVO VELOSO DE SOUZA - TO005797
PATRICIA SOARES DOURADO - TO005707
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: VITOR FERNANDO GONCALVES CORDULA - PC018590
PROCESSO: 0004228-36.2013.4.01.3900
REQUERENTE: RONILDO CESAR SOARES
PROC./ADV.: JOAO VELOSO DE CARVALHO - PA013661
REQUERIDO: UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
PROC./ADV.: ANDRE CAVAS OTERO - ACO.PGU
PROCESSO: 0004204-13.2015.4.03.6315
REQUERENTE: NARCISO PEREIRA FIALHO
PROC./ADV.: VASCO LUIS AIDAR DOS SANTOS - SP134142
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: VITOR FERNANDO GONCALVES CORDULA - PC018590
PROCESSO: 0004168-15.2016.4.01.3300
REQUERENTE: MARCEL PERES DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: DANIELA CHAGAS BRASIL DE OLIVEIRA - BA047272
REQUERIDO: UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
PROC./ADV.: ANDRE CAVAS OTERO - ACO.PGU
PROCESSO: 0003944-81.2011.4.01.4002
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800203

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

REQUERIDO: VITORINO SOUSA
PROC./ADV.: FRANCISCO ANTONIO CARVALHO VIANA - PI006855
PROCESSO: 0003895-20.2014.4.03.6317
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: BERENICE SILVA PONTELI
PROC./ADV.: LUCÍOLA DA SILVA FAVORETTO - SP312127
PROCESSO: 0003794-05.2012.4.01.3311
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: GILMAR MIRANDA SILVA
PROC./ADV.: WALDINEI TRANZILLO - BA017781
PROCESSO: 0003703-81.2013.4.03.6201
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: CLEUZA LOURENCO DOS SANTOS
PROC./ADV.: CAROLINA CENTENO DE SOUZA - MS017183
MARIANA SALEM DE OLIVEIRA - MS016469
PRISCILA ARRAES REINO - MS008596
PROCESSO: 0003632-98.2013.4.03.6324
REQUERENTE: GILMAR APARECIDO FONTES
PROC./ADV.: JOSE DE JESUS ROSSETO - SP268953
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: VITOR FERNANDO GONCALVES CORDULA - PC018590
PROCESSO: 0003627-22.2011.4.01.3602
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: ALMIRA NUNES DE JESUS
PROC./ADV.: CLAUDINEZ DA SILVA PINTO JUNIOR - MT008143A
EDVALDO LUIZ FRANCISCO - SP099148
MARLA DENILSE RHEINHEIMER - MT012123O
PROCESSO: 0003616-50.2013.4.01.3819
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: JOSE ANTONIO RODRIGUES DE MOURA
PROC./ADV.: AGILDO RIBEIRO CAMPOS - MG012301
FERNANDA SATLER CAMPOS - MG111426
PROCESSO: 0003469-17.2014.4.01.3907
REQUERENTE: JOSEVAL DE AZEVEDO
PROC./ADV.: GELVANIA APARECIDA DE AZEVEDO - PA015476
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: VITOR FERNANDO GONCALVES CORDULA - PC018590
PROCESSO: 0003439-91.2013.4.01.3300
REQUERENTE: MARIA DA CONCEICAO DOS SANTOS SILVA
PROC./ADV.: EDDIE PARISH SILVA - BA023186
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: VITOR FERNANDO GONCALVES CORDULA - PC018590
PROCESSO: 0003387-81.2012.4.01.3801
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: ADEIR ALVES
PROC./ADV.: CHRISTIANE GALDINO PORCINO - MG114300
PROCESSO: 0003310-24.2011.4.01.3602
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: SUELY LOPES DA SILVA
PROC./ADV.: NEUZIMAR DA CRUZ MAGALHAES - MT011689O
REGINA CELIA DE ROCCO ZONZINI - MT011832O
PROCESSO: 0003295-63.2013.4.01.3900
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: RUTH RAMOS QUARESMA DA COSTA
PROC./ADV.: ELTON JHONES DE SOUZA - PA014855
PROCESSO: 0003236-05.2014.4.01.3815
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: DECIO FRANCISCO BARROSO
PROC./ADV.: TIAGO GUILARDUCCI FERNANDES - MG107543
PROCESSO: 0003138-91.2011.4.01.3308
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: EVERALDO ALVES MIRANDA
PROC./ADV.: GABRIEL SANTANA MONACO - BA015056
PROCESSO: 0003119-54.2016.4.01.3100
REQUERENTE: MARICLEIDE VIANA MELO
PROC./ADV.: DAVI IVÃ MARTINS DA SILVA - AP001648A
REQUERIDO: UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
PROC./ADV.: ANDRE CAVAS OTERO - ACO.PGU
PROCESSO: 0003100-97.2016.4.01.3504
REQUERENTE: JAMIL MACEDO DE SOUZA
PROC./ADV.: CLÁUDIO TAKEO YAMAMOTO - GO030872
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: VITOR FERNANDO GONCALVES CORDULA - PC018590
PROCESSO: 0003076-63.2012.4.03.6314
REQUERENTE: APARECIDO PINTO CARDOSO
PROC./ADV.: FERNANDO APARECIDO BALDAN - SP058417
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: VITOR FERNANDO GONCALVES CORDULA - PC018590
PROCESSO: 0003006-73.2012.4.01.3801
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: GISLAINE APARECIDA DA SILVA MACHADO
WAGNER NICOLAS SILVA MACHADO
PROC./ADV.: JOAO BATISTA CONDE - MG089190
PROCESSO: 0002963-66.2016.4.01.3100
REQUERENTE: MARIA DE JESUS DA SILVA ABREU
PROC./ADV.: DAVI IVÃ MARTINS DA SILVA - AP001648A
REQUERIDO: UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
PROC./ADV.: ANDRE CAVAS OTERO - ACO.PGU
PROCESSO: 0002940-75.2017.4.01.4300
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: EDIMAR BEZERRA PINTO
PROC./ADV.: KARINE KURYLO CAMARA - TO003058
PROCESSO: 0002917-65.2012.4.01.3311
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: JOSE ROMEU VIEIRA DE ANDRADE
PROC./ADV.: ALMIR MATOS FERREIRA - BA033429
PROCESSO: 0002894-51.2016.4.03.6342
REQUERENTE: JOSE MODESTO DOS SANTOS
PROC./ADV.: ALEXANDRE FULACHIO - SP281040
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: VITOR FERNANDO GONCALVES CORDULA - PC018590
PROCESSO: 0002876-45.2014.4.01.3500
REQUERENTE: FRANCISCO SEVERINO DA COSTA
PROC./ADV.: MARLY ALVES MARÇAL DA SILVA - GO028583
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: VITOR FERNANDO GONCALVES CORDULA - PC018590
PROCESSO: 0002830-24.2016.4.01.3100
REQUERENTE: FAUSTINO GOMES ATAIDE
PROC./ADV.: DAVI IVÃ MARTINS DA SILVA - AP001648A
REQUERIDO: UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
PROC./ADV.: ANDRE CAVAS OTERO - ACO.PGU
PROCESSO: 0002692-57.2016.4.01.3100
REQUERENTE: MARIA DE NAZARE TEIXEIRA BORGES MENDES
PROC./ADV.: DAVI IVÃ MARTINS DA SILVA - AP001648A
REQUERIDO: UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
PROC./ADV.: ANDRE CAVAS OTERO - ACO.PGU
PROCESSO: 0002657-11.2014.4.01.3507
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: PERON BRASIL MATOS
PROC./ADV.: JAMAR URIAS MENDONÇA JUNIOR - GO021701
PROCESSO: 0002653-60.2016.4.01.3100
REQUERENTE: ZENILDA DOS SANTOS MONTENEGRO
PROC./ADV.: DAVI IVÃ MARTINS DA SILVA - AP001648A
REQUERIDO: UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
PROC./ADV.: ANDRE CAVAS OTERO - ACO.PGU
PROCESSO: 0002632-38.2014.4.01.3817
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: LUIZ LEMOS DA FONSECA
PROC./ADV.: LUCAS FARIA DE PAULA - MG104802
PROCESSO: 0002506-18.2014.4.02.5156
REQUERENTE: UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
PROC./ADV.:
REQUERIDO: CELSO HIGINO DA SILVA
PROC./ADV.: FABIANA DE OLIVEIRA DE PAULA - RJ163848
PROCESSO: 0002398-53.2009.4.03.6314
REQUERENTE: MARIA APARECIDA RUIZ AISSA
PROC./ADV.: RICHARD ISIQUE - SP230251
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: VITOR FERNANDO GONCALVES CORDULA - PC018590
PROCESSO: 0002340-62.2013.4.01.3502
REQUERENTE: VILSON FERREIRA MONTEIRO
PROC./ADV.: CHRISTIANE LOUZEIRO GONÇALVES DE OLIVEIRA - GO019805
SIMEI AUGUSTO DA SILVA - GO016704
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: VITOR FERNANDO GONCALVES CORDULA - PC018590
PROCESSO: 0002336-16.2013.4.01.3602
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: ANDRE MARTINELLI DE ALMEIDA
PROC./ADV.: JULIO ALMEIDA DE SOUZA - MT011716O
PROCESSO: 0002335-53.2013.4.01.3821
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: IVANILDES LOMBARDO DO NASCIMENTO VITAL
PROC./ADV.: LAISA MIRANDA BARBOSA - MG121565
NILSON LOPES DA SILVA - MG121417
PROCESSO: 0002319-33.2011.4.01.3801
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: MARIA EMILIA GOUVEIA DA SILVA
PROC./ADV.: THAIS WERNECK PROCOPIO - MG114050
PROCESSO: 0002295-60.2011.4.03.6319
REQUERENTE: ANTONIA EMIDIO CIRIACO
PROC./ADV.: DANIEL BELZ - SP062246
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: VITOR FERNANDO GONCALVES CORDULA - PC018590
PROCESSO: 0002129-60.2012.4.01.3502
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: IRENA FLOR GONCALVES
PROC./ADV.: JULIO CESAR AUN DA CUNHA - GO030141
PROCESSO: 0002075-28.2012.4.01.3815
REQUERENTE: NELSON SIQUEIRA RAMOS
PROC./ADV.: RAFAEL VIOL SIQUEIRA - MG114350
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: VITOR FERNANDO GONCALVES CORDULA - PC018590
PROCESSO: 0002056-85.2012.4.03.6201
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: MARIA DE FATIMA DA SILVA DOS SANTOS
PROC./ADV.: ROBSON LEIRIA MARTINS - MS014606
PROCESSO: 0002030-80.2015.4.03.6331
REQUERENTE: JOAO MARCOS MARIN
PROC./ADV.: JORGE LUIZ MELLO DIAS - SP058428
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: VITOR FERNANDO GONCALVES CORDULA - PC018590
PROCESSO: 0002020-43.2013.4.01.3815
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: CELINA NETO DE JESUS
PROC./ADV.: CARLA ADRIANA SILVA - MG127096
PHILLIPE FRANCO DIEGO OLIVEIRA SILVA NOGUEIRA - MG109386
PROCESSO: 0001932-43.2014.4.01.3500
REQUERENTE: GERALDA LOURENCO DA SILVA OLIVEIRA
PROC./ADV.: NORBERTO MACHADO DE ARAÚJO - GO016769

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800204

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: VITOR FERNANDO GONCALVES CORDULA - PC018590
PROCESSO: 0001882-37.2017.4.01.3815
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: ANTONIO APARECIDO DE CARVALHO
PROC./ADV.: NILSON GERALDO DE RESENDE - MG121435
PAULA CRISTINA MOREIRA NASCIMENTO - MG115601
PROCESSO: 0001723-70.2011.4.01.3600
REQUERENTE: VALDECI VIEIRA DE ALMEIDA
PROC./ADV.: WILSON ROBERTO ALVES - MT006783O
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: VITOR FERNANDO GONCALVES CORDULA - PC018590
PROCESSO: 0001492-12.2013.4.03.6318
REQUERENTE: DARA OLIVEIRA BARBOSA DA SILVA
JULIA OLIVEIRA BARBOSA DA SILVA
JULIANA OLIVEIRA BARBOSA DA SILVA
PROC./ADV.: ADAUTO DONIZETE DE CAMPOS - SP189438
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: VITOR FERNANDO GONCALVES CORDULA - PC018590
PROCESSO: 0001429-36.2017.4.03.6321
REQUERENTE: MATILDE CONCEICAO PADOVAM
PROC./ADV.: ACILON MONIS FILHO - SP171517
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: VITOR FERNANDO GONCALVES CORDULA - PC018590
PROCESSO: 0001411-68.2014.4.01.3801
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: MARIA APARECIDA MOREIRA
PROC./ADV.: ROBSON LOPES GONCALVES - MG142500
PROCESSO: 0001380-48.2015.4.01.3822
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: SALVADOR NASCIMENTO PIRES
PROC./ADV.: LEONARDO CUNHA VILAR - RJ160524
PROCESSO: 0001360-71.2011.4.03.6302
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: MARIA DA CONCEICAO ALVES SILVA
PROC./ADV.: ALESSANDRO APARECIDO HERMINIO - SP143517
ALINE PATRICIA HERMINIO SCALIANTE - SP218064
PROCESSO: 0001354-12.2014.4.01.3801
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: DIVINO JOAO DOS SANTOS
PROC./ADV.: ELISANGELA MARCIA DO NASCIMENTO - MG092777
GILZIENE DE OLIVEIRA FREITAS - MG091826
MAURO LUCIO DURIGUETTO - MG066998
RODRIGO VIDAL RIBEIRO DE OLIVEIRA - MG085796
SILMAR FRANCISCO DA SILVA - MG130625
PROCESSO: 0001345-25.2014.4.01.3822
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: CLEUZA GONCALVES DE MATOS HERCULANO
PROC./ADV.: AMANDA MICHELLE FARIA ARAUJO MAPA - MG122758
GLEISER LUCIO BORONI SOARES - MG080654
PROCESSO: 0001320-77.2016.4.03.6314
REQUERENTE: MARIA APARECIDA DOS SANTOS ANDRADE
PROC./ADV.: ACACIO RIBEIRO AMADO JUNIOR - SP082471
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: VITOR FERNANDO GONCALVES CORDULA - PC018590
PROCESSO: 0001283-56.2012.4.01.3821
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: CUSTODIO PAULA POLIDO
PROC./ADV.: LUAN LEONARDO LOPES MACHADO - MG146984
LUCAS CRESTA DE BARROS - MG108578
PROCESSO: 0001265-25.2016.4.01.3100
REQUERENTE: ELIZABETE BARBOSA GONCALVES
PROC./ADV.: DAVI IVÃ MARTINS DA SILVA - AP001648A
REQUERIDO: UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
PROC./ADV.: ANDRE CAVAS OTERO - ACO.PGU
PROCESSO: 0001251-64.2015.4.01.4300
REQUERENTE: MARIA DO CARMO PEREIRA DOS SANTOS
PROC./ADV.: CHARLES DO LAGO COELHO - TO005603
HUMBERTO SOUSA HENRIQUE - TO005732
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: VITOR FERNANDO GONCALVES CORDULA - PC018590
PROCESSO: 0001234-10.2014.4.03.6304
REQUERENTE: ANTONIO BENTO DE MORAES JUNIOR
PROC./ADV.: PATRÍCIA DOS ANJOS MORAES - SP307417
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: VITOR FERNANDO GONCALVES CORDULA - PC018590
PROCESSO: 0001168-08.2015.4.01.3505
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: DIVINO FERREIRA DOS REIS
PROC./ADV.: RODRIGO DE SOUZA MAGALHÃES - GO028609
PROCESSO: 0001151-14.2016.4.03.6307
REQUERENTE: CICERO PEREIRA DA COSTA
PROC./ADV.: ANDERSON BOCARDO ROSSI - SP197583
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: VITOR FERNANDO GONCALVES CORDULA - PC018590
PROCESSO: 0001112-26.2017.4.03.6325
REQUERENTE: MADALENA CANDIDO
PROC./ADV.: JOSUE DIAS PEITL - SP124258
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: VITOR FERNANDO GONCALVES CORDULA - PC018590
PROCESSO: 0001055-12.2010.4.03.6306
REQUERENTE: LEIDIANE LUIZ
PEDRO HENRIQUE LUIZ DE CARVALHO
PROC./ADV.: DANIEL FERREIRA DE SOUZA - ES025499
MICHAEL FERREIRA DE SOUZA - ES012726
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: VITOR FERNANDO GONCALVES CORDULA - PC018590
PROCESSO: 0001045-26.2015.4.01.3823
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: DIMAS ALBERTO DA ROCHA
PROC./ADV.: MICHELE ELIAMARA BARROS LOPES - MG144748
PROCESSO: 0001004-36.2013.4.03.6325
REQUERENTE: UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
PROC./ADV.:
REQUERIDO: ANGELA GLAUCIA GARCIA SIMOES
PROC./ADV.: FERNANDA MARIA BODO - SP205277
PROCESSO: 0000937-88.2014.4.01.3804
REQUERENTE: CELIA APARECIDA ALVES
PROC./ADV.: DANIEL SILVEIRA MACHADO - MG116056
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: VITOR FERNANDO GONCALVES CORDULA - PC018590
PROCESSO: 0000801-43.2013.4.01.3508
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: BENEDITA JOAQUINA PIRES MENDES
PROC./ADV.: NELSON COE NETO - GO024162
PROCESSO: 0000717-58.2012.4.01.3902
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: IOLANDA CHENE CARDOSO
PROC./ADV.: EDMARA MARINHO HOYOS RODRIGUES - PA010565
PROCESSO: 0000506-08.2015.4.03.6312
REQUERENTE: ANTONIO JOSE DE AMORIM
PROC./ADV.: MARIA TERESA FIORINDO - SP270530
SUSIMARA REGINA ZORZO - SP335198
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: VITOR FERNANDO GONCALVES CORDULA - PC018590
PROCESSO: 0000323-76.9214.4.01.3821
REQUERENTE: JOSE HENRIQUES PEREIRA
PROC./ADV.: DANIEL GONCALVES PEDROSA - MG043355B
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: VITOR FERNANDO GONCALVES CORDULA - PC018590
PROCESSO: 0000306-10.2006.4.03.6314
REQUERENTE: UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
PROC./ADV.:
REQUERIDO: ALEXANDRE CARNEIRO LIMA
PAULO FERNANDO BISELLI
PROC./ADV.: CRISTIAN MARCELA SARRACENI - SP219312
MARCOS AFONSO DA SILVEIRA - SP159145
PROCESSO: 0000294-45.2015.4.03.6325
REQUERENTE: UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
PROC./ADV.:
REQUERIDO: MARCELO RODRIGUES DA SILVA
PROC./ADV.: VALDOMIRO RODRIGUES DA SILVA - SP120822
PROCESSO: 0000262-27.2010.4.01.3300
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: OLIMPIO DE JESUS
PROC./ADV.: DANIELE SANTA BÁRBARA LEITE - BA028652
PROCESSO: 0000258-71.2012.4.03.6304
REQUERENTE: JOSELITO CAMILO
PROC./ADV.: LARISSA BORETTI MORESSI - SP188752
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: VITOR FERNANDO GONCALVES CORDULA - PC018590
PROCESSO: 0000139-15.2016.4.01.9380
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: EURICO ANTONIO ALVES
PROC./ADV.: MARIA DE FATIMA OLIVEIRA - MG073489
PROCESSO: 0000133-94.2016.4.03.9301
REQUERENTE: MARY CELESTE MADUENO CARVALHO SOUZA
PROC./ADV.:
REQUERIDO: MUNICÍPIO DE SÃO PAULO/SP
UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
PROC./ADV.: ANDRE CAVAS OTERO - ACO.PGU
JOAO TONNERA JUNIOR - SP281373
PROCESSO: 0000127-02.2013.4.01.3820
REQUERENTE: EVA INES BARBOSA DE ALMEIDA
PROC./ADV.: CLAUDIANE APARECIDA SILVERIA LIMA - MG124595
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: VITOR FERNANDO GONCALVES CORDULA - PC018590
PROCESSO: 0000020-08.3301.7.00.0900
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: JOSE BATISTA DE SOUZA
PROC./ADV.: EMERSON MENEZES DO VALE - BA022548
PROCESSO: 0000017-98.2014.4.01.3001
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: JOHNATAN RODRIGUES DA SILVA
PROC./ADV.: MARIA ROSIANE SILVA DE MELO - AC004314
PROCESSO: 0000004-85.2013.4.01.3502
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: DIVINO REZENDE DE FARIA
PROC./ADV.: CARLOS ROBERTO MAZZO - GO014654
FERNANDO ANTÔNIO DE ALENCAR - GO019943
WALÉRIO MAGALHÃES BANDEIRA - GO014613
WOLFGANG JACOBSEN VOIGT LOURENÇO DIAS - GO030573

VIVIANE DA COSTA LEITE BORTOLINI
Secretária

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800205

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

PORTARIA Nº 649, DE 26 DE SETEMBRO DE 2018

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO, no uso de suas atribuições, em atendimento ao disposto no art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000 e no item 9.4 do Acórdão nº 553/2017-TCU-Plenário, bem como considerando o que consta no Processo nº TRF2-ADM-2018/00206, resolve:

APROVAR o Relatório de Gestão Fiscal da Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 2ª Região, referente ao 2º quadrimestre de 2018, na forma dos anexos, bem como autorizar sua publicação e disponibilização por meio da internet, conforme previsto no art.55, § 2º, da referida lei.

ANDRÉ FONTES

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1º E 2º GRAUS DA 2ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2017 a AGOSTO/2018

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses) LIQUIDADAS														
	SET/2017	OUT/2017	NOV/2017	DEZ/2017	JAN/2018	FEV/2018	MAR/2018	ABRIL/2018	MAIO/2018	JUNHO/2018	JULHO/2018	AGOSTO/2018	TOTAL ÚLTIMOS 12 MESES(A)	INSCRITAS EM RESTOS APAGAR NÃO PROCESSADOS (B)	TOTAL EXECUTADO (C) = (A)B)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL(I)	110.617.802,58	111.027.280,45	180.224.030,30	113.697.968,35	163.416.596,26	114.519.660,38	116.103.365,33	115.294.243,17	116.121.072,35	120.472.771,59	118.331.643,22	118.172.381,79	1.497.998.815,77	19.801.150,37	1.517.799.966,14
Pessoal Ativo	89.805.348,99	90.064.199,33	147.981.739,21	92.164.531,92	133.362.560,59	92.733.899,13	93.888.102,30	93.128.775,78	93.916.100,83	97.469.840,43	95.507.685,72	95.312.568,55	1.215.335.352,78	14.895.968,27	1.230.231.321,05
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	75.869.873,79	76.123.949,02	119.028.797,93	77.518.112,59	118.782.720,09	78.178.578,92	79.443.435,44	78.519.839,80	79.427.197,88	82.682.413,82	80.733.074,81	80.755.989,40	1.027.063.983,49	14.563.621,72	1.041.627.605,21
Obrigações Patronais	13.935.475,20	13.940.250,31	28.952.941,28	14.646.419,33	14.579.840,50	14.555.320,21	14.444.666,86	14.608.935,98	14.488.902,95	14.787.426,61	14.774.610,91	14.556.579,15	188.271.369,29	332.346,55	188.603.715,84
Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	20.812.453,59	20.963.081,12	32.242.291,09	21.533.436,43	30.054.035,67	21.785.761,25	22.215.263,03	22.165.467,39	22.204.971,52	23.002.931,16	22.823.957,50	22.859.813,24	282.663.462,99	4.905.182,10	287.568.645,09
Aposentadorias, Reserva e Reformas	16.606.388,77	16.656.706,10	25.632.585,34	16.898.379,93	23.514.660,61	17.422.015,25	17.669.037,88	17.671.685,19	17.788.584,19	18.493.821,09	18.342.305,17	18.358.382,31	225.054.551,83	4.334.354,58	229.388.906,41
Pensões	4.206.064,82	4.306.375,02	6.609.705,75	4.635.056,50	6.539.375,06	4.363.746,00	4.546.225,15	4.493.782,20	4.416.387,33	4.509.110,07	4.481.652,33	4.501.430,93	57.608.911,16	570.827,52	58.179.738,68
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	20.879.652,31	20.844.397,20	5.862.346,89	446.190,42	30.382.690,67	21.896.048,22	22.295.740,20	22.215.088,04	22.285.055,52	23.041.478,12	22.879.969,55	22.911.256,63	235.939.913,77	4.337.119,70	240.277.033,47
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	188.163,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	188.163,25	0,00	188.163,25
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	34.781,31	34.781,31	64.760,61	132.109,20	53.912,91	36.441,52	36.492,30	36.492,30	36.492,30	37.331,80	52.046,14	50.470,82	606.112,52	0,00	606.112,52
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	32.417,41	71.024,73	45.157,53	86.374,91	274.742,09	73.845,45	43.984,87	13.128,35	43.591,70	1.215,16	3.965,91	972,57	690.420,68	4.337.119,70	5.027.540,38
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	20.812.453,59	20.738.591,16	5.752.428,75	39.543,06	30.054.035,67	21.785.761,25	22.215.263,03	22.165.467,39	22.204.971,52	23.002.931,16	22.823.957,50	22.859.813,24	234.455.217,32	0,00	234.455.217,32
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	89.738.150,27	90.182.883,25	174.361.683,41	113.251.777,93	133.033.905,59	92.623.612,16	93.807.625,13	93.079.155,13	93.836.016,83	97.431.293,47	95.451.673,67	95.261.125,16	1.262.058.902,00	15.464.030,67	1.277.522.932,67

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (IV)	770.352.095.000,00	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III C)	1.277.522.932,67	0,165836%
LIMITE MÁXIMO (V) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	1.978.056.184,89	0,256773%
LIMITE PRUDENCIAL (VI) = (0,95 x V) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	1.879.153.375,65	0,243934%
LIMITE DE ALERTA (VII) = (0,90 x V) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	1.780.250.566,40	0,231096%

FONTE: Sistema Tesouro Gerencial, Unidade Responsável SPO, Data da emissão 17/09/2018
Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.
NOTA(S):
1) Limite máximo fixado pela Resolução CJF 250/2013.
2) Receita Corrente Líquida do 2º quadrimestre de 2018: Portaria nº 637, de 19 de setembro de 2018, publicada no D.O.U. dia 20/09/2018, Seção 1, página 31

ALFREDO ALVES BASTOS
Diretor da Secretaria de Controle Interno

ELIANE MONTECHIARI DE ALMEIDA SANCHES
Diretora da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças

MARIA LÚCIA PEDROSO DE LIMA RAPOSO
Diretora da Secretaria-Geral

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800206

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1º E 2º GRAUS DA 2ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO. ITEM 9.4
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2017 e AGOSTO/2018

R$ 1,00

				DESPESAS EXECUTADAS	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)				1.517.799.966,14	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)				240.277.033,47	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)				1.277.522.932,67	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL					
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)				770.352.095.000,00	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)100				0,165836%	
LIMITE MÁXIMO \1				% DA RCL	VALOR
	LRF, art. 20, incisos I, II e III			0,188508%	1.452.175.327,24
	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente \2:		0,188324%	1.450.757.879,39
	Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente \2:		0,257251%	1.981.738.467,91
	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente \2:		0,256773%	1.978.056.184,89
	Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT/2015 \3				-

\1 Preencher apenas no caso de os limites do Órgão terem sofrido alteração em virtude das citadas Resoluções do Conselho Nacional de Justiça
\2 Os percentuais utilizados referem-se ao limite legal estabelecido nos respectivos atos decorrentes; Fonte: Ofício CJF-OFI-2017/030884 de 30/08/2017;
\3 Campo a ser preenchido pelos Tribunais da Justiça do Trabalho
\4 Receita Corrente Líquida do 2º quadrimestre de 2018: Portaria nº 637, de 19 de setembro de 2018, publicada no D.O.U. dia 20/09/2018, Seção 1, página 31

ALFREDO ALVES BASTOS
Diretor da Secretaria de Controle Interno

ELIANE MONTECHIARI DE ALMEIDA SANCHES
Diretora da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças

MARIA LÚCIA PEDROSO DE LIMA RAPOSO
Diretora da Secretaria-Geral

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO

PORTARIA Nº 405, DE 25 DE SETEMBRO DE 2018

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que dispõem o inciso III do art. 54 e o § 2º do art. 55 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 e o decidido pelo E. Conselho de Administração deste Tribunal, em Sessão realizada em 26.09.2012 , resolve:

Art. 1º APROVAR, "ad referendum" do Conselho de Administração, o Relatório de Gestão Fiscal da Justiça Federal da 5ª Região referente ao 2º quadrimestre de 2018, na forma do(s) anexo(s), a ser publicado no Diário Oficial da União e disponibilizado para acesso público na internet.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MANOEL DE OLIVEIRA EHRARDT

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1º E 2º GRAUS DA 5ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2017 A AGOSTO/2018

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R$1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)														
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (B)	TOTAL EXECUTADO (C) = (A) + (B)
	SET/2017	OUT/2017	NOV/2017	DEZ/2017	JAN/2018	FEV/2018	MAR/2018	ABRIL/2018	MAIO/2018	JUNHO/2018	JULHO/2018	AGOSTO/2018	TOTAL ÚLTIMOS 12 MESES (A)		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	85.892.295,81	86.034.051,81	140.167.837,91	96.789.878,27	125.236.196,54	87.551.737,65	89.861.178,23	90.918.754,68	90.617.264,83	92.544.161,61	90.245.565,62	91.085.819,19	1.166.944.742,15	2.924.114,16	1.169.868.856,31
Pessoal Ativo	72.910.470,54	73.150.472,78	119.782.491,69	81.849.935,83	106.536.277,16	73.632.187,27	76.175.372,90	77.166.659,03	76.687.066,65	78.283.004,62	76.202.482,39	76.577.209,24	988.953.630,10	2.338.114,16	991.291.744,26
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	62.009.603,52	62.277.705,02	97.280.815,21	70.558.860,30	95.261.763,17	62.366.906,73	64.928.876,04	65.934.673,62	65.461.027,21	66.881.642,56	64.788.048,13	65.610.460,20	843.360.381,71	2.152.114,16	845.512.495,87
Obrigações Patronais	10.900.867,02	10.872.767,76	22.501.676,48	11.291.075,53	11.274.513,99	11.265.280,54	11.246.496,86	11.231.985,41	11.226.039,44	11.401.362,06	11.414.434,26	10.966.749,04	145.593.248,39	186.000,00	145.779.248,39
Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	12.981.825,27	12.883.579,03	20.385.346,22	14.939.942,44	18.699.919,38	13.919.550,38	13.685.805,33	13.752.095,65	13.930.198,18	14.261.156,99	14.043.083,23	14.508.609,95	177.991.112,05	586.000,00	178.577.112,05
Aposentadorias, Reserva e Reformas	10.829.870,47	10.792.545,59	17.061.077,29	12.485.182,25	15.633.996,69	11.644.748,06	11.445.531,40	11.540.848,65	11.643.686,50	11.869.310,09	11.735.727,32	12.158.686,49	148.841.210,80	340.995,03	149.182.205,83
Pensões	2.151.954,80	2.091.033,44	3.324.268,93	2.454.760,19	3.065.922,69	2.274.802,32	2.240.273,93	2.211.247,00	2.286.511,68	2.391.846,90	2.307.355,91	2.349.923,46	29.149.901,25	245.004,97	29.394.906,22
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Outras Despesas de Pesssoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	13.041.478,81	13.021.872,71	3.034.145,82	3.307.490,53	18.704.983,81	13.975.391,00	13.959.798,32	14.005.652,17	14.255.723,67	14.405.926,80	14.133.851,50	14.551.626,11	150.397.941,25	2.412.000,00	152.809.941,25
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	10.617,12	0,00	19.684,40	0,00	0,00	0,00	11.098,00	8.733,17	0,00	16.947,32	62.817,18	0,00	129.897,19	0,00	129.897,19
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	75.578,57	138.293,68	130.413,08	79.986,48	5.086,64	60.840,62	265.206,75	245.021,13	325.305,50	125.510,73	27.951,09	43.016,16	1.522.210,43	2.326.000,00	3.848.210,43
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	12.955.283,12	12.883.579,03	2.884.048,34	3.227.504,05	18.699.897,17	13.914.550,38	13.683.493,57	13.751.897,87	13.930.418,17	14.263.468,75	14.043.083,23	14.508.609,95	148.745.833,63	86.000,00	148.831.833,63
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	72.850.817,00	73.012.179,10	137.133.692,09	93.482.387,74	106.531.212,73	73.576.346,65	75.901.379,91	76.913.102,51	76.361.541,16	78.138.234,81	76.111.714,12	76.534.193,08	1.016.546.800,90	512.114,16	1.017.058.915,06

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (IV)	770.352.095.000,00	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III C)	1.017.058.915,06	0,132025%
LIMITE MÁXIMO (V) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	1.762.788.995,47	0,228829%
LIMITE PRUDENCIAL (VI) = (0,95 x V) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	1.674.649.545,69	0,217388%
LIMITE DE ALERTA (VII) = (0,90 x V) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	1.586.510.095,92	0,205946%

JUSTIÇA FEDERAL DE 1º E 2º GRAUS DA 5ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO. ITEM 9.4
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2017 A AGOSTO/2018

					R$ 1,00
DESPESAS EXECUTADAS					
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)					1.169.868.856,31
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)					152.809.941,25
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)					1.017.058.915,06
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL					
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)					770.352.095.000,00
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100					0,132025%
				% DA RCL	VALOR
LIMITE MÁXIMO \1	LRF, art. 20, incisos I, II e III			0,167993%	1.294.137.594,95
	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente \2:	Proc. Adm SIGED nº 201160727	0,167829%	1.292.874.217,52
	Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente \2:	Resolução CJF-res-2012/00184	0,229255%	1.766.070.695,39
	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente \2:	Resolução CJF-res-2013/00250	0,228829%	1.762.788.995,47
	Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT/2015 \3-				

\1 Preencher apenas no caso de os limites do Órgão terem sofrido alteração em virtude das citadas Resoluções do Conselho Nacional de Justiça
\2 Indicar o Ato/Portaria que alterou os limites individuais do Órgão em decorrência da respectiva Resolução do Conselho Nacional de Justiça
\3 Campo a ser preenchido pelos Tribunais da Justiça do Trabalho

MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT
Presidente do Tribunal

SEBASTIÃO MARCOS CAMPELO
Diretora da Subsecretaria de Orçamento e Finanças

SÍDIA MARIA PORTO LIMA
Diretora da Subsecretaria de Controle Interno

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800208

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

PORTARIA N° 391, DE 26 DE SETEMBRO DE 2018

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no inciso III do art. 54 e § 2º do art. 55, da Lei Complementar n° 101, de 04 de maio de 2000, resolve:

Art. 1°. Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal deste Tribunal, relativo ao 2º quadrimestre do exercício 2018, na forma do Anexo I à presente Portaria (documento 0438818 do procedimento SEI 0007609-03.2018.6.02.8000).

Art. 2º. Tornar público o correspondente Demonstrativo dos Limites de Despesa com Pessoal em Cumprimento ao Acórdão 553/2017-TCU-Plenário. Item 9.4, na forma do Anexo II à presente Portaria (documento 0438820 do mesmo procedimento SEI).

Art. 3°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. JOSÉ CARLOS MALTA MARQUES

ANEXO I

GOVERNO FEDERAL - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2017 A AGOSTO/2018

RGF - Anexo 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESA EXECUTADA [1] Últimos 12 Meses													
	LIQUIDADAS													INSCR. EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS [2] (b)
	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	Total (últimos 12 meses) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) [3]	6.766.330,89	6.680.917,33	10.660.379,11	8.510.145,56	8.615.789,91	6.960.448,83	7.139.228,79	6.837.179,05	7.113.980,99	7.105.330,71	6.940.248,63	7.035.519,30	90 . 365 . 499,10	-
Pessoal Ativo	6.054.019,45	5.966.414,87	9.512.651,24	7.786.711,71	7.510.829,44	6.219.345,96	6.369.126,54	6.098.307,48	6.375.109,42	6.357.080,24	6.187.996,11	6.282.895,17	80.720.487,63	-
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	5.190.479,24	5.102.714,01	7.731.966,12	6.732.093,98	6.764.965,32	5.328.270,54	5.458.136,08	5.219.433,07	5.457.979,98	5.435.768,10	5.280.643,15	5.401.212,08	69.103.661,67	-
Obrigações Patronais	863.540,21	863.700,86	1.780.685,12	1.054.617,73	745.864,12	891.075,42	910.990,46	878.874,41	917.129,44	921.312,14	907.352,96	881.683,09	11.616.825,96	-
Benefícios Previdenciários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Pessoal Inativo e Pensionistas	712.311,44	714.502,46	1.147.727,87	723.433,85	1.104.960,47	741.102,87	770.102,25	738.871,57	738.871,57	748.250,47	752.252,52	752.624,13	9.645.011,47	-
Aposentadorias, Reserva e Reformas	552.785,23	554.976,25	870.021,95	545.706,72	927.233,34	559.158,20	590.266,35	559.035,67	559.035,67	567.193,97	571.213,20	571.576,22	7.428.202,77	-
Pensões	159.526,21	159.526,21	277.705,92	177.727,13	177.727,13	181.944,67	179.835,90	179.835,90	179.835,90	181.056,50	181.039,32	181.047,91	2.216.808,70	-
Outros Benefícios Previdenciários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, § 1º da LRF)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)	712.311,44	717.097,44	1.143.333,78	364.269,20	1.104.960,47	741.102,87	770.102,25	739.144,11	786.045,96	801.003,73	752.252,52	752.624,13	9. 384 . 247 ,9 0	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	-	2.594,98	(18,42)	27.508,68	-	-	-	272,54	47.174,39	52.753,26	-	-	130.285,43	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	712.311,44	714.502,46	1.143.352,20	336.760,52	1.104.960,47	741.102,87	770.102,25	738.871,57	738.871,57	748.250,47	752.252,52	752.624,13	9.253.962,47	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	6.054.019,45	5.963.819,89	9.517.045,33	8.145.876,36	7.510.829,44	6.219.345,96	6.369.126,54	6.098.034,94	6.327.935,03	6.304.326,98	6.187.996,11	6.282.895,17	80. 98 1 . 251 , 20	-

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) [4]		770.352.095.045,15	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a+III b)		80.981.251,2 0	0,010 512 %
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) [5]		128.140.367,49	0,016634%
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)		121 . 733 . 349,1 2	0,015802%
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)		115.326.330,74	0,014971%

FONTE: SIAFI E COFIC/SOF/TSE - SCON/COFIN/TRE-AL - Emitido em 20.09.2018 às 17:00 horas.

Notas:

1 - Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do Art. 63 da Lei 4.320/64.

b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em restos a pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do Art. 35 da Lei 4.320/64.

2 - Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

3 - As despesas com auxílios natalidade e funeral não foram consideradas, conforme recomendação do Acórdão nº 894/2012 - TCU - Plenário e Ofício-Circular Conjunto nº 16/SEAFI/SOF/MP-SUCON/STN-MF.

4 - Valor referente à Portaria STN nº 637 de 19 de setembro de 2018 (DOU de 20/09/2018).

5 - Limite Máximo estabelecido pela Portaria TSE nº 385/2013, conforme Resolução CNJ nº 177, de 6 de agosto de 2013.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800209

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO II

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO. ITEM 9.4.
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2017 A AGOSTO/2018

R$ 1,00

		DESPESAS EXECUTADAS	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)		90.365.499,10	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§1º do art. 19 da LRF) (II)		9.384.247,90	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I) - (II)		80 . 98 1 . 251,20	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)		770.352.095.045,15	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre RCL (V) = (III / IV) * 100		0,0 10 512 %	
		% DA RCL	VALOR
LIMITE MÁXIMO	LRF, art. 20, incisos I, II e III	0,016682%	128.510.136,50
	Resol . CNJ 5/2005 - Ato decorrente \2: Portaria TSE nº 478 de 26.09.05	0,016665%	128.379.176,64
	Resol . CNJ 26/2006 - Ato decorrente \2: NÃO TEM.	-	-
	Resol . CNJ 177/2013 - Ato Decorrente \2: Portaria TSE nº 385 de 22.08.13	0,016634%	128.140.367,49
	Justiça do Trabalho - Ato Conjunto TST.CSJT/2015 \3	-	-

\1 Preencher apenas no caso de os limites do Órgão terem sofrido alteração em virtude das citadas Resoluções do Conselho Nacional de Justiça.
\2 Indicar o Ato/Portaria que alterou os limites individuais do Órgão em decorrência da respectiva Resolução do Conselho Nacional de Justiça.
\3 Campo a ser preenchido pelos Tribunais da Justiça do Trabalho.

RUI CARLOS GALVÃO
Coordenador Orçamentário e Financeiro

GIANE DUARTE COÊLHO MOURA
Coordenadora de Controle Interno e Auditoria

De acordo.

MAURÍCIO DE OMENA SOUZA
Diretor-Geral

JOSÉ CARLOS MALTA MARQUES
Presidente do Tribunal

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

PORTARIA Nº 514, DE 25 DE SETEMBRO DE 2018

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto nos arts. 54 e 55 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e considerando o constante no Processo Administrativo Digital nº 14641/2018, resolve:

Art. 1º. Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal desta Corte - Período: setembro de 2017 a agosto de 2018, composto pelo Demonstrativo da Despesa com Pessoal e pelo Demonstrativo dos Limites de Despesa com Pessoal em cumprimento ao Acórdão 553/2017-TCU-PLENÁRIO, item 9.4.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. JOSÉ EDIVALDO ROCHA ROTONDANO

ANEXO I

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO DE 2017 A AGOSTO DE 2018

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea 'a') R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS[1]
	SET/2017	OUT/2017	NOV/2017	DEZ/2017	JAN/2018	FEV/2018	MAR/2018	ABR/2018	MAI/2018	JUN/2018	JUL/2018	AGO/2018	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	20.368.781,75	20.574.334,72	32.380.147,94	30.004.623,78	31.369.747,46	19.778.339,47	21.786.343,06	21.915.742,90	22.256.651,44	22.002764,00	22.229.210,15	21.749.898,68	286.416.585,35	420.301,55
Pessoal Ativo	16.608.420,49	16.872.865,16	26.516.556,19	25.403.355,76	25.610.286,72	15.893.624,87	17.844.255,43	18.018.242,57	18.309.568,11	18.029.664,50	18.214.798,14	17.775.197,84	235.096.835,78	320.301,55
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	14.242.836,84	14.490.298,33	21.555.366,69	22.762.524,34	23.072.264,98	13.340.104,76	15.272.934,74	15.466.628,24	15.760.133,82	15.433.898,46	15.619.971,25	15.173.950,96	202.190.913,41	291.830,36
Obrigações Patronais	2.365.574,53	2.382.557,71	4.961.180,38	2.640.822,30	2.538.012,62	2.553.510,99	2.571.311,57	2.551.605,53	2.549.425,33	2.595.757,08	2.594.817,93	2.601.237,92	32.905.813,89	28.471,19
Benefícios Previdenciários	9,12	9,12	9,12	9,12	9,12	9,12	9,12	8,80	8,96	8,96	8,96	8,96	108,48	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	3.760.361,26	3.701.469,56	5.863.591,75	4.601.268,02	5.759.460,74	3.884.714,60	3.942.087,63	3.897.500,33	3.947.083,33	3.973.099,50	4.014.412,01	3.974.700,84	51.319.749,57	100.000,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	2.820.449,21	2.793.651,09	4.437.641,80	3.312.760,59	4.371.620,50	2.952.704,46	2.950.383,30	2.953.078,82	2.999.673,90	3.024.032,86	3.077.991,45	3.038.280,28	38.732.268,26	100.000,00
Pensões	939.908,53	907.814,95	1.425.946,43	1.288.503,91	1.387.836,72	932.006,62	991.700,81	944.417,99	947.405,91	949.063,12	936.417,04	936.417,04	12.587.439,07	-
Outros Benefícios Previdenciários	3,52	3,52	3,52	3,52	3,52	3,52	3,52	3,52	3,52	3,52	3,52	3,52	42,24	-
Outras despesas de pessoal decorrentes do contrato de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§1° do art. 19 da LRF)	3.819.741,70	3.704.574,50	3.920.553,62	6.392.793,03	5.759.460,74	3.887.323,32	3.942.087,63	3.897.500,33	3.947.083,33	3.973.346,57	4.014.412,01	3.974.700,84	51.233.577,62	33.387,83
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	59.380,44	3.104,94	26.880,52	5.969.960,39	-	2.608,72	-	-	-	247,07	-	-	6.062.182,08	33.387,83
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	3.760.361,26	3.701.469,56	3.893.673,10	422.832,64	5.759.460,74	3.884.714,60	3.942.087,63	3.897.500,33	3.947.083,33	3.973.099,50	4.014.412,01	3.974.700,84	45.171.395,54	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III)= (I-II)	16.549.040,05	16.869.760,22	28.459.594,32	23.611.830,75	25.610.286,72	15.891.016,15	17.844.255,43	18.018.242,57	18.309.568,11	18.029.417,43	18.214.798,14	17.775.197,84	235.183.007,73	386.913,72

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	770.352.095.045,15	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V)= (IIIa + IIIb)	235.569.921,45	0,030580
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	422.183.762,17	0,054804
LIMITE PRUDENCIAL (VII)= (0,95xVI) (parágrafo único, art. 22 da LRF)	401.074.574,06	0,052064
LIMITE DE ALERTA (VIII)= (0,90xVI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	379.965.385,95	0,049324

Fonte: SIAFI E COFIC/SOF/TRE-BA. Emitido em 20/set/2018 às 18h e 30min.

[1] Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no seguindo quadrimestres de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Notas:

1) Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013.

2) Valor da RCL referente à Portaria STN nº 637, de 19 de setembro de 2018.

ANEXO II

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO. ITEM 9.4
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO DE 2017 A AGOSTO DE 2018

R$ 1,00

	DESPESAS EXECUTADAS
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	286.836.886,90
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§1º do art. 19 da LRF) (II)	51.266.965,45
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	235.569.921,45

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

				%DA RCL	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA -RCL (IV)					770.352.095.045,15
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V)= (III/IV)*100					0,030580%
LIMITE MÁXIMO<%> \1	LRF, art. 20, inciso I,II e III			0,054961%	423.393.214,96
	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente\2:	Portaria TSE nº 478, de 26 de setembro de 2005.	0,054906%	422.969.521,31
	Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente\2:	-	-	-
	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente\2:	Portaria TSE nº 385, de 22 de agosto de 2013.	0,054804%	422.183.762,17
	Justiça do Trabalho/Ato Conjunto TST.CSJT/2015 \3			-	-

\1 Preencher apenas no caso de os limites do Órgão terem sofrido alteração em virtude das citadas Resoluções do Conselho Nacional de Justiça

\2 Indicar o Ato/Portaria que alterou os limites individuais do Órgão em decorrência da respectiva Resolução do Conselho Nacional de Justiça

\3 Campo a ser preenchido pelos Tribunais da Justiça do Trabalho

CARLA LUSTOSA PINTO DA SILVA
Secretária de Orçamento, Finanças e Contabilidade

CATIUSCIA DANTAS ABREU OLIVEIRA
Secretária de Auditoria Interna

FABÍOLA MAZZEI PEREIRA VITÓRIO DA SILVA
Diretora-Geral

Des. JOSÉ EDIVALDO ROCHA ROTONDANO
Presidente do Trbunal

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO

DIRETORIA-GERAL

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

PORTARIA Nº 15, DE 26 DE SETEMBRO DE 2018

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no caput do art. 48, no inciso III do art. 54 e na alínea "a", inciso I do art. 55 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 e na Portaria STN nº 637, publicada no D.O.U de 20 de setembro de 2018, resolve:

Art. 1º Tornar públicos o Relatório de Gestão Fiscal e o Demonstrativo dos Limites de Despesas com Pessoal, relativos às despesas executadas por esta Unidade Gestora no período de setembro de 2017 a agosto de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

(A)Des. CARLOS EDUARDO DA FONSECA PASSOS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800211

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO DE 2017 A AGOSTO DE 2018

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") | R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS													
	(Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													Inscritas Em
	Set/17	Out/17	Nov/17	Dez/17	Jan/18	Fev/18	Mar/18	Abr/18	Mai/18	Jun/18	Jul/18	Ago/18	Total (Últimos 12 meses) (a)	Restos a Pagar não Processados [1] (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	32.906.034	32.742.075	52.458.965,	40.772.828	46.424.204	33.954.117	33.810.648	33.754.655	33.779.188	34.103.381	33.842.539	33.768.016	442.316.655	240.616
Pessoal Ativo	22.098.055	21.900.622	35.302.653	29.390.187	29.679.847	22.701.751	22.695.100	22.541.751	22.548.027	22.733.053	22.486.532	22.491.657	296.569.240	236.710
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	18.816.601	18.616.260	28.438.184	25.939.986	26.254.047	19.275.807	19.284.947	19.133.286	19.144.794	19.269.694	19.041.695	19.058.438	252.273.744	218.460
Obrigações Patronais	3.281.453	3.284.362	6.864.468	3.450.201	3.425.800	3.425.943	3.410.152	3.408.464	3.403.233	3.463.358	3.444.837	3.433.219	44.295.495	18.250
Benefícios Previdenciários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	10.807.978	10.841.452	17.156.312	11.382.640	16.744.356	11.252.366	11.115.547	11.212.904	11.231.161	11.370.328	11.356.007	11.276.358	145.747.415	3.905
Aposentadorias, Reserva e Reformas	6.926.235	6.961.939	11.217.776	7.225.942	10.824.200	7.248.398	7.147.012	7.088.731	7.101.788	7.315.471	7.227.195	7.223.133	93.507.824	3.905
Pensões	3.881.743	3.879.513	5.938.535	4.156.698	5.920.156	4.003.967	3.968.535	4.124.173	4.129.372	4.054.856	4.128.811	4.053.225	52.239.590	-
Outros Benefícios Previdenciários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	10.865.388	10.841.452	10.794.482	4.233.577	16.744.356	11.256.280	11.115.547	11.331.044	11.232.626	11.399.889	11.433.000	11.279.401	132.527.049	18.652
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	57.409	-	30.466	2.044.068	-	3.914	-	118.139	1.465	29.561	76.993	3.042	2.365.060	18.652
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	10.807.978	10.841.452	10.764.016	2.189.509	16.744.356	11.252.366	11.115.547	11.212.904	11.231.161	11.370.328	11.356.007	11.276.358	130.161.988	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	22.040.646	21.900.622	41.664.482	36.539.250	29.679.847	22.697.836	22.695.100	22.423.611	22.546.562	22.703.491	22.409.538	22.488.615	309.789.605	221.964

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	770.352.095.045,15	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	310.011.570,05	0,040243
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	802.383.335,16	0,104158
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	762.264.168,40	0,098950
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	722.145.001,64	0,093742

FONTE: SIAFI emitido pela SOF/COFIN (TRE-RJ) e SOF/COFIC (TSE) em 20/09/18.

Notas:

1. Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em Restos a Pagar Não Processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço - art. 63 da Lei nº 4.320/64;

b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar Não Processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei nº 4.320/64;

2. Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013;

3. Valor da RCL referente à Portaria STN nº 637, publicada no D.O.U de 20 de setembro de 2018.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800212

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO. ITEM 9.4
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO 2017 A AGOSTO 2018

R$ 1,00

				DESPESAS EXECUTADAS	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)				442.557.271,56	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)				132.545.701,51	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)				310.011.570,05	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL					
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)				770.352.095.045,15	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100				0,040243%	
				% DA RCL	VALOR
Limite Máximo	LRF, art. 20, incisos I, II e III			0,104457%	804.686.687,92
	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente:	Portaria TSE n°478, de 26 de setembro de 2005	0,104352%	803.877.818,22
	Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente:	-	-	-
	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente:	Portaria TSE nº 385, de 22 de agosto de 2013	0,104158%	802.383.335,16
	Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT/2015			-	-

(A)FERNANDO JOSÉ DA FONSECA
Secretário de Orçamento e Finanças

(A)ELIZABETH SILVA VIANA
Secretária de Controle Interno e Auditoria

(A)ADRIANA FREITAS BRANDAO CORREIA
Diretora-Geral

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

PORTARIA Nº 874, DE 25 DE SETEMBRO DE 2018

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA, nos termos do artigo 54, inc. III e parágrafo único, e 55, § 2º, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, e o contido no Procedimento Administrativo SEI nº 0000007-03.2018.6.22.8000, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal do 2º Quadrimestre de 2018, contendo o Demonstrativo da Despesa com Pessoal e o Demonstrativo dos Limites de Despesa com Pessoal - em cumprimento ao item 9.4 do Acórdão 553/2017-TCU-Plenário.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. SANSÃO BATISTA SALDANHA

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2017 A AGOSTO/2018

GF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS[1]
	Set/17	Out/17	Nov/17	Dez/17	Jan/18	Fev/18	Mar/18	Abr/18	Mai/18	Jun/18	Jul/18	Ago/18	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	
													(a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	4.878.078,33	4.827.617,84	7.434.833,54	6.736.110,35	6.241.917,27	4.649.334,72	4.884.777,18	4.718.599,96	4.795.315,19	4.861.146,97	4.786.060,37	4.835.620,77	63.649.412,49
Pessoal Ativo	Pessoal Ativo	4.381.383,64	4.313.749,58	6.674.281,45	6.238.451,67	5.494.502,24	4.131.038,29	4.362.082,97	4.193.166,44	4.272.620,98	4.331.765,26	4.241.584,34	4.278.302,71	56.912.929,57
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	3.831.114,29	3.761.096,04	5.535.887,33	5.639.877,40	4.938.659,59	3.571.146,38	3.794.923,76	3.637.213,87	3.708.896,52	3.763.380,66	3.673.819,20	3.711.908,80	49.567.923,84
Obrigações Patronais	Obrigações Patronais	550.269,35	552.653,54	1.138.394,12	598.574,27	555.842,65	559.891,91	567.159,21	555.952,57	563.724,46	568.384,60	567.765,14	566.393,91	7.345.005,73
Benefícios Previdenciários	Benefícios Previdenciários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	Pessoal Inativo e Pensionistas	496.694,69	513.868,26	760.552,09	497.658,68	747.415,03	518.296,43	522.694,21	525.433,52	522.694,21	529.381,71	544.476,03	557.318,06	6.736.482,92
Aposentadorias, Reserva e Reformas	Aposentadorias, Reserva e Reformas	389.159,67	399.161,92	628.932,01	415.560,99	624.268,48	435.572,42	440.283,37	443.022,68	440.283,37	446.072,85	461.167,17	460.223,78	5.583.708,71
Pensões	Pensões	107.535,02	114.706,34	131.620,08	82.097,69	123.146,55	82.724,01	82.410,84	82.410,84	82.410,84	83.308,86	83.308,86	97.094,28	1.152.774,21
Outros Benefícios Previdenciários	Outros Benefícios Previdenciários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	-	-	28.261,31	508.026,05	747.415,03	518.296,43	522.694,21	525.433,52	530.097,48	529.381,71	544.476,03	557.318,06	5.011.399,83
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	-	-	28.261,31	508.026,05	-	-	-	-	7.403,27	-	-	-	543.690,63
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	-	-	-	-	747.415,03	518.296,43	522.694,21	525.433,52	522.694,21	529.381,71	544.476,03	557.318,06	4.467.709,20
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	4.878.078,33	4.827.617,84	7.406.572,23	6.228.084,30	5.494.502,24	4.131.038,29	4.362.082,97	4.193.166,44	4.265.217,71	4.331.765,26	4.241.584,34	4.278.302,71	58.638.012,66

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	743.632.071.921,18	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	58.715.423,66	0,007896
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	92.797.846,26	0,012479
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	88.157.953,94	0,011855
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	83.518.061,63	0,011231

FONTE: Sistema SIAFI, Unidade Responsável: SECA/COFC/SAOFC/TRE-RO, Data de emissão 21/mai/2018, às 15h e 10min.

[1]Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

NOTAS:

1. Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013.
2. Valor da RCL referente à Portaria STN nº 322, de 17 de maio de 2018.

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO. ITEM 9.4

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

SETEMBRO/2018 A AGOSTO/2018

					R$ 1,00
				DESPESAS EXECUTADAS	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)				64.184.204,57	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)				5.031.399,83	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)				59.152.804,74	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL					
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)[1]				770.352.095.045,15	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100				0,007679 %	
LIMITES MÁXIMOS				% DA RCL	VALOR
	LRF, art. 20, incisos I, II e III			0,012515 %	96.409.564,69
	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente:	Portaria TSE n°478, de 26 de setembro de 2005	0,012502 %	96.309.418,92
	Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente:	-	-	-
	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente:	Portaria TSE nº 385, de 22 de agosto de 2013	0,012479 %	96.132.237,94
	"Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT/2015\3			-	-

FONTE: Sistema SIAFI, Unidade Responsável: SECA/COFC/SAOFC/TRE-RO, Data de emissão 24/SET/2018, às 10h e 20min.

Notas:

1.Valor da RCL referente à Portaria STN nº 637 de 19/SET/2018.

2. Demonstrativo apresentado nos termos do item 9.4 do Acórdão 553/2017 TCU- Plenário.

REJANE ASSIS LIMA DA FONSECA

Coordenadora de Controle Interno

FRANCISCO PARENTES DA COSTA FILHO

Secretário de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

LIA MARIA ARAÚJO LOPES

Diretora-Geral

SANSÃO BATISTA SALDANHA

Presidente do Tribunal

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800214

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

PORTARIA Nº 430, DE 21 SETEMBRO DE 2018

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais e regimentais e considerando o disposto nos artigos 54, III, e 55, §2º, da Lei Complementar nº. 101, de 4 de maio de 2000, e no art. 20, inciso XVIII, da Resolução TRE-TO nº. 282, de 11 de dezembro de 2012,, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal deste Tribunal relativo ao 2º Quadrimestre de 2018, contemplando o período de janeiro a agosto de 2018, constante do demonstrativo anexo a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. MARCO VILLAS BOAS

ANEXO

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS[1] (b)
	set/17	out/17	nov/17	dez/17	jan/18	fev/18	mar/18	abr/18	mai/18	jun/18	jul/18	ago/18	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	4.648.681,09	4.654.514,97	7.331.000,68	8.344.964,79	5.970.889,46	4.747.914,71	4.805.033,91	4.909.170,68	5.247.078,24	7.747.684,17	5.418.525,32	4.818.175,91	68.643.633,93	-
Pessoal Ativo	4.284.343,69	4.196.430,56	6.740.468,36	7.495.906,56	5.396.407,81	4.364.418,79	4.421.792,08	4.525.928,85	4.851.676,56	7.344.967,03	5.015.808,18	4.414.563,30	63.052.711,77	-
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	3.727.941,38	3.638.525,05	5.587.857,22	6.910.610,19	4.821.778,00	3.785.999,88	3.844.798,23	3.947.815,97	4.270.821,19	6.734.278,63	4.429.287,71	3.826.809,92	55.526.523,37	-
Obrigações Patronais	556.402,31	557.905,51	1.152.611,14	585.296,37	574.629,81	578.418,91	576.993,85	578.112,88	580.855,37	610.688,40	586.520,47	587.753,38	7.526.188,40	-
Benefícios Previdenciários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	364.337,40	458.084,41	590.532,32	849.058,23	574.481,65	383.495,92	383.241,83	383.241,83	395.401,68	402.717,14	402.717,14	403.612,61	5.590.922,16	-
Aposentadorias, Reserva e Reformas	329.447,92	423.194,93	522.809,08	340.612,29	510.918,49	340.865,39	340.738,84	340.738,84	352.898,69	359.390,91	359.390,91	360.286,38	4.581.292,67	-
Pensões	34.889,48	34.889,48	67.723,24	508.445,94	63.563,16	42.630,53	42.502,99	42.502,99	42.502,99	43.326,23	43.326,23	43.326,23	1.009.629,49	-
Outros Benefícios Previdenciários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§1º do art. 18 da LRF)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§1º do art. 19 da LRF)	364.337,40	481.565,52	202.637,10	1.020.531,78	574.481,65	400.272,57	414.135,99	393.028,33	405.446,29	418.267,60	420.897,33	405.525,21	5.501.126,77	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	-	64.904,20	22.894,09	956.006,68	-	16.776,65	30.894,16	9.786,50	10.044,61	15.550,46	18.180,19	1.912,60	1.146.950,14	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	364.337,40	416.661,32	179.743,01	64.525,10	574.481,65	383.495,92	383.241,83	383.241,83	395.401,68	402.717,14	402.717,14	403.612,61	4.354.176,63	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	4.284.343,69	4.172.949,45	7.128.363,58	7.324.433,01	5.396.407,81	4.347.642,14	4.390.897,92	4.516.142,35	4.841.631,95	7.329.416,57	4.997.627,99	4.412.650,70	63.142.507,16	-

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	%SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	770.352.095.045,15	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	63.142.507,16	0,008197
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	95.492.845,70	0,012396
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	90.718.203,42	0,011776
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	85.943.561,13	0,011156

FONTE: Sistema SIAFI, SEACONT/COFIN/TRE-TO, 20/set/2018, 15h e 47m.

[1]Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Notas:

1. Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013.

2. Valor da RCL referente à Portaria STN nº 637, de 19/9/2018.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800215

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO. ITEM 9.4
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2018

R$ 1,00

				DESPESAS EXECUTADAS	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)				68.643.633,93	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF)(II)				5.501.126,77	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)				63.142.507,16	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL					
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)				770.352.095.045,15	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III/IV)*100					
				% DA RCL	VALOR
LIMITE MÁXIMO	LRF, art. 20, incisos I, II e III			0,012431%	95.762.468,94
	Resol. CNJ 5/2005	Ato decorrente:	Portaria TSE n°478, de 26/9/05	0,012419%	95.670.026,68
	Resol. CNJ 26/2006	Ato decorrente:	-	-	-
	Resol. CNJ 177/2013	Ato decorrente:	Portaria TSE nº 385, de 22/8/13	0,012396%	95.492.845,70
	Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT/2015			-	-

Notas : 1. Valor da RCL referente à Portaria STN nº 637, de 19/9//2018.

DESEMBARGADOR MARCO VILLAS BOAS
Presidente

JOSÉ MACHADO DOS SANTOS
Diretor Geral

TEODOMIRO FERNANDES AMORIM
Secretário de Administração e Orçamento

JACINTA BRITO TAVARES
Coordenadora de Controle Interno e Auditoria

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

ATO Nº 44, DE 20 DE SETEMBRO DE 2018

O Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, publicada no D.O.U. de 05/05/2000, resolve:

Publicar os demonstrativos: "Despesa com Pessoal" e "Limites de Despesa com Pessoal em Cumprimento ao Acórdão 553/2017-TCU", referentes ao Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, do período de setembro de 2017 a agosto de 2018.

Des. WILSON FERNANDES

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2017 A AGOSTO/2018

RGF - ANEXO I (LRF, art.55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)														
	LIQUIDADAS														
	Set/17	Out/17	Nov/17	Dez/17	Jan/18	Fev/18	Mar/18	Abr/18	Mai/18	Jun/18	Jul/18	Ago/18	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (A)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (B)	TOTAL EXECUTADO (C) = (A) + (B)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	159.065.727,46	160.238.472,63	260.219.587,94	210.983.293,11	199.947.209,33	164.915.450,37	169.868.219,43	169.732.037,78	210.731.202,49	170.027.037,60	168.273.327,11	169.415.134,31	2.213.416.699,56	57.238.114,69	2.270.654.814,25
Pessoal Ativo	114.866.121,03	115.647.680,82	189.984.672,38	142.879.241,78	153.991.042,98	118.829.861,81	123.199.284,02	122.545.843,68	140.466.841,71	122.171.336,56	120.467.845,55	120.437.526,81	1.585.487.299,13	11.812.178,47	1.597.299.477,60
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	97.009.790,68	97.855.253,55	153.355.381,54	122.986.777,53	135.686.361,96	100.298.302,54	104.951.623,53	104.287.177,27	122.186.248,82	103.575.836,22	101.915.679,05	102.469.082,71	1.346.577.515,40	7.118.165,63	1.353.695.681,03
Obrigações Patronais	17.856.330,35	17.792.427,27	36.629.290,84	19.892.464,25	18.304.681,02	18.531.559,27	18.247.660,49	18.258.666,41	18.280.592,89	18.595.500,34	18.552.166,50	17.968.444,10	238.909.783,73	4.694.012,84	243.603.796,57
Benefícios Previdenciários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	44.199.606,43	44.590.791,81	70.234.915,56	68.104.051,33	45.956.166,35	46.085.588,56	46.668.935,41	47.186.194,10	70.264.360,78	47.855.701,04	47.805.481,56	48.977.607,50	627.929.400,43	45.425.936,22	673.355.336,65
Aposentadorias, Reserva e Reformas	35.779.486,99	36.110.521,16	56.913.351,54	51.654.211,94	37.214.729,41	37.306.432,60	37.754.710,92	38.336.031,33	57.082.446,70	38.879.440,69	38.845.668,39	39.867.356,64	505.744.388,31	36.095.982,12	541.840.370,43
Pensões	8.420.119,44	8.480.270,65	13.321.564,02	16.449.839,39	8.741.436,94	8.779.155,96	8.914.224,49	8.850.162,77	13.181.914,08	8.976.260,35	8.959.813,17	9.110.250,86	122.185.012,12	9.329.954,10	131.514.966,22
Outros Benefícios Previdenciários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800216

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II)	44.199.606,43	39.333.552,27	39.561.651,55	49.880.560,97	45.960.543,58	46.085.588,56	46.749.495,83	47.184.699,02	47.279.678,72	47.792.650,59	47.762.085,46	40.314.276,45	542.104.389,43	42.096.830,35	584.201.219,78
Indenização por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial	-	-	-	13.763,96	-	-	-	-	-	-	-	-	13.763,96	-	13.763,96
Despesas de Exercícios Anteriores	-	244.635,81	35.430,84	43.881.408,26	4.377,23	-	111.340,69	-	-	-	-	-	44.277.192,83	42.096.830,35	86.374.023,18
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	44.199.606,43	39.088.916,46	39.526.220,71	5.985.388,75	45.956.166,35	46.085.588,56	46.638.155,14	47.184.699,02	47.279.678,72	47.792.650,59	47.762.085,46	40.314.276,45	497.813.432,64	0,00	497.813.432,64
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	114.866.121,03	120.904.920,36	220.657.936,39	161.102.732,14	153.986.665,75	118.829.861,81	123.118.723,60	122.547.338,76	163.451.523,77	122.234.387,01	120.511.241,65	129.100.857,86	1.671.312.310,13	15.141.284,34	1.686.453.594,47

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	770.352.095.045,15	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III C)	1.686.453.594,47	0,218920
LIMITE MÁXIMO (V) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	2.820.621.085,44	0,366147
LIMITE PRUDENCIAL (VI) = (0,95 x V) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	2.679.590.031,17	0,347840
LIMITE ALERTA (VII) = (0,90 x V) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	2.538.558.976,90	0,329532

FONTE: TESOURO GERENCIAL - CCONT/SCOF/TRT 2ª REGIÃO - 14/SET/2018 - 14h00m

Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Notas: 1) Em atendimento ao disposto no item 9.6 do Acórdão nº 2097/2011 - TCU - Plenário, nas despesas com Pessoal não estão computadas as despesas executadas por meio de descentralizações a seguir indicadas:

a) Sentenças de Pequeno Valor, classificadas nos itens de despesa 3190.91.32 e 3190.91.33, no montante de R$ 13.332.315,21;

b) Precatórios da Administração Direta e Indireta, classificadas nos itens de despesa 3190.91.25 e 3190.91.97, no total de R$ 185.342.309,52.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO. ITEM 9.4

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

SETEMBRO/2017 A AGOSTO/2018

R$ 1,00

				DESPESAS EXECUTADAS	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)				2.270.654.814,25	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)				584.201.219,78	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)				1.686.453.594,47	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL					
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)				770.352.095.045,15	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100				0,218920%	
				% DA RCL	VALOR
LIMITE MÁXIMO	LRF, art. 20, incisos I, II e III			0,414905%	3.196.229.359,95
	Resolução CNJ 5/2005	Ato decorrente:	ATO.SEOF.GDGCA.GP Nº 239/2005	0,414784%	3.195.297.233,91
	Resolução CNJ 26/2006	Ato decorrente:	ATO CONJUNTO TST/CSJT Nº 1/2007	0,365117%	2.812.686.458,87
	Resolução CNJ 177/2013	Ato decorrente:	ATO CONJUNTO TST/CSJT Nº 30/2013	0,364439%	2.807.463.471,66
	Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT Nº 12/2015			0,366147%	2.820.621.085,44

Assinaturas (dispositivo relacionado: art. 54, III, parágrafo único da LRF):

Des. WILSON FERNANDES

Presidente do Tribunal

RITA KOTOMI YURI

Diretora Geral da Administração

AIRTON MATOS DA SILVA

Diretor da Secretaria de Coordenação Orçamentária e Financeira

Substituto

LUÍS CARLOS DE PAULA RESECK

Diretor da Secretaria de Controle Interno

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800217

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

PORTARIA Nº 360, DE 24 DE SETEMBRO DE 2018

O 1º Vice-Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região, no exercício da Presidência, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, resolve:

Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal da Justiça do Trabalho da Terceira Região, do 2º quadrimestre de 2018, nos termos do inciso III e parágrafo único do art. 54 e do § 2º do art. 55, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 e o Demonstrativo dos Limites de Despesa de Pessoal, em cumprimento ao acórdão 553/2017 - TCU-Plenário, item 9.4.

Des. MÁRCIO FLÁVIO SALEM VIDIGAL

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2017 A AGOSTO/2018
(LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)														
	LIQUIDADAS													INSCRIÇÃO EM RAP NÃO PROCESSADOS (B)	TOTAL EXECUTADO(C) = (A) + (B)
	SET/2017	OUT/2017	NOV/2017	DEZ/2017	JAN/2018	FEV/2018	MAR/2018	ABR/2018	MAI/2018	JUN/2018	JUL/2018	AGO/2018	TOTAL ÚLTIMOS 12 MESES (A)		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	116.062.627,05	117.497.027,15	213.038.355,75	134.333.727,52	146.234.172,34	117.277.024,04	124.358.793,38	123.625.374,21	121.602.647,09	154.196.704,76	122.193.888,34	121.035.301,28	1.611.455.642,91	3.906.897,11	1.615.362.540,02
Pessoal Ativo	77.929.169,10	78.496.771,06	144.796.815,96	82.208.510,43	107.246.988,91	77.742.904,46	84.246.450,20	84.048.362,91	81.685.610,79	94.496.859,79	81.274.409,17	80.441.789,01	1.074.614.641,79	3.316.772,33	1.077.931.414,12
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	65.918.118,39	66.409.004,41	119.582.849,20	69.925.997,67	93.451.690,65	66.094.302,05	71.969.099,28	71.629.596,91	69.503.107,52	81.963.816,76	68.846.613,74	68.425.742,82	913.719.939,40	3.281.838,52	917.001.777,92
Obrigações Patronais	12.011.050,71	12.087.766,65	25.213.966,76	12.282.512,76	13.795.298,26	11.648.602,41	12.277.350,92	12.418.766,00	12.182.503,27	12.533.043,03	12.427.795,43	12.016.046,19	160.894.702,39	34.933,81	160.929.636,20
Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	38.133.457,95	39.000.256,09	68.241.539,79	52.125.217,09	38.987.183,43	39.534.119,58	40.112.343,18	39.577.011,30	39.917.036,30	59.699.844,97	40.919.479,17	40.593.512,27	536.841.001,12	590.124,78	537.413.125,90
Aposentadorias, Reserva e Reformas	31.774.221,84	32.603.895,05	56.532.969,63	42.322.877,84	32.615.971,77	32.944.386,58	33.580.608,85	33.137.330,86	33.359.389,76	49.862.306,90	34.382.435,76	33.950.607,25	447.067.002,09	447.704,00	447.514.706,09
Pensões	6.359.236,11	6.396.361,04	11.708.570,16	9.802.339,25	6.371.211,66	6.589.733,00	6.531.734,33	6.439.680,44	6.557.646,54	9.837.538,07	6.537.043,41	6.642.905,02	89.773.999,03	142.420,78	89.916.419,81
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	9.857.224,51	1.872.034,44	30.828.046,78	15.240.354,65	24.860.198,90	25.015.054,90	25.636.628,27	25.226.846,62	25.466.701,21	44.999.355,54	26.067.547,40	25.898.592,96	280.968.586,18	1.241,35	280.969.827,53
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	23.279,72	346.474,12	754.865,92	434.421,23	8.633,99	8.633,99	8.633,99	443.530,94	8.633,99	436.705,57	8.806,91	29.520,24	2.512.140,61	0,00	2.512.140,61
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	36.991,38	47.982,47	26.304.631,10	14.130.986,45	16.870,33	0,00	0,00	5.749,78	30.319,55	13.862,89	43.934,81	0,00	40.631.328,76	0,00	40.631.328,76
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	9.796.953,41	1.477.577,85	3.768.549,76	674.946,97	24.834.694,58	25.006.420,91	25.627.994,28	24.777.565,90	25.427.747,67	44.548.787,08	26.014.805,68	25.869.072,72	237.825.116,81	1.241,35	237.826.358,16
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	106.205.402,54	115.624.992,71	182.210.308,97	119.093.372,87	121.373.973,44	92.261.969,14	98.722.165,11	98.398.527,59	96.135.945,88	109.197.349,22	96.126.340,94	95.136.708,32	1.330.487.056,73	3.905.655,76	1.334.392.712,49

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (IV)	770.352.095.000,00	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III C)	1.334.392.712,49	0,173219%
LIMITE MÁXIMO (V) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	2.346.091.898,28	0,304548%
LIMITE PRUDENCIAL (VI) = (0,95 x V) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	2.228.787.303,37	0,289321%
LIMITE DE ALERTA (VII) = (0,90 x V) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	2.111.482.708,45	0,274093%

FONTE: TESOURO GERENCIAL/SIAFI - DOF/SEPEOC/TRT 3ª Região - 20/SET/2018 - 16h42min.

1 - Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas.

Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em restos a pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

2 - Em atendimento ao disposto no item 9.6 do Acórdão nº 2097/2011 - TCU - Plenário, não foram incluídas:

a) Despesas com Precatórios da Administração Direta executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): despesa liquidada de R$ 1.781.482,83. Inscrição em Restos a Pagar Não Processados em Liquidação R$ 631.818,82, sendo que, desse saldo, no exercício de 2018, já foram pagos R$ 226.225,78 e já foram cancelados R$ 405.593,04.

b) Despesas com Requisições de Pequeno Valor (RPV), executadas por meio de descentralização interna de crédito (provisão): despesa liquidada de R$ 13.363.491,25. Não houve inscrição em restos a pagar.

c) Despesas com Precatórios da Administração Indireta executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): despesa liquidada de R$ 869.087,37. Inscrição em Restos a Pagar Não Processados em Liquidação de R$ 5.957.458,89, sendo que, desse saldo, no exercício de 2018, já foram pagos R$ 4.178.165,41, e não houve cancelamento.

3 - Para as ações de Pessoal houve, no período de apuração, o cancelamento de Restos a Pagar não processados no valor de R$ 1.778.057,25 referente a pessoal ativo - vencimentos e vantagens fixas e outras despesas variáveis, Ação 20TP, e o cancelamento de Restos a pagar não processados no valor de R$ 2.922,44 referente a pensões do RPPS (Ação 0181).

4 - Conforme apurado por este Regional, das despesas classificadas como de exercícios anteriores, ND 319092 e ND 319192, passíveis de não serem computadas, no mês de Jan/2018, no total de R$ 74.043,13, o montante de R$ 57.172,80 refere-se ao periodo de apuração do relatório e, portanto, não foi deduzido. Das despesas classificadas como de exercícios anteriores, ND 319092, nos meses de Fev/2018 e Mar/2018, nos valores de R$ 139.712.93 e R$ 32.901,70, respectivamente, todo o montante refere-se ao período de apuração do relatório e, portanto, não foram deduzidas.

Des. MÁRCIO FLÁVIO SALEM VIDIGAL
1º Vice-Presidente,
no exercício da Presidência do Tribunal

JOSÉ NACIP COELHO
Assessor de Ordenação de Despesas

MARILIA SOUZA DINIZ ALVES
Diretora de Orçamento e Finanças

ANTÔNIO CLÁUDIO DOS SANTOS ROSA
Secretário de Controle Interno

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO. ITEM 9.4
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2017 A AGOSTO/2018

R$ 1,00

				DESPESAS EXECUTADAS	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)				1.615.362.540,02	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)				280.969.827,53	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)				1.334.392.712,49	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL					
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)				770.352.095.000,00	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100				0,173219%	
				% DA RCL	VALOR
LIMITE MÁXIMO \1	LRF, art. 20, incisos I, II e III			0,380315%	2.929.764.570,10
	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente \2:	ATO.SEOF.GDGCA.GP Nº 239/2005	0,380204%	2.928.909.479,27
	Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente \2:	ATO CONJ. TST/CSJT Nº 1/2007	0,334678%	2.578.198.984,50
	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente \2:	ATO CONJ. TST/CSJT Nº 30/2013	0,334056%	2.573.407.394,47
	Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT Nº 12/2015 \3			0,304548%	2.346.091.898,28

\1 Preencher apenas no caso de os limites do Órgão terem sofrido alteração em virtude das citadas Resoluções do Conselho Nacional de Justiça

\2 Indicar o Ato/Portaria que alterou os limites individuais do Órgão em decorrência da respectiva Resolução do Conselho Nacional de Justiça

\3 Campo a ser preenchido pelos Tribunais da Justiça do Trabalho

Des. MÁRCIO FLÁVIO SALEM VIDIGAL
1º Vice-Presidente,
no exercício da Presidência do Tribunal

JOSÉ NACIP COELHO
Assessor de Ordenação de Despesas

MARILIA SOUZA DINIZ ALVES
Diretora de Orçamento e Finanças

ANTÔNIO CLÁUDIO DOS SANTOS ROSA
Secretário de Controle Interno

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800219

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO

DIRETORIA-GERAL

SECRETARIA ADMINISTRATIVA

ATO Nº 151, DE 27 DE SETEMBRO DE 2018

O Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região, no uso de suas atribuições legais e regimentais, resolve: Determinar a publicação do anexo I do Relatório de Gestão Fiscal referente ao 2º quadrimestre de 2018, conforme a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, e do "Demonstrativo dos Limites de Despesa com Pessoal em Cumprimento ao Acórdão 553/2017-TCU-Plenário, item 9.4", para divulgação e conhecimento público.

Des. PLAUTO CARNEIRO PORTO

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 7ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2017 A AGOSTO/2018

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)														
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (B)	TOTAL EXECUTADO (C) = (A) + (B)
	SET/2017	OUT/2017	NOV/2017	DEZ/2017	JAN/2018	FEV/2018	MAR/2018	ABRIL/2018	MAIO/2018	JUNHO/2018	JULHO/2018	AGOSTO/2018	TOTAL ÚLTIMOS 12 MESES (A)		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	26.497.716,93	26.313.870,67	42.360.719,22	56.821.038,97	41.470.360,59	26.511.379,28	28.088.996,74	27.292.219,33	27.035.021,73	28.078.396,34	27.504.326,16	27.527.152,88	385.501.198,84	3.548.989,63	389.050.188,47
Pessoal Ativo	19.055.108,05	19.184.004,44	31.290.918,31	21.656.649,53	30.612.401,29	19.220.028,35	20.816.932,44	19.954.180,85	19.730.535,11	20.635.675,53	20.083.275,35	19.924.144,04	262.163.853,29	618.285,72	262.782.139,01
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	16.025.641,04	16.143.839,44	25.007.948,07	18.385.507,39	27.467.283,69	16.075.659,98	17.678.199,56	16.813.184,46	16.603.327,08	17.451.031,88	16.902.226,47	16.857.731,79	221.411.580,85	465.841,43	221.877.422,28
Obrigações Patronais	3.029.467,01	3.040.165,00	6.282.970,24	3.271.142,14	3.145.117,60	3.144.368,37	3.138.732,88	3.140.996,39	3.127.208,03	3.184.643,65	3.181.048,88	3.066.412,25	40.752.272,44	152.444,29	40.904.716,73
Benefícios Previdenciários													0,00		0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	7.442.608,88	7.129.866,23	11.069.800,91	35.164.389,44	10.857.959,30	7.291.350,93	7.272.064,30	7.338.038,48	7.304.486,62	7.442.720,81	7.421.050,81	7.603.008,84	123.337.345,55	2.930.703,91	126.268.049,46
Aposentadorias, Reserva e Reformas	5.610.156,61	5.618.703,12	8.800.262,38	21.120.595,23	8.616.822,45	5.767.258,87	5.768.349,84	5.780.354,18	5.800.547,33	5.912.589,84	5.929.634,24	6.045.544,54	90.770.818,63	2.733.984,92	93.504.803,55
Pensões	1.832.452,27	1.511.163,11	2.269.538,53	14.043.794,21	2.241.136,85	1.524.092,06	1.503.714,46	1.557.684,30	1.503.939,29	1.530.130,97	1.491.416,57	1.557.464,30	32.566.526,92	196.718,99	32.763.245,91
Outros Benefícios Previdenciários													0,00		0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)													0,00		0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	7.453.388,88	6.380.187,39	1.731.194,29	31.378.591,35	10.860.454,49	7.311.515,66	8.059.471,19	7.398.101,29	7.307.240,99	7.406.123,76	7.422.018,88	7.446.572,47	110.154.860,64	2.930.703,91	113.085.564,55
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária													0,00		0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração			217.668,59	197.621,12	241.037,62	193.987,11	192.941,88	191.897,17	-783.604,42	173.579,92	197.722,47	197.722,47	1.020.573,93		1.020.573,93
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	10.780,00	3.448,73	16.353,32	29.868.218,78	2.495,19	20.164,73	787.406,89	60.062,81	2.754,37	3.875,55	968,07	9.427,12	30.785.955,56	2.930.703,91	33.716.659,47
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	7.442.608,88	6.376.738,66	1.497.172,38	1.312.751,45	10.616.921,68	7.097.363,82	7.079.122,42	7.146.141,31	8.088.091,04	7.228.668,29	7.223.328,34	7.239.422,88	78.348.331,15		78.348.331,15
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	19.044.328,05	19.933.683,28	40.629.524,93	25.442.447,62	30.609.906,10	19.199.863,62	20.029.525,55	19.894.118,04	19.727.780,74	20.672.272,58	20.082.307,28	20.080.580,41	275.346.338,20	618.285,72	275.964.623,92

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (IV)	770.352.095.000,00	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III C)	275.964.623,92	0,035823%
LIMITE MÁXIMO (V) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	534.701.389,14	0,069410%
LIMITE PRUDENCIAL (VI) = (0,95 x V) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	507.966.319,68	0,065940%
LIMITE DE ALERTA (VII) = (0,90 x V) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	481.231.250,23	0,062469%

FONTE: SIAFI e Divisão de Contabilidade/SAOF/TRT 7ª Região - 11/set/2018 - 10h

Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Notas: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

2) Nas despesas com Pessoal não estão computadas àquelas executadas por meio de descentralização externa de crédito (Destaque), conforme disposição do item 9.6 do Acórdão TCU 2097/2011 - Plenário, quais sejam:

a) Precatórios da Adm.Indireta - R$ 4.266.268,43; Precatórios da Adm.Direta - R$ 6.769.335,38 e Requisições de Pequeno Valor (RPV) - R$ 760.425,77

3) As despesas de Pessoal e Encargos Sociais deste Regional estão dentro dos limites estabelecidos pela LC nº 101/2000

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 7ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO. ITEM 9.4
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2017 a AGOSTO/2018

R$ 1,00

	DESPESAS EXECUTADAS				
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	389.050.188,47				
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	113.085.564,55				
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	275.964.623,92				
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL					
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	770.352.095.000,00				
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100	0,035823%				
% DA RCL	VALOR				
LIMITE MÁXIMO \1	LRF, art. 20, incisos I, II e III			0,087418%	673.426.394,41
	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente \2:	ATO.SEOF.GDGCA.GP Nº 239/2005	0,087393%	673.233.806.38
	Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente \2:	ATO CONJUNTO TST/CSJT Nº 1/2007	0,076928%	592.616.459,64
	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente \2:	ATO CONJUNTO TST/CSJT Nº 30/2013	0,076785%	591.514.856,15
	Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT Nº 12/2015			0,069410%	534.701.389,14

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800220

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

\1 Preencher apenas no caso de os limites do Órgão terem sofrido alteração em virtude das citadas Resoluções do Conselho Nacional de Justiça
\2 Indicar o Ato/Portaria que alterou os limites individuais do Órgão em decorrência da respectiva Resolução do Conselho Nacional de Justiça
\3 Campo a ser preenchido pelos Tribunais da Justiça do Trabalho
FONTE: SIAFI e Divisão de Contabilidade/SAOF/TRT 7ª Região - 11/set/2018 - 10h

Des. PLAUTO CARNEIRO PORTO
Presidente do Tribunal

NEIARA SÃO THIAGO CYSNE FROTA
Diretora Geral - Ordenadora de Despesas

FABIANO REGO DE SOUSA
Diretor da Divisão de Orçamento e Finanças

MAURA CRISTINA BRASIL CORREIA MARINHO
Secretária de Controle Interno
Substituta

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

PORTARIA Nº 69, DE 11 DE SETEMBRO DE 2018

A DESEMBARGADORA DO TRABALHO, PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO, usando de suas atribuições legais, diante do disposto no art. 8 do Regulamento Geral, resolve:

Determinar a publicação do anexo Relatório de Gestão Fiscal, referente ao período de setembro/2017 a agosto/2018, nos termos do art. 55, § 2º, da Lei Complementar nº 101/2000.

MARLENE T. FUVERKI SUGUIMATSU

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2017 A AGOSTO/2018

RGF - ANEXO 1 (LRF, Art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)														
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RPNP (B)	TOTAL EXECUTADO (C) = (A) + (B)
	SET/2017	OUT/2017	NOV/2017	DEZ/2017	JAN/2018	FEV/2018	MAR/2018	ABR/2018	MAI/2018	JUN/2018	JUL/2018	AGO/2018	TOTAL ÚLTIMOS 12 MESES (A)		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	64.274.135,52	64.189.970,49	103.143.995,14	72.185.362,42	98.958.655,44	65.814.381,82	66.338.860,41	66.398.516,40	66.531.581,98	67.961.143,72	66.986.919,68	67.483.828,09	870.267.351,11	4.441.427,41	874.708.778,52
Pessoal Ativo	50.206.899,75	50.256.385,32	81.340.934,51	56.347.294,46	76.982.938,18	51.103.302,41	51.358.710,61	51.464.951,63	51.617.220,54	52.870.100,66	51.876.810,05	52.204.862,19	677.630.410,31	2.933.256,50	680.565.666,81
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	42.537.864,82	42.573.038,93	65.560.045,04	48.368.262,71	69.071.662,30	43.198.772,03	43.506.106,62	43.611.874,99	43.790.544,45	44.938.587,78	43.960.451,96	44.721.668,74	575.838.880,37	2.789.156,64	578.628.037,01
Obrigações Patronais	7.669.034,93	7.683.346,39	15.780.889,47	7.979.031,75	7.911.275,88	7.904.530,38	7.852.603,99	7.853.076,64	7.826.676,09	7.931.512,88	7.916.358,09	7.483.193,45	101.791.529,94	146.099,86	101.937.629,80
Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	14.067.235,77	13.933.585,17	21.803.060,63	15.838.067,96	21.975.717,26	14.711.079,41	14.980.149,80	14.933.564,77	14.914.361,44	15.091.043,06	15.110.109,63	15.278.965,90	192.636.940,80	1.506.170,91	194.143.111,71
Aposentadorias, Reservas e Reformas	12.325.994,17	12.137.066,76	19.087.055,61	13.991.150,44	19.207.065,32	12.847.031,41	13.142.148,38	13.103.543,01	12.963.162,01	13.177.977,28	13.215.115,80	13.364.166,67	168.561.476,86	1.482.874,91	170.044.351,77
Pensões	1.741.241,60	1.796.518,41	2.716.005,02	1.846.917,52	2.768.651,94	1.864.048,00	1.838.001,42	1.830.021,76	1.951.199,43	1.913.065,78	1.894.993,83	1.914.799,23	24.075.463,94	23.296,00	24.098.759,94
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	14.383.930,41	14.158.865,29	22.009.488,48	10.697.446,01	22.282.195,50	14.857.626,71	15.311.660,31	15.192.247,67	15.136.638,28	15.248.986,64	15.212.731,60	15.542.933,41	190.034.750,31	3.062.093,55	193.096.843,86
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	316.694,64	225.280,12	206.427,85	140.322,17	306.478,24	146.547,30	331.510,51	258.682,90	222.276,84	157.943,58	102.621,97	263.967,51	2.678.753,63	0,00	2.678.753,63
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00	0,00	6.196.762,58	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.196.762,58	3.059.817,94	9.256.580,52
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	14.067.235,77	13.933.585,17	21.803.060,63	4.360.361,26	21.975.717,26	14.711.079,41	14.980.149,80	14.933.564,77	14.914.361,44	15.091.043,06	15.110.109,63	15.278.965,90	181.159.234,10	2.275,61	181.161.509,71
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	49.890.205,11	50.031.105,20	81.134.506,66	61.487.916,41	76.676.459,94	50.956.755,11	51.027.200,10	51.206.268,73	51.394.943,70	52.712.157,08	51.774.188,08	51.940.894,68	680.232.600,80	1.379.333,86	681.611.934,66

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (IV)	770.352.095.000,00	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III C)	681.611.934,66	0,088481%
LIMITE MÁXIMO (V) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	1.158.378.445,25	0,150370%
LIMITE PRUDENCIAL (VI) = (0,95 x V) (parágrafo único, art. 22 da LRF)	1.100.459.522,99	0,142852%
LIMITE DE ALERTA (VII) = (0,90 x V) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	1.042.540.600,73	0,135333%

FONTE: Tesouro Gerencial-Siafi-Secof/TRT 9ª REGIÃO-12/set/2018-15h08m

Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800221

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Notas:

1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

2) Os valores executados de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor não foram inseridos neste demonstrativo, conforme item 9.6 do Acórdão TCU 2097/2011, a saber:

a) Despesas com Precatórios da Administração Direta executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): despesa liquidada: R$ 2.708.071,89

b) Despesas com Precatórios da Administração Indireta executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): despesa liquidada: R$ 41.085.971,20

c) Despesas com Requisições de Pequeno Valor (RPV) executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): despesa liquidada: R$ 3.180.600,48

3) Foram deduzidas do Demonstrativo da Despesa com Pessoal as despesas de exercícios anteriores relativas ao período de setembro a dezembro de 2017, por se tratarem de despesas anteriores ao período de apuração.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO ITEM 9.4
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2017 A AGOSTO/2018

R$ 1,00

				DESPESAS EXECUTADAS	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)				874.708.778,52	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF)(II)				193.096.843,86	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)				681.611.934,66	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)				770.352.095.000,00	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100				0,088481%	
				% DA RCL	VALOR
LIMITE MÁXIMO	LRF, art. 20, incisos I, II E III			0,131673%	1.014.345.714,05
	Resolução CNJ 5/2005	Ato decorrente:	ATO SEOF GDGCA GP Nº 239/2005	0,131635%	1.014.052.980,25
	Resolução CNJ 26/2006	Ato decorrente:	ATO CONJUNTO TST/CSJT Nº 1/2007	0,115872%	892.622.379,52
	Resolução CNJ 177/2013	Ato decorrente:	ATO CONJUNTO TST/CSJT Nº 30/2013	0,115657%	890.966.122,51
	Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT Nº 12/2015				1.158.378.445,25

Des. MARLENE T. FUVERKI SUGUIMATSU
Presidente do Tribunal

PATRÍCIA AIMÉE BRUEL ANTONIO
Ordenadora da Despesa

MÁRIO LUIS KRÜGER
Diretor da Secretaria de Auditoria Interna

VILMAR JOSÉ SIQUEIRA
Diretor da Secretaria de Contabilidade, Orçamento e Finanças

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO

PORTARIA Nº 32, DE 25 DE SETEMBRO DE 2018

A Desembargadora Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, no uso de suas atribuições legais e regimentais, tendo em vista o contido no Processo SEI nº 18.0.000008780-3, resolve:

Tornar público, nos termos do art. 55, inciso I, alínea "a", da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal, em anexo, relativo ao período de setembro/2017 a agosto/2018.

Des. MARIA REGINA MACHADO GUIMARÃES

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO. ITEM 9.4
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2017 A AGOSTO/2018

R$ 1,00

				DESPESAS EXECUTADAS	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)				502.900.097,41	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)				120.741.602,98	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)				382.158.494,43	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL					
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)				770.352.095.050,00	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100				0,049608%	
				% DA RCL	VALOR
LIMITE MÁXIMO \1	LRF, art. 20, incisos I, II e III			0,118556%	913.298.629,81
	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente \2:		0,118521%	913.029.006,57
	Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente \2:		0,104329%	803.700.637,24
	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente \2:		0,104135%	802.206.154,18
	Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT/2015 \3			0,094278%	726.272.548,17

\1 Preencher apenas no caso de os limites do Órgão terem sofrido alteração em virtude das citadas Resoluções do Conselho Nacional de Justiça
\2 Indicar o Ato/Portaria que alterou os limites individuais do Órgão em decorrência da respectiva Resolução do Conselho Nacional de Justiça
\3 Campo a ser preenchido pelos Tribunais da Justiça do Trabalho

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800222

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2017 A AGOSTO/2018

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)														
	LIQUIDADAS													INSCRIÇÃO EM RAP NÃO PROCESSADOS (B	TOTAL EXECUTADO (C) = (A) + (B)
	SET/2017	OUT/2017	NOV/2017	DEZ/2017	JAN/2018	FEV/2018	MAR/2018	ABRIL/2018	MAIO/2018	JUNHO/2018	JULHO/2018	AGOSTO/2018	TOTAL ÚLTIMOS 12 MESES (A)		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	36.599.308,14	35.978.932,61	57.775.876,93	48.757.405,41	58.585.927,69	37.385.991,82	37.600.676,06	37.833.177,81	37.416.951,98	38.909.129,99	37.889.107,19	37.711.534,95	502.444.020,58	456.076,83	502.900.097,41
Pessoal Ativo	23.739.214,28	23.464.105,99	37.440.048,66	27.358.223,88	38.757.839,59	24.232.514,72	24.342.932,36	24.368.298,13	24.106.568,60	25.050.798,06	24.040.895,02	23.967.020,67	320.868.459,99	229.946,80	321.098.406,79
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	20.057.193,15	19.798.506,72	29.961.313,55	23.426.631,13	35.021.851,06	20.486.113,52	20.607.395,16	20.643.343,48	20.355.324,17	21.256.067,71	20.276.359,76	20.305.124,43	272.195.223,84	229.946,80	272.425.170,64
Obrigações Patronais	3.682.021,13	3.665.599,27	7.478.735,11	3.931.592,75	3.735.988,53	3.746.401,20	3.735.537,20	3.724.954,65	3.723.669,66	3.786.180,84	3.755.985,78	3.653.346,73	48.620.012,85	0,00	48.620.012,85
Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	27.574,77	8.549,51	8.549,51	8.549,51	53.223,30	0,00	53.223,30
Pessoal Inativo e Pensionistas	12.860.093,86	12.514.826,62	20.335.828,27	21.399.181,53	19.828.088,10	13.153.477,10	13.257.743,70	13.464.879,68	13.310.383,38	13.858.331,93	13.848.212,14	13.744.514,28	181.575.560,59	226.130,03	181.801.690,62
Aposentadorias, Reserva e Reformas	11.586.860,26	11.217.104,86	18.363.701,29	19.117.400,23	17.855.076,32	11.827.846,91	11.850.235,07	12.096.894,20	11.966.417,14	12.501.523,66	12.500.112,10	12.306.745,40	163.189.917,44	226.130,03	163.416.047,47
Pensões	1.273.233,60	1.297.721,76	1.972.126,98	2.281.781,30	1.973.011,78	1.325.630,19	1.407.508,63	1.367.985,48	1.343.966,24	1.356.808,27	1.348.100,04	1.437.768,88	18.385.643,15	0,00	18.385.643,15
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	12.875.224,24	2.850.251,37	0,00	9.925.688,82	13.381.820,99	14.365.861,44	13.343.745,34	13.470.403,83	13.314.870,69	13.806.019,59	10.156.121,55	3.251.595,12	120.741.602,98	0,00	120.741.602,98
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	15.130,38	5.017,92	0,00	9.925.688,82	150.091,53	1.222.016,95	90.392,80	39.827,79	12.930,20	36.929,48	854,38	36.107,83	11.534.988,08	0,00	11.534.988,08
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	12.860.093,86	2.845.233,45	0,00	0,00	13.231.729,46	13.143.844,49	13.253.352,54	13.430.576,04	13.301.940,49	13.769.090,11	10.155.267,17	3.215.487,29	109.206.614,90	0,00	109.206.614,90
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	23.724.083,90	33.128.681,24	57.775.876,93	38.831.716,59	45.204.106,70	23.020.130,38	24.256.930,72	24.362.773,98	24.102.081,29	25.103.110,40	27.732.985,64	34.459.939,83	381.702.417,60	456.076,83	382.158.494,43

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (IV)	770.352.095.050,00	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III C)	382.158.494,43	0,049608%
LIMITE MÁXIMO (V) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	726.272.548,17	0,094278%
LIMITE PRUDENCIAL (VI) = (0,95 x V) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	689.958.920,76	0,089564%
LIMITE DE ALERTA (VII) = (0,90 x V) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	653.645.293,35	0,084850%

FONTE: TESOURO GERENCIAL - NUCAN/SEORF/TRT 10ª Região - 19/ago/2018 - 14h00min.
NOTA(S):
1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas.
Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em restos a pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.
2) Em atendimento ao disposto no item 9.6 do Acórdão nº 2097/2011 - TCU - Plenário, não foram incluídas:
a) Despesas com "Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)": despesas executadas por intermédio de descentralização externa de créditos (destaque), sendo despesa liquidada o valor de R$ 959.890,59.
b) Despesas com Precatórios da Administração Direta "Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado de Pequeno Valor (RPV)": despesas executadas por intermédio de descentralização externa de créditos (destaque), sendo despesa liquidada o valor de R$ 10.933.914,70.
3) Despesas com Pessoal Ativo, sendo despesa liquidada no valor de R$ 320.868.459,99 e despesa inscrita em Restos a Pagar no valor de R$ 229.946,80 .
a) Contribuição patronal para o RPPS, no montante de R$ 47.762.868,93;
b) Contribuições previdenciárias ao INSS, no montante de R$ 125.163,14;
c) Contribuições previdenciárias ao FUNPRESP, no montante de R$ 731.556,65;
d) Demais Despesas com Pessoal Ativo, sendo R$ 272.248.871,27 liquidadas no período e R$ 229.946,80 inscritas em Restos a Pagar não Processados.
4) Cancelamento de Restos a Pagar não Processados: no período de setembro de 2017 a agosto de 2018, não houve cancelamento de restos a pagar de pessoal inscritos em 31 de dezembro de 2017.
5) Receita Corrente Líquida, conforme Portaria STN nº 637, de 19 de setembro de 2018.

Des. MARIA REGINA MACHADO GUIMARÃES
Presidente do Tribunal

RAFAEL ALVES BELLINELLO
Diretor-Geral e Ordenador de Despesas

WAGNER AZEVEDO DA SILVA
Coordenador de Controle Interno

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800223

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO

DIRETORIA-GERAL

PORTARIA Nº 293, DE 24 DE SETEMBRO DE 2018

O DIRETOR-GERAL E ORDENADOR DA DESPESA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO, ILDEFONSO ROCHA DE SOUZA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, tendo em vista o art. 1º, incisos I e II, da Portaria Nº 86/2017/SGP, datada de 25-1-2017, e nos termos do inciso III do art. 54, e § 2º do art. 55, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal do 2º quadrimestre/2018, Demonstrativo da Despesa com Pessoal e Demonstrativo dos Limites de Despesa com Pessoal, em cumprimento ao Acórdão 553/2017-TCU-PLENÁRIO 9.4, Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, referente a setembro de 2017 a agosto de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ILDEFONSO ROCHA DE SOUZA

ANEXO

UNIÃO DO PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL SETEMBRO DE 2017 A AGOSTO DE 2018
RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R$1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)														
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR	TOTAL EXECUTADO (C) = (A) + (B)
	SET/2017	OUT/2017	NOV/2017	DEZ/2017	JAN/2018	FEV/2018	MAR/2018	ABRIL/2018	MAIO/2018	JUNHO/2018	JULHO/2018	AGOSTO/2018	TOTAL ÚLTIMOS 12 MESES (A)	NÃO PROCESSADOS (B)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	28.187.505,74	28.154.057,48	46.178.469,12	38.482.502,86	37.588.034,75	29.925.514,56	30.083.204,18	30.064.662,21	38.715.534,84	30.501.143,66	30.015.459,59	30.001.537,58	397.897.626,57	7.477,25	397.905.103,82
Pessoal Ativo	18.205.812,52	18.326.247,67	30.644.549,49	22.656.761,30	27.420.092,57	19.806.703,85	19.745.650,88	19.701.622,17	23.371.222,12	19.952.255,34	19.477.708,62	19.494.871,19	258.803.497,72	7.477,25	258.810.974,97
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	15.399.883,95	15.538.903,19	24.791.230,65	19.437.209,49	24.411.118,46	16.856.626,04	16.843.062,38	16.779.040,76	20.445.660,29	16.980.839,30	16.525.710,99	16.602.853,19	220.612.138,69	7.477,25	220.619.615,94
Obrigações Patronais	2.805.928,57	2.787.344,48	5.853.318,84	3.219.551,81	3.008.974,11	2.950.077,81	2.902.588,50	2.922.581,41	2.925.561,83	2.971.416,04	2.951.997,63	2.892.018,00	38.191.359,03		38.191.359,03
Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	9.981.693,22	9.827.809,81	15.533.919,63	15.825.741,56	10.167.942,18	10.118.810,71	10.337.553,30	10.363.040,04	15.344.312,72	10.548.888,32	10.537.750,97	10.506.666,39	139.094.128,85	0,00	139.094.128,85
Aposentadorias, Reserva e Reformas	8.734.239,49	8.580.356,08	13.539.268,21	12.821.418,15	8.816.000,45	8.810.659,11	9.016.293,35	9.027.490,71	13.343.185,96	9.226.884,76	9.199.809,74	9.176.673,50	120.292.279,51		120.292.279,51
Pensões	1.247.453,73	1.247.453,73	1.994.651,42	3.004.323,41	1.351.941,73	1.308.151,60	1.321.259,95	1.335.549,33	2.001.126,76	1.322.003,56	1.337.941,23	1.329.992,89	18.801.849,34		18.801.849,34
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	9.998.083,61	1.270.951,78	2.030.228,06	12.968.678,32	10.339.996,61	10.322.322,42	10.424.536,82	10.391.720,85	2.847.000,47	2.299.835,55	2.169.642,92	2.152.373,39	77.215.370,80	0,00	77.215.370,80
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	23.765,24	4.285,60	21.363,06	8.623.784,37	235.378,74	206.677,81	101.572,12	32.047,44	35.560,90	31.383,17	17.568,15	15.320,66	9.348.707,26		9.348.707,26
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	9.974.318,37	1.266.666,18	2.008.865,00	4.344.893,95	10.104.617,87	10.115.644,61	10.322.964,70	10.359.673,41	2.811.439,57	2.268.452,38	2.152.074,77	2.137.052,73	67.866.663,54		67.866.663,54
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	18.189.422,13	26.883.105,70	44.148.241,06	25.513.824,54	27.248.038,14	19.603.192,14	19.658.667,36	19.672.941,36	35.868.534,37	28.201.308,11	27.845.816,67	27.849.164,19	320.682.255,77	7.477,25	320.689.733,02

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (IV)	770.352.095.045,15	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III C)	320.689.733,02	0,041629%
LIMITE MÁXIMO (V) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	508.594.156,67	0,066021%
LIMITE PRUDENCIAL (VI) = (0,95 x V) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	483.164.448,84	0,062720%
LIMITE DE ALERTA (VII) = (0,90 x V) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	457.734.741,00	0,059419%

FONTE: SIAFI - TESOURO GERENCIAL - NÚCLEO DE CONTABILIDADE - 24/set/2018 - 10h e 15m

Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

a) Sentenças de Pequeno Valor executadas no montante de R$ 2.340.513,66

b) Precatórios da Administração Indireta em suas despesas executadas no montante de R$ 1.000.285,00

ELEONORA DE SOUZA SAUNIER
Presidente do Tribunal

ILDEFONSO ROCHA DE SOUZA
Ordenador da Despesa

HYLACE MIRANDA BRAGA FILHO
Diretor da Secretaria de Orçamento e Finanças

CLÁUDIO HENRIQUE CORREA MOREIRA
Chefe do Núcleo de Contabilidade

NELSON MACHADO BARROS
Diretor da Coordenadoria de Auditoria e Controle Interno

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800224

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATTVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017- TCU-PLENÁRIO. ITEM 9.4 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO DE 2017 A AGOSTO DE 2018

				DESPESAS EXECUTADAS	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)				397.905.103,82	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)				77.215.370,80	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)				320.689.733,02	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL					
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)				770.352.095.045,15	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100				0,041629%	
				% DA RCL	VALOR
LIMITE MÁXIMO \1	LRF, art. 20, incisos I, II e III			0,080659%	621.358.296,34
	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente \2:	ATO.SEOFI.GDGCA.GP Nº 239/2005	0,080636%	621.181.115,36
	Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente \2:	ATO CONJUNTO TST/CSJT Nº 1/2007	0,070980%	546.795.917,06
	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente \2:	ATO CONJUNTO TST/CSJT Nº 30/2013	0,070848%	545.779.052,30
	Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT/2015 \3			0,066021%	508.594.156,67

\1 Preencher apenas no caso de os limites do Órgão terem sofrido alteração em virtude das citadas Resoluções do Conselho Nacional de Justiça
\2 Indicar o Ato/Portaria que alterou os limites individuais do Órgão em decorrência da respectiva Resolução do Conselho Nacional de Justiça
\3 Campo a ser preenchido pelos Tribunais da Justiça do Trabalho

ELEONORA DE SOUZA SAUNIER
Presidente do Tribunal

ILDEFONSO ROCHA DE SOUZA
Ordenador da Despesa

HYLACE MIRANDA BRAGA FILHO
Diretor da Secretaria de Orçamento e Finanças

CLÁUDIO HENRIQUE CORREA MOREIRA
Chefe do Núcleo de Contabilidade

NELSON MACHADO BARROS
Diretor da Coordenadoria de Auditoria e Controle Interno

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 17ª REGIÃO

PORTARIA Nº 3, DE 26 DE SETEMBRO DE 2018

O DESEMBARGADOR-PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA DÉCIMA SÉTIMA REGIÃO, no uso das atribuições legais e regimentais e considerando o disposto nos art. 54, III, parágrafo único e art. 55, I, a, c/c §§ 1º e 2º, da LRF, resolve:
Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal em anexo.

MÁRIO RIBEIRO CANTARINO NETO

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 17ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2017 A AGOSTO/2018

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)														
	LIQUIDADAS													INSC. EM RP NÃO PROCESSADOS (B)	TOTAL EXECUTADO (C) = (A) + (B)
	SET/2017	OUT/2017	NOV/2017	DEZ/2017	JAN/2018	FEV/2018	MAR/2018	ABR/2018	MAI/2018	JUN/2018	JUL/2018	AGO/2018	TOTAL ÚLTIMOS 12 MESES (A)		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	18.048.878,11	18.203.656,18	28.803.464,13	19.198.207,65	24.341.487,10	18.269.184,84	18.894.752,52	19.154.662,34	22.901.799,38	19.197.639,73	18.841.407,64	18.788.657,66	244.643.797,28	160.000,00	244.803.797,28
Pessoal Ativo	15.626.466,81	15.780.167,22	24.963.653,21	16.339.350,43	21.648.203,55	15.457.831,06	16.057.507,50	16.368.032,66	18.785.441,51	16.356.177,64	15.947.637,12	15.933.389,47	209.263.858,18	160.000,00	209.423.858,18
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	13.235.928,03	13.363.016,99	20.050.679,64	13.872.202,47	19.178.538,38	13.005.232,13	13.619.206,93	13.931.191,44	16.332.797,74	13.874.356,46	13.472.588,86	13.538.714,00	177.474.453,07	160.000,00	177.634.453,07
Obrigações Patronais	2.390.538,78	2.417.150,23	4.912.973,57	2.467.147,96	2.469.665,17	2.452.598,93	2.438.300,57	2.436.841,22	2.452.643,77	2.481.821,18	2.475.048,26	2.394.675,47	31.789.405,11	0,00	31.789.405,11
Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	2.422.411,30	2.423.488,96	3.839.810,92	2.858.857,22	2.693.283,55	2.811.353,78	2.837.245,02	2.786.629,68	4.116.357,87	2.841.462,09	2.893.770,52	2.855.268,19	35.379.939,10	0,00	35.379.939,10
Aposentadorias, Reserva e Reformas	2.033.053,04	2.074.570,85	3.318.499,42	2.462.020,78	2.221.225,66	2.336.781,78	2.422.791,91	2.412.513,18	3.561.268,34	2.474.622,97	2.506.538,56	2.478.232,64	30.302.119,13	0,00	30.302.119,13
Pensões	389.358,26	348.918,11	521.311,50	396.836,44	472.057,89	474.572,00	414.453,11	374.116,50	555.089,53	366.839,12	387.231,96	377.035,55	5.077.819,97	0,00	5.077.819,97
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	2.425.041,10	2.493.333,80	2.195.831,33	1.131.690,47	2.769.794,73	2.892.790,74	2.837.417,42	2.796.345,93	4.116.357,87	2.951.217,56	2.902.415,13	2.861.828,75	32.374.064,83	0,00	32.374.064,83
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	2.629,80	69.844,84	0,00	1.131.690,47	76.511,18	81.436,96	172,40	9.716,25	0,00	109.755,47	8.644,61	6.560,56	1.496.962,54	0,00	1.496.962,54
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	2.422.411,30	2.423.488,96	2.195.831,33	0,00	2.693.283,55	2.811.353,78	2.837.245,02	2.786.629,68	4.116.357,87	2.841.462,09	2.893.770,52	2.855.268,19	30.877.102,29	0,00	30.877.102,29
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	15.623.837,01	15.710.322,38	26.607.632,80	18.066.517,18	21.571.692,37	15.376.394,10	16.057.335,10	16.358.316,41	18.785.441,51	16.246.422,17	15.938.992,51	15.926.828,91	212.269.732,45	160.000,00	212.429.732,45

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (IV)	770.352.095.045,15	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III C)	212.429.732,45	0,027576%
LIMITE MÁXIMO (V) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	379.914.542,71	0,049317%
LIMITE PRUDENCIAL (VI) = (0,95 x V) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	360.918.815,58	0,046851%
LIMITE DE ALERTA (VII) = (0,90 x V) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	341.923.088,44	0,044385%

FONTE: TESOURO GERENCIAL, DOF/TRT17ª R., 20/09/2018, 14H 20MIN

Notas:

1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da lei 4.320/64.

2) Despesas com Precatórios da Administração Direta executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): despesa liquidada: R$ 11.774.813,00.

3) Despesas com Requisições de Pequeno Valor (RPV) executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): despesa liquidada: R$ 1.077.666,13.

4) Receita Corrente Líquida conforme portaria STN n.º 637, de 19/09/2018, publicada em 20/09/2018 no DOU N.º 182, Seção 1, página 31.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 17ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO. ITEM 9.4
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2017 A AGOSTO/2018
R$1,00

				DESPESAS EXECUTADAS	
Despesa Bruta com Pessoal (I)				244.803.797,28	
Despesas não Computadas (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)				32.374.064,83	
Despesa Líquida com Pessoal (III) = (I - II)				212.429.732,45	
Apuração do Cumprimento do Limite Legal					
Receita Corrente Líquida - RCL (IV)				770.352.095.045,15	
% da Despesa Total com Pessoal DTP - sobre a RCL (V) = (III/IV)*100				0,027576%	
				% DA RCL	VALOR
Limite Máximo <%>\3	LRF, art. 20, incisos I, II e III			0,042817%	329.841.656,54
	Resolução CNJ 5/2005	Ato decorrente \4:	Ato SEOF.GDGCA.GP Nº 239/2005	0,042805%	318.311.708,39
	Resolução CNJ 26/2006	Ato decorrente \4:	Ato Conjunto TST/CSJT Nº 1/2007	0,037679%	280.193.128,38
	Resolução CNJ 177/2013	Ato decorrente \4:	Ato Conjunto TST/CSJT Nº 30/2013	0,037609%	279.672.585,93
	Justiça do Trabalho/Ato Conjunto TST.CSJT N° 12/2015			0,049317%	379.914.542,71

FONTE: TESOURO GERENCIAL, DOF/TRT17ª R., 20/09/2018, 17H 20MIN

Assinaturas (dispositivo relacionado: art. 54, III, e parágrafo único da LRF):

Des. MÁRIO RIBEIRO CANTARINO NETO
Presidente do Tribunal

CARLOS TADEU GOULART
Diretor-Geral de Secretaria

MARCOS DECOTÉ RODRIGUES
Chefe da Divisão de Orçamento e Finanças

ANTÔNIO ROGÉRIO CARDOSO DA COSTA
Chefe da Divisão de Controle Interno

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO

DIRETORIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

ATO Nº 78, DE 27 DE SETEMBRO DE 2018

O DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais e tendo em vista o disposto no inciso III do art. 54 e §2º do art. 55, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º. Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal deste Tribunal, referente ao período de setembro/2017 a agosto/2018, em conformidade com os anexos demonstrativos que integram o presente Ato.

Art. 2º. Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Des. GIORGI ALAN MACHADO ARAÚJO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800226

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO I

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2017 A AGOSTO/2018

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

Despesa Com Pessoal	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)														
	LIQUIDADAS													Inscritas em Restos a Pagar	Total Executado
	SET/2017	OUT/2017	NOV/2017	DEZ/2017	JAN/2018	FEV/2018	MAR/2018	ABR/2018	MAI/2018	JUN/2018	JUL/2018	AGO/2018	Total Últimos 12 meses (A)	Não proces (B)	(C)=(A)+(B)
Despesa Bruta com Pessoal(I)	8.368.382,01	8.305.676,25	13.600.092,71	11.028.765,42	12.679.549,81	8.850.676,25	8.865.776,00	8.828.029,77	9.250.513,17	10.594.275,81	9.159.381,44	9.337.526,70	118.868.238,23	194.939,52	119.063.177,75
Pessoal Ativo	7.757.714,09	7.695.008,33	12.680.355,03	10.027.818,01	12.032.077,53	8.193.969,53	8.182.923,80	8.157.065,56	8.578.244,11	9.592.885,37	8.480.928,39	8.658.444,67	110.037.434,42	184.075,45	110.221.509,87
Vencimentos, Vant. e Outras Desp. Variáveis	6.533.751,63	6.472.514,14	10.151.132,31	8.671.336,84	10.751.781,97	6.910.706,58	6.904.716,80	6.891.370,52	7.301.037,95	8.291.812,17	7.183.319,90	7.363.301,13	93.426.781,94	184.075,45	93.610.857,39
Obrigações Patronais	1.223.962,46	1.222.494,19	2.529.222,72	1.356.481,17	1.280.295,56	1.283.262,95	1.278.207,00	1.265.695,04	1.277.206,16	1.301.073,20	1.297.608,49	1.295.143,54	16.610.652,48	0,00	16.328.705,20
Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	610.667,92	610.667,92	919.737,68	1.000.947,41	647.472,28	656.299,61	682.852,20	670.964,21	670.964,21	672.269,06	678.453,05	679.082,03	8.830.803,81	10.864,07	8.841.667,88
Aposentadorias Reservas e Reformas	496.414,33	496.414,33	744.250,83	837.799,29	530.155,20	504.362,25	514.330,84	536.336,99	537.641,84	798.617,86	543.204,67	543.833,65	7.083.362,08	10.864,07	7.094.226,15
Pensões	114.253,59	114.253,59	175.486,85	1163.148,12	117.317,08	151.937,36	168.521,36	134.627,22	134.627,22	202.772,58	135.248,38	135.248,38	1.747.441,73	0,00	1.747.441,73
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Out.Desp.Pess.Dec. Terc (§1º Art.18, LRF)	0.00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas não comp. (§1° do art. 19 da LRF) (II)	618.751,27	614.671,82	617.141,62	2.243.221,80	816.065,79	660.303,51	701.760,38	675.463,59	819.471,09	1.014.946,17	682.456,95	768.208,62	10.232.462,61	126.709,97	10.359.172,58
Indeniz. por Dem. e Inc. à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorr. de Dec. Jud. de Período Ant. ao da Apuração	4.003,90	4.003,90	4.003,90	4.003,90	4.003,90	4.003,90	4.003,90	4.003,90	4.003,90	4.003,90	4.003,90	4.003,90	48.046,80	0,00	48.046,80
Desp.de Exerc.Ant. ao Período Ant. ao da Apuração	4.079,45	0,00	0,00	1.878.134,46	164.589,61	0,00	14.904,28	495,48	143.198,13	9.551,83	0,00	85.122,69	2.300.075,93	126.709,97	2.426.785,90
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	610.667,92	610.667,92	613.137,72	361.083,44	647.472,28	656.299,61	682.852,20	670.964,21	672.269,06	1.001.390,44	678.453,05	679.082,03	7.884.339,88	0,00	7.884.339,88
Despesa Líquida c/ Pessoal (III) = (I - II)	7.749.630,74	7.691.004,43	12.982.951,09	8.785.543,62	11.863.484,02	8.189.965,63	8.164.015,62	8.152.566,18	8.431.042,08	9.579.329,64	8.476.924,49	8.569.318,08	108.635.775,62	68.229,55	108.704.005,17

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LIQUIDA (IV)	770.352.095.045,15	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III)	108.704.005,17	0,014111%
LIMITE MÁXIMO (V) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	229.187.451,80	0,029751%
LIMITE PRUDENCIAL (VI) = (0,95 x v) (Parág. Único do art. 22 da LRF)	217.728.079,21	0,028263%
LIMITE ALERTA (VII) = (0,90 x V) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	206.268.706,62	0,026776%

FONTE: Tesouro Gerencial, SGFTC/CFIN, 25/09/2018, às 09:00
Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.
NOTAS:
Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.
c) Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pelo Ato Conjunto CSJT nº 12, de 1º de julho de 2015.
d) Valor da RCL conforme Portaria nº 637-2018 - STN, publicada no DOU nº 182, Seção I, págs. 31/32, de 20/09/2018;
e) As despesas com Pessoal e Encargos Sociais deste Regional estão dentro dos limites estabelecidos pela LC 101/2000 (LRF);
f) Despesas liquidadas com Requisições de Pequeno Valor (RPV): R$ 338.012,45;
g) Despesas liquidadas com Precatórios: R$ 1.102.863,00.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800227

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO II

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017 - TCU - PLENÁRIO, ITEM 9.4
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2017 A AGOSTO/2018

R$ 1,00

				DESPESAS EXECUTADAS	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)				119.063.177,75	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)				10.359.172,58	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)				108.704.005,17	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL					
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)				770.352.095.045,15	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV) * 100				0,014111%	
				% DA RCL	VALOR
LIMITE MÁXIMO \1	LRF, art. 20, incisos I, II e III			0,019608%	151.050.638,80
	Res. CNJ 5/2005	Ato decorrente \2:	Ato SEOF. GDGCA.GP Nº 239/2005	0,019602%	151.004.417,67
	Res. CNJ 26/2006	Ato decorrente \2:	Ato Conjunto TST/CSJT N° 1/2007	0,017255%	132.924.254,00
	Res. CNJ 177/2013	Ato decorrente \2:	Ato Conjunto TST/CSJT N° 30/2013	0,017223%	132.677.741,33
	Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT/2015 \3			0,029751%	229.187.451,80

\1 Preencher apenas no caso de os limites do Órgão terem sofrido alteração em virtude das citadas Resoluções do Conselho Nacional de Justiça.
\2 Indicar o Ato/Portaria que alterou os limites individuais do Órgão em decorrência da respectiva do Conselho Nacional de Justiça.
\3 Campo a ser preenchido pelos Tribunais da Justiça do Trabalho

Des. Giorgi Alan Machado Araújo

Presidente do Tribunal

ÁLVARO CELSO BONFIM RESENDE
Diretor Geral de Administração

RODRIGO PIZZATO
Coordenador de Controle Interno

Helvídio Moreira Reis Sobrinho
Coordenador de Orçamento e Finanças

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

RESOLUÇÃO Nº 1.996, DE 24 DE SETEMBRO DE 2018

Altera dispositivos do regramento relativo ao procedimento eleitoral no âmbito do Sistema Cofecon/Corecons, aprovado pela Resolução nº 1.981, de 23 de outubro de 2017.

O CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA, no uso de suas atribuições legais e regulamentares conferidas pela Lei nº 1.411, de 13 de agosto de 1951, pela Lei nº 6.537, de 19 de julho de 1978, Decreto nº 31.794, de 17 de novembro de 1952 e pelo Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Resolução nº 1.832, de 30 de julho de 2010, publicada no D.O.U. nº 149, de 5 de agosto de 2010, Seção 1, Páginas: 85 e 86; CONSIDERANDO a necessidade de ajustes e aperfeiçoamento das regras inerentes ao procedimento eleitoral no âmbito do Sistema Cofecon/Corecon; CONSIDERANDO o que consta no Processo Administrativo nº 18.121/2017; CONSIDERANDO o deliberado na 686ª Sessão Plenária Ordinária Ampliada do Cofecon, realizada no dia 22 de setembro de 2018, em Porto Velho-RO; resolve:

Art. 1º Alterar o caput do artigo 1º, o § 2º do artigo 32, o caput do artigo 33 e seu § 4º, os §§ 1º, 2º e 3º do artigo 36, o caput do artigo 37, os incisos I e III do artigo 39, e o § 5º do artigo 47, todos da Resolução nº 1.981, de 23 de outubro de 2017, publicada no D.O.U. nº 208, de 30 de outubro de 2017, Seção 1, Páginas: 96, 97, 98 e 99, que passam a vigorar com a seguinte redação: "Art. 1º Os membros dos Conselhos Regionais de Economia e os Delegados-Eleitores, bem como seus respectivos suplentes, serão eleitos mediante os votos dos economistas devidamente registrados nos respectivos Corecons e adimplentes com suas anuidades e débitos de qualquer natureza perante o Conselho Regional, até 8 (oito) dias úteis antes do início da eleição. Art. 32 (...) § 2º A apuração do resultado da eleição e sua publicação serão realizadas pelas Comissões Eleitorais dos Corecons, ou pela Comissão Eleitoral do Cofecon quando formalmente autorizada e justificada, ou em caso de omissão por parte das Comissões locais, as quais deverão juntar os respectivos documentos ao Dossiê Eleitoral para os fins previstos no artigo 41 desta Resolução. Art. 33 As eleições serão realizadas pela internet, em sítio eletrônico próprio, mediante senha pessoal e intransferível, a ser previamente fornecida aos eleitores, via SMS ou qualquer outro meio hábil, até 10 (dez) dias antes da data do início da eleição. (...) § 4º Nos casos dos Conselhos Federal ou Regionais que optarem pelo envio de cartas-senhas em seus sistemas de votação eletrônica próprios, as correspondências encaminhadas aos eleitores contendo as senhas individuais para votação e que forem devolvidas, serão recepcionadas em Caixa Postal especialmente reservada para tal fim, na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, cujo acesso somente poderá se dar em data posterior ao dia das eleições. Art. 36 (...) § 1º Para os fins dispostos neste artigo, o Corecon deverá preparar as relações provisórias dos economistas que integram o Colégio Eleitoral em período a ser definido pelo Cofecon, e a relação definitiva até 5 (cinco) dias úteis antes da eleição. § 2º Para fins de envio de SMS ou de qualquer outro meio hábil contendo as senhas individuais para a votação pela Internet será utilizada a relação provisória dos economistas que integram o Colégio Eleitoral, com data de corte estabelecida em período a ser definido pelo Cofecon. § 3º Será garantido, ao profissional que efetuar novo registro ou regularizar seus débitos até 8 (oito) dias úteis antes do início da eleição, mecanismo para que possa participar do processo eleitoral, conforme definido em edital. Art. 37. Imediatamente após a apuração dos votos, as Comissões Eleitorais dos Corecons divulgarão os resultados eleitorais em sítio eletrônico próprio, sem prejuízo da possibilidade de divulgação por parte do Cofecon. Art. 39 (...) I - o armazenamento do sistema eleitoral em data center, certificado ao menos em Tier 3, ISO 27001; (...) III - a disponibilidade de dois servidores em balance line para realização do pleito, intrínseco a data center com certificação Tier 3; Art. 47 (...) § 5º Em não havendo impugnação, mas constatada a irregularidade pelo Cofecon de algum candidato à vaga efetiva por parte da chapa vencedora, este comunicará a aludida chapa, por meio eletrônico, com cópia para a Comissão Eleitoral do Corecon e o Conselho Regional, para que promova a substituição do mesmo dentre os suplentes da chapa, ao passo que se envolver um candidato à vaga de suplência, a chapa perderá a vaga."

Art. 2º Incluir o inciso X e os §§ 1º e 2º ao artigo 9º e o § 3º ao artigo 12, todos da Resolução nº 1.981, de 23 de outubro de 2017, com a seguinte redação: "Art. 9º (...) X - domicílio eleitoral na circunscrição. § 1º Os candidatos das chapas deverão preencher durante todo o procedimento eleitoral os requisitos de elegibilidade, sob pena de terem suas candidaturas automaticamente canceladas. § 2º É condição de manutenção de mandato o preenchimento das condições de elegibilidade, sob pena de suspensão ou perda do mandato, sem prejuízo das demais hipóteses previstas. Art. 12 (...) § 3º A assinatura da declaração dos componentes da chapa é ato personalíssimo e deverá ser de próprio punho, sendo vedada assinatura por instrumento de procuração ou por qualquer meio de inserção digital."

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir das eleições a serem realizadas no exercício de 2019, revogando-se as disposições em contrário.

WELLINGTON LEONARDO DA SILVA
Presidente do Conselho

DELIBERAÇÃO Nº 4.905, DE 24 DE SETEMBRO DE 2018

Homologa os processos administrativos apreciados na 686ª Sessão Plenária Ordinária do Conselho Federal de Economia.

O CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA - COFECON, no uso de suas atribuições legais e disposições regulamentares conferidas pela Lei nº 1.411, de 13 de agosto de 1951, Decreto nº 31.794, de 17 de novembro de 1952, Lei nº 6.021, de 3 de janeiro de 1974, Lei nº 6.537, de 19 de junho de 1978, e o que consta nos processos apreciados na 686ª Sessão Plenária Ordinária do Cofecon, realizada no dia 22 de setembro de 2018, em Porto Velho-RO; resolve: Art. 1º Homologar as decisões exaradas nos processos abaixo relacionados: Comissão de Educação. Defere Auxílio Financeiro nos termos do voto da Relatora. Processo: 18.589/2018 (Corecon-AL), Apoio financeiro ao VI Prêmio de Estímulo do Estudante de Economia 2018, Valor concedido: R$ 3.000,00; Processo: 18.594/2018 (Corecon-MA), Apoio financeiro ao XXX Encontro de Entidades de Economistas do Nordeste - ENE, Valor concedido: R$ 3.000,00; Processo: 18.595/2018 (Corecon-MA), Apoio financeiro ao Prêmio Maranhão de Economia 2018, Valor concedido: R$ 3.000,00.

WELLINGTON LEONARDO DA SILVA
Presidente do Conselho

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM

RESOLUÇÃO Nº 586, DE 25 DE SETEMBRO DE 2018

Estabelece normas para a restituição de receita no Sistema Cofen/Conselhos Regionais de Enfermagem.

O CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei n° 5.905, de 12 de julho de 1973, e pelo Regimento da Autarquia, aprovado pela Resolução Cofen n°421, de 15 de fevereiro de 2012;

CONSIDERANDO o disposto no art. 22, X e XI, do Regimento Interno do Cofen, aprovado pela Resolução Cofen n° 421/2012, que autoriza o Conselho Federal de Enfermagem baixar Resoluções, Decisões e demais instrumentos legais no âmbito da Autarquia;

CONSIDERANDO as disposições do Código Tributário Nacional - Lei n° 5.172, de 25 de outubro de 1966, que confere direito ao sujeito passivo da obrigação tributária à restituição total ou parcial do tributo, nas hipóteses previstas no art. 165 do mesmo código;

CONSIDERANDO o Memorando n°234, de 13 de junho de 2018, da Controladoria Geral do Cofen, bem como o Memorando n° 220, de 18 de junho de 2018, do Departamento Financeiro do Cofen;

CONSIDERANDO tudo o mais que consta nos autos do Processo Administrativo Cofen n° 709/2018, e a deliberação do Plenário em sua 504ª Reunião Ordinária, resolve:

Art. 1º A restituição de receita dos Conselhos Regionais de Enfermagem, recebida em duplicidade ou a maior, será efetivada com a observância das normas estabelecidas nesta Resolução.

Art. 2º O Conselho Regional de Enfermagem-Coren confirmando o recebimento da receita em duplicidade ou a maior procederá, de ofício, a restituição ao contribuinte.

Art. 3º O contribuinte que constatar direito creditório de receita tributária, recolhida a maior ou em duplicidade, poderá requerer a restituição do seu crédito à Presidência do Coren a que esteja vinculado, instruindo com o comprovante original do

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800228

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

recolhimento que originou o pagamento em duplicidade ou a maior e cópia do primeiro pagamento relativo ao mesmo tributo.

Art. 4º Somente poderá ser restituída a receita recebida em duplicidade ou a maior, entendendo-se como tal o registro contabilizado do crédito correspondente.

Parágrafo único. Compete ao órgão incumbido da execução dos serviços de contabilidade no Coren atestar no processo a realização da receita, fazendo constar os seguintes dados:

a) origem e natureza do crédito contabilizado;

b) valor e data do registro contábil; e

c) nome da pessoa, jurídica ou física, com inscrição principal ou secundária no Coren, seguido do número de inscrição/registro.

Art. 5º Atestada a realização da receita e reconhecido o direito creditório, a restituição será feita pelo Coren arrecadador mediante transferência entre contas de mesmo banco, Transferência Eletrônica Disponível - TED, Ordem de Pagamento Bancário ou por Cheque Administrativo, todos em favor do Profissional de Enfermagem favorecido.

Art. 6º O prazo de prescrição do direito à restituição é de cinco (05) cinco anos, contados da data do pagamento a maior ou em duplicidade.

Art. 7º Efetuada a restituição, o débito respectivo será contabilizado na conta da receita própria se ocorrer no próprio exercício em que for arrecadada; se a receita foi arrecadada em exercícios anteriores, o débito será contabilizado na conta de Indenizações e Restituições, da Despesa e Custeio e na proporcionalidade estabelecida na Lei N° 5.905, de 12 de julho de 1973.

Art. 8º Feita a restituição ao credor, o Coren solicitará ao Cofen a restituição da cota parte sobre a receita devolvida, desde que cumpridas todas as formalidades exigidas na legislação tributária especificada na presente Resolução, instruindo o processo com documento contábil do Coren que ateste a realização da receita, com os seguintes dados:

a) comprovante do recolhimento que originou o pagamento em duplicidade ou a maior e cópia do primeiro pagamento relativo ao mesmo tributo;

b) origem e natureza do crédito contabilizado;

c) valor e data do registro contábil;

d) nome da pessoa, jurídica ou física, com inscrição principal ou secundária no Coren, seguido do número de inscrição/registo;

e) quadro demonstrativo detalhado com todas as informações do profissional beneficiário da devolução, demonstrando o valor devolvido e respectivo 1/4 referente à cota parte repassada ao Cofen;

f) parecer da Controladoria do Regional que demonstre e ateste a conformidade da documentação obrigatória ao pedido de restituição.

Art. 9º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Resolução Cofen n° 232, de 29 de janeiro de 2000.

MANOEL CARLOS N. DA SILVA
Presidente do Conselho

LAURO CESAR DE MORAIS
1º Secretário

CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS

RESOLUÇÃO Nº 608, DE 22 DE SETEMBRO DE 2018

A Vice-Presidente do Conselho Federal de Nutricionistas (CFN), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 6.583, de 20 de outubro de 1978 e pelo Decreto nº 84.444, de 30 de janeiro de 1980, e no Regimento Interno aprovado pela Resolução CFN n° 320, de 2 de dezembro de 2003, resolve:

Homologar a 1ª REFORMULAÇÃO ORÇAMENTÁRIA do Conselho Regional de Nutricionistas da 4ª Região (CRN-4) para o exercício de 2018, na forma do resumo abaixo:

CRN-4 - 1ª REFORMULAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 2018

RECEITAS - R$	DESPESAS - R$
Receita Corrente: 5.926.658,00	Despesa Corrente: 5.926.658,00
Receita Capital: 1.300.000,00	Despesa Capital: 1.300.000,00
TOTAL: 7.226.658,00	TOTAL: 7.226.658,00

ALBANEIDE MARIA LIMA PEIXINHO

CONSELHO NACIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA

RESOLUÇÃO Nº 6, DE 20 DE SETEMBRO DE 2.018

Dispõe sobre a prorrogação de intervenção no crtr da 7ª região até a conclusão dos trabalhos eleitorais e posse do novo corpo de conselheiros e dá outras providências.

O CONSELHO NACIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA, por intermédio de sua Diretoria Executiva, Ad-Referendum do Plenário, no uso de suas atribuições legais e regimentais que lhe são conferidas por meio da Lei n.º 7.394, de 29 de outubro de 1985, pelo Decreto n.º 92.790, de 17 de junho de 1986, e pelo Regimento Interno do CONTER; CONSIDERANDO as disposições estabelecidas na Constituição Federal, em especial o caput do art. 37, que retrata os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, como norteadores dos atos da administração pública, dentre outros; CONSIDERANDO o disposto no art. 12 Lei n.º 7.394, de 29 de outubro de 1985, segundo o qual o Conselho Nacional e os Conselhos Regionais de Técnicos em Radiologia funcionarão nos mesmos moldes dos Conselhos Federal e Regionais de Medicina, obedecida igual sistemática para sua estrutura e com as mesmas finalidades de seleção disciplinar e defesa da classe dos Técnicos em Radiologia; CONSIDERANDO o disposto no art. 14 do Decreto nº 92.790, de 17 de junho de 1986, segundo o qual ficam subordinados os Conselhos Regionais ao Conselho Nacional; CONSIDERANDO o disposto no inciso V do artigo 16 do Decreto nº 92.790, de 17 de junho de 1986, que estabelece como uma das atribuições do CONTER a de "promover quaisquer diligências ou verificações, relativas ao funcionamento dos Conselhos Regionais, nos Estados ou Territórios e Distrito Federal, e adotar, quando necessárias, providências convenientes à bem da sua eficiência e regularidade, inclusive a designação de Diretoria Provisória"; CONSIDERANDO que o CONTER, em respeito e observância ao teor do artigo 5º, incisos LIV e LV, da CF/88, que prevê o devido processo legal e seus corolários: a ampla defesa e contraditório, bem como com fins de empreender segurança jurídica para fielmente cumprir a autonomia e a independência administrativa e financeira dos Conselhos Regionais de Técnicos em Radiologia, mas também primar pelo interesse público, tendo como paradigma os postulados da razoabilidade e da proporcionalidade, em face de seu poder/dever de fiscalizar os Regionais emanou, em 1º de setembro de 2016, a Resolução CONTER nº. 14, com fins de "dispor sobre normas gerais de intervenção do CONTER nos CRTRs, nomeação de Diretoria Executiva Provisória e critérios para recomposição do Corpo de Conselheiros e dá outras providências", publicada no D.O.U em 05 de setembro de 2016, Seção 1, nº 171, pág. 107; CONSIDERANDO que é dever do CONTER primar pela boa gestão da coisa pública nos CRTRs, com a supremacia do interesse público sobre o interesse particular, como imperativo que deve ser reconhecido para que se tenha a correta atuação institucional, e, como órgão máximo do Sistema, garantir a regular continuidade do serviço público, bem como promover os atos necessários a sua regularização quando houver, nos Regionais, ilegalidades ou irregularidades que possam gerar à Administração Pública ou aos administrados prejuízos graves irreparáveis ou de difícil reparação; CONSIDERANDO a instauração do Processo Administrativo CONTER nº 23/2018 contra o CRTR da 7ª Região, com jurisdição nos estados de Alagoas e Sergipe, em razão deste ter violado as normas insculpidas no art. 1º inciso XI da Resolução CONTER nº. 14, de 01 de setembro de 2016, publicada no DOU de 05 de setembro de 2016 (Resolução de Intervenção-RI), notadamente em razão de ausência de quórum mínimo para as deliberações do Plenário no CRTR, em razão de renúncia coletiva dos Conselheiros do CRTR da 7ª Região; CONSIDERANDO os riscos da descontinuidade regular da prestação do serviço público, uma vez que em 01/10/2018 expira a prorrogação da intervenção fixada pela Resolução CONTER nº 03, de 03 de maio de 2018 e a próxima Plenária do CONTER ocorrerá em 15 e 16 de outubro de 2018, portanto depois da data de escoamento do prazo; CONSIDERANDO a necessidade de manter a regularidade administrativa no CRTR 7ª Região até que sejam realizadas novas eleições e saneadas as ilegalidades e irregularidades e visando evitar a descontinuidade dos serviços públicos; CONSIDERANDO que a intervenção em sua origem decorre de uma vacância, dada a renúncia do Corpo de Conselheiros, o que necessariamente a conduz para uma intervenção definitiva, até que seja eleito um novo Corpo de Conselheiros; CONSIDERANDO - as previsões contidas no inciso II, do art. 24 e, também, nos incisos I, III e V, do §3º, e dos §6º e §5º, do mesmo art. 24 da Resolução CONTER nº. 14, de 01 de setembro de 2016, nos autos do Processo Administrativo CONTER nº. 23/2018 e em razão da inexistência de qualquer recurso administrativo, podendo se converter em definitiva a intervenção nas hipóteses do Regulamento de Intervenção; CONSIDERANDO - as previsões contidas nos termos do art. 24, inciso II c/c art. 43 ambos da Resolução CONTER nº. 14, de 01 de setembro de 2016 que permitem a prorrogação de intervenção quando detectadas novas ilegalidades e irregularidades, mas também a necessidade lógica de manter regional funcionando até a conclusão das eleições; CONSIDERANDO que o Processo Administrativo CONTER nº 23/2018 que resultou na intervenção no CRTR da 7ª Região ainda não foi concluído em definitivo, estando em fase final para saneamento e voto de relator, mas considerando que renúncia é um ato irrevogável e que o Regional ficaria acéfalo se não continuada a intervenção; CONSIDERANDO a deliberação da Diretoria Executiva do CONTER, que decidiu em 13/08/2018 por acolher o pedido da Diretoria Executiva Provisória do CRTR - 7ª REGIÃO e PRORROGAR o prazo de intervenção até a realização de novas eleições e posse de novos Conselheiros no Regional, ressalvada deliberação ulterior do Plenário do CONTER em sentido diverso; resolve:

Art. 1º - PRORROGAR a intervenção no Conselho Regional de Técnicos em Radiologia da 7ª Região decretada pela Resolução CONTER nº 01, de 30 de janeiro de 2018, publicada no DOU em 1º de fevereiro de 2018, Seção 1, nº 23-179, prorrogada pela Resolução CONTER nº 03, de 03 de maio de 2018, publicada no DOU em 07 de maio de 2018, seção 1, nº 86, pág. 133, À PARTIR DO DIA 01 DE OUTUBRO DE 2018, até a realização de novas eleições e posse de novos Conselheiros no Regional, mantendo-se na gestão interventora a mesma Diretoria Executiva provisória nomeada outrora, ressalvada deliberação ulterior do Plenário do CONTER em sentido diverso.

Art. 2º - A Diretoria Executiva Provisória de Intervenção continuará a possuir os poderes de gestão estabelecidos no art. 23 do Decreto nº 92.790, de 17 de junho de 1986, observada a subordinação ao Conselho Nacional de Técnicos em Radiologia, como estabelece o art.14 do mesmo Decreto, e atuará, nos termos da Resolução CONTER nº. 14, de 01 de setembro de 2016, publicada no DOU, de 05 de setembro de 2016 e promover o processo eleitoral para recomposição do Corpo de Conselheiros do CRTR da 7ª Região assim que devidamente notificada para tanto pelo CONTER.

Art. 3º - A Diretoria Executiva Provisória de Intervenção continuará a assumir todas as competências do Corpo de Conselheiros afastado. Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na da data de sua publicação no Diário Oficial da União, revogando-se as disposições em contrário.

MANOEL BENEDITO VIANA SANTOS
Diretor-Presidente do Conselho

ADRIANO CÉLIO DIAS
Diretor Secretário

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE MINAS GERAIS

RESOLUÇÃO Nº 403, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018

Estabelece condições e critérios para a realização de cursos presenciais e palestras pelo Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais.

O PLENÁRIO DO CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE MINAS GERAIS, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

Considerando o Decreto-Lei n.º 9.295/1946, alterado pela Lei n.º 12.249/2010, que incluiu no escopo de atuação do Sistema CFC/CRCs a Educação Profissional Continuada, como uma política de fiscalização preventiva que possibilita o desenvolvimento profissional dos contadores e técnicos em contabilidade;

Considerando que a Ciência Contábil está em evolução permanente, o que exige dos profissionais uma busca constante por aprimoramento e atualização, sendo de responsabilidade desta entidade fomentar ações de educação profissional continuada;

Considerando a Resolução CFC n.º 1479/2015, que dispõe sobre gestão orçamentária e financeira de investimentos em qualificação profissional do Programa de Educação Continuada do Sistema CFC/CRCs; resolve:

Art. 1° Estabelecer os critérios e condições para o Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais (CRCMG) realizar cursos presenciais e palestras destinados aos profissionais da contabilidade em situação regular no CRCMG e aos estudantes de Ciências Contábeis.

Art. 2º Os cursos presenciais e palestras serão realizados pelo CRCMG, conforme previsto em seu plano de trabalho anual e em consonância com a legislação vigente, da seguinte forma:

I - o instrutor de curso deverá, obrigatoriamente, ser instrutor cadastrado no CRCMG através de Chamamento Público, conselheiro, delegado seccional ou membro de Grupo de Estudos Técnicos e/ou Comissão de Estudo;

II - o palestrante deverá, obrigatoriamente, ser conselheiro, delegado seccional, colaborador, membro de Grupo de Estudos Técnicos e/ou Comissão de Estudo.

Art. 3º As inscrições para os cursos deverão ser realizadas, exclusivamente, mediante acesso ao sistema de cursos disponível no portal do CRCMG, www.crcmg.org.br.

Art. 4º O CRCMG cobrará pelas inscrições nos cursos presenciais, mediante boleto a ser emitido pelo sistema de cursos disponível no portal do CRCMG.

Art. 5º Os cursos presenciais deverão contar com a presença de, no mínimo, quinze profissionais da contabilidade com registro ativo e em situação regular no CRCMG.

Art. 6º As palestras deverão contar com a presença de, no mínimo, trinta participantes, profissionais e/ou estudantes.

Art. 7º Para a realização de cursos presenciais e de palestras, o CRCMG poderá contar com o apoio de entidades representativas da classe contábil, de faculdades e/ou outros órgãos/entidades que possuam termo de cooperação firmado com o Conselho.

Art. 8º A divulgação dos cursos e palestras será de responsabilidade do CRCMG e poderá ser, também, feita pelos apoiadores.

Parágrafo único. Quando o curso ou palestra receber o apoio de alguma entidade, o CRCMG divulgará o evento com a logomarca da entidade apoiadora.

Art. 9º As solicitações de palestras e cursos deverão ser realizadas por meio do portal do CRCMG (www.crcmg.org.br), nos campos específicos, e serão analisadas pela Câmara de Desenvolvimento Profissional, observando-se a relevância do tema proposto, a expectativa de público e a disponibilidade orçamentária e financeira do CRCMG. Em seguida, serão submetidas à deliberação do Plenário do CRCMG.

§ 1º Os cursos poderão ser solicitados pelas entidades representativas da classe contábil, pelas delegacias seccionais do CRCMG e/ou órgãos/entidades que possuam termo de cooperação firmado com o Conselho.

§ 2º As palestras poderão ser solicitadas pelas entidades representativas da classe contábil, pelas delegacias seccionais do CRCMG, pelas instituições de ensino e/ou órgãos/entidades que possuam termo de cooperação firmado com o Conselho.

§ 3º As inscrições para os cursos deverão ser realizadas, exclusivamente, no portal do CRCMG, mediante acesso ao sistema de cursos disponível, sendo vedada a cobrança de valores pela entidade apoiadora.

§ 4º O CRCMG somente realizará cursos ou palestras mediante o número mínimo de inscritos previstos nesta resolução.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800229

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

§ 5º Caso o evento já agendado seja cancelado pelo solicitante, o CRCMG deverá ser comunicado formalmente em até cinco dias úteis anteriores à data de realização do evento, sob a pena de:

I - ressarcimento do Conselho de todas as despesas efetuadas para a realização do evento cancelado;

II - suspensão de outras solicitações, no período de até noventa dias, a ser graduado pela Câmara de Desenvolvimento Profissional, sendo que, se o ressarcimento não ocorrer no período da suspensão, ela ainda perdurará até a regularização dessa pendência.

§ 6º O solicitante deverá enviar a lista de presença ao CRCMG, no prazo de sete dias, contatos da data de realização do evento, e comprovar a presença do número mínimo de participantes. O descumprimento dessa obrigação implica a aplicação de penalidade, com variação de 30 (trinta) a 180 (cento e oitenta) dias sem a realização de um novo evento, cabendo à Câmara de Desenvolvimento Profissional definir a graduação da penalidade.

Art. 10. Esta resolução entra em vigor a partir de sua publicação e revoga as Resoluções CRCMG n.ºs 351/2013, 352/2013, 362/2014 e 388/2017.

Dê-se ciência aos interessados e cumpra-se.

ROSA MARIA ABREU BARROS
Presidente do Conselho

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO MATO GROSSO DO SUL

DECISÃO Nº 30, DE 11 DE ABRIL DE 2018

O Conselho Regional de Enfermagem do Mato Grosso do Sul no uso de suas atribuições legais e regimentais conferidas pela Lei nº. 5.905/73, cumprindo com a deliberação da Reunião Ordinária de Plenário realizada em de março de 2018 e pelo regimento interno da Autarquia. Considerando a Resolução COFEN nº. 0471/2015, que instituiu normas gerais para o pagamento de diárias e a concessão de passagens no âmbito do sistema Cofen/Conselhos Regionais de Enfermagem, e dá outras providências. CONSIDERANDO que, o teor do art. 2º, §3º da Lei 11.000/2004, de 15 de dezembro de 2004, os conselhos de fiscalização de profissões regulamentadas foram autorizados a normatizar a concessão de diárias, jetons e auxílios representação, fixando o valor máximo para todos os Conselhos Regionais. Considerando que a administração pública deve pautar-se nos princípios da razoabilidade, legalidade, proporcionalidade e moralidade, as condições orçamentárias para pagamentos de despesas indenizatórias com diárias de atividades administrativas aos empregados públicos e as recomendações do Tribunal de Contas da União sobre os valores diferenciados para pessoas com vínculo empregatício com a Autarquia e os entendimentos firmados nos acórdãos nº AC - 4743-31/09-2, AC - 3140-21/10-2, AC - 1280-06/12-2 e AC-6215-38/13-2 referentes a sua aplicabilidade. Considerando a necessidade de empregados administrativos, ocupantes de cargos em comissão e fiscais da Autarquia se deslocarem a municípios tanto do Estado do Mato Grosso do Sul quanto para outros estados para o efetivo cumprimento de suas atividades fins, em caráter habitual, e em conformidade ao planejamento prévio de cada setor competente e autorização da Diretoria do Coren/MS. Considerando que a ajuda de custo e as diárias para fins de realizar atividades externas possuem caráter nitidamente indenizatório, gerados a partir de circunstâncias distintas determinantes, e são destinadas ao deslocamento dos empregados lotados na sede e subseções do Coren/MS a outros municípios do estado para realizarem atividades externas e ou suporte, visando, assim, indenizar despesas com hospedagem, alimentação e locomoção urbana e intermunicipal. CONSIDERANDO a Instrução Normativa nº 4 de 11 de julho de 2017 e a resolução nº 540/2017 que altera o anexo I da Resolução Cofen nº 471/2015. decide:

CAPÍTULO I
DAS DIÁRIAS

Art. 1º - Os Conselheiros, assessores, empregados, representantes do COREN/MS e os colaboradores designados ou nomeados, convocados ou convidados para desenvolverem atividades do Regional que, a serviço deslocarem-se de seus domicílios ou da sede do Coren-MS respectiva, em caráter eventual ou transitório, para outro ponto do território nacional ou para o exterior, farão jus a passagens e diárias, na forma prevista nesta Decisão.

Art. 2º - A concessão e o pagamento de diárias pressupõem a observância do interesse público e que o motivo do deslocamento esteja comprovado e justificado, observada a pertinência entre a razão do deslocamento e as atribuições das atividades desempenhadas.

Art. 3º - Farão jus a percepção de diárias as pessoas de que tratam os artigos 1º e 2º desta Decisão, que se desloquem a serviço ou por atribuição de representação do Conselho Regional de Enfermagem do Mato Grosso do Sul, da localidade onde tem seus domicílios ou da sede ou subseção do Coren-MS para outras localidades distintas dentro do território nacional ou no exterior. Parágrafo único - Não serão concedidas diárias quando o deslocamento, para exercer o serviço ou atribuição determinada, ocorrer dentro do município aonde o beneficiário possua domicilio.

Art. 4º - O valor da diária deverá inclui o dia da viagem de ida e de volta e ser suficiente para custear as despesas com alimentação, hospedagem e locomoção urbana. Parágrafo único - As despesas referentes ao deslocamento até o local de embarque, e do desembarque até o local de trabalho ou de hospedagem, e vice-versa, integram a atividade de locomoção.

Art. 5º - As diárias serão concedidas por tempo de afastamento da sede ou subseção do Coren-MS em razão do serviço, na seguinte proporção: I - uma diária, para cada período relativo a cada dia de afastamento do domicilio ou da sede e/ou da subseção do Coren-MS, com pernoite. II - meia diária, para cada período relativo a cada dia de afastamento do domicilio ou da sede Coren-MS, sem necessidade de pernoite. III - meia diária, para cada período relativo ao afastamento do domicilio, quando forem custeadas pela administração, por meio diverso, todas as despesas de pousada, alimentação e transporte, sendo que neste caso, os dias não compreendidos no período do evento, segue a regra dos incisos anteriores. IV - meia diária, para cada dia relativo ao afastamento do domicilio, quando a Administração apenas custear as despesas de pousadas, ressalvando a (s) despesa(s) de alimentação e/ou o transporte, no período do evento. §1º - No caso do deslocamento exige mais de um dia em trânsito, quer na ida ou no retorno, a concessão de diárias deve ser justificada. §2º - O disposto neste artigo não se aplica: Nos casos em que o deslocamento do domicílio ou da sede ou subseção do conselho de enfermagem ocorra dentro da respectiva região estadual num raio de até 100 km (cem quilômetros); Na hipótese anterior, havendo a comprovada necessidade de pernoite, poderá ser aplicado o disposto nos incisos I, II e III.

Art. 6º - As diárias serão pagas antecipadamente, de uma só vez, com antecedência de até 24 (vinte quatro horas) da data reservada para o afastamento, desde que solicitadas antecipadamente, observando-se o seguinte: I - as diárias serão solicitadas á autoridade competente com antecedência suficiente, capaz de poder ser cumprido o prazo estabelecido no caput deste artigo; II - o Conselho Regional de Enfermagem do Mato Grosso do Sul deverá decidir sobre a solicitação de diárias no prazo de 5 (cinco) dias, efetuando o pagamento no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, a contar do deferimento da concessão do pedido. §1º - Quando as solicitações forem de caráter emergencial, as diárias poderão ser processadas durante o decorrer do afastamento, hipótese em que serão pagas no prazo máximo de 24(vinte e quatro) horas depois do deferimento. §2º - Quando o afastamento compreender período superior a quinze dias, as diárias poderão ser pagas parceladamente, mas dentro do período de afastamento. §3º - Aquele que for beneficiado com o recebimento de diárias deverá apresentar Relatório de Viagem, acompanhado de certificado ou outros documentos comprobatórios da atividade, se possível. §4º - A concessão de diárias com afastamento a partir de sexta-feira, bem como as que incluam sábado, domingos e feriados, estará sujeita a justificativa da efetiva necessidade de trabalho nesse dia. §5º - A autorização de pagamento de despesas pela autoridade competente caracterizará a aceitação da justificativa.

Art. 7º - São elementos essenciais do ato de concessão de diárias:I - o nome, o cargo ou função do proponente; II - o nome, o cargo ou função do beneficiário; III - descrição objetiva do serviço a ser executado; IV - indicação dos locais onde o serviço será realizado; V - período provável de afastamento; VI - o valor unitário, a quantidade de diárias e a importância total a ser paga; VII - autorização do pagamento de despesas pelo ordenador. §1º - Nos casos em que o afastamento se estender por tempo superior ao previsto, desde que autorizada a sua prorrogação, as pessoas de que tratam os arts. 1º e 2º desta Resolução farão jus, ainda, as diárias correspondentes ao período prorrogação. §2º - Serão restituídas, pelo beneficiário, em 5 (cinco) dias, contados da data de retorno ao domicilio ou a sede originaria do Conselho de Enfermagem, as diárias recebidas em excesso. §3º - Serão também restituídas em sua totalidade, no prazo estabelecido no parágrafo anterior neste artigo, as diárias recebidas pelo beneficiário quando, por qualquer circunstância, não ocorrer o afastamento. §4º - A restituição de diárias tratada neste artigo ocorrerá exclusivamente mediante depósito bancário na conta-corrente do COREN-MS, devendo tal ato ser comprovado perante a administração.

Art. 8 - Deverão compor os autos de concessão de diárias: I - autorização de diárias; II - relatório de viagem, cópia do cartão de embarque ou cópia do bilhete rodoviário, com o certificado do evento ou outro documento comprobatório dos serviços ou atividades desenvolvidas, se possível; e III - cópia da requisição da passagem, mediante o preenchimento dos anexos desta decisão;

Art. 9 - Nos casos em que o presidente for beneficiário, a concessão dos valores será autorizada por um dos membros da diretoria, na ordem funcional decrescente, ou funcionário do COREN-MS para o qual seja delegada competência em caráter geral, para evitar o auto concessão de diárias, em prejuízo das prerrogativas do presidente de deliberação sobre os demais aspectos da viagem envolvida.

Art. 10º - Os valores das diárias no âmbito do COREN-MS são aqueles da tabela que constitui Anexo I a esta Resolução, ficando o pagamento limitado a, no máximo, 15 (quinze) diárias mensais, respeitando a condição de eventualidade e transitoriedade no afastamento. §1º - Para os Conselhos Regionais de Enfermagem, serão observados os valores das diárias constantes no Anexo I desta Resolução e o limite estabelecido no caput deste artigo. § 2º - O limite estabelecido no caput deste artigo não se aplica aos servidores da autarquia. § 3º - Os condicionantes da eventualidade e transitoriedade no afastamento, com relação aos conselheiros, aplicam-se nos seguintes casos: participação em reuniões da Assembleia de Presidente; participação em reuniões, eventos, congressos e atividades diversas com designação por Portaria; participação em cursos de aperfeiçoamento e capacitação, com autorização por Portaria; realização de atividades inerentes ao cargo de diretor, na conformidade do Regimento Interno do Coren-MS; §5º - Em caráter excepcional, poderá ser pago aos Conselheiros um número maior de diárias, em deslocamentos a serviço no mesmo mês, desde que demonstrada inequívoca e imprescindível a sua permanência em deslocamento a serviço ou representação da autarquia corporativa, e a despesa seja autorizada pela Diretoria do COREN-MS. §6º - Na hipótese de deslocamentos para fora do País, o valor da diária será pago em dólar norte-americano, ou, por solicitação do servidor, por seu valor equivalente em moeda nacional ou em euros.

Art. 11º - Nos casos de afastamento da sede do serviço para acompanhar, na qualidade de assessor, conselheiro federal ou diretor da autarquia, o servidor ou colaborador designado fará jus a diárias no mesmo valor atribuído á autoridade acompanhada, desde que expresso em portaria.

Art. 12º - Os valores fixados nesta resolução deverão ser majorados, por meio de Decisão e homologação pelo Conselho Federal de Enfermagem uma única vez no ano, sempre no mês de fevereiro, devendo ser utilizada como base de cálculo os índices do INPC acumulando no período, ou outro índice que lhe sobrevenha em substituição.

CAPÍTULO II
CONCESSÃO DE PASSAGENS

Art. 13º - Aos Conselheiros, assessores, empregados, representantes do COREN/MS e aos colaboradores designados ou nomeados, convocados ou convidados para desenvolverem atividades do Regional serão concedidas passagens destinada ao deslocamento a serviço, para outro ponto do território nacional ou para o exterior. §1º - As pessoas de que trata o caput deste artigo, que estiverem desenvolvendo atividade duradoura em prol do Regional, será facultado o direito de solicitar retornos intermediários, ficando a sua concessão a cargo da Diretoria do Conselho Regional de Enfermagem do Mato Grosso do Sul. §2º - A emissão dos bilhetes será realizada pela agência de viagens contratada, a partir da reserva solicitada e autorizada pela autoridade competente. §3º - As passagens deverão ser solicitadas com antecedência de, no mínimo, de dez dias, contados da data prevista para viagem, ressalvados os casos extemporâneos cuja necessidade do serviço justifique.

Art. 14º - No âmbito do COREN-MS é vedado o pagamento de auxílio representação e diária ao mesmo tempo, embora tenham razão de fundamentação distinta.

Art. 15º - Esta Decisão entrará em vigor após a homologação do COFEN e, posterior publicação na Impressa Oficial, revogando-se todas as disposições em contrário, e em especial a Decisão COREN-MS nº. 013/2011, sendo que os casos omissos serão decididos pela Plenária do Coren/MS. Valor para Conselheiros do Coren-MS, deslocamento dentro do estado (R$ 380,00) e deslocamento fora do estado (R$ 420,00). Valor para empregados públicos de nível superior, comissionados e colaboradores de nível superior, deslocamento dentro do estado (R$ 300,00) e deslocamento fora do estado (R$ 320,00). Valor para empregados públicos de nível médio, técnico e colaboradores de nível médio, deslocamento dentro do estado (R$ 290,00) e deslocamento fora do estado (R$ 310,00).

SEBASTIÃO JUNIOR HENRIQUE DUARTE
Presidente do Conselho
Coren-MS n. 85775

RODRIGO ALEXANDRE TEIXEIRA
Secretário
Coren-MS n. 123978

CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 11ª REGIÃO

ACÓRDÃOS

PED DPVAT 18/2015
F. L. V.
ADV: Dênis Silva Oliveira OAB/GO 44.542; Daniel de Brito Clemente OAB/GO 40.656
Representante: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT
ADV: Ricardo da Silva Monteiro OAB/DF 40.725-A / OAB/GO 37.546-A
EMENTA
PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR. FALTA ÉTICA. COMPROVAÇÃO.
Quando restar comprovado nos autos que o profissional incorreu em falta ética consubstanciada em assinar trabalho que não executou, verifica-se a prática da infração ética-disciplinar descrita nos artigos 10, VII e 25, VII da Resolução COFFITO nº 424/2013, razão pela qual aplica-se a pena de cassação do exercício profissional, nos termos do artigo 17, IV da Lei 6.316/75.
ACÓRDÃO nº 118
Vistos etc., acordam, os Conselheiros do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 11ª Região, na conformidade da ata dos julgamentos, em aplicar a pena de cassação do exercício profissional. Unânime.

Brasília, 30 de maio de 2018.
LÍZIA FABÍOLA ALMEIDA SILVA
Relator

PED DPVAT 19/2015
F. L. V.
EMENTA
PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR. FALTA ÉTICA. AUSÊNCIA DE PROVAS.
Ausência de demonstração de cometimento de faltas éticas. Absolvição.
ACÓRDÃO nº 218
Vistos etc., acordam, os Conselheiros do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 11ª Região, na conformidade da ata dos julgamentos, pela absolvição. Unânime.

Brasília, 30 de maio de 2018.
LÍZIA FABÍOLA ALMEIDA SILVA
Relator

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800230

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PED 006/2014
R. P. do N.
EMENTA
PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR. FALTA ÉTICA. AUSÊNCIA DE PROVAS.
Ausência de demonstração de cometimento de faltas éticas. Absolvição.
ACÓRDÃO nº 318
Vistos etc., acordam, os Conselheiros do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 11ª Região, na conformidade da ata dos julgamentos, pela absolvição. Unânime.

Brasília, 30 de maio de 2018.
AFONSO JORGE VENUTOLO DUARTE
Relator

PED 005/2014
P. L. B.
EMENTA
PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR. FALTA ÉTICA. AUSÊNCIA DE PROVAS.
Ausência de demonstração de cometimento de faltas éticas. Absolvição.
ACÓRDÃO nº 418
Vistos etc., acordam, os Conselheiros do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 11ª Região, na conformidade da ata dos julgamentos, pela absolvição. Unânime.

Brasília, 17 de julho de 2018.
AFONSO JORGE VENUTOLO DUARTE
Relator

PED DPVAT 005/2014
R. H. A. D.
ADV: Weverson Donizete Nunes da Silva OAB/GO 33.565
Representante: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT
ADV: Ricardo da Silva Monteiro OAB/DF 40.725-A / OAB/GO 37.546-A
EMENTA
PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR. FALTA ÉTICA. AUSÊNCIA DE PROVAS.
Ausência de demonstração de cometimento de faltas éticas. Absolvição.
ACÓRDÃO nº 518
Vistos etc., acordam, os Conselheiros do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 11ª Região, na conformidade da ata dos julgamentos, pela absolvição. Unânime.

Brasília, 17 de julho de 2018.
AFONSO JORGE VENUTOLO DUARTE
Relator

PED DPVAT 10/2013
P. B. F. de O.
ADV: Maria Aparecida Piau Pires OAB/GO 21.265; Wilson Teixeira Pires OAB/GO 7.637; Rodolfo da Silva Maia Neto OAB/GO 36.346 e Marco Antônio Marques OAB/GO 10.890
Representante: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT
ADV: Ricardo da Silva Monteiro OAB/DF 40.725-A / OAB/GO 37.546-A
EMENTA
PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR. FALTA ÉTICA. COMPROVAÇÃO.
Quando restar comprovado nos autos que o profissional incorreu em falta ética consubstanciada em assinar trabalho que não executou, verifica-se a prática da infração ética-disciplinar descrita no artigo 25, VII da Resolução COFFITO nº 424/2013, razão pela qual aplica-se a pena de suspensão pelo período de três meses, nos termos do artigo 17, IV da Lei 6.316/75.
ACÓRDÃO nº 618
Vistos etc., acordam, os Conselheiros do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 11ª Região, na conformidade da ata dos julgamentos, em aplicar a pena de suspensão por 3 (três) meses. Maioria.

Brasília, 17 de julho de 2018.
AFONSO JORGE VENUTOLO DUARTE
Relator

PED DPVAT 18/2013
A. A. de J. B.
Representante: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT
ADV: Ricardo da Silva Monteiro OAB/DF 40.725-A / OAB/GO 37.546-A
EMENTA
PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR. FALTA ÉTICA. AUSÊNCIA DE PROVAS.
Ausência de demonstração de cometimento de faltas éticas. Absolvição.
ACÓRDÃO nº 718
Vistos etc., acordam, os Conselheiros do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 11ª Região, na conformidade da ata dos julgamentos, pela absolvição. Unânime.

Brasília, 17 de julho de 2018.
AFONSO JORGE VENUTOLO DUARTE
Relator

PED DPVAT 22/2013
L. A. D.
ADV: Weverson Donizete Nunes da Silva, OAB/GO 33.565
Representante: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT
ADV: Ricardo da Silva Monteiro OAB/DF 40.725-A / OAB/GO 37.546-A
EMENTA
PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR. FALTA ÉTICA. COMPROVAÇÃO.
Quando restar comprovado nos autos que o profissional incorreu em falta ética consubstanciada em assinar trabalho que não executou, verifica-se a prática da infração ética-disciplinar descrita no artigo 25, VIII da Resolução COFFITO nº 424/2013, razão pela qual aplica-se a pena de suspensão pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, nos termos do artigo 17, IV da Lei 6.316/75.
ACÓRDÃO nº 818
Vistos etc., acordam, os Conselheiros do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 11ª Região, na conformidade da ata dos julgamentos, em aplicar a pena de suspensão de 180 (cento e oitenta) dias. Maioria.

Brasília, 17 de julho de 2018.
AFONSO JORGE VENUTOLO DUARTE
Relator

PED 26/2013
J. A. V.
EMENTA
PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR. FALTA ÉTICA. COMPROVAÇÃO.
Quando restar comprovado nos autos que o profissional incorreu em falta ética decorrente ao não cumprimento das obrigações pecuniárias inerentes ao exercício da Fisioterapia, verifica-se a prática da infração ética-disciplinar descrita no artigo 29 da Resolução COFFITO nº 424/2013, bem como nos artigos 15 e 16, VI, da Lei 6.316/75, razão pela qual aplica-se a pena de suspensão pelo período de 3 (três) anos, nos termos do artigo 17, IV da Lei 6.316/75.
ACÓRDÃO nº 918
Vistos etc., acordam, os Conselheiros do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 11ª Região, na conformidade da ata dos julgamentos, em aplicar a pena de suspensão de 3 (três) anos. Unânime.

Brasília, 17 de julho de 2018.
AFONSO JORGE VENUTOLO DUARTE
Relator

PED DPVAT 27/2013
A. F. da C.
ADV: Weverson Donizete Nunes da Silva OAB/GO 33.565
Representante: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT
ADV: Ricardo da Silva Monteiro OAB/DF 40.725-A / OAB/GO 37.546-A
EMENTA
PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR. FALTA ÉTICA. AUSÊNCIA DE PROVAS.
Ausência de demonstração de cometimento de faltas éticas. Absolvição.
ACÓRDÃO Nº 1018
Vistos etc., acordam, os Conselheiros do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 11ª Região, na conformidade da ata dos julgamentos, pela absolvição. Unânime.

Brasília, 17 de julho de 2018.
AFONSO JORGE VENUTOLO DUARTE
Relator

PED 32/2013
S. F. L.
EMENTA
PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR. FALTA ÉTICA. COMPROVAÇÃO.
Quando restar comprovado nos autos que o profissional incorreu em falta ética decorrente ao não cumprimento das obrigações pecuniárias inerentes ao exercício da Fisioterapia, verifica-se a prática da infração ética-disciplinar descrita no artigo 29 da Resolução COFFITO nº 424/2013, bem como nos artigos 15 e 16, VI, da Lei 6.316/75, razão pela qual aplica-se a pena de suspensão pelo período de 3 (três) anos, nos termos do artigo 17, IV da Lei 6.316/75.
ACÓRDÃO nº 1118
Vistos etc., acordam, os Conselheiros do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 11ª Região, na conformidade da ata dos julgamentos, em aplicar a pena de suspensão de 3 (três) anos. Unânime.

Brasília, 17 de julho de 2018.
AFONSO JORGE VENUTOLO DUARTE
Relator

PED 28/2016
M. S. C.
EMENTA
PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR. FALTA ÉTICA. COMPROVAÇÃO.
Quando restar comprovado nos autos que o profissional incorreu em falta ética decorrente ao não cumprimento das obrigações pecuniárias inerentes ao exercício da Fisioterapia, verifica-se a prática da infração ética-disciplinar descrita no artigo 29 da Resolução COFFITO nº 424/2013, bem como nos artigos 15 e 16, VI, da Lei 6.316/75, razão pela qual aplica-se a pena de suspensão pelo período de 3 (três) anos, nos termos do artigo 17, IV da Lei 6.316/75.
ACÓRDÃO nº 1218
Vistos etc., acordam, os Conselheiros do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 11ª Região, na conformidade da ata dos julgamentos, em aplicar a pena de suspensão de 3 (três) anos. Unânime.

Brasília, 18 de julho de 2018.
AFONSO JORGE VENUTOLO DUARTE
Relator

PED 52/2016
B. C. C. R.
EMENTA
PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR. FALTA ÉTICA. COMPROVAÇÃO.
Quando restar comprovado nos autos que o profissional incorreu em falta ética decorrente ao não cumprimento das obrigações pecuniárias inerentes ao exercício da Fisioterapia, verifica-se a prática da infração ética-disciplinar descrita no artigo 29 da Resolução COFFITO nº 424/2013, bem como nos artigos 15 e 16, VI, da Lei 6.316/75, razão pela qual aplica-se a pena de suspensão pelo período de 3 (três) anos, nos termos do artigo 17, IV da Lei 6.316/75.
ACÓRDÃO nº 1318
Vistos etc., acordam, os Conselheiros do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 11ª Região, na conformidade da ata dos julgamentos, em aplicar a pena de suspensão de 3 (três) anos. Unânime.

Brasília, 18 de julho de 2018.
AFONSO JORGE VENUTOLO DUARTE
Relator

PED 69/2016
F. F. N.
EMENTA
PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR. FALTA ÉTICA. AUSÊNCIA DE PROVAS.
Ausência de demonstração de cometimento de faltas éticas. Perda do objeto. Absolvição. Extinção.
ACÓRDÃO nº 1418
Vistos etc., acordam, os Conselheiros do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 11ª Região, na conformidade da ata dos julgamentos, em absolver a profissional extinguindo o processo ético-disciplinar por perda do objeto.

Brasília, 18 de julho de 2018.
AFONSO JORGE VENUTOLO DUARTE
Relator

PED 71/2016
F. C. N. de A. D.
EMENTA
PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR. FALTA ÉTICA. AUSÊNCIA DE PROVAS.
Ausência de demonstração de cometimento de faltas éticas. Absolvição.
ACÓRDÃO nº 1518
Vistos etc., acordam, os Conselheiros do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 11ª Região, na conformidade da ata dos julgamentos, pela absolvição. Unânime.

Brasília, 18 de julho de 2018.
AFONSO JORGE VENUTOLO DUARTE
Relator

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800231

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PED 76/2016
G. A. G. da S.
EMENTA
PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR. FALTA ÉTICA. COMPROVAÇÃO.
Quando restar comprovado nos autos que o profissional incorreu em falta ética decorrente ao não cumprimento das obrigações pecuniárias inerentes ao exercício da Fisioterapia, verifica-se a prática da infração ética-disciplinar descrita no artigo 29 da Resolução COFFITO nº 424/2013, bem como nos artigos 15 e 16, VI, da Lei 6.316/75, razão pela qual aplica-se a pena de suspensão pelo período de 3 (três) anos, nos termos do artigo 17, IV da Lei 6.316/75.
ACÓRDÃO nº 1618
Vistos etc., acordam, os Conselheiros do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 11ª Região, na conformidade da ata dos julgamentos, em aplicar a pena de suspensão de 3 (três) anos. Unânime.

Brasília, 18 de julho de 2018.
AFONSO JORGE VENUTOLO DUARTE
Relator

PED 82/2016
J. B. F.
EMENTA
PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR. FALTA ÉTICA. COMPROVAÇÃO.
Quando restar comprovado nos autos que o profissional incorreu em falta ética decorrente ao não cumprimento das obrigações pecuniárias inerentes ao exercício da Fisioterapia, verifica-se a prática da infração ética-disciplinar descrita no artigo 29 da Resolução COFFITO nº 424/2013, bem como nos artigos 15 e 16, VI, da Lei 6.316/75, razão pela qual aplica-se a pena de suspensão pelo período de 3 (três) anos, nos termos do artigo 17, IV da Lei 6.316/75.
ACÓRDÃO nº 1718
Vistos etc., acordam, os Conselheiros do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 11ª Região, na conformidade da ata dos julgamentos, em aplicar a pena de suspensão de 3 (três) anos. Unânime.

Brasília, 18 de julho de 2018.
AFONSO JORGE VENUTOLO DUARTE
Relator

PED 106/2016
M. P. Z. F.
EMENTA
PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR. FALTA ÉTICA. COMPROVAÇÃO.
Quando restar comprovado nos autos que o profissional incorreu em falta ética decorrente ao não cumprimento das obrigações pecuniárias inerentes ao exercício da Fisioterapia, acrescido da ausência de troca de cédula para esta circunscrição, verifica-se a prática das infrações éticas-disciplinares descritas nos artigos 29 da Resolução COFFITO nº 424/2013, bem como nos artigos 12, 13, 15 e 16, VI, da Lei 6.316/75, razão pela qual aplica-se a pena de suspensão pelo período de 3 (três) anos, nos termos do artigo 17, IV da Lei 6.316/75.
ACÓRDÃO nº 1818
Vistos etc., acordam, os Conselheiros do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 11ª Região, na conformidade da ata dos julgamentos, em aplicar a pena de suspensão de 3 (três) anos. Unânime.

Brasília, 18 de julho de 2018.
AFONSO JORGE VENUTOLO DUARTE
Relator

PED 140/2016
V. de F. M.
EMENTA
PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR. FALTA ÉTICA. COMPROVAÇÃO.
Quando restar comprovado nos autos que o profissional incorreu em falta ética decorrente ao não cumprimento das obrigações pecuniárias inerentes ao exercício da Fisioterapia, verifica-se a prática da infração ética-disciplinar descrita no artigo 29 da Resolução COFFITO nº 424/2013, bem como nos artigos 15 e 16, VI, da Lei 6.316/75, razão pela qual aplica-se a pena de suspensão pelo período de 3 (três) anos, nos termos do artigo 17, IV da Lei 6.316/75.
ACÓRDÃO nº 1918
Vistos etc., acordam, os Conselheiros do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 11ª Região, na conformidade da ata dos julgamentos, em aplicar a pena de suspensão de 3 (três) anos. Unânime.

Brasília, 18 de julho de 2018.
AFONSO JORGE VENUTOLO DUARTE
Relator

PED 143/2016
Y. C. L. M.
EMENTA
PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR. FALTA ÉTICA. COMPROVAÇÃO.
Quando restar comprovado nos autos que o profissional incorreu em falta ética decorrente ao não cumprimento das obrigações pecuniárias inerentes ao exercício da Fisioterapia, verifica-se a prática da infração ética-disciplinar descrita no artigo 29 da Resolução COFFITO nº 424/2013, bem como nos artigos 15 e 16, VI, da Lei 6.316/75, razão pela qual aplica-se a pena de suspensão pelo período de 3 (três) anos, nos termos do artigo 17, IV da Lei 6.316/75.
ACÓRDÃO nº 2018
Vistos etc., acordam, os Conselheiros do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 11ª Região, na conformidade da ata dos julgamentos, em aplicar a pena de suspensão de 3 (três) anos. Unânime.

Brasília, 18 de julho de 2018.
AFONSO JORGE VENUTOLO DUARTE
Relator

PED 34/2016
A. L. de O. J.
EMENTA
PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR. FALTA ÉTICA. COMPROVAÇÃO.
Quando restar comprovado nos autos que o profissional incorreu em falta ética relacionada ao exercício da Fisioterapia decorrente da falta do registro de consultório, verifica-se a prática da infração ética-disciplinar descrita no artigo 105 da Resolução COFFITO nº 8/78, razão pela qual aplica-se a pena de multa no valor de 3 (três) anuidades, nos termos do artigo 17, III da Lei 6.316/75.
ACÓRDÃO nº 2118
Vistos etc., acordam, os Conselheiros do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 11ª Região, na conformidade da ata dos julgamentos, em aplicar a pena de multa no valor de 3 (três) anuidades. Unânimes.

Brasília, 23 de agosto de 2018.
AFONSO JORGE VENUTOLO DUARTE
Relator

PED 42/2016
A. M. de S. B.
EMENTA
PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR. FALTA ÉTICA. COMPROVAÇÃO.
Quando restar comprovado nos autos que o profissional incorreu em falta ética relacionada ao exercício da Fisioterapia decorrente da falta do registro de pessoa jurídica, além da falta do registro de evolução de pacientes, bem como o não cumprimento das obrigações pecuniárias, verifica-se a prática das infrações éticas-disciplinares descritas nos artigos 12, 15 e 16 da Lei 6.316/75 e art. 1º da Resolução COFFITO nº 414/2012, razão pela qual aplica-se a pena de multa no valor de 3 (três) anuidades, nos termos do artigo 17, III da Lei 6.316/75.
ACÓRDÃO nº 2218
Vistos etc., acordam, os Conselheiros do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 11ª Região, na conformidade da ata dos julgamentos, em aplicar a pena de multa no valor de 3 (três) anuidades. Unânimes.

Brasília, 23 de agosto de 2018.
AFONSO JORGE VENUTOLO DUARTE
Relator

PED 146/2016
J. L. N.
EMENTA
PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR. FALTA ÉTICA. COMPROVAÇÃO.
Quando restar comprovado nos autos que o profissional incorreu em falta ética relacionada ao exercício da Fisioterapia decorrente do não cumprimento de obrigações pecuniárias, além dos dados cadastrais e DRF desatualizados, bem como não possuir plano de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos, verifica-se a prática das infrações éticas-disciplinares descritas nos artigos 15 e 16 da Lei 6.316/75, artigo 3º da Resolução COFFITO nº 424, artigo 5º da Resolução COFFITO nº 37 e artigo 23 da Resolução ANVISA nº 63, razão pela qual aplica-se a pena de suspensão do registro profissional por 3 (anos) ou até a quitação total dos débitos, nos termos do artigo 17, IV da Lei 6.316/75.
ACÓRDÃO nº 2318
Vistos etc., acordam, os Conselheiros do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 11ª Região, na conformidade da ata dos julgamentos, em aplicar a pena de suspensão do registro profissional por 3 (três) anos ou até a quitação total dos débitos. Unânimes.

Brasília, 23 de agosto de 2018.
AFONSO JORGE VENUTOLO DUARTE
Relator

PED 17/2016
F. L. V.
EMENTA
PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR. FALTA ÉTICA. COMPROVAÇÃO.
Quando restar comprovado nos autos que o profissional incorreu em falta ética relacionada ao exercício da Fisioterapia ocorrida em meios de comunicação, verifica-se a prática da infração ética-disciplinar descrita no artigo 35 da Resolução COFFITO nº 424/2013, razão pela qual aplica-se a pena de multa no valor de 5 (cinco) anuidades, nos termos do artigo 17, III da Lei 6.316/75.
ACÓRDÃO nº 2418
Vistos etc., acordam, os Conselheiros do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 11ª Região, na conformidade da ata dos julgamentos, em aplicar a pena de multa no valor de 5 (cinco) anuidades. Maioria.

Brasília, 23 de agosto de 2018.
AFONSO JORGE VENUTOLO DUARTE
Relator

PED 147/2016
K. M. T.
EMENTA
PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR. FALTA ÉTICA. COMPROVAÇÃO.
Quando restar comprovado nos autos que o profissional incorreu em falta ética relacionada ao exercício da Fisioterapia decorrente da falta do registro de consultório, além da falta de plano de manutenção de equipamentos, verifica-se a prática das infrações éticas-disciplinares descritas nos artigos 23 da Resolução 63 da ANVISA e 105 da Resolução COFFITO nº 8/78, razão pela qual aplica-se a pena de multa no valor de 3 (três) anuidades, nos termos do artigo 17, III da Lei 6.316/75.
ACÓRDÃO nº 2518
Vistos etc., acordam, os Conselheiros do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 11ª Região, na conformidade da ata dos julgamentos, em aplicar a pena de multa no valor de 3 (três) anuidades. Unânimes.

Brasília, 23 de agosto de 2018.
AFONSO JORGE VENUTOLO DUARTE
Relator

PORTARIA Nº 240, DE 27 DE SETEMBRO DE 2018

O PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 11ª REGIÃO DF/GO - CREFITO 11, Dr. Bruno Metre Fernandes, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Federal 6.316/75, de 17 de dezembro de 1975;

CONSIDERANDO o teor do caput do artigo 37 inserto na Carta Magna, no tocante aos princípios que devem nortear os atos da Administração Pública, notadamente o da Legalidade, Impessoalidade e Eficiência administrativa; CONSIDERANDO as competências legais deste Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 11ª Região - CREFITO 11 DF/GO consubstanciadas no artigo 7º, da Lei n.º 6.316/75;

CONSIDERANDO o assentado e informado na sessão Plenária desta Autarquia em 22 de setembro de 2018, resolve:

Artigo 1º - Afastar-se da presidência deste Conselho de 1º de outubro a 7 de outubro de 2018, reassumindo-a em 8 de outubro 2018, independente de publicação de qualquer outro ato.

Artigo 2º - Conforme legislação e regimento, o exercício da presidência caberá a Sra. Vice-Presidente, devidamente assistida pelo Sr. Diretor-Secretário.

Artigo 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura

BRUNO METRE FERNANDES

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800232

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE EM PERNAMBUCO

BALANÇO PATRIMONIAL

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Rua do Sossego 693 Santo Amaro-Recife/PE - CNPJ: 10.979.565/0001-16

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 - (Valores Expressos em Reais)

Ativo	31/12/2017	31/12/2016	Passivo	31/12/2017	31/12/2016
Ativo Circulante	**9.896.212,08**	**9.706.941,13**	**Passivo Circulante**	**1.110.258,73**	**1.579.248,46**
Caixa e Equivalente de Caixa	7.548.223,76	6.680.070,91	Obrig. Trab. e Previdenciárias	37.205,17	49.869,27
Créditos de Curto Prazo	2.265.427,96	2.913.744,63	Obrigações de Curto Prazo	129.702,44	525.723,88
Demais Créd e Val. de Curto Prazo	25.114,46	64.723,04	Demais Obrig. de Curto Prazo	63.993,24	16.489,64
Estoques	53.770,15	45.862,37	Provisões de Curto Prazo	879.357,88	987.165,67
Variações Diminutivas pagas antecipadamente	3.675,75	2.540,18	**Patrimônio Líquido**	**13.921.030,58**	**13.346.152,08**
Ativo Não Circulante	**5.135.077,23**	**5.218.459,41**	Ajustes de Exercícios Anteriores	7.641,44	-21.012,98
Ativo Realizável a Longo Prazo	67.407,51	57.314,83	Resultado do Exercício	567.237,06	1.295.052,74
Invest. Imobilizado e Intangível	5.067.669,72	5.161.144,58	Resultados de Exerc. Anteriores	13.346.152,08	12.072.112,32
Total do Ativo	**15.031.289,31**	**14.925.400,54**	**Total do Passivo e Patrim. Líquido**	**15.031.289,31**	**14.925.400,54**

RESUMO DO BALANÇO PATRIMONIAL - 2017

Total do Ativo	15.031.289,31	Total do Passivo	1.110.258,73
Ativo Financeiro	7.577.013,97	Total do P.L.	13.921.030,58
Ativo Permanente	7.454.275,34	Total do Passivo+PL	15.031.289,31
Superávit Financeiro	7.076.754,32	Passivo Financeiro	500.259,65
Saldo Patrimonial	13.921.030,58	Passivo Permanente	609.999,08

ATOS POTENCIAIS PASSIVOS A EXECUTAR

	2017	2016
Obrigações Contratuais a Executar	266.883,78	430.745,39

BALANÇO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 (valores expressos em Reais)

Ingressos	31/12/2017	31/12/2016	Dispêndios	31/12/2017	31/12/2016
Receita Orçamentária	**8.324.166,77**	**7.364.617,70**	**Despesa Orçamentária**	**7.085.111,24**	**6.911.863,05**
Receitas correntes	8.302.729,79	7.342.388,60	Despesas correntes	7.036.498,24	6.301.624,84
Receitas de capital	21.436,98	22.229,10	Despesas de capital	48.613,00	610.238,21
Recebimentos Extras - Orçamentários	**9.009.121,07**	**8.694.355,87**	**Pagamentos Extras - Orçamentários**	**9.380.023,75**	**8.569.142,87**
Saldos do Exercício Anterior	**6.680.070,91**	**6.102.103,26**	**Saldos para o Exercício Seguinte**	**7.548.223,76**	**6.680.070,91**
Caixa e Equivalente de Caixa	6.680.070,91	6.102.103,26	Caixa e Equivalente de Caixa	7.548.223,76	6.680.070,91
Total	**24.013.358,75**	**22.161.076,83**	**Total**	**24.013.358,75**	**22.161.076,83**

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 (valores expressos em Reais)

Receitas Orçamentárias	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas realizadas	Saldo
Receitas Correntes	**7.825.785,00**	**7.825.785,00**	**8.302.729,79**	**-476.944,79**
Contribuições	5.776.192,91	5.776.192,91	6.305.031,10	-528.838,19
Exploração de Bens/Serviço	516.045,46	516.045,46	492.975,51	23.069,95
Financeiras	1.238.970,18	1.238.970,18	1.232.556,50	6.413,68
Transferências	83.966,40	83.966,40	98.293,95	-14.327,55
Outras Receitas Correntes	210.610,05	210.610,05	173.872,73	36.737,32
Receitas de Capital	**-**	**-**	**21.436,98**	**-21.436,98**
Transferência de Capital	-	-	21.436,98	-21.436,98
DÉFICIT			**-**	
Total da Receita	**7.825.785,00**	**7.825.785,00**	**8.324.166,77**	**-498.381,77**
Saldo de Exercícios anteriores - Superávit Financeiro		**1.500.000,00**		

Despesas Orçamentárias	Dotação Inicial	Créditos Adicionais	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Saldo da Dotação
Despesas Correntes	**7.545.785,00**	**326.500,00**	**7.872.285,00**	**7.036.498,24**	**7.036.498,24**	**835.786,76**
Pessoal e Encargos	3.095.309,01	-	3.095.309,01	2.956.602,06	2.956.602,06	138.706,95
Uso de Bens e Serviços	2.813.948,10	202.100,00	3.016.048,10	2.436.391,96	2.436.391,96	579.656,14
Financeiras	126.750,00	-	126.750,00	88.505,16	88.505,16	38.244,84
Transferências Correntes	20.000,00	-19.100,00	900,00	-	-	900,00
Tributárias e Contributivas	1.355.577,89	178.000,00	1.533.577,89	1.493.745,69	1.493.745,69	39.832,20
Outras Despesas Correntes	134.200,00	-34.500,00	99.700,00	61.253,37	61.253,37	38.446,63
Despesa de Capital	**280.000,00**	**1.173.500,00**	**1.453.500,00**	**48.613,00**	**48.613,00**	**1.404.887,00**
Investimentos	280.000,00	1.173.500,00	1453.500,00	48.613,00	48.613,00	1.404.887,00
SUPERÁVIT				**1.239.055,53**		
Total da Despesa	**7.825.785,00**	**1.500.000,00**	**9.325.785,00**	**7.085.111,24**	**7.085.111,24**	**2.240.673,76**

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 (valores expressos em Reais)

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

Variações Patrimoniais Aumentativas	2017	2016	Variações Patrimoniais Diminutivas	2017	2016
Contribuições	8.116.182,05	7.320.698,40	Pessoal e Encargos	2.987.515,66	2.709.967,53
Exploração de Bens e Serviços	623.747,09	511.544,63	Uso de Bens e Serviços	2.576.396,87	2.278.195,86
Financeiras	2.841.341,17	3.432.277,10	Financeiras	191.852,78	207.628,95
Transferências	99.493,95	113.503,46	Tributárias e Contributivas	1.486.366,26	1.415.235,90
Valorização e Ganhos com Ativo	-	-	Desvalorização e Perda de Ativos	11.922.698,14	5.719.091,10
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	8.396.465,68	2.582.064,14	Outras Variações Patrimoniais	345.163,17	334.915,65
Total de Variações Aumentativas	**20.077.229,94**	**13.960.087,73**	**Total de Variações Diminutivas**	**19.509.992,88**	**12.665.034,99**

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS

Incorporação de Ativos	2017	2016			
Investimentos	48.613,00	610.238,21	**Resultado Patrimonial do Exercício**	**2017**	**2016**
Total de Incorporação de Ativos	**48.613,00**	**610.238,21**	**Superávit**	**567.237,06**	**1.295.052,74**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

1. CONTEXTO OPERACIONAL - O Conselho Regional de Contabilidade em Pernambuco é uma Autarquia Federal Especial, criada através do Decreto lei 9.295/46. É uma entidade dotada de personalidade jurídica e forma federativa, que presta serviços públicos e tem sua estrutura, organização e funcionamento estabelecidos pela Resolução CFC nº 960/2003, que trata do Regulamento Geral dos Conselhos. Possui como finalidade o registro dos profissionais e das organizações contábeis, além de orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão contábil, como também oferecer educação continuada aos profissionais da contabilidade. Os recursos são provenientes da arrecadação das anuidades pagas pelos profissionais de contabilidade e pelas organizações contábeis. Do montante arrecadado, 20% é repassado para o Conselho Federal de Contabilidade, correspondente à Cota Parte CFC. O Conselho Regional de Contabilidade do Estado de Pernambuco tem sua constituição, sede e foro regulamentados no seu Regimento Interno aprovado pela Resolução CRCPE nº 251/2003, e posteriores alterações.

2.APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - As Demonstrações Contábeis do exercício de 2017 foram organizadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, elaboradas em conformidade com a Lei nº 4.320/64 que institui Normas Gerais de Direito Financeiro para Elaboração e Controle dos Orçamentos e Balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, em observância às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) e sua nova harmonização internacional e em consonância com o Manual de Contabilidade do Sistema CFC/CRCs, aprovado pela Resolução CFC nº 1161/09, além das Instruções de Trabalho da Câmara de Controle Interno do CFC.

3.PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS - Desde o exercício de 2011, a contabilidade do CRCPE passou a ser elaborada com base no Manual de Contabilidade do Sistema CFC/CRCs aprovado por meio da Resolução CFC n.º 1161/09, alinhado as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. As demonstrações contábeis são ainda elaboradas em conformidade ao que regulamenta a Parte V - Demonstrações Contábeis do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

3.1.Principais Práticas Contábeis - As principais práticas contábeis utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis são evidenciadas nos Balancetes Contábeis mensais e estão definidas a seguir:

a) Caixa e Equivalente de Caixa - É o somatório dos valores em conta corrente e aplicações financeiras, e estão demonstrados pelo critério de grau de liquidez de realização:

Descrição	2017	2016
Caixa e Equivalentes de Caixa		
Banco conta Arrecadação	17.768,18	5.456,36
Banco Aplicações Financeiras	7.525.913,56	6.669.586,98
Adiantamentos de Suprimentos	-	-
Disponível para Aplicação Vinculada	4.542,02	5.027,57
Total	**7.548.223,76**	**6.680.070,91**

b) Créditos - São créditos provenientes das Anuidades, Multas de Infração, Multas de Eleição, Atualizações Monetárias, Juros, Multas e Encargos. Créditos de Curto Prazo, são os de provável realização até o término do exercício seguinte. Os Créditos de Longo Prazo, são aqueles cuja realização ocorrerá após o termino do exercício seguinte.

Curto Prazo	2017	2016
Créditos do Exercício	2.161.028,76	1.886.622,56
Créditos de Exercícios Anteriores	3.891.612,09	6.246.951,55
Parcelamentos de Débitos	2.660.543,61	2.658.072,66
Subtotal de Créditos de Curto Prazo	8.713.184,46	10.791.646,77
(-) Ajustes p/Perdas de Créditos	-6.447.756,50	-7.877.902,14
(=) Créditos Líquidos a Receber CP	**2.265.427,96**	**2.913.744,63**

Longo Prazo	2017	2016
Parcelamentos de Débitos	1.590.049,89	937.611,28
Créditos de Exerc Anterior não Executados	368.380,83	
Dívida Ativa Executada	4.782.320,09	4.793.871,82
Subtotal de Créd. de Longo Prazo	6.740.750,81	5.731.483,10
(-) Ajustes p/Perdas de Créditos	-6.673.343,30	-5.674.168,27
(=) Créditos Líq. a Receber LP	**67.407,51**	**57.314,83**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 0 1 20180 2800233

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Para estimativa de perdas com créditos de liquidação duvidosa, aplicou-se os percentuais de **74%** e **99%** para curto e longo prazo respectivamente. O critério adotado para cálculo desses percentuais foi a utilização da média de inadimplência dos últimos três anos (2015, 2016 e 2017), conforme orientação do CFC através do Pronunciamento VPCI nº 85/2012, e planilha a seguir:

		A Saldo Inicial	B Inclusões	C Recebimentos	D Percentual de Recebimentos D = (C/(B+A))	E Percentual de Inadimplência E = 1 -D
2015	Total de Créditos a Receber - CP	6.515.898,51	12.160.742,90	5.128.084,19	0,27	0,73
	Total de Créditos a Receber - LP	6.222.758,83	877.885,80	61.916,20	0,01	0,99
2016	Total de Créditos a Receber - CP	9.008.446,56	14.214.123,93	5.671.939,94	0,24	0,76
	Total de Créditos a Receber - LP	5.256.240,28	720.116,18	63.559,34	0,01	0,99
2017	Total de Créditos a Receber - CP	10.791.646,77	15.134.904,67	6.457.776,33	0,25	0,75
	Total de Créditos a Receber - LP	5.731.483,10	7.207.039,72	320.903,02	0,02	0,98
Média % de inadimplência C.P. = (% inadimplência 2015 + % inadimplência 2016 + % inadimplência 2017) /3						**0,74**
Média % de inadimplência L.P. = (% inadimplência 2015 + % inadimplência 2016 + % inadimplência 2017) /3						**0,99**

c) Demais Créditos e Valores de Curto Prazo - Correspondem a: adiantamentos de férias, vale transporte, salário família, tributos a recuperar, depósitos restituíveis e créditos diversos referentes à reembolso de despesa pelo CFC, totalizando o grupo em **R$ 25.114,46.**

d) Estoque - Compreende o somatório dos bens adquiridos pelo CRC-PE, com o objetivo de utilização na sede e nas delegacias do interior do estado, para desempenho de suas atividades operacionais e administrativas, composto dos seguintes itens:

	2017	2016
Material de Expediente	13.899,69	15.603,93
Impressos, Formulários e Papéis	2.404,50	2.754,90
Material de Informática	31.491,29	23.319,02
Material de Higiene e Limpeza	5.517,87	3.841,52
Bens Móveis não Ativáveis	358,80	-
Outros Materiais de Consumo	98,00	343,00
Total	**53.770,15**	**45.862,37**

e) Variações Diminutivas pagas Antecipadamente - Correspondem aos pagamentos de despesas, cujos benefícios ou prestações de serviços ocorrerão até o término do exercício seguinte, são as assinaturas de jornais e seguro dos veículos e do imóvel (sede) que totalizaram **R$ 3.675,75.**

f) Bens Patrimoniais - Os Bens Patrimoniais são conciliados anualmente com o Inventário Físico, que faz o levantamento dos bens, e registra informações atualizadas sobre localização e estado físico dos mesmos. Em 2017, foi baixado o valor de **R$ 9.244,00** referente à bens móveis inservíveis para uso, conforme relatório elaborado pela comissão do inventário. As informações do Inventário são conferidas e confrontadas com as informações do sistema de "contabilidade" e do sistema de "bens patrimoniais". A movimentação do imobilizado está relacionada com as aquisições e baixas, conforme demonstrado a seguir:

		Aquisições/2017		Baixas/2017			
Descrição	**Saldo em 31/12/16**	**Compras**	**Incorporação**	**Alienação**	**Desincorporação**	**Saldo em 31/12/2017**	**Depreciação Acumulada**
Móveis e Utensílios	268.229,92	-	-	-	2.734,00	265.495,92	-90.171,11
Máquinas e Equipamentos	99.479,00	7.186,00	-	-	5.209,00	101.456,00	-42.454,33
Instalações	4.635,00	-	-	-	-	4.635,00	-1.823,12
Utensílios de Copa e Cozinha	3.014,00	-	-	-	-	3.014,00	-1.385,58
Veículos	201.123,00	-	-	-	-	201.123,00	-62.877,12
Equipamentos de processamento de Dados	382.186,67	4.421,00	-	-	1.301,00	385.306,67	-194.169,74
Sistema de Processamento de Dados	42.551,50	-	-	-	-	42.551,50	-20.471,89
Museu e Obras de Arte	2.036,00	-	10.960,00	-	-	12.996,00	-
Sede	733.000,00	-	-	-	-	733.000,00	-67.296,64
Subsedes/Salas/Garagens	564.667,75	-	-	-	-	564.667,75	-106.445,56
Terrenos	2.753.592,73	-	-	-	-	2.753.592,73	-
Obras em Andamento	549.920,24	24.800,00	-	-	-	574.720,24	-
Softwares	-	12.206,00	-	-	-	12.206,00	-
Total	**5.604.435,81**	**48.613,00**	**10.960,00**	**-**	**9.244,00**	**5.654.764,81**	**-587.095,09**

g) Depreciação - A depreciação e Reavaliação dos bens patrimoniais passaram a ser reconhecidas a partir do Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2012, conforme critérios definidos na Instrução de Trabalho do CFC INT/VPCI nº 004/2012 e NBCTSP nº 16.09 e 16.10. Os bens patrimoniais do CRCPE estão demonstrados pelo valor reavaliado conforme laudo de avaliação nº 2961/2012 da empresa UNISIS e depreciados com base na Instrução de Trabalho do CFC nº 004/2012. O tempo de vida útil para móveis e utensílios, máquinas e equipamentos, instalações, utensílios de copa e cozinha e veículos (de uso administrativo) ficou definido em 10 anos, e para equipamentos de processamento de dados e veículos da fiscalização, 5 anos. Para todos os bens patrimoniais o valor residual ficou definido em 10%. A depreciação é lançada mensalmente e os valores acumulados em 31/12/2017 totalizaram **R$ 587.095,09,** conforme demonstrados no quadro anterior, no item **"f".**

h) Passivo Circulante - Representado por valores a pagar, decorrentes de obrigações trabalhistas; de contração junto a fornecedores pela aquisição de bens e/ou serviços, oriundos de empenhos liquidados e não pagos até 31/12/2017; de obrigações fiscais de curto prazo; de impostos e contribuições retidos de colaboradores e de terceiros; e das provisões de curto prazo. O Passivo Circulante totalizou **R$ 1.110.258,73.**

i) Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias - Representam o somatório dos encargos sociais a pagar sobre a folha do mês de dez/17, conforme demonstrado:

Descrição	**2017**	**2016**
Encargos Sociais a Pagar		
INSS	34.459,01	32.654,84
FGTS	-	14.786,24
PIS a recolher	2.746,16	2.428,19
Total	**37.205,17**	**49.869,27**

j) Obrigações de Curto Prazo - Correspondem às retenções sobre as notas fiscais dos pagamentos efetuados em dezembro de 2017 referente a aquisição de bens e/ou serviços. Inclui também as retenções e os descontos em folha de pagamento e as obrigações com fornecedores, cujos vencimentos só ocorrerão no exercício seguinte.

k) Demais Obrigações de Curto Prazo - Referem-se às outras obrigações que não foram pagas dentro do exercício.

l) Transferências Legais - Corresponde à diferença de Cota Parte sobre a cobrança não compartilhada. O saldo acumulado no exercício totalizou **R$ 1.020,22** e será repassado ao CFC no exercício seguinte.

m) Outras Obrigações - Representa o montante acumulado da conta de **"Créditos não Identificados"** que se refere aos depósitos recebidos na conta da CEF da Justiça Federal, e que ainda não foram identificados, e às guias pagas com diferença de valor e que não foram atualizadas, totalizando **R$ 61.773,02.**

n) Provisões Trabalhistas - As provisões de férias e encargos patronais, são contabilizadas mensalmente, conforme relatório emitido pelo Departamento de Pessoal, onde são considerados os avos dos meses a vencer, com base no período aquisitivo de cada funcionário. Em 31/12/17, o saldo apresentado é de **R$ 269.358,80.** A provisão para 13º salário é lançada mensalmente e zerada no final do exercício, no pagamento da 2ª parcela.

o) Passivos Contingentes - As Ações Trabalhistas e Cíveis movidas contra o CRC-PE, são classificadas pelo Departamento Jurídico quanto ao seu prognóstico de perda. As ações classificadas com prognóstico de perda **"Provável"** ou **"Praticamente Certo",** estão reconhecidas no Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2017 no valor total de **R$ 143.431,99.** Não houve nenhuma ação com prognóstico de perda **"Possível"** ou **"Remoto".**

p) Provisão de Cota Parte - Apresentou o saldo de **R$ 466.567,09** em 31/12/2017 e representa **20%** sobre o total de créditos líquidos a receber a curto e longo prazo, conforme critérios estabelecidos no Pronunciamento CFC nº 85/2012 e demonstrado no quadro da letra **"b".**

q) Resultado Patrimonial - O resultado patrimonial foi um superávit no valor de **R$ 567.237,06** apurado com base no regime de competência da receita e das despesas, escrituradas no subsistema patrimonial, em atendimento a Resolução CFC n.º 1.132/08.

r) Resultado Financeiro - Representa a diferença entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro, apurado de acordo a Lei nº 4.320/64, alinhado às orientações do Controle Interno do Conselho Federal de Contabilidade. O superávit financeiro acumulado em 31/12/2017 foi de **R$ 7.076.754,32.**

s) Resultado Orçamentário - A receita arrecadada no exercício totalizou R$ 8.324.166,77 e a despesa executada **R$ 7.085.111,24**, gerando um superávit orçamentário no valor de **R$ 1.239.055,53**.

4. Bens Patrimoniais - Em termos monetários, os bens patrimoniais apresentam a seguinte composição:

Imobilizado	**2017**	**2016**
Bens Móveis	1.016.578,09	1.003.255,09
Bens Imóveis	4.625.980,72	4.601.180,72
(-) Depreciação Acumulada	587.095,09	-443.291,23
Intangível	12.206,00	-
Total	**5.067.669,72**	**5.161.144,58**

5. Patrimônio Líquido - O Patrimônio Líquido do CRCPE é constituído por recursos próprios, e suas alterações são decorrentes de superávits ou déficits e dos lançamentos na conta de "ajustes de exercícios anteriores". O saldo patrimonial encerrado em 31/12/2017 foi de **R$ 13.921.030,58**. Os "Ajustes" ocorridos nesta conta representam retificações de lançamentos de exercícios anteriores e lançamentos de despesas do exercício anterior, mas que só foram liquidadas em 2017. A composição do Patrimônio Líquido do CRCPE está assim representada:

Patrimônio Social	**2017**	**2016**
Ajustes de Exercícios Anteriores	7.641,44	-21.012,98
Resultado do Exercício	567.237,06	1.295.052,74
Resultados Acumulados Exercícios Anteriores	13.346.152,08	12.072.112,32
Total	**13.921.030,58**	**13.346.152,08**

Esta Nota Explicativa é parte integrante das Demonstrações Contábeis. Recife, 31/12/2017. **José Gonçalves Campos Filho** - Presidente. Contadora **Adriana Marques dos Santos Souza** - CRC-PE 17.743/O CT.

ADRIANA MARQUES
Chefe do Departamento de Controle Interno

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 0 1 20180 28002 4

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CONSELHO FEDERAL DOS TÉCNICOS INDUSTRIAIS

PORTARIA Nº 1, DE 1º DE SETEMBRO DE 2018

Cria Cargos de Livre Provimento no âmbito do Conselho Federal dos Técnicos Industriais.

O Conselho Federal dos Técnicos Industriais (CFT), criado pela Lei 13.639 de 26 de março de 2018, no uso de suas atribuições legais e regimentais;

Considerando a Lei de criação do Conselho Federal dos Técnicos Industriais (CFT) - Lei 13.639 de 26 de marco de 2018 - que e o conselho é uma pessoa jurídica de direito público sob a forma de Autarquia Federal, com sede e foro na Cidade de Brasília, Distrito Federal;

Considerando que o CFT tem como um dos seus princípios a autonomia administrativa e financeira da autarquia;

Considerando os termos do artigo 37, incisos II e V da Constituição Federal, os quais incluem a ressalva para cargos de livre provimento e sua livre nomeação e exoneração, e a destinação destes cargos para o exercício de funções de direção, assessoria ou coordenação;

Considerando a Resolução CFT 001/2018 que aprova o regimento interno do CFT e seu funcionamento;

Considerando a resolução CFT 029/2018 onde o plenário do CFT delega a Diretoria Executiva do CFT todos os poderes necessários para a plena instalação do conselho;

Considerando a necessidade de estruturar o CFT e seu funcionamento para o pleno atendimento para as funções das quais foi criado pela Lei 13.639 de 2018;

Considerando a Deliberação da Diretoria Executiva do CFT que define o início das atividades administrativas e institucionais do CFT no próximo dia 1º de setembro de 2018, existindo assim a necessidade de criação de cargos de livre provimento, resolve:

Art. 1º. Criar 15 (quinze) cargos de livre provimento e demissão, para funções de direção, assessoria ou coordenação: 1 cargo de Gerente Geral, 1 cargo de Gerente Técnico, 1 cargo de Gerente Financeiro, 1 cargo de Gerente de Serviços Compartilhados, 2 cargos de Assessor Especial da Presidência, 1 cargo de Assessor de comunicação, 1 cargo de Assessor jurídico, 1 cargo de Assessor de Tecnologia da Informação, 3 (três) cargos de Coordenador e 3 (três) cargos de Supervisor;

Art. 2º. Estes cargos serão preenchidos conforme a necessidade de estruturação do conselho e regrados por meio de deliberação da diretoria executiva;

Art. 3º. Esta Resolução entrara em vigor a partir da a data de sua assinatura em 1º de setembro de 2018.

WILSON WANDERLEI VIEIRA
Presidente do Conselho

IMPRENSA NACIONAL
http://www.in.gov.br



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092800235

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.